JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 5
Camara Municipal de Cáceres 10
Camara Municipal de Curvelândia 24
Camara Municipal de Diamantino 24
Câmara Municipal de Nova Olímpia 25
Camara Municipal de Paranatinga 25
Camara Municipal de Poconé 26
Câmara Municipal de São José do Rio Claro 26
Camara Municipal de Várzea Grande 26
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 26
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 28
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 30
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 30
Prefeitura Municipal de Água Boa 32
Prefeitura Municipal de Alto Garças 49
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 82
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 84
Prefeitura Municipal de Apiacás 86
Prefeitura Municipal de Araguaiana 87
Prefeitura Municipal de Araputanga 90
Prefeitura Municipal de Arenápolis 91
Prefeitura Municipal de Aripuanã 114
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 179
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 180
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 181
Prefeitura Municipal de Brasnorte 181
Prefeitura Municipal de Cáceres 182
Prefeitura Municipal de Campinápolis 187
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 189
Prefeitura Municipal de Campo Verde 195
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 209
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 213
Prefeitura Municipal de Canarana 230
Prefeitura Municipal de Carlinda 232
Prefeitura Municipal de Castanheira 235
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 235
Prefeitura Municipal de Cláudia 239
Prefeitura Municipal de Cocalinho 249
Prefeitura Municipal de Colíder 254
Prefeitura Municipal de Colniza 257
Prefeitura Municipal de Comodoro 264
Prefeitura Municipal de Confresa 266
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 272
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 272
Prefeitura Municipal de Cuiabá 274
Prefeitura Municipal de Curvelândia 274
Prefeitura Municipal de Diamantino 276
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 313
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 320
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 320
Prefeitura Municipal de Guiratinga 322
Prefeitura Municipal de Indiavaí 322

Prefeitura Municipal de Itanhangá 326
Prefeitura Municipal de Itiquira 332
Prefeitura Municipal de Jaciara 347
Prefeitura Municipal de Jangada 358
Prefeitura Municipal de Jauru 359
Prefeitura Municipal de Juara 361
Prefeitura Municipal de Juína 377
Prefeitura Municipal de Juscimeira 377
Prefeitura Municipal de Marcelândia 428
Prefeitura Municipal de Matupá 432
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 435
Prefeitura Municipal de Nobres 441
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 441
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 452
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 452
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 452
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 453
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 454
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 455
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 456
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 461
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 481
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 486
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 486
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 487
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 487
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 497
Prefeitura Municipal de Poconé 499
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 499
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 499
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 500
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 500
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 504
Prefeitura Municipal de Poxoréu 504
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 506
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 506
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 506
Prefeitura Municipal de Rio Branco 509
Prefeitura Municipal de Rondolândia 512
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 514
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 515
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 517
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 519
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 519
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 524
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 527
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 528
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 530
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 536
Prefeitura Municipal de São José do Povo 540
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 540
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 542
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 545
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 550
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 551
Prefeitura Municipal de Tabaporã 551
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 554
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 562
Prefeitura Municipal de Tesouro 563
Prefeitura Municipal de Torixoréu 568
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 570
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 572
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 595

Prefeitura Municipal de Vila Rica 597

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

JORNAL OFICIAL
EDITAL Nº 01/2022.

EDITAL Nº 01/2022.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO N. 001/2022 FIRMADO ENTRE AMM E ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO.

A **ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM**, por meio de seu presidente, **Neurilan Fraga**, comunica que encontra-se aberto processo seletivo simplificado para seleção de candidatos para fins de contratação de funcionário para firmação de equipe a promover a execução do **TERMO DE FOMENTO N. 001/2022** firmado entre a **AMM** e a **Assembleia Legislativa de Mato Grosso**, para fins de execução do **SUSAF.**

1. DO SUSAF E SUA ABRANGÊNCIA.

1.1. O SUSAF tem como objetivo a integração de forma sistêmica, horizontal e descentralizada dos serviços de inspeção municipais e que leva em consideração parâmetros técnicos, métodos de controle e autocontroles e boas práticas de fabricação, visando à garantia da qualidade, da sanidade e da identidade dos produtos comercializados no Estado.

1.2. O Termo de Fomento n. 001/2022 terá abrangência nos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Planalto da Serra, Campo Verde, Rosário Oeste, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande.

2. **DO NÚMERO DE VAGAS.**

2.1. Serão selecionados08 (oito) funcionários para fins de executar as atividades pertinentes a execução do Termo de Fomento, vagas que serão distribuídas da seguinte forma:

CARGO	VAGAS	REQUISITO NÍVEL	REMUNERAÇÃO
MÉDICO VETERINÁRIO	02	SUPERIOR	R$ 6.000,00
NUTRICIONISTA	01	SUPERIOR	R$ 5.000,00
ADVOGADO	01	SUPERIOR	R$ 4.000,00
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	02	MÉDIO	R$ 3.000,00
MOTORISTA	01	MÉDIO	R$ 2.500,00
ENGENHEIRO TRAINEE	01	SUPERIOR	R$ 4.500,00

2.2. A descrição das atividades de cada vaga ofertada encontra-se descrita no anexo I deste edital.

3. **DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO.**

3.1. As inscrições ficarão abertas entre às 00 horas e 01 minuto do dia 15 de setembro de 2022 até às 23 horas e 59 minutos (horário oficial de Mato Grosso) do dia 21 de setembro de 2022, através do site https://www.amm.org.br.

3.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio do site e período acima mencionado, não possuindo qualquer valor jurídico outro procedimento para fins de inscrição.

3.3. O candidato interessado em participar do Processo Seletivo Simplificado poderá ter acesso a este edital no site https://www.amm.org.br.

4. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO.

4.1. O candidato interessado deverá preencher os formulários eletrônico constante no site e incluir os documentos comprobatórios, em formato PDF, classificados como informação pessoal, no processo de seleção.

4.2. Os documentos devem ser nomeados da seguinte forma:

a) Cópia dos documentos pessoais (RG, CPF (ou CNH), Titulo Eleitor, PIS/PASEP);

b) Curriculum vitae;

c) Comprovante de experiência em atendimento aos itens 2.2. do presente edital e do anexo I;

d) Comprovante de formação profissional e quando necessário, de inscrição no Conselho de classe da respectiva atividade profissional;

4.3. Somente serão homologadas as inscrições que apresentarem todos os documentos preenchidos corretamente.

4.4. Somente serão aceitas e homologadas as inscrições que forem submetidas via processo de seleção.

4.5. Inscrições enviadas fora do prazo disposto no cronograma deste edital não serão aceitas.

4.6. A inscrição dos candidatos implica na aceitação dos termos deste edital.

5. **REQUISITOS PARA PARTICIPAR DA SELEÇÃO.**

5.1. O candidato interessado em participar do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital só poderá ser admitido nas inscrições se atendidas às seguintes exigências:

I - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1º da Constituição Federal;

II) Estar em gozo de direitos políticos;

III) Estar em dia com as obrigações eleitorais, documentado com os últimos comprovantes de votação ou certidão da Justiça Eleitoral;

IV) Apresentar Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

V) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, à época da contratação;

VI) Não estar afastado junto ao INSS, na data limite para contração, por motivo de doença ou acidente de trabalho;

VII) Apresentar documentação comprobatória dos requisitos mínimos exigidos;

VIII) Apresentar outros documentos que se fizerem necessários, a época da contração, de acordo com a legislação em vigor;

IX) Não registrar antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado (certidão de antecedentes criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Tribunal Regional Federal, 1ª e 2ª instâncias);

X) Não receber remuneração de cargo ou função pública, ressalvados os casos de acúmulo previstos na Constituição Federal.

5.2. Quando o cargo de interesse exigir, comprovar formação na área de atividade profissional interessada;

5.3. Quando a atividade profissional exigir, comprovar inscrição no competente Conselho de Classe;

5.4. Disposição para viagens no decorrer do período de contratação mediante o recebimento de diária;

6. **DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS.**

6.1. O PROCESSO SELETIVO será de análise CURRICULUM VITAE, análise de TÍTULOS e entrevista junto e entrevista (psicóloga).

6.2. A prova de títulos, será exclusivamente, por meio de envio da documentação comprobatória via site da AMM, no momento da inscrição do candidato, no período de 00:01h de 15/09/2022 à 23:59h do dia 21/09/2022.

6.3. Caso seja constatada qualquer fraude documental na análise da prova de títulos, o candidato será submetido as penalidades previstas em legislação vigente e desclassificação automática do Processo Seletivo.

6.4. Serão aceitos como documentos, os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por instituições reconhecidas pelo MEC – Ministério de Educação.

6.5. Não serão aceitas entregas ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste capítulo.

7. **DA CLASSIFICAÇÃO FINAL.**

7.1. A classificação dos candidatos com inscrição deferida será calculada considerando os seguintes critérios específicos para cada cargo.

7.2. Advogado:

I - Ter no mínimo, 2 (dois) anos de experiência atuando na área ambiental e/ou agronegócio (1 ponto);

II – A cada 2 anos de experiencia, acrescenta-se (1 ponto);

III – Especialização, mestrado ou doutorado na área ambiental e/ou agronegócio (02 pontos para cada título);

IV – Entrevista com a psicóloga realizada pessoalmente ou virtual com o candidato (03 pontos);

7.3. Médico Veterinário:

I - Ter no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na área do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), estadual (SISE) ou Federal (SIF/ SISBI), Inspeção/ Segurança e Tecnologias de Alimentos (1 ponto);

II – A cada 2 anos de experiencia, acrescenta-se (1 ponto);

III – Especialização, mestrado ou doutorado na área do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Inspeção/Segurança e Tecnologia de Alimentos (02 pontos para cada título);

IV – Entrevista com a psicóloga realizada pessoalmente ou virtual com o candidato (03 pontos);

7.4. Motorista:

I - Ter no mínimo, 2 (dois) anos de experiência atuando na atividade de interesse (1 ponto);

II – A cada 2 anos de experiencia, acrescenta-se (1 ponto);

III – Entrevista com a psicóloga realizada pessoalmente ou virtual com o candidato (03 pontos);

7.5. Nutricionista:

I - Ter no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na área de Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos (1 ponto);

II – A cada 2 anos de experiencia, acrescenta-se (1 ponto);

III – Especialização, mestrado ou doutorado na área de Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos (02 pontos para cada título);

IV – Entrevista com a psicóloga realizada pessoalmente ou virtual com o candidato (03 pontos);

7.6. Técnico em edificações:

I - Ter no mínimo, 2 (dois) anos de experiência na área de projetos de edificações (1 ponto);

II – A cada 2 anos de experiencia, acrescenta-se (1 ponto);

III – Especialização, mestrado ou doutorado na área de projetos de edificações (02 pontos para cada título);

IV – Entrevista com a psicóloga realizada pessoalmente ou virtual com o candidato (03 pontos);

7.7. Em caso de empate, será dado preferência ao candidato com idade igual ou superior a 60 anos.

8. **DO CRONOGRAMA E DA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS.**

8.1. Lançamento do edital: 15/09/2022.

8.2. Período de Inscrição: de 00h01min do dia 15/09/2022 até às 23h59min do dia 21/09/2022.

8.3. A homologação das inscrições: 22/09/2022.

8.4. Entrevistas: Dias 23 e 26/09/2022 na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios.

8.5. A divulgação do resultado do processo seletivo: 27/09/2022, até às 18h00min;

8.6. Recurso contra resultado do seletivo: 28/09/2022.

8.7. Decisão dos recursos interpostos: dia 29/09/2022 até as 18h00min.

9. **DA ATRIBUIÇÃO DA BANCA AVALIADORA DO PROCESSO SELETIVO.**

9.1. A banca do processo seletivo será composta pela comissão de seleção divulgada pela AMM via portaria**,** a qual será incumbidapara avaliar a documentação de todos os candidatos inscritos, bem como realizar entrevista conforme os critérios estabelecidos neste edital.

10. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

10.1. Os candidatos aprovados serão convocados pela AMM na medida da necessidade com o início da execução do Termo de Fomento.

10.2. Informações sobre o edital poderão ser solicitadas pelo e-mail: testeseletivoamm@gmail.com.

10.3. Os casos omissos serão decididos pela banca do processo seletivo mediante consulta.

10.4. O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cuiabá/MT, 14 de setembro de 2022.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

Neurilan Fraga

ANEXO I

PERFIL 1: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: MÉDICO VETERINÁRIO REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Medicina Veterinária, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no órgão de classe. Disponibilidade para viagem.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Elaborar organograma do Serviço de Inspeção Solicitante; Elaborar conjunto das legislações pertinentes à atividade; Elaborar programação das atividades de inspeção e fiscalização; Elaborar registro cronogramas de coletas de amostras, das análises; Elaborar registros auditáveis de supervisões previstas no Programa de Trabalho de Inspeção e Fiscalização, a respeito das atividades de inspeções permanentes e periódicas; Elaborar controle dos autos de infração emitidos; Elaborar controle de entrada e procedência de matérias-primas de produtos de origem animal e vegetal, quando couber; Elaborar registro de reuniões técnicas realizadas, contemplando os principais temas abordados na reunião; Elaborar regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade - RTIQ, específicos para cada produto; Elaborar Organograma do Serviço de Inspeção (SIM e VISA); III. Legislações do Serviço Proponente pertinentes à atividade; Elaborar Programação das Atividades de Inspeção e Fiscalização; Elaborar Programa de Treinamento do Pessoal Técnico/Especializado; Elaborar Programa de Prevenção e Combate à Fraude; Realizar estudos e aplicação de medidas de saúde pública. Padronizar e classificar produtos de origem animal; Atuar na preservação ambiental; Atuar na produção industrial, tecnológica e controle de qualidade de produtos; Elaborar diagnóstico situacional para elaboração de programas; elaborar e executar programas de controle e erradicação de doenças; avaliar programas de controle e erradicação de doenças; Analisar processamento, fabricação e rotulagem de produtos; coletar e analisar produtos para análise laboratorial; inspecionar produtos de origem animal; elaborar programas de controle e erradicação de zoonoses; elaborar programas de controle de pragas e vetores; executar programas de controle de qualidade de alimentos; Emitir parecer técnico; emitir laudo técnico; aprimorar projetos de instalações e equipamentos industriais; fazer visita técnica para levantamento de dados; Atuar no auxílio de produção industrial, tecnologia e controle de qualidade de produtos; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

PERFIL 2: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: NUTRICIONISTA REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Nutrição, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no órgão de classe. Disponibilidade para viagem.

AVALIAÇÃO DE TITULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Será acrescida na pontuação do candidato a comprovação de experiência ou especialização na área da Vigilância Sanitária e Qualidade dos Alimentos.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Elaborar laudos, pareceres e atestados; aprimorar projetos de instalações e equipamentos industriais de produtos de origem vegetal; Atuar no auxílio de produção industrial, tecnologia e controle de qualidade de produtos: Executar análises laboratoriais de controle de qualidade; monitor padrões de qualidade de matérias-primas e produtos; aprimorar produtos; executar programas de controle de qualidade de alimentos; elaborar programas executar atividades de vigilância epidemiológica; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. Auxilio na emissão de Licenciamento Sanitário: concessão do Alvará Sanitário por parte do empreendimento agroindustrial familiar, do empreendimento econômico solidário e do microempreendedor individual junto à Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, que certifica o cumprimento das normas e regulamentos sanitários vigentes. Elaborar Organograma da VISA municipal; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

PERFIL 3: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: ADVOGADO. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no órgão de classe. Disponibilidade para viagem.

AVALIAÇÃO DE TITULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Será acrescida na pontuação do candidato a comprovação de experiência ou especialização na área ambiental e/ou agronegócio.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Elaborar conjunto das legislações pertinentes à atividade; Emitir pareceres jurídicos em todas as áreas do poder executivo municipal sobre a constitucionalidade dos atos municipais, em especial quando solicitado, nas áreas e atividades relativas à: Serviço de Inspeção Municipal e Vigilância Sanitária; Coordenar, redigir, elaborar, analisar e emitir documentos e pareceres jurídicos, minutas de contrato, convênios informes técnicos e relatórios, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Contribuir na elaboração de projetos de lei do executivo municipal, analisando legislação para atualização e implementação; Representar e defender judicial e extrajudicialmente os interesses do consórcio e seus integrantes, em qualquer foro ou instância, por delegação do seu Dirigente; Assessorar juridicamente os grupos de trabalhos técnicos e administrativos, com ênfase na orientação preventiva; Adequar os fatos á legislação aplicável, estudando a matéria jurídica e de outra natureza e consultando códigos, leis e jurisprudência, doutrina e outros documentos; Participar, quando designado, de comissões, conselhos e grupos de trabalho para análise e emissão de pareceres jurídicos; Orientar na defesa técnica, instruindo pareceres, quando necessário; Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional; Preservar interesses individuais e coletivos, dentro dos princípios éticos e de forma a fortalecer o estado democrático de direito; Cumprir prazos legais; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

PERFIL 4: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: diploma, devidamente registrado, de ensino médio profissionalizante ou ensino médio completo + curso técnico, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação. Disponibilidade para viagem.

AVALIAÇÃO DE TITULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Será acrescida na pontuação do candidato a comprovação de experiência ou especialização na área de projetos de edificações.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Realizar levantamentos topográficos e planialtimétricos; Elaborar desenho topográfico; desenvolver planilha de cálculo; locar obras; conferir cotas e medidas; Desenvolver e legalizar projetos de edificações sob supervisão; Coletar dados no local; interpretar projetos; elaborar plantas seguindo normas e especificações técnicas; elaborar projetos arquitetônicos; desenvolver projeto de estrutura de concreto; elaborar projetos de estrutura metálica, instalações hidrossanitárias, elétricas, telefônicas, de prevenção e combate à incêndios, de ar condicionado e cabeamento estruturado; Conferir projetos; selecionar documentos para legalização da obra; encaminhar projetos para aprovação junto aos órgãos competentes; controlar prazo de documentação; organizar arquivo técnico; Elaborar plano de ação; participar da definição de métodos e técnicas construtivas; listar máquinas, equipamentos e ferramentas; elaborar cronograma de suprimentos; Fazer estimativa de custos; interpretar projetos e especificações técnicas; fazer visita técnica para levantamento de dados; levantar quantitativos de projetos de edificações; cotar preços de insumos e serviços; fazer composição de custos diretos e indiretos; elaborar planilha de quantidade e de custos; comparar custos; elaborar cronograma físico-financeiro; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

PERFIL 5: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: MOTORISTA. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: Ser maior de 21 anos, possuir CNH dentro da validade – Categoria B, e curso especializado para transporte de passageiros, reconhecido pelo DETRAN.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES: Dirigir veículos transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança. Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, efetuando reabastecimento e lubrificação de veículos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

PERFIL 6: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL – ÁREA: ENGENHEIRO TRAINEE. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior em Engenharia Civil ou Engenharia de alimentos ou Engenharia de Produção Agroindustrial ou Engenharia Sanitária e Ambiental, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e registro no órgão de classe. Disponibilidade para viagem.

AVALIAÇÃO DE TITULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Será acrescida na pontuação do candidato a comprovação de experiência ou especialização de atuação em Projetos Industriais.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES:

Engenheiro Civil: Desenvolver projetos de engenharia e afins; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar e avaliar a contratação de serviços; dos mesmos; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Elaborar desenho; desenvolver planilha de cálculo; Desenvolver e legalizar projetos de edificações; Coletar dados no local; interpretar projetos; elaborar plantas seguindo normas e especificações técnicas; elaborar projetos arquitetônicos; desenvolver projeto de estrutura de concreto; elaborar projetos de estrutura metálica, instalações hidrossanitárias, elétricas, telefônicas, de prevenção e combate à incêndios, de ar condicionado e cabeamento estruturado; Conferir projetos; selecionar documentos para legalização da obra; encaminhar projetos para aprovação junto aos órgãos competentes; controlar prazo de documentação; organizar arquivo técnico; Elaborar plano de ação; participar da definição de métodos e técnicas construtivas; listar máquinas, equipamentos e ferramentas; elaborar cronograma de suprimentos; Fazer estimativa de custos; interpretar projetos e especificações técnicas; fazer visita técnica para levantamento de dados; levantar quantitativos de projetos de edificações; cotar preços de insumos e serviços; fazer composição de

custos diretos e indiretos; elaborar planilha de quantidade e de custos; comparar custos; elaborar cronograma físico-financeiro; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Engenheiro de alimentos ou Engenheiro de Produção Agroindustrial:

Elaborar controle de entrada e procedência de matérias-primas de produtos de origem animal e vegetal, quando couber; Elaborar regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade - RTIQ, específicos para cada produto; Elaborar Programação das Atividades de Inspeção e Fiscalização; Elaborar Programa de Treinamento do Pessoal Técnico/Especializado; Elaborar Programa de Prevenção e Combate à Fraude; Realizar estudos e aplicação de medidas de saúde pública. Padronizar e classificar produtos de origem animal; Atuar na preservação ambiental; Atuar na produção industrial, tecnológica e controle de qualidade de produtos; Elaborar diagnóstico situacional para elaboração de programas; Analisar processamento, fabricação e rotulagem de produtos; coletar e analisar produtos para análise laboratorial; inspecionar produtos de origem animal; executar programas de controle de qualidade de alimentos; Emitir parecer técnico; emitir laudo técnico; aprimorar projetos de instalações e equipamentos industriais; fazer visita técnica para levantamento de dados; Atuar no auxílio de produção industrial, tecnologia e controle de qualidade de produtos; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Engenheiro Sanitarista e Ambiental:

Elaborar, dirigir, coordenar e/ou promover a execução de projetos de engenharia sanitária, relativa às obras de edificações, estudando características e especificações, preparando plantas, orçamentos de custos, cronogramas físico-financeiros dos projetos, bem como, elaborar as técnicas a serem empregadas de modo a orientar a construção, assegurar a manutenção e reparo de obras, assim como, os padrões técnicos e de qualidade exigidos; Elaborar e detalhar projetos e cálculos de engenharia, dentro de sua área específica de atuação, em especial de sistemas de instalações prediais industriais; Preparar o programa de execução do trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas e outros subsídios que se fizerem necessários à consecução das obras sanitárias de modo a viabilizar a orientação e fiscalização no desenvolvimento dos projetos; Dirigir a execução das obras de instalações prediais, acompanhando e orientando as operações na medida em que avançarem as obras, para assegurar o cumprimento dos prazos e dos padrões de qualidade e segurança exigidos; Realizar exames periciais, laudos técnicos, orientar e elaborar projetos e a execução especializada de atividades para redução dos impactos ambientais indesejáveis e dos efeitos adversos das atividades produtivas nos meios físicos e biológicos, bem como executar outras atividades que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação. Vistoriar obras e serviços técnicos, necessários à expedição de alvarás, licenças, certidões, certificados e consultas; Elaborar, supervisionar e analisar projetos referentes ao impacto de atividades industriais, urbanas e rurais no meio ambiente; Compreensão dos aspectos educacionais, tecnológicos, culturais, éticos e sociais da gestão ambiental, estabelecendo os fundamentos da sustentabilidade; Dar pareceres nos processos administrativos às atividades de controle, regulação e fiscalização na área ambiental; Manter-se atualizado sobre as normas municipais e, também, quanto às modificações da legislação referente à engenharia ambiental; Desenvolvimento de atividades associadas à gestão e manejo de resíduos e efluentes; Gerenciamento dos recursos hídricos; Analisar o ambiente físico através de geoprocessamento e sistemas de informações geográficas (SIG); Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental municipal, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; Atender ao público quanto a orientações técnicas, referentes a procedimentos e processos de licenciamento ambiental; Elaborar e desenvolver estudos e projetos visando atender as legislações vigentes aplicáveis a Industrias Municipal; Analisar e vistoriar processos referentes a Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); Realizar vistorias em campo, coletando e analisando dados documentais; Assessorar tecnicamente comissões, grupos e equipes de trabalho constituído pela autoridade competente; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade correlatas ao seu cargo.

ANEXO II

DESCRIÇÃO DE LEGISLAÇÕES A SEREM ATENDIDAS

Lei nº 10.502 de 18 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - SUSAF-MT, e dá outras providências;

Decreto nº 290 de 25 de maio de 2007, que aprova o Regulamento de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal no Estado de Mato Grosso;

Lei nº 7.110, de 10 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a promoção, proteção e preservação da saúde individual e coletiva no Estado de Mato Grosso e dá outras providências;

Portaria nº 1.565, de 26 de agosto de 1994, que estabelece a competência e atribuições da Vigilância Sanitária, nas três esferas de Governo;

Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;

RDC ANVISA nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

RDC ANVISA nº 23, de 15 de março de 2000, que dispõe sobre O Manual de Procedimentos Básicos para Registro e Dispensa da Obrigatoriedade de Registro de Produtos Pertinentes à Área de Alimentos;

RDC ANVISA nº 240, de 26 de julho de 2018, que Altera a Resolução - RDC nº 27, de 6 de agosto de 2010, que dispõe sobre as categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário;

RDC ANVISA nº 275, de 21 de outubro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos;

RDC ANVISA nº 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências;

Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;

Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Resolução CONAMA nº 385, de 27 de dezembro de 2006, que estabelece procedimentos a serem adotados para o licenciamento ambiental de agroindústrias de pequeno porte e baixo potencial de impacto ambiental;

Resolução CONSEMA nº 85, de 24 de setembro de 2014, que define as atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA e Prefeituras Municipais nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas em conformidade com o previsto na Lei Complementar nº 140/2011 e dá outras providências;

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 14 SETEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de **DIPLOMA DE RECONHECIMENTO AO MÉRITO** ao I**lustríssimo Sr. Lucides Ortega**, e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, §§ 1º e 2º, alínea "h", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE RECONHECIMENTO AO MÉRITO** ao **Ilustríssimo Sr. LUCIDES ORTEGA**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo Juiz *Dr. PIERRO DE FARIA***

MENDES, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo Juiz *Dr. PIERRO DE FARIA MENDES***, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃ CACERENSE** a **Excelentíssima senhora *LIDUINA BARROS***, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃ CACERENSE** a **Excelentíssima senhora *LIDUINA BARROS***, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Ementa: Dispõe sobre concessão do **Diploma de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Ademir Verono Daud**.

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Ademir Verono Daud**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 37, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de Título **"Cidadão Cacerense"** ao ilustre Senhor **RAIMUNDO ADMILSON ELIAS**, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO CACERENSE ao ilustre senhor **RAIMUNDO ADMILSON ELIAS**, pelos seus relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade Cacerense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 38, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de **Diploma de Cidadã Cacerense** a **Ilustríssima Sra. JUSSARA EVANGELISTA**, e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Diploma de Cidadã Cacerense** ***a Ilustríssima Sra. JUSSARA EVANGELISTA***, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de Título **"Cidadão Cacerense"** ao ilustre Senhor **LEOPARDO SOUZA NUNES**, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO CACERENSE ao ilustre senhor **LEOPARDO SOUZA NUNES**, pelos seus relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade Cacerense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo Juiz de Direito DR. JOSÉ EDUARDO MARIANO**, e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo Juiz de Direito DR. JOSÉ EDUARDO MARIANO**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"*Autoriza a **Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias** a afastar-se do cargo por motivos particulares, **entre os dias 19 a 30 de setembro de 2022**, e dá outras providências."*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas legais e regimentais, faz saber que este Poder Legislativo Municipal aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica a Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, autorizada a se afastar do cargo por motivos particulares, sem o recebimento do subsídio correspondente, entre os dias **19 a 30 de setembro de 2022**, com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 21, inciso I, alínea "h", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Ementa: Dispõe sobre concessão do **Diploma de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Antônio Hayashida Luiz**.

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Antônio Hayashida Luiz**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Ementa: Dispõe sobre concessão do **Diploma de Cidadã Cacerense**, à ilustríssima Sra. **Márcia Rosa de Andrade**.

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadã Cacerense**, à ilustríssima Sra. **Márcia Rosa de Andrade**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de Título **"Cidadão Cacerense"** ao ilustre Senhor **WLADIMIR COLMAN DE AZEVEDO**, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, §

1º e § 2º, alínea “a”, da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO CACERENSE ao ilustre senhor **WLADIMIR COLMAN DE AZEVEDO**, pelos seus relevantes serviços prestados ao Município e à comunidade Cacerense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao Excelentíssimo **José Vieira de Farias**, e dá outras providências.”

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea “a”, da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo José Vieira de Farias**, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Ementa: Dispõe sobre concessão do **Diploma de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Júnior Cezar Dias Trindade**.

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea “a”, da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Júnior Cezar Dias Trindade**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2022, DE 19 DE JULHO DE 2022
EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO AO EDITAL Nº 01/2022, DE 19 DE JULHO DE 2022

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Edital Nº 01/2022, de 19 de julho de 2022, torna pública a relação definitiva de candidatos inscritos, de acordo com o Anexo deste Edital.

Cáceres, 13 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

ANEXO AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2022, DE 19 DE JULHO DE 2022

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO AO EDITAL Nº 01/2022, DE 19 DE JULHO DE 2022

RELAÇÃO DEFINITIVA DE CANDIDATOS INSCRITOS

PROTOC	NOME	DOC. IDENT.	CARGO
697	ABINALDO GUTIERREZ	91**88-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
489	ADELAINE APARECIDA PEREIRA	16****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
268	ADELINA VIEIRA CAMILLO	19****99-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
637	ADELINO ANTONIO DA SILVA	15****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
926	ADELINO BRAZ VENUTI	35**78-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1119	ADEMILSON SOUZA SANTOS	90***32-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1174	ADEMIR JESUS CAMPOS DE MORAIS LEITE	16****33-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
257	ADEVAIR CEVADA DE MORAES	10****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
643	ADEVANDER ALMEIDA GUAÇASSI	22****11-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1242	ADONIAS XAVIER DE ALMEIDA	89**28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1038	ADRIANA DE FIGUEIREDO RIBEIRO	18****66-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
968	ADRIANA DEITOS '	49****54-SSP/PR	Contador
134	ADRIANA PEREIRA JULIÃO MIRANDA	12****60-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
632	ADRIANA SANTOS CARIOCA	14****54-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
592	ADRIANA SANTOS SOUZA SAMAPIO	M8****41-SSP MG/MG	Auxiliar Administrativo

219	ADRIANO APARECIDO DOS SANTOS	20****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
642	ADRIANO BENTO PIMENTA	15****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
647	ADRIELE DOS SANTOS CALOSSA	25****28-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
391	ADRIELE RODRIGUES ASSUNÇÃO ARAGÃO	28****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
450	ADRIELY MAELY DA SILVA DIAS	25****11-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
308	AGUINALDO GONÇALVES VASCONCELOS JUNIOR	25****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
973	ALAN RICHARD DE SOUZA NETO NOGUEIRA	22****76-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
285	ALANDER JOSE DO CARMO RIOS	18****24-SJSP/MT	Auxiliar Administrativo
893	ALCIONE DE SOUZA CORSINO	20****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
317	ALEJANDRO SILVA PEREZ	27****95-SSP/MT	Técnico em Informática
232	ALESSANDRA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	18****40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
105	ALESSANDRA DAMASCENO MIRANDA DE JESUS	33****20-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
518	ALESSANDRA HOLANDER NASCIMENTO	22****60-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
425	ALEXANDER CARLOS DE ABREU PINHEIRO	22****45-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
67	ALEXANDRE JOSÉ DA SILVA	21****87-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
287	ALEXANDRO VIEIRA DE JESUS	20****20-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1136	ALFRANDO SATURNINO DE OLIVEIRA JUNIOR	25****37-SSP/MT	Técnico em Informática
728	ALICE ANTUNES MAGALHAES	07****19-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
159	ALICE DE SOUZA SANTOS	22****21-SSP/MT	Contador
589	ALINE KAWAKAMI CINTRA	12****40-SSP/MT	Contador
394	ALINE SOARES DA SILVA	24****91-SSP/MT	Contador
1131	ALISSON RAMOS DO NASCIMENTO	22****73-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
69	ALLISSON PEDRO ALMEIDA SILVA	18****87-SSP/MT	Técnico em Informática
452	ALLYSON AJENOR DE OLIVEIRA	25****75-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1105	ALMENIS CANDIDA DE MORAES	19***35-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
198	ALYNE MITIE SASAZIMA	35*****51-SSP/SP	Contador
432	AMANDA DA SILVA PAULINO	28****82-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
233	AMANDA DE SOUZA TABOX	99**80-SSP/MS	Auxiliar Administrativo
1216	AMAURI LUIZ DA SILVA RIBEIRO	10****53-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
449	ANA BEATRIZ CARVALHO E BAMBIRRA	20****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
53	ANA CAROLINA FERREIRA DE CAMPOS	25****90-SSP /MT	Técnico em Informática
52	ANA CAROLINA SANTANA DA SILVA	25****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
831	ANA CAROLINE AMORIM DE OLIVEIRA	28****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
447	ANA CAROLINE MARTINS PEREIRA	35****41-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1215	ANA CLARA ORTIZ DA CRUZ	26****21-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
165	ANA CRISTINA SILVA PEREIRA	28****86-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1219	ANA GREICE VALEJO	17****39-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
959	ANA LÚCIA DE OLIVEIRA	11****87-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
705	ANA LUCIA FERREIRA BERGAMO	15****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
864	ANA LUIZA GOMES ELOY	23***43-SEJSP/MS	Auxiliar Administrativo
291	ANA MARIA MENDES	10****61-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
420	ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA	MG******85-PCMG/MG	Auxiliar Administrativo
283	ANA PAULA ARAUJO DA SILVA	23****35-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1062	ANA PAULA DA ROCHA	21****40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
821	ANA PAULA DEITOS ALVES	97****39-SSSP/PR	Auxiliar Administrativo
598	ANA PAULA EL HAGE DOS SANTOS	23****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
491	ANA PAULA FERNANDES LEITE	28****86-SSP/MT	Contador
690	ANA PAULA GARRIDO BONFIM	20****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
680	ANA PAULA RAMOS SABALA	64*****58-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
71	ANA RUTH SANTOS DE MATOS	29****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1089	ANA SILVA OLIVEIRA AGUIAR	17****70-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1309	ANDERSON DA SILVA SOARES	22****25-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
366	ANDERSON LIMA DOS SANTOS	12***63-SSP/RO	Contador
561	ANDRÉ LUIZ DE SOUZA MOURA	29****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
652	ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS FRANCISCO	17****50-SEJSP/MT	Contador
778	ANDRÉ VENUTI MONTEIRO	29****69-SSP/MT	Contador
670	ANDREIA MARIA DOS SANTOS	15****55-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
97	ANDRESSA DA SILVA MENDONÇA DOS SANTOS	26****73-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
332	ANIELE SOARES ALVES	23****01-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
570	ANNA LAURA LISBOA PRADO	20****17-SSP/MT	Contador
516	ANNE CARLA SAMPAIO LEITE	24****16-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
163	ANNI KAROLINE SILVA	32****15-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
586	ANNIBAL JUNIOR	86**35-SSP/MT	Contador
531	ANNY CAROLINY SAMPAIO LEITE	28****36-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
61	ANNY HELLEN FERREIRA DORADO VIEIRA	24****67-SSP-MT/MT	Técnico em Informática
528	ANNY JUCELY RIBEIRO LOIOLA	22****82-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
210	ANTÔNIA MOURA SILVA	10****16-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1096	ANTONIA SAMIA OLIVEIRA DE MORAES	84***97-MMA/RJ	Auxiliar Administrativo
688	ARCELIA DANIELA DA SILVA	22****01-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
685	ARIANA PAMELA NUNES DE MATOS	22****90-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
463	ARIANE MORAES DE SOUZA	27****05-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
999	AURELIANE ROSA DA SILVA PINTO	16****61-SSP/MT	Contador
464	ÁVILA BARRETTO VILA	54*****78-SSP/SP	Auxiliar Administrativo
553	BÁRBARA FERNANDES LEITE	29****76-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
827	BEATRIZ MAXIMO DA COSTA	25****22-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
713	BIANCA DE SOUSA CARDOSO	39*****71-SSP/SP	Auxiliar Administrativo
475	BIANCA PAGUNG RIBEIRO	25***68-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1158	BISMARQUE BEGELI DA PAIXAO	25*****05-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
845	BRUNA AUGUSTA FURLAN	36*****71-SSP/SP	Contador
649	BRUNA FERNANDA DA SILVA PEREIRA	26****72-SEJUSP /MT	Auxiliar Administrativo
180	BRUNA MARIA DO NASCIMENTO	27****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
764	BRUNA SAMY DE OLIVEIRA MIRANDA	27*****18-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo

261	BRUNA THALITA DOS SANTOS SANT'ANA	23****26-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1023	CAIO DE OLIVEIRA ARAUJO	21****14-SSMT/MT	Técnico em Informática
382	CAMILA ALMEIDA SILVA	28****63-SSP/MT	Contador
567	CAMILA ALVES DE ABREU	25****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
281	CAMILA YULI DE CAMPOS	22****22-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1098	CAMILO CÉSAR TOMICHA MACIEL	12****11-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
296	CARLA KARINE THOMAZELLI RIBEIRO	21****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
660	CARLOS CESAR PANTALEÃO DA SILVA	23****86-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
509	CARLOS DANIEL ROSA	32****14-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
656	CAROLINE GOMES CORBELINO MACHADO DA COSTA	15****99-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1076	CAROLINE LARA MATIAS	25****69-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
417	CASSIA SANTOS DA SILVA RAMOS	29****90-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
379	CÁSSIA SOARES DA SILVA	25****41-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
490	CÉLIA DE PINHO DA SILVA	21****00-SSP/MT	Contador
1314	CELIA REGINA EGUES	81**91-CRC/MT	Contador
188	CHRISTIAN POWER SILVA MACEDO	25****82-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
472	CIBELY VALENTIN DE SOUZA	15****49-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
888	CIEILY LOPES FERREIRA	11****02-SSP/MT/MT	Contador
187	CINTHIA NAARA MARQUES LEITE	26****68-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
757	CINTIA MAIARA OLIVEIRA HENRIQUE	16****28-SJSP/MT	Auxiliar Administrativo
493	CLAINE AGUSTINI IMIANI	22****29-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
345	CLAIZA AGUSTINI IMIANI	22****90-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
412	CLAUDETE DE SOUSA MOREIRA	10****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
811	CLAUDIA DE MORAES YOSHIDA DALBEM	33*****63-SSP/SP	Contador
430	CLÁUDIA VIRGINIA DE ANDRADE GONZAGA	10****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
98	CLAUDIO ARVELINO SONAQUE	18****44-SSP/MT	Contador
58	CLAUDIO WELLKER OLIVEIRA TAVARES	26****46-SESP/MT	Contador
377	CLAYTON DUTRO MALDONADO	36*****87-SSP/SP	Auxiliar Administrativo-PCD
580	CLEIDIANE NASCIMENTO DA SILVA	16****78-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
486	CLEIDIANE REIS DE OLIVEIRA	24****27-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
149	CLEIDSON VICTOR PEREIRA DE SOUZA	25****53-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
671	CLEISON DA COSTA SILVA	20****36-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
700	CLEITIANO ALVES FERREIRA	23****66-SSPMT/MT	Técnico em Informática
765	CLEITON KESSLER TAVARES BARBOZA	16****89-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1034	CLEITON LUIZ DOS SANTOS	20****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
502	CLEONICE LUZIA DE PAULA	13****23-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
496	CREUNICE NASCIMENTO DA SILVA	18****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1124	CRISLAYNNE SAMARA SOUZA RODRIGUES	21****89-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1132	CRISTIANE FLORES BUENO	20****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
972	CRISTIANO DE BARROS	21****09-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
810	DAIANE DE OLIVEIRA	25****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
786	DAIANE GONÇALVES DA SILVA	22****61-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
672	DAIANE RAMOS OLIVEIRA	20****77-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
1203	DAIANY STEFFANY DA COSTA VIEIRA	27****79-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1046	DANIEL DOS SANTOS RIBEIRO	18****88-SSP/MT	Técnico em Informática
1288	DANIEL MARINHO DUARTE	22****36-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
478	DANIEL SULZBACHER FONTES	19****05-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
843	DANIELA ALVES DE MORAIS	21*****00-SSP/RJ	Contador
66	DANIELA STEFANY SALES DA MAIA	24****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
251	DANIELE DOS SANTOS LOPES DA SILVA	25****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo-PCD
248	DANIELLE DE LIMA GONÇALVES DOS SANTOS	18****96-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
983	DANIELY REMÉDIO NEVES	22****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
686	DANILO ANTONIASSI DE FIGUEIREDO	28****67-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1053	DANYELLI CHRISTINE SATO ANICETO	15****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
585	DAPHENNY KEY NOGUEIRA RAMSAY	19****90-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
100	DARLENE CAROLINA LEOCÁDIO PEREIRA	24****37-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
200	DARLENE FLORIANO DE OLIVEIRA	21****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
521	DAVID SENABIO DOMINGUES	25****16-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
681	DAYANE DE LIMA GONÇALVES	20****71-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
260	DAYANE KARLA TOSTA RODRIGUES	16***05-SSP/MS	Auxiliar Administrativo
1088	DEBORA CRISTINA BENEVIDES	22****33-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
147	DÉBORA FERNANDA DAMACENA PEREIRA	06**********MT-DETRAN/MT	Auxiliar Administrativo
507	DÉBORA FERREIRA DA SILVA	12***38-SSP/RO	Auxiliar Administrativo
178	DÉBORAH GARCIA DO NASCIMENTO	17****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
214	DELVAM CORREA RIOS	12****45-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
297	DENISE PEREIRA PACHECO	22****70-SSP/MT/MT	Contador
590	DENISON AIRTON UCIEDA ARROYO	27****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
242	DEVANIA ASSIS NUNES BACCA	21****87-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1020	DHENNIS CHRISTIAN DE SOUZA NASCIMENTO	22****16-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1182	DIEGO FERNANDO AMARAL SEGUNDO	16****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1272	DIEGO NEVES DA SILVA	22****27-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
269	DIEGO ROCHA PIQUIVIQUI	24****40-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
849	DIELE SAMARA PEREIRA DA SILVA	20****79-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1133	DILSON MARIO PEDRAZA PEREZ ROMERO	93**22-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
621	DIOHANA CASSIANO DOS SANTOS	21****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
315	DIRCEU ALVES PRADO JÚNIOR	06****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
995	DIVINA DA SILVA OLIVEIRA	18****82-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
938	DORALICE VIANA	18****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1150	DOUGLAS DA CONCEIÇÃO RONDON	14****11-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
378	DUCENIR RODRIGUES MIRANDA	21****70-MT/MT	Auxiliar Administrativo-PCD
416	EDEMAR ZUSE	87**67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
437	EDENIA DE ANDRADE GONZAGA	97**67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo

1249	EDILAINE MINUSSO	18****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1284	EDILAINE MORAES DE OLIVEIRA	26****47-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
336	EDILEUZA DA SILVA NERY	21****17-SSP/ MT/MT	Auxiliar Administrativo
62	EDIRLEY LEITE FERREIRA	16****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
791	EDITE MARIANO DA COSTA MELO	18****90-SSP/MT	Contador
330	EDIVALDO ANGELO SANTANA	11****75-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
445	EDIVALDO DA SILVA CONRADO	16****87-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
106	EDIVALDO SILVA DE SALES FILHO	37****67-SSP/SE	Auxiliar Administrativo
1291	EDSON JOVIO TOMICHA	22****89-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
738	EDSON VIEGAS DE SOUZA FILHO	26****10-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
184	EDUARDA DA SILVA BRESSAN PETENUCCI	27****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1184	EDUARDO HENRIQUE DOS SANTOS DA SILVA	25****97-SSP/MT	Técnico em Informática
1177	EDUARDO SANTOS DA COSTA	30****61-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
401	EDY CARLO NOGUEIRA DE SOUZA	17****70-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
588	ELAINE APARECIDA MIRANDA PEREIRA	22****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
573	ELAINE NALCIZA DE LIMA	14****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
481	ELIANE IBARRA GONÇALVES	10****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
644	ELIMARCIA DE JESUS	15****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
655	ELISANGELA PACHORI RODRIGUES	17****40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
692	ELISEU LUCAS MONTEIRO	11****43-SSP/MT	Contador
1263	ELIZA MARIA RODRIGUES DE MORAES	78***29-SSP/MT	Contador
746	ELIZABETH PEREZ ARTIAGA	11****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
635	ELIZENE PIRES DE PAULA	16****57-SSP/MT	Técnico em Informática
600	ELIZIER DUARTE DE SIQUEIRA	24****04-SEJUSP/MT	Contador
536	ELLEN APARECIDA DOS SANTOS	22****15-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1099	ELTON CESAR DE ARRUDA GLORIA	15****00-SSP/MT	Técnico em Informática
798	ELTON MENDES TIGRE	20****44-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1113	ELVIS EGUES LARA	13****21-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
422	EMANUEL AUGUSTO DA SILVA	30****43-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
108	EMANUELE DE OLIVEIRA RAMOS	28****84-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1199	EMERSON ALVES DE ALMEIDA	22****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
593	EPIFANIO CERQUEIRA CALDAS	16****69-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1001	ERALDO VIEIRA DE AZEVEDO JUNIOR	14****93-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
721	ERICA DAYENE RAMOS LARA	28****08-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
193	ERICA FERNANDA DOS SANTOS COSTA	22****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
667	ERICK MACIEL DE OLIVEIRA RODRIGUES	26****59-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
397	ERIKA BRUNA MENDES FREITAS	21****77-DETRAN/MT	Auxiliar Administrativo
1234	EURIPES SEBASTIAO CRUZ	81**40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1273	EVELYNE AGUILAR	23****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
717	FABIANA BATISTA SILVA	27****96-SSP-SP/MT	Auxiliar Administrativo
333	FABIANA DA SILVA LIRA	23****12-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1305	FABIANA ROCHA DA COSTA	22****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
851	FABIANA SILVA NALINI	12****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1060	FABIANA TEIXEIRA XAVIER	19****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
808	FABIOLA DA SILVA	25****20-CÁCERES /MT	Auxiliar Administrativo
320	FABÍOLA DA SILVA	21****33-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1282	FABRICIA APARECIDA PINHEIRO SILVA	19****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
733	FAGNER RIBEIRO DE ALMEIDA	26****48-SEJPS/MT	Auxiliar Administrativo
286	FELIPE NASCIMENTO SILVA TOMAZ	20****21-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
709	FELIPE UCHOA DAS CHAGAS	21****48-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1202	FERNANDA BENEDITA BASSAN ANTELO	16****53-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
483	FERNANDA COUTO DE SOUZA	26****40-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
284	FERNANDA DE ALMEIDA GONÇALVES	13****10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
937	FERNANDA DIAS FIGUEIREDO	20****69-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
461	FERNANDA MACEDO FERREIRA	24****24-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
113	FERNANDA NATALIA NICOMEDIO DA SILVA	28****32-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
399	FERNANDA SOBRINHO DE OLIVEIRA	26****82-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1228	FERNANDO RUI SILVA	12****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
696	FLAVIA CINTIA BASSAN ANTELO	20****75-SSP/MT	Contador
144	FLAVIO BAZAN DA SILVA	24****21-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
1286	FLAVIO BRASILINO DE CAMPOS	13****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
534	FLAVIO DE ASSIS PEREIRA	17****02-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
82	FRANCIANE DA SILVA	21****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
47	FRANCIELE MACEDO FERREIRA	25****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
355	FRANCIELE RODRIGUES DA CRUZ	27****74-SSP/MT	Contador
668	FRANCISCO MACHADO DA COSTA NETO	13****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
334	GABRIEL CAMPOS DE SENNA	24****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
431	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA SANTANA	26****68-SJSP-MT/MT	Técnico em Informática
824	GABRIELA CORREA BARBOSA	32****22-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
917	GABRIELA GIL PASSIANISTA RIBEIRO	22****86-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
492	GABRIELA MARTINS DE OLIVEIRA	28****58-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
498	GABRIELLY JULIA LOPES MARTINS	28****44-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
874	GEISISLAINE MIRANDA DE ANDRADE	21****44-SSP/MT	Contador
1159	GEISON SILVA CAETANO	23****11-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
523	GENILSON RIBEIRO DA SILVA	20****11-SSP /MT	Auxiliar Administrativo
1241	GENILZA JORGE RAMOS	26****97-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1173	GEOVANNA NASCIMENTO DA PAZ	30****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
207	GERUSA CRISTINA FERREIRA DE ARRUDA	11****86-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
980	GESSICA DAIANE SOARES DA SILVA	24****24-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
1108	GILBERTO GOMES BRITO	22****88-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1026	GILDETE CAMPOS DE SENNA	09****79-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
760	GILMARA NERY LOURENCETTO	16****18-SJSP/MT	Auxiliar Administrativo
904	GILSON JOSE GOMES VIANA	15****15-SSP/MT	Contador

189	GIOVANA CAMY CARDUCCI	05*******66-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
327	GISLAINE APARECIDA ESPINOSA DA SILVA	23****05-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1012	GISLAINE DIAS CORDEIRO	27****37-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1120	GLAUBER GONÇALVES DA SILVA FERREIRA	19****07-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
734	GLEICE APARECIDA TEOTÔNIO	19****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1254	GLEICI COELHO DE MELO	15****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
244	GLEISON JOSÉ DOS SANTOS	20****58-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
674	GRACINAIRA DHEYZZYNAIRA MOAMA MORAES FERREIRA	14***26-SSP /RO	Auxiliar Administrativo
630	GREICIELLY PLACIDO DE SOUZA	19****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1100	GRENDY CAMILA RODRIGUES PEREIRA LEITE	25****02-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
514	GUALTERNEY CAMPOS DE MORAIS JUNIOR	25****64-SEGURANÇA PUBLICA/MT	Auxiliar Administrativo
1067	GUILHERME GUIMARÃES FELIPE	32****42-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
615	GUSTAVO EVARISTO NETO	21****91-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1209	GUSTAVO VETTORAZZI PEREIRA	18****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
712	HAVILA FIRMIANO COSTA	64***36-SSPII/GO	Auxiliar Administrativo
854	HEBERT NALINI SANTANA	26****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
88	HELIANARA OLIVEIRA DA SILVA	22****53-SSP/MT	Contador
329	HELIO DOS SANTOS CORREIA	23****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
725	HELLEN DE MATOS OURIVES	80**94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1039	HELLEN HERMINIA CAMPOS DOS SANTOS RAMOS	30****10-REPÚBLICA FEDERATIVA DO B/MT	Auxiliar Administrativo
241	HELLEN YRIS SILVA	17****24-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
164	HENRIQUE VIEIRA DE ALMEIDA	19****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
457	HESNEFERO RODRIGUES FERNANDES	13***59-SESDEC/RO	Auxiliar Administrativo
953	HEVELISE LAIS DA CRUZ SANTANA	15****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
948	HIAGO MARTINSRIBEIRO	25***75-SSP/MS/MS	Auxiliar Administrativo
852	HUGNEY VINICIUS DE OLIVEIRA	19****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
128	HUGO ASSUNCAO CAPISTRANO	15****55-SSP/MT	Contador
1031	HYAGO DONRLEY DOS SANTOS	22****24-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
331	IGOR NEVES DE OLIVEIRA	24****65-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
444	IGOR SOARES PÚBLIO BRAGA	14***17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1224	INGRID CAROLINY CARDOSO DE OLO	29****78-SSP MT/MT	Auxiliar Administrativo
499	ISAAC GUILHERME CARDOSO CAETANO	31****09-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
549	ISABELLA CEBALHO DOS SANTOS	22****64-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
767	ISABELLY RODRIGUES SILVA	15***58-SSP/RO	Auxiliar Administrativo
1231	ITALO PATRICK DE SOUZA CRUZ	21****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
970	ITALO THIAGO PEREIRA DA FONSECA	20****12-SSP/MT	Contador
639	IVAN LATORRACA DOS SANTOS	15****44-SSP/MT	Contador
380	IZABEL CRISTINA DE ABREU	13****10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
446	IZABEL CRISTINA F. DA SILVA	11****60-SJMT/MT	Contador
229	JACKELINE BALESTRIN DUTRA	27****91-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
683	JACKSON WAKZEMY RIKBAKTA	26*****87-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
1107	JACQUELINE MICAELLE RODRIGUES GONÇALVES	16****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
677	JAIRO EDUARDO LOPES LANDIM	16****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1261	JAKSON FRANCO	29*****17-DETRAN/RJ	Auxiliar Administrativo
560	JANAINNA VALERIA DUARTE FREITAS	28****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1160	JANETE APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA	13****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
809	JANIFFER CAROLINA VETORETI GOLONI	33****33-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
624	JAQUELINE MARIA RAMOS	29****07-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
976	JARCIEL DOMINGUES SÃO BERNARDO	24****85-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
540	JAYRA PATRICIA CAMPOS NEVES	25****70-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
519	JEAN CARLOS PANTALEÃO DA SILVA	30****17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
51	JEAN CARLOS SENES OLIVEIRA	18****46-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
221	JEAN RAMOS DE SOUZA	21****90-SSP/MT	Técnico em Informática
156	JEAN SOARES DA SILVA	24****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
581	JEFERSON ANTONIO DE SOUZA BARRETO	27****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1276	JEFFERSON DOS SANTOS VIANA	17****64-SEJUSP/MT	Técnico em Informática
167	JEHANN CARLOS DUARTE DE OLIVEIRA	23****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
828	JENNIFER DOS SANTOS DA SILVA	27****06-SSP/MT	Contador
571	JERRY DE ABREU PIRES	24****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
273	JESENIA LOPEZ PARABA	20****42-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
205	JESUINA MENDES DA SILVA	15****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
57	JHONY VINICIUS CARDOSO FARIA	25****06-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1007	JOANDERSON VISCOVINI DA SILVA	29****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
956	JOANE SILVA PEREIRA	24****81-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
855	JOÃO CARLOS DE AQUINO	13****17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
220	JOÃO PAULO SOARES ALVES	24****00-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
935	JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA SOARES MAIA	28****08-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
349	JOÃO PEDRO LIMA DE OLIVEIRA	25****81-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
383	JOÃO RAFAEL MOURA ARAÚJO	27****79-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
815	JOÃO VICTOR DE ALCÂNTARA SANTANA RAMOS	23****11-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
839	JOÃO VITOR DO PRADO DE SOUZA PORTO	27****93-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
204	JOÃO VITOR SILVA MAZIERO	26****80-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
634	JODEAN SANTOS GUIDINI	20****89-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
341	JOEL DA SILVA BENEVIDES	12****67-SSP/MT	Contador
203	JOEL DO CARMO LIAR JUNIOR	20****59-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
971	JOELSON VISCOVINI DA SILVA	29****31-SSP/MT	Contador
559	JOICILENE CRISTINA DO NASCIMENTO RODRIGUES	24****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
587	JONAS NASCIMENTO VEDA	16****40-SSP/MT/MT	Técnico em Informática
179	JONATAN FERREIRA FERNANDES	21****94-SSP/MT	Contador
1140	JONATHAN VICTOR CEBALHO CONCEIÇÃO	33****48-SECRETARIA DE SEGURANÇA P/MT	Auxiliar Administrativo

977	JONNY DA COSTA PARAVA	29****40-SSP/MT	Técnico em Informática
217	JORGE DA SILVA PAULA	15****90-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
751	JOSE ANTONIO SILVA PEREIRA	20****86-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
288	JOSE CAIO DA SILVA BATISTA	29****23-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1253	JOSÉ LUIZ ROMAN ORTIZ	13****63-SSP/MT	Contador
775	JOSÉ ORLANDO DE SOUZA	10****47-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1043	JOSÉ TIAGO MINHOLI	23****20-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
238	JOSEANE COSTA CAMPOS	10****07-SSP/MT	Contador
224	JOSELAINE DA SILVA RIBEIRO	19****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
748	JOSEMAR DE AMORIM	16****52-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
563	JOSIANE CRISTINA DE PINHO SILVA	17****08-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
442	JOSIANE INES DE SOUZA	15****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
124	JOSIEL AUGUSTO DE PINHO	17****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1183	JOSILAINE FABRICIA DE SOUZA	20****43-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1005	JOSILEIA RAMOS RODRIGUES	29****36-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
920	JOSIMARA DA SILVA FERNANDES	23****83-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1260	JOYCE KELLY MELGAÇO DUARTE	30****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
76	JUAN MARCOS JUSTINIANO ALMEIDA	25****66-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
695	JUCELE ANDRADE NEVES	21****85-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
952	JUCIEL SANDRO DE BARROS	21****88-SSP/MT	Contador
1287	JÚLIA ALVES DE MIRANDA PINTO	31****72-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
351	JÚLIA LEODORO ORTEGA	25****17-SSP/MT	Técnico em Informática
1141	JULIA NATALIA PEREIRA DE JESUS ORTIZ DO CARMO	11****89-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
357	JULIANA DA COSTA MARQUES	16****95-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1048	JULIANO VIEIRA DE MELO	20****15-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1172	JULIEMERSON DA SILVA LOPES	14****10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1040	JULIO CESAR DIAS DA SILVA DE SOUZA	34****04-SSP/MT	Técnico em Informática
659	JÚLIO CÉSAR SANTOS OLIVEIRA	34****64-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
477	JUNIO MONTEIRO TORRES	13****03-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
310	KAREN SOFIA AIRES SONAQUE	23****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
293	KARINA DE OLIVEIRA SOUZA	28****90-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
945	KAROLINE DA GUIA ROCHA	20****90-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
80	KAROLINE FERNANDA RAMOS	25****32-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
538	KAROLINE OLIVEIRA GOMES DO NACIMENTO	25****21-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
800	KAROLYNE APARECIDA RODRIGUES CARDOSO	15****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
997	KATIA MOREIRA DE SOUZA	12****91-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
548	KEDMA ESTEFANI GOMES	30****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
359	KEILA BETÂNIA RODRIGUES	22****63-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
557	KELLEN CRISTINA BEZERRA	18****03-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
465	KELLIS MARIA BATISTA	23****46-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
414	KELVER LEITE DA SILVA	25****65-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
455	KEMILLY DA SILVA PEREIRA DIAS	32****60-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
186	KEMILLY LORRANY FERREIRA	26****01-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
565	KEVEN OLIVEIRA NUCCI	23****18-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
411	KROL VARELLA FERREIRA LOPES STROESNER	21****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
173	LANA FLAVIA BATISTA ZUCCHI	25****20-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
403	LARISSA MACEDO BARBOZA	18****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1311	LARISSA MARIA PEREZ	29****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
36	LARISSA MEDEIROS DUARTE	24****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
629	LARISSA SILVA MEIRA HURTADO	24****17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
773	LAUANE ALICE DA SILVA BARBOSA	28****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
279	LAURENICE ZITA RIBEIRO	99**10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
364	LAURINDA RAMOS DA SILVA	07****31-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1280	LAYANNE ESTEVES HONORATO	29****96-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
914	LEANDRA ANGELA DA SILCA	12****83-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1016	LEDINEIA ANTÔNIA DE OLIVEIRA JACOBINA	11****46-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
405	LEIDIANE DA SILVA ANDRE	22****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
258	LEIDIANE NUNES LARA	19****25-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1163	LEILA BENEDITA DA SILVA GARCIA	08****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
276	LENI SOBRINHA RAMOS DE SOUZA	10****00-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
190	LEONARDO LOPES MORAIS	28***16-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1042	LETICIA DOS SANTOS BISPO VANINI	28****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
340	LETICIA MALCHER CARDOZO DE OLIVEIRA	26****15-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
500	LÍGIA RAQUEL LARA PINTO DE ARRUDA	10****36-SSP/MT	Contador
897	LILIAN DA SILVA LOPES CRUZ	23****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1265	LORIVAL DE OLIVEIRA CAMARGO	30****83-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
78	LOURRAINE NICOLE NALINI MATEUS	22****24-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
527	LUAN ALMEIDA RODRIGUES	27***71-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
848	LUAN ANDRÉ PIRES GOMES	24****84-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1139	LUAN RICHARD DE SOUZA COSTA	25****05-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
120	LUANA AQUINO DA SILVA	31****08-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
612	LUCAS ALMEIDA RODRIGUES	27****23-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
943	LUCAS ANTUNES	20****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
339	LUCAS CAMPOS DE SENNA	21****60-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1004	LUCAS DOS REIS CARVALHO	22****46-SEJUSP/MT	Contador
267	LUCAS JUNIOR COUTO SOUZA	30****95-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1095	LUCAS LIMA FERNANDES BRAGA	14***85-SESDEC/RO	Auxiliar Administrativo
603	LUCAS MENDES DE OLIVEIRA	30****00-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
679	LUCAS OLIVEIRA	25****73-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
942	LUCAS PIRES TRINDADE	26****61-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
776	LUCAS SAMUEL SILVA MARCACINI	24****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
714	LUCAS VINÍCIOS GUIMARÃES COSTA	30****27-SSP/MT	Auxiliar Administrativo

1262	LUCIANA BOTELHO DA CRUZ	10****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
125	LUCIANO ALVES DA FONSECA	15****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
551	LUCIENE DE ARAUJO RODRIGUES	08****91-SSP/MT	Contador
1295	LUCIENE MONTEIRO DE CAMPOS	18****80-SSP/MT	Contador
1232	LUCILEIA ELIZIA DE SOUZA SILVA	08****62-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
876	LUCIMARA DA SILVA	17****10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
631	LUCIMARA LEITE DA SILVA	15****18-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
636	LUCIMARA RIBEIRO SILVA	15****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
838	LUCINEIDE DOS SANTOS PEREIRA MENDES	16****63-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
356	LUDIMILLA FERNANDA COUTO DA COSTA LOUSADA CRUZ	16****53-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
103	LUÍS GABRIEL TAVARES FERREIRA	26****84-SSP/MT	Técnico em Informática
1079	LUIS HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	30****40-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
512	LUIS OTÁVIO MAGALHAES DE PAULOS	31****99-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
471	LUIZ ANTONIO DE CARVALHO	06****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1175	LUIZ FELIPE RODRIGUES DA SILVA	25****47-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1255	LUIZ FERNANDO AIRES ROCCA	27****16-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1230	LUIZ GUILHERME CINTRA DE OLIVEIRA ALCANTARA	32****11-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1137	LUIZ ISMAEL TAQUES CASTRO ABDALA QUEIROZ	18****63-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
883	LUIZ PAULO ALLAN DA COSTA GOMES	18****21-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
859	LUIZA MARIA BOAVENTURA NETA DOS SANTOS	10****32-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
255	LUZ LAYRA BORGES RAMOS	26****75-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
1264	MARCELA BOTELHO MACIEL	31****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
195	MARCELA QUEIROZ DOS SANTOS	30****05-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
986	MARCELO CAIQUE SANTIAGO GONSALVE	28****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
456	MARCELO DE MATOS OLIVEIRA	21****98-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
990	MARCELO DELUQUI DA SIVA	15****92-SSP/MT/MT	Contador
784	MARCELO TEODORO DA SILVA BISPO	25****41-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
484	MARCIA BATISTA SALES	13****34-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
111	MARCIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	30****27-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
54	MARCIA HELENA BOESSIO STEFANELLO	71**47-SSP/MT	Contador
274	MÁRCIA HURTADO DA CRUZ	13****93-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
161	MARCIO ALVES ANTUNES	27****39-SESPMT/MT	Auxiliar Administrativo
693	MARCIO ALVES MOREIRA	11****29-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
903	MARCIO BUBOLA VRECH	17****62-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1142	MARCIO LUIS DE SIQUEIRA CAMPOS FILHO	20****68-SESP/MT	Contador
294	MARCOS AURÉLIO LINHARES BARBOSA	16***25-SESDEC RO/RO	Auxiliar Administrativo
1283	MARCOS BARBAÇA	01*******58-DETRAN/MT	Contador
1117	MARCOS FELIPE DELUQUE RAMOS	24****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
166	MARCOS FERNANDES DE ALMEIDA	18****13-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
243	MARCOS SILVA SERRÃO	16****26-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
796	MARGARIDA SOARES DE OLIVEIRA	19****40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
802	MARIA APARECIDA MOREIRA DE LIMA	13****59-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
311	MARIA AUXILIADORA RAMOS LEITE	12****40-SSP/MT	Contador
338	MARIA CLARA FERNANDES DE PAULA	57*****92-SSP/SP	Auxiliar Administrativo
199	MARIA DOMINGAS DA SILVA	13****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
480	MARIA EDUARDA DE MELO SILVA	24****33-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
350	MARIA EDWARDA DE MATOS PEIXOTO	32****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
264	MARIA FELICIA JURRUPI DE OLIVEIRA	20****09-SSP/MT	Contador
1223	MARIA FERNANDES DA SILVA ALMEIDA	99***51-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
35	MARIA JOSE SVERSUTH SILVA	15****46-SSP/MT	Contador
886	MARIA JULIA PRATA PALERMO	22****96-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1146	MARIA REGINA PEREIRA DE SOUZA SILVA GOMES	31****14-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
687	MARIANA DA SILVA CARDOZO	21****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
564	MARIANA FARIA ORTIZ LOPES	17****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
673	MARIANA JOSEFA FARIA VILLANOVA	32****47-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
689	MARIANNA ALVES FARIAS	30****64-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1044	MARICLEUZA COSTA SURUBI	21****04-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
803	MARIELLI ALEXANDRA DO NASCIMENTO BENEVIDES	16****50-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
298	MARILENE ASSUNÇÃO ARAUJO	06****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
529	MARILIN SILVA DE ALBUQUERQUE	17****23-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1196	MARILY CAMPOS DE MORAIS FERREIRA	10****01-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
170	MARILZA DE MOURA MENDES	52*****92-SSP/SP	Auxiliar Administrativo
138	MARINO FERREIRA DA FONSECA	21****76-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1180	MÁRIO SÉRGIO DA SILVA, SENNA	12****82-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
857	MARIONY SOARES DE OLIVEIRA	84**18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
497	MARIZETE AGUES DE SANTANNA	12****30-SEJUSP//MT/MT	Auxiliar Administrativo
370	MARLI DE AMORIM SILVA	17*****20-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
868	MARLON MACKLYN DE MATOS SILVA	23****49-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1208	MARTA MARTINS	09****49-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1147	MATEUS PEREIRA SILVA	29****27-SESP/MT	Técnico em Informática
1258	MATHEUS CAETANO DA ROCHA	26****32-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
533	MATHEUS DA SILVA ANDRADE	21****98-SSP/MT	Contador
940	MATHEUS ESTEVES SOUSA	80***61-SSP/PA	Auxiliar Administrativo
1074	MATHEUS FALCAO CORREA	31****19-SECR. DE EST. DE SEGU. PÚ/MT	Técnico em Informática
955	MATHEUS FELIPE LEITE CARDOSO	28****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
50	MATHEUS HENRIQUE DE MORAES	29****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1085	MATHEUS MIRANDA SPINOLA DA SILVA	28****32-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
139	MATHEUS VINICIUS SIQUEIRA VARGAS	23****62-SSP/MT	Técnico em Informática
616	MAX ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO	23****49-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
878	MAXIELLY DALBEM BARBOSA	23****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo

424	MAXUEL GONÇALVES PIRES	22****08-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
421	MAXUEL NUNES GOVEIA	24****55-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1310	MAYARA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	21****66-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
398	MAYARA COSTA DE SOUZA	21****43-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
701	MAYARA DE OLIVEIRA XAVES	20****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1055	MAYCON CAMILO LEITE	20****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
352	MAYCON VINICIUS DOS REIS GOMES	29****25-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
41	MAYCON VINICIUS TEODORO DE JESUS	25****04-DETRAN/MT	Contador
610	MAYKON WILLIAN ANASTÁCIO VIEIRA	25****22-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
1252	MAYRA LUIZA DA SILVA LIMA	26****49-SSP/MT	Técnico em Informática
1094	MICHELLY FERNANDA RODRIGUES LEITE	23***35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
409	MICHELLY GOMES DE ANDRADE	25****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
419	MICHELY HILQUEAS DE SOUZA STROESSNER	20****53-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
743	MIDIA MARIANO BERNARDO	17****03-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
307	MIKAELLE MORAIS GALDINO	12***25-SESDEC/RO	Auxiliar Administrativo
191	MIRELLY CRISTINE MOREIRA JACOBINA	20****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
930	MIRIAM RAQUEL DA SILVA MIRANDA	20****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
582	MIRIAM RODRIGUES COELHO	24****50-SPSJ/MT	Contador
353	MOACIR BORGES DE OLIVEIRA	79***92-SSP /MT	Auxiliar Administrativo
730	MONICA DA CUNHA GOMES ARAUJO	12****77-SEJSP/MT	Auxiliar Administrativo
1010	MONISE DE MATOS	17****61-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
160	NARIANE GONÇALVES DA SILVA	25****33-SJSP/MT	Auxiliar Administrativo
566	NARRYAN GRACIANO CUNHA DE PAIVA	25****36-SEJUSP/MT	Contador
146	NATALIE CHARLISE DIAS GONÇALO	FR****79-DPAS/DPF/DF	Auxiliar Administrativo
87	NATHAN GRACIANO DA CUNHA PAIVA	27****99-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1091	NATHIELY OLIVEIRA NUNES	16***47-SESDEC/RO	Auxiliar Administrativo
1275	NAYARA CRISTINA DA SILVA	29****26-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
1019	NELCI BLASANUFO DE SOUZA CRUZ	08****07-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
836	NELCI DE SOUZA RI	21****60-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
981	NELI DE FATIMA CECATO SAEDT SAUNALI	21****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
413	NEREU DE SOUZA	13****33-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
595	NEVITON TRINDADE JESUS DOS SANTOS	23****44-SSP/MT	Contador
829	NUBIA GONÇALVES DE OLIVEIRA	35****03-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
154	NUBYA ALINE DALBEM	20****43-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
211	NYCOLLAS FERNANDES DE ALMEIDA	17****65-SSP/MG	Auxiliar Administrativo
158	ODAILTON SANTOS GOMES	22****61-SSP/MT	Técnico em Informática
324	ODENILZA CONCEIÇÃO DE ARRUDA	18****23-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
992	ODENIR JESUS DE PAULA JUNIOR	27****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
547	ODIRLEI ORTIZ RAMOS	14****48-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1214	OINDER PEDROSA DA COSTA NUNES	13****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
795	OSANIR PEREIRA VICENTINI NEGRINI	23****62-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
272	OZELAYNE LEMES CAMPOS	18****97-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
931	PABLO BORGES MARTINS	25****98-SSP/MT/MT	Técnico em Informática
1243	PAMELA VIANA DUNIZ	27****18-SSPMT /MT	Auxiliar Administrativo
1308	PAMELLA ANDREZA CORREIA MOTTA	30****73-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1000	PATRÍCIA ALMEIDA OURIVES SILVA	15****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
936	PATRICIA MENDES VIEIRA COSTA	34****62-SSP/MT /MT	Auxiliar Administrativo
541	PATRICIA SOUZA BARROS MACENA	10****94-SDS/PE	Auxiliar Administrativo
55	PAULA AMORIM DA SILVA	MG******32-PCMG/MG	Auxiliar Administrativo
520	PAULO CÉSAR DE SOUZA FRANÇA	21****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1200	PAULO CESAR PEREIRA DO NASCIMENTO	18****14-SSP/MT	Técnico em Informática
119	PAULO ROGERIO PENARIOL	11****90-SJ/MT	Contador
259	PAULO SERGIO RODRIGUES DA FONSECA JUNIOR	76***29-SSP/PA	Técnico em Informática
1111	PEDRO HENRIQUE DE CARVALHO LIMA	24****50-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
213	PEDRO HENRIQUE KOBERSTAIN	25****74-SSP/MT	Técnico em Informática
928	PEDRO HENRIQUE PAVÃO ARRUDA	29****64-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
275	PHILIPE HENRIQUE ARAUJO DE FRANÇA	15****00-SESP/MT	Contador
554	POLIANA FLÁVIA TAQUES DE BARROS AJENOR	25****90-SSPMT/MT	Contador
376	POLIANA RODRIGUES DA COSTA	24****38-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
65	POLIANA RODRIGUES DA COSTA MENDES	26****27-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
123	POLLYANA REGINA DA ROCHA SILVA	26****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
572	POLYANA LANDIVAR FRANCO DOS SANTOS	28****92-SSP/MT	Contador
1129	PRECILIA VERONICA BORGES	15****17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
723	PRISCILA PEREIRA DE MATOS	19****55-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1032	RACHEL DE CARVALHO NEVES	14****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
157	RADIANE PEREIRA MIRANDA	23****20-SSP/AM	Auxiliar Administrativo
126	RAFAEL DA SILVA NOVAIS	27****17-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
814	RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA	20****34-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
152	RAFAEL SILVA CAMILO	28****20-SSP/MT	Técnico em Informática
911	RAFAELA CARDOSO MARTINS	19****69-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
665	RAIANE DIAS SIQUEIRA	28****24-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
994	RAQUEL DA SILVA OLIVEIRA	18****32-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
801	RAQUEL MENDES DA SILVA AMARAL	16****10-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
601	RAYLLANE CAMARGO PEIXOTO	25****30-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
316	REGIANE ALVES DE SOUZA	17****61-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
818	REGIANE RIBEIRO MOTURI	28****21-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
42	REGIVAINE DOS SANTOS REIS	21****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1014	REILI DE FÁTIMA DOS SANTOS	19****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1285	RENATO NAZARETH DOS SANTOS	19****26-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1064	RESSANDREIA TORRES MONTEIRO	18****93-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
303	RICHARD MATHEUS BATISTA OLIVEIRA	39*****97-SSP.SP/SP	Auxiliar Administrativo
116	RICHARDSON PETTHERSSON DE OLIVEIRA SILVA	27****64-SSP/MT	Contador
337	RIZIÉLE LORRAYNE COSTA LOURENÇO	25****70-SESP/MT	Auxiliar Administrativo

406	ROBSON DE ALMEIDA ASSONI	18****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
246	ROBSON DE OLIVEIRA DA SILVA	21****73-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1194	ROBSON FLORES DE OLIVEIRA	18****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1156	ROBSON MÁXIMO DA COSTA	48***38-DGPC/GO	Contador
542	RODRIGO DA CRUZ MENDES	14****31-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
438	RODRIGO GONÇALVES	16****29-SSP/MT	Contador
1300	ROGER VIEIRA DA SILVA	01****18-SSP/MS	Auxiliar Administrativo
905	ROGÉRIO ANTONIO DA SILVA	22****02-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1195	ROGÉRIO BENEVIDES DA CRUZ OLIVEIRA	21****60-SSP/MT	Técnico em Informática
1072	ROGERIO MASJIONE FERREIRA	14****77-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
410	ROGERIO MENDES GONÇALVES	12****90-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
371	ROGÉRIO SURUBI MATUCARI	22****05-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
739	RONALD RIBEIRO MOITINHO	51**14-POLITEC/AP	Auxiliar Administrativo
1226	RONDINELI DE SOUZA CHAVES	11***22-SSP/RO	Contador
305	RONE PEREIRA LEANDRO	20****92-MT/MT	Auxiliar Administrativo-PCD
216	RONIEL GOMES DE ARRUDA	12****47-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
596	ROSANE CAMPOS BARBOZA	20****02-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
121	ROSANE LUIZA GARCIA DA SILVA	30****55-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
34	ROSEANE NUNES DE SOUZA	20****80-SSP/MT	Contador
611	ROSELI DA SILVA MARTINS	15****72-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
761	ROSELMA ALVES	23****58-SSPM/MT	Auxiliar Administrativo
885	ROSELMA BATISTA CARDOSO DA SILVA	11****99-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
646	ROSEMEIRY BOAVENTURA SILVA	18****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1268	ROSENILDA MARIA DE ARAÚJO VILERA	35*****71-SSP /SP	Auxiliar Administrativo
83	ROSIELLITON DE OLIVEIRA	20****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
704	ROSILDA HOLANDA DA SILVA	08****47-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
628	ROSILENE DA SILVA CAMPOS	17****70-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
439	ROSIMEIRE DA SILVA CARVALHO	14****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1154	ROSINEI LOPES	14****90-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
777	ROSINEIDE REIS DOS SANTOS	19****94-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
604	RUAN CHAVES FERRARI	31****74-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
779	RUAN MATEUS FARIA SILVA	30****32-SSMT/MT	Auxiliar Administrativo
825	RUBENS PEREIRA DE OLIVEIRA	10****40-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
474	RUTH CÂNDIDO PEREIRA OLIVEIRA	12****91-SSP/MT	Contador
535	RYAN DE ARRUDA ROSA	30****00-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
737	SÃANDERSON MATHEUS ROCHA NAVES TABOSA	26****24-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
1259	SABRINA MOREIRA DO NASCIMENTO	26****08-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
910	SAMARA ROLO PINHEIRO DA ROSA	53***96-SEGUP/PA	Auxiliar Administrativo
485	SARA HELLEN DINIZ DO ESPIRITO SANTO	23****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
448	SARA MACEDO	23****71-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
617	SAVIO ALEXANDRE DE FREITAS SOUSA	15****94-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
987	SELENA CAROLINA OLIVEIRA BIANCHINI	25****16-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
237	SENDY APARECIDA DE PAULA OLIVEIRA CEBALHO	32****01-SESP/MT	Contador
1056	SÉRGIO DE CARVALHO PONTES	21****84-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
958	SERGIO NORBERTO DA SILVA	61***59-SSP /MT	Contador
270	SHIRLEY MAKELANY DE SOUZA	20****13-SSP/MT	Contador
574	SIBELE MARTINEZ DA ROCHA	16****45-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
984	SIDNEI LIMA DO CARMO	19****51-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
929	SIDROMAR CIRQUEIRA DA SILVA	17****84-SSP/MT	Contador
933	SILVANA FRANCISCA PINTO PEREIRA LEITE	28****91-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
131	SILVANA GOMES VIANA	92**53-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
850	SILVIO DA COSTA MAGALHÃES FILHO	20****50-SSP/MT	Contador
1021	SILVIO GONÇALVES LONGHI	18****02-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
927	SIMONE CRISTINA FERNANDES NAVES	13****15-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1277	SIMONE MEDEIROS DUARTE	78**89-SSP/RO	Contador
1256	SIMONE TOLEDO DA SILVA OLIVEIRA	11****36-SJ/MT	Contador
932	SOLANGE TOLEDO BARBOSA	18****93-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
227	SOLETE VAZ DE LIMA CELESTINO	80******45-SSP/RS	Auxiliar Administrativo
361	SONIA MARIA ANDRE DIAS	10****33-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
532	SUELEN PACHORI DA SILVA	23****47-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
388	SUNAMITA KÉSIA GOMES DA SILVA	33****05-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
993	SUSANNA AMORIM ESPINDOLA	13****84-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
954	SUZANE PEREIRA DOS SANTOS ALENCAR	09****00-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
781	TADEU FANAIA CASTRILLON	14****99-SSP/MT	Auxiliar Administrativo-PCD
877	TAILSON GOMES BATISTA	28****24-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
319	TAIZE DOS SANTOS	16****35-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
707	TALIKI CRISTIAN SILVA RAMOS	25****74-SSP-MT/MT	Auxiliar Administrativo
429	TALIZA DA GAMA TOSUE	27****38-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
879	TALLIS FAGUNDES	06*******38-DETRAN/MT	Contador
228	TARLLEI CARDENA DOS SANTOS	25****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
608	TASSIA NUNES SILVA	15****54-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
168	TATIANE ARRUDA PEREIRA	16****33-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
323	TATIANE DIAS SANTANA	21****43-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1222	TAYLAN FERNANDES DE ALMEIDA	23****56-SSP/MT	Contador
805	TERNIZE MARIANA GUENKKA	25****96-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
423	THAINARA IZABELA DE SOUZA AMARAL	23****15-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
347	THALIA DOS SANTOS SILVA	25****96-SJSP/MT	Auxiliar Administrativo
223	THALLYTA SOARES FERREIRA	14***28-SSP/RO	Auxiliar Administrativo
407	THAMIRES OLIVEIRA MARTINS	28****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
49	THAMÍS CINTRA PAES	24****45-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
594	THAYARA CAMILA DA SILVA MAGALHAES	23****12-SSP/MT/MT	Auxiliar Administrativo
1191	THIAGO BOTELHO GARCIA FIGUEROA	25****40-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
822	THIAGO COSTA CARVALHO	23****16-SSP/MT	Contador

197	THIAGO DE FREITAS SOUZA	15****43-SSP/MT	Contador
1138	THIAGO ELIAS ORTEGA DA ROCHA BARROS	26****31-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
871	THIAGO ESPINDOLA AGUEIRO	22****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
648	THIAGO GARCIA VALADARES	27****03-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
68	THIAGO HENRIQUE COSTA CASTRO	21****87-SSP/MT	Técnico em Informática
544	THIAGO RODRIGUES DE ALMEIDA	22****46-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
782	THIAGO SESPERE DO NASCIMENTO	26****90-SEJUSP/MT	Técnico em Informática
176	TIAGO ITO ELEODORO	91****99-SESP/PR	Auxiliar Administrativo
691	UILSON CARLOS PEREIRA	15****74-SSP/MS	Auxiliar Administrativo
906	VALDETE DA SILVA BARBOSA CINTRA	13****70-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1047	VALDIENE SOARES DE SOUZA	18****67-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
880	VALDIRA CARVALHO DE OLIVEIRA	26****55-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
1077	VALÉRIA DE CARVALHO NUNES	25****28-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
619	VALODENIRA FIRMINO MARIANO	10****44-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
794	VALQUIRIA BATISTA ORTEGA	15****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
325	VANCLEBER DIVINO SILVA ALVES	21****49-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
584	VANDERLÉIA RODRIGUES DA SILVA	16****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1306	VANDERSON DE OLIVEIRA FERNANDES	28****56-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
653	VANESSA ELOIZA DA SILVA	29****61-SSP/MT	Técnico em Informática
192	VANESSA FERREIRA DA SILVA	24****75-SEJUSP/MT	Contador
731	VANESSA PEREIRA MONTEIRO	14****86-SSP/SP	Auxiliar Administrativo
1190	VANI SOUZA	17****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
741	VANIA CEBALHO DE SOUZA	20****20-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
74	VÂNIA MOREIRA RODRIGUES	06****64-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
807	VANUZA LEOCÁDIO DE OLIVEIRA	19****62-SSP/MT	Contador
722	VANUZA SOARES DOS SANTOS	93**13-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1066	VERONICA DIAS ALMEIDA	23****61-SSP/MT	Contador
487	VICTOR HENRIQUE RAMOS	25****81-SESP MT/MT	Auxiliar Administrativo
625	VICTOR HUGO COSTA DE ARAUJO	23****57-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
92	VINICIUS BRANDAO BORGES	25****76-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1201	VINICIUS GONÇALVES LONGHI	25****49-SEJSP/MT	Técnico em Informática
27	VITOR CAMPOS GIAOMINI SCHIMIDT	16****26-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
640	VITORIA LEODORO ORTEGA	25****46-SSP/MT	Técnico em Informática
678	VIVIANE ALVES DIAS DA SILVA	24****05-SEJUSP/MT	Auxiliar Administrativo
89	VIVIANE CRISTINA MATIAS PEREIRA	21****43-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
638	VIVIANE MACEDO BARBOZA TEIXEIRA	26****01-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1304	VIVIANE OLIVEIRA FERREIRA DA SILVA	31****37-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
1109	WAGNER LEITE PEDROSO	15****40-SSPMT/MT	Auxiliar Administrativo
415	WANDA CARDOSO DIAS	34****40-SSP/MT	Contador
606	WANDERLEI FERNANDES DO PRADO	11****28-SJ/MT	Auxiliar Administrativo
107	WANDERSON CONCEIÇÃO SOARES	25****09-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
256	WANDERSON MESSIAS DE OLIVEIRA	19****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
253	WANDERSON NASCIMENTO ROSA	19****34-SSP/MT	Contador
923	WANESSA GOMES DE ARRUDA CASTRILLON	19****45-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
508	WASHINGTON LUIS RAMOS GONCALVES	22****09-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1086	WDSON ESLEY PIRES SILVA	19****57-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1127	WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS	22****36-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1114	WELLINGTON BRANDOLFO FLORES	18****30-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
451	WELLINGTON CANINJA SOARES FERREIRA	20****80-SESP/MT	Contador
1073	WELLINGTON DA SILVA MARQUARDT	22****19-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
368	WELLINGTON DE AMORIM DOS SANTOS	30****94-SESP/MT	Auxiliar Administrativo
539	WELLINGTON RAMOS DENIS	20****80-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
708	WELLINGTON RONDON	15****16-SSPMT/MT	Contador
201	WELLYNGTON DE BARROS MACIEL	14****53-SSP/MT	Técnico em Informática
666	WELSON BENTO PIMENTA	15****90-SSP/MT	Contador
1063	WELVISLEY FERREIRA DA SILVA	24****06-SSP/MT	Contador
1106	WENDELL ROBERTO DA SILVA	29*****84-SEC/RJ	Auxiliar Administrativo
654	WENDER HENRIQUE BATISTA DA SILVA	29****18-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1225	WESLLEY PEREIRA DOS ANJOS	24****76-SSP/MT	Técnico em Informática
226	WEVERTON DA SILVA LOPES SOUZA	33****46-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1189	WEVERTON SOUZA AMORIM	22****21-SSP/MT/MT	Contador
395	WILKER VIEIRA BRITTO	29****25-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
650	WILLIA HENRIQUE CAMPOS KRUG	29****35-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
891	WILLIAM LUCAS DE FREITAS	23****25-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
236	WILLIAM VIEIRA BRITTO	30****40-SSP/MT	Técnico em Informática
627	YASMIN ALVES PASSBERG	27****83-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1186	YESSA ENELIN ANTONIA DA SILVA SANTOS	25****76-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
745	YGOR DE SÁ E SILVA JUNIOR	30****31-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
657	YURI LARA PINTO DE ARRUDA	21*****88-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
1198	YURI SANTIAGO FORTES ROMÃO	13****75-SSP/MT	Auxiliar Administrativo
153	ZENI DA CONCEIÇÃO MENDES	12****95-SSP/MT	Auxiliar Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de* ***Diploma de Cidadã Cacerense*** *a* ***Excelentíssima Delegada de Polícia Civil Dra. ALESSANDRAH MARQUEZ ALECRIM****, e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Diploma de Cidadã Cacerense** a***Excelentíssima Delegada de Polícia Civil Dra. ALESSANDRAH MARQUEZ ALECRIM***, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo juiz *Dr. LUIZ OCTAVIO O. SABOIA RIBEIRO***, e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** ao **Excelentíssimo Juiz *Dr. LUIZ OCTAVIO O. SABOIA RIBEIRO***, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"*Dispõe sobre a concessão de **DIPLOMA DE CIDADÃO CACERENSE** a **Excelentíssima Promotora de Justiça DRA. LIANE AMÉLIA CHAVES**, e dá outras providências."*

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Diploma de Cidadã Cacerense** a **Excelentíssima Promotora de Justiça DRA. LIANE AMÉLIA CHAVES**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres, tendo ainda uma atuação exemplar na vida pública e particular.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Ementa: Dispõe sobre concessão do **Diploma de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Márcio José da Silva**.

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadão Cacerense**, ao ilustríssimo Sr. **Márcio José da Silva**.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de **"TÍTULO DE CIDADÃ CACERENSE"** à ilustre senhora **MARIA APARECIDA NETTO** pelos seus relevantes serviços prestados em nosso município e dá outras providências."

O **PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista as prerrogativas estabelecidas no Art. 1º, § 1º e § 2º, alínea "a", da Resolução n° 06 de 12 de agosto de 2019, aprovou e a Mesa Diretora promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o **Título de Cidadã Cacerense** a **MARIA APARECIDA NETTO**, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cáceres.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 14 de setembro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente

ISAÍAS BEZERRA

Vice-presidente

CELSO SILVA

1º Secretário

PASTOR JÚNIOR

2º Secretário em Exercício

NEGAÇÃO

3º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº. 05/2022

Entidade Contratante: Câmara Municipal de Curvelândia – MT **Presidente:** Marcos Felipe do Nascimento				
Contrato 05/2022	ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL		UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL	
	CONTRATADO: A Correia da Rocha LTDA ME **CNPJ:** 43.887.824/0001-38			
Data da assinatura 14/09/2022	Data vigência 14/09/2022 a 31/12/2022	Dotação 33.90.39	Valor global R$ 10.572,00	
Objeto do Contrato: aquisição de combustível automotivo (óleo diesel s10 e gasolina), para atender a demanda da Câmara municipal,				
Licitação modalidade: Dispensa 005/2022				

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RESOLUÇÃO Nº 087/2022

RESOLUÇÃO Nº 087/2022

ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, faz saber que Ela aprovou e que seu Presidente promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. A redação do Parágrafo Único do art. 15, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino-MT, passa a viger na forma abaixo transcrita:

*"**Parágrafo Único** - Os membros da Mesa Diretora eleitos para o primeiro biênio serão empossados na Sessão Solene de Instalação; e para o segundo biênio, em Sessão Extraordinária, para este fim convocada, a ser realizada logo após o término da última sessão ordinária da segunda sessão legislativa, com efeitos a partir de 1º de Janeiro do ano seguinte".*

Art. 2º. A redação do Art. 23, I, "d" e do Art. 33, "c", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino-MT, passam a viger na forma abaixo transcrita:

"Art. 23 (...)

I – (...)

d) - mandar proceder à chamada e à leitura dos papéis e proposições e, se entender conveniente para o bom andamento dos trabalhos legislativos, proceder pessoalmente à chamada e à leitura dos papéis e proposições;"

Art. 33 (...)

c) se determinado pelo Presidente, proceder à leitura de todos os papéis sujeitos ao conhecimento ou à deliberação da Câmara no expediente; e despachá-la;

Art. 3º. Fica alterado o parágrafo único para §1º e acrescido o §2º ao Art. 166, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino-MT, na forma abaixo transcrita:

Artigo 166 - As Sessões Extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo de extrema urgência.

§1º - Considera-se motivo de extrema urgência a apreciação de matéria cujo andamento torne inútil à deliberação posterior.

§2º - O prazo disposto no caput deste artigo poderá ser dispensado, se houver concordância expressa, por qualquer meio físico ou eletrônico, de todos os Membros do Poder Legislativo, no tocante ao comparecimento espontâneo, que deverá ser devidamente certificado pela Secretaria Legislativa.

Art. 4º. Fica revogado o Parágrafo Único do art. 307, do regimento Interno da Câmara Municipal de Diamantino-MT.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL BALANCETE FINANCEIRO MES MAIO E JULHO 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA - 2022
Mato Grosso

ANEXO 13 - LEI N.º 4320/64 - BALANCETE FINANCEIRO
MÊS DE JULHO DE 2022.

Página.: 1 de 1

RECEITAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
RESTOS A PAGAR			
C/ Empenhos a Pagar	86.362,13	34.850,47	121.212,60
DEPÓSITOS			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	33.315,31	6.882,20	40.197,51
INSS Inst.Nac.Seg.Social	54.299,56	9.482,53	63.782,09
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	68.377,59	14.454,19	82.831,78
Pensão Alimentícia	3.311,76	650,00	3.961,76
CONSIGNACAO BRADESCO	146.562,47	27.406,77	173.969,24
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	20.767,12	3.792,35	24.559,47
IRRF - EMPRESAS	283,20	51,36	334,56
INSS -SERVICOS TERCEIROS	2.770,90	396,00	3.166,90
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	28.941,90	6.982,95	35.924,85
CARTAO DE TODOS	1.755,00	330,00	2.085,00
ACAO JUDICIAL 2022	1.524,99	508,33	2.033,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Repasse de Duodecimo	1.521.290,00	295.215,00	1.816.505,00
SOMA. . . :	**1.969.561,93**	**401.002,15**	**2.370.564,08**
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	85.973,47	85.973,47
SOMA. . . :	**0,00**	**85.973,47**	**85.973,47**
TOTAL . . . . :	**1.969.561,93**	**486.975,62**	**2.456.537,55**

DESPESAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
ORÇAMENTÁRIA			
Legislativa	1.546.908,13	269.834,01	1.816.742,14
SOMA. . . :	**1.546.908,13**	**269.834,01**	**1.816.742,14**
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Restos a Pagar Exercício Anterior			
RESTOS A PAGAR	68.549,87	3.876,00	72.425,87
Depósitos			
SIMPREV - Ret.Funcionalismo	33.315,31	0,00	33.315,31
INSS Inst.Nac.Seg.Social	52.411,97	0,00	52.411,97
IRRF - Imp. Renda Ret. Fonte	54.732,97	0,00	54.732,97
Pensão Alimentícia	3.311,76	650,00	3.961,76
CONSIGNACAO BRADESCO	146.562,47	27.406,77	173.969,24
UNIMED VALE DO SEPOTUBA	20.135,43	4.394,04	24.529,47
IRRF - EMPRESAS	231,84	0,00	231,84
INSS -SERVICOS TERCEIROS	2.770,90	0,00	2.770,90
SICREDI - CONSIGNACAO FOLHA	28.941,90	6.982,95	35.924,85
CARTAO DE TODOS	1.755,00	330,00	2.085,00
ACAO JUDICIAL 2022	1.524,99	508,33	2.033,32
SOMA. . . :	**414.244,41**	**44.148,09**	**458.392,50**
SALDO PARA O MES SEGUINTE			
DISPONÍVEL			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	181.402,91	181.402,91
SOMA. . . :	**0,00**	**181.402,91**	**181.402,91**
TOTAL . . . . :	**1.961.152,54**	**495.385,01**	**2.456.537,55**

Edson Noel da Silva
Presidente da Camara

Fabio Giullian da Silva Moraes
Servicos de Tesouraria

Nivaldo da Conceicao Siqueira
Contador
CRC-MT 0113930/0-7

www.duralexsistemas.com.br OR 4711

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2022

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 13/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2022

CONTRATADA: GABRIELA PEREIRA LIMA

Rua 15 de Novembro Nº SN Bairro Centro, Cidade de Ribeirãozinho -MT

CEP: 78613-000

CNPJ: 38.651.256/0001-31

DATAS:

DA JUSTIFICAVA: 05/09/2022

DA AUTORIZAÇÃO:06/09/2022

DA CONTRATAÇÃO:13/09/2022

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

•SERVICO DE ASSESSORIA NA AREA ADMINISTRATIVA - DO TIPO EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA EM ORGAO PUBLICO 00060443 Cód 1092 **OBS:** ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA AO RH E IMPLANTAÇÃO E ENVIO DO ESOCIAL PELO PERÍODO DE 3 MESES, para atender as necessidades do Legislativo Municipal da Presidência Durante a Gestão 2021/2022 Desta Câmara Municipal de Paranatinga – MT.

CÓDIGO TCE – 00060443

UNIDADE DE FORNECIMENTO – 1092

Paranatinga-MT, 13 de Setembro de 2022.

Cleiton Rodrigues da Silva.

Presidente da Câmara Municipal – Gestão 2021/2022.

CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Paranatinga-MT, 12 de Setembro de 2022

Ref: Convocação que faz

Comissão de Finanças e Orçamento

Projeto de Lei nº: 149/2022 LDO

Prezados (as) Senhores (as)

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga – Estado de Mato Grosso, Vereador Fernandes Antônio Carlini no uso de suas atribuições legais, reagenda e convida a população deste município a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será reali-

zada no dia **19/09/2022 às 18:00hs** no Plenário Natal Silvério, na Câmara Municipal, localizado à Rua Monteiro Lobato Nº 707 – Centro, onde será discutido o **Projeto de Lei Nº 149/2022** – Lei de Diretrizes Orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício de **2023**.

Sem mais,

Atenciosamente

_____

Fernandes Antônio Carlini

Presidente

Comissão de Finanças e Orçamento

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº 006/2022

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ – MT

CONTRATADO: AUTO POSTO CRUZEIRO LTDA NOME FANTASIA "AUTO POSTO CRUZEIRO"

VALOR GLOBAL: R$ 21.650,00 (VINTE E UM MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)

VIGÊNCIA: SETEMBRO DE 2022 A SETEMBRO DE 2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 3.500 L (TRÊS MIL E QUINHENTOS LITROS) DE GASOLINA E 500 L (QUINHENTOS LITROS) DE ÁLCOOL PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ/MT.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

CÂMARA MUNICIPAL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2022

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2022

A Câmara Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente Senhor **URIAS MOREIRA DE FREITAS** torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal, para a Contratação de profissional para prestação de serviços de contabilidade por prazo determinado de 30 dias. Serão pagos com recursos da Câmara Municipal através de confirmação da Contabilidade através da dotação nº 01.001.01.031.0001.2002.33.90.36- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOA FÍSICA –** No valor total de R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), após Parecer Jurídico favorável à Dispensa exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa **RATIFICO** a Dispensa de Licitação fulcrada n artigo 72 Inciso II e 75 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

e justificativa apresentada e **AUTORIZO** a contratação imediata da ganhadora do certame, Senhora **ROSÂNGELA PASCOATO** CPF Nº 012.075.381-24 – CRC.: 013938/)-7/ CONTADORA.

São José do Rio Claro-MT, 14 de setembro de 2022.

URIAS MOREIRA DE FREITAS

Presidente/2022

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 197/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- NOMEAR a servidora Gabriella Moimaz Ferraz, CPF: 019.936. 591-10 no cargo comissionado de Assessor de Plenário I.

Art. 2.º- Este ato entra em vigor a partir da presente data.

Gabinete da Presidência, 13 de setembro de 2022.

Vereador Fabio José Tardin

Presidente

Vereador Bruno Lins Rios

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 134/2022

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Incluir no Assessoramento da Comissão de Saúde o servidor Paulo Fernandes da Costa, CPF: 023.573.531-04, Mat. 4646 -1.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/09/2022.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 13 de setembro de 2022.

Ver. Fabio Jose Tardin

Presidente

Ver. Bruno Lins Rios

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 087/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

INSTITUI TARIFA PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS NO ATERRO INTERMUNICIPAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, Sra. GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, no uso das atribuições estatutárias e considerando a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída o preço público para prestação dos serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II e de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde no Aterro Intermunicipal do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, respectivamente denominadas de Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos – TRS e Tarifa para Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Serviços de Saúde - TRSS, disciplinadas por esta Resolução.

Art. 2º. Constitui o fato gerador da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos – **TRS** e Tarifa para Coleta, Transporte e Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Serviços de Saúde - **TRSS**, a utilização efetiva dos serviços, por particulares, pessoa física ou jurídica, interessados nos serviços prestados pelo Consórcio.

§ 1º – A utilização efetiva dos serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II, ocorre quando o interessado apresenta

e entrega os resíduos para disposição final no Aterro Sanitário Intermunicipal Nascentes do Pantanal.

§ 2º - A utilização efetiva dos serviços de coleta, tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde, ocorre quando o interessado assina contrato para a prestação dos serviços.

Art. 3º - É contribuinte da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos – **TRS** e da Tarifa para Coleta, Transporte e Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Serviços de Saúde - **TRSS**, sujeito passivo, pessoa física ou jurídica que fizer uso dos serviços.

Art. 4º - A base de cálculo da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos – **TRS** é a quantidade, em peso ou volume, de resíduos sólidos classe II entregues no Aterro Sanitário para disposição final ambientalmente adequada;

Art. 5º - A base de cálculo da Tarifa para Coleta, Transporte e Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Serviços de Saúde - **TRSS** é a quantidade, em peso, de resíduos de serviços de saúde, especificamente pertencentes ao Sub-Grupo A1, Grupo B e Grupo E, segundo a RDC ANVISA Nº 306/04 e Resolução CONAMA nº 358/05, conforme estimativa especificada em contrato.

Art. 6º - Os valores da Tarifa para Disposição Final de Resíduos Sólidos – **TRS** e da Tarifa para Coleta, Transporte e Tratamento e Disposição Final de Resíduos de Serviços de Saúde - **TRSS** estão estabelecidas no ANEXO I desta Resolução.

§ 1º - Será considerado para fins de cobrança da **TRS** a quantidade de resíduos classe II em quilo ou volume em metros cúbico, o que for maior, a ser medido na portaria/balança do Aterro Sanitário;

§ 2º - Aferido o peso e o volume em metros cúbico da carga de resíduos classe II, o recepcionista fará o registro para fins de lançamento da tarifa;

§ 3º - Apurado o valor do serviço de disposição final no aterro sanitário, será emitido, em nome do contribuinte usuário cadastrado, documento de cobrança para pagamento em até 5 (cinco) dias úteis;

§ 4º - Ao contribuinte usuário com contrato administrativo de prestação serviços junto ao Consórcio, será emitido documento de cobrança bancária no fechamento de cada mês com o resultado mensal dos serviços prestados, cujo prazo de pagamento não poderá ser superior a dez dias.

§ 5º - Os valores das tarifas, estabelecido no Anexo I desta Resolução, deverão ser atualizados no mês de janeiro de cada ano com base na variação do INPC-IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, por ato da Presidência do Consórcio.

Art. 7º. O pagamento da tarifa de serviços fora dos prazos regulamentares, sujeitará o contribuinte ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) e de juros mensais na ordem de 1% (um por cento).

§ 1º - Atrasos acima de 60 (sessenta dias) no pagamento da fatura estará sujeito o contribuinte usuário à cobrança e protesto em cartório.

§ 2º - Aferido eventuais débitos não pagos no exercício, estes serão inscritos em dívida ativa no Consórcio.

Art. 8º. As pessoas físicas ou jurídicas interessadas em contratar os serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II, e/ou os serviços de Coleta, Transporte e Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde deverão realizar o cadastramento junto ao escritório administrativo no Aterro Sanitário Intermunicipal Nascentes do Pantanal;

§ 1º - Fica admitido, às pessoas físicas ou jurídicas interessadas em fazer uso continuo dos serviços, a celebração de contrato administrativo de prestação de serviços com o Consórcio para os fins que se específica;

§ 2º - Por solicitação do contribuinte usuário, será emitido documento atestando a disposição final dos resíduos no Aterro Sanitário, não havendo cobrança para emissão deste documento.

Art. 9º - Os valores fruto da cobrança da tarifa pela prestação de serviços de disposição final, ambientalmente adequada, de resíduos Classe II serão aplicados no custeio operacional do Aterro Sanitário.

Art. 10º. A direção do Consórcio fica autorizada a contratar serviços de cobrança bancária.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Resolução Normativa Nº 069/2019 de 19 de dezembro de 2019.

São José dos Quatro Marcos-MT, 14 de setembro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2021/CIDESAT

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **S. R. ROMANELLI FILHO – EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS,** CNPJ sob o número 14.055.256/0001-00. Tendo como objeto o fornecimento de USINA DE MICROPAVIMENTO ASFÁLTICO SR9000MP. Aditivo de Prazo que prorroga a vigência contratual para 30 de dezembro de 2022.

São José dos Quatro Marcos-MT, 12 de setembro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO – Presidente.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 086/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE – RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 081/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato Consórcio;

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão do objeto do Convênio MDR nº 836329/2016 – Aquisição de equipamentos em apoio à cadeia produtiva da piscicultura;

CONSIDERANDO a necessidade de execução do objeto do Convênio SUDAM Nº 905189/2020 – Aquisição de equipamento Usina de micropavimento asfáltico;

FAZ SABER, que a Assembleia Geral Extraordinária de quatorze dias do mês de setembro do ano de 2022 aprovou e sanciono a seguinte **RESOLUÇÃO:**

Artigo 1º. Fica autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no orçamento vigente, Resolução Normativa nº 081/2021, no valor de **R$ 450. 000,00** (quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme segue:

01 – CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.01 – Secretaria Executiva

01.01.20.606.0001.1008.0000 APOIO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

071 4.4.90.52.00 EQUIP E MAT PERMANENTE **R$ 450.000,00**

FONTE DE RECURSO: 5.2.700 – CONVENIO UNIÃO SUPERÁVIT EXERCÍCIO ANTERIOR

Artigo 2º. Para dar cobertura ao disposto no artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, na forma do §1º do Art. 43 da Lei nº 4.320/64. **SUPERÁVIT FINANCEIRO DO**

EXERCÍCIO ANTERIOR : R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Artigo 3º. Fica autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no orçamento vigente, Resolução Normativa nº 081/2021, no valor de **R$ 1.151. 000,00** (um milhão, cento e cinquenta e um mil), conforme segue:

01 – CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01.02 – Secretaria Executiva

01.01.26.782.0001.2011.0000 PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS E RODOVIAS

4.4.90.52.00 EQUIP E MAT PERMANENTE **R$ 1.151.000,00**

FONTE DE RECURSO: 5.1.700 – CONVENIO GOVERNO FEDERAL

Artigo 4º. Para dar cobertura ao disposto no artigo 3º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na forma do inciso II do §1º do Art. 43 da Lei nº 4.320/64.

Artigo 5º. Fica autorizado a suplementar as dotações de que tratam os artigos 1º e 3º até o limite de 30% (trinta por cento) do seu valor total.

Artigo 6º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, aos 14 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E DIAGNÓSTICOS (ADULTO E INFANTIL), PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

EMPRESA: CLINICA DE CONSULTA POPULAR LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 36.760.145/0001-38, SEDIADA NA AV PERNANBUCO (NUC HAB CPA II), Nº 18, SALA 04, BAIRRO MORADA DA SERRA, CUIABÁ/MT

PRAZO: 12 MESES

CUIABÁ – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

PRESIDENTE DO CISVARC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2022

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

EMPRESA: MENEGUETI E ZATTAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 08. 637971/0001-59, COM SEDE NA RUA SANTO ANTONIO, Nº 26, BAIRRO CENTRO SUL, CEP 78.110-117,VÁRZEA GRANDE/MT

PRAZO: 12 MESES

CUIABÁ – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

PRESIDENTE DO CISVARC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2022

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS PARA DIAGNÓSTICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

EMPRESA: UNIMAGEM UNDASDE DE DIAGNOSTICOS POR IMAGEM SIMPLES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 01.544.349/0001-57, ESTABELECIDA NA AV TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, Nº 1157, SALA C, BAIRRO: JARDIM CALIFORNIA, CEP 78070-385 NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT.

PRAZO: 12 MESES

CUIABÁ – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

PRESIDENTE DO CISVARC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

EMPRESA: CLINICA DE CONSULTA POPULAR LTDA., INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 36.760.145/0001-38, SEDIADA NA AV PERNANBUCO (NUC HAB CPA II), Nº 18, SALA 04, BAIRRO MORADA DA SERRA, CUIABÁ/MT

PRAZO: 12 MESES

CUIABÁ – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

PRESIDENTE DO CISVARC

AVISO DE RESULTADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 36. 833.348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 002/2022, cujo objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS E DIAGNOSTICOS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas pelo Edital e Termo de Referência Anexo I. Credenciou a empresa: **CMO – CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA,** localizada na historiador Rubens de Mendonça, nº 990, 3º andar, sala 305, bairro Baú, Cuiabá/MT, CEP 78008-000, para atender os procedimentos abaixo:

Forma de Organização: 02 - Ultrassonografias dos demais sistemas – visão

ITEM	COD.	PROCEDIMENTO	VALOR CISVARC
1	205020020	PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA	R$ 44,43

2	205020089	ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	R$ 48,40

Grupo: 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica

Sub-Grupo: 11 - Diagnóstico em especialidades

ITEM	COD SIGTAP	PROCEDIMENTO	VALOR CISVARC
12	211060011	BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	R$ 48,48
13	211060020	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	R$ 24,68
14	211060038	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA	R$ 80,00
15	211060100	FUNDOSCOPIA	R$ 3,37
16	211060119	GONIOSCOPIA	R$ 6,74
17	211060127	MAPEAMENTO DE RETINA	R$ 24,24
18	211060143	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA	R$ 36,36
19	211060151	POTENCIAL DE ACUIDADE VISUAL	R$ 3,37
20	211060160	POTENCIAL VISUAL EVOCADO	R$ 46,88
21	211060178	RETINOGRAFIA COLORIDA BINOCULAR	R$ 49,36
22	211060186	RETINOGRAFIA FLUORESCENTE BINOCULAR	R$ 64,00
25	211060259	TONOMETRIA	R$ 3,37
26	211060267	TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORNEA	R$ 72,72
27	211060283	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA	R$ 96,00

Cuiabá/MT, 14 de setembro de 2022.

Magna Neves Bonfim Paelo

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 36. 833.348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 003/2022, cujo objeto: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS ESPECIALIZADAS (ADULTO E INFANTIL) PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, DE FORMA COMPLEMENTAR DA COBERTURA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS REDES MUNICIPAIS DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**, à pacientes encaminhados pelos Municípios, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas pelo Edital e Termo de Referência Anexo I. Credenciou as empresas conforme as especialidades abaixo:

Empresas: CMO – CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA, localizada na historiador Rubens de Mendonça, nº 990, 3º andar, sala 305, bairro Baú, Cuiabá/MT, CEP 78008-000.

TABELA I - PROCEDIMENTOS SEM DESLOCAMENTO

ITEM	PROCEDIMENTOS	V. Unit.
04	CONSULTA COM RETINÓLOGO	75,00
05	CONSULTA ESPECIALISTA EM CÓRNEA	75,00
06	CONSULTA ESPECIALISTA EM GLAUCOMA	75,00
10	CONSULTA COM OFTALMOLOGISTA	75,00
11	CONSULTA COM OFTALMOLOGISTA - ESTRABISMO	75,00
12	CONSULTA COM OFTALMOLOGISTA - PLASTICA OCULAR	75,00

TABELA II - PROCEDIMENTOS COM DESLOCAMENTO

ITEM	PROCEDIMENTOS	V. Unit.
03	CONSULTA COM RETINÓLOGO	120,00
04	CONSULTA ESPECIALISTA EM CÓRNEA	120,00
05	CONSULTA ESPECIALISTA EM GLAUCOMA	120,00
09	CONSULTA COM OFTALMOLOGISTA	120,00
10	CONSULTA COM OFTALMOLOGISTA - ESTRABISMO	120,00

Cuiabá/MT, 14 de setembro de 2022.

Magna Neves Bonfim Paelo

Presidente da CPL

AVISO DE RESULTADO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob o n. º 36.833.348/0001-07, torna público aos interessados que na licitação modalidade Inexigibilidade/Credenciamento nº. 001/2022, cujo objeto:Contratação de empresas especializadas na prestação de procedimentos clínicos e cirúrgicos na área da saúde, para atendimento da demanda dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde.

Empresas: CMO – CENTRO MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA, localizada na historiador Rubens de Mendonça, nº 990, 3º andar, sala 305, bairro Baú, Cuiabá/MT, CEP 78008-000, credenciou para atender os itens abaixo:

PROCEDIMENTOS OFTALMOLOGIA

ITEM	SIGTAP	PROCEDIMENTOS	QUANT.	V. UNIT.
01	040505002-0	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	200	R$ 118,13
04	040502001-5	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	80	R$ 3. 481,35
11	040505009-7	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	100	R$ 1. 594,80
12	040505037-2	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRAVEL	100	R$ 2. 314,80
13	040505011-9	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA	100	R$ 1. 954,80
14	040505015-1	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	100	R$ 1. 669,25
27	040505032-1	TRABECULECTOMIA	100	R$ 2. 695,05
31	040503016-9	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER	30	R$ 8. 763,51
32	040503017-7	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSÃO DE PERFLUOCARBONO/ OLEO DE SILICONE/ ENDOLASER	20	R$ 9. 850,23

Cuiabá/MT, 14 de setembro de 2022.

Magna Neves Bonfim Paelo

Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 026/2022

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES E DIAGNÓSTICOS (ADULTO E INFANTIL), PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ.

EMPRESA: MEDIMAGEM RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 24.720.898/0001-30 SEDIADA NA AV MIGUEL SUTIL, Nº 8000, SALAS 11 E 12, TÉRREO, BAIRRO JARDIM MARIANA, CEP: 78.040-400, CUIABÁ/MT

PRAZO: 12 MESES

CUIABÁ – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

PRESIDENTE DO CISVARC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

54º TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2022

54º TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 058/2022

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, pelo seu Presidente, ratifica a contratação das empresas: **UTILISSIMA VARIEDADES PREMIUM LTDA, no valor de R$ 999,98 (NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS); EDITORA GRAFICA MATO GROSSO LTDA, no valor de R$ 4.150,00 (QUATRO MIL CENTO E CINQUENTA REAIS) e IEDA DO ROCIO WEISS SCHOLTAO - COMERCIO, no valor de R$ 590,00 (QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).**

Tudo com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA AQUISIÇÃO DE QUADRO BRANCO DE 3,00X1,20 E ENVELOPES MEDINDO 24X34 E 35X60, visando suprir as necessidades do Hospital Regional de Peixoto de Azevedo.

Peixoto de Azevedo/MT, 14 de Setembro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISRVP

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS

EXTRATO DO XVI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LAZARO IVO CAJANGO GOMES **CNPJ:** 28.872.680/0001-52

OBJETO: Prorrogar **o prazo** de vigência do Contrato n.º 038/2.018, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados previstos na Cláusula 1ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 008/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CAROLINA MACIEL NARVAES – ME/CNPJ 29.973.271/0001-05

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 008/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **consultas de pneumologia e exames de espirometria**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.0031

EXTRATO DO XIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: DREL – EDSON LUIZ MIYAHIRA/CNPJ 13.694.626/0001-97

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 010/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **EXAMES DE AUDIOMETRIA OCUPACIONAL OU DE SELEÇÃO e IMPEDANCIOMETRIA PESQUISA DE REFLEXO ESTAPEDICO**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 011/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA DE RADIOLOGIA PRIME DIAGNÓSTICO/CNPJ 17.905.358/0001-66

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 011/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **EXAMES**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XIX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 012/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA/CNPJ 07.630.237/0001-03

OBJETO: Prorrogar **o prazo** de vigência do Contrato n.º 012/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados nos seguintes **EXAMES previstos na CLAUSULA 4ª.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 57, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XXII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CNPJ: 32.970.345/0001-64

OBJETO: Prorrogar**o prazo** de vigência do Contrato n.º 013/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando à continuidade da prestação de serviços médicos especializados nos **EXAMES** previstos na Cláusula 1ª do contrato primitivo

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 026/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS **CNPJ:** 03.099.157/0001-04

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 026/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de**01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços **especializados na prestação de serviços médicos de Cirurgias Oftalmológicas**, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do **Estado**, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei 8666/1993 e demais aplicáveis.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 028/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: A C S CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA **CNPJ:** 20.292.508/0001-18

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 028/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de**31/08/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços **especializados em consultas de Ortopedista e Traumatologista**, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do **Estado**, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei 8666/1993 e demais aplicáveis.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO X TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 029/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LAMBERTO MARIO HENRY CLÍNICA MÉDICA **CNPJ:** 32.678.262/0001-04

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 029/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de**19/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços **especializados na prestação de serviços médicos de Pneumologia e Espirometria**, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do **Estado**, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da Lei 8666/93 e demais aplicáveis.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XIV TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 035/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ANGELA MIRANDA DA SILVA **CNPJ:** 17.128.906/0001-99

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 035/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de**01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços **especializados na prestação de serviços médicos de Reumatologista**, a serem realizados em diversos Municípios da Região Sul do **Estado**, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57 II da Lei 8666/93 e demais aplicáveis.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 009/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: RENYEL BRUNO RODRIGUES PRUDENCIO EPP CNPJ n.º 31.010.912/0001-78

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 035/2.019, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de**01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços deexames de OTORRINOLARINGOLOGIA**,** VIDEONASOFIBROSCOPIA e VIDEOLARINGOSCOPIA, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57 II da Lei 8666/93 e demais aplicáveis.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: EURIVAL S. BORGES E CIA LTDA CNPJ: 86.822.004/0001-70

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 010/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em exame de TESTE ERGOMÉTRICO, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 011/2.021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CENTRO DE DIAGNOSTICO DE CACERES LTDA CNPJ: 29.315.618/0002-03

OBJETO: P**rorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 011/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2.022 até 31/12/2.022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **Tomografia, Mamografia, Raio X e Densitometria**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO IV TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 012/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLOGICOS DE RONDONÓPOLIS CNPJ: 11.161.816/0002-02

OBJETO: prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 012/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em exame de MAMOGRAFIA DIGITAL e ULTRASSONOGRAFIA DE MAMA, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: PRIME MEDICINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.953.310/0001-63

OBJETO: **Acrescer o montante dos itens 03 e 04,** doobjeto do Contrato n.º 013/2.021, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público

DO VALOR: R$48.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: PRIME MEDICINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.953.310/0001-63

OBJETO: **prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 013/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2.022 até 31/12/2.022**, visando a continuidade da prestação de serviços **Médicos Plantonistas, Clínico Geral, Cirurgião-Dentista, Auxiliar de Higiene Bucal e Farmacêutico, a serem realizados** no Município de Alto Taquari, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 018/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CNPJ 32.970.345/0001-64

OBJETO: Prorrogar **o prazo** de vigência do Contrato n.º 018/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/12/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em **exames de cintilografia óssea (corpo inteiro), cintilografia renal estática (DMSA), cintilografia renal dinâmica (DTPA) com ou sem diurético, cintilografia e captação de tireoide (Iodo-131) e Hipertireoidismo (Plummer/graves)**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 019/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/ CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA/CNPJ 07.630.237/0001-03

OBJETO: **Prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 019/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2.022 até 31/12/2.022**, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, **visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados previstos na cláusula I ª do Termo Aditivo.**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: SERGIO BREDA GUIZELINI – ME CNPJ: 11.991.939/ 0001-81

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n.º 007/2.021, previsto em sua Cláusula 8ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2.022 até 31/12/2.022**, visando a continuidade da prestação de serviços de **locação de máquina impressora multifuncional da marca Brother DCP 8085 DN e demais previstos na Cláusula 1ª do contrato original**, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO VII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 029/2021

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: PRIME MEDICINA LTDA - EPP CNPJ: 22.953.310/ 0001-63

OBJETO: **prorrogar o prazo** de vigência do Contrato n.º 029/2.021, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **01/09/2022 até 31/10/2022**, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em Consulta Clínica em Psicologia, Terapia Ocupacional, Enfermeiros, Técnico de Farmácia e Fiscal Sanitário, com o fito de atender à demanda do Município de Alto Taquari, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇO

PROCESSO Nº. 133/2022

CONCORRÊNCIA Nº. 006/2022

ONDE SÊ LÊ:

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, decorrido o prazo e julgado as interposição de recurso da fase de habilitação da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa de Engenharia especializada para execução da reforma e ampliação do DEMAE, em Água Boa-MT e elaboração de projeto executivo como encargo do contratado, com base no Projeto Básico e nas *condições, quantidades e exigências estabelecidas* neste Edital e seus anexos, comunica que a abertura dos envelopes de propostas de preço das empresas habilitadas.

DATA: 20/09/2022.

HORÁRIO: 08h30min, horário de Brasília.

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

LEIA-SÊ: O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que, decorrido o prazo e julgado as interposições de recurso da fase de habilitação da licitação acima referenciada que tem por objeto: Contratação de empresa de Engenharia especializada para execução de 50 (cinquenta) unidades habitacionais, conforme projeto elaborado pela SINFRA-MT e Termo de Convênio 1169/2022 SINFRA-MT, e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DATA: 20/09/2022.

HORÁRIO: 08h30min, horário de Brasília.

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

Água Boa/MT, 14 de setembro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 581, 12 DE AGOSTO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**DALMIR DE SOUZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Pontes e Bueiros	
Matricula:	7186.3	

Nome:	**APARECIDO GRECCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Infraestrutura	
Matricula:	2313.3	

Nome:	**JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Mestre de Obras	
Matricula:	53.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Nome:	**OTACILIO DE SOUZA BARBOZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Agricultura Familiar	
Matricula:	7584.2	

Nome:	**MARUZAN RODRIGUES PINTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Encanador Rede Água	
Matricula:	7306.1	

Nome:	**JOSIANE DA SILVA LEMOS LOPES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Agente Administrativo	
Matricula:	6235.1	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

ATA:	95 e 96/2022			
Vigência:	Data de Início:	03/08/2022	Data de Encerramento:	03/08/2023
Objeto:	Aquisição de tubos, aduelas, alas e calhas para bocas de bueiros em concreto para o Município de Água Boa – MT.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 12 DE AGOSTO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 12 de agosto de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 654, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA. "

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o Oficio n°187/GB/SMSAB/2022, expedido pelo secretário municipal de saúde, Eberson Mateus dos Santos, em 22 de agosto de 2022;

CONSIDERANDO o que determina o Art. 105 da Lei Complementar nº 009/2000 que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Água Boa-MT".*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença Não Remunerada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, 730 (setecentos e trinta) dias, a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **ROSANE RODRIGUES DE MIRANDA,** com matricula sob nº 327.1, efetivo no Cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA - SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único: a licença não remunerada compreende o período de **04/07/2022** à **03/07/2024**, com retorno previsto para **04/07/2024.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/07/2022, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 13 DE SETEMBRO DE 2022**.**

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

EBERSON MATEUS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 13 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 647, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n.º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**NEIDE CARDOSO TEIXEIRA DOS REIS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Regularização Fundiária	
Matricula:	7582.3	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	153/2022			
Vigência:	Data de Início:	01/09/2022	Data de Encerramento:	31/12/2022
Objeto:	Alienação de lotes.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 06 DE SETEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 06 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N º. 032/2022

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 032/2022.

OBJETO: Contratação de empresa para a aquisição de bicicletas com a finalidade de atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Água Boa-MT, conforme especificações no Termo de Referência.

REALIZAÇÃO: 29/09/2022

INÍCIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08:00 horas.

INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08:30 horas, HORÁRIO DE BRASÍLIA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no e-mail pregao4@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 14 de setembro de 2022.

Alícia Lopes MacielPregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 651, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022.

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA. "

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, inciso VI, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o Oficio n°068 /ASSGB/SMSAB/2022, expedido pelo secretário municipal de saúde, Eberson Mateus dos Santos, em 06 de setembro de 2022;

CONSIDERANDO o que determina o Art. 105 da Lei Complementar nº 009/2000 que "*Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Água Boa-MT".*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença Não Remunerada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, ou seja, 730 (setecentos e trinta) dias, a Servidora Pública Municipal Sr.ª. **RENATA DENISE A. S. PEREIRA,** com matricula sob nº 7290.1, efetivo no Cargo de AUXILIAR DE LIMPEZA - SAUDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único: a licença não remunerada compreende o período de **11/09/2022** à **09/09/2024**, com retorno previsto para **11/09/2024.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 06 DE SETEMBRO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

EBERSON MATEUS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 06 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 532, 25 DE JULHO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**DIEGO JUNIOR CHESCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Controle de Frota	
Matricula:	7575.1	

Nome:	**JHESSICA JULIANA AJALA MOLLMANN**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor do Frotas	
Matricula:	7811.1	

Nome:	**JOSIEL LINDENMAYR COUTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Administrativo Financeiro	
Matricula:	3258.1	

Nome:	**OTACILIO DE SOUZA BARBOZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Agricultura Familiar	
Matricula:	7584.2	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	113/2018			
Vigência:	Data de Início:	21/07/2022	Data de Encerramento:	23/07/2023
Objeto:	Contratação de empresa especializada em seguro para segurar os veículos pertencentes a frota Municipal junto as Secretarias de Saúde, Infraestrutura Desenvolvimento e Gabinete do Município de Água Boa – MT.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE JULHO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 25 de julho de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 637, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Inciso VI, da Lei Orgânica.

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para Fiscal de Contrato:

Nome:	**AUREA SOARES DE CAMPOS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Engenheiro Sanitarista	
Matricula:	6234.1	

Nome:	**RODRIGO REBELATTO SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenador (a) de Análise Geral Núcleo de Lice	
Matricula:	7089.4	

Art. 2° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	104/2022			
Vigência:	Data de Início:	27/06/2022	Data de Encerramento:	27/06/2023
Objeto:	Prestação de serviços de implantação e operação contínua de apoio a cobrança pelos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos.			

Art. 3º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da ATA/Contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Municipal nº 494/2022.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 02 DE SETEMBRO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 02 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.935, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS NO PERÍMETRO URBANO DE ÁGUA BOA-MT".

REJANE SCHNEIDER GARCIA, Prefeita em exercício do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Água Boa-MT'; e

CONSIDERANDO o disposto na **ATA nº 075 de Avaliação de Imóveis Urbanos**, de 06 de setembro de 2022, da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis Rurais e Urbanos, nomeada pelo Decreto Municipal nº 3.814/2022;

CONSIDERANDO o Parecer Técnico de "***Avaliação de Imóveis Urbanos***" emitido pela Zandoná & Zandoná Ltda - ME "*Zandoná Imóveis"*, em 04 de março e 25 de março de 2022;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam avaliados para alienação para Processo Licitatório, os imóveis com as seguintes características:

I. 03 (três) imóveis Urbanos, localizados no Loteamento Denominado **DISTRITO INDUSTRIAL DE ÁGUA BOA**, na cidade de Água Boa – MT, conforme descrição abaixo:

Seq.	Quadra	Lote	Endereço/Imóvel	Área/m²	Matrícula	Valor M² (R$)
01	030	001	Rua 5	720,00	19.230	140,00
02	030	002	Rua 5	720,00	19.231	140,00
03	030	004	Rua 5	700,00	19.233	140,00

II. 02 (dois) imóveis Urbanos, localizados no Loteamento Denominado **DISTRITO INDUSTRIAL**, na cidade de Água Boa – MT, conforme descrição abaixo:

Seq.	Quadra	Lote	Endereço/Imóvel	Área/m²	Matrícula	Valor M² (R$)
01	031	005	Rua 10	1.250,00	15.465	160,00
02	031	006	Rua 10	1.250,00	15.484	160,00

III. 02 (dois) imóveis Urbanos, localizados no Loteamento Denominado **CIDADE DE ÁGUA BOA/INDUSTRIAL V**, na cidade de Água Boa – MT, conforme descrição abaixo:

Seq.	Quadra	Lote	Endereço/Imóvel	Área/m²	Matrícula	Valor M² (R$)
01	044	001	Rua 09	1.000,00	9.740	200,00
02	044	002	Rua 09	1.000,00	9.740	200,00

IV. 01 (Um) imóvel Urbanos, localizados no Loteamento Denominado **RESIDENCIAL DÉLCIO EDUARDO MENDEL**, na cidade de Água Boa – MT, conforme descrição abaixo:

Seq.	Quadra	Lote	Endereço/Imóvel	Área/m²	Matrícula	Valor M²
01	026	015	Rua BC-26	240,00	16.848	160,00

V. 02 (dois) imóveis Urbanos, localizados no Loteamento Denominado **JARDINS DAS PALMEIRAS**, na cidade de Água Boa – MT, conforme descrição abaixo:

Seq.	Quadra	Lote	Endereço/Imóvel	Área/m²	Matrícula	Valor M²
01	151-B	16	Travessa 2A	225,00	19.203	310,00
02	151-B	18	Travessa 2A	225,00	19.205	310,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 12 DE SETEMBRO DE 2022.

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal em Exercício

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 12 de setembro de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

AVISO DE RESULTADO 007/2022.

PROCESSO Nº. 136/2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 003/2022.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a Contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia nas atividades de elaboração de projetos executivo de edificações, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de rede elétrica, rede de esgoto e rede de água, projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem spt, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do Município de Água Boa de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

EMPRESA BN PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI.

PROFISSIONAL		ERIKA BUSIQUIA		TANAINE CRISTINA		BRUNA NEGRISOLI	
GRUPO	DESCRIÇÃO	HABILITADO	JUSTIFICATIVA	HABILITADO	JUSTIFICATIVA	HABILITADO	JUSTIFICATIVA
1	PROJETOS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS						
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	NÃO	**	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*

	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		SIM		SIM	
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO EACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMOVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		SIM		SIM	
2	**PROJETOS DE EDIFICIOS ESPORTIVOS, INCLUSIVE GINÁSIOS**						
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	NÃO	**	NÃO	*
	PROJETO HIDROSANITARIO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		SIM		SIM	
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMOVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		SIM		SIM	
3	**PROJETOS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS.**						
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO		NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*

	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		SIM		SIM	
4	**PROJETOS DE EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE.**						
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		SIM		SIM	
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE GASES MEDICINAIS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM		SIM		SIM	
5	**PROJETO DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS.**						
	PROJETO ARQUITETONICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS, INCLUSIVE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ELÉTRICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	SIM		NÃO	*	NÃO	*
6	**PROJETO DE CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO.**						
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*

	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		SIM		NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		SIM		NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO TELEFÔNICO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*		
	PROJETO DE LÓGICA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		SIM		SIM	
	PROJETO DE SONORIZAÇÃO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SPDA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		SIM	
	PROJETO CENTRAL DE GPL PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		SIM		SIM	
7	**PROJETO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO**						
	ESTUDOS DE TRÁFEGO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS HIDROLÓGICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS DO TRAÇADO PARA PAVIMENTAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS GEOTÉCNICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO GEOMÉTRICO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO TERRAPLENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DRENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE SINALIZAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LAUDO DE SONDAGEM SPT	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	MOBILIZAÇÃO PARA SONDAGEM SPT	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA CIDADE COM ATÉ 30 MIL HABITANTES	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA CIDADE COM ATÉ 30 MIL HABITANTES	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 13 de setembro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO 008/2022.

PROCESSO Nº. 136/2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 003/2022.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a Contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia nas atividades de elaboração de projetos executivo de edificações, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de rede elétrica, rede de esgoto e rede de água, projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem spt, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do Município de Água Boa de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

DIEGO ROBERTO SBITKOWSKI CHAMMA EIRELI

PROFISSIONAL		**DIEGO ROBERTO**	
GRUPO	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
1	**PROJETOS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS**		
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM	
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO EACESSÓRIOS)	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	
2	**PROJETOS DE EDIFICIOS ESPORTIVOS, INCLUSIVE GINÁSIOS**		
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	PROJETO HIDROSANITARIO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM	
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFÍCIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	
3	**PROJETOS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS.**		
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*

	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM	
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	
4	**PROJETOS DE EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE.**		
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE GASES MEDICINAIS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM	
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	SIM	
5	**PROJETO DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS.**		
	PROJETO ARQUITETONICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS, INCLUSIVE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO	SIM	
	PROJETO ELÉTRICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM	
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	SIM	
7	**PROJETO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO**		
	ESTUDOS DE TRÁFEGO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*
	ESTUDOS HIDROLÓGICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*
	ESTUDOS DO TRAÇADO PARA PAVIMENTAÇÃO	SIM	
	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	ESTUDOS GEOTÉCNICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO GEOMÉTRICO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO TERRAPLENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO DRENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*
	PROJETO DE SINALIZAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	
	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO	SIM	
	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	NÃO	*
	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	NÃO	*
	LAUDO DE SONDAGEM SPT	NÃO	
	MOBILIZAÇÃO PARA SONDAGEM SPT	NÃO	*
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CIDADE COM ATÉ 30 MIL HABITANTES	NÃO	*
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA CIDADE COM ATÉ 30 MIL HABITANTES	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 13 de setembro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz | Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO 009/2022.

PROCESSO Nº. 136/2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 003/2022.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a Contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia nas atividades de elaboração de projetos executivo de edificações, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de rede elétrica, rede de esgoto e rede de água, projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem spt, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do Município de Água Boa de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

ACTUM ENGENHARIA LTDA

PROFISSIONAL		JOAO CARLOS		FLORAVANTE ROSA		RAFAEL PERIN		LEANDRO LUIS	
GRUPO	DESCRIÇÃO	HABILITADO	JUSTIFICATIVA	HABILITADO	JUSTIFICATIVA	HABILITADO	JUSTIFICATIVA	HABILITADO	JUSTIFICATIVA
1	**PROJETOS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS**								
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO EACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFÍCIOS EDUCACIONAIS	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO

2	**PROJETOS DE EDIFICIOS ESPORTIVOS, INCLUSIVE GINÁSIOS**								
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSANITARIO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM		NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS ESPORTIVOS, inclusive ginásios	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO
3	**PROJETOS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS.**								
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	SIM		NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITÁRIAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	SIM	

	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		SIM		SIM		SIM	
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		SIM		SIM		SIM	
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		SIM		NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		SIM		NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	NÃO	*	SIM		SIM		NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMÓVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS ADMINISTRATIVOS	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO
4	**PROJETOS DE EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE.**								
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METALICA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE REDES HIDROSSANITARIAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO DE CARGAS E REDES ELÉTRICAS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DO SIST.DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNCIO PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAÚDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	SIM	

	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAUDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SPDA (PARARRAIO) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAUDE	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE CHAMADA DE ENFERMEIRA PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAUDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE GASES MEDICINAIS PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAUDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMOVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA EDIFICIOS HOSPITALARES E SAUDE	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO
5	**PROJETO DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS.**								
	PROJETO ARQUITETONICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS, INCLUSIVE DRENAGEM E IRRIGAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO ELÉTRICO PARA PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNOS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMOVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) DE PARQUES, PRAÇAS E QUADRAS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
6	**PROJETO DE CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO.**								
	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM		NÃO	*
	PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÃO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO HIDROSSANITÁRIO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO REDES ELÉTRICAS PARA CENTRO DE	SIM		SIM		NÃO	*	NÃO	*

	CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO								
	PROJETO TELEFÔNICO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE LÓGICA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SIST. CABEAMENTO ESTRUTURADO (VOZ, DADOS E SONORIZAÇÃO) PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE SONORIZAÇÃO PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO E CONFORTO AMBIENTAL PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	SIM	
	PROJETO DE ALARME E CFTV PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO SPDA PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	SIM		NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO CENTRAL DE GPL PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM PARA IMPLEMENTOS EXTERNO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE URBANISMO (MUROS, CALÇADAS, PAVIMENTAÇÕES, CANTEIROS, ACESSOS, OUTROS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE PAISAGISMO (ESPÉCIES, PORTES, QUANTIDADES, MOBILIÁRIO EXTERNO E ACESSÓRIOS)	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO DE IMOVEIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA CENTRO DE CONVENÇÃO E EXPOSIÇÃO	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO
7	**PROJETO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO**								
	ESTUDOS DE TRAFEGO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS HIDROLÓGICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS DO TRAÇADO PARA PAVIMENTAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS GEOTÉCNICOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	ESTUDOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO GEOMÉTRICO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO TERRAPLENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DRENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*

	PROJETO DE INTERSEÇÕES E ACESSOS PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE SINALIZAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO AMBIENTAL PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM		NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PROJETO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	SIM	ORÇAMENTO PARA SUA HABILITAÇÃO	NÃO	*	NÃO	*	NÃO	*

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 13 de setembro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO 010/2022.

PROCESSO Nº. 136/2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 003/2022.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise dos documentos de habilitação acima referenciada que tem por objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a Contratação de serviços técnicos de arquitetura e engenharia nas atividades de elaboração de projetos executivo de edificações, projeto de infraestrutura (pavimentação e restauração), projeto de rede elétrica, rede de esgoto e rede de água, projeto de parques, praças e quadras, laudo de sondagem spt, projeto de obras de artes especiais, projeto de paisagismo e urbanismo, projeto de terraplenagem, levantamento topográfico planialtimétrico cadastral, no âmbito do Município de Água Boa de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, que o integram e complementam, conforme segue:

AMJ ENGENHARIA E CONSULTORIA EM REDES DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO EIRELI

EMPRESA: AMJ ENGENHARIA			
GRUPO	**DESCRIÇÃO**	**HABILITADO**	**JUSTIFICATIVA**
7	**PROJETO DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO**		
	ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO PARA CIDADE COM ATÉ 30 MIL HABITANTES	SIM	
	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PLANILHA DE QUANTITATIVOS, MEMÓRIA DE CALCULO, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E COTAÇÕES DE PREÇOS) PARA PAVIMENTAÇÃO OU RESTAURAÇÃO	NÃO	*

Abre-se o prazo conforme Art. 109, a) da Lei 8.666/93.

Água Boa, 13 de setembro de 2022.

Alan Rogério Steinmetz

Presidente da Comissão de Licitação

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO CONTRATO 160/2022

PROCESSO: 171/2021

LICITAÇÃO: Chamada Pública para Credenciamento nº. 002/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA MT.

CONTRATADO: ACTUM ENGENHARIA LTDA / CNPJ n.º 32.895.117/0001-77

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE URBANIZAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO, REDE DE ÁGUA, REDE DE ESGOTO, REDE ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS DO LOTEAMENTO A SER IMPLANTADO NO BAIRRO UNIVERSITÁRIO, COORDENADAS 14° 4'25.91"S, 52° 9'59.16"O

TOTAL: R$ 30.953,55 (trinta mil, novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14/09/2022 à 13/12/2022

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993

Signatários: pela contratante Prefeita Municipal REJANE SCHNEIDER GARCIA, pela contratada JOÃO CARLOS FRANÇA

Data de Assinatura: 14/09/2022

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 531, 25 DE JULHO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o

que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**DIEGO JUNIOR CHESCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Controle de Frotas	
Matricula:	7575.1	

Nome:	**JHESSICA JULIANA AJALA MOLLMANN**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor do Frotas	
Matricula:	7811.1	

Nome:	**JOSIEL LINDENMAYR COUTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Administrativo Financeiro	
Matricula:	3258.1	

Nome:	**REGINALDO CLEITON SEBASTIAO ROSA FILHO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Transportes	
Matricula:	7585.2	

Nome:	**ESTELA ADORNO CAETANO PILZ**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Projetos de Convênios	
Matricula:	6281.4	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	103/2018			
Vigência:	Data de Início:	01/07/2022	Data de Encerramento:	02/07/2023
Objeto:	Contratação de empresa especializada em seguro para segurar os veículos pertencentes a frota Municipal junto as Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Educação do Município de Água Boa – MT			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 25 DE JULHO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 25 de julho de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

FINANÇAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA PROFISSIONAL EM ELABORAÇÃO DE PROVAS OBJETIVAS PARA O PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA-MT.
FAVORECIDO	POLICON TECNOLOGIA E GESTAO LTDA. CNPJ: 33.929.416/0001-48.
VALOR GLOBAL	R$ 9.000,00 (Nove mil reais).
PRAZO	CONFORME CONTRATO
FUNDAMENTO LEGAL	ART. 24, INCISO II DA LEI N°. 8.666/93.
JUSTIFICATIVA	ANEXA NOS AUTOS DO PROCESSO DE DISPENSA Nº. 057/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 057/2022, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, 14 de setembro de 2022.

REJANE SCHNEIDER GARCIA

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 590, 12 DE AGOSTO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. º 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**KELLY CRISTINA REICHERT MAUERVERCK**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gestor Administrativo	
Matricula:	7734.1	

Nome:	**ANA PAULA ALMEIDA NAVES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário(a) Adjunta de Planejamento	
Matricula:	7762.2	

Nome:	**CLERIA WAGNER MORESCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	7687-5	

Nome:	**SUSANA PEREIRA FERREIRA DIAS**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	6333.1	

Nome:	**MALIDA GARBO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora de Gabinete do Secretário	
Matricula:	7810.1	

Nome:	**ALANA LUNA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente Adjunta Administrativa	
Matricula:	7580.3	

Nome:	**OTACILIO DE SOUZA BARBOZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Agricultura Familiar	
Matricula:	7584.2	

Nome:	**JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Mestre de Obras	
Matricula:	53.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Nome:	**MARUZAN RODRIGUES PINTO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Encanador Rede Água	
Matricula:	7306.1	

Nome:	**JALIS MACHADO FILHO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Esporte	
Matricula:	6598.8	

Nome:	**MIREYA ALVES LOPES**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenadora de Esportes	
Matricula:	7825.1	

Nome:	**SILVANA DA SILVA ZAGONEL**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Coordenador (a) de Cultura	
Matricula:	7754.2	
Nome:	**GARCIAS ABREU DA SILVA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Cultura	
Matricula:	7583.2	

Nome:	**ANDERSON KARNOPP**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Psicólogo 40 Horas	
Matricula:	7303.1	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	134/2022			
Vigência:	Data de Início:	27/07/2022	Data de Encerramento:	27/07/2023
Objeto:	Prestação de serviço de gestão de compras de materiais de construção em geral, através do sistema informatizado.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 12 DE AGOSTO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 12 de agosto de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 587, 12 DE AGOSTO DE 2022.

Designa responsáveis como fiscal de contrato na forma que estabelece o art. 67 da Lei n. ° 8.666/93.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 80, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Município, e no exercício de seu cargo, e:

R E S O L V E:

Art. 1º – Designar o servidor para fiscal de Contrato:

Nome:	**JOAQUIM DOS ANJOS FERREIRA DA PAIXAO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Mestre de Obras	
Matricula:	53.1	

Nome:	**GILMAR ROBERTO GIACOMOLLI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Urbanismo	
Matricula:	37.1	

Nome:	**APARECIDO GRECCO**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Secretário Adjunto de Infraestrutura	
Matricula:	2313.3	

Nome:	**DALMIR DE SOUZA**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Gerente de Pontes e Bueiros	
Matricula:	7186.3	

Nome:	**DENISE ADRIANA FERRARI**	Ciente e de acordo:
Cargo/Função:	Assessora Pedagógica	
Matricula:	7449.1	

Art. 3° - O Contrato pela qual o fiscal irá proceder à fiscalização e acompanhamento, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93, são os seguintes:

Contrato:	138/2022			
Vigência:	Data de Início:	28/07/2022	Data de Encerramento:	31/12/2022
Objeto:	Aquisição de madeira.			

Art. 4º - São atribuições do fiscal:

1. Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato e suas cláusulas avençadas;

2. Emitir relatórios/medições;

3. Comunicar formalmente as irregularidades constatadas ao Prefeito Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o encerramento do Contrato e/ou ATA, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 12 DE AGOSTO DE 2022**.**

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 12 de agosto de 2022.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 90, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 90, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre a Homologação do Processo Seletivo Simplificado lançado pelo Edital nº 002/2022 da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, e dá outras providências. "

O Prefeito do Município de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, **CLAUDINEI SINGOLANO**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Processo Seletivo Simplificado lançado pelo Edital nº 002/2022;

Considerando, o Edital Complementar nº 007 que divulgou o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022;

Considerando, que todos os recursos foram devidamente analisados pela Comissão de Processo Seletivo;

Considerando, que todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado foram realizadas;

Considerando, a necessidade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022, da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, conforme relação dos candidatos classificados na condição de Cadastro de Reserva, de acordo com o Anexo Único, já devidamente divulgado e publicado, que fica sendo parte integrante deste Decreto como Anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Garças/MT, 13 de Setembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, informa que a data prevista para abertura da sessão pública, será no dia 04/10/2022às 08:00h, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** Tal reaviso se dá em decorrência da retificação do Edital. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 14 de setembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT

PROCESSO SELETIVO - 002/2022
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO

ENFERMEIRO - 30 HORAS - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000040	RODRIGO SILVA ROCHA	8,00	14,00	36,00	5,00	63,00	1º	Classificado	Excedente
0000890	SALETE BARBOSA DOS SANTOS	8,00	8,00	36,00	-	52,00	2º	Classificado	Excedente
0000680	JÉSSICA ALINE MARTINS	8,00	14,00	30,00	-	52,00	3º	Classificado	Excedente
0000700	CACILDO DA CRUZ BANDEIRA FILHO	4,00	14,00	18,00	5,00	41,00	4º	Classificado	Excedente
0000630	SULENI ELIZIÁRIO BARBOSA DE OLIVEIRA	8,00	10,00	18,00	-	36,00	5º	Classificado	Excedente
0000250	MIRIAN ALEXANDRE CONSTANTINO CHAGAS	4,00	2,00	24,00	-	30,00	6º	Classificado	Excedente

ENFERMEIRO - 40 HORAS - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000280	JULIANA FERREIRA MAGALHÃES	6,00	14,00	54,00	-	74,00	1º	Classificado	Excedente
0000590	FRANCINE BARBOSA FALEIRO	6,00	8,00	30,00	5,00	49,00	2º	Classificado	Excedente
0000140	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	6,00	10,00	24,00	-	40,00	3º	Classificado	Excedente
0001320	SOELY APARECIDA TAVARES	6,00	12,00	18,00	-	36,00	4º	Classificado	Excedente

FISIOTERAPEUTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000320	MARIANA DA SILVA BUENO	14,00	14,00	48,00	-	76,00	1º	Classificado	Aprovado
0000400	BRENDA LEITE MACHADO	8,00	16,00	42,00	5,00	71,00	2º	Classificado	Excedente
0001020	LAYLA REZENDE VIEIRA	8,00	10,00	36,00	5,00	59,00	3º	Classificado	Excedente
0001340	JESSICA LINA DE ARAUJO	4,00	12,00	42,00	-	58,00	4º	Classificado	Excedente
0000070	MICHELLI BARBOSA DE SOUZA	4,00	2,00	42,00	-	48,00	5º	Classificado	Excedente
0000220	THAÍS CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	6,00	10,00	30,00	-	46,00	6º	Classificado	Excedente
0001030	LAÍS DA SILVA MACEDO	0,00	10,00	30,00	-	40,00	7º	Classificado	Excedente
0000610	ISADORA SALVADORI REZENDE	4,00	6,00	24,00	-	34,00	8º	Classificado	Excedente

MOTORISTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0001300	JORDHANIO CORREIA DA SILVA	18,00	20,00	42,00	80,00	1º	Classificado	Aprovado
0001070	ZAQUEU VITOR DA SILVA	14,00	16,00	48,00	78,00	2º	Classificado	Excedente
0001180	ALEXANDRE MACHADO DE LIMA	16,00	18,00	42,00	76,00	3º	Classificado	Excedente
0000460	FÁBIO DE SOUZA	14,00	20,00	36,00	70,00	4º	Classificado	Excedente
0000340	HELIO DOS SANTOS MATOS	14,00	16,00	36,00	66,00	5º	Classificado	Excedente
0001370	WEMERSON DOS SANTOS LEMES	18,00	16,00	24,00	58,00	6º	Classificado	Excedente
0000550	JAIR ALTAMIRO RIBEIRO	2,00	10,00	42,00	54,00	7º	Classificado	Excedente
0000120	ODAIR GUIMARAES BORGES	12,00	16,00	24,00	52,00	8º	Classificado	Excedente
0000180	JOSÉ PETRILIO GUIMARÃES JUNIOR	10,00	12,00	24,00	46,00	9º	Classificado	Excedente

NUTRICIONISTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000830	DIELLY CUSTODIO TAVARES	4,00	8,00	30,00	-	42,00	1º	Classificado	Aprovado
0000160	REYLLA RODRIGUES CARDOSO DE OLIVEIRA	4,00	4,00	30,00	-	38,00	2º	Classificado	Excedente
0000930	JANINE PADILHA DE ALMEIDA TOMCZAK	10,00	8,00	18,00	-	36,00	3º	Classificado	Excedente
0001060	INGRIDI SENGER RIBAS CALLEGRO	6,00	12,00	18,00	-	36,00	4º	Classificado	Excedente

PSICÓLOGO - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000410	MARCOS ALEXANDRE SCHMALTZ	8,00	16,00	36,00	-	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000530	GUSTAVO SOARES DE SOUZA	8,00	8,00	36,00	5,00	57,00	2º	Classificado	Excedente
0000050	MAYARA ALMEIDA DE SOUZA	4,00	8,00	36,00	5,00	53,00	3º	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT

PROCESSO SELETIVO - 002/2022

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO

0000210	MARIA APARECIDA DA SILVA	6,00	8,00	24,00	-	38,00	4º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000360	GUSTAVO COSTA DE SOUZA	8,00	4,00	42,00	54,00	1º	Classificado	Aprovado
0000300	IARA MARTINS REIS	4,00	8,00	36,00	48,00	2º	Classificado	Excedente
0000200	ERICA ALDI NOGUEIRA DOS SANTOS BARPP	8,00	10,00	30,00	48,00	3º	Classificado	Excedente
0001160	SILVANETE PEREIRA DA SILVA	14,00	6,00	24,00	44,00	4º	Classificado	Excedente
0001050	SEBASTIANA BATISTA DA SILVA	14,00	2,00	18,00	34,00	5º	Classificado	Excedente
0000740	RAIMUNDA JACILENE DO NASCIMENTO DE ARAÚJO	10,00	6,00	18,00	34,00	6º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000500	JAQUELINE SOARES BORGES	14,00	8,00	36,00	58,00	1º	Classificado	Excedente
0000130	GIURLENY CRISTINA FRANCA	8,00	8,00	18,00	34,00	2º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM RADIOLOGIA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000840	JONATHAN ALMEIDA DA SILVA	8,00	12,00	30,00	-	50,00	1º	Classificado	Excedente
0001310	LORENA RODRIGUES DE MELO LELES	14,00	12,00	18,00	-	44,00	2º	Classificado	Excedente

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelas Portarias nºs 122/2022 e 140/2022 ao qual compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Simplificado, para todos os efeitos, a saber:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados, respondidos e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Processo Seletivo previsto no Edital nº 002/2022/2022;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022/2022;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o RELATÓRIO FINAL, contendo o Resultado Final Retificado, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "CLASSIFICADOS/EXCEDENTE", os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022/2022, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais inscritos.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 002/2022/2022) – Cargos com Prova Prática;

VII. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/ e portal de transparência da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT: https://www.gp.srv.br/transparencia_altogarcas/servlet/home_portal_v2.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Alto Garças/MT, 13 de Setembro de 2022.

KELLY MORAES MOURA – **Presidente**

ELIZABETH APARECIDA MARTINS TENORIO – **Suplente**

NORIANA FERNANDA DE ALMEIDA COUTO – **Secretária**

SERRATE COSTA – **Suplente**

GEDIANE ROSA DE CARVALHO – **Membros**

JUNICE ALVES PEREIRA – **Suplente**

Vereadora: DELAYNNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA – **Representante da Câmara Municipal**

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 092, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 092, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Substitui membro nomeado através do Decreto nº 013/2022, que: "Dispõe sobre o Conselho Municipal do FETHAB, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, o Ofício Nº 108/2022/SMIO/ARSA, expedido em 13 de Setembro de 2022, o qual solicita a alteração do membro do Conselho Municipal do FETHAB de Alto Garças – MT;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica composto o Conselho Municipal do FETHAB de Alto Garças – MT, com designação de quantidades, nomes, representações, funções / cargos, conforme descrição:

Quantidades	Nomes	Representações	Funções / Cargos
01	Angelita Rodrigues da Silva Amorim	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	Presidente
01	Matheus Felipe Coutinho de Andrade	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural	Membro
01	Alessandra Queiroz Barros	Secretaria Municipal de Educação / Transporte Escolar	Membro
02	Fabrício Barbosa João Rosa Filho	Departamento de Trânsito e Transportes de Alto Garças	Membros
01	José Milton Breitembach	Sindicato dos Produtores Rurais	Membro
01	Gilberto Gasparello	Agricultores	Membro
03	Eduardo Motta Deniz Krampe Luis Roberto Zago	Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso – APROSOJA – Núcleo de Alto Garças	Membros

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto N° 013, de 18 de Fevereiro de 2022 e consequentemente os efeitos deste, a partir desta publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 14 de Setembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, Portaria 032/2022 de 18/01/2022, informa que a data prevista para abertura da sessão pública, no dia 03/10/2022 às 08:00h(MT), cujo objeto é, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVO HORIZONTE CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL. Tal reaviso se dá em decorrência da retificação do Edital. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 14 de setembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO - ANEXO ÚNICO - DECRETO HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT

PROCESSO SELETIVO - 002/2022

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO - ANEXO ÚNICO - DECRETO HOMOLOGAÇÃO

ENFERMEIRO - 30 HORAS - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000040	RODRIGO SILVA ROCHA	8,00	14,00	36,00	5,00	63,00	1º	Classificado	Excedente
0000890	SALETE BARBOSA DOS SANTOS	8,00	8,00	36,00	-	52,00	2º	Classificado	Excedente
0000680	JÉSSICA ALINE MARTINS	8,00	14,00	30,00	-	52,00	3º	Classificado	Excedente
0000700	CACILDO DA CRUZ BANDEIRA FILHO	4,00	14,00	18,00	5,00	41,00	4º	Classificado	Excedente
0000630	SULENI ELIZIÁRIO BARBOSA DE OLIVEIRA	8,00	10,00	18,00	-	36,00	5º	Classificado	Excedente
0000250	MIRIAN ALEXANDRE CONSTANTINO CHAGAS	4,00	2,00	24,00	-	30,00	6º	Classificado	Excedente

ENFERMEIRO - 40 HORAS - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000280	JULIANA FERREIRA MAGALHÃES	6,00	14,00	54,00	-	74,00	1º	Classificado	Excedente
0000590	FRANCINE BARBOSA FALEIRO	6,00	8,00	30,00	5,00	49,00	2º	Classificado	Excedente
0000140	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	6,00	10,00	24,00	-	40,00	3º	Classificado	Excedente
0001320	SOELY APARECIDA TAVARES	6,00	12,00	18,00	-	36,00	4º	Classificado	Excedente

FISIOTERAPEUTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000320	MARIANA DA SILVA BUENO	14,00	14,00	48,00	-	76,00	1º	Classificado	Aprovado
0000400	BRENDA LEITE MACHADO	8,00	16,00	42,00	5,00	71,00	2º	Classificado	Excedente
0001020	LAYLA REZENDE VIEIRA	8,00	10,00	36,00	5,00	59,00	3º	Classificado	Excedente
0001340	JESSICA LINA DE ARAUJO	4,00	12,00	42,00	-	58,00	4º	Classificado	Excedente
0000070	MICHELLI BARBOSA DE SOUZA	4,00	2,00	42,00	-	48,00	5º	Classificado	Excedente
0000220	THAÍS CRISTINA GONÇALVES DA SILVA	6,00	10,00	30,00	-	46,00	6º	Classificado	Excedente
0001030	LAÍS DA SILVA MACEDO	0,00	10,00	30,00	-	40,00	7º	Classificado	Excedente
0000610	ISADORA SALVADORI REZENDE	4,00	6,00	24,00	-	34,00	8º	Classificado	Excedente

MOTORISTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0001300	JORDHANIO CORREIA DA SILVA	18,00	20,00	42,00	80,00	1º	Classificado	Aprovado
0001070	ZAQUEU VITOR DA SILVA	14,00	16,00	48,00	78,00	2º	Classificado	Excedente
0001180	ALEXANDRE MACHADO DE LIMA	16,00	18,00	42,00	76,00	3º	Classificado	Excedente
0000460	FÁBIO DE SOUZA	14,00	20,00	36,00	70,00	4º	Classificado	Excedente
0000340	HELIO DOS SANTOS MATOS	14,00	16,00	36,00	66,00	5º	Classificado	Excedente
0001370	WEMERSON DOS SANTOS LEMES	18,00	16,00	24,00	58,00	6º	Classificado	Excedente
0000550	JAIR ALTAMIRO RIBEIRO	2,00	10,00	42,00	54,00	7º	Classificado	Excedente
0000120	ODAIR GUIMARAES BORGES	12,00	16,00	24,00	52,00	8º	Classificado	Excedente
0000180	JOSÉ PETRILIO GUIMARÃES JUNIOR	10,00	12,00	24,00	46,00	9º	Classificado	Excedente

NUTRICIONISTA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000830	DIELLY CUSTODIO TAVARES	4,00	8,00	30,00	-	42,00	1º	Classificado	Aprovado
0000160	REYLLA RODRIGUES CARDOSO DE OLIVEIRA	4,00	4,00	30,00	-	38,00	2º	Classificado	Excedente
0000930	JANINE PADILHA DE ALMEIDA TOMCZAK	10,00	8,00	18,00	-	36,00	3º	Classificado	Excedente
0001060	INGRIDI SENGER RIBAS CALLEGRO	6,00	12,00	18,00	-	36,00	4º	Classificado	Excedente

PSICÓLOGO - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000410	MARCOS ALEXANDRE SCHMALTZ	8,00	16,00	36,00	-	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000530	GUSTAVO SOARES DE SOUZA	8,00	8,00	36,00	5,00	57,00	2º	Classificado	Excedente
0000050	MAYARA ALMEIDA DE SOUZA	4,00	8,00	36,00	5,00	53,00	3º	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT
PROCESSO SELETIVO - 002/2022
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORES E CONSULTORES

RESULTADO FINAL PARA HOMOLOGAÇÃO - ANEXO ÚNICO - DECRETO HOMOLOGAÇÃO

0000210	MARIA APARECIDA DA SILVA	6,00	8,00	24,00	-	38,00	4º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000360	GUSTAVO COSTA DE SOUZA	8,00	4,00	42,00	54,00	1º	Classificado	Aprovado
0000300	IARA MARTINS REIS	4,00	8,00	36,00	48,00	2º	Classificado	Excedente
0000200	ERICA ALDI NOGUEIRA DOS SANTOS BARPP	8,00	10,00	30,00	48,00	3º	Classificado	Excedente
0001160	SILVANETE PEREIRA DA SILVA	14,00	6,00	24,00	44,00	4º	Classificado	Excedente
0001050	SEBASTIANA BATISTA DA SILVA	14,00	2,00	18,00	34,00	5º	Classificado	Excedente
0000740	RAIMUNDA JACILENE DO NASCIMENTO DE ARAÚJO	10,00	6,00	18,00	34,00	6º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM LABORATÓRIO - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000500	JAQUELINE SOARES BORGES	14,00	8,00	36,00	58,00	1º	Classificado	Excedente
0000130	GIURLENY CRISTINA FRANCA	8,00	8,00	18,00	34,00	2º	Classificado	Excedente

TÉCNICO EM RADIOLOGIA - ALTO GARÇAS

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000840	JONATHAN ALMEIDA DA SILVA	8,00	12,00	30,00	-	50,00	1º	Classificado	Excedente
0001310	LORENA RODRIGUES DE MELO LELES	14,00	12,00	18,00	-	44,00	2º	Classificado	Excedente

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026 /2.022.

ERRATA

O Prefeito Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. Claudinei Singolano, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, da Lei 292/1990 e suas alterações posteriores:

ONDE SE LÊ:

CONSIDERANDO, o resultado final do **Concurso Público 001/2018** em vigência e sua devida homologação, segundo a ordem de classificação das vagas ofertadas, e, além do aumento significativo de atendimento aos animais recolhidos no Canil Municipal, agora equipado com um mini centro cirúrgico, sendo que apenas um médico (a) veterinário (a) não consegue suprir todo atendimento necessário aos animais recolhidos, e, dada a natureza das funções ininterruptas ali exercidas, bem com a existência de vaga e candidato aprovado no prazo de vigência do concurso supra;

LEIA-SE:

CONSIDERANDO, o resultado final do **Concurso Público 001/2018** em vigência e sua devida homologação, segundo a ordem de classificação das vagas ofertadas, e, além do pedido de exoneração da servidora Edija Pereira da Silva, visto a necessidade da lotação desse (a) servidor (a) para prestação desses serviços essenciais na Secretaria Municipal de Saúde e bem com a existência de vaga.

Alto Garças- MT, 14 de Setembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, informa que a data prevista para abertura da sessão pública, no dia 03/10/2022 **às 14h00mn**, cujo objeto é, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 0838-2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.** Tal reaviso se dá em decorrência da retificação do Edital. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 14 de setembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através da Comissão Permanente de Licitação, informa que a data prevista para abertura da sessão pública, no dia 04/10/2022 **às 14:00h**, cujo objeto é, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO, DE ACORDO COM O CONVÊNIO Nº 0842-2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**. Tal reaviso se dá em decorrência da retificação do Edital. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br e telefone (66) 3471 – 2450/3471 - 1155. Alto Garças - MT, 14 de setembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 1.336, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS – MT, ESTABELECE PENALIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, **CLAUDINEI SINGOLANO,** no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica, com base na Lei Federal n.º 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e sanciona e publica a seguinte lei.

TÍTULO I

DA PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE.

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º: Esta lei dispõe sobre a proteção, promoção e preservação da saúde, nos aspectos relativos à Vigilância Sanitária e de preservação do meio ambiente, e tem os seguintes objetivos:

I- promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II- assegurar condições adequadas de qualidade na comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluindo procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

III- assegurar condições adequadas para a prestação de serviços de saúde;

IV- executar ações visando o controle de fatores de riscos à saúde;

Art. 2º: Cabe à Secretaria Municipal de Saúde coordenar as ações de que trata esta lei e elaborar as Normas Técnicas que as regulem.

Parágrafo único. A destinação de verbas públicas ficará sob a fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde, só podendo ser repassadas às instituições públicas, salvo quando se tratar de serviços especiais ou complementares a critério da própria Secretaria.

Art. 3º: A Vigilância Sanitária deve organizar os serviços de captação de reclamações e denúncias, divulgando periodicamente os dados recolhidos.

CAPÍTULO II

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Seção I

ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

Art. 4º: Para os efeitos desta lei entende-se por Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e de prestação de serviços, abrangendo o controle:

I- de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde compreendida às etapas e processos desde a produção até o consumo;

II- da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde, excluindo os estabelecimentos cujo controle e fiscalização é de competência do órgão Estadual ou Federal;

III- da disposição dos resíduos sólidos e/ou poluentes, bem como monitoramento da degradação ambiental resultante deste processo.

IV- de ambientes insalubres para o homem ou propícios ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

V- planejar, executar, avaliar, regular e divulgar o desenvolvimento das ações da Vigilância Sanitária;

VI- Participar da formulação da política e da execução das ações saneamento básico.

Art. 5º: O controle sanitário compreenderá, entre outras ações:

I- vistoria;

II- fiscalização;

III- lavratura de autos;

IV- intervenção;

V- imposição de penalidades;

VI- trabalho educativo;

VII- coleta, processamento e divulgação de informações de interesse para a vigilância sanitária;

VIII- Interdição.

Art. 6º: As ações de vigilância sanitária são privativas do órgão sanitário, indelegáveis e intransferíveis a outro órgão, mesmo pertencente à administração direta.

Art. 7º: As ações de vigilância sanitária serão exercidas por autoridade sanitária competente, que após exibir a credencial de identificação fiscal terá livre acesso aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário.

Parágrafo único. A fiscalização estender-se-á à publicidade e à propaganda de produtos e serviços sob controle sanitário.

Art. 8º: Para efeito desta lei entende-se por:

I- autoridade sanitária: agente político ou funcionário legalmente empossado, aos quais são conferidos prerrogativas, direitos e deveres do cargo ou do mandato;

II- fiscal: funcionário a serviço do órgão sanitário, empossado, provido no cargo que lhe confere prerrogativas, direitos e deveres para o exercício da função de fiscalização.

Art. 9º: São autoridades sanitárias:

I- Secretário Municipal de Saúde;

II- Gerente de Planejamento da Saúde

III- Supervisor da Vigilância Sanitária;

Art. 10º: Compete à autoridade sanitária e aos fiscais:

I- exercer o poder de polícia sanitária;

II- acessar os estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário para proceder serviços de:

a) vistoria;

b) fiscalização;

c) lavratura de autos;

d) interdição cautelar de produtos, serviços e ambientes;

e) execução de penalidades;

f) apreensão e/ou inutilização de produtos sujeitos ao controle sanitário;

g) fazer cumprir o Código de Postura deste município.

III- é privativo da autoridade sanitária:

a) licenciamento;

b) instauração de processo administrativo e demais atos processuais.

Seção II

DOS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS AO CONTROLE SANITÁRIO

Subseção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11º: São sujeitos ao controle sanitário municipal os estabelecimentos de interesse da saúde, de comercialização, abastecimento e armazenamento de produtos alimentícios, atividades ambulantes, e congêneres.

Parágrafo 1°: Entende-se por estabelecimento de interesse da saúde aquele que exerça atividade que, direta ou indiretamente, por suas condições de higiene, possa provocar danos à saúde da população.

Parágrafo 2°: Os estabelecimentos sujeitos a ação fiscalizadora dos serviços de Vigilância Sanitária fixar em local visível ao público o telefone e endereço do órgão responsável pela fiscalização sanitária, para recebimento de denúncias, informações e sugestões.

Art. 12 º: Os responsáveis técnicos e administrativos responderão solidariamente pelas infrações sanitárias.

Parágrafo 1º: As autoridades sanitárias, no âmbito de suas atribuições, terão livre acesso aos estabelecimentos mencionadas nesta Lei, e todos os Setores da Empresa sem restrições de dia e de horário observadas as cautelas legais.

Parágrafo 2º: No comprimento deste, a autoridade sanitária poderá solicitar o concurso e/ou proteção policial, quando necessário.

Subseção II

FEIRAS LIVRES E MERCADOS DE ABASTECIMENTOS

Art. 13 º: Compete a Vigilância Sanitária aprovar, organizar, supervisionar, orientar e fiscalizar a instalação e funcionamento das feiras e mercados de abastecimentos, articulando-os com os órgãos envolvidos.

Parágrafo único. A organização, promoção e divulgação de feiras e mercados de abastecimentos poderão ser executadas por terceiros, desde que não traga prejuízos à comunidade.

Art. 14 º: Fica facultado ao Executivo Municipal, o direito de transferir, modificar, adiar, suspender, suprimir ou restringir a realização de qualquer feira, levando em consideração:

I- Impossibilidade técnica;

II- Desvirtuamento das finalidades originais;

III- Distúrbio no funcionamento da vida comunitária;

IV- Pelo não cumprimento das normas de higiene e saúde pública.

Art. 15º: Os estabelecimentos ou locais de exposição e comercialização de produtos alimentícios, bebidas não alcoólicas, artesanato livre e similar, deverão obedecer aos itens abaixo:

I- Usar recipientes para recolhimento de detritos e lixo, com tampa e pedal;

II- Usar copos, pratos e talheres descartáveis, bem como manter uma pia para lavagem e desinfecção de utensílios;

III- Os manipuladores de alimentos deverão usar roupas adequadas e limpas, cabelos presos com touca ou similar, bem como não utilizar brincos, anéis e outros adereços;

IV- Sempre expor a Carteira de Saúde e cadastro da Secretaria Municipal de Agricultura;

V- Mesa impermeável para manipulação de alimentos;

VI- Não reutilizar óleo de frituras, após seu resfriamento;

VII- Somente comercializar vidraria e/ou enlatados os produtores artesanais cadastrados na Secretaria Municipal de Agricultura e autorizados pela Vigilância Sanitária;

VIII- Não comercializar animais vivos e nem abatê-los no local.

Art. 16º: Cabe a Vigilância Sanitária inspecionar a qualidade dos produtos alimentícios comercializados a varejo.

Art. 17º: A não observância das disposições desta Subseção sofrerá as penalidades descritas neste Código.

Subseção III

DOS HOTÉIS, MOTEIS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES.

Art. 18 º: Os estabelecimentos previstos nesta subseção deverão atender os seguintes requisitos:

I- O uso de água fervente ou produto apropriado para a esterilização de louças, talheres e utensílios de copa e cozinha, com temperatura mínima de 100ºC (cem graus Celsius), não sendo permitida a lavagem pura e simples em água corrente fria, em balde, tonéis ou outros vasilhames;

II- Perfeita condição de higiene e conservação nas copas, cozinhas e despensas, sendo passível de apreensão e inutilização imediata, o material e utensílio danificado, lascado ou trincado;

III- Manutenção de sanitários em número suficiente para atender ao público devendo estar sempre higienicamente limpos, desinfetados e com adoção de toalhas descartáveis, sabonete líquido e lixeiros com tampa e saco plástico;

Art. 19 º: Os hotéis, motéis, e estabelecimentos congêneres também deverão observar o seguinte:

I- Os leitos, roupas de cama, cobertas, toalhas de banho deverão ser higienicamente esterilizados;

II- Os móveis e assoalhos deverão ser desinfetados semanalmente, de modo a preservá-los contra parasitas;

III- Disponibilizar preservativos aos seus clientes;

IV- Efetuar a troca de roupas de cama, mesa e banho diariamente, ou na mudança de clientes, sendo vedado o seu uso sem prévia lavagem e esterilização.

V- As instalações sanitárias de uso geral deverão ser separadas por sexo, com acessos independentes.

Art. 20º: Os estabelecimentos deverão ter reservatório de água potável, com capacidade que atenda ao estabelecimento pelas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 21 º: As banheiras deverão ser lavadas e desinfetadas a cada banho, o sabonete será fornecido a cada cliente devendo ser inutilizada a porção de sabonete que restar, após ser usado pelo mesmo.

Art. 22º: É obrigatória a divulgação de informações sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis, em especial da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida – AIDS, no interior dos apartamentos dos motéis

Art. 23º: Os estabelecimentos de que se trata esta subseção deverão dispor obrigatoriamente de água quente e fria para higiene pessoal.

Art. 24º: É obrigatória à troca dos colchões destes estabelecimentos, respeitando o prazo de validade e as condições de higiene dos mesmos.

Art. 25º: A desobediência às determinações desta subseção torna os infratores sujeitos a interdição do estabelecimento, além da multa pecuniária.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas Higiene e Manutenção e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção IV

DAS ATIVIDADES AMBULANTES

Art. 26º: Considera-se atividade ambulante para efeito desta Lei, toda e qualquer forma de atividade que, regularmente licenciada, venha ser exercida de maneira itinerante em logradouro público.

Parágrafo único. A atividade ambulante constitui-se em:

a) Contínua – a que se realiza continuamente ainda que tenha caráter periódico;

b) Eventual – a que se realiza em época determinada, essencialmente por ocasião de festejos ou comemorações.

Art. 27º: A atividade ambulante é exercida com o emprego de:

I- Veículo automotor;

II- Barracas, balcões, bancas ou tabuleiros;

III- Cadeira de engraxate móvel;

IV- Cesta ou caixa de tiracolo;

V- Mala;

VI- Pequeno recipiente térmico;

VII- Outros de natureza similar não constante desta relação.

Parágrafo único. Os equipamentos tratados neste artigo obedecerão aos padrões previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 28º: O exercício da atividade ambulante dependerá de prévio licenciamento de funcionamento da Prefeitura Municipal, com o Alvará Sanitário, sujeitando-se o ambulante ao pagamento da taxa correspondente estabelecida pelo Setor de Tributação do município.

Parágrafo 1º: A licença concedida será pessoal, intransferível e concedida em caráter precário, pelo prazo máximo de um ano, podendo ser renovada anualmente.

Parágrafo 2º: Da licença de funcionamento constarão os seguintes dados essenciais, além de outros determinados pela vigilância sanitária municipal:

a) Identificação do ambulante;

b) Ramo de atividade licenciada;

c) Local e horários permitidos para o exercício da atividade;

d) Validade da licença;

e) Descrição dos equipamentos utilizados no exercício da atividade;

Parágrafo 3º: O horário máximo permitido para permanência em um mesmo local é de 12 (doze) horas, efetuando a limpeza do local após o término das atividades.

Parágrafo 4º: O vendedor ambulante estacionado em logradouro público fora do horário licenciado estará sujeito a sanções previstas nesta lei e no caso de reincidência terá sua licença terminantemente cessada.

Art. 29º: Cumpre ao licenciado:

I- manter seus equipamentos em bom estado de conservação e aparência;

II- manter limpa a área num raio de 05 (cinco) metros do local autorizado, portando recipiente para recolhimento do lixo;

Art. 30º:É proibido ao comércio ambulante:

I- vender bebidas alcoólicas exceto em atividade eventual;

II- estacionar em local que prejudique o trânsito de veículos e/ou de pedestres, o comércio estabelecido e a estética da cidade;

III- estacionar a menos de 05 (cinco) metros, contados do alinhamento, ou em pontos que possam perturbar a visão dos motoristas;

IV- localizar-se em frente a ponto de parada de coletivos e na direção de passagem de pedestres;

V- localizar-se a menos de 50 (cinquenta) metros dos mercados de abastecimento, exceto que este ambulante comercialize produtos diferentes destes estabelecimentos;

VI- apregoar mercadorias em voz alta ou molestar transeunte com o oferecimento de artigos postos à venda;

VII- ingressar em veículo de transporte coletivo para efetuar a venda de seu produto;

VIII- o uso de buzina, campainha, cornetas e outros processos ruidosos de propaganda que excedam o limite de decibéis permitido por lei;

IX- exercer atividades diversas da licenciada;

X- trabalhar e deixar o equipamento estacionado, fora dos horários e local estabelecidos para atividade licenciada;

XI- utilizar veículo, barraca, banca e demais equipamentos que não estejam de acordo com o modelo aprovado pelo órgão municipal competente;

XII- alterar o modelo de equipamento aprovado pelo órgão municipal competente;

XIII- utilizar caixa, caixote, vasilhame ou similar, nas proximidades do equipamento licenciado, ainda que para depósito de mercadoria de qualquer outro fim;

XIV- o contato direto com gênero alimentício não acondicionado individualmente;

XV- o uso de fogareiro, exceto quando previsto no equipamento padronizado pela vigilância sanitária municipal;

XVI- usar copos, pratos ou talheres que não sejam descartáveis;

XVII- colocar mesas e cadeiras no local em que esteja estacionado, exceto em atividade eventual;

Art. 31º: Poderá ser concedida licença para o comércio ou serviço ambulante das seguintes atividades:

I- alimentação preparada no local, desde que formalizado parecer técnico de vigilância sanitária municipal, aprovando a comercialização do produto;

II- venda a domicílio e estacionário de mercadorias previamente liberadas pela vigilância sanitária municipal e executivo municipal;

III- venda de produtos alimentícios, desde que procedente de fábrica, registrada e licenciada pelo órgão competente da saúde pública;

IV- venda de frutas em geral, contanto que estejam devidamente acondicionadas e não prejudiquem a limpeza do logradouro público;

V- venda de balas, bombons e congêneres;

Subseção V

DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 32º: Entende-se por serviços de interesse à saúde ou estabelecimentos de interesse à saúde, o local, a empresa, a instituição pública ou privada, e/ou a atividade exercida por pessoa física ou jurídica, que pelas características dos produtos e/ou serviços ofertados, possam implicar em risco à saúde da população e à preservação do meio ambiente.

Art. 33º: São estabelecimentos e atividades de interesse à saúde:

I - farmácias, drogarias, postos de medicamentos;

II - produtores, embaladores, reembaladores, fracionadores, montadores, distribuidores, transportadores, representantes, comercializadores, importadores, exportadores de: medicamentos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes domissanitários, insumos, produtos químicos, agrotóxicos e afins; alimentos, aditivos para alimentos e embalagens.

III - óticas;

IV - casas de comércio de produtos tóxicos passíveis de causar danos à saúde;

V - serviços de podologia, massagem, estética, cosmética e congêneres;

VI - salões de beleza e cabeleireiros, manicure e pedicure;

VII - casas de atendimento a crianças, jovens, idosos, de repouso, de dependentes químicos, de deficientes físicos e mentais, de soropositivos para HIV, etc.;

VIII - serviços de terapias holistas/naturalistas e congêneres;

IX - serviços de tatuagem, bronzeamento, colocação de piercings e congêneres;

X - lavanderias comerciais;

XI - terminais de transporte de passageiros;

XII - academias de ginástica e congêneres;

XIII - locais de lazer e diversão; estabelecimentos de hotelaria e hospedagem, acampamentos, estações de água e congêneres;

XV - saunas e piscinas;

XVI - serviços de preparo e transporte de cadáver;

XVII - casas funerárias, necrotérios, instituições de medicina legal, cemitérios, capelas mortuárias, crematório;

XVIII - criatório de animais;

XIX - serviços de desinsetização e desratização;

XX - empresas de esterilização de produtos de interesse à saúde;

XXI - serviços de transporte de pacientes;

XXII - estabelecimentos de ensino: educação infantil, tais como creches e pré-escola, fundamental, médio, superior e cursos livres, como os de preparatório para vestibular entre outros;

XXIII - instituições ou estabelecimentos de pesquisa biológica, de radiações ionizantes e químicas, entre outras;

XIV - prestadores de serviços na área de radiações ionizantes tais como empresas consultoras de proteção radiológica, empresas que realizam manutenção preventiva, corretiva, radiometria e controle de qualidade em equipamentos emissores de radiação ionizante e outros afins;

XXV - serviços de drenagem urbana;

XXVI - outras atividades de interesse à saúde, como: abrigo, coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário, abastecimento de água;

XXVII - serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e líquidos;

XXVIII - serviços de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário e abastecimento de água;

XXIX - outros estabelecimentos ou atividades envolvendo produtos e/ou serviços que se relacionem direta ou indiretamente com a saúde, não citados.

Art. 34º:Os instrumentos de trabalho de uso comum nos estabelecimentos enquadrados nesta subseção deverão ser esterilizados ou postos em solução antisséptica e os profissionais deverão portar carteira de saúde atualizada, sujeitando aos infratores multa e/ou interdição do estabelecimento.

Parágrafo único: A carteira de saúde atualizada corresponde a Carteira de imunização e ao Atestado Médico de Saúde Ocupacional atualizados anualmente, devendo ser fornecido exclusivamente por médicos profissionais do Trabalho devidamente cadastrados em seus Conselhos de Classe.

Art. 35º: Os estabelecimentos deverão manter sanitários, masculinos e femininos, em número suficiente para atender ao público devendo estar sempre higienicamente limpos, desinfetados, com adoção de toalhas descartáveis, sabonete líquido e lixeiro com tampa pedal e saco plástico.

Parágrafo 1º: Os compartimentos de instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com o local de trabalho.

Parágrafo 2º: Deverá haver locais, independentes por sexo, para vestuários apresentando condições ideais dentro das Normas Técnicas Específicas, quando necessário;

Art. 36º: Os serviços de limpeza, lavagem, lubrificação, pulverização ou outro que resulte em partículas em suspensão serão realizados em compartimentos próprios de modo a evitar a dispersão de substâncias tóxicas para o exterior, devendo possuir, ainda, aparelhamento para evitar a poluição do ar.

Art. 37º: É proibido lançar detritos, óleos e graxas nos logradouros e redes públicas, salvo se for obedecida a legislação ambiental vigente.

Art. 38º: É proibida a instalação dos estabelecimentos de que trata este capítulo, com piso de chão batido e/ou de material permeável.

Art. 39º: Os autofossas e empresas particulares responsáveis pelo sistema de coleta, tratamento de esgoto e resíduos sólidos e limpeza de logradouros públicos serão vistoriados periodicamente pela Vigilância Sanitária.

Art. 40º: O lançamento dos despejos e águas residuais na rede pública será precedido de filtros apropriados ou poços convenientemente dispostos, de forma a reter os óleos ou graxas.

Art. 41º: A(s) empresa(s) que presta(m) serviços através de concessão pública, com finalidade de captação, tratamento, cloração e abastecimento de água potável, devem obedecer ao seguinte requisito:

Parágrafo único. Fornecer até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, junto ao Departamento de Vigilância Sanitária do Município, o relatório de controle de qualidade físico-química e microbiológica da água destinada ao abastecimento da população.

Art. 42º: A desobediência às normas desta Subseção, sujeitará ao infrator a multa pecuniária e interdição do estabelecimento se for o caso.

Art. 43º: Para construção reforma instalação e funcionamento de qualquer estabelecimento comercial ou industrial, é necessário além de cumprirem as Normas Técnicas Específicas de cada área, a autorização da Vigilância Sanitária e autoridade competente.

Parágrafo único: Salvo, as construções e edificações, inclusive estabelecimentos (comerciais e industriais) já estabelecidas a mais de 05 (cinco) anos, junto as margens de córregos do município, no seu perímetro urbano, e desde que as edificações existentes obedeçam a um limite de no mínimo 12 (doze) metros de distância da corrente de água, e compra as demais determinações deste código.

Art. 44º: O piso deverá ser de material antiderrapante, impermeável e as paredes resistentes e impermeabilizadas mantidas em condições higiênicas e com estruturas adequadas de fácil higienização e desinfecção.

Art. 45º: As construções com mais de um pavimento deverão ter rampas e escadas, observando as normas vigentes referentes à segurança do trabalhador e aos direitos dos portadores de necessidades especais.

Art. 46º: Os estabelecimentos que fornecerem refeições aos funcionários serão obrigados a cumprirem as condições das Normas Técnicas Específicas.

Art. 47º: Os gases, vapores, fumaças e poeiras resultantes dos processos industriais deverão ser removidos dos locais de trabalho por meios adequados.

Art. 48º: Os compartimentos especiais que abrigam fonte geradora de calor deverão ser isolados termicamente.

Art. 49º: Os estabelecimentos de trabalho em geral deverão manter em perfeito estado de conservação e higiene seus equipamentos, máquinas e utensílios.

Parágrafo 1º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Manipulação de Produtos Alimentícios e de Manutenção de Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2º: É expressamente proibida a entrada ou permanência de animais vivos de qualquer espécie nestes estabelecimentos, salvo quando se tratar de estabelecimentos que se destinem ao comércio de animais ou de clínicas veterinárias.

Subseção VI

DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 50º: As habitações e construções em geral obedecerão aos requisitos de higiene indispensáveis para a proteção da saúde dos moradores e usuários.

Parágrafo 1º: As habitações, os estabelecimentos comerciais e industriais, públicos ou privados e as entidades e instituições de qualquer natureza, serão obrigados a atender os preceitos de higiene e segurança do trabalho.

Parágrafo 2º: Os projetos de construções de imóveis destinados a qualquer fim, deverão prever os requisitos de que se trata o presente artigo.

Parágrafo 3º: A ocupação de um prédio ou parte dele, para fins comerciais, depende obrigatoriamente de autorização, posterior a verificação sanitária.

Art. 51º: O usuário do imóvel é o responsável perante a Secretaria Municipal de Saúde pela sua manutenção higiênica.

Parágrafo 1º: Sempre que as deficiências das condições higiênicas, pela sua natureza, não forem de responsabilidade do usuário ou do poder público, serão do proprietário.

Parágrafo 2º: Quando o proprietário do imóvel não residir no município fica a imobiliária, na qual o imóvel estiver alocado, ou seu procurador, responsável por intermediar todas as ações da Vigilância Sanitária referentes ao mesmo, encaminhando ao proprietário as possíveis ocorrências.

Art. 52º: Compete a Secretaria de Saúde, através da Vigilância Sanitária, interditar toda a construção ou imóvel que, pela insalubridade, não ofereça as indispensáveis condições de higiene e segurança.

Art. 53º: As indústrias instaladas em locais inadequados poderão ser solicitadas, quando houver necessidade, a sua transferência para áreas industriais definidas pelo órgão competente, com prévia consulta à Secretaria de saúde e a Vigilância Sanitária.

Subseção VII

DAS CRECHES E ESCOLAS

Art. 54º: Os locais destinados ao atendimento de crianças de zero a três anos, denominados creches, deverão obedecer às Normas Técnicas Específicas, bem como deverão possuir:

I- Berçário com área adequada às normas correspondentes devendo haver entre os berços espaço mínimo de 50 cm (cinquenta centímetros)

II- Salas destinadas à recreação com materiais didáticos, cadeiras e mesas adequadas a cada faixa etária;

III- Cozinha para o preparo de mamadeiras e/ ou complementos dietéticos.

IV- Espaços adequados para as refeições das crianças com ambientação e utensílios adequados;

V- Local de banho e higiene das crianças com área mínima de três metros quadrados, providos de água corrente fria e quente;

VI- Instalações sanitárias exclusivas e independentes das instalações destinadas aos adultos;

VII- Compartimentos exclusivos, providos de portas e fechaduras, destinados à guarda de material de limpeza, de forma que impeça o acesso das crianças;

VIII- A área externa deverá atender as normas Técnicas Específicas em estrutura, higiene e segurança;

IX- É proibida a criação ou permanência de animais de qualquer espécie nas dependências das creches. Salvo quando houver autorizações do responsável técnico da Vigilância Sanitária.

Art. 55º: As escolas sejam públicas ou privadas deverão obedecer às Normas Técnicas Específicas aplicáveis, bem como atender as solicitações da Vigilância Sanitária competente quando houver inspeções programadas ou denúncias.

Art. 56º: Os parques de recreação infantil deverão cumprir as Normas Técnicas Específicas de segurança, além da manutenção.

Art. 57º: Os parques infantis deverão estar protegidos em toda sua área física, além de manterem no local de uso um responsável para segurança e proteção das crianças.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Produção e Manipulação de Produtos Alimentícios e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção VIII

ASILOS, ORFANATOS, ALBERGUES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 58º: Para construção reforma ou instalação de asilos, orfanatos e/ou albergues, será necessário o cumprimento dos artigos referidos no Capítulo de Estabelecimentos de Interesse da Saúde no que lhe for aplicável, além de seguirem as Normas Técnicas Específicas.

Art. 59º: Os locais destinados ao armazenamento, preparo, manipulação e consumo de alimentos deverão atender as exigências para estabelecimentos comerciais de alimentos, no que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Produção e Manipulação de Produtos Alimentícios e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção IX

DAS FUNERÁRIAS

Art. 60º: Os necrotérios e locais afins deverão ser convenientemente ventilados e iluminados.

Art. 61º Os necrotérios deverão possuir:

I- Sala de necropsia, com área não inferior a dezesseis metros quadrados, paredes revestidas até a altura de dois metros, no mínimo, e piso de material antiderrapante, resistente, impermeável devendo conter:

a) Mesa para necropsia de formato que facilite o escoamento de líquido, feita ou revestida por material liso, resistente e impermeável;

b) Lavatório ou pia com água corrente e dispositiva que permita a higienização das mesas de necropsia e do piso;

c) Piso dotado de ralos;

d) As quinas e os cantos da sala devem ser arredondados (formando um ângulo de 60º), de forma a evitar o acumulo de sujidades;

II- Conter câmaras frigoríficas em número suficiente para armazenar os cadáveres;

III- Sala de recepção e espera;

IV- Instalações sanitárias divididas por sexo;

Art. 62º: As funerárias deverão ter, no mínimo:

I- Sala de vigília;

II- Sala de recepção;

III- Instalações sanitárias divididas por sexo;

IV- Bebedouro em número suficiente;

Parágrafo único: São permitidas copas, desde que situadas em local adequado e que atenda as Normas Técnicas Específicas.

Art. 63º: O translado de cadáver só poderá ser feito em veículo especialmente destinado a esse fim.

Parágrafo único: Os veículos deverão, no local em que pousar o caixão fúnebre, ter revestimento de material impermeável e ser lavados e desinfetados após o uso.

Art. 64º: As funerárias deverão atender as Normas Técnicas Específicas.

Subseção X

DAS DROGARIAS, FARMÁCIAS, ERVANARIAS, POSTOS DE MEDICAMENTOS,

DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 65º: Os estabelecimentos supracitados funcionarão, depois de devidamente licenciados, obrigatoriamente sob a responsabilidade de um técnico legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante a Autoridade Sanitária competente.

Artigo 66º: A presença do técnico responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos citados neste artigo.

Parágrafo Único: Os estabelecimentos de que trata este artigo, poderão manter técnico responsável substituto, para suprir os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 67º: Os estabelecimentos citados neste "*caput"* deverão possuir:

I-Armações e/ou armários adequados, a critério da Autoridade Sanitária competente, para acondicionamento dos medicamentos;

II - Cofre ou armários que ofereçam segurança, com chave, para acondicionamento dos medicamentos psicotrópicos;

III - Lavatório com água corrente.

Art. 68º: Quando houver aplicação de injeção, os estabelecimentos deverão possuir, no compartimento destinado a este fim, lavatório com água corrente, descansa-braço e acessórios apropriados de acordo com Normas Técnicas Específicas, e assegurar esterilização e cumprir com os preceitos sanitários pertinentes.

Parágrafo 1º: 1º Deve-se fazer uso exclusivo de agulhas e seringas descartáveis, esterilizadas e inutilizadas após cada aplicação.

Parágrafo 2º: Deve-se manter nestes estabelecimentos coletores de material perfurocortante, para inutilizarão correta do material utilizado no processo de aplicação do injetável.

Art. 69º: Para o comércio de correlatos a que se refere este *caput*, os estabelecimentos deverão manter sessões separadas de acordo com a natureza de cada produto.

Art. 70º: As ervanarias somente poderão efetuar a dispensa de plantas medicinais, excluídas as entorpecentes, cuja venda é privativa das drogarias.

Parágrafo 1º: É proibido às ervanárias negociar com objetos de cera, colares, fetiches e outros que se relacionem com a prática de feiticismo e curandeirismo.

Parágrafo 2º: As plantas vendidas sob classificação botânica falsa, bem como as desprovidas de ação terapêutica e entregue ao consumo com o mesmo nome vulgar de outras terapeuticamente ativas, serão apreendidas e inutilizadas, sendo os infratores punidos na forma da legislação em vigor.

Art. 71º: Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior deverão manter recipientes fechados para acondicionamento obrigatório, livre de pó e contaminação, de todas as plantas e partes vegetais.

Art. 72º: Os postos e dispensários de medicamentos somente poderão funcionar, depois de devidamente licenciado e de seus responsáveis terem assinado o termo de responsabilidade perante autoridade sanitária competente.

Art. 73º: Os estabelecimentos que armazenam produtos altamente inflamáveis deverão contar com dispositivos de segurança determinados pela autoridade competente.

Parágrafo 1º: Além dessas exigências deverão obedecer às Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Manipulação e de Procedimento Operacional Padrão e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XI

DAS COLONIAS DE FÉRIAS E ACAMPAMENTOS EM GERAL

Art. 74º: As colônias de férias e acampamentos em geral só poderão funcionar depois de devidamente autorizados pela Vigilância Sanitária.

Art. 75º: Os acampamentos de trabalho ou recreação e as colônias de férias só poderão ser instalados em terrenos secos e com decline suficiente para escoamento das águas pluviais.

Art. 76º: A água de abastecimento qualquer que seja sua procedência, deverá ser potável.

Art. 77: Nas colônias de férias e camping é obrigatória à existência de instalações sanitária separadas para cada sexo.

Art. 78º: Nenhuma fossa poderá ser instalada a menos de 50 (cinquenta) metros das nascentes de água ou poços destinados ao abastecimento.

Art. 79º: O lixo deverá ser armazenado em recipientes fechados e removidos dos locais pelos frequentadores.

Art. 80º: As colônias de férias deverão preencher as exigências mínimas deste Código, no que se refere às instalações sanitárias adequadas, iluminação e ventilação, telamento das cozinhas e precauções quanto roedores e insetos. Parágrafo único. As colônias de férias deverão manter monitores em número suficiente de acordo com sua classificação e local de instalação.

Subseção XII

DOS CINEMAS, TEATROS, LOCAIS DE REUNIÕES, CIRCOS E PARQUES DE DIVERSÕES

Art. 81º: As instalações sanitárias destinadas ao público dos cinemas, teatros e auditórios, deverão ser separadas por sexo e dotados de número suficiente para atender a demanda.

Art. 82º: Deverão ser instalados bebedouros para uso dos frequentadores na proporção adequada.

Art. 83º: As paredes dos cinemas, teatros, auditórios e locais similares, na parte interna deverão receber revestimentos e pinturas lisas, impermeáveis, resistentes e com vedação acústica.

Art. 84º: Os circos, parques de diversões e estabelecimentos congêneres deverão possuir instalações sanitárias independentes para cada sexo e em número suficiente para atender o público.

Parágrafo 1°: Será obrigatória à remoção das instalações sanitárias químicas instaladas no local de apresentação.

Parágrafo 2°: Aplica-se a estes estabelecimentos, no que couberem as disposições contidas na seção II.

Subseção XIII

DOS INSTITUTOS E CLÍNICAS DE BELEZA SEM RESPONSABILIDADE MÉDICA, SALÕES DE BELEZA, CABELEIREIROS, BARBEARIAS E CONGÊNERES.

Art. 85º: Os locais em que se instalarem institutos de beleza sem responsabilidade médica, salões de beleza, cabeleireiros, barbearias e congêneres, terão:

I - Paredes em cores claras, revestidas de material liso, resistente e impermeável;

II - Piso revestido de material antiderrapante, resistente e impermeável;

III - Lavatórios e instalações sanitárias adequadas e independentes e divididas por sexo com adoção de papel toalha, sabonete líquido e lixeiros com tampa e saco plástico;

Art. 86º: É proibida a existência de aparelho de fisioterapia nos estabelecimentos de que se trata esta subseção.

Art. 87º: Em todos os estabelecimentos referidos nesta subseção é obrigatória à desinfecção por meios apropriados do instrumental e utensílios destinados ao serviço, cada vez que forem utilizados.

Parágrafo único. Todo material descartável deverá ser utilizado uma única vez, sendo terminantemente proibida sua reutilização.

Art. 88º: O funcionamento dos estabelecimentos citados acima deverá ainda atender as Normas Técnicas Específicas.

Art.89º: Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XIV

DOS INTITUTOS E CLÍNICAS DE BELEZA SOB-RESPONSABILIDADE MÉDICA

Art. 90º: Os institutos e clínicas de beleza sob responsabilidade médica, destinam-se exclusivamente a tratamento com finalidade estética, envolvendo atividades que só podem ser exercidas por profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo único. Os estabelecimentos a que se refere este artigo só funcionarão com a presença obrigatória de um responsável, podendo manter um médico responsável substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante autoridade sanitária competente, para suprir as causas de ausência ou impedimento do titular.

Art. 91º: O local para instalação dos institutos e clínicas de beleza sob responsabilidade médica, além das disposições referentes a estabelecimentos de trabalho em geral deverão possuir piso de material antiderrapante e impermeável, paredes de cor clara e teto forrado de material impermeável.

Art. 92º: Esses estabelecimentos deverão possuir imobiliário adequado, aparelhos, utensílios e todos os meios a suas finalidades, pias com água corrente, mesas próprias, com tampos e pé de material liso e impermeável que não dificultem a higiene, limpeza e desinfecção.

Art. 93º: Em todas as placas indicativas, anúncios ou outras formas de propaganda dos estabelecimentos de beleza aqui citados, deverá ser mencionada com destaque a expressão “SOB-RESPONSABILIDADE MÉDICA” com o nome completo do médico responsável e o seu número no Conselho Regional de Medicina.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XV

DAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA

Art. 94º: As academias de ginástica só funcionarão com a presença obrigatória, durante todo período de funcionamento, do profissional responsável legalmente habilitado, podendo manter um profissional responsável substituto legalmente habilitado, com o termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Art. 95º: As academias de ginástica deverão exigir dos alunos exames médicos comprovando aptidão à prática de exercícios físicos.

Art. 96º: A área, a ventilação e as especificações dos pisos, forros e paredes dos locais para a prática da ginástica propriamente dita, deverão obedecer as Normas Técnicas Específicas.

Art. 97º: Os estabelecimentos de que trata esta subseção deverão possuir entrada independente, não podendo suas dependências ser utilizadas para outros fins, nem servir de passagem para outro local.

Art. 98º: Além de obedecer ao que diz respeito aos estabelecimentos de trabalho em geral, as academias de ginástica cumprirão as exigências de outras legislações pertinentes.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XVI

DAS LAVANDERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 99º: As lavanderias públicas e privadas deverão atender, no que lhes for aplicável, a todas as exigências deste código e as de suas Normas Técnicas Específicas.

Art. 100º: As lavanderias públicas e privadas deverão ser dotadas de reservatório de água com capacidade equivalente ao consumo diário sendo permitido o uso de água de poço ou de outras procedências, desde que não seja poluída.

Art. 101º: É proibido às lavanderias de atendimento ao público receberem roupas que tenham servido a doente de hospitais e estabelecimentos congêneres.

Art. 102º: Nas localidades em que não houver rede coletora de esgoto, as águas residuais das lavanderias terão destino adequado, a critérios da autoridade sanitária e órgãos competentes e obedecendo as Normas Técnicas Específicas.

Art. 103º: As lavanderias que não dispuserem de instalações e equipamentos apropriadas para secagem de roupas, deverão ter locais destinados a esta finalidade com insolação e ventilação adequadas.

Art. 104º: Nas lavanderias deverão existir locais separados para recebimento e depósito de roupas sujas, independentes dos locais destinados às roupas limpas.

Art. 105º: O transporte de roupas servidas às lavanderias públicas e privadas, deverá ser feito em invólucros apropriados.

Parágrafo único: Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XVII

DOS ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA E

LABORATÓRIOS DE PRÓTESES

Art. 106º: Os locais destinados à assistência odontológica, tais como clínicas dentárias, especializadas e policlínicas dentárias populares, prontosocorro odontológicos, institutos odontológicos e congêneres, além das exigências referentes a estabelecimentos de trabalho em geral deverão satisfazer as Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo 1°: Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2°: Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante autoridade sanitária competente para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Subseção XVIII

DOS INSTITUTOS OU CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E CONGENERES

Art. 107º: Os institutos e clínicas de fisioterapia são estabelecimentos dos quais são utilizados agentes físicos com finalidade terapêutica mediante prescrição médica.

Parágrafo único. É expressamente vedado o uso da expressão "FISIOTERAPIA", na denominação de qualquer estabelecimento que não preencha as condições deste artigo.

Art. 108º: Esses estabelecimentos deverão possuir instalações adequadas, aparelhos, utensílios e todos os meios necessários as suas finalidades, pia com água corrente, mesas próprias, com tampos e pés de material lisos, resistente e impermeável, que não dificultem a higiene, limpeza e desinfecção, a juízo da autoridade sanitária competente.

Art. 109º: Os institutos ou clínicas de fisioterapia e congêneres, além das disposições referentes a estabelecimentos de trabalho em geral e das condições exigidas nas Normas Técnicas Específicas para locais desta natureza terão no mínimo:

I- Sala de administração;

II- Sala para exames médicos, quando sujeitos a responsabilidade médica;

III- Sanitários independentes para cada sexo;

IV- Vestuários e sanitários para funcionários;

V- Sala de recepção;

Art. 110º: Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter profissional substituto, legalmente habilitado, com termo de responsabilidade assinado perante autoridade sanitária competente para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

Parágrafo único: Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XIX

DOS MERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCEARIAS, ARMAZENS, DEPÓSITO

DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, QUITANDAS E CONGÊNERES.

Art. 111º: O imóvel destinado aos estabelecimentos supracitados deverá atender as exigências e condições de acordo com legislação vigente e Normas Técnicas Específicas.

Art. 112º: Os mercados e supermercados serão providos de instalações frigoríficas adequadas ao tipo de comércio.

Parágrafo 1°: A conservação do pescado, carnes, frutas e demais gêneros alimentícios, nas câmaras frigoríficas destes estabelecimentos, deverão atender as condições peculiares à tecnologia de congelamento.

Parágrafo 2°: Estes estabelecimentos deverão manter uma planilha de registro das temperaturas dos frízeres, refrigeradores, câmaras frias e outros utensílios onde sejam armazenados produtos termo sensíveis, onde deverão ser anotadas diariamente as temperaturas registradas nos momentos da abertura e do fechamento do estabelecimento.

Art. 113º Os gêneros alimentícios deverão estar separados dos produtos de limpeza e perfumaria.

Art. 114º: Todos os equipamentos, utensílios utilizados nestes estabelecimentos deverão ser mantidos limpos e em perfeito estado de conservação.

Art. 115º: Os pisos destes estabelecimentos deverão ser de material antiderrapante e impermeável e manter-se sempre limpos.

Art. 116º: O acondicionamento do lixo deverá ser em recipiente de fácil higienização, com tampa e saco plástico em local apropriado.

Art. 117º: É proibido a estes estabelecimentos realizar o abate para comercialização de qualquer espécie animal.

Art. 118º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização a ser realizado por empresa do ramo e portar laudo técnico do serviço realizado.

Art. 119º: É expressamente proibido o comércio ou utilização como matéria prima de produtos fora do prazo de validade ou que tenham suas características organolépticas alteradas caracterizando este como impróprio para o consumo.

Parágrafo único: Qualquer produto que retirado de sua embalagem original com intuito da venda, deverá ser reembalado em embalagem adequada contendo os novos dados de peso, composição e data de validade, sempre observando que esta não será a mesma de quando em sua embalagem e forma original, sendo o prazo máximo de 05 dias (cinco) corridos.

Art. 120º: É expressamente proibido o comércio ou utilização como matéria-prima de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados e/ou sem registro do Ministério da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo 1º: O não cumprimento do artigo supracitado caberá apreensão dos produtos e multa imediata. A reincidência implicará em cancelamento do Alvará Sanitário e interdição do estabelecimento.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos deverão ter um Manual de Boas Práticas de Higiene e Manutenção e mantê-lo em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Subseção XX

DOS RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, CAFÉS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 121º: Os restaurantes, bares, lanchonetes, cafés e estabelecimentos congêneres, deverão possuir cozinhas providas de mesas impermeáveis e resistentes, água corrente, depósitos adequados para armazenagens de utensílios, matérias-primas e equipamentos de trabalho, mantendo-os sempre em condições higiênicas.

Parágrafo único: As cozinhas deverão possuir sistema de exaustão adequado e suficiente, de modo a evitar o superaquecimento.

Art. 122º: Os bares e estabelecimentos que não produzem nem sirvam refeições poderão ter copas ou cozinha com áreas compatíveis com equipamentos e suas finalidades.

Art. 123º: Nos restaurantes, cafés, lanchonetes e estabelecimentos congêneres observar-se-ão o seguinte:

I - Os utensílios para prepararem ou servirem alimentos deverão ser de material de fácil limpeza e desinfecção;

II- É expressamente proibido o uso de pratos, copos, talheres e demais utensílios quando quebrados, trincados ou defeituosos;

III- Os açucareiros, saleiros e similares deverão ser higiênicos e providos de tampas eficientes;

IV- As louças, copos, talheres e demais utensílios, depois de devidamente lavados em água corrente, deverão ser desinfetados e protegidos de poeira, insetos e impurezas;

V- Os gêneros alimentícios destinados ao preparo de alimentos deverão ser depositados em locais adequados e limpos, sendo que as carnes, o pescado e os demais alimentos perecíveis serão conservados em refrigeradores ou câmaras frias.

VI- As toalhas de mesa, a cada uso, serão substituídas por outras limpas.

VII. Nas cozinhas serão armazenados exclusivamente os utensílios, equipamentos e alimentos destinados ao preparo e distribuição no estabelecimento.

VIII- Os copos, taças, cálices e demais recipientes para servir bebidas só poderão ser resfriados pelo uso direto de gelos obtidos de água potável.

Art. 124º: As churrasqueiras devem ser instaladas em locais adequados obedecendo aos preceitos de higiene.

Art. 125º: Os utensílios deverão estar rigorosamente limpos e os equipamentos destinados a frituras deverão estar dotados de equipamentos de exaustão.

Parágrafo único: É expressamente proibido reutilizar óleo de fritura após seu resfriamento.

Art. 126º: A carne destinada ao churrasco deverá ser conservada em recipientes que garantam as condições higiênicas e sob temperatura de 2º a 8º graus ºC.

Art. 127º: Além das exigências citadas nos artigos anteriores deverão obedecer às Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo 1º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos Alimentícios e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização bem como, limpeza de caixa d´água ser realizado por empresa credenciada e portar laudo técnico do serviço realizado.

Subseção XXI

DAS PANIFICADORAS, CONFEITARIAS E CONGÊNERES.

Art. 128º: Consideram-se panificadoras para efeito deste código, os estabelecimentos industriais e/ou comerciais que produzam ou vendam pães de qualquer tipo, além de doces e salgados, estando classificados em:

I – Industrial - Considera-se industrial o estabelecimento que exclusivamente, produza pães de qualquer tipo além de doces e salgados.

II- Industrial e comercial - Considera-se industrial e comercial o estabelecimento que produza e venda pães de qualquer tipo, doces e salgados, além de outros produtos.

Art. 129º: Os estabelecimentos a que se refere esta subseção deverão obedecer às Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo único: Os fornos, máquinas, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico.

Art. 130º: Nas salas de manipulação deverão seguir as seguintes exigências:

I - Iluminação e ventilação adequada;

II- Condições de higiene e saúde ocupacional;

III- Paredes revestidas de material liso, impermeável e resistente;

IV- Pisos antiderrapantes, resistentes e impermeáveis;

V- Balcões com tampos de material liso e impermeável;

VI- Instalações sanitárias incomunicáveis com outros setores;

VII- Fogões a gás, elétricos ou outro sistema aprovado, provido de sistema de exaustão de fumaças e vapores;

VIII- Armários para louças e utensílios;

IX- Pia de aço inoxidável, provida de água corrente;

Art. 131º: Nas atividades de produção devem ser usados fermentos selecionados de pureza comprovada.

Art. 132º: O pão francês deve ser exclusivamente industrializado e/ou comercializado em panificadoras ou padarias.

Art. 133º: Os pães de massa fina, pães para hambúrguer, doces, pães especiais, pães de fibras e similares devem, obrigatoriamente, ser comercializados embalados.

Parágrafo único: Nos casos de pães embalados, o acondicionamento será feito em invólucro impermeável, transparente e fechado, contendo o nome do produto, ingredientes, o nome e endereço da empresa, bem como a data de fabricação e prazo de validade de no máximo 07 (sete) dias, levando-se em consideração a adição ou não de conservantes.

Art. 134º: As indústrias de doces e demais estabelecimentos congêneres deverão ter locais e dependências destinados a:

I - Elaboração ou preparo dos produtos;

II- Acondicionamento, rotulagem e expedição;

III- Depósito de farinhas, açúcares e matérias-primas;

IV- Venda;

Art. 135º: As farinhas, pastas, frutas, caldas e outras substâncias em manipulação deverão ser trabalhadas com amassadores e outros aparelhos mecânicos aprovados.

Parágrafo 1º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos Alimentícios e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2º: Qualquer produto que retirado de sua embalagem original com intuito da venda, deverá ser reembalado em embalagem adequada contendo os novos dados de peso, composição e data de validade, sempre observando que esta não será a mesma de quando em sua embalagem e forma original, sendo o prazo máximo de 05 dias (cinco) corridos.

Parágrafo 3º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização a ser realizado por empresa credenciada e portar laudo técnico do serviço realizado.

Subseção XXII

DOS FRIGORÍFICOS

Art. 136º: Os frigoríficos deverão ter piso impermeável e antiderrapante, e as paredes, impermeabilizadas com material liso e resistente.

Art. 137º: Os frigoríficos só poderão aceitar os gêneros alimentícios que estejam em perfeitas condições sanitárias.

Parágrafo 1º: Os gêneros alimentícios em conservação frigorífica deverão ser depositados separados, por espécie, de modo a facilitar a sua inspeção.

Parágrafo 2º: Os gêneros alimentícios não poderão ficar estocados por mais de seis meses, ressalvo as condições peculiares à tecnologia de congelamento.

Art. 138º: Além dos artigos já citados deverão atender as Normas Técnicas Específicas.

Paragrafo1º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos de Origem Animal e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização bem como, limpeza na caixa d´água ser realizado por empresa credenciada e portar laudo técnico do serviço realizado.

Parágrafo 3º: Os frigoríficos e estabelecimentos congêneres deverão manter um Serviço de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Subseção XXIII

DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DE CARNE E

DERIVADOS OU SUBPRODUTOS

Art. 139º: Somente poderá ser exposta à venda e ao consumo, com a denominação de carne fresca proveniente de animais sadios, abatidos em estabelecimentos credenciados, registrados e fiscalizados.

Parágrafo Único: É expressamente proibido expor a venda carnes, subprodutos e derivados de carne de qualquer espécie animal que não tenha sido inspecionada.

Art. 140º: Os açougues terão água corrente fria e quente em quantidade suficiente e serão providos de cubas inoxidáveis e lavatórios de louça, com sifões ligados ao sistema de esgoto.

Art. 141º: Todo equipamento, inclusive o tendal deverá ser de aço inoxidável ou de outra matéria previamente aprovado pelo órgão técnico, o tendal deverá ser instalado a uma altura mínima, de modo que as carnes a serem dependuradas para desossa ou pesagem não entrem em contato com o piso do estabelecimento.

Art. 142º: As mesas destinadas ao corte deverão ser de material apropriado, impermeável e mantidas constantemente em perfeito estado de higiene e conservação.

Art. 143º: Os açougues deverão ser dotados de câmaras frigoríficas com controle diário de temperatura, equipadas com estrados de material apropriado e destinadas exclusivamente à conservação de carnes.

Art. 144º: Somente será permitido manter as carnes no tendal, em temperatura ambiente, durante a operação de desossa e corte.

Art. 145º: As carnes em geral e as vísceras deverão ser mantidas em câmeras frigoríficas.

Art. 146º: É obrigatória a limpeza e higienização diária dos açougues e estabelecimentos congêneres e de todos seus equipamentos e utensílios.

Art. 147º: Os ossos, sebos e resíduos sem aproveitamento imediato, deverão ser mantidos sob refrigeração em recipientes adequados, sendo proibido colocá-los em lixeiras, contêineres e similares, de modo que esses subprodutos possam ir para o Aterro Sanitário.

Parágrafo 1º: Não sendo utilizados esses subprodutos, os mesmos deverão ter destino de acordo com as Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização a ser realizado por empresa credenciada e portar laudo técnico do serviço realizado.

Parágrafo 3º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos de Origem Animal e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 4º: Os subprodutos são de responsabilidade dos frigoríficos e estabelecimentos congêneres que os geraram.

Subseção XXIV

DOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZEM PESCADO

Art. 148º: As peixarias são estabelecimentos destinados à venda de peixes, moluscos, crustáceos e outras espécies aquáticas, frescas, frigorificadas ou congeladas.

Parágrafo único: É expressamente proibido expor a venda o pescado e seus subprodutos sem inspeção.

Art. 149º: É proibida qualquer industrialização de pescado no local de venda e armazenamento, inclusive, a salga, prensagem e cozimento.

Art. 150º: As peixarias deverão ter as seguintes condições físicas:

I - Área suficiente para atender a demanda;

II- Paredes revestidas até o teto com material liso, impermeável, resistente e de cor clara;

III- Piso antiderrapante, de cor clara, com declive suficiente para escoamento de água servida, por meio de ralo sifonado provido de grelha que se feche e ligado a sistema de esgotamento;

IV- Teto pintado de cor clara e revestido de material impermeável;

V. Instalações sanitárias independentes para cada sexo e incomunicáveis com o local de trabalho;

VI- Ventilação e iluminação adequadas;

Art. 151º: As peixarias deverão ter água corrente em quantidade adequada, pias de aço inoxidável e lavatórios de louças com sifão ligado ao sistema de esgoto.

Art. 152º: As peixarias deverão ter câmeras frigoríficas com controle diário de temperatura, equipada com estrados de material apropriado e destinada exclusivamente à conservação de pescado.

Art. 153º: É proibido manter o pescado fora de conservação frigorífica exceto durante o processo de limpeza e evisceração.

Parágrafo 1º Pescado fresco ou resfriado pode ser exposto à venda, desde que conservado sob ação direta do gelo ou em balcão frigorificado.

Parágrafo 2º: Pescado fracionado deverá ser exposto obrigatoriamente em balcões frigorificados.

Art. 154º: É obrigatório à limpeza diária das peixarias, todos os seus equipamentos, utensílios e instrumentos.

Art. 155º: As peixarias deverão ter, em local apropriado, utensílios de material adequado destinado ao acondicionamento de escamas, vísceras e demais resíduos do pescado, os quais deverão ter destinos de acordo com as Normas Técnicas Específicas.

Art. 156º: É proibido o preparo ou a fabricação de conservas nos estabelecimentos que comercializem pescado.

Parágrafo 1º: Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos de Origem Animal e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Parágrafo 2º: Estes estabelecimentos devem manter um programa semestral de dedetização a ser realizado por empresa credenciada e portar laudo técnico do serviço realizado.

Subseção XXV

DO COMÉRCIO DE LEITES E LATICÍNIOS

Art. 157º: Todo leite destinado ao consumo humano direto, deve ser pasteurizado, ou submetido ao processo de ultra alta temperatura – (UAT ou UHT), ou esterilizado, ou ainda reconstituído.

Art. 158º: As demais disposições devem seguir as legislações específicas.

Seção III

DA HIGIENE E ALIMENTAÇÃO

Art. 159º: À Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado incumbem a fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios e das matérias primas usadas na sua produção, assim como dos locais e processos de industrialização, abate, transporte e comercialização.

Art. 160º: Os estabelecimentos comerciais e industriais onde sejam abatidos, produzidos, recebidos, expostos à venda ou dados ao consumo, gêneros alimentícios, bem como aparelhos, máquinas, utensílios, recipientes utilizados no seu transporte e distribuição, deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene.

Parágrafo 1º: As instalações, equipamentos e utensílios referidos neste artigo deverão ser previamente aprovados pela autoridade sanitária.

Parágrafo 2º: Todos os estabelecimentos comerciais que sirvam refeições e lanches ao público em geral, deverão apresentar a Secretaria seja Municipal ou Estadual, cursos para seus funcionários, onde se registrem conhecimentos sobre higiene, executados e supervisionados pelos órgãos competentes.

Parágrafo 3º: Os proprietários de estabelecimentos comerciais, que não se enquadrarem no disposto no parágrafo anterior, terão carência de no máximo seis meses, para se adequarem às exigências contidas.

Art. 161º: Os produtos alimentícios que sofrem processo de acondicionamento ou industrialização, antes de serem dados ao consumo, ficam sujeitos ao registro e exame prévio, referenciados pela autoridade sanitária, bem como a análise fiscal e de controle de qualidade.

Art. 162º: Todos os gêneros alimentícios só poderão ser oferecidos ao consumo em perfeito estado de conservação e qualidade, e que por sua natureza, manipulação e acondicionamento, não sejam nocivos à saúde.

Parágrafo único. Próprios para o consumo são unicamente os alimentos que se acharem em perfeito estado de conservação e que por sua natureza, composição fabricação, manipulação, procedência e acondicionamento estiverem isentos de nocividade à saúde e de acordo com as Normas Sanitárias Vigentes.

Art. 163º: O processo de moagem de carne, fatiamento de presunto, mussarela, mortadela e similares deverão ser efetuados em local visível ao consumidor e no ato da solicitação.

Parágrafo único. O prazo de validade dos produtos supracitados não será o mesmo do produto em seu estado anterior, passando a ter um prazo de validade de 05 (cinco) dias.

Art. 164º: Sempre que constatada, mesmo pela inspeção organoléptica, a alteração, contaminação, adulteração, ou falsificação de um produto alimentício, tornando-o impróprio para o consumo, será o mesmo apreendido e inutilizado, ficando o responsável sujeito às sanções regulamentares, sem prejuízo de outras penalidades constantes na legislação vigente.

Parágrafo 1º: Determinados produtos, considerados impróprios para o consumo humano, a juízo das autoridades Sanitária Municipal ou Estadual, ao invés de serem inutilizados, poderão ser destinados à alimentação animal ou para fins industriais, desde que para isto se prestem.

Parágrafo 2º: O destino final dos produtos apreendidos, inutilizados, liberados para alimentação animal ou para fins industriais, será sempre fiscalizado pela autoridade Sanitária Municipal ou Estadual.

Art. 165º: As infrações ocorridas na manipulação, comércio ou industrialização de gêneros alimentícios, serão de inteira responsabilidade dos respectivos proprietários.

Art. 166º: A Secretaria Municipal de Saúde realizará inquéritos e pesquisas sobre alimentos e nutrição, nos seus aspectos relacionados à saúde, divulgando os resultados colhidos e diligenciando na implantação de programas de incentivo a produção e a boa alimentação.

Art. 167º: Fica proibido aos estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios, venderem ou utilizarem como matéria-prima, produtos fora do prazo de validade, sem registro no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e produtos de origem animal sem inspeção, seja ela Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 168º: A Secretaria de Saúde fará observar, no que for de sua competência, as normas e padrões estabelecidos pela legislação em vigor para orientação dos problemas referentes à alimentação e à adequada execução das medidas ligadas ao controle higiênico dos alimentos.

Art. 169º: São considerados impróprios para o consumo os alimentos que:

I - Contiverem substâncias venenosas ou tóxicas prejudiciais à saúde do consumidor ou que estejam acima dos limites de tolerância;

II. Contiverem parasitas patogênicos em qualquer estágio de evolução;

III. Produtos deteriorados, com defeito de manipulação, de acondicionamento ou de conservação;

IV- Estejam alterados por ação de causas naturais como umidade, ar, luz e calor;

V- Apresentarem alterações em seus caracteres físicos, químicos e/ou organolépticos;

VI- Contiverem alimentos com aspecto estranhos ou que demonstrarem pouco asseio ou quaisquer impurezas em qualquer fase do processamento;

VII- Sejam constituídos ou tenham sido preparados, no todo ou em parte, com produto animal proveniente de estabelecimentos que não tenham serviço de inspeção;

VIII- Tenham sua embalagem constituída, no todo ou em parte, por substância prejudicial à saúde;

IX- Destinados ao consumo imediato que estejam expostos a venda sem a devida proteção;

Art. 170º: Considerar-se-ão adulterados os alimentos que tenham sido submetidos ao tratamento ou operações que reduzam seu valor nutritivo normal, ou que tenham sido modificados em sua apresentação para induzir o consumidor ao erro ou engano e especialmente nos seguintes casos:

I - Quando tiver sido adicionados ou misturados com substâncias que lhes modifiquem a qualidade, reduzam o valor nutritivo ou provoquem sua deterioração;

II- Quando tenham sido misturados a substâncias inerentes ou estranhas para aumentar seu peso ou volume;

III- Quando no todo ou em parte tenham sido privados de substâncias ou princípios alimentares úteis, ou ainda substituídos por outros de qualidade inferior, sem a devida indicação;

IV- Quando tiverem sido artificialmente coloridos, revestidos, aromatizados ou adicionados de substâncias estranhas para dissimular defeitos de apresentação de modo a apresentar melhor qualidade do que o real salvo nos casos expressamente previstos por este código ou por normas técnicas específicas;

V- Quando estiver em desacordo com o respectivo padrão de identidade ou qualidade;

Art. 171º: Considerar-se-ão fraudados ou falsificados os alimentos que na composição, peso ou medida divergirem do enunciado dos invólucros ou rótulos ou não estiverem de acordo com as especificações.

Art.172º: O alimento importado bem como os aditivos e matérias primas empregados em sua fabricação deverão obedecer às disposições da legislação vigente.

Art. 173º: É proibido manter no mesmo compartimento alimentos e substâncias estranhas que possam contaminá-los ou corrompe-los.

Art. 174º: Os utensílios e recipientes dos estabelecimentos onde se consumam alimentos, quando não descartáveis deverão ser lavados e desinfetados na forma estabelecida neste código e nas Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo único. Os utensílios referidos neste artigo devem ser de material adequado e mantidos em perfeito estado de conservação.

Subseção I

DO TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 175º: Todos os veículos destinados a transportar produtos alimentícios deverão obedecer às exigências das Normas Técnicas Específicas.

Art. 176º: Os veículos de transporte de gêneros alimentícios deverão ser mantidos permanentemente higienizados.

Art. 177º: É obrigatória à exigência de refrigeração ou congelamento nos veículos que transportem produtos alimentícios perecíveis.

Art. 178º: É proibido transportar no mesmo compartimento de um veículo de transporte de alimentos, substâncias e/ou objetos estranhos que possam contaminá-los ou corrompe-los.

Art. 179º: O transporte e a distribuição de leite deverão ser feitos em veículos que assegurem e satisfaçam as condições higiênicas e sanitárias.

Art. 180º: Os veículos empregados no comércio ambulante devem ser equipados com recipientes adequados destinados a recolher os resíduos e os invólucros.

Subseção II

DA PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS

Art. 181º: Em todas as fases de seu processamento, da fonte de produção até o consumidor, o alimento deverá estar livre e protegido da contaminação física, química e biológica.

Art. 182 º: Na industrialização e comercialização de alimentos e no preparo de refeições deverá ser restringido, tanto quanto possível, o contato manual direto com o alimento.

Art. 183º: Não será permitido o emprego de materiais anteriormente usados para outros fins na embalagem ou acondicionamento de alimentos.

Art. 184º: Os alimentos embalados deverão ser armazenados, depositados ou expostos sobre estrados, prateleiras ou pendurados em suportes, não sendo permitido o contato direto com o piso e as paredes.

Art. 185º: Os alimentos crus não deverão sob nenhuma hipótese entrar em contato com outros que estejam prontos para o consumo, sem desinfecção ou cozimento prévio.

Parágrafo único. Os alimentos que desprendam odores acentuados deverão ser armazenados, depositados ou expostos à venda separadamente dos demais.

Art. 186º: Os alimentos congelados só poderão ser descongelados pela utilização de métodos satisfatórios para estes fins.

Parágrafo único. O alimento congelado, quando descongelado, não poderá ser recongelado ou resfriado novamente.

Art. 187º: As faces externas de papéis ou sacos plásticos poderão conter, em formas impressas, diretrizes referentes ao alimento ou ao estabelecimento.

Art. 188º: Será proibido colocar nas caixas, cestos ou em veículos destinados ao transporte de alimentos, qualquer outra substância que possa alterá-los, prejudicá-los ou contaminá-los.

Art. 189º: Os manipuladores encarregados da fabricação, preparo, manipulação de alimentos deverão usar Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Parágrafo 1º: Durante qualquer processo de manipulação de matérias-primas e alimentos, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoais.

Parágrafo 2º: É proibido o uso de utensílios e equipamentos de madeira em qualquer fase da produção de alimentos.

Parágrafo 3º: Deve-se ter em separado os utensílios a serem utilizados nos alimentos antes do cozimento e os utilizados após o cozimento, de modo a evitar a contaminação cruzada.

Art. 190º: Os aparelhos, utensílios, e outros materiais empregados na preparação, fabricação, manipulação, acondicionamento, transporte, conservação ou venda de alimentos deverão ser mantidos limpos e em bom estado de conservação.

Art. 191º: O registro de produtos artesanais será regulamentado através de Normas Técnicas Específicas.

Art. 192º: A venda de produtos perecíveis de consumo imediato ou mediato em feiras será autorizada pelo poder Público Municipal, desde que obedecidas às noções de higienização, as condições locais apropriadas, o perfeito estado de conservação do produto.

Subseção III

PADRÕES DE IDENTIDADE E QUALIDADE

Art. 193º: Cada tipo de alimento é dotado de padrões de qualidade e identidade estabelecida pelo órgão sanitário competente em consonância com Normas Técnicas Especifica do Ministério da Saúde.

Art. 194º: O padrão de identidade e qualidade dos alimentos, para cada tipo ou espécie, obedecerá ao disposto na legislação vigente sobre:

I - Denominação, definição e composição, compreendendo a descrição do alimento, citando o nome científico, quando houver, e os requisitos que permitam fixar critério de qualidade;

II. Requisitos de higiene, compreendendo medidas sanitárias concretas e demais disposições necessárias à obtenção de um alimento puro e de qualidade comercial;

III- Aditivos intencionais que podem ser empregados, abrangendo a finalidade de emprego e o limite de adição;

IV- Requisitos aplicáveis a pesos e medidas;

V- Requisitos relativos à rotulagem e apresentação do produto;

VI- Métodos de coleta de amostra, embalagem e análise do alimento;

Parágrafo único: Os requisitos de higiene abrangerão também o padrão microbiológico dos alimentos.

Subseção IV

COLETA DE AMOSTRA E ANÁLISE FISCAL

Art. 195º: Os métodos e normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde serão observados pelo município para efeito de coleta de amostras e realização de análise fiscal.

Parágrafo 1º: Em caso de análise condenatória do produto a autoridade competente procederá de imediato a inutilização do mesmo, comunicando se for o caso, o resultado da análise condenatória ao órgão central da Vigilância Sanitária do Estado, com vistas ao Ministério da Saúde, em se tratando de alimentos oriundos de outra unidade da Federação e que se implique na apreensão do mesmo em todo Território Nacional, cancelando ou cassando o registro.

Parágrafo 2º: Em se tratando de faltas graves ligadas à higiene e segurança sanitária ou ao processo de fabricação, independentemente da interdição e inutilização do produto poderá ser determinada interdição temporária ou definitiva ou ainda, cassada a licença do estabelecimento, responsável pela fabricação ou comercialização do produto condenado definitivamente, sem prejuízo das sanções pecuniárias previstas nesta Lei.

Parágrafo 3º: O procedimento administrativo a ser instaurado pela autoridade competente municipal, segura no que couber o molde estabelecido pelo Ministério da

Saúde, em relação à análise fiscal de alimentos.

Art. 196º: O Laboratório de Processamento de Produtos de Origem Animal (LAPOA), o laboratório de referência do Estado do Mato Grosso, ao qual compete realizar pesquisa e prestar serviços laboratoriais de apoio aos programas de saúde.

Art. 197º: A coleta de amostra poderá ser feita sem interdição da mercadoria, quando se trata de análise fiscal de rotina.

Parágrafo único. Se a análise de amostra colhida em fiscalização de rotina for condenatória, a Autoridade Sanitária interditará a mercadoria, lavrando o respectivo termo, podendo efetuar nova coleta de amostra.

Art. 198º: A coleta de amostra para fins de análise fiscal será feita mediante a lavratura do respectivo termo e deverá ser em quantidade representativa do estoque existente, dividida em três invólucros, tornados invioláveis, para assegurar sua autenticidade e acondicionada adequadamente, de modo a conservar suas características originais.

Parágrafo único. Das amostras colhidas, duas será enviada ao laboratório oficial para análise fiscal, a terceira ficará em poder do detentor ou responsável pelo alimento, servindo esta última para eventual perícia de contraprova.

Subseção V

FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS AO COMÉRCIO

E A INDÚSTRIA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 199º: Será obrigatório à higienização nos estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios.

Art. 200º: Só será permitido o comércio de saneantes, desinfetantes e produtos similares, em estabelecimentos de venda ou consumo de alimentos, desde que convenientemente isolados, mediante aprovação de Autoridade Sanitária competente e de acordo com a Legislação específica.

Parágrafo único: Os produtos mencionados no “caput” deste artigo deverão ser acondicionados em embalagens impermeáveis.

Art. 201º: Nos locais e estabelecimentos onde se manipulem, beneficiem, preparem, fabriquem ou comercializem produtos alimentícios e bebidas, fica vedado às pessoas que neles exerçam as suas atividades:

I - Fumar;

II- Varrer produzindo levantamento de pó ou poeira;

III- Permitir a entrada ou permanência de quaisquer tipos de animais;

IV- Qualquer outra atividade que possa comprometer a higiene do estabelecimento;

Art. 202º: Nos estabelecimentos onde se fabriquem, preparem vendam ou depositem gêneros alimentícios haverá recipientes adequados, de fácil limpeza e providos de tampa ou recipientes descartáveis para coleta de resíduos.

Art. 203º: Será obrigatório à existência de papel higiênico, lavatório com água corrente, sabão líquido e toalhas de papel ou secador de ar e recipientes com tampa para lixo em todos os sanitários, que deverão ainda ser independentes para cada sexo.

Art. 204º: Os manipuladores de alimentos, quando no exercício de suas atividades deve:

I - Manter o mais rigoroso asseio corporal e do vestuário;

II- Fazer uso de vestuário adequado à natureza dos serviços;

III- Ter mãos obrigatoriamente lavadas com água corrente e produtos específicos antes do início das atividades e após a utilização do sanitário;

IV- Fazer uso de gorros ou outros uniformes que cubram os cabelos;

V- Manter unhas curtas, sem pinturas e limpas;

VI- Não manter o contato direto das mãos nos alimentos, ou apenas o absolutamente necessário e desde que não possam fazê-lo com o uso de utensílios apropriados;

VII- Abster-se de fumar, bem como de usar qualquer tipo de adornos;

VIII- Apresentar à fiscalização sanitária a respectiva carteira de saúde atualizada, sempre que for exigido;

IX- Manter-se com calçados específicos para a função;

Parágrafo 1º: Os manipuladores não poderão manejar dinheiro e praticar quaisquer outros atos capazes de comprometer a qualidade dos produtos;

Parágrafo 2º: As exigências deste artigo são extensivas a todos os que, mesmo não sendo empregados ou operários registrados nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, estejam vinculados, de qualquer forma, a fabricação, manipulação, venda, depósito ou transporte de gêneros alimentícios, em caráter habitual;

Art. 205º: É proibido elaborar, extrair, manipular, armazenar, fracionar ou vender produtos alimentícios, condimentos ou bebidas e suas matérias-primas correspondentes, em locais inadequados para esses fins, por sua capacidade, temperatura, iluminação, ventilação e demais requisitos de higiene.

Art.206º: Os estabelecimentos industriais e comerciais de gêneros alimentícios deverão:

I - Dispor de dependências e instalações mínimas adequadas, na forma da Lei, para a produção, fracionamento, conservação, acondicionamento, armazenamento e comercialização de alimentos;

II- Manter permanentemente higienizadas suas dependências, bem como as máquinas, utensílios e outros materiais nelas existentes;

III- Possuir iluminação adequada;

IV- Possuir instalação de frio, dotada de dispositivos de controle de temperatura e umidade, quando se fizerem necessários, em número e com área suficiente, segundo a capacidade do estabelecimento;

V- Armazenar os produtos elaborados, as matérias-primas, os aditivos e as bebidas, bem como o material destinado ao acondicionamento de alimentos, em locais apropriados, em estantes ou suportes adequados; em caso de sacarias, estas deverão ser colocadas sobre estrados afastados no mínimo quinze centímetros do piso e das paredes;

VI- Possuir mesas de manipulação revestidas, na superfície, de material liso impermeável e resistente;

VII- Possuir piso impermeável e resistente, com ralos sifonados, providos de grelhas que se fechem ligados à rede de esgotos e paredes convenientemente impermeabilizadas, com materiais adequados, lisos e resistentes;

VIII- Manter os produtos alimentícios em locais separados dos usados para produtos saneantes, desinfectantes, tóxicos e produtos similares;

Parágrafo 1º: Nos locais de estabelecimentos comerciais, não será permitida a exposição de gêneros alimentícios fora de sua área física.

Parágrafo 2º: Nos locais de elaboração de alimentos, é proibido à existência de outras matérias-primas, instrumentos ou materiais estranhos ao processo de fabricação.

Parágrafo 3º: Nos locais onde se manipulem ou armazenem produtos alimentícios, as aberturas de comunicação e ventilação deverão estar providas de dispositivos adequados para impedir a entrada de insetos e impurezas.

Art. 207º: Os gêneros alimentícios devem ser obrigatoriamente protegidos por invólucros próprios e adequados ao armazenamento, transporte, exposição e comercialização.

Art. 208º: Os produtos alimentícios perecíveis, alimentos *in natura*, produtos semipreparados ou preparados para consumo, pela sua natureza ou composição, necessitam de condições especiais de temperatura para a sua conservação e deverão permanecer em equipamentos próprios que permitam a temperatura adequada.

Art. 209º: Os alimentos perecíveis devem ser transportados, armazenados ou depositados sob condições de temperatura, umidade, ventilação e luminosidade que os protejam de contaminação e deteriorações.

Art. 210º: É proibido expor a venda ou entregar ao consumo produtos cujo prazo de validade tenha vencido ou opor-lhes novas datas depois de expirado o prazo.

Parágrafo único. Da mesma forma é proibido expor à venda produtos cujo prazo de validade não esteja visível (aparente) e/ou rasurado.

Art. 211º: É proibido fornecer ao consumidor sobras ou restos de alimentos que tenham sido servidos, bem como aproveitar as referidas sobras para a elaboração ou preparação de novos alimentos.

Art. 212º: É proibido reutilizar gordura ou óleo de fritura em geral, que apresente sinais de saturação, modificação na sua coloração, presença de resíduos queimados e após seu resfriamento.

Art.213º: É proibido fornecer manteiga ou margarinas, doces, geleias, queijos e similares, sem que estejam devidamente embalados, protegidos e sem o devido registro nos órgãos competentes.

Art. 214º: O gelo usado na preparação e na composição de alimentos e bebidas deve ser potável, respeitando os padrões de qualidade exigidos pelas normas de saúde pública, também no transporte e acondicionamento.

Art. 215º: Além dos aspectos dispostos anteriormente, as autoridades da Vigilância Sanitária observarão:

I - A empresa deverá manter os padrões de qualidade dos produtos principalmente os elementos derivados de animais, tais como carnes, embutidos, pescados e leite.

II- Procedimento de conservação em geral;

III- Impressão de rótulos das embalagens da composição dos alimentos, endereços de fabricantes e todos os elementos exigidos na legislação pertinente para conhecimento do consumidor, assim como o prazo de validade;

IV- Embalagens e apresentação dos produtos de acordo com a legislação pertinente;

V- Verificação das fontes e registro dos alimentos e sua respectiva aprovação e autorização de comercialização;

Art. 216º: Os responsáveis pelos estabelecimentos devem zelar pela higienização dos equipamentos e instrumentos de trabalho, recipientes, os quais deverão ser de material adequado de forma a evitar a contaminação ou a diminuição do valor nutritivo dos alimentos.

Parágrafo 1º: Devem ser cuidadosamente observados os procedimentos de higienização, esterilização de louças e utensílios que entrem em contato com os alimentos.

Parágrafo 2º: As louças, talheres e utensílios destinados ao preparo dos alimentos e que entrem em contato direto com os mesmos, deverão ser submetidos à esterilização, através da fervura durante o tempo necessário para tal, estabelecido em normas técnicas ou pela imersão em solução apropriada para esse fim.

Parágrafo 3º: O mesmo procedimento deverá ser observado em relação aos panos de pratos, aventais e outros panos usados para a limpeza e que estarão em contato direto com os alimentos, com os utensílios de preparo e com os manipuladores.

Parágrafo 4º: Equipamentos, utensílios e recipientes que não assegurem a perfeita higienização a critério da autoridade sanitária competente, deverão ser substituídos e inutilizados.

Art. 217º: O mesmo procedimento de que trata o artigo anterior deverá ser observado por pessoas físicas que trabalham de forma artesanal no preparo de refeições caseiras, tais como o fornecimento de marmitas e comidas congeladas, doces e licores caseiros, queijos, manteigas e coalhadas.

Art. 218º: Os estabelecimentos industriais de moagem de café serão instalados em locais próprios e exclusivos, sendo proibida no mesmo local, a exploração de qualquer outro ramo de comércio ou indústria de produtos alimentícios.

Parágrafo único. O café, cuja análise realizada por laboratório competente, demonstrar qualquer percentual de aditivos será imediatamente apreendido e inutilizado, sem direito à indenização por perdas, sujeitando o infrator à multa.

Art. 219º: Toda matéria tratada de forma geral neste Código referente a assuntos de Vigilância Sanitária, será regulamentada por decreto e por normas técnicas que poderão ser alteradas a qualquer tempo, para mantê-las atualizadas à Legislação Federal e Estadual pertinentes.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão ter Manuais de Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Produtos Alimentícios e de Manutenção dos Maquinários e mantê-los em local visível e de fácil acesso a quem interessar.

Art. 220º: O Manual de Boas Praticas de Higiene e Manipulação de Produtos citados neste Código terá sua elaboração auxiliada pela Vigilância Sanitária e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Seção IV

DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 221º: Entende-se por saúde do trabalhador, para efeito deste Código, o conjunto de medidas que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde através de atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, visando à redução da morbimortalidade advindas do meio ambiente de trabalho.

Art. 222º: As atividades abrangerão medidas que identifiquem e controlem os riscos físicos, químicos, biológicos e ergométricos de acidentes de trabalho.

Art. 223º: As autoridades sanitárias, Municipal ou Estadual, investigarão em regime de cooperação com o órgão Federal:

I - As condições sanitárias de trabalho;

II - As condições de saúde dos trabalhadores;

III - Os maquinários, aparelhos e instrumentos de trabalho, bem como os dispositivos de proteção individual;

IV - As condições inerentes à própria natureza e ao regime de trabalho;

Art. 224º: As ações de fiscalização se realizarão pela Vigilância Sanitária juntamente com órgãos competentes em empresas, estabelecimentos e locais de trabalho (público ou privado) através de inspeção e fiscalização, abrangendo dentre outros:

I- Condições sanitárias e ambientais e os riscos operacionais dos locais de trabalho;

II- Condições de saúde do trabalhador;

III- Condições relativas aos dispositivos de proteção coletivos e/ ou individuais;

IV. Condições relativas à disposição física dos equipamentos (Layout);

V- Impacto da organização do trabalho sobre a saúde do trabalhador;

Art. 225º: A Autoridade Sanitária realizará inspeções sanitárias, cabendo:

I- Ao trabalhador a manutenção de higiene pessoal, a execução de ações de segurança operacional e o uso de Equipamentos de Proteção Individual/Coletivo (EPI) adequado;

II- A empresa será responsável pelo planejamento, manutenção e a execução das medidas preventiva, quanto aos aspectos de salubridade e periculosidade, ficando os mesmos obrigados a fornecer e se fazer usar todos os equipamentos de proteção necessários.

Art. 226º: São obrigações do empregador, além das estabelecidas na Legislação em vigor:

I- Manter a organização do ambiente de trabalho adequada às condições psicofísicas dos trabalhadores;

II- Permitir e facilitar o acesso das Autoridades Sanitárias aos locais de trabalho a qualquer dia e horário, fornecendo informações e dados solicitados;

III- Em caso de risco conhecido, dar amplas e constantes informações aos trabalhadores;

IV- Em caso de risco ainda não conhecido, arcar com os custos de estudos e pesquisas que visem esclarecê-los.

Art. 227º: As empresas que submeterem seus funcionários à exposição de substâncias ou produtos que possam causar danos à saúde são obrigadas a realizar exames médicos individuais periódicos, objetivando o acompanhamento da saúde do trabalhador exposto e a adoção de medidas cabíveis nas formas da Lei.

Parágrafo 1º: Sempre que ocorrer acidente de trabalho ou doença ocupacional, na forma definida na Lei especifica, havendo ou não afastamento do trabalho a empresa é obrigada a emitir Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Parágrafo 2º: Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico de atendimento ou qualquer autoridade pública.

Art. 228º: Cabe ao Sistema Único de Saúde estimular, apoiar e desenvolver pesquisas sobre a saúde no ambiente de trabalho, avaliar o impacto que as tecnologias provocam na saúde do trabalhador e estabelecer medidas de controle.

Art. 229º: Será facultativo ao representante legal dos trabalhadores no processo de fiscalização.

Art. 230º: Além dos artigos citados deverão ser observadas as Normas Técnicas Específicas.

Art. 231º: As empresas ao se instalarem no território Municipal, deverão submeter ao exame prévio da autoridade sanitária o plano completo do lançamento de resíduos sólidos, líquidos e/ou gasosos, sua destinação e as medidas tomadas para evitar os prejuízos da poluição e contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e/ou da atmosfera.

Parágrafo único: As empresas já instaladas ficam obrigadas a promover as medidas necessárias para corrigir os inconvenientes da poluição e da contaminação de águas receptoras, de áreas territoriais e/ou da atmosfera, dentro do prazo fixado pela autoridade sanitária competente.

Art. 232º: O órgão sanitário promoverá campanhas educativas e o estudo das causas infortuna de trabalho e de acidentes pessoais, indicando os meios de sua prevenção.

Seção V

DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 233º: Compete a Vigilância Sanitária e Epidemiológica, a execução e coordenação de medidas, visando o controle e a prevenção de doenças transmissíveis em conjunto com outros órgãos afins.

Art. 234º: A autoridade sanitária determinará em caso suspeito ou confirmado de doenças transmissíveis, as medidas de profilaxia a serem adotadas.

Parágrafo único. O controle das doenças transmissíveis abrangerá as seguintes medidas:

I- Notificação;

II- Investigação epidemiológica;

III- Isolamento hospitalar e domiciliar;

IV- Tratamento;

V- Controle e vigilâncias do caso até a liberação;

VI- Verificação de óbitos;

VII- Exames periódicos de saúde;

VIII- Desinfecção e expurgo;

IX- Assistência social, readaptação e reabilitação;

X- Profilaxia individual;

XI- Educação sanitária;

XII- Saneamento;

XIII- Controle de portadores e comunicantes;

XIV- Proteção sanitária de alimentos;

XV- Controle de animais com responsabilidade epidemiológica na patologia humana;

XVI- Estudos e pesquisas;

XVII- Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado;

XVIII- Outras medidas complementares que poderão ser determinadas pelo órgão competente.

Art. 235º: As medidas de isolamento e observação implicam em abono de faltas à escola ou serviço de qualquer natureza pública ou privada, mediante a apresentação do competente atestado comprobatório.

Art. 236º: Cabe à autoridade sanitária medidas que objetivem a elucidação diagnóstica, podendo realizar ou solicitar exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia nos casos de óbitos suspeitos de terem sido causados por doenças transmissíveis.

Art. 237º: É obrigatória à apresentação dos comprovantes das imunizações exigidas, nos seguintes casos:

I - Exercício de cargo ou função, pública ou privada;

II - Matrícula anual em estabelecimentos de ensino, de qualquer natureza;

III - Internamento ou trabalho em asilos, creches, pensionatos ou estabelecimentos similares;

IV - Registro individual de trabalho ou qualquer outra carteira oficialmente instituída.

Parágrafo 1º: A juízo da autoridade sanitária, a obrigatoriedade da vacinação poderá ser dispensada temporariamente, mediante atestado médico que justifique tal medida.

Parágrafo 2º: Os atestados de vacinação serão fornecidos gratuitamente pelo próprio órgão de saúde pública.

Parágrafo 3º: Em nenhum dos casos previstos neste artigo, os atestados de imunização poderão ficar retidos pelo órgão ou autoridade que o exigiu.

Art. 238º: Em casos de interesse da saúde pública, a autoridade sanitária colaborará ou atuará em conjunto com o órgão competente, a fim de:

I - Observar os animais doentes;

II - Isolá-los ou submete-los à observação;

III - Promover e solicitar o tratamento ou coleta de materiais para exames laboratoriais.

Parágrafo único. Compete à autoridade sanitária promover o entrosamento com os órgãos encarregados da preservação da fauna e flora, a fim de controlar as zoonoses passíveis de transmissão ao homem.

Art. 239º: Cabe à autoridade sanitária promover junto aos órgãos competentes, a matrícula e vacinação de cães, gatos e demais animais domésticos que possam transmitir a Raiva.

Parágrafo 1º: Sempre que conveniente, em benefício da saúde da comunidade, poderá ser determinada à imunização ou o sacrifício de qualquer animal.

Parágrafo 2º: Os animais que não satisfizerem ao disposto no presente artigo serão apreendidos, ficando sob custodia do Município, pelo prazo que a regulamentação determinar em local adequado.

Art. 240º: A Secretaria Municipal de Saúde compete planejar, coordenar, executar e orientar quanto às providências destinadas ao controle das doenças não transmissíveis de importância sanitária, especialmente o câncer, as afecções cardiovasculares, as doenças da nutrição e abiotróficas, as intoxicações e outras.

Seção VI

DA HIGIENE MATERNA, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Art. 241: A Secretaria Municipal de Saúde através de seus órgãos competentes promoverá de modo sistemático e permanente em todo Município, a assistência sanitária à maternidade, à infância e à adolescência.

Parágrafo 1º: O plano assistencial será estabelecido mediante estudos e pesquisas que envolvam as fases de entendimento, as suas deficiências e respectivas causas, especialmente as que disserem respeito à mortalidade e morbidade materna ou infantil.

Parágrafo 2º: A norma de execução incluirá um programa de odontologia sanitária.

Parágrafo 3º: Caberá obediência restrita por parte dos órgãos públicos, a Lei Federal n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 242º: Compete a Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado, coordenar e estimular o desenvolvimento das atividades realizadas por entidades privadas que atuem dentro dos objetivos especificados no artigo anterior, fixando, quando necessário, as prioridades indicadas.

Art. 243º: Além de outras atividades que se fizerem necessárias, os órgãos sanitários promoverão:

I - A verificação das condições sanitárias dos locais e estabelecimentos de ensino público ou privado;

II - A coleta de amostras para analise da alimentação fornecida nas escolas;

III - A difusão do ensino de higiene nas escolas, como parte de um sistema compatível de educação sanitária.

Art. 244º: A Secretaria Municipal de Saúde promoverá a criação e desenvolvimento de atividades de assistência preventiva à criança até a adolescência prevista em Lei vigente.

Seção VII

DA FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA E PROFISSIONAIS AFINS

Art. 245º: A Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com os órgãos estaduais e municipais fiscalizarão de conformidade com o que institui a legislação Federal:

I - O exercício da medicina, da odontologia, da farmácia, da medicina veterinária, da enfermagem e de outras profissões relacionadas com as mesmas;

II - Os estabelecimentos que se relacionam com as profissões supra constantes do artigo;

III - A produção e o comércio de drogas e produtos terapêuticos, de materiais cirúrgicos, ortopédicos e de uso nas profissões constantes na alínea “a”, de desinfetantes, inseticidas, cosméticos e produtos de toucador;

IV - O uso e o comércio de substâncias tóxicas e entorpecentes;

V - Os laboratórios de análises em geral.

Art. 246º: No desempenho da ação fiscalizadora, a autoridade sanitária licenciará e inspecionará os estabelecimentos em que sejam produzidos, manipulados ou comercializados os produtos de substâncias referidas no artigo anterior, podendo colher amostras para analise, realizar apreensão ou inutilização daqueles que não satisfizerem as exigências regulamentares ou forem utilizados ilegalmente.

Art. 247º: Os diplomas, títulos, graus ou certificados que, na forma da Lei Federal, capacitarem seus portadores ao exercício das profissões relacionadas com a prevenção e tratamento de doenças serão obrigatoriamente registrados no órgão estadual de saúde pública.

Parágrafo único. Os indivíduos que exerçam qualquer atividade relacionada com a medicina e profissões afins, sem possuírem títulos devidamente registrados, estão sujeitos às sansões legais.

Seção VIII

DA DEFESA SANITÁRIA INTERNACIONAL

Art. 248º: Compete à autoridade sanitária municipal, em conjunto com a estadual, observar e fazer cumprir nas áreas do município, as determinações e códigos sanitários internacionais, regulamentos, acordos e convênios subscritos pelo Brasil.

Seção IX

DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

Art. 249º: A Secretaria Municipal de Saúde supervisionará o aprimoramento técnico e material dos estabelecimentos hospitalares em geral, visando a maior resolutividade e qualidade do atendimento.

Art. 250º: Os hospitais e estabelecimentos congêneres que receberem auxílios financeiros dos poderes públicos ficarão obrigados a manter a disposição dos órgãos de saúde um mínimo de leitos disponíveis, segundo disposições baixadas pelo órgão competente.

Parágrafo único. Os estabelecimentos citados neste artigo serão organizados de acordo com o principio de integração e regionalização constantes do plano sanitário.

Seção X

DO SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

Art. 251º: É dever do Município, da coletividade e dos indivíduos promover medidas de saneamento, respeitando, no uso de suas propriedades, no manejo dos meios de produção, no exercício de suas atividades em parceria com Secretarias Municipais de Obras e de Meio Ambiente e dos órgãos Estaduais e Federais.

Art. 252º: Os proprietários ou responsáveis por estabelecimentos comerciais estarão obrigados às medidas técnicas corretivas destinadas a sanar as falhas relacionadas às normas e padrões de potabilidade da água, desde que essas ocorram depois do Hidrômetro.

Art. 253º: Todo e qualquer sistema de abastecimento de água, seja público ou privado, estão sujeitos à fiscalização da Autoridade Sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 254º: O órgão responsável pelo sistema de abastecimento público de água enviará a Secretaria Estadual e/ ou Municipal de Saúde relatórios mensais relativos ao controle de qualidade de água.

Parágrafo único. Sempre que o serviço sanitário detectar a existência de anormalidades ou falhas no sistema público de abastecimento de água, com risco para a saúde da população, comunicará o fato ao órgão responsável, para imediata providência.

Art. 255º: Os materiais, equipamentos e produtos químicos utilizados em sistemas de abastecimento de água devem atender as exigências e especificações das normas técnicas estabelecidas pela Autoridade Sanitária competente, a fim de não alterar o padrão de potabilidade da água distribuída.

Art. 256º: A água distribuída por sistema de abastecimento deve ser submetida obrigatoriamente a um processo de desinfecção, de modo a assegurar sua qualidade no aspecto microbiológico e manter concentração residual do agente desinfetante na rede de distribuição, de acordo com as normas técnicas.

Art. 257º: A fluoretação da água distribuída através de sistemas de abastecimento deve obedecer ao padrão estabelecido pelas Normas Técnicas Especificas.

Art. 258º: Os reservatórios de água potável deverão permanecer devidamente limpos, higienizados e tampados.

Art. 259º: As edificações deverão ser abastecidas diretamente da rede pública, quando houver, sendo obrigatória à existência de reservatório, no caso do abastecimento público não assegurar absoluta continuidade no fornecimento de água, além de atender as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 260: Os reservatórios terão as superfícies lisas, impermeáveis e resistentes, não deverão ser revestidos de material que possa prejudicar a qualidade da água e serão providos de:

I- Cobertura apropriada;

II- Torneira de boia na entrada da tubulação de alimentação;

III- Extravasor com diâmetro que ultrapasse o da tubulação de alimentação, protegido com tela, devendo assegurar em ponto perfeitamente visível e não nas calhas ou condutores de telhados;

IV- Canalização de limpeza com funcionamento de maneira adequada;

V- É proibido o uso de caixas d'água de amianto.

Art. 261º: Será obrigatória à limpeza dos reservatórios, no mínimo duas vezes por ano, de acordo com técnica recomendada pela Autoridade Sanitária.

Art. 262º: A cobertura do reservatório deverá ser sempre mantida livre.

Parágrafo único. É vedada sua utilização para qualquer outra finalidade, sendo inclusive proibido acumular objetos sobre a mesma.

Art. 263: Quando não houver rede de distribuição de água será permitida a utilização de água de poços, desde que satisfaçam às seguintes condições:

I- Serem convenientemente afastados de focos de contaminação, a uma distância mínima de 20 (vinte) metros destes locais.

II- Terem paredes estanques no trecho em que possa haver infiltração de água de superfícies.

III- Terem as bordas superiores acima da superfície do solo;

IV- Serem cobertos e terem a abertura protegida contra a entrada de água de superfície, insetos e substâncias estranhas.

V- Serem munidos de bombas.

VI- Os proprietários de poços semi-artesianos deverão manter registro de propriedade junto ao Órgão competente (DAE).

Art. 264º: Nos locais providos de serviços públicos de abastecimento de água só poderão ser construídos poços depois da autorização do órgão competente.

Parágrafo único. A critério da autoridade competente, em zonas com serviço de abastecimento de água, poderão ser construídos poços para fins industriais ou para uso na agricultura.

Art. 265º: Toda empresa que comercializa água para consumo humano ficará sujeita à fiscalização da Autoridade Sanitária, em todos os aspectos que possam afetar à saúde do usuário.

Art. 266º: Os proprietários de imóveis com poços artesianos estão obrigados a medidas técnicas corretivas destinadas a sanar as falhas relacionadas com a observância das Normas e Padrões de Potabilidade da Água.

Art. 267º: Todo e qualquer órgão público/ privado deverão adotar obrigatoriamente as Normas e Padrões de Potabilidade de Água.

Art. 268º: Compete ao Sistema de Abastecimento Público de Água e Esgoto, a manutenção da rede de abastecimento de água do Município.

Art. 269º: A água distribuída pela rede pública será adicionada um teor conveniente de hipoclorito de cálcio, a fim de evitar contaminação.

Parágrafo único. Fica a Secretaria de Obras obrigada a comunicar o Departamento de Vigilância Sanitária sempre que receber um processo de liberação para construção de qualquer estabelecimento de interesse à saúde.

Seção XI

DO ESGOTO SANITÁRIO

Art. 270º: Os sistemas e instalações dos estabelecimentos de interesse à saúde em desacordo com as Normas Técnicas deverão ser corrigidos em prazo a ser estabelecido pela Vigilância Sanitária.

Art. 271º: Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitário, público ou privado, devem ser elaborados, executados e operados conforme Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT.

Art. 272º: É dever do proprietário ou possuidor do imóvel a execução de instalações domiciliares adequadas de acordo com a Legislação, a remoção de dejetos, cabendo-lhe zelar pela sua conservação.

Parágrafo Único. Em realizando a ligação na rede pública de esgoto deverá ser instalada obrigatoriamente uma caixa de gordura e ser eliminado as fossas e sumidouros.

Art. 273º: É proibida a introdução direta ou indireta de esgotos sanitários ou outras águas residuais nas vias públicas e/ ou galerias de águas pluviais.

Art. 274º: É obrigatório o cadastramento das empresas de abastecimento de esgotos e limpeza de fossas, nos órgãos Municipais e ou Estaduais competentes para monitoramento da disposição final dos dejetos.

Art. 275º: A limpeza e a desinfecção de veículos destinados à remoção de materiais retirados das fossas deverão ser feitas, obrigatoriamente, no local do destino final aprovado pelos órgãos competentes.

Art. 276º: Os resíduos dos sanitários de veículos de transporte de passageiros deverão ser tratados e depositados em locais apropriados de acordo com a apreciação de projetos pelos órgãos competentes.

Seção XII

DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 277º: Todos os sistemas coletivos, públicos ou privados de armazenamento, coleta, tratamento e transporte de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerado no Município, está sujeito à fiscalização da Autoridade Sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 278º: Sempre que o armazenamento, coleta, transporte, tratamento dos resíduos sólidos não forem da competência do Poder Público Municipal, a responsabilidade sobre a realização desses serviços será do próprio gerador.

Art. 279º: É proibida a reciclagem de resíduos sólidos infectantes, gerados por estabelecimentos prestadores de serviço de saúde.

Art. 280º: Nas áreas não atendidas por serviço regular de coleta e transporte de resíduos sólidos domésticos serão adotadas soluções coletivas ou individuais para o destino final desses resíduos de modo a não comprometer a saúde pública e o meio ambiente.

Parágrafo único. Quando a solução adotada for à construção de vala, essa não poderá ser construída ou instalada a montante ou a menos de 50 m (cinquenta metros) das nascentes de água, sem caixa de gordura e deverá ficar a uma distância mínima de 20 m (vinte metros) de poços destinados ao abastecimento e atendidas as condições de impermeabilidade do solo, com profundidade máxima de 3,5 metros.

Art. 281º: O solo poderá ser utilizado para destino final de lixo domiciliar, desde que adotado o processo de aterro sanitário, obedecendo às disposições legais vigentes:

I- Delimitação da área do aterro destinado a receber lixo, por meio de dispositivo que impeça o acesso de pessoas estranhas e de animais;

II- Adoção de meios que impeçam a poluição das águas subterrâneas ou de superfície;

III- Compactação adequada do lixo depositado;

IV- Adoção de medidas de controle de insetos e roedores, bem como desprendimento de odores e da combustão;

V- Instalação de dispositivo que impeça a dispersão, pela vizinhança, de resíduos carregados pelo vento;

VI- Cobertura final de terra, em camada com espessura mínima de 60 cm (sessenta centímetros).

Art. 282º: As condições sanitárias do acondicionamento, transporte, localização e forma de disposição final dos resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, radioativos e imunológicos devem obedecer às Normas Técnicas e fica sujeitas a fiscalização dos órgãos competentes.

Parágrafo 1º: Nos serviços de assistência a saúde é obrigatória à separação, no local de origem, de resíduos considerados perigosos, de acordo com as Normas Técnicas Específicas, sob a responsabilidade do gerador dos resíduos.

Parágrafo 2º: O fluxo interno e o armazenamento dos resíduos sólidos em estabelecimentos de saúde obedecerão ao previsto em Normas Técnicas.

Art. 283º: A remoção e destinação final dos resíduos do serviço de saúde merecem tratamento diferenciado em função do alto risco de contaminação que representam para a população.

Art. 284º: Não será permitida a disposição de resíduos sólidos a céu aberto em lixões, áreas vazias ou vazadouros.

Art. 285: O lixo “in natura” deverá ser descartado e não utilizado para outros fins.

Art. 286: Devem proceder ao acondicionamento adequado os resíduos provenientes de hospitais, farmácias, bancos de sangue, laboratórios de análises clínicas e outros, a critério da Autoridade Sanitária competente.

Seção XIII

DO SANEAMENTO DA ZONA RURAL

Art. 287º: Nenhuma fossa poderá ser constituída ou instalada a montante ou a menos de 60 m (sessenta metros) das nascentes de água, sem caixa de gordura e deverá ficar a uma distância mínima de 20 m (vinte metros) de poços destinados ao abastecimento e atendidas às condições de impermeabilidade do solo, com profundidade máxima de 3,5 metros.

Art. 288º: As casas comerciais nas propriedades rurais deverão obedecer às Normas Técnicas Especiais.

Art. 289º: As indústrias que se instalarem nas zonas rurais ficarão subordinadas as exigências deste Código e as demais que forem cabíveis.

Art. 290º: A Autoridade Sanitária Estadual ou Municipal deverá garantir a adoção de medidas à proteção sanitária das populações rurais.

Art. 291º: As águas contaminadas ou de procedência duvidosa não poderão ser utilizadas para irrigação de hortas.

Seção XIV

DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Art. 292º: Será expressamente proibida à introdução direta ou indireta de águas pluviais nos ramais domiciliares ou na rede coletora de esgoto sanitário.

Art. 293º: As águas pluviais provenientes das calhas e dos condutores dos edifícios ou mesmo das áreas descobertas, deverão ser canalizadas até as sarjetas, passando sempre por baixo das calçadas.

Parágrafo 1º: Nas mudanças de direção e no encontro de coletores, deverão ser construídas caixas de inspeção.

Parágrafo 2º: As caixas coletoras deverão ser dotadas de dispositivo de retenção de materiais grosseiros.

Art. 294º: Nos terrenos com edificações deverão ser realizadas obras que assegurem o imediato escoamento das águas pluviais.

Art. 295º: Não será permitida a condução das águas resultantes da drenagem para os ramais domiciliares ou para a rede coletora de esgotos sanitários.

Parágrafo único. As águas de drenagem dos terrenos deverão ser conduzidas através das sarjetas para a rede pública pluvial.

Art. 296º: Na construção de um sistema de rede pluvial deverão ser adotadas medidas que impeçam o abrigo de animais ou procriação de insetos que sirvam de reservatórios ou transmissores de doenças.

Seção XV

DAS PISCINAS, SAUNAS E LOCAIS DE BANHO.

Art. 297º: As piscinas de uso público e coletivo restrito, tais como: piscinas de clubes, de condomínios, de associações, de escolas, de hotéis, de edifícios, de condomínios fechados e conjuntos habitacionais deverão cumprir as Normas Técnicas Específicas e estarão sujeitas as inspeções da Vigilância Sanitária quando razões de saúde pública assim o recomendarem.

Art. 298º: Toda piscina de uso coletivo deverá ter um profissional responsável para o controle da saúde dos usuários. Os exames médicos deverão ser realizados pelo menos a cada três meses.

Art. 299º: As águas das piscinas serão desinfetadas pelo cloro ou seus componentes devendo apresentar, sempre que a piscina estiver em uso, um teor de cloro entre 1,0 a 1,5 miligramas por litro, alcalinidade 80 a 120 ppm e pH de 7,2 a 7,6.

Parágrafo único. Se o cloro ou seus componentes forem usados com amônia, o teor residual na água, quando a piscina estiver em uso, deverá ficar entre 1,5 a 2,0 miligramas por litro.

Art. 300º: O controle bacteriológico será feito sempre que julgado necessário pela Autoridade Sanitária, devendo o resultado evidenciar ausência de germes do grupo COLIFORMES, em amostras de, no mínimo, 100 ml de água.

Art. 301º: Em toda piscina pública será obrigatória e existência de um profissional devidamente habilitado (salva vidas) e responsável pelas condições sanitárias junto a Secretaria de Saúde.

Art. 302º: O profissional citado no artigo anterior devera manter o registro, em livro apropriado, da situação e das operações de tratamento e controle realizados.

Art. 303º: As saunas, além de obedecerem às Normas Técnicas Específicas, deverão ter entrada independente, não podendo ser utilizadas para outros fins, nem servir de passagem para outro local.

Seção XVI

DO USO DE INSETICIDAS E RATICIDAS

Art. 304º: Ficam obrigados todos os estabelecimentos que industrializam e comercializam gêneros alimentícios de qualquer natureza, que trabalhem direta ou indiretamente com a saúde da população, bem como os estabelecimentos de trabalho em geral a proceder ao saneamento necessário em suas dependências, tais como a desratização e a desinsetização, como forma de prevenção a doenças infectocontagiosas.

Parágrafo único. O controle deverá ser feito por firmas especializadas, cadastradas junto ao órgão de Vigilância Sanitária do Município ou do Estado, com registro no Conselho Regional de sua classe.

Art. 305º: A empresa executora dos serviços, após sua conclusão emitirá o competente certificado de Desratização e Desinsetização.

Parágrafo único. As empresas farão registro junto ao órgão de Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 306º: Os serviços de aplicação de raticidas, inseticidas etc., deverão ser realizados com a utilização de produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde, observadas as restrições de uso e segurança durante sua aplicação.

Parágrafo único. A manipulação de tais produtos devem ser feita em local adequado e por profissional qualificado.

Art. 307º: Somente poderão ser empregados, para fins domésticos, inseticidas, raticidas, registrados pelo órgão Federal competente e classificados como baixa e média toxicidade, assim como o de alta toxicidade será privativo de empresas e entidades especializadas, conforme Legislação Federal vigente.

Parágrafo 1º: Todos os produtos citados no "*caput"* deste artigo devem conter em sua embalagem, as palavras básicas, em letras maiúsculas: "CUIDADO – PERIGOSO SE INGERIDO, INALADO OU ABSORVIDO PELA PELE" ou frase correspondente.

Parágrafo 2º: Os produtos de alta toxicidade, com venda restrita a entidades especializadas, devem constar com destaque: "PROIBIDA VENDA DIRETA AO PÚBLICO" ou frase correspondente.

Art. 308º: Quando da execução de serviços de saneamento, a empresa deverá informar ao cliente, através de folhetos informativos, as características dos produtos e respectivas concentrações que serão utilizadas em seus serviços, além de sinais e sintomas de intoxicação, medidas emergenciais e antídotos específicos.

Art. 309º: O pessoal destinado à aplicação de inseticidas ou raticidas em empresas e entidades públicas especializadas deverão possuir, obrigatoriamente, cartão individual de identificação e habilitação.

Parágrafo único. Quando em atividade de aplicação de inseticidas ou raticidas, deverá, obrigatoriamente, utilizar o Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Seção XVII

DO SERVIÇO DE LABORATÓRIO

Art. 310º: A Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com os órgãos da União e do Estado, disporá de um setor destinado à: I- Realizar os exames e investigações nos campos da: microbiologia, parasitologia, sorologia, química, micologia, imunologia, bromatológica e patologia inclusive água, higiene industrial, controle de radioatividade e outros de interesse médico sanitário.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE POSTURAS, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.

CAPÍTULO I

DA ORDEM E SOSSEGO PÚBLICO

Art. 311º: É proibida a veiculação de qualquer espécie de propaganda que seja ofensiva à sociedade, quanto a moral ou saúde, como um todo ou a grupos individualizados.

Art. 312º: Os proprietários dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem dentro do perímetro de sua propriedade.

Art. 313º: São expressamente proibidas independentes da medição de nível sonoros:

I- circulação de veículos automotores com equipamentos de descarga aberto ou silencioso adulterado ou defeituoso;

II- sons provenientes de instrumentos musicais ou aparelhagem de som em locais públicos ou privados que não possuam a devida autorização;

III- Carros de sons, veículos tracionáveis ou não tracionáveis, que não possuam autorização devida, ou que ultrapassem o limite de 80 (oitenta) decibéis.

IV- Circulação de veículos de transporte de carga viva no perímetro urbano, além do essencial para se chegar ao destino final.

Art. 314º: Todo indivíduo ou grupo que considerar que está tendo o seu sossego perturbado por ruídos de sons não permitidos por lei, poderá comunicar à Polícia ou a Vigilância Sanitária para adoção das devidas providências.

Art. 315: Os locais de reuniões, incluindo as edificações, espaços, construções ou conjunto dos mesmos, onde possa ocorrer aglomeração ou reunião de pessoas, deverão atender as disposições dos estabelecimentos comerciais quanto à saúde e preservação ambiental.

Parágrafo único. Os locais de reuniões e eventos não poderão perturbar os vizinhos com barulhos excessivos que de alguma forma prejudiquem as atividades normais da comunidade, inclusive no período diurno.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS REFERENTES Á CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 316º: É proibida a criação de animais silvestres e domésticos, exceto cão, gato e pássaro, no perímetro urbano.

Parágrafo 1º: Os proprietários de animais com número superior a 03 (três) animais da mesma espécie deverão manter registro de propriedade junto a Vigilância Sanitária e obedecer às Normas Técnicas Específicas.

Parágrafo 2º: Os proprietários de animais deverão manter os mesmos em canis de tamanho adequado, com ralos e encanamentos ligados à fossa ou a rede de esgoto sanitário.

Parágrafo 3º: A limpeza dos canis deverá ser realizada diariamente de forma a preservar a saúde da população.

Art. 317º: Os estábulos, cocheiras, pocilgas, granjas e estabelecimentos congêneres só serão permitidos em zona rural e/ou a critério da autoridade sanitária.

Parágrafo 1º: A sua remoção será obrigatória no prazo máximo de um ano, ou a critério da autoridade sanitária, quando o local tornar-se núcleo de população intensa.

Parágrafo 2º: Decorrido o prazo de remoção dos animais, os mesmos serão apreendidos por um período determinado em abrigo adequado do órgão competente, ficando a manutenção dos animais a cargo do proprietário.

Parágrafo 3º: O órgão competente não se responsabilizará pela saúde ou eventual morte do animal, durante o transporte e período da apreensão.

Parágrafo 4º: A devolução dos animais realizar-se-á mediante o pagamento de multa ficando o proprietário comprometido a não criar animais em zona urbana, perante ciência em termo de compromisso.

Parágrafo 5º: A não retirada dos animais no prazo determinado pela apreensão, autorizará o órgão competente a tomar as devidas providências, no sentido de leiloar ou

abater e doar as entidades filantrópicas.

Art. 318º: É proibida a permanência de animais soltos nas vias públicas da área urbana.

Parágrafo único. O não cumprimento do artigo supracitado leva à apreensão do animal pela Vigilância Sanitária, por um prazo de 15 (quinze) dias. Se durante este período o animal não for reclamado por seu proprietário ou adotado, será dado um destino adequado, qual seja sacrifício.

Art. 319º: Os espetáculos de exibição de animais, de caráter permanente ou temporário, devem atender às precauções e condições higiênico-sanitárias básicas e a adotar medidas quanto à segurança dos espectadores.

Art. 320º: É proibido nas vias e logradouros públicos:

I- amarrar animais em muros, cercas e grades;

II- domar ou adestrar animais.

III- Permanecer com cães de grande porte, considerados agressivos em locais onde haja grande movimentação de pessoas, sem que os mesmos estejam dotados de coleira tipo enforcadeira e focinheira.

Parágrafo único: É proibida a entrada de animais em estabelecimentos que comercializem alimentos e em estabelecimentos de interesse à saúde, exceto os que acompanhem deficientes visuais.

Art. 321º: Visando ao controle de zoonoses, o proprietário de animal doméstico é obrigado a:

I- imunizá-lo contra as doenças definidas pelas autoridades sanitárias;

II- mantê-lo em condições sanitárias e de saúde compatíveis com a preservação da saúde coletiva e a prevenção de doenças transmissíveis;

III- mantê-lo distante de depósitos de alimentos ou produtos de interesse da saúde;

IV- encaminhá-lo à autoridade sanitária competente (Centro de Zoonoses) no caso de impossibilidade da manutenção do animal sob sua guarda.

V- permitir a inspeção das condições de saúde e sanitárias do animal sob sua guarda pela autoridade sanitária competente ou profissional do Centro de Zoonoses.

VI- acatar as medidas sanitárias determinadas pela autoridade sanitária.

VII- não será permitida a instalação de canis e/ou gatis, ou ainda, escola de animais na área residencial ou comercial.

Parágrafo 1º: As medidas de que trata o inciso VI deste artigo compreendem, entre outras, a execução de provas sorológicas, a apreensão ou o sacrifício do animal.

Parágrafo 2º: Caberá ao proprietário, no caso de morte do animal, a disposição adequada do cadáver ou seu encaminhamento ao serviço sanitário competente.

Parágrafo 3º: Todos os locais destinados ao recolhimento e confinamento de animais, deverão revestir-se de todas as medidas de higiene recomendáveis, com água corrente para a lavagem diária do piso, estando sujeitos à atuação da Vigilância Sanitária e passíveis de autuação, com apreensão dos animais que, por falta das condições de higiene e profilaxia necessárias, estiverem sujeitos a doenças ou contaminações.

Parágrafo 4º: Os possuidores de animais domésticos ferozes deverão manter afixadas placas de advertência no alinhamento do lote e utilizar coleiras e focinheiras para passeios com estes em logradouros públicos.

Art. 322º: São obrigados a notificar as zoonoses a Vigilância Sanitária:

I- o veterinário que tomar conhecimento do caso;

II- o laboratório que tiver estabelecido o diagnóstico;

III- qualquer pessoa que tiver sido agredida por animal doente ou suspeito, ou tiver sido acometida de doenças transmitidas por animais.

Seção I

DOS ANIMAIS SINANTRÓPICOS

Art. 323º: Ao munícipe compete à adoção de medidas necessárias para a manutenção de suas propriedades limpas, evitando o acúmulo de lixo e material não utilizável que possam propiciar a proliferação da fauna sinantrópica.

Parágrafo primeiro. Consideram-se sinantrópicos os animais que indesejavelmente coabitam com o homem tais como: roedores, pernilongos, pulgas, baratas e outros.

Parágrafo segundo. Se durante a visita domiciliar realizada pelo agente de endemias for constatada a proliferação do mosquito Aedes Aegypti o proprietário será notificado pelo Fiscal de Vigilância Sanitária, devendo eliminar o foco imediatamente. Em caso de reincidência a multa será em dobro, tendo-se em vista que coloca em risco a saúde da população.

Art. 324º: Cabe ao munícipe promover a dedetização de sua propriedade, para que não haja proliferação da fauna sinantrópica.

TÍTULO III

DAS AÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CAPÍTULO I

DO ALVARÁ SANITÁRIO

Art. 325º: Entende-se por Alvará Sanitário o documento expedido através de ato privativo do Órgão Sanitário competente, contendo permissão para funcionamento do estabelecimento que desenvolva qualquer atividade sujeita ao controle sanitário.

Parágrafo 1º: Para obtenção do Alvará Sanitário a pessoa física / jurídica deverá requerer junto ao órgão municipal competente, a regularização de

seu empreendimento. No caso de solicitação inicial, esta pode ser requerida a qualquer tempo. Em caso de renovação deve ocorrer até o dia 31 do mês de março do ano vigente.

Parágrafo 2º: A concessão ou renovação do alvará sanitário será condicionada ao cumprimento dos requisitos técnicos e à vistoria da autoridade sanitária competente.

Parágrafo 3º: O alvará sanitário poderá, a qualquer tempo, ser suspenso, cassado ou cancelado, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o direito de defesa em processo administrativo instaurado pela autoridade sanitária.

Art. 326º: O alvará de localização poderá ser negado por medidas preventivas quanto à higiene, moral, sossego, segurança ou degradação ambiental, e dependerá da expedição prévia do alvará sanitário conforme anexo II.

Art. 327º: Para concessão do Alvará Sanitário, a Vigilância Sanitária Municipal observará as normas regulamentares pertinentes, especialmente à regulamentação de obras e edificações, zoneamento, uso e ocupação do solo e normas de controle e defesa do meio ambiente.

Art. 328º: Para concessão ou revalidação do Alvará Sanitário será cobrada a Taxa de Vigilância Sanitária de acordo com os valores fixados no anexo II desta Lei.

Art. 329º: O Alvará Sanitário será concedido pela vigilância sanitária, por prazo determinado, devendo ser renovado anualmente.

Parágrafo único. O alvará sanitário poderá ser cassado, se constatado o funcionamento de atividade diferente àquela para qual foi licenciado ou quando constatar a desobediência às recomendações da vigilância sanitária.

Art. 330º: Cassado o alvará sanitário pela autoridade competente, o estabelecimento será imediatamente fechado.

Art. 331º: É obrigatória à exposição do alvará sanitário em local visível e a exibição à autoridade competente sempre que for solicitado.

Parágrafo único. Para estabelecimentos que são exigidos responsabilidade técnica, tais como: farmácias, lojas agropecuárias, clínicas veterinárias, clínicas de massagens, estética, entre outros, deverá o interessado apresentar cópia autenticada do contrato de prestação de serviço no ato da entrada do processo junto ao departamento de cadastro da prefeitura municipal.

Art. 332º: Não será concedido Alvará Sanitário aos depósitos de ferro velho, marcenarias, serrarias, armazéns em geral e demais atividades que emanem ruídos, fuligens, odores, fumaças, ou resíduos prejudiciais à saúde, que estiverem instalados na zona residencial do município.

Parágrafo 1º: As empresas já estabelecidas anteriormente à aprovação desta Lei, e que estiverem em desacordo com o que estabelece o artigo anterior, deverão adotar medidas que minimizem e/ou eliminem os riscos à saúde da coletividade em um prazo máximo de seis meses (180 dias) a contar da aprovação da presente Lei.

Parágrafo 2º: As empresas que não adotarem as medidas indicadas no parágrafo anterior deverão, num prazo máximo de dois anos, efetuarem a transferência de suas instalações para uma zona industrial.

Parágrafo 3º: As atividades acima deverão obrigatoriamente apresentar as devidas licenças ambientais, expedidas por órgãos competentes (SEMA e IBAMA), junto ao cadastramento de suas atividades ou ao atendimento ao parágrafo 1º, junto ao Departamento de Cadastro do Município.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO SANITÁRIA

Art. 333º: A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá programas de educação sanitária, utilizando recursos capazes de criar ou modificar hábitos e comportamentos do indivíduo em relação à saúde.

Parágrafo único. Quando organizados ou executados por particulares ou entidades da administração municipal, os trabalhos de educação sanitária serão orientados pelos órgãos sanitários competentes.

Art. 334º: A educação sanitária é considerada meio indispensável para o êxito das atividades de saúde, desenvolvidas em nível central, regional ou local.

Parágrafo único. A educação sanitária será objeto de ensino e difusão pelos professores, visando os indivíduos em formação, mais suscetíveis à criação e conservação de hábitos ou comportamentos relacionados com a defesa da saúde.

CAPÍTULO III

DA PREPARAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

Art. 335º: À Secretaria Municipal de Saúde compete à preparação de pessoal técnico destinado ao serviço de saúde pública em consonância com a legislação Federal específica.

Parágrafo 1º: A Secretaria Municipal de Saúde implementará os programas de educação continuada e treinamento em serviços para suprir as deficiências técnicas e operacionais detectadas pelo serviço de saúde.

Parágrafo 2º: Fica sobre a responsabilidade da Secretaria da Saúde equipar a vigilância Sanitária e manter o numero de funcionários suficientes às necessidades do município.

Art. 336º: A formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico são fundamentais e indispensáveis para a execução de programas de saúde no município.

Parágrafo único. O ingresso em cargos ou funções de saúde pública, para os quais sejam necessários conhecimentos legais, será necessário à apresentação de títulos comprobatórios e curso de aperfeiçoamento.

Art. 337º: A Secretaria Municipal de Saúde estimulará os órgãos especializados, públicos, com o fim de manter regularmente, cursos de interesse técnico e científico, para desenvolvimento de suas atividades sanitárias.

Art. 338º: A Secretaria Municipal de Saúde deverá exigir a apresentação de diplomas ou certificados de conclusão de cursos de extensão e especialidades, para ocupantes de cargos ou funções dos serviços de saúde, para cujo exercício seja necessário conhecimento técnico especializado.

Seção II

DO SISTEMA DE PLANTÃO

Art. 339º: Fica instituído aos fiscais sanitários, o plantão fiscal sanitário para finais de semana, feriados e recessos administrativos.

Parágrafo único. A tabela de plantão será organizada pelo Chefe imediato da fiscalização, de acordo com a proporcionalidade de agentes fiscais disponíveis.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Seção I

DAS INFRAÇÕES

Art. 340º: Constitui infração toda ação ou omissão, voluntária ou involuntária, que leve a inobservância das disposições e preceitos estabelecidos ou disciplinados por esta lei, ou pelas normas dela decorrentes, assim como o não cumprimento das exigências determinadas pelo órgão competente, tendo em vista a melhor convivência e coexistência entre os cidadãos.

Art. 341º: Responde pela infração quem por ação ou omissão lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Parágrafo único. Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis que vierem a determinar avaria deterioração ou alteração de locais, produtos ou bens de interesse da saúde pública.

Art. 342º: As infrações classificam-se em:

I- leves - aquelas em que sejam beneficiados por circunstância atenuante;

II- graves - aquelas em que forem verificadas duas ou mais circunstâncias agravantes;

III- gravíssimas - são aquelas que causam danos diretamente à saúde da população e/ou reincidentes.

Art. 343º: Quando o infrator for integrante da administração pública, direta ou indireta, a autoridade sanitária notificará o superior imediato do infrator e, se não forem tomadas às providências para a cessação da infração no prazo estipulado, a autoridade sanitária comunicará o fato ao Ministério Público, com cópia do processo administrativo instaurado para apuração do ocorrido.

Parágrafo único. As infrações sanitárias que também configurarem ilícitos penais serão comunicadas à autoridade policial e ao Ministério Público.

Art. 344º: As infrações das disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

Parágrafo 1º: A prescrição se interrompe pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a apuração da infração e consequente imposição da pena.

Parágrafo 2º: Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Art. 345º: A idoneidade ou falsidade de dados constantes de relatórios, documentos, notificações, autos de infração e intimações, serão de inteira responsabilidade do autor do procedimento e implicará em responsabilidade funcional, punível nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I

DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 346º: Constatada irregularidade configurada como infração sanitária, a autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, de imediato, no local em que for verificada a infração ou na sede da repartição sanitária, o auto da infração sanitária, que conterá:

I- local data e hora da lavratura do auto de infração;

II- nome da pessoa física ou denominação da pessoa jurídica autuada, especificando o seu ramo de atividades, endereço e demais elementos necessários à sua qualificação civil;

III- descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local e data respectivos;

IV- indicação do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

V- pena a que está sujeito o infrator;

VI- ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

VII- assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação do fato pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas;

VIII- prazo legal de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa ou impugnação do auto de infração.

Parágrafo único. O fiscal sanitário é responsável pelas declarações que fizer no auto de infração, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 347º: Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado do auto de infração por meio de carta registrada ou por edital.

Parágrafo único. O edital de que trata este artigo será publicada uma única vez, na imprensa de circulação local, considerada efetivada a notificação 05 (cinco) dias após publicação.

Art. 348º: As omissões ou incorreções do auto não acarretarão a sua nulidade quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

Parágrafo 1º: A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Parágrafo 2º: O auto de infração será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde para instauração do processo administrativo sanitário.

Seção II

DA DEFESA

Art. 349º: As infrações à legislação sanitária, contidas no auto de infração, serão apuradas através de processo administrativo conduzido por Comissão Processante composta de 03 (três) membros, designados pelo Secretário Municipal de Saúde, que indicará dentre eles o Presidente, o Secretário e o Membro da Comissão.

Art. 350º: A defesa poderá ser interposta pelo autuado, devidamente fundamentada e acompanhada dos documentos que julgar necessário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de ciência da lavratura do auto de infração, devendo ser escrita e dirigida ao Secretário Municipal de Saúde.

Art. 351º: Com exceção dos casos previstos no art. 351, a autoridade competente analisando os fundamentos e documentos da defesa, poderá recebê-la, com efeito, suspensivo quanto às penalidades.

Parágrafo único. O prazo para o cumprimento da obrigação de que trata o caput deste artigo poderá ser reduzido ou aumentado por motivo de interesse público.

Art. 352º: A Comissão Processante remeterá a defesa apresentada, ao fiscal atuante para manifestação sobre os seus termos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 353º: Retornando os autos do processo, a Comissão Processante apreciará a defesa, as provas, e demais elementos do processo, e elaborará relatório minucioso, justificando resumidamente sua convicção.

Parágrafo 1º: O relatório será sempre conclusivo quanto à procedência ou não do auto de infração.

Parágrafo 2º: Reconhecendo a procedência do auto, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamento transgredido, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes e a pena ser aplicada.

Art. 354º: O processo, já devidamente acompanhado do relatório da Comissão, será remetido ao Secretário Municipal de Saúde para julgamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput poderá ser dilatado por igual período, caso a Comissão Processante ou a autoridade julgadora entenda serem necessários maiores fundamentos ou requeira diligência.

Art. 355º: Sendo acatada a defesa, o auto de infração será julgado improcedente, não haverá aplicação da penalidade, encerrando-se o processo administrativo.

Art. 356º: Sendo mantido o auto de infração, o autuado poderá recorrer junto ao Conselho Municipal de Saúde.

Parágrafo 1º: Não havendo recurso será lavrada à multa, e oportunizado o seu pagamento ao infrator, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo 2º: Lavrada à multa e não quitada no prazo legal o processo será encaminhado para inscrição da dívida ativa.

Parágrafo 3º: O pagamento de multa, não desobriga o cumprimento das exigências sanitárias, e estará sujeito a multas progressivas de acordo o artigo 355, incluindo a interdição do estabelecimento e/ou atividade.

Parágrafo 4º: Quando a pena determinar a obrigação de fazer ou desfazer qualquer obra ou serviço, será o infrator intimado para num prazo de 07 (sete) dias úteis para iniciar o cumprimento e determinado um prazo razoável para sua conclusão.

Parágrafo 5º: Esgotados os prazos do parágrafo quarto, sem que o infrator tenha cumprido as obrigações, a Prefeitura, pelo seu órgão competente, providenciará a execução da obra ou serviço de interesse a saúde publica, sendo as despesas, de responsabilidade do infrator, acrescidas de 30% (trinta por cento) a título de taxa administração, que deverá ser quitada em 10 (dez) dias úteis, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Seção III

DOS RECURSOS

Art. 357º: Da decisão que mantiver o Auto de Infração caberá recurso ao Conselho Municipal de Saúde num prazo de 05 (cinco) dias úteis, que julgará o processo de acordo com a legislação pertinente.

Art. 358º: O recurso junto ao órgão colegiado, depois de decidido, encerra a esfera recursal em âmbito administrativo.

Parágrafo único. O órgão colegiado competente terá prazo de 30 (trinta) dias para julgar os recursos interpostos na forma desta lei.

Art. 359º: A Vigilância Sanitária em conjunto com a Secretaria de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde, tomará todas as medidas cabíveis para fazer cumprir as penalidades constantes do auto de infração.

Seção IV

DAS PENALIDADES

Art. 360º: Sem prejuízo das sanções de natureza cível ou penal cabíveis, aos infratores desta lei e das normas dela decorrentes, serão impostas, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I- advertência;

II- multa;

III- redução da atividade;

IV- inutilização de produtos;

V- interdição temporária ou definitiva das atividades incompatíveis com as normas legais (federal, estadual e municipal) pertinentes à coletividade em geral bem como ao patrimônio público, mesmo que seja o problema detectado em depósitos destinados à venda tais como: galpões, residências, entre outros;

VI- cassação da licença, da autorização de funcionamento e do alvará sanitário;

VII- embargo;

VIII- apreensão dos instrumentos utilizados na prática da infração e dos produtos dela decorrentes;

IX- remoção das atividades incompatíveis com as normas estabelecidas nesta lei e das normas dela decorrentes e observados os dispostos nas leis estadual e federal;

X- reparação e indenização dos danos causados ao meio ambiente e a coletividade em geral, bem como ao patrimônio público;

XI- perda ou suspensão dos incentivos fiscais.

Parágrafo 1º: As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo 2º: A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituem prova material de infração dos dispositivos estabelecidos nesta lei, lavrando-se termo próprio contendo a descrição dos produtos apreendidos.

Parágrafo 3º: Para produtos em geral, cujo prazo de validade esteja expirado será feito a inutilização dos mesmos de imediato e o estabelecimento será multado. Sendo este valor multiplicado pelo número de reincidências cometidas pelo estabelecimento.

Parágrafo 4º: Para produtos com prazo de validade não expirado, mas que apresentem irregularidades em seu rótulo e/ou embalagem quanto à composição, conservação e datas de fabricação e validade, os mesmos ficarão em poder da vigilância sanitária até recebimento das análises laboratoriais, expedidas por órgão competente.

Parágrafo 5º: Caso as análises venham provar a irregularidade dos produtos, os mesmos serão imediatamente inutilizados e, o proprietário será comunicado, importando na aplicação das sanções legais.

Parágrafo 6º: Caso as análises assegurem a sanidade dos produtos o proprietário será avisado pela vigilância sanitária e poderá em 02 (dois) dias úteis, retirar o produto, caso contrário, os mesmos, poderão ser destinados a entidades beneficentes do município.

Art. 361º: A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, perdas e danos observados os limites preestabelecidos nesta lei.

Art. 362º: Na aplicação das penalidades serão considerados os seguintes fatores:

I- Atenuantes:

A. Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontaneidade em reparar ou limitar o dano causado, comunicando pessoalmente à autoridade competente;

B. Observância no imóvel, de princípios relativos à utilização adequada de recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

C. A ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

D. Comunicação prévia pelo infrator de perigo eminente de degradação ambiental as autoridades competentes;

E. Colaboração com os agentes encarregados da fiscalização, e do controle ambiental.

II- Agravantes:

a) Se o infrator é reincidente ou cometer a infração continuada;

b) Ter o agente cometido infração para obter vantagens pecuniárias;

c) O infrator coagir outrem para a execução material da infração;

d) Ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé;

e) Ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

f) A infração atingir área de proteção legal;

g) Utilizar-se o infrator, das condições de agente público para a prática de infração;

h) O emprego de métodos cruéis no abate e captura de animais;

i) Tentativa de se eximir de responsabilidade atribuindo-a a outrem;

j) Ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão que contrarie o disposto nesta lei;

k) Ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

l) Dano, mesmo eventual.

Parágrafo único. Para a aplicação de grau arbitrado deverá ser considerado:

A. A maior ou menor gravidade de infração;

B. As circunstâncias atenuantes e agravantes;

C. Os antecedentes do infrator, com relação ao disposto na Lei, ou de sua regulamentação.

Art. 363º: Nos casos em que a infração exigir a ação pronta da autoridade sanitária para proteção da saúde pública, às penalidades deverão ser aplicadas de imediato, sem prejuízo de outras eventualmente cabíveis.

Art. 364º: O infrator que incorrer simultaneamente em mais de uma penalidade constante de diferentes dispositivos legais, se obrigará a uma pena para cada infração.

Seção V

DAS MULTAS

Art. 365º: As multas aplicadas deverão ser pagas dentro do prazo determinado para a defesa administrativa.

Parágrafo 1º: Se o autuado entrar com a defesa, o auto de infração acompanhará o processo administrativo, ficando interrompido o prazo para o recolhimento da multa até a decisão final.

Parágrafo 2º: Não entrando o autuado com defesa, na esfera da secretaria dentro do prazo previsto, tornar-se-á revel, sendo-lhe aplicada à pena de confissão ficta, não podendo mais ser impugnadas as questões fáticas apontadas no auto de infração.

Art. 366º: Não entrando o autuado com a defesa, nem recolhendo aos cofres públicos a importância devida das multas nos prazos aqui estabelecidos, será a mesma inscrita na dívida ativa do município, passível de execução fiscal, nos moldes da legislação tributária municipal.

Art. 367º: A pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da infração e levando em conta a complexidade do caso, será aplicada mediante procedimento administrativo e cobrada de acordo com a infração, de acordo com os seguintes valores:

Parágrafo único. Nos casos de reincidência os valores acima serão aplicados em dobro, e em caso de embaraço ou impedimento da ação fiscal em triplo.

Art. 368º: Para imposição de pena de multa e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

I- as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II- a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III- os antecedentes do infrator, quanto às normas sanitárias;

IV- a localidade e a região onde ocorrer à infração;

V- a capacidade econômica do infrator.

Art. 369º: São circunstâncias atenuantes:

I- não ter sido a ação do infrator fundamental para a ocorrência do evento;

II- procurar o infrator, imediatamente, por espontânea vontade, reparar ou minimizar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado;

III- ser, o infrator, primário na prática de ilícito de natureza sanitária;

IV- a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do ato praticado;

Art. 370º: São circunstâncias agravantes:

I- o infrator ser reincidente na prática de ato lesivo à saúde pública;

II- ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de qualquer produto em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III- coagir outrem para a execução material da infração;

IV- ter a infração consequências calamitosas para a saúde pública;

V- deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo;

VI- ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé.

Art. 371º: Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das circunstâncias que sejam preponderantes.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 372º: Com o intuito de manter a estética e a higiene pública fica:

I – Vedado o escoamento de águas servidas das áreas construídas para os locais públicos; em consonância com os artigos 80, 83 e 96 do código de postura municipal, instituído pela lei complementar nº 4 de dez/18, sendo a vigilância sanitária responsável de forma supletiva.

II- Vedado construir instalações sanitárias sobre riachos, córregos ou qualquer curso d'água;

III- O ocupante, a qualquer título, responsável pela limpeza e conservação do imóvel e, especialmente, dos aparelhos sanitários, esgotos, canalização e depósitos de água, dentro do perímetro do imóvel;

IV- Permitida a interdição de piscinas pelo não cumprimento das prescrições deste regulamento, ou quando confirmada qualquer prática que ofereça riscos à saúde pública.

Parágrafo único. A infringência a este artigo sujeitará o proprietário à multa de acordo com o artigo 371.

Art. 373º: O poder executivo municipal e o conselho municipal de saúde farão ampla divulgação do texto desta lei a todos os segmentos da sociedade.

Art. 374º: A proteção policial será solicitada pela autoridade sanitária sempre que se fizer necessária ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 375º: Fica o poder executivo autorizado a firmar convênios com órgãos estaduais e federais de saúde, visando atuação conjunta e melhor aplicação das normas contidas neste código.

Artigo 376º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados todos os dispositivos em contrário, da Lei Municipal nº 1.041/2015.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, EM ALTO GARÇAS – MT, em 05 de Novembro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

ANEXO I – DAS MULTAS	
Artigo	**Valor da Multa**
Artigo 17	05 UFAG
Artigo 25	05 UFAG
Artigo 28	03 UFAG
Artigo 30	03 UFAG
Artigo 31	03 UFAG
Artigo 32	03 UFAG
Artigo 33	05 UFAG
Artigo 34	05 UFAG
Artigo 35	05 UFAG
Artigo 36	05 UFAG
Artigo 37	05 UFAG
Artigo 38	05 UFAG
Artigo 40	05 UFAG
Artigo 41	10 UFAG
Artigo 42	05 UFAG
Artigo 43	05 UFAG
Artigo 44	05 UFAG
Artigo 45	05 UFAG
Artigo 46	05 UFAG
Artigo 47	05 UFAG
Artigo 48	05 UFAG
Artigo 49	05 UFAG
Artigo 51	03 UFAG
Artigo 55	05 UFAG
Artigo 56	05 UFAG
Artigo 57	05 UFAG
Artigo 58	05 UFAG
Artigo 59	05 UFAG

Artigo 60	05 UFAG
Artigo 61	05 UFAG
Artigo 63	05 UFAG
Artigo 65	05 UFAG
Artigo 67	07 UFAG
Artigo 68	05 UFAG
Artigo 69	03 UFAG
Artigo 70	05 UFAG
Artigo 71	07 UFAG
Artigo 72	05 UFAG
Artigo 73	07 UFAG
Artigo 74	07 UFAG
Artigo 75	03 UFAG
Artigo 76	03 UFAG
Artigo 77	03 UFAG
Artigo 78	03 UFAG
Artigo 79	03 UFAG
Artigo 80	03 UFAG
Artigo 81	03 UFAG
Artigo 83	03 UFAG
Artigo 84	03 UFAG
Artigo 85	03 UFAG
Artigo 86	03 UFAG
Artigo 87	03 UFAG
Artigo 88	03 UFAG
Artigo 89	03 UFAG
Artigo 90	10 UFAG
Artigo 91	05 UFAG
Artigo 92	05 UFAG
Artigo 93	05 UFAG
Artigo 94	05 UFAG
Artigo 95	05 UFAG
Artigo 96	05 UFAG
Artigo 97	05 UFAG
Artigo 98	05 UFAG
Artigo 100	05 UFAG
Artigo 101	07 UFAG
Artigo 102	07 UFAG
Artigo 103	07 UFAG
Artigo 104	05 UFAG
Artigo 105	05 UFAG
Artigo 106	05 UFAG
Artigo 107	07 UFAG
Artigo 108	05 UFAG
Artigo 109	03 UFAG
Artigo 110	07 UFAG
Artigo 111	05 UFAG
Artigo 112	07 UFAG
Artigo 113	05 UFAG
Artigo 114	05 UFAG
Artigo 115	05 UFAG
Artigo 116	05 UFAG
Artigo 117	07 UFAG
Artigo 118	05 UFAG
Artigo 119	07 UFAG
Artigo 120	07 UFAG
Artigo 121	05 UFAG
Artigo 123	05 UFAG
Artigo 124	05 UFAG
Artigo 125	05 UFAG
Artigo 126	07 UFAG
Artigo 127	05 UFAG
Artigo 128	05 UFAG
Artigo 130	07 UFAG
Artigo 131	03 UFAG
Artigo 132	05 UFAG
Artigo 133	05 UFAG
Artigo 134	05 UFAG
Artigo 135	05 UFAG
Artigo 136	05 UFAG
Artigo 137	05 UFAG
Artigo 138	05 UFAG
Artigo 139	05 UFAG
Artigo 140	05 UFAG
Artigo 141	05 UFAG
Artigo 142	05 UFAG
Artigo 143	05 UFAG
Artigo 144	10 UFAG
Artigo 145	10 UFAG
Artigo 146	05 UFAG
Artigo 147	05 UFAG
Artigo 148	05 UFAG
Artigo 149	07 UFAG
Artigo 150	07 UFAG
Artigo 151	05 UFAG
Artigo 152	05 UFAG
Artigo 153	05 UFAG
Artigo 154	05 UFAG
Artigo 155	05 UFAG
Artigo 156	05 UFAG
Artigo 157	05 UFAG
Artigo 158	05 UFAG
Artigo 159	05 UFAG
Artigo 160	05 UFAG
Artigo 161	05 UFAG
Artigo 162	05 UFAG
Artigo 164	05 UFAG
Artigo 165	05 UFAG
Artigo 166	05 UFAG
Artigo 167	05 UFAG
Artigo 168	05 UFAG
Artigo 171	07 UFAG
Artigo 173	05 UFAG
Artigo 174	07 UFAG
Artigo 175	10 UFAG
Artigo 176	10 UFAG
Artigo 177	03 UFAG
Artigo 178	03 UFAG
Artigo 179	05 UFAG
Artigo 180	03 UFAG
Artigo 181	05 UFAG
Artigo 182	05 UFAG
Artigo 183	05 UFAG
Artigo 184	05 UFAG
Artigo 185	05 UFAG
Artigo 186	05 UFAG
Artigo 187	05 UFAG
Artigo 188	05 UFAG
Artigo 189	05 UFAG
Artigo 190	10 UFAG
Artigo 192	05 UFAG
Artigo 193	05 UFAG
Artigo 194	05 UFAG
Artigo 195	05 UFAG
Artigo 196	05 UFAG
Artigo 197	05 UFAG
Artigo 198	05 UFAG
Artigo 203	03 UFAG
Artigo 204	03 UFAG
Artigo 205	05 UFAG
Artigo 206	05 UFAG
Artigo 207	05 UFAG
Artigo 208	05 UFAG
Artigo 209	05 UFAG
Artigo 210	05 UFAG
Artigo 211	05 UFAG
Artigo 212	05 UFAG
Artigo 213	05 UFAG
Artigo 214	05 UFAG
Artigo 215	05 UFAG
Artigo 216	05 UFAG
Artigo 217	05 UFAG
Artigo 218	05 UFAG
Artigo 219	05 UFAG
Artigo 220	03 UFAG
Artigo 221	05 UFAG
Artigo 222	10 UFAG
Artigo 229	05 UFAG
Artigo 230	05 UFAG
Artigo 231	12 UFAG
Artigo 235	15 UFAG
Artigo 254	15 UFAG
Artigo 256	15 UFAG
Artigo 259	07 UFAG
Artigo 260	07 UFAG
Artigo 264	05 UFAG

Artigo 265	05 UFAG
Artigo 266	05 UFAG
Artigo 267	05 UFAG
Artigo 268	10 UFAG
Artigo 269	10 UFAG
Artigo 270	10 UFAG
Artigo 271	10 UFAG
Artigo 274	05 UFAG
Artigo 275	05 UFAG
Artigo 276	05 UFAG
Artigo 277	05 UFAG
Artigo 278	05 UFAG
Artigo 279	07 UFAG
Artigo 280	07 UFAG
Artigo 281	05 UFAG
Artigo 282	05 UFAG
Artigo 283	05 UFAG
Artigo 284	05 UFAG
Artigo 286	15 UFAG
Artigo 287	07 UFAG
Artigo 290	07 UFAG
Artigo 291	05 UFAG
Artigo 292	05 UFAG
Artigo 292	05 UFAG
Artigo 293	05 UFAG
Artigo 295	05 UFAG
Artigo 296	07 UFAG
Artigo 299	07 UFAG
Artigo 301	07 UFAG
Artigo 302	05 UFAG
Artigo 303	05 UFAG
Artigo 305	05 UFAG
Artigo 306	05 UFAG
Artigo 307	05 UFAG
Artigo 308	05 UFAG
Artigo 309	05 UFAG
Artigo 310	05 UFAG
Artigo 311	05 UFAG
Artigo 313	05 UFAG
Artigo 315	05 UFAG
Artigo 316	05 UFAG
Artigo 317	05 UFAG
Artigo 319	05 UFAG
Artigo 320	07 UFAG
Artigo 321	05 UFAG
Artigo 322	07 UFAG
Artigo 323	03 UFAG
Artigo 324	07 UFAG
Artigo 325	07 UFAG
Artigo 326	07 UFAG
Artigo 327	07 UFAG
Artigo 328	07 UFAG
Artigos não mencionados	05 UFAG

ANEXO II – TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO

ATIVIDADE	**VALOR DA TAXA**
Academia de ginástica, musculação, condicionamento físico e congênere	02 UFAG
Agência transfusional	05 UFAG
Agropecuárias	03 UFAG
Ambulantes	01 UFAG
Aplicadora de produtos saneantes, domissanitários, inseticidas, raticidas	03 UFAG
Atacadista e distribuidores de alimentos	03 UFAG
Barbearia, saunas e congêneres	01 UFAG
Bares de pequeno porte	01 UFAG
Bares de médio porte	02 UFAG
Canteiro de obras	05 UFAG
Casa de apoio para portadores do vírus HIV	02 UFAG
Casa de carnes e açougues.	03 UFAG
Casa de repouso ou casa de idoso ou asilo	02 UFAG
Cemitério, necrotério e crematório e funerárias.	03 UFAG
Veiculo para Translate de corpos.	02 UFAG
Churrascarias, restaurantes.	03 UFAG
Circos, parques de diversão e similares.	03 UFAG
Clínica: bronzeamento, massagem, psicologia e fisioterapia	02 UFAG
Clínica ou consultório médico com vacinação	03 UFAG
Clubes sociais – recreativos e associações	05 UFAG
Comércio de correlatos	03 UFAG
Comércio de cosmético, perfume e produtos de higiene (Médio/Grande Porte)	02 UFAG
Comércio de cosmético, perfume e produtos de higiene (Pequeno Porte)	01 UFAG
Cozinhas industriais e similares	02 UFAG
Creches privadas	02 UFAG
Danceterias, Boates e casas de shows.	04 UFAG
Depósito de alimentos	05 UFAG
Depósito de correlatos	03 UFAG
Depósito de cosméticos, drogas, insumos farmacêuticos.	05 UFAG
Depósito de produtos não relacionados à saúde	05 UFAG
Depósito de produtos saneantes e domissanitários	05 UFAG
Dispensário de medicamentos	03 UFAG
Distribuidora com fracionamento de cosmético, perfume, produtos de higiene	05 UFAG
Distribuidora com fracionamento de produtos saneantes e domissanitários	05 UFAG
Distribuidora de medicamentos	05 UFAG
Distribuidora sem fracionamento de correlatos	03 UFAG
Distribuidora sem fracionamento de cosmético, perfume, e produtos de higiene	02 UFAG
Distribuidora sem fracionamento de produtos saneantes e domissanitários	02 UFAG
Drogarias Farmácias e similares	05 UFAG
Empresa de transporte de alimentos	05 UFAG
Empresa de transporte de correlatos	05 UFAG
Empresa de transporte de cosmético, perfume, e produtos de higiene.	03 UFAG
Empresa de transporte de medicamentos e insumos	05 UFAG
Empresa de transporte de produtos saneantes e domissanitários	05 UFAG
Ervanária, posto de medicamentos.	02 UFAG
Estabelecimento carcerário	02 UFAG
Estabelecimento de artigos médico-hospitalares	02 UFAG
Estabelecimento de ensino	02 UFAG
Estabelecimento de massagem	02 UFAG
Estabelecimento de tatuagem e congêneres	02 UFAG
Estabelecimento que pratica acupuntura	02 UFAG
Estabelecimentos não relacionados à saúde	02 UFAG
Estações rodoviárias e ferroviárias	05 UFAG
Hospitais.	05 UFAG
Hotéis, motéis, e congêneres.	03 UFAG
Indústria de alimentos	04 UFAG
Indústria de produtos saneantes domissanitários	05 UFAG
Instituto de beleza sem responsabilidade médica, pedicuro.	01 UFAG
Laboratório de prótese	03 UFAG
Lanchonetes (Médio/Grande Porte)	02 UFAG
Mercados e Mercearias	02 UFAG
Óticas	02 UFAG
Padarias	03 UFAG
Piscina de uso público e restrito	03 UFAG
Lanchonetes (Pequeno Porte)	01 UFAG
Posto de coleta de sangue – isolado	05 UFAG
Posto de coleta para análises clínicas – isolado	05 UFAG
Quitanda	02 UFAG
Restaurantes (Pequeno Porte)	02 UFAG
Restaurantes (Médio/Grande Portes)	03 UFAG
Sistema de coleta de disposição e tratamento de esgoto	07 UFAG
Sistema de coleta, disposição e tratamento de resíduos sólidos (lixo).	07 UFAG
Sistema público e privado de abastecimento de água para consumo humano	05 UFAG
Sorveterias.	01 UFAG
Supermercado até 500M²	03 UFAG
Supermercado acima 500M²	05 UFAG
Unidade de saúde sem procedimento invasivo – consultório, clínica.	04 UFAG
Unidade de transporte de paciente com procedimento médico	04 UFAG
Unidade odontológica com e sem equipamento de raios-X, consultório, clinicas.	04 UFAG

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, EM ALTO GARÇAS – MT, em 14 de Setembro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2022
PROCESSO ADM: Nº 139/2022

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS, PERSIANAS, DENTRE OUTROS E AQUISIÇÃO DE TAPETES TIPO CAPACHO PERSONALIZADOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS.Empresas vencedoras valor total: R$514.809,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos e nove reais): MTS COMERCIO SERVICOS LTDA (42261838000189) com o lote: 7 no valor total de R$20. 000,00 (vinte mil reais). PROFILE COMERCIO E SERVICOS LTDA (38425755000100) com os lotes: 2, 3 e 4 no valor total de R$284.809,00 (duzentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e nove reais). RRD COMÉRCIO E SERVIÇO DE TAPEÇARIA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PROFISSIONAL LTDA (32236322000120) com o lote: 1 no valor total de R$210.000,00 (duzentos e dez mil reais).Itens desertos: 5, 6 e 10.Itens fracassados: 8 e 9.ALTO GARÇAS - MT, 24 de agosto de 2022.MICHELE MORAES AMORIM SCHAEFER - CONDUTORA DE PROCESSOS

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 19 de outubro de 2022, às 09:45h (horário de Brasília-DF)**, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS (mobiliário, eletrodomésticos), PARA ATENDER A DEMANDA DESTA MUNICIPALIDADE**,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**: Das 08:00h do dia 15/09/2022 às 18:00h do dia 18/10/2022 (horário de Brasília), **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:30h do dia 19/10/2022 (horário de Brasília), **INÍCIO DA DISPUTA:** Dia 19/10/2022 às 09:45h (horário de Brasília). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: (www.bll.org.br). Maiores informações via email: compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitação - Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT - telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 14 de setembro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
RETIFICAÇÃO DOS SEGUINTES TERMOS ADITIVOS PUBLICADOS NO DIARIO DA AMM/MT EM 09/09/2022

RETIFICAÇÃO DOS SEGUINTES TERMOS ADITIVOS PUBLICADOS NO DIARIO DA AMM/MT EM 09/09/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através da Prefeito Municipal, torna público a Retificação dos Termos Aditivos dos Contratos 200/2021, 202/2021,203/2021,205/2021,198/2021,191/2021,190/2021 publicados em 09 de setembro do corrente ano, onde, *retifica*: **onde se lê: "** TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL" , **Altera-se para**: "TERMO ADITIVO".

As demais disposições contidas nos referidos TERMOS de Aditivos publicados permanecem inalterados, sendo através deste corrigido, erro de digitação.

Alto Paraguai - MT, 12 de setembro de 2022.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
CONTRATO DE LOCAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO N° 055/2022.

CONTRATO DE LOCAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO N° 055/2022.

Que fazem as partes, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pelo Prefeito Municipal o **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE – TM LOCADORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ 30.587.848/0001-20**, localizada na Avenida Dom Aquino, n. 10, Bairro Dom Aquino em Cuiabá – MT, a seguir chamado de **CONTRATADO** na forma e mediante as cláusulas abaixo:

I - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

Locação de um veículo SEDAN médio, flex, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, air bag duplo. Freios abs, radio, com todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN, por 30 (trinta) dias , para atender o Gestor Municipal em suas atribuições.

Parágrafo único. este contrato fundamenta-se na Lei Federal n. 8666/93 e alterações posteriores.

II - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO:

2.1 O VEÍCULO destina-se exclusivamente na vigência do presente instrumento de contrato, a finalidade a qual foi locado, por tempo certo e determinado.

2.2 – Qualquer defeito ou não realização do transporte incidirá em desconto do valor contratado;

2.3 – Correrá por conta de LOCATARIO as despesas com combustíveis, destinado a manutenção durante a execução do presente contrato.

.III - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, DATA BASE E PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO:

PREÇO TOTAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a 1ª. Parcela de R$ 1.750,00 em 15/09 e a outra parcela de R$ 1750.00 em 15/10/2022.

IV - OS PRAZOS DE INÍCIO DE ETAPAS DE EXECUÇÃO, DE CONCLUSÃO:

PRAZO DE VIGÊNCIA: 15 de setembro a 15 de outubro de 2022.

V - O CRÉDITO PELO QUAL CORRERA A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA:

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA 03.003.001.04.122.0001.2007

VI - AS GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR SUA PLENA EXECUÇÃO:

A locação vigerá pelo período estabelecido no preâmbulo deste instrumento, devendo o LOCATÁRIO restituí-lo, findo o prazo, independente de notificação judicial ou extrajudicial.

VII - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

A infração de qualquer das cláusulas deste contrato faz incorrer o infrator na multa irredutível de 01% (vinte por cento), sobre o aluguel anual em vigor à época da infração, e importa na sua rescisão de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso, sujeitando-se a parte inadimplente ao pagamento das perdas e danos que forem apuradas.

Como garantia do cumprimento das obrigações pactuadas, ao final, assina o LOCATÁRIO, qualificado no preâmbulo deste instrumento,

responsabilizando-se, como principal pagador, pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas ora reciprocamente estipuladas e aceitas, inclusive indenização de danos no imóvel e reparos necessários, além dos ônus judiciais respectivos.

IX - DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL:

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme o capítulo IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993, com as alterações que lhe forem dadas, elegendo o Foro da Comarca de Diamantino-MT, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas provenientes deste instrumento.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações posteriores, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, via computador, na presença de duas testemunhas que conhece o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Alto Paraguai – MT, 14 de setembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA	**TM LOCADORA DE VEICULOS LTDA CNPJ 30.587.848/0001-20**
Prefeito Municipal / Contratante	Contratado – Locador
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI
PORTARIA N° 19/2022

PORTARIA N° 19/2022

Dispõe sobre: Conceder Férias ao servidor abaixo relacionado, funcionário do Poder Legislativo Municipal.

MARCIA LEITE DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraguai do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público, RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor **GERALDO SERGIO GOMES** - Matricula Nº 082, **CONTADOR**, período aquisitivo 2021/2022, sendo que serão gozados no período de 16/09/2022 a 15/10/2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se, Publique-se, Cumpra-se.

Alto Paraguai-MT, 14 de setembro de 2022.

MARCIA LEITE DE OLIVEIRA

Presidenta da Câmara de Vereadores de Alto Paraguai - MT

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/RH
DECRETO Nº 50, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 50, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre os Critérios e Requisitos do processo de seleção para escolha e/ou designação de profissionais para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Alto Paraguai – MT".

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA, Prefeito Municipal de Alto Paraguai - MT, no uso das atribuições legais e com base nos princípios da Gestão Democrática emanada da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Lei Federal Nº 9.394/96 – LDB.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal Nº 14. 113 de 25 de Dezembro de 2020 – Art. 14, que regulamenta o Fundo de Manutenção Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

CONSIDERANDO a Resolução Nº 01, de 27 de Julho de 2022 que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023;

CONSIDERANDO a vigência da Lei Municipal Nº 191/2007 que estabelece a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal com a participação da comunidade escolar;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídos os critérios do Processo de Seleção para escolha e designação de profissionais para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Alto Paraguai – MT. A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

1ª Etapa – Inscrição

2ª Etapa – Prova Objetiva: destinada aos candidatos de caráter classificatório, consiste na avaliação de proficiência técnica na área de gestão e no modelo educacional implementado na Rede Pública Municipal de Ensino.

3ª Etapa – Análise de Títulos – destinado aos candidatos que entregarão os títulos no ato da inscrição com caráter classificatório, bem como participação em cursos de gestores/ escolares via Secretaria Municipal de educação.

4ª Etapa – Entrega e apresentação do Plano de Trabalho a Comunidade Escolar convocada pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de participantes para apreciação, contribuições e aprovação, levando em consideração a proposição apresentada pelo candidato com:

A - Objetivos e metas para melhoria da escola e do ensino;

B - Estratégias para prevenção do patrimônio público;

C - Estratégias para a participação da comunidade no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros, quanto o acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas;

D – Estratégia para participação de todos os profissionais da Unidade Escolar nos eventos e cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação;

5ª Etapa – Escolha dos Candidatos inscritos pela comunidade escolar;

Art. 2º - Para candidatar-se a função de diretor de que se trata a Lei nº 247/2010 e Lei Municipal 191/2007, a integração do quadro dos profissionais da educação Básica deverá:

I – Ser ocupante do cargo efetivo ou estável no quadro de Profissionais da Educação Básica, mesmo em estágio probatório.

II – Ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício imediatamente anterior a data de inscrição, prestados na Unidade Escolar que pretende dirigir.

III – Ser habilitado em nível de Licenciatura Plena na área da Educação.

IV – Participar ativamente dos ciclos de estudos.

V – Apresentar a Proposta de Trabalho em Assembleia Geral.

VI – Apresentar Certidão de Adimplência emitida pelo Setor de Prestação de Contas da Prefeitura se candidato à reeleição.

VII – Apresentar Declaração emitida pela Assessoria Jurídica/Prefeitura comprovando que não está respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa.

VIII – Apresentar Declaração expedida pelo Departamento de Recursos Humanos – RH de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas.

IX – Estar apto a movimentar conta bancária.

X – Assinar Termo de Compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao CEE/MT.

XI – Assinar Termo de dedicação exclusiva no ato de inscrição.

XII – Concorrer à direção de apenas 01 (uma) escola.

Art. 3º - Os atuais diretores que são detentores de 02(dois) mandatos consecutivos, não poderão se candidatar para o processo seletivo de escolha do biênio 2024/2025.

Art. 4º - Caso não haja profissionais da Educação com 02 (dois) anos de serviço na unidade escolar, poderá inscrever- se o profissional efetivo ou estável que tenha 01(um) ano incompleto na unidade escolar da rede municipal de ensino desde que atenda todos os incisos do Artigo 2º deste decreto.

Art. 5º - O diretor selecionado obriga-se a atender em todos os termos de funcionamento da unidade escolar podendo estabelecer cronograma de horários e períodos devendo este ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 6º - É vedada a participação no processo de Seleção para designação de professores para a função de Diretor nas Unidades da Rede Pública Municipal de Ensino que nos últimos 05(cinco) anos:

I – Tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício do cargo e/ou função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II – Esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III – Esteja sob processo de sindicância;

IV – Esteja inadimplente com as Prestações de Contas, se candidato a reeleição;

V- Esteja sob licenças contínuas;

§ 1º - Definem – se licenças contínuas as referentes à licença médica, exceto gestacional, que ultrapassar nos últimos 03(Três) anos uma somatória de 120(cento e vinte) dias.

VI – Não dispuser de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais nas Justiças Federal e Estadual.

Parágrafo Único – Ainda que aprovado no Processo de Seleção, caso o participante tenha prestado informações inverídicas, não será designado para a função.

Art. 7º - Para comprovar os requisitos constantes neste Decreto e no Edital, o participante deve encaminhar à comissão de seleção da Secretaria Municipal de Educação, no dia e horário os seguintes documentos:

I – Currículo;

II – Carteira de Identidade – RG e CPF;

III – Título de Eleitor, com os respectivos comprovantes de votação da última eleição ou o certificado de quitação com a Justiça Eleitoral;

IV – Comprovante de endereço atualizado;

V – Diploma de graduação e pós-graduação;

VI – Ficha da última contagem de pontos para atribuição de aula assinada pela Comissão de Atribuição da Unidade Escolar (cópia);

VII – Declaração de que não se encontra em Processo Administrativo Disciplinar;

VIII – Declaração que não está para se aposentar nos próximos 04 (quatro) anos;

IX – Declaração de disponibilidade para o cumprimento de carga horária, com Dedicação Exclusiva;

X – Declaração afirmando não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos;

XI – Declaração afirmando que não possui outro vínculo Municipal, Estadual, Federal e Privado ou liberação para o exercício de Dedicação Exclusiva;

XII – Declaração dos participantes que já foram Diretores Escolares, informando que cumpriu com a Legislação vigente junto ao departamento de prestações;

Art. 8º - Após a posse, o Diretor apresentará o Plano de Trabalho que trata o artigo 1º em Assembleia Geral da Comunidade Escolar, convocada pelo Conselho Escolar em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de participantes para apreciação, contribuições e aprovação;

Art. 9º - À(s) Unidades Escolar(es) que não apresentar(rem) interessados para a função de diretor escolar, será designado pela Secretaria Municipal de Educação, independente da lotação.

Art. 10 – O processo de seleção de Diretor das Unidades Escolares para o mandato 2024/2025 será regido por este Decreto de acordo com a Lei Nº191/2007 divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, devendo ser afixado nas Unidades Escolares em local de fácil acesso.

Art. 11 – O processo de Seleção para designação de Professores para o exercício da função de Diretor Escolar será elaborado, coordenado, acompanhado e conduzido pela Secretaria Municipal de Educação, através de comissões editadas por Portaria.

Art. 12 – Durante o período do exercício da função de Diretor Escolar será realizada anualmente, avaliação de desempenho com foco no cumprimento dos objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho apresentado.

Art. 13 - Na hipótese de não haver candidatos a concorrer ao cargo de diretor, caberá a Secretaria Municipal de Educação nomear um diretor em caráter temporário com duração de 01(um) ano, podendo ser acrescido para mais 01(um) ano.

Art. 14 – Os procedimentos, prazos, cronogramas de datas e demais informações sobre o processo de Seleção constarão em edital.

Art.15 – As regras da Eleição serão tratadas em regulamento próprio.

Art. 16 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai/MT, 14 de Setembro de 2022.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 020/2022 – EDITAL COMPLEMENTAR

A Comissão Permanente de Licitação CPL comunica aos interessados no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022,** tendo em vista questões administrativas, necessitando assim expedir o Edital Complementar 001/2002 ao edital original, que tem por **objeto a: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CORTINAS E INSTALAÇÃO DE VARÃO E PERSIANAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/CONSERTO E LIMPEZA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS: GABINETE DA PREFEITA; EDUCAÇÃO E CULTURA; INFRAESTRUTURA; PLANEJAMENTO; ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA; ASSISTENCIA SOCIAL; INDÚSTRIA E COMERCIO; SAUDE; AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E ESPORTE E LAZER..** Abertura será às **08h30min** (horário de

Brasília) do dia **19/09/2022**. O edital original e seus anexos, o edital complementar, poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da CPL, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448/1471. Alto Taquari – MT, 14 de setembro de 2022 –

Thais Regina Bender de Souza –

Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCENDIO E SERVIÇO DE RECARGA DOS MESMOS PARA ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI – MT PELO PERIODO DE 12 MESES,comAbertura às **14h00min (Horário de Brasília)** do dia **29/09/2022.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 13 setembro de 2022.

Thais Regina Bender de Souza

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº029/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2022,** cujo certame se deu início às 08h30min, do dia 13/09/2022, não foi apresentado propostas, ficando o mesmo **DESERTO.**

Alto Taquari – MT, 13 de Setembro 2022.

THAÍS REGINA BENDER DE SOUZA

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2022 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DISPOSITIVOS AUXILIARES DE TRÂNSITO E DRENAGEM SUPERFICIAL NO MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI - MT, comAbertura às **08h30min (Horário de Brasília)** do dia **29/09/2022.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 14 de setembro de 2022.

Thais Regina Bender de Souza

Pregoeira

PORTARIA INTERNA Nº 004/2022/SMS/SUS

MICHEL LUCAS ROCHA SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO TAQUARI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

De acordo com o Regimento Interno da Comissão de Farmácia e Terapia, **PORTARIA INTERNA Nº 001/2017/SMS/SUS,** venho requerer substituição da Dra. ANA PAULA CARDOSO INEZ DE ALMEIDA como Vice-Presidente da CFT, em função de alterações organizacionais na FUNSAT de Alto Taquari.

RESOLVE:

Art. 1º-Fica designada a servidora EMILISE IRGANG DE CASTRO SANTOS para compor a Comissão de Farmácia e Terapia do comitê executivo como Vice-Presidente, em virtude do exposto acima.

I- Comissão de Farmácia e Terapia **comitê executivo:**

Vice-Presidente: EMILISE IRGANG DE CASTRO SANTOS

Artigo2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Em 30 de agosto de 2022.

MICHEL LUCAS ROCHA SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA INTERNA Nº 05 /SMS/FARMÁCIA BÁSICA DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

Exclui e nomeia os Membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari– MT

LEANDRO GONÇALVES RODRIGUES DA CUNHA, Presidente da Comissão de Farmácia e terapiaTerapia da Secretaria Municipal de Saúde de Alto Taquari– MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela portaria interna de n 001/2017/SMS/SUS de 23 de novembro de 2017,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal N° 406/ 2017, que Cria a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

CONSIDERANDO a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde e excluir membros devido a motivos de aposentadoria, afastamentos e restruturação do hospital municipal de Alto Taquari, com a finalidade da atualização da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) 2022/2023:

Art. 2º Ficam nomeados os membros:

MEMBROS INCLUÍDOS	
SERVIDOR	**AREA DE ATUAÇÃO**
Tailine Almeida Moraes	Médica
Elise Ester Shchimidt	Enfermeira
Marydiane Alves Borges	Psicóloga

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros ora nomeados, serão considerados serviços públicos relevantes, não sendo, portanto, remunerados.

Art. 4º Cada membro nomeado deverá preencher o Formulário de Declaração de Conflito de Interesses, modelo em anexo.

Art. 5º Ficam excluídos os membros:

MEMBROS EXCLUÍDOS	
SERVIDOR	**AREA DE ATUAÇÃO**
Luiz Hisao Ono	médico
Márcia Antônia Buscariol	dentista
Carleandro Roberto de Souza	Psicólogo
Jessica Natana Batista Dias	Nutricionista

Vivian Souza Okimoto	Enfermeira
Aparecido Mardem Reis	Fiscal de Vigilância Sanitária
Alan Christian de Araujo dos Santos	Médico
Liza Carla Bio Ferreira	Veterinária
Ruben Licea Diaz	Médico

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Taquari - MT, **01 de setembro de 2022**

LEANDRO GONÇALVES RODRIGUES DA CUNHA

Presidente da Comissão de Farmácia e terapia

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA OU COMUNIDADE TERAPÊUTICA ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E SAÚDE MENTAL, QUE ATENDA ADOLESCENTES E ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADO JUDICIAL DE INTERNAÇÃO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS,comAbertura às **08h30min (Horário de Brasília)** do dia **28/09/2022.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448. Alto Taquari – MT, 14 setembro de 2022.

Thais Regina Bender de Souza

Pregoeiro

DECRETO Nº 157/2022

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Alto Taquari – MT."

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado do Mato Grosso, **Marilda Garofolo Sperandio**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os conselheiros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do município de Alto Taquari/MT, em conformidade com a Lei Municipal nº 625 de 21 de dezembro d e 2010, da forma abaixo especificada, a saber:

-**Representante da Prefeitura Municipal** CPF

Titular: Rosa Maria Pagliuso Siqueira 035.848.468-54

Suplente: Henrique Mesquita Gonçalves 369.470.978-94

-Representante da Câmara Municipal

Titular: Fábio Junior Paes de Morais 969.622.831-72

Suplente: Márcia Antônia Buscariol 017.208.719-81

-Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Admilton Aparecida Gomes Lemos 020.476.361-40

Suplente: Rodiney Rodrigo de Oliveira Jacob 040.511.511-31

-Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Andreia Rosa de Oliveira 000.272.591-61

Suplente: Rosangela Carvalho Oliveira Santos 089.354.908-81

-**Representante da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A - EMPAER**

Titular: Pedro Vitor Passos de Souza 033.408.011-85

Suplente: Fernanda de Castro Rodrigues 013.217.201-14

-Representante da Comunidade Religiosa

Titular: Marcos José dos Santos 453.678.411-04

Suplente: Thiago Luiz Vigilato 027.360.381-77

-**Representante do Sindicato Rural**

Titular: Claudisse Virgem dos Anjos 030.130.425-40

Suplente: Claudineia dos Anjos Santos 110.025.365-37

-Representante do Rotary Club

Titular: Marco Antônio Fontes Vano 052.104.278-03

Suplente: Ricardo Alexandre Tortorelli 248.242.058-08

-Representante da Associação das Revendas de Agrotóxicos de Alto Taquari- ARAAT

Titular: Eduardo Ferrari de Oliveira 015.557.981-95

Suplente: Juliana Cezar Pereira de Oliveira 060.427.774-16

-Representante da Associação de Moradores

Titular: Giseli Nascimento da Silva 008.082.971-63

Suplente: Idelvanio Alves da Silva 009.186.511-58

-Representante das Indústrias

Titular: Wagner Tavares dos Santos 807.922.196-00

Suplente: Suiaine Ridan 049.320.331-17

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 11 de agosto de 2022.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

DECLARAÇÃO

Fábio Germano, Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Decreto nº 216/2022, declara para os devidos fins que não houve interposição de Recursos contra as inscrições e consequentemente sua Publicação do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2022.

Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, 15 de Setembro de 2022.

Fábio Germano

Presidente Comissão Organizadora

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 414/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei.. .

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão Horizontal: Nova Titulação Profissional, conforme Art. 10 e 13 da Lei Complementar nº 065/2011 à Servidora:

Nome: (701) SIRLENE DA SILVA OLIVEIRA

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Classe/Nível: D - 05.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

Apiacás-MT., 14 de Setembro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 972 DE 2022

Araguaiana/MT em 14 de setembro de 2022.

"Dispõe sobre a Gestão Democrática nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Araguaiana - MT e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAIANA/MT, Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - A Gestão Democrática tem por finalidade efetivar os processos de organização e gestão baseados em dinâmicas que promovam as decisões coletivas nas unidades escolares municipais.

Art. 2º - A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, em conformidade com o Art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96 será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

a) Corresponsabilidade entre Poder Público e sociedade na gestão da escola;

b) Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da comunidade escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor da escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares;

c) Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

d) Eficiência no uso dos recursos financeiros;

e) Liberdade de organizar segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas.

TÍTULO II

DA AUTONOMIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 3º - A administração das unidades escolares públicas municipais e da rede que compõem a gestão única será exercida pelos seguintes segmentos:

I – Diretor:

II - Órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar.

Art. 4º - A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 5º Haverá seleção de Diretor Escolar conforme critérios estabelecidos nesta lei, para as Unidades Escolares do Município de Araguaiana – MT, este será nomeado pelo Chefe do Executivo, após aprovação em processo de seleção dos candidatos a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Para cada Unidade Escolar será nomeado um Coordenador Pedagógico que atuará em conjunto com o Diretor Escolar.

Art. 6º - Compete ao Diretor:

- Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

- Trabalhar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e, outros processos de planejamento;

- Coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola assegurando a sua unidade, bem como o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

- Manter atualizado o tombamento dos bens públicos zelando em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação;

- Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

- Submeter ao conselho deliberativo da comunidade escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar e registrados em ata;

- Divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola;

- Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, bem como a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

- Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 7º - As Unidades de Ensino deverão organizar e efetivar seu planejamento com princípio à Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.

Parágrafo Único: A Comunidade Escolar é constituída pelos profissionais da educação que atuam na unidade escolar, os alunos regularmente matriculados, os pais e responsáveis.

Art. 8° - Para assumir a função de Diretor Escolar, o servidor candidato ao cargo deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

- Ser profissional da educação, ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério na Rede Pública Municipal, desde que possua curso superior na área da Educação.

- Estar em exercício de atividade de no mínimo 02 (dois) anos em alguma unidade escolar;

- Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais comprovado por meio de certidão cível e criminal (no âmbito estadual e federal);

- Apresentar proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social da comunidade escolar para a qual irá se inscrever;

- Não ter recebido, no exercício de função pública, advertência escrita, nos últimos três anos;

- Não ter respondido, no exercício de função pública, processo administrativo disciplinar, nos últimos três anos.

- Ter sido aprovado nas etapas determinadas no art. 11 desta Lei e ter a maioria dos votos nas eleições para Diretor da Escola.

Parágrafo Único: Caso não haja professor efetivo com 2 (dois) anos de função na unidade escolar, poderá inscrever-se o professor que tenha 1 (um) ano de exercício em qualquer escola pública da Rede Municipal de Ensino, ou ainda professor que está atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º - O Exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos, com possibilidade a uma única recondução por igual período após passar pelo processo de candidatura descrito nesta Lei novamente.

Art. 10º - Após as etapas prevista no art. 11 desta Lei, tiver mais de um candidato classificado, haverá eleição por votação, onde o candidato deverá ter a maioria dos votos.

§1º Poderão exercer o direito de voto:

a) O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

b) os pais dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

c) os funcionários lotados nas unidades escolares.

§ 2º - A Unidade Escolar que não tiver candidatos inscritos para participar no processo seletivo, caberá ao Secretaria Municipal de Educação a indicação do profissional que preencha os requisitos cumulativos previstos no artigo 8º, desta lei, para nomeação.

§ 3º - Caso o Diretor Escolar em exercício fique impossibilitado de cumprir suas funções poderá ser nomeado substituto indicado pela Secretaria Municipal de Educação do Município, que preencha os requisitos previstos no Artigo 8º desta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 11 - Será publicado Edital de Chamamento Público, para a seleção dos profissionais, que cumprem os pré-requisitos, aptos a assumir a função de Diretor Escolar, mediante processo seletivo, no qual será aferida a competência técnico-pedagógica dos candidatos por meio das seguintes etapas:

Etapa 1: Avaliação Psicológica;

Etapa 2: Formação sobre Gestão aos candidatos;

Etapa 3: Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato;

Etapa 4: Entrega do Plano de Gestão Anual à Secretaria Municipal de Educação;

Etapa 5: Prova escrita;

Etapa 6: Apresentação de Títulos.

Etapa 7: Processo de votação se houver um ou mais candidatos classificados nas etapas anteriores.

Art. 12 - Será composta uma Comissão para conduzir o Processo de Seleção de candidatos à Diretor Escolar, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 8º, e bem como avaliar as etapas previstas no artigo 11, desta Lei.

Parágrafo único: A Comissão do Processo de Seleção será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13 - O Diretor Escolar e sua gestão serão avaliados, anualmente, por uma comissão nomeada pela Secretária de Educação, conforme regulamentação pautada nas metas elencadas em seu plano de gestão e nos resultados aferidos pelos instrumentos de avaliação institucional municipal.

Art. 14 - O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar poderá servir como instrumento para compor os indicadores de monitoramento e avaliação e deverá ser apresentado à Comunidade Escolar no início de cada ano letivo.

Art. 15 - O Diretor Escolar assinará termo de compromisso na Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

- Pela aprendizagem dos estudantes;

- Pelo cumprimento de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais para as escolas em tempo parcial e para as escolas de atendimento em tempo integral, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 1.400 (um mil e quatrocentas) horas anuais.

- Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 - O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar por ato discricionário do chefe do executivo, caso demonstrar:

- Baixo desempenho, constatado por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação;

- Infração aos princípios do Administração Pública, ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública;

- Descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

Art. 17 - O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de diretores, professores e demais servidores ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18 - O Diretor Escolar em exercício na data da entrada em vigor da presente Lei, permanece na função até que o processo seletivo seja concluído.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 19 - A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 20 - A autonomia da Gestão das unidades escolares será assegurada pela definição nas propostas pedagógicas específicas do Projeto Político Pedagógico, alinhada aos documentos orientadores nacionais e estaduais vigentes.

SEÇÃO II

DA ESCOLHA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 21 - Considerando que a Coordenação Pedagógica deve ser exercida por profissional comprometido com o Projeto Político Pedagógico tendo como referência clara os campos de conhecimentos, liderança e assegurar a execução dos processos de ações pedagógicas desenvolvidos na escola, a escolha do coordenador pedagógico, far-se-á mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação entre os professores efetivos da unidade escolar onde exercerá suas funções, obedecendo os seguintes critérios:

- Ser professor efetivo ou estabilizado, habilitado em Pedagogia;

- Na ausência de candidato habilitado em Pedagogia, poderá se candidatar ao exercício da função de Coordenador Pedagógico, professor efetivo ou estabilizado com habilitação em outra área;

- Não havendo professor efetivo e/ou estável lotado na unidade escolar, caberá à Secretaria Municipal de Educação designar um professor efetivo e/ou estável de outra unidade escolar interessado, que deverá cumprir 40 horas semanais de modo que contemple os turnos de funcionamento.

- Não havendo um professor efetivo e/ou estável conforme itens II e III, a Secretária Municipal de Educação, poderá indicar um professor pedagogo contratado.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE SALAS DE AULAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 22 - No momento de atribuição de sala de aulas aos professores no exercício letivo anual, terão direito à preferência os Professores do Quadro Permanente da Secretaria de Educação com maior período de tempo de serviço no Município;

§1º. Havendo profissionais com interesse na atribuição de uma mesma classe, com tempo idêntico de serviço no Município, o critério de desempate será o profissional com maior idade, o qual terá prioridade na escolha;

§2º. Todos os professores contratados terão o mesmo critério de escolha na atribuição de classe.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, podendo ser regulamentados por meio de Decreto Municipal.

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana /MT, 14 de setembro de 2022.

Getúlio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 973 DE 2022

Araguaiana/MT em 14 de setembro de 2022.

" Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, no orçamento corrente, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de ARAGUAIANA/MT, Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, por Superávit Financeiro, com a criação de novo elemento de despesa aos Projetos/Atividades já existente, no orçamento corrente no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), que passa a viger com a seguinte dotação/fichas orçamentária:

ORGÃO 02.10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 021001 - GABINETE DO SECRETARIO

23.695. 0073 2065 REALIZAÇÃO DE EVENTOS TURISTICOS

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.....145.000,00

ORGÃO 02.03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

020301 GABINETE DO SECRETÁRIO

04.122.0005.2006 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.....R$ 355.000,00

FONTE: 2.500 Total.....R$ 500.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto no artigo anterior será suportado e coberto com recursos de SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, a partir da Fonte 500 (2.500) acima verificadas totalizando R$ 500.000,00.

Art. 3º - Fica autorizado à inclusão e atualização destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00, (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de setembro do exercício corrente.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de ARAGUAIANA/MT, 14 de setembro de 2022.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 971 DE 2022

Araguaiana/MT em 14 de setembro de 2022.

"Institui o Programa Castração Legal no Município de Araguaiana - MT e fixa outras providências"

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Araguaiana MT, o Programa Castração Legal, que será regido de acordo com o estabelecido nesta Lei, mediante o emprego de esterilização cirúrgica de controle de reprodução de animais.

Art. 2º - O Programa Castração Legal tem por objetivo fundamental a castração em cães e gatos abandonados no Município e de pessoas de baixa renda.

§ 1º - O Programa Castração Legal atenderá, comprovadamente, animais que o seu proprietário tenha residência fixa no município e que recebe até 2 (dois) salários mínimos.

§ 2º - A cota de castração será de até 05 (cinco) animais por mês, obedecendo os requisitos que determinar esta lei, e o orçamento disponível no mês regente.

Art. 3º Fica autorizado o chefe do executivo municipal, a contratar, através de convênio, clínicas ou consultórios veterinários para castração de cães e gatos, machos e fêmeas, pertencentes a pessoas de baixa renda.

Parágrafo único - As castrações serão realizadas nas dependências da clínica ou consultório veterinário contratado pelo Município.

Art. 4º No dia e horário marcados para castração, a clínica ou consultório veterinário fará uma prévia avaliação das condições físicas do animal inscrito, a fim de concluir se o mesmo está em condições de ser castrado.

§1º - Verificando-se algum impedimento para a castração, o médico veterinário responsável pela avaliação, deverá esclarecer suas conclusões sobre as condições do animal para seu proprietário.

§2º - O médico veterinário responsável pela cirurgia de esterilização, deverá fornecer ao proprietário do animal instruções padronizadas sobre o pós-operatório e, se entender oportuno, em receituário próprio, as informações que achar convenientes, marcando data para avaliação ou outros procedimentos que julgar necessários.

Art. 5º - É proibido soltar ou abandonar cães e gatos em vias e logradouros públicos e privados, sob pena de multa por flagrante ou denúncia comprovada, no valor de 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, vigente na data do ocorrido.

§1º - Os valores arrecadados a título de multa serão destinados para o Órgão Municipal responsável pelo controle de zoonoses do Município

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Araguaiana/MT, 14 de setembro de 2022.

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 001 DE 2022

Araguaiana/MT em 14 de setembro de 2022.

"Altera a redação da Lei Complementar nº 669, de 13 de maio de 2015, que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araguaiana/MT e, dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Araguaiana/MT, Senhor GETULIO DUTRA VIEIRA NETO, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A redação da Lei Complementar n. 669, de 13 de maio de 2015 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. .....

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 25,26% (vinte e cinco inteiros e vinte e seis centésimos por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo:

a) 14,00% (quatorze inteiros por cento) relativo ao custo normal, neste incluso o custeio da taxa de administração de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) prevista na reavaliação atuarial;

b) 11,26% (onze inteiros e vinte e seis centésimos por cento) relativo ao custo especial, escalonados nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em março/2022.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei Complementar, quanto à alteração do inciso IV do art. 48 da Lei Complementar n. 669, de 13 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana/MT, 14 de setembro de 2022.

GETULIO DUTRA VIEIRA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 048/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. **ENILSON DE ARAÚJO RIOS**, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pelo **Secretário Municipal de Administração**, na **CARGA E RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO VEICULAR PARA ATENDER OS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA DOS VEICULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR**, mediante o valor totalde **R$ 700,00 (setecentos reais)**,no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação nº. 048/2022, fulcrada nas disposições do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a aquisição.

Araputanga/MT, 14 de setembro de 2022.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT, por meio da sua Pregoeira designada pela Portaria nº 359/2022, no uso de suas atribuições, torna público aos interessados, que realizará licitação, na modalidade Pregão na forma Eletrônica, do tipo menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviço Técnico Profissional Especializado em Envio de Prestação de Contas Via Sistema Aplic e Cargas Tempestivas ao TCE/MT e todos os reenvios que porventura vier a necessitar, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Administração. A realização do certame será no dia 30 de setembro de 2022, às 09h00min (horário de Brasília). O Edital completo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.araputanga.mt.gov.br/categoria/pregao-e... e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço https://www.gov.br/compras ou https://www.comprasnet.gov.br e ainda solicitado por intermédio do e-mail: seplan3@araputanga.mt.gov.br nos dias úteis, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário local).

Araputanga/ MT, 14 de setembro de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da GERENTE DE LICITAÇÕES, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado no dia 29/08/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica do Município (Itens fracassados no P.E nº 006/2022), em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, resultou em vencedoras as empresas:

DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ N°. 01.417.694/0004-72, vencedora dos itens 7, 10, 22 e 44, totalizando o valor de R$ 25.329,50.

DIMASTER COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ N°. 02.520.829/0001-40, vencedora dos itens 2, 9, 20, 26, 28, 34, 36, 40, 41, 42, 45, 53, 56, 63, 66, 67, 80 e 87, totalizando o valor de R$ 39. 293,00.

DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PROD. MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ N°. 07.640.617/0002-00, vencedora dos itens 1, 3, 4, 12, 13, 21, 24, 27, 49, 54, 55, 59, 61, 62, 65, 71 e 84, totalizando o valor de R$ 32.734,00.

INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ N°. 12.889.035/ 0001-02, vencedora dos itens 8, 14, 16, 17, 18, 25, 29, 30, 38, 43, 46, 52, 58, 64, 69, 70, 76 e 77, totalizando o valor de R$ 48.851,00.

MED VITTA COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ N°. 28.418.133/0001-00, vencedora dos itens 15 e 33, totalizando o valor de R$ 19.650,00.

PONTOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ N°. 37.374.797/0001-05, vencedora do item 73, totalizando o valor de R$ 980,00.

FIA COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ N°. 40.724.582/0001-73, vencedora dos itens 23, 32, 35, 37 e 83, totalizando o valor de R$ 13.303,00.

ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ N°. 41.347.974/0001-23, vencedora do item 48, totalizando o valor de R$ 2.970,00.

O item 81 resultou em deserção.

Os itens 5, 6, 11, 19, 31, 39, 47, 50, 51, 57, 60, 68, 72, 74, 75, 78, 79, 82, 85, 86, 88 e 89.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 14 de setembro de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 027 ATÉ 031/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 027/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 076/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Rua Benedito, n 669, Bairro Primavera, na cidade de Arenápolis/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-ME**, situada na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Qd 41, Lt 11, Bairro Setor Jardim Luz, na cidade de Goiânia/GO, CEP. 74.915-025, inscrita no CNPJ – **26.457.348/0001-04**, neste ato representada **ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA**, inscrito no CPF sob n º **990.606.393-91** e RG – 12602011999-5, residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia/GO, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas abaixo no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os Medicamentos/produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preçossão os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 09/09/2022.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Opreço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULASEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos noinciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Ospreços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhasanalíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA- DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenapolis/MT, localizada na Castelo Branco s/nº-Vila Nova, na cidade de Arenapolis, Estado de Mato Grosso**, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia dovencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA- CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos paraavaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produtonão corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, emfunção do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do medicamento/produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificadosem cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS,poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.3 – As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

11.1.2.4– O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4- A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULADÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Emqualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Ospreços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. Acomunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presenteata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.621.0000600

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.0000600

DOT.0620–06.001.10.301.0013.2133.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

DOT.0627–06.001.10.302.0016.2136.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo fornecedor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 09 de setembro de 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

CONTRATANTE

EMPRESA C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

HOSPITALARES EIRELI-ME

ANTONIA CLENIR BARROS DA SILVA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	FIO CIRURGICO NYLON 4-0 45 CM MONOFILAMENTO PRETO COM AGULHA 3/8 TRIANG. 3,0 COM C/ 24	CAIXA	50	SHALON	45,89	2.294,50
4	AGULHA DESCARTAVEL 13X4,5 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	100	DESCARPACK	9,05	905,00
7	ALCOOL ETILICO 70% EM GEL 500ML	UNIDADE	100	ITAJA	7,17	717,00
8	ALCOOL ETILICO A 70% - CONCENTRACAO/DOSAGEM A 70%, FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO ALMOTOLIA DESCARTAVEL, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO, ANTISSEPTICO, DESINFETANTE0 - 1000 ml	UNIDADE	300	ITAJA	6,18	1.854,00
11	ALMOTOLIA BICO CURVO- DE PLASTICO ATOXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE A DESINFECCOES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO A TAMPA E BICO C/ PROTETOR, EMBALAGEM APROPRIADA COM CAPACIDADE DE 250ML	UNIDADE	30	JPROLAB	3,94	118,20
13	ALMOTOLIA - DE PLASTICO ATOXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE A DESINFECCOES, QUEDAS, COMPOSTO POR CORPO ROSQUEADO A TAMPA E BICO C/PROTETOR, EMBALAGEM APROPRIADA COM CAPACIDADE DE 250ML	UNIDADE	80	JPROLAB	2,71	216,80
18	ATADURA GESSADA RAPIDA 10CMX3M COMPOSTA POR SUBSTRATO GAZE ESPECIAL GIRO INGLES 100% ALGODAO IMPREGNADA COM COLOIDAL CAIXA (C/ 20 UNIDADES)	CAIXA	10	ORTOFEN	43,29	432,90
19	ATADURA GESSADA RAPIDA 15CMX3M COMPOSTA POR SUBSTRATO GAZE ESPECIAL GIRO INGLES 100% ALGODAO IMPREGNADA COM COLOIDAL CAIXA (C/ 20 UNIDADES)	CAIXA	10	ORTOFEN	63,50	635,00
22	BOLSA PARA DRENAGEM DE URINA SISTEMA FECHADO ESTÉRIL CAPACIDADE MIN 2000ML	UNIDADE	200	DESCARPACK	4,60	920,00
23	CABO DE BISTURI PARA FIXAÇÃO DE LÂMINA CORTANTE EM AÇO INOXIDÁVEL E AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	8	ABC	14,08	112,64
26	CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE - EM MATERIAL RESISTENTE (PAPELAO) A PERFURACOES, COM DISPENSADOR DE AGULHAS, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRESENTE, EM FORMATO RETANGULAR, COM CAPACIDADE DE 13L - UNIDADE	UNIDADE	240	DESCARBOX	5,75	1.380,00
39	COLAR CERVICAL ORTOPÉDICO COM APOIO MENTONIANO TAM. G	UNIDADE	8	RESGATE SP	11,40	91,20
40	COLAR CERVICAL ORTOPÉDICO COM APOIO MENTONIANO TAM. M	UNIDADE	12	RESGATE SP	11,40	136,80
41	COLAR CERVICAL ORTOPÉDICO COM APOIO MENTONIANO TAM. P	UNIDADE	8	RESGATE SP	11,40	91,20
44	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM NO MIN. 1000ML	UNIDADE	50	PROLINK	17,41	870,50
45	ELETRODOS DESCARTÁVEL (SOLIDOR) PARA ELETROCARDIOGRAMA	UNIDADE	1.200	MAXICOR	0,28	336,00
47	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	UNIDADE	30	DESCARPACK	1,28	38,40
49	ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL COM BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO, RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM FECHO EM METAL OU VELCRO. - MANÔMETRO DE ALTA RESISTÊNCIA DOTADO DE BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGENS OU CHOQUES, CERTIFICADO PELO INMET	UNIDADE	8	PREMIUM	63,32	506,56
50	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO COM BRAÇADEIRA CONFECCIONADA EM TECIDO ANTI-ALÉRGICO, RESISTENTE E FLEXÍVEL, COM FECHO EM METAL OU VELCRO. - MANÔMETRO DE ALTA RESISTÊNCIA DOTADO DE BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGENS OU CHOQUES, CERTIFICADO PELO INMETRO	UNIDADE	12	PREMIUM	66,75	801,00
53	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL - EM PLASTICO, POLIETILENO, ATOXICO, NO TAMANHO N.1 (PEQUENO), COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO UNICO, ESTERIL, UNID	UNIDADE	400	VAGISPEC	1,21	484,00
54	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL - EM PLASTICO, POLIETILENO, ATOXICO, NO TAMANHO N.2 (MÉDIO), COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO UNICO, ESTERIL, UNID	UNIDADE	400	VAGISPEC	1,32	528,00
57	EXTENSOR EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP	UNIDADE	400	DESCARPACK	0,82	328,00
60	FIO CIRURGICO CATGUT (ABSORVIVEL) SIMPLES 4-0 COM AGULHA CILÍNDRICA DE 3 CM E 3/8 – CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	4	SHALON	108,65	434,60
62	FIO CIRURGICO NYLON 3-0 45 CM MONOFILAMENTO PRETO COM AGULHA 3/8 TRIANG. 3,0CM - CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	15	SHALON	45,89	688,35
67	FOCO CLINICO GINECOLOGICO LED	UNIDADE	4	CASA MEDICA	338,00	1.352,00
85	LAMINA ESTERIL PARA BISTURI NR 12 CONFECCIONADA EM ACO CARBONO A PARTIR DAFITA CIRUR. SF 100 C/ 0,015 DE ESPESSURA (0,40MM) COM RIGIDES PROX. POSSIVEL DA ESC. VICKERS NÃO INFERIOR A 800 HV ESTERILIZADA A RAIO GAMA COBALTO 60CM ISSO 9002 - CAIXA (C/ 100 UND)	CAIXA	12	DESCARPACK	28,60	343,20
86	LAMINA ESTERIL PARA BISTURI NR 23 CONFECCIONADA EM ACO CARBONO A PARTIR DA FITA CIRUR. SF 100 C/ 0,015 DE ESPESSURA (0,40MM) COM RIGIDES PROX. POSSIVEL DA ESC. VICKERS - CAIXA (C/ 100 UND)	CAIXA	15	DESCARPACK	28,60	429,00
98	MASCARA PARA REANIMADOR SILICONE ADULTO (AMBU)	UNIDADE	6	UNITEC	87,78	526,68
100	PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE, 50X50CM CAIXA (C/ 500 LFS)	CAIXA	2	HOSPFLEX	182,00	364,00
101	PAPEL CREPADO PARA ESTERILIZACAO EM AUTOCLAVE, 60X60CM CAIXA (C/ 500 LFS)	CAIXA	2	HOSPFLEX	261,00	522,00
102	PAPEL GRAU CIRURGICO GRAMADURA 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRANSPARENTE (POLIPROPILENO E POLIESTER) E INDICADOR QUIMICO VISUAL NA LARGURA DE 15 CM X 100M	UNIDADE	25	ZERMATT	64,61	1.615,25

103	PAPEL GRAU CIRURGICO GRAMADURA 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADAS TRNASPARENTE (POLIPROPILENO E POLIESTER) E INDICADOR QUIMICO VISUAL NA LARGURA DE 25 CM X 100M	UNIDADE	5	ZERMATT	111,06	555,30
104	PAPEL GRAU CIRURGICO GRAMADURA 70G/M2 C/ FILMES MULTICAMADASTRNASPARENTE (POLIPROPILENO E POLIESTER) E INDICADOR QUIMICO VISUAL NA LARGURA DE 10 CM X 100M	UNIDADE	10	ZERMATT	44,70	447,00
105	PAPEL LENÇOL- LENÇOL DE PAPEL DESCARTAVEL-PAPEL EM TEXTURA FIRME E RESISTENTE, NA COR PARDA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70CM DE LARGURA EM ROLO COM NO MIN. 50 METROS	UNIDADE	200	ECOPEL	8,52	1.704,00
108	PINÇA KELLY RETA N.16CM	UNIDADE	8	ABC	21,61	172,88
112	SABONETE LIQUIDO - NEUTRO\, COMUM PARA HIGIENE DAS MAOS\, CONTEUDO 5 LITROS	UNIDADE	30	PROLINK	24,97	749,10
114	SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS- CONFECCIONADO EM POLIETILENO, BRANCO LEITOSO, COM IDENTIFICACAO DE RESIDUO INFECTANTE, PACOTE (COM NO MINIMO 100 UNIDADES)	PACOTE	30	SUPREME	33,08	992,40
115	SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR 50 LITROS- CONFECCIONADO EM POLIETILENO, BRANCO LEITOSO, COM IDENTIFICACAO DE RESIDUO INFECTANTE, PACOTE (COM NO MINIMO 100 UNIDADES)	PACOTE	10	SUPREME	22,01	220,10
125	SONDA DE FOLEY Nº 12 CAIXA (C/ 10 UNIDADES)	CAIXA	6	DESCARPACK	26,91	161,46
126	SONDA DE FOLEY Nº 14 CAIXA (C/ 10 UNIDADES)	CAIXA	8	DESCARPACK	26,91	161,46
127	SONDA DE FOLEY Nº 16 CAIXA (C/ 10 UNIDADES)	CAIXA	8	DESCARPACK	26,91	215,28
128	SONDA DE FOLEY Nº 18 CAIXA (C/ 10 UNIDADES)	CAIXA	8	DESCARPACK	23,40	187,20
129	SONDA DE FOLEY Nº 20 CAIXA (C/ 10 UNIDADES)	CAIXA	8	DESCARPACK	26,91	215,28
136	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,5	UNIDADE	20	SOLIDOR	4,55	91,00
137	SONDA NASOENTERAL Nº 10 FR	UNIDADE	10	SOLUMED	9,56	95,60
138	SONDA NASOENTERAL Nº 12 FR	UNIDADE	10	SOLUMED	9,56	95,60
144	SONDA URETRAL Nº8	UNIDADE	200	INJET MED	0,59	118,00
155	TALA IMOBILIZADORA FLEXIVEL EM EVA 4 MM GRANDE (AMARELA) -	UNIDADE	12	RESGATE SP	12,34	148,08
156	TALA IMOBILIZADORA FLEXIVEL EM EVA 4 MM MÉDIA (VERDE) LAVADO E REUTILIZADO.	UNIDADE	12	RESGATE SP	9,77	117,24
157	TALA IMOBILIZADORA FLEXIVEL EM EVAPEQUENA (LARANJA)	UNIDADE	12	RESGATE SP	8,31	99,72
158	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL -	UNIDADE	12	G-TECH	9,85	118,20
160	TIRAS PARA AFERIR GLICEMIA CAIXA (C/ 50 UND)	CAIXA	150	ON CALL PLUS	24,30	3.645,00
161	TIRAS PARA AFERIR GLICEMIA CAIXA (C/ 50 UND)	CAIXA	150	ON CALL PLUS	24,30	3.645,00
162	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO (COPO)	UNIDADE	20	UNITEC	12,37	247,40

VALOR TOTAL DE R$ 34.300,82 (TRINTA E QUATRO MIL TREZENTOS REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 028/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 076/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Rua Benedito, n 669, Bairro Primavera, na cidade de Arenápolis/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **EMPRESA COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI** , situada na Rua Presidente Costa e Silva, 231, Bairro Centro, na cidade de Assis Chateaubriand/PR, CEP. 85.935-000, inscrita no CNPJ – **09.315.996/0001-07**, neste ato representada por seu representante legal Sr. **ADÃO DA SILVA LEITE**, inscrito no CPF sob n º **492.895.009-72** e RG – 4.079.935-4 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Assis Chateaubriand/PR, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas abaixo no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os Medicamentos/produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preçossão os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 09/09/2022.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Opreço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULASEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos noinciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Ospreços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhasanalíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA- DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenapolis/MT, localizada na Castelo Branco s/nº-Vila Nova, na cidade de Arenapolis, Estado de Mato Grosso**, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia dovencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA- CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos paraavaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produtonão corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, emfunção do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do medicamento/produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificadosem cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS,poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.3 – As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

11.1.2.4– O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4- A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULADÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Emqualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Ospreços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. Acomunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presenteata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.621.0000600

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.0000600

DOT.0620–06.001.10.301.0013.2133.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

DOT.0627–06.001.10.302.0016.2136.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo fornecedor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 09 de setembro de 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

CONTRATANTE

EMPRESA COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI

ADÃO DA SILVA LEITE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AGULHA DESCARTAVEL 25X0,7 CAIXA COM 100	CAIXA	100	LABOR IMPORT	9,10	910,00
15	ATADURA DE CREPE NAO ESTERIL 13 FIOS 10 CM PCT (C/ 12 UNID)	PACOTE	300	ERIMAR	4,40	1.320,00
16	ATADURA DE CREPE NAO ESTERIL 13 FIOS 15 CM PCT (C/ 12 UNID)	PACOTE	350	ERIMAR	7,00	2.450,00
17	ATADURA DE CREPE NAO ESTERIL 13 FIOS 20 CM PCT (C/ 12 UNID)	PACOTE	250	ERIMAR	8,43	2.107,50
20	ATADURA GESSADA RAPIDA 20CMX3M COMPOSTA POR SUBSTRATO GAZE ESPECIAL GIRO INGLES 100% ALGODAO IMPREGNADA COM COLOIDAL CX (C/ 20 UNIDADES)	CAIXA	10	ORTOFEN	98,30	983,00
43	COMPRESSA DE GAZE PACOTE (C/ 500 UND)	PACOTE	250	ERIMAR	18,30	4.575,00
55	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL - EM PLASTICO, POLIETILENO, ATOXICO, NO TAMANHO N.3 (GRANDE), COM ABERTURA EM FORMA DE ROSCA TIPO BORBOLETA, USO UNICO, ESTERIL, UNID	UNIDADE	150	CRALPLAST	1,79	268,50
61	FIO CIRURGICO NYLON 2-0 45 CM MONOFILAMENTO PRETO COM AGULHA 3/8 TRIANG. 3,0CM - CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	10	SHALON	45,00	450,00
76	FRALDA INFANTIL TAMANHO G PACOTE (COM NO MIN 9 UNIDADES)	PACOTE	20	DRY	6,85	137,00
77	FRALDA INFANTIL TAMANHO M PACOTE (COM NO MIN 9 UNIDADES)	PACOTE	20	DRY	6,85	137,00
78	FRALDA INFANTIL TAMANHO P PACOTE (COM NO MIN 10 UNIDADES)	PACOTE	20	DRY	6,85	137,00
79	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL COM NO MIN 300ML	UNIDADE	30	BIOSANI	1,22	36,60
80	GAZE HIDROFILA - DE FIOS DE ALGODAO PURO E BRANCO, ISENTO DE AZULANTE, COM 13 FIOS, 08 DOBRAS, MEDINDO 91CM X 91M, BOM ACABAMENTO, SEM FIOS SOLTOS ENROLADA DE FORMA CONTINUA E UNIFORME	UNIDADE	80	ERIMAR	31,92	2.553,60
88	LUVA CIRURGICA, ESTERILIZADA EM LATEX NATURAL COM PO BIOABSOLVIVEL E INERTE SISTEMA DE QUALIDADE BVQI ISO 9001 TAM 7,0 CONTENDO UM PAR USO UNICO.	PAR	200	LEMGRUBER	1,35	270,00
89	LUVA CIRURGICA, ESTERILIZADA EM LATEX NATURAL COM PO BIOABSOLVIVEL E INERTE SISTEMA DE QUALIDADE BVQI ISO 9001 TAM 7,5 CONTENDO UM PAR USO UNICO.	PAR	150	LEMGRUBER	1,35	202,50
90	LUVA CIRURGICA, ESTERILIZADA EM LATEX NATURAL COM PO BIOABSOLVIVEL E INERTE SISTEMA DE QUALIDADE BVQI ISO 9001 TAM 8,0 CONTENDO UM PAR USO UNICO.	PAR	90	LEMGRUBER	1,35	121,50
99	OXIMETRO DE ULSO PORTATIL MONITOR DEDO	UNIDADE	10	WINNER	85,69	856,90
113	SACO PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR - CONFECCIONADO EM POLIETILENO, 62CM COMP.X 59CM LARG.X 0,07 ESP., BRANCO LEITOSO, COM IDENTIFICACAO DE RESIDUO INFECTANTE, 30 LITROS, PACOTE (COM NO MINIMO 100 UNIDADES)	PACOTE	10	RAVA	19,50	195,00
117	SCALP - NUMERO 23, PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, CX (C/100 UNID)	CAIXA	80	MEDIX	24,70	1.976,00

118	SCALP - NUMERO 25, PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIRO-GENICO	CAIXA	10	MEDIX	24,70	247,00
119	SCALP 21 G DISPOSITIVO PARA INFUSÃO ENDROVENOSA ESTERIL ATOXICO APIROGE-NICO USO UNICO CAIXA (C/100 UNID)	CAIXA	25	MEDIX	24,70	617,50

VALOR TOTAL DE R$ 20.551,60 (VINTE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 029/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 076/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977. 654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Rua Benedito, n 669, Bairro Primavera, na cidade de Arenápolis/MT**,** doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **EMPRESA EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI-ME**, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. **03.250.803/0001-92** representado neste ato pelo seurepresentante legal Sr**. ANDREITE SPADA** brasileiro (a), e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. **992.663.001-44,**residente e domiciliado na cidade de Aparecida de Goiânia/GO, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas abaixo no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os Medicamentos/produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preçossão os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 09/09/2022.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Opreço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULASEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos noinciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Ospreços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhasanalíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA- DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenapolis/MT, localizada na Castelo Branco s/nº-Vila Nova, na cidade de Arenapolis, Estado de Mato Grosso**, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia dovencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA- CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos paraavaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produtonão corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, emfunção do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do medicamento/produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificadosem cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS,poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.3 – As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

11.1.2.4– O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4- A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULADÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Emqualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Ospreços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. Acomunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presenteata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.621.0000600

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.0000600

DOT.0620–06.001.10.301.0013.2133.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

DOT.0627–06.001.10.302.0016.2136.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo fornecedor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 09 de setembro de 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

CONTRATANTE

EMPRESA FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI-ME

ANDREITE SPADA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

ANEXO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNI	QTD	P.UNIT	P.TOTAL
27	CANULA OROFARINGA DE GUEDEL Nº 2 (60mm)	FOYOMED	UNI	5	R$ 4,10	R$ 20,50
28	CANULA OROFARINGA DE GUEDEL Nº 3 (80mm)	FOYOMED	UNI	5	R$ 4,100	R$ 20,50
29	CANULA OROFARINGA DE GUEDEL Nº 4 (90mm)	FOYOMED	UNI	5	R$ 4,100	R$ 20,50
30	CANULA OROFARINGA DE GUEDEL Nº 5 (100mm)	FOYOMED	UNI	5	R$ 4,100	R$ 20,50
31	CANULA OROFARINGA DE GUEDEL Nº 6 (110mm)	FOYOMED	UNI	5	R$ 4,930	R$ 24,65
42	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO COM CORDÃO 2000 ML – CAIXA (COM NO MIN. 50 UND)	3P	CXS	200	R$ 34,000	R$ 6. 800,00
82	KIT COMPLETO PARA NEBULIZAÇÃO TAMANHO ADULTO, COMPOSTO DE MÁSCARA TAMANHO ADULTO, COM TUBO DE SILICONE PARA ENCAIXAR NA MÁSCARA E NO APARELHO E RECEPIENTE DOSADOR	FOYOMED	UNI	8	R$ 15,890	R$ 127,12
83	KIT COMPLETO PARA NEBULIZAÇÃO TAMANHO INFANTIL, COMPOSTO DE MÁSCARA TAMANHO INFANTIL, COM TUBO DE SILICONE PARA ENCAIXAR NA MÁSCARA E NO APARELHO E RECEPIENTE DOSADOR	FOYOMED	UNI	8	R$ 17,500	R$ 140,00
84	LAMINA - EM VIDRO LAPIDADA, POLIDAS E COM EXTREMIDADE FOSCA, DE 26 X 76MM, ACONDICIONADO EM CAIXA (COM 50 UNIDADES)	PRECISION	CXS	12	R$ 11,860	R$ 142,32
95	MASCARA DE OXIGENIO VENTURI ADULTO	FOYOMED	UNI	20	R$ 14,000	R$ 280,00
96	MASCARA DE OXIGENIO VENTURI ALTO FLUXO INFANTIL	FOYOMED	UNI	10	R$ 16,000	R$ 160,00
106	PAPEL TOALHA - CREPADO, INTERFOLHADO, FOLHA SIMPLES, NO TAMANHO MINIMO 21,5 X 24,5 CM, BRANCO - PACOTE (DE 500 FOLHAS)	GLOBO	PCT	200	R$ 23,500	R$ 4. 700,00
107	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO N. 16CM	ABC	UNI	8	R$ 19,000	R$ 152,00
147	SOROFISIOLOGICO BOLSA DE 500 ML	HALEXSTAR	UNI	3. 000	R$ 15,500	R$ 46. 500,00
159	TESOURA PONTA FINA RETA COM NO MINIMO 15 CM	ABC	UNI	12	R$ 30,000	R$ 360,00

R$ 59.468,09 (CINQUENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E NOVE CENTAVOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 030/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 076/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977. 654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Rua Benedito, n 669, Bairro Primavera, na cidade de Arenápolis/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **EMPRESA GOLDENPLUS –COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.472.278/0001-64, com endereço na Rua Gotardo Mazzarolo, nº 16, Bairro Centro, Barão de Cotegipe-RS, CEP: 99740-000, neste ato representada por **MARCELO MAROSTICA**, brasileiro, inscrito(a) no CPF sob nº 820.347.290-72, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas abaixo no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os Medicamentos/produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preçossão os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 09/09/2022.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Opreço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULASEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos noinciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Ospreços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhasanalíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA- DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenapolis/MT, localizada na Castelo Branco s/nº-Vila Nova, na cidade de Arenapolis, Estado de Mato Grosso**, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia dovencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA- CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos paraavaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produtonão corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, emfunção do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do medicamento/produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificadosem cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS,poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.3 – As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

11.1.2.4– O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4- A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULADÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Emqualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Ospreços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. Acomunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presenteata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.621.0000600

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.0000600

DOT.0620–06.001.10.301.0013.2133.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

DOT.0627–06.001.10.302.0016.2136.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo fornecedor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 09 de setembro de 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

CONTRATANTE

EMPRESAGOLDENPLUS –COMERCIO DE

MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

MARCELO MAROSTICA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
24	CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE - EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURACOES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRÁTICO E SEGURO AO MANUSEIO, EM FORMATO QUADRADO, COM CAPACIDADE DE 20L, - UNIDADE	UNIDADE	120	EMBAMEDI	6,53	783,60
32	CATETER PERIFERICO INTRAVENOSO Nº 18 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	20	HARSORIA	75,50	1.510,00
33	CATETER PERIFERICO INTRAVENOSO Nº 20 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	48	HARSORIA	75,49	3.623,52
34	CATETER PERIFERICO INTRAVENOSO Nº 24 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	50	HARSORIA	82,00	4.100,00
35	CATETER PERIFERICO INTRAVENOSO N22 G CAIXA (C/ 100 UND)	CAIXA	50	HARSORIA	75,50	3.775,00
46	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	UNIDADE	10.000	TKL	1,30	13.000,00
48	ESCOVA GINECOLOGICA CERVICAL, PARA COLETA CITOLOGICA - COMPOSTO POR NYLON COM HASTES LONGAS, EXTREMIDADE FLEXIVEL E CERDAS MACIAS, ESTERIL DESCARTAVEL. CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	20	KOLPLAST	29,50	590,00
56	ESTETOSCOPIO - BIAURICULAR EM ACO INOX FLEXIVEL NA CURVATURA DO TUBO ¨Y¨, AUSCULTADOR DUPLO EM ACO INOX COM DIAFRAGMA DE ALTA SENSIBILIDADE, TAMANHO ADULTO, CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO RESISTENTE E FLEXIVEL, COM OLIVAS DE PLASTICO RESISTENTE S/REBARBAS	UNIDADE	12	MULTILASER	14,40	172,80

68	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P PACOTE (COM NO MIN 10 UNIDADES)	PACOTE	30	PROTECT FRAL	15,50	465,00
69	FRALDA GERIATRICA TAMANHO EG PACOTE (COM NO MIN. 7 UNIDADES)	PACOTE	140	PROTECT FRAL	11,34	1. 587,60
70	FRALDA GERIATRICA TAMANHO EG PACOTE (COM NO MIN. 7 UNIDADES)	PACOTE	130	PROTECT FRAL	11,34	1. 474,20
71	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G PACOTE (COM NO MIN 8 UNIDADES)	PACOTE	130	PROTECT FRAL	12,72	1. 653,60
72	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G PACOTE (COM NO MIN 8 UNIDADES)	PACOTE	140	PROTECT FRAL	12,72	1. 780,80
73	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M PACOTE (COM NO MININO 8 UNIDADES)	PACOTE	100	PROTECT FRAL	12,64	1. 264,00
74	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M PACOTE (COM NO MININO 8 UNIDADES)	PACOTE	135	PROTECT FRAL	12,64	1. 706,40
75	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P PACOTE (COM NO MIN 10 UNIDADES)	PACOTE	30	PROTECT FRAL	15,50	465,00
91	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO – TAMANHO GRANDE LATEX, TALCADA, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, UNIFORME, - CAIXA (COM 100 UNIDADES)	CAIXA	300	DESCARPACK	16,48	4. 944,00
92	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - TAMANHO MÉDIO LUVAS DE LÁTEX LEVEMENTE LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICA E SEM FALHAS, NAO ESTERELIZADA, BOA ELASTICIDADE. RESISTENTE A TRACAO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, UNIFORME SEM FALHAS, CAIXA (COM 100 UNIDADES)	CAIXA	300	DESCARPACK	16,47	4. 941,00
93	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO- TAMANHO P, DE LATEX CAIXA (C/100 UNID)	CAIXA	300	DESCARPACK	16,46	4. 938,00
94	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO – TAMANHO PP, EM LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO, NAO ESTERIL, BOA ELASTICIDADE, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURTA RESISTENTE, CAIXA (COM 100 UNIDADES)	CAIXA	200	DESCARPACK	16,50	3. 300,00
116	SCALP - N.19, PARA PUNCAO VENOSA PERIFERICA, ESTERIL, ATOXICO, APIROGENICO, TUBO TRANSPARENTE, FLEXIVEL COM PROTETOR ENROSCASDO, INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGICO OU FILME TERMOPLASTICO - CAIXA (C/ 100 UNIDADES)	CAIXA	10	FARMATEX	22,50	225,00
120	SERINGA DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE 05 ML COM AGULHA 0,70X25, PAREDE FINA, BISEL TRIFACETADO, ESTÉRIL	UNIDADE	15.000	SR	0,26	3. 900,00
121	SERINGA DESCARTAVEL COM CAPACIDADE DE 20ML - EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL LUER, ESTERIL, SILICONIZADA, COM AGULHA (25 X 7) MM,	UNIDADE	8.000	DESCARPACK	0,57	4. 560,00
122	SERINGA DESCARTAVEL COM CAPACIDADE DE 3ML, - EM PLASTICO, ATOXICO, APIROGENICO INTEGRO, TRANSPARENTE, APRESENTANDO RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA SUA UTILIZACAO, CORPO COM GRADUACAO MILIMETRADA, EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, BICO CENTRAL LUER, ESTERIL, SILICONIZADA, COM AGULHA 25X7,	UNIDADE	15.000	SR	0,21	3. 150,00
123	SERINGA DESCARTÁVEL DE 1ML COM AGULHA 0,45X13, PAREDE FINA, BISEL TRIFACETADO, ESTÉRIL,	UNIDADE	15.000	SR	0,25	3. 750,00
124	SERINGA DESCARTÁVELCOM CAPACIDADE 10ML COM AGULHA 0,70X25, PAREDE FINA, BISEL TRIFACETADO, ESTÉRIL	UNIDADE	18.000	SR	0,40	7. 200,00
141	SONDA URETRAL Nº14	UNIDADE	200	BIOSANI	0,64	128,00
143	SONDA URETRAL Nº12	UNIDADE	28.000	BIOSANI	0,61	17. 080,00
145	SORO FISIOLOGICO BOLSA 100 ML - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0\,9% \, 100ML\, P/APLICACAO ENDOVENOSA\, ESTERIL\, APIROGENCIA\, ISOTONICA\, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE\, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM\, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE\, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO	UNIDADE	12.200	FRESENIUS	8,46	103. 212,00
146	SORO FISIOLOGICO BOLSA 250 ML SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0\,9% \, 250ML\, P/APLICACAO ENDOVENOSA\, ESTERIL\, APIROGENCIA\, ISOTONICA\, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO\, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE\, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO	UNIDADE	7.000	FRESENIUS	11,01	77. 070,00
149	SORO GLICOSADO BOLSA DE 250ML	UNIDADE	960	FRESENIUS	4,98	4. 780,00
150	SORO GLICOSADO BOLSA DE 500ML	UNIDADE	960	FRESENIUS	8,54	8. 198,40
151	SORO GLICOSE 5% 250ML	UNIDADE	1.000	FRESENIUS	4.98	4. 980,00
152	SORO GLICOSE 5% 500ML	UNIDADE	1.000	FRESENIUS	8,54	8. 540,00

VALOR TOTAL DE R$ 302.848,72 (TREZENTOS E DOIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 031/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 026/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 076/2022

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Rua Presidente Costa e Silva, nº105E, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977. 654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. ÉDERSON FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 1198644-1 SSP/SP e CPF: 840.204.151-53, residente e domiciliado na Rua Benedito, n 669, Bairro Primavera, na cidade de Arenápolis/MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a **EMPRESA SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.065.614/0001-38, com endereço na Rua C 159, nº 686, QUADRA 297,Bairro Jardim América, na cidade de Goiania-GO, CEP: 74. 255-140, neste ato representada por **AGNALDO DO CARMO CHAGAS,** inscrito(a) no CPF sob nº 895.030.901-72, de acordo com a classificação por

elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e especificações descritas abaixo no Anexo I:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os Medicamentos/produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O material, que será recebido pela Secretaria de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade da Secretaria de Saúde o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preçossão os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 09/09/2022.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. Opreço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULASEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos noinciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Ospreços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhasanalíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA- DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá colocar os produtos nas dependências da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Arenapolis/MT, localizada na Castelo Branco s/nº-Vila Nova, na cidade de Arenapolis, Estado de Mato Grosso**, ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde previamente acordado com a empresa fornecedora dos produtos até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia dovencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA- CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos paraavaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produtonão corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, emfunção do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade do medicamento/produto efetuada pela Secretaria de Saúde, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificadosem cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de Arenapolis e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS,poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.3 – As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

11.1.2.4– O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4- A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULADÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Emqualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Ospreços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado.

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. Acomunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presenteata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial Sistema Registro de Preços nº 026/2022**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria Municipal de Saúde:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.621.0000600

DOT.0301–06.001.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.0000600

DOT.0620–06.001.10.301.0013.2133.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

DOT.0627–06.001.10.302.0016.2136.3390.30.00.00.00- mat. de consumo

Fonte: 1.600.3110000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo fornecedor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 09 de setembro de 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT

CONTRATANTE

EMPRESA SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

AGNALDO DO CARMO CHAGAS

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: WEIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 481.946.891-04 CPF: 229.588.861-15

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE (COM 100 UND)	PACOTE	100	THEOTO	4,80	480,00
5	AGULHA DESCARTAVEL 20X5,5 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	50	WILTEX	8,25	412,50
6	AGULHA DESCARTAVEL 25X0,8 CAIXA (COM 100 UND)	CAIXA	50	LABOR IMPORT	9,30	465,00
9	ALGODAO HIDROFILO - COR BRANCA, BOA ABSORCAO, MACIO E INODORO, EM CAMADA UNIFORME - 500 g	UNIDADE	80	FAROL	14,95	1.196,00

10	ALGODÃO ORTOPÉDICO 15CM X1M PACOTE (C/12 UNIDADES)	PCTE	30	ORTOBOM	7,55	226,50
12	ALMOTOLIA - CONFECCIONADO EM PLASTICO, NA COR MARROM, CONTENDO ORIFICIO CENTRAL, GRADUADA A CADA 500ML PROPORCIONANDO PERFEITO ENCAIXE DO BICO LONGO, COMPOSTO POR RECIPIENTE COM TAMPA ENRROSCADA COM PROTETOR RIGIDO	UNIDADE	80	J. PROLAB	4,90	392,00
14	APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE NO SANGUE (glicômetro)	UNIDADE	8	ACON	13,92	111,36
25	CAIXA PARA COLETA DE MATERIAL PERFURO-CORTANTE - EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURAÇÕES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRATICO E SEGURO AO MANUSEIO, EM FORMATO QUADRADO, COM CAPACIDADE DE 7,0L-COM DESCARTADOR DE AGULHAS - UNIDADE	UNIDADE	100	DESCARBOX	4,15	415,00
36	CATETER TIPO OCULOS OXIGENOTERAPIA	UNIDADE	500	BIOSANI	0,99	495,00
37	CLOREXIDINA 0,5% SOLUÇÃO ALCOOLICA (AZUL) COM NO MIN 1 LITRO	UNIDADE	30	VIC PHARMA	13,85	415,50
38	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% COM NO MIN 1 LITRO	UNIDADE	30	VIC PHARMA	20,90	627,00
51	ESPARADRAPO ANTIALERGICO - MEDINDO 10 CM X 4,5 METROS, COM BOA ADESIVIDADE. EMBALAGEM EM CARRETEL COM CAPA PLASTICA DE, PROTECAO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA	UNIDADE	400	ADPELE	10,90	4.360,00
52	ESPATULA DE AYRES DE MADEIRA PACOTE (C/100 UND)	PACOTE	20	THEOTO	9,25	185,00
58	FIO CIRURGICO CATGUT (ABSORVIVEL) SIMPLES 2-0 COM AGULHA CILÍNDRICA DE 2,0CM E 1/2 CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	6	TECHNOFIO	112,50	675,00
59	FIO CIRURGICO CATGUT (ABSORVIVEL) SIMPLES 3-0 COM AGULHA CILÍNDRICA DE 3,0CM E ½ - CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	6	TECHNOFIO	108,45	650,70
63	FIO CIRURGICO NYLON 5-0 45 CM MONOFILAMENTO PRETO COM AGULHA 3/8 TRIANG. 2,0 – CAIXA (C/ 24 UND)	CAIXA	22	TECHNOFIO	46,95	1.032,90
64	FIO GUIA AUTOCLAVÁVEL PARA INTUBAÇÃO TAMANHO ADULTO 5.0-6.5MM COM NO MIN 45CM	UNIDADE	12	EASY SEAL	31,02	372,24
65	FITA AUTOCLAVE 19MMX30M PARA PROCESSO DE ESTERILIZACAO A VAPOR	UNIDADE	180	MASTERFIX	4,05	729,00
66	FIXADOR CITOLOGICO 100 ML - UNIDADE	UNIDADE	20	CRAL	8,60	172,00
81	GEL TÓPICO PARA USO EM ULTRA-SONOGRAFIA E ELETROCADIOGRAMA 5 LT	UNIDADE	12	MULTIGEL	31,08	372,96
87	LAMINA PARA MICROSCOPIA COM UMA EXTREMIDADE FOSCA, LAPIDADA, MEDINDO 25,4 X 76,2 MM, ESPESSURA 1,1 A 1,3 MM, EMBALAGEM CAIXA CONTENDO 50 PEÇAS, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇAO E PROCEDENCIA CAIXA (COM 50 UNIDADES)	CAIXA	28	PRECISION	9,44	264,32
97	MASCARA PARA OXIGENIO COM RESERVATORIO ADULTO COMPLETA	UNIDADE	10	DESCARPACK	9,71	97,10
111	REANIMADOR MANUAL ADULTO DE SILICONE COMPLETO (COM RESRVATORIO) (AMBU)	UNIDADE	2	FARMATEX	154,92	309,84
130	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,0	UNIDADE	20	HAIBREATH	4,45	89,00
131	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,5	UNIDADE	20	HAIBREATH	4,45	89,00
132	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,0	UNIDADE	20	HAIBREATH	4,45	89,00
133	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,5	UNIDADE	20	HAIBREATH	4,45	89,00
134	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº5	UNIDADE	20	SOLIDOR	4,45	89,00
135	SONDA ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,5	UNIDADE	20	SOLIDOR	4,47	89,40
142	SONDA URETRAL Nº10	UNIDADE	200	INJET	0,51	102,00
163	VALVULA REGULADORA PARA CILINDRO COM FLUXOMETRO + COPO UMIDIFICADOR	UNIDADE	6	HAOXI	322,50	1.935,00
164	VASELINA LIQUIDA - 1 LITRO	UNIDADE	12	VIC PHARMA	34,10	409,20

VALOR TOTAL DE R$ 17.437,52 (DEZESSETE MIL QUATROCENTOS E TRINTA E SETE REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULAS NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO DUILIO RIBEIRO BRAGA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO, PLANILHAS E MEMORIAL NO ANEXO I DO EDITAL. A Comissão Permanente de Licitação, torna público que do julgamento das propostas do certame Supracitado, resultou vencedora a empresa **TOTTAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-EPP,** inscrita no **CNPJ Nº. 02.669.585/0001-62,** apresentou a proposta no valor global de **R$ 383.105,17** (trezentos e oitenta e três mil, cento e cinco Reais e dezessete centavos).Ficando desde já os autos dos processos franqueados para consulta dos interessados.

Arenápolis - MT, em 14 de Seetmbro de 2022.

FRANCIELE BARBOSA ARAUJO

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2022

EMENTA: *Dispõe sobre a eleição da gestão democrática para o cargo de Diretor de Unidade escolar, e dá outras providências.*

CONSIDERANDO Como base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 LDB, da Lei Complementar nº 49, de 01 de outubro de 1998, da Lei Complementar nº 50, de 01 de outubro 1998, da Lei Estadual nº 7.040, 01 de outubro de 1998, com suas alterações e do Decreto Federal nº 6.094, de 24 de abril de 2007 e Lei nº 795/02.

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, para as redes públicas de ensino;

CONSIDERANDO o Parecer nº 4 de 11 de maio de 2021, em que estabelece a Base Nacional Comum de Competências que todo Diretor Escolar deve desenvolver, para o seu pleno exercício profissional, como um líder eficaz e inspirador;

CONSIDERANDO a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 67, § 1º, em que estabelece a experiência docente como pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

CONSIDERANDO a Lei orgânica do município de Arenápolis- MT, pág 59 Art. 204 IV- gestão democrática, em todos os níveis dos sistemas de ensi-

no, com eleição direta para diretores das unidades de ensino e dirigentes regionais e composição dos profissionais de ensino, pais de alunos, na forma da lei;

CONSIDERANDO a Lei Nº 795/02- de 24 de abril de 2002, que dispõe, sobre o plano de carreira dos profissionais da educação básica do município de Arenápolis- MT e dá outras providências.

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Determinar a abertura do processo eleitoral para a escolha do Diretor de Unidade Escolar da Rede Pública Municipal, para o biênio 2023/2024, conforme cronograma anexo a este Decreto.

§ 1° - O processo eleitoral deverá ocorrer em todas as unidades escolares da rede Pública Municipal.

Art. 2º - Os critérios para escolha de Diretor escolar têm como referência clara os campos do conhecimento, das competências, da aptidão para liderança e habilidades gestoras necessárias ao exercício da função, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 3º - O processo de escolha do profissional da educação básica a ser designado para a função de dedicação exclusiva de diretor escolar será realizado em duas etapas:

I - 1ª- etapa constará de ciclos de estudos de no mínimo 20 (vinte) horas, considerando apto o candidato com 100% (cem por cento) de frequência. Nessa etapa, o candidato realizará estudo voltado às dimensões pedagógica, administrativa, financeira e de gestão de pessoas;

II - 2ª outra etapa constará de seleção do candidato pela comunidade escolar por meio de votação, na própria unidade escolar e salas anexas, levando em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá conter:

a) objetivos e metas para melhoria da unidade escolar e do ensino em consonância com a Política Educacional do Município de Arenápolis-MT com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar onde pretende atuar;

b) plano de reavaliação e intervenção pedagógica com vista à elevação dos índices oficiais (IDEB, entre outros), e da melhoria da qualidade do ensino.

§1º - No caso da opção por continuidade da proposta da Gestão anterior, o candidato deverá fazer uma justificativa fundamentada da escolha, desde que a proposta anterior esteja embasada no PPP e apresente adequações analisadas e validadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - O diretor em exercício garantirá o acesso do candidato ao PPP em execução na unidade escolar, bem como disponibilizará dados, informações e documentos resultantes da avaliação das metas, propostas executadas, inclusive, pontuando as facilidades e dificuldades em operacionalizá-las, objetivando subsidiar a elaboração da proposta de trabalho do candidato.

§ 3º - No exercício do seu mandato, o diretor terá como balizador da sua atuação a proposta de trabalho aprovada e validada em Assembléias da comunidade escolar.

Art. 4º - A Comissão Eleitoral Escolar, prevista no Art. 14 deste Decreto, deverá comunicar ao candidato e divulgar na comunidade escolar o cronograma de apresentação da Proposta de Trabalho em Assembléia Geral, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da mesma.

§ 1º - A Assembléia Geral a que se refere o caput deste artigo deverá ser realizada em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de interessados na exposição da Proposta de Trabalho, cujo teor deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º - Na Assembléia Geral deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate de sua proposta de trabalho.

Art. 5º - O candidato que não se submeter à apresentação da proposta de trabalho em Assembléia Geral, em data e horário marcados pela Comissão Eleitoral Escolar, estará automaticamente desclassificado, cabendo à Comissão Eleitoral local registrar o evento em ATA.

Art. 6º - Para candidatarse à função de Diretor escolar o integrante do quadro dos profissionais da Educação Básica da Rede Municipal deve:

I ser ocupante de cargo efetivo ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Educação;

II ter no mínimo 02 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos, imediatamente anterior à data de inscrição, prestados na unidade escolar que pretende dirigir;

III ser habilitado em nível de Licenciatura Plena e possuir certificado de conclusão de curso de Informática básica;

IV participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria de Educação;

V apresentar a Proposta de Trabalho, consoante ao PPP, em Assembléia Geral, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação;

VI apresentar Certidão de Adimplência do CDCE da escola, quando for candidato a reeleição ou esteja no exercício de presidente ou tesoureiro do CDCE, emitida declaração pela Secretaria de Educação comprovando que não esteja respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

VII apresentar declaração expedida pelo (RH) Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de que o candidato não está com agendamento para o processo de aposentadoria e/ou sob licenças contínuas e sucessivas;

VIII estar apto a movimentar conta bancária, mediante declaração do próprio candidato;

X assinar termo de compromisso de Dedicação Exclusiva DE;

XI assinar termo de desistência do Convênio Regime de Colaboração, para os candidatos com vínculo com Estado, bem como de outros vínculos;

XII assinar termo de compromisso assegurando a regularidade de funcionamento da escola e autorização dos cursos ofertados junto ao CEE/MT;

§1º – O profissional poderá concorrer à Direção de apenas uma Escola.

Art. 7º - Não havendo candidato de cargo efetivo ou estável, com 02 (dois) anos Caso de serviços na unidade escolar, poderá inscreverse o profissional efetivo que tenha 1 (um) ano de exercício na mesma Unidade.

Art. 8º - Na unidade escolar onde não houver candidato poderá inscreverse o profissional efetivo ou estável que tenha 2 (dois) anos de efetivo exercício em qualquer Unidade Escolar da Rede Municipal, desde que atenda os incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII estabelecidos no Art. 6º, deste Decreto.

Art. 9º - A Unidade Escolar que não apresentar candidato de cargo efetivo ou estável com habilitação em nível superior poderá inscrever o profissional habilitado em nível médio, com magistério, ou com profissionalização específica (Pro-funcionário).

Art. 10 – É vedada a participação como candidato no processo de escolha de Diretor, o profissional da Educação Básica que nos últimos 5 (cinco) anos:

I tenha sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II esteja respondendo a processo administrativo disciplinar;

III esteja respondendo a processo de sindicância administrativa;

IV esteja sob tomada de conta especial;

V esteja sob licenças contínuas, sucessivas, seguidas, conforme § 3º deste artigo;

§ 1º - Considerarseá inadimplente:

a- o profissional que não prestou contas dos recursos financeiros recebidos de órgãos públicos do ano anterior;

§ 2º - Definemse licenças contínuas as referentes à licenças médicas que ultrapassaram nos últimos 05 (cinco) anos um somatório de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º - Poderá se inscrever para o processo de escolha de diretor, regulamentado por esta portaria, o profissional da educação que esteja usufruindo de licençaprêmio, desde que a interrompa no ato da posse.

Art. 11 - Os atuais diretores, eleitos e/ou designados, detentores de 02 (dois) mandatos consecutivos, ainda que por períodos incompletos, não poderão se candidatar.

Parágrafo Único. O servidor com dois cargos, sendo um municipal e o outro de qualquer entre federado, deverá afastar-se obrigatoriamente estadual e/ou federal e receberá a gratificação da dedicação exclusiva.

Art. 12 - O diretor escolhido atenderá em todos os turnos de funcionamento da escola, devendo estabelecer cronograma de acordo com seu regime de trabalho semanal, especificando horários e períodos de atendimento, devendo o cronograma ser afixado em local de fácil consulta e visibilidade.

Art. 13 - Na escola onde não houver candidato caberá ao Secretário Municipal de Educação designar um profissional que se enquadre nos incisos III e V do artigo 6° desta portaria, para exercer a função de Diretor.

Art. 14 - Haverá em cada escola uma Comissão Eleitoral Escolar para conduzir o processo de seleção de candidato à direção, que será constituída em Assembléia Geral da comunidade escolar, convocada pelo gestor da escola.

§ 1º Devem compor a Comissão Eleitoral um membro titular e seu respectivo suplente, dentre os seguintes segmentos:

I representante dos profissionais da Educação Básica;

II representante dos pais;

III representante dos alunos maiores de 14 (quatorze) anos.

§ 2º - O membro titular e seu suplente serão eleitos em Assembléia Geral, pelos respectivos segmentos, em data, hora e local, amplamente divulgados.

§ 3º- A Comissão Eleitoral Escolar, uma vez constituída, elegerá um de seus membros para presidíla.

§ 4º - O membro da Comissão Eleitoral Escolar que praticar qualquer ato lesivo às normas que regulam o processo será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação ou do CDCE, onde não houver a mesma.

§ 5º - Não poderá compor a Comissão Eleitoral Escolar:

I qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até o segundo grau;

II o servidor em exercício na função de diretor.

§ 6º - O diretor da unidade escolar deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral Escolar os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 15 - A Comissão Eleitoral Escolar terá, dentre outras, as atribuições de:

I planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de seleção do candidato da comunidade escolar;

II divulgar amplamente as normas e os critérios específicos da unidade escolar, relativos ao processo eleitoral;

III analisar em reunião conjunta com a Secretaria Municipal de Educação as inscrições dos candidatos, deferindoas ou não;

IV convocar a Assembléia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos candidatos aos alunos, aos pais e aos profissionais da educação;

V providenciar material de votação, tais como:

a) urnas, cédulas e lista de presença dos pais ou responsáveis;

b) lista de votação dos alunos e profissionais da educação devidamente atualizada na data da eleição;

VI credenciar até dois fiscais, indicados pelos candidatos, identificandoos através de crachás;

VII lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livro próprio;

VIII receber os pedidos de impugnação por escrito, relativo ao candidato, até 72 (setenta e duas) horas antes do dia da eleição, para análise junto com a Secretaria Municipal de Educação que emitirá parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento do pedido;

IX designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras, em até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, publicizando na Escola;

X - acondicionar as cédulas de votação e/ou zerésima inicial e final, bem como a listagem dos votantes em envelope lacrado e rubricado por todos os seus membros, arquivando na escola por um prazo de 90 (noventa) dias, após esse prazo, proceder à incineração;

XI convocar o CDCE em exercício e o CDCE eleito para o próximo biênio para se fazerem presentes na unidade escolar durante o processo de escrutinação para apreciar eventual ocorrência prevista no § 1º do artigo 32;

XII divulgar o resultado final do processo de seleção e enviar a ata de escrutinação à Secretaria Municipal de Educação ou CDCE, em até 24 (vinte e quatro) horas, após o término do processo eleitoral.

§ 1º - Poderá haver recurso da impugnação do inciso VIII, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o conhecimento da decisão, pelo interessado, à Comissão Eleitoral Municipal, protocolada junto a Comissão local.

Art. 16 - É vedado ao candidato e à comunidade:

I exposição de faixas e cartazes fora da unidade escolar;

II distribuição de panfletos promocionais e de brindes de qualquer espécie, como objeto de propaganda ou de aliciamento de votantes;

III realização de festas na unidade escolar, que não estejam previstas no calendário letivo;

IV atos que impliquem o oferecimento, promessas inviáveis ou vantagens de qualquer natureza;

V após o deferimento da inscrição, fica vedada a aparição isolada nos meios de comunicação, mesmo que em qualquer forma de entrevista;

VI utilização de símbolos, frases, imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos do governo; VII macular a imagem do outro candidato.

Art. 17 - O candidato que se sentir ofendido, poderá apresentar representação, escrita e fundamentada, contra o candidato que praticar qualquer dos atos previstos no art. 15 desta portaria à Comissão Eleitoral Escolar, até 72 (setenta e duas) horas, antes do dia da eleição, que decidirá sobre o afastamento do candidato infrator do processo eleitoral, em 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Da decisão da Comissão Eleitoral Escolar, cabe ao interessado recorrer à Secretaria Municipal de Educação de sua circunscrição,

que decidirá o caso em parecer fundamentado, em 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 18 - É vedada aos profissionais da educação qualquer manifestação que possa macular a imagem ou praticar atos que firam a integridade física e moral do candidato sob pena de responder processo administrativo e judicial.

Art. 19 - O candidato que possuir apelido pelo qual é conhecido poderá usálo para divulgação de sua candidatura junto à comunidade escolar.

Art. 20 - Podem votar:

I profissionais da educação em exercício na unidade escolar, observados os §§ 3º e 4º deste artigo;

II alunos regularmente matriculados com frequência comprovada, que tenham no mínimo 12 (doze) anos de idade ou estejam cursando o 6º ano em diante;

III pai e mãe (dois votos por família) ou responsável (um voto por família) quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos e que tenha 75% de frequência comprovada.

§ 1º - O profissional da educação com filhos na Escola votará apenas pelo seu segmento de profissional da educação.

§ 2º - O profissional da educação que ocupa mais de um cargo, na escola votará só uma vez.

§ 3º - Poderá votar em caso de substituição temporária de até 120 (cento e vinte) dias o titular do cargo e, em caso de sua desistência, protocolada junto a Comissão Eleitoral Escolar até 24 (vinte e quatro) horas antes do pleito, votará seu substituto.

§ 4º - Comprovado o afastamento do titular do cargo, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, votará o seu substituto.

Art. 21 - No ato de votação, o votante deverá apresentar à mesa receptora um documento que comprove sua legitimidade documento de identidade ou outro documento oficial com fotografia.

Art. 22 - O votante com identidade comprovada, cujo nome não conste em nenhuma lista, poderá votar numa lista separada.

Parágrafo único. Não é permitido o voto por procuração.

Art. 23 - O processo de votação será conduzido por mesas receptoras designadas pela Comissão Eleitoral Escolar, na data designada pela Secretaria Municipal de Educação, das 8:00h às 21:00h.

Art. 24 - Poderão permanecer no recinto destinado à mesa receptora apenas os seus membros e os fiscais.

Art. 25 - A escola não poderá disponibilizar uma urna específica para cada segmento, garantindo o direito ao voto secreto.

Art. 26 - Nenhuma pessoa estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado.

Art. 27 - Cada mesa será composta por no mínimo 03 (três) membros e 02 (dois) suplentes escolhidos pela Comissão Eleitoral Escolar entre os votantes e com antecedência mínima de três dias.

Parágrafo único. Não podem integrar a mesa os candidatos, seus cônjuges e parentes até o segundo grau.

Art. 28 - Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral Escolar, e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente.

Parágrafo único. O candidato que não solicitar a impugnação ficará impedido de arguir, sobre este fundamento, a anulidade do processo.

Art. 29 - O processo de seleção ocorrerá através de votação manual em cédulas próprias, observada a programação anexa a esta Portaria.

§ 1º - O voto deverá ser dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da unidade escolar, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral Escolar e um mesário.

Art. 30 - O secretário da mesa deverá lavrar a ata circunstanciada dos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por todos os mesários e fiscais.

Art. 31 - Os fiscais indicados pelos candidatos poderão solicitar ao presidente da mesa o registro em ata, de eventuais irregularidades ocorridas durante o processo.

Art. 32 - As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

Art. 33 - Os pedidos de impugnação fundada em violação de urna somente poderão ser apresentados à Comissão Eleitoral da escola, até o momento que antecede a abertura da mesma, pela mesa escrutinadora.

Art. 34 - Os votos em branco e nulo não serão computados a nenhum candidato e nem mesmo entram no cômputo dos votos válidos.

Art. 35 Serão nulos os votos quando da utilização das urnas convencionais:

I registrados em cédulas que não correspondam ao modelo padrão;

II que indiquem mais de um candidato;

III que contenham expressões ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto.

Art. 36 Havendo empate entre os candidatos, o desempate se dará levandose em conta os critérios na ordem relacionada abaixo:

I maior tempo de serviço na unidade escolar na qual concorre;

II maior tempo de serviço na rede municipal de educação;

III maior idade.

Parágrafo único. Caso o candidato não seja da rede municipal caberá o critério por idade, inciso III.

Art. 37 O candidato único só será considerado eleito se obtiver 50% (cinqüenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos.

Parágrafo único. Caso o candidato não obtenha o percentual mínimo dos votos válidos, caberá ao Secretário de Municipal de Educação, indicar o diretor de acordo com o art. 12, deste Decreto.

Art. 38 - Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar que se reunirá com os demais membros para:

I verificar toda a documentação;

II decidir sobre eventuais irregularidades;

III divulgar o resultado final da votação.

Art. 39 - O candidato que se sentir prejudicado ou detectar irregularidade no decorrer do processo de votação, poderá dirigir representação à Comissão Eleitoral Escolar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após o término da eleição, e esta terá o mesmo prazo para análise e parecer.

§ 1º - Das decisões fundamentadas da Comissão Eleitoral Escolar, a análise e parecer disposto no caput, cabem recursos à Secretaria Municipal de Educação que devem ser protocolados na própria Comissão Eleitoral Escolar que os entregará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º - A Comissão Eleitoral Municipal emitirá parecer em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - Do parecer da Secretaria Municipal de Educação, caberá recurso, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, improrrogáveis, contadas do recebimento da notificação do interessado à Comissão Eleitoral Municipal.

Art. 40 - Decorridos os prazos previstos no artigo 39 e não havendo recursos, o candidato eleito assumirá a função de diretor.

Art. 41 - A posse deverá ocorrer em Assembléia Geral da comunidade escolar, conforme a programação anexa.

Art. 42 - Até o último dia do ano letivo, o diretor em exercício deverá apresentar à comunidade escolar e entregar ao diretor eleito, por escrito, os seguintes documentos:

I avaliação de sua gestão, nos termos das diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Educação;

II balanço do acervo documental;

III credenciamento do estabelecimento de ensino e autorização dos cursos ofertados à comunidade escolar;

IV inventário do patrimônio existente na unidade escolar, registrado em livro tombo, validado pelo CDCE;

V apresentação de prestação de contas à comunidade escolar, aprovada pelo CDCE.

§ 1º - Em caso de não cumprimento do estabelecido neste artigo por parte do diretor em exercício, competirá ao novo diretor e ao CDCE eleito, relatar os fatos e representar contra o mesmo à Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da posse.

§ 2º - O CDCE só poderá dar posse ao diretor reeleito se cumprido o disposto neste artigo, sob pena de responsabilidade de seus membros, na forma do parágrafo anterior.

§ 3º - Havendo a posse em descumprimento dos dispositivos deste artigo, anulase o ato, vagase a função e realizase nova eleição.

Art. 43 - Os casos omissos e descumprimento do disposto, nesta Portaria, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral Municipal, em única instância que atenderá na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 44º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, aos oito 14 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site www.arenapolis.mt.gov.br.

_____

WEIMAR PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

SECRETARIA FINANÇAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 4º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2021

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 4º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2021

DATA DE ASSINATURA: 16/09/2021
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE CRISTO REI**, CNPJ sob n° 10.971.824/0001-62
OBJETO DA PARCERIA: Promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação, entre a **CONCEDENTE** e a **PROPONENTE**, *visando o recebimento, em cessão, de um trator agrícola, escavadeira hidráulica e grade aradora e de recursos financeiros para viabilizar a realização de serviços voltados ao melhoramento da agricultura familiar na localidade denominada Cristo Rei*.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA DO TERMO DE FOMENTO – 14/09/2021 a 14/09/2022

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 4ª PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 24/03/2022
EMPENHO: 316/2022
ORDEM DE PAGAMENTO: 2167/2022
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 2125/2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	316/2022	24/03/2022	04/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**24/03/2022**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	11/08/2022
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 14 de setembro de 2022.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.600/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2317 de 13 de setembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	Fonte	*Valor R$*
09.002.10.302.0015.2065 – Manutenção das Ações do Atend. Hosp/Amb. de Emerg		
3390.3000 – Material de Consumo	*1.600. 311000*	250. 000,00
3390.3000 – Material de Consumo	*1.600. 312000*	250. 000,00
	Total	***500. 000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 38/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de elaboração de Laudo Radiométrico nas dependências do Hospital Municipal Santo Antônio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município de Aripuanã-MT, com base no artigo 24, inciso II da Lei n.º 8.666/93 e com amparo no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. **Contratado: RAD SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E COMERCIO LTDA - CNPJ Nº. 20.203.886/0001-88**

Valor Global: R$ 9.680,00 (nove mil, seiscentos e oitenta reais)

Data: 14 de setembro de 2022.

Base Legal: No art. 24 Inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
TERMO ADITIVO N.º 57/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 319/2021 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 1/2021; CONTRATADA: **NAIR MAGALHÃES DA SILVA**; ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DE 1º/10/2022 A 30/09/2023; PARA QUE NÃO HAJA DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, E UMA QUE NÃO TEMOS CLASSIFICADOS EM CONCURSO PÚBLICO, SENDO IMPRESCINDÍVEL SUA ATUAÇÃO JUNTO AO EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ, E CONFORME PARECER JURÍDICO N.º 741/2022.

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.322/2022.

Autor: Poder Executivo.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARIPUANÃ A ALTERAR LEI MUNICIPAL N.º 2.177 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do item XIII do artigo 7º quanto a estrutura administrativa da Secretaria abaixo, alterando as nomenclaturas dos cargos destacados nos itens 13.2 e 13.4, passando a vigorar da seguinte forma:

13 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SECID

13.1 - Secretaria Adjunta de Desenvolvimento da Cidade – **SACID**

13.1.1 - Supervisão de Desenvolvimento da Cidade – **SUCID**

13.1.2 - Coordenadoria de Desenvolvimento da Cidade – **COOCID**

13.1.3 - Departamento de Desenvolvimento da Cidade – **DECID**

13.1.4 – Coordenadoria de Obras e Posturas – **COOPOST**

13.1.5 – Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas – **DEFOP**

13.1.6 – Coordenadoria de Terras – **COOTER**

13.1.7 – Unidade Municipal de Cadastro - **UMC**

13.2 – Coordenadoria de Industria e Comércio – COOINC

13.3 – Supervisão de Regularização Fundiária – **SUREFUN**

13.4 – Supervisão de Habitação – SUHAB

13.5 – Junta de Serviço Militar – **JSM**

Art. 2º. O organograma da Secretaria Municipal da Cidade – SECID, passam a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3°. Permanecem inalteradas as demais disposições contidas na Lei n.º 2.177/2021 e não incompatível com a matéria regulada nesta lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

MENSAGEM

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã

Senhores Vereadores

Com renovada honra, submeto às elevadas considerações dos Nobres Edis o Projeto de Lei que ***"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ARIPUANÃ A ALTERAR LEI MUNICIPAL N.º 2.177 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

Visa a presente propositura, alterar a referida Lei, considerando a necessidade de adequação na Secretaria aludida, a fim de melhorar o atendimento das demandas do Distrito.

Exclui:

1. Supervisão de Industria e Comércio – SUINC- **R$ 5.202,00**

2. Coordenadoria de Habitação – COOHAB - **R$ 4.508,40**

Totalizando = R$ 9.710,40

Cria:

1. Coordenadoria de Industria e Comércio – COOINC- **R$ 4.508,40**

2. Supervisão de Habitação – SUHAB - **R$ 5.202,00**

Totalizando = R$ 9.710,40

Importante destacar que a referida alteração não irá gerar impacto financeiro para a gestão.

Pelo exposto, tendo a certeza de que a presente matéria será objeto da análise com seriedade, por parte dos Nobres Vereadores desta Casa Legislativa, pelo que desde já agradecemos, ao tempo em que reafirmamos protestos de distinta consideração e apreço.

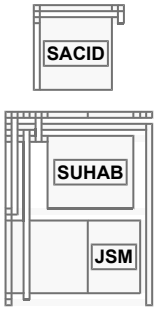
Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL nº 146/2022

ANEXO I



SECID - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOVIMENTO DA CIDADE -	
SACID – SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE -	**SUHAB – SUPERVISÃO DE HABITAÇÃO -**
SUCID – SUPERVISAO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE -	**JSM –** JUNTA DE SERVIÇO MILITAR -
COOCID – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE -	**COOPOST** – COORDENADORIA DE OBRAS E POSTURAS -
DECID – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE -	**DEFOP –** DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS -
SUREFUN – SUPERVISAO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA -	**COOTER –** COORDENADORIA DE TERRAS -
COOINC – COORDENADORIA DE INDUSTRIA E COMERCIO -	**UMC –** UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO -

ANEXO II

LOTACIONOGRAMA

Cargos	Remuneração	Número Ideal	Número Existente	Número de Vagas
Gabinete do Executivo	**-**			
Coordenadoria Jurídica	DAS I	1	1	0

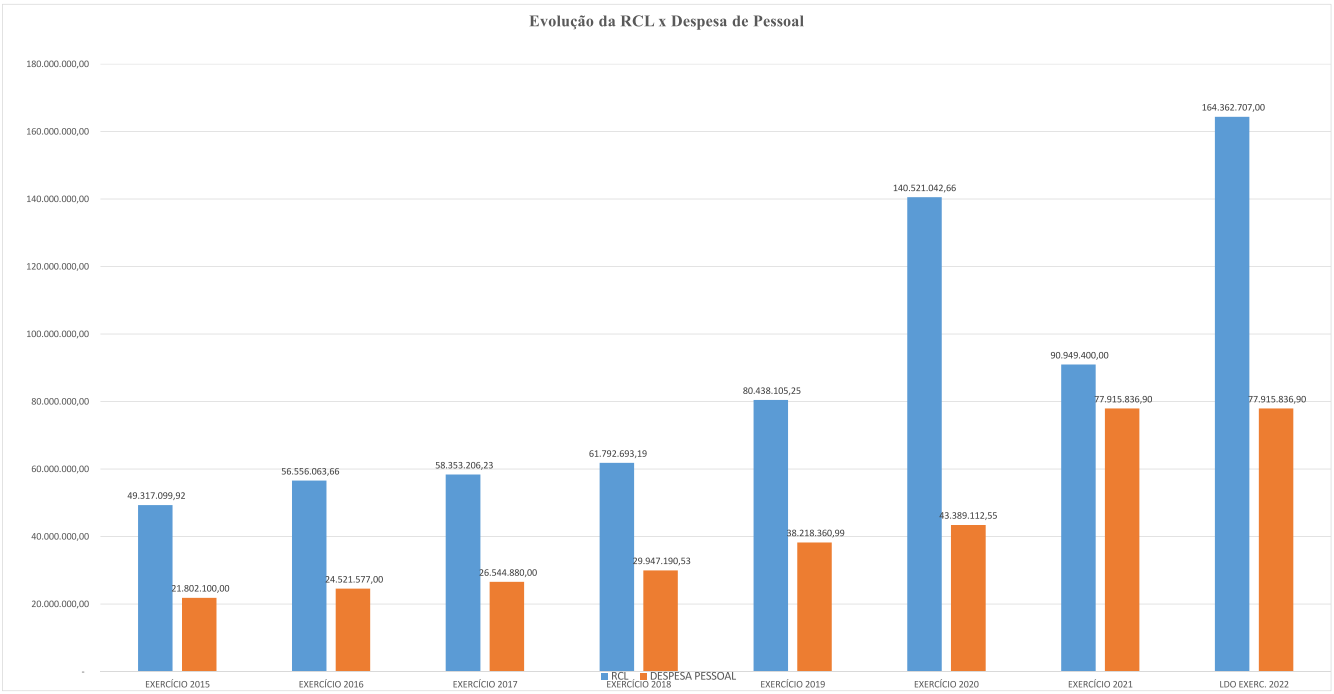
Assessoria Especial	DAS I	1	1	0
Controladoria do Sistema de Controle Interno	DAS I	1	1	0
Assessor de Assuntos Estratégicos	DAS III	1	1	0
Secretaria Adjunta Executivo e Ouvidoria	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Gabinete	DAS IV	1	0	1
Coordenadoria do Sistema de Controle Interno	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria de Gabinete	DAS VII	1	0	1
Departamento de Gabinete	DAI I	1	0	1
Assistente de Gabinete	DAI III	1	0	1
Subtotal		**11**	**06**	**05**
Secretaria Municipal de Governo e Planejamento	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Governo e Planejamento	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Convênios	DAS IV	1	1	0
Gestor de Tecnologia da Informação e Segurança de Dados	DAS V	1	1	0
Supervisão de Tecnologia da Informação	DAS VI	1	0	1
Coordenadoria de Prestação de Contas	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria Técnica e Engenharia	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Tecnologia da Informação	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Topografia	DAS VII	1	1	0
Departamento de Convênios	DAI I	1	1	0
Subtotal		**10**	**09**	**01**
Secretaria Municipal de Administração	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Administração	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Recursos Humanos	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Recursos Humanos	DAS VI	1	1	0
Supervisão do Fapema	DAS VI	1	1	0
Supervisão Executiva do Procon	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Frotas	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Patrimônio	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Recursos Humanos	DAS VII	1	1	0
Departamento de Administração	DAI I	1	1	0
Divisão de Atendimento Orientação e Educação ao Consumidor	DAI II	1	1	0
Divisão de Fiscalização do Procon	DAI II	1	0	1
Assistente de Administração	DAI III	1	0	1
Assistente de Frotas	DAI III	1	1	0
Assistente de Recursos Humanos	**DAI III**	**1**	**0**	**1**
Subtotal		**15**	**12**	**03**
Secretaria Municipal de Finanças	**DS**	**1**	**1**	**0**
Assessoria de Orçamento Público	DAS II	1	1	0
Secretaria Adjunta de Finanças	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Tributos	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Licitação e Compras	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Orçamento Público	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta Contábil	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Licitação	DAS VII	1	1	0
Supervisão de Compras	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Contratos e Processos	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Orçamento e Controle	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Informações Contábeis	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Licitação	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Compras	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Orçamento e Compras	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Almoxarifado e Controle	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Tributos	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Finanças	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Arquivo Financeiro	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Contabilidade	DAS VII	1	1	0
Departamento de Licitação	DAI I	1	1	0
Departamento de Compras	DAI I	1	1	0
Departamento de Almoxarifado	DAI I	1	1	0
Departamento de Tributos	DAI I	1	1	0
Divisão de Cadastro	DAI II	1	1	0
Divisão de Fiscalização	DAI II	1	1	0
Subtotal		**26**	**26**	**0**
Secretaria Municipal de Assistência Social	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Assistência Social	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Benefícios Previdenciários e Assistências	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Programas Especiais	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Trabalho e Emprego	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria do CRAS	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Apoio ao Idoso	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria do CREAS Alta Complexidade	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria do CREAS Media Complexidade	DAS VII	1	1	0
Departamento de Benefícios Previdenciários e Assistências	DAI I	1	1	0
Departamento de Programas Especiais	DAI I	1	1	0

Departamento de Programas Sociais	DAI I	1	1	0
Departamento de Apoio a Alta Complexidade	DAI I	1	1	0
Departamento de Conselhos	DAI I	1	1	0
Departamento de Habitação	DAI I	1	1	0
Departamento Administrativo de Ação Social	DAI I	1	1	0
Departamento de Controle Administrativo	DAI I	1	1	0
Divisão de Benefícios Previdenciários e Assistências	DAI II	1	0	1
Divisão de Programas Especiais	DAI II	1	0	1
Divisão de Programas Sociais	DAI II	1	1	0
Divisão de Apoio ao Idoso	DAI II	1	1	0
Divisão de Orientação Social	DAI II	1	1	0
Divisão de Orientação Social da Média Complexidade	DAI II	1	0	1
Divisão de Apoio a Assistência Social	DAI II	1	0	1
Assistente de Benefícios Previdenciários e Assistências	DAI III	1	0	1
Assistente de Programas Especiais	DAI III	1	1	0
Assistente de Programas Sociais do CRAS	DAI III	1	1	0
Assistente de Apoio ao Idoso	DAI III	1	0	1
Assistente de Programas Sociais Alta Complexidade	DAI III	1	0	1
Assistente de Programas Sociais	DAI III	1	1	0
Subtotal		**30**	**22**	**08**
Secretaria Municipal de Educação - Administrativo	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Transporte Escolar	DAS IV	1	1	0
Coordenadoria de Transporte Escolar	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Informática	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Administração	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Compras e Orçamento da SME	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Programas Federais Educacionais	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Alimentação Escolar	DAS VII	1	1	0
Departamento de Transportes Escolar	DAI I	1	1	0
Departamento de informática nas escolas	DAI I	1	1	0
Departamento de Administração	DAI I	1	1	0
Departamento de Alimentação Escolar	DAI I	1	1	0
Departamento de Compras e Orçamento	DAI I	1	1	0
Divisão de Transporte Escolar	DAI II	1	1	0
Divisão de Informática	DAI II	1	1	0
Divisão de Conselhos	DAI II	1	0	1
Divisão de Almoxarifado e Patrimônio	DAI II	1	0	1
Divisão de Administração	DAI II	1	0	1
Divisão de Alimentação Escolar	DAI II	1	1	0
Subtotal		**19**	**16**	**03**
Secretaria Municipal de Educação - Pedagógico	**-**		**0**	
Supervisão Pedagógica	DAP 01	1	1	0
Diretor Pedagógico das Escolas do Campo	DAP 02	1	1	0
Coordenadoria Pedagógico do Campo	DAP 03	1	0	1
Coordenadoria Pedagógica de Anos Finais	DAP 03	1	0	1
Coordenadoria Pedagógica de Anos Iniciais	DAP 03	1	0	1
Coordenadoria Pedagógica de Educação Infantil	DAP 03	1	0	1
Coordenadoria Psicopedagógico	DAP 03	1	0	1
Coordenadoria Pedagógica de Ensino Superior	DAP 03	1	0	1
Secretária das Escolas de Campo	DAP 04	1	1	0
Secretária do Ensino Superior	DAP 04	1	0	1
Subtotal		**10**	**03**	**07**
Secretaria Municipal de Infraestrutura	**DS**	**1**	**1**	**0**
Assessoria de Infraestrutura Distrital	DAS III	1	1	0
Assessoria de Infraestrutura Rodoviário	DAS III	1	0	1
Secretaria Adjunta de Saneamento Básico	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Rodovias	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Serviços Urbanos	DAS IV	1	1	0
Supervisão Operacional	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Pontes	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Abastecimento	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Frotas da SINFRA	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria Técnica de Agua e Esgoto	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria Operacional de Agua e Esgoto	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria de Manutenção de Máquinas	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Compras e Orçamento da SINFRA	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Gestão e Controle	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Aeroporto	DAS VII	1	1	0
Departamento de Água e Esgoto	DAI I	1	1	0
Departamento de Serviços Urbanos	DAI I	1	0	1
Departamento de Frotas e Almoxarifado	DAI I	1	1	0
Departamento Municipal de Transito	DAI I	1	0	1
Departamento de Iluminação Publica	DAI I	1	1	0
Divisão Operacional de Esgoto	DAI II	1	1	0
Divisão Operacional de Água	DAI II	1	1	0
Divisão de Serviços Urbanos	DAI II	1	0	1

Divisão de Almoxarifado	DAI II	1	0	1
Divisão de Limpeza Pública	DAI II	1	0	1
Assistente de Serviços Urbanos	DAI III	1	0	1
Assistente de Gestão e Controle	DAI III	1	0	1
Subtotal		**28**	**18**	**10**
Secretaria Municipal de Saúde	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Saúde	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Convênios e Compras	DAS IV	1	1	0
Secretaria Adjunta de Média e Alta Complexidade	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Vigilância Sanitária	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Gestão Administrativa	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Responsabilidade Técnica Hospitalar	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Gestão Administrativa	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Vigilância em Saúde	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Saúde em Família	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Administração Hospitalar	DAS VII	1	1	0
Departamento de Gestão Administrativa	DAI I	1	1	0
Departamento de Administração de UBS Distrito	DAI I	**1**	**0**	**1**
Departamento de Abastecimento	DAI I	1	1	0
Departamento de Manutenção e Frotas	DAI I	1	1	0
Departamento de Vigilância Sanitária	DAI I	1	1	0
Departamento de Endemias	DAI I	1	1	0
Departamento de Saúde da Família	DAI I	1	1	0
Departamento Clínico Hospitalar	DAI I	1	1	0
Divisão Técnica Hospitalar	DAI II	1	1	0
Subtotal		**20**	**19**	**01**
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	**DS**	**1**	**1**	**0**
Supervisão de Mecanização Agrícola	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Gestão Econômica	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Mecanização Agrícola	DAS VII	1	1	0
Departamento de Agricultura Familiar	DAI I	1	1	0
Divisão de Apoio de Gestão	DAI II	1	1	0
Assistente de Gestão	DAI III	1	0	1
Subtotal		**07**	**06**	**01**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	**DS**	**1**	**1**	**0**
Secretaria Adjunta de Meio Ambiente	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Meio Ambiente	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Fiscalização de Meio Ambiente	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Meio Ambiente	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria de Fiscalização de Meio Ambiente	DAS VII	1	1	0
Departamento de Meio Ambiente	DAI I	1	0	1
Departamento de Fiscalização de Meio Ambiente	DAI I	1	1	0
Subtotal		**08**	**06**	**02**
Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade	**DS**	1	1	0
Secretaria Adjunta de Desenvolvimento da Cidade	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Desenvolvimento da Cidade	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Regularização Fundiária	DAS VI	1	1	0
Supervisão de Habitação	**DAS VI**	**1**	**1**	**0**
Coordenadoria de Industria e Comercio	**DAS VII**	**1**	**1**	**0**
Coordenadoria de Desenvolvimento da Cidade	DAS VII	1	0	1
Coordenadoria de Obras e Posturas	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Terras	DAS VII	1	1	0
Departamento de Desenvolvimento da Cidade	DAI I	1	0	1
Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas	DAI I	1	1	0
Junta de Serviço Militar	DAI II	1	1	0
Unidade Municipal de Cadastro	DAI II	1	1	0
Subtotal		**13**	**11**	**02**
Secretaria Municipal de Turismo Esportes e Cultura	**DS**	1	1	0
Secretaria Adjunta de Esportes	DAS IV	1	1	0
Supervisão de Cultura	DAS VI	1	1	0
Coordenadoria de Esportes	DAS VII	1	1	0
Coordenadoria de Turismo o Cultura	DAS VII	1	1	0
Subtotal		**05**	**05**	**00**
Total		**202**	**155**	**47**

GABINETE DA PREFEITA
PROJEÇÃO DE IMPACTO DE FOLHA - MEM 295 SEMAD ATO 098

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71



ARIPUANÃ, 06/09/2022

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	Em R$										
Especificação	**ago/21**	**set/21**	**out/21**	**nov/21**	**dez/21**	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**
1 Receitas Correntes	**12.763.190,10**	**13.267.592,44**	**14.732.038,06**	**12.461.555,42**	**15.719.710,73**	**13.029.998,39**	**10.945.611,26**	**12.363.521,76**	**12.934.528,06**	**17.024.037,57**	**14.847.000,50**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**2.871.166,77**	**4.762.830,73**	**4.231.357,29**	**3.756.316,59**	**4.085.528,07**	**4.776.969,10**	**2.370.010,37**	**2.736.807,07**	**3.384.575,68**	**4.017.865,19**	**3.554.037,93**
IPTU	198.257,32	146.655,61	119.660,51	90.268,47	73.659,69	59.771,07	65.692,90	79.801,30	63.062,29	217.304,07	433.074,99
IRRF	22.676,84	316.268,43	163.634,40	28.840,37	450.862,91	51.594,21	167.478,64	82.937,69	671.419,02	718.088,73	423.626,17
ISSQN	2.524.715,63	4.119.043,63	3.645.048,11	3.517.885,99	3.447.108,16	4.613.712,46	1.976.827,67	2.177.467,51	2.416.911,83	2.723.185,33	2.505.965,85
ITBI	65.019,49	118.819,21	247.656,81	78.009,94	75.203,51	22.414,79	69.018,82	127.121,53	59.458,47	199.247,25	112.892,49
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.497,49	62.043,85	55.357,46	41.311,82	38.693,80	29.476,57	90.992,34	269.479,04	173.724,07	160.039,81	78.478,43
1.2 CONTRIBUIÇÕES	**251.379,27**	**235.781,00**	**386.065,90**	**232.407,68**	**1.044.445,83**	**25.183,17**	**213.284,56**	**379.851,07**	**357.620,34**	**983.246,90**	**566.160,02**
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	**298.324,41**	**342.959,76**	**433.124,59**	**572.076,18**	**755.271,88**	**969.631,26**	**773.543,56**	**988.422,66**	**868.255,60**	**1.236.354,81**	**975.829,27**
Outras Receitas Patrimoniais	1.792,63	2.385,80	2.131,72	703,93	943,93	703,93	1.129,16	2.140,50	1.989,16	5.961,10	7.053,48
Rend. Aplic. Fin.	296.531,78	340.573,96	430.992,87	571.372,25	754.327,95	968.927,33	772.414,40	986.282,16	866.266,44	1.230.393,71	968.775,79
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	**276.627,88**	**243.223,28**	**263.255,30**	**177.957,40**	**269.652,58**	**216.482,43**	**211.632,41**	**208.893,78**	**199.562,38**	**231.905,74**	**258.284,99**
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**9.055.201,13**	**7.666.611,99**	**9.402.435,72**	**7.592.979,21**	**9.537.113,91**	**7.018.141,56**	**7.350.356,07**	**8.031.761,33**	**8.046.962,51**	**10.407.356,76**	**9.462.264,43**
FPM	1.216.699,09	955.519,31	1.064.767,37	1.382.841,77	1.435.352,92	1.430.173,28	1.996.401,28	1.210.299,49	1.434.633,44	1.595.886,55	1.493.256,40
FUNDEB	2.050.197,80	1.904.254,96	2.432.825,23	2.165.355,47	2.067.534,12	1.831.710,47	1.875.357,80	2.000.574,34	1.738.601,08	2.273.060,47	2.007.765,19
ICMS	2.640.534,07	2.489.475,34	3.107.950,97	2.733.782,82	2.535.433,49	2.343.775,22	2.164.517,49	2.696.499,82	2.075.829,27	2.883.133,08	2.539.873,15
IPI	12.854,38	18.541,29	19.279,13	18.050,08	18.014,67	18.554,80	13.011,37	4.676,16	25.340,59	9.833,70	11.277,85
IPVA	163.623,84	160.209,83	160.162,61	148.581,13	140.860,47	165.462,01	143.590,62	258.459,39	254.831,62	343.161,75	298.144,84
ITR	9.519,40	84.184,20	414.931,62	48.509,00	89.960,10	75.743,15	53.230,04	56.566,66	52.073,70	48.983,14	54.822,18
Outras Transferências Correntes	2.961.772,55	2.054.427,06	2.202.518,79	1.095.858,94	3.249.958,14	1.152.722,63	1.104.247,47	1.804.685,47	2.465.652,81	3.253.298,07	3.057.124,82
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**10.490,64**	**16.185,68**	**15.799,26**	**129.818,36**	**27.698,46**	**23.590,87**	**26.784,29**	**17.785,85**	**77.551,55**	**147.308,17**	**30.423,86**
(-) DEDUÇÕES	**-242.014,11**	**-239.888,82**	**-238.179,28**	**-236.515,50**	**-685.732,32**	**-16.085,09**	**-217.392,38**	**-384.376,19**	**-362.145,46**	**-590.453,43**	**-1.172.286,47**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-6.604,93**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-237.906,29**	**-235.781,00**	**-234.071,46**	**-232.407,68**	**-679.127,39**	**-11.977,27**	**-213.284,56**	**-379.851,07**	**-357.620,34**	**-367.238,36**	**-367.761,35**
Rend. Investimentos RPPS - Res. Consulta TCE-MT 19/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-218.689,95**	-
Transf. obrig. da União relat. emendas individuais e de bancada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-800.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**12.521.175,99**	**13.027.703,62**	**14.493.858,78**	**12.225.039,92**	**15.033.978,41**	**13.013.913,30**	**10.728.218,88**	**11.979.145,57**	**12.572.382,60**	**16.433.584,14**	**13.674.714,03**

Fonte: Dados enviados ao Tribunal de Contas

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	Em R$										
Despesa com Pessoal	**ago/21**	**set/21**	**out/21**	**nov/21**	**dez/21**	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**
1 DESPESA BRUTA COM PESSOAL	**3.596.025,27**	**3.993.851,28**	**3.838.170,89**	**3.619.274,01**	**7.931.272,12**	**3.745.156,03**	**6.560.852,07**	**6.072.722,98**	**6.368.675,46**	**6.298.035,65**	**6.291.470,26**
1.1 Pessoal Ativo	**3.191.046,37**	**3.265.540,99**	**3.261.247,38**	**3.258.951,01**	**6.690.376,47**	**3.216.609,52**	**5.707.719,73**	**5.261.632,01**	**5.476.057,11**	**5.522.561,47**	**5.487.544,33**
1.1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.836.325,69	2.903.766,92	2.894.667,65	2.893.587,51	6.031.878,48	2.949.702,66	4.859.747,58	4.753.025,39	4.827.881,65	4.872.002,50	4.833.279,48
1.1.2 Obrigações Patronais	354.720,68	361.774,07	366.579,73	365.363,50	658.497,99	266.906,86	847.972,15	508.606,62	648.175,46	650.558,97	654.264,85
1.2 Pessoal Inativo e Pensionista	**215.438,38**	**217.885,50**	**218.329,32**	**222.325,99**	**435.444,20**	**278.946,51**	**315.028,71**	**298.813,41**	**303.028,56**	**307.107,28**	**309.611,68**
1.2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas	188.712,86	192.259,98	192.703,80	193.400,47	382.980,71	249.547,66	278.650,79	264.382,80	268.707,04	272.785,76	275.290,16
1.2.2 Pensões	26.725,52	25.625,52	25.625,52	28.925,52	52.463,49	29.398,85	36.377,92	34.430,61	34.321,52	34.321,52	34.321,52
1.3 Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	**56.733,56**	**279.700,12**	**154.600,20**	**33.126,72**	**492.880,00**	**212.400,00**	**244.900,00**	**279.612,60**	**372.972,60**	**244.912,60**	**269.712,60**
1.4 Outras Despesas com Pessoal - TCE-MT	**132.806,96**	**230.724,67**	**203.993,99**	**104.870,29**	**312.571,45**	**37.200,00**	**293.203,63**	**232.664,96**	**216.617,19**	**223.454,30**	**224.601,65**
1.4.2 Possibilidade de serem consideradas	132.806,96	230.724,67	203.993,99	104.870,29	312.571,45	37.200,00	293.203,63	232.664,96	216.617,19	223.454,30	224.601,65
2 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	**-215.438,38**	**-217.885,50**	**-218.329,32**	**-222.325,99**	**-435.444,20**	**-278.946,51**	**-315.028,71**	**-298.813,41**	**-303.028,56**	**-307.107,28**	**-309.611,68**

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

2.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0	0	0	0	0	-15.242,71	0	0	0	0	0
2.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-215.438,38	-217.885,50	-218.329,32	-222.325,99	-435.444,20	-263.703,80	-315.028,71	-298.813,41	-303.028,56	-307.107,28	-309.611,68
3 Dedução IRRF - Res. Consulta TCE-MT 19/2017 (até 2018)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	3.380.586,89	3.775.965,78	3.619.841,57	3.396.948,02	7.495.827,92	3.466.209,52	6.245.823,36	5.773.909,57	6.065.646,90	5.990.928,37	5.981.858,58

RESUMO			
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA	DIFERENÇA PARA OS LIMITES
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	160.013.704,50		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	60.970.206,04	36,77%	
LIMITE MÁXIMO - (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	86.407.400,43	54,00%	25.437.194,39
LIMITE PRUDENCIAL - (parágrafo único do art. 22 da LRF)	82.087.030,41	51,30%	21.116.824,37
LIMITE DE ALERTA - (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	77.766.660,39	48,60%	16.796.454,35
SITUAÇÃO	ABAIXO DOS LIMITES		

Fonte: Dados enviados ao Tribunal de Contas

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO IMPACTO

Metodologia: 30/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
TDE	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 138 Metodologia: 30	**21.261,15**

Metodologia: 31/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de Desenvolvimento Educacional	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 139 Metodologia: 31	**21.261,15**

Metodologia: 32/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
CUIDADORA	1	2.890,25	0%	2.890,25	21.185,53	4.448,96	25.634,49
						Impacto 140 Metodologia: 32	**25.634,49**

Metodologia: 33/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de enfermagem	2	2.890,25	R$ 242,40	3.132,65	45.924,65	9.644,18	55.568,83
						Impacto 141 Metodologia: 33	**55.568,83**

Metodologia: 34/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente de Endemias	1	2.080,40	R$ 242,40	2.322,80	17.026,12	2.383,66	19.409,78
						Impacto 141 Metodologia: 34	**19.409,78**

Metodologia: 35/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Adiconal	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor de Pedagogia	1	3.712,44	R$ -	3.712,44	23.499,75	3.289,96	26.789,71
						Impacto 142 Metodologia: 34	**26.789,71**

Metodologia: 36/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Assistente Social	1	8.096,17	R$ 242,40	8.338,57	52.783,15	7.389,64	60.172,79
Nutricionista	1	4.393,18	R$ 242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Psicológo	1	4.393,18	R$	242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27
Psicológo	1	2.330,98	R$	242,40	2.573,38	16.289,50	2.280,53	18.570,02
							Impacto 143 Metodologia: 36	145.645,36

Metodologia: 37/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técinco em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	13.903,21	1.946,45	15.849,66
						Impacto 144 Metodologia: 37	15.849,66

Metodologia: 38/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 071/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Motorista	14	4.046,00		4.046,00	358.556,52	75.296,87	433.853,39
Zelador de Pátio	3	2.330,77		2.330,77	44.261,32	9.294,88	53.556,20
Zelador	13	2.080,80		2.080,80	171.229,03	35.958,10	207.187,13
Merendeira	11	2.080,80		2.080,80	144.886,10	30.426,08	175.312,19
Professor Pegagogia	7	3.712,44		3.712,44	164.498,22	34.544,63	199.042,84
Professor Letras	1	3.712,44		3.712,44	23.499,75	4.934,95	28.434,69
Nutricionista	1	6.358,00		6.358,00	40.246,14	8.451,69	48.697,83
Engenheiro Civil	1	7.977,09		7.977,09	50.494,98	10.603,95	61.098,93
						Impacto 145 Metodologia: 38	1.207.183,19

Metodologia: 39/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador	3	2.080,80		2.080,80	39.514,39	8.298,02	47.812,41
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 146 Metodologia: 39	104.681,80

Metodologia: 40/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 147 Metodologia: 40	74.721,45

Metodologia: 41/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor Pegagogia	4	3.712,44		3.712,44	93.998,98	19.739,79	113.738,77
Zeladora	5	2.080,80		2.080,80	65.857,32	13.830,04	79.687,36
Merendeira	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	51.222,36	10.756,70	61.979,06
						Impacto 148 Metodologia: 41	271.342,65

Metodologia: 42/2022

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Zeladora	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
						Impacto 149 Metodologia: 42	**33.789,54**
Metodologia: 43/2022							
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Técinco em tecnologia da informação - TI	1	2.774,40		2.774,40	14.787,55	2.070,26	16.857,81
						Impacto 150 Metodologia: 43	**16.857,81**
Metodologia: 44/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022 - ATOS CONVOCATÓRIOS 086 E 087/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
Técnico em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	11.706,81	2.458,43	14.165,24
						Impacto 151 Metodologia: 44	**41.004,65**
Metodologia: 45/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 089/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.712,44		3.712,44	19.787,31	4.155,33	23.942,64
						Impacto 152 Metodologia: 45	**23.942,64**
Metodologia: 46/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 e 001/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 090 e 091/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Agente Comunitário de Saúde	5	2.424,13	R$ 242,40	2.666,53	71.063,02	14.923,24	85.986,26
						Impacto 153 Metodologia: 46	**85.986,26**
Metodologia: 47/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	39.574,61	8.310,67	47.885,28
Zeladora	3	2.080,80		2.080,80	33.271,99	6.987,12	40.259,11
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
						Impacto 154 Metodologia: 47	**114.983,80**
Metodologia: 48/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	43.130,36	9.057,38	52.187,74
						Impacto 155 Metodologia: 48	**52.187,74**
Metodologia: 49/2022							

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Professor Pegagogia	3	3.712,44		3.712,44	59.361,92	12.466,00	71.827,92
Zeladora	1	2.330,77		2.330,77	12.423,00	2.608,83	15.031,83
						Impacto 156 Metodologia: 49	**86.859,75**

Metodologia: 50/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 098/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Agente de Fiscalização Ambiental	1	2.500,00		2.500,00	13.325,00	2.798,25	16.123,25
						Impacto 157 Metodologia: 50	**16.123,25**

Gastos de Pessoal últimos 12 meses	1.552.634
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.940.899
Outras Despesas de Pessoal - TCE	**3.494.598,49**
Total geral de Gastos com Pessoal acumulado 12 meses	**60.970.206,04**
Impactos Previstos para o Exercicio de 2022	
Crescimento Vegetativo PCR 0,8% (Elevação de Nível, Mudança de Classe, Licença Prêmios, Etc.)	363.520,22
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022	**25.634,49**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022	**55.568,83**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 034/2022	**19.409,78**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 035/2022	**26.789,71**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 036/2022	**145.645,36**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 037/2022	**15.849,66**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 0712022	**1.207.183,19**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022	**104.681,80**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022	**74.721,45**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022	**271.342,65**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022	**33.789,54**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público 001/2019 - Metodologia 43/2022	**16.857,81**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 086 e 087/2022	**41.004,65**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 089/2022	**23.942,64**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2020 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 090 e 091/2022	**85.986,26**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022	**114.983,80**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022	**52.187,74**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022	**86.859,75**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022	**16.123,25**
Sub Total de Alterações de 2022	**2.824.604,88**
Previsão Total de Gastos - Exercício 2022 (impacto mês)	**1.489.979,07**

Apuração do Cumprimento do Limite Legal - Projeção 2022					
Item	**Valor**			**% s/ RCL**	**Situação**

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	164.362.707,00				REGULAR
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	77.915.836,90			47,40%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. -20 da LRF) - 54%	88.755.862			54,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	84.318.069			51,30%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	79.880.276			48,60%	

Para a apuração da previsão despesa para o exercício de 2022, foram levadas em consideração o valor da despesa de 2021 mais as variações previstas para 2022.

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

PROJEÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL

	REALIZADO							Projetada					
	Despesa Liquida												
Descrição por elemento de despesa	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**nov/22**	**dez/22**	**Total**
Pessoal Contratado	433.099,63	969.120,30	1.038.429,18	1.003.774,74	1.130.562,03	1.037.749,26	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	2.161.118,56	13.176.650,10
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.505.725,74	3.879.543,12	3.703.230,70	3.742.049,59	3.719.601,72	3.784.421,25	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	8.418.290,89	48.885.342,31
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	266.906,86	847.972,15	508.606,62	648.175,46	650.558,97	645.270,03	660.399,61	660.399,61	660.399,61	660.399,61	660.399,61	1.452.879,14	8.322.367,28
Sentenças Judiciais	15.242,71		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit	10.729,78	10.936,65	11.218,00	231,70	21.691,26	10.961,48	10.961,48	14.538,07	12.153,68	12.551,08	13.080,94	28.778,07	157.832,19
Total Despesa Pessoal	**3.231.704,72**	**5.707.572,22**	**5.261.484,50**	**5.394.231,49**	**5.522.413,98**	**5.478.402,02**	**5.578.416,23**	**5.581.992,82**	**5.579.608,43**	**5.580.005,83**	**5.580.535,69**	**12.061.066,67**	**70.557.434,60**
Despesas com Tercerizações	212.400,00	244.900,00	279.612,60	372.972,60	244.912,60	269.712,60	295.865,93	270.163,71	270.163,71	270.163,71	270.163,71	270.163,71	3.271.194,89
Outras Despesas de Pessoal - TCE	37.200,00	293.203,63	232.664,96	216.617,19	223.454,30	224.601,65	233.522,51	227.192,82	227.192,82	227.192,82	227.192,82	227.192,82	2.597.228,34
Total Despesa Tercerizações	**249.600,00**	**538.103,63**	**512.277,56**	**589.589,79**	**468.366,90**	**494.314,25**	**529.388,44**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**5.868.423,23**
TOTAL ORÇADO	**3.481.304,72**	**6.245.675,85**	**5.773.762,06**	**5.983.821,28**	**5.990.780,88**	**5.972.716,27**	**6.107.804,67**	**6.079.349,35**	**6.076.964,96**	**6.077.362,36**	**6.077.892,22**	**12.558.423,20**	**76.425.857,83**

* As despesas de janeiro a julho foram informadas pelo valor liquidado no respectivo período. Para os meses de Agosto a dezembro foram projetadas a média dos ultimos 3 meses.
* Projeção de despesa de Pessoal somente dados da Prefeitura Municipal.

	REALIZADO												
RCL	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
Receita Corrente Liquida Exerc. 2021	12.626.188,82	9.349.793,30	11.681.108,17	12.081.824,37	13.766.236,50	10.721.116,09	13.058.810,73	12.521.175,99	13.027.703,62	14.493.858,78	12.225.039,92	15.033.978,41	150.586.834,70
RCL - Prevista para o Exercício 2022	13.013.913,30	10.728.218,88	11.979.145,57	12.572.382,60	16.071.463,67	13.674.714,03	14.309.989,26	13.397.658,31	13.939.642,87	15.508.428,89	13.080.792,71	16.086.356,90	164.362.707,00
Variação RCL 2022 / 2021	3,1%	14,7%	2,6%	4,1%	16,7%	27,5%	9,6%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	9,1%

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE

Descrição por elemento de despesa	Valor orçado 2022	Valor orçado 2023	Valor orçado 2024	Valor orçado 2025
3.1.71.70 Rateio p/ Particip. Consórcio Publ.	2.000,00	2.052,00	2.052,00	2.144,34
3.1.90.01 Aposentadorias, Reserva Remun./Reformas	2.900.000,00	3.172.000,00	3.172.000,00	3.314.740,00
3.1.90.03 Pensões RPPS/Militar	400.000,00	428.000,00	428.000,00	447.260,00
3.1.90.04 Contratação p/ Tempo Determ.	9.491.293,00	8.774.071,51	8.949.552,94	9.352.282,82
3.1.90.11 Vencim./Vant. Fixas – P. Civil	38.200.816,25	40.672.523,39	42.170.848,66	44.068.536,85
3.1.90.13 Obrigações Patronais	3.909.312,00	3.840.093,84	3.916.895,72	4.093.156,03
3.1.90.94 Indeniz. e Rest. Trabalhistas	2.000,00	2.140,00	2.182,80	2.281,03
3.1.90.96 Ressarc. Desp. Pessoal Requisitado	162.000,00	173.340,00	176.806,80	184.763,11
3.1.91.13 Obrigações Patronais	6.055.896,42	6.387.764,17	6.515.519,45	6.808.717,83
3.1.91.91 Sentenças Judiciais	35.000,00	35.390,00	35.790,14	37.400,70
3.1.91.93 Indeniz. e Restituicoes	5.500,00	5.665,00	5.798,38	6.059,31
TOTAL ORÇADO	**61.163.817,67**	**63.493.039,91**	**65.375.446,89**	**68.317.342,00**
O Orçamento previsto para 2022 e demais, necessitará de remanejamento para atender as despesas previstas com pessoal.				

Despesa Liquidada Até julho/2022	
Descrição por elemento de despesa	**Valor**
Pessoal Contratado	6.693.294,42
Vencimentos e Vantagens Fixas	25.161.067,98
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	4.227.889,70
Sentenças Judiciais	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	76.730,35
Despesas com Tercerizações	1.920.376,33
Outras Despesas de Pessoal - TCE	1.461.264,24
TOTAL DESPESA	**39.555.865,73**

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL

Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa.	Exerc. 2022	Exerc. 2023	Exerc. 2024	Exerc. 2025
Pessoal Contratado	13.176.650,10	14.099.015,61	15.085.946,70	15.840.244,03
Vencimentos e Vantagens Fixas	48.885.342,31	52.307.316,27	55.968.828,41	58.767.269,83
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	8.322.367,28	8.904.932,99	9.528.278,30	10.004.692,22

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Sentenças Judiciais	15.242,71	16.309,70	17.451,38	18.323,95
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	157.832,19	168.880,45	180.702,08	189.737,18
Despesas com Tercerizações	3.271.194,89	2.743.800,00	2.743.800,00	2.743.800,00
Outras Despesas de Pessoal - TCE	2.597.228,34	1.621.451,63	1.621.451,63	1.621.451,63
Impacto por Movimentacao do PCCS e Convocações Processos	**1.489.979,07**	**1.564.478,03**	**1.642.701,93**	**1.724.837,02**
Total das despesas	**77.915.836,90**	**81.426.184,68**	**86.789.160,43**	**90.910.355,87**
Variação		4,51%	6,59%	

Nota Explicativa 01:

Para apuração da previsão de gastos com pessoal no exercício de 2022, foram informados os gastos reais de janeiro a juLho/2022 e projetado o gastos de agosto a dezembro, considerando 13º e Férias, acrescido as movimentações/alterações prevista para dezembro de 2022. Para os demais exercicios foram projetados um crescimento de 7% para as despesas de pessoal exceto tercerizados.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento	**Exerc. 2022**	**Exerc. 2023**	**Exerc. 2024**	**Exerc. 2025**
Previsão da RCL (Receita Corrente Líquida)	164.362.707,00	175.868.096,49	188.178.863,24	201.351.383,67
Percentual de aumento em relação ao Ano Anterior:	0	7%	7%	
Indíce de Gastos Com Pessoal	**47,40%**	**46,30%**	**46,12%**	**45,15%**
Situação	**Regular**	**Regular**	**Regular**	**Regular**

Nota Explicativa 02:

Considerando o crescimento da RCL para o exercício dos ultimos 12 meses, passamos a apurar a previsão de gastos com base na projeção de arrecadação e não mais pelo valor previsto na LDO2022. A metodologia do valor apurado foi a seguinte: Soma dos valores arrecadado de janeiro a julho e acrescido 7% sobre os valores arrecadados nos respectivos meses do exercicio de 2021

Nota Explicativa 03:

A diminuição da RCL para os próximos exercícios 2022, 2023 e 2024 comparado a arrecadação de 2020, refere-se a recursos recebido relativo a Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal e recursos destinados ao atendimento da Covid-19, entretanto não a previsão destes montantes para os proximos exercicios, com isso houve variação negativa.

ARIPUANÃ/MT, 06/09/2022.

ASSEORP

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CONVOCAÇÃO MEMORANDO Nº 095/2022 - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2080 -GESTÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL						
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1	2.500,00	3.025,00	16.123,25	18.139,41	19.046,38
TOTAL	**1**	**2.500,00**	**3.025,00**	**16.123,25**	**18.139,41**	**19.046,38**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

DEMONSTRATIVO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA SUFICIENTE PARA ATENDER ÀS PROJEÇÕES DE DESPESA DE PESSOAL 1, § 1º DO ART. 169 DA CF INCISO

QUADRO II

ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA LOA 2178/2021

AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	VAGAS	DESPESA FIXADA PARA 2022	* TOTAL DO ATO + DESPESA DE PESSOAL EM CURSO	DÉFICIT/SALDO
2080 - GESTÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	1.500.000.000	3190.0400/3190.1300	1	43.510,27	371.242,69	- 327.732,42
					371.242,69	
					-	

O MONTANTE APURADO CARACTERIZA UM IMPACTO REAL, SENDO AS CONTRATAÇÕES A TITULO DE CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020 , CONFORME MEMORANDO Nº 295/2022/SEMAD ONDE ANÁLISE DO IMPACTO EVIDENCIA QUE AS FONTES DE DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTARIA -2178/2021 - ABSORVE INTEGRALMENTE O IMPACTO GERADO PELO PROCESSO SELETIVO PRETENDIDO, HAVENDO NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIA QUANTO AS CONVOCAÇÕES PRETENDIDAS. CONFORME EVIDENCIADO NO QUADRO II, ELEMENTO 3190.0400/3190.1300.

Aripuanã, 06 de setembro de 2.022.

Sonia A. Ortega Guerino
SAORP
Port. 13.807/2022

1

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 098/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020, PARA CADASTRO RESERVA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam convocados o candidato abaixo relacionado aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, para cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais** para comparecer na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º - No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2020 do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 02 de setembro de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

LOCALIDADE / CARGO / NOME

Secretaria Municipal de Saúde				
Seq.	Inscrição	Nome	Cargo	Resultado
01	475787	Alex Gustavo Pillon	Agente de Fiscalização Ambiental - Sede do Município	1ª

JUSTIFICATIVA

Local	Cargo	Vagas	Valor Mensal	Insalubridade	Grat.	Dot.	Fonte	Justificativa
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Agente de Fiscalização Ambiental - Sede do Município	01	2.500,00	-	-	816	1.500	A Candidata aprovada no Processo Seletivo n. 002/2020 será lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando a necessidade de servidores para atender as demandas de fiscalização ambiental.

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 098/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 002/2020, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, nas secretarias municipais**, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 14 de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º140/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. **CINTHYA CAICARA DE MENESES**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. CINTHYA CAICARA DE MENESES, portadora do RG n.º 12861715 e do CPF n.º 982.902.311-72, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 2 CLASSE C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 16/08/2022 e término em 28/11/202 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00135P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 141/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. EDINA FABRICIO FERREIRA."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Sra. EDINA FABRICIO FERREIRA, portadora do RG n.º 1616196-3 e do CPF n.º 009.837.381-14, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS VII, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 30/08/2022 e término em 12/12/2022, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00136P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 142/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **EDIRLENE PEREIRA MARINS**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. EDIRLENE PEREIRA MARINS, portadora do RG n. º 12609102 e do CPF n.º 870.893.861-04, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO VI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 16/08/2022 e término em 30/08/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00137P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 143/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício SALÁRIO- MATERNIDADE à servidora Sra. NAYARA PEREIRA DA SILVA ."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 86, da Lei Complementar n.º 166 PLC Nº 014-2020, que versa acerca da reformulação do Estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **SALÁRIO-MATERNIDADE**, à servidora Sra. NAYARA PEREIRA DA SILVA, portadora do RG n.º 2210456-9 e CPF n.º 070.405.721-25, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL -TDE-N. PROF XIII B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 09/08/2022 e término em 04/02/2023, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.08.00138P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ARIPUANA - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 144/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Sr. **JORDAO OSOWSKI**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor Sr. JORDAO OSOWSKI, portador do RG n.º 24642525 e do CPF n.º 542.501.299-34, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS-RETROESCAVADEIRA-IX-A, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, com vencimentos integrais, a partir de 18/08/2022 e término em 02/03/2023, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022. 05.00139P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 145/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Sr. **JONAS FRANCISCO FORTUNATO**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor Sr. JONAS FRANCISCO FORTUNATO, portador do RG n. º 273.647 e do CPF n.º 240.632.151-72, residente e domiciliado neste município, efetivo no cargo de MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NAO PROFISSIONALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 10/09/2022 e término em 24/09/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00140P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 02/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 146/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. **SARA DA SILVA PONTES DOS SANTOS**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. SARA DA SILVA PONTES DOS SANTOS, portadora do RG n.º 16663918 e do CPF n.º 013.636.371-77, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de MERENDEIRA-NAO PROFISSIONALIZADO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 08/09/2022 e término em 22/09/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00141P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 08/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 147/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Sr. **FERNANDO RICARTE**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, ao servidor Sr. FERNANDO RICARTE, portador do RG n.º 1.665.383 e do CPF n.º 086.256.807-20, residente e domiciliado neste município, efe-

tivo no cargo de MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR NAO PROFISSIONALIZADO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 20/08/2022 e término em 18/09/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00142P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 08/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 148/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Sra. **LEIA TUBAROSKI**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. LEIA TUBAROSKI, portadora do RG n.º 29781078 e do CPF n.º 482.068.651-87, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de MERENDEIRA-PROFISSIONALIZADO-EXTINCAO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 14/09/2022 e término em 04/10/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00143P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 08/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.908/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69 **da Lei Orgânica Municipal;**

Considerando o Requerido no Protocolo nº 2046/2022 e Atestado Médico;

RESOLVE:

CONCEDER, licença por **01 (um) dia por motivo de doença em pessoa da família**, para o Servidor Sr. **ROGERSON DOUGLAS FRANÇA,**portador da Cédula de Identidade RG nº. 1403420-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n°. 999.043.811-00, ocupante do Cargo em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de **Assessor Especial** - **ASSESP, DAS – 01,** *lotado no Gabinete da Prefeita***, com remuneração**, tendo em vista o disposto no Art. 85, parágrafo 2º, da lei complementar nº. 001/99 – Estatuto do Servidor Público, conforme requerimento acompanhado de Atestado médico (anexo), a partir do dia 09/09/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA FINANÇAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 27º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2019 E 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 27º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 001/2019 E 3º TERMO ADITIVO

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO RURAL MORENENSE** CNPJ nº 00.880.427/0001-21
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA DO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO - 1°/04/2022 a 31/03/2023

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 27º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 16/12/2021
EMPENHO: 2487/2021
ORDEM DE PAGAMENTO: 14295/2021
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 14187/2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 36.000,00	R$ 1.000,00	2487/2021	16/12/2021	27/36

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**16/12/2021**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	11/08/2022
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 14 de setembro de 2022. **ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES**

	Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DA PREFEITA
LEI N.º 2.320/2022

Autoria: Vereadora Sineia Roque dos Santos.

SUMULA:

Autoriza o Poder Publico fazer parceria para a colocação de comedouros e bebedouros, o Alimenta- CÃO para animais de rua no Município de Aripuanã e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Aripuanã no Estado do Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, intitui sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Para garantia da proteção e do bem-estar dos animais que vivem na rua, fica autorizada a instalação de bebedouros e comedouros o "Alimenta-CÃO" públicos nas ruas de nossa cidade.

§1° A construção dos comedouros e bebedouros públicos, bem como o seu abastecimento (colocação de ração e água), limpeza e manutenção não será de responsabilidade do órgão público municipal, devendo ser realizada pela comunidade, instituições privadas, sociedade de proteção animal, ONGs (Organizações não Governamentais) ou por pessoas físicas comprometidas com a causa animal previamente selecionadas e cadastradas pelo órgão municipal responsável;

§2° Caberá às comunidades envolvidas e cadastradas bem como pessoas físicas de onde estão localizados os comedouros e bebedouros públicos zelar pela sua conservação e higiene, ficando sujeito a fiscalização do órgão municipal responsável;

§3° Poderão ser realizados convênios com ONGs, associações, empresas, comerciantes, clínicas veterinárias, e instituições que militam na causa de proteção e bem-estar animal.

Art. 2º Para confecção dos comedouros e bebedouros públicos poderão ser firmados termo de parcerias,mediante chamamento publico para patrocinio na forma da lei , quando houver interesse do Município no recebimento das doações para viabilizar o projeto.

Art. 3° Além das parcerias mencionadas no artigo anterior poderão ser realizadas campanhas para a arrecadação de materiais para confecção dos bebedouros e comedouros públicos, bem como, para arrecadação de ração para o abastecimento dos comedouros;

I-Para Execução dessa lei fica o poder Executivo autorizado a firmar convenios ou parcerias com instituiçoes publicas e privadas.

Art. 4° É proibido retirar os bebedouros e comedouros públicos sem autorização do órgão municipal responsável, exceto para limpeza desde que seja feita devolução imediata.

Art. 5° A danificação total ou parcial dos bebedouros e comedouros públicos será punida com multa de 10 (dez) unidades fiscais do Município de Aripuanã-MT - sendo o valor revertido para a causa animal.

Parágrafo único. Caso a pessoa responsável pela danificação não possua condições de pagar o valor da multa, poderá ser voluntaria na construção de novos bebedouros e comedouros públicos ou na higienização dos mesmos.

Art. 6° As determinações contidas no artigo anterior deverão ser aplicadas e fiscalizadas pelo órgão municipal responsável.

Art. 7° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DA PREFEITA
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Prefeitura Municipal de Aripuanã, CNPJ/MF 03.507.498/0001-71, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM) de Aripuanã-MT, a Renovação Licença de Instalação (LI) nº 016/2019, para atividade de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização Viária Horizontal e Vertical, nas Ruas Cerejeiras, Travessa Amapá, Rio Grande do Sul, Rua Missionário Daniel Berg, Rio Grande do Norte e Avenida Papa João Paulo II, Jardim Planalto, município de Aripuanã/MT.

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 14.909/2022

A **Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo** 69, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a solicitação de transferência requerida através do Formulário em anexo;

RESOLVE:

TRANSFERIR, a funcionária, Sra. **GISSILAINE DE ALCANTARA OLIVEIRA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2163043-7 SSP/MT e inscrita no CPF nº. 056.643.801-10, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE***, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Cultura,* **para o** *Gabinete da Prefeita,* a partir do dia 14/09/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA FINANÇAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 27º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 004/2019 E 3º TERMO ADITIVO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO 27º REPASSE DO TERMO DE COLABORAÇÃO E CESSÃO DE USO 004/2019 E 3º TERMO ADITIVO
DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: **ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS E PRODUTORES DA GLEBA MILAGROSA, LINHA CAFUNDÓ KM 30,** CNPJ sob n° 08.568.473/0001-00
OBJETO DA PARCERIA: Cessão de uso, de forma gratuita, do trator agrícola abaixo especificado e transferência de recursos financeiros a fim de que o PROPONENTE possa realizar serviços voltados para o melhoramento da agricultura no Município de Aripuanã, com serviços de gradagem, apoio ao transporte de insumos, sementes e calcário, reforma de pastagens, ações de logística, dentre outras atividades típicas e correlacionadas.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 12.000,00
VIGENCIA DO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO – 1º/04/2022 a 31/03/2023

DADOS FINANCEIROS
PERIODO: 27º PARCELA DO REPASSE
VALOR REPASSADO: R$ 1.000,00
DATA DO REPASSE: 15/02/2022
EMPENHO: 282/2022
ORDEM DE PAGAMENTO: 612/2022
NOTA DE LIQUIDAÇÃO: 634/2022

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valor total do repasse	Valor da parcela	Numero do empenho	Data do pagamento	nº parcela
R$ 12.000,00	R$ 1.000,00	282/2022	15/02/2022	04/12

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**15/02/2022**
Data legal da prestação de contas	Até 90 (noventa) dias após o termino da vigência
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	12/08/2022
Dias de atrasos	-
Situação	Tempestiva

Aripuanã, 14 de setembro de 2022.

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES
Secretária Municipal de Finanças

GABINETE DA PREFEITA
REPUBLICADO APÓS ALTERAÇÃO

ATO Nº 0103/2022

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 001/2022, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 396/99, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 396/1999;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Profissionais da Educação Básica nº 001/2022, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação – SME, no dia 12/09/2022, às 8:00 horas para atribuição de funções e posterior contratação.

Art. 2º No ato da convocação os candidatos deverão apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital nº 001/2022 do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 09 de setembro de 2022.

Registre-se

E

Publique-se

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

DECLARAÇÃO

Para fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar Federal nº. 101/2000, declaramos que as despesas decorrentes das nomeações dos cargos referentes ao **Ato de Convocação nº 103/2022,** procedente do Processo Seletivo nº 001/2022, para Cadastro reserva **referente a contratação de pessoal em caráter temporário, na secretaria Municipal de Educação**, correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, suficientes para as necessidades de empenho para o exercício de 2022, havendo adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentária e baseada no Impacto Orçamentário e Financeiro.

Aripuanã-MT, aos 14 de Setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação, justifica a necessidade de retificar o ato de convocação nº 103/2022 do Processo Seletivo para Cadastro de Reserva nº 001/2022, que por lapso não foi convocada pela de classificada a Senhora **Tayná Miranda Santos Messias**, na função de Zeladora para a sede do município.

Aripuanã, 13 de setembro de 2022.

Gema de Lurdes Galvan

Supervisora Pedagógica

Portaria nº 12.649/2021

Anexo I

SEDE DO MUNICÍPIO

ZELADORA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
021/2022	Tayná Miranda Santos Messias	033.187.742-27	35646624	Ensino Fundamental
360/2022	Karine Paula Vieira da Silva	857.851.302-97	1356079	Ensino Fundamental

Anexo II

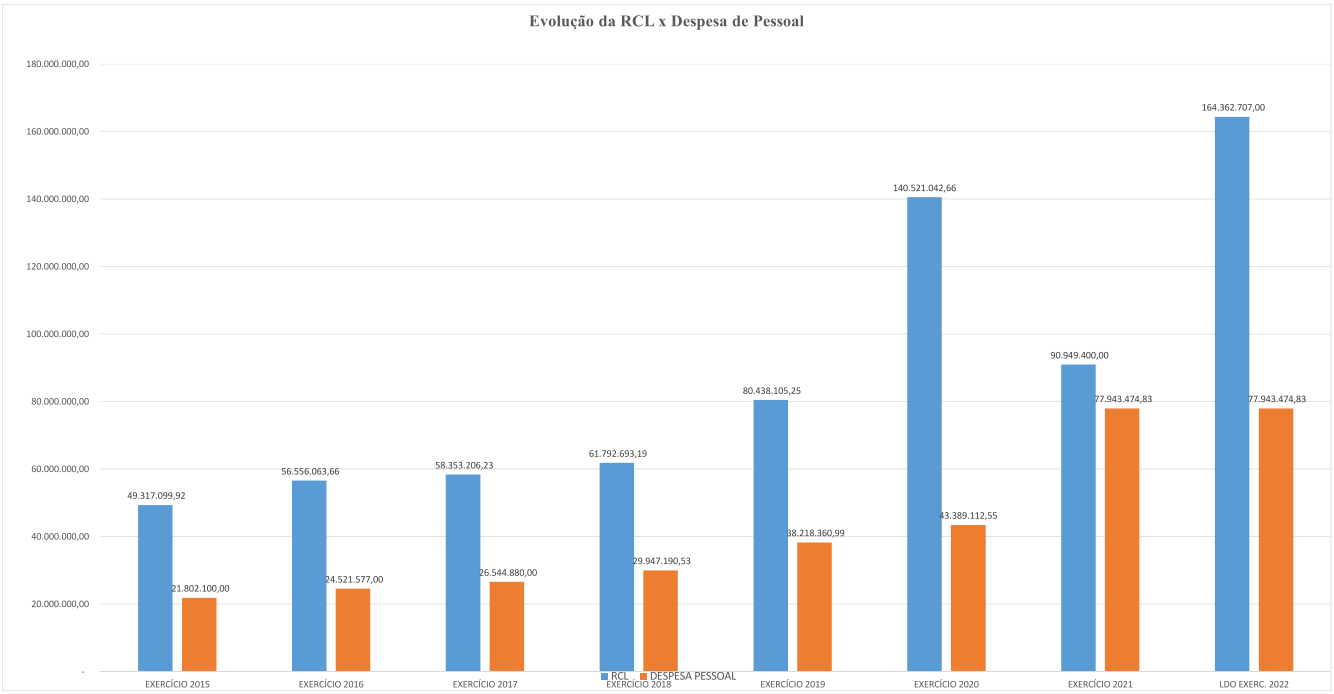
Ato de Convocação nº 0103/2022 do Processo Seletivo nº 001/2022

1.0 ZELADORA -SEDE DO MUNICÍPIO

Nome do Zeladora a ser Contratado(a)	Especialidades	Vencimento R$	Projeto Atividade	Dotação	Fonte	Período
02	Ensino Fundamental	2.080,80	2044	433	1.5.40.107000	12/09/2022 A 12/09/2023

GABINETE DA PREFEITA
PROJEÇÃO DE IMPACTO DE FOLHA -MEM 301 E 307 SEMAD - ATO 103 REAVALIAÇÃO IMPACTO

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71



ARIPUANÃ, 12/09/2022

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	Em R$												
Especificação	**ago/21**	**set/21**	**out/21**	**nov/21**	**dez/21**	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**Total**
1 Receitas Correntes	**12.763.190,10**	**13.267.592,44**	**14.732.038,06**	**12.461.555,42**	**15.719.710,73**	**13.029.998,39**	**10.945.611,26**	**12.363.521,76**	**12.934.528,06**	**17.024.037,57**	**14.847.000,50**	**14.309.989,26**	**164.398.773,55**
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**2.871.166,77**	**4.762.830,73**	**4.231.357,29**	**3.756.316,59**	**4.085.528,07**	**4.776.969,10**	**2.370.010,37**	**2.736.807,07**	**3.384.575,68**	**4.017.865,19**	**3.554.037,93**	**4.012.837,82**	**44.560.302,61**
IPTU	198.257,32	146.655,61	119.660,51	90.268,47	73.659,69	59.771,07	65.692,90	79.801,30	63.062,29	217.304,07	433.074,99	665.294,39	2.212.502,61
IRRF	22.676,84	316.268,43	163.634,40	28.840,37	450.862,91	51.594,21	167.478,64	82.937,69	671.419,02	718.088,73	423.626,17	172.429,06	3.269.856,47
ISSQN	2.524.715,63	4.119.043,63	3.645.048,11	3.517.885,99	3.447.108,16	4.613.712,46	1.976.827,67	2.177.467,51	2.416.911,83	2.723.185,33	2.505.965,85	2.777.286,06	36.445.158,23
ITBI	65.019,49	118.819,21	247.656,81	78.009,94	75.203,51	22.414,79	69.018,82	127.121,53	59.458,47	199.247,25	112.892,49	276.549,55	1.451.411,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.497,49	62.043,85	55.357,46	41.311,82	38.693,80	29.476,57	90.992,34	269.479,04	173.724,07	160.039,81	78.478,43	121.278,76	1.181.373,44
1.2 CONTRIBUIÇÕES	**251.379,27**	**235.781,00**	**386.065,90**	**232.407,68**	**1.044.445,83**	**25.183,17**	**213.284,56**	**379.851,07**	**357.620,34**	**983.246,90**	**566.160,02**	**196.807,38**	**4.872.233,12**
1.3 RECEITA PATRIMONIAL	**298.324,41**	**342.959,76**	**433.124,59**	**572.076,18**	**755.271,88**	**969.631,26**	**773.543,56**	**988.422,66**	**868.255,60**	**1.236.354,81**	**975.829,27**	**1.029.632,06**	**9.243.426,04**
Outras Receitas Patrimoniais	1.792,63	2.385,80	2.131,72	703,93	943,93	703,93	1.129,16	2.140,50	1.989,16	5.961,10	7.053,48	1.689,92	28.625,26
Rend. Aplic. Fin.	296.531,78	340.573,96	430.992,87	571.372,25	754.327,95	968.927,33	772.414,40	986.282,16	866.266,44	1.230.393,71	968.775,79	1.027.942,14	9.214.800,78
1.6 RECEITA DE SERVIÇOS	**276.627,88**	**243.223,28**	**263.255,30**	**177.957,40**	**269.652,58**	**216.482,43**	**211.632,41**	**208.893,78**	**199.562,38**	**231.905,74**	**258.284,99**	**266.745,92**	**2.824.224,09**
1.7 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**9.055.201,13**	**7.666.611,99**	**9.402.435,72**	**7.592.979,21**	**9.537.113,91**	**7.018.141,56**	**7.350.356,07**	**8.031.761,33**	**8.046.962,51**	**10.407.356,76**	**9.462.264,43**	**8.768.573,54**	**102.339.758,16**
FPM	1.216.699,09	955.519,31	1.064.767,37	1.382.841,77	1.435.352,92	1.430.173,28	1.996.401,28	1.210.299,49	1.434.633,44	1.595.886,55	1.493.256,40	1.280.659,33	16.496.490,23
FUNDEB	2.050.197,80	1.904.254,96	2.432.825,23	2.165.355,47	2.067.534,12	1.831.710,47	1.875.357,80	2.000.574,34	1.738.601,08	2.273.060,47	2.007.765,19	1.887.561,58	24.234.798,51
ICMS	2.640.534,07	2.489.475,34	3.107.950,97	2.733.782,82	2.535.433,49	2.343.775,22	2.164.517,49	2.696.499,82	2.075.829,27	2.883.133,08	2.539.873,15	2.513.439,88	30.724.244,60
IPI	12.854,38	18.541,29	19.279,13	18.050,08	18.014,67	18.554,80	13.011,37	4.676,16	25.340,59	9.833,70	11.277,85	12.350,47	181.784,49
IPVA	163.623,84	160.209,83	160.162,61	148.581,13	140.860,47	165.462,01	143.590,62	258.459,39	254.831,62	343.161,75	298.144,84	254.725,91	2.491.814,02
ITR	9.519,40	84.184,20	414.931,62	48.509,00	89.960,10	75.743,15	53.230,04	56.566,66	52.073,70	48.983,14	54.822,18	53.214,24	1.041.737,43
Outras Transferências Correntes	2.961.772,55	2.054.427,06	2.202.518,79	1.095.858,94	3.249.958,14	1.152.722,63	1.104.247,47	1.804.685,47	2.465.652,81	3.253.298,07	3.057.124,82	2.766.622,13	27.168.888,88
1.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**10.490,64**	**16.185,68**	**15.799,26**	**129.818,36**	**27.698,46**	**23.590,87**	**26.784,29**	**17.785,85**	**77.551,55**	**147.308,17**	**30.423,86**	**35.392,54**	**558.829,53**
(-) DEDUÇÕES	**-242.014,11**	**-239.888,82**	**-238.179,28**	**-236.515,50**	**-685.732,32**	**-16.085,09**	**-217.392,38**	**-384.376,19**	**-362.145,46**	**-590.453,43**	**-1.172.286,47**	**-**	**-4.385.069,05**
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-6.604,93**	**-4.107,82**	**-4.107,82**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-4.525,12**	**-**	**-49.352,33**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	**-237.906,29**	**-235.781,00**	**-234.071,46**	**-232.407,68**	**-679.127,39**	**-11.977,27**	**-213.284,56**	**-379.851,07**	**-357.620,34**	**-367.238,36**	**-367.761,35**	**-**	**-3.317.026,77**
Rend. Investimentos RPPS - Res. Consulta TCE-MT 19/2017	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-218.689,95**	**-**	**-**	**-218.689,95**
Transf. obrig. da União relat. emendas individuais e de bancada	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-800.000,00**	**-**	**-800.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**12.521.175,99**	**13.027.703,62**	**14.493.858,78**	**12.225.039,92**	**15.033.978,41**	**13.013.913,30**	**10.728.218,88**	**11.979.145,57**	**12.572.382,60**	**16.433.584,14**	**13.674.714,03**	**14.309.989,26**	**160.013.704,50**

ASSECORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

METODOLOGIA DE APURAÇÃO DO IMPACTO

Metodologia: 30/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
TDE	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 138 Metodologia: 30	**21.261,15**

Metodologia: 31/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de Desenvolvimento Educacional	1	2.196,40	0%	2.196,40	17.571,20	3.689,95	21.261,15
						Impacto 139 Metodologia: 31	**21.261,15**

Metodologia: 32/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Adicional	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
CUIDADORA	1	2.890,25	0%	2.890,25	21.185,53	4.448,96	25.634,49
						Impacto 140 Metodologia: 32	**25.634,49**

Metodologia: 33/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técnico de enfermagem	2	2.890,25	R$ 242,40	3.132,65	45.924,65	9.644,18	55.568,83
						Impacto 141 Metodologia: 33	**55.568,83**

Metodologia: 34/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Agente de Endemias	1	2.080,40	R$ 242,40	2.322,80	17.026,12	2.383,66	19.409,78
						Impacto 141 Metodologia: 34	**19.409,78**

Metodologia: 35/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Adiconal	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor de Pedagogia	1	3.712,44	R$ -	3.712,44	23.499,75	3.289,96	26.789,71
						Impacto 142 Metodologia: 34	**26.789,71**

Metodologia: 36/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Assistente Social	1	8.096,17	R$ 242,40	8.338,57	52.783,15	7.389,64	60.172,79
Nutricionista	1	4.393,18	R$ 242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27

ASSEORP



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Psicológo	1	4.393,18	R$	242,40	4.635,58	29.343,22	4.108,05	33.451,27
Psicológo	1	2.330,98	R$	242,40	2.573,38	16.289,50	2.280,53	18.570,02
							Impacto 143 Metodologia: 36	**145.645,36**

Metodologia: 37/2022

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Técinco em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	13.903,21	1.946,45	15.849,66
						Impacto 144 Metodologia: 37	**15.849,66**

Metodologia: 38/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 071/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Motorista	14	4.046,00		4.046,00	358.556,52	75.296,87	433.853,39
Zelador de Pátio	3	2.330,77		2.330,77	44.261,32	9.294,88	53.556,20
Zelador	13	2.080,80		2.080,80	171.229,03	35.958,10	207.187,13
Merendeira	11	2.080,80		2.080,80	144.886,10	30.426,08	175.312,19
Professor Pegagogia	7	3.712,44		3.712,44	164.498,22	34.544,63	199.042,84
Professor Letras	1	3.712,44		3.712,44	23.499,75	4.934,95	28.434,69
Nutricionista	1	6.358,00		6.358,00	40.246,14	8.451,69	48.697,83
Engenheiro Civil	1	7.977,09		7.977,09	50.494,98	10.603,95	61.098,93
						Impacto 145 Metodologia: 38	**1.207.183,19**

Metodologia: 39/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador	3	2.080,80		2.080,80	39.514,39	8.298,02	47.812,41
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 146 Metodologia: 39	**104.681,80**

Metodologia: 40/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	46.999,49	9.869,89	56.869,38
						Impacto 147 Metodologia: 40	**74.721,45**

Metodologia: 41/2022

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022

CARGOS	Nº	Remuneração	Insalubridade	Remuneração + adicionais	Base Anual	Encargos	Prev. de Gastos
Professor Pegagogia	4	3.712,44		3.712,44	93.998,98	19.739,79	113.738,77
Zeladora	5	2.080,80		2.080,80	65.857,32	13.830,04	79.687,36
Merendeira	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	51.222,36	10.756,70	61.979,06
						Impacto 148 Metodologia: 41	**271.342,65**

Metodologia: 42/2022

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Zeladora	1	2.080,80		2.080,80	13.171,46	2.766,01	15.937,47
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	14.753,77	3.098,29	17.852,07
						Impacto 149 Metodologia: 42	**33.789,54**
Metodologia: 43/2022							
CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Técinco em tecnologia da informação - TI	1	2.774,40		2.774,40	14.787,55	2.070,26	16.857,81
						Impacto 150 Metodologia: 43	**16.857,81**
Metodologia: 44/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022 - ATOS CONVOCATÓRIOS 086 E 087/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
Técnico em desenvolviemnto educacional - TDE	1	2.196,40		2.196,40	11.706,81	2.458,43	14.165,24
						Impacto 151 Metodologia: 44	**41.004,65**
Metodologia: 45/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 089/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.712,44		3.712,44	19.787,31	4.155,33	23.942,64
						Impacto 152 Metodologia: 45	**23.942,64**
Metodologia: 46/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 e 001/2021 - ATOS CONVOCATÓRIOS 090 e 091/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Agente Comunitário de Saúde	5	2.424,13	R$ 242,40	2.666,53	71.063,02	14.923,24	85.986,26
						Impacto 153 Metodologia: 46	**85.986,26**
Metodologia: 47/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Professor Pegagogia	2	3.712,44		3.712,44	39.574,61	8.310,67	47.885,28
Zeladora	3	2.080,80		2.080,80	33.271,99	6.987,12	40.259,11
Merendeira	2	2.080,80		2.080,80	22.181,33	4.658,08	26.839,41
						Impacto 154 Metodologia: 47	**114.983,80**
Metodologia: 48/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Motorista	2	4.046,00		4.046,00	43.130,36	9.057,38	52.187,74
						Impacto 155 Metodologia: 48	**52.187,74**
Metodologia: 49/2022							

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Professor Pegagogia	3	3.712,44		3.712,44	59.361,92	12.466,00	71.827,92
Zeladora	1	2.330,77		2.330,77	12.423,00	2.608,83	15.031,83
						Impacto 156 Metodologia: 49	**86.859,75**

Metodologia: 50/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2020 - ATO CONVOCATÓRIO 098/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Agente de Fiscalização Ambiental	1	2.500,00		2.500,00	13.325,00	2.798,25	16.123,25
						Impacto 157 Metodologia: 50	**16.123,25**

Metodologia: 51/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 099 E 100/2022							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Zelador de pátio	1	2.330,77		2.330,77	12.423,00	2.608,83	15.031,83
Zelador	1	2.080,80		2.080,80	11.090,66	2.329,04	13.419,70
Professor de pedagogia	1	3.712,44		3.712,44	19.787,31	4.155,33	23.942,64
						Impacto 158 Metodologia: 51	**52.394,18**

Metodologia: 52/2022							
CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 103/2022 -REAVALIAÇÃO							
CARGOS	**Nº**	**Remuneração**	**Insalubridade**	**Remuneração + adicionais**	**Base Anual**	**Encargos**	**Prev. de Gastos**
Zelador	2	2.080,80		2.080,80	18.019,73	3.784,14	21.803,87
						Impacto 159 Metodologia: 52	**21.803,87**

Gastos de Pessoal últimos 12 meses	1.552.634
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.940.899
Outras Despesas de Pessoal - TCE	**3.494.598,49**
Total geral de Gastos com Pessoal acumulado 12 meses	**60.970.206,04**

Impactos Previstos para o Exercicio de 2022	
Crescimento Vegetativo PCR 0,8% (Elevação de Nível, Mudança de Classe, Licença Prêmios, Etc.)	363.520,22
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 062/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 063/2022	**21.261,15**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 064/2022	**25.634,49**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo seletivo 001/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 067/2022	**55.568,83**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 034/2022	**19.409,78**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 035/2022	**26.789,71**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 036/2022	**145.645,36**
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público n.º 001/2019 - Metodologia 037/2022	**15.849,66**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 069, 070 E 0712022	**1.207.183,19**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022- ATOS CONVOCATÓRIOS 072 E 073/2022	**104.681,80**
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022- ATO CONVOCATÓRIO 074/2022	**74.721,45**

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 075 e 077/2022	271.342,65
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 078 e 081/2022	33.789,54
Impacto sobre Convocação de servidores Concurso Público 001/2019 - Metodologia 43/2022	16.857,81
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 086 e 087/2022	41.004,65
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2021 - ATO CONVOCATÓRIO 089/2022	23.942,64
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 002/2020 e 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 090 e 091/2022	85.986,26
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 093/2022	114.983,80
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 095/2022	52.187,74
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 097/2022	86.859,75
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 098/2022	16.123,25
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 099 E 100/2022	52.394,18
Impacto sobre Convocação de servidores do Processo Seletivo 001/2022 - ATO CONVOCATÓRIO 103/2022	21.803,87
Sub Total de Alterações de 2022	2.876.999,05
Previsão Total de Gastos - Exercício 2022 (impacto mês)	1.517.617,00

Apuração do Cumprimento do Limite Legal - Projeção 2022

Item	Valor			% s/ RCL	Situação
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	164.362.707,00				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	77.943.474,83			47,42%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. -20 da LRF) - 54%	88.755.862			54,00%	REGULAR
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	84.318.069			51,30%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	79.880.276			48,60%	

Para a apuração da previsão despesa para o exercício de 2022, foram levadas em consideração o valor da despesa de 2021 mais as variações previstas para 2022.

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

PROJEÇÃO DE GASTOS COM PESSOAL

	REALIZADO							Projetada					
	Despesa Liquida												
Descrição por elemento de despesa	**jan/22**	**fev/22**	**mar/22**	**abr/22**	**mai/22**	**jun/22**	**jul/22**	**ago/22**	**set/22**	**out/22**	**nov/22**	**dez/22**	**Total**
Pessoal Contratado	433.099,63	969.120,30	1.038.429,18	1.003.774,74	1.130.562,03	1.037.749,26	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	1.080.559,28	2.161.118,56	13.176.650,10
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.505.725,74	3.879.543,12	3.703.230,70	3.742.049,59	3.719.601,72	3.784.421,25	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	3.826.495,86	8.418.290,89	48.885.342,31
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	266.906,86	847.972,15	508.606,62	648.175,46	650.558,97	645.270,03	660.399,61	660.399,61	660.399,61	660.399,61	660.399,61	1.452.879,14	8.322.367,28
Sentenças Judiciais	15.242,71		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit	10.729,78	10.936,65	11.218,00	231,70	21.691,26	10.961,48	10.961,48	14.538,07	12.153,68	12.551,08	13.080,94	28.778,07	157.832,19
Total Despesa Pessoal	**3.231.704,72**	**5.707.572,22**	**5.261.484,50**	**5.394.231,49**	**5.522.413,98**	**5.478.402,02**	**5.578.416,23**	**5.581.992,82**	**5.579.608,43**	**5.580.005,83**	**5.580.535,69**	**12.061.066,67**	**70.557.434,60**
Despesas com Tercerizações	212.400,00	244.900,00	279.612,60	372.972,60	244.912,60	269.712,60	295.865,93	270.163,71	270.163,71	270.163,71	270.163,71	270.163,71	3.271.194,89
Outras Despesas de Pessoal - TCE	37.200,00	293.203,63	232.664,96	216.617,19	223.454,30	224.601,65	233.522,51	227.192,82	227.192,82	227.192,82	227.192,82	227.192,82	2.597.228,34
Total Despesa Tercerizações	**249.600,00**	**538.103,63**	**512.277,56**	**589.589,79**	**468.366,90**	**494.314,25**	**529.388,44**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**497.356,53**	**5.868.423,23**
TOTAL ORÇADO	**3.481.304,72**	**6.245.675,85**	**5.773.762,06**	**5.983.821,28**	**5.990.780,88**	**5.972.716,27**	**6.107.804,67**	**6.079.349,35**	**6.076.964,96**	**6.077.362,36**	**6.077.892,22**	**12.558.423,20**	**76.425.857,83**

* As despesas de janeiro a julho foram informadas pelo valor liquidado no respectivo período. Para os meses de Agosto a dezembro foram projetadas a média dos ultimos 3 meses.
* Projeção de despesa de Pessoal somente dados da Prefeitura Municipal.

	REALIZADO												
RCL	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**Total**
Receita Corrente Liquida Exerc. 2021	12.626.188,82	9.349.793,30	11.681.108,17	12.081.824,37	13.766.236,50	10.721.116,09	13.058.810,73	12.521.175,99	13.027.703,62	14.493.858,78	12.225.039,92	15.033.978,41	150.586.834,70
RCL - Prevista para o Exercício 2022	13.013.913,30	10.728.218,88	11.979.145,57	12.572.382,60	16.071.463,67	13.674.714,03	14.309.989,26	13.397.658,31	13.939.642,87	15.508.428,89	13.080.792,71	16.086.356,90	164.362.707,00
Variação RCL 2022 / 2021	3,1%	14,7%	2,6%	4,1%	16,7%	27,5%	9,6%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	9,1%

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE

Descrição por elemento de despesa	Valor orçado 2022	Valor orçado 2023	Valor orçado 2024	Valor orçado 2025
3.1.71.70 Rateio p/ Particip. Consórcio Publ.	2.000,00	2.052,00	2.052,00	2.144,34
3.1.90.01 Aposentadorias, Reserva Remun./Reformas	2.900.000,00	3.172.000,00	3.172.000,00	3.314.740,00
3.1.90.03 Pensões RPPS/Militar	400.000,00	428.000,00	428.000,00	447.260,00
3.1.90.04 Contratação p/ Tempo Determ.	9.491.293,00	8.774.071,51	8.949.552,94	9.352.282,82
3.1.90.11 Vencim./Vant. Fixas – P. Civil	38.200.816,25	40.672.523,39	42.170.848,66	44.068.536,85
3.1.90.13 Obrigações Patronais	3.909.312,00	3.840.093,84	3.916.895,72	4.093.156,03
3.1.90.94 Indeniz. e Rest. Trabalhistas	2.000,00	2.140,00	2.182,80	2.281,03
3.1.90.96 Ressarc. Desp. Pessoal Requisitado	162.000,00	173.340,00	176.806,80	184.763,11
3.1.91.13 Obrigações Patronais	6.055.896,42	6.387.764,17	6.515.519,45	6.808.717,83
3.1.91.91 Sentenças Judiciais	35.000,00	35.390,00	35.790,14	37.400,70
3.1.91.93 Indeniz. e Restituicoes	5.500,00	5.665,00	5.798,38	6.059,31
TOTAL ORÇADO	**61.163.817,67**	**63.493.039,91**	**65.375.446,89**	**68.317.342,00**
O Orçamento previsto para 2022 e demais, necessitará de remanejamento para atender as despesas previstas com pessoal.				

Despesa Liquidada Até julho/2022	
Descrição por elemento de despesa	**Valor**
Pessoal Contratado	6.693.294,42
Vencimentos e Vantagens Fixas	25.161.067,98
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	4.227.889,70
Sentenças Judiciais	15.242,71
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	76.730,35
Despesas com Tercerizações	1.920.376,33
Outras Despesas de Pessoal - TCE	1.461.264,24
TOTAL DESPESA	**39.555.865,73**

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL

Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa.	Exerc. 2022	Exerc. 2023	Exerc. 2024	Exerc. 2025
Pessoal Contratado	13.176.650,10	14.099.015,61	15.085.946,70	15.840.244,03
Vencimentos e Vantagens Fixas	48.885.342,31	52.307.316,27	55.968.828,41	58.767.269,83
Obrigações Patronais - INSS / RPPS	8.322.367,28	8.904.932,99	9.528.278,30	10.004.692,22

ASSEORP

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71

Sentenças Judiciais	15.242,71	16.309,70	17.451,38	18.323,95
Ressarcimento de desp. Pessoal Requisit.	157.832,19	168.880,45	180.702,08	189.737,18
Despesas com Tercerizações	3.271.194,89	2.743.800,00	2.743.800,00	2.743.800,00
Outras Despesas de Pessoal - TCE	2.597.228,34	1.621.451,63	1.621.451,63	1.621.451,63
Impacto por Movimentacao do PCCS e Convocações Processos	**1.517.617,00**	**1.593.497,85**	**1.673.172,74**	**1.756.831,38**
Total das despesas	**77.943.474,83**	**81.455.204,50**	**86.819.631,25**	**90.942.350,23**
Variação		4,51%	6,59%	

Nota Explicativa 01:

Para apuração da previsão de gastos com pessoal no exercício de 2022, foram informados os gastos reais de janeiro a juLho/2022 e projetado o gastos de agosto a dezembro, considerando 13º e Férias, acrescido as movimentações/alterações prevista para dezembro de 2022. Para os demais exercicios foram projetados um crescimento de 7% para as despesas de pessoal exceto tercerizados.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento	**Exerc. 2022**	**Exerc. 2023**	**Exerc. 2024**	**Exerc. 2025**
Previsão da RCL (Receita Corrente Líquida)	164.362.707,00	175.868.096,49	188.178.863,24	201.351.383,67
Percentual de aumento em relação ao Ano Anterior:	0	7%	7%	
Indíce de Gastos Com Pessoal	**47,42%**	**46,32%**	**46,14%**	**45,17%**
Situação	**Regular**	**Regular**	**Regular**	**Regular**

Nota Explicativa 02:

Considerando o crescimento da RCL para o exercício dos ultimos 12 meses, passamos a apurar a previsão de gastos com base na projeção de arrecadação e não mais pelo valor previsto na LDO2022. A metodologia do valor apurado foi a seguinte: Soma dos valores arrecadado de janeiro a julho e acrescido 7% sobre os valores arrecadados nos respectivos meses do exercicio de 2021

Nota Explicativa 03:

A diminuição da RCL para os próximos exercícios 2022, 2023 e 2024 comparado a arrecadação de 2020, refere-se a recursos recebido relativo a Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal e recursos destinados ao atendimento da Covid-19, entretanto não a previsão destes montantes para os proximos exercicios, com isso houve variação negativa.

ARIPUANÃ/MT, 12/09/2022.

ASSEORP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 103/2022 -REAVALIAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR	2	2.080,80	2.517,77	21.803,87	25.160,06	26.418,06
TOTAL	**2**	**2.080,80**	**2.517,77**	**21.803,87**	**25.160,06**	**26.418,06**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 04,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 099 E 100/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.330,77	2.820,23	15.031,83	16.911,52	17.757,10
ZELADOR	1	2.080,80	2.517,77	13.419,70	15.097,80	15.852,69
PROFESSOR DE PEGAGOGIA	1	3.712,44	4.492,05	23.942,64	26.936,59	28.283,42
TOTAL	**1**	**2.330,77**	**2.820,23**	**52.394,18**	**32.009,32**	**33.609,78**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 097/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.712,44	4.492,05	47.885,28	53.873,18	56.566,84
TOTAL	**2**	**3.712,44**	**4.492,05**	**47.885,28**	**53.873,18**	**56.566,84**

1

LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.712,44	4.492,05	23.942,64	26.936,59	28.283,42
TOTAL	**1**	**3.712,44**	**4.492,05**	**23.942,64**	**26.936,59**	**28.283,42**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
ZELADORA DE PÁTIO	1	2.330,77	2.820,23	15.031,83	16.911,52	17.757,10
TOTAL	**1**	**2.330,77**	**2.820,23**	**15.031,83**	**16.911,52**	**17.757,10**
TOTAL GERAL	**4**	**9.755,65**	**11.804,34**	**86.859,75**	**97.721,30**	**102.607,36**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 095/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2093 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30						
MOTORISTA	2	4.046,00	4.895,66	52.187,74	58.713,65	61.649,33
TOTAL	**2**	**4.046,00**	**4.895,66**	**52.187,74**	**58.713,65**	**61.649,33**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 093/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEGAGOGIA	2	3.712,44	4.492,05	47.885,28	53.873,18	56.566,84
MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	13.419,70	15.097,80	15.852,69
ZELADOR	3	2.080,80	2.517,77	40.259,11	45.293,39	47.558,06
TOTAL	**6**	**7.874,04**	**9.527,59**	**101.564,09**	**114.264,37**	**119.977,59**

2

LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	13.419,70	15.097,80	15.852,69
TOTAL	**1**	**2.080,80**	**2.517,77**	**13.419,70**	**15.097,80**	**15.852,69**
TOTAL GERAL	**7**	**9.954,84**	**12.045,36**	**114.983,80**	**129.362,16**	**135.830,27**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 089/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.712,44	4.492,05	23.942,64	26.936,59	28.283,42
TOTAL	**1**	**3.712,44**	**4.492,05**	**23.942,64**	**26.936,59**	**28.283,42**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - Mem. 271/2022/SEMAD

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL						
TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI	1	2.774,40	3.162,82	16.857,81	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**1**	**2.774,40**	**3.162,82**	**16.857,81**	**57.505,32**	**60.380,59**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 5,33 mais 14% RPPS						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 086 e 087/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022

3

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF						
QUADRO I						
VAGAS E REMUNERAÇÃO						
				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
MERENDEIRA	2	2.080,80	2.517,77	26.839,41	30.195,59	31.705,37
TOTAL	**2**	**2.080,80**	**2.517,77**	**26.839,41**	**30.195,59**	**31.705,37**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
TDE	1	2.196,40	2.657,64	14.165,24	15.936,56	16.733,39
TOTAL	**1**	**2.196,40**	**2.657,64**	**14.165,24**	**15.936,56**	**16.733,39**
TOTAL GERAL	**3**	**4.277,20**	**5.175,41**	**41.004,65**	**46.132,15**	**48.438,76**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 05,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 078 e 081/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF						
QUADRO I						
VAGAS E REMUNERAÇÃO						
				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.330,77	2.820,23	17.852,07	19.731,75	20.718,34
ZELADOR	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
TOTAL	**2**	**4.411,57**	**5.338,00**	**33.789,54**	**37.347,31**	**39.214,68**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 075 e 077/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF	
QUADRO I	
VAGAS E REMUNERAÇÃO	
	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

4

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2031 -MAN. DO TRANSPORTE ESCOLAR						
MOTORISTA	2	4.046,00	4.895,66	61.979,06	68.504,97	71.930,22
TOTAL	**2**	**4.046,00**	**4.895,66**	**61.979,06**	**68.504,97**	**71.930,22**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADORA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	4	3.712,44	4.492,05	113.738,77	125.714,58	132.000,31
TOTAL	**6**	**7.874,04**	**9.527,59**	**145.613,71**	**160.945,71**	**168.992,99**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
ZELADOR	2	2.080,80	2.517,77	31.874,94	35.231,13	36.992,68
TOTAL	**2**	**2.080,80**	**2.517,77**	**31.874,94**	**35.231,13**	**36.992,68**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
ZELADORA	2	2.080,80	2.517,77	31.874,94	35.231,13	36.992,68
TOTAL	**2**	**2.080,80**	**2.517,77**	**31.874,94**	**35.231,13**	**36.992,68**
TOTAL GERAL	**12**	**16.081,64**	**19.458,78**	**271.342,65**	**299.912,93**	**314.908,58**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 074/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.330,77	2.820,23	17.852,07	19.731,75	20.718,34
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.712,44	4.492,05	56.869,38	62.857,29	66.000,15
TOTAL	**3**	**6.043,21**	**7.312,28**	**74.721,45**	**82.589,04**	**86.718,49**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 072 E 073/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADORA	3	2.080,80	2.517,77	47.812,41	52.846,69	55.489,03
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.712,44	4.492,05	56.869,38	62.857,29	66.000,15
TOTAL	**5**	**5.793,24**	**7.009,82**	**104.681,80**	**115.703,98**	**121.489,18**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 069, 070 E 071/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021 E 001/2022

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
Colunas1	**Colunas2**	**Colunas3**	**Colunas4**	**Colunas43**	**Colunas42**	**Colunas5**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
NUTRICIONISTA	1	6.358,00	7.693,18	48.697,83	53.825,33	56.516,60
ENGENHERIO CIVIL	1	7.977,09	9.652,28	61.098,93	67.532,17	70.908,78
ZELADOR DE PÁTIO	3	2.330,77	2.820,23	53.556,20	59.195,25	62.155,02
ZELADOR	5	2.080,80	2.517,77	79.687,36	88.077,82	92.481,71
MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
TOTAL	**11**	**20.827,46**	**25.201,23**	**258.977,78**	**286.246,14**	**300.558,45**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2031 -MAN. DO TRANSPORTE ESCOLAR						
MOTORISTA	4	4.046,00	4.895,66	123.958,11	137.009,94	143.860,44
TOTAL	**4**	**4.046,00**	**4.895,66**	**123.958,11**	**137.009,94**	**143.860,44**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ ESCOLA						
MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
TOTAL	**1**	**2.080,80**	**2.517,77**	**15.937,47**	**17.615,56**	**18.496,34**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2043 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30						

MERENDEIRA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
ZELADORA	3	2.080,80	2.517,77	47.812,41	52.846,69	55.489,03
TOTAL	**4**	**4.161,60**	**5.035,54**	**63.749,89**	**70.462,26**	**73.985,37**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADORA	1	2.080,80	2.517,77	15.937,47	17.615,56	18.496,34
MERENDEIRA	2	2.080,80	2.517,77	31.874,94	35.231,13	36.992,68
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.712,44	4.492,05	28.434,69	31.428,64	33.000,08
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	5	3.712,44	4.492,05	142.173,46	157.143,22	165.000,38
TOTAL	**9**	**11.586,48**	**14.019,64**	**218.420,56**	**241.418,56**	**253.489,49**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.712,44	4.492,05	28.434,69	31.428,64	33.000,08
ZELADOR	4	2.080,80	2.517,77	63.749,89	70.462,26	73.985,37
MERENDEIRA	6	2.080,80	2.517,77	95.624,83	105.693,38	110.978,05
TOTAL	**11**	**7.874,04**	**9.527,59**	**187.809,41**	**207.584,28**	**217.963,50**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENSINO INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.712,44	4.492,05	28.434,69	31.428,64	33.000,08
TOTAL	**1**	**3.712,44**	**4.492,05**	**28.434,69**	**31.428,64**	**33.000,08**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2093 - TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30						
MOTORISTA	10	4.046,00	4.895,66	309.895,28	342.524,85	359.651,09
TOTAL	**10**	**4.046,00**	**4.895,66**	**309.895,28**	**342.524,85**	**359.651,09**
TOTAL GERAL	**51**	**54.622,38**	**66.093,08**	**1.207.183,19**	**1.302.861,59**	**1.368.004,67**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 06,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - Mem. 246/2022/SEMAD

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 - ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE	1	2.196,40	2.503,90	15.849,66	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**1**	**2.196,40**	**2.503,90**	**15.849,66**	**57.505,32**	**60.380,59**
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 6,33 mais 14% RPPS						

7

Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - Mem. 233/2022/SEMAD

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.712,44	4.232,18	26.789,71	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**1**	**3.712,44**	**4.232,18**	**26.789,71**	**57.505,32**	**60.380,59**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 6,33 mais 14% RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 063/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - TDE	1	2.196,40	2.657,64	21.261,15	37.197,66	39.057,54
TOTAL	**1**	**2.196,40**	**2.657,64**	**21.261,15**	**37.197,66**	**39.057,54**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,00 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 062/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						

8

TDE	1	2.196,40	2.657,64	21.261,15	37.197,66	39.057,54
TOTAL	**1**	**2.196,40**	**2.657,64**	**21.261,15**	**37.197,66**	**39.057,54**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,00 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	1	2.774,40	3.162,82	26.346,26	40.253,03	42.265,69
TOTAL	**1**	**2.774,40**	**3.162,82**	**26.346,26**	**40.253,03**	**42.265,69**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 08,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.108,92	38.336,27	40.253,03	42.265,69
PROFESSOR DE LETRAS	1	3.604,32	4.108,92	38.336,27	40.253,03	42.265,69
TOTAL	**2**	**7.208,64**	**8.217,85**	**76.672,54**	**80.506,07**	**84.531,37**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 059/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

9

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
TDE	1	2.196,40	2.657,64	24.795,82	37.197,66	39.057,54
TOTAL	**1**	**2.196,40**	**2.657,64**	**24.795,82**	**37.197,66**	**39.057,54**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 058/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	2	3.604,32	4.361,23	81.380,50	74.395,32	78.115,08
TOTAL	**2**	**3.604,32**	**4.361,23**	**81.380,50**	**74.395,32**	**78.115,08**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - metodologia 22

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.604,32	4.108,92	76.672,54	80.506,07	84.531,37
TOTAL	**2**	**3.604,32**	**4.108,92**	**76.672,54**	**80.506,07**	**84.531,37**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 052/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.604,32	4.361,23	81.380,50	122.083,91	128.188,11
TOTAL	**2**	**3.604,32**	**4.361,23**	**81.380,50**	**122.083,91**	**128.188,11**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.108,92	38.336,27	40.253,03	42.265,69
TOTAL	**1**	**3.604,32**	**4.108,92**	**38.336,27**	**40.253,03**	**42.265,69**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

11

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.108,92	38.336,27	40.253,03	42.265,69
TOTAL	**1**	**3.604,32**	**4.108,92**	**38.336,27**	**40.253,03**	**42.265,69**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 043/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.361,23	40.690,25	61.041,96	64.094,05
TOTAL	**1**	**3.604,32**	**4.361,23**	**40.690,25**	**61.041,96**	**64.094,05**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 040/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.604,32	4.361,23	81.380,50	122.083,91	128.188,11
TOTAL	**2**	**3.604,32**	**4.361,23**	**81.380,50**	**122.083,91**	**128.188,11**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

12

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
ZELADOR DE PÁTIO	2	2.330,77	2.657,08	49.581,07	52.060,17	54.663,18
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.108,92	38.336,27	40.253,03	42.265,69
TOTAL	**3**	**5.935,09**	**6.766,00**	**87.917,34**	**92.313,20**	**96.928,86**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 037/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	4	3.604,32	4.361,23	162.761,00	244.167,82	256.376,21
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	1	3.604,32	4.361,23	40.690,25	61.041,96	64.094,05
APOIO ADM. EDUCACIONAL	1	2.080,80	2.517,77	23.490,78	35.239,97	37.001,97
TOTAL	**4**	**3.604,32**	**4.361,23**	**162.761,00**	**244.167,82**	**256.376,21**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 034/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.604,32	4.361,23	40.690,25	61.041,96	64.094,05
TOTAL	**1**	**3.604,32**	**4.361,23**	**40.690,25**	**61.041,96**	**64.094,05**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 09,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	3	3.603,99	4.108,55	139.649,57	172.515,96	181.141,76
TÉCNICO DE DESENVOLVIEMNTO ESCOLAR - TDE	6	2.196,40	2.503,90	170.214,85	345.031,92	362.283,52
TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	2.774,40	3.162,82	35.834,71	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**10**	**8.574,79**	**9.775,26**	**345.699,12**	**517.547,88**	**543.425,27**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 028/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS	1	3.603,99	4.360,83	49.408,18	37.197,66	39.057,54
TOTAL	**1**	**3.603,99**	**4.360,83**	**49.408,18**	**37.197,66**	**39.057,54**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 21% de INSS

Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.603,99	4.108,55	46.549,86	57.505,32	60.380,59
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1	3.603,99	4.108,55	46.549,86	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**2**	**7.207,98**	**8.217,10**	**93.099,71**	**115.010,64**	**120.761,17**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 -ENSINO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	2	3.603,99	4.108,55	93.099,71	115.010,64	120.761,17
TOTAL	**4**	**10.811,97**	**12.325,65**	**186.199,42**	**230.021,28**	**241.522,34**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 028/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	2	2.196,40	2.657,64	60.222,21	74.395,32	78.115,08
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	2	3.603,99	4.360,83	98.816,36	122.072,71	128.176,35
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	1	3.603,99	4.360,83	49.408,18	61.036,36	64.088,17
PROFESSOR DE CIÊNCIAS NATURAIS	1	3.603,99	4.360,83	49.408,18	61.036,36	64.088,17
TOTAL	**6**	**13.008,37**	**15.740,13**	**257.854,93**	**318.540,74**	**334.467,78**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

15

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
ASSISTENTE SOCIAL	1	8.095,46	9.228,82	104.562,58	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**1**	**8.095,46**	**9.228,82**	**104.562,58**	**57.505,32**	**60.380,59**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 14% de RPPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	8	3.603,99	4.108,55	372.398,85	460.042,56	483.044,69
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 -MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	2	3.603,99	4.108,55	93.099,71	115.010,64	120.761,17
TOTAL	**10**	**7.207,98**	**8.217,10**	**465.498,56**	**575.053,20**	**603.805,86**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 14% de RGPS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 023/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENSINO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 70%						

16

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2	1.900,00	2.299,00	52.095,34	57.505,32	60.380,59
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACION	2	1.900,00	2.299,00	52.095,34	57.505,32	60.380,59
TOTAL	**4**	**3.800,00**	**4.598,00**	**104.190,68**	**115.010,64**	**120.761,17**

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 21% de INSS
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 015/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - MAN. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL						
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	1	3.603,99	4.360,83	53.769,01	56.675,50	59.509,27
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	4	3.603,99	4.360,83	215.076,03	226.702,00	238.037,10
TOTAL	**5**	**7.207,98**	**8.721,66**	**268.845,04**	**283.377,50**	**297.546,37**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2031 -MAN. DO TRANSPORTE ESCOLAR						
MOTORISTA	3	4.046,00	4.895,66	181.090,46	190.879,34	200.423,30
TOTAL	**3**	**4.046,00**	**4.895,66**	**181.090,46**	**190.879,34**	**200.423,30**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2037 - MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ ESCOLA						
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1	3.603,99	4.360,83	53.769,01	56.675,50	59.509,27
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	4	3.603,99	4.360,83	215.076,03	226.702,00	238.037,10
TDE	2	2.196,40	2.657,64	65.537,50	69.080,14	72.534,15
TOTAL	**7**	**9.404,38**	**11.379,30**	**334.382,54**	**352.457,64**	**370.080,52**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2038 -MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	4	3.603,99	4.360,83	215.076,03	226.702,00	238.037,10
TOTAL	**4**	**3.603,99**	**4.360,83**	**215.076,03**	**226.702,00**	**238.037,10**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 -ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	2	3.603,99	4.360,83	107.538,02	113.351,00	119.018,55
TOTAL	**2**	**3.603,99**	**4.360,83**	**107.538,02**	**113.351,00**	**119.018,55**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENSINO INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
PROFESSOR DE PEDAGOGIA	5	3.603,99	4.360,83	268.845,04	283.377,50	297.546,37

17

TOTAL	**5**	**3.603,99**	**4.360,83**	**268.845,04**	**283.377,50**	**297.546,37**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2093 - TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30						
MOTORISTA	4	4.046,00	4.895,66	241.453,95	254.505,78	267.231,07
TOTAL	**4**	**4.046,00**	**4.895,66**	**241.453,95**	**254.505,78**	**267.231,07**
TOTAL GERAL	**30**	**35.516,33**	**42.974,76**	**1.617.231,08**	**1.704.650,75**	**1.789.883,29**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 11,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO MEMORANDO Nº 032/2022 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
TDE	2	1.900,00	2.299,00	56.693,34	59.757,91	62.745,80
TOTAL	**2**	**1.900,00**	**2.299,00**	**56.693,34**	**59.757,91**	**62.745,80**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATOS 010/2022 E 011/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADORA	1	1.800,00	2.178,00	26.854,74	28.306,38	29.721,70
PROFESSOR PEDAGOGIA	27	3.117,65	3.772,36	1.255.855,20	1.323.740,64	1.389.927,68
PROFESSOR LETRAS	4	3.117,65	3.772,36	186.052,62	196.109,73	205.915,21
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	2	3.117,65	3.772,36	93.026,31	98.054,86	102.957,61
PROFESSOR HISTÓRIA	1	3.117,65	3.772,36	46.513,16	49.027,43	51.478,80
TOTAL	**35**	**12.470,60**	**15.089,43**	**1.608.302,03**	**1.666.932,66**	**1.750.279,30**

LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
PROFESSOR PEDAGOGIA	3	3.117,65	3.772,36	139.539,47	147.082,29	154.436,41
TOTAL	**3**	**3.117,65**	**3.772,36**	**139.539,47**	**147.082,29**	**154.436,41**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
PROFESSOR PEDAGOGIA	5	3.117,65	3.772,36	232.565,78	245.137,16	257.394,01
TOTAL	**5**	**3.117,65**	**3.772,36**	**232.565,78**	**245.137,16**	**257.394,01**
TOTAL GERAL	**43**	**18.705,90**	**22.634,14**	**1.980.407,28**	**2.059.152,11**	**2.162.109,72**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO MEMORANDO Nº 027/2022 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
TDE	1	1.900,00	2.299,00	28.346,67	29.878,95	31.372,90
TOTAL	**1**	**1.900,00**	**2.299,00**	**28.346,67**	**29.878,95**	**31.372,90**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 008/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

				IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
MERENDEIRA	2	1.800,00	2.178,00	53.709,48	56.612,75	59.443,39
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.016,24	2.439,65	30.080,89	31.706,92	33.292,26
TOTAL	**3**	**3.816,24**	**4.617,65**	**83.790,37**	**88.319,67**	**92.735,65**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses						

19

Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO MEMORANDO Nº 021/2022-SEMAD - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
PROFESSOR ED. FISICA	1	3.177,65	3.844,96	47.408,31	49.970,98	52.469,53
TOTAL	**1**	**3.177,65**	**3.844,96**	**47.408,31**	**49.970,98**	**52.469,53**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
PROFESSOR ED. FISICA	1	3.177,65	3.844,96	47.408,31	49.970,98	52.469,53
TDE	4	1.900,00	2.299,00	113.386,68	119.515,81	125.491,60
TOTAL	**5**	**5.077,65**	**6.143,96**	**160.794,99**	**169.486,79**	**177.961,13**
TOTAL GERAL	**6**	**8.255,30**	**9.988,91**	**208.203,31**	**219.457,77**	**230.430,66**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 12,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2021, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2024: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 007/2022 - PROCESSO SELETIVO 001/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR	3	1.800,00	2.178,00	87.098,22	91.453,13	96.025,79
TOTAL	**3**	**1.800,00**	**2.178,00**	**87.098,22**	**91.453,13**	**96.025,79**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
MERENDEIRA	1	1.800,00	2.178,00	29.032,74	30.484,38	32.008,60
ZELADOR	1	1.800,00	2.178,00	29.032,74	30.484,38	32.008,60
TOTAL	**2**	**3.600,00**	**4.356,00**	**58.065,48**	**60.968,75**	**64.017,19**
TOTAL GERAL	**5**	**5.400,00**	**6.534,00**	**145.163,70**	**152.421,89**	**160.042,98**
MEMÓRIA DE CÁLCULO						

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência

20

Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 006/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

			IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO			
ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	2	2.016,24	2.439,65	65.041,08	68.293,13	71.707,79
MERENDEIRA	4	1.800,00	2.178,00	116.130,96	121.937,51	128.034,38
ZELADOR	6	1.800,00	2.178,00	174.196,44	182.906,26	192.051,58
TDE	11	1.900,00	2.299,00	337.102,37	353.957,49	371.655,36
TOTAL	**23**	**7.516,24**	**9.094,65**	**692.470,85**	**727.094,39**	**763.449,11**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.016,24	2.439,65	32.520,54	34.146,57	35.853,90
MERENDEIRA	1	1.800,00	2.178,00	29.032,74	30.484,38	32.008,60
ZELADOR	2	1.800,00	2.178,00	58.065,48	60.968,75	64.017,19
TDE	3	1.900,00	2.299,00	91.937,01	96.533,86	101.360,55
TOTAL	**7**	**7.516,24**	**9.094,65**	**211.555,77**	**222.133,56**	**233.240,24**
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70						
ZELADOR DE PÁTIO	1	2.016,24	2.439,65	32.520,54	34.146,57	35.853,90
MERENDEIRA	1	1.800,00	2.178,00	29.032,74	30.484,38	32.008,60
ZELADOR	2	1.800,00	2.178,00	58.065,48	60.968,75	64.017,19
TDE	20	1.900,00	2.299,00	612.913,40	643.559,07	675.737,02
TOTAL	**24**	**7.516,24**	**9.094,65**	**732.532,16**	**769.158,77**	**807.616,71**
TOTAL GERAL	**54**	**22.548,72**	**27.283,95**	**1.636.558,78**	**1.718.386,72**	**1.804.306,05**

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CONVOCAÇÃO ATO 002/2022 - PROCESSO SELETIVO 002/2021

ESTIMATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ART. 16 § 1° DA LRF

QUADRO I

VAGAS E REMUNERAÇÃO

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

21

ESPECIALIDADES	VAGAS	SALÁRIO	SALÁRIO COM ENCARGOS	2022	2023	2024
LOTAÇÃO - PROJETO ATIV. 2028 - ENS. FUNDAMENTAL						
ZELADORA	1	1.800,00	2.178,00	29.032,74	30.484,38	32.008,60
ZELADORA DE PÁTIO	1	2.016,24	2.439,65	32.520,54	34.146,57	35.853,90
TOTAL	**2**	**3.816,24**	**4.617,65**	**61.553,28**	**64.630,94**	**67.862,49**
MEMÓRIA DE CÁLCULO				-		
Para o exercício 2022: O cálculo foi elaborado a partir do salário multiplicando os subsídios por 13,33 mais 21% de previdência						
Para o exercício 2022: Cálculo acrescido 5% do exercício 2022, com subsidios por 13,33 meses						
Para o exercício 2023: Cálculo acrescido 5% do exercício 2023, com subsidios por 13,33 meses						

DEMONSTRATIVO DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA SUFICIENTE PARA ATENDER ÀS PROJEÇÕES DE DESPESA DE PESSOAL ART. 169 DA CF — INCISO 1, § 1º DO

QUADRO II					-	
ANÁLISE DA SUFICIÊNCIA FINANCEIRA LOA 2178/2021					-	
AÇÃO	FONTE DE RECURSOS	ELEMENTOS DE DESPESAS	VAGAS	DESPESA FIXADA PARA 2022 ATUALIZADA*	TOTAL CUMULATIVO DOS ATOS*	DÉFICIT/SALDO
2028 - MAN.E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.500.100.100	3190.0400/31901300	24	305.354,69	983.784,56	- 678.429,87
2028 - MAN.E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	1.500.100.100	3190.1100/31911300	22	2.076.879,53	2.266.063,37	- 189.183,84
2031 -MAN. DO TRANSPORTE ESCOLAR	1.500.100.100	3190.0400/31901300	9	215.558,00	623.351,38	- 407.793,38
2037 -MAN. APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	1.500.100.100	3190.0400/31901300	14	268.000,00	434.464,75	- 166.464,75
2037 -MAN. APRENDIZADO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	1.500.100.100	3190.1100/31911300	5	1.166.609,33	245.676,85	920.932,48
2038 -MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE	1.500.100.100	3190.0400/31901300	9	270.000,00	418.527,28	- 148.527,28
2038 -MAN. DO APRENDIZADO INFANTIL - CRECHE	1.500.100.100	3190.1100/31911300	5	742.848,01	208.108,52	534.739,49
2043 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	1.540.000.000	3190.0400/31901300	4	307.196,69	121.079,61	186.117,08
2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	1.540.107.000	3190.0400/31901300	109	3.579.133,23	3.430.856,01	148.277,22
2044 - ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	1.540.107.000	3190.1100/31911300	1	2.942.648,90	690.619,70	2.252.029,20
2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70	1.540.107.000	3190.0400/31901300	33	854.206,70	935.052,45	- 80.845,75
2045 - ENS. INFANTIL PRÉ-ESCOLA - FUNDEB 70	1.540.107.000	3190.1100/31911300	1	2.508.000,00	75.754,98	2.432.245,02

22

2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70	1.540.107.000	3190.0400/31901300	38	479.100,00	912.064,31	- 432.964,31
2048 - ENS. INFANTIL CRECHE - FUNDEB 70	1.540.107.000	3190.1100/31911300	3	1.744.527,14	310.588,04	1.433.939,10
2093 - TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEB 30%	1.540.000.000	3190.0400/31901300	17	338.000,00	617.702,21	- 279.702,21
					12.273.694,02	
***ACRESCIDO A DESPESA DE PESSOAL EM CURSO**						
		MEMÓRIA DE CÁLCULO				

A análise projeta a despesa comprometida com folha conforme empenhada no mês de janeiro para o restante os demais meses do exercício, férias e décimo terceiro, e dessa forma, somado resultado ao projetado na contratação do ato convocatório, deduzindo ambas as projeções da despesa fixada na LOA 2022, obtendo-se o resultado superávitario (comportando as despesas) ou deficitário (não suportando as contratações pretendidas).

ANÁLISE CONCLUSIVA DO IMPACTO SOB O ATO APRESENTADO

O MONTANTE APURADO CARACTERIZA UM IMPACTO REAL, SENDO AS CONTRATAÇÕES A TITULO SUBSTITUIÇÃO DE PESSOAL , CONFORME MEMORANDO 301/2022/SEMAD ONDE ANÁLISE DO IMPACTO EVIDENCIA QUE AS FONTES DE DESPESAS PREVISTAS NA LEI ORÇAMENTARIA -2178/2021- ABSORVE INTEGRALMENTE O IMPACTO GERADO PELO PROCESSO SELETIVO PRETENDIDO, NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIA QUANTO AS CONVOCAÇÕES PRETENDIDAS. CONFORME EVIDENCIADO NO QUADRO II.

Aripuanã, 12 de setembro de 2022.

SONIA A. ORTEGA GUERINO
SAORP
Portaria nº 13.807/2022

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.598/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2315 de 13 de setembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
08.003.26.782.0009.2054 – Manutenção da Logística Rodoviária		
3390.3000 – Material de Consumo	*1.500.000000*	1.050.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*1.500.000000*	150.000,00
	Total	***1.200.000,00***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

PORTARIA N.º 149/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **FLAVIA ALMEIDA DE ALCANTARA**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora **Sra. FLAVIA ALMEIDA DE ALCANTARA**, portadora do RG n.º 25438026 e do CPF n.º 053.000.271-03, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de TECNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL -TDE-N. PROF XIII B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 24/08/2022 e término em 07/10/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00145P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 14/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

SINFRA
LEI Nº. 2.321/2022.

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Aripuanã
Gabinete da Prefeita

LEI Nº. 2.321/2022.

SÚMULA:
"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL - PARA O QUADRIÊNIO 2022-2025 DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, INSTITUIDO PELA LEI Nº 2124/2021 DE 29 DE SETEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Art. 1º- Fica aprovada a Revisão referente ao Exercício de 2023 constante no Plano Plurianual do Quadriênio de 2022 – 2025 do Município de Aripuanã – MT, previsto na Lei 2124/2021 de 16 de setembro de 2021.

Parágrafo Único: A revisão do exercício financeiro de 2023, decorre do aprimoramento do processo de elaboração, avaliação e implementação dos Programas de Governo e da inclusão de políticas públicas oriundas de novas demandas não previstas no Plano Plurianual, e alterações pela revisão econômica nos valores globais das Ações previstas, se mantendo as demais bases estruturais da peça orçamentária.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN
Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

LUCIENE SOUZA DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins, nos termos do art. 69, V, da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura em 14/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA
Secretaria Municipal de Administração
Port. n° 14.831/2022

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Aripuanã
Gabinete da Prefeita

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 147/2022 que "**DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL - PARA O QUADRIÊNIO 2022-2025 DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, INSTITUIDO PELA LEI Nº 2124/2021 DE 29 DE SETEMBRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a compatibilização das peças de planejamento, com fulcro no § 7º do art. 165 da Constituição Federal, bem como, no art. 5º e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dessa forma, fator antecedente a apreciação e aprovação da Lei de diretrizes orçamentárias –LDO - para 2023.

Posta a demanda e consequente inclusão no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023, é fator que se impõe a revisão do estabelecido no Plano Plurianual

Assim, se tratando a alteração de inclusão de 02 (dois) programas orçamentários, com as ações correspondentes:

1. Programa 0026 – Segurança Pública – Ação 2095 – Manutenção do Convênio de Segurança Pública;
2. Programa 0027 – Controle de Zoonoses – Ação 2096 Ações Preventivas a Zoonoses.

Compreende, ainda, a revisão proposta na atualização dos valores estabelecidos na Lei 2124/2021, nas "Metas e Prioridades para o Exercício de 2023, 2024 e 2025", passando a vigorar na forma atualizada, com as inclusões referenciadas, anexo a este Projeto de Lei, sendo composto:

1. Demonstrativo da Despesa do PPA;
2. Demonstrativo de "Programas de Governo";

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN
Prefeita Municipal

ASSEORP

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

REVISÃO PPA 2022 A 2025

PROGRAMAS DE GOVERNO

Programa
0001 GESTAO, MANUTENCAO E SERVICOS ADMINISTRATIVOS
0002 OPERACOES ESPECIAIS
0003 MELHOR IDADE
0004 CRIANCA E ADOLESCENTE
0005 ATENDIMENTO SOCIAL
0006 ENSINO PARA TRANSFORMACAO
0007 PRO CIDADE
0008 LIMPEZA URBANA
0009 PRO ESTRADAS
0010 SANEAMENTO BASICO
0011 GESTAO ADMINISTRATIVA SEMUSA
0012 CIDADE ILUMINADA
0013 ATENÇÃO PRIMARIA
0014 COVID-19
0015 ASSISTENCIA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
0016 VIGILANCIA EM SAUDE
0017 ASSISTENCIA FARMACEUTICA
0018 GESTAO EM SAÚDE
0019 INVESTIMENTOS ESTRUTURAIS EM SAUDE
0020 INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR
0021 MAIS VERDE
0022 APOIO AS ETNIAS INDIGENAS
0023 SUSTENTABILIDADE E TURISTICO
0024 ESPORTE E LAZER DA CIDADE
0025 SOMANDO SABERES CULTURAIS
0026 SEGURANÇA PÚBLICA
0027 CONTROLE ZOONOSES
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA

Aripuanã, 30 de agosto de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN
Prefeita Municipal

13/09/2022 1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71
Praça São Francisco de Assis, nº 128 - Centro - CEP 78.325-000 - Aripuanã/MT
(66) 3565-3900- ouvidoria@aripuana.mt.gov.br - https://www.aripuana.mt.gov.br/

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO PPA
Lei do PPA de 2022 à 2025

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Código Completo	Órgão e Unidade	Código da função	Código da Subfunção	Código do programa	Código da ação	2022	2023	2024	2025
01.001.01.031.0001.1001	01.001	01	031	0001	1001	200.000,00		200.000,00	
01.001.01.031.0001.1002	01.001	01	031	0001	1002	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00
01.001.01.031.0001.2001	01.001	01	031	0001	2001	4.605.103,50	5.212.824,83	5.367.732,82	5.722.640,82
02.001.04.122.0001.2002	02.001	04	122	0001	2002	2.548.200,00	3.121.052,40	3.342.022,91	3.562.993,42
02.001.04.124.0001.2003	02.001	04	124	0001	2003	262.500,00	361.095,44	386.661,00	412.226,55
02.001.06.181.0026.2095	02.001	06	181	0026	2095		100.000,00	107.080,00	114.160,00
03.001.04.122.0001.2004	03.001	04	122	0001	2004	2.207.000,00	2.121.534,00	2.271.738,61	2.421.943,21
03.001.04.128.0001.2094	03.001	04	128	0001	2094	33.000,00	39.982,40	42.813,15	45.643,91
03.001.04.131.0001.2005	03.001	04	131	0001	2005	277.000,00	298.116,00	319.222,61	340.329,23
04.001.04.122.0001.1003	04.001	04	122	0001	1003	31.500,00	102.000,00	109.221,60	116.443,20
04.001.04.122.0001.2006	04.001	04	122	0001	2006	1.583.300,00	2.028.667,84	2.172.297,52	2.315.927,21
04.001.04.122.0001.2007	04.001	04	122	0001	2007	239.500,00	280.500,00	300.359,40	320.218,80
04.001.04.122.0001.2009	04.001	04	122	0001	2009	663.500,00	157.000,00	168.115,60	179.231,20
04.001.04.128.0001.2008	04.001	04	128	0001	2008	30.000,00	36.000,00	38.548,80	41.097,60
04.002.09.272.0001.2010	04.002	09	272	0001	2010	717.000,00	1.310.280,00	1.403.047,82	1.495.815,65
04.002.09.272.0001.2090	04.002	09	272	0001	2090	3.300.000,00	4.303.040,00	4.607.695,23	4.912.350,46
04.002.99.997.0001.2011	04.002	99	997	0001	2011	2.593.000,00	3.815.900,90	4.086.066,68	4.356.232,47
05.001.04.123.0001.2012	05.001	04	123	0001	2012	4.630.500,00	5.967.908,00	6.470.745,90	6.898.583,77
05.001.04.128.0001.2013	05.001	04	128	0001	2013	50.000,00	53.540,00	57.330,63	61.121,26
05.001.28.846.0002.9001	05.001	28	846	0002	9001	1.316.599,24	1.793.152,26	1.920.107,45	2.047.062,63
05.001.28.846.0002.9006	05.001	28	846	0002	9006	45.000,00	48.186,00	51.597,57	55.009,14
06.001.08.122.0001.2014	06.001	08	122	0001	2014	837.200,00	1.115.512,00	1.194.490,25	1.273.468,50
06.002.08.128.0005.2024	06.002	08	128	0005	2024	26.000,00	35.000,00	37.478,00	39.956,00
06.002.08.241.0003.2016	06.002	08	241	0003	2016	451.600,00	521.120,00	558.015,30	594.910,59
06.002.08.243.0004.2015	06.002	08	243	0004	2015	355.200,00	376.340,00	402.984,87	429.629,74
06.002.08.243.0004.2017	06.002	08	243	0004	2017	368.000,00	459.900,00	492.460,92	525.021,84
06.002.08.244.0005.2018	06.002	08	244	0005	2018	588.200,00	649.720,00	695.720,18	741.720,35
06.002.08.244.0005.2019	06.002	08	244	0005	2019	965.100,00	1.222.472,80	1.309.023,87	1.395.574,95

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71
Praça São Francisco de Assis, nº 128 - Centro - CEP 78.325-000 - Aripuanã/MT
(66) 3565-3900- ouvidoria@aripuana.mt.gov.br - https://www.aripuana.mt.gov.br/

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO PPA
Lei do PPA de 2022 à 2025

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Código Completo	Órgão e Unidade	Código da função	Código da Subfunção	Código do programa	Código da ação	2022	2023	2024	2025
06.002.08.244.0005.2020	06.002	08	244	0005	2020	667.020,00	963.296,80	1.031.498,21	1.099.699,63
06.002.08.244.0005.2021	06.002	08	244	0005	2021	52.900,00	56.645,32	60.655,81	64.666,30
06.002.08.244.0005.2022	06.002	08	244	0005	2022	332.643,25	286.457,60	306.738,80	327.020,00
06.002.08.244.0005.2023	06.002	08	244	0005	2023	21.000,00	21.000,00	22.486,80	23.973,60
07.002.12.128.0006.2026	07.002	12	128	0006	2026	33.200,00	35.550,56	38.067,54	40.584,52
07.002.12.128.0006.2041	07.002	12	128	0006	2041	35.000,00	42.548,00	45.560,40	48.572,80
07.002.12.361.0006.1004	07.002	12	361	0006	1004	200.000,00	10.000,00	10.708,00	11.416,00
07.002.12.361.0006.1005	07.002	12	361	0006	1005	25.000,00	26.770,00	28.665,32	30.560,63
07.002.12.361.0006.1006	07.002	12	361	0006	1006	65.000,00	21.062,00	22.553,19	24.044,38
07.002.12.361.0006.1007	07.002	12	361	0006	1007	30.000,00	15.000,00	16.062,00	17.124,00
07.002.12.361.0006.1008	07.002	12	361	0006	1008	75.000,00	414.000,00	443.311,20	472.622,40
07.002.12.361.0006.2025	07.002	12	361	0006	2025	700.000,00	1.410.864,52	1.586.397,70	1.691.280,87
07.002.12.361.0006.2027	07.002	12	361	0006	2027	25.000,00	40.000,00	42.832,00	45.664,00
07.002.12.361.0006.2028	07.002	12	361	0006	2028	3.158.560,00	5.786.200,00	6.195.862,96	6.605.525,92
07.002.12.361.0006.2029	07.002	12	361	0006	2029	735.000,00	950.000,00	1.017.260,00	1.084.520,00
07.002.12.361.0006.2030	07.002	12	361	0006	2030	3.000,00	2.000,00	2.141,60	2.283,20
07.002.12.361.0006.2031	07.002	12	361	0006	2031	4.795.700,00	6.476.808,00	6.935.366,01	7.393.924,01
07.002.12.361.0006.2032	07.002	12	361	0006	2032	198.500,00	11.200,00	11.992,96	12.785,92
07.002.12.361.0006.2034	07.002	12	361	0006	2034	106.000,00	250.000,00	267.700,00	285.400,00
07.002.12.361.0006.9002	07.002	12	361	0006	9002	353.125,00	378.000,00	404.762,40	431.524,80
07.002.12.364.0006.2036	07.002	12	364	0006	2036	399.060,00	1.037.990,00	1.111.479,69	1.184.969,38
07.002.12.365.0006.1009	07.002	12	365	0006	1009	15.000,00	15.000,00	16.062,00	17.124,00
07.002.12.365.0006.1010	07.002	12	365	0006	1010	150.000,00	50.000,00	53.540,00	57.080,00
07.002.12.365.0006.1015	07.002	12	365	0006	1015	27.000,00	39.000,00	41.761,20	44.522,40
07.002.12.365.0006.1016	07.002	12	365	0006	1016	43.000,00	54.000,00	57.823,20	61.646,40
07.002.12.365.0006.2033	07.002	12	365	0006	2033	75.000,00	150.000,00	160.620,00	171.240,00
07.002.12.365.0006.2037	07.002	12	365	0006	2037	1.710.000,00	2.332.000,00	2.497.105,60	2.511.330,74
07.002.12.365.0006.2038	07.002	12	365	0006	2038	1.255.000,00	1.830.200,00	1.959.778,16	2.089.356,32
07.002.12.365.0006.2039	07.002	12	365	0006	2039	350.930,00	540.562,00	578.833,79	617.105,58
07.002.12.365.0006.2040	07.002	12	365	0006	2040	361.395,00	776.680,00	831.668,94	886.657,89
07.002.12.365.0006.9003	07.002	12	365	0006	9003	150.000,00	165.000,00	176.682,00	188.364,00
07.002.12.365.0006.9004	07.002	12	365	0006	9004	62.500,00	80.000,00	85.664,00	91.328,00
07.002.12.366.0006.2035	07.002	12	366	0006	2035	111.630,00	146.100,00	156.443,88	166.787,76

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ
CNPJ 03.507.498/0001-71
Praça São Francisco de Assis, nº 128 - Centro - CEP 78.325-000 - Aripuanã/MT
(66) 3565-3900- ouvidoria@aripuana.mt.gov.br - https://www.aripuana.mt.gov.br/

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO PPA
Lei do PPA de 2022 à 2025

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Código Completo	Órgão e Unidade	Código da função	Código da Subfunção	Código do programa	Código da ação	2022	2023	2024	2025
07.002.12.367.0006.2042	07.002	12	367	0006	2042	594.320,00	761.400,00	815.307,12	869.214,24
07.002.12.843.0002.9005	07.002	12	843	0002	9005	350.000,00	145.642,48		
07.003.12.361.0006.2043	07.003	12	361	0006	2043	1.482.515,58	1.811.700,00	1.939.968,36	2.068.236,72
07.003.12.361.0006.2044	07.003	12	361	0006	2044	7.882.101,00	13.556.500,00	14.516.300,20	15.476.100,40
07.003.12.361.0006.2093	07.003	12	361	0006	2093	2.338.600,00	1.813.700,00	1.942.109,96	2.070.519,92
07.003.12.365.0006.2045	07.003	12	365	0006	2045	3.195.400,00	7.082.600,00	7.584.048,08	8.236.376,62
07.003.12.365.0006.2046	07.003	12	365	0006	2046	162.000,00	100.000,00	107.080,00	114.160,00
07.003.12.365.0006.2047	07.003	12	365	0006	2047	1.718.000,00	1.619.000,00	1.733.625,20	1.848.250,40
07.003.12.365.0006.2048	07.003	12	365	0006	2048	2.231.383,42	4.116.500,00	4.407.948,20	4.699.396,40
08.001.04.122.0001.2049	08.001	04	122	0001	2049	1.028.200,00	1.456.540,00	1.559.663,03	1.662.786,06
08.001.04.128.0001.2050	08.001	04	128	0001	2050	20.000,00	20.000,00	21.416,00	22.832,00
08.002.15.451.0007.2051	08.002	15	451	0007	2051	6.068.271,93	11.040.876,00	12.307.023,22	11.829.948,07
08.002.15.451.0007.2052	08.002	15	451	0007	2052	1.882.200,00	2.379.900,00	2.548.396,92	2.716.893,84
08.002.15.452.0008.2053	08.002	15	452	0008	2053	1.788.200,00	4.327.300,00	4.633.672,84	4.940.045,68
08.003.26.782.0009.2054	08.003	26	782	0009	2054	8.242.471,00	10.006.573,34	10.716.185,33	11.402.676,30
08.004.17.512.0010.2055	08.004	17	512	0010	2055	4.254.950,00	5.493.750,00	5.882.707,50	6.271.665,00
08.005.25.752.0012.2056	08.005	25	752	0012	2056	2.786.820,00	7.946.140,00	8.508.726,71	9.071.313,42
09.001.10.122.0011.2057	09.001	10	122	0011	2057	1.014.432,00	1.836.700,00	1.966.738,36	2.096.776,72
09.001.10.846.0002.9007	09.001	10	846	0002	9007	20.000,00	20.000,00	21.416,00	22.832,00
09.002.10.122.0018.1014	09.002	10	122	0018	1014				1.250.000,00
09.002.10.122.0018.2058	09.002	10	122	0018	2058	22.900,00	25.000,00	26.770,00	28.540,00
09.002.10.128.0018.2059	09.002	10	128	0018	2059	40.000,00	40.000,00	42.832,00	45.664,00
09.002.10.301.0013.2060	09.002	10	301	0013	2060	1.350.528,00	1.689.430,00	1.809.041,64	1.928.653,29
09.002.10.301.0013.2061	09.002	10	301	0013	2061	763.100,00	832.600,00	891.548,08	950.496,16
09.002.10.301.0013.2062	09.002	10	301	0013	2062	6.068.200,00	6.810.200,00	7.292.362,16	7.774.524,32
09.002.10.301.0013.2089	09.002	10	301	0013	2089	555.000,00	605.000,00	647.834,00	690.668,00
09.002.10.301.0014.1011	09.002	10	301	0014	1011	1.371.200,00	15.800,00	16.918,64	18.037,28
09.002.10.301.0019.2064	09.002	10	301	0019	2064		200.000,00		
09.002.10.302.0014.1012	09.002	10	302	0014	1012	2.879.700,00	15.700,00	16.811,56	17.923,12
09.002.10.302.0015.2065	09.002	10	302	0015	2065	11.342.419,00	14.324.000,00	15.338.139,20	16.352.278,40
09.002.10.302.0015.2066	09.002	10	302	0015	2066	1.990.000,00	2.430.000,00	2.602.044,00	2.774.088,00
09.002.10.302.0015.2067	09.002	10	302	0015	2067	657.200,00	813.000,00	870.560,40	928.120,80
09.002.10.302.0015.2068	09.002	10	302	0015	2068	447.000,00	480.000,00	513.984,00	547.968,00

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DO PPA
Lei do PPA de 2022 à 2025

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Código Completo	Órgão e Unidade	Código da função	Código da Subfunção	Código do programa	Código da ação	2022	2023	2024	2025
09.002.10.302.0015.2069	09.002	10	302	0015	2069	185.700,00	1.111.400,00	1.190.087,12	1.268.774,24
09.002.10.302.0019.1013	09.002	10	302	0019	1013				1.200.000,00
09.002.10.302.0019.2063	09.002	10	302	0019	2063		250.000,00		
09.002.10.303.0017.2070	09.002	10	303	0017	2070	369.700,00	499.500,00	534.864,60	570.229,20
09.002.10.304.0016.2071	09.002	10	304	0016	2071	225.000,00	355.240,00	380.390,99	405.541,98
09.002.10.304.0027.2096	09.002	10	304	0027	2096		150.000,00	160.620,00	171.240,00
09.002.10.305.0016.2072	09.002	10	305	0016	2072	1.149.800,00	1.278.400,00	1.368.910,72	1.459.421,44
10.001.20.122.0020.2075	10.001	20	122	0020	2075	1.046.200,00	1.060.900,00	1.136.011,72	1.211.123,44
10.001.20.128.0001.2078	10.001	20	128	0001	2078	32.500,00	28.000,00	29.982,40	31.964,80
10.001.20.608.0020.2073	10.001	20	608	0020	2073	128.100,00	128.100,00	137.169,48	146.238,96
10.001.20.608.0020.2074	10.001	20	608	0020	2074	500.000,00	520.000,00	556.816,00	593.632,00
10.001.20.608.0020.2076	10.001	20	608	0020	2076	1.932.364,00	1.523.500,00	1.631.363,80	1.739.227,60
10.001.20.608.0020.2077	10.001	20	608	0020	2077	522.520,00	712.200,00	762.623,76	813.047,52
11.001.04.128.0001.2079	11.001	04	128	0001	2079	16.200,00	23.000,00	24.628,40	26.256,80
11.001.18.423.0021.2084	11.001	18	423	0021	2084	280.000,00	308.000,00	329.806,40	351.612,80
11.001.18.541.0021.2080	11.001	18	541	0021	2080	778.200,00	1.218.800,00	1.305.091,04	1.391.382,08
11.001.18.541.0021.2081	11.001	18	541	0021	2081	159.000,00	227.000,00	243.071,60	259.143,20
12.001.04.128.0001.2091	12.001	04	128	0001	2091	23.000,00	30.000,00	32.124,00	34.248,00
12.001.23.695.0023.2085	12.001	23	695	0023	2085	1.242.370,00	1.512.260,00	1.619.328,01	1.726.396,02
12.002.13.392.0025.2086	12.002	13	392	0025	2086	587.200,00	1.170.495,00	1.288.766,05	1.371.637,09
12.003.27.812.0024.2087	12.003	27	812	0024	2087	832.050,00	1.164.500,00	1.246.946,60	1.329.393,20
13.001.04.122.0001.2088	13.001	04	122	0001	2088	1.081.850,00	1.434.600,00	1.536.169,68	1.637.739,36
13.001.04.128.0001.2092	13.001	04	128	0001	2092	15.000,00	19.000,00	20.345,20	21.690,40
99.999.99.999.9999.9999	99.999	99	999	9999	9999	459.892,08	530.000,00	567.524,00	605.048,00
					TOTAL GERAL:	**131.659.924,00**	**179.315.226,49**	**192.014.484,33**	**205.611.991,24**

ARIPUANÃ - MT, 30 de agosto de 2022

SELUIR PEIXER REGHIN
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 152/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **MARY GLAYCIANE GULARTE DOS SANTOS** ."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. **MARY GLAYCIANE GULARTE DOS SANTOS**, portadora do RG n.º 00001025091 e do CPF n.º 014.174.782-09, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 1 - CLASSE B, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 13/09/2022 e término em 16/09/2022 , conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00147P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 14/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA Secretária Municipal de Administração Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 150/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. **JOANIR DE ABREU**."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**, a servidora Sra. JOANIR DE ABREU, portadora do RG n.º 107598 e do CPF n.º 111.402.831-20, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de PROFESSOR 3 - CLASSE C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com vencimentos integrais, a partir de 04/08/2022 e término em 15/01/2023, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00146P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 14/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

PORTARIA N.º 151/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora Sra. EDYLAINA APARECIDA DE SOUZA."

A Secretaria Municipal de Administração de Aripuanã , Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 75, da Lei Complementar n.º 166/2020 PLC Nº 014-2020, que reformulou o estatuto dos servidores públicos do município;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora Sra. EDYLAINA APARECIDA DE SOUZA, portadora do RG n. º 663.676 e do CPF n.º 011.173.531-92, residente e domiciliada neste município, efetiva no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE VII, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com vencimentos integrais, a partir de 20/09/2022 e término em 01/10/2022, conforme processo administrativo do FAPEMA, n.º 2022.05.00144P .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Aripuanã - MT, 14/09/2022.

LUCIENE SOUZA DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Gestora do RPPS

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
SETIMO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2022

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 8/2022

Aos **quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **"ÓRGÃO GERENCIADOR",** representado pela Prefeita Municipal**, Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDA** inscrita no **CNPJ Nº. 00.449.484/0003-12,** Inscrição Estadual N.º 133871037, Inscrição Municipal N.º 403545921 com sede na Rua 13 de Maio, n.º 857 – Bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP N.º 78325-000, Telefone: (066) 3565-2580, e-mail: trrkrupinskiaripuana@gmail.com, representada por seu procurador **Sr. Leandro Moreira**, portador do RG N.º 1148225-7 SSP/MT e CPF N.º 650.647.631-15, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 08/2022,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o *registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível no atacado (diesel S10 e diesel S500) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã/MT.*

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Seq.	Item	Descrição	Un	Valor Reajustado
01	675738	OLEO DIESEL B S-10 NO ATACADO	LITRO	**R$ 7,10**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços n.º 08/2022.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 14 de setembro de 2022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDA

CNPJ N.º 00.449.484/0003-12

Leandro Moreira

CPF N.º 650.647.631-15

Procurador

Testemunhas:

Maria Gabriele da Conceição Santos Angélica Carvalho Viana CPF N.º 002.377.252-23 CPF N.º 046.819.131-38

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO N°. 4.599/2022

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 1.352,55 (UM MIL TREZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 2.316 de 13 de setembro de 2022 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ R$ 1. 352,55 (um mil trezentos cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento Da Despesa	**Fonte**	***Valor R$***
09.002.10.301.0013.2062 – Manutenção das ações das APS		
3390.9300 – Indenizações e Restituições	*2.632. 000000*	1. 352,55
Total		***1.352,55***

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã aos 14 dias do mês de setembro de 2.022.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se
ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

MAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

LEI Nº. 643/2022, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER PREMIAÇÃO EM DINHEIRO PARA O TORNEIO DE CORRIDA DE CAVALOS A SER REALIZADO NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DE JOSELÂNDIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, **MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, no uso de suas atribuições conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder premiação em dinheiro ao campeão; vice-campeão e terceiro lugar, colocado do Torneio de Corrida de Cavalos na Comunidade de São Pedro de Joselândia no Município de Barão de Melgaço-MT.

Parágrafo único. A premiação será distribuída para cada categoria da seguinte forma:

PRIMEIRA FORÇA: 1º lugar: R$3.000,00 (três mil reais); 2º lugar: R$2. 000,00 (dois mil reais) e 3º lugar R$ 500,00 (quinhentos reais).

SEGUNDA FORÇA:1º lugar: R$ 2.000,00 (dois mil reais); 2º lugar: R$1. 000,00 (mil reais) e 3º lugar R$ 500,00 (setecentos reais).

Art. 2º. Os valores em dinheiro serão pagos diretamente aos vencedores por meio de recibo diretamente na Secretaria Municipal de Finanças, livre de impostos, taxas e demais retenções.

Art. 3º. As Despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barão de Melgaço – MT, 02 de Setembro de 2022.

MARGARETH CONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

LEI 642/2022, DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DA PADROEIRA DO MUNICÍPIO, NOSSA SENHORA DAS DORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Prefeita Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, **MARGARETH GONÇALVES DA SILVA**, no uso de suas atribuições conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ela **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a Paróquia Nossa Senhora das Dores a ser destinado para o custeio das festividades em comemoração da padroeira do município de Barão de Melgaço/MT.

Art. 2º. Sem prejuízo ao disposto no art. 1º desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio para a comemoração do dia da padroeira da cidade mediante a locação de equipamentos de sonorização.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Barão de Melgaço – MT, 02 de Setembro de 2022.

MARGARETH CONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EXTRATO DE CONTRATO N° 228/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 228/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: VALTON MARQUES DE BARROS JUNIOR LTDA

CNPJ: 47.188.002/0001-10

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBREAVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM UBS – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

VALOR: R$ 414.000,00 (QUATROCENTOS E QUATORZE MIL REAIS)

VIGÊNCIA: 14/09/2022 ATE 14/09/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 035/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 035/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 18.774/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 14/09/2022, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 035/2022, que teve como vencedores as empresas: DUME COMBUSTIVEIS BARRA DO GARÇAS LTDA EPP, CNPJ: 29.111.679/0001-09 e RODOCAR AUTO POSTO LTDA, CNPJ Nº 07.328.970/0003-21.

Barra do Garças / MT, 14 de setembro de 2022.

Marcelo dos Santos Lopes

Pregoeiro Substituto

EXTRATO DE CONTRATO N° 230/2022

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 037/2022

CONTRATO Nº. 230/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: TIAGO F. MALTEZ

CNPJ: 46.925.965/0001-96

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, SOBREAVISO, CONSULTAS, CLÍNICA MÉDICA EM UBS – UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

VALOR: R$ 165.600,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 14/09/2022 ATE 14/09/2023

ATO EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00005 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

ATO EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 00005 de 14 de Setembro de 2022

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termosdoartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Constatação e Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital. **SUJEITO(S) PASSIVO(S):** ANTONIO RUBENS FAGUNDES PEREIRA **CPF/CNPJ:** 078.495.911-00 **TCI** 9035//00061/2022; ANTONIO RUBENS FAGUNDES PEREIRA **CPF/CNPJ:** 078.495.911-00 **TCI** 9035/00062/2022; MAURO LUCCHESE RODRIGUES (ESPOLIO DE) **CPF/CNPJ:** 130.196.278.278-34 **TCI** 9035/00060/2022;

ASS LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

CAR AUDITOR TRIBUTÁRIO MATRÍCULA: 079

DATBarra do Garças – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ATO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00004 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termosdoartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da(s) Notificação de Lançamento (ITR) a seguir identificada(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital. **SUJEITO(S) PASSIVO(S):** FRANCISCO CHIAPINI **CPF/CNPJ:** 092.816.898-04 **NL** 9035/00091/2022; FRANCISCO CHIAPINI **CPF/CNPJ:** 092.816.898-04 **NL** 9035/00092/2022; MARCAL MASCONI **CPF/CNPJ:** 117.520.828-00 **NL** 9035/00093/2022; MARCAL MASCONI **CPF/CNPJ:** 117.520.828-00 **NL** 9035/00094/2022;.

ASS LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

CAR AUDITOR TRIBUTÁRIO MATRÍCULA: 079

DAT Barra do Garças – MT, 14 de Setembro de 2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Objeto	CONTRATAÇÃO de um Pessoa Jurídica de Direito Privado para apresentação do SHOW NACIONAL COM A DUPLA MARIO E THIZIL no dia 18/09 durante a realização do "ENCONTRO NAUTICO DE BARRA DO GARÇAS", festa de aniversário desta Municipalidade.
Favorecido	Empresa: M. LUIZ ZAMPIERI- EPP CNPJ: 25.079.396/0001-35
Valor Global	R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Fundamento Legal	Art. 25, III da Lei 8.666/93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Inexigibilidade nº **159/2022**.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº **159/2022**, Modalidade nº **020/2022** nos termos do Art. 25, III da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Barra do Garças/MT 14 de Setembro de 2022.

Adilson Gonçalves de Macedo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PP 038/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2022

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 18.774/2022, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, Lei Complementar nº. 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 038/2022.

OBJETO: **Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Execução de Serviços para Regularização Fundiária/Demarcação Urbanística Necessárias a Efetivação da Regularização Fundiária de Áreas Urbanas Informais Conforme Lei Federal nª 13.465/2017 do Município de Barra do Garças/MT.**

REALIZAÇÃO: **29/09/2022**.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: **08h00min**

INICIO DO CERTAME: **08h30min**

Horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, no horário das 07h00-min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, no site da prefeitura https://www.barradogarcas.mt.gov.br/ e no e-mail: licitacao@barradogarcas.mt.gov.br. pregao@barradogarcas.mt.gov.br.

BARRA DO GARÇAS - MT, 14 de setembro de 2022.

Danilson Pereira Brito Pregoeiro

ATO EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00003 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termosdoartigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, **INTIMA** o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s). Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital. **SUJEITO(S) PASSIVO(S):** OTAVENIR ALVES DE SOUZA **CPF/CNPJ:** 085.753.041-00 **TIF** 9035/00272/2021; FRANCISCO CHIAPINI **CPF/CNPJ:** 092.816.898-04 **TIF** 9035/00007/2022;. FRANCISCO CHIPANI **CPF/CNPJ** 092.816.898-04 **TIF** 9035/00009/2022;. FRANCISCO CHIAPINI **CPF/CNPJ**: 092.816.89-04 **TIF** 9035/00010/2022;. ADILIO DE SOUZA CASTRO **CPF**: 313.069.000-00 **TIF** 9035/00011/2022;. ADRIANA SOUZA DE OLIVEIRA **CPF**: 013.434.971-75 **TIF** 9035/00012/2022;.

ASS LINDOMAR CAMPOS RODRIGUES

CAR AUDITOR TRIBUTÁRIO MATRÍCULA: 079

DATBarra do Garças – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 229/2022.

CONTRATO N° 229/2022.

INEXIGIBILIDADE Nº 020/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS.

CNPJ: 03.439.239/0001-50

CONTRATADA: M LUIZ ZAMPIERE

CNPJ: 27.778.102/0001-99

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM contratação SHOW NACIONAL COM A DUPLA MARIO E THIZIL NO DIA 18/09 DURANTE A REALIZAÇÃO DO “ENCONTRO NÁUTICO DE BARRA DO GARÇAS”, FESTA DE ANIVERSÁRIO DESTA MUNICIPALIDADE, em atendimento ao plano municipal de ações culturais da Secretaria da Cultura, adstritas a Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT.

VALOR: R$ R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2022 à 31/12/2022.

Barra do Garças-MT, 14 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2022

O Município de Bom Jesus do Araguaia, torna público aos interessados que procedeu a Retificação do Edital e anexos da **TOMADA DE PREÇO nº 06/2022**, que tem como objeto a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO BLOCO PSF URBANO DO MUNICIPIO, conforme memorial descritivo planilha orçamentária e cronograma físico financeiro,anexos ao edital correspondente*** **, passando a Realizar no dia 03 de Outubro de 2.022**, às **09h00min (horário local)** no Endereço, Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 089/2022 na Modalidade Tomada de Preço Nº. 06/2022**, **Tipo Menor Preço.** Na sala do Setor de Licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal no Endereço: Avenida Marco Aurelio Fullin, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; no horário das 7h30min as 11h30min e das 13h30min às 17h00min através do e-mail bjalicitacao@gmail.com ou no site da Prefeitura mais informações pelo telefone 66-3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia – MT, 14 de Setembro de 2022.

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

RESOLUÇÃO N.º 007/2022

RESOLUÇÃO N.º 007/2022

Dispõe sobre a deliberação e Aprovação do repasse de recursos no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para Instalação de Energia Solar na Sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Brasnorte.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, de Brasnorte- MT, reunidos no dia 13 de setembro de 2022 em reunião ordinária, registrada na ata de nº 007/2022, nas dependências da Secretaria de Assistência Social, situada na rua Campo Grande nº 989- Bairro Nosso Lar, município de Brasnorte, no uso de suas atribuições legais com base no que confere a lei municipal.

RESOLVE: Artigo 1º - Aprovar o repasse de recursos no valor de R$50.000,00 (Cinquenta mil reais) procedente do Edital nº 01/2022, pela Proposta de Manifestação de Interesse Social da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS – APAE, sendo investido na Instalação de Energia Solar na Sede da APAE.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

_____

Sabrina Moura Delmondes Oliveira

Presidente do CMAS

Conselheiro (a)_____

Conselheiro (a)_____

Rua Campo Grande, nº 989, Nosso Lar- Brasnorte/MT. CEP 78350-000

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2022

AVISO DE RESULTADO

Pregão Presencial Nº 051/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação com modalidade Pregão Presencial nº 051/2022 realizada dia 30 de agosto de 2022 às 07:30 horas (horário local), e finalizado dia 01 de setembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro David Eduardo Caeron Magrini e a Equipe de apoio nomeados pela portaria 473/2022, tendo como objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de insumos hospitalares, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Brasnorte-MT. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Quantidade de itens: 255 (duzentos e cinquenta e cinco). Teve como vencedoras as empresas: **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 03.250.803/0001-92, para os itens 5, 10, 29, 49, 66, 98, 99, 100, 103, 112, 115, 117, 125, 126, 133, 134, 157, 158, 170, 171, 194, 197, 201 e 202, com valor total final de R$ 43.658,00 (quarenta e três mil e seiscentos e cinquenta e oito reais); **LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.391.064/0001-99, para os itens 15, 17, 24, 48, 188, 189, 190, 191, 192, 193, e 244, com valor total final de R$ 40.947,50 (quarenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos); **SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 06.065.614/0001-38, para os itens 3, 4, 9, 14, 21, 22, 42, 52, 155, 156, 159, 160, 161,162, 163, 164, 165, 167, 198, 208, 209, 212, 219, 228, e 246, com valor total final de R$ 78.576,00 (setenta e oito mil e quinhentos e setenta e seis reais); **C.A. HOSPITALAR EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 26.457.348/0001-04, para os itens 16, 18, 23, 27, 28, 45, 46, 51, 59, 62, 67, 79, 84, 90, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 152, 154, 169, 245, 249, 252, 253, 254, e 255, com valor total final de R$ 67.346,10 (sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e dez centavos); **DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.326.495/0001-06, para os itens 1, 2, 12, 13, 26, 30, 31, 33, 39, 50, 54, 55, 56, 65, 91, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 116, 122, 123, 124, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 199, 200, 205, 207, 210, 211, 216, 217, 218, 222, 223, 225, 232, 235, 236, 237, 238, 240, 242, 243, 247, 248, 250, e 251, com valor total final de R$ 999.135,20 (novecentos e noventa e nove mil, cento e trinta e cinco reais e vinte centavos); **L.E. COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.134.704/0001-22, para os itens 6, 7, 8, 11, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 88, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 118, 120, 135, 139, 166, 185, 187, 195, 196, 203, 204, 206, 213, 214, 215, 220, 221, 231, 233, 234, e 239, com valor total final de R$ 314.110,00 (trezentos e quatorze mil e cento e dez reais); **CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 39.610.184/0001-47, para os itens 19, 20, 53, 78, 113, e 114, com valor total final de R$ 94.470,00(noventa e quatro mil e quatrocentos e setenta reais).Os itens 32;44;47;71;80;81;83;85;86;87;89;119;121;127;128;151;153;172;173;174;224;226;227;229;230;241 foram declarados FRACASSADOS.

Brasnorte - MT, 14 de setembro de 2022.

Adjudico e Homologo a presente licitação, Edelo Marcelo Ferrari, Prefeito.

AVISO DE EXTRATO A ADESÃO N. 017/2022

AVISO DE EXTRATO A ADESÃO N. 017/2022

A Prefeitura Municipal de Brasnorte-MT, torna público a Adesão Ata de Registro de Preços nº 070/2022 oriunda do Pregão Presencial nº 018/2022 da Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, objeto: Contratação de Empresa Especializada em Tecnologia da Informação para o Fornecimento de licença de direito de uso de softwares integrados e unificados para atender a Secretaria de Educação e suas escolas nas áreas: Administrativa, Estatística, Pedagógica, interação em tempo real com os sistemas do Inep/Mec e Receita Federal, Diário Eletrônico, B.I. (Inteligência de Negócios), Distribuição e Controle da Merenda, Contagem de Pontos dos Profissionais da Educação, Atribuição de Aulas dos Profissionais da Educação, Rematrícula Digital, Pré-matrícula Digital, Lista de Espera Digital, Gerenciamento e envio do SMS aos responsáveis, Sistema Financeiro de Prestação de Contas das unidades escolares, com suporte técnico e garantia. Empresa Fornecedora: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP** CNPJ: **17.468.557/0001-54**. Vigência da Ata de Registro de Preço nº 070/2022: 12 meses, vigente até 17 de maio de 2023. Valor total da Adesão (R$): 207.821,00 (duzentos e sete mil e oitocentos e vinte e um reais).

Brasnorte – MT, 13 de setembro de 2022.

David Eduardo Caeron Magrini, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2022 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO UNIFICADO - PSS Nº 004/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2022

A Prefeitura de Cáceres, MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município de Cáceres, Lei Complementar nº 25/1997, Lei Complementar nº 48/2003, Lei Complementar nº 47/2003, Lei nº 1.931/2005, Lei Municipal nº 2.121/2008, Lei Complementar nº 110/2017, Lei Municipal nº. 2.717/2018, Lei nº 2.986/2021, Lei nº 2.989/2021, Lei Complementar nº 168/2021, Torna Público o Edital Complementa 03, que retifica o período de isenção da taxa de inscrição.

I. O **ANEXO III – CRONOGRAMA passa a vigorar com a seguinte alteração:**

Onde se lê,

PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.	13 e 14/09/2022.

Leia-se,

PERÍODO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.	13, 14 e 15/09/2022.

Cáceres, MT, 14 de setembro de 2022.

FABIOLA CAMPOS LUCAS.

Secretária Municipal de Assistência Social.

FRANSERGIO ROJAS PIOVESAN.

Secretário Municipal de Educação em Substituição

MARILSI DAS DORES QUEIROZ.

Secretária Municipal de Saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 628 DE 08 DE SETEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24

de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Atendimento sob nº 4519, de 09 de fevereiro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, designada pela Portaria nº 268, de 09.05.2022, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de setembro de 2022.

ANTÔNIO LUIZ GALLO

Secretário Municipal de Agricultura

EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 127/2020-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 6° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 127/2020-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 127/2020– PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura** e a empresa **M D E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, Vigência** para mais **90 (noventa) dias e Execução para mais 60 (sessenta) dias**.

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

Alessandra Castilho Paiva Paulino

Secretário Mun. de Turismo e Cultura em Substituição

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº675, DE 13/09/2022.

REMANEJA *recursos do orçamento vigente de 2022*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.042/2022.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº3042, de 28 de março de 2022 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Ficha: 592 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURIS 15.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P

Ficha: 594 04.122.1006.2066.0000 PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURIS 65.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 10 01 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ficha: 663 20.122.1007.2072.0000 DESENVOLVIMENTO AGRO-SÓCIO-260.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 340.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 09 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ficha: 632 04.121.1002.2069.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -80.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES T

Ficha: 651 04.127.1002.2129.0000 GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL -260.000,00

3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES

TOTAL DAS ANULAÇÕES -340.000,00

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 2° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 085/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 085/2022-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI,** para mais **90 (noventa)** dias.

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº674, DE 13/09/2022.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.016/2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$308.633,80 distribuídos as seguintes dotações:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

37 04.122.1002.2004.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DO GABINETE DO(A) PREFEITO(A) 8.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

46 04.122.1002.2007.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA OUVIDORIA 15.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500.

54 04.124.1002.2006.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 15.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500.

57 04.124.1002.2006.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 5.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

125 04.123.1002.2019.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE FINANÇAS 36.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

235 10.302.1003.2025.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA 25.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

594 04.122.1006.2066.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA 14.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

02 10 01 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

660 20.122.1007.2072.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 8.733,80

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1500.

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

702 08.122.1008.2074.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.000,00

3.3.91.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

740 08.244.1008.2081.0000 MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PAIF/SCFV 40.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

761 08.244.1008.2082.0000 MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD-M 15.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

781 08.244.1008.2083.0000 MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 20.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500.

783 08.244.1008.2083.0000 MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 40.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

812 08.244.1008.2087.0000 MAN DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS E FAMÍLIAS 4.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1661.

823 08.244.1008.2091.0000 MAN DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS 10.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1500.

1062 08.244.1008.2081.0000 MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PAIF/SCFV 25.000,00

3.1.90.16.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500.

02 11 03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMD

850 08.243.1008.2097.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DO CONSELHO TUTELAR 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

02 11 09 FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

873 08.333.1008.2106.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-SINE 5.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

02 14 01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

953 18.122.1010.2111.0000 MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO 10.000,00

3.1.91.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 1500.

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 01 01 GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

26 04.092.1002.2005.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -35.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

36 04.122.1002.2004.0000MAN E ENC C/AS ATIV DO GABINETE DO(A) PREFEITO(A) -8.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

124 04.123.1002.2019.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE FINANÇAS -36.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 05 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

241 10.302.1003.2025.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA -25.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

593 04.122.1006.2066.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA -14.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 10 01 SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

668 20.122.1007.2073.0000MAN C/AS ATIV DO CONSELHO RURAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -600,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1500.

669 20.122.1007.2073.0000MAN C/AS ATIV DO CONSELHO RURAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1500.

670 20.122.1007.2073.0000MAN C/AS ATIV DO CONSELHO RURAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL -1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

673 20.602.1007.1031.0000MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO -1.133,80

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1500.

675 20.602.1007.1031.0000MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO -5.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

688 08.122.1008.2074.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -60.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1500.

02 11 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

760 08.244.1008.2082.0000MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD-M -80.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

773 08.244.1008.2082.0000MAN E ENC C/OS SERVIÇOS DE APOIO A GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA-IGD-M -2.000,00

3.3.91.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

805 08.244.1008.2085.0000MAN DAS ATIV DA COZINHA COMUNITÁRIA -10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1500.

816 08.244.1008.2088.0000MAN DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL FMAS/FEAS -4.900,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1661.

02 11 03 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMD

849 08.243.1008.2097.0000MAN E ENC C/AS ATIV DO CONSELHO TUTELAR -10.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 11 09 FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

875 08.333.1008.2106.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA UNIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO-SINE -5.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

02 14 01 SECRETARIA MUN DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

952 18.122.1010.2111.0000MAN E ENC C/AS ATIV DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO -10.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1500.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006/2022-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 5° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 006/2022-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 006/2022-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE EIRELI, vigência** para mais **87 (oitenta e sete)** dias e **execução** para mais **90 (noventa)** dias.

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

EXTRATO DO 19° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 165/2017-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 19° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 165/2017-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON GESTÃO EM ENGENHERIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 165/2017 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA,** para mais **90 (noventa) dias.**

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022

Fransergio Rojas Piovesan

Secretário Mun. de Educação em Substituição

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES SETEMBRO 2022

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CACERES

PAUTA DE JULGAMENTO - SETEMBRO 2022

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020.

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020.

Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
05/09/2022 17:30	https://meet.google.com/vdf-yaxa-qoo

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
17742/2020	Baía Grande Agropecuária	Gustavo Calábria Rondon
10655/2020	Paulo Henrique Mensch	Eliana da Silva Carvalho Duarte

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
08/09/2022 17:30	https://meet.google.com/xkd-tfsc-fuh

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9206/2020	Renato Tosta Lima	Nycollas Fernandes de Almeida
7547/2022	Jornal Cacerense	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
13/09/2022– 17:30	https://meet.google.com/inf-xmmv-dwy

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
19218/2021	Aristides Braz	Antônio Carlos Leite
9365/2020	José Aparecido Alves Machado	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
16/09/2022 – 17:30	https://meet.google.com/faf-kpza-qns

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
8906/2022	Renato Tosta Lima	Antônio Carlos Leite
14345/2022	Cleuza Luna Pereira	Eliana da Silva Carvalho Duarte

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
19/09/2022– 17:30	https://meet.google.com/ysk-fqqu-qun

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9605/2022	Renato Tosta Lima	Nycollas Fernandes de ALmeida
9027/2022	Nair dos Santos Loureiro	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
21/09/2022– 17:30	https://meet.google.com/ikg-daco-jwr

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9362/2022	Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo	Gustavo Calábria Rondon
14455/2022	Elaine Mirage Paim	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
26/09/2022– 17:30	https://meet.google.com/zqx-hpzi-xhf

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
4129/2021	Jorge Miura	Tiago Ruas/vistas Jovanil
5002/2021	Gama Contabilidade e assessoria (Cáceres Tranportes)	Tiago Ruas/vistas Ana Lúcia e Jovanil

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
29/09/2022– 17:30	https://meet.google.com/jsj-hvnz-bse

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
16661/2019	Auto Escola Mendes	Antônio Carlos leite/vistas Gustavo Calábria Rondon
DISTRIBUIÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO PARA MÊS DE SETEMBRO.		

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minuto para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 01 de Setembro de 2022.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2022

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, o resultado da realização de licitação na modalidade **TOMADA DE PEÇO**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO** objetivando a Contratação de Agência de Publicidade para prestação de serviços técnicos visando a elaboração de projetos e campanhas com o fim específico de divulgar as ações da Prefeitura Municipal de CÁCERES-MT, conforme as condições e as especificações constantes no edital e em seus anexos.

Realização: 30 de junho de 2022 às 08:00 horas, Horário de Cuiabá-MT

Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, com base no parágrafo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93 declara a empresa CRIARI COMUNICAÇÃO LTDA EPP, CNPJ: 12.821.640/0001-41, classificada em primeiro lugar na técnica e preço e habilitada no processo, vencedora do Certame. Assim, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso.

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura de Cáceres, 14 de setembro de 2022.

ALICE DE FATIMA GONZAGA ARAUJO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria 484/2021

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2021-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 5° Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato Administrativo nº 108/2021-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI

Objeto: Aditar o **VALOR, O PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 108/2021-PGM, celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI, valor** para mais **R$ 195.225,95 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos).** Correspondente aproximadamente a **6,11%** do valor total, alterando o valor total contratual de **3.285.618,64** para **R$ 3.480.844,59.**

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Mun. de Infraestrutura e Logística

EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 044/2020-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 6° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. º 044/2020-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON – GESTÃO EM ENGENHERIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 044/2020 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **GECON – GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA,** para mais **45 (quarenta e cinco)** dias.

Cáceres – MT, 14 setembro de 2022.

Marilsi das Dores Queiroz

Secretária Mun. de Saúde

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 3.099, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.491,13 (dois mil quatrocentos e noventa e um reais e treze centavos).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programática:

Órgão:	08 - SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Unidade:	01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
Função:	13 – Cultura
Subfunção:	392 – Difusão Cultural
Programa:	1006 – PROMOÇÃO E FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA CACERENSE
Proj/Atividade:	**1.030 – PROMOÇÃO DA CULTURA, FESTIVAIS, FEIRAS E OUTROS EVENTOS**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.90.93 Indenizações e Restituições	(2.500) Recursos não Vinculados de Impostos.	2.400,58
3.3.90.93 Indenizações e Restituições	(2.500) Recursos não Vinculados de Impostos - **rendimentos de aplicação.**	64,04
3.3.90.93 Indenizações e Restituições	(2.701) Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.	26,51

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 3.016, de 23 de dezembro de 2021-LOA/2022, Lei nº 3.015, de 23 de dezembro de 2021-LDO/2022 e Lei nº 3.014, de 23 de dezembro de 2021-PPA-Quadriênio 2022-2025.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 13 de setembro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 119/2020-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 9° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 119/2020-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: PISOSSUL ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ESPORTIVO LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 119/2020 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer** e a empresa **PISOSSUL ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO ESPORTIVO LTDA, Vigência** para mais **97 (noventa e sete)** dias **e Execução** para mais **101 (cento e um)** dias.

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

Fabíola Campos Lucas

Secretária Mun. de Esporte e Lazer

EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 150/2021-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 5° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 150/2021-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: CONSTRUPEL COMERCIO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

Objeto: Aditar **PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo n° 150/2021 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **CONSTRUPEL COMERCIO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-EPP,** para mais **30 (trinta) dias.**

Cáceres – MT, 14 de setembro de 2022.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
ERRATA – PORTARIA DE Nº.500 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

ERRATA – PORTARIA DE Nº.500 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público a RETIFICAÇÃO da publicação da PORTARIA DE Nº.500 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na data de 29/08/2022, edição nº N° 4.064 pág 111 e 112.

ONDE SE Lê:

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Nº	**SERVIDOR**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
1	ADELAIDE SANTOS SILVA	28.01.2021 A 27.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
2	ADMAR GOMES LELES	01.04.2021 A 31.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
3	ANAEL TSEREOMOWI	09.02.2021 A 08.02.2022	01.09.2022 A 15.09.2022
4	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	14.03.2020 A 13.03.2021	12.09.2022 A 26.09.2022
5	BASILIO BISPO MARTINS NÁPOLIS	01.02.2021 A 31.01.2022	09.09.2022 A 16.09.2022

6	CLEUDIENE ROSA RODRIGUES	03.03.2021 A 02.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
7	DOUGLAS EDUARDO ALMEIDA GONÇALVES	01.04.2021 A 31.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
8	ELVAN GOMES DE OLIVEIRA	02.02.2020 A 01.02.2021	11.09.2022 A 30.09.2022
9	GERSON RIBEIRO POTENSO	03.05.2021 A 02.05.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
10	GILMAR MSRQUES DE ARAÚJO	03.01.2020 A 02.01.2021	01.09.2022 A 18.09.2022
11	ILSON ALVES SEVERINO	18.01.2021 A 17.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
12	JOSÉ APARECIDO TEIXEIRA	04.01.2021 A 03.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
13	KÁTIA ROSANA BORGES DE SOUZA	01.08.2021 A 31.07.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
14	KELLY MÁMELA GOMES ALMEIDA	06.03.2022 A 05.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
15	LÁZARO GONÇALVES DA SILVA	17.06.2021 A 16.06.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
16	LEANDRO LUIZ LACERDA	01.08.2021 A 31.07.2022	15.09.2022 A 14.10.2022
17	LEILA JÚLIA DE SOUZA	01.02.2021 A 31.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
18	LIENE MARIA DA CUNHA DA ROSA	17.05.2021 A 16.05.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
19	LIGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA CALDAS	01.08.2021 A 31.07.2022	05.09.2022 A 09.09.2022
20	LILIANE SILVESTRE FERREIRA	03.04.2020 A 02.04.2021	16.09.2022 A 30.09.2022
21	MARIA APARECIDA SILVA	04.01.2021 A 03.01.2022	08.09.2022 A 20.09.2022
22	MARIZANE LOPES DA SILVA	18.04.2020 A 17.04.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
23	OSMAR VIEIRA DA CRUZ	04.01.2021 A 03.01.2022	01.09.2022 A 05.10.2022
24	**PAULA LOPES GANDA**	**11.05.2021 A 10. 04.2021**	**05.09.2022 A 06. 09.2022**
25	PAMELA DA SILVA TEIXEIRA	06.03.2021 A 05.03.2022	14.09.2022 A 23.09.2022
26	ROSANGILA VIEIRA DE SOUSA	06.03.2021 A 05.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
27	RUBIA OLIVEIIRA DOS SANTOS	03.08.2021 A 02.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
28	THUANNY CHRISTINA PEREIRA COSTA TOMAIN	14.03.2020 A 13.03.2021	01.09.2022 A 30.09.2022
29	TIAGO ALVES ARAUJO	05.08.2021 A 04.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
30	**VERA LUCIA SOUZA LOPES**	**10.06.2020 A 09. 06.2021**	**01.09.2022 A 30. 09.2022**
31	ZEILA FERREIRA CORREA	03.08.2021 A 02.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022

RESOLVE:LEIA – SE

I –Conceder, na forma dos dispositivos legais supramencionados, as ***"Férias"*** aos servidoresrelacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Nº	SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
1	NA ADELAIDE SANTOS SILVA	28.01.2021 A 27.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
2	ADMAR GOMES LELES	01.04.2021 A 31.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
3	ANAEL TSEREOMOWI	09.02.2021 A 08.02.2022	01.09.2022 A 15.09.2022
4	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	14.03.2020 A 13.03.2021	12.09.2022 A 26.09.2022
5	BASILIO BISPO MARTINS NÁPOLIS	01.02.2021 A 31.01.2022	09.09.2022 A 16.09.2022
6	CLEUDIENE ROSA RODRIGUES	03.03.2021 A 02.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
7	DOUGLAS EDUARDO ALMEIDA GONÇALVES	01.04.2021 A 31.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
8	ELVAN GOMES DE OLIVEIRA	02.02.2020 A 01.02.2021	11.09.2022 A 30.09.2022
9	GERSON RIBEIRO POTENSO	03.05.2021 A 02.05.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
10	GILMAR MSRQUES DE ARAÚJO	03.01.2020 A 02.01.2021	01.09.2022 A 18.09.2022
11	ILSON ALVES SEVERINO	18.01.2021 A 17.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
12	JOSÉ APARECIDO TEIXEIRA	04.01.2021 A 03.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
13	KÁTIA ROSANA BORGES DE SOUZA	01.08.2021 A 31.07.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
14	KELLY MÁMELA GOMES ALMEIDA	06.03.2022 A 05.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
15	LÁZARO GONÇALVES DA SILVA	17.06.2021 A 16.06.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
16	LEANDRO LUIZ LACERDA	01.08.2021 A 31.07.2022	15.09.2022 A 14.10.2022
17	LEILA JÚLIA DE SOUZA	01.02.2021 A 31.01.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
18	LIENE MARIA DA CUNHA DA ROSA	17.05.2021 A 16.05.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
19	LIGIA KELLYS FERREIRA DE PAULA CALDAS	01.08.2021 A 31.07.2022	05.09.2022 A 09.09.2022
20	LILIANE SILVESTRE FERREIRA	03.04.2020 A 02.04.2021	16.09.2022 A 30.09.2022
21	MARIA APARECIDA SILVA	04.01.2021 A 03.01.2022	08.09.2022 A 20.09.2022
22	MARIZANE LOPES DA SILVA	18.04.2020 A 17.04.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
23	OSMAR VIEIRA DA CRUZ	04.01.2021 A 03.01.2022	01.09.2022 A 05.10.2022
24	PAMELA DA SILVA TEIXEIRA	06.03.2021 A 05.03.2022	14.09.2022 A 23.09.2022
25	ROSANGILA VIEIRA DE SOUSA	06.03.2021 A 05.03.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
26	RUBIA OLIVEIIRA DOS SANTOS	03.08.2021 A 02.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
27	THUANNY CHRISTINA PEREIRA COSTA TOMAIN	14.03.2020 A 13.03.2021	01.09.2022 A 30.09.2022
28	TIAGO ALVES ARAUJO	05.08.2021 A 04.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022
29	**VERA LUCIA SOUZA LOPES**	**10.06.2020 A 09. 06.2021**	**19.09.2022 A 18. 10.2022**
30	ZEILA FERREIRA CORREA	03.08.2021 A 02.08.2022	01.09.2022 A 30.09.2022

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de SETEMBRO de 2022

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada:COMPEC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 14.530.100/0001-34.

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NAS VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Dotação: Código: 09.010.154.52.0001.2016.339039.000000 – RED. 0411.

Valor de **R$ 1.425.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil reais).**

Vigência: A vigência do Contrato será 150 (cento e cinquenta) dias, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93, Art. 24 inciso IV.

Responsável: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE Fernanda de Oliveira Magno– por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Campinápolis – MT torna público a adesão à Ata de Registro de Preços 018/2022, oriunda do Pregão Presencial nº 0157/2022, Da prefeitura de Torixoreu-MT, Contratação de serviços especializados de assessoria em gestão de saúde, para a secretaria Municipal de Saúde de Campinápolis – MT. A vencedora é a empresa, CGS CONSULTORIA EGESTÃO EM SAUDE LTDA, CNPJ: 40.303.199/0001-41, no valor total

de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Campinápolis, 14/09/2022. Daniele Lorrani Cardoso da Silva – Pregoeira.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.971 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Autoriza o Poder Executivo a celebrar Termo de Colaboração com a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, para execução do curso de Licenciatura Intercultural, com habilitação em Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza; Ciências Sociais e do curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural e dá outras providências

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando o cumprimento do art. 70, inciso I, da Lei Federal 9394/96, e art. 25, da Lei 14 113, de 25 de dezembro de 2020 e Emenda Constituição n°108 de 26 agosto de 2020;

DECRETA

Artigo 1° Fica autorizado ao Poder Executivo celebrar Termo de Colaboração com a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, para a execução dos Projetos Pedagógicos de Curso (PCC) **de** graduação em Licenciatura Intercultural, com habilitação nas seguintes áreas: Línguas, Artes e Literaturas; Ciências Matemáticas e da Natureza; Ciências Sociais; e graduação de Licenciatura em Pedagogia Intercultural.

§1° Em razão da celebração do Termo de Colaboração entre as instituições, deverão ser ofertadas 70 (setenta) vagas para os povos *A'uwê Uptabi/Xavante* do município de Campinápolis, no Núcleo Pedagógico de Campinápolis, Polo Educacional Indígena Imaculada Conceição, Escola Municipal Indígena Imaculada Conceição, Aldeia São Pedro e Polo Educacional Indígena Luizão, Escola Municipal Indígena Luizão, Aldeia Baixão, preferencialmente para a formação de professores destas etnias.

§2º Os cursos de graduação serão ministrados no Núcleo Pedagógico de Campinápolis, com vinculação pedagógica ao Campus Universitário da Unemat de Barra do Bugres, por meio de sua Faculdade Intercultural Indígena.

§3º Para os devidos e legais efeitos, ao município denominar-se-á CONCEDENTE, à Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso INTERVENIENTE/ANUENTE, e à Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, CONVENENTE.

Artigo 2º Ao Município, caberá cumprir fielmente todas as obrigações estabelecidas durante a vigência do ajuste autorizado, no que lhe for pertinente, e eventuais prorrogações, contando, no que couber, nos instrumentos de planejamento de que trata o caput do Art. 165, incisos I, II e III da Constituição da República e suas emendas, e legislação infraconstitucional vigente aplicável à espécie, contemplando 2023 a 2026.

§1° As obrigações estabelecidas para a Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso e a Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, também constantes em igual instrumento legal e seus anexos, serão obrigatoriamente cumpridas por ambas, atendido o disposto no caput deste artigo, e todas as partes sujeitar-se-ão ao acompanhamento, controle e avaliação dos órgãos competentes, que incluem a prestação de contas, nos termos da legislação e regulamentação vigentes aplicáveis à espécie, e a transparência devida, em seus correspondentes sites.

§2° Atende-se a legislação constitucional, infraconstitucional e regulamentar federal e estadual, orgânica e ordinária municipal, no que lhe couber, aos termos do ajuste a ser firmando e aos respectivos planos de trabalho.

Artigo 3º Eventuais casos omissos nesta Lei, que não contrariem a legislação vigente aplicável à espécie, e que tenham fundamento no termo autorizado e seus anexos, serão resolvidos mediante termo (s) aditivo (s) celebrado (s) entre as partes e deverão se atentar aos procedimentos previstos no art. 55 e 57 da Lei 13.019/2014, devendo ser comunicado o Poder Legislativo municipal.

Artigo 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos nos termos da parceria autorizada, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 14/09/2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2022-SRP

O Município de Campinápolis – MT torna público que no Pregão Presencial nº 034/2022, do tipo menor preço por item, no sistema de registro de preços, para a futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, GABINETE, ESPORTE E LAZER, SAUDE, ASSISTENCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINÁPOLIS – MT, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Sagrou – se vencedoras as empresas: **M. A. CAMPOS – ME CNPJ 08.652.022/0001-48** – no valor de R$ 265.592,33 (duzentos e sessenta e cinco mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos), **SUPERMERCADO REAL LTDA – ME CNPJ 00.448.903/0001-30** – no valor de R$ 155.574,22 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), **E. B. DE TOLEDO – ME CNPJ 08.158.639/0001-01** – no valor de R$ 240.218,51 (duzentos e quarenta mil duzentos e dezoito reais e cinquenta e um centavos), **F FALCÃO DOS SANTOS – ME CNPJ 15.061.954/0001-81** – no valor de R$ 176.165,58 (cento e setenta e seis mil cento e sessenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), **RET FARMA DIST. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES EIRELI – ME CNPJ 12.313.826/0001-90** – no valor de R$ 1.516.195,20 (um milhão quinhentos e dezesseis mil cento e noventa e cinco reais e vinte centavos), **A. SILVERIO GOMES – ME CNPJ 20.498.464/0001-87** – no valor de R$ 16.397,52 (dezesseis mil trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), **VANUBIA FILIPE DE OLIVEIRA EIRELI – ME CNPJ 26.385.051/0001-72** – no valor de R$ 368.565,00 (trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e sessenta e cinco reais), **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI CNPJ 26.148.070/0001-85** – no valor de R$ 112.889,73 (cento e doze mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos) e **DIA DE FESTA EMBALAGENS LTDA CNPJ 39.468.225/0001-02** – no valor de R$ 8.481,15 (oito mil quatrocentos e oitenta e um real e quinze centavos).. Campinápolis-MT, 14 de Setembro de 2022. Daniele Lorrani Cardoso da Silva - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PE 088/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 088/2022**, destinado **a REGISTRO DE PREÇOS** para e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento com instalação de 01 (um) painel de LED-Full Color outdoor, a ser instalado na sede da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis - MT, teve como vencedora a empresa: **PERENHA E DIAS LTDA** com valor total de **R$ 319.700,00 (trezentos e dezenove mil e setecentos reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 14 de setembro de 2022.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2022

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.437, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2022.

CONSIDERANDO: O Memorando nº 1217/2022 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

C O N V O C A

O abaixo relacionado aprovado no Processo Seletivo Simplificado 002/2022, que deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação deste edital na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2022.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
02°	PAULA GABRIELA DOS SANTOS

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 06 dias do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO 01 CONTRATO 43 2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 043/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT** E A EMPRESA OI S.A.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão de Agentes fiscalizadores ao presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, passando a atribuir também o acompanhamento e a fiscalização do Contrato 43/2021 para os servidores **GIVALDO ACIOLI MACÊDO,** matrícula funcional nº 2834, fiscal e suplente **EMERSON ALVES DE ABREU** matrícula funcional nº. 5022, conforme solicitado no Memorando n° 1234/2022, proveniente da Secretaria de Saúde.

Campo Novo do Parecis, ao 14 dia do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO Nº 225, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

INSTITUI A BUSCA ATIVA ESCOLAR NO MUNICÍIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RAFAEL MACHADO, PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que a busca ativa escolar está prevista na legislação brasileira que trata da garantia do direito à educação e da necessidade de se promover o recenseamento escolar contínuo – Constituição Federal, ECA, LDB e PNE;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal preleciona em seu art. 6º que a educação é um direito social e que compete aos estados e aos municípios proporcionar meios de acesso à educação, esta que é direito de todos e dever do Estado, da Sociedade e da Família;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005/2014, que aproou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década de 2014/2024, estabelecendo metas estratégicas para a universalização da educação básica com qualidade, em especial as estratégias constantes no item 2.3 que asseveram que o município deve promover a busca ativa de crianças e adolescentes em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.796/2013, que alterou a LDB e determinou que os municípios devem recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

CONSIDERANDO a necessidade de criação de um comitê responsável pela mobilização da sociedade local para o enfrentamento dos problemas relacionados à exclusão escolar, além da adaptação à realidade do município, com o desafio de realizar ações mobilizadoras e de articulação política direcionada a resolução de problemas encontrados;

CONSIDERANDO o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Busca Ativa Escolar no Município de Campo Novo do Parecis – MT, programa que complementa as Estratégias do Plano Municipal de Educação na qual identifica e previne os casos de evasão escolar no município;

Art. 2º. A Busca Ativa Escolar é uma estratégia que articula uma metodologia social com uma ferramenta tecnológica, permitindo o planejamento cuidadoso do retorno de crianças e adolescentes à escola e prevenindo os casos que estão dando indícios de ocorrer a evasão.

Art. 3º. O programa será executado por meio de ações intersetoriais com iniciativas das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, entidades de atendimento a crianças e adolescentes e toda a rede de proteção, visando o acompanhamento integral do estudante para assegurar sua matrícula e permanência na rede pública de ensino.

Art. 4º. A Busca Ativa servirá como base para levantamento de dados no qual possibilita os governantes identificar os fatores pelos quais os estudantes se encontram em evasão, para que assim possam desenvolver e programar políticas públicas que contribuam para a garantia desse direito, visando o acesso a bens e serviços públicos àqueles que estão em situações de vulnerabilidades.

Art. 5º. O Gestor Político do Programa será definido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de portaria, e terá as seguintes atribuições:

I – Convocar as diversas instituições governamentais e não governamentais da cidade para participar da estratégia;

II – Propor ao Prefeito a criação ou alteração de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento da exclusão escolar no município, com a utilização do conhecimento gerado pelas ações da Busca Ativa Escolar;

III – Coordenar o processo de configuração do sistema a partir das condições objetivas existentes no Município.

Art. 6º. O Coordenador Operacional será indicado pelo Gestor Político, por meio de portaria, e será responsável:

I – Pelo planejamento, execução e acompanhamento do Plano de Trabalho e de todas as ações da Busca Ativa Escolar;

II – Coordenar a reunião intersetorial inicial, na qual serão definidos os supervisores institucionais;

III – Apresentar a Busca Ativa Escolar às instituições parceiras e auxiliar na definição do papel de cada uma nas diferentes etapas da estratégia;

IV – Coordenar as reuniões inetersetoriais de acompanhamento e avaliação;

V – Articular os esforços interinstitucionais para a resolução dos casos;

VI – Acionar o gestor político para resolução de casos com grande incidência, ou seja, quando um mesmo fator atingir um número grande de crianças/adolescentes, ou de alto risco.

Art. 7º. Os Supervisores Institucionais serão indicados por cada uma das secretarias/órgãos envolvidos na Busca Ativa Escolar, levando-se em consideração a conexão direta ou indireta com o tema e serão responsáveis por:

I – Participar das atividades de planejamento inerentes à Busca Ativa Escolar, principalmente no que condiz à customização da ferramenta à realidade local;

II – Identificar, no quadro funcional da sua secretaria, a existência de possíveis agentes comunitários, que farão a busca ativa em campo, e de técnicos verificadores, que farão o aprofundamento das informações e a emissão de análise técnica sobre cada caso encontrado;

III – Realizar a formação inicial dos agentes comunitários e técnicos verificadores que estiverem sob sua coordenação;

IV – Acessar o painel da ferramenta tecnológica para gerenciar os casos que lhe forem atribuídos, a fim de proceder encaminhamentos necessários para a (re)matrícula das crianças e adolescentes que estão fora da escola;

V – Articular os esforços interinstitucionais para a resolução dos casos sob sua responsabilidade;

VI – Monitorar os casos sob sua responsabilidade, conforme as orientações da Busca Ativa Escolar;

VII – Acionar o gestor político para resolução de casos com grande incidência, ou seja, quando um mesmo fator atingir um número grande de crianças/adolescentes, ou alto risco.

Art. 8º. O Comitê Gestor será formado pelos seguintes membros, devidamente nomeados por meio de portaria:

I – Gestor Político;

II – Coordenador Operacional;

III – Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. Os membros do Comitê Gestor não terão nenhum tipo de remuneração.

§ 2º. O Comitê Gestor tem como missão definir quem serão os profissionais do Grupo de Campo e elaborar, de forma conjunta, um Plano de Trabalho para o Município de Campo Novo do Parecis.

Art. 9º. Poderão participar como convidados para elaboração do Plano de Trabalho, sua execução e controle, as Instituições Públicas, Órgãos e Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Conselho Tutelar.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2022

Contrato nº 100/2022

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X **MARISTELA CRISTHIANNE MALI NASR-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 04.804.499/0001-40.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço especializado na manutenção corretiva e preventiva de equipamentos odontológicos incluindo peças**.**

Valor: R$ 105.480,00

Prazo: 12 (doze) meses

Dotações Orçamentárias

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001 – Assistência Odontológica a População

Programática: 10.301.0009.20059.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 1.600.0000000

Data: 14/09/2022

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 073/2022

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 003/2022 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n°. 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Municipal nº 001/2022 a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina os arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENUNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo*:* AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE AMAPÁ

CLASS.	NOME
05°	LUCIANA TENORIO DA SILVA

Os candidatos aprovados acima relacionados deverão comparecer a Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal munida dos documentos constantes no Edital do Processo Seletivo Público n° 001/2022, no prazo legalmente previsto.

Os Agentes Comunitários de Saúde deverão apresentar comprovante de residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 06 dias do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 228, DE 1º DE SETEMBRO DE 2022.

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária Nº. 2.276/2021 e Lei Nº 2.244/2021 - LDO.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 216.950,00 (duzentos e dezesseis mil e novecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

02	**GOVERNO MUNICIPAL**		
001	GOVERNO MUNICIPAL		
04.122.0002.20004	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS		
3.1.91.00.00.00	Aplicação direta decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		
1.500.0000000	Recursos não vinculados de impostos -	R$	1.000,00
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
03.001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
04.122.0002.20020	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	23.000,00
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
04.002	DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO		
04.129.0002.20018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	1.000,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
001	GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		
13.122.0002.20021	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO		
3.1.91.00.00.00	Aplicação direta decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		
1.500.0000000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	1.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
12.365.0007.20066	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1001000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício	R$	16.750,00
3.1.91.00.00.00	Aplicação direta decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social		
1.500.1001000	Receita de impostos e de transferências de impostos - educação - exercício	R$	500,00
12.361.0007.20075	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.540.1070000	Transferências do Fundeb 70% - exercício	R$	92.700,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.0009.20088	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS UNIDADES DE SAÚDE		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.1002000	Receita de impostos e de transferências de impostos - saúde - exercício	R$	68.500,00
1.604.0000600	Transferências provenientes do governo federal destinadas ao vencimento dos ACS	R$	5.000,00
10.305.0012.20100	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A VIGILÂNCIA AMBIENTAL		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.604.0000605	Transferências provenientes do governo federal destinadas ao vencimento dos ACE	R$	5.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
08.244.0013.20104	MANUTENÇÃO E ENCARGOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASS. SOCIAL - CRAS		
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas		
1.500.0000000	Recursos não vinculados de impostos - exercício	R$	2.500,00
	TOTAL	R$	216.950,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Excesso de Arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional aberto no artigo 1º deste decreto onera o limite estabelecido no Art. 6º da Lei Orçamentária nº 2.276/2021-LOA.

Art. 3º -As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 1º de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.360, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.244/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A **CAMARA MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 37 da Lei nº 2.244/2021 de 04 de novembro de 2021, passando a vigorar com o seguinte teor:

...

"Art. 37. Os Poderes Executivo e Legislativo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, e ainda ao seguinte:

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá realizar concurso público de provas ou de provas e títulos visando o preenchimento dos cargos e funções, bem como processo seletivo simplificado, nos termos da lei.

§ 2º No exercício financeiro de 2022, os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar ou extinguir cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de carreiras e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04. 05.2000.

§ 3º. Na execução orçamentária de 2022, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I – concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II – criação de cargo, emprego ou função;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade."

Art. 02. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 14 dia do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 321/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 088/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: PERENHA E DIAS LTDA

CNPJ: 28.383.618/0001-05

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO DE 01 (UM) PAINEL DE LEDFULL COLOR OUTDOOR, A SER INSTALADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

VALOR: R$ 319.700,00

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 006/2022

EDITAL DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 006/2022

COMISSÃO TÉCNICA DE LICITAÇÃO

Após, cumprida a determinação do Sr. Diretor Executivo/Gestor Financeiro do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, esta Comissão exara o seguinte parecer:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas deum mesmo serviço, compra ou alienações de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei n° 9.648, de 1998).

O processo refere-se à Contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL REFERENTE AO ANO BASE 2022 PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2023, DESTINADO AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT.

Assim sendo, em razão do valor, por tudo que consta no processo de dispensa de licitação, cristaliza-se no presente caso os aspectos que caracterizam a dispensa de licitação, optando esta comissão por tal modalidade.

Diante do acima disposto, esta Comissão Técnica de Licitação, encaminha o presente processo com as suas peças, para as devidas publicações.

Campo Novo do Parecis – MT, 14 de setembro de 2022.

SANDRO SÍLVIO CATTANEO

Diretor Executivo/Gestor Financeiro - FUNSEM

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 983, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO.

1. NOMEAR, a **COMISSÃO DE SELEÇÃO DE JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO, com a finalidade de processar e julgar o Chamamento Público**, para escolha das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil para entidade que tenha interesse e comprovação na realização do evento Costelão, para julgar as propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil.

2. A referida Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados:

I – Presidente: Jhonathan Iranche Soares, Matrícula nº 5518, CPF: 042. 287.221-05, RG: 23225050 SSP/MT;

II – Membro: Juliano Olejas, Matrícula nº 2442, CPF: 840.290.211-15 RG: 10434330 SSP/MT;

III – Membro: Ana Rodrigues Souza, Matrícula nº 5487 CPF: 420.297. 91172, RG: 05859751 SSP/MT;

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 227, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

REPUBLICADO PARA CORREÇÃO

EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº. 2.356 de 08/09/2022.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no montante de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**		
004	TRANSPORTE ESCOLAR		
12.361. 0007.20079	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR		
3.3.90.00. 00.00	Aplicações diretas		
2.550. 0000000	Transferências de recursos do FNDE salário educação-exercício anterior	R$	540. 000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso os Provenientes do Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º**.** As alterações constantes deste Decreto passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022– LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado do Mato Grosso, em 12 de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TP 003/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através da Comissão de Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **TOMADA DE PREÇOS 003/2022**, que tem por objeto **Contratação** de empresa de engenharia para construção da Unidade Básica de Saúde, que deverá ser edificada na Rua Luca, quadra 25, bairro Jardim Itália, nesse Município, conforme projetos, memoriais e planilhas em anexo ao Edital, teve como vencedora a empresa: **WM ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA,** com o valor total de **R$ 2.280.554,11 (dois milhões e duzentos e oitenta mil e quinhentos e cinqüenta e quatro reais e onze centavos).**

Campo Novo do Parecis-MT, 14 de setembro de 2022.

_____

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.359, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

INSTITUI O SUBPROJETO DE SELEÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL DE COMPETÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA FORTALECIMENTO E MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO - EDUCA MAIS CNP E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CAMARA MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA, a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o subprojeto denominado Seleção e construção de um perfil de competências dos profissionais da educação de Campo Novo do Parecis dentro do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade da Educação – EDUCA MAIS CNP, que tem como objetivos:

I - seleção de professores substitutos para as unidades escolares da rede pública municipal;

II - seleção de agentes educacionais substitutos para as unidades escolares da rede pública municipal;

III - produção de um diagnóstico e perfil dos profissionais que participarão do certame de seleção temporária.

Art. 2º. Além das provas objetivas e provas de títulos, o processo seletivo deverá ter uma das seguintes etapas para o cargo de professor:

I - prova de redação; ou

II - prova de aula didática.

Parágrafo único.Os profissionais classificados no processo seletivo de contratação temporária deverão passar pela Formação Continuada Aprender e Ensinar, conforme especificações do Programa Educa Mais CNP.

Art. 3º.Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 com a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**, instituída sob a forma de Fundação, nos termos da Lei nº 5.647, de 10 de dezembro de 1970, inscrita no CNPJ sob o nº 33.004. 540/0001-00, podendo esta, no uso das prerrogativas constantes na Lei Federal nº 8.958/1994, se valer de sua fundação de apoio - Fundação Uniselva, CNPJ nº 04.845.150/0001-57, registrada e credenciada no Ministério da Educação - MEC e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, para a gestão administrativa e financeira dos recursos aportados para a execução do Processo Seletivo para professores e agentes educacionais (proposta em anexo), a ser desenvolvido a partir da assinatura do convênio.

Parágrafo único. Cada convênio será pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo sofrer prorrogações nos termos das legislações vigentes a fim de que o processo seletivo seja finalizado.

Art. 4º.Para custear as ações decorrentes do presente Projeto neste ano de 2022, o Poder Executivo Municipal destinará o valor de R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais) considerando até 300 (trezentos) candidatos inscritos.

§ 1º. Para cada candidato que ultrapassar a marca dos 300 (trezentos) candidatos inscritos será pago ainda o valor de R$ 70,00 (setenta reais).

§ 2º. O pagamento será realizado em 3 (três) parcelas, nos seguintes prazos:

I - primeira parcela no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo fixo, deverá ser paga até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

II - segunda parcela no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo fixo e 90% (noventa por cento) do custo variável, deverá ser paga até 5 (cinco) dias após o fechamento das inscrições;

III - terceira parcela no valor correspondente aos 10% (dez por cento) restantes do custo variável, deverá ser paga até 5 (cinco) dias após a entrega dos relatórios com o resultado final do concurso.

§ 3º.As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica, sendo que, para tanto, fica o Poder Executivo auto-

rizado a abrir crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil), nos termos do inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, com a seguinte classificação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Gabinete da Secretaria

12.122.0002.20061 - Realização de Processo Seletivo

3.3.20.41.00.00 - Contribuição

15001001000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos

§ 4º. Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto no parágrafo anterior, será reduzido a ação, de acordo com o art. 43, § 1º, inc. III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964:

10039 - Construção e Ampliação de Escolas/Educação Infantil

1241 - Reduzido

Art. 5º. O representante legal da Fundação UNISELVA, deverá prestar contas mensalmente dos recursos recebidos, condicionando o pagamento da parcela a receber a apresentação de contas da parcela já recebida.

Art. 6º. A Fundação UNISELVA, assume o compromisso de restituir ao Município o valor concedido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a fazenda Municipal, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando não for apresentada, no prazo exigido a prestação de contas;

III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Art. 7º. É reservado ao Município o direito de acompanhar e avaliar a execução dos serviços, fiscalizar *in loco* a utilização dos recursos e solicitar outras informações até 5 (cinco) anos contados da aprovação de contas, pelo TCE, das contas do Município de Campo Novo do Parecis correspondente ao ano de prestação de contas do auxílio.

Art. 8º. Os deveres e obrigações dos partícipes serão delimitados na Minuta do Convênio editado a luz da Lei n 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423/10 e será acompanhado de Plano de Trabalho aprovado, parte indissociável do Convênio.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 14 dia do mês de setembro de 2022.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município, e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Objeto: EXECUÇÃO DO PROJETO "QUALIFICA CAMPO VERDE".

Valor: R$ 1.302.720,00 (um milhão, trezentos e dois mil, setecentos e vinte reais).

Vigência do Contrato: 05 de setembro de 2022 à 04 de setembro de 2023.

Data de Assinatura: 05 de setembro de 2022.

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 068/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA nº 068/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **HOSPVIDA LTDA**

CNPJ: 12.057.503/0001-82

Endereço: Av. José Inácio Magalhães, Centro, Nova União - MG

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 449/2021, oriunda do Processo Licitatório n°. 2749/2021 – Pregão Eletrônico n°. 159/2021, respectivamente, cujo objeto é Registro de Preços **para futura e eventual aquisição de medicamentos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
9333/2022	159/2021	Saúde/farmácia	05/07/2022 – parcial	2.340,00
9618/2022	159/2021	Saúde/farmácia	11/07/2022	280,00
10511/2022	159/2021	Saúde/farmácia	28/07/2022	621,00

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxarifado@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será

realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT,14 de Setembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
ARQUIVAMENTO DO PROCESSO Nº 062/2022

ANALISE DE DEFESA - ARQUIVAMENTO

*Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Arquivamento da Empresa – **4D DESIGNER GRÁFICA EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI.***

No dia 08 de Setembro de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.063 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **4D Designer Gráfica Editora e Comunicação Visual Eireli,** para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A Empresa apresentou defesa prévia, e entregou alguns itens conforme a notificação.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que “o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato”.

Analisando os autos e a respectiva documentação, constata-se que a empresa foi devidamente notificada para entregar o produto e apresentar defesa.

A empresa apresentou defesa, realizou a entrega de alguns itens notificados de acordo com o solicitado. Foram canceladas a NAD 2978/2022 e a NAD 10673/2022 porque não foram mandada as artes.

Feitas as necessárias considerações**, ARQUIVE-SE** o presente feito considerando a entrega dos itens no prazo estabelecido na notificação.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que está tome ciência desta decisão.

Campo Verde – MT, 14 de Setembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2021 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 031

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, homologado em 21 de Janeiro de 2022, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias**, podendo ser prorrogado, a pedido do candidato, por prazo igual, na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - A (s) contratação(ões) do(s) candidato(s) convocado(s) abaixo terá(ão) prazo determinado de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado (s) por mais 1 (um) ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.466 de 11 de Julho de 2019, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, conforme dispõe o item 19.7 do Edital de Abertura.

V - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 19.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 01 de Setembro de 2022.

Cargo: **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
521946	ARENIL DE ALMEIDA	29/05/1976	82,50	6

Cargo: **MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
520504	MARCOS BATISTA DE MORAES	20/10/1981	77,50	9
519270	SERGIO AUGUSTO DA SILVA	20/06/1984	76,50	10

Cargo: **PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
519537	JULIA HORRANA COSTA	09/07/1998	62,5	43

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2883, DE 13 SETEMBRO DE 2022.

AUTORIZA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE A EFETUAR BAIXA DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campo Verde autorizada a efetuar baixa dos bens móveis inservíveis que se encontram em desuso, por estarem danificados, obsoletos e que sua manutenção para uso não é economicamente viável, conforme segue a relação abaixo descrita.

Relação de Bens Patrimoniais Inservíveis a Serem Baixados do patrimônio da Câmara Municipal de Campo Verde-MT.

N° patrimônio	Descrição	Data Aquisição
000456	MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR INTEL (CPU)	24/09/2010
000250	NOBREACK EXONTEC BI VOLT 06 KJA	29/12/2003
000102	NOBREAK MICROPROCESSADOR 600 VA	27/01/2003
000146	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000465	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF. D2050 - COR PRETA	25/01/2012
000460	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF. D2050 - COR PRETA	25/01/2012
000463	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF. D2050 - COR PRETA	25/01/2012
000461	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF. D2050 - COR PRETA	25/01/2012
000464	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF. D2050 - COR PRETA	25/01/2012
000327	NOBREACK EXONTEC VPS 600 PLUS, COR PRETA	29/03/2005
000414	NOBREAK SMS 1.4 KVA BIV	12/09/2008
000396	NOBREAK EXONTEC MONO BLACK, 600PLUS	16/05/2007
000487	MONITOR 18.5 LED (PRETO) (AOC) DFH26I-A000078	22/08/2012
000430	MONITOR LCD 17" LG FLATRON WIDE SCREAN COR PRETA	20/05/2009
000488	MONITOR 18.5 LED (PRETO) (AOC) DFH26I-A003295	22/08/2012
000604	ASPIRADOR DE PO 110 V	20/05/2009
000531	SANDUICHEIRA GRILL 612 FAET INOVAR	19/03/2014
000599	TELEFONE S/ FIO INTELBRAS PRETO	15/08/2017
000535	TELEFONE S/ FIO INTELBRAS PRETO	24/03/2014
000536	TELEFONE S/ FIO INTELBRAS PRETO	24/03/2014
000529	WIRELESS ROUTER 150N PROVEDOR INTELBRAS	21/02/2014
000415	VENTILADOR ARNO 40 CM VITALE MESA	11/11/2008
000314	SUPORTE PARA CPU DUPLO COR TABACO	16/02/2005
000282	SUPORTE PARA CPU DUPLO COR TABACO	16/02/2005
000296	NOBREACK EXONTEC MONO BLACK	13/12/2004
000522	NOTEBOOK HP 1000 - 1440BR I3 W8 4GB 500GB	16/12/2013
000560	HD EXTERNO,1000GB (1TB) DE CAPACIDADE	31/05/2017
000519	NOTEBOOK HP 1000 - 1440BR I3 W8 4GB 500GB	16/12/2013
000525	NOTEBOOK HP 1000 - 1440BR I3 W8 4GB 500GB	16/12/2013
000543	NOTEBOOK HP I3 W8.1 4GB 500GB 14"	17/03/2015
000544	NOTEBOOK HP I3 W8.1 4GB 500GB 14"	17/03/2015
000528	NOTEBOOK HP 1000 - 1440BR I3 W8 4GB 500GB	16/12/2013
000143	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000137	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000140	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000145	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000141	TELEFONE CP 20/INTELBRAS	24/02/2003
000550	TERMINAL INTELIGENTE TI 4245	08/10/2015
000537	FILMADORA SONY HDV 1000	06/05/2014

Art. 2º. Os itens baixados, totalizam 39 bens móveis inservíveis, não sendo passíveis de recuperação, conserto ou reutilização administrativa.

Art. 3º. Após a publicação desta Lei, o Presidente da Câmara Municipal notificará a comissão de inventário dos bens patrimoniais para efetivarem a baixa no sistema.

Art. 4º. A comissão de inventário comunicará o departamento de contabilidade desta Casa, da respectiva baixa para o registro contábil.

Art. 5º. Após a baixa em seus procedimentos legais, lançados e conferidos pela comissão de inventário, será realizado o expurgo dos materiais à Cooperativa de Reciclagem do nosso Município.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 13 de setembro de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2019, homologado em 29 de Outubro de 2019, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2019, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Gerência de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 23.5 do Edital de Abertura.

II - Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato que não se apresentar no prazo acima indicado para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária pa-

ra o provimento do cargo, conforme dispõe o item 23.7 do Edital de Abertura.

III - O candidato que não puder tomar posse do cargo no prazo supramencionado, poderá solicitar formalmente pela opção, por uma única vez, por ir para o último lugar na classificação final dos aprovados e classificados para o respectivo cargo, conforme dispõe o item 23.8 do Edital de Abertura.

Campo Verde/MT, 15 de Setembro de 2022.

Cargo: **MÉDICO VETERINÁRIO**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
420574	ISIS INDAIARA GONÇALVES GRANJEIRO TAQUES	25/03/1989	77,5	3
411611	ALÍCIA EMILIE BEZERRIL BRITO	03/04/1994	77,5	4

Cargo: **MOTORISTA**

Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final	Colocação
409250	ALAN SOUZA DE CAMPOS	15/09/1992	73,75	25

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL/COMPRAS E LICITACOES
CREDENCIAMENTO N° 002/2022 INEXIGIBILIDADE 010/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA ATUAR COMO PEDREIRO, **SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, ELETRICISTA, CARPINTEIRO, ENCANADOR, MONTADOR DE ESTRUTURA METALICA, TELHADISTA, AZULEJISTA**.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa: **ERIK CARLOS DOS SANTOS, CNPJ Nº 46.465.238/0001-93**, prestar os serviços de azulejista, carpinteiro, eletricista, encanador, montador estrutura metálica, pedreiro, servente e telhadista, conforme descritos no edital, sendo Credenciamento 002/2022, processo de Inexigibilidade nº 010/2022. Campo Verde – MT, 14 de setembro de 2022. Hélida B. M. P. Hübner - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL/COMPRAS E LICITACOES
CREDENCIAMENTO N° 002/2022 INEXIGIBILIDADE 010/2022

INEXIGIBILIDADE 010/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA ATUAR COMO PEDREIRO, **SERVENTE DE PEDREIRO, PINTOR, ELETRICISTA, CARPINTEIRO, ENCANADOR, MONTADOR DE ESTRUTURA METALICA, TELHADISTA, AZULEJISTA**.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento da empresa: **MIRIAM RAMOS SOUZA, CNPJ Nº 46.456.710/0001-21**, prestar os serviços de montador de estrutura metálica e pintor, conforme descritos no edital, sendo Credenciamento 002/2022, processo de Inexigibilidade nº 010/2022. Campo Verde – MT, 14 de setembro de 2022. - Hélida B. M. P. Hübner - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL/COMPRAS E LICITACOES
CREDENCIAMENTO N° 006/2022 INEXIGIBILIDADE 027/2022

Objeto: Credenciamento para contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços médicos em consultas especializadas e procedimentos em: cardiologia, ortopedia, geriatria, cirurgia-geral, pediatria, ultrassonografia, dermatologia, endocrinologia e oftalmologia para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Verde – MT.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o credenciamento das empresas: **CS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ Nº 25.027.583/0001-75,** na especialidade de ginecologia/obstetrícia e procedimentos, conforme edital, sendo Credenciamento 006/2022, processo de Inexigibilidade nº 014/2021. Campo Verde – MT, 14 de setembro de 2022. Hélida B. M. P. Hübner - Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 412/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CAMDEN BOUTIQUE DE REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS LTDA - ME, CNPJ Nº 42.270.443/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS E AFINS PARA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO – PREGÃO Nº 131/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 14/09/2022 À 14/09/2023

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	MEIO FIO PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO 80X25X6 CM	PREMORON	1.000 UND	R$ 42,30	R$ 42.300,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 42.300,00 (QUARENTA E DOIS MIL E TREZENTOS REAIS).

LOTE 11

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	PAVER 16 FACES, DORMIDO/POROSO, TAMANHO MÍNIMO 20X10X6 CM (PARA CADA METRO QUADRADO USA-SE +- 50 PEÇAS)	PREMORON	750 M²	R$ 87,15	R$ 65.362,50
11	PAVER 16 FACES, DORMIDO/POROSO, TAMANHO MÍNIMO 22X11 CM, ESPESSURA DE 6 CM (PARA CADA METRO QUADRADO USA-SE +- 40 PEÇAS)	PREMORON	750 M²	R$ 170,45	R$ 127.837,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 193.200,00 (CENTO E NOVENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS).

LOTE 14

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/150	BREDA	38 UND	R$ 2.756,81	R$ 104.758,78
21	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/200	BREDA	53 UND	R$ 3.766,49	R$ 199.623,97

22	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/300	BREDA	75 UND	R$ 3.715,51	R$ 278.663,25
23	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 12/200	ROMAGNOLE	188 UND	R$ 3.833,00	R$ 720.604,00
24	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 14/400	BREDA	75 UND	R$ 7.939,00	R$ 595.425,00
25	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 15/200	BREDA	75 UND	R$ 7.999,00	R$ 599.925,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.499.000,00 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL REAIS).

LOTE 16

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/1000	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 5.859,20	R$ 222.649,60
27	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/150	ROMAGNOLE	188 UND	R$ 2.260,96	R$ 425.060,48
28	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/300	ROMAGNOLE	113 UND	R$ 3.045,03	R$ 344.088,39
29	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/600	ROMAGNOLE	75 UND	R$ 3.958,99	R$ 296.924,25
30	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/1000	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 5.772,01	R$ 219.336,38
31	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/300	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 3.669,01	R$ 139.422,38
32	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/600	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 4.660,01	R$ 177.080,38
33	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 12/1000	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 6.758,00	R$ 256.804,00
34	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 7/100	ROMAGNOLE	38 UND	R$ 3.043,00	R$ 115.634,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 2.196.999,86 (DOIS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS).

LOTE 17 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 16)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/1000	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 5.859,20	R$ 70.310,40
27.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/150	ROMAGNOLE	62 UND	R$ 2.260,96	R$ 140.179,52
28.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/300	ROMAGNOLE	37 UND	R$ 3.045,03	R$ 112.666,11
29.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 10/600	ROMAGNOLE	25 UND	R$ 3.958,99	R$ 98.974,75
30.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/1000	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 5.772,01	R$ 69.264,12
31.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/300	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 3.669,01	R$ 44.028,12
32.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 11/600	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 4.660,01	R$ 55.920,12
33.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 12/1000	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 6.758,00	R$ 81.096,00
34.1	POSTE DE CONCRETO DUPLO T 7/100	ROMAGNOLE	12 UND	R$ 3.043,00	R$ 36.516,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 708.955,14 (SETECENTOS E OITO MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

LOTE 18

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35	POSTE PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO PARA SUPORTE DE ALAMBRADO 10X10 CM, 3 METROS DE ALTURA E CURVA DE 40 CM	J ALVES	375 UND	R$ 366,40	R$ 137.400,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 137.400,00 (CENTO E TRINTA E SETE MIL E QUATROCENTOS REAIS).

LOTE 19 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 18)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
35.1	POSTE PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO PARA SUPORTE DE ALAMBRADO 10X10 CM, 3 METROS DE ALTURA E CURVA DE 40 CM	J ALVES	125 UND	R$ 366,40	R$ 45.800,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 45.800,00 (QUARENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS).

LOTE 21 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 20)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
36.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PS-1, MACHO/FÊMEA, DN 400 MM (40 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J ALVES	25 UND	R$ 455,08	R$ 11.377,00
37.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 600 MM (60 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J ALVES	62 UND	R$ 491,50	R$ 30.473,00
38.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 800 MM (80 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J ALVES	50 UND	R$ 694,00	R$ 34.700,00
39.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1.000 MM (1 METRO) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J ALVES	50 UND	R$ 947,00	R$ 47.350,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 123.900,00 (CENTO E VINTE E TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS).

LOTE 22

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1.200 MM (1,20 METROS) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J ALVES	375 UND	R$ 1.082,13	R$ 405.798,75

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 405.798,75 (QUATROCENTOS E CINCO MIL, SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1500 MM (1,5 M) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	J AL-VES	375 UND	R$ 1. 237,60	R$ 464. 100,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 464.100,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS).

LOTE 26

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
42	TUBO DE CONCRETO PERFURADO, PARA DRENO DE GÁS DO ATERRO SANITÁRIO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 400 MM (40 CM)	J AL-VES	375 UND	R$ 455,46	R$ 170. 797,50

VALOR ESTIMADO DO LOTE: R$ 170.797,50 (CENTO E SETENTA E MIL, SETECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 6.988.251,25 (SEIS MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E OITO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS).

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL AZZOLINI EIRELI – ME, CNPJ Nº 31.865.547/0001-83

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS E AFINS PARA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO – PREGÃO Nº 131/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 14/09/2022 À 14/09/2023

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BANCO DE JARDIM COM ENCOSTO, FABRICADO EM CONCRETO, NAS SEGUINTES DIMENSÕES: ENCOSTO 129X30 CM (COMPRIMENTOXLARGURA), ASSENTO 129X40 CM (CXL) E PÉS 45X70 CM (AXL), MONTADO IN LOCO, DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO	BREDA	100 UND	R$ 619,68	R$ 61. 968,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 61.968,00 (SESSENTA E UM MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS).

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
05	GALERIA PARA DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM CONCRETO 3X3 METROS, COM 20 CM DE ESPESSURA E 1 METRO DE COMPRIMENTO	BREDA	38 UND	R$ 8. 439,60	R$ 320. 704,80

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 320.704,80 (TREZENTOS E VINTE MIL, SETECENTOS E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

LOTE 07 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 06)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5.1	GALERIA PARA DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM CONCRETO 3X3 METROS, COM 20 CM DE ESPESSURA E 1 METRO DE COMPRIMENTO	BREDA	12 UND	R$ 8. 439,60	R$ 101. 275,20

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 101.275,20 (CENTO E UM MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).

LOTE 13

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	PISO TÁTIL ALERTA EM CONCRETO 20X20X6 CM	BREDA	100 UND	R$ 5,22	R$ 522,00
13	PISO TÁTIL ALERTA EM CONCRETO 25X25X2,5 CM	BREDA	100 UND	R$ 5,84	R$ 584,00
14	PISO TÁTIL ALERTA EM CONCRETO 50X25X2,5 CM	BREDA	100 UND	R$ 11,68	R$ 1.168,00
15	PISO TÁTIL ALERTA EM CONCRETO 50X50X2,5 CM	BREDA	100 UND	R$ 12,79	R$ 1.279,00
16	PISO TÁTIL DIRECIONAL EM CONCRETO 20X20X6 CM	BREDA	1.000 UND	R$ 5,22	R$ 5.220,00
17	PISO TÁTIL DIRECIONAL EM CONCRETO 25X25X2,5 CM	BREDA	1.000 UND	R$ 5,84	R$ 5.840,00
18	PISO TÁTIL DIRECIONAL EM CONCRETO 50X25X2,5 CM	BREDA	1.000 UND	R$ 11,68	R$ 11.680,00
19	PISO TÁTIL DIRECIONAL EM CONCRETO 50X50X2,5 CM	BREDA	1.000 UND	R$ 12,79	R$ 12.790,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 39.083,00 (TRINTA E NOVE MIL E OITENTA E TRÊS REAIS).

LOTE 15 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 14)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/150	BREDA	12 UND	R$ 2.700,00	R$ 32.400,00
21.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/200	BREDA	17 UND	R$ 3.700,00	R$ 62.900,00
22.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 10/300	BREDA	25 UND	R$ 3.720,00	R$ 93.000,00
23.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 12/200	BREDA	62 UND	R$ 3.830,82	R$ 237.510,84

24.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 14/400	BREDA	25 UND	R$ 7.947,82	R$ 198.695,50
25.1	POSTE DE CONCRETO CIRCULAR 15/200	BREDA	25 UND	R$ 8.009,05	R$ 200.226,25

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 824.732,59 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, SETECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

LOTE 28

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
43	PEDRA BRITADA N. 01	BREDA	375 M³	R$ 196,98	R$ 73.867,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 73.867,50 (SETENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
43.1	PEDRA BRITADA N. 01	BREDA	125 M³	R$ 196,98	R$ 24.622,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 24.622,50 (VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

LOTE 30

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44	GRAMA BATATAIS (TIPO MATOGROSSO)	BREDA	30.000 M²	R$ 13,58	R$ 407.400,00
45	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE GRAMA	BREDA	30.000 M²	R$ 2,37	R$ 71.100,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 478.500,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

LOTE 31 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 30)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
44.1	GRAMA BATATAIS (TIPO MATOGROSSO)	BREDA	10.000 M²	R$ 13,58	R$ 135.800,00
45.1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE GRAMA	BREDA	10.000 M²	R$ 2,37	R$ 23.700,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 159.500,00 (CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 2.084.253,59 (DOIS MILHÕES, OITENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: AJJ INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – ME, CNPJ Nº 19.398.307/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS E AFINS PARA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO – PREGÃO Nº 131/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 14/09/2022 À 14/09/2023

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	BLOCO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO 14X19X39 CM	ECONCRETO	10.000 UND	R$ 4,93	R$ 49.300,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 49.300,00 (QUARENTA E NOVE MIL E TREZENTOS REAIS).

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	CANALETA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO 14X19X39 CM	ECONCRETO	1.000 UND	R$ 5,80	R$ 5.800,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 5.800,00 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS)

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	GALERIA PARA DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM CONCRETO 2X2 METROS, COM 20 CM DE ESPESSURA E 1 METRO DE COMPRIMENTO	ECONCRETO	75 UND	R$ 6. 000,00	R$ 450. 000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

LOTE 05 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 04)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

4.1	GALERIA PARA DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL EM CONCRETO 2X2 METROS, COM 20 CM DE ESPESSURA E 1 METRO DE COMPRIMENTO	ECONCRETO	25 UND	R$ 6.000,00	R$ 150.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
06	MEIO FIO PRÉ-MOLDADO EM CONCRETO 100X30X10X12 CM, PADRÃO DNIT	ECONCRETO	1.000 UND	R$ 65,80	R$ 65.800,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 65.800,00 (SESSENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS).

LOTE 10

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
08	MOURÃO DE CONCRETO CURVO, 11X11, TAMANHO DE 2,80 METROS DE ALTURA E CURVA DE 40 CM, COM FUROS PARA PASSAR ARAME	ECONCRETO	190 UND	R$ 289,91	R$ 55.082,90
09	MOURÃO DE CONCRETO RETO, TAMANHO 12X12, 3 METROS DE ALTURA, COM TRELIÇA E 4 VERGALHÕES 6,3 MM ESTRIBADO	ECONCRETO	95 UND	R$ 238,07	R$ 22.616,65

VALOR ESTIMADO DO LOTE: R$ 77.699,55 (SETENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).

LOTE 12 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 11)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10.1	PAVER 16 FACES, DORMIDO/POROSO, TAMANHO MÍNIMO 20X10X6 CM (PARA CADA METRO QUADRADO USA-SE +- 50 PEÇAS)	ECONCRETO	250 M²	R$ 87,11	R$ 21.777,50
11.1	PAVER 16 FACES, DORMIDO/POROSO, TAMANHO MÍNIMO 22X11 CM, ESPESSURA DE 6 CM (PARA CADA METRO QUADRADO USA-SE +- 40 PEÇAS)	ECONCRETO	250 M²	R$ 170,49	R$ 42.622,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 64.400,00 (SESSENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

LOTE 20

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
36	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PS-1, MACHO/FÊMEA, DN 400 MM (40 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	75 UND	R$ 456,22	R$ 34.216,50
37	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 600 MM (60 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	188 UND	R$ 492,54	R$ 92.597,52
38	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 800 MM (80 CM) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	150 UND	R$ 694,12	R$ 104.118,00
39	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1.000 MM (1 METRO) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	150 UND	R$ 927,09	R$ 139.063,50

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 369.995,52 (TREZENTOS E SESSENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS).

LOTE 23 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 22)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1.200 MM (1,20 METROS) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	125 UND	R$ 1.080,00	R$ 135.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 135.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS).

LOTE 25 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 24)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41.1	TUBO DE CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 1500 MM (1,5 M) PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CONFORME NBR 8890/07	ECONCRETO	125 UND	R$ 1.230,40	R$ 153.800,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 153.800,00 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

LOTE 27 (EXCLUSIVO 25% DO LOTE 26)

ITEM	DESCRIÇÃO DE MATERIAL	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
42.1	TUBO DE CONCRETO PERFURADO, PARA DRENO DE GÁS DO ATERRO SANITÁRIO, CLASSE PA-1, MACHO/FÊMEA, DN 400 MM (40 CM)	ECONCRETO	125 UND	R$ 452,00	R$ 56.500,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 56.500,00 (CINQUENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 1.578.295,07 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL, DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E SETE CENTAVOS).

ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2882, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR, DOAR E ALIENAR IMÓVEL PÚBLICO, MEDIANTE PROCESSO LICITATÓRIO, PARA FINS DE PROGRAMA HABITACIONAL DO GOVERNO FEDERAL CASA VERDE E AMARELA, GOVERNO DO ESTADO, BEM COMO OUTROS PROGRAMAS DE INCENTIVO PARA HABITAÇÃO, REALIZADO EM PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OU QUALQUER OUTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e disponibilizar a área pertencente ao Município de Campo Verde, a seguir descrita: Área Pública compreendida como sendo o desmembramento nº 01, da Área Pública II, da Quadra nº 39, do Loteamento denominado "**RESIDENCIAL GREEN VILLE"**, situado nesta cidade de Campo Verde-MT, medindo **42.910,133M² (quarenta e dois mil, novecentos e dez metros quadrados, e cento e trinta e três centímetros)**, dentro dos seguintes limites e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PAR01, de coordenadas N 8.278.646,231m e E 695.383,098m, cravado na divisa comum entre a Área Pública II – Quadra 39 – Remanescente, Loteamento Green Ville, a Área Pública II – Quadra 39 – Desmembramento 01, Loteamento Green Ville, e a Fazenda Morada do Sol; deste segue confrontando com a Fazenda Morada do Sol, na distância de 91,060m até o vértice AOR-M-4517, de coordenadas N 8.278.560,2900m e E 695.352,9700m; e a distância de 0,09m até o vértice P03 de coordenadas N 8.278.560,2100m e E 695.352,9400m; e, 52,090m até o vértice P04 de coordenadas N 8.278.541,9900m e E 695.401,7400m; deste segue confrontando com a Rua G na distância de 3,490m até o vértice P05 de coordenadas N 8.278.538,7300m e E 695.400,5000m; deste segue confrontando com o arco da Rua G nas seguintes distâncias: 1,860m até o vértice P06 de coordenadas N 8.278.537,7900m e E 695.398,8900m; e 1,270m até o vértice P07 de coordenadas N 8.278.537,1300m e E 695.397,8000m; e 1,430m até o vértice P08 de coordenadas N 8.278.536,2100m e E 695.396,7100m; e 1.540m até o vértice P09 de coordenadas N 8.278.535,1800m e E 695.395,5600m; e 2,510m até o vértice P10 de coordenadas N 8.278.532,8000m e E 695.394,7700m; e 1,960m até o vértice P11 de coordenadas N 8.278.530,8500m e E 695.394,5300m; e 1,420m até o vértice P12 de coordenadas N 8.278.529,4300m e E 695.394,6400m; e 1,300m até o vértice P13 de coordenadas N 8.278.528,1800m e E 695.395,0000m; e 1.640m até o vértice P14 de coordenadas N 8.278.526,6400m e E 695.395,5500m; e 0,790m até o vértice P15 de coordenadas N 8.278.525,8600m e E 695.395,6400m; deste segue confrontando com a Rua G na distância de 98,000m até o vértice P16 de coordenadas N 8.278.434,2100m e E 695.360,9400m; deste, segue confrontando com a curva de acesso à Rua B, na distância de 0,940m até o vértice P17, de coordenadas N 8.278.434,1100m e E 695.360,0100m; deste segue confrontando com a Rua B na distância de 230,440m até o vértice PAR04 de coordenadas N 8.278.514,598m e E 695.144,081m; deste segue confrontando com a Área Pública II – Quadra 32 – Desmembramento 02 – Loteamento Green Ville na distância de 206,090m até o vértice PAR02 de coordenadas N 8.278.707,411m e E 695.216,847m; deste segue confrontando com a Área Pública II – Quadra 39 – Remanescente Loteamento Green Ville, na distância de 177,150m até o vértice PAR01 ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 57º00", fuso-21, tendo como DATUM o SIRGAS2000. Esta linha poligonal fechada delimita uma área de 42.910,1330M² conforme mapa e memorial descritivo, assinados pelo Engenheiro Civil, Arno Schlosser, registrado no CREA RNP nº 1713220105, e, Alvará de Desmembramento nº 170/2020, com validade até 04.05.2021, acostados nos autos do projeto competente, aprovado pelo Departamento de Engenharia da Secretaria de Obras deste Município de Campo Verde-MT, assinado por Maria Esther C. Jung, conforme consta da **matrícula nº 14.581, fls. 091, do livro nº. 02, datada de 03.07.2020**, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Campo Verde-MT.

§1° - O imóvel desafetado tem a finalidade de construção de unidades habitacionais, com o intuito de atender famílias em consonância com o regramento do Programa Casa Verde Amarela do Governo Federal, entre outros Programas de incentivo para habitação.

§2º - O imóvel desafetado poderá ser doado e alienado no Programa Casa Verde Amarela do Governo Federal, bem como outros Programas de incentivo para habitação.

Art. 2º. Os detalhamentos dos desmembramentos desta área serão publicados por meio de Decreto do Poder Executivo, especificando o quantitativo de áreas e o formato das unidades habitacionais que poderão ser construídas (vertical ou horizontal), bem como, o afetamento de acessos.

Art. 3º. Os projetos de habitação serão desenvolvidos mediante Edital de Chamamento Público para selecionar empresa para a elaboração dos Projetos Arquitetônicos, bem como a construção das unidades habitacionais.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo responsável por desenvolver as ações necessárias para a viabilização do programa aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do Programa Casa Verde Amarela do Governo Federal, entre outros Programas de incentivo para habitação.

Art. 5º. Para a implementação dos Programas Habitacionais, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Parceria, Convênio, Acordo, Ajuste, Cooperação ou Congênere com o Governo do Estado de Mato Grosso e/ou Governo Federal / Caixa Econômica Federal – CAIXA ou qualquer outra instituição financeira.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 13 de setembro de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 131/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 131/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PRÉ-MOLDADOS E AFINS PARA MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO, que teve como vencedoras as empresas: AJJ INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – ME, CNPJ Nº 19.398.307/0001-10; COMERCIAL AZZOLINI EIRELI – ME, CNPJ Nº 31.865.547/0001-83; e CAMDEN BOUTIQUE DE REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS LTDA - ME, CNPJ Nº 42.270.443/0001-42. Campo Verde, 14 de setembro 2022. Hélida Hübner – Pregoeira.

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 069/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA nº 069/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

CNPJ:03.652.030/0001-70

Endereço: BR 480, CENTRO, BARAO DE COTEGIPE - RS

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 432/2021, oriunda do Processo Licitatório n°. 2749/2021– Pregão Eletrônico n°. 159/2021, respectivamente, cujo objeto é Registro de Preços **para futura e eventual aquisição de medicamentos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
5652/2022	432/2021	Saúde/farmácia	29/04/2022 – parcial	109,00
7177/2022	432/2021	Saúde/farmácia	23/05/2022 – parcial	436,00
9276/2022	432/2021	Saúde/farmácia	05/07/2022 – parcial	1.834,00
9611/2022	432/2021	Saúde/farmácia	08/07/2022 – parcial	1.609,00

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via **e-mail:** almoxarifado@campoverde.mt.gov.br, desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 14 de Setembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2880, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DE GESTORES ESCOLARES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O processo de composição do cargo de Gestores das Instituições de Ensino de Campo Verde-MT, mediante processo de avaliação por mérito e desempenho, seguida do processo de validação pela comunidade escolar, deverá ocorrer simultaneamente em todas as instituições para gestão de 02 (dois) anos, com regime de tempo organizado na forma da Lei Complementar Municipal n.º 057, de 03 de julho de 2015 e das Instruções Normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º. O ocupante da função de gestor escolar nas instituições de ensino de Campo Verde-MT, deverá exercer as atividades em dois turnos diários, salvo em estabelecimento que funcione em apenas um turno, conforme já estabelecido na lei complementar nº. 057/2015.

§ 2º. O cargo de gestor escolar é de dedicação exclusiva, sendo que os valores de remuneração obedecerá a tabela composta na Lei Complementar nº. 057/2015.

§3º. Em caso de candidato com 02 (dois) vínculos em unidades escolares diferentes, o candidato optará por uma das unidades para candidatar-se, ficando o mesmo cedido para o exercício da função na unidade que for gestor escolar.

Art. 2º. O calendário para realização do processo de composição de Gestor Escolar das Instituições de Ensino de Campo Verde-MT, será determinado em Portarias expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, organizando o cronograma das fases do processo, sendo elas:

I – Fase I: curso de Formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita; **II** – Fase II: construção de um plano de ação com metas para o desenvolvimento das atividades escolares com foco na promoção da aprendizagem, e apresentação de documentação comprobatória para inscrição e validação do processo; **III** – Fase III: processo de validação do plano de ação e das propostas pela comunidade escolar;

§1º. A Fase I terá caráter eliminatório e contará com os seguintes critérios:

a) será ofertado curso de formação em gestão escolar, aos futuros gestores em pleito, com carga horária mínima de 16 horas e máxima de 40 horas.

b) será exigida frequência mínima de 80% na formação;

c) após a formação será realizada uma avaliação escrita com 40 questões objetivas sobre os assuntos debatidos na formação e inerentes ao cargo.

§2º. A avaliação escrita terá peso 100 (cem) e o requerente ao cargo de gestor deverá ter no mínimo 60% de acertos.

§3º. Fase II – O requerente deverá apresentar um plano de ação com as propostas de melhorias para escolas durante sua gestão, assim como deverá apresentar toda a documentação comprobatória que o qualifica para o cargo de gestor escolar.

§4º. A Fase III - deverá ser apresentada a proposta de trabalho e o plano de ação para a comunidade escolar e aprovada pelos presentes.

§5º. Os critérios específicos da composição dos conhecimentos abordados na formação, assim como os itens a serem contemplados no plano de ação, serão discutidos pelos conselhos, representantes de professores e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação e regulamentada em portaria específica.

CAPÍTULO II

FASE I – CURSO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR E AVALIAÇÃO ESCRITA

Art. 3º. Fase I – Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita será realizada em duas etapas. A primeira etapa será ofertada em curso presencial de no mínimo 16 horas e a segunda etapa será realizada uma avaliação dos conhecimentos inerentes aos cargo de gestor escolar e com temáticas abordadas na formação .

§1º. A avaliação escrita será de conhecimentos específicos inerentes a função de Gestor Escolar. Terá peso máximo de 100 e para considerar apto a função de gestor escolar o professor deverá ter rendimento igual ou superior a 60.

§2º. O Curso é de caráter obrigatório e deverá ser ministrado por pessoas qualificadas com capacidade de bebater assuntos relacionados a gestão escolar;

§3º. A prova terá carater eliminatório e deverá ser aplicada por pessoas competentes e acompanhada pela comissão gestora do processo, constituída por representantes de vários segmentos.

§4º. Após realização da prova escrita a mesma deverá ser divulgada em data estabelecida em portaria e validada pela comissão gestora do processo.

§5º. Os critérios de validação, homologação e impugnação das avaliações escritas serão constituídas em portarias da Secretaria Municipal de Educação, após construção coletiva com os segmentos representativos da educação.

§6º. Todas as fases expressas nesta lei serão obrigatórias aos professores que desejararem constituir-se gestor escolar.

§7º. A organização da Fase I - Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita, será conduzida pela Secretaria Municipal de Educação e/ou órgão que a mesma definir para o processo a qual será a responsável por expedir o Edital com o resultado dos aprovados para fins de inscrição nas próximas etapas. E todo o processo poderá ser acompanhado da comissão gestora instituida para acompanhar esse trabalho.

CAPÍTULO III

FASE II - DAS INSCRIÇÕES E ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 4º. Poderá realizar inscrição para requerer a função de Gestor Escolar, em uma única instituição de ensino, o professor que:

I - estiver lotado na escola onde deseja candidatar-se; **II - apresentar experiência profissional de no mínimo três anos, conforme determina Lei Municipal nº. 057/2015; III –** ser habilitado em curso de nível superior em Licenciatura Plena ou Normal Superior na área da Educação; **IV –** deverá possuir cargo efetivo no mínimo em um concurso serviço público municipal, conforme determina Lei Municipal nº. 057/2015; **V –** os Gestores Escolares que já atuam na função e desejem ser reconduzidos, deverão estar em dia com as prestações de contas da instituição de ensino, dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e com os recursos próprios da APM – Associação de Pais e Mestres; **VI –** os Gestores que já atuam na função e desejarem ser reconduzidos, deverão estar com o preenchimento e acompanhamento do PDDE Interativo dentro dos prazos previstos; **VII** – o Gestor que estiver concluindo a gestão deverá estar em dia com a entrega da documentação escolar, de acordo com os prazos estipulados pela Secretaria Municipal de Educação; **VIII** – não estar na função de Gestão de Escola Municipal nas últimas duas gestões consecutivas, a partir da vigência desta Lei; **IX –** apresentar Plano de Gestão Escolar que contemple os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros a serem implementados na Instituição, conforme política estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação e Leis Educacionais vigentes; **X –** ter sido aprovado nas fases estabelecidas nesta lei e atender os critérios determinados na instrução normativa expedida pela Secretaria Municipal de Educação; **XI §1º.** A apresentação do Plano de Gestão Escolar, aprovado pela comunidade será critério obrigatório para deferimento e homologação do processo.

§2º. A conferência dos documentos da inscrição será realizada pelos membros da Comissão Central para deferimento e homologação.

Art. 5º. É vedada a participação no processo seletivo, de profissional que:

I - tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II - esteja sob processo de sindicância e/ou judicial, com condenações definintivas;

III - esteja sob licenças contínuas de saúde, readaptação, e/ou particular;

IV - tenha apresentado atestados médicos acima de 60 (sessenta) dias no ano letivo em que ocorre a eleição;

V - tenham 05 (cinco) dias de faltas no ano em que ocorrer o processo de composição da gestão escolar;

VI - que esteja em permuta ou cedido para outro órgão, no ano letivo em que ocorre a eleição;

VII – esteja em desvio de função;

Parágrafo Único. A licença maternidade e licença prêmio não serão contabilizadas como elementos impeditivos na composição do cargo de gestor.

CAPÍTULO IV FASE III - DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E VALIDAÇÃO DA COMUNIDADE SEÇÃO I - DAS COMISSÕES

Art. 6º. A organização das etapas e das Fases serão discutidas pelos representantes dos segmentos da educação, Conselhos, representantes de professores, Secretaria Municipal de Educação e Associação de Pais e Mestres, os quais deliberarão para a construção das Normativas para serem compostas no processo de elaboração do plano de trabalho e critérios de constituição do mesmo, instrumento que compõe o processo de composição dos gestores escolares, conforme determina a legislação.

§1º. As instruções normatizadas e constituidas pelas representações deverão ser publicadas trinta dias antes do início do processo de composição para o cargo de gestor escolar nas unidades de ensino de Campo Verde.

§2º. As instruções deverão ser debatidas e consensuadas entre os segmentos de forma a dar legibilidade, transparência e qualidade ao processo de composição dos gestores Escolares.

Art. 7º. A Fase III - Processo de validação de Gestor Escolar pela comunidade será conduzida considerando os seguintes aspectos:

I – No âmbito da rede pública municipal de ensino, pela Comissão Central do Processo de Validação do Gestor Escolar; **II** – No âmbito de cada Instituição de Ensino, pela Comissão Escolar Local, constituídas nas Instituição de Ensino.

Parágrafo Único. Essas comissões deverão acompanhar a apresentação dos planos de ação e trabalho à comunidade, validando a assinatura da ata de aprovação dos presentes. O plano de ação deverá ser apresentado impreterivelmente pelo professor que deseja compor a gestão escolar.

SUBSEÇÃO I

DA COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE COMPOSIÇÃO DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR

Art. 8°. A Comissão Central do Processo de Validação para seleção e constituição do Gestor Escolar, será formada pelos seguintes membros:

I – 01(um) titular e 01 (um) suplente representante da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Secretário Municipal de Educação; **II –** 01 (um) advogado concursado do quadro de servidores do Município, indicado pelo Secretário Municipal de Educação; **III** – 01 (um) titular e 01 (um) suplente representante do Conselho Municipal de Educação; **IV** – 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes dos professores; **V** – 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes da Associação de Pais e Mestres.

§1º. Os representantes da Comissão Central do Processo de composição do Gestor Escolar serão nomeados por ato próprio da Secretaria Municipal de Educação.

§2º. A Secretaria Municipal de Educação indicará um servidor que será responsável pela presidência da Comissão Central do Processo de Validação do cargo de Gestor, sendo responsável pelos encaminhamentos administrativos da referida Comissão.

Art. 9º. A Comissão Central do Processo de seleção e validação do cargo de Gestor Escolar terá as seguintes atribuições:

I – acompanhar a realização dos processos das Fases I, II e III; **II –** acompanhar o processo de validação da comunidade em todas as Instituições de Ensino; **III –** instruir a Comissão Escolar quanto ao processo de acompahamento e validação dos atos que compõem a seleção e validação da gestão escolar; **IV –** analisar e atestar os documentos dos inscritos no processo de seleção para gestor escolar; **V –** receber as Atas do processo de validação dos segmentos com os resultados; **VI –** receber, analisar e emitir parecer sobre os recursos interpostos.

Parágrafo Único. A Comissão Central do Processo de validação do cargo de Gestor Escolar elegerá entre seus membros o Secretário.

SUBSEÇÃO II

DA COMISSÃO ESCOLAR LOCAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CARGO DE GESTOR ESCOLAR

Art. 10. A Comissão Escolar do Processo de composição e validação do cargo de Gestor será escolhida em Assembleia Geral promovida na Instituição de Ensino, constituídas pelos seguintes membros:

I – 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes de professor ou servidores da unidade escolar;

II – 02 (dois) titulares e 02 (dois) suplentes de pais de alunos ou responsáveis legais que não sejam servidores da unidade escolar, sendo preferencialmente membros da Associação de Pais e Mestres;

III – (01) titular e 01 (um) suplente dos profissionais técnicos que compõem a escola.

Parágrafo único. A Comissão Escolar elegerá entre seus membros o Presidente e este encaminhará imediatamente ofício à Comissão Central do Processo de composição e validação do cargo de Gestor Escolar, informando o nome dos membros que a compõem.

Art. 11. A Comissão Escolar do Processo de composição validação do cargo de Gestor Escolar terá as seguintes atribuições:

I – conduzir o desenvolvimento do processo de validação no âmbito da Instituição de Ensino;

II – informar por meio de comunicado oficial à comunidade escolar a relação dos nomes aptos a participarem ao pleito ao cargo Gestor Escolar;

III – verificar os nomes aptos que irão pleitear o cargo de Gestor Escolar para garantir a agenda de apresentação, na escola, do plano de ação e trabalho proposto;

IV – fomentar e acompanhar a elaboração do plano de forma democrática, ouvindo todos os segmentos da unidade escolar;

V – elaborar, organizar e validar a agenda de apresentação do plano de ação à comunidade escolar;

VI - comunicar toda a comunidade escolar do processo e mobilizar a participação da mesma

VII – divulgar para a comunidade escolar as datas de apresentação do plano de ação;

VIII – lavrar em ata atestando o cumprimento das etapas exigidas na escola, visando assim assegurar o processo de validação na constituição dos gestores escolares;

IX – enviar à Comissão Central todas os registros constituidos na etapa escolar.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

Art. 12. Nas Instituições de Ensino que não houver interessados ao processo de validação, interessado único ou mais de um interessado e estes não alcancem a produtividade e critérios estabelecidos nesta lei, o Gestor Escolar será indicado pelo Poder Executivo;

§1º. O Gestor Escolar indicado pelo Poder Executivo deverá cumprir os requisitos previstos na Lei Complementar nº. 057/2015;

§2º. O Gestor indicado pelo Poder Executivoserá apresentado em assembleia à comunidade escolar.

§3º. Nas Instituições de Ensino em processo de implantação e abertura, ou que venham a funcionar, onde não há servidores lotados, o Gestor Escolar será indicado pelo Poder Executivo;

§4º. O Gestor Escolar indicado pelo Poder Executivo para exercer a função nas Instituições de Ensino, conforme previsto nos parágrafos 1º, 2º e 3º, deverá protocolar o Plano de Gestão em até 15 (quinze) dias na Secretaria Municipal de Educação e em até 60 (sessenta) dias deverá apresentar à comunidade escolar.

Art. 13. Nas Instituições de Ensino que não houver professores lotados na unidade interessados em pleitear o cargo de Gestor Escolar, poderá participar do processo professores de outras unidades escolares, desde que obedeça os critérios desta lei.

SUBSEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 14. A participação da comunidade escolar é indispensável no processo de gestão escolar, por isso fica assegurado que:

I – todas as escolas tenham Associação de Pais e Mestre (APM) regulamentadas e atualizadas, conselhos deliberativos atuantes, e conselhos de classe ativos, a fim de garantir o diálogo e a participação de todos;

II – é dever da gestão escolar garantir momentos de avaliação do trabalho e acompanhamento da execução do plano de ação com reuniões, no mínimo uma vez a cada bimestre;

III - nas reuniões é importante que se registre todas as ponderações, sugestões e intervenções pontuadas nas avaliações do trabalho do gestor;

IV - além do trabalho com os representantes é importante que seja instituído o calendário bimestral de avaliação do plano de ação do gestor, assim como do seu trabalho entre os professores e equipe escolar.

SUBSEÇÃO II

DA ESCOLHA DOS COORDENADORES ESCOLARES

Art. 15. Os coordenadores escolares deverão ser professores efetivos na carreira do magistério, lotados na escola, com carga horária disponível para atuar com dedicação exclusiva, assim como obedecer todos os dispositivos legais expressos na Lei Complementar nº. 057/2015.

§1º. O coordenador será instituído por indicação dos professores e equipe técnica da escola, via ata de solicitação, com a assinatura e aprovação de no mínimo 80% do total da equipe.

§2º. Os coordenadores deverão obrigatoriamente realizar formação de gestor (coordenador escolar) de no mínimo 16 horas de cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e/ou instituição por ela definida.

§3º. O coordenador será indicado até 05 (cinco) dias, após a constituição do diretor.

§4º. O coordenador deverá constituir seu plano de ação e apresentá-lo a equipe de professores e técnicos em até 30 (trinta) dias de sua instituição, baseando-se para elaboração nos critérios estabelecidos pelas resoluções expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.

§5º. Em caso de não cumprimento de quaisquer das obrigações expressas nesta lei, o mesmo poderá ser destituído, onde se iniciará um novo procedimento de indicação de membro;

§6º. Em caso de não indicação de coordenador pela equipe de professores e técnicos a Secretaria Municipal de Educação, o fará.

§7º. Na indicação do coordenador deverá ser observado todos os critérios estabelecidos no artigo 4º desta lei.

Art. 16. Após a seleção e validação de todo o processo de escolha, o Poder Executivo nomeará o diretor e o coordenador, via portaria.

Art. 17. Na composição do diretor será apto a nomeação o profissional que obtiver maior pontuação nas avaliações e cumprir todas as fases propostas.

Art. 18. Havendo empate na seleção, será considerado apto a assumir a função de Gestor Escolar, em ordem de prioridade, o profissional que:

I – possua maior título de habilitação profissional;

II – possua maior tempo de serviço na Instituição de Ensino;

III – possua maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

IV – possua maisidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Qualquer membro da comunidade escolar poderá requerer a impugnação do processo de seleção e validação referente à Instituição de Ensino, junto a Comissão Central do Processo de seleção e validação do Gestor Escolar, no prazo de 05 (cinco) dias à contar do primeiro dia útil após a divulgação dos resultados.

Art. 20. A vacância da função de Gestor Escolar ocorrerá:

I – pela renúncia;

II –por condenação irrecorrível em Processo Administrativo Disciplinar ou em Ação Penal;

III – por exoneração;

IV – licenças previstas na legislação municipal;

V – falecimento;

VI – aposentadoria;

VII – por solicitação, mediante abaixo assinado, da destituição da função de Gestor da Escola da Instituição de Ensino, por no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comunidade Escolar e após ser ouvido a Associação de Pais e Mestres, Conselho Deliberativo e equipe, com manifestação favorável.

§1º. Nas hipóteses previstas no inciso II, o Gestor Escolar poderá ser afastado de suas funções, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, desde o conhecimento da instauração do processo até o final do julgamento, por decisão fundamentada, para apuração dos fatos.

§2º. No que tange ao disposto no inciso II, a função de Gestor Escolar não será vacante, se ao final do processo administrativo forem aplicadas as penas de advertência, repreensão e multa.

§3º. Ao término do lapso de tempo de afastamento e/ou uma vez absolvido o Gestor Escolar em julgamento, reassumirá imediatamente suas funções para o restante da gestão ao qual foi escolhido.

§4º. Na hipótese de vacância da função por quaisquer dos motivos previstos nos incisos deste artigo, realizar-se-á a indicação do Poder Executivo para o restante do período da gestão.

Art. 21. Caso o Gestor Escolar selecionado ou Gestor Escolar Indicado seja afastado por licença maternidade, licença para tratamento de saúde (acima de 30 dias), será indicado o coordenador para cumprir as atribuições referentes ao cargo durante o período de afastamento do Gestor Escolar e/ou em caso de não aceitação do coordenador a Secretaria Municipal de Educação, poderá fazer uma indicação temporária.

Parágrafo único. O Gestor Escolar selecionado ou o Gestor Escolar indicado que estiver afastado por licença maternidade ou licença para tratamento saúde não terá prejuízo na sua remuneração.

Art. 22. As situações não previstas nesta Lei serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, no âmbito de suas competências.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA **PREFEITO MUNICIPAL**

DESPACHO: sanciono a presente lei, com emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE / PROCURADORIA
LEI Nº. 2881, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2.875, DE 24 DE AGOSTO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a natureza de despesa da ação nº. 10037 – Pavimentação Asfáltica constante do artigo 1º da Lei nº. 2.875, de 24 de agosto de 2022, passando a vigorar com a seguinte disposição:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Obras Viação e Serviços Públicos Função: 26 - Transporte Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário Programa: 0044 - Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano Ação: 10037 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA Fonte de Recursos: 17040000901 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais

	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	DOTAÇÃO INICIAL
4.4.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	17040000901	3.080.134,57
TOTAL DA AÇÃO			3.080.134,57

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 13 de setembro de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 019/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Ordinária do dia 13 de setembro de 2022, dispõe sobre os assuntos:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 1.236 de 22 de dezembro de 2006- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros; A Resolução nº 133/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Verde-MT; A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; A Resolução nº 157 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; A Resolução nº 194 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Exclusivamente a Lei Federal nº 13.019 de julho de 2014 no que se refere a parceria do FMDCA com OSCs; Deliberações da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 13 de setembro de 2022 na Ata nº 014/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR os seguintes:

A) Prestação de contas da 3ª e 4ª parcelas do Termo de Fomento 003/2022 - Projeto Trampolim da Rua Para o Circo do Instituto Germinando Sons; B) Prestação de contas do FMDCA referente ao mês de julho de 2022;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 13 de setembro de 2022.

ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

---

ALMOXARIFADO
APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº 020/2022

DECISÃO – MULTA POR ATRASO NA ENTREGA

Referência: Notificação por Inexecução de Entrega – Aplicação de PENALIDADE nº 020/2022

No dia 24 de Agosto de 2022 foi publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ano XVII – nº 4.053 a Notificação por Inexecução de Entrega em desfavor da empresa **FERRARI CELL LTDA - EPP**, para entrega do produto e visando-lhe garantir o contraditório e ampla defesa foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para querendo entregar os produtos e apresentar defesa.

A empresa **Ferrari Cell Ltda - EPP** não entregou o produto solicitado dentro do prazo concedido na notificação supramencionada, tendo decorrido da notificação 14 dias.

É o relato do essencial.

Passo à análise.

É sabido que a Administração Pública deve necessariamente aplicar a sanção administrativa nos casos de infrações a normas legais e contratuais, pois se trata de interesse público indisponível, sendo inclusive ato ilegal e de improbidade não levar a cabo processo de punição de contratados que venham a infringir as regras contratuais. A sanção deve ser proporcional ao ato cometido, na medida necessária para se atender e preservar o interesse público.

O artigo 86, da Lei nº 8.666/93, dispõe que "*o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato*".

A Ata de Registro de Preço nº 333/2021, oriunda do Pregão Presencial nº 127/2021, firmada entre as partes, em seu capítulo 10. Das Penalidades, dispõe que:

10.1. O atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93; e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

Considerando que a empresa apesar de notificada deixou transcorrer o prazo de 14 dias, sem a entrega dos produtos, faz-se necessária a aplicação da penalidade acima mencionada.

Diante dos fatos, APLICA-SE multa no percentual de 3% sobre o valor total dos lotes:02; 08; 11; 16 e 31 no valor de R$ 80.408,44 (Oitenta mil e quatrocentos e oito reais e quarenta e quatro centavos). Totalizando o valor de R$ 2.412,25 (Dois mil e quatrocentos e doze reais e vinte e cinco centavos).

Solicite a Secretaria Municipal de Fazenda que emita a DAM da multa interposta nesta decisão, com previsão de pagamento da DAM no prazo máximo de 30 dias. Decorrido o prazo sem pagamento insira o debito na dívida ativa, e providencie a inserção nos órgãos de negativação. A multa prevista neste item será paga pela própria empresa.

Publique-se e encaminhe via e-mail a contratada para que esta tome ciência desta decisão, bem como a necessidade do pagamento da DAM, e faturamento e entrega imediata dos itens notificados em aberto.

Campo Verde – MT, 14 de Setembro 2022

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

ALMOXARIFADO
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA Nº 067/2022

NOTIFICAÇÃO POR INEXECUÇÃO DE ENTREGA Nº 067/2022

Prezado (a) Senhor (a)

Representante Legal da empresa: **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 12.889.035/0001-02

Endereço: Estrada Principal, Poligono D (Distrito), Erechim - RS

O Município de Campo Verde/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços n°. 435/2021, oriunda do Processo Licitatório n°. 2749/2021 – Pregão Eletrônico n°. 159/2021, respectivamente, cujo objeto é Registro de Preços **para futura e eventual aquisição de medicamentos**, na qual essa empresa figura como fornecedora registrada;

Considerando que o prazo de entrega estabelecido na cláusula do capitulo "Das Obrigações do Fornecedor" da referida Ata de Registro de Preços, não fora cumprido, conforme consta das solicitações realizadas pelas NADS relacionadas no quadro abaixo.

Considerando que o descumprimento do prazo estipulado tem provocado graves transtornos à Administração Pública;

Vem por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa acima qualificada, pela **não entrega** do(s) item(ns) constante(s) na(s) NAD(s) abaixo:

NAD	PREGAO	SECRETARIA	*ENVIO - SITUAÇÃO*	VALOR EM ABERTO
5657/2022	159/2021	Saúde/Farmácia	29/04/2022 – parcial	1.446,05
7185/2022	159/2021	Saúde/Farmácia	23/05/2022 – parcial	648,00
7462/2022	159/2021	Saúde/Farmácia	30/05/2022 – parcial	60,80
9279/2022	159/2021	Saúde/Farmácia	05/07/2022 – parcial	1.562,05
9215/2022	159/2021	Saúde/Farmácia	11/07/2022 – parcial	867,51

A NOTIFICADA, tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, para:

1. **Caso queira, entregar os itens e exercer o contraditório e a ampla defesa através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura, da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços, que dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*"; 2. **Ainda que não entregue os itens, caso queira, exercer o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da apresentação de defesa pelo descumprimento do prazo de entrega**, para análise por esta Prefeitura da aplicação ou não da clausula do capitulo "Das Penalidades" da referida Ata de Registro de Preços dispõe que "*o atraso injustificado na entrega do material/serviço sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93*". Frise-se que eventual defesa/manifestação da NOTIFICADA deverá ser instruída com todas as razões, documentos e provas de seu interesse, tudo sob pena de precluso, a serem protocolados nesta Prefeitura ou via e-mail: almoxarifado@campoverde.mt.gov.br , desde que assinada digitalmente.

Decorrido o prazo assinalado, sem a entrega dos itens, e sem qualquer manifestação da empresa, fica a NOTIFICADA desde já ciente de que será realizada a abertura de processo administrativo para que, além da eventual aplicação da multa por descumprimento da entrega, seja analisada a aplicação das demais penalidades previstas na ata, no edital e na legislação; trazendo, inclusive, consequências de ordem civil, administrativa e fiscal e o imediato cancelamento da Ata ou Contrato da NOTIFICADA firmado com esta Administração Pública.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma o Município considera a empresa NOTIFICADA a partir desta data.

Campo Verde – MT, 14 de Setembro de 2022.

HELIDA B. M. P. HUBNER

Gerente de Compras

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 157/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: PRO-SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aquisição de tecnologia em softwares de engenharia, do tipo licença anual.

Valor: R$ 47.439,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e nove reais).

Vigência do Contrato: 12 de setembro de 2022 à 11 de setembro de 2023.

Data de Assinatura: 12 de setembro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: PISONTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviço no fornecimento de tecnologia em softwares de engenharia, do tipo licença anual.

Valor: R$ 2.411,00 (dois mil quatrocentos e onze reais).

Vigência do Contrato: 12 de setembro de 2022 à 11 de setembro de 2023.

Data de Assinatura: 12 de setembro de 2022.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2022

O Prefeito Municipal de Campo Verde-MT, Alexandre Lopes de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, amparado no Art. 49 da Lei Federal 8666/93, resolve pela REVOGAÇÃO da CONCORRÊNCIA Nº 004/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A OBRA DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA MUNICIPAL ESTRADA DO GARBÚGIO, QUE CONTEMPLARÁ O TRECHO ENTRE A RODOVIA BR 070 E O RIO DAS MORTES, QUE DÁ LIGAÇÃO A COMUNIDADE GARBÚGIO E AO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO, considerando a necessidade de correção das planilhas orçamentárias. Campo Verde – MT, 12 de setembro de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DECRETO N°. 185, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campos de Julio, Estado de Mato Grosso.

O Prefeito Municipal de Campos de Julio, Estado de Mato Grosso, **IRINEU MARCOS PARMEGGIANI**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial o disposto no artigo 148, inciso I, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996 - LDB que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de Dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial o Artigo 14 que complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º desta Lei;

CONSIDERANDO, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 282-1 do Supremo Tribunal Federal – STF, que declarou inconstitucional os incisos III e IV do Art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO, os critérios para Municípios concorrerem à complementação-VAAR da União ao Fundeb;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da educação para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio, a realizar-se em sete (7) etapas.

Art. 2º. A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

a) Etapa I - Inscrição; b) Etapa II - Análise de títulos e documentação; c) Etapa III - Prova dissertativa; d) Etapa IV - Elaboração, apresentação e entrega do Plano de trabalho; e) Etapa V – Formação em Gestão Educacional; f) Etapa VI - Entrevista individual com caráter classificatório entre os candidatos, em que serão analisados os componentes do perfil supra mencionados; g) Etapa VII - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar.

Art. 3º. Será composta uma Comissão para conduzir o Processo de Seleção de candidatos à Diretor Escolar, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 5º, e bem como avaliar as etapas previstas no artigo 2º, deste Decreto.

Art. 4º. A seleção reger-se-à por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.

Art. 5º. Poderá participar do processo para provimento da função em comissão de diretor, os profissionais da educação efetivos da rede pública municipal que comprovem ter:

I- ser ocupante de função do quadro efetivo dos profissionais da educação básica;

II- ter no mínimo dois anos de efetivo exercício até a data da inscrição, prestados na unidade escolar ou creche que pretende dirigir;

III- ser habilitado em nível de licenciatura plena ou curta.

IV- Não estar para se aposentar nos próximos dois (2) anos e/ ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas;

Art. 6º. O profissional poderá concorrer à direção de apenas uma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio-MT.

Art. 7º. É vedada a participação no processo de seleção o profissional que:

I- tenha sido advertido, suspenso de suas funções ou demitido da função em decorrência de processo administrativo disciplinar;

II- esteja respondendo a processo de sindicância ou administrativo disciplinar;

III- esteja em gozo de licença médica por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, ininterruptos ou não, computados nos últimos três anos, ressalvada a licença à gestante.

IV- Esteja em débito com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 8º. Caso não haja profissional da educação com dois anos de serviço prestado na unidade escolar, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano de serviço prestado na unidade escolar e na ausência desses, os profissionais com tempo de serviço inferior.

Art. 9º. No ato da posse, o diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Art. 10. São atribuições do diretor:

I– representar institucionalmente a unidade escolar junto às instâncias do sistema, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II– coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE a elaboração, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação e outros processos de planejamento;

III– coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, assegurando sua unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV–manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando pela sua conservação, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar;

V–dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI– submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII– divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII– coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo desenvolvidas na escola;

IX–cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 11. A gestão escolar será acompanhada diretamente pela Assessoria Pedagógica e CDCE-Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º. Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são: o cumprimento do Plano de Trabalho, os indicadores de eficiência da escola, os resultados de aprendizagem dos alunos, a lisura na gestão financeira e o relacionamento com a comunidade escolar.

§2º. Durante o período do exercício da função será realizada, anualmente, avaliação de desempenho com foco no cumprimento dos objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho, em sintonia com as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação e com o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

§3º. Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção constarão em edital.

Art. 12. Na Avaliação, caso o Diretor designado não atinja os objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho, deverá elaborar um Plano de Melhoria para unidade escolar.

§1º. Na elaboração do Plano de Melhoria, caberá ao CDCE contribuir com propostas de superação dos objetivos, metas, estratégias e ações do Plano de Trabalho.

§2º O processo de avaliação será regulamentado em instrumento próprio, com critérios objetivos previamente publicados, estabelecendo, ainda, as consequências decorrentes do desempenho considerado insatisfatório.

Art. 13. No momento da transmissão da função ao diretor selecionado pelas comunidades, o profissional da educação que estiver na direção deverá apresentar a avaliação pedagógica de sua gestão e fazer a entrega do balanço do acervo documental; do inventário do material, equipamento e do patrimônio existentes na unidade escolar; Informações referentes ao processo de autorização e renovação da unidade escolar; Ata da prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 14. Ocorrerá a vacância da função de diretor nas seguintes hipóteses:

I- por conclusão da gestão;

II- morte, renúncia ou destituição da função;

III- licença, salvo os casos de licença à gestante e licença à saúde.

IV- reprovação na avaliação do Plano de Trabalho;

V- dispensa mediante processo administrativo;

Art. 15. Na unidade escolar onde não houver candidato inscrito ou candidato com processo deferido ou em vacância da função caberá ao Secretário Municipal de Educação designar um profissional que se enquadre nos requisitos e critérios estabelecidos neste Decreto, para exercer a função de Diretor.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos catorzes dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio-MT

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 276/2022, REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº.1.398, DE 22 DE MARÇO DE 2022.

DA ESPÉCIE: Prestação de Serviços.

DO OBJETO: Contratação de AE – Assistente Educacional, em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022.

DO VALOR: Valor mensal de R$ 2.049,24 (Dois mil e quarenta e nove reais e vinte e quatro centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

08 – Secretaria de Educação;

01 – Departamento de educação;

2.074 – Gerenciamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação;

DA VIGÊNCIA: 09/09/2022 à 20/12/2022.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI - Prefeito / CONTRATANTE e JOICE MARTINS VIEIRA / CONTRATADA.Aryadne M. Santos / Fiscal de Contratos

---

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022 TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 03/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público para conhecimento dos interessados a relação atual de credenciados no Processo de Credenciamento nº 03/2022, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para contratações frequentes de **serviços de conservação, serviços de jardinagem, pedreiros, serventes de pedreiro, serralheiros, pintores, tratoristas, motoristas de caminhão, motoristas de veículos de transporte de passageiros, operadores de máquinas, mecânicos, auxiliares de mecânico, eletricistas automotivos e prediais**, nas condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

1- Motorista de Transporte escolar	
SEVERINO ALVES DO NASCIMENTO	CNPJ 40.952.455/ 0001-21
ALESSANDRO MIRANDA DO NASCIMENTO	CNPJ 46.321.044/ 0001-46
ALCERI BARBOSA DOS SANTOS	CNPJ 42.782.924/ 0001-37
ROSENILDO FONTANELLI SOUZA	CNPJ 45.582.266/ 0001-28
JOSEILTON JOSE DOS SANTOS	CNPJ 45.660.300/ 0001-35
SIDNEI BENACCHIO	CNPJ 46.097.505/ 0001-17
HUMBERTO CAVALCANTE KLITSKE	CNPJ 43.924.920/ 0001-09
BRUNO SILVA DE OLIVEIRA	CNPJ 47.404.650/ 0001-66
FABIO CAMPOS DE OLIVIRA	CNPJ 47.398.522/ 0001-57
JULIANO ARAUJO DA SILVA	CNPJ 47.400.398/ 0001-57

2- Pedreiro.	
PEDROCIAN COSTA TOMAZ	CNPJ 33.818.073/0001-44
OSVALDO GOMES DE OLIVEIRA	CNPJ 12.557.459/0001-70
JORGEMILIO RIBEIRO DA LUZ	CNPJ 44.752.508/0001-11
GETULIO ELIZEO CASSOL	CNPJ 44.074.427/0001-00
JOSIMAR DELFINO CORREA	CNPJ 45.027.043/0001-07
ORLANDO MENDES NERY DE OLIVEIRA	CNP 22.770.126/0001-88
VALDINEI ALVES PEREIRA	CNPJ 42.055.977/0001-56
CARLOS ALBERTO LIMA DA CRUZ	CNPJ 45.637.053/0001-56
DARCI GOMES DA SILVA	CNPJ 46.038.392/0001-89
CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS	CNPJ 46.592.349/0001-60
LUCIANO GOMES DE OLIVEIRA	CNPJ 46.866.459/0001-73

3- ELETRICISTA PREDIAL	
ERIC BRUNO DE MELLO	CNPJ 46.925.143/0001-05

4- Serviços de Pintor	
JANIELISON PINTURAS	CNPJ 46.840.908/0001-04

5- Serviços de Conservação	
VALDIRENE DOS SANTOS	CNPJ: 32.603.397/ 0001-00
ERICA MARIANO TAVARES	CNPJ 45.314.004 /0001-82
LUCIENE FRANCISCO DA SILVA	CNPJ 41.371.447/ 0001-54
WANDERLEY SILVA COSTA	CNPJ 44.512.313/ 0001-02
MARIA EDILEUZA DA SILVA	CNPJ 34.222.055/ 0001-68
JOELMA SOUZA VIEIRA	CNPJ 42.469.591/ 0001-35
GENI DE ARAUJO TOLEDO	CNPJ 40.671.484/ 0001-15
CICERO APRIGIO DA SILVA	CNPJ 41.262.364/ 0001-27
JOSE CICERO DA SILVA	CNPJ 38.596.934/ 0001-00
NISONITA BEZERRA	CNPJ 43.257.689/ 0001-47
EDESIO JOSE DA SILVA	CNPJ 45.540.266/ 0001-65
LUIZ ALBERTO DO NASCIMENTO	CNPJ 45.392. 789-0001-01
EDIGAR CAVALCANTE LAGOA JUNIOR	CNPJ 33.036.469/ 0001-30
MARIA GILVANETE BARBOSA DA SILVA	CNPJ 43.688.462/ 0001-56
MONTANA MARIA APRIGIO DA SILVA	CNPJ 43.060.996/ 0001-33
MARIA ELIZABETE FIRMINO DOS SANTOS	CNPJ 32.245.385/ 0001-43
LEIDILENE FARIAS	CNPJ 31.464.011/ 0001-56
LINDOMARCIA PEREIRA PRESTES	CNPJ 45.159.939/ 0001-31
MARIA DE FATIMA VALERIA DA SILVA	CNPJ 41.708.614/ 0001-00
VALDETE MARQUES DA ROCHA PERUCHI	CNPJ 45.500.752/ 0001-50
MIRENI BATISTA DA SILVA	CNPJ 43.286.679/ 0001-30
ELESSANDRA FARIAS NASCIMENTO	CNPJ 31.464.129/ 0001-84
LEONORA MARIA ALBUQUERQUE DA SILVA	CNPJ 44.158.288/ 0001-00
SUZILENE DA SILVA VALMORBIDA	CNPJ 43.643.183/ 0001-76
LORENI TEREZINHA DA SILVA	CNPJ 41.220.956/ 0001-86

SILVANIA PAULA DE CUNHA CASTRO	CNPJ 41.968.664/0001-26
ALDERIANE SILVA DE FARIAS	CNPJ 36.296.539/0001-87
ELENICE DOS SANTOS	CNPJ 42.865.314/0001-05
ANA PAULA DE OLIVEIRA SOUZA COSTA	CNPJ 34.696.727/0001-77
ERICA SANTANA FILOMENA	CNPJ 41.605.691/0001-34
ROSA LUSIA DO CARMO	CNPJ 42.188.815/0001-96
VIVIANE TAVARES DA SILVA	CNPJ 42.864.316/0001-71
JAILSON DA SILVA NASCIMENTO	CNPJ 34.671.344/0001-19
ELIZAI DE ARAUJO TOLEDO	CNPJ 32.656.624/0001-58
MARIA JOSE BARBOSA SANTOS	CNPJ 34.836.678/0001-20
EVALDO RAMOS DE ABREU	CNPJ 44.670.631/0001-93
LARISSA DE OLIVEIRA	CNPJ 23.852.107/0001-63
MARCIAN BATISTA DA SILVA NUNES	CNPJ 43.082.439/0001-13
CICERO BERTOLDO	CNPJ 45.174.599/0001-18
JACIELI MOREIRA ALVES	CNPJ 45.510.301/0001-01
EDILENE NOGUEIRA DA SILVA	CNPJ 45.313.305/0001-91
ROSANGELA AFONSO DA SILVA	CNPJ 44.822.271/0001-06
LUZIA APARECIDA DA SILVA	CNPJ 45.751.564/0001-02
ALINE DOS SANTOS LESSE DOMINGOS	CNPJ 45.954.074/0001-03
ROSANA LIMA DA SILVA	CNPJ 41.324.004/0001-02
VERONICA DE ALMEIDA GASPARINI	CNPJ 35.917.290/0001-17
AGRINALDO CARMOS	CNPJ 45.911.076/0001-07
MAEVA DA SILVA	CNPJ 44.101.373/0001-24
REGIANE MARIA VARGAS DE BAIROS	CNPJ 45.576.700/0001-67
REGINALDO NOGUEIRA BISPO	CNPJ 45.725.684/0001-27
JOSE MILTON FRANCISCO DE SOUZA	CNPJ 45.954.470/0001-22
SEILA MARIA MORAES NOGUEIRA	CNPJ 46.182.803/0001-05
CICERO PEDRO DA SILVA	CNPJ 46.229.549/0001-53
MILEIDE KELLY VASCONCELOS GUSMÃO	CNPJ 46.056.114/001-54
CRISTIANE APARECIDA PEREIRA DE FREITAS	CNPJ 46.054.401/0001-25
JACDAIANE FERREIRA CARVALHO	CNPJ 45.320.133/0001-83
ANGELICA PAULA DE CASTRO BARBOSA	CNPJ 31.701.503/0001-18
MARIA ROSILENE BELO DA SILVA	CNPJ 45.934.424/0001-61
FABIO PIROLLA ELIAS	CNPJ 46.222.317/0001-73
MARIA ADRIANA ALVES	CNPJ 46.311.553/0001-66
ELIZANGELA MENDES DA COSTA	CNPJ 46.591.735/0001-38
FRANCISCA MARQUES DE SOUSA MELO	CNPJ 46.565.474/0001-81
ELIZANGELA GONÇALVES DA SILVA	CNPJ 46.681.028/0001-32
FRANCYELE REGINA VARGAS BAIROS	CNPJ 45.549.450/0001-76
LUCIANA MOREIRA DA SILVA	CNPJ 46.893.055/0001-79
CLEMILDA LIMA DA SILVA	CNPJ 47.094.290/0001-43
IVONE ALVES DA SILVA MORAIS	CNPJ 46.935.312/0001-98
GENEANDRA DOS SANTOS SILVA	CNPJ 32.235.684/0001-05
JAKSON DE SOUZA RODRIGUES	CNPJ 47.399.063/0001-26
THAMIRES DA SILVA	CNPJ 47.368.359/0001-80

6-Mecânico de maquinas e veiculos pesados	
ODILON LOPES ACIOLI	CNPJ 40.437.838/0001-61
ARLILSON NOBRE AZEVEDO	CNPJ 47.386.036/0001-19

7- Serviços de Eletricista automotivo em geral	
JOSE LUIZ DO NASCIMENTO	CNPJ 35.078.988/0001-96

8- Motorista de trator	
JOSE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA	CNPJ 45.259.254/0001-67

9- Motorista de caçamba	
LUIZ VANDERLEI MARTINS	CNPJ 45.381.227/0001-62
MARCOLINO CORTEZ DE VARGAS	CNPJ 43002.072/0001-80
ADAIR DUARTE VIEIRA	CNPJ 45.950.692/0001-77
VALDEMIR JOSE DA SILVA	CNPJ 45.845.382/0001-92

10- Operador de maquinas pesadas	
TAELHEN RAMALHO VON STEIN	CNPJ 40.523.728/0001-12
TIAGO SOUZA BOSSI	CNPJ 44.626.579/0001-78
MAYKON RODRIHUES DE ARAÚJO RUIZ	CNPJ 43.956.497/0001-29

11- Serralheiro	
ODIRLEI MANOEL DA SILVA	CNPJ 41.630.011/0001-32

12- Servente de pedreiro	
ADAILDO SANTOS FEITOZA	CNPJ 42.518.568/0001-49
MATEUS PEREIRA DE ALMEIDA	CNPJ 38.043.630/0001-16
ELSINEI FERNANDES	CNPJ 38.300.589/0001-99
PAULO MANOEL BERTO	CNPJ 43.121.392/0001-50
JEAN DOS SANTOS SILVA	CNPJ 45.992.747/0001-01
JORGE FRANÇA MIGUEL DA SILVA	CNPJ 46.590.752/0001-50
CARLOS AUGUSTO FERREIRA	CNPJ 47.843.562/0001-60
SEBASTIÃO SOUZA SANTOS	CNPJ 32.234.011/0001-22
BRUNO JOSE DA SILVA	CNPJ 47.862.153/0001-01

13- Auxiliar de mecânico lubrificador	
RODOLFO DO NASCIMETO	CNPJ 27.433.138/0001-30

14- Serviços de jardinagem	
JOSUEL SOARES DA SILVA	CNPJ 40.669.573/0001-27
JOSE ROBERTO PEREIRA SANTOS	CNPJ 28.873.215/0001-36
JOSE CARLOS JOSE DA SILVA	CNPJ 45.271.771.0001-40

Campos de Júlio - MT, 13 de setembro de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 32/202

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 63, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro do edital regente do Processo Seletivo Público nº1/2021,* publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº. 3.792, de 13 de agosto de 2021, para admissão de Agentes Comunitários de Saúde-ACS e Agentes de Combate a Endemias, sob a condução da Comissão de Organizadora designada pela Portaria nº 201, de 8 de junho de 2021, *homologado pelo Decreto Municipal nº171, de 13 de agosto de 2021,*

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Processo Seletivo Público nº. 1/2021, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos no edital, para a efetiva nomeação.

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	
NOME	**CLASSIFICAÇÃO**
MARCIO FERREIRA PAULO	2º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação em cópia acompanhada do original ou autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no edital nº.1/2021, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade, comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI-Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do município, conforme item 20.10;

XIII-Duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV-Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI-Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII-Declaração contendo o endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX-Declaração de bens;

XX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

XXI-Comprovante de dados bancários de titularidade do candidato.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do Processo Seletivo Publico, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s),consoante previsto no edital.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público o(s) candidato(s) que não se apresentar à administração para a posse no prazo estipulado no edital do certame, revertendo o direito de nomeação em favor do aprovado que o suceder, na ordem de classificação, se for o caso.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do edital nº 1/2021.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos catorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RH/GABINETE
PORTARIA N. 595, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 595, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 192/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **OLMIR IORIS E CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 70.429.956/0001-99, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2022

Processo Administrativo nº 00003957/2022

Tomada de Preços nº 003/2022

TERMO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

A Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em respeito às prescrições da Lei de Licitações, resolve encerrar o Processo Licitatório nº 00003957/2022, na MODALIDADE Tomada de Preços nº 003/2022, TIPO menor preço global, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a construção de quadra poliesportiva com vestiário na Escola Estadual Miguel Gonçalves Borges, do Distrito de Primavera do Fontoura em Canabrava do Norte/MT, cuja sessão ocorreu no dia 20 de Julho de 2022 às 08h30min (horário de Brasília), onde a empresa **Construtora Império EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.363.482/0001-00 ficou classificada, no entanto sua habilitação ficou condicionada a apresentação da Certidão Conjunta da Receita Federal, conforme descrito na ata de abertura lavrada o dia 20 de Julho de 2022, onde após diversas prorrogações de prazos a mesma não conseguiu apresentar a referida certidão

Portanto, considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de contratação, através de nova publicação de abertura, declaramos a LICITAÇÃO FRACASSADA, e requer o arquivamento do presente processo.

Canabrava do Norte – MT, 14 de Setembro de 2022

Iranizo Matos Rodrigues

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT

RH/GABINETE
PORTARIA N. 594, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 594, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 191/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **CRESCER INDUSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLASTICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 18.658.463/0001-00, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fisca-

lizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 593, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 593, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 190/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 30.313.649/0001-23, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 085/2022

DO OBJETO: Constitui objeto da presente a Contratação de empresa para fornecimento de Produtos Químicos para Tratamento de Água, que serão utilizados na – ETA – de Canabrava do Norte-MT.

DATA: Canabrava do Norte, 14 de Setembro de 2022;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: **JKLAB Produtos e Soluções para Laboratórios Ltda - EPP**, inscrito no CNPJ sob o nº 23.239.321/0001-49;

RH/GABINETE
PORTARIA N. 597, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 597, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

‘‘DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’’.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 194/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n. 3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 596, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 596, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

‘‘DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’’.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 193/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **ARAÚJO CASTRO COMÉRCIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 36.136.393/0001-02, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 598, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 598, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. 032.338.971-62, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, o contrato CPL n. 084/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** inscrita no **CNPJ:** 10.717.170/0001-45 Objeto Contratação de empresa para fornecimento de Produtos Químicos para Tratamento de Água, que serão utilizados na – ETA – de Canabrava do Norte-MT, oriundo do Processo administrativo n. 5815/2022.

Art. 2º. Designar a servidora, **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n.770.870.891.53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LUCAS RAFAEL PEREIRA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 589, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 589, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **THAIS FREITAS GONÇALVES** matrícula funcional n. 2298, e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 068.238.981-19, com e-mail: thaisfreitas.0604@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 186/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **AGÊNCIA DA NOTÍCIA CONFRESA EIRELI - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 23.731.566/0001-99, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual Contratação de serviço de propaganda e publicidade digital em sites de notícias local/regional, através de banners com exibição 24 horas para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, para divulgação dos informativos de utilidade pública do município, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.4013/2022.

Art. 2º. Designar a servidora **VIRGILIA DIAS DE CAMPOS BRUNETTA,** matrícula funcional n. 2290 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. 032.338.971-62, com e-mail virgiliabrunetta@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

THAIS FREITAS GONÇALVES

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 002, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022 RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

EDITAL Nº 002, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

A Secretaria Municipal de Educação de Canabrava do Norte, no uso de suas atribuições e considerando os princípios da publicidade, da razoabilidade e da finalidade pública, bem como os critérios de conveniência e de oportunidade, resolve retificar, na íntegra, o Edital nº 01/2022, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso de 14 de setembro de 2022, Edição 4.067, conforme se segue:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002 DO PRÊMIO EDUCA MT

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CANABRAVA/MT, **no uso de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para o Processo Seletivo Simplificado - PSS, para** preenchimento das vagas de Assistente de Alfabetização, na condição de voluntário, nos termos **do Artigo 1º e parágrafo único,** da Lei Federal 9.608 de fevereiro de 1998, para as unidades escolares municipais participantes do ALFABETIZA/MT e que receberam o Prêmio Educa MT, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de CANABRAVA DO NORTEMT, Estado de Mato Grosso, em observância ao que dispõe Lei 11.485, de 28 de julho de 2021, Decreto nº 1.065, de 10 de agosto de 2021.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. O Processo Seletivo Simplificado – PSS, Modalidade Contagem de Pontos, destina-se ao preenchimento das vagas e cadastro reserva para **Assistentes de Alfabetização** atuarem no Programa ALFABETIZA/MT**, pelo período de 3 meses**, a serem distribuídas nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino que receberam o Prêmio Educa MT, do município de CANABRAVA DO NORTE /MT, conforme Anexo III, deste Edital. **1.2.** O Processo de Seleção se dará em cada Unidade Escolar que recebeu o recurso, cabendo ao Diretor zelar pela aplicação dos princípios constitucionais dispostos no Ar-

tigo 37 da Constituição Federal de 1988;, **1.3.** A convocação do Assistente de Alfabetização, para dar início as atividades de apoio ao Professor Alfabetizador do 1º e 2º Ano, está condicionada ao recebimento do recurso a ser repassado pelo PRÊMIO EDUCA MT, nos termos do Plano de Aplicação. **2. DAS FINALIDADES DO PROGRAMA 2.1.** A alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados nos1º e 2º Anos do Ensino Fundamental de 9 Anos, por meio do acompanhamento pedagógico específico; **2.2.** A prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização. **3.DA NATUREZA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO 2.3.** O trabalho desempenhado pelo Assistente de Alfabetização se configura em trabalho voluntário, portanto, não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, sendo exercido em observância ao que dispõe a Lei do Voluntariado, Lei n° 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. **3. DAS COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO** Executar as atividades pré-elaboradas pelo professor da turma, conforme predeterminado pela equipe gestora da escola e no Plano de Trabalho; **3.1.** Cumprir a carga horária de 4 horas semanais, distribuídas em dois dias por semana; **3.2.** Realizar atividades de acompanhamento pedagógico sob orientação da coordenação e da supervisão do professor alfabetizador, com vistas a garantir a alfabetização dos estudantes regularmente matriculados do1º e 2° Anos do Ensino Fundamental; **3.3.** Cumprir com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa; **3.4.** Participar dos processos formativos definidos pela Secretaria Municipal de Educação CANABRAVA DO NORTE /MT, Pelo Estado de Mato Grosso e pelo MEC; **3.5.** Desenvolver atividades diferenciadas, com material lúdico adquiridos e confeccionados com turma; **4. DAS ATIVIDADES VETADAS AO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO: 4.1.** Ser responsável por atividades burocráticas, como preenchimento de diários e/ou outras atividades que não estão voltadas diretamente ao processo de alfabetização dos estudantes das respectivas turmas; **4.2.** Substituir o professor alfabetizador em atividades de regência. **5. DO PROCESSO SELETIVO 5.1.** O Processo Seletivo Simplificado, será realizado pela e na escola participante do Programa Avalia MT e que recebeu o Prêmio Educa MT, a qual será responsável pela validação das inscrições, Análise de Currículos e divulgação do resultado final; **5.2.** Para análise dos currículos será realizada pela comissão formada pelo diretor, coordenador pedagógico e pela presidente do CDCE; **5.3.** A Comissão de Análise de Currículos será responsável pela: **a)** Análise da documentação apresentada pelo candidato; **b)** Análise e contagem de pontos; **c)** Análise dos recursos interpostos. **5.4.** Será formado Cadastro Reserva de cada escola, onde os candidatos selecionados poderão ser chamados, conforme a necessidade e de acordo com a ordem decrescente de classificação. **6. DA SELEÇÃO 6.1.** A seleção ocorrerá por meio de **Processo Seletivo Simplificado** – PSS, **Modalidade Análise de Currículo - Contagem de Pontos**; **6.2.** A seleção se dará em única etapa, sendo esta classificatória, por ordem decrescente de pontuação, realizada por meio da análise de currículo, cuja pontuação ocorrerá de acordo com o Anexo IV deste Edital, sendo 20 pontos a pontuação máxima; **6.3.** Será considerado aprovado o profissional que obtiver maior pontuação no PSS, os demais, que atenderem aos critérios estabelecidos no item 9.0, deste Edital, serão considerados classificados e irão compor um Banco de Cadastro Reserva da Unidade Escolar, para posterior convocação, caso seja necessário. **7. DAS INSCRIÇÕES 7.1.** A inscrição do candidato implica conhecimento e aceitação deste às normas e condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento; **7.2.** As inscrições serão efetuadas na **Unidades escolares dispostas no Anexo V ; 7.3.** O candidato deverá preencher o formulário de inscrição (Anexo I), na escola ao qual pretende pleitear vagas, **no período de 15 à 19 de setembro de 2022, das 8:00 às 17:00 hora**s, nos dias de funcionamento das escolas, horário de Brasília; **7.4.** As informações prestadas no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão de Análise dos Currículos o direito de excluí-lo do PSS, caso o preenchimento for feito com dados incompletos ou incorretos bem como, se constatado, a qualquer tempo, informações inverídicas; **7.5.** Não serão aceitos documentos após a inscrição, podendo ser eliminado o candidato que não apresentar as documentações exigidas neste Edital. **7.6.** O candidato, no ato da inscrição, desde que haja compatibilidade de horário para atendimento das turmas, poderá indicar até duas turmas para pleitear a vaga. Contudo, sua carga horária semanal não poderá exceder 30 horas; **7.7.** No ato da inscrição, o candidato deverá entregar os seguintes documentos: **I –** Formulário de inscrição devidamente preenchido, com todos os dados solicitados; **II –** Fotocópias nítidas dos documentos elencados abaixo, conforme a habilitação, com apresentação dos documentos originais para fins de conferência: **a)** Registro Geral de Identidade - RG; **b)** Cadastro de Pessoa Física - CPF; **c)** Comprovante de residência; **d)** Diploma de graduação; **e)** Comprovante de matrícula (para candidatos universitários); **f)** Certificado de Formação em Magistério (se houver); **8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO 8.1.** Considerando que o Assistente de Alfabetização atuará no acompanhamento pedagógico, com foco na alfabetização, a análise curricular deverá ocorrer em observância aos seguintes critérios, seguindo as pontuações prescritas no **Anexo II. I.** Professores licenciados em Pedagogia ou Normal Superior; **II.** Estudantes dos cursos de Pedagogia; **III.** Profissionais com formação em Magistério a nível ; **9. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE 9.1.** Em caso de empate na nota final, terá preferência o candidato que apresentar:

I. Maior idade.

.

10. DO RESULTADO

11.1 O resultado preliminar será divulgado mural da escola e a comissão enviará cópia da classificação aos candidatos, até o dia 22 de setembro de 2022**, até às 12:00 horas,** horário local;

11.2. Haverá interposição de recurso, quanto ao resultado preliminar, a qual ocorrerá no período de 23 à 26 de setembro de 2022, das 9:00 às 17:00 horas, horário local, que deverá ser protocolizado junto à a Comissão na própria escola; **11.3.** Deverá constar no recurso, o nome completo do candidato bem como, exposição clara e objetiva dos motivos que ocasionaram a interposição; **11.4.** Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão de Análise de Currículos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de seu recebimento; **11.6.** Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos; **11.7.**O resultado final, após a etapa de recurso, será divulgado no dia 28 de setembro de 2022, na escola a qual foi pleiteada a vaga e informará ao candidato por meio de Comunicação, caso tenha informado; **11.8.** Todos os candidatos habilitados serão considerados aprovados, constituindo assim o banco de classificados em ordem decrescente de pontuação. **11. DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO 11.1.** A carga horária de atendimento do Assistente de Alfabetização será de 4 horas semanais distribuídas em dois dias por semana, a ser definidos em comum acordo com a professora da turma e coordenação pedagógica, ressalvado o interesse público; **11.2.** O Assistente de Alfabetização receberá, para fins de ressarcimento das despesas com transporte e alimentação, o valor de:

I. R$ 600,00 (seiscentos reais) por mês, para atuar nas escolas que receberam o Prêmio Educa MT;.

11.3. Poderá ser desvinculado, a qualquer tempo, o Assistente de Alfabetização que não corresponda as expectativas do Programa em questão, no cumprimento das atividades previstas; **11.4.** Por se tratar de serviço de caráter voluntário, não é possível o afastamento ou licença, de qualquer natureza, do Assistente de Alfabetização. Em casos em que haja a necessidade de afastamento este, deverá ser substituído imediatamente. **12. DA ESCOLHA DA UNIDADE E ATENDIMENTO NAS TURMAS 12.1.** A inscrição será realizada na Unidade em que o candidato pretende pleitear vaga, podendo escolher até duas turmas, caso haja disponibilidade. **12.2.** Em caso de desistência do Assistente na unidade, será convocado

novo candidato da lista de cadastro de reserva, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação; **12.3.** Não havendo nenhum candidato para a unidade escolar, poderá ser contratado pessoa que tenha interesse e que apresente condições de executar as atividades fins, determinadas neste edital;

14. DA IMPOSSIBILIDADE DA EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO E DA RESCISÃO

14.1. Será vedada o candidato que:

I. Na inscrição, informar escolaridade que gere pontuação maior que a efetivamente comprovada;

II. Não comprove a escolaridade mínima exigida para o cargo de inscrição;

III. Esteja incompatível para investidura em cargo público em decorrência da aplicação da pena de demissão ou destituição de cargo em comissão;

IV. Esteja impedido de exercer a em decorrência da aplicação da pena em sindicância administrativa a que tenha sido submetido em razão de ato praticado;

V. Com acúmulo ilícito de cargo, emprego ou função pública, exceto os casos permitidos pelo Art. 37 da Constituição Federal, com compatibilidade de jornadas, que deverá ser declarada e justificada em termo próprio;

VI. Que tenha sofrido condenação criminal da qual decorra proibição de contratar com a administração pública, enquanto perdurarem seus efeitos;

VII. Aposentado e servido em condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;

VIII. Não apresentar a documentação exigida neste PSS, ou apresentar documentos inidôneos, com informações não verificáveis ou com informações que se demonstrem falsas;

IX. Que esteja respondendo, em qualquer âmbito judicial, processo que tenha por objeto denúncias de prática de pedofilia e/ou processos por improbidade administrativa;

X. Quando o candidato não aceitar as condições do Termo de Compromisso;

XI. O servidor que esteja respondendo sindicância, que não possua certidão emitida pela USC que poderá ser removido.

XII. O servidor que esteja respondendo Processo Administrativo Disciplinar - PAD.

14.2. A rescisão ocorrerá sem direito a indenização, nas hipóteses de:

a) Término pelo fim da vigência do Termo de Compromisso;

b) Rescisão por iniciativa do Servidor Efetivado ou pelo Bolsista;

c) Rescisão por iniciativa da Administração Pública;

14.3. A rescisão por iniciativa da Administração Pública poderá se dar quando: uma das hipóteses do item 14.1 deste PSS; o profissional não detêm conhecimento dos princípios e objetivos do Programa ALFABETIZA MT, conhecimento especifico referente à atribuição, conhecimento em Educação Infantil ou Alfabetização, conforme o perfil, conhecimento sobre a Lei 9.394/96 – a BNCC e o DRC (Educação Infantil e Ensino fundamental); e, por razões de conveniência e oportunidade, quando a o servidor não mais atender às necessidades da SME e DRE.

14.4. Em caso de suspensão da prestação de serviços objeto do Termo de Compromisso, a bolsa ou acréscimo no caso dos Coordenadores, proveniente deste deverá ser suspensa.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.5 Os candidatos aprovados, assim que forem convocados, assinarão o Termo de Adesão e Compromisso de Voluntário, anexo VI, para prestação do trabalho das atividades como Assistente de Alfabetização, pelo prazo de 3 (três) meses, podendo, caso seja necessário, dar continuidade às atividades no ano letivo de 2023, ficando a critério da equipe gestora definir a prorrogação;

14.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, na própria Escola de Canabrava /MT.

ANEXO

I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome:----------

RG:----------CPF:----------Endereço residencial:----------Bairro:----------Complemento:---------- Celular:( )----------: E-mail:----------

UNIDADE ESCOLAR :----------

Assinatura do candidato

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ATUAR COMO ASSISNTENTE DE ALFABETIZAÇÃO PRÊMIO EDUCA MT

Número de inscrição

Nome do candidato: ----------

Assinatura do candidato

FICHA DE ANÁLISE CURRICULAR DO CANDIDATO A

ANEXO

II

ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA ALFABETIZA/MT, PRÊMO EDUCA MT

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato:

DOCUMENTOS APRESENTADOS	**PONTUAÇÃO**
Diploma de Graduação em Pedagogia ou Normal Superior	10
Declaração de matrícula de estudante do curso de Pedagogia	05
Diploma de Ensino Médio com habilitação em Magistério	04
PONTUAÇÃO TOTAL:	

/ , de de2022

(Local) (UF)

Assinatura dos membros da comissão:

Diretor da Escola:_____

Coordenadora da Escola:_____

Representante do CD-CE:_____

ANEXO

III

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	PERÍODO
Publicação do Edital	**14/09/2022**
Período de inscrição	**15 /09 a 19/09/2022**
Divulgação do resultado preliminar	**22/09/2022**
Período do Recurso	**23 à 26/09/2022**
Resultado do Recurso / Resultado Final	**28/09/2022**

ANEXO

V

LISTA DE ESCOLAS QUE RECEBERÃO APOIO DO ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO

Nº ORDN	UNIDADE ESCOLAR	TURMAS	
		NÚMERO	CARGA HORÁRIA SEMANAL (HORAS)
01	E. M. CANAÂ	1	4 horas
01	EXTENSAÂ PRIMAVERA	1	4 horas

ANEXO VI

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO DE VOLUNTÁRIO

Eu, , brasileira,casada,

CPF RG . SSP , residente e

domiciliado(a) no(a)

, , , Data de Nascimento ,

pelo presente instrumento, formaliza adesão e compromisso em prestar, por livre e espontânea vontade, *serviço voluntário*, nos termos da Lei n° 9. 608, 18 de fevereiro de 1998, em escolas públicas definidas pelo Prêmio Educa MT, definido na Lei Estadual 11.485/2021, A ser prestada contas, nos termos da prestação de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), consciente que fará jus ao valor de 500,00 (quinhentos) reais, a título de ajuda de custo, para ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do referenciado serviço e que tal serviço não será remunerado e não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

_____/ / _____de de 2022.

local

assinatura

RH/GABINETE
PORTARIA N. 599, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 599, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, **LUCAS RAFAEL PEREIRA,** matrícula funcional n. 2329 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o n. 032.338.971-62, com e-mail lucasrafaelp@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, o contrato CPL n. 085/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **JKLAB PRODUTOS E SOLUÇÕES PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP** inscrita no **CNPJ:** 23.239.321/0001-49, Objeto Contratação de empresa para fornecimento de Produtos Químicos para Tratamento de Água, que serão utilizados na – ETA – de Canabrava do Norte-MT, oriundo do Processo administrativo n. 5815/2022.

Art. 2º. Designar a servidora, **JUCERLEI BONATTO**, matrícula funcional nº 1753 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n.770.870.891.53, com e-mail: nega.73@hotmail.com, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LUCAS RAFAEL PEREIRA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO CPL N° 084/2022

DO OBJETO: Constitui objeto da presente a Contratação de empresa para fornecimento de Produtos Químicos para Tratamento de Água, que serão utilizados na – ETA – de Canabrava do Norte-MT.

DATA: Canabrava do Norte, 14 de Setembro de 2022;

ASSINANTES: João Cleiton Araújo de Medeiros - Prefeito Municipal - Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte/MT – Contratado: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** , inscrito no CNPJ sob o nº 10.717.170/0001-45;

RH/GABINETE
PORTARIA N. 592, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 592, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

‘‘DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’’.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 189/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n. 3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 591, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 591, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

‘‘DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS’’.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **LIDIANE MATOS LIMA**, matrícula funcional nº 2297 e inscrita no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o n. 009.834.671-70,com e-mail: lidianeheitor@gmail.com, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 188/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **B&S COMÉRCIO ATACADISTA JUINA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 42.335.172/0001-66, cujo Objeto Registro de Preços para possível e eventual aquisição de equipamentos (aspirador de pó, compressor de ar, lavadora de alta pressão, soprador agrícola, enceradeira e carro de limpeza) para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal de Canabrava do Norte/MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3619/2022.

Art. 2º. Designar o servidor**WESLEY FERREIRA MARTINS**, matrícula funcional nº 2291 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda sob o n. CPF/MF n. 004.764.571-73, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

LIDIANE MATOS LIMA

RH/GABINETE
PORTARIA N. 590, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N. 590, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

''DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL TÍTULAR E SUPLENTE DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que o fiscal do contrato deve:

- Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

- Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

- Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

- Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

- Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

- Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

- Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

- Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;

- Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

- Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

- Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

- Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;

- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

- Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

- Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

- Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

- Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

- Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

- Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais “frias” ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

- Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

- Considerando que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a eventuais multas aplicadas pelo TCE.

- Considerando que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor, **ADBALDO NUNES MILHOMEM**, matrícula funcional nº 1761 e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 792.458.701-20, para acompanhar e fiscalizar como titular, a execução da ata de registro de preço n. 187/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT e a empresa **S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.805.780/0001-51, cujo Objeto Registro de Preços para possível e possível e eventual aquisição de tintas e cal para pintura, para atender a demanda imediata da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura de Canabrava do Norte - MT, pelo período de 12 meses; oriundo do Processo administrativo n.3316/2022.

Art. 2º. Designar o servidor **CRISTIANO BARBOSA DA SILVA**, matrícula funcional nº 2289, e inscrito no Cadastro de Pessoas físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 027.554.511-30, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art.3º. A Coordenadoria de acompanhamento contratual e fiscalização - COORDACONFI disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 11º, inciso XVI, da Instrução Normativa SCC N. 001/2015, Versão 2, de 21 de Julho de 2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem encaminhados via E-mail, estabelecido no art. 1º, da presente Portaria, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 14 de setembro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO.

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

.

_____

ADBALDO NUNES MILHOMEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA N°429/2022

Portaria N°429/2022

De 13 de junho de 2022.

Altera Período de férias a servidora **Luciane Rosa Miranda**e das outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar o período de férias da servidora, **Luciane Rosa Miranda,** ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Transito**,** agendada por meio da portaria n°174/2022, para o período de 12 de dezembro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º, será pago 1/3 a mais da sua remuneração no mês de junho de 2022.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 13 de junho de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2022

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro oficial da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público Pregão Presencial nº 037/2022, menor preço por Item foram declarados vencedores, as empresas; **COMERCIAL MENDONÇA LTDA., ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA. , 3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA., conforme ata da sessão.**

Canarana-MT, 14 de Setembro de 2022.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040-2022

PROCESSO: 132/2022

PREGÃO PRESENCIAL: 037/2022

DATA: 14/09/2022

VIGÊNCIA: 14/09/2023

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Rodagens.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual **aquisição de diversos materiais de consumo (luminárias, braços ornamentais e postes metálicos), para atender as necessidades da secretaria municipal de obras, estradas e rodagens na Canarana-MT,** conforme especificações do edital.

FORNECEDORES VENCEDORES:

COMERCIAL MENDONÇA LTDA;

VENCEDOR DOS **ITENS; 01, 02, 03, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41.**

VALOR TOTAL: R$ 1.059.042,00 (Um milhão cinquenta e nove mil quarenta e dois reais).

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA;

VENCEDOR DOS **ITENS; 04, 07, 26, 28, 29, 35.**

VALOR TOTAL: R$ 8.997.500,00 (Oito milhões novecentos e noventa e sete mil e quinhentos reais).

3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA;

VENCEDOR DOS **ITENS; 05, 06, 25, 27, 36.**

VALOR TOTAL: R$ 5.901.700,00 (Cinco milhões novecentos e um mil setecentos reais).

VALOR TOTAL GERAL: R$ 15.958.242,00 (Quinze milhões novecentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e dois reais).

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 029/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 029/2021, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA - MT E A EMPRESA AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPREFEITO MUNICIPAL em Exercicio **Sr. VILSON BIGUELINI**, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 642037 SSP/MT e CPF nº 460.704.431-87, residente e domiciliado à Av. Paraná nº 343, Bairro Centro, Canarana-MT, e de outro lado a empresa **AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº**12.928.234/0001-82**, estabelecida a Rua Cedro Marcado, nº 572, Bairro Jardim Tropical, Cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Eliezer Venancio Ferreira, ocupando o cargo de Sócio Administrador, RG nº 1433270-1 SSP/MT e CPF nº 952.002.151-53**,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo **acréscimo na prestação de serviços de limpeza de lotes urbanos, podas de arvores, limpeza dos lotes dos prédios publicos, praças, rotatórias, canteiros das avenidas, plantio e fornecimento de gramas, capina, dentre outros, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto e Forma de Execução, conforme quantidades mencionadas abaixo:

ITEM	QUANT LIC	QUANT ADIT	UNID	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	R$ UNIT	R$ TOTAL
2	1.000	250	Unid.	Serviço de poda de arvore Média, incluindo a retirada e destinação final dos galhos e resíuos.	R$ 39,50	R$ 9. 875,00
3	500	125	Unid.	Serviço de pode de arvore Grande, incluindo a retirada e destinação final dos galhos e resíuos.	R$ 52,50	R$ 6. 562,50
5	150. 000	37500	M2	Serviços de limpeza dos lotes nos prédios públicos (escolas, postos de saúde, hospital e paço municipal, etc), praças, canteiros das avenidas e rotatórias, incluindo os serviços de limpeza, retirada e destinação final dos resíduos.	R$ 0,62	R$ 23. 250,00
9	20.000	5000	M2	SERVIÇOS DE CAPINA, ROÇADA MANUAL E COM ROÇADEIRA COSTAL EM PRAÇAS, CANTEIROS DAS AVENIDAS E JARDINS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS (escolas, postos de saúde, paço municipal, etc) incluindo os serviços de cortar, rastelar, transportar e dar destino final aos resíduos.	R$ 1,09	R$ 5. 450,00
10	25.000	6250	M2	Serviços de capina química (aplicação de secante) em praças, canteiros das avenidas e jardins dos prédios públicos (escolas, postos de saúde, paço municipal, etc) incluindo o produto químico.	R$ 0,49	R$ 3. 062,50

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica acrescido um percentual no montante de 25 % (vinte e cinco por cento) dos item 02, 03, 05, 09, 10, perfazendo o valor total de R$ 48. 200,00 (Quarenta e oito mil e duzentos reais) que passa a fazer parte integrante do processo.

2.2.1 - Com o acréscimo constante o item 3.1, a Cláusula Terceira - do valor e condições de pagamento, do contrato originário passará a ser de **R$** R$ 811.950,00**(Quatrocentos e dezoito mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).**

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 - Justifico que as quantidades licitadas constantes no contrato, tiveram o saldo esgotados havendo a necessidade de atender as Secretarias Municipais, justificando assim o acréscimo nas quantidades que não causará nenhum prejuízo aos cofres públicos pois a empresa aceita a manter os preços ofertados em Mar/2021.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 029/2021, e 1º termo aditivo,** desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana do Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Canarana-MT, 13 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

VILSON BIGUELINI

CONTRATANTE

AQUI AGORA PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA-ME

Eliezer Venancio Ferreira

Sócio Administrador

CONTRATADA

FRANCIELY REJANE STORCH

Portaria nº 329/2021 de 17 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

THATIANA TIMO CARNEIRO DOS SANTOS

Portaria nº 329/2021 de 17 de Fevereiro de 2021

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

01:_____ 02: _____

Nome> Nome>

Cpf Cpf

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 501 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS, Secretario Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **VERA LUCIA SEZE** matricula nº 189, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 14 de stembro de 2022, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 26 de agosto de 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

HUGO LUCIANO ANDRADE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto nº 017/2022.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 055/2022

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.**

Empresas vencedoras valor total: R$86.509,55 (oitenta e seis mil e quinhentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos):

VALE DO TAPAJOS DIST PROD HOSPITALARES LTDA-EPP (36960961000195) com o lote: 25 no valor total de R$492,00 (quatrocentos e noventa e dois reais).

DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL EIRELI (02472743000190) com o lote: 8 no valor total de R$34.370,00 (trinta e quatro mil e trezentos e setenta reais).

EASY SOLUÇOES DIAGNOSTICAS LTDA ME (19993061000125) com os lotes: 4, 5 e 9 no valor total de R$2.155,55 (dois mil e cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA (04724729000161) com os lotes: 6, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21 e 22 no valor total de R$47.563,55 (quarenta e sete mil e quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

A.C.L ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTSOS PARA LABORATÓRIOS LTDA -EPP (22627453000185) com os lotes: 1 e 11 no valor total de R$1.928,45 (um mil e novecentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

Item deserto: 7

Itens fracassados: 2, 3, 15, 20, 23, 24 e 26

Carlinda – MT, 14 de Setembro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

GABINETE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003/2022 – CMDCA

RESULTADO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carlinda, Estado de Mato Grosso- CMDCA, torna público para conhecimento dos interessados, a **divulgação do resultado da avaliação psicológica realizada no dia 14 de Setembro de 2022,** do Processo Suplementar de Escolha para membros e suplentes do Conselho Tutelar, para o cumprimento do restante do quadriênio 2020/2023.

Resultado da avaliação psicológica:

Nome	Situação
Cristiane Silverio da Silva	APTA
José Feliciano Ponce Cardoso	INAPTO
Meluri de Souza Sa Amoresi	APTA
Edite do Carmo Silva	APTA
Luciana Aparecida Zapelini	APTA

Patricia Ferreira Pinho	APTA
Neide Acosta de Freitas	APTA

Carlinda/MT, 14 de Setembro de 2022.

ROSILEIDE VECCHIA PINHO

Presidente do CMDCA

Decreto Municipal n.º 110/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2022

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, CATALOGAÇÃO, CADASTRAMENTO, ETIQUETAMENTO COM O FORNECIMENTO DE PLAQUETAS, ELABORAÇÃO DE REGISTRO FOTOGRÁFICO, REAVALIAÇÃO E DEPRECIAÇÃO INDIVIDUALIZADA E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE TODOS OS BENS MOVEIS E IMÓVEIS (PRAÇAS, PONTES, TERRENOS, EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS E DEMAIS ITENS) PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CARLINDA, INCLUINDO LAUDO TÉCNICO DE BENS INSERVÍVEIS E PROPENSOS A BAIXA PATRIMONIAL, VISANDO DAR SUPORTE Á ORGANIZAÇÃO DO ACERVO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.**

Carlinda – MT, 14 de Setembro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 502 DE 11 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **FABIANA DA SILVA FRANÇA** matricula nº 3157, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 12 de setembro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 09 de setembro de 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 002/2022

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 503 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ANA CRISTINA FERNANDES DA COSTA** matricula nº 45, cargo de Professora, na data 13 de setembro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 12 de setembro ao dia 14 de setembro de 2022 totalizando 03 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 504 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARLY NOVAKOSKI DA SILVA** matricula nº 3271, cargo de Agente Comunitária de Saúde, na data 09 de setembro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 09 de setembro de 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 002/2022

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 505 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ANDREIA DE SOUZA** matricula nº 4564, cargo de Assessor de Departamento, na data 12 de setembro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 12 de setembro de 2022 ao dia 13 de setembro de 2022 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria Municipal de Saúde

Decreto nº 002/2022

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 022/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora

Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 233/2022 de 28 de Junho de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 063/2021, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 22.328.534/0001- 84, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 022/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 09 de Setembro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
MANDADO DE CITAÇÃO

Processo de Administrativo n.º 020/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, em razão da Portaria n.º 231/2022 de 28 de junho de 2022, que *dispõe sobre a instauração de processo administrativo e dá outras providências* para apurar o descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços N° 173/2021, nos Termos da Lei Municipal n.º 1.182/2019 e Lei Federal n.º 8.666/1993, por meio da presente, **CITA** a empresa SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 06.065.614/0001-38, da Abertura de Processo Administrativo, especificada como Processo Administrativo n.º 020/2022 em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente defesa prévia nos autos supra, ocasião em que poderá juntar documentos, requerer a produção de provas e arrolar no máximo 05 (cinco) testemunhas.

Carlinda/MT, em 22 de Agosto de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 27/09/2022.

HORÁRIO: 08H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

ENDEREÇO ELETRÔNICO:bllcompras.com

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos no sítio www.carlinda.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/ ou na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78.587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 14 de Setembro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

GABINETE
MANDADO DE INTIMAÇÃO

Processo de Administrativo Contra Fornecedor n.º 025/2022.

A Presidente da Comissão Processante Permanente instituída pela Portaria n.º 270/2019, de 30 de setembro de 2019, da Excelentíssima Senhora Carmelinda Leal Martines Coelho, Prefeita Municipal, nos Termos da Lei nº 1.182/2019, por meio da presente, **INTIMA** a Empresa HM CIRÚRGICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.981.531/0001-73 do inteiro teor da Decisão Administrativa anexa, para, querendo, apresente recurso no prazo de 05 (cinco) dias.

Carlinda/MT, em 12 de Setembro de 2022.

_____

DAIANE MARIANA DA SILVA BENFICA

Presidente da CPP

GABINETE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N° 144/2022

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n°. 01.617.905/0001-78, com sede na Avenida Tancredo Neves, s/n, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000, neste ato representada pela sua Prefeita, **Sra. CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1165982-3 SSP/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 854.225.171-72, residente e domiciliado na Estrada F Comunidade São Francisco, Zona Rural, Município de Carlinda/MT, CEP: 78.587-000.

NOTIFICADA: ARES COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 42.934.780/0001-97, situada na Avenida Senegal QD 07 LT 03, bairro Jardim Aclimação no município de Cuiabá/MT CEP: 78.050-274.

CONSIDERANDO, o PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2022;

CONSIDERANDO, o CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2022;

CONSIDERANDO, as Requisições de Compra nº 5385/2022, 5386/2022 e 5387/2022;

CONSIDERANDO, a não entrega dos itens solicitados por meio da Requisição de Compra nº 5385/2022, 5386/2022 e 5387/2022;

CONSIDERANDO, a demanda de urgência para entrega dos itens solicitados, conforme consta na Requisição de Compra n° 5385/2022;

CONSIDERANDO, a Cláusula Quarta – Da Vigência E Dos Prazos De Fornecimento, item 4.1 e seguintes, e Cláusula Sétima, das Obrigações e Responsabilidades das Partes, item 7.1 e subitens do Contrato Administrativo, a seguir transcritos:

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.2. A entrega do produto deverá ser feita no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido

formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÃOES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes:

a) Executar a prestação de serviços nas especificações contidas neste Contrato;

b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação de serviços;

c) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto deste contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

RESOLVE:

NOTIFICAR: A empresa ARES COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 42.934.780/0001-97,para que, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação desta, atenda os requisitos do Contrato Administrativo N.º 015/2022 decorrente do Pregão Presencial N° 005/2022, quanto ao fornecimento dos produtos, conforme requisição de compra supramencionada.

Caso não seja atendida a notificação em questão, a NOTIFICADA estará sujeita à instauração de Processo Administrativo, para que sejam apurados os fatos, apreciados, e tomadas as providências conforme Seção II, das Sanções Administrativas da Lei n.º 8.666/93.

Carlinda/MT, em 12 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT

_____

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 54/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTADOR ESCOLAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 28/09/2022 às 08h:00min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 14 de setembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 55/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHEIRO, CARPINTEIRO, MECÂNICO, MECÂNICO PARA MÁQUINAS PESADAS, MOTORISTA, COLETA SELETIVA E SERVENTE DE PEDREIRO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** com sessão marcada para o dia 28/09/2022 às 13h:30min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 14 de setembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 52/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO PSF RURAL E URBANO E PLANTÕES PRESENCIAIS NO PRONTO ATENDIMENTO, SUPRINDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** com sessão marcada para o dia 27/09/2022 às 07h:30min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 14 de setembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 53/2022

A Pregoeira torna público que fará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 53/2022,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES NA ALA COVID-19, SUPRINDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA-MT,** com sessão marcada para o dia 27/09/2022 às 13h:30min. Maiores informações pelo fone 66 3581 1166, pelo e-mail: licitacaocastanheira2019@gmail.com ou pelo site www.castanheira.mt.gov.br.

Castanheira - MT, 14 de setembro de 2022.

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PREGOEIRA DESIGNADA

PORTARIA N°106/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 124/2022

OBJETO: "Construção da Pista de Skate em frente ao Ginásio Carlos Soares, na Avenida Vereador José de Souza Neves, Bairro Santa Cruz, Chapada dos Guimarães-MT, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude: -15.462795; longitude: -55.737652, mediante recursos do Convênio Sigcon nº 00953/2021/FUNDED-MT".

ASSINATURA DO ADITIVO: 05/09/2022.

DAS ALTERAÇÕES: A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato e seus aditivos para 30 (trinta) dias. Terá início o presente Termo

Aditivo a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: 06/07/2022 até a data de 06/08/2023; 1.3. Fica acrescentado o valor de R$ 35.735,58 (Trinta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos) a partir de sua assinatura até o prazo de encerramento da vigência.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

OSMAR FRONER DE MELLO – Prefeito Municipal;

CONTRATADA: JR COUTO DE OLIVEIRA-ENGENHARIA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.018.872/0001-36.

PUBLICAÇÃO COM EFEITOS RETROATIVOS A PARTIR DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 039/2022

OBJETO: "Contratação de Pessoa Jurídica para Execução de Pavimentação e Drenagem das vias: Rua A, Rua B, Rua C e Rua 2. Todas situadas no Bairro Jardim da Mata, localizada no Município de Chapada dos Guimarães/MT. Com as seguintes coordenadas geográficas: 15°27'33.71"S 55°44'35.85"W (inicial); 15°27'25.1"S 55°44'32.0"W (final)".

ASSINATURA DO ADITIVO: 05/09/2022.

DAS ALTERAÇÕES: A prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato e seus aditivos para 60 (trinta) dias. Terá início o presente Termo Aditivo a partir do encerramento do contrato principal, qual seja: 30/09/2022 até a data de 30/11/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

OSMAR FRONER DE MELLO – Prefeito Municipal;

CONTRATADA: ORION CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.319.010/0001-61.

PUBLICAÇÃO COM EFEITOS RETROATIVOS A PARTIR DE 05 DE SETEMBRO DE 2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS RH

Portaria nº 411/GP/2022

Em, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Aos Servidores relacionados abaixo, Elevação de Classe/Nível por Tempo de Serviço, em conformidade com a **Lei Complementar 041/2010.**

	NOMES	MAT	ADMISSÃO	CARGO	CLASSE/NIVEL
1.	ELIETE GUEDES PEREIRA DA SILVA	1282	01/09/2010	PROFESSOR III 30 HORAS	C/05
2.	FABIANA ZANCHETA GIGLIO	1284	01/09/2010	PROFESSOR III 30 HORAS	C/05

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de **01/09/2022**.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 412/GP/2022

Em, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Aos Servidores relacionados abaixo, Elevação de Classe/Nível por Tempo de Serviço, em conformidade com a **Lei Municipal 1.208/2006.**

	NOMES	MAT	ADMISSÃO	CARGO	CLASSE/NIVEL
1.	NELSON SOUZA PINTO FILHO	4126	11/09/2014	TECNICO EM AGROPECUARIA	C/04
2.	NEZITA PEREIRA DE ALMEIDA	1299	15/09/2010	AUX. DE CONSULTORIO DENTARIO	D/04

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de **01/09/2022**.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
ATO N° 061/2022

ATO N° 061/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CHEFE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO AO CONSUMIDOR DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

I – NOMEAR a **Srª. KARYNNY AUXILIADORA PECORA,** para exercer o cargo em Comissão de Chefe Divisão de Educação ao Consumidor de Chapada dos Guimarães/MT, vinculada ao Gabinete do Prefeito de Chapada dos Guimarães.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, retroativo a 01 de setembro de 2022.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 08 de Setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

MFSC

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO/ERRATA DO ITEM 59 TR - PP Nº 027/2022

REF.: PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 027/2022 – Nº PROC.ADM. 9058/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

CONSIDERANDO, a urgência na realização de Pregão Presencial Para Registro de Preços – nº 027/2022 com objetivo: "Registro de preço para futura e eventual aquisição de Materiais de Escritório, a fim de atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Chapada dos Guimarães/MT" que **está com data marcada** para abertura para o dia: **20/09/2022 (TERÇA-FEIRA)**, às **09:00 horas/MT**;

CONSIDERANDO que **não houve** qualquer tipo de alteração significativa nas condições estabelecidas no edital do Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 027/2022;

CONSIDERANDO que foi dada a devida publicidade ao ato por meio de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – ANO XVII – Nº 4.063, como também no site do Município. Portanto não haverá prejuízo aos licitantes interessados quando da elaboração das propostas de preços;

RESOLVE **retificar/errata** do **Item nº 59** do TR (anexo I)

Onde se lê: Item 59 – Descrição: PAPEL - SULFITE, FORMATO A4, 75G/M2, NA COR BRANCA (PACOTE C/ 500 FOLHAS) Sugestão de Marca: CHAMEX, COPIMAX, REPORT PREMIUM ou equivalente – Unidade: Caixa com 10 resmas com 500 folhas – quantidade: 1.700 resmas – valor unitário: 34,71 – valor total: R$ 59.001,33

Leia-se: Item **59** - Descrição: PAPEL - SULFITE, FORMATO A4, 75G/M2, NA COR BRANCA (PACOTE C/ 500 FOLHAS) Sugestão de Marca: CHAMEX, COPIMAX, REPORT PREMIUM ou equivalente – **Unidade: Resma com 500 folhas** - quantidade: 1.700 resmas – valor unitário: 34,71 – valor total: R$ 59.007,00

- Com relação aos **demais Itens** os valores unitários e os quantitativos continuam **inalterados**, ocorrendo somente uma divergência na somatória dos valores totais face a fórmula aplicada utilizada pelo excel. Chapada dos Guimarães/MT, 14 de setembro de 2022.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
EDITAL CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA MÉDICA

CONVOCAÇÃO PARA PERÍCIA

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, em cumprimento ao disposto no art. 17 § 2º da Lei nº 1.606/2014, CONVOCA os servidores abaixo relacionados a comparecerem no CEM, Centro de Especialidade Médica localizado na Rua E, Bairro Santa Cruz - Chapada dos Guimarães/MT, munidos de seus documentos pessoais, atestados, relatórios, laudos médicos ORIGINAIS e exames médicos complementares ORIGINAIS RECENTES, para perícia médica a ser realizada no dia 20 de Setembro 2022, ás 14:00 horas, por ordem de chegada.

O não comparecimento do servidor á inspeção, será computado como falta ao trabalho e suspensão do pagamento da remuneração, até que se realize a perícia médica.

Nº SERVIDORES

1. BENEDITA DIAS DO NASCIMENTO DA MATA
2. MARIA OSVALDINA CARMO DA SILVA
3. ESMAELDA NASCIMENTO SILVA
4. IVANDREIA SANTIAGO DA SILVA
5. IVANEIA MOREIRA DA SILVA
6. JANAINA SILVA MURTINHO
7. AVANILDES SOUZA BRANDÃO
8. LEA CRISTINA SILVA PORTUGUES

Chapada dos Guimarães -MT,14 de setembro 2022.

MARCOS SOARES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Ato de Nomeação n° 002/2021

LLO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIAS RH

Portaria nº 407/GP/2022

Em, 13 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Comissionada **Sr.ª FRANCISCA DIAS LESSA**, portadora do RG nº 1341620-0 e CPF nº 903.746.651-68, na função de DIVISÃO DE REGISTRO ESCOLAR, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **30 (trinta)** dias de férias, referente ao período de 18/01/2021 a 18/01/2022, conforme autorização do processo **8952/2022**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 01/09/2022 e término em 30/09/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 03/10/2022.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 01/09/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 13 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 408/GP/2022

Em, 13 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipalcomissionado **Sr.º JULIANO DA COSTA RAMOS ,** portador do RG nº 14464144 e CPF nº 007.344. 091-41, no cargo de ASSESSOR TECNICO DE EDUCACAO, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **10 (dez)** dias de férias, referente ao período de **04/01/2021 a 04/01/2022**, conforme processo **9126/2022**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 20/09/2022 e término em 29/09/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 30/09/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/09/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 13 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 409/GP/2022

Em, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva Sr.ª THAISA DA SILVA VARGAS RODRIGUES, portadora do RG nº 17749107 e CPF nº 014.436.621-51, no cargo de ENFERMEIRO(A), lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade de acordo com o artigo 215 da Lei Municipal 581/91, em conformidade com a Lei Municipal 1364/2009 e o artigo 1º da Lei Federal 11.770/2008 e**processo 9637/2022**.

Terá início em 17/08/2022 e término em 12/02/2023, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 13/02/2023.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 17/08/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 410/GP/2022

Em, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

TORNAR SEM EFEITO – A **Portaria nº 398/GP/2022** a qual concede férias referente ao período de 01/01/2021 a 01/01/2022, ao servidor Comissionado **Sr.º AISLAN SEBASTIAO CUNHA GALVAO,** conforme autorização no processo **9643/2022**.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 06/09/2022.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de setembro de 2022.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 743_2022 - CREDITO ESPECIAL - SUPERÁVIT FINANCEIRO - LEI Nº 903_2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 743/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 903/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 21.106,32 (vinte e um mil cento e seis reais e trinta e dois centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos consignadas no Orçamento vigente:

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Superávit financeiro

Cód. red.: 271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.600.0000000		3,99
Cód. red.: 276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.600.3110000		313,88
Cód. red.: 276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.600.3120000		0,65
Cód. red.: 276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.621.3110000		382,80
Cód. red.: 310	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.39.2.602.0000800		1.560,00
		Sub-Total:	**2.261,32**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Superávit financeiro

Cód. red.: 365	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.93.2.700.0000000		17.460,00
		Sub-Total:	**17.460,00**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Superávit financeiro

Cód. red.: 552	11.001.27.812.0007.1053.3.3.90.39.2.500.0000000		1.385,00
		Sub-Total:	**1.385,00**
		Total Parcial Suplementado:	**21.106,32**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nos termos do inciso I parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2022

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

Data: 14/09/2022 08:29:17 Página: 1 de 1

CONTABILIDADE
TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 00010-2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

TERMO DE ALTERAÇÃO DE FONTE Nº 10/2022

SÚMULA: "Dispõe sobre a realização de remanejamento orçamentário, através de realocação de valores entre fontes de recursos de dotação orçamentária" .

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 891/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

Considerando a necessidade de realocação de recursos orçamentários, com vistas variações do recebimento dos recursos e suas destinações;

Considerando a necessidade de inclusão no orçamento em vigor, de Fonte/Detalhamento de Recurso específica, em consonância com os Comunicados APLIC do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que as realocações de saldos entre fontes de recursos não alteram os saldos das respectivas dotações orçamentárias, mas apenas alterações de valores entre as fontes a elas vinculadas;

Considerando que o Art. 2 da Lei Municipal nº 891 de 19 de Novembro de 2021, autoriza a transpor, remanejar e transferir orçamentária entre Fontes de Recursos, o qual consiste na realocação entre fontes de recursos numa mesma dotação orçamentária

Art. 1º - Fica Autorizado o efetivo remanejamento orçamentário no valor de R$ 763.802,92 (setecentos e sessenta e três mil oitocentos e dois reais e noventa e dois centavos) entre fontes de recursos da mesma dotação orçamentária nas seguintes Dotações e Fontes/Detalhamentos de Recursos:

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 57	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.1.500.0000000		9.583,40
		Sub-Total:	**9.583,40**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 87	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.1.501.0000000		200,00
		Sub-Total:	**200,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 98	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.13.1.500.1001000		2.900,00
		Sub-Total:	**2.900,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 121	05.002.12.306.0006.2021.3.3.90.30.1.500.0000000		7.809,22
Cód. red.: 122	05.002.12.306.0006.2022.3.3.90.30.1.500.0000000		732,10
Cód. red.: 171	05.002.12.367.0006.2063.3.1.91.13.1.500.1001000		2.400,00
		Sub-Total:	**10.941,32**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 185	05.003.12.361.0006.2016.3.1.90.11.1.500.1001000		6.900,00
Cód. red.: 190	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.04.1.500.1001000		38.600,00
Cód. red.: 192	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.13.1.500.1001000		8.000,00
Cód. red.: 196	05.003.12.365.0006.2013.3.1.90.04.1.500.1001000		55.000,00
Cód. red.: 198	05.003.12.365.0006.2013.3.1.90.13.1.500.1001000		13.000,00
		Sub-Total:	**121.500,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 202	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.04.1.500.1001000		5.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.:	203	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.11.1.500.1001000		16.900,00
Cód. red.:	205	05.004.12.361.0006.2017.3.1.91.13.1.500.1001000		400,00
Cód. red.:	222	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.11.1.500.1001000		5.400,00
			Sub-Total:	**27.700,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	266	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.13.1.600.0000000		600,00
Cód. red.:	266	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.13.1.621.0000000		400,00
Cód. red.:	271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.600.0000000		129,00
Cód. red.:	271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.600.3110000		16.232,00
Cód. red.:	271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.600.0000000		6.637,56
Cód. red.:	273	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.34.1.600.3110000		134.623,80
Cód. red.:	275	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.600.3110000		46.392,30
Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.600.0000000		2.700,00
Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.600.3110000		5.605,00
Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.600.3120000		129,00
Cód. red.:	282	06.002.10.301.0018.2033.3.1.90.11.1.600.0000000		10.000,00
Cód. red.:	285	06.002.10.301.0018.2033.3.1.91.13.1.500.1002000		4.000,00
Cód. red.:	290	06.002.10.301.0018.2034.3.1.90.11.1.621.0000000		1.000,00
Cód. red.:	293	06.002.10.301.0018.2034.3.1.91.13.1.621.0000000		1.000,00
Cód. red.:	296	06.002.10.301.0018.2034.3.3.90.30.1.600.0000000		3.880,00
Cód. red.:	305	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.600.3110000		44.548,73
Cód. red.:	306	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.33.1.600.3110000		4.024,77
Cód. red.:	307	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.600.3110000		2.622,00
Cód. red.:	332	06.002.10.303.0021.2040.3.3.71.70.1.621.0000000		1.300,00
Cód. red.:	340	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.11.1.600.0000000		1.000,00
Cód. red.:	344	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.30.1.600.0000000		4.529,44
Cód. red.:	348	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.39.1.600.0000000		47,98
			Sub-Total:	**291.401,58**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	358	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.30.1.500.0000000		245,00
			Sub-Total:	**245,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	390	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.13.1.500.0000000		100,00
Cód. red.:	392	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.30.1.660.0000000		11.049,31
Cód. red.:	395	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.39.1.660.0000000		2.030,00
Cód. red.:	408	07.002.08.244.0009.2046.3.1.91.13.1.660.0000000		1.120,58
Cód. red.:	410	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.30.1.660.0000000		4.021,86
			Sub-Total:	**18.321,75**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	454	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.711.0000804		16.952,59
Cód. red.:	458	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.501.0000000		3.820,00
Cód. red.:	458	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.711.0000804		30.000,00
			Sub-Total:	**50.772,59**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.501.0000000		4.997,35
Cód. red.:	477	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.501.0000000		9.164,96
Cód. red.:	477	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.709.0000000		9.665,50

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

		Sub-Total:	**23.827,81**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 548	11.001.27.812.0007.1050.4.4.90.51.1.500.0000000		206.409,47
		Sub-Total:	**206.409,47**
		Total Parcial Suplementado:	**763.802,92**

Art. 2º - Para efetivação através de Realocação de Valores entre Fontes de Recursos, a que se refere o artigo anterior, serão reduzidos os créditos nas seguintes Dotações e Fontes de Recursos:

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 57	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.1.501.0000000		9.583,40
		Sub-Total:	**9.583,40**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 87	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.39.1.500.0000000		200,00
		Sub-Total:	**200,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 98	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.13.1.540.1070000		2.900,00
		Sub-Total:	**2.900,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 121	05.002.12.306.0006.2021.3.3.90.30.1.552.0000000		7.809,22
Cód. red.: 122	05.002.12.306.0006.2022.3.3.90.30.1.552.0000000		732,10
Cód. red.: 171	05.002.12.367.0006.2063.3.1.91.13.1.540.1070000		2.400,00
		Sub-Total:	**10.941,32**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 003 - FUNDEB 70

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 185	05.003.12.361.0006.2016.3.1.90.11.1.540.1070000		6.900,00
Cód. red.: 190	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.04.1.540.1070000		38.600,00
Cód. red.: 192	05.003.12.365.0006.2012.3.1.90.13.1.540.1070000		8.000,00
Cód. red.: 196	05.003.12.365.0006.2013.3.1.90.04.1.540.1070000		55.000,00
Cód. red.: 198	05.003.12.365.0006.2013.3.1.90.13.1.540.1070000		13.000,00
		Sub-Total:	**121.500,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 202	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.04.1.540.0000000		5.000,00
Cód. red.: 203	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.11.1.540.0000000		16.900,00
Cód. red.: 205	05.004.12.361.0006.2017.3.1.91.13.1.540.0000000		400,00
Cód. red.: 222	05.004.12.365.0006.2015.3.1.90.11.1.540.0000000		5.400,00
		Sub-Total:	**27.700,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 266	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.13.1.500.1002000		1.000,00
Cód. red.: 271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.500.1002000		7.112,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.:	271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.1.621.0000000		15.757,56
Cód. red.:	271	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.30.2.600.3120000		129,00
Cód. red.:	273	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.34.1.500.1002000		134.623,80
Cód. red.:	275	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.37.1.500.1002000		46.392,30
Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.1.500.1002000		5.734,00
Cód. red.:	276	06.002.10.301.0018.2027.3.3.90.39.2.600.0000000		2.700,00
Cód. red.:	282	06.002.10.301.0018.2033.3.1.90.11.1.500.1002000		10.000,00
Cód. red.:	285	06.002.10.301.0018.2033.3.1.91.13.1.600.0000000		4.000,00
Cód. red.:	290	06.002.10.301.0018.2034.3.1.90.11.1.500.1002000		1.000,00
Cód. red.:	293	06.002.10.301.0018.2034.3.1.91.13.1.500.1002000		1.000,00
Cód. red.:	296	06.002.10.301.0018.2034.3.3.90.30.2.600.0000000		3.880,00
Cód. red.:	305	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.30.1.500.1002000		44.548,73
Cód. red.:	306	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.33.1.600.0000000		4.024,77
Cód. red.:	307	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.500.1002000		2.622,00
Cód. red.:	332	06.002.10.303.0021.2040.3.3.71.70.1.500.1002000		1.300,00
Cód. red.:	340	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.11.1.500.1002000		1.000,00
Cód. red.:	344	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.30.1.500.1002000		4.471,88
Cód. red.:	344	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.30.2.600.0000000		57,56
Cód. red.:	348	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.39.1.500.1002000		47,98
			Sub-Total:	**291.401,58**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	358	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.30.1.660.0000000		245,00
			Sub-Total:	**245,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	390	07.002.08.244.0008.2042.3.1.90.13.1.660.0000000		100,00
Cód. red.:	392	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.30.1.500.0000000		11.049,31
Cód. red.:	395	07.002.08.244.0008.2042.3.3.90.39.1.500.0000000		2.030,00
Cód. red.:	408	07.002.08.244.0009.2046.3.1.91.13.1.500.0000000		1.120,58
Cód. red.:	410	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.30.1.500.0000000		4.021,86
			Sub-Total:	**18.321,75**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	454	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.500.0000000		16.952,59
Cód. red.:	458	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.39.1.500.0000000		33.820,00
			Sub-Total:	**50.772,59**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.500.0000000		2.984,22
Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.711.0000804		1.105,63
Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.750.0000000		907,50
Cód. red.:	477	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.39.1.500.0000000		18.830,46
			Sub-Total:	**23.827,81**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	548	11.001.27.812.0007.1050.4.4.90.51.1.701.0000000		206.409,47
			Sub-Total:	**206.409,47**
			Total Parcial Reduzido:	**763.802,92**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Art. 3º - As realocações que se referem os artigos 1º e 2º se dará através de Alteração de Fonte entre dotações autorizado pela Lei Municipal 891/2021.

Art. 4º - Este termo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2022

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

CONTABILIDADE
DECRETO Nº 742-2022 - CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO - LEI MUN. NO. 891_2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

DECRETO Nº 742/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de CLÁUDIA, estado do MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 891/2021, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.353.658,86 (um milhão trezentos e cinqüenta e três mil seiscentos e cinqüenta e oito reais e oitenta e seis centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para reforço de dotações e fontes de recursos no Orçamento vigente:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 30	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.39.1.500.0000000		9.350,00
		Sub-Total:	**9.350,00**

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 47	03.001.04.122.0002.2005.3.1.90.13.1.500.0000000		1.390,62
Cód. red.: 57	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.39.1.500.0000000		37.640,00
		Sub-Total:	**39.030,62**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 76	04.001.04.123.0002.2007.3.1.90.94.1.500.0000000		2.820,00
Cód. red.: 585	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.30.1.500.0000000		900,00
Cód. red.: 82	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.33.1.500.0000000		243,28
		Sub-Total:	**3.963,28**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 99	05.001.12.122.0002.2024.3.1.90.94.1.500.1001000		7.000,00
Cód. red.: 103	05.001.12.122.0002.2024.3.3.90.30.1.500.1001000		1.494,72
Cód. red.: 112	05.001.12.122.0002.2024.3.3.91.97.1.500.1001000		13.104,48
		Sub-Total:	**21.599,20**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 181	05.002.12.361.0006.2009.3.3.90.39.1.571.0000000		1.953,92
Cód. red.: 183	05.002.12.361.0006.2009.3.3.91.97.1.500.1001000		9.171,82
Cód. red.: 137	05.002.12.361.0006.2010.3.3.90.39.1.500.1001000		34.162,11
Cód. red.: 170	05.002.12.367.0006.2063.3.1.90.11.1.500.1001000		10.000,00
		Sub-Total:	**55.287,85**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 233	05.005.13.392.0002.2019.3.3.90.14.1.500.0000000		900,00
		Sub-Total:	**900,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 244	06.001.10.122.0017.2026.3.1.91.13.1.500.1002000		1.548,75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

		Sub-Total:	**1.548,75**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	267	06.002.10.301.0018.2027.3.1.90.94.1.500.1002000	3.000,00
Cód. red.:	281	06.002.10.301.0018.2027.3.3.91.97.1.500.1002000	41.990,00
Cód. red.:	282	06.002.10.301.0018.2033.3.1.90.11.1.600.0000000	33.000,00
Cód. red.:	283	06.002.10.301.0018.2033.3.1.90.13.1.600.0000000	4.107,69
Cód. red.:	290	06.002.10.301.0018.2034.3.1.90.11.1.621.0000000	8.100,00
Cód. red.:	299	06.002.10.302.0019.1023.4.4.90.52.1.500.1002000	34.096,68
Cód. red.:	301	06.002.10.302.0019.2028.3.1.90.11.1.500.1002000	50.000,00
Cód. red.:	309	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.37.1.600.3110000	3.600,00
Cód. red.:	321	06.002.10.302.0019.2037.3.3.71.70.1.621.0000000	91.000,00
Cód. red.:	340	06.002.10.305.0020.2031.3.1.90.11.1.600.0000000	9.000,00
Cód. red.:	344	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.30.1.600.0000000	8.000,00
Cód. red.:	347	06.002.10.305.0020.2031.3.3.90.37.1.600.0000000	2.921,00
		Sub-Total:	**288.815,37**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	408	07.002.08.244.0009.2046.3.1.91.13.1.660.0000000	5,15
Cód. red.:	412	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.36.1.500.0000000	9.456,00
Cód. red.:	413	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.39.1.660.0000000	3.600,00
		Sub-Total:	**13.061,15**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 003 - FUNDO MUN. DOS DIREIT. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	420	07.003.08.243.0008.2049.3.1.90.11.1.660.0000000	6.000,00
Cód. red.:	421	07.003.08.243.0008.2049.3.1.90.13.1.660.0000000	1.346,14
Cód. red.:	423	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.30.1.500.0000000	1.235,30
Cód. red.:	425	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.37.1.500.0000000	36.703,00
Cód. red.:	426	07.003.08.243.0008.2049.3.3.90.39.1.500.0000000	1.500,00
		Sub-Total:	**46.784,44**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	449	08.001.15.452.0002.2052.3.1.90.13.1.500.0000000	8.975,00
Cód. red.:	450	08.001.15.452.0002.2052.3.1.90.94.1.500.0000000	100,00
Cód. red.:	453	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.14.1.500.0000000	900,00
Cód. red.:	470	08.001.15.452.0005.1036.4.4.90.52.1.500.0000000	212.626,56
Cód. red.:	470	08.001.15.452.0005.1036.4.4.90.52.1.700.0000000	327.373,44
		Sub-Total:	**549.975,00**

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 002 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	474	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.51.1.500.0000000	9.389,28
Cód. red.:	474	08.002.26.782.0005.1033.4.4.90.51.1.501.0000000	30.633,47
Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.501.0000000	103.168,70
Cód. red.:	476	08.002.26.782.0005.2055.3.3.90.30.1.709.0000000	136.746,20
		Sub-Total:	**279.937,65**

Órgão: 09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	488	09.001.20.606.0002.2056.3.3.90.39.1.500.0000000	6.317,18
Cód. red.:	498	09.001.20.608.0016.1048.3.3.50.41.1.500.0000000	21.600,00
		Sub-Total:	**27.917,18**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 514	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.14.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 518	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.36.1.500.0000000		7.400,00
		Sub-Total:	**8.400,00**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 531	11.001.27.812.0002.2058.3.1.90.13.1.500.0000000		4.088,37
Cód. red.: 535	11.001.27.812.0002.2058.3.3.90.14.1.500.0000000		3.000,00
		Sub-Total:	**7.088,37**
		Total Parcial Suplementado:	**1.353.658,86**

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serão utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III parágrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulação parcial ou total de dotações.

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 001 - GABINETE DO PREFEITO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 24	02.001.04.122.0002.2002.3.3.90.08.1.500.0000000		100,00
Cód. red.: 32	02.001.04.122.0002.2002.3.3.91.97.1.500.0000000		6.700,00
Cód. red.: 36	02.001.04.122.0005.1004.4.4.90.39.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 40	02.001.04.124.0002.2003.3.3.90.08.1.500.0000000		200,00
Cód. red.: 43	02.001.04.124.0002.2003.3.3.90.39.1.500.0000000		350,00
Cód. red.: 44	02.001.04.124.0002.2003.4.4.90.52.1.500.0000000		1.000,00
		Sub-Total:	**9.350,00**

Órgão: 03 - SEC. ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO ADMINISTRACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 50	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.08.1.500.0000000		100,00
Cód. red.: 54	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.34.1.501.0000000		8.115,62
Cód. red.: 58	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.40.1.500.0000000		10.259,00
Cód. red.: 60	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.92.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 61	03.001.04.122.0002.2005.3.3.90.93.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 63	03.001.04.122.0002.2005.4.4.90.52.1.500.0000000		8.556,00
Cód. red.: 65	03.001.04.122.0002.2006.3.3.90.36.1.500.0000000		10.000,00
		Sub-Total:	**39.030,62**

Órgão: 04 - SEC. FINANÇAS
Unidade: 001 - GABINETO DO SECRETARIO FINANCAS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 73	04.001.04.123.0002.1008.3.3.90.39.1.500.0000000		900,00
Cód. red.: 86	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.37.1.501.0000000		11.125,74
Cód. red.: 90	04.001.04.123.0002.2007.3.3.90.92.1.500.0000000		243,28
		Sub-Total:	**12.269,02**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 - GAB. DO SEC. FUN. MUNIC. EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 113	05.001.12.363.0006.1015.3.3.50.41.1.500.1001000		8.000,00
		Sub-Total:	**8.000,00**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 119	05.002.12.122.0006.1020.4.4.90.52.1.500.1001000		1.494,72
Cód. red.: 124	05.002.12.361.0006.1010.4.4.90.51.1.500.1001000		9.000,00
Cód. red.: 127	05.002.12.361.0006.2010.3.1.90.04.1.500.1001000		2.204,48

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Cód. red.:	142	05.002.12.361.0006.2010.4.4.90.51.1.500.1001000		5.000,00
Cód. red.:	160	05.002.12.365.0006.2011.3.3.91.97.1.500.1001000		5.900,00
			Sub-Total:	**23.599,20**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 004 - FUNDEB 30

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	202	05.004.12.361.0006.2017.3.1.90.04.1.540.0000000		15.780,11
Cód. red.:	206	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.14.1.540.0000000		406,00
Cód. red.:	207	05.004.12.361.0006.2017.3.3.90.30.1.540.0000000		4.000,00
Cód. red.:	217	05.004.12.365.0006.2014.3.3.90.30.1.540.0000000		5.000,00
Cód. red.:	218	05.004.12.365.0006.2014.3.3.90.39.1.540.0000000		1.976,00
Cód. red.:	226	05.004.12.365.0006.2015.3.3.90.08.1.540.0000000		2.000,00
Cód. red.:	227	05.004.12.365.0006.2015.3.3.90.30.1.540.0000000		5.000,00
			Sub-Total:	**34.162,11**

Órgão: 05 - SEC. EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	234	05.005.13.392.0002.2019.3.3.90.30.1.500.0000000		900,00
			Sub-Total:	**900,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	245	06.001.10.122.0017.2026.3.3.71.70.1.500.1002000		50.000,00
			Sub-Total:	**50.000,00**

Órgão: 06 - SEC. SAÚDE
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	261	06.002.10.301.0017.1026.4.4.90.52.1.500.1002000		90.000,00
Cód. red.:	307	06.002.10.302.0019.2028.3.3.90.34.1.500.1002000		100.096,68
Cód. red.:	333	06.002.10.304.0020.2032.3.1.90.11.1.500.1002000		26.990,00
Cód. red.:	336	06.002.10.304.0020.2032.3.3.90.30.1.500.1002000		13.656,44
			Sub-Total:	**230.743,12**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ASSIST. SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	356	07.001.08.122.0002.2045.3.3.90.08.1.500.0000000		200,00
			Sub-Total:	**200,00**

Órgão: 07 - SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.:	369	07.002.08.244.0002.2043.3.1.90.11.1.500.0000000		43.794,00
Cód. red.:	376	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.33.1.500.0000000		1.315,07
Cód. red.:	377	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.34.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.:	377	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.34.1.660.0000000		346,14
Cód. red.:	378	07.002.08.244.0002.2043.3.3.90.36.1.500.0000000		3.645,30
Cód. red.:	387	07.002.08.244.0008.1031.4.4.90.52.1.500.0000000		64,61
Cód. red.:	399	07.002.08.244.0008.2047.3.3.90.39.1.661.0000000		1.500,00
Cód. red.:	401	07.002.08.244.0008.2048.3.3.90.32.1.660.0000000		4.000,00
Cód. red.:	404	07.002.08.244.0008.2048.3.3.90.48.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.:	410	07.002.08.244.0009.2046.3.3.90.30.1.660.0000000		5,15
Cód. red.:	415	07.002.08.244.0009.2046.4.4.90.52.1.660.0000000		990,00
Cód. red.:	416	07.002.08.244.0010.2051.3.3.90.30.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.:	418	07.002.08.244.0010.2051.3.3.90.39.1.500.0000000		909,61
Cód. red.:	418	07.002.08.244.0010.2051.3.3.90.39.1.660.0000000		1.000,00
Cód. red.:	419	07.002.08.244.0010.2051.3.3.90.48.1.500.0000000		166,71
			Sub-Total:	**60.736,59**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLAUDIA
CNPJ 01.310.499/0001-04
Av. Gaspar Dutra, nº 787 - Centro - Cláudia/MT

Órgão: 08 - SEC. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 438	08.001.15.451.0005.1034.4.4.90.51.1.500.0000000		112.020,00
Cód. red.: 441	08.001.15.451.0005.1035.4.4.90.51.1.500.0000000		7.000,00
Cód. red.: 442	08.001.15.451.0005.1037.4.4.90.51.1.500.0000000		115.800,00
Cód. red.: 442	08.001.15.451.0005.1037.4.4.90.51.1.501.0000000		184.200,00
Cód. red.: 443	08.001.15.451.0005.1042.4.4.90.30.1.500.0000000		5.000,00
Cód. red.: 444	08.001.15.451.0005.1042.4.4.90.51.1.500.0000000		20.000,00
Cód. red.: 444	08.001.15.451.0005.1042.4.4.90.51.1.501.0000000		30.000,00
Cód. red.: 446	08.001.15.451.0005.2053.3.3.90.39.1.751.0000000		119.221,20
Cód. red.: 454	08.001.15.452.0002.2052.3.3.90.30.1.500.0000000		900,00
Cód. red.: 464	08.001.15.452.0004.1041.4.4.90.30.1.500.0000000		2.191,37
Cód. red.: 466	08.001.15.452.0004.1041.4.4.90.51.1.500.0000000		5.366,61
Cód. red.: 471	08.001.15.452.0005.1039.4.4.90.51.1.500.0000000		19.038,47
Cód. red.: 473	08.001.25.752.0005.1040.4.4.90.51.1.754.0000000		220.525,00
		Sub-Total:	**841.262,65**

Órgão: 09 - SEC. DESENV. ECONÔMICO E RURAL
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO DES. ECON. E RURAL

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 491	09.001.20.606.0002.2056.3.3.91.97.1.500.0000000		210,00
Cód. red.: 497	09.001.20.608.0016.1047.4.4.90.52.1.701.0000000		21.600,00
		Sub-Total:	**21.810,00**

Órgão: 10 - SEC. MEIO AMBIENTE
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - M AMBIENTE

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 515	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.30.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 517	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.34.1.501.0000000		1.194,00
Cód. red.: 521	10.001.18.122.0002.2057.3.3.90.40.1.500.0000000		3.232,00
Cód. red.: 524	10.001.18.122.0002.2057.4.4.90.52.1.500.0000000		2.974,00
Cód. red.: 528	10.001.18.541.0004.1049.4.4.90.51.1.500.0000000		6.107,18
		Sub-Total:	**14.507,18**

Órgão: 11 - SEC. ESPORTE E LAZER
Unidade: 001 - GABINETE DO SECRETARIO - ESPORTE E LAZER

Anulação parcial ou total de dotação

Cód. red.: 549	11.001.27.812.0007.1051.4.4.90.51.1.500.0000000		1.000,00
Cód. red.: 550	11.001.27.812.0007.1053.3.3.90.30.1.500.0000000		3.088,37
Cód. red.: 554	11.001.27.813.0007.1052.4.4.90.30.1.700.0000000		3.000,00
		Sub-Total:	**7.088,37**
		Total Parcial Reduzido:	**1.353.658,86**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

CLÁUDIA - MT, 1 de agosto de 2022

ALTAMIR KURTEN
CPF: 403.786.169-00
Prefeito(a)

Data: 14/09/2022 08:29:51 Página: 5 de 5

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ERRATA LEI Nº 985 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

ERRATA LEI Nº 985 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

Essa publicação está na edição nº 4.067 do(s) dia(s): 14 de setembro de 2022.

ONDE SE LÊ:

LEI Nº 985 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

LEIA-SE:

LEI Nº 985 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Gabinete do Prefeito do Estado de Mato Grosso, aos quatorze dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 985, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

LEI MUNICIPAL Nº 985, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a Gestão Democrática nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Cocalinho - MT e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona, a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Gestão Democrática tem por finalidade efetivar os processos de organização e gestão baseados em dinâmicas que promovam as decisões coletivas nas unidades escolares municipais.

Art. 2º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, em conformidade com o art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96 será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

I. Corresponsabilidade entre Poder Público e sociedade na gestão da escola;

II. Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da comunidade escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor da escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares;

III. Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

IV. Eficiência no uso dos recursos financeiros;

V. Liberdade de organizar segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 3º A administração das unidades escolares públicas municipais será exercida pelos seguintes segmentos:

I. Diretor;

II. Órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar.

Art. 4º A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da comunidade escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 5º O Diretor Escolar de cada Unidade Escolar será nomeado pelo Chefe do Executivo, após aprovação em processo de seleção dos candidatos a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e respectiva consulta à comunidade escolar.

Art. 6º Compete ao diretor:

I. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II. Trabalhar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, outros processos de planejamento;

III. Coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola assegurando a sua unidade, bem como o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos zelando em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação;

V. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI. Submeter ao conselho deliberativo da comunidade escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar e registrados em ata;

VII. Divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola;

IX. Apresentar, semestralmente, à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, bem como a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

X. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 7º As Unidades de Ensino deverão organizar e efetivar seu planejamento com princípio à Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.

Parágrafo único. A Comunidade Escolar é constituída pelos profissionais da educação que atuam na unidade escolar, os alunos regularmente matriculados, os pais e responsáveis.

Art. 8° Para assumir a função de Diretor Escolar, o servidor candidato ao cargo deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I. Ser professor ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério na Rede Pública Municipal, com graduação em Pedagogia, conforme disposto no artigo 64º da LDB, ou em nível de pós-graduação em gestão escolar;

II. Estar em exercício de atividade de no mínimo 02 (dois) anos nas escolas da rede pública Municipal;

III. Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais comprovado por meio de certidão cível e criminal (no âmbito estadual e federal);

IV. Apresentar proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social da comunidade escolar para a qual irá se inscrever;

V. Não ter recebido, no exercício de função pública, advertência escrita, nos últimos três anos;

VI. Não ter respondido, no exercício de função pública, processo administrativo disciplinar, nos últimos três anos;

VII. Não estar em gozo das licenças elencadas no art. 58 e 68 da Lei Municipal Nº 03/2011;

VIII. Não estar em Licença Médica vigente;

IX. Não estar com processo de aposentadoria em agendamento;

X. Não possuir outro vínculo, municipal, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função;

XI. Não ter descumprido, ou estar em período de cumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo único. Caso não haja professor efetivo com 2 (dois) anos na função da escola pública da Rede Municipal de Ensino, poderá inscrever-se o professor que tenha 1 (um) ano de exercício na função da escola pública da Rede Municipal de Ensino.

Art. 9º O Exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos, com possibilidade a uma única recondução por igual período após passar pelo mesmo processo novamente.

Art. 10. Entre os candidatos aprovados, o Chefe do Executivo poderá nomear o profissional para a função de Diretor Escolar, que assumirá na data estipulada pela Administração Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, considerando o calendário letivo em vigência.

§ 1º Não havendo candidatos inscritos para participar no processo seletivo, caberá ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, a indicação do profissional que preencha os requisitos cumulativos previstos no artigo 8º, desta lei, para nomeação, podendo este profissional ser de qualquer unidade da rede municipal de ensino.

§ 2º Caso o Diretor Escolar em exercício fique impossibilitado de cumprir suas funções poderá ser nomeado substituto indicado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura do Município, que preencha os requisitos previstos no Artigo 8º desta Lei.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 11. Será publicado Edital de Chamamento Público, para a seleção dos profissionais, que cumprem os pré-requisitos, aptos a assumir a função de Diretor Escolar, mediante processo seletivo, no qual será aferida a competência técnico-pedagógica dos candidatos, por meio das seguintes etapas:

I. Etapa 1: Habilitação em pedagogia ou nível de pós-graduação em gestão escolar;

II. Etapa 2: Avaliação Psicológica;

III. Etapa 3: Prova escrita;

III. Etapa 4: Entrega do Plano de Gestão Anual à SEMEC;

Art. 12. Será composta uma Comissão para conduzir o Processo de Seleção de candidatos à Diretor Escolar, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 8º, e bem como avaliar as etapas previstas no artigo 11, desta Lei.

Parágrafo único. A Comissão do Processo de Seleção será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação, dos Conselhos Deliberativo das Unidades de Ensino e da subsede do SINTEP de Cocalinho/MT.

Art. 13. O Diretor Escolar e sua gestão serão avaliados anualmente, por uma comissão composta por membros da Equipe Técnica e Pedagógica da SEMEC, conforme regulamentação pautada nas metas elencadas em seu plano de gestão e nos resultados aferidos pelos instrumentos de avaliação institucional municipal.

Art. 14. O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar poderá servir como instrumento para compor os indicadores de monitoramento e avaliação e deverá ser apresentado à Comunidade Escolar no início de cada ano letivo.

Art. 15. O Diretor Escolar assinará termo de compromisso na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comprometendo-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I. Pela aprendizagem dos estudantes;

II. Pelo cumprimento de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais para as escolas em tempo parcial e para as escolas de atendimento em tempo integral, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 1.400 (um mil e quatrocentas) horas anuais.

IV. Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 16. O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar por ato discricionário do chefe do executivo, caso demonstrar:

I. Baixo desempenho, constatado por meio da avaliação anual realizada pela comissão composta por membros da equipe técnica e pedagógica da SEMEC;

II. Infração aos princípios da Administração Pública, ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública;

III. Descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

Art. 17. O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de diretores, professores e demais servidores ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 18. O Diretor Escolar em exercício na data da entrada em vigor da presente Lei, permanece na função até que o processo seletivo seja concluído.

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS CONSULTIVOS E DELIBERATIVOS DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 19. São órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar:

I. A Assembleia Geral;

II. O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

III. O Conselho Fiscal.

Art. 20. Os membros do conselho deliberativo da comunidade escolar e do conselho fiscal exercerão gratuitamente suas funções, não sendo, face aos cargos desempenhados, considerados servidores públicos.

Art. 21. Cada órgão terá seu funcionamento regulamentado em regimento próprio.

SEÇÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 22. A Unidade Escolar reunir-se-á em assembleia geral ordinária uma vez por ano, de preferência no início de cada ano letivo.

Art. 23. Compete à Assembleia Geral:

I. Conhecer o balanço financeiro e o relatório sobre o exercício findo, deliberando sobre os mesmos;

II. Eleger os membros do conselho deliberativo e do conselho fiscal e suplentes;

III. Avaliar, anualmente, os resultados alcançados pela escola e o desempenho do conselho deliberativo da comunidade escolar;

IV. Definir o processo de escolha dos membros do conselho deliberativo da comunidade escolar e do conselho fiscal.

SEÇÃO II

DO CONSELHO DELIBERATIVO DA UNIDADE ESCOLAR

Art. 24. O conselho deliberativo da comunidade escolar é organismo deliberativo e consultivo das diretrizes e linhas gerais desenvolvidas na unidade escolar e constitui-se de profissionais da educação básica, pais e alunos, em mandato de 2 (dois) anos, constituído em assembleia geral.

Art. 25. O conselho deliberativo da comunidade escolar reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez a cada bimestre, exceto nos períodos de férias e de recesso escolar, em dia e hora previamente marcados, mediante convocação do presidente, para conhecer o andamento dos trabalhos e tratar de assuntos de interesse geral.

§ 1º O conselho reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 2º O conselho deliberativo deve encaminhar a documentação de prestação de contas para apreciação e parecer do Conselho Fiscal.

Art. 26. As deliberações do conselho da comunidade escolar serão tomadas por maioria de votos.

Art. 27. O conselho deliberativo da comunidade escolar deverá ser constituído paritariamente por profissionais da educação básica, pais e alunos, tendo no mínimo 08 (oito) e no máximo 16 (dezesseis) membros: 50% (cinquenta por cento) devem ser constituídos de representantes do segmento escolar e 50% (cinquenta por cento) de representantes da comunidade, sendo o diretor da escola membro nato do conselho.

Art. 28. A eleição de seus membros deverá acontecer sempre no início do ano letivo quando da renovação do conselho, e seu mandato será de 2 (dois) anos, com direito a recondução de um terço dos membros por igual período.

Art. 29. Os representantes do conselho serão eleitos em assembleia de cada segmento da comunidade escolar vencendo por maioria simples.

Art. 30. Para fazer parte do conselho, o candidato do segmento aluno deverá ter no mínimo 14 (quatorze) anos.

Art. 31. O presidente do conselho, o secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros.

Parágrafo único. É vedado ao diretor ocupar o cargo de presidente, tesoureiro ou secretário do conselho.

Art. 32. O primeiro conselho formado na escola tem responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo o mesmo referendado em assembleia geral.

Art. 33. Fica assegurada a eleição de 1 (um) suplente para cada segmento que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento que representa.

Art. 34. Ocorrerá a vacância do membro do conselho deliberativo da comunidade escolar por conclusão do mandato, renúncia, desligamento da escola ou destituição, aposentadoria do profissional da educação que são membros do conselho ou falecimento.

§ 1º O não comparecimento injustificado do membro do conselho a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões ordinárias ou extraordinárias alternadas, também implicará vacância da função de conselheiro.

§ 2º No prazo mínimo de 15 (quinze) dias, preenchidos os requisitos do § 1º, o conselho convocará uma assembleia geral do respectivo segmento escolar, quando os pares, ouvidas as partes, deliberarão sobre o afastamento ou desligamento do membro do conselho deliberativo escolar, que será destituído, se a maioria dos presentes da assembleia assim o decidir.

Art. 35. A unidade escolar pública municipal que for criada a partir da data de publicação desta lei, deverá formar um conselho deliberativo da comunidade escolar.

Art. 36. Fica assegurada a capacitação dos membros do conselho, bem como prestação, quando solicitado, de orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas dos órgãos educacionais do município.

Art. 37. Compete ao Conselho Deliberativo da comunidade escolar:

I. Eleger o presidente, bem como o secretário e o tesoureiro;

II. Criar e garantir mecanismos de participação da comunidade escolar na definição do Projeto Político Pedagógico e demais processos de planejamento no âmbito da comunidade escolar;

III. Participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola;

IV. Conhecer e acompanhar o processo e resultados da avaliação e do funcionamento da escola, propondo planos que visem à melhoria do ensino;

V. Deliberar, quando convocado, sobre indisciplina e infringências de alunos e profissionais;

VI. Acompanhar o desempenho dos profissionais da unidade escolar, tendo assessoria da Equipe Gestora da unidade Escolar e da Equipe Pedagógica da SEMEC e sugerindo medidas que favoreçam a superação das deficiências, quando for o caso;

VII. Acompanhar junto às instâncias internas pedagógicas e administrativas, o estágio probatório dos servidores lotados na unidade escolar, de acordo com as normas legais e constitucionais.

VIII. Analisar planilhas e orçamentos para realização de reparos, reformas e ampliações no prédio escolar, acompanhando sua execução;

IX. Deliberar sobre a contratação de serviços e aquisição de bens para a escola, observando a aplicação da legislação vigente quando a fonte de recursos for de natureza pública;

X. Divulgar bimestralmente as atividades realizadas pelo conselho;

XI. Conhecer, acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidos pela escola;

XII. Elaborar e executar o orçamento anual da unidade escolar;

XIII. Deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos da unidade escolar;

XIV. Encaminhar ao conselho fiscal o balanço e o relatório antes de submetê-lo à apreciação da assembleia geral;

XV. Encaminhar, quando for o caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada de sindicância ou processo administrativo disciplinar (PAD), para a finalidade de destituição de diretor ou coordenador, mediante decisão da maioria absoluta do conselho deliberativo;

XII. Prestar contas dos recursos que forem repassados à unidade escolar:

a) Quando se tratar de recursos públicos, ao conselho fiscal, ao tribunal de contas e controle interno da Prefeitura e à SEME;

b) Quando se tratar de recursos de outras fontes, ao conselho fiscal e à assembleia geral.

Art. 38. Compete ao presidente:

I. Representar o conselho deliberativo da comunidade escolar em juízo e fora dele;

II. Convocar a assembleia geral e as reuniões do conselho deliberativo da comunidade escolar e do conselho fiscal;

III. Presidir a assembleia geral e as reuniões do conselho deliberativo da comunidade escolar;

V. Autorizar pagamento e assinar cheques em conjunto com o tesoureiro.

Art. 39. Compete ao secretário:

I. Auxiliar o presidente em suas funções;

II. Preparar o expediente do conselho deliberativo da comunidade escolar;

III. Organizar o relatório anual do conselho deliberativo da comunidade escolar;

IV. Secretariar a Assembleia Geral e as reuniões do conselho deliberativo da comunidade escolar;

V. Manter os registros atualizados.

Art. 40. Compete ao tesoureiro:

I. Fiscalizar a receita da unidade escolar;

II. Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instruções que forem baixadas pela Secretaria de Educação e cultura, FNDE, Contro-

le Interno da Prefeitura Municipal, Gerência de convênios e as do Tribunal de Contas.

III. Apresentar, bimestralmente, o relatório com o demonstrativo da receita e despesa da escola ao conselho deliberativo da comunidade escolar;

IV. Efetuar pagamentos autorizados pelo conselho deliberativo da comunidade escolar;

V. Manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do conselho deliberativo da comunidade escolar;

VI. Assinar cheques juntamente com o presidente e o diretor da escola.

SEÇÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. O conselho fiscal compõe-se de 03 (três) membros efetivos e de 03 (três) suplentes, escolhidos juntamente com o conselho deliberativo da escola, obedecendo às mesmas normas.

Art. 42. Compete ao Conselho Fiscal:

I. Examinar os documentos contábeis da entidade, a situação do conselho e os valores em depósitos;

II. Apresentar à Assembleia Geral as irregularidades que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis ao conselho;

III. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária parecer sobre as contas do conselho, no exercício em que servir;

VI. Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o presidente do conselho retardar por mais de 02 (dois) meses a sua convocação, ou retardar algum ato de ofício o qual lhe compete.

Art. 43. O conselho fiscal reunir-se-á bimestralmente, ou sempre que houver a necessidade.

CAPÍTULO V

DA AUTONOMIA DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 44. A autonomia da gestão financeira dos estabelecimentos de ensino objetiva o seu funcionamento normal e a melhoria no padrão de qualidade educativa.

Art. 45. Os recursos da unidade escolar se constituem em repasses, doações, subvenções que lhe forem concedidas pela União, Estado e Município, e entidades públicas e privadas, associações de classe e quaisquer outras categorias ou entes comunitários.

Art. 46. O repasse de recursos financeiros (PDDE-M) às unidades escolares que visa ao financiamento de serviços e necessidades básicas, regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura repassado trimestralmente, considerando-se 04 (quatro) repasses anuais.

Art. 47. Os recursos financeiros da unidade escolar serão depositados em conta especifica a ser mantida em estabelecimento de crédito (Banco do Brasil), efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais, PIX, cartão de débito ou transferências on-line pelo presidente, tesoureiro e diretor da escola.

Art. 48. As aquisições ou contratações efetuadas pela escola deverão ser aprovadas previamente pelo Conselho deliberativo da Comunidade Escolar, conforme normas e regulamentos baixados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 49. A contratação de obras e serviços será restrita às necessidades de construção, reforma, ampliação e manutenção dos prédios e equipamentos escolares, ficando vedada sua utilização para substituir ou complementar pessoal necessário para atividades pedagógicas, administrativas, nutricionais, de limpeza, vigilância e outras.

Art. 50. É vedado ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar:

I. Adquirir veículos ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundos das subvenções ou auxílios que lhe forem concedidos pelo poder público;

II. Conceder empréstimo ou dar garantias de aval, fianças e caução sob qualquer forma;

III. Empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam;

Art. 51. É proibida qualquer ação que iniba ou impeça o aluno de frequentar as atividades pedagógicas desenvolvidas na escola, ou que fira o direito de acesso e permanência na mesma, de acordo com o regimento interno de cada unidade escolar, direito esse expressamente garantido na Constituição Federal.

Art. 52. É proibida a cobrança de mensalidade ou taxas aos membros da comunidade escolar, a qualquer título.

Art. 53. Pela indevida aplicação dos recursos, responderão solidariamente os membros do conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

SEÇÃO I

DO RECURSO FEDERAL

Art. 54. Os recursos financeiros repassados pelo FNDE/União, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e outros, têm por finalidade prestar assistência financeira em caráter suplementar às Unidades Educacionais.

§ 1° Os programas que tratam o caput deste Artigo objetivam a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das Unidades Educacionais e reforço da autogestão no plano financeiro, administrativo e pedagógico.

§ 2° Os recursos que tratam o caput deste Artigo serão transferidos através da assinatura do Termo de Adesão ou instrumento congênere, de acordo com o número de matrículas extraído do Censo Escolar do ano anterior.

Art. 55. Os recursos destinados ao PDDE e demais ações vinculadas, serão liberados anualmente em parcelas definidas de acordo com Resolução Nacional.

Art. 56. A prestação de contas dos recursos recebidos por meio do PDDE deverá ser organizada conforme normas específicas, definidas em Resolução Nacional, com parecer do Conselho Fiscal e aprovada em Assembleia Geral da Unidade Educacional.

Parágrafo único. O presidente do CDCE prestará contas ao Convênio PDDE e à Gerência de Convênios da Prefeitura Municipal, para esta fazer a prestação de contas junto ao Sistema Federal.

CAPÍTULO VI

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 57. A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 58. A autonomia da Gestão das unidades escolares será assegurada pela definição nas propostas pedagógicas específicas do Projeto Político Pedagógico, alinhada aos documentos orientadores nacionais e estaduais vigentes.

SEÇÃO I

DA ESCOLHA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 59. Considerando que a Coordenação Pedagógica deve ser exercida por profissional comprometido com o Projeto Político Pedagógico tendo como referência clara os campos de conhecimentos, liderança e assegurar a execução dos processos de ações pedagógicas desenvolvidos na esco-

la, far-se-á a seleção com participação do corpo docente da Comunidade Escolar, nos seguintes critérios:

I. Não estar em gozo das licenças elencadas no art. 66 e 68 da Lei Municipal Nº 03/2011;

II. Não estar em Licença Médica vigente;

III. Não estar com processo de aposentadoria em agendamento;

IV. Não possuir outro vínculo, municipal, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função;

V. Não ter descumprido, ou estar em período de cumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

VI. Ser professor efetivo ou estabilizado, habilitado em Pedagogia, conforme disposto no artigo 64º da LDB, ou em nível de pós-graduação em gestão escolar;

VII. Não havendo professor efetivo e/ou estável lotado na unidade escolar, caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, designar um professor efetivo e/ou estável de outra unidade escolar interessado, que deverá cumprir 40 horas semanais de modo que contemple os turnos de funcionamento.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, podendo ser regulamentados por meio de decreto municipal.

Art. 61. Aplicam-se aos diretores e coordenadores as disposições da Lei Municipal n°. 054/91 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cocalinho-MT) e respectivas alterações e as disposições constantes na Lei Complementar Municipal n.º 03/2011 (Plano de Cargos, Carreiras e Salários), especialmente quanto aos deveres e proibições.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se a Lei Municipal nº 771/2016, de 20 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO DE PESSOAS
PORTARIA–DRH Nº _253/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

“Dispõe sobre odeferimento de afastamento por motivo de doença em favor da servidora “VERONICA MANEGATTI TEROSO”.

Carlos Frederico Carvalho de Oliveira, Secretário Municipal de Gestão de Pessoas, da Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Art. 2º da Lei nº 3053/2019.

Resolve,

Art. 1º Deferir o afastamento por motivo de doença em favor da servidora Sra. VERONICA MANEGATTI TEROSO, portadora da matricula n. 6088, nomeada no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, fundamentado na Perícia Médica do Município, com início a partir de 12/09/2022 e término 16/09/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 12/09/2022, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS FREDERICO CARVALHO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

Portaria n°. 009/2021

PROJETOS
RELAÇÃO DE OBRAS PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT - LDO 2023

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
CNPJ 15.023.930/0001-38

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022 **LDO 2023**
Previsão Legal: art. 45, parágrafo único, L.C 101/00

Secretaria	Situação	Detalhamento da Obra	Valor Total	Valor Executado	Valor a Executar	% Executado	Prev. de Conclusão
INFRA	EM EXECUÇÃO	PVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS, COM DRENAGEM, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO (TELES PIRES)	R$ 821.853,76	R$ 365.103,81	R$ 785.342,95	44,42%	24/12/2022
IND. COMÉRCIO TURISMO	EM EXECUÇÃO	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DA PRAÇA CENTRAL	R$ 825.075,88	R$ 225.485,43	R$ 599.590,45	27,39%	31/12/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	PVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS, COM DRENAGEM, CALÇADAS (EXTENSÃO DA TANCREDO NEVES AO CELIDIO MARQUES	R$ 687.773,00	R$ 564.034,59	R$ 123.738,41	82,00%	05/11/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA TIRADENTES - BOM JESUS	R$ 309.556,15	R$ 283.094,09	R$ 26.462,06	91,45%	24/12/2022
AGRICULTURA	EM EXECUÇÃO	URBANIZAÇÃO NA ORLA DO LAGO 03	R$ 1.356.584,00	R$ 215.115,75	R$ 1.141.468,25	15,85%	15/11/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANA COM DRENAGEM E CALÇADA(AV. PARANÁ)	R$ 1.497.789,00	R$ 647.453,78	R$ 850.335,22	43,22%	08/06/2023
INFRA	EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO MT 410	R$ 2.227.008,15	R$ 1.761.973,19	R$ 465.034,96	79,11%	26/09/2022
EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA CRIANÇA ESPERANÇA	R$ 938.941,56	R$ 322.271,75	R$ 616.669,81	34,32%	27/11/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL	R$ 675.835,73	R$ 316.263,66	R$ 359.572,07	46,79%	31/12/2022
CULTURA	EM EXECUÇÃO	REFORMA E ILUMINAÇÃO DA QUADRA MARLON ADAM DAS CHEGAS	R$ 256.968,75	R$ 126.371,56	R$ 130.597,19	49,17%	31/12/2022
EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL PALMITAL	R$ 2.031.172,43	R$ 229.610,58	R$ 1.801.561,85	11,30%	06/03/2023
INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO MARIA ANTONIA	R$ 2.177.782,62	==========	R$ 2.177.782,62	0,00%	17/11/2022
EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL ALZIRA MARIA DA SILVA	R$ 1.129.621,72	==========	R$ 1.129.621,72	0,00%	27/06/2023
EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL NOVA GALILEIA	R$ 990.907,60	==========	R$ 990.907,60	0,00%	15/07/2023
EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA DA QUADRA DA ESCOLA IVANIRA MOREIRA JUNGLOS	R$ 249.166,76	R$ 31.684,29	R$ 217.482,47	12,71%	30/08/2023
INFRA	EM EXECUÇÃO	BUEIROS - ADUELAS	R$ 1.297.517,41	==========	R$ 1.297.517,41	0,00%	09/09/2023
INFRA	EM EXECUÇÃO	MICROREVESTIMENTO	R$ 453.803,12	==========	R$ 453.803,12	0,00%	28/12/2022
EDUCAÇÃO	PENDENTE	REFORMA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL PAES DE BARROS	R$ 4.320.517,93	==========	R$ 4.320.517,93	0,00%	30/12/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	IMPLANTAÇÃO DE REDES E DISTRIBUIÇÃO DE ALTA E BAIXA TENSÃO	R$ 350.139,26	R$ 148.798,23	R$ 201.341,03	42,49%	31/12/2022
INFRA	PENDENTE	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO	R$ 5.013.509,89	==========	R$ 5.013.509,89	0,00%	09/06/2022

Fonte: Setor Engenharia

14/09/2022
Colíder-MT

ENGENHEIRO
ALEX OSCAR DE SOUSA CREA/MT-141259-D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
RESULTADO PP 028 2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o **RESULTADO** do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 028/2022**, Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAIS SERVIÇOS DE CRONOMETRAGENS ESPORTIVAS PARA ATENDER O CALENDARIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE COLIDER/MT. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	Lote	VALOR TOTAL
EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 04.433.214/0001-02	Único	R$ 64.448,00

Colider/MT, 14 de setembro de 2022.

MARCIO ANTONIO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO - PP 028 2022

TERMO DE JULGAMENTO DO PREFEITO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2022 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

RECORRENTES:

ü **DANIEL FERNANDO PIANOVSKI 00650237145.**

RECORRIDA:

ü ***EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA.***

Julgamento de Recurso

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais do meu cargo, e, após efetuar a competente análise da decisão exarada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio na sessão de julgamento, considerando as alegações constantes no Parecer da assessoria jurídica desta municipalidade com relação aos recursos e contrarrazão apresentada pela empresa **DANIEL FERNANDO PIANOVSKI 00650237145**, **mantenho a r. decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos, no sentido de manter inabilitada no certame a empresa em seus respectivos itens.Determino que seja dada ciência e publicidade da presente decisão, na forma prescrita em lei e, em especial seja notificada as empresas interessadas, bem como da decisão do Pregoeiro, inclusive do Parecer Jurídico o qual deu fundamento a tal decisão**.

Registre-se

Publique-se

Intime-se

Colider/MT, 13 de setembro de 2022

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER - LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17 2022

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2022

O Sr. HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24 inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 atualizada através do Decreto Federal nº 9.412/2018, a DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor contratação da empresa EXTRA MAQUINAS S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.293.041/0001-41, para revisão das seguintes maquinas MOTONIVELADORA/ GR 1803 BR e uma ESCAVADEIRA HIDRAULICA XE215BR, perfazendo o valor total da contratação em R$ 20.549,16 (vinte mil e quinhentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).

Colider/MT, 14 de setembro de 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

Publique-se

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 223/ 2021.

Órgão Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratado: **CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA ME. Instrumento Vinculante**: Pregão Eletrônico: n° 051/2021. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e produtos médicos hospitalares para Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico do município de Colíder/MT. **REALINHAMENTO DE PREÇOS:** Fica realinhado o preço do seguinte itens de nº 330, 332 e 333 **descritos na ARP nº 223/2021, passando o novo preço a ser praticado a partir desta data, o descrito a seguir:** item de nº 330 - R$ 11,53– Unid. ; item de nº 332 - R$ 5,98 – Unid. e item de nº 333 - R$ 6,82 – Unid. Data de assinatura: 14/09/2022.

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2020.

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder-MT. Contratado: **LENZ & LENZ LTDA ME**. Instrumento Vinculante: Tomada de Preços nº 005/2020. Objeto: Execução da obra de pavimentação asfáltica com drenagem, calçada e sinalização em diversas ruas do Bairro Teles Pires localizado no município de Colíder/MT. **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** Fica acrescentada na Cláusula Quarta - Do Prazo de Execução do Serviço, o acréscimo de 90 (noventa) dias, terminando o prazo de execução da obra em **07 de dezembro de 2022**. **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** Fica acrescentada na Cláusula Quinta - Do Prazo de Vigência do contrato original, o acréscimo de 80 (oitenta) dias, terminando o prazo de execução da obra em **17 de dezembro de 2022.** Data de assinatura: 14/09/2022.

PROJETOS
RELAÇÃO DE OBRAS PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT - LDO 2023

					ESTADO DE MATO GROSSO					
					PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT					
					RELATÓRIO DE OBRAS E PROJETOS EM ANDAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2022					LDO 2023
					Previsão Legal: art. 45, parágrafo único, L.C 101/00					
	Secretaria	Situação	Detalhamento da Obra	Valor Total	Valor Executado	Valor a Executar	% Executado	Prev. de Conclusão		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	PVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS, COM DRENAGEM, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO (TELES PIRES)	R$ 821.853,76	R$ 365.103,81	R$ 785.342,95	44,42%	24/12/ 2022		
	IND. COMÉRCIO TURISMO	EM EXECUÇÃO	REVITALIZAÇÃO E REFORMA DA PRAÇA CENTRAL	R$ 825.075,88	R$ 225.485,43	R$ 599.590,45	27,39%	31/12/ 2022		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	PVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS, COM DRENAGEM, CALÇADAS (EXTENSÃO DA TANCREDO NEVES AO CELIDIO MARQUES	R$ 687.773,00	R$ 564.034,59	R$ 123.738,41	82,00%	05/11/ 2022		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA TIRADENTES - BOM JESUS	R$ 309.556,15	R$ 283.094,09	R$ 26.462,06	91,45%	24/12/ 2022		
	AGRICULTURA	EM EXECUÇÃO	URBANIZAÇÃO NA ORLA DO LAGO 03	R$ 1.356.584,00	R$ 215.115,75	R$ 1.141.468,25	15,85%	15/11/ 2022		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANA COM DRENAGEM E CALÇADA(AV. PARANÁ)	R$ 1.497.789,00	R$ 647.453,78	R$ 850.335,22	43,22%	08/06/ 2023		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO MT 410	R$ 2.227.008,15	R$ 1.761.973,19	R$ 465.034,96	79,11%	26/09/ 2022		
	EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA CRIANÇA ESPERANÇA	R$ 938.941,56	R$ 322.271,75	R$ 616.669,81	34,32%	27/11/ 2022		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL	R$ 675.835,73	R$ 316.263,66	R$ 359.572,07	46,79%	31/12/ 2022		
	CULTURA	EM EXECUÇÃO	REFORMA E ILUMINAÇÃO DA QUADRA MARLON ADAM DAS CHEGAS	R$ 256.968,75	R$ 126.371,56	R$ 130.597,19	49,17%	31/12/ 2022		
	EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA GERAL E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL PALMITAL	R$ 2.031.172,43	R$ 229.610,58	R$ 1.801.561,85	11,30%	06/03/ 2023		
	INFRA	EM EXECUÇÃO	PAVIMENTAÇÃO MARIA ANTONIA	R$ 2.177.782,62	==========	R$ 2.177.782,62	0,00%	17/11/ 2022		
	EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL ALZIRA MARIA DA SILVA	R$ 1.129.621,72	==========	R$ 1.129.621,72	0,00%	27/06/ 2023		
	EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL NOVA GALILEIA	R$ 990.907,60	==========	R$ 990.907,60	0,00%	15/07/ 2023		
	EDUCAÇÃO	EM EXECUÇÃO	REFORMA DA QUADRA DA ESCOLA IVANIRA MOREIRA JUNGLOS	R$ 249.166,76	R$ 31.684,29	R$ 217.482,47	12,71%	30/08/ 2023		

INFRA	EM EXECUÇÃO	BUEIROS - ADUELAS	R$ 1.297.517,41	==========	R$ 1.297.517,41	0,00%	09/09/2023
INFRA	EM EXECUÇÃO	MICROREVESTIMENTO	R$ 453.803,12	==========	R$ 453.803,12	0,00%	28/12/2022
EDUCAÇÃO	PENDENTE	REFORMA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLA ESTADUAL PAES DE BARROS	R$ 4.320.517,93	==========	R$ 4.320.517,93	0,00%	30/12/2022
INFRA	EM EXECUÇÃO	IMPLANTAÇÃO DE REDES E DISTRIBUIÇÃO DE ALTA E BAIXA TENSÃO	R$ 350.139,26	R$ 148.798,23	R$ 201.341,03	42,49%	31/12/2022
INFRA	PENDENTE	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO	R$ 5.013.509,89	==========	R$ 5.013.509,89	0,00%	09/06/2022

Fonte: Setor Engenharia

14/09/2022 ENGENHEIRO

Colíder-MT ALEX OSCAR DE SOUSA CREA/MT-141259-D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412/ADM/2022

PORTARIA Nº 412/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **JOELMA RODRIGUES BATISTA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1721, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 420/ADM/2022

PORTARIA Nº 420/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **NEUZA PEREIRA DOS SANTOS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2727, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 421/ADM/2022

PORTARIA Nº 421/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **GERVASIO DE SANTANA TEODORO,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1318, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418/ADM/2022

PORTARIA Nº 418/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **KARLA SILVEIRA BARBOSA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1937, partir do dia **13 de outubro a 11 de novembro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422/ADM/2022

PORTARIA Nº 422/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **MARIA NALVA NASCIMENTO MOREIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 7268, a partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 423/ADM/2022

PORTARIA Nº 423/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **GIVALDO LIMA GONÇALVES,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1368, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417/ADM/2022

PORTARIA Nº 417/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **ANA MARIA FERNANDES,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 241, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 424/ADM/2022

PORTARIA Nº 424/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **ADEMIR OSVALDO FELTRIN,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 37, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 425/ADM/2022

PORTARIA Nº 425/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **CLAUDINEI DUTRA,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 564, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416/ADM/2022

PORTARIA Nº 416/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **ELENIR PACINI,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6702, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411/ADM/2022

PORTARIA Nº 411/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **CARLOS ALBERTO TAVARES DA COSTA,** lotado *na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6712, partir do dia* ***01 a 30 de outubro do ano de 2022,*** *sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo*

2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 408/ADM/2022

PORTARIA Nº 408/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **ILVANA SANTOS** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1467 por um período de* ***60 (sessenta) dias a contar de 25 de agosto de 2022.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **25 de agosto de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415/ADM/2022

PORTARIA Nº 415/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **MARLENE DE SOUZA TEIXEIRA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2560, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 407/ADM/2022

PORTARIA Nº 407/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **ROSANA SANCHES LIVORATTI SANTOS lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3013 por um período de 90 (noventa) dias a contar de 25 de agosto de 2022.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **25 de agosto de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 406/ADM/2022

PORTARIA Nº 406/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **ELAINE XAVIER PEREIRA** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 949 por um período de **40 (quarenta) dias a contar de 26 de agosto de 2022.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **26 de agosto de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414/ADM/2022

PORTARIA Nº 414/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **EDNAMARA ALVES DIAS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6285, partir do dia **11 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

LICITAÇÃO
RESPOSTA AO RECURSO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO 20/2022 PROCEDIMENTO: 6682/2022

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRONICO 20/2022 PROCEDIMENTO: 6682/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE DIÁRIAS EM CASA DE APOIO EM CUIABÁ/MT, PARA ATENDER PACIENTES REGULADOS PELO SUS EM TRATAMENTO MÉDICO NA CAPITAL, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 1. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA - ABAVIDA**, inscrita no CNPJ nº 04.121.894, por meio de seu representante legal, conforme termos do artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02, do Decreto 10.024/2019, na qual solicita a reforma do edital do PREGÃO ELETRONICO 20/2022. Recebo o recurso interposto, eis que tempestivo, e passo a análise das razões recursais.

“Da desclassificação da empresa ASSOCIAÇÃO BEN EFICENTE DE AMPARO A VIDA

[...] a Recorrente foi desclassificada, por não ter apresentado PLANILHA DE CUSTOS, ora, a referida planilha não consta no rol de documentos exigidos no edital para apresentação no certame, bem como, NÃO CONSTA NO EDITAL, NEM M ESMO NO SITE DA PREFEITURA DE COLNIZA (em anexo o print da tela) NENHUM ANEXO com modelo da mesma, sendo a relação de itens como parte integrante do edital o único lugar [no edital] onde consta a referida planilha, veja a seguir o texto retirado do edital:

1. ANEXOI - Termo de Referência (Do Objet o, Especificações e Quantidades); II.ANEXO II - Modelo de Formulário de Proposta de Preços;

ANEXO III - Declarações Unificadas;

-Declaração que não se encontra declarada inidônea;

Declaração de Inexistência de Fatos supervenientes e Impeditivos;

Declaração sobre emprego para menores de 18 anos e servidores públicos

Declaração de disponibilidade e substituição de itens;

Modelo de Declaração de enquadramento como (ME) ou (EPP);

Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

Declaração de elaboração independente de proposta;

-Requerimento de benefício do tratamento diferenciado e declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (lei complementar nº123/2006 e LC 147/20 17);

- IV-ANEXO-planilha de execução de custos; (grifo nosso)

V-ANEXO-Atestado de capacidade técnica;

VI. ANEXO VI - Minuta da Ata de registro de preço;

VII.ANEXO VII- Minuta do contrato.

É cediço que, nem todos os anexos elencados neste ponto dos editais devem ser apresentados no certame, como é o caso do Termo de Referência, a Minuta da Ata de registro de preço,a Minuta do contrato e outros, no edital em questão, concluímos que a planilha de execução de custos foi inclusa na lista acima por erro de digitação (da seguinte forma: IV-ANEXO planilha de execução de custos; - grifo nosso) como acontece quando "copiamos e colamos" determinado texto em documentos que costumeiramente confeccionamos com muitas partes imutáveis, como é o caso alguns itens dos editais de licitações, já que A REFERIDA PLANILHA NÃO CONSTA no ROL DE DOCUMENTOS EXIGIDOS no EDITAL PARA APRESENTAÇÃO NO CERTAME, bem como, NÃO CONSTA NO EDITAL NEM MESMO no SITE da Prefeitura de Colniza NENHUM ANEXO com modelo da mesma, importante salientar que, no edital consta um ANEXO IV (que seria o item referente à planilha de custos IV ANEXO) onde o edital fornece como modelo de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (em anexo o print da tela), e a nossa empres apresentou o referido anexo, devemos apresentar apenas os documentos exigidos e, a nossa empresa apresentou TODOS os documentos, razão pela qual a empresa recorrente, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA, DEVE SER HABILITADA no presente certame.

2.2 Da habilitação da empresa URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI

Passa-se a demonstrar as razões de DESCLASSIF CAÇÃO da licitante URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI, a referida empresa DEIXOU DE APRESENTAR os seguintes documentos EXIGIDOS no edital em epígrafe:

Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Item 12.3

1 - Apresentar atestado de Capacidade Técnica expedida por pessoas juridicas de direito público ou privado/ para o qual Já tenha o licitante fornecido os serviços e ao objet o desta licitação/ que ateste desempenho do proponente quanto a qualidade dos mesmos e o cumprimento dos prazos de entrega. (Grifo nosso)

A empresa URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS apresentou apenas 01 (uma) declaração e 02 (duas) declarações de prestação de serviços, ora, declaração de prestação de serviços não pode ser aceita como atestado de capacidade técnica, no entanto, poderia ser analisada se ao menos o conteúdo da mesma atendesse às exigências de um atestado, porém NÃO CONSTA em NENHUMA delas as informações imprescindíveis dos Atestados de Capacidade Técnica, que é exatamente O GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE, QUANTO AO DESEMPENHO, À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS e outros, COMO EXIGE o ITEM 12.3. do edital.

Ainda Relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA -Item 12.3

II - A Empresa licitante deverá apresentar escritura do imóvel referente às instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos (instalações internas: recepção, quartos climatizados (ventiladores) com banheiros e colchões hospitalares, cozinha, refeitório climatizado, espaço de descanso/jardim, lavanderia, banheiros adaptados para PNE, bebedores, estacionamento, internet wi-fi. Acessórios obrigatór ios: 02 cadeiras de rodas, 02 andadores, 02 urinóis, 02 colchões casca de ovo, 02 muletas, 02 cadeiras de banho, área externa.). (grifo nosso) A licitante URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI, DEIXOU DE APRESENTAR AINDA os seguintes documentos exigidos no edital:

./ .Atestado de Capacidade Técnica

./ Escritura do imóvel referente às instalações ou contrato de locação;

./ Foto do espaço de descanso/jardim;

./ Foto do estacionamento;

./ Foto de internet *wi-fi;*

./ Foto de 02 cadeiras de rodas;

./ Foto de 02 andadores;

./ Foto de 02 urinóis;

./ Foto de 02 colchões casca de ovo;

./ Foto de 02 muletas;

./ Foto de 02 cadeiras de banho;

Entretanto, o Ilustre Pregoeiro ao invés de desclassificar a empresa como o fez com a Recorrente, que foi sumariamente desclassificada do certame, suspendeu a sessão para visita in loco, para a comprovação das exigências editalícias, em evidente afronta aos princípios da IGUALDADE e IMPESSOALI DADE, base primordial do procedimento licitatório, não pelo fato de visitar in loco para confrontar o local com as fotos apresentadas (está previsto no edital) mas, se NÃO FORAM APRESENTADAS TODAS AS FOTOS exigidas no edital, não há que se conferir in loco, pois já não atendeu ao edital.

[...]

É nítido o favorec imento, o fato de a empresa URBANÍSTICA SERVIÇOS EIRELI ter sido habilitada no certame. Afinal, a prefeitura de Colniza está disposta a pagar R$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) a mais em um contrato com uma empresa que não atende as exigências editalícias em detrimento de uma licitante que ATENDEU TODAS as exigências do edital e ainda oferece proposta com valor significativamente inferior?

Seria vantagem para a administração pública pagar R$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) por uma planilha de custos em um certame sem nenhuma complexidade ou custo exorbitante? Porque é exatamente o que essa Prefeitura está propondo, pagar R$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) por uma planilha de custos que nem foi exigida no edital, cujo objeto não é de grande complexidade ou valor exorbitante, lembrando que a empresa considerada "habilitada" NÃO APRESENTOU todos os DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL.

[...]"

"Com essas considerações, requer-se a PROCEDÊNCIA do presente Recurso Administrativo, sob os fundamentos supra, para declarar a desvalia da decisão do ilustre Pregoeiro, e HABILITAR a recorrente ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AM PARO A VIDA, atendendo, assim, aos princípios da IMPESSOALIDADE e IGUALDADE. Sucessivamente, que a licitante URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI SEJA INABILITADA no certame, haja vista que a mesma, além de oferecer PROPOSTA COM VALOR MAIOR que a proposta da recorrente em R$ 101.000,00 (Cento e u m mil reais) de DIFERENÇA, NÃO APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS exigidos, portanto NÃO ATENDEU as exigências do Edital. Caso o Ilustre Pregoeiro entenda por indeferir o presente recurso, requer-se a remessa deste à digna autoridade superior, como Recurso Hierárquico, nos termos do artigo 109, III, § 4°, da Lei n. 8.666/93, bem como com fundamento no princípio constitucional do duplo grau de jurisdição para este mesmo fim, requerendo-se o provimento do mesmo nos termos expostos. "

4. DAS CONTRARAZÕES

I-A CONTRARRAZOANTE, indiscutivelmente, atendeu às determinações do edital, portanto, habilitada/vencedora do certame. Já a recorrente tenta de forma desesperada criar uma situação que jamais se sustentará em pé, senão vejamos. Nesse liame, a ora Recorrente de forma injusta e equivocada, inclusive, sabidamente agindo de má fé, e com a única intenção de levar ao erro a Ilustre pregoeira e sua equipe, a Recorrente junta em seu raso recurso um print de tela dizendo que só existe 02 anexos, sendo eles: edital 20/2022 CASA DE APOIO e edital 20/2022 RETIFICADO, utilizando o portal de compras da prefeitura municipal de Colniza/MT, sendo que no

próprio edital em seu preâmbulo remete a utilização exclusiva do plataforma BBL:

II – DAS VERDADES DOS FATOS E PROVAS Inicialmente, a empresa, ora CONTRARAZOANTE na atualidade é hoje REFERÊNCIA em se tratando da prestação de serviços na modalidade "Casa de Apoio", prestando um suporte ao sistema público de saúde, que enfrenta uma constante e numerosa demanda de pacientes TFD – tratamento fora do domicilio, vindos do interior do Estado de Mato Grosso, sendo auxiliado nas práticas necessárias para tornar o processo de atendimento ainda melhor. A empresa vencedora do certame, ora CONTRARRAZOANTE oferece a prestação serviços com profissionalismo e urbanidade no atendimento aos usuários (pacientes e/ou acompanhantes) com os seguintes fins:

*Serviços de hospedagem;

*04 (quatro) refeições diárias - café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar (conforme cardápio nutricional);

*Transporte (Van Sprinter com 16 lugares, Uno, S10, Corolla).

A empresa ainda dispõe de recepção com acessibilidade para PNE, destacando que todos os Apartamentos são Duplos com 02 (dois) banheiros com água (quente e fria), Beliches em aço, Colchões com capas hospitalares, Prateleira individual para bagagem, Ventiladores Venti Delta 60 cm, Pisos Copacabana Antiderrapante na área social e nas passarelas inferior e superior, Espaço Kids, Central de gás industrial, Cozinha industrial, Lavanderia, Refeitório amplo para 100 pessoas climatizado, acesso à internet wifi de 300 mega de velocidade, Jardim de inverno, Painel de aquecimento solar, Poço artesiano e Van de transporte e Estacionamento privativo para 08 veículos.

5. DA DECISÃO

Analisando detidamente o recurso interposto, verificamos que a argumentação recursal merece parcial acolhimento.

Ao contrário do alegado pelo recorrente, o modelo de planilha de execução de custos foi devidamente disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Colniza, juntamente com o Edital. Referida exigência estava bem clara no Edital, tanto que o próprio recorrente afirma que viu a exigência mas achou que ela estava ali "por um erro de digitação".

A exigência de planilha de custos é razoável pois sana qualquer desvantagem do órgão público para negociar futuro equilíbrio econômico e financeiro do contrato, e conforme relata o próprio recorrente tal exigência estava nítida no Edital. Assim, deve ser mantida a inabilitação da empresa ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA – ABAVIDA do certame.

Contudo, razão assiste ao recorrente, no que tange ao pedido de inabilitação da empresa URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI. Compulsando detidamente os autos, verifica-se que a empresa URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI não apresentou a escritura do imóvel ou contrato de locação referente às instalações da casa de apoio, desse modo, descumpriu o disposto no item 12.3, inciso II do Edital.

Em razão do exposto, conheço das razões do recurso administrativo interposto e, no mérito, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE**, para **MANTER** a **INABILITAÇÃO** da empresa **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE AMPARO A VIDA – ABAVIDA** e **REFORMAR** a decisão de habilitação da empresa **URBANÍSTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI,** passando a considerá-la como **INABILITADA** para o certame, tendo em vista que todas as empresas participantes foram inabilitadas, resta **FRACASSADO** o certame.

Colniza/MT, 14 de setembro de 2022.

MARCILENE DOS SANTOS PREGOEIRA OFICIAL	MARILIA GABRIELA DE FIGUEIREDO MARISCO SECRETÁRIA
ZELAINE SANTOS MODESTO MEMBRO	

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409/ADM/2022

PORTARIA Nº 409/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **CLEONICE FIRMINO DOS SANTOS,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 6790, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410/ADM/2022

PORTARIA Nº 410/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **CLEONICE FIRMINO DOS SANTOS,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 6790, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413/ADM/2022

PORTARIA Nº 413/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **ACIR JOSÉ DE CAMPOS,** lotado no Gabinete do Prefeito, matricula nº 5, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 419/ADM/2022

PORTARIA Nº 419/ADM/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **ELZIRA SANTANA DA SILVA TEIXEIRA,** lotada *na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1098, partir do dia **01 a 30 de outubro do ano de 2022,** referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 14 de setembro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DECRETO N.º 30/2022 DE: 14.09.2022

"Dispõe sobre a indicação e nomeação para o cargo de Diretor de Unidade Escolar, e dá outras providências."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 05 de novembro de 2019, que julgou, por meio da ADI 282-1, e declarou inconstitucional o Artigo 237, inciso IV da Constituição do Estado de Mato Grosso que versa sobre as eleições diretas (com a participação da comunidade escolar) para a escolha do cargo de Diretor Escolar;

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC, e

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, para as redes públicas de ensino,

DECRETA

Art. 1º. A designação de Diretor Escolar da Rede Pública Municipal de Comodoro/MT se dará de acordo com as determinações contidas nesse Decreto.

Parágrafo único. O Diretor Escolar deve ser escolhido entre profissionais integrantes do Quadro Permanente da Educação Pública Municipal de Comodoro, cujo nome figure em lista tríplice organizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através de processo seletivo que considere critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, em atenção ao disposto no inciso I do § 1° do art. 14 da Lei (Federal) n°14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º. A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar será realizada com a efetiva participação da comunidade escolar e profissionais da educação de cada unidade de ensino, por intermédio de consulta, com o objetivo de se obter a indicação de no máximo três nomes para o cargo, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que escolherá um dos indicados para nomeação.

§1º. Entende-se por comunidade escolar, para efeito deste Decreto, o conjunto de pessoas que compõem os seguintes segmentos:

I. Pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade);

II. Membros do magistério lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino, e

III. Funcionários da unidade.

§2º. Caso a comunidade escolar não indique candidatos ao cargo de Diretor Escolar dentro dos critérios legais, o Chefe do Poder Executivo escolherá, considerando o **Art. 3º** deste Decreto, o nome para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

§3º. Nas novas Unidades Escolares que serão inauguradas, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o ocupante do cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação, pelo período de até 1 (um) ano.

§4º. Caso o Diretor Escolar em exercício fique impossibilitado de cumprir suas funções poderá ser nomeado substituto indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que preencha os requisitos previstos no Artigo 3º deste Decreto.

Art. 3º. É o Prefeito Municipal que nomeará o Diretor Escolar, conforme o cumprimento das etapas elencadas.

Art. 4º. Poderá ocupar o cargo de Diretor de Unidade Escolar e participar da formação de lista de indicados, o servidor que preencha os seguintes requisitos:

I. Servidor que ocupe cargo de provimento municipal no quadro de profissionais da Educação, com vinculo efetivo ou contratado;

II. Ser habilitado em Pedagogia ou Pós-Graduação em Gestão Escolar em outras licenciaturas;

III. Comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação/Escola;

IV. Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto no art. 7º deste Decreto;

V. Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

VI. Não estar em processo de aposentadoria, e

VII. Não possuir outro vínculo, municipal, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função.

Art. 5º. Os servidores indicados pela comunidade escolar, deverão ser aqueles que se encontram lotados na unidade escolar, com no mínimo 1 (um) ano de efetivo exercício.

Art. 6º. Após escolha pela Comunidade escolar, antes da apreciação e escolha por parte do Chefe do Poder Executivo, deverão os indicados apresentarem à Secretaria de Educação o Plano de Trabalho Pedagógico a ser desenvolvido na unidade escolar.

Art. 7º. Fica a Secretaria Municipal de Educação e Cultura autorizada a regular mediante Edital ou Portaria:

I. Sobre os critérios e requisitos do processo de seleção para o cargo de Diretor Escolar;

II. Os indicadores de gestão pedagógica e administrativa que devem constar nas metas de desempenho do Diretor Escolar da Rede Pública Municipal Comodoro/MT;

III. A forma de substituição temporária de Diretor Escolar em razão da vacância excepcional.

Art. 8º. São atribuições do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar:

a). Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;
b). Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento vigentes;

c). Atualizar e Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando os resultados da unidade mediante o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

d). Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

e). Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas e adotadas pelos órgãos do sistema de ensino;

f). Manter o Conselho Deliberativo Escolar Ativo e prestação de contas da escola em dias, para não prejudicar os repasses financeiros;

g). Planejar e executar junto ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

h). Divulgar, com fidedignidade, a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

i). Coordenar o processo de avaliação das ações administrativas, pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola em consonância com os objetivos e metas da unidade escolar;

j). Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPP (Projeto Político Pedagógico), avaliação interna institucional da escola definindo coletivamente as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

k). Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, em especial o estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

l). Cuidar da documentação da escola junto ao Conselho Estadual de Educação, para que a autorização de funcionamento e Reconhecimento estejam sempre em dias, e

m). Atestar o relatório mensal do transporte escolar, ou outro documento equivalente, cuidando rigorosamente dos dias trabalhados e quilometragem percorrida.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das atribuições o gestor perderá a função, mediante notificação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em processo que permita o exercício do contraditória e ampla defesa.

Art. 9º. A cada 02 (dois) anos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio de Portaria, nomeará uma Comissão para coordenar o processo de participação da comunidade escolar, para a indicação dos nomes ao cargo de diretor das respectivas escolas municipais.

Art. 10. O Coordenador Pedagógico de cada Unidade Escolar será indicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, concomitantemente com o Diretor da Unidade Escolar.

Art. 11. Para cumprimento deste Decreto, o primeiro processo de indicação dos nomes, pela comunidade escolar, se dará antes de encerrar o ano letivo de 2022, para a gestão 2023/2024.

Art. 12. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Omissões, obscuridade ou incorreções serão sanadas por meio de Portaria ou Edital a ser publicado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2022

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Presidente da Comissão de Licitação **JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO**, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO – **EDITAL n° 038/2022**, tendo como objeto: DISPENSA DE LI-

CITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO AOS PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, cuja abertura ocorrerá às **09:00** horas do **dia 15/09/2022**, na sala de licitação, situada na Rua das Pitangueiras nº 280 – Bairro Tertúlia – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Presidente/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 14 de Setembro de 2022.

JOSÉ OLIVEIRA FALCÃO

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº186/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 186/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ n° 28.418.133/0001-00**

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 186/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens. **Processo Licitatório nº 101/2022 na modalidade Pregão Presencial nº 035/2022.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

CÓD RED: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0621

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0621

INSERIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.252 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL – (EMENDA Nº 36000457892202200)

CÓD RED: 970 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0600

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0600

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
54	300	UND	BROMOPRIDA 5MG/ML C/2ML Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 4,20	R$ 1.260,00
75	1000	FR	CEFTRIAXONA 1G EV- Marca: BLA	R$ 5,50	R$ 5.500,00
81	1000	AMP	CETOPROFENO 50MG/ML IM AMPOLA 2 ML Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 3,50	R$ 3.500,00
244	200	AMP	MORFINA 10MG/ML AMPOLA 1 ML Marca: HIPOLABOR	R$ 4,14	R$ 828,00
258	500	AMP	OCITOCINA 5UI/ML 1 ML Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 3,35	R$ 1.675,00
271	100	AMP	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA DE 2 ML Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 4,80	R$ 480,00
317	300	FR	TENOXICAM 40MG/ML IV Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 15,30	R$ 4.590,00
322	800	AMP	TRAMADOL 50MG/2ML Marca: UNIÃO QUÍMICA	R$ 4,20	R$ 3.360,00
				VALOR TOTAL	**R$ 21.193,00**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 09 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº181/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 181/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI INSCRITO NO CNPJ N° 26.457.348/0001-04.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 181/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens. **Processo Licitatório nº 101/2022 na modalidade Pregão Presencial nº 035/2022.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

CÓD RED: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0621

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0621

INSERIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.252 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL – EMENDA

Nº 36000457892202200

CÓD RED: 970 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0600

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00 00.01.0600

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
5	500	AMP	ACIDO ASCOBICO 200MG/ML AMPOLA 5ML Marca: FARMACE	R$ 5,02	R$ 2.510,00
43	100	FR	BENZILPENICILINA BENZANTINA 600.000 UI Marca: TEUTO	R$ 16,78	R$ 1.678,00
68	300	UND	CARVEDILOL 3,125MG/CP Marca: EMS	R$ 0,17	R$ 51,00
80	1000	FR	CETOPROFENO 100 MG EV Marca: CRISTALIA	R$ 4,90	R$ 4.900,00
155	600	FR	ESCOPOLAMINA 20MG/5ML + DIPIRONA 2,5MG/5ML FR C/ 20 ML Marca: NATULAB	R$ 7,00	R$ 4.200,00
175	500	CPR	FUROSEMIDA 40 MG COMP. Marca: PRATI	R$ 0,07	R$ 35,00
192	1000	CPR	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG CPR Marca: MEDQUIMICA	R$ 0,04	R$ 40,00
237	100	FR	METRONIDAZOL 0,5MG/ML 100 ML Marca: HALEXISTAR	R$ 11,28	R$ 1.128,00
277	600	AMP	PROMETAZINA 25MG/ML INJ AMPOLA 2 ML Marca: HIPOLABOR	R$ 2,10	R$ 1.260,00
				VALOR TOTAL	**R$ 15.802,00**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 09 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº183/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 183/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: COMÉRCIAL MARK ATACADISTA EIRELI, CNPJ: 09.315.996/0001-07.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 183/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens. **Processo Licitatório nº 101/2022 na modalidade Pregão Presencial nº 035/2022.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

CÓD RED: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0621

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0621

INSERIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.252 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL – EMENDA

Nº 36000457892202200

CÓD RED: 970 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0600

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0600

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	70	FR	ACIDOS GRAXOS (DERSANE OU EQUIVALENTE) 200 ML Marca: trol	R$ 6,90	R$ 483,00
20	100	AMP	AMIODARONA 50 MG/ML AMPOLA 3 ML Marca: hipolabor	R$ 2,13	R$ 213,00
44	200	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 U.I Marca: teuto	R$ 10,40	R$ 2.080,00
70	500	UND	CARVERDILOL 12,5 MG/CP Marca: e.m.s	R$ 0,16	R$ 80,00
127	50	TB	DICLOFENACO GEL 60 GR Marca: belfar	R$ 5,39	R$ 269,50
133	1000	CPR	DIMETICONA 40 MG - Marca: prati	R$ 0,21	R$ 210,00
134	100	FR	DIMETICONA GTS 75 MG/ML FRASCO 15 ML Marca: e.m.s	R$ 1,61	R$ 161,00
138	100	FR	DIPIRONA 500MG GTS FR 20ML Marca: farmace	R$ 2,25	R$ 225,00
142	1000	CPR	DOMPERIDONA 10MG Marca: e.m.s	R$ 0,10	R$ 100,00
153	1000	CPR	ESCOPOLAMINA 10MG+DIPIRONA 250MG CPR Marca: belfar	R$ 0,42	R$ 420,00
199	1000	CPR	IBUPROFENO 600 MG Marca: teuto	R$ 0,19	R$ 190,00
216	100	TB	LIDOCAINA 2% 20 MG/G GEL 30 G Marca: pharlab	R$ 2,65	R$ 265,00
218	25	UND	LIDOCAINA, CLORIDRATO + EPINEFRINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML + 5 MCG/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO-AMPOLA, VIA DE ADMINISTRACAO PERIDURAL OU PARENTERAL Marca: cristalia	R$ 4,00	R$ 100,00
223	1000	CPR	LOSARTANA POTASSICA 50 MG CPR Marca: teuto	R$ 0,09	R$ 90,00
224	50	UND	MANITOL- CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 20% 500ML VIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL Marca: jp	R$ 8,75	R$ 437,50
256	25	AMP	NITROPRUSSIATO DE SODIO - CONCENTRACAO/ DOSAGEM DE 50 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA COM 2 ML, PRAZO DEVALIDADE MINIMO DE 12 MESES., VIA INTRAVENOSA Marca: cristalia	R$ 16,20	R$ 405,00
267	1000	CPR	PARACETAMOL 500MG COMP. Marca: hipolabor	R$ 0,13	R$ 130,00
297	2000	FR	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250 ML Marca: equiplex	R$ 6,16	R$ 12.320,00
298	1500	FR	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500 ML Marca: equiplex	R$ 7,60	R$ 11.400,00
				VALOR TOTAL	**R$ 29.579,00**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 09 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº001/ 2022.

Processo Licitatório n.º 159/2021

Pregão Presencial n.º 61/2021

Ata de Registro de Preços n.º 181/2021

O **Município de Confresa, Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 37.464.716/0001-50, com endereço na Avenida Centro Oeste, 286, Centro, Confresa-MT, CEP: 78652-000, representado, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Ronio Condão Barros Milhomem, doravante denominado **Compromissário**, e, de outro lado, **Expresso Satélite Azul Ltda**., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº. 27.428.590/0001-04, com sede na Rua B, s/n, Lote 2, Chácaras Maria Dilce, Goiânia/GO, representado por **Abadio Pereira Cardoso Neto**, denominado **Compromitente** firmam o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**, conforme cláusulas a seguir:

Considerando todas as disposições e procedimentos estabelecidos no Decreto nº. 160/2022, de 18 de Julho de 2022, acerca do procedimento administrativo de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados.

Considerando que em 28 de julho de 2021 o **Compromitente** assinou a **Ata de Registro de Preços nº. 181/2021**, tendo por objeto a fornecimento de passagens terrestres (intermunicipal) para atender as necessidades das secretarias do Poder Executivo municipal de Confresa;

Considerando que no diário oficial dos municípios de Mato Grosso, no dia 20 de Outubro de 2021, esta Transportadora foi notificada para "no prazo de 02 dias procedesse a regularização do sistema de gerenciamento do sistema de passagens, ou então apresentasse justificativa fundamentada em 24 horas para o atraso na realização dos serviços;

Considerando que no dia 21 de Outubro de 2021, foi publicada a rescisão unilateral do contrato bem como a suspensão temporária para contratação com este município de Confresa pelo prazo de dois anos;

Considerando que o Estado de Mato Grosso está em processo de licitação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em forma de Mercados Internos de Transporte – MITs e que cada MIT só existirão duas Transportadoras concessionárias para o transporte em serviço básico e diferenciado; e

Considerando que a manutenção da suspensão temporária de contratação desta Transportadora com o município de Confresa terá por consequência o monopólio para as próximas licitações deste município, uma vez que o grupo que esta Transportadora integra é a única Concessionária no serviço com contrato de concessão de 20 (vinte) anos, para o serviço diferenciado.

Firma-se o presente **Termo de Ajustamento de Conduta**, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira: O **Compromitente** assume a OBRIGAÇÃO de fornecer 100 (cem) bilhetes de passagens de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, no decorrer do ano de 2022 e 2023.

Parágrafo Primeiro. As solicitações das passagens serão realizadas por meio do e-mail institucional da Secretaria Municipal de Administração – **Compromissário,** diretamente no **e-**mail da **Compromitente** (odrie.costa@satelitenorte.com.br), que deverá disponibilizá-las no prazo de 24 (vinte e quatro) horas em forma de vouchers/ticket.

Parágrafo Segundo. Os vouchers/tickets deverão ser devolvidos no mesmo e-mail que for realizado a requisição pela Secretaria Municipal de Administração de Confresa.

Parágrafo Terceiro. Cada passagem a ser expedida pela **Compromissária** valerá para o itinerário definido pela **Compromitente**, cujo trajeto deverá ser o trecho de ida e volta, sem possibilidade de multi-trecho, incluído as expensas da **Compromitente** a taxa de embarque, se houver.

Cláusula Segunda: O **Compromissário** revoga, neste ato, com efeitos retroativos à data de publicação, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Poder Executivo Municipal de Confresa pelo prazo de 02 (dois) anos.

Cláusula Terceira: As partes reconhecem a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente **Termo de Ajustamento de Conduta**;

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Quarta: Fica ciente o compromisso de que este **Termo de Ajustamento de Conduta** tem eficácia plena desde a data de sua assinatura.

Cláusula Quinta: O presente **Termo de Ajustamento de Conduta** não exime o compromissado de eventuais responsabilidades administrativa e penal em razão de suas condutas.

Cláusula Sexta: Este **Termo de Ajustamento de Conduta** valerá como título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei nº. 7.347/85 e do art. 585, VII, do Código de Processo Civil.

E assim, por estarem justos e acordados e signatários, firmam o presente **Termo de Compromisso de Ajustamento**.

Confresa/MT, 12 de setembro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

Paulo César da Silva Avelar Abadio Pereira Cardoso Neto

Procurador Geral do Município Expresso Satélite Azul Ltda.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 215/2022 ADM DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

	FISCAL TITULAR	FISCAL SUPLENTE	GESTOR
SMS	ANTONIA LUCILENE PEREIRA PINTO CPF.: 961.688.621-53 MATRICULA.: 10740	CARLOS LOYSE ALVES LUZ CPF.: 022.720.791-21 MATRICULA.: 12014	CLEYTON GEOVANI KREMER CPF.: 010.591.161-54 MATRICULA.: 12013
HMC	ALESSANDRA ABADIA RIBEIRO CPF.: 815.030.751-68 MAT.: 13475	JEANE LUZ COSTA CPF.: 015.310.281-01 MAT.: 13200	SUELI FRANCISCA SANTOS BARBARESCA CPF.: 931.982.486-04 MAT.: 554

CONTRATO	98/2022	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191	27.245.908/0001-11	R$ 6.963,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS SENDO IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	3 MESES E 19 DIAS – 12/09/2022 A 31/12/2022		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 12 de setembro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº184/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens, para respectivos itens na Ata **Nº 184/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CNPJ: 03.250.803/0001-92.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da Farmácia do Hospital Municipal de Confresa/MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, para respectivos itens na Ata **Nº 184/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária e Remanejamento de Valores e itens. **Processo Licitatório nº 101/2022 na modalidade Pregão Presencial nº 035/2022.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.061 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL

CÓD RED: 447 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0621

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0621

INSERIR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 05 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIVI.: 2.252 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM HOSPITAL – EMENDA

Nº 36000457892202200

CÓD RED: 970 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0600

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.0600

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
15	50	FR	AMBROXOL 3 MG/ML FRASCO C/ 100 ML Marca: FARMACE	R$ 4,90	R$ 245,00
45	100	UND	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000UI Marca: BLAU	R$ 10,80	R$ 1.080,00
48	100	AMP	BETAMETASONA 5MG INJ	R$ 6,87	R$ 687,00

			Marca: CRISTALIA		
73	100	FR	CEFALOTINA 1 G EV/IM Marca: ABL	R$ 7,42	R$ 742,00
119	500	AMP	DEXAMETASONA INJ. 4MG/ML AMPOLA 2,5 ML Marca: FARMACE	R$ 4,56	R$ 2.280,00
174	400	AMP	FUROSEMIDA 20 MG/2ML Marca: SANTISA	R$ 2,78	R$ 1.112,00
189	100	FR	HEPARINA SODICA 5.000UI/ML INTRAVENOSA Marca: BLAU	R$ 29,48	R$ 2.948,00
194	500	FR	HIDROCORTIZONA 500 MG INJ. Marca: BLAU	R$ 9,09	R$ 4.545,00
				VALOR TOTAL	**R$ 13.639,00**

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 09 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N°164/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°039/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS SENDO IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 6.963,00

VIGÊNCIA: 3 MESES E 19 DIAS, 12/09/2022 A 31/12/2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT,

INSCRITA NO CNPJ Nº37.464.716/000150.

CONTRATADA: WANDERSON RIBEIRO COSTA 93985541191,

INSCRITA NO CNPJ DE Nº 27.245.908/0001-11.

DATA:12 DE SETEMBRO DE 2022.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 216/2022 ADM DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

CONTRATO	**99/2022**	**CNPJ**	**VALOR**
CONTRATADA	EMILTON ARAUJO DE OLIVEIRA 97355836153	29.894.814/0001-07	R$ 13.000,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SERRALHERIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PORTÕES, REPAROS NA GRADE E TABELAS DA QUADRA DO GINÁSIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DE CONFRESA - MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	60 DIAS – FINALIZANDO EM 13/11/2022		

	FISCAL TITULAR	**FISCAL SUPLENTE**	**GESTOR**
ESPORTE E LAZER	ADILSON VITAL DA SILVA CPF Nº 976.515.241-87	ANGELA MARTA OLIVEIRA COSTA CPF Nº 063.826311-59	

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de setembro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACÃO FRACASSADA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2022 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 061/2022

AVISO DE LICITACÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2022

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 061/2022

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2022, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 061/2022 que foi aberto** no dia **14 de setembro de 2022, às 09h00min** (horário oficial de Brasília), foi declarado **FRACASSADO,** que houve RETIFICAÇÃO**do Edital**e PRORROGAÇÃO DE DATA**de abertura das propostas para o dia 27/09/2021 às 09h00min**(horário oficial de Brasília)**.**

O Edital Retificado e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço situada na Rua 13 de maio, nº 215, Centro na cidade de Confresa-MT e no site Confresa.org no link do Portal da Transparência no link https://sic.tce.mt.gov.br/118/assunto/listaPublicacao/id_assunto/2079/id_assunto_item/8653, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 Ramal 31.

OBJETO: ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA AQUISIÇÃO DE GAS DE COZINHA E VASILHAMES (CILINDROS), PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.

CONFRESA-MT, 14 de setembro de 2022.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 003/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRONICO 010/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 695/2022

O Município de Conquista D´Oeste, através de seu pregoeiro oficial designado pela portaria 112/2022, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Decreto Nº 10.024/2019, Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico nº 10/2022, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, modo de disputa ABERTO, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO OKM, 7 LUGARES, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - CONVENIO 0969/2022 – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, cuja abertura está designada para o dia 07 de outubro de 2022, às 09:00 (nove) horas (Horário de Brasília-DF), no portal LICITANET – Licitações Online no endereço http://www.licitanet.com.br. O edital e seus anexos poderão ser retirados através do site http://www.licitanet.com.br ou www.conquistadoeste.mt.gov.br. Maiores Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000/1001.

Conquista D'Oeste, 14 de setembro de 2022.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu, o senhor Olirio Oliveira dos Santos, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, convoca os interessados para participarem da Audiência Pública, onde se dará a exposição de atos administrativos, em especial aqueles referentes ao cumprimento das metas fiscais, com determina o § 4° art. 9° da lei Complementar n°101 de 2000.

A Audiência Pública será realizada no próximo dia 28 de setembro de 2022(quarta feira), às 19:30 hs, na Câmara Municipal de Cotriguaçu.

Nesta audiência serão apresentados dados do Relatório de Execução Orçamentária (RREO) referente ao 3º e 4º bimestres /2022 e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), para Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º Quadrimestre de 2022, e a discussão para Elaboração da LOA- Lei Orçamentaria Anual de 2023, esclarecemos que esta audiência pública está prevista no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Também serão apresentados o Relatório Detalhado das Despesas com a Saúde no Município referente ao 2º Quadrimestre de 2022, previsto no Artigo 36 da LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012.

Contamos com a participação de todos.

Atenciosamente,

Cotriguaçu- MT, 14 de setembro de 2022

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 034/2022 PROCESSO 127/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 034/2022 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **AQUISIÇÃO DE UMA CAIXA-D'ÁGUA DE 15 MIL LITROS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT.** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. Abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 15 de setembro de 2022 às 09:00 horas, até o dia 27 de Setembro de 2022 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 27 de Setembro de 2022 às 09:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br**ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**e **https://comprasbr.com.br/**.

Cotriguaçu-MT, 14 de Setembro de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 028/2022 PROCESSO Nº 112/2022

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico- SRP nº 028/2022.

A empresa: C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ: 26.457.348/0001-04 foi vencedora da licitação do item: 87, 154. Com o valor global de R$ 10.244,00

A empresa: CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA CNPJ: 39.610.184/0001-47 foi vencedora da licitação do

item: 4, 5, 6, 7, 9, 13, 22, 28, 30, 31, 37, 41, 45, 49, 54, 68, 73, 75, 78, 85, 92, 94, 97, 100, 109, 114, 116, 117. Com o valor global de R$ 134.516,00

A empresa: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 02.520.829/0001-40 foi vencedora da licitação do item: 82. Com o valor global de R$ 24.000,00

A empresa: MACMED SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA CNPJ: 31.085.156/0001-46 foi vencedora da licitação do item: 121. Com o valor global de R$ 57.000,00

A empresa: EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 23.312.871/0001-46 foi vencedora da licitação do item: 43, 51, 81, 98, 112, 129, 131. Com o valor global de R$ 32.560,00

A empresa: INOVAMED HOSPITALAR LTDA CNPJ: 12.889.035/0001-02 foi vencedora da licitação do item: 57. Com o valor global de R$ 2.500,00

A empresa: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA CNPJ: 19.391.064/0001-99 foi vencedora da licitação do item: 156. Com o valor global de R$ 310.000,00

A empresa: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES CNPJ: 25.279.552/0001-01 foi vencedora da licitação do item: 1, 3, 8, 18, 20, 40, 44, 46, 48, 58, 65, 66, 69, 72, 74, 77, 79, 86, 88, 89, 95, 99, 102, 104, 105, 107, 108, 111, 118, 120, 122, 123, 142, 143, 145, 147, 151, 157. Com o valor global de R$ 126.025,80

A empresa: CENTERMEDI COM. PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ: 03.652.030/0001-70 foi vencedora da licitação do item: 24, 96. Com o valor global de R$ 19.327,50

A empresa: LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIB. DE MEDIC CNPJ: 21.227.039/0001-16 foi vencedora da licitação do item: 2, 14, 19, 27, 32, 35, 59, 60, 61, 67, 101, 103, 106, 150, 153. Com o valor global de R$ 80.445,00

A empresa: WF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ: 43.025.186/0001-46 foi vencedora da licitação do item: 11, 12, 17, 64, 90, 139. Com o valor global de R$ 44.050,00

A empresa: FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 40.724.582/0001-73 foi vencedora da licitação do item: 10, 15, 21, 23, 26, 33, 34, 36, 39, 47, 50, 52, 62, 63, 70, 80, 83, 84, 91, 110, 115, 124, 127, 128, 130. Com o valor global de R$ 251.007,50

A empresa: OBJETIVA PRODUTOS E SERVICOS P/ LABORATORIOS LTDA CNPJ: 05.895.525/0001-56 foi vencedora da licitação do item: 132, 133, 134, 158, 159. Com o valor global de R$ 45.904,50

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 112/2022

b) Licitação Nr.: 028/2022

c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

d) Data Homologação: 08/09/2022

e) Objeto da Licitação: “AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES”.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE APOSTILAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 045/2021 DO PROCESSO 114/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071-2021.

A Prefeitura Municipal De Cotriguaçu-MT, CNPJ 37.465.309/0001-67, com sede e foro nesta Cidade de Cotriguaçu/MT, doravante denominada simplesmente “CONTRATANTE”, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador(a) da RG nº 2990347-5 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF nº 115.202.302.06, resolve TRANSFERIR SALDO do **Processo N° 114/2021 referente a Ata de Registro de Preço Nº 071-2021**, pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo de apostilamento tem como objetivo **transferir saldo dos ITENS 28, 70, 71, 95, 130 e 139.** A modificação foi autorizada pela Secretaria de Assistência Social, para suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Autorizado através dos Ofícios Nº 229/SMAS/2022 e Nº 216/DC/SMEC/2022. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ITEM**

2.1. Para que possa suprir a necessidade de atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas quantidades de:

Item	Descrição	Quantidade
28	CIMENTO PORTLAND - COMPOSTO COM POZOLANA - CP II-Z, COM RESISTENCIA DE 32MPA, CONFORME NORMA NBR-11578, EB-208, MB-1153, SACO COM 50 KG	350
70	IMPERMEABILIZANTE - COMPOSTO A BASE DE LIQUIDO VISCOSO DE EMULSAO ACRILICA, TIPO SIKA TOP, PARA IMPERMEABILIZAR REVESTIMENTOS DE COBERTURA EX-POSTAS, EMBALAGEM GALAO 18 LITROS	5
71	IMPERMEABILIZANTE - COMPOSTO DE CIMENTO LIQUIDO, TIPO VEDACIT, PARA IMPERMEABILIZAR REVESTIMENTOS (PISOS, CONCRETO, ALVENARIA, ETC), NA COR CINZA, EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO LATA 18 LITROS	5
95	PEDRA BRITADA - CAMADA DRENANTE DE BRITA, PARA SER UTILIZADA NA CONSTRUCAO	6
130	TIJOLO - DE BARRO, MEDINDO 15X25CM, DO TIPO CONVENCIONAL, COM 6 FUROS	4.000
139	TRELICA - DE FERRO, 6MM X 4,2MM X 4,2MM. 12 METROS	20

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A Prefeitura Municipal providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado De Mato Grosso, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93.

Cotriguaçu-MT, 14 de setembro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeitura de Cotriguaçu

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 035/2022 PROCESSO 128/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 035/2022 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para **"AQUISIÇÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. Abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 15 de setembro de 2022 às 14:00 horas, até o dia 27 de Setembro de 2022 às 14:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 27 de Setembro de 2022 às 14:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edi-

tal. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br**ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**e **https://comprasbr.com.br/**.

Cotriguaçu-MT, 14 de Setembro de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 031/2022/PMC

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS** neste ato representada pela Pregoeira designada pela Portaria SMGE nº 303/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico/SRP nº. 031/2022/PMC**, processo administrativo nº 046.228/2021, que tem como objeto a "*REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NO RAMO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM NEFROLOGIA CLÍNICA, HEMODIÁLISE E DIÁLESE PERITONIAL PARA ASSEGURAR O ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR AOS PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS NO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE CUIABÁ DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ – REFERÊNCIA DO COVID-19.".*

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

De acordo:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

Neste ato, também, a Secretária da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições **ADJUDICA E HOMOLOGA**, nos termos do artigo 4º, XXII, da Lei Federal nº 10.520/2002, conforme se apresenta abaixo:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
SURGERY MT LTDA	38.314.961/0001-43	R$ 1.709.991,00

Cuiabá/MT, 14 de setembro de 2022.

Suelen Danielen Alliend

Secretária Municipal de Saúde

II AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 034/2022/FUNED

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099.923/2021

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME, por meio da Pregoeira nomeada pela Portaria nº 303/2022 divulgada na Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico/SRP nº 034/2022/FUNED, que tem por objeto o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL, COM FORNECIMENTO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS, VANS, MICRO-ÔNIBUS, E CARROS COM CAPACIDADE ACIMA DE 06 DE LUGARES, DE FORMA CONTÍNUA OBSERVANDO A DEMANDA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA ZONA RURAL**", com abertura da sessão pública prevista para o dia 16 de setembro de 2022, às 10:00 (dez horas - Horário de Brasília), informa que será **SUSPENSO** para **READEQUAÇÕES** ao **EDITAL.**

Cuiabá, (MT) 14 de setembro de 2022

Priscila R. N. Moraes

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 171 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Alterar o art. 81 e acrescenta os artigos 81-A, 81-B, 81-C, 81-D, 81-E, 81-F, 81-G, 81-H, 81-J, 81-K, 81-L, da Lei Complementar Municipal nº. 072 de 16 de dezembro de 2013, e da outras providencias."

JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito do município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - A presente Lei, altera o art. 81 e acrescenta os **artigos 81-A, 81-B, 81-C, 81-D, 81-E, 81-F, 81-G, 81-H, 81-J, 81-K, 81-L** da Lei Complementar Municipal nº. 072 de 16 de dezembro de 2013, os quais passam a vigorar com as seguintes Redações:

(...)

Art. 81. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Curvelândia-MT.

Parágrafo único. A seleção para a função de Diretor Escolar será realizada a cada 2 (dois) anos, salvo, hipóteses em que o cargo venha a ficar vago.

Art. 81-A. A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

I - Inscrição;

II – Análise de títulos, que terá caráter classificatório;

III - Avaliação comportamental dos candidatos e destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando pelo menos, os seguintes componentes:

a) Visão sistêmica;

b) Senso ético;

c) Liderança;

d) Flexibilidade;

e) Comunicação;

f) Comprometimento;

IV- Entrevista individual com caráter classificatório entre os candidatos, em que serão checados os componentes do perfil supra mencionados.

Art. 81-B. Para desenvolver o Processo de Seleção de diretores, a Secretaria Municipal de Educação instituirá uma comissão formada por no mínimo 5 membros, sendo 02(dois) indicados pelo Conselho Municipal de Educação, 02(dois) indicados pelo CDCE Conselho Deliberativo Escolar e 01(um) indicado pela Secretaria Municipal de Educação, que conduzirão e acompanharão todo o processo.

Art. 81-C. A seleção reger-se-á por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.

Art. 81-D. Poderá participar do processo para provimento do cargo em comissão de diretor, preferencialmente os profissionais da educação efetivos da rede pública municipal que comprovem ter:

I – No mínimo 02(dois) anos de experiência em função de docência no Magistério;

II – Habilitação em Pedagogia, ou caso for de outra área do conhecimento ter no mínimo uma pós graduação em Educação;

III - Estar apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária;

IV - Comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação/Escola;

V - Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto em edital especifico;

VI - Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

VII - Não estar em processo de aposentadoria;

VIII - Não possuir outro vínculo, municipal, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função;

Art. 81-E. Na hipótese de inexistir habilitação específica por parte dos profissionais da educação efetivos da rede pública municipal, poderá ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal um diretor em caráter temporário, efetivo ou não, desde que atenda os critérios do artigo 81-A desta Lei, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mesmo período, desde que persista a inexistência de candidatos interessados que preencham os requisitos elencados anteriormente.

Art. 81-F. Uma vez listados os candidatos considerados aptos em processo seletivo, caberá ao prefeito Municipal a nomeação dos selecionados para os cargos vacantes, em conformidade com o interesse da administração.

Art. 81-G. No ato da posse, o diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Art. 81-H. A gestão escolar será acompanhada diretamente pelo Conselho Deliberativo da Unidade Escolar e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 81-I. Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são:

I - o cumprimento do plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

II - os indicadores de eficiência da escola;

III - os resultados de aprendizagem dos alunos;

IV - a lisura na gestão financeira;

V - o relacionamento com a comunidade escolar.

Art. 81-J. - A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Secretário Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supra mencionados.

Art. 81-K. Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção deverão constar em edital específico.

Art. 81-L. A eleição, as atribuições e os demais critérios para escolha de diretores não dispostos nesta Lei, poderão ser estabelecidos em Edital ou por Portaria expedida pelo Órgão Municipal de Educação.

(...)

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, 14 de Setembro de 2022.

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 288/2022

NOMEIA COORDENADOR GERAL DE FISCALIZAÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JADILSON ALVES DE SOUZA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear ARDOIL ANGELO PEREIRA, Matricula funcional 3007, ao cargo de COORDENADOR GERAL DE FISCALIZAÇÃO, com lotação na Secretaria municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 14 de setembro de 2022.

_____

JADILSON ALVES DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 164/2022 DE TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 164/2022
DE TERÇA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1469/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.203.613,00 (UM MILHAO E DUZENTOS E TRES MIL E SEISCENTOS E TREZE REAIS), nas dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SEMINFR**	
Cód. Reduzido	**97**	
001.15.122.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	78.000,00
Cód. Reduzido	**760**	
001.15.451.0100.10445	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000,00
Cód. Reduzido	**857**	
001.15.451.0100.10448	IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Cód. Reduzido	**632**	
001.15.452.0100.10451	INTERVENÇÃO, URBANIZAÇÃO E MELHORIA DE BAIRROS – PROJETO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.000,00
Cód. Reduzido	**98**	
001.15.452.0100.20246	PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VIC	
17590000000	RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.000,00
Cód. Reduzido	**100**	
001.15.452.0100.20246	PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VIC	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	206.000,00
	SUBTOTAL	**484.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido	**144**	
001.12.122.0002.20166	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	23.000,00
Cód. Reduzido	**155**	
001.12.361.0106.20207	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR.	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	94.000,00
Cód. Reduzido	**176**	
003.12.361.0118.20268	MANTER O CONVENIO COM TRANSPORTE ESCOLAR – SEDUC	
17590000701	RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	93.000,00
Cód. Reduzido	**177**	
003.12.361.0118.20268	MANTER O CONVENIO COM TRANSPORTE ESCOLAR – SEDUC	
15710000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	129.000,00
	SUBTOTAL	**339.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**366**	
001.10.122.0121.20275	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16.000,00
Cód. Reduzido	**456**	
001.10.302.0122.20292	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390330000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	7.000,00
	SUBTOTAL	**23.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CID**	
Cód. Reduzido	**496**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.954,00
Cód. Reduzido	**497**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.214,00
Cód. Reduzido	**504**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Cód. Reduzido	**516**	
002.08.243.0104.20178	MANUTENÇÃO COM A CASA DO MENOR PROJETO AMPARO A CRIANÇ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	7.400,00
	SUBTOTAL	**34.568,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER - SEMEL**	
Cód. Reduzido	**551**	
001.27.122.0002.20170	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORT	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Cód. Reduzido	**883**	
001.27.812.0099.20230	REFORMA, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00
	SUBTOTAL	**150.000,00**
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**885**	
001.04.122.0117.10455	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	54.000,00
	SUBTOTAL	**54.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**	
Cód. Reduzido	**840**	
001.04.121.0117.20264	ELABORAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DOS INSTRUMENTOS	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	70.000,00
Cód. Reduzido	**595**	
001.04.122.0002.20165	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	25.000,00
	SUBTOTAL	**95.000,00**
13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE - SEMCID**	
Cód. Reduzido	**833**	
001.04.122.0002.20171	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DA SECRETARIA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	10.000,00
Cód. Reduzido	**837**	
001.04.122.0002.20171	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DA SECRETARIA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**839**	
001.04.128.0002.20175	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS SECRETAR	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	7.000,00
Cód. Reduzido	**847**	
001.18.542.0109.20236	PREVENÇÃO E CONTROLE DE QUEIMADAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.045,00
	SUBTOTAL	**24.045,00**
	TOTAL	**1.203.613,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SEMINFR**	
Cód. Reduzido	**783**	
001.15.122.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Cód. Reduzido	**88**	
001.15.451.0100.10444	CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	44.000,00
Cód. Reduzido	**91**	
001.15.451.0100.10445	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	30.000,00
Cód. Reduzido	**102**	
001.15.451.0100.10445	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EQUIPAMENTOS PÚBLIC	
17000000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000,00
Cód. Reduzido	**83**	
001.15.451.0100.10448	IMPLANTAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
Cód. Reduzido	**86**	
001.15.452.0100.10451	INTERVENÇÃO, URBANIZAÇÃO E MELHORIA DE BAIRROS – PROJETO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
Cód. Reduzido	**108**	
001.15.452.0100.20247	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS MU	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Cód. Reduzido	**114**	
003.15.512.0100.20248	MANUTENÇÃO E INTERVENÇÃO NO SISTEMA DE DRENAGEM URBAN	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	105.000,00
	SUBTOTAL	**484.000,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	
Cód. Reduzido	**719**	
001.12.122.0002.20134	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	
15710000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	23.000,00
Cód. Reduzido	**181**	
004.12.365.0105.10111	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇAO INFANTIL/CREC	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	316.000,00
	SUBTOTAL	**339.000,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**313**	
001.10.301.0120.20284	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Cód. Reduzido	**283**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
Cód. Reduzido	**408**	
001.10.305.0123.20300	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	23.000,00
	SUBTOTAL	**123.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CID**	
Cód. Reduzido	**677**	
001.08.122.0002.20143	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO SINE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390140000	DIÁRIAS - CIVIL	1.500,00
Cód. Reduzido	**485**	
001.08.243.0104.20187	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO AABB COMUNIDADE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	454,00
Cód. Reduzido	**490**	
001.08.244.0104.20189	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (LEI Nº 1.196/2017)	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	20.000,00
Cód. Reduzido	**744**	
001.08.244.0104.20189	MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS (LEI Nº 1.196/2017)	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.949,00
Cód. Reduzido	**515**	
002.08.243.0104.20178	MANUTENÇÃO COM A CASA DO MENOR PROJETO AMPARO A CRIANÇ	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.423,00
Cód. Reduzido	**697**	
002.08.244.0104.20176	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUAS	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	217,00
Cód. Reduzido	**532**	
003.08.244.0104.20186	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR.	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	2.025,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

	SUBTOTAL	**34.568,00**
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**573**	
001.04.122.0002.10474	CONSTRUIR E IMPLANTAR O ARQUIVO CENTRAL DO MUNICÍPIO	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	14.000,00
Cód. Reduzido	**570**	
001.04.122.0117.10455	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	40.000,00
	SUBTOTAL	**54.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**	
Cód. Reduzido	**606**	
001.04.123.0117.20254	GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**605**	
001.04.123.0117.20254	GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
Cód. Reduzido	**604**	
001.04.128.0002.20174	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS SECRETAR	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**600**	
001.28.846.0113.20259	PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	100.000,00
	SUBTOTAL	**145.000,00**
13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE - SEMCID**	
Cód. Reduzido	**830**	
001.04.122.0002.20158	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PROPAGANDA SECRETARIA MUNIC	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.045,00
Cód. Reduzido	**836**	
001.04.122.0002.20171	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DA SECRETARIA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	22.000,00
	SUBTOTAL	**24.045,00**
	TOTAL	**1.203.613,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS DOIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.497/2022

Altera as Leis nº 1.447, de 02 de dezembro de 2021, e a nº 1.450, de 23 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

O Senhor **MANOEL LOUREIRO NETO**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 15 da **Lei nº 1.447, de 02 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:**

*"**Art. 15** Fica o Poder Executivo autorizado, em consonância com o inciso VI do art. 167 da Constituição Federal, a fazer transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada na Lei Orçamentária de 2022."*

Art. 2º O caput do art. 6º da Lei nº 1.450, de 23 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de R$ 77.287.962,00 (setenta e sete milhões duzentos e oitenta e sete mil novecentos e sessenta e dois reais), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total da Lei Orçamentária, de acordo com o disposto no art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 mediante recursos: (...)"*

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino /MT, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2022

Manoel Loureiro Neto, Prefeito do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL para supervisionar e acompanhar a realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, nomeada pela **Portaria Nº 359/2022**, 14 de junho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados, a **DIVULGAÇÃO DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2022,** conforme segue:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	RESPOSTA
18899	195	DIOGO MUNIZ DE OLIVEIRA	INDEFERIDO	SEGUE A ANÁLISE DO GABARITO: QUESTÃO 21 - CORRETA C, CANDIDATO ASSINALOU A; QUESTÃO 24 - CORRETA A, CANDIDATO ASSINALOU D. DIANTE DISSO SE MANTEM OS 03 ACERTOS, 15 PONTOS.
18834	22	MAIARA BON-DESPACHO PAPA	DEFERIDO	CORREÇÃO REALIZADA CONFORME OBSERVADO PELA CANDIDATA. NOTA-SE QUE A MATÉRIA DE CONHECIMENTOS GERAIS, TAMBEM SE ENCONTRAVA COM AS NOTAS EQUIVOCADAS E DEVERÁ SER CORRIGIDA DA MESMA FORMA.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE

Diamantino – MT, 14 de setembro de 2022.

Manoel Loureiro Neto PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 182/2022 DE SEGUNDA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 182/2022
DE SEGUNDA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1469/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 603.606,00 (SEISCENTOS E TRES MIL E SEISCENTOS E SEIS REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**22**	
001.04.122.0002.20144	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SEMINFR**	
Cód. Reduzido	**110**	
002.15.452.0100.20250	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA U	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	106.932,00
	SUBTOTAL	**106.932,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	
Cód. Reduzido	**141**	
001.12.122.0002.20166	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Cód. Reduzido	**139**	
001.12.122.0002.20166	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Cód. Reduzido	**735**	
001.12.122.0002.20166	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00
Cód. Reduzido	**151**	
001.12.361.0106.20199	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	120.000,00
Cód. Reduzido	**133**	
001.12.364.0106.20206	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA E DAS ATIVIDADES DA UAB.	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
	SUBTOTAL	**295.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CID**	
Cód. Reduzido	**497**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	1.174,00
Cód. Reduzido	**736**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**504**	
001.08.122.0002.20167	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA SECRETARIA MUNICIPA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	20.000,00
Cód. Reduzido	**868**	
001.08.243.0104.20180	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS E CREAS.	
26600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**695**	
002.08.243.0104.20180	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CRAS E CREAS.	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
Cód. Reduzido	**701**	
002.08.244.0104.20177	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUAS DOS BENEFICÁRIO DO BO	
16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.500,00
	SUBTOTAL	**56.674,00**
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**577**	
001.04.122.0002.20163	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	60.000,00
	SUBTOTAL	**60.000,00**
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO - SEMCULT**	
Cód. Reduzido	**807**	
001.13.392.0124.20302	PROMOÇÃO DA CULTURA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.000,00
	SUBTOTAL	**70.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

	TOTAL	**603.606,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**3**	
001.03.092.0117.20252	CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
04	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SEMINFR**	
Cód. Reduzido	**77**	
001.15.122.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.466,00
Cód. Reduzido	**724**	
001.15.122.0002.20164	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAE	
15010000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	26.466,00
Cód. Reduzido	**112**	
002.15.452.0100.20250	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA U	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	72.000,00
	SUBTOTAL	**106.932,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	
Cód. Reduzido	**719**	
001.12.122.0002.20134	CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	
15710000000	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
Cód. Reduzido	**134**	
001.12.366.0106.20200	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS DO EJA	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
Cód. Reduzido	**723**	
003.12.361.0118.20265	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE/PNAF/PN	
15520000000	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNA	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Cód. Reduzido	**858**	
004.12.365.0106.20314	FORNECIMENTO DE UNIFORMES E MATERIAL ESCOLAR - EDUCAÇÃO	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	170.000,00
	SUBTOTAL	**295.000,00**
07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CID**	
Cód. Reduzido	**702**	
002.08.244.0104.20177	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DO SUAS DOS BENEFICÁRIO DO BO	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

16600000000	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.674,00
	SUBTOTAL	**6.674,00**
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**572**	
001.04.122.0002.10474	CONSTRUIR E IMPLANTAR O ARQUIVO CENTRAL DO MUNICÍPIO	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Cód. Reduzido	**569**	
001.04.122.0002.20138	GESTÃO DE AQUISIÇÕES, PATRIMÔNIO E DOCUMENTOS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	60.000,00
Cód. Reduzido	**586**	
001.04.122.0117.10455	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
3390350000	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	90.000,00
	SUBTOTAL	**160.000,00**
10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ**	
Cód. Reduzido	**600**	
001.28.846.0113.20259	PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3390910000	SENTENÇAS JUDICIAIS	20.000,00
	SUBTOTAL	**20.000,00**
	TOTAL	**603.606,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 181/2022 DE SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2022

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

DECRETO Nº 181/2022
DE SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1469/2022, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante e **R$ 804.448,00** (OITOCENTOS E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS), nas dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
001.20.122.0002.20169 – MANUTENÇAO E ENCARGOS DA SECRETARIA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.0000000	42.411,00	01 - Superávit Financeiro

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
001.15.122.0002.20164 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.0000000	102.971,00	01 - Superávit Financeiro

001.15.452.0100.20246– PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.759.0000000	2.000,00	01 - Superávit Financeiro

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003.12.361.0118.20267 – MANTER O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.569.0000000	243.640,00	01 - Superávit Financeiro

003.12.361.0118.20268 – MANTER O CONVÊNIO C/ O TRANSPORTE ESCOLA - SEDUC

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.599.0000000	189.930,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.759.0000701	69.100,00	01 - Superávit Financeiro

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.122.0121.20275 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.1002000	41.300,00	01 - Superávit Financeiro

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

001.08.122.0002.20167 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.0000000	42.411,00	01 - Superávit Financeiro

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

001.27.122.0002.20170 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.0000000	42.411,00	01 - Superávit Financeiro

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

09– SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
001.04.122.0002.20163 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.500.0000000	28.274,00	01 - Superávit Financeiro

TOTAL 804.448,00

Art. 2º - Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso I, da Lei Federal n° 4.320/64 – O **Superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1469/22, art.2°. e incisos, tendo como superávit as fontes de recursos destacadas acima:

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 19 de agosto de 2022.

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 178/2022 DE QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2022



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

DECRETO Nº 178/2022
DE QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal nº 1493/2022, e em consonância com a lei Federal 4320/64

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO – MT, CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante e **R$ 6.804.461,08** (SEIS MILHOES E OITOCENTOS E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS), nas dotações orçamentárias a seguir:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
001.10.301.0120.20284 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000600	32.000,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.301.0120.20285 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	2.600.0000600	458.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	2.621.0000600	280.068,66	01 - Superávit Financeiro

001.10.301.0120.20286 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DA SAÚDE FAMILIA ESF

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	2.600.0000600	781.095,00	01 - Superávit Financeiro
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL	2.621.0000600	250.766,34	01 - Superávit Financeiro

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.621.0000600	200.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.621.0000600	378.000,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.302.0122.20289 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	2.600.0000604	35.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000604	256.950,36	01 - Superávit Financeiro

001.10.302.0122.20290 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO - UDR

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOA CIVIL	2.600.0000604	307.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000604	60.000,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.302.0122.20291 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOA CIVIL	2.600.0000604	173.477,76	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000604	90.000,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.302.0122.20292 – MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOA CIVIL	2.600.0000604	577.571,88	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.600.0000604	45.605,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000604	300.000,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.302.0122.20294 – MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.600.0000604	80.000,00	01 - Superávit Financeiro

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

001.10.302.0122.20296 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAE E AMBUL. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.621.0000604	582.217,89	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.91.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.621.0000604	1.462.226,08	01 - Superávit Financeiro

001.10.303.0119.20297 – MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA	2.621.0000602	131.264,39	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA	2.600.0000602	58.700,00	01 - Superávit Financeiro

001.10.305.0123.20299 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO TRABALHADOR

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOA CIVIL	2.600.0000000	160.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.621.0000000	16.517,72	01 - Superávit Financeiro

001.10.305.0123.20300 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

Dotação		Fonte de Recurso	Valor	Tipo de Recursos
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.600.0000000	40.000,00	01 - Superávit Financeiro
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA	2.600.0000000	48.000,00	01 - Superávit Financeiro

TOTAL 6.804.461,08

Art. 2º - Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o Artigo 43, parágrafo 1º.inciso **I**, da Lei Federal n° 4.320/64 – O **Superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, de acordo com o autorizado na Lei Municipal 1469/22, art.2°. e incisos, tendo como superávit as fontes de recursos destacadas acima:

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de DIAMANTINO

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino, 17 de agosto de 2022.

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 177/2022 DE QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 177/2022
DE QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR QUE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1492/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, até o montante de R$ 4.481.905,87 (QUATRO MILHOES E QUATROCENTOS E OITENTA E UM MIL E NOVECENTOS E CINCO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**410**	
001.10.122.0121.10462	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ GEST	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Cód. Reduzido	**419**	
001.10.301.0120.10464	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE P/ ATEN	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100.000,00
Cód. Reduzido	**307**	
001.10.301.0120.20284	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
16000000600	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	180.000,00
Cód. Reduzido	**639**	
001.10.301.0120.20284	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	840.000,00
Cód. Reduzido	**303**	
001.10.301.0120.20284	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Cód. Reduzido	**416**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	718.905,00
Cód. Reduzido	**730**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
16000000600	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	1.545.832,87
Cód. Reduzido	**244**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	805.630,00
Cód. Reduzido	**450**	
001.10.302.0122.20292	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	32.958,00
Cód. Reduzido	**390**	
001.10.302.0122.20296	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS HOSPITALAR E AMBUL. DE MÉDIA E A	
16210000604	TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	58.580,00
	SUBTOTAL	**4.481.905,87**
	TOTAL	**4.481.905,87**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**853**	
001.10.122.0121.20275	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	
26000000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	2.635.000,00
Cód. Reduzido	**352**	
001.10.122.0121.20279	MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00
Cód. Reduzido	**792**	
001.10.301.0120.10463	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
26000000000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	749.737,87
Cód. Reduzido	**331**	
001.10.301.0120.10465	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO MEDICAMENTO EM CA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390320000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	103.125,00
Cód. Reduzido	**330**	
001.10.301.0120.10465	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO MEDICAMENTO EM CA	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	50.000,00
Cód. Reduzido	**320**	
001.10.301.0120.20283	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	82.970,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido	**319**	
001.10.301.0120.20283	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**318**	
001.10.301.0120.20283	PROMOÇÃO DE CAMPANHAS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	39.020,00
Cód. Reduzido	**294**	
001.10.301.0120.20285	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	100.000,00
Cód. Reduzido	**287**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	44.000,00
Cód. Reduzido	**264**	
001.10.301.0120.20287	REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES DE ATENÇÃ	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	8.405,00
Cód. Reduzido	**263**	
001.10.301.0120.20287	REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES DE ATENÇÃ	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**251**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	29.000,00
Cód. Reduzido	**250**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	240.000,00
Cód. Reduzido	**249**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	77.000,00
Cód. Reduzido	**245**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	48.500,00
Cód. Reduzido	**642**	
001.10.302.0122.20292	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	
16210000604	TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	50.000,00
Cód. Reduzido	**434**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16000000000 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO
3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 1.000,00
Cód. Reduzido 447
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE
3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00
Cód. Reduzido 731
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ
3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 24.000,00
Cód. Reduzido 433
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16000000000 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO
3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 1.958,00
Cód. Reduzido 732
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16000000600 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ
3390300000 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
Cód. Reduzido 431
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16000000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BL. ATENÇÃO DE MÉ
3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 1.000,00
Cód. Reduzido 436
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL
3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 6.000,00
Cód. Reduzido 440
001.10.302.0122.20293 MANUTENÇÃO DA AGÊNCIA TRANSFUSIONAL - AT
15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE
3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 3.000,00
Cód. Reduzido 202
001.10.302.0122.20294 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL
16210000604 TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL
3390140000 DIÁRIAS - CIVIL 2.580,00
Cód. Reduzido 645
001.10.303.0119.20297 MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL
15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE
3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00
Cód. Reduzido 401
001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS
15001002000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE
3190040000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 24.500,00
Cód. Reduzido 407
001.10.305.0123.20300 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	19.110,00
SUBTOTAL		**4.481.905,87**
TOTAL		**4.481.905,87**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 176/2022 DE TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 176/2022
DE TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1469/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 1.726.950,00 (UM MILHAO E SETECENTOS E VINTE E SEIS MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS), nas dotações orçamentárias:

02	**GABINETE DO PREFEITO**	
Cód. Reduzido	**18**	
001.04.122.0002.20160	REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ENCARG	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.000,00
	SUBTOTAL	**15.000,00**
03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA - SEMAGRI**	
Cód. Reduzido	**65**	
001.20.122.0002.20145	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21.600,00
	SUBTOTAL	**21.600,00**
05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	
Cód. Reduzido	**147**	
001.12.361.0002.20172	REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA SECRETARIA MU	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	357.200,00
Cód. Reduzido	**148**	
001.12.361.0002.20172	REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA SECRETARIA MU	
15001001000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	177.000,00
Cód. Reduzido	**168**	
002.12.361.0106.20218	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	
15400000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	62.000,00
Cód. Reduzido	**159**	
002.12.365.0106.20220	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

15401070000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	448.550,00
Cód. Reduzido	**161**	
002.12.365.0106.20220	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	
15401070000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	92.800,00
	SUBTOTAL	**1.137.550,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**417**	
001.10.122.0121.20275	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	161.700,00
Cód. Reduzido	**302**	
001.10.301.0120.20285	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE AGENTES C	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	37.800,00
Cód. Reduzido	**285**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	101.000,00
Cód. Reduzido	**233**	
001.10.302.0122.20290	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	14.500,00
Cód. Reduzido	**453**	
001.10.302.0122.20292	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	157.300,00
Cód. Reduzido	**429**	
001.10.302.0122.20294	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	28.100,00
Cód. Reduzido	**646**	
001.10.303.0119.20297	MANUTENÇÃO FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	14.000,00
Cód. Reduzido	**343**	
001.10.305.0123.20299	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190130000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.300,00
Cód. Reduzido	**402**	
001.10.305.0123.20300	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	35.800,00
	SUBTOTAL	**551.500,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E CIDADE - SEMCID**	
Cód. Reduzido	**831**	
001.04.122.0002.20162	REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E ENCARG	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	1.300,00
	SUBTOTAL	**1.300,00**
	TOTAL	**1.726.950,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**	
Cód. Reduzido	**132**	
001.12.361.0106.20211	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL	
15750000000	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃ	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.800,00
Cód. Reduzido	**156**	
002.12.361.0106.20218	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	
15400000000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	428.700,00
Cód. Reduzido	**160**	
002.12.365.0106.20219	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	
15401070000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	140.000,00
Cód. Reduzido	**162**	
002.12.365.0106.20221	REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS E ENCARGOS SOCIAIS	
15401070000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - APLICAÇÃO N	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	200.000,00
	SUBTOTAL	**804.500,00**
06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMSA**	
Cód. Reduzido	**349**	
001.10.122.0121.20280	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO COVID-19	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.500,00
Cód. Reduzido	**339**	
001.10.122.0121.20280	ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DO COVID-19	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500,00
Cód. Reduzido	**323**	
001.10.301.0120.20281	REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
16000000600	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00
Cód. Reduzido	**322**	
001.10.301.0120.20281	REFORMA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	
16000000600	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO ATENÇÃO BÁ	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	10.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

Cód. Reduzido	**311**	
001.10.301.0120.20284	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**272**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	17.200,00
Cód. Reduzido	**277**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
16210000600	TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	30.000,00
Cód. Reduzido	**284**	
001.10.301.0120.20286	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	10.500,00
Cód. Reduzido	**260**	
001.10.302.0122.10468	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIAMANTINO	
16010000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOC	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.500,00
Cód. Reduzido	**261**	
001.10.302.0122.10468	CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIAMANTINO	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	175.300,00
Cód. Reduzido	**254**	
001.10.302.0122.20288	REFORMA DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	11.850,00
Cód. Reduzido	**240**	
001.10.302.0122.20289	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
16000000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	30.000,00
Cód. Reduzido	**226**	
001.10.302.0122.20290	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITAÇÃO -	
16210000000	TRANSFERÊNCIAS FAF DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	
3190040000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	19.000,00
Cód. Reduzido	**214**	
001.10.302.0122.20291	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	185.000,00
Cód. Reduzido	**208**	
001.10.302.0122.20291	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390360000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
Cód. Reduzido	**711**	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

001.10.302.0122.20291	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS	
16310000000	TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E CONGÊNERES VINCU	
4490510000	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000,00
Cód. Reduzido	**457**	
001.10.302.0122.20292	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
Cód. Reduzido	**427**	
001.10.302.0122.20294	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190940000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	5.000,00
Cód. Reduzido	**398**	
001.10.305.0123.20299	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, AMBIENTAL E DO	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
Cód. Reduzido	**650**	
001.10.305.0123.20300	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE DST E AIDS	
15001002000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - SAÚDE	
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS ¿ PESSOAL CIVIL	23.100,00
	SUBTOTAL	**922.450,00**
	TOTAL	**1.726.950,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

_____

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 170/2022 DE QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 170/2022
DE QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito(a) Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1485/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**884**	
001.04.122.0002.20163	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN	
15000000000	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	
3350410000	CONTRIBUIÇÕES	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD**	
Cód. Reduzido	**574**	
001.04.122.0002.10475	CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL	
17110000804	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEIT	
4490520000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
	SUBTOTAL	**50.000,00**
	TOTAL	**50.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO MT
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

DECRETO Nº 167/2022 DE QUARTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 167/2022
DE QUARTA-FEIRA, 3 DE AGOSTO DE 2022

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de DIAMANTINO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suasatribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1.469/2022, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de DIAMANTINO - MT, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, até o montante de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), nas dotações orçamentárias:

01	**CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**	
Cód. Reduzido	**6**	
001.01.031.0001.10005	ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES E EVENTOS	
15000000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390310000	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORT	5.000,00
Cód. Reduzido	**7**	
001.01.031.0001.10005	ORGANIZAÇÃO DE SESSÕES E EVENTOS	
15000000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390390000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA	5.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**10.000,00**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

01	**CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**	
Cód. Reduzido	**24**	
001.01.031.0001.20001	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO PODER LEGISLATIVO	
15000000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	
3390460000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**10.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO(A) DIAMANTINO - MT.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

Manoel Loureiro Neto
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 197/2022

Homologa o resultado final e demais publicações pertinentes ao Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022 da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT, e dá outras providências.

O prefeito municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Dr. Manoel Loureiro Neto, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, decreta:

Art.1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022.

Parágrafo único: as convocações serão realizadas obedecidas rigorosamente à ordem de classificação, de acordo com as necessidades das secretarias demandantes.

Art.2º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Diamantino, 15 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2022

Manoel Loureiro Neto, Prefeito do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL para supervisionar e acompanhar a realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, nomeada pela **Portaria Nº 359/2022**, 14 de junho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados, **PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2022,** conforme segue:

001 - 001 - MOTORISTA – CATEGORIA "B" - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**	
80	JOEMIR FERREIRA LEMES	24	8	10	35	77	1º	Aprovado	
24	STEPHANIE ROMÃO SANTOS	30	8	8	30	76	2º	Aprovado	
139	JOÃO ALVES DA COSTA FILHO	24	6	10	35	75	3º	Aprovado	
37	DANIEL BELINI	27	10	8	30	75	4º	Aprovado	
107	EUZÉBIO DOS SANTOS OJEDA	27	8	8	30	73	5º	Aprovado	
106	ALEX SANTANA ALMEIDA DE OLIVEIRA	27	8	8	30	73	6º	Aprovado	
144	EMERSON CAMPOS DE OLIVEIRA	24	8	10	30	72	7º	Classificado	
133	THALES DURÃES DE LIMA	30	10	6	25	71	8º	Classificado	
42	ELAINE APARECIDA CORREIA CONCEIÇÃO	24	6	10	30	70	9º	Classificado	
5	DIEGO PHELLIPE DA SILVA SANTANA	27	8	10	25	70	10º	Classificado	
169	WENDERVALDO DE OLIVEIRA SANTOS	27	8	8	25	68	11º	Classificado	
147	EDSON PEDROZA	24	2	6	35	67	12º	Classificado	
180	LUCAS FELLYPE CARDOSO DE ALMEIDA	24	10	6	25	65	13º	Classificado	
110	ANDERSON AMARAL	24	8	2	30	64	14º	Classificado	
140	LEANDRO DO NASCIMENTO	21	4	8	30	63	15º	Classificado	
2	ALISSON BARROS DE OLIVEIRA	21	6	10	25	62	16º	Classificado	
152	GUSTAVO EXPEDITO SEMENZIM	24	2	10	25	61	17º	Classificado	
191	ARTUR FELIPE DA CRUZ HAAS	27	8	6	20	61	18º	Classificado	
189	JOSÉ ATAIR ARAÚJO DE OLIVEIRA	21	6	8	25	60	19º	Classificado	
6	DULCILENE BARBOSA DA SILVA	24	6	10	20	60	20º	Classificado	
18	GEOVANE RICARDO SILVA ROCHA JÚNIOR	24	6	10	20	60	21º	Classificado	
39	THAIS SANTOS DA CUNHA	21	6	8	25	60	22º	Classificado	
30	JEFFERSON RODRIGUES DE LIMA	24	4	6	25	59	23º	Classificado	
89	HIGINO ANTUNES NETO	24	2	6	25	57	24º	Classificado	
185	VICTOR GABRIEL CRUZ DE ALMEIDA	27	8	2	20	57	25º	Classificado	
195	DIOGO MUNIZ DE OLIVEIRA	27	6	8	15	56	26º	Classificado	
11	BRUNO ALVES GOMES RIBEIRO	24	6	8	15	53	27º	Classificado	
71	ANTONIO CARLOS COUTINHO TOLEDO	24	6	8	15	53	28º	Classificado	
112	MARIZA COSTA DE ALENCAR	21	2	8	20	51	29º	Classificado	
154	BRUNO MARQUES MARTINS	24	4	8	15	51	30º	Classificado	
70	JOSEMAR ALEXANDRE DA SILVA MARTINS	21	8	6	15	50	31º	Classificado	
148	ERIKY FRANÇA GODOI ALVES	18	6	4	20	48	32º	Classificado	
116	VALDIRENE MAXIMIANO PEDROSO	9	6	6	25	46	33º	Classificado	
136	JOCELINO SILVA FRANÇA	18	2	8	15	43	34º	Classificado	
69	ROBERTO DA SILVA	15	0	8	20	43	35º	Classificado	
7	ELTON OTTON PEREIRA DE SOUZA	12	0	4	25	41	36º	Classificado	
25	GONÇALINA MARIA XAVIER	24	4	2	10	40	37º	Classificado	
98	WANDERSON LUIZ ALMEIDA DO NASCIMENTO	12	4	4	5	25	-	Eliminado	
59	JOSIMAR DA LUZ	-	-	-	-	-	-	Ausente	
151	ADEMILSON TEODORO DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
8	MARCELO DE ANDRADE E SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
72	ROBERTO CESAR DA SILVA BARROS	-	-	-	-	-	-	Ausente	
118	GERVANDRO PEREIRA DE SOUSA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
65	JERREADRIANE SOARES AMORIM	-	-	-	-	-	-	Ausente	
158	ADILSON SALES COSTA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
38	ELCIO PEREIRA DA CRUZ	-	-	-	-	-	-	Ausente	
129	MARCOS VARELA ARAÚJO DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
128	SILVANO DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
21	JOSIANE PEDROSA DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
167	JOSIMAR GOMES BATISTA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
60	LUIZ HENRIQUE JACASENO REGIS	-	-	-	-	-	-	Ausente	
157	TULIO VINICIUS PEREIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
176	DIEGO NASCIMENTO XAVIER	-	-	-	-	-	-	Ausente	
1	LUAN SANTANA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
4	GABRIEL SOARES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	

162	PAULO GABRIEL DE FRANCA AGUIAR	-	-	-	-	-	-	Ausente	
187	RENER NEVES MARCILIO	-	-	-	-	-	-	Ausente	
168	KAIO CARMO DE SOUSA	-	-	-	-	-	-	Ausente	
002 - 002 - MOTORISTA – CATEGORIA "D" - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**PTC**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
44	MARCO VINICIUS DE OLIVEIRA SANTOS	27	8	10	25	100	170	1º	Aprovado
138	ANDRÉ LUIZ PEDROSO WONSOSKI	24	4	8	25	93	154	2º	Classificado
188	MARCOS FERREIRA PERES	18	2	8	20	93	141	3º	Classificado
134	ARCIDES PEREIRA DA SILVA	9	6	6	10	100	131	4º	Classificado
174	JUCIMAR RAMIRO DE ALMEIDA	15	6	6	15	86	128	5º	Classificado
17	ALININO MANOEL DE ALMEIDA	9	0	6	10	100	125	-	Eliminado
109	BENUTE FARIA DA SIVA	9	0	0	0	86	95	-	Eliminado
175	ELIAS BALBINO DE FRANÇA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
32	ERIKSON HENRIQUE PEREIRA LOPES TELLES	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
003 - 003 - MOTORISTA DE VEÍCULO PESADO – CATEGORIA "E" - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**PTC**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
50	DEJAIR DA SILVA BARROS	24	8	8	30	100	170	1º	Aprovado
119	ALICIO HOMERO CAMPOS	27	10	8	25	100	170	2º	Classificado
58	ADRIANO MAKOSKI ANDRETTA	21	8	8	20	93	150	3º	Classificado
104	JOSIAS SILVA QUERINO	24	4	8	20	85	141	4º	Classificado
192	JAMIL DE ALMEIDA	12	6	6	20	86	130	5º	Classificado
68	APARÍCIO VALERIANO DE SIQUEIRA FILHO	15	2	6	5	100	128	-	Eliminado
49	JOSE VALTER BATISTA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
56	ANDRÉ DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
004 - 004 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**PTC**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
108	ANDERSON PAIXÃO SILVA DE JESUS	24	6	6	30	100	166	1º	Aprovado
145	IVAN MACEDO DE SANTANA	24	2	8	25	100	159	2º	Classificado
53	EVERALDO MENDES PEDROSO	21	0	6	30	100	157	3º	Classificado
005 - 005 - OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**CESP**	**PTC**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
173	VALDECY DE ALMEIDA CHAGAS	15	10	2	25	100	152	1º	Aprovado
006 - 006 - ASSISTENTE SOCIAL - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGE**	**INF**	**CESP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
15	VERONICA REGINA XAVIER	15	4	8	12	30	69	1º	Aprovado
93	KARINE LIMA MOREIRA	9	4	8	12	35	68	2º	Classificado
76	SERGIO MENEGHETTI	6	8	10	9	30	63	3º	Classificado
46	ANA LUZIA DA SILVA LIMA	3	8	10	6	35	62	4º	Classificado
12	SIMONE DO PRADO MARTINS	6	6	6	9	35	62	5º	Classificado
155	RENATA MODESTO SOARES	6	6	10	9	30	61	6º	Classificado
177	ANNADÉLIA SANTANA LESSA	6	6	10	9	25	56	7º	Classificado
164	SARA ORIBES BARBOSA AZEVEDO	6	4	8	9	20	47	8º	Classificado
96	TATIANE DA COSTA SILVA	6	2	8	6	15	37	9º	Classificado
141	OLGA SANCHE LESMO	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
34	IZAINE ARAUJO DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
86	MARIA EDUARDA LANGUIDEY PEREIRA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
007 - 007 - FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - DIAMANTINO									
INSCRIÇÃO	**NOME**	**POR**	**MAT**	**CGER**	**INF**	**CESP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**	**RESULTADO**
115	CAROL RODRIGUES SILVA	12	8	10	15	45	90	1º	Aprovado
55	JORDANE GOMES OLIVEIRA	12	8	8	15	40	83	2º	Classificado
73	AMANDA PALMIERI	15	8	10	15	30	78	3º	Classificado
135	JUAN PABLO BARBOSA BANDEIRA	12	10	4	6	45	77	4º	Classificado
22	MAIARA BONDESPACHO PAPA	9	10	6	12	40	77	5º	Classificado
31	FRANCIELE DA CRUZ CASTRO	12	6	10	9	30	67	6º	Classificado
156	BRUNO SANTOS DA SILVA	6	10	8	12	30	66	7º	Classificado
54	GISELLE CAMARGO DIZERÉ RAGÉTELES	6	10	8	15	25	64	8º	Classificado
149	EMILLE FERNANDA DIAS	12	6	8	12	25	63	9º	Classificado
165	MAIARA SCHUNEMANN MENDES	9	8	6	9	30	62	10º	Classificado
3	JENIFFER RENATA DE ALMEIDA AMORIM	6	8	6	12	30	62	11º	Classificado
84	EDUARDA XAVIER DA SILVA	9	2	8	12	30	61	12º	Classificado
166	ANDERSON VASCONCELOS DARE	3	6	2	12	35	58	13º	Classificado
97	FABIANA DE ARAUJO SILVA	15	4	6	3	30	58	14º	Classificado
153	AMABILY VICTORIA NASCIMENTO LIMA	6	8	8	6	30	58	15º	Classificado
79	JHADSON SILVA VILELA	6	6	10	9	25	56	16º	Classificado
43	JACKSON DA SILVA AZEVEDO	9	2	4	9	30	54	17º	Classificado
77	GISLAINE DA SILVA FARIA	9	4	2	0	35	50	18º	Classificado
66	JOAO SALGADO DE OLIVEIRA JUNIOR	3	4	10	12	20	49	19º	Classificado
172	BIANCA SOARES ZANUZO	6	8	6	3	25	48	20º	Classificado
35	MARISTELA ANDREANI BUENO	0	6	8	9	20	43	21º	Classificado
19	ALESSANDRA MESSIAS DA COSTA	6	6	8	3	20	43	22º	Classificado
10	DIVANEIDE MACEDO SILVA	9	4	6	3	15	37	23º	Classificado
52	CLEONICE TRANQUILINO DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
94	VANILDE RIBEIRO FERREIRA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
81	FABRICIO CARVALHO	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
26	WILLY ALVES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
40	HUGO ASSUNÇÃO CAPISTRANO	-	-	-	-	-	-	-	Ausente

132	JULIETI FRANCISCA BARBOSA DE COUTO	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
62	DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
51	NEMURA DA SILVA MORAES	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
83	WESLLEY ANDRADE E SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
47	MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREITAS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
20	YAGO JERÔNIMO SOARES OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
163	JOÃO PAULO DA SILVA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
99	IASMIN ARRUDA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
183	MARIA CLARA GRISOLIA DE ASSIS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente
184	ANA FLAVIA LIMA DE ARRUDA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE

Diamantino – MT, 14 de setembro de 2022.

Manoel Loureiro Neto

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 07/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA DO PROJETO DE LEI DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2023

Dispõe sobre a publicidade da Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2023.

A Prefeitura Municipal de Diamantino, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda,no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a toda população e as entidades representativas do Município que:

Considerando que o artigo 48, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, como um dos instrumentos para assegurar a transparência na gestão fiscal, incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar Audiência Pública on-line e presencial para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023, no dia 23 de setembro de 2022, às 14:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Diamantino-MT.

Art. 2º A audiência pública será transmitida de forma on-line pelo Youtube e Facebook nos canais da Prefeitura Municipal de Diamantino.

- Youtube: https://www.youtube.com/channel/UCTQhTw2J_CvXdJD9Lc1RzWQ.

- Facebook: https://www.facebook.com/prefeituradiamantinomt/.

Art. 3º O link de acesso para os participantes do evento que desejarem fazer uso da palavra será disponibilizado durante a transmissão ao vivo e o espaço estará aberto ao debate.

Art. 4º. As contribuições serão analisadas e, se forem pertinentes, serão incorporadas ao Projeto de Lei.

Art. 5º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino-MT, 14 de setembro de 2022.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 193/2022

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT NOS DIAS 15, 16, E 19 DE SETEMBRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO, SR. MANOEL LOUREIRO NETO, PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO a necessidade da adequação do horário de expediente dos servidores e empregados públicos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, com o fim de otimizar a prestação dos serviços públicos, em decorrência da AGRODIAMANTINO 2022;

DECRETA:

Art. 1º. O horário do expediente ao público nos órgãos e entidades da administração

Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, **nos dias 15, 16 e 19 de setembro de 2022, será das 12h00m às 18h00m.**

Art. 2º. Caberá a cada Secretaria, juntamente com a Secretaria de Administração, regulamentar os horários das situações excepcionais, e serviços essenciais para o referido período, **EXCETO a Secretaria Municipal de Educação.**

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino-MT, 14 de setembro de 2022.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2022

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT, torna público que o Pregão Presencial n° 025/2022, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA DO TIPO LIMPA FOSSA PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT.**

Considerando que o pregoeiro abriu a sessão no dia **14/09/2022, às 07:30 horas,** a qual, pela inexistência de proposta, foi encerrada, também, por caracterizar-se **"LICITAÇÃO DESERTA**", não houve nenhum licitante participante do certame, ficando assim deserta.

Informamos ainda, que será reaberta a sessão do pregão em epigrafe para o dia **27/09/2022 às 08:00 horas** na sala de licitação da Prefeitura de Diamantino/MT. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 14 de setembro de 2022.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 531/2022

PORTARIA Nº 531/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **LEANDRO MONTEIRO DA SILVA,** portador do RG nº 1860790-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 019.820.931-29, como **Fiscal do Contrato nº 104/2022**, cujo OBJETO é: **Dispensa de licitação para contratação de empresa especializada na execução de serviço de escavação manual em material de origem rochosa (pedras) a ser executado na rua Joao Pessoa com a Rua Francisca t. Da Silva, ambas no Jardim Guaraná.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 530/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **PEDRO DE ALMEIDA CALVO,** brasileiro, casado, portador do RG sob nº 2193180-1 SSP/MT e CPF sob nº **005.043.091-29**, como Fiscal do Contrato **nº 112/2022 -** cujo OBJETO é: **Contratação de empresa para prestação de serviço técnico especializado consistente com o apoio em estudos, avaliações, assessoria e consultoria as áreas de planejamento, orçamento e gestão de Prefeitura Municipal de Diamantino-MT.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 529/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor**FLAVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA,** portador do RG nº 2507581-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 062.401.751-61, como **Fiscal de** Contrato **nº 118/2022,** cujo OBJETO é: **Concessão de exploração comercial do serviço de bar, lanchonete, brinquedos, ambulantes, espaço para baile e camarotes para o evento em comemoração dos 294 anos do município de Diamantino com a realização do evento "agrodiamantino"**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 528/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor**FLAVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA,** portador do RG nº 2507581-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 062.401.751-61, como **Fiscal de** Contrato **nº 117/2022,** cujo OBJETO é: **Concessão de exploração comercial do serviço de bar, lanchonete, brinquedos, ambulantes, espaço para baile e camarotes para o evento em comemoração dos 294 anos do Município de Diamantino com a realização do evento "agroiamantinO".**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 527/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor**FLAVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA,** portador do RG nº 2507581-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 062.401.751-61, como **Fiscal de** Contrato **nº 116/2022,** cujo OBJETO é: **Chamamento público para concessão de exploração comercial do serviço de bar, lanchonete, brinquedos, ambulantes, espaço para baile e camarotes para o evento em comemoração dos 294 anos do Município de Diamantino com a realização do evento "agrodiamantino"".**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 526/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor**FLAVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA,** portador do RG nº 2507581-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 062.401.751-61, como **Fiscal de** Contrato **nº 115/2022,** cujo OBJETO é: **Chamamento público para concessão de exploração comercial do serviço de bar, lanchonete, brinquedos, ambulantes, espaço para baile e camarotes para o evento em comemoração dos 294 anos do Município de Diamantino com a realização do evento "agrodiamantino".**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 525/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor**FLAVIO VINICIUS DA SILVA SOUZA,** portador do RG nº 2507581-0 SSP/MT, inscrito no CPF nº 062.401.751-61, como **Fiscal de** Contrato **nº 108/2022,** cujo OBJETO é: **O presente termo de referência tem como objeto a contratação de empresa de locação, marketing e empreendimentos para atender a prefeitura Municipal de Diamantino que estará realizando nos dias 14/15/16/17 e 18 de setembro de 2022 a realização do evento "agrodiamantino" em comemoração aos 294 anos.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 14 de setembro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EDITAL N.º 06/2022

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2022 (RGF)

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000; tornam público que realizarão **AUDIÊNCIA PÚBLICA** paraavaliação do cumprimento das metas fiscais do Segundo Quadrimestre do exercício de 2022 conforme informações apuradas no RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no RGF – Relatório de Gestão Fiscal.

A audiência ocorrerá na quinta-feira, **28 de setembro de 2022 às 16h00-min** no Plenário da Câmara Municipal, e haverá transmissão ao vivo na Página do *Facebook:* Câmara Municipal de Diamantino-MT e no Canal do *Youtube*: Câmara Municipal de Diamantino.

Após a realização da audiência, os relatórios contábeis e financeiros ficaram a disposição no site ***www.diamantino.mt.gov.br,*** no link **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA e afixado no Mural da Prefeitura Municipal** bem como publicado em **jornal de grande circulação (AMM),** para apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade.

Diamantino — MT, 13 de setembro de 2022.

_____

MANOEL LOUREIRO NETO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2022

CONTRATADA:SC LEOBET LTDA, CNPJ 41.393.376/0001-90

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, **de forma parcelada,** para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR:R$ 80.189,00 (Oitenta Mil e Cento e Oitenta e Nove Reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 47/2022

CONTRATADA: EDILSON COELHO PINHEIRO CNPJ: 01.012.5577/0001-86

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 143.402,00 (cento e quarenta e três mil, quatrocentos e dois reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 68/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 68/2022

CONTRATADA: PEDRO JUNIOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA CNPJ 45.586.485/0001-85 adjudicado,

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de COMBUSTÍVEIS, COM TANQUES E BOMBAS DISPONIBILIZADOS NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO - MT, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 1.941.000,00

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 46/2022

CONTRATADA: RONIVAN ROSSONI LTDA, CNPJ: 19.909.006/0001-04

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secreta-

ria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2022

CONTRATADA: BARÃO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ: 34.301.285/0001-12

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 8.000,00 (oito mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 48/2022

CONTRATADA: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 02.520.829/0001-40

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 174.469,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI COMPLEMENTAR N.º 022 /2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

ALTERA O ARTIGO 74 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 014/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - O Artigo 74 da Lei complementar n.º 014/2015 passa a ter a seguinte redação:

Art. 74 - A função de diretor será exercida por integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação Básica da rede municipal por meio de Processo de Seleção.

§ 1º - O processo de Seleção, as atribuições e demais critérios para exercer a função de diretores de que trata este artigo serão estabelecidos em Decreto específico.

§ 2º - Os integrantes da Carreira dos Profissionais da Educação Básica aprovados no processo de seleção para exercer a função de direção das unidades escolares, serão posteriormente nomeados pelo prefeito municipal.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de setembro de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito *Municipal*

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 49/2022

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI CNPJ 25.279.552/0001-01

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 8.147,40

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 50/2022

CONTRATADA: DOCTORMED EQUIPAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ 13.169.056/0001-16

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 25.691,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 51/2022

CONTRATADA: LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 19.391.064/0001-99

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações,

quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 56.614,00,

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 52/2022

CONTRATADA: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CNPJ 35.250.918/0001-73

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 31.260,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 66/2022

CONTRATADA: GUIMARAES AGRICOLA LTDA CNPJ 01.042.977/0001-34

OBJETO A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual “UM TRATOR AGRÍCOLA, ZERO KM, SOB RODAS, TRAÇÃO 4X4”, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 214.997,00

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 53/2022

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA CNPJ 67.729.178/0004-91

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 111.666,20

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 54/2022

CONTRATADA: SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI CNPJ 06.065.614/0001-38

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 34.126,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 55/2022

CONTRATADA: HM CIRURGICA LTDA CNPJ 30.981.531/0001-73

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 29.520,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 56/2022

CONTRATADA: FLYMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 25.034.906/0001-58

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 21.260,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 57/2022

CONTRATADA: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 28.418.133/0001-00

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações,

quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 11.121,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 030/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 030/2022

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o PREFEITO MUNICIPAL, abaixo assinado, **HOMOLOGA,** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: Registro de preços para futura e eventual "UM TRATOR AGRÍCOLA, ZERO KM, SOB RODAS, TRAÇÃO 4X4", conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

Fornecedor: GUIMARAES AGRICOLA LTDA - 01.042.977/0001-34, total adjudicado, R$ 214.997,00.

Nos termos do Parecer Jurídico, **HOMOLOGO,** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Dom Aquino-MT, 14 de setembro de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 58/2022

CONTRATADA: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 20.590.555/0001-48

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 66.149,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 59/2022

CONTRATADA: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 28.093.678/0001-85

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 24.090,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 60/2022

CONTRATADA: SUPERA MED HOSPITALAR EIRELI CNPJ 34.921.773/0001-22

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 23.100,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 027/2022

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o PREFEITO MUNICIPAL, abaixo assinado, **HOMOLOGA,** nos termos do Inciso VI do Art. 13 do Decreto nº 10.024/2019, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **R***egistro de preços para futura e eventual aquisição de COMBUSTÍVEIS, COM TANQUES E BOMBAS DISPONIBILIZADOS NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO - MT, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, PARA ATENDER A DEMANDA DO GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO E SECRETARIA DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, conforme especificações* e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

Fornecedor: PEDRO JUNIOR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - 45.586.485/0001-85, total adjudicado, R$ 1.941.000,00 e AUTO POSTO BORDAS DO LAGO LTDA - 28.082.503/0002-53, total adjudicado, R$ 1.936.000,00.

Nos termos do Parecer Jurídico, **HOMOLOGO,** o presente certame, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Dom Aquino-MT, 14 de setembro de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61/2022

CONTRATADA: AMAZONIA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI CNPJ 36.178.933/0001-10

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a

demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 24.932,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 44/2022

CONTRATADA: SHOP MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 28. 280.788/0001-56

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 249.431,00 (duzentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e um reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 62/2022

CONTRATADA: GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ 42.092.374/0001-24

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 31.488,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 63/2022

CONTRATADA: CONQUISTA MEDICAMENTOS CNPJ 12.418.191/ 0001-95

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 770,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 64/2022

CONTRATADA: HOSPFAR INDUSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A CNPJ 26.921.908/0002-02

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 9.660,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 67/2022

CONTRATADA: AUTO POSTO BORDAS DO LAGO LTDA CNPJ 28.082.503/0002-53

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de COMBUSTÍVEIS, COM TANQUES E BOMBAS DISPONIBILIZADOS NO MUNICÍPIO DE DOM AQUINO - MT, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA CONTRATADA, DE FORMA PARCELADA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 1.936.000,00.

DATA DE ASSINATURA: 14/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO Nº 056/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

NORMATIZA O PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA DE PROFESSORES PARA FUNÇÃO DE DIRETORES DAS UNIDADES DE ENSINO PÚBLICO DA REDE MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n. º 022/2022;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996 -LDB que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, a Ação Direta de Inconstitucionalidade –ADI nº 282-1 do Supremo Tribunal Federal – STF, que declarou inconstitucional os incisos III e IV do Art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a Lei nº 013 de 16 de junho de 2015 – PME, Meta 19, que estabelece critérios técnicos de mérito e desempenho para nomeação de diretor escolar, bem como a participação da comunidade escolar;

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Professores para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Dom Aquino.

Art. 2º. A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

a) Etapa I – Inscrição para participar do Processo de Seleção;

b) Etapa II- Avaliação de títulos;

c) Etapa III - Avaliação escrita;

c) Etapa IV- Elaboração e entrega do Plano de trabalho;

e) Etapa V - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar

§ 1º A avaliação de títulos e a avaliação escrita serão elaboradas e coordenadas pela Equipe constituída por membros do Fórum Municipal de Educação, membros do Conselho do Fundeb, e membros da subsede do Sintep MT.

§ 2º No Plano de trabalho deverá estar expresso:

I- Os objetivos, metas e estratégias para melhoria das ações administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar, com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem;

II- Ações para ampliação da participação da comunidade da Unidade Escolar;

III- Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público;

IV- Ações para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão.

Art. 3º. O Edital de abertura das inscrições estabelecerá os requisitos a serem atendidos pelos candidatos, o local, data e horário da realização das etapas referidas no art. 2º.

Art. 4º. O Processo de Seleção será destinado a Professores efetivos lotados na pasta da Educação e em atividade, que após seleção, serão designados por portaria e atuarão em regime de Dedicação Exclusiva, de acordo com o **Art. 39** e parágrafo único da Lei Complementar nº 014, de setembro de 2015.

Art. 5º. O provimento das vagas será realizado mediante aprovação em Processo de Seleção, conforme as Etapas dispostas no Art. 2º deste Decreto.

Art. 6º. O período de efetivo exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A FUNÇÃO

Art. 7º. Para o exercício da função de Diretor Escolar, o Professor deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser Professor efetivo da Rede Municipal de Ensino de Dom Aquino;

II – ter formação e habilitação específica nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, observado o Artigo 64.

III – ser Professor na ativa na Unidade Escolar em que atua nos últimos dois anos.

IV – ser Professor que tenha cumprido o estágio probatório.

V - Não estar para se aposentar nos próximos 3 anos e/ ou usufruindo de licenças médicas contínuas e sucessivas;

VI- Não estar em Readaptação de função na época da designação.

Parágrafo Único - Caso não tenha na unidade, candidato ao processo seletivo que atenda a formação e habilitação específica que reza o item II, excepcionalmente poderá participar do processo professor com formação em outra licenciatura Plena com Especialização em Gestão Pública que na entrevista demonstre entender sobre o processo de gestão escolar.

Art. 8º. É vedada a participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos:

I - tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

II – que não atenderam a Legislação vigente nas prestações de contas obrigatórias (participantes que já exerceram a função de Diretor Escolar);

III – esteja inadimplente junto ao Poder Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Receita Federal;

IV - que não dispuser de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais nas Justiças Federal e Estadual.

Parágrafo único. Ainda que aprovado no Processo de Seleção, caso o participante tenha prestado informações inverídicas, não será designado para a função.

Art. 9°. Para comprovar os requisitos constantes neste Decreto e no Edital, o participante deve encaminhar no e-mail criado pela coordenação do Fórum Municipal de Educação, do Fundeb e Sintep para este fim específico, até o dia e horário indicados no edital, digitalizados em formato PDF, em único arquivo identificado com o nome, os seguintes documentos:

I - Currículo Lattes;

II - cópia da Carteira de Identidade - RG e CPF;

III - cópia do Título de Eleitor, com os respectivos comprovantes de votação da última eleição ou o certificado de quitação com a Justiça Eleitoral;

IV - comprovante de endereço;

V - cópia do diploma de graduação e pós - graduação;

VI - cópia da ficha da última contagem de pontos para Atribuição de Aula assinada pela Comissão de Atribuição da Unidade Escolar;

VII - declaração de que não está respondendo Processo Administrativo Disciplinar;

VIII - declaração que não está para se aposentar nos próximos 3 anos e/ ou usufruindo de licenças médicas contínuas e sucessivas;

IX - declaração de disponibilidade para o cumprimento de carga horária, com Dedicação Exclusiva;

X - declaração afirmando não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;

XI - declaração afirmando que não possui outro vínculo Municipal, Estadual, Federal e Privado ou liberação para o exercício da Dedicação Exclusiva;

XII – declaração dos participantes que, já foram Diretores Escolares, informando que cumpriu com a Legislação vigente junto ao departamento de prestações de contas.]

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 10. As atribuições da função de diretor são todas as disposta no PCCS, Lei Complementar 014 de 23 setembro de 2015, conforme **Art.3º, item II, letra "a".**

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art 11. As vagas serão preenchidas conforme resultado do Processo de Seleção para designação de professores para função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Dom Aquino.

§1º. O Conselho Escolar, coordenado pela equipe organizadora, apresentará na Unidade Escolar aos Profissionais da Educação o Processo de Seleção para a função de Diretor Escolar, esclarecendo as etapas previstas no **Art. 2º** deste decreto:

Parágrafo único. O participante que não comparecer no local, data e horário estipulado em Edital para cumprimento de qualquer uma das etapas, automaticamente não continuará participando do Processo de Seleção.

Art. 12. Após a posse, o Diretor apresentará o Plano de Trabalho em Assembleia Geral da comunidade escolar, convocada pelo Conselho Escolar, em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de participantes para apreciação, contribuições e aprovação.

CAPÍTULO V

DA DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

Art. 13. O Processo de Seleção de Diretor das Unidades Escolares para o mandato 2023/2024 será regido por este Decreto e pelo Edital, publicados no Diário Oficial da AMM, divulgado pela Prefeitura Municipal em sua página eletrônica para dar ampla publicidade, devendo ser também fixado nas Unidades Escolares em local de fácil acesso.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO

Art. 14. O Processo de Seleção para designação de Professores para o exercício da função de Diretor Escolar, será ofertado, divulgado pela Secretaria Municipal de Educação Esporte eLazer e elaborado, coordenado, acompanhado e conduzido por uma Comissão formado por membros do Fórum Municipal de Educação, do Conselho do Fundeb e do Sintep que será constituída por Portaria.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 15. Durante o período do exercício da função de Diretor Escolar será realizada, anualmente, avaliação de desempenho com foco no cumprimento dos objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho.

Art. 16. Caso o Diretor designado não atinja os objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas do Plano de Trabalho, deverá apresentar para a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer e Conselho escolar, conforme pertinência do assunto Plano de Providências para a Unidade contendo novas ações e estratégias para alcançar metas a curto, médio e longo prazo conforme necessidade.

CAPÍTULO VIII

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 17. A vacância da função de Diretor ocorre por reprovação na avaliação do Plano de Trabalho, dispensa mediante Processo Administrativo, conclusão da gestão, renúncia, exoneração ou morte.

§ 1º. O afastamento do Diretor por período superior a 2 (dois) meses também implicará a vacância da função, excetuando-se os casos de licença para tratamento da própria saúde e licença gestante.

§ 2º. O preenchimento da vaga após vacância será feito pela Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer podendo ser utilizado o quadro de reserva do processo de seleção e, caso não haja essa possibilidade, designará juntamente com o Conselho escolar outro profissional da rede efetivo para preenchimento da vaga.

CAPÍTULO IX

DA REMUNERAÇÃO

Art. 18. Ao Professor no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar será atribuído o Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 19. O professor designado para a função de Diretor Escolar, fará jus ao recebimento conforme Tabela de Subsídio Cargo de Dedicação Exclusiva estabelecido na Lei Complementar nº 014 de 23 de setembro de 2015.

Art. 20. O Diretor designado iniciará as suas atividades no dia 02 de janeiro de 2023.

Art. 21. O Diretor do ano de 2022, entregará ao novo Diretor, até o dia 30 de dezembro de 2022 os seguintes documentos:

I- Balanço do acervo documental;

II- Informações referentes ao Processo de Renovação de Autorização e Recredenciamento da Unidade Escolar;

IV- Inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar;

V- Ata da apresentação de prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do Conselho Fiscal.

Art. 22. A Escola onde não houver candidato ao Processo Seletivo, poderá se candidatar ao Processo de Seleção, para a função de Diretor Escolar, outro profissional da rede que se atenda os critérios estabelecidos neste Decreto.

Art. 23. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de setembro de 2022.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM/MT, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete/Sec. Administração

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 43/2022

CONTRATADA: MACHADO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ 15. 567.062/0001-57

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 656.521,00 (Seiscentos e Cinquenta e Seis Mil e Quinhentos e Vinte e Um Reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 65/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 65/2022

CONTRATADA: MARKA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 08.951.989/0001-20

OBJETO Registro de preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (FARMÁCIA BÁSICA), de forma parcelada, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e todos seus Anexos.

VALOR: R$ 750,00

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2022

CONTRATADA: MUDAR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERRAMENTAS E EPI S LTDA, CNPJ 14.888.303/0001-05

OBJETO A presente Ata tem por objeto registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES, de forma parcelada, para atender a Do Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Turismo e Meio ambiente, Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo e Secretaria do DAE, conforme condições e especificações, constante no edital e seus anexos.

VALOR: R$ 58.237,00 (Cinquenta e Oito Mil e Duzentos e Trinta e Sete Reais)

DATA DE ASSINATURA: 13/09/2022

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 005/2022

PORTARIA N.º 005/2022

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria nº 078/2020 que Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição em favor da Servidora Sr.ª BERNADETE CAVICHIOLI".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Onde – se lê:

RESOLVE

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003 e ainda combinado com o Artigo 85 da Lei Complementar nº. 061/2020 de 24 de Agosto de 2020 que rege a Previdência Municipal e Lei Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Leia – se:

RESOLVE

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, e ainda combinado com o Artigo 12, Inciso III, alínea "a", e Artigo 13 da Lei Complementar nº. 061/2020 de 24 de Agosto de 2020 que rege a Previdência Municipal e Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 14 de Setembro de 2022.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT

Diretora Executiva

HOMOLOGO: JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2022

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 050/2022

O **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE/MT**, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Sistema de Registro de Preçospara contratação de empresa especializada em prestação de serviços de **FORNECIMENTO DE APLICAÇÃO DE GRANITINA,** conforme especificações do edital**.** Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no **dia 27 de setembro de 2022, às 07h30min (horário de Cuiabá-MT)**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Brasil, QD. 110 nº1.200 – centro, na sala de licitações. Este Pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do paço municipal das 07h00min às 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte – MT, 14 de setembro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 121/2022

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 049/2022

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimen-

to de **MATERIAL GRÁFICO,** para atender todas as necessidades das secretarias municipai**s**, conforme especificações do edital, o certame acontecerá no dia **28/09/2022 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 14 de setembro de 2022.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000110/2022

Modalidade Nr.: 00000035/2022

Classificação:: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 14/09/22

Data da Homologação: 14/09/22

Objeto da licitação: CONSULTA MEDICA COM ESPECIALISTA EM NEUROPEDIATRIA

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

42237031 - NEUROPED CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ: 35.947.082/0001-60

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36294	CONSULTA MEDICA NEUROPEDIATRIA Detalhamento: SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO CONSULTA MEDICA NEUROPEDIATRIA	UNIDADE		1,0000	500,0000	500,00

Total Fornecedor: 500,0000

Total Geral: 500,0000

GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 14 de Setembro de 2022

_____

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000113/2022

Modalidade Nr.: 00000037/2022

Classificação:: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 14/09/22

Data da Homologação: 14/09/22

Objeto da licitação: PRESTACAO DE SERVICO DE REVISÃO PARA VEICULO AMBULANCIA PLACA RAK-5J84 E PLACA SCP-4B32

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

42235662 - TECAR CAMINHOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 02.058.744/0003-54

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
19220	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	UNIDADE		1,0000	2.400,0000	2.400,00
35518	PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS Detalhamento: PEÇAS E ACESSORIOS DIVERSOS	UNIDADE		1,0000	4.400,0000	4.400,00

Total Fornecedor: 6.800,0000

Total Geral: 6.800,0000

GAUCHA DO NORTE, Quarta-feira, 14 de Setembro de 2022

_____

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO À ARP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO À ARP

Fornecedores e Itens	Unid. Med.	Quantid. Vlr. Unitário	Total
42237027 - **DOM PARK INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS PARA PARQUES E DIVERSOS LTDA CNPJ: 37.146.454/0001-85**			
5 - PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA **36293 PARQUE INFANTIL COLORIDO EM MADEIRA PLÁSTICA**	UN - UNIDADE	1,0000 89.300,0000	89.300,0000

Total Itens: 1 total fornecedor: 89.300,0000

Total Geral: 89.300,0000

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRATINGA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 066/2022

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Diretor do Departamento de Licitação, torna público que realizará licitação namodalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS COM ESTAMPA FRONTAL DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, conforme descrição no Anexo x do Edital, a sessão pública acontecerá na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga no dia **30 de setembro de 2022**. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n. º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 14 de setembro de 2022.

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do Departamento de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 065/2022

O município de **GUIRATINGA-MT**, através do Diretor do Departamento de Licitação, torna público que realizará licitação namodalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE GUIRATINGA**, conforme descrição no Anexo x do Edital, a sessão pública acontecerá na sede da Prefeitura Municipal de Guiratinga no dia **29 de setembro de 2022**. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Guiratinga: www.guiratinga.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaoguiratinga@hotmail.com. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situada na Av. Rotary Internacional, n. º 944, Bairro Santa Maria Bertila, CEP: 78.760-000 ou pelo telefone: (66) 3431-1441.

Guiratinga/MT, 14 de setembro de 2022.

Jefferson Rodrigues da Silva

Diretor do Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

PROCURADOR JURIDICO
DECRETO Nº 17, DE 09 DE AGOSTO DE 2022.

Dispõe sobre a regulamentação de aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - no âmbito da Administração Municipal de Indiavaí-MT, e dá outras providências.

Sidnei Marques Lopes – Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso II do art. 23 e o inciso I do art. 30 da Constituição da República, bem como a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, nas situações em que os dados pessoais são tratados por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado;

Considerando que a Lei nº 13.709/2018 estabelece normas de interesse nacional que devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando que a Lei nº 13.709/2018 estabelece regras específicas sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Público;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos, atribuições, competências, responsabilidades e providências para adequação do Poder Executivo do Município de Indiavaí-MT às regras e princípios previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e a sua dignidade.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo à titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - plano de adequação: conjunto das regras de boas práticas e de governança de dados pessoais que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos agentes envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos, o plano de respostas aos incidentes de segurança e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

Art. 3º As atividades de tratamento de dados pessoais pelos órgãos municipais deverão observar a boa fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos, comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de dados em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º O Poder Executivo Municipal, por meio de seus órgãos e entidades, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, deve realizar e manter continuamente atualizados:

I - o mapeamento dos dados pessoais existentes e dos fluxos de dados pessoais em suas unidades;

II - a análise e o relatório de risco e impacto à proteção de dados pessoais;

III - o plano de adequação, observadas as exigências do art. 17 deste Decreto.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam designados como controlador, devendo cada um indicar o seu encarregado pelo tratamento de dados, para os fins do art. 41 da Lei Federal nº 13. 709/2018.

Parágrafo único. A identidade e as informações de contato do encarregado devem ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, em algum dos meios oficiais de divulgação do Município de Indiavaí-MT (mural oficial ou sites), sendo preferencialmente no site oficial, em seção específica sobre tratamento de dados pessoais.

Art. 6º Compete à entidade ou ao órgão controlador:

I - aprovar, prover condições e promover ações para efetividade do Plano de Adequação de Proteção de Dados Pessoais do órgão e/ou entidade;

II - nomear encarregado para conduzir o Plano de Adequação e sua manutenção, através de ato próprio;

III - elaborar o Relatório de Impacto de Proteção aos Dados Pessoais, na forma da lei, com o apoio técnico das áreas jurídica e tecnológica da entidade; e

IV - fornecer aos operadores termos de uso, manuais de instruções e treinamento dos tratamentos sob sua responsabilidade.

§ 1º Os atos do controlador público são de responsabilidade do titular de mais alta hierarquia do órgão ou entidade.

§ 2º A nomeação do encarregado deverá atender prerrogativas e qualificações necessárias ao exercício dessa função.

Art. 7º Compete ao encarregado e sua equipe de apoio:

I - gerenciar o Plano de Adequação para:

a) inventariar os tratamentos do controlador, inclusive os eletrônicos;

b) analisar a maturidade dos tratamentos em face dos objetivos e metas estabelecidos e do consequente risco de incidentes de privacidade;

c) avaliar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

d) adotar as providências cabíveis para implementar as medidas de segurança avaliadas;

e) cumprir os objetivos e metas previstas no Plano de Adequação do seu órgão e/ou entidade.

II - receber reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências, em articulação com a Ouvidoria de cada órgão e entidade;

III - receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD e adotar providências;

IV - orientar os funcionários e os contratados no cumprimento das práticas necessárias à privacidade de dados pessoais;

V - quando provocado, entregar o Relatório de Impacto de Proteção aos Dados Pessoais, na forma da lei, com o apoio técnico das áreas jurídica e tecnológica da entidade;

VI - atender às normas complementares da Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais;

VII - informar à Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais e aos titulares dos dados pessoais eventuais incidentes de privacidade de dados pessoais, dentro da execução de um plano de respostas a incidentes.

Art. 8º Compete ao operador de dados pessoais e sua equipe de apoio:

I - manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que forem realizadas;

II - realizar o tratamento de dados segundo as instruções fornecidas pelo controlador e de acordo com as normas aplicáveis;

III - adotar, em conformidade às instruções fornecidas pelo controlador, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

IV - subsidiar o controlador no intuito de dar cumprimento às solicitações, orientações e às recomendações do encarregado;

V - executar outras atribuições correlatas.

Art. 9º Compete à Administração Municipal:

I - orientar a aplicação de soluções de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) relacionadas à proteção de dados pessoais;

II - adequar as arquiteturas e as operações compartilhadas de TIC hospedadas no datacenter e na rede corporativa às exigências da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - propor padrões de desenvolvimento de novas soluções de TIC, considerando a proteção de dados pessoais, desde a fase de concepção do produto e serviço até a sua execução.

Parágrafo único. As arquiteturas e as operações de que trata o inciso II poderão ter seu escopo alterado por meio de acordo entre as partes responsáveis pelo compartilhamento.

Art. 10. Compete à Ouvidoria Geral do Município:

I - coordenar e orientar a rede de encarregados responsáveis pela implementação do Plano de Adequação;

II - consolidar os resultados e apoiar o monitoramento da Proteção de Dados Pessoais implementados no Município;

III - disponibilizar canal de atendimento ao titular do dado, considerando as atividades desempenhadas pela Ouvidoria Geral do Município;

IV - coordenar a qualidade do atendimento ao titular do dado;

V - estabelecer sistemática de auditoria interna com vistas a aumentar e proteger o valor organizacional do Município, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento objetivos baseados em riscos;

VI - encaminhar o atendimento ao encarregado responsável pelos dados e acompanhar sua resolutividade, nos termos do art. 19 deste Decreto;

VII - produzir e manter atualizados manuais de implementação das Políticas de Proteção de Dados Pessoais Locais e modelos de documentos, bem como capacitações para os agentes públicos.

Art. 11. Compete ao Departamento Jurídico do Município:

I - disponibilizar aos agentes de tratamento e ao encarregado consultoria jurídica para dirimir questões e emitir pareceres do significado e alcance da Lei Federal nº 13.709/2018;

II - disponibilizar modelos de contratos, convênios e acordos aderentes à Lei Federal nº 13.709/2018, a serem utilizados pelos agentes de tratamento;

III - disponibilizar modelo de termo de uso de sistema de informação da Administração Pública;

IV - adotar as medidas jurídicas necessárias à adequação dos instrumentos já firmados a LGPD.

CAPÍTULO III

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12. O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deve:

I - objetivar o exercício de suas competências legais ou o cumprimento das atribuições legais do serviço público, para o atendimento de sua finalidade pública e a persecução do interesse público;

II - observar o dever de conferir publicidade às hipóteses de sua realização, com o fornecimento de informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a sua execução.

Art. 13. O tratamento de dados pessoais deve ser restrito à sua finalidade, executando de forma adequada e pelo prazo necessário.

§ 1º A adequação a que se refere o caput deve obedecer à Política de Segurança da Informação adotada no Município.

§ 2º A necessidade de armazenamento dos dados pessoais observará as obrigações legais ou judiciais de mantê-los protegidos.

§ 3º Os responsáveis pelos tratamentos devem registrar as operações realizadas com dados pessoais.

§ 4º O controlador deve adotar medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para não serem acessados por terceiros não autorizados e, sempre que possível, proceder à sua anonimização.

Art. 14. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal podem efetuar o uso compartilhado de dados pessoais com outros órgãos e entidades públicas para atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas, no âmbito de suas atribuições legais, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/2018.

§ 1º O compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; e

II - cumprir obrigação legal ou judicial.

§ 2º O controlador deve manter o registro do compartilhamento dos dados pessoais para efeito de comprovação prevista no inciso VII do art. 18 da Lei Federal nº 13.709/2018.

Art. 15. É vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011;

II - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser informada pelo responsável ao Controlador Geral do Município para comunicação à autoridade nacional de proteção de dados;

IV - na hipótese de a transferência dos dados objetivar exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades, ou proteger e resguardar a segurança e a integridade do titular dos dados, desde que vedado o tratamento para outras finalidades.

Parágrafo único. Em quaisquer das hipóteses previstas neste artigo:

I - a transferência de dados dependerá de autorização específica conferida pelo órgão municipal à entidade privada;

II - as entidades privadas deverão assegurar que não haverá comprometimento do nível de proteção dos dados garantido pelo órgão ou entidade municipal.

Art. 16. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal podem efetuar a comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais a pessoa de direito privado, desde que:

I - os encarregados informem à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma do regulamento federal correspondente;

II - seja obtido o consentimento do titular, salvo:

a) nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas na Lei Federal nº 13.709/2018;

b) nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada a devida publicidade;

c) nas hipóteses do art. 13 deste Decreto.

Parágrafo único. Sempre que necessário o consentimento, a comunicação dos dados pessoais a entidades privadas e o uso compartilhado entre estas e o órgãos e entidades municipais poderão ocorrer somente nos termos e para as finalidades indicadas no ato do consentimento.

Art. 17. Os planos de adequação devem observar, no mínimo, o seguinte:

I - publicidade das informações relativas ao tratamento de dados em veículos de fácil acesso, preferencialmente nas páginas dos órgãos e entidades na internet;

II - atendimento das exigências que vierem a ser estabelecidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, nos termos do art. 23, § 1º, e do Art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.709/2018;

III - manutenção de dados para o uso compartilhado com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral;

IV - elaboração de inventário de dados, assim entendido o registro de operações de tratamento de dados pessoais, realizados pelo órgão ou entidade;

V - elaboração do Relatório de Impacto de Proteção de Dados Pessoais, assim entendida a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos;

VI - elaboração de Plano de Resposta a Incidentes, assim entendido o plano de resposta para tratar ocorrências de situações que venham a lesar a segurança de dados pessoais mantidos sob a responsabilidade do órgão ou entidade;

VII - instrumentalização da adequação de Contratos, conforme orientações expedidas pelo Departamento Jurídico;

VIII - implementação da utilização de Termos de Uso conforme orientações expedidas pelo Departamento Jurídico;

Art. 18. As entidades integrantes da Administração Municipal indireta que atuarem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, deverão observar o regime relativo às pessoas jurídicas de direito privado particulares, exceto quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, nos termos do art. 24 da Lei nº 13.709/2018.

CAPÍTULO IV

DO ATENDIMENTO AO TITULAR DO DADO

Art. 19. O atendimento ao titular do dado será formalizado nos canais eletrônicos de atendimento da Ouvidoria Geral do Município e direcionado a cada órgão ou entidade competente, nos termos do inciso II do art. 7º deste Decreto.

§ 1º A identificação do titular ou procurador deverá ser idônea, emitida por autoridade certificadora da ICP-Brasil.

§ 2º O canal de atendimento deve prover funções de registro e gerenciamento para servir ao acompanhamento dessa forma de atendimento.

Art. 20. O atendimento ao titular poderá ser prestado de forma presencial na entidade em que os dados são encontrados, desde que haja a conferência de documento oficial e infraestrutura adequada.

§ 1º Quando o titular for incapaz, o atendente deve conferir a certidão de nascimento do titular e o documento de identidade de um dos pais ou responsáveis legais.

§ 2º Atestada a legitimidade do titular ou de seu procurador, o atendente coletará dados de identificação e de contato do solicitante, protocolará e transcreverá a solicitação através dos canais de atendimento da Ouvidoria Geral do Município.

§ 3º O atendimento presencial ao procurador ou curador somente será aceito através do instrumento de outorga.

Art. 21. A Ouvidoria Geral do Município encaminhará o atendimento ao encarregado responsável pelos dados e acompanhará sua resolutividade.

§ 1º O encarregado deverá adotar as providências para apensar os dados solicitados ao atendimento.

§ 2º Os dados pessoais solicitados no atendimento deverão ser entregues ao titular ou seu representante legal, através de meio eletrônico protegido ou pessoalmente.

Art. 22. Em qualquer forma de atendimento, o encarregado observará que as informações pessoais produzidas pelo órgão ou entidade não devem ser providas quando estiverem vinculadas a tratamento sigiloso nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O encarregado informará o fundamento legal que fundamenta o indeferimento de entrega da informação sigilosa solicitada.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal deverão informar, nos seus sítios eletrônicos, as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades.

Art. 24. Poderão ser expedidas normas complementares a este Decreto, conjuntamente, pela Ouvidoria Geral e pelo Departamento Jurídico, aos quais compete também, em conjunto, dirimir os casos omissos.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indiavaí-MT, 09 de agosto de 2022.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 052/2022

Pregão Presencial n° 037/2022

Vigência: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 4**.**4 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° ***.269.551-**, doravante e denominado **"MUNICÍPIO"** e do outro lado a empresa **APRO-CAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°03.362. 799/0001-54, situada na Av. Engenheiro Francisco Rodrigues Pereira, s/n, bairro: Ponte Nova, CEP: 78.115-851, Várzea Grande – MT, neste ato representada por seu sócio administrador Ernandes Vendrame, portador do RG n° 2**.**6 SSP/MT e inscrito no CPF sob n° ***.190.301-**, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 037/2022, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (COLHEDORA DE FORRAGEM E ROÇADEIRA), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 0441/2022, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILAR – SEAF / MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 037/2022, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **14/09/2022** até **14/09/2023.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 037/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Und	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	COLHEDORA DE FORRAGEM DE ÁREA TOTAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE PRODUÇÃO 35T/H, COM 0,92 METRO DE LARGURA MÁXIMA DE TRABALHO, COLHEITA DE PLANTIOS A LANÇO E EM LINHAS, INDEPENDENTE DE DIREÇÃO, COLHE SISTEMAS CONSORCIADOS, ESPECIAL PARA CAPINS, MILHO E SORGO DENTRE OUTROS TIPOS DE FORRAGENS, TRATORIZADO, EQUIPADO COM DOIS TAMBORES RECOLHEDORES COM DISCOS COM FACAS DE ALTA VELOCIDADE EM CADA TAMBOR, TRANSMISSÃO POR COROA E PINHÃO COM CAIXA BLINDADA, COM 4 ROLOS INTERNOS SENDO 02 ROLOS RECOLHEDORES, 01 LISO E 01 MÓVEL, ROTOR REGULÁVEL COM 12 FACAS EM PERFIL "C", PROCESSADOR DE GRÃOS +PRO REMOVÍVEL, 06 LANÇADORES, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, ENGRENAGENS COM REGULAGEM DE TAMANHO DE CORTE, 24 TAMANHOS DE PICADO (2 A 36MM), AFIADOR COM PEDRA RETANGULAR, CONTRAFACA DO ROTOR FIXA COM DUAS VIDAS, 02 LIMPADORES POR ROTOR, BICA DE SAÍDA DOBRÁVEL, BICA DE SAÍDA EM POLIETILENO CROSS LINK COM PROTEÇÃO INTERNA, PÉ DE APOIO, CARDAN DE ACIONAMENTO, DEDOS ALINHADORES, TAMBORES RECOLHEDORES, TOMBADOR, PISTÃO DE GIRO DA BICA, QUEBRA-JATO, CAIXA DE FERRAMENTAS, CAIXA DA PLATAFORMA LUBRIFICADA POR GRAXA À BASE LÍTIO, CARDAN DE ACIONAMENTO DO ROTOR E ROLOS, ALAVANCA DE COMANDO MANUAL DO QUEBRA JATO (VERSÃO SEMI-HIDRÁULICA), TRANSMISSÃO POR CAIXA E CARDAN, COMANDO HIDRÁULICO DA BICA OU HIDRÁULICO TOTAL (BICA E QUEBRA JATO), ROTAÇÃO REQUERIDA NA TDP DE 540 RPM, POTÊNCIA REQUERIDA NA TDP DE 65 A 95 CV.	JF MODELO - C12ATS4	Und	01	R$ 88.440,00	R$ 88.440,00
02	ROÇADEIRA HIDRÁULICA, COM NO MINIMO 02 FACAS, LARGURA DE CORTE DE NO MINIMO 1,70 METROS, PESO APROXIMADO DE 480 KG, TRANSMISSÃO DE TOMADA DE FORÇA CARDAN, ALTURA DO CORTE ENTRE 4 A 14 CM, COM RODA GUIA E PROTEÇÃO DE SEGURANÇA - ANO DE FABRICAÇÃO 2021/2022. COM GARANTIA DE 06 MESES.	MFW - ROTD1700	Und	01	R$ 20.590,00	R$ 20.590,00
Valor total dos itens: R$ 109.030,00 (cento e nove mil e trinta reais)						

3.2. Os pagamentos corresponderão ao equipamento/implemento agrícola efetivamente entregue, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira dos órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.3. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.3.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no “item 3.1.”, devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.4. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do equipamento/implemento agrícola entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.7. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.9. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.10. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. O equipamento/implemento agrícola deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a contratada os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação será de acordo com as necessidades da contratante, podendo ser no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 24 (vinte e quatro) horas contados da ciência da convocação;

4.3.2. A Detentora da Ata, quando do recebimento da Nota de autorização de Despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.4. É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos itens, no horário, local e prazo estipulado, bem como nas condições estabelecidas neste termo;

4.5. O equipamento/implemento agrícola licitado será avaliado em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e seus anexos, proposta de preços e Ata de Registro de Preços; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.5.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.7. o equipamento/implemento agrícola licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

4.8. A empresa Detentora da Ata não poderá exigir quantidade mínima para solicitação dos itens licitados.

4.9. Serão recebidos apenas os itens nas quantidades estabelecidas nas Notas de Autorizações de Despesa embalados adequadamente e de acordo com as exigências deste termo;

4.10. A Detentora da Ata deverá colocar a disposição do contratante todos os meios necessários a comprovação de qualidade do equipamento/implemento agrícola, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

4.11. A Detentora da Ata deverá submeter-se à fiscalização da Prefeitura Municipal;

4.12. Apresentada a Nota Fiscal, caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços atestar a regular entrega do equipamento/implemento agrícola, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para as providencias relativas aos pagamentos aprovados pela fiscalização;

4.13. O equipamento/implemento agrícola entregue em desacordo com as especificações deste termo de referência não será atestado pela fiscalização;

4.14. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT o direito de não aceitar o equipamento/implemento agrícola cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

4.15. A PREFEITURA terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para aceitar o equipamento/implemento agrícola pela CONTRATADA, sendo que serão recebidos da seguinte forma:

4.15.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

4.15.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, quando a nota fiscal será atestada e remetida para pagamento;

4.15.3. Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

4.16. Apresentadas irregularidades ou defeitos, a contratada será notificada pel fiscal e terá prazo de 02 (dois) dias úteis dias para proceder à regularização. Findo esse prazo, em não se manifesto ou não regularizando, a Secretaria requisitante certificará o fato e submeterá ao Prefeito Municipal para que se manifeste quanto à rescisão contratual.

4.17. Em caso de não cumprimento das especificações exigidas, ou de erro e defeito na entrega do item, a licitante vencedora deverá retirar o item no local em que foi entregue, arcando com todas as despesas decorrentes da locoação e troca do item solicitado.

4.18. Caso o fornecedor não cumpra com as condições postas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a entrega dos bens no prazo definido acima, o gestor da contratação ou o responsável pelo recebimento dos bens providenciará o cancelamento da Nota de Autorização de Despesa, comunicação ao fornecedor e cancelamento da nota de empenho junto a Secretaria de Finanças e Departamento de Contabilidade.

5. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

5.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

5.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

5.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

5.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

5.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

5.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

5.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

5.8. Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

5.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

5.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

5.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

5.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

5.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

6. DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

6.1.1. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega do equipamento/implemento agrícola na quantidade, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer o equipamento/implemento agrícola nas especificações e com a qualidade exigida pelo Município e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer o equipamento/implemento agrícola objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega do equipamento/implemento agrícola objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g) Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A Detentora da Ata obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A Detentora da Ata deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

6.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento do equipamento/implemento agrícola, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega do equipamento/implemento agrícola objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar o equipamento/implemento agrícola no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre o equipamento/implemento agrícola entregue em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no Art. 77 da Lei n° 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela **"PROMITENTE FORNECEDORA".**

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

8.2.1. A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

10. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 037/2022, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

APROCAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME Ernandes Vendrame – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

(Essa página de assinatura pertence a Ata de Registro de Preços N° 052/2022, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ e APROCAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME. Em 14/09/2022).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 262/2022

DATA: 14 de setembro de 2022.

SÚMULA: *"Designar a Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a Comissão de Recebimento de Bens Patrimoniais, composta pelos servidores Silvana Matter, Dorival Gomes de Souza, Wellington Ferreira dos Santos e Marcos Delavy, designados através da **Portaria n° 031/2022**, para acompanhar e fiscalizar, a execução da **Ata de Registro de Preços n° 052/2022**, oriunda do Pregão Presencial n° 037/2022, qual tem por objeto o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (COLHEDORA DE FORRAGEM E ROÇADEIRA), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 0441/2022, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILAR – SEAF / MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **APROCAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.362.799/0001-54.

Art. 2° - A comissão acima designada será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto, referentes a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 14 de setembro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEANDRO JOSÉ PASCOSKI

Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2022

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (COLHEDORA DE FORRAGEM E ROÇADEIRA), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N° 0441/2022, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILAR – SEAF / MT".

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
APROCAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME	03.362.799/0001-54

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 14 de setembro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 403, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 403, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. EUNIDES INACIO MENDES, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitido em 29/04/1994, pelo período de **05/09/2022 à 03/11/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **04/11/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 05/09/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 396, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 396, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços - ARP 037/2022 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obediência a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal n° 7.892/2013, Decreto Federal n° 9.488/2018, Decreto Municipal nº 082/2019 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e, das demais normas legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar a Ata de Registro de Preços - ARP 037/2022 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços - ARP 037/2022, firmado entre **o MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT** e a empresa **TIRADENTES MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 01.536.135/0005-62**

1- LYVIA ABDALLA CAETANO

CARGO: Enfermeira

CPF: 006.201.631-86

Art. 2° As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública

Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 395, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 395, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços - ARP 036/2022 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obediência a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal n° 7.892/2013, Decreto Federal n° 9.488/2018, Decreto Municipal nº 082/2019 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e, das demais normas legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar a Ata de Registro de Preços - ARP 036/2022 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização da Ata de Registro de Preços - ARP 036/2022, firmado entre **o MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT** e as empresas **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI, CNPJ nº 25.279.552/0001-01; FIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 40.724.582/0001-73; L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CNPJ nº 35.250.918/0001-73 e LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 21.227.039/0001-16.**

1- JAQUELINE PATRICIA DE LIMA

CARGO: Farmácia

CPF: 082.794.099-80

Art. 2° As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira-MT, 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 078, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 078, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PERMISSÃO DE USO TRANSITÓRIO DE ESPAÇO PÚBLICO E AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL (30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI)

O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, através da Comissão Organizadora da **30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI)**, designada pelo Decreto Municipal nº 86 de 09 de setembro de 2012, torna público o Edital de Chamamento Público, para o credenciamento e seleção de pessoa física ou jurídica para autorização de exploração comercial a título precário e oneroso, aos interessados para desenvolver a referida atividade, durante o período do evento da **30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI)**, que se realizará no Parque de Exposição Inocentino Bortolini.

O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos no Prédio da Prefeitura Municipal de Itiquira, em horário comercial ou por meio do telefone 65-3491-1061 ou na Subprefeitura de Ouro Branco do Sul por meio do telefone 65-34912-1384.

Os documentos dos interessados serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itiquira Subprefeitura de Ouro Branco do Sul, no prazo estabelecido no presente edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento e a seleção de interessados na concessão de uso para a exploração temporária, a título precário e oneroso, de 43 (quarenta e três) espaços, destinados à exploração comercial de alimentação e entretenimento na **30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI)**.

1.2 Os espaços serão disponibilizados conforme ANEXO I deste edital, e os valores de outorga serão os seguintes:

ESPAÇO	DESCRIÇÃO	MEDIDA	VALOR
1.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
2.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
3.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
4.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
5.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
6.	Barraca fixa de alvenaria	10x20 mt	R$ 700,00
7.	Bar camarote (incluso 7A,7B,7C e 7D)	5x7 mt	R$ 1. 000,00
8.	Espaço para bar no pátio (sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
9.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
10.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
11.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
12.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
13.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
14.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
15.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
16.	Espaço para bar fixo alvenaria (salão)	8x5 mt	R$ 500,00
17.	Espaço para bar fixo alvenaria (salão)	8x5 mt	R$ 500,00
18.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5mt	R$ 400,00
19.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 400,00
20.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
21.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
22.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
23.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
24.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
25.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
26.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
27.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
28.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00

29.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
30.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
31.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
32.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
33.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
34.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
35.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
36.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
37.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
38.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
39.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
40.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
41.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
42.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
43.	Espaço para parque infantil (incluso 45 B)	700 m² e 600m²	R$ 600,00

2. DAS OBRIGAÇÕES ESPECIFICAS:

2.1. A exploração das atividades supramencionadas não gera para o município de Itiquira qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes desta exploração, reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.

2.2. Os espaços serão entregues com ponto de energia elétrica.

3. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados no dia da inscrição, conforme data especificada.

3.2. São requisitos para o credenciamento/inscrição, a apresentação dos seguintes documentos originais e cópias, para que sua cópia seja autenticada por servidor do município designado para esse fim.

3.2.1. Em se tratando de **pessoa física:**

a) Carteira de Identidade;

b) Documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Comprovante de residência;

d) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Itiquira.

e) Requerimento de autorização, conforme modelo constante no Anexo IV deste edital.

3.2.2. Em se tratando de **pessoa jurídica**:

a) Registro Comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade de por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste edital.

f) Requerimento de autorização, conforme modelo constante no Anexo IV deste edital.

g) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Itiquira.

3.3. Somente será aceito o credenciamento em nome de 01(um) proponente.

3.4. Para oportunizarmos mais participantes só será permitido que cada proponente se inscreva para um espaço ofertado nesse edital.

3.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos.

3.6. Não serão aceitas inscrições por meio de terceiros.

4. DO PROCEDIMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital quanto ao credenciamento/inscrição, e havendo mais interessados que o número de espaços, a comissão levará em consideração o maior valor de outorga ofertado pelos interessados, observados os valores mínimos estabelecidos na tabela do item 1.2.

4.2. No caso de empate das propostas, a escolha será realizada através de sorteio em ato público, na presença dos interessados.

5. DA AUTORIZAÇÃO

5.1. Os classificados apresentarão o comprovante de inscrição e pagamento da outorga referente ao Evento, e o município lavrará o Termo de Autorização, concedida em caráter pessoal e intransferível, para exploração comercial a ser exercida.

5.2. A autorização poderá ser revogada pela Administração a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba ao Autorizado (a) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

5.3. O (a) Autorizado (a) deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área Autorizada em tempo hábil para que esteja, até a data prevista para o início do evento, apta para explorar o espaço de acordo com a legislação vigente, sob pena revogação da autorização.

5.4. A exploração da área Autorizada deverá ser feita pela empresa ou pessoa Autorizada.

5.5. É de responsabilidade exclusiva e integral do Autorizado (a) a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para à Administração.

5.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público.

5.7. O Termo de Autorização a ser assinado está contido no Anexo II.

5.8. Quando o interessado convocado não assinar o Termo de Autorização no prazo previsto, o Organizador poderá convocar o próximo classificado, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente chamamento público.

6. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	PROCEDIMENTO	DATAS
1ª Etapa	Publicação do edital	15/09/2022
	Inscrições	19/09/2022 a 17/10/2022
	Classificação dos interessados	19/10/2022
	Pagamento da taxa referente à concessão dos espaços e Apresentação de comprovante de pagamentos de concessão de espaços.	20/10/2022 à 27/10/2022
2ª Etapa	Assinaturas de Contrato	30/10/2022
	Entrega dos ESPAÇOS	01/11/2022

7. DO PRAZO DE VALIDADE

7.1. A vigência do Termo de Autorização é exclusiva aos dias de realização da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), isto é, entre os dias 03 a 06 de novembro de 2022.

7.2. O prazo de execução dos serviços, bem como o início dos trabalhos deverá ser simultâneo à realização do evento, conforme Programação da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), a ser disponibilizada no momento da assinatura do Termo de Autorização mencionado no Item 5.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) AUTORIZADO (A)

8.1. O (A) Autorizado (a) deverá atender às seguintes obrigações:

8.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

8.1.2. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

8.1.3. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato, aos Organizadores, a sua utilização indevida por terceiros;

8.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes;

8.1.5. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e às estruturas do espaço disponibilizado pela Administração;

8.1.6. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização dos Organizadores;

8.1.7. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área Autorizada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênica – sanitária, inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;

8.1.8. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela empresa ou pessoa física Autorizada.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2. A disponibilização de ponto de energia elétrica será de responsabilidade da Administração.

9.3. A instalação da rede de energia interna e de iluminação será de responsabilidade do AUTORIZATÁRIO.

9.4. A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade do AUTORIZATÁRIO e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como a observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do evento.

9.6. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Itiquira/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

THIERRY APARECIDO BERNARDES BORTOLINI

Presidente da 30º Festa do Peão de Itiquira (I EXPOITI) e 6º Festa do Peão de Ouro Branco do Sul

ANEXO I

Arquivo em PDF disponível para consulta no Prédio da Prefeitura Municipal de Itiquira.

ESPAÇO	DESCRIÇÃO	MEDIDA	VALOR
1.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
2.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
3.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
4.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
5.	Barraca fixa de alvenaria	10x 6 mt	R$ 500,00
6.	Barraca fixa de alvenaria	10x20 mt	R$ 700,00
7.	Bar camarote (incluso 7A,7B,7C e 7D)	5x7 mt	R$ 1. 000,00
8.	Espaço para bar no pátio (sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
9.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
10.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 300,00
11.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
12.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
13.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
14.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
15.	Espaço para barraca próximo a arena	5x5 mt	R$ 400,00
16.	Espaço para bar fixo alvenaria (salão)	8x5 mt	R$ 500,00
17.	Espaço para bar fixo alvenaria (salão)	8x5 mt	R$ 500,00
18.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5mt	R$ 400,00
19.	Espaço para bar no pátio(sem cobertura)	5x5 mt	R$ 400,00
20.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
21.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
22.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
23.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
24.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
25.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
26.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
27.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
28.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
29.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
30.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
31.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
32.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
33.	Espaço para stand	8x8 mt	R$ 700,00
34.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
35.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
36.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
37.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
38.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
39.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
40.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
41.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
42.	Espaço para stand	9x16 mt	R$ 1. 000,00
43.	Espaço para parque infantil (incluso 45 B)	700 m² e 600m²	R$ 600,00

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO NA FORMA ONEROSA

TERMO DE CONTRATO

O MUNICÍPO DE ITIQUIRA, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, com sede administrativa na XXX, representado pelo Sr. _____, (qualificação completa), doravante denominado AUTORIZADOR, e _____ _____, portador(a) do RG. nº _____ SSP/__, e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, denominado (a) AUTORIZATÁRIO (A), celebram o presente termo de autorização de uso oneroso de bem público, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. É objeto do presente termo, a autorização de pessoa física/jurídica, para uso oneroso de espaço público, para exploração comercial, durante o período da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), que se realizará no Parque de Exposição Inocentino Bortolini.

CLÁUSULA II - DO RAMO DE COMÉRCIO

2. Os espaços ora autorizados são destinados exclusivamente ao comércio (cerveja, refrigerante, sucos e água mineral, água de coco, energéticos isotônicos, batidas e alimentos prontos e para consumo *in loco*) e entretenimento.

CLÁUSULA III –DO PREÇO DE OUTORGA

3. Pela utilização do espaço durante todo o período do evento o (a) AUTORIZATÁRIO (a) pagará o valor de R$ XXX, com vencimento até o dia 27/10/2022.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

4. O prazo de vigência do presente contrato é 30 (trinta) dias improrrogáveis.

4.1. No vencimento da autorização existente no presente instrumento, o (a) AUTORIZATARIO (a) deverá deixar o local da instalação inteiramente limpo, sob pena de responsabilidade pelo dano que vier a causar, por ação ou omissão.

CLÁUSULA V - DA AUTORIZAÇÃO DE USO

5. A outorga desta autorização de uso é feita a título precário, intransferível e pelo prazo da realização da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), isto é, entre os dias 03 a 06 de novembro de 2022.

5.1. Poderá ocorrer o remanejamento do espaço autorizado, visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia do (a) AUTORIZATÁRIO (A), em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, arcando a Administração com os encargos diretos da eventual transferência do local e o (a) AUTORIZATÁRIO (A) com aqueles resultantes da utilização da nova área.

5.2. Não será concedida mais de uma autorização de uso ao mesmo AUTORIZATÁRIO.

5.3. A fiscalização dos ESPAÇOS E DAS TENDAS será realizada sob coordenação da comissão designada pela Administração para o acompanhamento das atividades do evento.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO (A) AUTORIZATÁRIO (A)

6. O (a) AUTORIZATÁRIO (a) deverá atender às seguintes obrigações:

6.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente.

6.1.2. Compete ao AUTORIZATÁRIO (a) observar todos os critérios e exigências do Corpo de Bombeiros; a segurança dos bens móveis que guarnecerem os ESPAÇOS E TENDAS; bem como compete ao interessado cuidar do licenciamento sanitário para funcionamento das tendas.

6.2.1. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) é obrigado a ocupar o espaço, sob pena de o Município assumir a posse da mesma, independentemente de indenização.

6.2.2. Não ceder, transferir, emprestar ou sublocar a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da autorização de uso, sob pena de pagamento de multa no valor de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor pago pela autorização de uso da barraca, zelando pelo seu uso e comunicando de imediato à Administração a sua utilização indevida por terceiros.

6.2.3. Exceto pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste termo, obriga-se o (a) AUTORIZATARIO (a) a não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração.

6.2.4. Responsabilizar-se com todas e quaisquer despesas relativas à instalação, montagem, desmontagem, manutenção, transporte de material, limpeza e conservação das barracas, material de limpeza e higiene, ou quaisquer outros encargos que, direta ou indiretamente, venham a incidir sobre o serviço.

6.2.5. Ao final das festividades, o proponente deverá restituir os espaços à Administração no mesmo estado em que foram recebidas. Os danos porventura causados serão de exclusiva responsabilidade do (a) AUTORIZATÁRIO (a).

6.3. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da outorga de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do presente Termo, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

6.4. Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

6.4.1. Abster-se de admitir como trabalhador ou permitir que menores de 18 anos lhe prestem serviços não permitidos na forma do Art. 7º inciso XXXIII da CF/88, ou seja, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer natureza a menores de 16 anos.

6.4.2. Ainda, se compromete a não manter criança ou adolescente que esteja sob a sua responsabilidade no estabelecimento a ser utilizada em seu proveito econômico, durante os dias da realização do evento.

6.4.3. Caso verificado o descumprimento das clausulas 6.4.1., 6.4.2., 6.5., será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

6.5. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) se compromete a não proceder à venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

6.6. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e da área de instalação do objeto do presente termo, observando a totalidade das exigências de ordem higiênicas - sanitária.

6.6.1. A sonorização utilizada em toda a área do evento será a dos palcos do evento e ficará a cargo do AUTORIZADOR. Portanto, fica proibida a utilização de sonorização particular nas barracas, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO.

6.6.2. O espaço deverá ser mantida em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, de conformidade com a legislação sanitária, sendo que caixas, embalagens e afins já utilizadas, não poderão ser armazenadas nas áreas internas e externas da barraca, devendo ser acondicionados em local próprio indicado pelo AUTORIZADOR.

6.6.3. É de exclusiva responsabilidade de o interessado zelar pela boa higiene da praça de alimentação; cada TENDA deverá ter um recipiente de coleta de lixo, revestido internamente com sacos plásticos específicos para coleta de lixo, que deverá ser substituído sempre que necessário. O material recolhido deverá acondicionado em local próprio, conforme designação do Município. A área no entorno das barracas deverá ser mantida limpa e higienizada, com manutenção constante durante toda a festa.

6.6.4. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) se compromete a atender à determinação da vigilância sanitária quanto ao acondicionamento, manipulação e preparo dos alimentos e acondicionamento das bebidas, tais como usar roupas adequadas no trato com alimentação, tais como, boné, jaleco branco e luvas de plástico descartável.

6.6.5. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, no prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos serviços, decorrente de culpa do (a) AUTORIZATÁRIO (a).

6.6.5.1. Responsabilizar-se na forma da legislação vigente e cabível, quanto aos preços, qualidade e higiene dos produtos comercializados, assim como pela higienização das instalações, na forma exigida pela saúde pública.

6.6.5.2. Não utilizar o fornecimento de equipamentos, utensílios ou qualquer outro tipo de material impróprio ou de qualidade inferior.

6.6.5.3. Os vasilhames de bebidas oferecidas ao público pela AUTORIZATÁRIA deverão ser de plástico, latas ou acrílico, não podendo, em hipótese alguma, fornecer alimentos e bebidas em recipientes de vidro.

6.6.6.4. É expressamente proibida propaganda política, dentro das barracas ou no exterior delas.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO AUTORIZADOR

7. O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA se obriga a:

7.1. Permitir ao AUTORIZATÁRIO (A) livre acesso e informações em relação à área do imóvel objeto desta autorização de uso.

7.2. Dar ao AUTORIZATÁRIO (A) todas as condições necessárias para usufruir do imóvel, não lhe perturbando nem dificultando o uso.

7.3. Fiscalizar e autorizar as atividades no local, mediante inspeção.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de autorização de uso, acarretará na aplicação, pelo (a) AUTORIZATÁRIO (a), das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar advertência e multa, nos moldes dos itens posteriores, observado o item 8.2, onde será rescindido automaticamente o presente Termo.

8.2. Conforme o item 6.4.3, além da rescisão imediata, bem como o AUTORIZATÁRIO(A) será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

9. Caberá rescisão do presente contrato por determinação por ato unilateral e escrito da Administração, em qualquer momento, independente de interpelação judicial ou extrajudicial sem que ao AUTORIZATÁRIO (A) tenha direito à indenização:

9.1. Nos casos de não cumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pela Administração e por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada.

9.3. Quando não observar todas as exigências de segurança com as TENDAS e suas instalações em relação ao seu pessoal e terceiros, não respondendo a Administração por qualquer acidente porventura ocorrido.

9.4. Transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, sem prévio acordo e expressa autorização da Administração.

9.5. Não atender as determinações pelas repartições públicas competentes e/ou fiscalização, relacionada com a falta de atendimento das condições e obrigações assumidas por este contrato.

9.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA X - CASOS OMISSOS

10. Os casos omissos serão encaminhados à Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11. Fica eleito o Foro da Comarca de Itiquira (MT) para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Pelo (a) AUTORIZATARIO (a) foi dito que aceitava o presente termo que lido, conferido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias de igual teor.

Itiquira/MT, ____ de ____ de 2022.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

OBJETO: Aplicação das medidas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e adolescente

Nome da pessoa física: CPF n.: RG n.: SSP/ Endereço: Telefone(s): Firma o presente TERMO DE COMPROMISSO, perante o Município de Itiquira, sob as seguintes condições:

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER: Abster-se de admitir como trabalhador ou permitir que menores de 18 anos lhe prestem serviços não permitidos na forma do Art. 7º inciso XXXIII da CF/88, ou seja, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer natureza a menores de 16 anos, no evento "30º **FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI)**", realizado pelo município de Itiquira. Ainda, se compromete a não manter criança ou adolescente que esteja sob a sua responsabilidade no estabelecimento a ser utilizado em seu proveito econômico.

Assim, desde já fica ciente que caso verificado o descumprimento do presente TERMO DE COMPROMISSO, será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

Local, Data e Assinatura.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA E COMERCIAL DE ÁREA PÚBLICA

XXX, brasileiro, estado civil XXX, portador do Rg nº XXX e do CPF nº XXX, residente e domiciliado no endereço XXX, comparece perante a Comissão Organizadora da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI), para manifestar interesse na obtenção de autorização a título precário e oneroso, para exploração de área pública localizada no lote nº X espaço nº XXX, conforme o mapa do local.

Para tanto o requerente apresenta proposta no valor de R$ XXX (XXX), para a exploração da área em referência nos dias de realização da 30º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA (1ª EXPOITI).

Nos termos do Edital de Chamamento Público nº 78/2022, encaminham-se em anexo os documentos exigidos no Edital.

Atenciosamente,

_____

Nome e assinatura do Representante da Instituição

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 410, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 410, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. GILDETE FRANCISCO MACHADO, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, admitido em 18/01/2013, pelo período de **22/08/2022 à 22/09/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **23/09/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 22/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 404, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 404, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. MARCIANE MARMETT MALOSSI, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, admitido em 07/03/2008, pelo período de **29/07/2022 à 24/01/2023, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **25/01/2023.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 29/07/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 080, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 080, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2022 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal n. º 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 058/2022 de 28 de junho de 2022 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 011, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2022, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
NATHALIA REZENDE FERREIRA ALVES	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	OURO BRANCO DO SUL	6º COLOCADO CLASSIFICADO
AIME PEREIRA DANTAS	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	FAM	2º COLOCADO CLASSIFICADO
FAGNER KAUÊ FERREIRA DE ANICÉSIO	MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ITIQUIRA	9º COLOCADO CLASSIFICADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações criminais fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos 05 anos;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 14 de setembro 2022.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 408, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N° 408, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. NEIDE PEREIRA DE OLIVEIRA DA SILVA, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitido em 03/04/2002, pelo período de **19/08/2022 à 19/11/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **20/11/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 19/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 399, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 399, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o Laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função a **ZILDA MARIA HONORARIO BATISTA,** servidor efetivo no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual passará a exercer as atividades inerentes à GUARDA, a partir de 12/09/2022 até 10/03/2023.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/09/2022.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 409, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 409, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. ELIZABETE BISLER STACHOVSKI, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, admitido em 02/09/2013, pelo período de **09/08/2022 à 07/10/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **08/10/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 09/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 400, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 400, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o Laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função a **MARIA SIMONE DE SOUZA BRAZ,** servidor efetivo no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual passará a exercer as atividades inerentes à GUARDA, a partir de 12/09/2022 até 10/03/2023.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/09/2022.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 406, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 406, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. DENISE MARIA BORDIGNON GARMATTER CARDOSO, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de ODONTOLOGO, admitido em 01/04/2002, pelo período de **11/08/2022 à 11/10/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **12/10/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 405, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 405, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. CHARLES PORTO RODRIGUES, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitido em 03/02/2000, pelo período de **18/08/2022 à 29/09/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **30/09/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 18/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 401, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 401, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o Laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função a **JOSE CARLOS SANCHES,** servidor efetivo no Cargo de PROFESSOR, a qual passará a exercer as atividades inerentes à FUNÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO, a partir de 12/09/2022 até 10/03/2023.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/09/2022.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 077, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 077, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PERMISSÃO DE USO TRANSITÓRIO DE ESPAÇO PÚBLICO E AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL (6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL).

O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, através da Comissão Organizadora da 29º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA, designada pelo Decreto Municipal nº 86 de 09 de setembro de 2012, torna público o Edital de Chamamento Público, para o credenciamento e seleção de pessoa física ou jurídica para autorização de exploração comercial a título precário e oneroso, aos interessados para desenvolver a referida atividade, durante o período do evento da **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**, que se realizará na Praça André Maggi.

O presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, serão obtidos no Prédio da Prefeitura Municipal de Itiquira, em horário comercial ou por meio do telefone 65-3491-1061 ou na Subprefeitura de Ouro Branco do Sul por meio do telefone 65-34912-1384.

Os documentos dos interessados serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Itiquira Subprefeitura de Ouro Branco do Sul, no prazo estabelecido no presente edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o credenciamento e a seleção de interessados na concessão de uso para a exploração temporária, a título precário e oneroso, de 35 (trinta e cinco) barracas, destinados à exploração comercial de alimentação e entretenimento na **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**.

1.2 Os espaços serão disponibilizados conforme ANEXO I deste edital, e os valores de outorga serão os seguintes:

LOTE	ESPAÇO	VALOR
1 ao 20	1 (5m x5m)	R$ 200,00
	2 (5m x5m)	R$ 200,00
	3 (5m x5m)	R$ 200,00
	4 (5m x5m)	R$ 200,00
	5 (5m x5m)	R$ 200,00
	6 (5m x5m)	R$ 200,00
	7 (5m x5m)	R$ 200,00
	8 (5m x5m)	R$ 200,00
	9 (5m x5m)	R$ 200,00
	10 (5m x5m)	R$ 200,00
	11 (5m x5m)	R$ 200,00
	12 (5m x5m)	R$ 200,00
	13 (5m x5m)	R$ 200,00
	14 (5m x5m)	R$ 200,00
	15 (5m x5m)	R$ 200,00
	16 (5m x5m)	R$ 200,00
	17 (5m x5m)	R$ 200,00
	18 (5m x5m)	R$ 200,00
	19 (5m x5m)	R$ 200,00
	20 (5m x5m)	R$ 200,00
21 ao 35	21 (10m x 10m)	R$ 400,00
	22 (10m x 10m)	R$ 400,00
	23 (10m x 10m)	R$ 400,00
	24 (10m x 10m)	R$ 400,00
	25 (10m x 10m)	R$ 400,00
	26 (10m x 10m)	R$ 400,00
	27 (10m x 10m)	R$ 400,00
	28 (10m x 10m)	R$ 400,00
	29 (10m x 10m)	R$ 400,00
	30 (10m x 10m)	R$ 400,00
	31 (10m x 10m)	R$ 400,00
	32 (10m x 10m)	R$ 400,00
	33 (10m x 10m)	R$ 400,00
	34 (10m x 10m)	R$ 400,00
	35 (10m x 10m)	R$ 400,00

2. DAS OBRIGAÇÕES ESPECIFICAS:

2.1. A exploração das atividades supramencionadas não gera para o município de Itiquira qualquer compromisso relacionado com a contratação dos serviços típicos decorrentes desta exploração, reservando-se tão somente o direito de supervisionar a qualidade dos serviços prestados.

2.2. Os espaços serão entregues com ponto de energia elétrica.

3. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados no dia da inscrição, conforme data especificada.

3.2. São requisitos para o credenciamento/inscrição, a apresentação dos seguintes documentos originais e cópias, para que sua cópia seja autenticada por servidor do município designado para esse fim.

3.2.1. Em se tratando de **pessoa física**:

a) Carteira de Identidade;

b) Documento de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Comprovante de residência;

d) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Itiquira.

e) Requerimento de autorização, conforme modelo constante no Anexo IV deste edital.

3.2.2. Em se tratando de **pessoa jurídica**:

a) Registro Comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste edital.

f) Requerimento de autorização, conforme modelo constante no Anexo IV deste edital.

g) Certidão Negativa de Débitos junto ao Município de Itiquira.

3.3. Somente será aceito o credenciamento em nome de 01(um) proponente.

3.4. Para oportunizarmos mais participantes só será permitido que cada proponente se inscreva para um lote de espaço ofertado nesse edital.

3.5. Efetivado o Credenciamento, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos.

3.6. Não serão aceitas inscrições por meio de terceiros.

4. DO PROCEDIMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital quanto ao credenciamento/inscrição, e havendo mais interessados que o número de espaços, a comissão levará em consideração o maior valor de outorga ofertado pelos interessados, observados os valores mínimos estabelecidos na tabela do item 1.2.

4.2. No caso de empate das propostas, a escolha será realizada através de sorteio em ato público, na presença dos interessados.

5. DA AUTORIZAÇÃO

5.1. Os classificados apresentarão o comprovante de inscrição e pagamento da outorga referente ao Evento, e o município lavrará o Termo de Autorização, concedida em caráter pessoal e intransferível, para exploração comercial a ser exercida.

5.2. A autorização poderá ser revogada pela Administração a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportuni-

dade, sem que caiba ao Autorizado (a) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for nos termos da legislação vigente.

5.3. O (a) Autorizado (a) deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área Autorizada em tempo hábil para que esteja, até a data prevista para o início do evento, apta para explorar o espaço de acordo com a legislação vigente, sob pena revogação da autorização.

5.4. A exploração da área Autorizada deverá ser feita pela empresa ou pessoa Autorizada.

5.5. É de responsabilidade exclusiva e integral do Autorizado (a) a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para à Administração.

5.6. Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos da autorização, que é parte integrante desse chamamento público.

5.7. O Termo de Autorização a ser assinado está contido no Anexo II.

5.8. Quando o interessado convocado não assinar o Termo de Autorização no prazo previsto, o Organizador poderá convocar o próximo classificado, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente chamamento público.

6. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	PROCEDIMENTO	DATAS
1ª Etapa	Publicação do edital	15/09/2022
	Inscrições	16/09/2022 a 22/09/2022
	Classificação dos interessados	23/10/2022
	Pagamento da taxa referente à concessão dos espaços e Apresentação de comprovante de pagamentos de concessão de espaços.	26/09/2022 à 30/09/2022
2ª Etapa	Assinaturas de Contrato	03/10/2022
	Entrega dos ESPAÇOS	04/10/2022

7. DO PRAZO DE VALIDADE

7.1. A vigência do Termo de Autorização é exclusiva aos dias de realização da 6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL, isto é, entre os dias 07 a 09 de outubro de 2022.

7.2. O prazo de execução dos serviços, bem como o início dos trabalhos deverá ser simultâneo à realização do evento, conforme Programação da 6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL, a ser disponibilizada no momento da assinatura do Termo de Autorização mencionado no Item 5.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) AUTORIZADO (A)

8.1. O (A) Autorizado (a) deverá atender às seguintes obrigações:

8.1.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente;

8.1.2. Manter, durante toda a exploração da área que lhe foi Autorizada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;

8.1.3. Zelar pela área objeto da Autorização e comunicar de imediato, aos Organizadores, a sua utilização indevida por terceiros;

8.1.4. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da Autorização de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do Edital, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes;

8.1.5. Responder civil, penal e administrativamente pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados a terceiros e às estruturas do espaço disponibilizado pela Administração;

8.1.6. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização dos Organizadores;

8.1.7. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área Autorizada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênica – sanitária, inclusive com a disponibilização de lixeiras aos consumidores;

8.1.8. Todos e quaisquer danos que porventura venham a ocorrer aos consumidores deverão ser reparados pela empresa ou pessoa física Autorizada.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Comissão Organizadora da **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2. A disponibilização de ponto de energia elétrica será de responsabilidade da Administração.

9.3. A instalação da rede de energia interna e de iluminação será de responsabilidade do AUTORIZATÁRIO.

9.4. A parte interna da estrutura do espaço é de responsabilidade do AUTORIZATÁRIO e deverá se adequar às normas da vigilância sanitária, bem como a observar os manuais de boas práticas e demais exigências da ANVISA.

9.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do evento.

9.6. As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no FORO da Comarca de Itiquira/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

THIERRY APARECIDO BERNARDES BORTOLINI

Presidente da 30º Festa do Peão de Itiquira (I EXPOITI) e 6º Festa do Peão de Ouro Branco do Sul

ANEXO I

Arquivo em PDF disponível para consulta no Prédio da Prefeitura Municipal de Itiquira.

LOTE	ESPAÇO	VALOR
1 ao 20	1 (5m x5m)	R$ 200,00
	2 (5m x5m)	R$ 200,00
	3 (5m x5m)	R$ 200,00
	4 (5m x5m)	R$ 200,00
	5 (5m x5m)	R$ 200,00
	6 (5m x5m)	R$ 200,00
	7 (5m x5m)	R$ 200,00
	8 (5m x5m)	R$ 200,00
	9 (5m x5m)	R$ 200,00
	10 (5m x5m)	R$ 200,00
	11 (5m x5m)	R$ 200,00
	12 (5m x5m)	R$ 200,00
	13 (5m x5m)	R$ 200,00
	14 (5m x5m)	R$ 200,00
	15 (5m x5m)	R$ 200,00
	16 (5m x5m)	R$ 200,00
	17 (5m x5m)	R$ 200,00
	18 (5m x5m)	R$ 200,00
	19 (5m x5m)	R$ 200,00
	20 (5m x5m)	R$ 200,00
21 ao 35	21 (10m x 10m)	R$ 400,00
	22 (10m x 10m)	R$ 400,00
	23 (10m x 10m)	R$ 400,00
	24 (10m x 10m)	R$ 400,00
	25 (10m x 10m)	R$ 400,00
	26 (10m x 10m)	R$ 400,00
	27 (10m x 10m)	R$ 400,00
	28 (10m x 10m)	R$ 400,00
	29 (10m x 10m)	R$ 400,00
	30 (10m x 10m)	R$ 400,00
	31 (10m x 10m)	R$ 400,00
	32 (10m x 10m)	R$ 400,00
	33 (10m x 10m)	R$ 400,00

	34 (10m x 10m)	R$ 400,00
	35 (10m x 10m)	R$ 400,00

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO NA FORMA ONEROSA

TERMO DE CONTRATO

O MUNICÍPO DE ITIQUIRA, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, com sede administrativa na XXX, representado pelo Sr. _____, (qualificação completa), doravante denominado AUTORIZADOR, e _____ _____, portador(a) do RG. nº _____ SSP/__, e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, denominado (a) AUTORIZATÁRIO (A), celebram o presente termo de autorização de uso oneroso de bem público, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. É objeto do presente termo, a autorização de pessoa física/jurídica, para uso oneroso de espaço público, para exploração comercial, durante o período da **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**, que se realizará na Praça André Maggi.

CLÁUSULA II - DO RAMO DE COMÉRCIO

2. Os espaços ora autorizados são destinados exclusivamente ao comércio (cerveja, refrigerante, sucos e água mineral, água de coco, energéticos isotônicos, batidas e alimentos prontos e para consumo *in loco*) e entretenimento.

CLÁUSULA III –DO PREÇO DE OUTORGA

3. Pela utilização do espaço durante todo o período do evento o (a) AUTORIZATÁRIO(a) pagará o valor de R$ XXX, com vencimento até o dia 30/09/2022.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

4. O prazo de vigência do presente contrato é 30 (trinta) dias improrrogáveis.

4.1. No vencimento da autorização existente no presente instrumento, o (a) AUTORIZATARIO (a) deverá deixar o local da instalação inteiramente limpo, sob pena de responsabilidade pelo dano que vier a causar, por ação ou omissão.

CLÁUSULA V - DA AUTORIZAÇÃO DE USO

5. A outorga desta autorização de uso é feita a título precário, intransferível e pelo prazo da realização da **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**, isto é, entre os dias 07 à 09 de outubro de 2022.

5.1. Poderá ocorrer o remanejamento do espaço autorizado, visando atender às normas de setorização ou desde que haja fundamentado interesse técnico – operacional da Administração, mediante notificação prévia do (a) AUTORIZATÁRIO (A), em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, arcando a Administração com os encargos diretos da eventual transferência do local e o (a) AUTORIZATÁRIO (A) com aqueles resultantes da utilização da nova área.

5.2. Não será concedida mais de uma autorização de uso ao mesmo AUTORIZATÁRIO.

5.3. A fiscalização dos ESPAÇOS E DAS TENDAS será realizada sob coordenação da comissão designada pela Administração para o acompanhamento das atividades do evento.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DO (A) AUTORIZATÁRIO (A)

6. O (a) AUTORIZATÁRIO (a) deverá atender às seguintes obrigações:

6.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente.

6.1.2. Compete ao AUTORIZATÁRIO (a) observar todos os critérios e exigências do Corpo de Bombeiros; a segurança dos bens móveis que guarnecerem os ESPAÇOS E TENDAS; bem como compete ao interessado cuidar do licenciamento sanitário para funcionamento das tendas.

6.2.1. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) é obrigado a ocupar o espaço, sob pena de o Município assumir a posse da mesma, independentemente de indenização.

6.2.2. Não ceder, transferir, emprestar ou sublocar a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da autorização de uso, sob pena de pagamento de multa no valor de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor pago pela autorização de uso da barraca, zelando pelo seu uso e comunicando de imediato à Administração a sua utilização indevida por terceiros.

6.2.3. Exceto pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste termo, obriga-se o (a) AUTORIZATARIO (a) a não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da Administração.

6.2.4. Responsabilizar-se com todas e quaisquer despesas relativas à instalação, montagem, desmontagem, manutenção, transporte de material, limpeza e conservação das barracas, material de limpeza e higiene, ou quaisquer outros encargos que, direta ou indiretamente, venham a incidir sobre o serviço.

6.2.5. Ao final das festividades, o proponente deverá restituir os espaços à Administração no mesmo estado em que foram recebidas. Os danos porventura causados serão de exclusiva responsabilidade do (a) AUTORIZATÁRIO (a).

6.3. Exercer unicamente o ramo que lhe foi autorizado através da outorga de uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do presente Termo, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

6.4. Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

6.4.1. Abster-se de admitir como trabalhador ou permitir que menores de 18 anos lhe prestem serviços não permitidos na forma do Art. 7º inciso XXXIII da CF/88, ou seja, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer natureza a menores de 16 anos.

6.4.2. Ainda, se compromete a não manter criança ou adolescente que esteja sob a sua responsabilidade no estabelecimento a ser utilizada em seu proveito econômico, durante os dias da realização do evento.

6.4.3. Caso verificado o descumprimento das clausulas 6.4.1., 6.4.2., 6.5., será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

6.5. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) se compromete a não proceder à venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos.

6.6. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e da área de instalação do objeto do presente termo, observando a totalidade das exigências de ordem higiênicas - sanitária.

6.6.1. A sonorização utilizada em toda a área do evento será a dos palcos do evento e ficará a cargo do AUTORIZADOR. Portanto, fica proibida a utilização de sonorização particular nas barracas, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO.

6.6.2. O espaço deverá ser mantida em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, de conformidade com a legislação sanitária, sendo que caixas, embalagens e afins já utilizadas, não poderão ser armazenadas nas áreas internas e externas da barraca, devendo ser acondicionados em local próprio indicado pelo AUTORIZADOR.

6.6.3. É de exclusiva responsabilidade de o interessado zelar pela boa higiene da praça de alimentação; cada TENDA deverá ter um recipiente de

coleta de lixo, revestido internamente com sacos plásticos específicos para coleta de lixo, que deverá ser substituído sempre que necessário. O material recolhido deverá acondicionado em local próprio, conforme designação do Município. A área no entorno das barracas deverá ser mantida limpa e higienizada, com manutenção constante durante toda a festa.

6.6.4. O (A) AUTORIZATÁRIO (a) se compromete a atender à determinação da vigilância sanitária quanto ao acondicionamento, manipulação e preparo dos alimentos e acondicionamento das bebidas, tais como usar roupas adequadas no trato com alimentação, tais como, boné, jaleco branco e luvas de plástico descartável.

6.6.5. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, no prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos serviços, decorrente de culpa do (a) AUTORIZATÁRIO (a).

6.6.5.1. Responsabilizar-se na forma da legislação vigente e cabível, quanto aos preços, qualidade e higiene dos produtos comercializados, assim como pela higienização das instalações, na forma exigida pela saúde pública.

6.6.5.2. Não utilizar o fornecimento de equipamentos, utensílios ou qualquer outro tipo de material impróprio ou de qualidade inferior.

6.6.5.3. Os vasilhames de bebidas oferecidas ao público pela AUTORIZATÁRIA deverão ser de plástico, latas ou acrílico, não podendo, em hipótese alguma, fornecer alimentos e bebidas em recipientes de vidro.

6.6.6.4. É expressamente proibida propaganda política, dentro das barracas ou no exterior delas.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO AUTORIZADOR

7. O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA se obriga a:

7.1. Permitir ao AUTORIZATÁRIO (A) livre acesso e informações em relação à área do imóvel objeto desta autorização de uso.

7.2. Dar ao AUTORIZATÁRIO (A) todas as condições necessárias para usufruir do imóvel, não lhe perturbando nem dificultando o uso.

7.3. Fiscalizar e autorizar as atividades no local, mediante inspeção.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de autorização de uso, acarretará na aplicação, pelo (a) AUTORIZATÁRIO (a), das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

8.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá aplicar advertência e multa, nos moldes dos itens posteriores, observado o item 8.2, onde será rescindido automaticamente o presente Termo.

8.2. Conforme o item 6.4.3, além da rescisão imediata, bem como o AUTORIZATÁRIO(A) será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

9. Caberá rescisão do presente contrato por determinação por ato unilateral e escrito da Administração, em qualquer momento, independente de interpelação judicial ou extrajudicial sem que ao AUTORIZATÁRIO (A) tenha direito à indenização:

9.1. Nos casos de não cumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pela Administração e por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada.

9.3. Quando não observar todas as exigências de segurança com as TENDAS e suas instalações em relação ao seu pessoal e terceiros, não respondendo a Administração por qualquer acidente porventura ocorrido.

9.4. Transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, sem prévio acordo e expressa autorização da Administração.

9.5. Não atender as determinações pelas repartições públicas competentes e/ou fiscalização, relacionada com a falta de atendimento das condições e obrigações assumidas por este contrato.

9.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA X - CASOS OMISSOS

10. Os casos omissos serão encaminhados à Comissão de Organização do Evento.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11. Fica eleito o Foro da Comarca de Itiquira (MT) para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Pelo (a) AUTORIZATARIO (a) foi dito que aceitava o presente termo que lido, conferido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias de igual teor.

Itiquira/MT, ____ de ____ de 2022.

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ADOLESCENTE

OBJETO: Aplicação das medidas de prevenção e erradicação do trabalho infantil e adolescente

Nome da pessoa física: CPF n.: RG n.: SSP/ Endereço: Telefone(s): Firma o presente TERMO DE COMPROMISSO, perante o Município de Itiquira, sob as seguintes condições:

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER: Abster-se de admitir como trabalhador ou permitir que menores de 18 anos lhe prestem serviços não permitidos na forma do Art. 7º inciso XXXIII da CF/88, ou seja, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer natureza a menores de 16 anos, no evento "**6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**", realizado pelo município de Itiquira. Ainda, se compromete a não manter criança ou adolescente que esteja sob a sua responsabilidade no estabelecimento a ser utilizado em seu proveito econômico.

Assim, desde já fica ciente que caso verificado o descumprimento do presente TERMO DE COMPROMISSO, será automaticamente proibido de continuar exercendo atividades no evento, bem como resultará na suspensão por 02 (dois) anos do direito de participar dos eventos promovidos pelo Município de Itiquira.

Local, Data e Assinatura.

ANEXO IV

REQUERIMENTO PARA EXPLORAÇÃO TEMPORÁRIA E COMERCIAL DE ÁREA PÚBLICA

XXX, brasileiro, estado civil XXX, portador do Rg nº XXX e do CPF nº XXX, residente e domiciliado no endereço XXX, comparece perante a Comissão Organizadora da 29º FESTA DO PEÃO DE ITIQUIRA, para manifestar interesse na obtenção de autorização a título precário e oneroso, para exploração de área pública localizada no lote nº X espaço nº XXX, conforme o mapa do local.

Para tanto o requerente apresenta proposta no valor de R$ XXX (XXX), para a exploração da área em referência nos dias de realização da **6º FESTA DO PEÃO DE OURO BRANCO DO SUL**.

Nos termos do Edital de Chamamento Público nº 77/2022, encaminham-se em anexo os documentos exigidos no Edital.

Atenciosamente,

_____

Nome e assinatura do Representante da Instituição

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 398, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 398, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Readaptação de Função ao servidor que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a regulamentação contida no DecretoMunicipal nº 051/2017 que dispõe sobre o Sistema de Readaptação de Função prevista no artigo 23 da Lei Municipal nº 379 de 03 de março de 1999, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o requerimento da unidade Administrativa competente do Poder Executivo e o Laudo da junta médica oficial do município, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Readaptação de Função a **FRANCISVALDO BASTOS CORREA,** servidor efetivo no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a qual passará a exercer as atividades inerentes à GUARDA, a partir de 12/09/2022 até 10/03/2023.

Art. 2° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12/09/2022.

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 079, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 079, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe Sobre Convocação dos Candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021 da Prefeitura Municipal de Itiquira – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 888 de 08 de abril de 2015, que dispõe a autorização ao Poder Executivo Municipal a proceder à CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, visando atender necessidades de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a Homologação do resultado final Processo Seletivo Simplificado, pelo Decreto Nº. 046/2021 de 19 de maio de 2021 o qual possui candidatos aprovados e classificados;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal em promover a contratação de pessoal por tempo determinado;

CONSIDERANDO a ordem rigorosa de classificação do Edital Complementar nº 027, do procedimento supracitado;

CONVOCA:

Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311, Centro – Itiquira/MT, Estado de Mato Grosso, no período de 30 dias a contar da publicação deste, no horário de 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, para tratarem de assuntos de seu interesse.

Art. 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

CANDIDATO	CARGO	LOCAL	CLASSIFICAÇÃO
TEREZA RAQUEL ARANTES	ARTIFÍCE DE COPA/COZINHA	ITIQUIRA	14 CANDIDATO APROVADO

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório ou cópia autenticada por servidor municipal com competência conferida por portaria, que comprove o que segue abaixo:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa de ações cíveis e criminais, fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio, e caso positiva, esta deverá estar acompanhada de certidão de objeto e pé dos processos nela constantes;

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido, expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

13 - 02 (duas) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 –Conta Corrente Banco do Brasil.

22- CPF dos dependentes maiores de 14 anos

23- CPF do cônjuge, se for o caso

24- CPF do Pai e da Mãe

25- Cópia da página da Carteira de Trabalho onde consta o número e os dados pessoais

26- Declaração de não participação de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e de não exercício de comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

Art. 4º - Se o candidato convocado não comparecer no prazo estabelecido por este Edital, será considerado DESISTENTE do direito de ser contratado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, em 14 de setembro 2022.

FABIANO DALLA VALLE

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 407, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 407, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. NELCIRA MACHADO DE OLIVEIRA, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitido em 03/02/2000, pelo período de **08/08/2022 à 05/12/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **06/12/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 402, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 402, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos IV, combinado com o art. 95, ambos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto à Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. ZELIA GIONGO, Servidor Público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, admitido em 01/04/2002, pelo período de **08/08/2022 à 05/11/2022, conforme Laudo Pericial,** com o retorno ao trabalho no dia **06/11/2022.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/08/2022, revogando-se às disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 397, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N° 397, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a nomeação dos Membros do Comissão Organizadora da Campanha "IPTU PREMIADO", e dá outras providências,

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 5.768/1971 e no Decreto Federal nº 70.951/1972, na Lei Municipal nº 1.172 de 03/03/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores para compor a Comissão **Organizadora da Campanha "IPTU PREMIADO" com os** seguintes membros:

1. GLÊNIO FABIO VIEIRA FERNANDES

Secretário Municipal de Administração – SMA

2. ADALBERTO PEREIRA ANICESIO

Secretário Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação – SMFPA

3. ALEX ALVES DA SILVA

Assessor Técnico de Finanças - ATF

Art. 2º. Os membrosda Comissão Organizadorase reunirão sob a Presidência do primeiro nomeado, representante do Executivo.

Parágrafo único. A função dos membros da Comissão não será remunerada, porém considerada de relevante interesse público.

Art. 3º. Cabe a Comissão Organizadora:

I – Zelar pelo cumprimento do disposto no presente regulamento;

II – Organizar e realizar os sorteios, orientando os participantes e dirimindo quaisquer dúvidas referentes à Campanha;

III – Verificar a regularidade da situação fiscal dos sorteados, para efeito de recebimento dos prêmios;

IV – Homologar os sorteios e divulgar os nomes dos premiados no prazo de até 30 dias, contados a partir do sorteio;

V – Fazer a entrega dos prêmios aos contemplados;

VI – Elaborar relatório geral da Campanha;

VII – Decidir a respeito das impugnações feitas e resolver os casos omissos.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 14 de setembro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO FINAL (PROVAS OBJETIVAS)

101 - VISITADOR SOCIAL - JACIARA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000018	KEDMA RODRIGUES SILVA	35,00	25,00	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000154	ADELIA BORGES DA SILVA	25,00	30,00	55,00	2º	Classificado	Excedente
0000150	ANDREIA LOPES PEREIRA	25,00	30,00	55,00	3º	Classificado	Excedente
0000162	JEOVANA JAQUES RIBEIRO E SILVA	40,00	10,00	50,00	4º	Classificado	Excedente
0000139	DALVA MIRANDA DA SILVA	30,00	20,00	50,00	5º	Classificado	Excedente
0000014	JOSIELMA DA PAIXAO SOUZA	25,00	25,00	50,00	6º	Classificado	Excedente
0000146	THAIS MARIA SOARES	20,00	30,00	50,00	7º	Classificado	Excedente
0000011	ALVARO JOSE DE ALMEIDA SOUZA	30,00	15,00	45,00	8º	Classificado	Excedente
0000167	ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS	25,00	20,00	45,00	9º	Classificado	Excedente
0000096	ABDIEL ALVAREZ DE LIMA	25,00	20,00	45,00	10º	Classificado	Excedente
0000064	INGRID MARTINS ROCHA	30,00	10,00	40,00	11º	Classificado	Excedente
0000118	LAYRA ANDRESSA PEREIRA REIS	25,00	15,00	40,00	12º	Classificado	Excedente
0000062	ALINE GARCIA DE LIMA	15,00	25,00	40,00	13º	Classificado	Excedente
0000105	ZILDIMAR PEREIRA DA SILVA	35,00	0,00	35,00	14º	Classificado	Excedente
0000143	MARLETE DE LIMA	30,00	5,00	35,00	15º	Classificado	Excedente
0000176	KATIUSCIA CRISTINA DE LIMA	25,00	10,00	35,00	16º	Classificado	Excedente
0000182	ANGELA MARIA BRAGATTO	25,00	10,00	35,00	17º	Classificado	Excedente
0000144	MIRIAN APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA	25,00	10,00	35,00	18º	Classificado	Excedente
0000171	TAYNARA KARINA BRAGA FEREIRA	25,00	10,00	35,00	19º	Classificado	Excedente
0000009	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	25,00	10,00	35,00	20º	Classificado	Excedente
0000116	KÉFANY AMANDA DOS SANTOS DE CARVALHO	25,00	10,00	35,00	21º	Classificado	Excedente
0000179	ANTÔNIA MARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	15,00	35,00	22º	Classificado	Excedente
0000015	CRISTIANI FONSECA DOS SANTOS	20,00	15,00	35,00	23º	Classificado	Excedente
0000123	HEMANOELLY HELLENA DA SILVA	20,00	15,00	35,00	24º	Classificado	Excedente
0000095	GABRIELE MORAIS RODRIGUES	20,00	15,00	35,00	25º	Classificado	Excedente
0000092	LUCINEIA ALVES ANTÔNIO	25,00	5,00	30,00	26º	Classificado	Excedente
0000065	LEIDIANE BRAGA DOS SANTOS SILVA	20,00	10,00	30,00	27º	Classificado	Excedente
0000017	KATIANE DENISE DE LIMA PEREIRA	20,00	10,00	30,00	28º	Classificado	Excedente
0000175	PABULO HENRICO LIMA QUIRINO	20,00	10,00	30,00	29º	Classificado	Excedente
0000107	BEATRIZ DA CRUZ SALVADOR	15,00	15,00	30,00	30º	Classificado	Excedente

PORTARIA N.º 244, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 244, DE 06 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2015 a 2020, a partir de 31 de agosto de 2022 a 29 de setembro de 2022 (30 dias), à servidora abaixo:

JOELMA RODRIGUES JACARANDA ROSA – Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 06 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO PARCIAL (PROVAS OBJETIVAS)

101 - VISITADOR SOCIAL

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	NOTA FINAL
0000096	ABDIEL ALVAREZ DE LIMA	25,00	20,00	45,00
0000154	ADELIA BORGES DA SILVA	25,00	30,00	55,00
0000169	ADRIANA PEREIRA	-	-	-
0000042	ADRIANO ALEF DA CRUZ ROCHA	-	-	-
0000149	ADRIANO DAMASCENO JACOB	-	-	-
0000174	AIRTON FERREIRA ARAUJO	-	-	-
0000142	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	-	-	-
0000145	ALINE FERREIRA DE SOUSA	-	-	-
0000062	ALINE GARCIA DE LIMA	15,00	25,00	40,00
0000178	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	-	-	-
0000011	ALVARO JOSE DE ALMEIDA SOUZA	30,00	15,00	45,00
0000088	ANA BEATRIZ ALVES DE SOUZA	-	-	-
0000039	ANA CAROLINE DA SILVA NASCIMENTO SIEBA	-	-	-
0000032	ANA PAULA AMORIM OLIVEIRA	-	-	-
0000150	ANDREIA LOPES PEREIRA	25,00	30,00	55,00
0000040	ANDREIA PEREIRA DE MATOS	-	-	-
0000080	ANDREIA ROSA MENDES	-	-	-
0000160	ANELIZE SILVA RODRIGUES	-	-	-
0000182	ANGELA MARIA BRAGATTO	25,00	10,00	35,00
0000179	ANTÔNIA MARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	15,00	35,00
0000107	BEATRIZ DA CRUZ SALVADOR	15,00	15,00	30,00
0000060	CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS	-	-	-
0000067	CARINA LIMA MARQUES	-	-	-
0000109	CARLEANE BRAGA ROCHA	-	-	-
0000013	CAROLINA CRISTINA DE JESUS CASTRO	-	-	-
0000130	CIDILANE FERREIRA DE JESUS	-	-	-
0000020	CLAUDIMIRA FERREIRA DOS SANTOS	-	-	-
0000019	CLAYRON KAYQUE FERNANDES DUARTE	-	-	-
0000022	CLEICE GOMES DOS SANTOS	-	-	-
0000113	CLEIDIANE MAIDANA VIANA	-	-	-
0000090	CLEIDIANI FARIAS DE ANDRADE	-	-	-
0000010	CLEISON CUIM ANDRADE	-	-	-

0000015	CRISTIANI FONSECA DOS SANTOS	20,00	15,00	35,00
0000139	DALVA MIRANDA DA SILVA	30,00	20,00	50,00
0000140	DANIEL DE OLIVEIRA PEREIRA	-	-	-
0000094	DANIELA DE SOUZA PEREIRA	-	-	-
0000029	DANIELLY ISTINA ALVES GUIMARÃES	-	-	-
0000085	DANYELLE ALVES SOBRINHO	-	-	-
0000055	DARIANA ESTEFANIA MELO DA SILVA	-	-	-
0000051	DARLLYENE FERREIRA BATISTA GONÇALVES	-	-	-
0000082	DAYARA KELLE DA SILVA	-	-	-
0000028	DEBORA CRISTINA DE OLIVEIRA	-	-	-
0000001	DEISE NEVES SILVA HATAMOTO	-	-	-
0000046	DIVINA CORREA FERREIRA	-	-	-
0000037	DORACI MENDES DE OLIVEIRA	-	-	-
0000027	DURCILENE FERREIRA DOS ANJOS DA SILVA	-	-	-
0000108	EDNÉIA MARTINS RAMOS	-	-	-
0000148	EDUARDO ARAÚJO RODRGUES	-	-	-
0000181	ELAINI SOARES DE LIMA	-	-	-

0000147	ELLEN CANANÉIA PEREIRA MENDES	-	-	-
0000024	ERICA DE SOUZA VILELA	-	-	-
0000084	ERIKA CORREIA COSTA	-	-	-
0000167	ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS	25,00	20,00	45,00
0000100	EVELLYN VITORIA PAIVA LEMBRANZI	-	-	-
0000061	FELIPE DOS SANTOS SILVA	-	-	-
0000048	FLÁVIA VENDRUSCOLO	-	-	-
0000133	FRANCIELE RODRIGUES LAMEIRO	-	-	-
0000044	FRANCISCA SILVA DA CONCEIÇÃO	-	-	-
0000115	FRANKLIN TAIANAN PARADA FRANCO	-	-	-
0000138	FREDERICO RAMOS VALADARES	-	-	-
0000136	GABRIEL TADEU RIBEIRO VALEIRO	-	-	-
0000095	GABRIELE MORAIS RODRIGUES	20,00	15,00	35,00
0000041	GABRIELLA PULTRINE PORTES	-	-	-
0000045	GENISMAR BENTO FREIRE	-	-	-
0000033	GISLAINE DA SILVA RODRIGUES	-	-	-
0000030	HAMILTON RAMALHO LOPES SIMON	-	-	-
0000097	HÉLIA FERRAZ DE OLIVEIRA ARRAIS	-	-	-
0000123	HEMANOELLY HELLENA DA SILVA	20,00	15,00	35,00
0000122	HENRIQUE DUTRA LIMA	-	-	-
0000012	HENRIQUE SIDNEI FERNANDES	-	-	-
0000064	INGRID MARTINS ROCHA	30,00	10,00	40,00
0000098	INGRID RAFAELE MACIEL ESTEVES LOPES DA SILVA	-	-	-
0000002	IRIELLE APARECIDA ALICRIM MENDES	-	-	-
0000170	ISABELA ANDRADE SOUZA	-	-	-
0000124	ISMAEL DA SILVA	-	-	-
0000141	IVANE MARIA DA SILVA	-	-	-
0000110	IZABELA CRISTINA FERREIRA RUIZ	-	-	-
0000066	JAINY BORGES DE SOUZA	-	-	-
0000025	JAQUELINE CAMINI	-	-	-
0000162	JEOVANA JAQUES RIBEIRO E SILVA	40,00	10,00	50,00
0000089	JHENIFER HUTTINGER	-	-	-
0000164	JOÃO BATISTA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	5,00	25,00
0000014	JOSIELMA DA PAIXAO SOUZA	25,00	25,00	50,00
0000103	JULIANA DOS SANTOS SILVA	-	-	-
0000158	JULIANA RAMOS MACHADO	-	-	-
0000081	JULIENE DA SILVA DE JESUS	-	-	-
0000003	KAMILA SILVA DOS SANTOS	-	-	-
0000163	KAREN DA SILVA ALVES MACIEL	-	-	-
0000119	KARIN DENIZ CARVALHO	-	-	-
0000017	KATIANE DENISE DE LIMA PEREIRA	20,00	10,00	30,00
0000176	KATIUSCIA CRISTINA DE LIMA	25,00	10,00	35,00
0000161	KAYLAINE OLIVEIRA NOGUEIRA	-	-	-
0000018	KEDMA RODRIGUES SILVA	35,00	25,00	60,00
0000116	KÉFANY AMANDA DOS SANTOS DE CARVALHO	25,00	10,00	35,00
0000008	KETELY CRISTINA DOS SANTOS SILVA	-	-	-
0000155	LADY KAMILLA MARQUES FERNANDES	-	-	-
0000180	LARA PEREIRA DE SOUZA	-	-	-
0000047	LARISSA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	-	-	-
0000059	LARYA LETÍCIA SANTOS DA SILVA	-	-	-
0000135	LARYSA OLIVEIRA DIAS	-	-	-

0000069	LAYANA DOS ANJOS BARBOSA	-	-	-
0000118	LAYRA ANDRESSA PEREIRA REIS	25,00	15,00	40,00
0000049	LEANDRO FERREIRA CAXIAS	-	-	-

0000050	LEIDANE MARIANO JESUS LEITE DA SILVA	20,00	5,00	25,00
0000065	LEIDIANE BRAGA DOS SANTOS SILVA	20,00	10,00	30,00
0000086	LEILIANE OLIVEIRA LIMA	-	-	-
0000077	LETÍCIA ELIS DINIZ	-	-	-
0000078	LUANA BEZERRA	-	-	-
0000072	LUCAS RENATO VIEIRA CUSTÓDIO	-	-	-
0000092	LUCINEIA ALVES ANTÔNIO	25,00	5,00	30,00
0000132	MANUELA CANUTO DA SILVA	-	-	-
0000183	MARA OLIVEIRA	-	-	-
0000007	MARCELA ROCHA SILVA	-	-	-
0000058	MARCIA DIAS DOS SANTOS	-	-	-
0000101	MARIA CICERA ANDRADE DA SILVA	-	-	-
0000112	MARIA DO CARMO JOVENTINA DO ROSARIO	-	-	-
0000126	MARIA EMÍLIA GOMES FERREIRA	-	-	-
0000074	MARIA HENRI HENE ALVES DOS SANTOS	-	-	-
0000023	MARIA IZABELA SANTOS FERREIRA	-	-	-
0000121	MARIA MADALENA BATISTA RODRIGUES	-	-	-
0000173	MARIANA CRISTINA DE JESUS PINHEIRO	-	-	-
0000076	MARIANE OLIVEIRA ALVES	-	-	-
0000036	MARINES LIMA MARTINS DA SILVA	-	-	-
0000143	MARLETE DE LIMA	30,00	5,00	35,00
0000117	MARLI FRANCISCO SOBRINHO	-	-	-
0000056	MARLI MARQUES GONCALVES	-	-	-
0000009	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	25,00	10,00	35,00
0000127	MAURA RODRIGUES ALVES	-	-	-
0000073	MAYCON GLEYDSON DE LIMA SMOLSKI	-	-	-
0000131	MAYSIS GABRIELLE DE SOUZA PEREIRA	20,00	5,00	25,00
0000134	MEIRE THEREZINHA PEGORARO DA SILVA	-	-	-
0000043	MIRELLY ALMEIDA BORGES	-	-	-
0000144	MIRIAN APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA	25,00	10,00	35,00
0000070	MORGANA MONT SERRAT SILVA CAMPOS	-	-	-
0000071	NAIANE SILVA DE OLIVEIRA	-	-	-
0000129	NATHALIA APARECIDA KONRAD DO NASCIMENTO	-	-	-
0000075	NELSON PEREIRA JUNIOR	-	-	-
0000157	NÚBIA LAFAYETE DA SILVA SANTOS	-	-	-
0000152	ORLI ALVES PEREIRA DE SOUZA	-	-	-
0000175	PABULO HENRICO LIMA QUIRINO	20,00	10,00	30,00
0000168	PAMELLA CAPPELARI RULIM	-	-	-
0000016	PATRICIA DUTRA DA SILVA	-	-	-
0000151	PATRÍCIA GRAZIELE DE SOUZA LOPES	-	-	-
0000114	PAULO HENRIQUE SOUZA OLIVEIRA	-	-	-
0000052	RAFAELA GOMES EVANGELISTA DO PRADO	20,00	5,00	25,00
0000091	RENATA MARIA GALDINO MIRANDA	-	-	-
0000099	RENATA SANTANA DUTRA	-	-	-
0000166	ROBERTA IVIANE SANTOS SILVEIRA	-	-	-
0000102	RONEIMAR TAVARES DA SILVA	-	-	-
0000063	ROSANA DE SOUZA RODRIGUES	-	-	-
0000137	ROSANE DE SOUZA LEITE	-	-	-

0000093	ROSANGELA FERREIRA DOS SANTOS SILVA	-	-	-
0000159	ROSIMEIRE NUNES DE APRINIO	15,00	5,00	20,00
0000079	SABRINA DE CARVALHO MOLINA	-	-	-
0000031	SAMILY MAYARA DA SILVA	-	-	-
0000087	SANDRA MOISÉS DA SILVA	-	-	-
0000153	SARA SANTOS ROCHA	-	-	-
0000038	SERGIO LEMES DA SILVA JUNIOR	-	-	-
0000083	SHERILL ANN LOPES DOS ANJOS	-	-	-
0000156	SIDINEIA RODRIGUES GOMES	-	-	-
0000004	SILAS DE OLIVEIRA SOUTO	-	-	-
0000177	SILENE SANTOS ABADE DE AGUIAR GARCIA	-	-	-
0000125	SIRLEIA SOARES DE QUADROS	-	-	-
0000035	SONIA MARA LEITE BARBOSA	-	-	-
0000128	STEFANY MOREIRA QUEIROZ	-	-	-
0000006	SUELLEN DE FRANCA NASCIMENTO	-	-	-
0000111	TALITA CARVALHO LOPES GOMES	-	-	-
0000106	TATIANE APARECIDA BORGES MENDONÇA	-	-	-
0000172	TATIANE CARDOSO DA SILVA	-	-	-
0000068	TATIANE DA SILVA GOMES	-	-	-
0000171	TAYNARA KARINA BRAGA FEREIRA	25,00	10,00	35,00
0000034	THAIMERIS MOISES COTRIN	-	-	-
0000104	THAINÁ PEREIRA DA SILVA	-	-	-

0000146	THAIS MARIA SOARES	20,00	30,00	50,00
0000021	THAIS QUARESMA MIRANDA	-	-	-
0000053	THAISE AMARO DOS SANTOS	-	-	-
0000054	THALITA LOPES FERRAZ	-	-	-
0000165	VALDETE RAINHA DO AMARAL	-	-	-
0000057	VICTOR MATHEUS DE SOUZA DUTRA TELES	-	-	-
0000026	VITÓRIA APARECIDA MATOS CARVALHO DE SOUZA	-	-	-
0000005	VIVIANE LUANA DO CARMO	-	-	-
0000120	ZÉLIA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	-	-	-
0000105	ZILDIMAR PEREIRA DA SILVA	35,00	0,00	35,00

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO FINAL HOMOLOGAÇÃO

101 - VISITADOR SOCIAL - JACIARA

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000018	KEDMA RODRIGUES SILVA	35,00	25,00	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000154	ADELIA BORGES DA SILVA	25,00	30,00	55,00	2º	Classificado	Excedente
0000150	ANDREIA LOPES PEREIRA	25,00	30,00	55,00	3º	Classificado	Excedente
0000162	JEOVANA JAQUES RIBEIRO E SILVA	40,00	10,00	50,00	4º	Classificado	Excedente
0000139	DALVA MIRANDA DA SILVA	30,00	20,00	50,00	5º	Classificado	Excedente
0000014	JOSIELMA DA PAIXAO SOUZA	25,00	25,00	50,00	6º	Classificado	Excedente
0000146	THAIS MARIA SOARES	20,00	30,00	50,00	7º	Classificado	Excedente
0000011	ALVARO JOSE DE ALMEIDA SOUZA	30,00	15,00	45,00	8º	Classificado	Excedente
0000167	ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS	25,00	20,00	45,00	9º	Classificado	Excedente
0000096	ABDIEL ALVAREZ DE LIMA	25,00	20,00	45,00	10º	Classificado	Excedente
0000064	INGRID MARTINS ROCHA	30,00	10,00	40,00	11º	Classificado	Excedente
0000118	LAYRA ANDRESSA PEREIRA REIS	25,00	15,00	40,00	12º	Classificado	Excedente
0000062	ALINE GARCIA DE LIMA	15,00	25,00	40,00	13º	Classificado	Excedente
0000105	ZILDIMAR PEREIRA DA SILVA	35,00	0,00	35,00	14º	Classificado	Excedente
0000143	MARLETE DE LIMA	30,00	5,00	35,00	15º	Classificado	Excedente
0000176	KATIUSCIA CRISTINA DE LIMA	25,00	10,00	35,00	16º	Classificado	Excedente
0000182	ANGELA MARIA BRAGATTO	25,00	10,00	35,00	17º	Classificado	Excedente
0000144	MIRIAN APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA	25,00	10,00	35,00	18º	Classificado	Excedente
0000171	TAYNARA KARINA BRAGA FEREIRA	25,00	10,00	35,00	19º	Classificado	Excedente
0000009	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	25,00	10,00	35,00	20º	Classificado	Excedente
0000116	KÉFANY AMANDA DOS SANTOS DE CARVALHO	25,00	10,00	35,00	21º	Classificado	Excedente
0000179	ANTÔNIA MARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	15,00	35,00	22º	Classificado	Excedente
0000015	CRISTIANI FONSECA DOS SANTOS	20,00	15,00	35,00	23º	Classificado	Excedente
0000123	HEMANOELLY HELLENA DA SILVA	20,00	15,00	35,00	24º	Classificado	Excedente
0000095	GABRIELE MORAIS RODRIGUES	20,00	15,00	35,00	25º	Classificado	Excedente
0000092	LUCINEIA ALVES ANTÔNIO	25,00	5,00	30,00	26º	Classificado	Excedente
0000065	LEIDIANE BRAGA DOS SANTOS SILVA	20,00	10,00	30,00	27º	Classificado	Excedente
0000017	KATIANE DENISE DE LIMA PEREIRA	20,00	10,00	30,00	28º	Classificado	Excedente
0000175	PABULO HENRICO LIMA QUIRINO	20,00	10,00	30,00	29º	Classificado	Excedente
0000107	BEATRIZ DA CRUZ SALVADOR	15,00	15,00	30,00	30º	Classificado	Excedente

PORTARIA N.º 245, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 245, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a instauração de Inquérito Administrativo nº 002/2022, através da Portaria nº 192/2022, de 11 de junho de 2022, em decorrência a inexecução do Contrato de Prestação de Serviços nº 050/2012 da Concorrência Publica nº 003/2012 da empresa JV CONSTRUTORA LTDA ME.

CONSIDERANDO que os membros da comissão nomeados possuem, também, outras atribuições, desta forma causando morosidade no andamento do processo.

CONSIDERANDO que a empresa JV CONSTRUTORA LTDA ME possui prazo para apresentação de defesa prévia.

RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão dos trabalhos e apuração dos fatos apontados, a partir da data de vencimento da Portaria nº 192 de 11 de julho de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaciara/MT, 08 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO (PROVAS OBJETIVAS)

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000018	KEDMA RODRIGUES SILVA	35,00	25,00	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000154	ADELIA BORGES DA SILVA	25,00	30,00	55,00	2º	Classificado	Excedente
0000150	ANDREIA LOPES PEREIRA	25,00	30,00	55,00	3º	Classificado	Excedente

0000162	JEOVANA JAQUES RIBEIRO E SILVA	40,00	10,00	50,00	4º	Classificado	Excedente
0000139	DALVA MIRANDA DA SILVA	30,00	20,00	50,00	5º	Classificado	Excedente
0000014	JOSIELMA DA PAIXAO SOUZA	25,00	25,00	50,00	6º	Classificado	Excedente
0000146	THAIS MARIA SOARES	20,00	30,00	50,00	7º	Classificado	Excedente
0000011	ALVARO JOSE DE ALMEIDA SOUZA	30,00	15,00	45,00	8º	Classificado	Excedente
0000167	ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS	25,00	20,00	45,00	9º	Classificado	Excedente
0000096	ABDIEL ALVAREZ DE LIMA	25,00	20,00	45,00	10º	Classificado	Excedente
0000064	INGRID MARTINS ROCHA	30,00	10,00	40,00	11º	Classificado	Excedente
0000118	LAYRA ANDRESSA PEREIRA REIS	25,00	15,00	40,00	12º	Classificado	Excedente
0000062	ALINE GARCIA DE LIMA	15,00	25,00	40,00	13º	Classificado	Excedente
0000105	ZILDIMAR PEREIRA DA SILVA	35,00	0,00	35,00	14º	Classificado	Excedente
0000143	MARLETE DE LIMA	30,00	5,00	35,00	15º	Classificado	Excedente
0000176	KATIUSCIA CRISTINA DE LIMA	25,00	10,00	35,00	16º	Classificado	Excedente
0000182	ANGELA MARIA BRAGATTO	25,00	10,00	35,00	17º	Classificado	Excedente
0000144	MIRIAN APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA	25,00	10,00	35,00	18º	Classificado	Excedente
0000171	TAYNARA KARINA BRAGA FEREIRA	25,00	10,00	35,00	19º	Classificado	Excedente
0000009	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	25,00	10,00	35,00	20º	Classificado	Excedente
0000116	KÉFANY AMANDA DOS SANTOS DE CARVALHO	25,00	10,00	35,00	21º	Classificado	Excedente
0000179	ANTÔNIA MARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	15,00	35,00	22º	Classificado	Excedente
0000015	CRISTIANI FONSECA DOS SANTOS	20,00	15,00	35,00	23º	Classificado	Excedente
0000123	HEMANOELLY HELLENA DA SILVA	20,00	15,00	35,00	24º	Classificado	Excedente
0000095	GABRIELE MORAIS RODRIGUES	20,00	15,00	35,00	25º	Classificado	Excedente
0000092	LUCINEIA ALVES ANTÔNIO	25,00	5,00	30,00	26º	Classificado	Excedente
0000065	LEIDIANE BRAGA DOS SANTOS SILVA	20,00	10,00	30,00	27º	Classificado	Excedente
0000017	KATIANE DENISE DE LIMA PEREIRA	20,00	10,00	30,00	28º	Classificado	Excedente
0000175	PABULO HENRICO LIMA QUIRINO	20,00	10,00	30,00	29º	Classificado	Excedente
0000107	BEATRIZ DA CRUZ SALVADOR	15,00	15,00	30,00	30º	Classificado	Excedente
0000050	LEIDANE MARIANO JESUS LEITE DA SILVA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000131	MAYSIS GABRIELLE DE SOUZA PEREIRA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000164	JOÃO BATISTA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000052	RAFAELA GOMES EVANGELISTA DO PRADO	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000159	ROSIMEIRE NUNES DE APRINIO	15,00	5,00	20,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000141	IVANE MARIA DA SILVA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000125	SIRLEIA SOARES DE QUADROS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000074	MARIA HENRI HENE ALVES DOS SANTOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000183	MARA OLIVEIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000084	ERIKA CORREIA COSTA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000108	EDNÉIA MARTINS RAMOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000117	MARLI FRANCISCO SOBRINHO	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000169	ADRIANA PEREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000087	SANDRA MOISÉS DA SILVA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000046	DIVINA CORREA FERREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000097	HÉLIA FERRAZ DE OLIVEIRA ARRAIS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000138	FREDERICO RAMOS VALADARES	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000126	MARIA EMÍLIA GOMES FERREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000020	CLAUDIMIRA FERREIRA DOS SANTOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

0000040	ANDREIA PEREIRA DE MATOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000151	PATRÍCIA GRAZIELE DE SOUZA LOPES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000037	DORACI MENDES DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000142	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000181	ELAINI SOARES DE LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000134	MEIRE THEREZINHA PEGORARO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000120	ZÉLIA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000004	SILAS DE OLIVEIRA SOUTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000102	RONEIMAR TAVARES DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000080	ANDREIA ROSA MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000090	CLEIDIANI FARIAS DE ANDRADE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000094	DANIELA DE SOUZA PEREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000012	HENRIQUE SIDNEI FERNANDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000016	PATRICIA DUTRA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000043	MIRELLY ALMEIDA BORGES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000133	FRANCIELE RODRIGUES LAMEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000001	DEISE NEVES SILVA HATAMOTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000149	ADRIANO DAMASCENO JACOB	- - - - Desclassificado	Ausente
0000112	MARIA DO CARMO JOVENTINA DO ROSARIO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000137	ROSANE DE SOUZA LEITE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000177	SILENE SANTOS ABADE DE AGUIAR GARCIA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000168	PAMELLA CAPPELARI RULIM	- - - - Desclassificado	Ausente
0000058	MARCIA DIAS DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000152	ORLI ALVES PEREIRA DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000147	ELLEN CANANÉIA PEREIRA MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000157	NÚBIA LAFAYETE DA SILVA SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000124	ISMAEL DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000051	DARLLYENE FERREIRA BATISTA GONÇALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000006	SUELLEN DE FRANCA NASCIMENTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000070	MORGANA MONT SERRAT SILVA CAMPOS	- - - - Desclassificado	Ausente

0000013	CAROLINA CRISTINA DE JESUS CASTRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000027	DURCILENE FERREIRA DOS ANJOS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000127	MAURA RODRIGUES ALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000173	MARIANA CRISTINA DE JESUS PINHEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000121	MARIA MADALENA BATISTA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000033	GISLAINE DA SILVA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000036	MARINES LIMA MARTINS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000032	ANA PAULA AMORIM OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000078	LUANA BEZERRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000145	ALINE FERREIRA DE SOUSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000056	MARLI MARQUES GONCALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000048	FLÁVIA VENDRUSCOLO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000101	MARIA CICERA ANDRADE DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000174	AIRTON FERREIRA ARAUJO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000061	FELIPE DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000060	CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000054	THALITA LOPES FERRAZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000110	IZABELA CRISTINA FERREIRA RUIZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000103	JULIANA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000005	VIVIANE LUANA DO CARMO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000083	SHERILL ANN LOPES DOS ANJOS	- - - - Desclassificado	Ausente

0000028	DEBORA CRISTINA DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000156	SIDINEIA RODRIGUES GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000073	MAYCON GLEYDSON DE LIMA SMOLSKI	- - - - Desclassificado	Ausente
0000082	DAYARA KELLE DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000115	FRANKLIN TAIANAN PARADA FRANCO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000114	PAULO HENRIQUE SOUZA OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000025	JAQUELINE CAMINI	- - - - Desclassificado	Ausente
0000035	SONIA MARA LEITE BARBOSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000091	RENATA MARIA GALDINO MIRANDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000104	THAINÁ PEREIRA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000135	LARYSA OLIVEIRA DIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000172	TATIANE CARDOSO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000109	CARLEANE BRAGA ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000079	SABRINA DE CARVALHO MOLINA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000042	ADRIANO ALEF DA CRUZ ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000053	THAISE AMARO DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000153	SARA SANTOS ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000047	LARISSA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000066	JAINY BORGES DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000022	CLEICE GOMES DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000085	DANYELLE ALVES SOBRINHO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000081	JULIENE DA SILVA DE JESUS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000129	NATHALIA APARECIDA KONRAD DO NASCIMENTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000049	LEANDRO FERREIRA CAXIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000002	IRIELLE APARECIDA ALICRIM MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000010	CLEISON CUIM ANDRADE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000089	JHENIFER HUTTINGER	- - - - Desclassificado	Ausente
0000136	GABRIEL TADEU RIBEIRO VALEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000165	VALDETE RAINHA DO AMARAL	- - - - Desclassificado	Ausente
0000055	DARIANA ESTEFANIA MELO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000063	ROSANA DE SOUZA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000044	FRANCISCA SILVA DA CONCEIÇÃO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000068	TATIANE DA SILVA GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000075	NELSON PEREIRA JUNIOR	- - - - Desclassificado	Ausente
0000038	SERGIO LEMES DA SILVA JUNIOR	- - - - Desclassificado	Ausente
0000030	HAMILTON RAMALHO LOPES SIMON	- - - - Desclassificado	Ausente
0000041	GABRIELLA PULTRINE PORTES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000119	KARIN DENIZ CARVALHO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000071	NAIANE SILVA DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000128	STEFANY MOREIRA QUEIROZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000093	ROSANGELA FERREIRA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000130	CIDILANE FERREIRA DE JESUS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000166	ROBERTA IVIANE SANTOS SILVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000111	TALITA CARVALHO LOPES GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000158	JULIANA RAMOS MACHADO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000069	LAYANA DOS ANJOS BARBOSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000077	LETÍCIA ELIS DINIZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000034	THAIMERIS MOISES COTRIN	- - - - Desclassificado	Ausente
0000132	MANUELA CANUTO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000072	LUCAS RENATO VIEIRA CUSTÓDIO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000029	DANIELLY ISTINA ALVES GUIMARÃES	- - - - Desclassificado	Ausente

0000039	ANA CAROLINE DA SILVA NASCIMENTO SIEBA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000067	CARINA LIMA MARQUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000155	LADY KAMILLA MARQUES FERNANDES	- - - - Desclassificado	Ausente

0000122	HENRIQUE DUTRA LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000098	INGRID RAFAELE MACIEL ESTEVES LOPES DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000026	VITÓRIA APARECIDA MATOS CARVALHO DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000178	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000170	ISABELA ANDRADE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000099	RENATA SANTANA DUTRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000045	GENISMAR BENTO FREIRE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000007	MARCELA ROCHA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000024	ERICA DE SOUZA VILELA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000163	KAREN DA SILVA ALVES MACIEL	- - - - Desclassificado	Ausente
0000148	EDUARDO ARAÚJO RODRGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000031	SAMILY MAYARA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000023	MARIA IZABELA SANTOS FERREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000021	THAIS QUARESMA MIRANDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000059	LARYA LETÍCIA SANTOS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000161	KAYLAINE OLIVEIRA NOGUEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000003	KAMILA SILVA DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000076	MARIANE OLIVEIRA ALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000086	LEILIANE OLIVEIRA LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000160	ANELIZE SILVA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000088	ANA BEATRIZ ALVES DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000008	KETELY CRISTINA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000113	CLEIDIANE MAIDANA VIANA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000057	VICTOR MATHEUS DE SOUZA DUTRA TELES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000140	DANIEL DE OLIVEIRA PEREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000180	LARA PEREIRA DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000106	TATIANE APARECIDA BORGES MENDONÇA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000019	CLAYRON KAYQUE FERNANDES DUARTE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000100	EVELLYN VITORIA PAIVA LEMBRANZI	- - - - Desclassificado	Ausente

PORTARIA N.º 246, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 246, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2013 a 2018, a partir de 19 de setembro de 2022 a 17 de dezembro de 2022 (90 dias), à servidora abaixo:

MARLY ALMEIDA DE SOUZA SILVA – Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 12 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 247, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 247, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2012 a 2017, a partir de 19 de setembro de 2022 a 17 de dezembro de 2022 (90 dias), à servidora abaixo:

IVANILDES MARTINS DE MORAES GARCIA PALMA – Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 12 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 248, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 248, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2016 a 2021, a partir de 19 de setembro de 2022 a 17 de dezembro de 2022 (90 dias), ao servidor abaixo:

ANANIAS GOMES DA SILVA – Professor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 12 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO CLASSIFICATÓRIO (PROVAS OBJETIVAS)

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000018	KEDMA RODRIGUES SILVA	35,00	25,00	60,00	1º	Classificado	Excedente
0000154	ADELIA BORGES DA SILVA	25,00	30,00	55,00	2º	Classificado	Excedente
0000150	ANDREIA LOPES PEREIRA	25,00	30,00	55,00	3º	Classificado	Excedente
0000162	JEOVANA JAQUES RIBEIRO E SILVA	40,00	10,00	50,00	4º	Classificado	Excedente
0000139	DALVA MIRANDA DA SILVA	30,00	20,00	50,00	5º	Classificado	Excedente
0000014	JOSIELMA DA PAIXAO SOUZA	25,00	25,00	50,00	6º	Classificado	Excedente
0000146	THAIS MARIA SOARES	20,00	30,00	50,00	7º	Classificado	Excedente
0000011	ALVARO JOSE DE ALMEIDA SOUZA	30,00	15,00	45,00	8º	Classificado	Excedente
0000167	ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS	25,00	20,00	45,00	9º	Classificado	Excedente
0000096	ABDIEL ALVAREZ DE LIMA	25,00	20,00	45,00	10º	Classificado	Excedente
0000064	INGRID MARTINS ROCHA	30,00	10,00	40,00	11º	Classificado	Excedente
0000118	LAYRA ANDRESSA PEREIRA REIS	25,00	15,00	40,00	12º	Classificado	Excedente
0000062	ALINE GARCIA DE LIMA	15,00	25,00	40,00	13º	Classificado	Excedente
0000105	ZILDIMAR PEREIRA DA SILVA	35,00	0,00	35,00	14º	Classificado	Excedente
0000143	MARLETE DE LIMA	30,00	5,00	35,00	15º	Classificado	Excedente
0000176	KATIUSCIA CRISTINA DE LIMA	25,00	10,00	35,00	16º	Classificado	Excedente
0000182	ANGELA MARIA BRAGATTO	25,00	10,00	35,00	17º	Classificado	Excedente
0000144	MIRIAN APARECIDA PEREIRA TEIXEIRA	25,00	10,00	35,00	18º	Classificado	Excedente
0000171	TAYNARA KARINA BRAGA FEREIRA	25,00	10,00	35,00	19º	Classificado	Excedente
0000009	MATEUS VIEIRA DA CRUZ	25,00	10,00	35,00	20º	Classificado	Excedente
0000116	KÉFANY AMANDA DOS SANTOS DE CARVALHO	25,00	10,00	35,00	21º	Classificado	Excedente
0000179	ANTÔNIA MARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	15,00	35,00	22º	Classificado	Excedente
0000015	CRISTIANI FONSECA DOS SANTOS	20,00	15,00	35,00	23º	Classificado	Excedente
0000123	HEMANOELLY HELLENA DA SILVA	20,00	15,00	35,00	24º	Classificado	Excedente
0000095	GABRIELE MORAIS RODRIGUES	20,00	15,00	35,00	25º	Classificado	Excedente
0000092	LUCINEIA ALVES ANTÔNIO	25,00	5,00	30,00	26º	Classificado	Excedente
0000065	LEIDIANE BRAGA DOS SANTOS SILVA	20,00	10,00	30,00	27º	Classificado	Excedente
0000017	KATIANE DENISE DE LIMA PEREIRA	20,00	10,00	30,00	28º	Classificado	Excedente
0000175	PABULO HENRICO LIMA QUIRINO	20,00	10,00	30,00	29º	Classificado	Excedente
0000107	BEATRIZ DA CRUZ SALVADOR	15,00	15,00	30,00	30º	Classificado	Excedente
0000050	LEIDANE MARIANO JESUS LEITE DA SILVA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000131	MAYSIS GABRIELLE DE SOUZA PEREIRA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000164	JOÃO BATISTA DE FRANÇA OLIVEIRA	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000052	RAFAELA GOMES EVANGELISTA DO PRADO	20,00	5,00	25,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000159	ROSIMEIRE NUNES DE APRINIO	15,00	5,00	20,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000141	IVANE MARIA DA SILVA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000125	SIRLEIA SOARES DE QUADROS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000074	MARIA HENRI HENE ALVES DOS SANTOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000183	MARA OLIVEIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000084	ERIKA CORREIA COSTA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000108	EDNÉIA MARTINS RAMOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000117	MARLI FRANCISCO SOBRINHO	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000169	ADRIANA PEREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000087	SANDRA MOISÉS DA SILVA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000046	DIVINA CORREA FERREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000097	HÉLIA FERRAZ DE OLIVEIRA ARRAIS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000138	FREDERICO RAMOS VALADARES	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000126	MARIA EMÍLIA GOMES FERREIRA	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000020	CLAUDIMIRA FERREIRA DOS SANTOS	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

0000040	ANDREIA PEREIRA DE MATOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000151	PATRÍCIA GRAZIELE DE SOUZA LOPES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000037	DORACI MENDES DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000142	ALEXANDRE GONÇALVES DIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000181	ELAINI SOARES DE LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000134	MEIRE THEREZINHA PEGORARO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000120	ZÉLIA FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000004	SILAS DE OLIVEIRA SOUTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000102	RONEIMAR TAVARES DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000080	ANDREIA ROSA MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000090	CLEIDIANI FARIAS DE ANDRADE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000094	DANIELA DE SOUZA PEREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000012	HENRIQUE SIDNEI FERNANDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000016	PATRICIA DUTRA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000043	MIRELLY ALMEIDA BORGES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000133	FRANCIELE RODRIGUES LAMEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000001	DEISE NEVES SILVA HATAMOTO	- - - - Desclassificado	Ausente

0000149	ADRIANO DAMASCENO JACOB	- - - - Desclassificado	Ausente
0000112	MARIA DO CARMO JOVENTINA DO ROSARIO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000137	ROSANE DE SOUZA LEITE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000177	SILENE SANTOS ABADE DE AGUIAR GARCIA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000168	PAMELLA CAPPELARI RULIM	- - - - Desclassificado	Ausente
0000058	MARCIA DIAS DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000152	ORLI ALVES PEREIRA DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000147	ELLEN CANANÉIA PEREIRA MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000157	NÚBIA LAFAYETE DA SILVA SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000124	ISMAEL DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000051	DARLLYENE FERREIRA BATISTA GONÇALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000006	SUELLEN DE FRANCA NASCIMENTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000070	MORGANA MONT SERRAT SILVA CAMPOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000013	CAROLINA CRISTINA DE JESUS CASTRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000027	DURCILENE FERREIRA DOS ANJOS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000127	MAURA RODRIGUES ALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000173	MARIANA CRISTINA DE JESUS PINHEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000121	MARIA MADALENA BATISTA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000033	GISLAINE DA SILVA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000036	MARINES LIMA MARTINS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000032	ANA PAULA AMORIM OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000078	LUANA BEZERRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000145	ALINE FERREIRA DE SOUSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000056	MARLI MARQUES GONCALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000048	FLÁVIA VENDRUSCOLO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000101	MARIA CICERA ANDRADE DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000174	AIRTON FERREIRA ARAUJO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000061	FELIPE DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000060	CAMILA RODRIGUES DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000054	THALITA LOPES FERRAZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000110	IZABELA CRISTINA FERREIRA RUIZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000103	JULIANA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000005	VIVIANE LUANA DO CARMO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000083	SHERILL ANN LOPES DOS ANJOS	- - - - Desclassificado	Ausente

0000028	DEBORA CRISTINA DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000156	SIDINEIA RODRIGUES GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000073	MAYCON GLEYDSON DE LIMA SMOLSKI	- - - - Desclassificado	Ausente
0000082	DAYARA KELLE DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000115	FRANKLIN TAIANAN PARADA FRANCO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000114	PAULO HENRIQUE SOUZA OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000025	JAQUELINE CAMINI	- - - - Desclassificado	Ausente
0000035	SONIA MARA LEITE BARBOSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000091	RENATA MARIA GALDINO MIRANDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000104	THAINÁ PEREIRA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000135	LARYSA OLIVEIRA DIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000172	TATIANE CARDOSO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000109	CARLEANE BRAGA ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000079	SABRINA DE CARVALHO MOLINA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000042	ADRIANO ALEF DA CRUZ ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000053	THAISE AMARO DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000153	SARA SANTOS ROCHA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000047	LARISSA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000066	JAINY BORGES DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000022	CLEICE GOMES DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000085	DANYELLE ALVES SOBRINHO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000081	JULIENE DA SILVA DE JESUS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000129	NATHALIA APARECIDA KONRAD DO NASCIMENTO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000049	LEANDRO FERREIRA CAXIAS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000002	IRIELLE APARECIDA ALICRIM MENDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000010	CLEISON CUIM ANDRADE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000089	JHENIFER HUTTINGER	- - - - Desclassificado	Ausente
0000136	GABRIEL TADEU RIBEIRO VALEIRO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000165	VALDETE RAINHA DO AMARAL	- - - - Desclassificado	Ausente
0000055	DARIANA ESTEFANIA MELO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000063	ROSANA DE SOUZA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000044	FRANCISCA SILVA DA CONCEIÇÃO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000068	TATIANE DA SILVA GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000075	NELSON PEREIRA JUNIOR	- - - - Desclassificado	Ausente
0000038	SERGIO LEMES DA SILVA JUNIOR	- - - - Desclassificado	Ausente
0000030	HAMILTON RAMALHO LOPES SIMON	- - - - Desclassificado	Ausente
0000041	GABRIELLA PULTRINE PORTES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000119	KARIN DENIZ CARVALHO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000071	NAIANE SILVA DE OLIVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000128	STEFANY MOREIRA QUEIROZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000093	ROSANGELA FERREIRA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000130	CIDILANE FERREIRA DE JESUS	- - - - Desclassificado	Ausente

0000166	ROBERTA IVIANE SANTOS SILVEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000111	TALITA CARVALHO LOPES GOMES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000158	JULIANA RAMOS MACHADO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000069	LAYANA DOS ANJOS BARBOSA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000077	LETÍCIA ELIS DINIZ	- - - - Desclassificado	Ausente
0000034	THAIMERIS MOISES COTRIN	- - - - Desclassificado	Ausente
0000132	MANUELA CANUTO DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000072	LUCAS RENATO VIEIRA CUSTÓDIO	- - - - Desclassificado	Ausente
0000029	DANIELLY ISTINA ALVES GUIMARÃES	- - - - Desclassificado	Ausente

0000039	ANA CAROLINE DA SILVA NASCIMENTO SIEBA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000067	CARINA LIMA MARQUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000155	LADY KAMILLA MARQUES FERNANDES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000122	HENRIQUE DUTRA LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000098	INGRID RAFAELE MACIEL ESTEVES LOPES DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000026	VITÓRIA APARECIDA MATOS CARVALHO DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000178	ALINY PEREIRA DE ALMEIDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000170	ISABELA ANDRADE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000099	RENATA SANTANA DUTRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000045	GENISMAR BENTO FREIRE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000007	MARCELA ROCHA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000024	ERICA DE SOUZA VILELA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000163	KAREN DA SILVA ALVES MACIEL	- - - - Desclassificado	Ausente
0000148	EDUARDO ARAÚJO RODRGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000031	SAMILY MAYARA DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000023	MARIA IZABELA SANTOS FERREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000021	THAIS QUARESMA MIRANDA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000059	LARYA LETÍCIA SANTOS DA SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000161	KAYLAINE OLIVEIRA NOGUEIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000003	KAMILA SILVA DOS SANTOS	- - - - Desclassificado	Ausente
0000076	MARIANE OLIVEIRA ALVES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000086	LEILIANE OLIVEIRA LIMA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000160	ANELIZE SILVA RODRIGUES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000088	ANA BEATRIZ ALVES DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000008	KETELY CRISTINA DOS SANTOS SILVA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000113	CLEIDIANE MAIDANA VIANA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000057	VICTOR MATHEUS DE SOUZA DUTRA TELES	- - - - Desclassificado	Ausente
0000140	DANIEL DE OLIVEIRA PEREIRA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000180	LARA PEREIRA DE SOUZA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000106	TATIANE APARECIDA BORGES MENDONÇA	- - - - Desclassificado	Ausente
0000019	CLAYRON KAYQUE FERNANDES DUARTE	- - - - Desclassificado	Ausente
0000100	EVELLYN VITORIA PAIVA LEMBRANZI	- - - - Desclassificado	Ausente

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

I. Após encerrado todas as etapas do processo seletivo simplificado, conforme cronograma.

II. Divulgar o Resultado Final para homologação.

III. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Jaciara, 30 de Agosto de 2022.

- **DELIA MOURA CUNHA** - Presidente da Comissão

- **LUCINEI ALVES DA SILVA** - Secretária da Comissão

- **LIDIANI BARON ANGELO** - Membro da Comissão

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Resultado Classificatório.

II. Divulgar o Resultado Final.

III. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Jaciara, 29 de Agosto de 2022.

- **DELIA MOURA CUNHA** - Presidente da Comissão

- **LUCINEI ALVES DA SILVA** - Secretária da Comissão

- **LIDIANI BARON ANGELO** - Membro da Comissão

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Resultado Parcial.

II. Divulgar o Resultado Classificatório.

III. Fica fixado o prazo de 01 (um) dia útil (**25/08/2022**), para apresentação de recursos na forma do item7. DOS RECURSOS, através do endereço eletrônico seletivo@jaciara.mt.gov.br.

IV. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Jaciara, 24 de Agosto de 2022.

- **DELIA MOURA CUNHA** - Presidente da Comissão

- **LUCINEI ALVES DA SILVA** - Secretária da Comissão

- **LIDIANI BARON ANGELO** - Membro da Comissão

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2022

A Comissão de Processo Seletivo da **Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso**, no uso das atribuições que lhe confere, RESOLVE:

I. Divulgar que não houve recursos sobre a divulgação do Gabarito das provas objetivas.

II. Divulgar o resultado parcial.

III. Fica fixado o prazo de 01 (um) dia útil (**19/08/2022**), para apresentação de recursos na forma do item7. DOS RECURSOS, através do endereço eletrônico seletivo@jaciara.mt.gov.br.

IV. O presente Edital será divulgado, nos endereços eletrônicos: www.jaciara.mt.gov.br, Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Jaciara, 18 de Agosto de 2022.

- **DELIA MOURA CUNHA** - Presidente da Comissão

- **LUCINEI ALVES DA SILVA** - Secretária da Comissão

- **LIDIANI BARON ANGELO** - Membro da Comissão

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2022

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2022

"TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JACIARA E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT".

O MUNICÍPIO DE JACIARA, entidade de Direito Público, com sede administrativa na Av. Antônio Ferreira Sobrinho, Centro, na cidade de Jaciara-MT, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 03.347.135/0001-16, neste ato representado pela sua Prefeita Senhora ANDRÉIA WAGNER, brasileira, casada, empresária, devidamente inscrita no RG sob o n° 970.179 SSP/MT, e no CPF sob n.º 632.656.721-15, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada COOPERANTE, e a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, criada sob a forma de fundação pública, através da Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 1993, sediada na Av. Tancredo Neves nº 1095, Bairro Cavalhada, na cidade de Cáceres-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.367.770/0001-30, neste ato representado por seu Magnífico Reitor Prof. Dr. **RODRIGO BRUNO ZANIN**, brasileiro, casado, funcionário público estadual, portador da Cédula de Identidade sob o nº 22.031.967-4 SSP/SP e CPF nº 251.503.268-01, residente e domiciliado a Rua Marechal Deodoro, n° 747, Bairro Centro, na cidade de Cáceres-MT, doravante denominada COOPERADA, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, com fulcro na legislação vigente aplicável e mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem como objeto a conjugação de esforços, no sentido de promover, entre as entidades acima qualificadas, parceria visando o apoio do Município de Jaciara, com o intuito de contribuir para a realização do curso de Licenciatura em Letras, da Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Tecnológicas, a ser ofertada na Escola Municipal Maria Villany Delmondes, mediante o fortalecimento das ações, tendo como resultado o desenvolvimento da educação e da cultura da comunidade, em conformidade com o **Acordo de Cooperação n° 91/2021, celebrado entre a UNEMAT/UFMS/UBEC/UCB/FAESPE/FAPEC**, para a execução e operacionalização de cursos aprovados no âmbito do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares - Portaria MEC/SEB nº 412/2021.

Sub-Cláusula Única: O Plano de Trabalho passa a fazer parte deste Termo, independentemente de sua transcrição.

Cláusula Segunda – DA FORMA DE EXECUÇÃO

Os signatários comprometem-se a envidar todos os esforços para garantir a efetivação do objeto do presente Termo de Cooperação.

Cláusula Terceira – DA GESTÃO DO TERMO

O Gestor deste Termo de Cooperação, representante da UNEMAT, será o Prof. Ubirajara Martin Coelho, matrícula nº 91243, bem como a Gestora representante do MUNICÍPIO, será a Senhora Cristiani Duarte Tonin Madrid.

Sub-Cláusula Única: Compete aos Gestores a apresentação de relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas.

Cláusula Quarta – DAS OBRIGAÇÕES

As Instituições signatárias do presente Termo de Cooperação comprometem-se a desenvolver as ações abaixo descritas:

I. MUNICÍPIO DE JACIARA

a) Planejar, acompanhar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referentes à execução do presente Termo;

b) Designar 01(um) servidor para atuar como Gestor das ações deste Termo, como representante do MUNICÍPIO;

c) Ceder 01(um) servidor para atuar como Secretário do curso, objeto deste Termo de Cooperação;

d) Disponibilizar estrutura predial para a realização do curso, bem como responsabilizar-se por sua manutenção, conservação e segurança;

e) Disponibilizar laboratório de informática, com acesso à internet;

f) Possibilitar que profissionais, professores e acadêmicos, no desenvolvimento das atividades objetivadas pelo presente Termo e com a devida autorização, utilize a infraestrutura técnica e administrativa, respeitada a regulamentação do MUNICÍPIO;

g) Promover a Divulgação das ações objeto deste Acordo, citando obrigatoriamente, a participação dos participes;

h) Observar as normas e condições constantes na legislação específica aplicável à execução do objeto;

i) Assegurar que todas as pessoas designadas para trabalhar nas atividades previstas neste Instrumento, conheçam e explicitamente aceitem todas as condições estabelecidas;

j) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizados pelas demais partes do presente Termo, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização;

k) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de controle interno, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

l) Publicar o referido Termo de Cooperação em Diário Oficial.

II. DA UNEMAT

a) Planejar, acompanhar e controlar, as ações a serem desenvolvidas, referentes à execução do presente Termo;

b) Designar, através de Portaria, 01(um) servidor docente para assumir a função de Gestor do Projeto, objeto do presente Termo;

c) Possibilitar que profissionais, professores e acadêmicos, na execução de trabalhos vinculados ao presente instrumento, e com a devida autorização, utilize a infra-estrutura técnica e administrativa, respeitada a regulamentação da instituição cedente;

d) Elaborar relatórios das atividades desenvolvidas, no âmbito deste Termo de Cooperação;

e) Promover a Divulgação das ações objeto deste Acordo, citando obrigatoriamente, a participação dos participes;

f) Observar as normas e condições constantes na legislação específica aplicável à execução do objeto;

g) Assegurar que todas as pessoas designadas para trabalhar nas atividades previstas neste Instrumento, conheçam e explicitamente aceitem todas as condições estabelecidas;

h) Permitir o livre acesso, de servidores devidamente autorizados pelas demais partes do presente Termo, a atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização;

i) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de controle interno, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 04(quatro) anos.

Sub-Cláusula Única: Havendo interesse das Instituições Signatárias, poderá o presente Acordo ser prorrogado por período além do estipulado nesta Cláusula, devendo constar em termo próprio.

Cláusula Sexta – DAS MODIFICAÇÕES

Os signatários, de comum acordo e tendo em vista a conveniência e interesse pertinentes, poderão modificar os termos do presente Termo de Cooperação, desde que mantido o seu objeto e respeitada a legislação em vigor.

Cláusula Sétima – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer momento, desde que a parte interessada, justificadamente, notifique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Sub-Cláusula Primeira: No caso de denúncia, havendo pendências ou trabalhos em execução, os signatários definirão, através de um Termo de Encerramento do Termo de Cooperação, as responsabilidades relativas á conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências.

Sub-Cláusula Segunda: A rescisão decorrerá do descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, operando os seus efeitos de pleno direito, independente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

Cláusula Oitava – DAS ALTERAÇÕES

As condições estabelecidas no presente Termo poderão ser alteradas, em todo ou em parte, através da firmatura de instrumento denominado “Termo Aditivo”, com as devidas justificativas, mediante proposta a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do seu término e desde que aceitas pelos Partícipes.

Sub-Cláusula Única: É vedado o aditamento do presente Acordo com o intuito de alterar o seu objeto. Sendo, também, vedado que os “Termos de Ajuste Vinculados”, de alguma forma, impliquem da alteração do objeto deste Acordo.

Cláusula Nona – DA PUBLICAÇÃO

O COOPERANTE providenciará como condição de eficácia, a publicação deste Termo de Cooperação na forma de Extrato no Diário Oficial, devendo esta ocorrer no prazo de 20(vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, conforme disposto na legislação vigente.

Cláusula Décima – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas que se originarem em virtude do presente Acordo, serão dirimidos pelos signatários mediante termo específico, se necessário, ou conforme disposto na legislação aplicável.

Cláusula Décima Primeira – OUTROS PARTÍCIPES

Mediante concordância expressa das Instituições executoras de atividade específica, outros órgãos ou instituições poderão participar das ações específicas a serem desenvolvidos no âmbito deste Termo de Cooperação.

Cláusula Décima Segunda – ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cáceres-MT, para dirimir questões oriundas deste Termo de Cooperação, na esfera judicial, surgidas do presente instrumento e que não puderem ser resolvidas via administrativa, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, que passam a ser assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas.

Jaciara/MT, em 02 de setembro de 2022.

Andréia Wagner

Município de Jaciara - MT

Prefeita

Profª Drª Nilce Maria da Silva

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

Reitora em Substituição

Portarias nº 1850/2022 e nº 1957/2022

Márcia Cristina Ferreira Farias Geraldo

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Portaria nº 03/2021

Prof. Ubirajara Martin Coelho

Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Alto Araguaia

Assessor de Gestão, Extensão, Cultura e Comunicação

Cristiani Duarte Tonin Madrid

Técnica Administrativa Educacional

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Láiza Benta Almeida Lledo	
CPF Nº	
785.755.401-49	

NOME COMPLETO	ASSINATURA
Fernanda Brito Cherba Lucas	
CPF Nº	
005.546.769-58	

PORTARIA N.º 249, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 249, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o servidor **ODAIR JOSÉ DE SOUZA,** para exercer o cargo de Coordenador III - Eventos, a partir do dia 13 de setembro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 12 de setembro de 2022.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Municipal, em Exercício

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº. 250 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA Nº. 250 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

A Prefeita Interina de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **MARIA ZILÁ BRUSCHETTA**, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor - **DIEFERSON CAMPOS DOS SANTOS**, ocupante do cargo de Diretor – Georreferenciamento e Mapas, nomeado pela Portaria nº 290/2021, para responder interinamente pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, pelo período de férias do seu titular - 05/09/2022 a 04/10/2022.

Art. 2º. O servidor designado não fará jus a remuneração do cargo, enquanto perdurar a designação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 04 de Setembro de 2022.

Jaciara/MT, 13 de Setembro de 2022.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

MARIA ZILÁ BRUSCHETTA

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE RESULTADO

O Município de Jangada/MT com sede administrativa no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/n, Centro, Jangada/ MT, através do Presidente e sua equipe de apoio torna público para quem possa interessar que a Tomada de Preço nº 002/2022, do tipo menor preço por Global, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD COM CAPA SELANTE NAS COMUNIDADES DE VAQUEJADOR E RAIZAMA NO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, cuja data de abertura se deu no dia 06/09/2022 ás 08:00 horas, onde foi declarado como vencedora do certame a empresa ALIANÇA CONSTRUTORA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ Nº 17.982.134/0001-58, com valor de R$ 1.932. 641,23 (um milhão novecentos e trinta e dois mil seiscentos e quarenta e um reais e vinte e três centavos). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Jangada/MT, 14 de Setembro de 2022.

Adilson Pereira Nunes - Presidente

PORTARIA Nº 071/2022

PORTARIA Nº 071/2022

Dispõe sobre a Designação do Srº Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento, para ser Fiscal de Contrato.

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Considerando a necessidade de Fiscalizar o Contrato abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **Jhonatan Junior Pereira Do Nascimento**, Assessor Técnico Superior I, como Fiscal do Contrato, conforme segue:

CONTRATO Nº 036/2022
REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA/MT.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de Setembro de 2022.

_____

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregao Eletronico N° 9 /2022

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE SERVICOS LABORATORIAIS PARA CONFECCAO DE PROTESES DENTARIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JANGADA/MT.

Vencedor(es)

Código Nome CPF/CNPJ

6879 GYNARTE PROTESE DENTARIA LTDA 22.670.260/0001-07

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT terça-feira, 13 de setembro de 2022

ROGERIO DE OLIVEIRA MEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Bairro Centro, JANGADA – MT – CEP. 78.490-000, através de seu Pregoeiro, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar o Resultado do Pregão Eletrônico Nº 009/2022, POR REGISTRO DE PREÇO. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA/MT**, de acordo com o que determina as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e todas as suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006 e suas a alterações; Decreto nº 3.555/2000; Decreto Municipal Nº 022/2020, Decreto nº 7.892/2013, Decreto 10.024/2019 e Outras normas e regulamentos inerentes, sagrou se vencedora certame, a empresa GYNARTE PROTESE DENTARIA LTDA, Inscrita no CNPJ Nº 22.670.260/0001-07, no valor total de R$ 516.960,00 (quinhentos e dezesseis mil novecentos e sessenta reais), a Ata encontra disponível no Setor de Licitações e Contratos do Município.

Jangada – MT, 13 de Setembro de 2022.

Adilson Pereira Nunes - Pregoeiro

CONTRATO Nº 036/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA/MT.

PRAZO: 13/09/2022 à 13/09/2023

VALOR: R$ 516.960,00 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

CONTRATADO: GYNARTE PROTESE DENTARIA LTDA

CNPJ Nº 22.670.260/0001-07

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregao Eletronico	9/2022

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da

6879	GYNARTE PROTESE DENTARIA LTDA	22.670.260/0001-07
	TOTAL DO VENCEDOR	R$ 516.960,000

Objeto

REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE SERVICOS LABORATORIAIS PARA CONFECCAO DE PROTESES DENTARIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE JANGADA/MT.

JANGADA - MT, terça-feira, 13 de setembro de 2022

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA/MT.

PRAZO: 13/09/2022 à 13/09/2023

VALOR: R$ 516.960,00 (QUINHENTOS E DEZESSEIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS)

CONTRATADO: GYNARTE PROTESE DENTARIA LTDA

CNPJ Nº 22.670.260/0001-07

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANGADA/MT – ROGÉRIO DE OLIVEIRA MEIRA

JANGADA/MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA Nº. 225 /2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 221/2022 QUE DETERMINA ABERTURA DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 1º - RETIFICAR a Portaria nº 221/2022, de 12 de setembro de 2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico de Mato Grosso, nº 4.066, páginas 308 e 209 que determina abertura de seleção pública simplificada para a contratação temporária de servidores, em seu artigo 3º, que institui a Comissão Coordenadora do certame.

ONDE SE LÊ:

NOME	SEGMENTO REPRESENTADO
Ivan Lopes Fernandes	Secretaria Municipal de Saúde
Poliana Cândida Vieira	Secretaria Municipal de Assistência Social

LEIA-SE:

NOME	SEGMENTO REPRESENTADO
Rafael Justino da Silva	Secretaria Municipal de Saúde
Heloise Hernandes Pivotti	Secretaria Municipal de Assistência Social

ART. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Perez, em Jauru/MT, 14 de setembro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº. 973, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI ORDINÁRIA Nº. 973, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, BEM COMO EFETUAR TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA E DE UM ÓRGÃO PARA OUTRO.

VALDECI JOSE DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU EM REDAÇÃO FINAL E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI.

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal com seus fundos, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa orçada para o corrente exercício.

Artigo 2º Para dar cobertura ao que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos o que dispõe o artigo 43, § 1º incisos I, II, III e IV, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "**José Peres**" em Jauru-MT, aos 14 de Setembro de 2022.

Valdeci José de Souza

Prefeito Municipal de Jauru

PORTARIA Nº. 224, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição*** *a servidora* ***Sr.ª. Maria Aparecida Gonçalves****."*

O Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 3º, I, II, III e parágrafo único da EC nº 47/2005 c/c art. 85, I, II, III e Parágrafo Único da Lei Complementar n. º 098 de 27 de novembro de 2013, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru-MT, Lei Complementar nº 068/2010 que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos profissionais da Educação, e Decreto nº 075/2022 de reajuste salarial;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, à **Sr.ª. MARIA APARECIDA GONÇALVES,**brasileira, servidora efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional, Classe B, Nível "9", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 158**,** contando com 30 Anos 06 meses e 15 dias de tempo de contribuição,**com proventos Integrais**, conforme processo administrativo do **PREVI-JAURU, nº. 2022.04.00006P**, a partir de **15 de setembro de 2022** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **15 de setembro de 2022**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 14 de setembro de 2022.

VALDECI JOSE DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2° QUADRIMESTRE 2022.

Camara Municipal de Juara
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES LIQUIDADAS													
	Setembro/2021	Outubro/2021	Novembro/2021	Dezembro/2021	Janeiro/2022	Fevereiro/2022	Março/2022	Abril/2022	Maio/2022	Junho/2022	Julho/2022	Agosto/2022	Total dos Últimos 12 Meses	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	192.849,58	238.337,78	197.715,01	232.935,20	223.286,18	230.931,28	215.020,22	257.249,85	263.190,14	253.402,43	270.351,28	260.850,10	2.836.119,05	
Pessoal Ativo	192.849,58	238.337,78	197.715,01	232.935,20	220.586,18	230.931,28	209.620,22	254.549,85	260.490,14	250.702,43	267.651,28	260.850,10	2.817.219,05	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	163.273,23	204.190,96	167.965,38	198.907,68	187.316,90	191.600,16	179.940,89	214.437,91	219.098,42	211.040,79	227.688,27	221.562,67	2.387.023,26	
Obrigações Patronais	29.576,35	34.146,82	29.749,63	34.027,52	33.269,28	39.331,12	29.679,33	40.111,94	41.391,72	39.661,64	39.963,01	39.287,43	430.195,79	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas					2.700,00		5.400,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00		18.900,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)					2.700,00		5.400,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00		18.900,00	
Serviços Médicos														
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)														
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	192.849,58	238.337,78	197.715,01	232.935,20	223.286,18	230.931,28	215.020,22	257.249,85	263.190,14	253.402,43	270.351,28	260.850,10	2.836.119,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)														2.836.119,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.749.000,08	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)		-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	4.749.000,08	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	2.836.119,05	59,72 %
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,00 %
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (§ único do art. 22 da LRF)		0,00 %
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %		0,00 %

FONTE: Camara Municipal de Juara

Emissão: 12/09/2022 14:20:37 **Camara Municipal de Juara** Page 1 de 2
Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019. Homologado

Camara Municipal de Juara
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") em Reais

NOTAS:

ALEXANDRE GORGES
Contador(a)

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
Presidente

Camara Municipal de Juara
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — em Reais

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	455.365,41	593.061,15	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	455.365,41	593.061,15	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	455.365,41	593.061,15	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-455.365,41	-593.061,15	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.247.000,00	4.498.000,08	4.749.000,08	0,00
(-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V)	0,00	0,00	0,00	0,00
= R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI)=(IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL) (I/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL) (III/VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) [90,00%]	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não Incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	10.186,76	47.230,05	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

ALEXANDRE GORGES
Contador(a)

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
Presidente

Emissão: 12/09/2022 14:24:25 — Page 1 de 1
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019. — Homolc

Camara Municipal de Juara

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) em Reais

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
A ENTIDADES CONTROLADAS(III)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Internas				
Em Operações de Crédito Externas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
TOTAL DE GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	4.247.000,00	4.498.000,08	4.749.000,08	
(-) Transf. Obrig. União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(VII)				
R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VI				
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %				

CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DE ENTIDADES CONTROLADAS(IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS(X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
TOTAL DE CONTRA GARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				

Fonte: Camara Municipal de Juara

ALEXANDRE GORGES
Contador(a)

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
Presidente

Emissão: 12/09/2022 14:25:41

Page 1 de 1

Portaria Nº 286, de 7 de Maio de 2019.

Homologado

Camara Municipal de Juara

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	0,00	0,00
TOTAIS (III)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.749.000,08	100,00
(-) Transf. Obrigatória União emendas individuais (art.166-A, §1º, CF)(V)	0,00	0,00
R.C.L. AJUSTADA P/CÁLCULO - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)F)(V)	4.749.000,08	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII) - (Ia + IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTREGAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Fonte: Camara Municipal de Juara

1. Conforme manual de instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão efeitos contabilizados para fins de contratação de outras operações de crédito.

Emissão: 12/09/2022 14:26:40

Page 1 de 2

Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Homologado

Camara Municipal de Juara

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMOMSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF - ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I alínea "d" e inciso III alínea "c") em Reais

Camara Municipal de Juara

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a")

em Reais

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e) -f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (I)	**567.675,02**	**0,00**	**22.724,07**	**0,00**	**47.230,05**	**0,00**	**497.720,90**	**185.390,14**	**0,00**	**312.330,76**
Recursos Ordinários	567.675,02	0,00	22.724,07	0,00	47.230,05	0,00	497.720,90	185.390,14	0,00	312.330,76
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**25.386,13**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.386,13**	**0,00**	**0,00**	**25.386,13**
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	25.386,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.386,13	0,00	0,00	25.386,13
TOTAL (III) = (I + II)	**593.061,15**	**0,00**	**22.724,07**	**0,00**	**47.230,05**	**0,00**	**523.107,03**	**185.390,14**	**0,00**	**337.716,89**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Fonte: Camara Municipal de Juara

ALEXANDRE GORGES
Contador(a)

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
Presidente

Emissão: 12/09/2022 14:27:59

Page 1 de 1

Portaria nº 286, de 07 de Maio de 2019.

Homologado

Camara Municipal de Juara

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2022 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

LRF, art. 48 - Anexo 06 — em Reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		4.749.000,08
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		0,00
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		0,00
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal DTP	2.836.119,05	59,72
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,00%	0,00	0,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF - 0,00 %	0,00	0,00
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%	0,00	0,00
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-593.061,15	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %	0,00	0,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 0,00 %	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00

Fonte: Camara Municipal de Juara

ALEXANDRE GORGES
Contador(a)

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
Presidente

Emissão: 12/09/2022 14:28:51
Portaria Nº 286, de 07 de Maio de 2.019.

Page 1 de 1
Homologado

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°081/2022 DE 14/09/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº081/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022 REFERENTE AO ANALISE DE CURRICULO/CONTAGEM DE PONTOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº011/2022/SME- CONFORME PUBLICAÇÃO DO DIARIO OFICIAL N° 3.981 DO DIA 16/05/2022.

Art. 1° - O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°011/2022/SME, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Análise de Currículo/Contagem de Pontos do Processo Seletivo Simplificado n°011/2022/SME, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

Art. 2º - **CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:**

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR PEDAGOGIA

ZONA URBANA

Item	Nome	Classificação
01	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	13°
02	ANDERSON DO CARMO LIMA	14º

Art. 3º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 14 de Setembro de 2022.

Marcia Regina Fernandes de Araújo

Secretaria Municipal de Administração

Portaria n°001/2021 de 04/01/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO PLANO PCASP-MT AGOSTO 2022

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos
Agosto / 2022

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO								
1.1.1.1.1.02	CONTA UNICA (F)	596.178,60		443.515,58	3.442.435,68	446.633,03	2.849.374,53	593.061,15	
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)	56.278,99		30.910,64	87.189,93		1.300,00	87.189,63	
1.1.5.6.1.07	MATERIAL DE EXPEDIENTE (P)	3.355,30					0,30	3.355,30	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.01	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS (P)	35.678,80		18.188,00	24.996,27		37.929,27	53.866,80	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS (P)	104.406,98			66.095,75		4.131,75	104.406,98	
1.2.3.1.1.05	VEICULOS (P)	300.673,91						300.673,91	
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.08	BENS MOVEIS A CLASSIFICAR (P)	6.212,61			542,20		1.980,20	6.212,61	
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	280.830,90			160,15		160,15	280.830,90	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.99	DEMAIS BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1.99.05	BENS IMOVEIS A CLASSIFICAR (P)	547.925,82						547.925,82	
1.2.3.2.1.99.99	OUTROS BENS IMOVEIS (P)	484.112,31						484.112,31	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAC								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		291.540,81		43.579,82	7.733,34	60.084,35		299.274,15
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS (P)		10.683,82			159,46	1.275,68		10.843,28
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.1.1.1.01.01	**SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS**								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			221.562,67	1.652.686,01	221.562,67	1.652.686,01		
2.1.1.4	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR**								
2.1.1.4.1	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDACAO**								
2.1.1.4.1.01	**CONTRIBUICOES AO RGPS A PAGAR**								
2.1.1.4.1.01.01	**CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES**								
2.1.1.4.1.01.01.01	CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES (F)		22.376,45	22.376,45	144.849,47	22.224,07	167.073,54		22.224,07
2.1.1.4.2	**ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS**								
2.1.1.4.2.01	**CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)**								
2.1.1.4.2.01.00	**CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS)**								
2.1.1.4.2.01.00.01	CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA (RPPS) (F)			17.063,36	135.621,93	17.063,36	135.621,93		
2.1.3	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO**								
2.1.3.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO**								
2.1.3.1.1	**FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL**								
2.1.3.1.1.01	**FORNECEDORES NACIONAIS**								
2.1.3.1.1.01.01	**FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR**								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)			19.642,90	126.713,71	20.142,90	127.213,71		500,00
2.1.3.1.1.01.99	**DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR**								
2.1.3.1.1.01.99.01	DEMAIS FORNECEDORES A PAGAR (F)			66.756,02	368.926,21	66.756,02	368.926,21		
2.1.3.1.1.03	**CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS**								
2.1.3.1.1.03.99	**DEMAIS CONTAS A PAGAR**								
2.1.3.1.1.03.99.01	DEMAIS CONTAS A PAGAR (F)			48.852,06	263.729,93	48.852,06	263.729,93		
2.1.8	**DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.8	**VALORES RESTITUIVEIS**								
2.1.8.8.1	**VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.8.1.01	**CONSIGNACOES**								
2.1.8.8.1.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)		11.223,21	11.223,21	74.158,02	11.110,52	85.268,54		11.110,52
2.1.8.8.1.01.15	RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)			11.838,92	90.554,67	11.838,92	90.554,67		
2.1.8.8.1.04	**DEPOSITOS NAO JUDICIAIS**								
2.1.8.8.1.04.99	OUTROS DEPOSITOS (F)		650,00	650,00	4.413,76	650,00	5.063,76		650,00
2.1.8.8.1.99	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS (F)		28.357,20	5.654,23	41.454,89	12.219,35	76.377,21		34.922,32
2.1.8.8.2	**VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS**								
2.1.8.8.2.01	**CONSIGNACOES - INTRA OFSS**								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)			12.891,87	104.908,10	12.891,87	104.908,10		
2.1.8.8.2.01.06	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES DIVERSOS - INTRA OFSS (F)			32,43	1.199,33	32,43	1.199,33		
2.1.8.8.2.01.08	ISS (F)		594,70	594,70	3.999,09	547,21	4.546,30		547,21
2.1.8.8.3	**VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIAO**								
2.1.8.8.3.01	**CONSIGNACOES**								

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.8.3.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)		23.560,59	48.454,83	173.398,01	24.894,24	173.398,01		
2.1.8.9	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO**								
2.1.8.9.1	**OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO**								
2.1.8.9.1.02	**DIARIAS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.02.00	**DIARIAS A PAGAR**								
2.1.8.9.1.02.00.01	DIARIAS A PAGAR (F)			6.375,00	94.975,00	6.375,00	94.975,00		
2.3	**PATRIMONIO LIQUIDO**								
2.3.7	**RESULTADOS ACUMULADOS**								
2.3.7.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS**								
2.3.7.1.1	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO**								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						3.299.655,94		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	9.009.581,62			3.299.816,09		160,15	9.009.581,62	
2.3.7.1.1.03	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	181,10			181,10			181,10	
2.3.7.1.2	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS**								
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO				3.499.685,27				
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		9.987.773,72				3.499.685,27		9.987.773,72
2.3.7.1.3	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO**								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.550,00						19.550,00	
2.3.7.1.5	**SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO**								
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO				484.112,31				
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		484.112,31				484.112,31		484.112,31
3	**VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA**								
3.1	**PESSOAL E ENCARGOS**								
3.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL**								
3.1.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS**								
3.1.1.1.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSC**								
3.1.1.1.1.01	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS**								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	955.853,83		137.936,05	1.093.789,88			1.093.789,88	
3.1.1.2	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS**								
3.1.1.2.1	**REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSC**								
3.1.1.2.1.01	**VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS**								
3.1.1.2.1.01.27	ADIANTAMENTO PECUNIARIO	12.946,62		15.262,62	28.209,24			28.209,24	
3.1.1.2.1.01.31	SUBSIDIOS	462.322,89		68.364,00	530.686,89			530.686,89	
3.1.1.2.1.01.99	OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	144.849,47		22.224,07	167.073,54			167.073,54	
3.1.1.2.1.04	**CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO**								
3.1.1.2.1.04.99	OUTRAS CONTRATACOES POR TEMPO DETERMINADO	1.518,20			1.518,20			1.518,20	
3.1.9	**OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS**								
3.1.9.9	**OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS**								

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.1.9.9.1	**OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO**								
3.1.9.9.1.02	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - ENCARGOS	118.558,57		17.063,36	135.621,93			135.621,93	
3.3	**USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**								
3.3.1	**USO DE MATERIAL DE CONSUMO**								
3.3.1.1	**CONSUMO DE MATERIAL**								
3.3.1.1.1	**CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO**								
3.3.1.1.1.06	GENEROS ALIMENTACAO	1.300,00			1.300,00			1.300,00	
3.3.1.1.1.22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZACAO	7.000,00			7.000,00			7.000,00	
3.3.2	**SERVICOS**								
3.3.2.1	**DIARIAS**								
3.3.2.1.1	**DIARIAS - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL	12.475,00			12.475,00			12.475,00	
3.3.2.1.1.03	DIARIAS - COLABORADORES EVENTUAIS	76.125,00		6.375,00	82.500,00			82.500,00	
3.3.2.2	**SERVICOS TERCEIROS - PF**								
3.3.2.2.1	**SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.2.1.11	MANUTENCAO E CONSERVACAO			1.000,00	1.000,00			1.000,00	
3.3.2.2.1.21	LOCACOES	66.274,67		9.467,81	75.742,48			75.742,48	
3.3.2.2.1.26	SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	50.870,55		7.052,60	57.923,15			57.923,15	
3.3.2.2.1.38	DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.316,20			9.316,20			9.316,20	
3.3.2.2.1.39	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	407,00		60,00	467,00			467,00	
3.3.2.3	**SERVICOS TERCEIROS - PJ**								
3.3.2.3.1	**SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO**								
3.3.2.3.1.04	COMUNICACAO	3.382,63		460,81	3.843,44			3.843,44	
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO	6.820,76		1.120,00	7.940,76			7.940,76	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	27.305,20		5.211,50	32.516,70			32.516,70	
3.3.2.3.1.14	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	1.670,00			1.670,00			1.670,00	
3.3.2.3.1.32	SERVICOS BANCARIOS	1.528,94		163,98	1.692,92			1.692,92	
3.3.2.3.1.34	SERVICOS DE APOIO DO ENSINO	7.280,00			7.280,00			7.280,00	
3.3.2.3.1.40	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	50,00			50,00			50,00	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	8.225,45		739,90	8.965,35			8.965,35	
3.3.2.3.1.52	TAXA DE ADMINISTRACAO	250,81			250,81			250,81	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	78.986,50		12.523,68	91.510,18			91.510,18	
3.3.2.4	**CONTRATO DE TERCEIRIZACAO POR SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA - ART.**								
3.3.2.4.1	CONTRATO DE TERCEIRIZACAO POR SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA - ART. 18	18.900,00			18.900,00			18.900,00	
3.3.3	**DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO**								
3.3.3.1	**DEPRECIACAO**								
3.3.3.1.1	**DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO**								
3.3.3.1.1.01	**DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO**								

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	52.351,01		7.733,34	60.084,35			60.084,35	
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	1.116,22		159,46	1.275,68			1.275,68	
3.6	**DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS**								
3.6.1	**REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS**								
3.6.1.1	**REAVALIACAO DE IMOBILIZADO**								
3.6.1.1.1	**REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO**								
3.6.1.1.1.01	**REAVALIACAO DE BENS MOVEIS**								
3.6.1.1.1.01.01	REAVALIACAO DE MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	461,40			461,40			461,40	
3.9	**OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9	**DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**								
3.9.9.6	**INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS**								
3.9.9.6.1	INDENIZACOES E RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	214.877,87		48.852,06	263.729,93			263.729,93	
4	**VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA**								
4.5	**TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS**								
4.5.1	**TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**								
4.5.1.1	**TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA**								
4.5.1.1.2	**TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA (**								
4.5.1.1.2.02	**REPASSE RECEBIDO**								
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO - DUODECIMO		2.916.666,70			416.666,66	3.333.333,36		3.333.333,36
4.6	**VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS**								
4.6.1	**REAVALIACAO DE ATIVOS**								
4.6.1.1	**REAVALIACAO DE IMOBILIZADO**								
4.6.1.1.1	**REAVALIACAO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDACAO**								
4.6.1.1.1.01	**REAVALIACAO DE BENS MOVEIS**								
4.6.1.1.1.01.01	REAVALIACAO DE MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		9.944,47				9.944,47		9.944,47
4.6.1.1.1.01.03	REAVALIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS		507,75				507,75		507,75
5	**CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
5.1	**PLANEJAMENTO APROVADO**								
5.1.1	**PPA - APROVADO**								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	21.235.780,00						21.235.780,00	
5.1.1.2	REVISAO DO PPA				320.000,00		320.000,00		
5.2	**ORCAMENTO APROVADO**								
5.2.2	**FIXACAO DA DESPESA**								
5.2.2.1	**DOTACAO ORCAMENTARIA**								
5.2.2.1.1	**DOTACAO INICIAL**								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	5.000.000,00			5.000.000,00			5.000.000,00	
5.2.2.1.2	**DOTACAO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO**								
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	320.000,00			320.000,00			320.000,00	

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
5.2.2.1.3	**DOTACAO ADICIONAL POR FONTE**								
5.2.2.1.3.03	ANULACAO DE DOTACAO	320.000,00			320.000,00			320.000,00	
5.2.2.1.3.09	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		320.000,00				320.000,00		320.000,00
5.2.2.1.3.99	VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE				320.000,00		320.000,00		
5.2.2.1.9	**CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTACAO**								
5.2.2.1.9.04	(-) CANCELAMENTO DE DOTACOES		320.000,00				320.000,00		320.000,00
6	**CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO**								
6.1	**EXECUCAO DO PLANEJAMENTO**								
6.1.1	**EXECUCAO DO PPA**								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		16.235.780,00		5.640.000,00		640.000,00		16.235.780,00
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		2.335.872,29	331.488,76	3.315.616,47		5.320.000,00		2.004.383,53
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		2.664.127,71			331.488,76	2.995.616,47		2.995.616,47
6.2	**EXECUCAO DO ORCAMENTO**								
6.2.2	**EXECUCAO DA DESPESA**								
6.2.2.1	**DISPONIBILIDADES DE CREDITO**								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		2.335.872,29	331.488,76	3.315.616,47		5.320.000,00		2.004.383,53
6.2.2.1.3	**CREDITO UTILIZADO**								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		256.877,46	402.976,08	2.810.226,33	331.488,76	2.995.616,47		185.390,14
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			86.898,92	495.958,82	86.898,92	495.958,82		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		22.376,45	402.628,46	2.787.502,26	402.976,08	2.810.226,33		22.724,07
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		2.384.873,80			402.628,46	2.787.502,26		2.787.502,26
7	**CONTROLES DEVEDORES**								
7.1	**ATOS POTENCIAIS**								
7.1.2	**ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
7.1.2.3	**OBRIGACOES CONTRATUAIS**								
7.1.2.3.1	**OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO**								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	501.916,08			170.662,96		1.199,50	501.916,08	
7.1.2.3.1.04	CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	15.639,35			16.037,80	177,91	135.470,83	15.461,44	
7.2	**ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
7.2.1	**DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
7.2.1.1	**CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	2.930.382,89		436.666,66	3.417.049,55	20.000,00	70.000,00	3.347.049,55	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	18.537,21		6.848,92	25.386,13			25.386,13	
7.9	**OUTROS CONTROLES**								
7.9.1	**RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS**								
7.9.1.2	**RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS**								
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	218.300,00		6.375,00	94.975,00			224.675,00	
7.9.5	**CONTRAPARTIDA DE CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
7.9.5.5	CONTRAPARTIDA DO CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACA	434.877,98		67.335,62	502.213,60			502.213,60	
8	**CONTROLES CREDORES**								
8.1	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS**								
8.1.2	**EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**								
8.1.2.3	**EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS**								
8.1.2.3.1	**EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO**								
8.1.2.3.1.02	**CONTRATOS DE SERVICOS**								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		247.925,61	29.681,39	284.871,36		170.662,96		218.244,22
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		253.990,47			29.681,39	283.671,86		283.671,86
8.1.2.3.1.04	**CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS**								
8.1.2.3.1.04.01	A EXECUTAR		9.197,13	1.485,80	143.220,94		16.037,80		7.711,33
8.1.2.3.1.04.02	EXECUTADOS		6.442,22			1.307,89	7.750,11		7.750,11
8.2	**EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA**								
8.2.1	**EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO**								
8.2.1.1	**EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS**								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		252.538,99	351.488,76	3.065.616,47	436.666,66	3.403.333,36		337.716,89
8.2.1.1.2	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EM**								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMP		256.877,46	402.976,08	2.810.226,33	331.488,76	2.995.616,47		185.390,14
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMP			86.898,92	495.958,82	86.898,92	495.958,82		
8.2.1.1.3	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LI**								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO (F)		22.376,45	402.628,46	2.787.502,26	402.976,08	2.810.226,33		22.724,07
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR RETENCOES E CONSIGNACOES (F)		64.385,70	91.340,19	494.085,87	74.184,54	541.315,92		47.230,05
8.2.1.1.4	**DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA**								
8.2.1.1.4.01	UTILIZADA COM EXECUCAO ORCAMENTARIA		1.949.995,82			335.292,84	2.285.288,66		2.285.288,66
8.2.1.1.4.02	UTILIZADA COM RETENCOES E CONSIGNACOES		402.745,68			91.340,19	494.085,87		494.085,87
8.9	**OUTROS CONTROLES**								
8.9.1	**EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS**								
8.9.1.2	**EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS**								
8.9.1.2.1	**EXECUCAO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS**								
8.9.1.2.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR		150,00	1.275,00	89.725,00	6.375,00	94.975,00		5.250,00
8.9.1.2.1.05	ADIANTAMENTOS EM INDADIMPLENCIA		218.150,00			1.275,00	89.725,00		219.425,00
8.9.5	**CONTROLES ESPECIFICOS TCE/MT**								
8.9.5.5	**CONTROLE FINANCEIRO DOS VALORES EM CONSIGNACAO**								
8.9.5.5.1	CONSIGNACOES A PAGAR		36.312,30	91.340,19	489.905,87	67.335,62	502.213,60		12.307,73
8.9.5.5.2	CONSIGNACOES PAGAS		398.565,68			91.340,19	489.905,87		489.905,87
	Total de Grupo:	**44.783.425,24**	**44.783.425,24**	**4.880.175,08**	**56.467.536,04**	**4.880.175,08**	**56.467.536,04**	**45.688.224,96**	**45.688.224,96**
	Total Geral:	**44.783.425,24**	**44.783.425,24**	**4.880.175,08**	**56.467.536,04**	**4.880.175,08**	**56.467.536,04**	**45.688.224,96**	**45.688.224,96**

Emissão: 12/09/2022 14:09:41 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
Camara Municipal de Juara
CNPJ: 03.476.682/0001.00
Rua Nelson Taborda Lacerda - 0000059 - Centro
Telefone (066)3556-1260
camarajuara@hotmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Atributo: Todos

VALDIR LEANDRO CAVICHIOLI
PRESIDENTE

ALEXANDRE GORGES
CONTADOR CRC 017413

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 098/2022 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 376/2022, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 376/2022, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 098/2022, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 14/09/2022, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Veiculação / Divulgação de Mídia Televisiva no Município de Juara/MT, para Divulgação de Matérias e das Ações de Interesse Público Realizadas pelas Secretarias Municipais do Poder Executivo,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **vencedoras** as empresas: **DIGITAL PRODUÇÕES - LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 29.568.217/0001-84, sendo vencedora com valor global de R$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais), **JUARA RADIO TELEVISÃO - LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 37.429.362/0001-02, sendo vencedora com valor global de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais),

Juara –MT, 14 de setembro de 2022.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO ADESÃO

AVISO DE RESULTADO ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2022 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO N. º 006/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA/RO, ATRAVÉS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO E PREGÃO N.º 106/2022/SECAD

A **PREFEITURA MUNICIPA**L, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, torna público para conhecimento dos interessados, que ADERIU a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2022 PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA/RO**, através do Processo Administrativo de Adesão e Pregão n. º 106/2022/SECAD, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATACAO DE EMPRESA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE ALUGUEL DE 02 (DUAS) AMBULANCIAS TIPO "D" (SUPORTE AVANCADO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE EM CARATER DE URGENCIA**, conforme especificações e condições técnicas constantes em seus anexos, cujo fornecedor registrado é a empresa: **AGMS VEICULOS ESPECIAIS LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o n.º 41.095.391.0001.52, sendo vencedora com valor global de R$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais).

Juara –MT 14 de setembro de 2022

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI N.º 2.050/2022

LEI N.º 2.050/2022.

Dispõe sobre autorização para promover abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Juína, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Municipal n.º 1.994/2021 de 16 de Dezembro de 2021 que trata do Orçamento Programa do Município de Juína para o Exercício de 2022, até o valor de R$ 445.800,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais) conforme relacionado abaixo:

Órgão: 02	Sec. Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária 110 Função: 12 Sub Função: 361 Programa: 0032	Departamento de Ensino Fundamental Educação Ensino Fundamental Desenvolvimento do Ensino Fundamental
Projeto/Atividade: 1214	Aquisição de Ônibus, Veículos e Equipamentos
Elemento Despesa: 44.90.52.00 Fonte: 1.571.0000000	Equipamento e Material Permanente ..... R$ 445.800,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo anterior, mediante utilização de recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, conforme Termo de Convênio 0796-2021/SEDUC-MT (em anexo), firmado junto a SEDUC-MT Secretaria de Estado de Educação.

Art. 3º Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 15 de agosto de 2022.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI MUNICIPAL Nº 1.393/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de Juscimeira para o Exercício Financeiro de 2023 e dá outras providências. "

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Juscimeira-MT, relativo ao Exercício Financeiro de 2023, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e demais entidades da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição federal, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, na Lei Complementar N.º 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Orgânica Municipal, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparadas com a arrecadação verificada no primeiro trimestre de 2022 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro trimestre de 2022, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2021, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2022, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de metas e prioridades para 2023;

II - Anexo de Riscos Fiscais;

III – Relatório dos projetos em andamento e posição sobre a situação de conservação do patrimônio público e providências a serem adotadas.

Art. 3º - O Projeto de Lei Orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:

I - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

II - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2023

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2022 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência pa-

ra o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2023

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal, investimento e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou subatividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2022 e será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados;

III -Anexo dos orçamentos fiscal, investimento e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI – Demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - Exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, informando, saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

§ 2º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2022, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 10 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – Se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – Ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

IV – Suporte orçamentário às dotações que se fizerem insuficientes

Art. 11 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - Integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 12 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2021, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101 de 2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2022.

§ 2º. No caso do Poder Executivo, o ato referido no capute os que o modificarem conterão:

I - Metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - Demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 13 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 14 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 15 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 16 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2023, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2022, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – Caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 17 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2022, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;

b) as taxas;

c) a contribuição de melhoria;

d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;

g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96;

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

k) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação.

l) o valor arrecadado da CIDE

Art. 18 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único - Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – Os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – Os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 19 - A Câmara Municipal enviará até o dia 05 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês e até o mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 20 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 22 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de reali-

zação dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante a sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 23 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – Estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 24 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2022, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 25 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - Cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - Consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 26 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 27 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – A necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – Incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único - Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 28 - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

Art. 29 – Observado os Incisos V e VI do Artigo 167 da Constituição Federal fica o poder Executivo autorizado, mediante ato próprio, remanejar créditos orçamentários e suplementares de um órgão para outro e de uma categoria econômica para outra, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária, observada a previsão do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I – Os créditos suplementares autorizados no caput englobam a inclusão de fontes de recursos modalidade de aplicação, grupo de natureza de despesa e categoria econômicas:

II – Os créditos Suplementares referentes ao Orçamento do Poder Legislativo obedecerão ao limite de até 40% (quarenta por cento).

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - Os Poderes Executivo e Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2022, o orçamento de 2023 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35 - No exercício de 2023 a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver ultrapassado os 51,3%(cinqüenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento), respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – Situações de emergência ou calamidade pública;

II – Situações em que possam estar em risco a segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação a outra alternativa possível;

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, far-se-á, respectivamente, pelo Prefeito Municipal e Presidente da Câmara, sendo os motivos devidamente fundamentados no ato da autorização.

Art. 36 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal, serão aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações do § único, inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2022, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de dotações, excluídos os que incidam sobre:

a) Pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida; e

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira- MT, 12 de Setembro de 2022.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXOS LDO 2023 LEI Nº 1.393/2022

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

ÓRGÃO: 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JUSCIMEIRA

UNIDADE: 001 CAMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PROGRAMA: 0001 PROCESSO LEGISLATIVO

OBJETIVO: DAR CUMPRIMENTO AS FUNÇÕES BÁSICAS DO PODE LEGISLATIVO, LEGISLANDO E FISCALIZANDO COM TRANSPARENCIA E SEMPRE EM DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICIPIO E DO CONTRIBUINTE.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10001 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIP		PROJETO	META FINANCEIRA	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00
.	UN - UNIDADE		META FÍSICA	1,00			
10002 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL		PROJETO	META FINANCEIRA	53.000,00	53.000,00	53.000,00	159.000,00
.	UN - UNIDADE		META FÍSICA	1,00			
10003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		PROJETO	META FINANCEIRA	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
.	UN - UNIDADE		META FÍSICA	1,00			
10004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		PROJETO	META FINANCEIRA	120.000,00	120.000,00	120.000,00	360.000,00
.	UN - UNIDADE		META FÍSICA	1,00			
20000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.173.000,00	2.173.000,00	2.173.000,00	6.519.000,00
.	UN - UNIDADE		META FÍSICA	12,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**7.200.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**7.200.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**7.200.000,00**

ÓRGÃO: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 001 CHEFIA DE GABINETE

PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AÇÕES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICO ALVO: POPULACAO GERAL DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.176.000,00	1.237.000,00	1.302.000,00	3.715.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	34,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.176.000,00**	**1.237.000,00**	**1.302.000,00**	**3.715.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**1.176.000,00**	**1.237.000,00**	**1.302.000,00**	**3.715.000,00**

UNIDADE: 003 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

4nNUjKCw61

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AÇÕES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICO ALVO: POPULACAO GERAL DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20226 MANUTENÇÃO COM A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	221.200,00	234.800,00	248.000,00	704.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**221.200,00**	**234.800,00**	**248.000,00**	**704.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**221.200,00**	**234.800,00**	**248.000,00**	**704.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**1.397.200,00**	**1.471.800,00**	**1.550.000,00**	**4.419.000,00**

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 001 GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AÇÕES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICO ALVO: POPULACAO GERAL DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10149 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL		PROJETO	META FINANCEIRA	27.000,00	27.000,00	27.000,00	81.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	4,00			
20006 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.118.000,00	2.223.000,00	2.395.000,00	6.736.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20109 CAPACITACAO E QUALIFICACAO DE SERVIDORES		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	8.000,00	8.000,00	8.000,00	24.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
20198 MANUTENÇÃO COM CONVENIO CORREIOS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	0,00			
20205 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO/TESTE SELETIVO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
20207 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**2.169.000,00**	**2.274.000,00**	**2.446.000,00**	**6.889.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**2.169.000,00**	**2.274.000,00**	**2.446.000,00**	**6.889.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**2.169.000,00**	**2.274.000,00**	**2.446.000,00**	**6.889.000,00**

ÓRGÃO: 04 SECRETARIA DE FAZENDA E FINANÇAS

4nNUJKCw61

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

UNIDADE: 001 GERENCIA DE FINANÇAS

PROGRAMA: 0003 CONTROLE FINANCEIRO

OBJETIVO: INCREMENTAR A ARRECADAÇÃO VISANDO O EQUILÍBRIO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO E A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS A POPULAÇÃO.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20010 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA E FINANÇAS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.322.000,00	2.489.000,00	2.599.000,00	7.410.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	4,00			
20011 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO – PASEP		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	600.000,00	600.000,00	600.000,00	1.800.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**2.922.000,00**	**3.089.000,00**	**3.199.000,00**	**9.210.000,00**

PROGRAMA: 0004 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: HONRAR OS COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM OS AGENTES FINANCEIROS E OUTROS CREDORES A LONGO PRAZO.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20008 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRTATADA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	600.000,00	600.000,00	600.000,00	1.800.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**	**1.800.000,00**

PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: DESTINADA AO ATENDIMENTO DE PASSIVOS CONTIGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, ALÉM DE FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
90999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		OPERAÇÕES ESPECIAIS	META FINANCEIRA	700.000,00	700.000,00	700.000,00	2.100.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**700.000,00**	**700.000,00**	**700.000,00**	**2.100.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**4.222.000,00**	**4.389.000,00**	**4.499.000,00**	**13.110.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**4.222.000,00**	**4.389.000,00**	**4.499.000,00**	**13.110.000,00**

ÓRGÃO: 05 SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – FMS

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AÇÕES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICO ALVO: POPULACAO GERAL DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10145 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE SAÚDE		PROJETO	META FINANCEIRA	27.000,00	27.000,00	27.000,00	81.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	4,00			
20043 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.847.205,00	1.928.840,00	2.088.840,00	5.864.885,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	24,00			
20238 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	6.000,00	6.000,00	6.000,00	18.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20239 MAN. DO SERVIÇO DE CONTROLE, AVALIÇÃO, AUDITORIA E REGULAÇÃO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	46.000,00	46.000,00	46.000,00	138.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	6,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.926.205,00**	**2.007.840,00**	**2.167.840,00**	**6.101.885,00**

PROGRAMA: 0022 ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER O ACESSO EQUITATIVO E UNIVERSAL DA POPULAÇÃO AOS SERVIÇOS MÉDICOS DE ATENÇÃO A SAÚDE.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10030 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE		PROJETO	META FINANCEIRA	14.000,00	14.000,00	14.000,00	42.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	5,00			
10033 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANTE PARA UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE		PROJETO	META FINANCEIRA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20038 PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PACS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.255.022,50	1.272.000,00	1.327.000,00	3.854.022,50
OUTROS	ANO		META FÍSICA	12,00			
20041 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.616.520,00	2.723.920,00	2.843.920,00	8.184.360,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	19,00			
20042 PROGRAMA SAUDE BUCAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	341.000,00	728.000,00	341.000,00	1.410.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	12,00			
20240 MANUTENÇÃO ACADEMIA DE SAÚDE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	36.000,00	36.000,00	36.000,00	108.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	4,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**4.264.542,50**	**4.775.920,00**	**4.563.920,00**	**13.604.382,50**

PROGRAMA: 0023 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

4nNUJKCw61

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

OBJETIVO: AMPLIAR O ACESSO E MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE DE SAÚDE NO MUNICIPIO

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10058 AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS E AMBULANCIAS		PROJETO	META FINANCEIRA	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
10120 AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ MEDIA E ATA COMPLEXIDADE		PROJETO	META FINANCEIRA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
10121 CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		PROJETO	META FINANCEIRA	28.000,00	28.000,00	28.000,00	84.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	5,00			
20072 MANUT.DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	440.000,00	450.000,00	460.000,00	1.350.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20154 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	306.000,00	306.000,00	306.000,00	918.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	14,00			
20195 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	3.720.000,00	3.720.000,00	3.720.000,00	11.160.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20196 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	162.000,00	162.000,00	162.000,00	486.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	8,00			
20218 MANUTENCAO E ENCARCOS COM UDR-UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILI		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	106.000,00	106.000,00	106.000,00	318.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	7,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**4.769.000,00**	**4.779.000,00**	**4.789.000,00**	**14.337.000,00**

PROGRAMA: 0024 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA

OBJETIVO: GARANTIR O ACESSO A POPULAÇÃO CARENTE AOS MEDICAMENTOS E ELEVAR A DISPONIBILIDADE DE MEDICAMENTOS GENERICOS.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10146 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA FARMÁCIA BASI		PROJETO	META FINANCEIRA	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20051 PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BÁSICA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	691.000,00	721.000,00	741.000,00	2.153.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	11,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**693.000,00**	**723.000,00**	**743.000,00**	**2.159.000,00**

PROGRAMA: 0026 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

OBJETIVO: AMPLIAR AS AÇÕES QUE PROPORCIONEM O CONHECIMENTO, A DETECÇÃO OU PREVENÇÃO PARA COMBATER E CONTROLAR SURTOS, EPIDEMIAS E AGRAVOS INUSITADOS.

ARDetalhamento_LDO Página: 5

4nNUJKCw61

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20197 MANUT. E ENCARGOS C/ VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA , AMBIENTAL E DO TRAB	ATIVIDADE	META FINANCEIRA		325.500,00	325.500,00	325.500,00	976.500,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA		12,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA		**325.500,00**	**325.500,00**	**325.500,00**	**976.500,00**

PROGRAMA: 0027 VIGILÂNCIA SANITÁRIA

OBJETIVO: GARANTIR A QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS SUJEITOS Á FISCALIZAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PROMOVENDO A MELHORA NA QUALIDADE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS E CONSEQUENTEMENTE A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS A SAUDE PUBLICA.

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10147 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A VIGILANCIA	PROJETO	META FINANCEIRA		3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA		2,00			
20052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA	ATIVIDADE	META FINANCEIRA		121.000,00	122.000,00	123.000,00	366.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA		10,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA		**124.000,00**	**125.000,00**	**126.000,00**	**375.000,00**

PROGRAMA: 0036 COVID 19 – ENFRENTAMENTO

OBJETIVO: ENFRENTAR PANDEMIA DE CORONAVIRUS

PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20245 COVID - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID 19	ATIVIDADE	META FINANCEIRA		4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA		8,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA		**4.000,00**	**4.000,00**	**4.000,00**	**12.000,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE		**12.106.247,50**	**12.740.260,00**	**12.719.260,00**	**37.565.767,50**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO		**12.106.247,50**	**12.740.260,00**	**12.719.260,00**	**37.565.767,50**

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

UNIDADE: 001 GERÊNCIA DE OBRAS

PROGRAMA: 0007 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

OBJETIVO: GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ORDENADO NA AREA URBANA E RURAL

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10020 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E OBRAS COMPLEMENTARES		PROJETO	META FINANCEIRA	225.895,00	237.000,00	250.000,00	712.895,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
10140 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		PROJETO	META FINANCEIRA	69.000,00	69.000,00	69.000,00	207.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20033 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.332.220,00	1.420.400,00	1.491.200,00	4.243.820,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.627.115,00**	**1.726.400,00**	**1.810.200,00**	**5.163.715,00**
PROGRAMA: 0014 GESTÃO DO CONSÓRCIO							
OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVICOS PUBICOS E ACOES PLANEJADAS, EM PARCERIA COM CONSORCIOS PUBLICOS							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL DO MUNICIPIO							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20087 CONTRIBUIR PARA CONSORCIOS DE DESENVOLVIMENTO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	40.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**40.000,00**	**40.000,00**	**40.000,00**	**120.000,00**
PROGRAMA: 0019 CIDADE LIMPA							
OBJETIVO: MANTER A CIDADE LIMPA, ALCANÇADANDO PADRÕES ACEITAVEIS DE HIGIENE E LIMPEZA							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20031 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	902.000,00	902.000,00	902.000,00	2.706.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**902.000,00**	**902.000,00**	**902.000,00**	**2.706.000,00**
PROGRAMA: 0025 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL							
OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR A O SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL DE MODO A PERMITIR O ESCOAMENTO DA PRODUCAO RURAL DURANTE TODO O ANO E PROPORCIONAR TRAFEGO SEGURO AOS USUARIOS DA MALHA VIARIA RURAL							
PÚBLICO ALVO: PRODUTORES RURAIS E POPULACAO EM GERAL.							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
10010 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS		PROJETO	META FINANCEIRA	375.000,00	375.000,00	375.000,00	1.125.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			

4nNUjKCw61

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20013 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.149.500,00	1.173.000,00	1.228.000,00	3.550.500,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.524.500,00**	**1.548.000,00**	**1.603.000,00**	**4.675.500,00**
PROGRAMA: 0034 CIDADE BONITA							
OBJETIVO: MANTER E MELHORAR O ASPECTO FISICO E VISUAL DA CIDADE, OFERECENDO MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA Á POPULAÇÃO.							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL							
AÇÃO		**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**						
20030 CONSERVAR A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.251.100,00	1.264.000,00	1.277.000,00	3.792.100,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.251.100,00**	**1.264.000,00**	**1.277.000,00**	**3.792.100,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**5.344.715,00**	**5.480.400,00**	**5.632.200,00**	**16.457.315,00**
UNIDADE: 002 DEPARTAMENTO DE URBANISMO							
PROGRAMA: 0007 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA							
OBJETIVO: GARANTIR O DESENVOLVIMENTO ORDENADO NA AREA URBANA E RURAL							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL							
AÇÃO		**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**						
10024 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		PROJETO	META FINANCEIRA	167.000,00	77.000,00	77.000,00	321.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
10078 REFORMA E MODERNIZACAO DA SINALIZACAO DE TRANSITO		PROJETO	META FINANCEIRA	13.000,00	13.000,00	13.000,00	39.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
10128 RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS PAVIMENTADAS		PROJETO	META FINANCEIRA	161.000,00	152.000,00	152.000,00	465.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**341.000,00**	**242.000,00**	**242.000,00**	**825.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**341.000,00**	**242.000,00**	**242.000,00**	**825.000,00**
UNIDADE: 004 DEPARTAMENTO DE TRANSITO							
PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL							
OBJETIVO: MELHORAR E AMPLIAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AÇÕES PLANEJADAS, PRATICANDO O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO GERAL DO MUNICIPIO							
AÇÃO		**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**						

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20231 MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE TRÁNSITO	ATIVIDADE	META FINANCEIRA	24.000,00	24.000,00	24.000,00	72.000,00
OUTROS ANO		META FÍSICA	4,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**24.000,00**	**24.000,00**	**24.000,00**	**72.000,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**24.000,00**	**24.000,00**	**24.000,00**	**72.000,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**5.709.715,00**	**5.746.400,00**	**5.898.200,00**	**17.354.315,00**

ÓRGÃO: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 001 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA: 0005 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL.

PÚBLICO ALVO: USUARIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

AÇÃO / **PRODUTO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
10025 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS		PROJETO	META FINANCEIRA	162.000,00	157.000,00	157.000,00	476.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	6,00			
10144 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS		PROJETO	META FINANCEIRA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	75.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
10150 AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANETE ENSINO FUNDAMENTAL		PROJETO	META FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
20016 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	4.721.000,00	5.179.000,00	5.619.000,00	15.519.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	13,00			
20017 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	153.000,00	168.000,00	183.000,00	504.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20089 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	12.000,00	12.000,00	12.000,00	36.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20172 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO BOMBEIRO DO FUTURO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20174 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO – PDDE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	5.500,00	5.500,00	5.500,00	16.500,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**5.098.500,00**	**5.566.500,00**	**6.021.500,00**	**16.686.500,00**

PROGRAMA: 0006 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

OBJETIVO: CAPACITAR A CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS PARA INICIAR O PROCESSO PEDAGÓGICO, PROPORCIONANDO-LHE A OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR DE ATIVIDADES QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, FISICO E INTELECTUAL.

PÚBLICO ALVO: USUARIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10016 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CRECHES		PROJETO	META FINANCEIRA	35.000,00	35.000,00	35.000,00	105.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
10129 AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANETE EDUCAÇÃO INFANTIL		PROJETO	META FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
20019 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.069.000,00	2.259.000,00	2.459.000,00	6.787.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	13,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**2.114.000,00**	**2.304.000,00**	**2.504.000,00**	**6.922.000,00**
PROGRAMA: 0015 APOIO EDUCACIONAL							
OBJETIVO: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICOES DE ACESSO, PERMANENCIA E EXITO DO ALUNO MATRICULADO NO ENSINO FUNDAMENTAL, BEM COMO INCENTIVAR OS ALUNOS A OBTEREM UM CURSO PROFISISONALIZANTE E TER ACESSO AO ENSINO SUPERIOR							
PÚBLICO ALVO: ALUNOS							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20084 BOLSA UNIVERSITARIA - TRANSPORTE DE ALUNOS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	80.000,00	80.000,00	80.000,00	240.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**80.000,00**	**80.000,00**	**80.000,00**	**240.000,00**
PROGRAMA: 0016 GESTÃO DO SISTEMA EDUCAÇÃO							
OBJETIVO: ASSEGURAR A VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR COM QUALIFICACAO NECESSARIA, VISANDO A PERMANENCIA DOS ALUNOS EM SALA DE AULA E CONSEQUENTEMENTE MELHORIAS NO NIVEL DE ENSINO							
PÚBLICO ALVO: PROFISSIONAIS DA EDUCACAO E ALUNOS							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20025 PROGRAMA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	307.850,00	310.000,00	330.000,00	947.850,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	6,00			
20069 MANUTENÇÃO COM ALIMENTAÇÃO /PNAE - FUNDAMENTAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	45.000,00	45.000,00	45.000,00	135.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20202 MANUT. COM ALIMENTAÇÃO /PNAE - CRECHE E PRÉ-ESCOLA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	139.000,00	139.000,00	139.000,00	417.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20203 MANUT. COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR /AGR. FAMILIAR		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20204 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	ATIVIDADE	META FINANCEIRA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	2,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**526.850,00**	**529.000,00**	**549.000,00**	**1.604.850,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**7.819.350,00**	**8.479.500,00**	**9.154.500,00**	**25.453.350,00**

UNIDADE: 002 GERÊNCIA DE TRANSPORTE ESCOLAR

PROGRAMA: 0035 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETIVO: GARANTIR A TRAFEGABILIDADE DOS VEÍCULOS DURANTE TODO O ANO COM TOTAL SEGURANÇA AOS MOTORISTAS E PEDESTRES

PÚBLICO ALVO: USUARIOS DE VIAS PUBLCIAS

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10139 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR		PROJETO	META FINANCEIRA	272.000,00	272.000,00	272.000,00	816.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	4,00			
20023 MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O TRANSPORTE ESCOLAR		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	2.890.180,00	3.023.800,00	3.183.800,00	9.097.780,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	16,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**3.162.180,00**	**3.295.800,00**	**3.455.800,00**	**9.913.780,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**3.162.180,00**	**3.295.800,00**	**3.455.800,00**	**9.913.780,00**

UNIDADE: 003 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA: 0013 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO

OBJETIVO: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONIDCOES DE ACESSO, PEMANENCIA E EXITO DO ALUNO, BEM COMO INCENTIVAR OS ALUNOS A OBTEREM MELHORIAS NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PÚBLICO ALVO: ALUNOS DO MUNICIPIO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10016 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CRECHES		PROJETO	META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
10143 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS		PROJETO	META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20021 REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 70%		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.104.000,00	1.214.000,00	1.354.000,00	3.672.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	4,00			
20022 REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO 70% - ENSINO INFANTIL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	3.520.466,00	3.793.000,00	4.143.000,00	11.456.466,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	5,00			
20199 MANUTENÇÃO ENCARGO DO FUNDEB 30 % - INFANTIL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.921.914,00	2.040.000,00	2.180.000,00	6.141.914,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	8,00			

4nNUJKCw61

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**6.606.380,00**	**7.107.000,00**	**7.737.000,00**	**21.450.380,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**6.606.380,00**	**7.107.000,00**	**7.737.000,00**	**21.450.380,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**17.587.910,00**	**18.882.300,00**	**20.347.300,00**	**56.817.510,00**
ÓRGÃO: 08 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
UNIDADE: 001 GERÊNCIA DE PROTEÇÃO BÁSICA						
PROGRAMA: 0029 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
OBJETIVO: ASSEGURAR O ATENDIMENTO A JOVENS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PROMOVENDO AÇÕES SÓCIOS EDUCATIVAS E PREPARANDO-OS PARA O MUNDO DO TRABALHO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.						
PÚBLICO ALVO: CRIANCA E ADOLESCENTE						
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR		ATIVIDADE				
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO	META FINANCEIRA	368.000,00	368.000,00	368.000,00	1.104.000,00
		META FÍSICA	1,00			
20249 PROJETO SONHO DE MENINA		ATIVIDADE				
OUTROS	ANO	META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
		META FÍSICA	3,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**398.000,00**	**398.000,00**	**398.000,00**	**1.194.000,00**
PROGRAMA: 0030 ATENÇÃO AO TRABALHADOR						
OBJETIVO: AUMENTAR E MELHORAR A EMPREGABILIDADE DO TRABALHADOR, REDUZINDO OS RISCOS DE DESEMPREGO E SUB-EMPREGO, ELEVANDO-A PRODUTIVIDADE E A RENDA.						
PÚBLICO ALVO: TRABALHADORES EM GERAL						
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20168 SINE - SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO		ATIVIDADE				
OUTROS	ANO	META FINANCEIRA	31.000,00	31.000,00	31.000,00	93.000,00
		META FÍSICA	1,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**31.000,00**	**31.000,00**	**31.000,00**	**93.000,00**
PROGRAMA: 0032 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSITÊNCIA SOCIAL						
OBJETIVO: ESTIMULAR E APOIAR AS AÇÕES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA ATRAVÉS DOS DIVERSOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS VISANDO A MELHORIA DE VIDA DA POPULAÇÃO.						
PÚBLICO ALVO: FAMILIAS EM GERAL						
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20070 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL		ATIVIDADE				
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO	META FINANCEIRA	96.000,00	104.000,00	106.000,00	306.000,00
		META FÍSICA	2,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**96.000,00**	**104.000,00**	**106.000,00**	**306.000**

4nNUJKCw61

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**525.000,00**	**533.000,00**	**535.000,00**	**1.593.000,00**
UNIDADE: 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS						
PROGRAMA: 0009 ATENÇÃO AO IDOSO						
OBJETIVO: ASSEGURAR CONDICOES IGUAIS DE VIDA A IDOSOS, PROPORCIONANDO-LHES AJUDA FINANCEIRA E OU ACOLHIMENTO EM CENTRO DE CONVIVENCIA E LAR DOS IDOSOS						
PÚBLICO ALVO: IDOSOS EM GERAL						
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20100 CONTRIBUICAO PARA MANUTENCAO DE LAR DOS IDOSOS		ATIVIDADE META FINANCEIRA	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	1,00			
20169 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS		ATIVIDADE META FINANCEIRA	75.000,00	77.000,00	82.000,00	234.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	2,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**125.000,00**	**127.000,00**	**132.000,00**	**384.000,00**
PROGRAMA: 0029 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE						
OBJETIVO: ASSEGURAR O ATENDIMENTO A JOVENS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PROMOVENDO AÇÕES SÓCIOS EDUCATIVAS E PREPARANDO-OS PARA O MUNDO DO TRABALHO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.						
PÚBLICO ALVO: CRIANCA E ADOLESCENTE						
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20067 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF		ATIVIDADE META FINANCEIRA	29.000,00	33.550,00	34.077,50	96.627,50
OUTROS	ANO	META FÍSICA	0,00			
20071 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS		ATIVIDADE META FINANCEIRA	45.880,00	51.000,00	54.000,00	150.880,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	5,00			
20161 PISO BÁSICO FIXO		ATIVIDADE META FINANCEIRA	31.000,00	31.000,00	31.000,00	93.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	4,00			
20162 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD - SUAS		ATIVIDADE META FINANCEIRA	16.800,00	16.800,00	16.800,00	50.400,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	5,00			
20163 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV		ATIVIDADE META FINANCEIRA	42.000,00	42.000,00	42.000,00	126.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	5,00			
20164 PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI		ATIVIDADE META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	4,00			
20165 PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - MSE		ATIVIDADE META FINANCEIRA	13.000,00	13.000,00	13.000,00	39.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	4,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**207.680,00**	**217.350,00**	**220.877,50**	**645.907,50**

4nNUJKCw61

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PROGRAMA: 0032 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ESTIMULAR E APOIAR AS AÇÕES QUE VISEM PRESERVAR A INTEGRIDADE DA PESSOA HUMANA ATRAVÉS DOS DIVERSOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS VISANDO A MELHORIA DE VIDA DA POPULAÇÃO.

PÚBLICO ALVO: FAMILIAS EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20056 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.187.210,00	1.257.000,00	1.307.000,00	3.751.210,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	11,00			
20137 PROGRAMA FUMIS		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	13.000,00	13.000,00	13.000,00	39.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	3,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.200.210,00**	**1.270.000,00**	**1.320.000,00**	**3.790.210,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**1.532.890,00**	**1.614.350,00**	**1.672.877,50**	**4.820.117,50**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**2.057.890,00**	**2.147.350,00**	**2.207.877,50**	**6.413.117,50**

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

UNIDADE: 001 GERÊNCIA DE TURISMO

PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E LAZER

OBJETIVO: REESTRUTURAR A SECRETARIA PARA INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E E LAZER NO MUNICIPIO, GERANDO RENDA E QUALIDADE DE VIDA A POPULAÇÃO.

PÚBLICO ALVO: TURISTA EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20063 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO, INDUSTRIA E CO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	340.000,00	342.000,00	342.000,00	1.024.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	3,00			
20064 MANTER AS ATIVIDADES DO TURISMO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	22.000,00	22.000,00	22.000,00	66.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	2,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**362.000,00**	**364.000,00**	**364.000,00**	**1.090.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**362.000,00**	**364.000,00**	**364.000,00**	**1.090.000,00**

UNIDADE: 002 GERÊNCIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

PROGRAMA: 0037 DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA INDUSTRIA E COMERCIO

OBJETIVO: REESTRUTURAR A SECRETARIA PARA ATENDER A DEMANDA DE ESTUDOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DA GERENCIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

PÚBLICO ALVO: EMPRESARIOS E EMPREENDEDORES EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO	2023	2024	2025	TOTAL

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20114 MANTER ATIVIDADES DE INDUSTRIA E COMERCIO	ATIVIDADE	META FINANCEIRA	12.000,00	12.000,00	12.000,00	36.000,00
OUTROS	ANO	META FÍSICA	1,00			
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**12.000,00**	**12.000,00**	**12.000,00**	**36.000,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**12.000,00**	**12.000,00**	**12.000,00**	**36.000,00**
		TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**374.000,00**	**376.000,00**	**376.000,00**	**1.126.000,00**

ÓRGÃO: 10 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 001 GERÊNCIA DE AGRICULRURA E MEIO AMBIENTE

PROGRAMA: 0017 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

OBJETIVO: PROPORCIONAR APOIO AOS EMPREENDEDORES AGROPECUARISTAS PARA DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES. BUSCANDO A MELHORIA NA PRODUÇÃO EM QUANTIDADE E QUALIDADE, BEM COMO O AUMENTO DA RENDA.

PÚBLICO ALVO: AGROPECUARISTAS

AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
10141 AQUSIÇÃO DE PATRULHA AGRICULA E EQUIPAMENTOS		PROJETO	META FINANCEIRA	103.000,00	13.000,00	13.000,00	129.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
20028 INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	19.000,00	19.000,00	19.000,00	57.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
20029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBI		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	381.000,00	390.000,00	398.000,00	1.169.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20241 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PORTEIRA A DENTRO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	30.000,00	30.000,00	30.000,00	90.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**533.000,00**	**452.000,00**	**460.000,00**	**1.445.000,00**

PROGRAMA: 0018 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: PRESERVAE E PROMOVER QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE, APRIMORANDO O MONITORAMENTO E O CONTROLE AMBIENTAL

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20107 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**	**30.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**543.000,00**	**462.000,00**	**470.000,00**	**1.475.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**543.000,00**	**462.000,00**	**470.000,00**	**1.475.000,00**

ÓRGÃO: 11 SECRETARIA DA FAMÍLIA E BEM ESTAR

4nNUJKCw61

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

UNIDADE: 001 GERENCIA DE ESPORTE E BEM ESTAR

PROGRAMA: 0010 DIFUSÃO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER E INCENTIVAR A PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL, ASSIM COMO RESGATAR E CONSOLIDAR A IDENTIDADE CULTURAL DO MUNICIPIO, PROMOVER O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTAO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICIPIO, PROVENDO AS UNIDADES DA SECRETARIA COM OS MEIOS ADMINISTRATIVOS

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20242 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAMILIA E BEM ESTAR		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	574.000,00	618.000,00	633.000,00	1.825.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	0,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**574.000,00**	**618.000,00**	**633.000,00**	**1.825.000,00**

PROGRAMA: 0020 GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A MELHORIA E QUALIDADE DE VIDA E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA POR MEIO DE AMPLIAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA E DO LAZER DIMINUINDO A SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO E RISCO DO JOVEM NA FAIXA ESTÁRIA ATÉ 18 ANOS PELA INTENSIFICAÇÃO DA PRÁTICA

PÚBLICO ALVO: USUARIOS DO SISTEMA DE DESPORTO

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
10148 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA		PROJETO	META FINANCEIRA	42.000,00	27.000,00	27.000,00	96.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	2,00			
20235 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE ESPORTES		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	27.000,00	19.000,00	19.000,00	65.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**69.000,00**	**46.000,00**	**46.000,00**	**161.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**643.000,00**	**664.000,00**	**679.000,00**	**1.986.000,00**

UNIDADE: 002 GERENCIA DE CULTURA E LAZER

PROGRAMA: 0010 DIFUSÃO CULTURAL

OBJETIVO: PROMOVER E INCENTIVAR A PRODUCAO E DIFUSAO CULTURAL, ASSIM COMO RESGATAR E CONSOLIDAR A IDENTIDADE CULTURAL DO MUNICIPIO, PROMOVER O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTAO DO SISTEMA DE CULTURA DO MUNICIPIO, PROVENDO AS UNIDADES DA SECRETARIA COM OS MEIOS ADMINISTRATIVOS

PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL

AÇÃO / PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	TIPO		2023	2024	2025	TOTAL
20092 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CULTURA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	16.000,00	16.000,00	16.000,00	48.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	2,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**16.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**	**48.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

DETALHAMENTO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**16.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**	**48.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**659.000,00**	**680.000,00**	**695.000,00**	**2.034.000,00**
ÓRGÃO: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA							
UNIDADE: 001 DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO							
PROGRAMA: 0021 ABASTECIMENTO DE ÁGUA							
OBJETIVO: GARANTIR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BOA QUALIDADE A TODA POPULAÇÃO.							
PÚBLICO ALVO: POPULACAO EM GERAL							
AÇÃO / PRODUTO	**UNIDADE DE MEDIDA**	**TIPO**		**2023**	**2024**	**2025**	**TOTAL**
20036 AMPLIAR, REFORMAR E CONSERVAR A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	20.000,00	20.000,00	20.000,00	60.000,00
OUTROS	ANO		META FÍSICA	0,00			
20091 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO		ATIVIDADE	META FINANCEIRA	1.507.000,00	1.505.000,00	1.515.000,00	4.527.000,00
MANUTENÇÃO E ENCARGOS	ANO		META FÍSICA	1,00			
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR PROGRAMA	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**	**4.587.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR UNIDADE	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**	**4.587.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA POR ÓRGÃO	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**	**4.587.000,00**
			TOTAL DE META FINANCEIRA	**50.752.962,50**	**53.094.110,00**	**55.143.637,50**	**158.990.710,00**

4nNUJKCw61

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: 4nNUJKCw61

4nNUJKCw61

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

FUNÇÃO: 01 LEGISLATIVA				
SUBFUNÇÃO: 031 ACAO LEGISLATIVA				
PROGRAMA: 0001 PROCESSO LEGISLATIVO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10001 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	PROJETO	4.000,00	4.000,00	4.000,00
10002 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	PROJETO	53.000,00	53.000,00	53.000,00
10003 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	PROJETO	50.000,00	50.000,00	50.000,00
10004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	PROJETO	120.000,00	120.000,00	120.000,00
20000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL	ATIVIDADE	2.173.000,00	2.173.000,00	2.173.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**	**2.400.000,00**
FUNÇÃO: 04 ADMINISTRAÇÃO				
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10149 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PAÇO MUNICIPAL	PROJETO	27.000,00	27.000,00	27.000,00
20004 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GABINETE DO PREFEITO	ATIVIDADE	1.176.000,00	1.237.000,00	1.302.000,00
20006 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADE	2.118.000,00	2.223.000,00	2.395.000,00
20109 CAPACITACAO E QUALIFICACAO DE SERVIDORES	ATIVIDADE	8.000,00	8.000,00	8.000,00
20198 MANUTENÇÃO COM CONVENIO CORREIOS	ATIVIDADE	3.000,00	3.000,00	3.000,00
20205 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO/TESTE SELETIVO	ATIVIDADE	10.000,00	10.000,00	10.000,00
20207 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	ATIVIDADE	3.000,00	3.000,00	3.000,00
20226 MANUTENÇÃO COM A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	ATIVIDADE	221.200,00	234.800,00	248.000,00
20231 MANUTENÇÃO COM O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO	ATIVIDADE	24.000,00	24.000,00	24.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**3.590.200,00**	**3.769.800,00**	**4.020.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**3.590.200,00**	**3.769.800,00**	**4.020.000,00**
SUBFUNÇÃO: 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
PROGRAMA: 0003 CONTROLE FINANCEIRO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 18

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20010 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAZENDA E FINANÇAS	ATIVIDADE	2.322.000,00	2.489.000,00	2.599.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**2.322.000,00**	**2.489.000,00**	**2.599.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**2.322.000,00**	**2.489.000,00**	**2.599.000,00**
SUBFUNÇÃO: 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR				
PROGRAMA: 0003 CONTROLE FINANCEIRO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20011 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	ATIVIDADE	600.000,00	600.000,00	600.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
SUBFUNÇÃO: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA				
PROGRAMA: 0007 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20033 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	ATIVIDADE	1.332.220,00	1.420.400,00	1.491.200,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.332.220,00**	**1.420.400,00**	**1.491.200,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.332.220,00**	**1.420.400,00**	**1.491.200,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**7.844.420,00**	**8.279.200,00**	**8.710.200,00**
FUNÇÃO: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL				
SUBFUNÇÃO: 241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO				
PROGRAMA: 0009 ATENÇÃO AO IDOSO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20100 CONTRIBUICAO PARA MANUTENCAO DE LAR DOS IDOSOS	ATIVIDADE	50.000,00	50.000,00	50.000,00
20169 FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS	ATIVIDADE	75.000,00	77.000,00	82.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**125.000,00**	**127.000,00**	**132.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**125.000,00**	**127.000,00**	**132.000,00**
SUBFUNÇÃO: 243 ASSISTÊNCIA Á CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
PROGRAMA: 0029 ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20054 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR	ATIVIDADE	368.000,00	368.000,00	368.000,00
20067 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGDBF	ATIVIDADE	29.000,00	33.550,00	34.077,50
20071 PROGRAMA PRIMEIRA INFANCIA NO SUAS	ATIVIDADE	45.880,00	51.000,00	54.000,00

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 19

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20161 PISO BÁSICO FIXO	ATIVIDADE	31.000,00	31.000,00	31.000,00
20162 INDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD - SUAS	ATIVIDADE	16.800,00	16.800,00	16.800,00
20163 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV	ATIVIDADE	42.000,00	42.000,00	42.000,00
20164 PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	ATIVIDADE	30.000,00	30.000,00	30.000,00
20165 PISO FIXO DE MEDIA COMPLEXIDADE - MSE	ATIVIDADE	13.000,00	13.000,00	13.000,00
20249 PROJETO SONHO DE MENINA	ATIVIDADE	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**605.680,00**	**615.350,00**	**618.877,50**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**605.680,00**	**615.350,00**	**618.877,50**
SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				
PROGRAMA: 0032 GESTÃO DO SISTEMA DE ASSITÊNCIA SOCIAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20056 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	ATIVIDADE	1.187.210,00	1.257.000,00	1.307.000,00
20070 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE PROMOCAO SOCIAL	ATIVIDADE	96.000,00	104.000,00	106.000,00
20137 PROGRAMA FUMIS	ATIVIDADE	13.000,00	13.000,00	13.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.296.210,00**	**1.374.000,00**	**1.426.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.296.210,00**	**1.374.000,00**	**1.426.000,00**
SUBFUNÇÃO: 333 EMPREGABILIDADE				
PROGRAMA: 0030 ATENÇÃO AO TRABALHADOR				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20168 SINE - SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO	ATIVIDADE	31.000,00	31.000,00	31.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**31.000,00**	**31.000,00**	**31.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**31.000,00**	**31.000,00**	**31.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**2.057.890,00**	**2.147.350,00**	**2.207.877,50**
FUNÇÃO: 10 SAÚDE				
SUBFUNÇÃO: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
PROGRAMA: 0002 ADMINISTRAÇÃO GERAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10145 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA DE SAÚDE	PROJETO	27.000,00	27.000,00	27.000,00
20043 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE	ATIVIDADE	1.847.205,00	1.928.840,00	2.088.840,00
20238 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE	ATIVIDADE	6.000,00	6.000,00	6.000,00

iLjS7ibRDI

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

20239 MAN. DO SERVIÇO DE CONTROLE, AVALIÇÃO, AUDITORIA E REGULAÇÃO	ATIVIDADE	46.000,00	46.000,00	46.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.926.205,00**	**2.007.840,00**	**2.167.840,00**
PROGRAMA: 0036 COVID 19 – ENFRENTAMENTO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20245 COVID - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA COVID 19	ATIVIDADE	4.000,00	4.000,00	4.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**4.000,00**	**4.000,00**	**4.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.930.205,00**	**2.011.840,00**	**2.171.840,00**
SUBFUNÇÃO: 301 ATENÇÃO BÁSICA				
PROGRAMA: 0022 ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10030 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE	PROJETO	14.000,00	14.000,00	14.000,00
10033 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANTE PARA UNIDADES BÁSICA DE SAÚDE	PROJETO	2.000,00	2.000,00	2.000,00
20038 PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS	ATIVIDADE	1.255.022,50	1.272.000,00	1.327.000,00
20041 PROGRAMA SAÚDE DA FAMÌLIA - PSF	ATIVIDADE	2.616.520,00	2.723.920,00	2.843.920,00
20042 PROGRAMA SAUDE BUCAL	ATIVIDADE	341.000,00	728.000,00	341.000,00
20240 MANUTENÇÃO ACADEMIA DE SAÚDE	ATIVIDADE	36.000,00	36.000,00	36.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**4.264.542,50**	**4.775.920,00**	**4.563.920,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**4.264.542,50**	**4.775.920,00**	**4.563.920,00**
SUBFUNÇÃO: 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL				
PROGRAMA: 0023 MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10058 AQUISICAO DE UNIDADES MOVEIS E AMBULANCIAS	PROJETO	4.000,00	4.000,00	4.000,00
10120 AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMANENTE P/ MEDIA E ATA COMPLEXIDADE	PROJETO	3.000,00	3.000,00	3.000,00
10121 CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	PROJETO	28.000,00	28.000,00	28.000,00
20072 MANUT.DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE	ATIVIDADE	440.000,00	450.000,00	460.000,00
20154 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	ATIVIDADE	306.000,00	306.000,00	306.000,00
20195 MANUTENÇÃO E ENCARGOS HOSPITAL	ATIVIDADE	3.720.000,00	3.720.000,00	3.720.000,00
20196 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	ATIVIDADE	162.000,00	162.000,00	162.000,00
20218 MANUTENCAO E ENCARCOS COM UDR-UNIDADE DESCENTRALIZADA DE REABILITACAO	ATIVIDADE	106.000,00	106.000,00	106.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**4.769.000,00**	**4.779.000,00**	**4.789.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**4.769.000,00**	**4.779.000,00**	**4.789.000,00**
SUBFUNÇÃO: 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO				
PROGRAMA: 0024 ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10146 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA FARMÁCIA BASICA	PROJETO	2.000,00	2.000,00	2.000,00
20051 PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BÁSICA	ATIVIDADE	691.000,00	721.000,00	741.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**693.000,00**	**723.000,00**	**743.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**693.000,00**	**723.000,00**	**743.000,00**
SUBFUNÇÃO: 304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
PROGRAMA: 0027 VIGILÂNCIA SANITÁRIA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10147 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A VIGILANCIA EM SAUDE	PROJETO	3.000,00	3.000,00	3.000,00
20052 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA	ATIVIDADE	121.000,00	122.000,00	123.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**124.000,00**	**125.000,00**	**126.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**124.000,00**	**125.000,00**	**126.000,00**
SUBFUNÇÃO: 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				
PROGRAMA: 0026 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20197 MANUT. E ENCARGOS C/ VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA , AMBIENTAL E DO TRABALHADOR	ATIVIDADE	325.500,00	325.500,00	325.500,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**325.500,00**	**325.500,00**	**325.500,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**325.500,00**	**325.500,00**	**325.500,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**12.106.247,50**	**12.740.260,00**	**12.719.260,00**
FUNÇÃO: 12 EDUCAÇÃO				
SUBFUNÇÃO: 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				
PROGRAMA: 0016 GESTÃO DO SISTEMA EDUCAÇÃO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20069 MANUTENÇÃO COM ALIMENTAÇÃO /PNAE - FUNDAMENTAL	ATIVIDADE	45.000,00	45.000,00	45.000,00
20202 MANUT. COM ALIMENTAÇÃO /PNAE - CRECHE E PRÉ-ESCOLA	ATIVIDADE	139.000,00	139.000,00	139.000,00
20203 MANUT. COM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR /AGR. FAMILIAR	ATIVIDADE	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**214.000,00**	**214.000,00**	**214.000,00**

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 22

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**214.000,00**	**214.000,00**	**214.000,00**
SUBFUNÇÃO: 361 ENSINO FUNDAMENTAL				
PROGRAMA: 0005 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10025 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS	PROJETO	162.000,00	157.000,00	157.000,00
10144 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS	PROJETO	25.000,00	25.000,00	25.000,00
10150 AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANETE ENSINO FUNDAMENTAL	PROJETO	10.000,00	10.000,00	10.000,00
20016 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	ATIVIDADE	4.721.000,00	5.179.000,00	5.619.000,00
20017 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS	ATIVIDADE	153.000,00	168.000,00	183.000,00
20089 CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES	ATIVIDADE	12.000,00	12.000,00	12.000,00
20172 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DO BOMBEIRO DO FUTURO	ATIVIDADE	10.000,00	10.000,00	10.000,00
20174 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO - PDDE	ATIVIDADE	5.500,00	5.500,00	5.500,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**5.098.500,00**	**5.566.500,00**	**6.021.500,00**
PROGRAMA: 0013 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10143 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPAIS	PROJETO	30.000,00	30.000,00	30.000,00
20021 REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 70%	ATIVIDADE	1.104.000,00	1.214.000,00	1.354.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.134.000,00**	**1.244.000,00**	**1.384.000,00**
PROGRAMA: 0016 GESTÃO DO SISTEMA EDUCAÇÃO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20025 PROGRAMA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE	ATIVIDADE	307.850,00	310.000,00	330.000,00
20204 MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	ATIVIDADE	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**312.850,00**	**315.000,00**	**335.000,00**
PROGRAMA: 0035 PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10139 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	PROJETO	272.000,00	272.000,00	272.000,00
20023 MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O TRANSPORTE ESCOLAR	ATIVIDADE	2.890.180,00	3.023.800,00	3.183.800,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**3.162.180,00**	**3.295.800,00**	**3.455.800,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**9.707.530,00**	**10.421.300,00**	**11.196.300,00**
SUBFUNÇÃO: 364 ENSINO SUPERIOR				

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 23

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PROGRAMA: 0015 APOIO EDUCACIONAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20084 BOLSA UNIVERSITARIA - TRANSPORTE DE ALUNOS	ATIVIDADE	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**80.000,00**	**80.000,00**	**80.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**80.000,00**	**80.000,00**	**80.000,00**
SUBFUNÇÃO: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL				
PROGRAMA: 0006 MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10016 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CRECHES	PROJETO	35.000,00	35.000,00	35.000,00
10129 AQUSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANETE EDUCAÇÃO INFANTIL	PROJETO	10.000,00	10.000,00	10.000,00
20019 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL	ATIVIDADE	2.069.000,00	2.259.000,00	2.459.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**2.114.000,00**	**2.304.000,00**	**2.504.000,00**
PROGRAMA: 0013 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BASICO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10016 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CRECHES	PROJETO	30.000,00	30.000,00	30.000,00
20022 REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO 70% - ENSINO INFANTIL	ATIVIDADE	3.520.466,00	3.793.000,00	4.143.000,00
20199 MANUTENÇÃO ENCARGO DO FUNDEB 30 % - INFANTIL	ATIVIDADE	1.921.914,00	2.040.000,00	2.180.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**5.472.380,00**	**5.863.000,00**	**6.353.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**7.586.380,00**	**8.167.000,00**	**8.857.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**17.587.910,00**	**18.882.300,00**	**20.347.300,00**
FUNÇÃO: 13 CULTURA				
SUBFUNÇÃO: 392 DIFUSÃO CULTURAL				
PROGRAMA: 0010 DIFUSÃO CULTURAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20092 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CULTURA	ATIVIDADE	16.000,00	16.000,00	16.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**16.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**16.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**16.000,00**	**16.000,00**	**16.000,00**
FUNÇÃO: 14 DIREITOS DE CIDADANIA				
SUBFUNÇÃO: 813 LAZER				

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 24

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

PROGRAMA: 0010 DIFUSÃO CULTURAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20242 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FAMILIA E BEM ESTAR	ATIVIDADE	574.000,00	618.000,00	633.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**574.000,00**	**618.000,00**	**633.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**574.000,00**	**618.000,00**	**633.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**574.000,00**	**618.000,00**	**633.000,00**
FUNÇÃO: 15 URBANISMO				
SUBFUNÇÃO: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA				
PROGRAMA: 0007 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10020 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E OBRAS COMPLEMENTARES	PROJETO	225.895,00	237.000,00	250.000,00
10024 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	PROJETO	167.000,00	77.000,00	77.000,00
10078 REFORMA E MODERNIZACAO DA SINALIZACAO DE TRANSITO	PROJETO	13.000,00	13.000,00	13.000,00
10128 RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS PAVIMENTADAS	PROJETO	161.000,00	152.000,00	152.000,00
10140 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	PROJETO	69.000,00	69.000,00	69.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**635.895,00**	**548.000,00**	**561.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**635.895,00**	**548.000,00**	**561.000,00**
SUBFUNÇÃO: 452 SERVIÇOS URBANOS				
PROGRAMA: 0019 CIDADE LIMPA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20031 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA	ATIVIDADE	902.000,00	902.000,00	902.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**902.000,00**	**902.000,00**	**902.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**902.000,00**	**902.000,00**	**902.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.537.895,00**	**1.450.000,00**	**1.463.000,00**
FUNÇÃO: 17 SANEAMENTO				
SUBFUNÇÃO: 605 ABASTECIMENTO				
PROGRAMA: 0021 ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20036 AMPLIAR, REFORMAR E CONSERVAR A REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ATIVIDADE	20.000,00	20.000,00	20.000,00
20091 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	ATIVIDADE	1.507.000,00	1.505.000,00	1.515.000,00

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 25

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.527.000,00**	**1.525.000,00**	**1.535.000,00**
FUNÇÃO: 18 GESTÃO AMBIENTAL				
SUBFUNÇÃO: 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL				
PROGRAMA: 0018 PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20107 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE	ATIVIDADE	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**10.000,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
FUNÇÃO: 20 AGRICULTURA				
SUBFUNÇÃO: 601 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL				
PROGRAMA: 0017 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20028 INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR	ATIVIDADE	19.000,00	19.000,00	19.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**19.000,00**	**19.000,00**	**19.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**19.000,00**	**19.000,00**	**19.000,00**
SUBFUNÇÃO: 606 EXTENSÃO RURAL				
PROGRAMA: 0017 DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10141 AQUSIÇÃO DE PATRULHA AGRICULA E EQUIPAMENTOS	PROJETO	103.000,00	13.000,00	13.000,00
20029 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ATIVIDADE	381.000,00	390.000,00	398.000,00
20241 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PORTEIRA A DENTRO	ATIVIDADE	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**514.000,00**	**433.000,00**	**441.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**514.000,00**	**433.000,00**	**441.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**533.000,00**	**452.000,00**	**460.000,00**
FUNÇÃO: 22 INDÚSTRIA				
SUBFUNÇÃO: 692 COMERCIALIZAÇÃO				
PROGRAMA: 0037 DESENVOLVIMENTO ATIVIDADES DA INDUSTRIA E COMERCIO				

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 26

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

AÇÃO	TIPO	2023	2024	2025
20114 MANTER ATIVIDADES DE INDUSTRIA E COMERCIO	ATIVIDADE	12.000,00	12.000,00	12.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**12.000,00**	**12.000,00**	**12.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**12.000,00**	**12.000,00**	**12.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**12.000,00**	**12.000,00**	**12.000,00**
FUNÇÃO: 23 COMÉRCIO E SERVIÇOS				
SUBFUNÇÃO: 695 TURISMO				
PROGRAMA: 0031 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E LAZER				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20063 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	ATIVIDADE	340.000,00	342.000,00	342.000,00
20064 MANTER AS ATIVIDADES DO TURISMO	ATIVIDADE	22.000,00	22.000,00	22.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**362.000,00**	**364.000,00**	**364.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**362.000,00**	**364.000,00**	**364.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**362.000,00**	**364.000,00**	**364.000,00**
FUNÇÃO: 25 ENERGIA				
SUBFUNÇÃO: 751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA				
PROGRAMA: 0034 CIDADE BONITA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20030 CONSERVAR A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	ATIVIDADE	1.251.100,00	1.264.000,00	1.277.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.251.100,00**	**1.264.000,00**	**1.277.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.251.100,00**	**1.264.000,00**	**1.277.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.251.100,00**	**1.264.000,00**	**1.277.000,00**
FUNÇÃO: 26 TRANSPORTE				
SUBFUNÇÃO: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO				
PROGRAMA: 0014 GESTÃO DO CONSÓRCIO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20087 CONTRIBUIR PARA CONSORCIOS DE DESENVOLVIMENTO	ATIVIDADE	40.000,00	40.000,00	40.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**40.000,00**	**40.000,00**	**40.000,00**
PROGRAMA: 0025 GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA RURAL				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 27

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

10010 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS	PROJETO	375.000,00	375.000,00	375.000,00
20013 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ATIVIDADE	1.149.500,00	1.173.000,00	1.228.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.524.500,00**	**1.548.000,00**	**1.603.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**1.564.500,00**	**1.588.000,00**	**1.643.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**1.564.500,00**	**1.588.000,00**	**1.643.000,00**
FUNÇÃO: 27 DESPORTO E LAZER				
SUBFUNÇÃO: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO				
PROGRAMA: 0020 GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
10148 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	PROJETO	42.000,00	27.000,00	27.000,00
20235 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O DEPARTAMENTO DE ESPORTES	ATIVIDADE	27.000,00	19.000,00	19.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**69.000,00**	**46.000,00**	**46.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**69.000,00**	**46.000,00**	**46.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**69.000,00**	**46.000,00**	**46.000,00**
FUNÇÃO: 28 ENCARGOS ESPECIAIS				
SUBFUNÇÃO: 843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA				
PROGRAMA: 0004 ENCARGOS ESPECIAIS				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
20008 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRTATADA	ATIVIDADE	600.000,00	600.000,00	600.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**600.000,00**	**600.000,00**	**600.000,00**
FUNÇÃO: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
SUBFUNÇÃO: 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
PROGRAMA: 9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
AÇÃO	**TIPO**	**2023**	**2024**	**2025**
90999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	OPERAÇÕES ESPECIAIS	700.000,00	700.000,00	700.000,00
	TOTAL DO PROGRAMA:	**700.000,00**	**700.000,00**	**700.000,00**
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO:	**700.000,00**	**700.000,00**	**700.000,00**
	TOTAL DO PROGRAMA:	**700.000,00**	**700.000,00**	**700.000,00**

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 28

iLjS7ibRDI

ESTADO DE MATO GROSSO LEI 1.393/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS, JUSCIMEIRA - MATO GROSSO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

PROPOSTA - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

TOTAL GERAL:	**50.752.962,50**	**53.094.110,00**	**55.143.637,50**

ARPrograma_Acao_Funcao_Subfuncao_LDO Página: 29

iLjS7ibRDI

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: iLjS7ibRDI

iLjS7ibRDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2023

ARF (LRF, art 4o, § 3o) R$ 1,00

Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Riscos Fiscais

(Artigo 4º, §3º da Lei Complementar n.º 101/2000)

Riscos Fiscais é a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.
Assim, temos a frustação na arrecadação e passivos contingentes que possam vir afetar os resultados desejados.

YzZuxj0MYV

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: YzZuxj0MYV

YzZuxj0MYV

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art. 4o, § 1) CONSOLIDADO - R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Receitas Primárias (I)	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Receitas Primárias Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Contribuições	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Demais Receitas Primárias Correntes	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Despesa Total	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Despesas Primárias (II)	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Despesas Primárias Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos(IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos(V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal (VI)=(III+(IV - V))	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Dívida Pública Consolidada	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Dívida Consolidada Líquida	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**	**0,00**	**0,00**	**0,000**	**0,000**
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

eRRZW0jJGH

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: eRRZW0jJGH

eRRZW0jJGH

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4o, § 2o, inciso I) CONSOLIDADO - R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	38.982.595,10	0,00	107,98	55.390.585,25	0,00	114,80	16.407.990,15	42,09
Receitas Primárias (I)	38.431.395,10	0,00	106,45	54.973.322,72	0,00	113,94	16.541.927,62	43,04
Despesa Total	38.982.595,10	0,00	107,98	49.953.564,60	0,00	103,53	10.970.969,50	28,14
Despesas Primárias (II)	38.532.595,10	0,00	106,73	49.365.676,68	0,00	102,32	10.833.081,58	28,11
Resultado Primário (III) = (I - II)	-101.200,00	0,00	-0,28	5.607.646,04	0,00	11,62	5.708.846,04	-5641,1
Resultado Nominal	-120.000,00	0,00	-0,33	5.738.813,43	0,00	11,89	5.858.813,43	-4882,3
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

HphAVTTMKQ

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: HphAVTTMKQ

HphAVTTMKQ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4o, § 2o, inciso II) CONSOLIDADO - R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	36.500.000,00	38.982.595,10	6,80	47.392.875,00	21,57	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	36.455.000,00	38.431.395,10	5,42	47.243.659,50	22,93	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	36.500.000,00	38.982.595,10	6,80	47.392.875,00	21,57	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	36.075.000,00	38.532.595,10	6,81	46.792.875,00	21,44	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	380.000,00	-101.200,00	-126,63	450.784,50	-545,44	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	335.000,00	-120.000,00	-135,82	400.000,00	-433,33	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	36.500.000,00	38.982.595,10	6,80	47.392.875,00	21,57	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	36.455.000,00	38.431.395,10	5,42	47.243.659,50	22,93	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	36.500.000,00	38.982.595,10	6,80	47.392.875,00	21,57	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	36.075.000,00	38.532.595,10	6,81	46.792.875,00	21,44	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	380.000,00	-101.200,00	-126,63	450.784,50	-545,44	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal	335.000,00	-120.000,00	-135,82	400.000,00	-433,33	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MYZpUN6d7s

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: MYZpUN6d7s

MYZpUN6d7s

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	100	0,00	100	0,00	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	100	0,00	100	0,00	100

Fonte: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT, Data da emissão 11/04/22 e hora de emissão 09:25:58

EVOLUÇÃO DO PATRMÔNIO LÍQUIDO - (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

- Dados Extraídos dos Anexos Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal (administração direta) e do Poder Legislativo, o município não possui RPPS ou autarquia.

ZtvJ8mi9Rc

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: ZtvJ8mi9Rc

ZtvJ8mi9Rc

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023

AMF Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT, Data da emissão 11/04/22 e hora de emissão 09:29:02

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA - (LRF, art. 4°, §2°, inciso V)

A estimativa da renúncia da receita decorrente dos benefícios tributários para os anos de 2022, 2023 e 2024, no âmbito dos impostos municipais está destacada no Demonstrativo Estimativo da Receita, conforme preceitua a LRF, em seu artigo 14, que determina que a renúncia deva ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Esclarecemos que as renúncias e incentivos fiscais existentes são devidamente contempladas no presente cenário, não afetando assim a meta da receita prevista.

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: JP862qeVN5
JP862qeVN5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
RECEITAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADAÇÃO						PREVISÃO						
	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025
RECEITAS CORRENTES	36.580.376,52	14,84	42.007.606,97	14,86	48.248.036,71	-6,84	44.948.875,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	3.883.293,12	26,09	4.896.527,56	60,71	7.869.013,40	-8,85	7.172.650,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	3.824.536,42	25,60	4.803.473,01	59,25	7.649.686,67	-9,35	6.934.600,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	58.756,70	58,37	93.054,55	135,70	219.326,73	8,54	238.050,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	593.629,13	-46,99	314.660,37	240,63	1.071.843,20	2,63	1.100.000,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	125.881,73	-68,77	39.317,35	592,73	272.362,53	-81,93	49.215,50	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.624.738,05	-4,02	1.559.476,89	3,86	1.619.620,08	1,53	1.644.400,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	28.915.678,30	18,77	34.343.498,09	8,50	37.263.622,53	-6,25	34.933.109,50	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.437.156,19	-40,57	854.126,71	-82,25	151.574,97	-67,34	49.500,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.378.255,42	116,83	2.988.525,00	139,00	7.142.548,54	-66,06	2.424.000,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	61.500,00	135,61	144.900,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	1.378.255,42	112,37	2.927.025,00	139,07	6.997.648,54	-66,79	2.324.000,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	37.958.631,94	18,54	44.996.131,97	23,10	55.390.585,25	-14,47	47.372.875,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS PARA OS 03 PRÓXIMOS EXERCÍCIOS - (Art. 4º, §2º, inciso II da LRF)

- As projeções das receitas foram realizadas utilizando a execução do exercício de 2020, considerando um aumento médio de 5,0%, onde compõe a inflação e o aumento do PIB;

- Foram observadas as particularidades de algumas receitas, com por exemplo: Alienação, receitas próprias, receitas oriunds da pandemia de Covid-19, bem como, as variações dos últimos exercícios.

IQTV7L2tCY

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: IQTV7L2tCY

IQTV7L2tCY

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
DESPESAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO		
	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS - (Art. 4º, §2º, inciso II da LRF)

- As projeções das despesas de Custeio foram realizadas com base na execução do exercício de 2020, considerando a projeção de aumento na mesma proporção da receita.
- As projeções das despesas de Investimento foram realizadas com base no total do orçamento, deduzido os custeios e o planejamento da gestão.

- Foram observados os índices instituídos pela Constituição Federal, para educação, saúde e pessoal.

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS
Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: 05K39cBa7y
05K39cBa7y

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	17.005.628,96	-
2021	20.223.399,50	18,92
2022	20.885.831,00	3,28
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	45.000,00	-
2021	70.000,00	55,56
2022	100.000,00	42,86
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	14.038.294,04	-
2021	13.298.989,82	-5,27
2022	21.764.944,00	63,66
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

Investimentos

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	4.341.077,00	-
2021	4.360.205,78	0,44
2022	3.492.100,00	-19,91
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

Inversões Financeiras

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	0,00	-
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00
2023	0,00	0,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

Amortização Da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	380.000,00	-
2021	380.000,00	0,00
2022	500.000,00	31,58
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL	VARIAÇÃO %
2020	690.000,00	-
2021	650.000,00	-5,80
2022	650.000,00	0,00
2023	0,00	-100,00
2024	0,00	0,00
2025	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
Notas:

METAS PARA AS PRINCIPAIS DESPESAS - (Art. 4º, §2º, inciso II da LRF)

- As projeções das despesas de Custeio foram realizadas com base na execução do exercício de 2020, considerando a projeção de aumento na mesma proporção da receita.
- As projeções das despesas de Investimento foram realizadas com base no total do orçamento, deduzido os custeios e o planejamento da gestão.

- Foram observados os índices instituídos pela Constituição Federal, para educação, saúde e pessoal.

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS
Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: q4fxRSBz4z

q4fxRSBz4z

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	33.790.630,00	36.102.595,10	44.968.875,00	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	4.131.170,80	6.121.790,10	7.172.650,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	1.370.000,00	1.257.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	51.200,00	49.215,50	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	51.200,00	49.215,50	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	27.018.959,20	27.058.305,00	34.933.109,50	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	26.000,00	49.500,00	69.500,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	33.790.630,00	36.051.395,10	44.919.659,50	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.709.370,00	2.880.000,00	2.424.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (V)	0,00	500.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	2.664.370,00	2.380.000,00	2.324.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV-V-VI-VII)	2.664.370,00	2.380.000,00	2.324.000,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III+VIII)	36.455.000,00	38.431.395,10	47.243.659,50	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES (X)	31.088.923,00	33.592.389,32	42.750.775,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	17.005.628,96	20.223.399,50	20.885.831,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	45.000,00	70.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.038.294,04	13.298.989,82	21.764.944,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	31.043.923,00	33.522.389,32	42.650.775,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	4.721.077,00	4.740.205,78	3.992.100,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.341.077,00	4.360.205,78	3.492.100,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	380.000,00	380.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	4.341.077,00	4.360.205,78	3.492.100,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	690.000,00	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII+XV+XVI)	36.075.000,00	38.532.595,10	46.792.875,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XVIII) = (IX-XVII)	380.000,00	-101.200,00	450.784,50	0,00	0,00	0,00

kTRbKMjgnF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

RESULTADO NOMINAL - METODOLOGIA ACIMA DA LINHA						
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (XIX)	0,00	51.200,00	49.215,50	0,00	0,00	0,00
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (XX)	45.000,00	70.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XXI) = (XVIII + XIX - XX)	335.000,00	-120.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

kTRbKMjgnF

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: kTRbKMjgnF

kTRbKMjgnF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
RESULTADO NOMINAL
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL	(b-a *)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9vmCABS2kV

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: 9vmCABS2kV

9vmCABS2kV

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DCL (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

qSmaT3hNFF

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: qSmaT3hNFF

qSmaT3hNFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT LEI 1.393/2022

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

Fonte: Sistema Gextec, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA - MT, Data da emissão 11/04/22 e hora de emissão 09:29:34

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO - (LRF, art. 4°, §2°, inciso V)

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a aumento permanente de receita da redução de outra despesa de caráter continuado. O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado neste município decorrerá em compatibilidade com o crescimento da receita em função da expansão da economia e da resposição inflacionária e da atualização da base para arrecadação dos tributos municipais.

ARLDO_Margem_Expansao_DOCC Página: 46

ZK1aNBsHaz

Signatário 1: MOISES DOS SANTOS

Assinado com (Cer. Digital) por Moises Dos Santos em 11/04/2022 às 14:26 de Brasília

Para confirmar o estado desse documento consulte:
https://application.kashimasoftware.com.br/assinador/servlet/Documento/consultar
Código: ZK1aNBsHaz

ZK1aNBsHaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

DECRETO N°.087, DE 13 SETEMBRO DE 2022.

DECRETO n°.087, DE 13 SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ADOÇÃO DE PARECER JURIDICO REFERENCIAL, ASSIM COMO DA ASSSITENCIA JURIDICA EM AÇÕES QUE ENVOLVAM DIREITO DA SAUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Marcelândia – MT, CELSO LUIZ PADOVANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica artigos 1 incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, 10 inciso I alínea "f", "r" item 6, "v" item 3, inciso XIV ; artigo 54 incisos IV, VII;

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa nº 01/2021 da AGU, tornando facultativa a manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14. 133, de 1º de abril de 2021, assim como em todas as demais hipóteses de dispensa ou inexigibilidade que não ultrapassem o limite de valor estabelecidos nos mencionados dispositivos da Lei Federal;

CONSIDERANDO a inexistência de Defensoria Pública local, e o volume de casos não atendidos pelo Estado de Mato Grosso na área da Saúde, contrariando o artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as disposições do resultado do julgamento da ADPF n. 279/SP, julgada em 03/11/2021 pelo STF;

DECRETA:

Art. 1 – Fica autorizado no âmbito do Município de Marcelândia – MT, a adoção e uso de PARECER JURIDICO REFERENCIAL, sendo este, peça jurídica voltada a orientar a Administração em Processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas;

Parágrafo único. Fica incumbida a Assessoria Jurídica Municipal a elaboração dos Pareceres Jurídicos Referenciais, preferencialmente com base nos entendimentos dominantes junto a Esfera Estadual e Federal, assim como sua implementação objetivando maior celeridade na tramitação de feitos em via Administrativa;

Art. 2º - A Assessoria Jurídica Municipal, por seus Assessores e Procurador, ficam incumbidos da prestação de Assistência Judiciária Gratuita a População em demandas relativa ao Direito da Saúde, tutelado pela Constituição Federal artigo 196, seja de forma administrativa ou judicial, especialmente os não fornecidos pela rede Municipal;

Parágrafo único. Para implementação efetiva das disposições no artigo 2, atuarão em suporte, de forma conjunta ou isoladamente a Secretaria de Saúde e Saneamento, e Desenvolvimento Social Habitação e Economia Criativa;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 13 de setembro de 2022.

CELSO LUIZ PADOVANI

PREFEITO DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO N.º 082/2022

SÚMULA: "*DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A EQUIPE DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA/MT RESPONSÁVEL POR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO*"

CELSO LUIZ PADOVANI, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Designa os seguintes servidores, para compor a equipe do Município de Marcelândia-MT, responsável por licitação, na modalidade pregão, no ano de 2022, a partir desta data, nos seguintes termos:

I – Autoridade competente:

Celso Luiz Padovani, Prefeito Municipal

II – Pregoeira Oficial:

Raphaella Espíndola Benício

III – Equipe de Apoio:

Gisele Aparecida da Silva Pires

Jeferson Kunrath

Parágrafo Único – A pregoeira oficial será substituída, em suas ausências ou impedimentos eventuais, pela servidora Sra. GISELE APARECIDA DA SILVA PIRES.

Art. 2° - Ficam designados como suplentes da Equipe de Apoio os servidores:

Ricardo Roncolatto Mendes Greycielli Angélica da Silva

Art. 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia/MT, em 05 de setembro de 2022.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 086/2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E REQUISITOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DESIGNAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MARCELÂNDIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Sr. Celso Luiz Padovani,** Prefeito do Município de Marcelândia,Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, para as redes públicas de ensino;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Art. 14, § 1º inciso I, em que trata do provimento do cargo ou função do gestor escolar, de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar, dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO a Lei nº 894/2015 de 23 de junho de 2015 – PME, Meta 14, que estabelece critérios técnicos de mérito e desempenho e a consulta pública à comunidade escolar.

DECRETA:

Artigo 1º- Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da educação para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Marcelândia-MT, a realizar-se em quatro etapas.

Artigo 2º- A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

I - Inscrição;

II – Prova escrita para avaliação de conhecimentos necessários à gestão da escola a qual terá caráter eliminatório e classificatório;

III – Análise de títulos, que terá caráter classificatório;

IV- Entrevista individual com caráter classificatório entre os candidatos, em que serão checados os seguintes componentes:

a) Senso ético;

b) Liderança;

c) Flexibilidade;

d) Comunicação;

e) Comprometimento;

Artigo 3º- Para desenvolver o Processo de Seleção de diretores, a Secretaria Municipal de Educação instituirá uma comissão formada pelo Conselho Municipal de Educação, representantes da Secretaria de Educação e dos colegiados das Unidades de Ensino, onde conduzirão e acompanharão todo o processo.

Artigo 4º- A seleção reger-se-á por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.

Artigo 5º- Poderá participar do processo para provimento do cargo em comissão de diretor, os profissionais da educação efetivos da rede pública municipal que comprovem ter:

I – No mínimo, dois anos de experiência em função de docência em Magistério ou Especialista em Gestão Escolar;

Artigo 6º- É vedada a participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

Artigo 7º- Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos elencados anteriormente a Secretaria Municipal de Educação poderá no-

mear um diretor em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 2 (dois) anos.

Artigo 8°- Uma vez listados os candidatos considerados aptos em processo seletivo, caberá ao Prefeito Municipal a nomeação dos selecionados para os cargos vacantes, em conformidade com o interesse da administração.

Artigo 9º- No ato da posse, o diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

§1º.O período de efetivo exercício da função de Diretor Escolar, será de 2 (dois) anos, podendo ocorrer novo Processo de Seleção neste decurso conforme necessidade, e ou ser reconduzido por mais 2 anos, desde que haja interesse de ambas as partes.

Artigo 10- A gestão escolar será acompanhada diretamente pela Assessoria Pedagógica Municipal e Conselho Escolar, e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º. Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são: o cumprimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), os indicadores de eficiência da escola, os resultados de aprendizagem dos alunos, a lisura na gestão financeira e o relacionamento com a comunidade escolar.

§2º. A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Secretário(a) Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supra mencionados.

§3º. Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção constam em edital.

Artigo 11º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 13 de setembro de 2022.

Celso Luiz Padovani

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DECRETO N.º 083/2022

SÚMULA: "DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL".

CELSO LUIZ PADOVANI, Prefeito do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados a Sra. **Raphaella Espíndola Benício** (presidente), o Sr. **Jeferson Kunrath**(secretário) e a Sra. **Gisele Aparecida da Silva Pires** (membro), sob a presidência do primeiro acima designado, para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, durante o ano de 2022, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

Art. 2º - O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os seguintes servidores:

Ricardo Roncolatto Mendes - 1º Suplente;

Greycielly Angélica da Silva - 2º Suplente.

Art. 3.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Marcelândia/MT, em 05 de setembro de 2022.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA

PLANO MUNICIPAL DA PRIMEIRA INFANCIA

2015-2025

[...] Minha vida, nossas vidas

formam um só diamante.

Aprendi novas palavras

e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção

que faça acordar os homens

e adormecer as crianças".

Canção Amiga

Carlos Drummond de Andrade – 1948

ELABORAÇÃO ANO DE 2015

Prefeito Municipal de Marcelândia

Arnóbio Vieira de Andrade

Vice – Prefeito Municipal

Valmir Rezende

Secretária Municipal De Assistência Social, Cidadania e Cultura

Marley Pereira de Andrade

Presidente Municipal do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Ana Paula Pereira Andrade

REVISÃO ANO DE 2022

Prefeito Municipal de Marcelândia

Celso Luiz Padovani

Vice – Prefeita Municipal

Rosemar Santos Marchetto

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa

Cristiane Bulgarelli Padovani

Presidente Municipal do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente

Pamela Fernandes Harres Lopes

ELABORAÇÃO EM 2015

Secretária de Assistência Social, Cidadania e Cultura

Marley Pereira de Andrade

Secretário Chefe de Gabinete

Paulo José Maciel Nogueira

Secretária de Educação

Sonia Martinis

Secretário de Administração e Finanças

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretária de Ação Social, Cidadania e Cultura

Marley Pereira de Andrade

Secretário de Saúde e Saneamento

Silas de Oliveira Rezende

Secretária de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Adriana Cristina Machado Blanc

Secretária de Meio Ambiente

Suzana Barbosa

Secretário de Obras e Transportes

Jancarlo Rogério Pavanelli de Lima

Secretário de Esportes e Lazer

Rogério Carlos Harres

Secretário de Agricultura

Willian Vellini Ribeiro de Souza

Psicóloga do CRAS:

Alexandra Padovani David

Socióloga da Sec, Assistência Social:

Ana Paula Pereira de Andrade

PODER LEGISLATIVO EM 2015

Presidente da Câmara Municipal:

Edivan Vieira Lima

VEREADORES:

Altivir Pawlak

Antonio Silva

Eloi Lazarin

Fausto Nobres da Silva

João do Carmo Cerqueira

Juventino Scarpim

Leonarda da Cruz Ferreira

Valdomiro Bueno da Silva

COMISSÃO INTERSETORIAL 2015:

Representando a Cultura:

Raimundo Israel Queiros Francisco e

Rosimeire de Farias Lima

Representando a assistência social;

Ana Paula Pereira de Andrade

Representando o Meio Ambiente:

Suzana Barbosa

Representando o Conselho do Idoso:

Adélia Stédile e

Pâmela Fernandes Harres

Representando o Conselho Tutelar:

Luiza da Silva

Representando a Sociedade Civil:

Sandra Mara Mafé

Helena Fernandes dos Santos

Representando os Funcionários Públicos:

Andréa de Oliveira

Elisiane Burati de Lima

Representando os Pais:

Adriana Espíndola Benicio

Sandra Regina Branco de Morais

Representando os adolescentes:

Viviana Ferreira de Andrade e

Izabelle Daré Rissi

Representando adolescentes com irmãos em Creches:

Rafaela Espíndola Benicio

Representando a ODM:

Edson dos Santos

Representando o UNICEF:

Karinne Gabrielli Machado de Andrade

Representando a Pastoral da Família:

Vandelina Alves dos Santos

Representando o Conselho Municipal do Direito da Criança:

Cláudia Lopes

Magda Angélica Daré Rissi

Representando o Conselho Municipal de Educação:

Adriana Cristina Machado Blanc

Representando a APAE:

Karla Adriana Blanc Enge

Representando a Secretaria Municipal de Assistência Social:

Marley Pereira de Andrade

Representando a Secretaria Municipal de Saúde:

Silas de Oliveira Rezende

Representando a Secretaria Municipal de Educação:

Sonia Martini

REVISÃO 2022

Prefeito Municipal

Celso Luiz Padovani

Vice Prefeita

Rosemar Santos Marchetto

Secretária de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa

Cristiane Bulgarelli Padovani

Secretário Chefe de Gabinete

Diego B. Grelak

Secretária de Educação

Karla Blanc Enge

Secretário de Administração e Finanças

Alvaneu Navarro

Secretária de Saúde e Saneamento

Tatiane B. Grelak

Secretária de Planejamento e Assuntos Estratégicos

Daiane Felder

Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo

Lincoln Nadal

Secretário de Obras e Transportes

Jancarlo Rogério Pavanelli de Lima

Secretária de Esportes e Lazer

Rosemar Santos Marchetto

Previlândia

Jaquelini Bender Carvalho

PODER LEGISLATIVO:

Presidente da Câmara Municipal:Pedro Fiabani

VEREADORES:

Antônio Silva

Edvan Vieira Lima

Geovane Andrade

Marco Aurélio Ribeiro

Olímpio Alves

Raimundo Israel Queiróz Francisco

Valdomiro Bueno da Silva

Valmir Rezende

COMISSÃO INTERSETORIAL 2022:

Representando a Vigilância Socioassistencial

Suylane Ferreira dos Santos

Representando o Conselho Tutelar:

Ozana Alves do Nascimento de Abreu

Representando Organizações da Sociedade Civil:

Dircileni Garcia Rodrigues da Silva – CEFAC

Marcia Rosalva da Silva Alves – APAE

Representando os Funcionários Públicos:

Adriana Pereira Gonçalves

Representando os Pais:

Luciana Aparecida Vega

Representando o Núcleo de Cidadania dos adolescentes NUCA:

Lauane Garcia de Souza

Representando a ODM:

Francielli Furtunato da Silva Mendes

Represaentando o UNICEF:

Ana Paula da Câmara Cangussu

Representando o Programa Prefeito Amigo da Criança:

Alexandra Padovani David

Representando o Conselho Municipal do Direito da Criança:

Pamela F. Harres Lopes

Representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Cristiane Bulgarelli Padovani

Representando a Secretaria Municipal de Saúde:

Tatiane B. Grelak

Representando a Secretaria Municipal de Educação:

Karla Blanc Enge

Representando o Meio Ambiente e turismo:

Secretário Lincoln Nadal

Representando o Esporte:

Secretária Rosemar Santos Marchetto

Representando a Cultura:

Kimberly Daiane Alves de Souza

LISTA DE SIGLAS

SEDES	-	Secretaria de Desenvolvimento Social, Habitação, Cultura e Economia Criativa.

BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CEDCA	-	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
CMDCA	-	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMAS	-	Conselho Municipal de Assistência Social
CONANDA	-	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CT	-	Conselho Tutelar
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	-	Estratégia de Saúde da Família
HIV	-	Human Immunodeficiency Virus
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS	-	Organização Mundial de Saúde
PAB	-	Programa Auxílio Brasil
PMPI	-	Plano Municipal para Primeira Infância
SME	-	Secretaria Municipal de Educação
SMS	-	Secretaria Municipal de Saúde
SUAS	-	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ODM	-	Objetivo de Desenvolvimento do Milénio
IPTU	-	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana
ITBI	-	Imposto sobre transmissão de bens imóveis
ISSQN	-	Imposto sobre serviço de qualquer natureza
FPM	-	Fundo de Participação dos Municípios
ITR	-	Imposto Territorial Rural
IRRF	-	Imposto de Renda Retido na Fonte dos servidores
ICMS	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPVA	-	Imposto sobre propriedade veículos automotores
MULTAS	-	E juros de mora dos tributos
MULTAS	-	E juros de mora da dívida ativa dos tributos
DÍVIDA	-	Ativa tributária

SUMÁRIO

Apresentação	**10.**
Introdução	**13.**
Caracterização do município	**16.**
Educação	**20.**
Panorama atual	24.
Educação Infantil	**24.**
Diretrizes	24.
Objetivos e Metas	25.
Saúde	**26.**
Diretrizes	28.
Objetivos e Metas	29.
Assistência Social	**31.**
Diretrizes	31.
Objetivos e Metas	32.
Ações finalísticas	**33.**
Bibliografia	**34.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 043/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que fica alterado para o próximo dia 30 **de setembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br** o "PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE UM TRANSFORMADOR DE 150 KVA, 34,5 KV 220/127 PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÃO DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 30/09/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital Retificado nº. 0104/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal loca-

lizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 14 de setembro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4290 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- *Endereço de e-mail* ***obrigatório***

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Qualificação Cadastral através do Site: http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages...

17- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

18- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

19- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

20- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

21- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

22- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

23- Declaração de Bens;

24- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

25- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

26- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

27- Número para contato*;*

28- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

29- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURAS - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
CLEUSA CASMIESCKI	86137301168	22	4º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4289 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
CLAUDIA ANGELA DE ALMEIDA BORBA PEREIRA	**06033162129**	24	10º	CLASSIFICADO(A)
ADRIELLE RAMOS DOS SANTOS	**75576082168**	24	11º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 12481 DE 08 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas e Contratos, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***SRA. SIMONE BARBOSA MARCELINO***, Assessora Executiva, portadora do CPF nº 014.362.861-58, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrados com o município.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se - Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 65/2022. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DEHERBICIDAS, MUDAS E SEMENTES - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS., sendo vencedoras as empresas ,**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA EPP** o item 4, com o valor de R$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais). Perfazendo o valor total de R$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais). **BIDDEN COMERCIAL LTDA**. o item 14, com o valor de R$ 905,28 (novecentos e cinco reais e vinte e oito centavos); o item 15, com o valor de R$ 2.681,70 (dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e setenta centavos). Perfazendo o valor total de R$ 3.586,98 (três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos). **KM JUNIOR EIRELI** o item 1, com o valor de R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); o item 2, com o valor de R$ 7. 200,00 (sete mil e duzentos reais); o item 24, com o valor de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais); o item 26, com o valor de R$ 884,00 (oitocentos e oitenta e quatro reais); o item 27, com o valor de R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais). Perfazendo o valor total de R$ 21.254,00 (vinte e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais). AGROBELIA **INSUMOS AGRICOLAS LTDA** o item 7, com o valor de R$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais); o item 8, com o valor de R$ 81.200,00 (oitenta e um mil e duzentos reais); o item 10, com o valor de R$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais); o item 11, com o valor de R$ 17.155,00 (dezessete mil, cento e cinquenta e cinco reais); o item 12, com o valor de R$ 32.236,00 (trinta e dois mil, duzentos e trinta e seis reais). Perfazendo o valor total de R$ 137.221,00 (cento e trinta e sete mil, duzentos e vinte e um reais). O item 3 foi DESERTO. O item 5 foi DESERTO. O item 6 foi DESERTO. O item 9 foi DESERTO. O item 13 foi DESERTO. O item 16 foi DESERTO. O item 17 foi DESERTO. O item 18 foi DESERTO. O item 19 foi DESERTO. O item 20 foi DESERTO. O item 21 foi DESERTO. O item 22 foi DESERTO. O item 23 foi DESERTO. O item 25 foi DESERTO. O item 28 foi DESERTO. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 164. 021,98 (cento e sessenta e quatro mil e vinte e um reais e noventa e oito centavos). O processo foi **HOMOLOGADO** em **13/09/2022.** CELIA REGINA DE MATTOS PRATO - Pregoeira - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 15/09/2022.

LICITAÇÃO
RATIFICAÇAO

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 37/2022. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU EM 15/09/2022** a Dispensa acima para: LOCAÇAO DE OUT DOOR PARA PUBLICIDADE CAMPANHA IPTU PREMIADO. Empresa :RAIANI LUIZA DE AS AGUIAR EIRELI. CNPJ 29.289.387/0001-20 no valor total de R$2. 000,00 (dois mil reais). M. D' Oeste, 15/09/2022. Hector Alvares Bezerra – Prefeito.

SAUDE
RESOLUÇÃO 013/2022 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE – CMS

LEI 329 DE 14/02/1992

LEI COMPLEMENTAR Nº 005 de 24/06/1996

LEI COMPLEMENTAR 096 de 13/04/2010

EMAIL: cmsmirassoldoeste.mt@gmail.com

RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 013/2022

Dispõe sobre a aprovação de implantação e credenciamento de 01 (uma) ESF-Equipe de Saúde da Família e 01 (uma) ESB- Equipe de Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde de Mirassol d´Oeste-MT e dá outras providências.

O Conselho Municipal da Saúde de Mirassol D'Oeste/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere as Leis Orgânicas da Saúde nº 8080/19/07/90, nº 8142/28/12/90, e Lei Complementar Municipal nº 005/24/06/1996, reeditada pela LCM nº 096 de 13/04/2010, de acordo com a decisão do pleno em reunião ordinária, conforme ata nº 378 de 06/09/2022 e;

Considerando a Portaria 2.436 de 21 de setembro de 2017 que dispõe sobre a Política Nacional da Atenção Básica;

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar a implantação e credenciamento de 01 (uma) ESF – Equipe de Saúde da Família e 01 (uma) EBS -Equipe de Saúde Bucal, conforme Resolução CIB/MT 072 de 2019;

Artigo 2º- A Secretaria Municipal de Saúde ficará responsável pela reorganização do Centro de Saúde para modalidade ESB, uma vez que o mesmo possui equipe completa;

Artigo 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste MT, 12 de setembro de 2022.

Pr. Luis Paulo Rodrigues Lopes

Presidente do Conselho M. de Saúde

SAUDE
RESOLUÇÃO 014/2022 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS

LEI 329 DE 14/02/1992

LEI COMPLEMENTAR Nº 005 de 24/06/1996

LEI COMPLEMENTAR 096 de 13/04/2010

EMAIL: cmsmirassoldoeste.mt@gmail.com

RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 014/2022

Dispõe sobre a aprovação de Alteração do Protocolo de Fornecimento de Fórmulas Nutricionais Especiais Industrializadas (Leites Especiais) e de Fraldas Descartáveis Geriátricas da Secretaria Municipal de Saúde de Mirassol d´Oeste-MT e dá outras providências.

O Conselho Municipal da Saúde de Mirassol D'Oeste/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere as Leis Orgânicas da Saúde nº 8080/19/07/90, nº 8142/28/12/90, e Lei Complementar Municipal nº 005/24/06/1996, reeditada pela LCM nº 096 de 13/04/2010, de acordo com a decisão do pleno em reunião ordinária, conforme ata nº 378 de 06/09/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar a Alteração do Protocolo de Fornecimento de Fórmulas Nutricionais Especiais Industrializadas (Leites Especiais) e de Fraldas Descartáveis Geriátricas da Secretaria Municipal de Saúde de Mirassol d´Oeste-MT;

Artigo 2º- Os itens alterados do referido Protocolo foram devidamente deliberados e aprovados pela plenária em decorrência da apresentação

das necessidades de aprimoramento encontradas pela equipe do Setor de Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde;

Artigo 3º- A Secretaria Municipal de Saúde sempre que solicitado pelo CMS deverá fornecer os relatórios de acompanhamentos e resultados das mudanças implementadas;

Artigo 4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste MT, 12 de setembro de 2022.

Pr. Luis Paulo Rodrigues Lopes

Presidente do Conselho M. de Saúde

SAUDE
RESOLUÇÃO 015/2022 CMS

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE – CMS

LEI 329 DE 14/02/1992

LEI COMPLEMENTAR Nº 005 de 24/06/1996

LEI COMPLEMENTAR 096 de 13/04/2010

EMAIL: cmsmirassoldoeste.mt@gmail.com

RESOLUÇÃO CMS/MT Nº 015/2022

Dispõe sobre a alteração do Protocolo de Dispensação aprovação para abertura de Edital de Chamamento Público de contratação de profissionais/monitores para as Oficinas do CAPS de Mirassol d´Oeste-MT e dá outras providências.

O Conselho Municipal da Saúde de Mirassol D'Oeste/MT, no exercício das suas atribuições legais que lhe confere as Leis Orgânicas da Saúde nº 8080/19/07/90, nº 8142/28/12/90, e Lei Complementar Municipal nº 005/24/06/1996, reeditada pela LCM nº 096 de 13/04/2010, de acordo com a decisão do pleno em reunião ordinária, conforme ata nº 378 de 06/09/2022;

RESOLVE:

Artigo 1º- Aprovar a abertura do Edital de Chamamento Público de Contratação de Profissionais/Monitores para as Oficinas do CAPS- Centro de Atenção Psicossocial de Mirassol d´Oeste-MT e dá outras providências;

Artigo 2º- O processo do Edital de Chamamento Público será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, atendendo as necessidades das oficinas que foram aprovadas pela plenária, ficando a cargo do CMS- Conselho Municipal de Saúde eleger Comissão específica para análise dos documentos e escolha das propostas que serão apresentadas;

Artigo 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mirassol D'Oeste MT, 12 de setembro de 2022.

Pr. Luis Paulo Rodrigues Lopes

Presidente do Conselho M. de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

A Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste CNPJ nº **03.755.477/0001-75,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Águas Pluviais em diversas Ruas e Avenidas do Bairro Bandeirantes II – Alto Boa Vista do município de Mirassol D'Oeste/MT.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº. 059/2022

PORTARIA Nº. 059 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DA SERVIDORA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e da Lei Complementar Nº 048/2006, Dispõe sobre a instituição do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste - MT e dá outras providências, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – CONCEDER, a requerimento, elevação de Nível por progressão Vertical à **Servidora MARIA DA SILVA**, lotada no Setor de Contabilidade da Câmara Municipal, no Cargo de Auxiliar Parlamentar Administrativo, observado o que lhe é assegurado no Artigo 20 da Lei Complementar 048, de 05/05/2006, e Anexo III, conforme segue:

Eleva-se o Nível da Servidora Maria da Silva - passando do Nível 5 para o Nível 6.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 13 (treze) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA Nº. 060/2022

PORTARIA Nº. 060 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE CONVERTIDA EM PECÚNIA A SERVIDORA EFETIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O VEREADOR ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – CONCEDER, a requerimento, com base no Artigo 73A, § 2º da Lei Complementar nº 157/2016, **90 (noventa) dias de licença a título de prêmio por assiduidade convertida em pecúnia** à **Servidora MARIA DA SILVA**, mat. 20, lotada no Setor de Contabilidade, no Cargo de Auxiliar Parlamentar Administrativo, devidamente lotada no Quadro Funcional da Câmara Municipal.

§ 1º - A licença mencionada no *caput* deste artigo é referente ao período aquisitivo de 04 de setembro de 2017 a 03 de setembro de 2022, e será paga nos meses de setembro, outubro e novembro de 2022

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 13 (treze) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois).

ELTON CESAR MARQUES DE QUEIROZ

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 78/2022

EDITAL Nº 78/2022

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/ 2022 DE 10/02/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo de Seleção de Estagiário conforme Decreto 4.171/2022.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deverão comparecer à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 14 de Setembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIO CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 4.171/ 2022 DE 10/02/2022.

ANEXO ÚNICO

MATEMÁTICA	
NOME	**RESULTADO**
VITORIA ROBERTA SANTOS CHIUCHI	6º CLASSIFICADO (A)

DIREITO	
NOME	**RESULTADO**
MARIANNE OLIVEIRA PIRELLI	10º CLASSIFICADO (A)
RAYSSA MARIA DA SILVA DE OLIVEIRA	11º CLASSIFICADO (A)
ALINE RODRIGUES SIQUEIRA	12º CLASSIFICADO (A)

Mirassol D'Oeste, 14 de setembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI Nº 1.797, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, *prefeito do município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato* Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 12 de setembro de 2022 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art.1º. Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 492.200,00 (quatrocentos e noventa e dois mil e duzentos reais) distribuídos nas seguintes dotações:

020701 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

844 04.122.0002.2045.0000MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA 130.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R.: 1 2500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

020706 COORD. DE LOGISTICA E MANUTENCAO DE PRÓPRIOS

853 04.122.0002.2049.0000MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO PATRIMONIO 362.200,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 2500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

Art. 2º. O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação:

020701GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

843 04.122.0002.2045.0000 MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA -60.000,00

3.3.50.41.00 CONTRIBUIÇÕES F.R. Grupo: 12500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

845 04.122.0002.1104.0000 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA SECRETARIA -300.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 12500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

020702COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

850 15.451.0019.1170.0000 CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO PERÍMETRO URBANO -100.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 12500

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

859 26.782.0016.1052.0000 AQUISIÇÃO DE VEICULO/EQUIPAMENTO -32.200,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 12711

2 Recursos de Exercícios Anteriores

110000 GERAL

Art. 3º. O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 1.745/2021 – Plano Plurianual e na Lei nº 1.707/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentária (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho" em 13 de setembro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
PORTARIA NOMEAÇAO FISCAL CONTRATO RATEIO

PORTARIA Nº 0547 DE 05 DE SETEMBRO DE 2022.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

HECTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor FÁBIO HENRIQUE DA SILVA, Agente Administrativo, Matrícula nº 28440, CPF nº 045.193.471-73 para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do **Contrato de Rateio nº 62/2022** celebrado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE e o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO OESTE MATOGROSSENSSE, CNPJ nº 01.870.663/0001-20 que tem como objeto o rateio dos custos com o fornecimento de marmitex para os pacientes que realizam hemodiálise no CTR (Centro de Tratamento do Rim) no município de Cáceres-MT.

Art. 2º - Fica designada para substituta, nos impedimentos, a servidora ADRIANA CRISTINA FERREIRA, Auxiliar de Enfermagem - PSF, Matrícula nº , CPF nº 469.122.311-87.

Art. 3º - Compete à fiscal ora designada as atribuições especificadas no Decreto nº 2761 de 07 de novembro de 2014 e na Instrução Normativa nº 50 de 07 de novembro de 2014, bem como o atendimento à Lei 8.666/93 no que for pertinente à execução dos contratos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato ou até sua rescisão.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 05 de setembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 077/2022

EDITAL Nº 077/2022

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca**, osaprovados no *Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019*.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 , considerando o caráter de urgência da contratação temporária, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT convocar o (s) imediatamente posterior (es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 14 de Setembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR DA ÁREA DE PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
ANNE DE FÁTIMA PEDROSA DE ARAUJO	6º COLOCADO (A)
MARLUCI DELFORNO LEITE DE OLIVEIRA	7º COLOCADO (A)
KAREN CAMILA DA CONCEIÇÃO LUZINI	8º COLOCADO (A)
MARCIA PENARIOL DE CAMARGO	9º COLOCADO (A)
SIRLENE SEVERIANO COELHO	10° COLOCADO (A)
KELLI CRISTINA PEREIRA REIS DOS SANTOS	11º COLOCADO (A)
THAYS REGINA LEMES ALVES	12º COLOCADO (A)
CIBELE POMAR DA SILVA	13º COLOCADO (A)
ADRIANO PEREIRA DOS SANTOS	14º COLOCADO (A)
ELAINE NALCIZA DE LIMA	15° COLOCADO (A)
ROSELI APARECIDA DA SILVA	16º COLOCADO (A)
LUCIANA DIAS DOS SANTOS	17º COLOCADO (A)
DIELY DE ALMEIDA	18º COLOCADO (A)
KAITI ALVES MARTINS PASTOR	19º COLOCADO (A)
ANNE CAROLINE DOS SANTOS NASCIMENTO	20º COLOCADO (A)
VERA LUCIA DE OLIVEIRA	21º COLOCADO (A)
GEICELE GOMES BARBOSA	22º COLOCADO (A)
MARCELA ALESSANDRA OSSUCI PAGOTTO	23º COLOCADO (A)
MARILDA DA SILVA RESENDE CHIUCHI	24° COLOCADO (A)
ELSON ALVES DE SOUZA	25º COLOCADO (A)
ALCIONE DA SILVA	26º COLOCADO (A)
KEILA GRACIELLE SILVA DOS SANTOS	27º COLOCADO (A)
LETICIA REGINA DE OLIVEIRA MARTINS	28° COLOCADO (A)
JOÃO PAULO GAMA DE OLIVEIRA	29º COLOCADO (A)
LAURA DA SILVA AUGUSTO	30º COLOCADO (A)
SIMONE FERREIRA VITTORAZI	31º COLOCADO (A)
NORENIR OLIVEIRA LEITE MAMEDES	32° COLOCADO (A)
MICHELE DA SILVA DIAS	33º COLOCADO (A)
ANDRA GOMES DE OLIVEIRA	34º COLOCADO (A)
ELAINE CERQUEIRA DA COSTA	35º COLOCADO (A)
BENEDITA DE ANDRADE BARBOZA	36° COLOCADO (A)
EDLAINE APARECIDA STORTI LANDIM PIVOTTI	37° COLOCADO (A)
ALEANDRA XAVIER DO NASCIMENTO	38° COLOCADO (A)
PAULA RAFAELA FRANCO BEZERRA	39° COLOCADO (A)
ANGELA MARIA CAMARGO	40º COLOCADO (A)
GRAZIELE MARIA BELUCI	41º COLOCADO (A)
MARINALVA PAULA DA SILVA	42° COLOCADO (A)

Mirassol D'Oeste/MT, 14 de Setembro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 564/2022

PORTARIA Nº 564 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022. *CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.* O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; RESOLVE Artigo 1º - Conceder 08 (oito) dias de FÉRIAS para a servidora FRANCIELE RICARDO DE MATOS, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de EDUCADOR SOCIAL, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 a 30/06/

2021 que foram suspensas através da Portaria 033/2022 conforme requerimento, para gozo a partir de 12/09/2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. **Gabinete do Secretário de Administração e Planejamento de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 14 de setembro de 2022. JEFFER KLEBER DE OLIVEIRA**

Secretário de Administração e Planejamento

JKO/vl

LICITAÇÃO
RESULTADO DO P.E. 62/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 62/2022. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, LENÇOIS, BONÉS E OUTROS - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, PARA SECRETARIA DE SAÚDE., sendo vencedoras as empresas abaixo, conforme itens e valores constantes da relação anexa: APPOLARI INFORMATICA LTDA - ME o item 1, com o valor de R$ 1.167,00 (um mil, cento e sessenta e sete reais); o item 2, com o valor de R$ 2.010,00 (dois mil e dez reais); o item 3, com o valor de R$ 2.430,00 (dois mil, quatrocentos e trinta reais); o item 4, com o valor de R$ 2.440,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta reais); o item 15, com o valor de R$ 2.970,00 (dois mil, novecentos e setenta reais); o item 16, com o valor de R$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais); o item 17, com o valor de R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais); o item 18, com o valor de R$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais); o item 22, com o valor de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais); o item 28, com o valor de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); o item 29, com o valor de R$ 1.828,80 (um mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos); o item 30, com o valor de R$ 5.380,00 (cinco mil, trezentos e oitenta reais); o item 31, com o valor de R$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais); o item 34, com o valor de R$ 1.287,00 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais); o item 35, com o valor de R$ 717,30 (setecentos e dezessete reais e trinta centavos). Perfazendo o valor total de R$ 59.990,10 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa reais e dez centavos). CONESUL UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA o item 7, com o valor de R$ 5.920,00 (cinco mil, novecentos e vinte reais); o item 8, com o valor de R$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais); o item 9, com o valor de R$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais); o item 11, com o valor de R$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais); o item 12, com o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais). Perfazendo o valor total de R$ 19.120,00 (dezenove mil, cento e vinte reais). RM CONFECCOES LTDA o item 14, com o valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). Perfazendo o valor total de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). COMERCIAL MONTANNA LTDA o item 6, com o valor de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais); o item 13, com o valor de R$ 77. 900,00 (setenta e sete mil e novecentos reais); o item 26, com o valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais). Perfazendo o valor total de R$ 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos reais). VALENTINO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA o item 5, com o valor de R$ 4.140,00 (quatro mil, cento e quarenta reais); o item 10, com o valor de R$ 4.647,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais); o item 20, com o valor de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); o item 23, com o valor de R$ 5.177,00 (cinco mil, cento e setenta e sete reais); o item 24, com o valor de R$ 3. 000,00 (três mil reais); o item 25, com o valor de R$ 6.717,00 (seis mil, setecentos e dezessete reais); o item 32, com o valor de R$ 690,00 (seiscentos e noventa reais); o item 33, com o valor de R$ 1.180,00 (um mil, cento e oitenta reais); o item 36, com o valor de R$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Perfazendo o valor total de R$ 48.388,50 (quarenta e oito mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). O item 19 foi DESERTO. O item 21 foi DESERTO. O item 27 foi DESERTO. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 239.998,60 (duzentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos). O processo foi **HOMOLOGADO** em **13/09/2022.** CELIA REGINA DE MATTOS PRADO**- Pregoeiro -** M. D' Oeste, 14/09/2022.

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
DECRETO Nº 4.335 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CAMPANHA "IPTU EM DIA E PREMIADO 2022", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVAREZ BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.763, de 18 de Abril de 2022,

DECRETA:

Art. 1º - Com amparo no art. 4º da Lei nº 1.763, de 18 de Abril de 2022, fica regulamentado a Campanha "IPTU EM DIA E PREMIADO 2022", segundo as normas estabelecidas neste Regulamento.

TÍTULO I

DO OBJETO DA CAMPANHA

Art. 2º - A Campanha "IPTU EM DIA E PREMIADO 2022", regulamentada por este Decreto, tem por objetivo auxiliar na captação da receita pública municipal, promover o incentivo ao pagamento em dia e diminuir a inadimplência, através da distribuição gratuita de prêmios, por sorteio, aos proprietários ou legítimos possuidores de imóveis inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de Mirassol D´Oeste - MT, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, que estejam adimplentes junto à Fazenda Pública Municipal, em relação ao IPTU e a quaisquer outros tributos ou taxas, bem como a sua regularidade cadastral.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo consideram-se adimplentes, quando se comprove:

a) a inexistência de débitos referentes a quaisquer taxas ou tributos municipais e a regularidade cadastral do proprietário ou legítimo possuidor, em relação a todos os imóveis inscritos em seu nome no Cadastro Imobiliário do Município.

b) até o dia 15 de Dezembro de 2022, a regularidade do pagamento dos tributos ou taxas, bem como a sua regularidade cadastral, conforme Art. 2º.

§ 2º - A Campanha será coordenada pela Comissão Organizadora nomeada pelo Prefeito Municipal através da Portaria 396 de 21/07/2022.

Art. 3º - Serão efetuados 04 (quatro) sorteios que consiste na premiação de 04 (quatro) motos Honda BIZ 110 cilindradas, zero quilômetro, cor vermelha, que serão distribuídas aos contemplados, segundo a forma e critérios estabelecidos por esse decreto.

Art. 4º - Participarão dos sorteios, automaticamente, os contribuintes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que estiverem em dia com o pagamento de quaisquer tributos ou taxas municipais e que figurem como responsáveis pelo imóvel vinculado ao número da sorte contemplado.

Art. 5º - Para cada imóvel inscrito regularmente no Cadastro Imobiliário Municipal, será atribuído um número da sorte conforme constante no Anexo I**.**

Art. 6º - Não poderão participar dos sorteios:

I – O Prefeito;

II – O Vice-Prefeito;

III – Os Vereadores;

IV – Os Secretários Municipais;

V – Os membros da Comissão Organizadora da Campanha;

VI - Os imóveis considerados imunes, bem como aqueles isentos de pagamento no ano do exercício do sorteio.

TÍTULO II

DOS PRÊMIOS

Art. 7º - Os prêmios objetos da presente Campanha são especificados a seguir, que serão distribuídos aos contemplados nos sorteios, a saber:

I – 1º prêmio: 01 (uma) Moto Honda BIZ 110, Zero Quilometro, Ano/Modelo: 2022, cor Vermelha;

II – 2º prêmio: 01 (uma) Moto Honda BIZ 110, Zero Quilometro, Ano/Modelo: 2022, cor Vermelha;

III – 3º prêmio: 01 (uma) Moto Honda BIZ 110, Zero Quilometro, Ano/Modelo: 2022, cor Vermelha;

IV - 4º prêmio: 01 (uma) Moto Honda BIZ 110, Zero Quilometro, Ano/Modelo: 2022, cor Vermelha.

§ 1º - Os prêmios descritos neste artigo ficarão expostos na Sala do Cidadão localizada no edifício sede da Prefeitura de Mirassol D´Oeste, situada na Rua Antonio Tavares nº 3310, Centro, a partir do dia 03 de Agosto de 2022.

§ 2º - Será premiado o proprietário ou legítimo possuidor de imóvel, pessoa física ou jurídica, **inscrito no Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste -MT:**

a) cujo número da sorte, conforme Anexo I, corresponda ao sorteado;

b) Cumpra integralmente os requisitos para premiação previstos na Lei n° 1.763/2022 e no presente decreto regulamentador.

Art. 8º - Os prêmios serão entregues mediante assinatura de recebimento e quitação do prêmio e a apresentação de:

I- Se pessoa física: a) Documento oficial com foto e CPF; II – Se pessoa jurídica: a) Documento oficial com foto do representante legal; b) CPF do representante legal; c) Contrato social ou estatuto social, cuja cópia deverá estar autenticada em cartório;

Art. 9º - O participante que for sorteado e que não comparecer ou não reclamar o prêmio no prazo de 90 (noventa) dias da data de realização do sorteio perderá o direito ao mesmo.

Parágrafo Único - O prêmio sorteado e não reclamado no prazo fixado no artigo anterior será incorporado ao patrimônio público municipal.

TÍTULO III

DO SORTEIO

Art. 10º - Os sorteios serão organizados, acompanhados e fiscalizados pela Comissão nomeada pela Portaria nº 396/2022, composta especificamente para esta finalidade, bem como outros representantes da sociedade civil presentes no evento.

Art. 11º - A Campanha "IPTU EM DIA E PREMIADO 2022", regulamentada na forma deste Decreto, consiste em 04 (quatro) sorteios que serão realizados em ato público, no dia 18 de Dezembro de 2022, às 21:00, na Praça Martinho Tamandaré, localizada no Bairro Cidade Tamandaré, neste município, devendo a Comissão Organizadora divulgar amplamente, pelo menos 05 (cinco) dias consecutivos anterior à realização do sorteio, pelo site da Prefeitura, pela mídia local e por outros meios que a Comissão entender convenientes.

Parágrafo Único - A Comissão Organizadora da Campanha e do Sorteio fará a homologação dos sorteios e a ampla divulgação dos nomes premiados, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data do sorteio, durante pelo menos (03) três dias consecutivos, pelo site da Prefeitura, pela mídia local e por outros meios que a Comissão entender convenientes, bem como divulgará a data, local e horário em que fará a entrega dos prêmios aos ganhadores, que não poderá exceder a 30 (trinta) dias contados da data do sorteio.

Art. 13. - Os sorteios serão realizados utilizando globo sorteador obtendo-se os algarismos, da esquerda para a direita, da seguinte forma:

I – para a obtenção do primeiro algarismo, considerando que os números da sorte, conforme Anexo I, se encontram no intervalo compreendido entre 00001 e 12762, o globo conterá apenas as bolas enumeradas com “0” (zero) e “1” (um);

II - para a obtenção do segundo algarismo, considerando que os números da sorte, conforme Anexo I, se encontram no intervalo compreendido entre 00001 e 12762, a composição das bolas no globo dependerá da primeira bola sorteada, da seguinte forma:

a- Se a primeira bola sorteada for “0” (zero), o globo conterá para o sorteio do segundo algarismo as bolas enumeradas de “0” (zero) a “9” (nove);

b- Se a primeira bola sorteada for “1” (um), o globo conterá para o sorteio do segundo algarismo as bolas enumeradas de “0” (zero) a “2” (dois);

III – para a obtenção dos demais algarismos o globo conterá sempre 10 (dez) bolas enumeradas de “0” (zero) à “9” (nove).

§ 1º - na hipótese dos números sorteados corresponderem a imóvel em que o contribuinte esteja impedido de participar do sorteio, conforme o artigo 6°, será realizado um novo sorteio, e assim sucessivamente.

§ 2° - na hipótese dos números sorteados corresponderem a imóvel que não preencha os requisitos para recebimento do prêmio, será realizado um novo sorteio, e assim sucessivamente

§ 3° - Para cada campanha de IPTU premiado, cada número da sorte poderá receber apenas um dos prêmios, de forma que, sendo o referido número sorteado duas vezes, o último sorteio será repetido.

TITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. – Os eventuais custos relativos à transferência e demais encargos perante o órgão de trânsito, serão de responsabilidade dos respectivos ganhadores.

Art. 16. – Os prêmios são pessoais e intransferíveis e serão entregues exclusivamente ao contribuinte contemplado ou ao seu procurador, constituído por instrumento público lavrado em cartório, que deve ser apresentado no original.

Art. 17. – Se o contribuinte ganhador for incapaz, receberá o prêmio o seu representante legal, exibindo o documento que comprove tal situação.

Art. 18. – Se o contribuinte ganhador for pessoa jurídica, receberá o prêmio o seu representante, assim nomeado no contrato ou estatuto social cuja cópia autenticada deverá ser apresentada.

Art. 19. – O prêmio será pago ao proprietário do imóvel, ainda que o referido imóvel esteja na posse de terceiros.

Art. 20. – Caso o contemplado seja pessoa falecida ou venha a falecer antes da retirada do prêmio, este será entregue aos sucessores, conforme estabelecido na legislação civil. **Art. 21.** – As dúvidas e controvérsias oriundas de reclamações dos contribuintes participantes da Campanha, deverão ser feitas por escrito e, serão submetidas à Comissão Organizadora e por ela decididas, garantindo o direito de recurso ao Prefeito Municipal. **Art. 22 –** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.** Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 14 de setembro de 2022. **HÉCTOR ALVAREZ BEZERRA** Prefeito

ANEXO I

Lista contendo as 12762 inscrições imobiliárias objetos do IPTU 2022 com seus respectivos números da sorte.

ANEXO II

DATA	DESCRIÇÃO

16/09/2022	Publicação do Decreto Regulamentar/ Anexos
17/10/2022	Prazo final pra questionamentos à Comissão do IPTU Premiado
15/12/2022	Data limite para regularização das pendências cadastrais e tributárias
18/12/2022	Data do Sorteio
Até 02/01/2023	Prazo final para homologação dos sorteios e divulgação dos nomes premiados
Até 18/01/2023	Prazo final para cerimônia de entrega dos prêmios aos ganhadores
18/03/2023	Prazo limite para retirada da premiação junto à Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

DECRETO Nº. 136/2022

"Dispõe sobre o prazo para pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) referente ao exercício financeiro de 2022 e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, o Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a data para o pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) referente ao exercício financeiro de 2022.

Art. 2º. Os contribuintes que optarem pelo pagamento do IPTU referente ao exercício de 2022, em cota única, até a data de **14/10/2022**, serão beneficiados com desconto de 15% (quinze por cento), nos termos do §2º, do art. 48, da Lei Municipal n.º 785/2001 (Código Tributário do Município), com redação dada pela Lei Complementar n.º 004/2019.

Art. 3º. Os contribuintes que optarem pelo pagamento de forma parcelada poderão pagar o IPTU referente ao exercício de 2022 em até 04 (quatro) parcelas, sendo elas da seguinte forma:

1ª. Parcela com vencimento em.....16/09/2022;

2ª. Parcela com vencimento em.....14/10/2022;

3ª. Parcela com vencimento em.....14/11/2022;

4ª. Parcela com vencimento em.....14/12/2022.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 14 de setembro de 2022.

LEOCIR HANEL

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 135/2022

"Dispõe sobre Luto Oficial, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, **DECRETA:**

Art. 1º. Considerando o falecimento do Sr. **Antônio Modesto**, sendo ele pai de Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Fica decretado *Luto Oficial* nos órgãos que compõem a Administração Pública no dia 14 de setembro de 2022.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres-MT, 14 de setembro de 2022

LEOCIR HANEL

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 134/2022

"Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação – CME, do Município de Nobres/MT".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e de acordo com a Lei Municipal nº. 1.268, de 20/06/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação do Município de Nobres, que é parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. O Regimento Interno que trata o *caput* deste artigo foi aprovado pelo pleno do Conselho Municipal de Educação em reunião ordinária no dia 25/08/2022.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Nobres/MT, aos 13 de setembro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO P.P 36/2022

Pregão Presencial SRP Nº 36/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 325/2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 36/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GELO e UTENSÍLIOS PARA BOTIJÃO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOBRES.** Local: **Setor de Licitações**, Prefeitura Municipal de Nobres/MT. **Data Abertura**: 27/09/2022. **Hora Abertura**: 8h. **Informações Complementares**: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.

Nobres, 14 de setembro de 2022.

Sra. Nadir da Silva

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 033 2022

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO* CONTRATO 033 2022 - *ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 022/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 065/2021 REALIZADO PELO ÓRGÃO, PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA /MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PUBLICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICPIPIO DE PONTES E LACERDA," CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE DESCRIMINADAS NO

***ANEXO – FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/ TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL. E TAMBÉM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: ELETRO MENDONÇA COM. DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00803/2022 ADESÃO 004/2022 AS CLAUSULAS A SEGUIR.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 4575/2022 de aditivação de valor o ao contrato nº 033/2022 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 459/2022

DO MOTIVO

presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas através do no Processo Administrativo da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutra Processo Administrativo nº 4575/2022 de aditivo de valor ao contrato 033/2022 através do Art. 57, no inciso II e 65, II, conforme a Lei 8666/93, contrato é de ***Adesão à Ata de Registro de Preço nº 032/2021 do Pregão Presencial (SRP) nº 022/2021 – Processo Administrativo 065/2021 realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda /MT, "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELETRICOS PARA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PUBLICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICPIPIO DE PONTES E LACERDA,"*** *conforme especificações e quantidade descriminadas no Anexo – Formulário padrão de Proposta/ Termo de Referência deste Edital. E também para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT com a* **Empresa: ELETRO MENDONÇA COM. DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPPCNPJ/MF: 03.806.018/0001-73**

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, abaixo descrito

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	Marca	Qtda.	*Valor Unitários R$*	*VALOR TOTAL R$*
4	Braço para iluminação publica EL 202-2 2.00mm-31,7mm Galvanizado a fogo.	PÇ	OLIVO	10	R$94,60	R$ 946,00
6	Braço para iluminação publica EL 207-2 3.00mm-50,8mm Galvanizado a fogo.	PÇ	OLIVO	10	R$179,50	R$ 1.795,00
8	Cinta Circular nº240 – 6,5mm galvanizado a fogo.	PÇ	SANTA FÉ	21	R$ 51,00	R$ 1.071,00
15	Contador de potencia trifasico 40 amperes, 220v	UN	DECORLUX	1	R$328,00	R$ 328,00
19	Fio Cabo de aluminio multiplex triplex 3x16mm.	MTS	VATHISA	250	R$9,40	R$ 2.350,00
28	Lampada vapor de sodio, base E-40, 100w tipo Bulbo ovoide.	UN	AVANT	200	R$38,90	R$ 7.780,00
29	Lampada vapor de sodio, base E40, 150w, tipo Bulbo Ovoide ou tubular.	UN	DEMAPE	48	R$42,00	R$ 2.016,00
31	Lampada vapor metalico base E-40 100w, tipo BulboTubular com identificação do produto.	UN	DEMAPE	50	R$55,00	R$ 2.750,00
35	Luminaria Publica IP 440 para lampada até 400w 50mm fechada.	PÇ	CLARÃO	6	R$650,00	R$ 3.900,00
42	Reator Metalico de Sodio 250w 220v alto fator externo.	PÇ	IDEAL	25	R$155,00	R$ 3.875,00
43	Reator Metalico com Ignitor do tipo Eletromagnetico, com partida rapida, com fator potencia alto com capacidade para 150w.	UN	IDEAL	25	R$111,00	R$ 2.775,00
45	Reator Metalico com ignitor do tipo eletromagnetico com capacidade para 400 watts.	UN	IDEAL	25	R$153,00	R$ 3.825,00
48	Relé foto eletrico 100w 220v sistema eletromagnetico sistema de operação.	PÇ	ILUMATIC	149	R$66,80	R$ 9.953,20
R$ 43.364,20						

DO FUNDAMENTO LEGAL Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 459/2022

DA PUBLICAÇÃO Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei

DAS RATIFICAÇÕES Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 033/2022 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 12 de Setembro de 2022.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: ELETRO MENDONÇA COM. DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP

CNPJ/MF: 03.806.018/0001-73

PORTARIA Nº. 440/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanos

da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder Progressão de Nível ao servidor municipal que se enquadra na data base de setembro de 2022, a ser inserida na ficha funcional do servidor conforme relação anexa, com as respectivas alterações das remunerações de acordo com a tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de setembro de 2022.

Planilha para elevação de nivel setembro - 2019/2022							
Nº	**Mat**	**NOME**	**CARGO**	**Forma**	**Classe e Nível**	**Classe e Nível**	**Data**
				data de admissão	**atual**	**elevar**	**Base**
2	1615	Luiz Henrique Queiroz Rodrigues	Farmaceutico	Concursado 15/09/2016	B/02	B/03	set/22

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 438/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanos

da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Transferir o Servidor **Zélis Gonçalo do Prado,** Serviços Gerais/ Apoio Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras para Secretaria Municipal de Educação a partir de Setembro/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de Setembro de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 439/2022

Walquiria Conceição de Medeiros Campos, Coordenadora de Recursos Humanos

da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1º - Conceder por dois (02) anos, **afastamento sem ônus por interesse particular** para a servidora **Milca Ferraz de Campos**, registro nº 410, Recepcionista/Agente Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/09/2022 com retorno previsto em 13 de setembro de 2024, com base no processo nº 3217/2022 e parecer jurídico nº 101/ 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de Setembro de 2022.

Walquiria Conceição de Medeiros Campos

Coordenadora de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 178/2022

Fica rescindido a partir de 14 de Setembro de 2022, o Contrato Temporário nº **178/2022**,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o**

Sr. Diego Antonio Da Guia Semedo Fernandes – Profissional Nível Superior de Saúde,

ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves – Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de Setembro de 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL - É DE LIVRAMENTO

ASSOCIAÇÃO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS É DE LIVRAMENTO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS É DE LIVRAMENTO. O Presidente ASSOCIAÇÃO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS É DE LIVRAMENTO, no exercício de suas prerrogativas Estatutárias, convoca os Associados para se reunirem em Assembléia Geral extraordinária a ser realizada no dia 27 de setembro de 2022, às 18h:00 horas (dezoito horas) no Centro de Comercialização dos Produtos É de Livramento, sito esquina da Praça dos Eventos com a Rua Manoel Felix em Nossa Senhora do Livramento Mato Grosso, em primeira convocação às18:00h (oito horas) com a presença de no mínimo de metade mais um dos associados, em segunda convocação às 18:15h (dezoito horas e quinze minutos horas), com a presença mínima 1/3 dos associadosconforme preceitua o estatuto da entidade em seu Artigo 18º e em terceira e última convocação às 18h:30 (dezoito horas e trinta minutos) com qualquer número de associados presente, observado o Artigo 19º do Estatuto. Nas três convocações só serão contados os sócios em condições de votar. Esta Assembléia é convocada para deliberar sobre a seguinte pauta: A – Adesão de Novos Associados. B – Prestação de Contas do Centro de Comercialização referente aos meses de Maio, Junho, Julho e Agosto. C – Apresentação da Tabela de Valores de Taxas a serem cobradas dos Associados D - Outros assuntos de interesse da Associação I. Boas Práticas de Produção dos Produtos II. Custo de Produção e formação de Preço dos Produtos III. Pantanal Cozinha Brasil IV. Eventos Ainda em 2022

Nossa Senhora do Livramento, 13 de setembro 2022

_____ JOÃO PINTO DA GUIA PRESIDENTE

DECRETO N. 102/2022

DECRETO N. 102/2022

“Cancela débitos tributários inscritos em dívida ativa já prescritos e dá outras providências.”

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, com base no que dispõe o art. 250 do Código Tributário Municipal e:

Considerando que no parecer jurídico proferido no Processo Administrativo n. 3837/2022, foi reconhecida a prescrição dos débitos inscritos em dívida ativa.

Considerando que no referido parecer consta que nos termos do Art. 250 do Código Tributário Municipal os débitos prescritos devem ser cancelados por atos do Prefeito Municipal,

D E C R E T A

Art.1º. Atendendo ao disposto no Art. 250 do Código Tributário Municipal e no respectivo parecer, ficam cancelados os débitos inscritos em dívida conforme relacionado a seguir:

Nome do Contribuinte	N° do processo	N° do parecer
Floripes Queiroz Reis	3837/2022	264/2022

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 14 de Setembro de 2022.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LEI N. 1.043 /2022

LEI N. 1.043 /2022

Dispõe sobre a retificação da Lei de Gestão Democrática na Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Livramento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Capítulo I

Dos Princípios e Elementos da Gestão Democrática

Art. 1° - A Gestão democrática do Ensino público Municipal, será instituída em conformidade com o Artigo 206, inciso VI da Constituição Federal, Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei Orgânica do município.

Art. 2° - São pressupostos da Gestão Democrática no município de Nossa Senhora do Livramento a Co-responsabilidade entre Poder Público e Sociedade na gestão dos Conselhos democraticamente instituídos, visando a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar.

Art. 3° - São elementos essenciais e indissociáveis à Gestão Democrática:

I - Instituição do Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, na Unidade Escolar;

II –Eleição para Diretor da Unidade Escolar;

III - Escolha de Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar;

IV - Descentralização do poder de decisão na Unidade Escolar.

Art.4° - A Gestão Democrática do Ensino, entendida como ação coletiva, princípio e prática político-filosófica, permeará todas as ações desenvolvidas pelas instituições e órgãos que constituem o Sistema Municipal de Ensino, definido na Lei Municipal n° 484/2003.

Art. 5° - A Gestão Democrática do Ensino norteará todas as ações de organização, planejamento, execução e avaliação das políticas educacionais, englobando:

I - Plano Municipal de Educação;

II - Escolha de Diretores da Unidade Escolar, na forma prevista nesta lei;

III - Escolha de Coordenador Pedagógico pelos professores em exercício na Unidades Escolar;

IV - Projeto Político Pedagógico e Regimento escolar;

V - Transparência nos mecanismos pedagógicos, administrativos e financeiros;

VI - Avaliação da aprendizagem dos educandos, do desempenho dos professores do Magistério Público Municipal e dos servidores públicos municipais que atuam na educação;

VII - Autonomia Político - Pedagógico, Administrativa e financeira da escola, na forma da lei.

VIII – Curso de Formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita para Diretores.

Art. 6° - A Comunidade Escolar é instituída por os alunos, pais ou responsáveis, professores e demais servidores públicos municipais, que desempenham atividades na Unidade Escolar.

Capítulo II

Do Conselho Deliberativo Escolar

Art. 7° - O Conselho Deliberativo Escolar, constitui-se em órgão Consultivo e Deliberativo nas questões concernentes à Gestão Pedagógica, Administrativa e Financeira da Unidade Escolar.

Art. 8° - A constituição do Conselho Deliberativo Escolar, será paritária, por representação de pais, alunos, professores e servidores públicos municipais que desempenham atividades na Unidade Escolar.

Parágrafo Único - A composição do Conselho Deliberativo Escolar é de no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 08(oito) membros;

Art. 9° - A eleição dos membros do Conselho Deliberativo Escolar deverá acontecer 60 (sessenta) dias após o início do ano letivo e o mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, com direto a uma recondução consecutiva.

Art. 10 - Os membros que integrarão o Conselho Deliberativo Escolar, são eleitos por seus respectivos segmentos da Comunidade Escolar, vencendo por maioria simples.

Parágrafo Único - O Diretor e o Coordenador Pedagógico são membros natos do Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 11 - Os professores e servidores públicos municipais que desempenham atividades na Unidade Escolar, poderão optar por representar o segmento pais, caso sejam eleitos por este, no Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 12 - Os representantes do segmento aluno, para fazer parte do Conselho Deliberativo Escolar, deverá ter, no mínimo, 14 (quatorze) anos de idade, ou estar cursando a 8° ano do Ensino Fundamental;

Art. 13 - O Presidente, o Secretário e o tesoureiro deverão ser escolhidos entre seus membros, na primeira reunião após a instituição do Conselho Deliberativo Escolar.

Parágrafo Único – Não é permitido ao Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar e alunos menores de 18(dezoito) anos, ocuparem as funções de presidente, Secretário e tesoureiro do Conselho.

Art. 14 - Fica assegurada a eleição de 01 (um) suplente para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro do segmento a que representa.

§ 1°- A vacância ocorrerá por conclusão do mandato, renúncia ou desligamento da Unidade Escolar, destituição, infrequência e morte.

§ 2° - O não comparecimento, sem justificativa, do membro do Conselho a 04(quatro) reuniões ordinárias consecutivas ou extraordinárias alternadas, no prazo de um ano, também implicará em vacância na função de conselheiro.

Art. 15 - O regimento do Conselho Deliberativo Escolar será elaborado e aprovado pelo primeiro Conselho formado na Unidade Escolar, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art.16 - O Conselho Deliberativo Escolar reunir-se-á ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por terço de seus membros, em dia, hora e local previamente marcados.

Art. 17 - As reuniões do Conselho Deliberativo Escolar são públicas à participação de todos os segmentos da Comunidade Escolar, com direito a voz.

Parágrafo Único – Perderá, a reunião, o seu caráter público, excepcionalmente, quando solicitada por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, ao se tratar de questões de natureza ética.

Art. 18 - As reuniões do Conselho Deliberativo Escolar serão lavradas em livro próprio.

Art. 19 - O Conselho Deliberativo Escolar só poderá deliberar com a presença de 50% (cinquenta por cento), mais 01 (um) de seus membros, sendo as deliberações tomadas pelos votos da maioria simples.

Art. 20 - A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer prestará, quando solicitada, orientações pedagógicas, jurídicas e administrativas ao Conselho Deliberativo Escolar, bem como assegurar programa de capacitação.

Art. 21 - São atribuições do Conselho Deliberativo Escolar:

I - Eleger o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro;

II - Elaborar seu Regimento;

III - Acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;

IV - Homologar a proposta de Calendário Escolar, observado as normas legais do ensino e as emanadas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

V - Homologar as propostas de Regimento Escolar e Matriz Curricular, observado as normas gerais do ensino e as complementares definidas pelo Conselho Municipal de Educação-CME;

VI - Participar da elaboração do Quadro Demonstrativo de Recursos Humanos da Unidade Escolar;

VII - Acompanhar o processo de eleição do Diretor e de escolha do Coordenador Pedagógico;

VIII - Garantir a divulgação do Aproveitamento Escolar de cada ano letivo;

IX - Deliberar, quando convocado, sobre o desempenho escolar, indisciplinas e infringências de alunos;

X - Acompanhar avaliação do estágio probatório dos servidores lotados na Unidade Escolar, de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Carreira da categoria;

XI - Dar parecer circunstanciado sobre a movimentação e afastamento do professor, servidor público que desempenha atividade na Unidade Escolar, requerido pelo interessado ou proposto pelo diretor, por conveniência pedagógica ou administrativa;

XII - Acompanhar e avaliar os projetos a serem desenvolvidas na Unidade Escolar;

XIII - Deliberar sobre a cessão do prédio da Unidade Escolar, exclusivamente nos dias não letivos, atendendo solicitações da Comunidade interna ou externa, e submeter a homologação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

XIV - Deliberar sobre a convocação extraordinária da Assembleia Geral, podendo outorgar-lhe caráter deliberativo;

XV - Deliberar sobre as aplicações de Recurso Financeiro e aprovar a prestação de contas da Unidade Escolar;

XVI - Conferir e lavrar parecer de encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, quando da ocorrência de processo destituinte, nos termos do artigo 62 desta lei;

XVII - Solicitar junto à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer ampliação, incremento ou reforma na Unidade Escolar.

XVIII - Encaminhar, quando for no caso, à autoridade competente, solicitação fundamentada de sindicância para o fim de destituição do Diretor, mediante decisão da maioria dos membros do Conselho Deliberativo Escolar.

XIX - Encaminhar ao Conselho Fiscal as prestações de contas e relatórios financeiros, para homologação.

Art. 22 - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo Escolar:

I - Representar o Conselho em juízo e fora dele;

II - Convocar as reuniões do Conselho e a Assembleia Geral;

III - Presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho.

IV - Assinar cheques em conjunto com o diretor escolar.

Art. 23 - Ao Secretário do Conselho Deliberativo Escolar compete:

I - Auxiliar o presidente do Conselho;

II - Manter em dia os registros e preparar todo o expediente do Conselho;

III - Organizar relatórios e lavrar em livro próprio as atas do Conselho;

IV - Secretariar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho;

Art. 24 - Ao Tesoureiro do Conselho Deliberativo Escolar compete:

I - Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos das instruções que forem baixadas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e as do Tribunal de Contas;

II - Apresentar, trimestralmente, relatório da receita e despesa da Unidade Escolar, ao Conselho Deliberativo Escolar;

III - Prestar contas dos recursos passados à Unidade Escolar a quem for de direito;

IV - Manter escriturados, em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis do Conselho Deliberativo Escolar;

V - Efetuar pagamentos autorizados.

Art. 25 - Ao Conselho Deliberativo Escolar e vedado:

I- Adquirir bens móveis ou imóveis, locar ou construir prédios com recursos oriundos das subvenções ou auxilio que lhe forem concedidos pelo Poder Público, exceto casos de celebração de convênios com objetivos específicos;

II - Emprestar ou dar garantias de aval, fianças e caução sob qualquer forma;

III – Empregar subvenções, auxílios ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os projetos ou programas a que se destinam;

IV – Cobrar mensalidade ou taxas dos membros da Comunidade Escolar, a qualquer título.

Art. 26 - Na aplicação indevida dos recursos, responderão solidariamente os membros do Conselho que tenham autorizado a despesa ou efetuado o pagamento, respondendo cível e criminalmente pelos atos cometidos.

Art. 27 - A aquisição adquirida do caráter jurídico pelo Conselho Deliberativo Escolar terá como requisito a aprovação de seu Estatuto pela Assembleia Geral, em consonância com a legislação pertinente.

Parágrafo Único – Após a aquisição de personalidade jurídica o Conselho Deliberativo Escolar, desempenhará também a função de Unidade Executora do Estabelecimento Municipal de Ensino.

Art. 28 - As funções de conselheiro serão exercidas gratuitamente no Conselho Deliberativo Escolar, sendo vedado ao poder público municipal efetuar qualquer tipo de remuneração;

Capítulo III

Do Conselho Fiscal

Art. 29 - O Conselho Fiscal é o Órgão responsável pela fiscalização financeira da Unidade Escolar, observadas as normas legais pertinentes.

Art. 30 - O Conselho Fiscal deve ser constituído, paritariamente, por representação de pais, professores e servidores públicos municipais que desempenham atividades na Unidade Escolar.

Art. 31 - O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 06 (seis) membros.

Parágrafo Único – As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal serão definidas em seu regimento próprio.

Art. 32 - A eleição dos membros do Conselho Fiscal, em assembleia de cada segmento, ocorrerá 60 (sessenta) dias após o início a do ano letivo e seu mandato é de 02 (dois) anos, com direito apenas a uma recondução consecutiva.

Parágrafo Único – Não é permitido ao Diretor, Coordenador Pedagógico e Secretário Escolar participarem do Conselho Fiscal.

Art. 33 - O Presidente e o Secretário do Conselho devem ser escolhidos entre seus membros.

Art.34 - Cabe ao primeiro Conselho formado na Unidade Escolar a responsabilidade de elaborar seu regimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, e submetido ao referendo da Assembleia Geral.

Art. 35 - Os professores e servidores públicos municipais que desempenham atividades na Unidade Escolar, poderão optar por representar o segmento pais, caso sejam eleitos por este, no Conselho Fiscal.

Art. 36 - Fica assegurada a eleição de 01 (um) suplente, para cada segmento, que assumirá apenas em caso de vacância ou destituição de um membro de segmento que representa.

Art. 37 - A vacância do membro do Conselho Fiscal ocorrerá por conclusão do mandato, renúncia ou desligamento da Unidade Escolar, destituição, aposentadoria, morte ou por ausência injustificada a 04 (quatro) reuniões consecutivas ou a 06 alternadas, no período de 01 (um) ano.

Art. 38 - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deve assegurar Programa de Qualificação aos membros do Conselho Fiscal, de natureza pedagógica, jurídica e administrativa.

Art. 39 - Ao Conselho Fiscal compete:

I – Eleger e Presidente e o Secretário;

II – Elaborar o seu Regimento Interno;

III – Examinar os documentos contábeis da Unidade Escolar, a situação do Conselho Deliberativo Escolar e os valores em depósito bancário;

IV – Avaliar a prestação de contas dos recursos que forem repassados à Unidade Escolar;

V – Apresentar parecer sobre as contas de Conselho Deliberativo Escolar;

VI – Apontar as irregularidades que descobrir, sugerindo as medidas de saneamento ao Conselho Deliberativo Escolar;

VII – Convocar a Assembleia Geral Ordinária, se o Presidente do Conselho Deliberativo Escolar retardar por mais de um mês a sua convocação.

Art. 40 - Responderão, os membros do Conselho Fiscal, civil criminalmente, pela omissão às irregularidades cometidas pela Direção e pelo Conselho Deliberativo Escolar.

Art. 41 - As funções de conselheiro serão exercidas gratuitamente no Conselho Fiscal, sendo vedado ao poder público municipal efetuar qualquer tipo de remuneração;

Capítulo IV

Da Assembleia Geral

Art. 42 - A Assembleia Geral, constituída pela totalidade de todos os segmentos da Unidade Escolar, é instância informativa e consultiva, podendo, extraordinariamente, assumir caráter deliberativo, por decisão do Conselho Deliberativo Escolar, para tratar de assuntos específicos.

Art. 43 - A Assembleia Geral cabe as seguintes atribuições:

I – Apreciar relatórios informativos;

II – Avaliar coletivamente as atividades desenvolvidas na Unidade Escolar e propor sugestões;

III – Deliberar sobre assuntos definidos pelo Conselho Deliberativo Escolar;

IV – Apreciar o Balanço Financeiro e o Relatório sobre o exercício findo;

V – Referendar o processo de escolha dos membros do Conselho Deliberativo Escolar e do Conselho Fiscal.

Art. 44 - A Assembleia Geral reunir-se-á em caráter ordinário, ao final de cada semestre letivo com datas previstas no calendário escolar, e extraordinariamente, por deliberação e convocação do Conselho Deliberação Escolar.

TÍTULO II

DA GESTÃO ESCOLAR

Capítulo I

Da Gestão na Unidade Escolar

Art.45 - A Gestão na Unidade Escolar, ação liderada pelo Diretor da Unidade Escolar em conjunto com a Coordenação de Ensino e Secretário Escolar, é o trabalho do qual resulta a unidade no Estabelecimento de Ensino, objetivando a competência relativa a questões Político – Pedagógica, Administrativa, Financeira e Legal.

Art. 46 - Na Unidade Escolar da rede pública municipal que possuía 80 (oitenta) alunos é assegurada a função de diretor a ser exercida por um titular efetivo e ou contratado no cargo de professor conforme critérios estabelecidos nesta lei.

Art. 47 - As ações desenvolvidas nas Unidades Escolares públicas municipais, com o candidato a Diretor , devem estar em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 48 - A função de diretor da Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Livramento, é exercida por um professor efetivo ou contratado empossado pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar no primeiro dia útil do ano civil subseqüente.

§ 1° - O período do mandato da gestão do Diretor é 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução subsequente.

§ 2° - O mandato de diretor na rede pública municipal, dar-se-á através de curso de formação em Gestão escolar e Avaliação escrita e por escolha pela comunidade escolar.

Art.49 - O professor no exercício da função de diretor da Unidade Escolar, será atribuído o regime de dedicação exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Parágrafo Único - Cabe ao coordenador pedagógico da Unidade Escolar substituir o Diretor, em gozo de férias, Licenças previstas em Lei, vacância, conforme critérios previstos nesta Lei.

Art. 50 - Ao Diretor da Unidade Escolar, observado a legislação vigente, compete:

I – Administrar a Unidade Escolar, com eficiência e eficácia, articulando e coordenando seu funcionamento geral e representando-a oficialmente;

II – Aplicar penalidades de acordo com as normas regimentais da Unidade Escolar, observado a legislação legal e atendendo as deliberações do Conselho Deliberativo Escolar;

III – Planejar com o Conselho Deliberativo Escolar e executar a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

IV – Prestar conta dos recursos financeiros aplicados, encaminhando-as à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, após a deliberação do Conselho Deliberativo Escolar;

V – Coordenar a utilização do espaço físico da Unidade Escolar, atendendo as necessidades de acomodação da demanda, juntamente com o Coordenador Pedagógico;

VI – Assinar documentos e correspondências da Unidade Escolar;

VII – Elaborar em conjunto com o Coordenador Pedagógico e os segmentos da Comunidade Escolar o Calendário Escolar, Regimento Escolar, Matriz Curricular, Plano de Desenvolvimento Escolar, Projeto Político-Pedagógico, em consonância com o Plano Municipal de Educação e normas gerais do ensino, submetendo-os à apreciação e homologação do Conselho Deliberativo Escolar, encaminhando-os para acompanhamento e avaliação da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

VIII – Apurar irregularidades de ordem pedagógica, administrativa e financeira;

IX – Organizar e distribuir tarefas de acordo com a função de cada servidor;

X – Autorizar matrículas e transferências de alunos e determinar a abertura e o encerramento das matriculas, observando as petições, ofícios, representações e requerimentos dirigidos a qualquer autoridade, nos prazos legais;

XI – Receber, conferir, orientar e fiscalizar a distribuição de alimentação escolar;

XII –Implementar na Unidade Escolar as diretrizes emanadas da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

XIII – Manter atualizado o fluxo de informações entre a Unidade Escolar e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

XIV – Divulgar na Comunidade Escolar a movimentação dos recursos financeiros da Unidade Escolar;

XV – Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

XVI – Dar transparência na aplicação e na divulgação dos recursos Financeiros recebidos pela Unidade Escolar, em conjunto com o Conselho Deliberativo Escolar;

XVII – Cumprir rigorosamente os prazos estipulados para emissão e encaminhamento de documentos;

XVIII – Assinar cheques juntamente com o Presidente e tesoureiro do Conselho Deliberativo Escolar;

XVIX – Acompanhar diariamente as rotas de transporte escolar e assinar relatório mensal juntamente com o presidente do CDCE e motorista;

XX– Apoiar, avaliar e possibilitar o desenvolvimento do trabalho docente;

XXI – Definir Metas, avaliações e Responsabilidades;

XXII – Realizar gestão estratégica dos recursos humanos e financeiros;

XXIII – Desenvolver um sistema de liderança.

Capítulo III

Da escolha do Diretor da Unidade Escolar

Art. 51 O processo de escolha dos Diretores das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil, mediante processo de avaliação por mérito e desempenho, seguida do processo de escolha pela comunidade escolar, deverá ocorrer simultaneamente em todas as instituições de ensino para a gestão de 02 (dois) anos, com regime de tempo organizado na forma desta Lei e Instrução Normativa expedida pela Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.

§1º. Em caso de candidato com 02 (dois) vínculos em unidades escolares diferentes, o candidato optará por uma das unidades para candidatar-se, sendo automático a sua transferência para a unidade em que for escolhido gestor.

Art. 2º. O calendário para realização do processo de escolha de Diretor das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil será determinado em Portarias expedidas pela Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, organizando o cronograma das três fases do processo de escolha, sendo:

I – **Fase I:** Curso de Formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita; **II – Fase II:** Inscrição para Candidato a Direção Escolar e Análise do Plano de Gestão Escolar; **III** – **Fase III**: Processo de Escolha pela comunidade escolar para a função de Diretor Escolar.

§1º. Na Fase I, a Secretaria Municipal de Educação ofertará curso de formação em gestão escolar, aos candidatos ao pleito, com carga horária de 20 horas e com frequência mínima de 80% e será realizada avaliação escrita, ambas de caráter obrigatório e eliminatório, fase preparatória ao Processo de Escolha de Diretor e com prazos anteriores ao processo das demais fases.

§2º. A Fase II será realizada mediante inscrição e homologação, em conformidade com a Instrução Normativa do Processo de Escolha de Diretor - Fase II Inscrição para Candidato a Direção Escolar e Análise do Plano de Gestão Escolar, seguindo os critérios estabelecidos no Art 53.

§3º. A Fase III será realizada mediante apresentação do Plano de Gestão para a comunidade escolar e do processo de escolha de Diretor, organizada em conformidade com a Instrução Normativa do Processo de Escolha de Diretor - Fase III - Processo de Escolha pela comunidade escolar para a função de Diretor Escolar, entre os meses de novembro e dezembro do ano anterior ao início da gestão.

Capitulo III

CURSO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR E AVALIAÇÃO ESCRITA

A Fase I – Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita será realizada em duas etapas, ambas de caráter eliminatório, sendo que para realização da Fase I o professor, professor de educação infantil e educador infantil, inscrito deverá possuir os critérios desta lei.

§1º. A avaliação escrita será de conhecimentos específicos inerentes a função de Gestor Escolar e os conteúdos serão publicados no edital.

§2º. O Curso é de caráter obrigatório, o candidato deverá obter no mínimo 80% de presença para ser aprovado.

§3º. O inscrito que obter o mínimo de 80% de presença no curso, será convocado para avaliação escrita, por meio de edital divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, sendo responsabilidade do candidato observar as datas e horários deste.

§4º. Para ser aprovado na Fase I - Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita o candidato necessita obter 60% no somatório da avaliação escrita.

§5º. A aprovação na Fase I - Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita, será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, e terá a validade para o período da gestão.

§6º. A Fase I - Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita, será obrigatório para todos os candidatos.

§7º. A organização da Fase I - Curso de formação em Gestão Escolar e Avaliação Escrita, será conduzida pela Secretaria Municipal de Educação, a qual será a responsável por expedir o Edital com o resultado dos aprovados para fins de inscrição nas próximas etapas.

Art. 52 - A escolha de diretor recairá sobre o professor efetivo ou contratado que exercerá a função de Diretor da Unidade Escolar, levando em consideração sua aptidão para liderança e as habilidades administrativas necessárias ao exercício da função e suas competências e conhecimentos na área da educação:

Curso de Formação em Gestão Escolar.Avaliação por escritoApresentação de Plano de trabalho

Art. 53 - A Escolha do Candidato a diretor será efetivada após o resultado da avaliação Escrita, Curso de Formação em Gestão Escolar, levando-se em consideração o Plano de Trabalho do Candidato que deverá conter:

Estabelecimento de metas e planejamento para melhoria da qualidade do Ensino;Estratégias para a preservação do Patrimônio Público;Estratégias para a participação das famílias na escola.Avaliação e monitoramento dos professores e seu investimento profissional;Atuação para além do limite da escola – troca de experiências.

§ 1° - A escolha do candidato, a que se refere o caput deste artigo, deverá realizar-se em todas as Unidades Escolares com no mínimo 80 (oitenta) alunos com direito a função de diretor, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

§ **2º** - O candidato que não apresentar seu Plano de Trabalho ao CDCE na data marcada implicará em sua desclassificação.

Art. 54 - O Diretor em exercício somente poderá ser candidato a gestão democrática, se tiver com todas as suas prestações de contas em dias e aprovadas pelo CDCE de suas respectivas unidades de ensino.

Art. 55 - Cabe a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer empossar o candidato aprovado, observado o parágrafo único do Artigo 58 desta lei.

Art. 56 - Para participar do processo de eleição de Diretor da Unidade Escolar, o titular efetivo ou contratado no cargo de professor, deve:

I – Ser titular efetivo ou contratado no cargo de professor;

II – Ter experiência mínima em docência de 02 (dois) anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;

III – Ter no mínimo, 06 (seis) meses de efetivo exercício na Unidade Escolar em que pretende atuar, mesmo estando em estágio probatório;

IV – Ter formação em curso superior de Pedagogia ou Licenciatura Plena;

V – Ter disponibilidade para trabalhar em regime de dedicação exclusiva;

VI – Obter o maior numero de votos de toda comunidade escolar.

§ 1° - Não será permitido ao candidato concorrer à direção em mais de 01 (uma) Unidade Escolar, em cada pleito.

§ 2° - Não havendo candidato, com formação em curso superior de pedagogia ou Licenciatura Plena, poderá candidatar-se o titular no cargo de professor ou funcionário, que possua Ensino Médio na modalidade normal.

§ 3° - Caso não haja candidato para concorrer a eleição de Diretor da Unidade Escolar, fica sob a responsabilidade do Poder Público Municipal a nomeação de um professor efetivo, contratado da Rede Pública Municipal para exercer a função de diretor na referida Unidade Escolar.

§ 4° - Permanecendo ainda a falta de professor efetivo, contratado ou estável na Rede Pública Municipal, o chefe do Poder Executivo nomeará em comissão, em caráter de cargo de confiança, um profissional habilitado para o exercício da função de diretor.

Art. 57 - A participação, no processo de eleição do Diretor da Unidade Escolar, é vedada ao titular efetivo ou contratado no cargo de professor que responda a processo administrativo disciplinar ou esteja inadimplente com a aplicação a prestação de contas junto ao órgão responsável da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 58 - A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer convocará, por edital, com no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, a eleição para a Direção das Unidades Escolares.

Parágrafo Único - As candidaturas, dos interessados a função de diretor, será registrada na Secretaria Municipal de Educação e Esporte, através do grupo de trabalho constituído para tal finalidade.

Art. 59 - A escolha dos candidatos a Diretor da Unidade Escolar para o cargo em comissão da Rede Pública Municipal de Ensino, será realizada mediante Curso de Formação em Gestão Escolar, Avaliação por Escrita, apresentação do Plano de Ação e eleição pela comunidade escolar.

Parágrafo Único - Na ocorrência de empate, será considerado eleito o candidato que:

Possuir maior titulação;Maior tempo de serviço na Unidade Escolar;Maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino;Candidato com maior idade.

Art. 60 - O afastamento do Diretor por período superior a 02 (dois) meses, excetuando-se os casos da licença saúde, licença gestante e licença para tratamento da saúde de pessoa da família, implicará na vacância da função.

§ 1° - O Diretor só poderá gozar licença prêmio após o término do seu mandato ou em época oportuna.

§ 2° - Ocorrendo vacância da função de Diretor, proceder-se-á a escolha, conforme critério desta Lei, até o final do mandato.

Art. 61 - No caso de vacância na função de Diretor da Unidade Escolar, por um período inferior a 06(seis) meses para o término do mandato, a mesma será ocupada pelo coordenador pedagógico da Escola para o cumprimento do mandato.

Parágrafo Único - Na Unidade Escolar onde o coordenador pedagógico da Escola não puder assumir a função de Diretor, será nomeado para a função de diretor, o titular efetivo e/ou estável no cargo de professor, em exercício na Escola ou na Rede, pelo Chefe do Poder Público Municipal.

Art. 62 - O Diretor perderá o seu mandato, nos casos de:

I – Renúncia, morte, aposentadoria, licença para tratar de interesse particular;

II – Destituição pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em virtude de inquérito administrativo que comprove a ocorrência de ilícito em matéria e/ou ato de sua responsabilidade;

III – Pelo voto destituinte da Comunidade Escolar.

§1° - A destituição de que trata o inciso III, será proposta em documento destinado ao Conselho Deliberativo Escolar, onde conste a assinatura de 1/3 (um terço) da totalidade da Comunidade Escolar;

§2° - O Conselho Deliberativo Escolar, procederá à conferência das assinaturas, e elaborará parecer dando conta da validade da petição, encaminhamento o processo à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e lazer;

§3° - A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e lazer receberá os autos e constituirá, no prazo de 36 (trinta e seis) horas, uma Comissão Apuradora que procederá à formação de processo com a produção de todos os meios de provas em direito admitidas e à análise dos fatos, concedendo ao Diretor denunciado a oportunidade para apresentação de defesa escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, anteriores ao parecer final;

§4° - A finalização do procedimento não poderá estender-se por prazo superior a 15 (quinze) dias;

§5° - Será necessária a anuência destituinte do equivalente a 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) da totalidade dos votos apurados na eleição do Diretor, para a concretização da perda do seu mandato, e os votos somente poderão ser dados, pela comunidade escolar, após a leitura de todo o processo, inclusive da defesa do Diretor;

§6° - Se o Diretor requerer, ser-lhe-á concedida a palavra por até 30 (trinta) minutos para que possa articular sua defesa, antes de colhidos os votos.

Capitulo IV

Da Comissão Eleitoral

Art. 63 - Em cada Unidade Escolar haverá uma Comissão Eleitoral responsável pelo processo de eleição do Diretor, constituída em Assembleia

Geral, convocada pelo Conselho Deliberativo Escolar do estabelecimento de ensino.

Art. 64 - A Comissão Eleitoral é composta por 01 (um) membro e seu respectivo suplente, de cada segmento da Comunidade Escolar.

§1° - O representante e seu suplente serão eleitos em Assembleia Geral pelos respectivos segmentos em horário e local amplamente divulgados.

§2° - A Comissão Eleitoral, uma vez constituída, elegerá o Presidente e o Secretario, entre seus membros maiores de 18 (dezoito) anos, sendo esta eleição formalizada e registrada em livro Ata.

§3° - O membro da Comissão Eleitoral que praticar qualquer ato lesivo ás normas que regulam o processo eleitoral, será substituído pelo seu suplente, após a comprovação da irregularidade e parecer da Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 65 - Não poderá compor a Comissão Eleitoral:

I – Qualquer um dos candidatos, seu cônjuge e/ou parente até segundo grau;

II – O Diretor em exercício na Unidade Escolar.

Art. 66 - A Comissão Eleitoral tem as seguintes atribuições:

I – Planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de escolha dos candidatos;

II – Divulgar as normas e os critérios relativos ao processo de escolha do candidato e calendário do processo eleitoral;

III – Convocar a comunidade Escolar através de edital para a votação e a Assembleia Geral para a exposição das propostas de trabalho dos Candidatos;

IV – Prover material de votação, lista de votantes por segmentos e urnas;

V – Credenciar até dois fiscais de votação e escrutinação indicados de cada candidato, identificando-os através de crachás;

VI – Lavrar e assinar as atas de todas as reuniões e decisões em livros próprios;

VII – Receber os pedidos de impugnação por escrito, relativos ao Candidato ou ao processo, para análise junto à Comissão da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, emitido parecer em um período máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após o recebimento dos pedidos;

VIII – Designar, credenciar, instruir, com a devida antecedência os componentes das mesas receptoras e escrutinadoras;

IX – Responsabilizar-se pela guarda das cédulas e fichas de votação, bem como a listagem dos votantes, em envelopes lacrados e rubricados por todos os membros, arquivando-os na Unidade Escolar, por um prazo de 90 (noventa) dias, após procederá a incineração;

X – Encaminhar imediatamente a Comissão da Secretaria Municipal de Educação e Esporte o resultado final do processo de escolha dos candidatos a Diretor da Unidade Escolar.

Art. 67 - O atual Diretor da Unidade Escolar deverá colocar à disposição da Comissão Eleitoral os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho de suas atribuições.

Art. 68 - Na Assembléia Geral para apresentação das propostas de trabalho, deverá ser concedido a cada candidato a mesma fração de tempo para exposição e debate.

Art. 69 - Ao Candidato e à Comunidade escolar é vedado:

I – Distribuir brindes promocionais de quaisquer espécies, com vinculação político partidário, como objetos de propaganda e aliciamento de votantes, bem como realizar festas na Unidade Escolar, que não estejam previstas no calendário da mesma;

II – Praticar atos que implicam no oferecimento, promessas ou vantagens de qualquer natureza;

III – Utilizar símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes aos empregados por órgãos do Município.

§1° - Estará afastado do processo o candidato que praticar quaisquer dos atos, previsto no presente artigo.

§2° - O candidato que possuir apelido pela qual é conhecido, poderá usá-lo para divulgação de sua candidatura;

Art. 70 - Estão aptos para votar todos membros dos segmentos professores, pais ou responsáveis por alunos menores de 18 (dezoito) anos e servidores públicos municipais que desempenham atividades na Unidade, bem como os membros maiores de 14 anos do segmento aluno ou estar cursando a 9º ano.

§1° - O professor, o servidor público municipal que desenvolve atividades na Unidade Escolar, com filhos nos estabelecimentos de ensino, votarão apenas no seu segmento.

§2° - O professor e o servidor público municipal que desenvolve atividades na Unidade Escolar, que ocupam mais de um cargo na Unidade Escolar votarão apenas uma vez.

Art. 71 - O votante deverá apresentar à mesa receptora, designada pela Comissão Eleitoral, um documento que comprove sua legitimidade (identidade ou outros com foto), caso o nome não conste na lista, votará em uma lista em separado.

Art.72 - Não é permitido voto por procuração.

Art. 73 - Permanecerão no recinto destinado à mesa receptora, apenas seus membros e os fiscais.

Art. 74 – Nenhum autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir sob pretexto algum em seu regular funcionamento, exceto o presidente da Comissão Eleitoral, quando solicitado.

Art. 75 - A composição de cada mesa receptora será por, no mínimo 03 (três) e, no máximo 05 (cinco) membros e 02 (dois) suplentes, escolhidos pela Comissão Eleitoral entre os votantes e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Único – Não pode fazer parte das mesas receptoras nenhum dos candidatos, seu cônjuge ou parente até o segundo grau, bem como, o Diretor em exercício na Unidade Escolar.

Art.76 - Os eventuais pedidos de impugnação dos mesários, devidamente fundamentados, serão dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral e, caso sejam considerados pertinentes, a substituição será feita pelo suplente no ato da impugnação.

Art. 77 - O voto será dado em cédula única, contendo o carimbo identificador da Unidade Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino, devidamente assinado pelo presidente da Comissão Eleitoral e por um dos mesários.

Art. 78 - Deverá ser lavrada, pelo Secretário da Mesa Receptora, ata circunstanciada dos trabalhos realizados, a qual deverá ser assinada por todos os mesários.

Art. 79 - As mesas receptoras, uma vez encerrada a votação e elaborada a respectiva Ata, ficam automaticamente transformadas em mesas escrutinadoras, para procederem imediatamente à contagem dos votos, no mesmo local de votação.

Art. 80 - Deve ser examinado os votos em separado, antes da abertura da urna, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais, preservando o sigilo.

Art. 81 - Não havendo coincidência entre o número de cédulas existentes na urna e o número de votantes, a mesma deverá ser encaminhada, com relatório, à Comissão Eleitoral da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, para providências cabíveis.

Art. 82 - Serão nulos os votos:

I- Colhidos em cédulas que não ao modelo padrão;

II- Dado a mais de um candidato ou a candidatos não inscritos;

Art. 83 - Concluídos os trabalhos de escrutinação, lavrada a ata do resultado final de todo o processo e assinada pelos componentes da mesa escrutinadora, todo o material será entregue ao Presidente da Comissão Eleitoral que se reunirá com os demais membros para:

I- Verificar toda a documentação;

II- Decidir sobre eventuais irregularidades;

III- Divulgar o resultado final da votação à Comunidade Escolar;

IV- Encaminhar à Comissão da Secretaria Municipal da Educação e Esporte.

§1° - Divulgado o resultado, não cabe sua revisão, exceto em caso de provimento de recurso impetrado nos termos do artigo 81 desta Lei.

§2° - O prazo para interposição do recurso é de 48 (quarenta e oito) horas, improrrogável,contadas do dia seguinte ao do recebimento de despacho desfavorável à representação.

Art. 84 - Decorrido o prazo previsto no §2° do artigo 82, e não havendo recursos será encaminhado o nome do candidato eleito a Secretaria Municipal de Educação e ao CDCE para providências.

Parágrafo Único – No Ato da posse, o Diretor eleito, deverá apresentar os seguintes documentos:Cópia de RG e CPF,Comprovante de Escolaridade,CND Municipal,Estadual,Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Não Acúmulo de Cargo e Ata do resultado da eleição.

Art. 85 - O Diretor em exercício deve passar ao diretor eleito a prestação de contas da gestão anterior, aprovada pelo Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, balanço do acervo documental e inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar assinado pela Comissão Patrimonial da Prefeitura Municipal de N.Sra. do Livramento, no momento da posse.

Art. 86 - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Capítulo V

Da Coordenação da Unidade Escolar

Art. 87 - O serviço de Coordenação Pedagógico será desenvolvido por um professor efetivo e/ou estável, em exercício na Unidade, eleito pelos seus pares.

Art. 88 - O Coordenador Pedagógico, deve ser um pesquisador responsável pelo planejamento, articulação, acompanhamento, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.

Art. 89 - O período de gestão do Coordenador Pedagógico é de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução consecutiva.

Art. 90 - A Jornada de Trabalho do Coordenador Pedagógico e de 25 (vinte e cinco) horas semanais acrescido de 20 horas na sua jornada de trabalho.

Art. 91 - Será assegurada a escolha do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar, a partir de 80(oitenta) alunos matriculados e freqüentes.

Parágrafo Único – Na Unidade Escolar que no decorrer do ano letivo reduzir o numero de alunos matriculados e freqüentes perdera ao direito de ter o Coordenador Pedagógico.

Art. 92 - Cabe a Secretaria Municipal de Educação Esporte, através de portaria, estabelecer as unidades escolares que o direito ao coordenador a ser eleito para cada Unidade Escolar conforme art 91 desta Lei.

Art. 93 - São competências do Coordenador Pedagógico, além de executar as determinações emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Esporte das legislações vigentes:

I- Promover a construção e reflexão sistemática da prática pedagógica, reavaliando as ações planejadas;

II- Articular a elaboração participativa do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar e acompanhar e avaliar sua execução;

III- Coordenar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução do plano de Desenvolvimento Escolar (PDE);

IV- Coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas na Unidade Escolar;

V- Coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando à correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

VI- Analisar e avaliar junto aos professores as causas da evasão e retenção, propondo ações para superação;

VII- Desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividades;

VIII- Propor e planejar ações de atualizações e aperfeiçoamentos dos professores, visando a melhoria do desempenho profissional;

IX- Manter atualizado o fluxo de informações entre a Unidade Escolar e a Secretaria Municipal de Educação e Esporte;

X- Propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares, com grupos de alunos e professores, sobre temas relevantes à formação integral do educando e ao desenvolvimento da cidadania;

XI- Participar de Cursos, Seminários, Encontros e similares, promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte;

XII- Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente;

XIII- Cumprir rigorosamente os prazos estipulados para emissão e encaminhamento de documentos;

XIV- Acompanhar o Processo de Avaliação instituído pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Capítulo VI

Da escolha do Coordenador da Unidade Escolar

Art. 94 - A escolha do Titular efetivo e/ou estável no cargo de professor, para exercer a função de Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar, será feita por todos os professores em exercício no Estabelecimento de Ensino.

Art. 95 - Escolha do coordenador pedagógico, pelos professores em exercício na Unidade Escolar, será por meio de votação em aberto, presidida pelo CDCE levando-se em consideração a proposta de trabalho do candidato, que deverá ser apresentada a seus pares antes de colher os votos.

Art. 96 - A proposta de trabalho do candidato a coordenador deve conter objetivos e metas para construção, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, alternativas para superação dos problemas de evasão e retenção do aluno, estratégias para melhorar a formação continuada do professor e a participação da Comunidade no cotidiano da Unidade Escolar.

Art. 97 - Para participar do processo de escolha do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar, o titular efetivo e/ou estável no cargo professor, deve:

I- Ser titular efetivo e/ou estável no cargo de professor;

II- Ter experiência mínima em docência, de 02 (dois) anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado;

III- Ter no mínimo, 06 (seis) meses de efetivo exercício prestado na Unidade Escolar em que pretende atuar;

IV- Ter formação em nível superior de Pedagogia ou Licenciatura Plena;

V- Apresentar Plano de Trabalho aos professores em exercício na Unidade Escolar;

Parágrafo Único - O candidato a coordenador poderá concorrer à Coordenação Pedagógica de apenas 01(uma) Unidade Escolar em cada pleito.

Art. 98 - É vedada a participação de candidato que responda a processo administrativo disciplinar.

Art. 99 - Será eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

Parágrafo Único - Em caso de empate entre os candidatos, os critérios para desempate são:

a. Possuir maior titulação;

b. Maior tempo de serviço na Unidade Escolar;

c. Maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino;

d. Maior tempo de serviço na educação pública ou privada.

Art. 100 - Na Unidade Escolar onde não houver interesse, por parte dos professores efetivos ou estáveis, ou no caso em que o candidato único não obtiver a maioria dos votos validos, a função de coordenador poderá ser exercida por um professor efetivo ou estável na Rede Pública Municipal ou por um professor interino, devidamente habilitado, designado pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, por período de 01 (um ano).

Art. 101 - O afastamento do Coordenador Pedagógico, por período superior a 02 (dois) meses, excetuando-se os casos de licença saúde, licença à gestante e licença para tratamento da saúde de pessoa da família, implicará na vacância da função.

Parágrafo Único - Ocorrendo vacância da função de Coordenador Pedagógico, proceder-se-á a escolha conforme critério desta Lei, até o final do mandato.

Art. 102 - O Coordenador Pedagógico eleito perderá o seu mandato, nos casos de renúncia, morte, aposentadoria, licença-prêmio e licença para tratar de interesse particular, destituição pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, em virtude de inquérito administrativo que comprove a ocorrência de ilícito em matéria e/ou ato de sua responsabilidade e pelo o voto destituinte dos professores em exercício na Unidade Escolar.

Art. 103 - O Plano de Trabalho do Coordenador Pedagógico deverá ser avaliado, anualmente, pelo conjunto de professores em exercício na Unidade Escolar.

Parágrafo Único - Caso, a maioria dos professores em exercício na Unidade Escolar, optem pela não continuidade do Coordenador Pedagógico eleito, far-se-á nova escolha, observando-se os procedimentos previstos nesta Lei.

TÍTULO III

DA AUTONOMIA E DA GESTÃO

Capítulo I

Da Autonomia Pedagógica

Art. 104 - A Autonomia Pedagógica da Unidade Escolar implica na consolidação dos seguintes princípios:

I- Éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;

II- Participação da Comunidade Escolar, no exercício da cidadania, da criatividade e do respeito à ordem democrática;

III- Respeito à diversidade de manifestação pluricultural.

Art. 105 - A autonomia da Gestão Pedagógica da Unidade Escolar será definida e assegurada em seu Projeto Político-Pedagógico.

Capítulo II

Da Autonomia Administrativa

Art. 106 - A autonomia da Gestão Administrativa objetiva a modernização, com eficiência e eficácia, do gerenciamento administrativo da Unidade Escolar, observado o que dispõe a legislação vigente.

Art. 107 - A Unidade Escolar tem autonomia para elaborar o seu Quadro Demonstrativo de Recursos Humanos, em atendimentos à sua demanda escolar e, em consonância com as legislações vigentes e as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Art. 108 - As aquisições ou contratações de serviços efetuados pela Unidade Escolar, deverão ser aprovados previamente conforme normas e regulamentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

Capítulo III

Da Autonomia Financeira

Art. 109 - A autonomia da Gestão Financeira da Unidade Escolar objetiva o seu funcionamento eficiente e a melhoria do padrão de qualidade, observando-se:

I- Elaboração de projetos visando à implementação da qualidade de ensino na Unidade Escolar;

II- Promoção e garantia do desenvolvimento de estudos e pesquisas, buscando o aperfeiçoamento constante e progressivo do processo ensino aprendizagem;

Art. 110 - A Gestão Financeira e o repasse municipal de Recursos Financeiros à Unidade Escolar, serão definidos em lei própria aprovada pela Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

Art. 111 - Os Recursos Financeiros destinados a Unidade Escolar serão depositados em conta específica a ser mantida em estabelecimento de crédito, efetuando-se sua movimentação através de cheques nominais assinados pelo presidente e tesoureiro do Conselho Deliberativo Escolar e pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino.

Art. 112 - A Unidade Escolar deve prestar contas da aplicação dos Recursos Financeiros, previamente aprovados pelo Conselho Deliberativo Escolar e Conselho Fiscal, encaminhando ao órgão competente da Secretaria Municipal de Educação, e Esporte.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113 - A primeira escolha do titular efetivo e/ou estável no cargo de professor para exercer a função de Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar, ocorrerá em 05(cinco) dias úteis após a primeira eleição do Diretor da Unidade Escolar.

Art. 114 - Na Unidade Escolar recém instalada poderão se inscrever candidatos nas funções de Diretor, Coordenador Pedagógico que estejam em exercícios a menos de 01 (um) ano no Estabelecimento Municipal de Ensino respeitando-se os critérios específicos para cada função previstos nesta Lei.

Art. 115 - A Secretaria Municipal de Educação e Esporte organizará Grupo de Trabalho com a finalidade de promover o apoio, formação e avaliação do Processo de Gestão Democrática de Ensino.

Art. 116 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 14 de Setembro de 2022.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003/2022/CME

Resolução Nº 003/2022/CME

O Conselho Municipal de Educação – CME de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno na Sessão II, Artigo Vº e & III;

Considerando as atribuições contidas na Lei Nº 486/2003, em seu Titulo II, Cap I, e Art. VIº,& I;

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de setembro de 2022 sob o Registro da Ata Nº 05/2022/CME;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Avalia Livramento.

Parágrafo Único: Este documento tem a finalidade de avaliar o desempenho dos Alunos do Pré II, 1º Ano, 3º Ano, 4º Ano, 6º Ano, 7º Ano e 8º Ano da Rede Municipal que estão inseridos na avaliação somativa do Programa Avalia MT.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 12 de setembro de 2022.

Antônio Carlos Maciel

Presidente do CME

Nossa Senhora do Livramento-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS – ME.**

CNPJ: **13.236.496/0001- 49.**

OBJETO:**O Valor** total do aditivo do contrato original será de **R$ 9.466,89 (nove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e nove centavos) ,** equivalente à 24,86% do valor contratual.

ASSINATURA: 31 de agosto de 2022**.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS – ME.**

CNPJ: **13.236.496/0001- 49.**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 04 (quatro) meses**,** vigorando a partir de 01 de Setembro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022.

ASSINATURA: 31 de agosto de 2022**.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°002/ 2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°002/ 2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ARAUJO ROCHA & CIA LTDA - ME**

CNPJ: 08.768.478/0001-78

OBJETO: **O Valor** total do aditivo a ser pago a **CONTRATADA** será de **R$ 35.274,00 (trinta e cinco mil duzentos e setenta e quatro reais).**

ASSINATURA**: 29 de agosto de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS – ME.**

CNPJ: **13.236.496/0001- 49.**

OBJETO:**O Valor** total do aditivo do contrato original será de **R$ 2.540,45 (dois mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos),** equivalente à 16,38% do valor contratual.

ASSINATURA: 01 de setembro de 2022**.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 048/2022.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA**: JOSE ALVES DOS SANTOS ACABAMENTOS – ME.**

CNPJ: **13.236.496/0001- 49.**

OBJETO:**Valor** total do aditivo do contrato original será de **R$ 8.802,38 (oito mil, oitocentos e dois reais e trinta e oito centavos) ,** equivalente à 24,96% do valor contratual.

ASSINATURA: 31 de agosto de 2022**.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
PORTARIA N° 17/2022

PORTARIA N° 17/2022

José Carlos Monteiro Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE

Art. 1° - Conceder férias regulamentares à servidora Maria das Graças Rodrigues dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, da Câmara Municipal de Nova Lacerda-MT. As férias referem-se ao período aquisitivo de março 2021 a março de 2022, com direito ao gozo no período de 21/09/2022 a 30/09/2022.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, 14 de setembro de 2022.

José Carlos Monteiro Júnior

Presidente

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 SRP.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE DOIS IMÓVEIS URBANOS, SENDO UM DE NO MÍNIMO 80M² E OUTRO DE NO MÍNIMO 120M² PARA DAR SUPORTE A SEGURANÇA PÚBLICA JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00-min (Horário Local), do dia 28 DE SETEMBRO DE 2022**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 329, Centro – Nova Marilândia - MT, o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2022 SRP**, do tipo **Menor preço por item.** Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, 07h00min às 11h00min e das 12h30min às 16h30min, pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com, pelo site: www.novamarilandia.mt.gov.br ou através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilândia, 14 de Setembro de 2022.

HYAN DE SOUZA SANTANA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

EDITRAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PÚBLICA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ – MT, através do sua prefeita municipal Sra. ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, convoca toda a população deste município para participar da audiência pública referente a apresentação de demonstrativos do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2022 e 4º bimestre do exercício de 2022 que ocorrerá no dia 28 de Setembro de 2022, às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal, sito à Av Amos Bernardino Zanchet SN, Centro, atendendo ao que determina o Artigo 9º, § 4º e art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nova Maringá, 14 de Setembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº 010/2022 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2022

MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS

Inscrição n° 007/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá/MT, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que a empresa **JOÃO XAVIER MARTINS NETO com CNPJ: 47.801.280/0001-09**, fora julgada **APTA** ao **Edital de Inexigibilidade nº 010/2022 – Credenciamento nº 005/2022**, para os serviços constantes no item 02, 03 e 04 da Relação da tabela de valores e serviços da respectiva Inexigibilidade nº 010/2022 – Credenciamento nº 005/2022, produzindo desde já seus efeitos legais.

Nova Maringá/MT, 14 de Setembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2022

Considerando as informações prestadas pelo Agente de Contratação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica n° 245/2022, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 031/2022 e autorizo a contratação da empresa **K3 PUBLICIDADE E PROPAGANDA** com **CNPJ 10.676.614/0001-41** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE AVISOS OFICIAIS EM JORNAL DIÁRIO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO,**no valor total de **R$ 24.990,00** (**vinte e quatro mil novecentos e noventa reais).** A presente Dispensa de Licitação está enquadrada no inciso II do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publique-se, para os fins do art. 72, parágrafo único do mesmo diploma legal.

Nova Maringá-MT, 14 de setembro de 2022.

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE PREFEITA MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2022 – CREDENCIAMENTO 005/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, Estado de Mato Grosso através da Comissão Permanente de Licitação, designado pela Port. 085/2022 de 10 de março de 2022, torna publico o resultado da Inexigibilidade nº 010/2022 – Credenciamento nº 005/2022.

PROCESSO 008/2022

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE 010/2022 – CREDENCIAMENTO 005/2022.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, ENFERMAGEM, NUTRIÇÃO, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, ODONTOLOGIA, ASSISTENTE SOCIAL E MEDICO CLINICO GERAL – PLANTÕES E ATENDIMENTO 40 HORAS.

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA	CNPJ
THAIS DA CRUZ MEDEIROS FISIOTERAPIA LTDA	47.772.225/0001-20

Nova Maringá, MT, 14 de Setembro de 2022.

Edi Carlos Rodrigues Julio

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 031/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E SUBSTITUIÇÃO DE JANELAS NA ESCOLA MUNICIPAL WILSON RIBEIRO EM NOVA MARINGA - MT.

CARTA CONVITE 002/2022

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.831-49 e RG n.º 1400970 SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **GALVÃO ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **31.172.587/0001-40**, representado neste ato por **EDUARDO COSTA GALVÃO**, inscrito no CPF/MF sob nº 127.424.077-82, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 031/2022,

nos termos da CARTA CONVITE 002/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o contrato nº. 031/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do dia 15 de setembro de 2022 e término em 14 de novembro de 2022. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 031/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**, designada pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 14 de setembro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT GALVÃO ENGENHARIA LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 31.172.587/0001-40

Contratado Contratante

_____

GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

CPF: 014.935.091-01

Fiscal de Contrato

TESTEMUNHAS:

_____ _____

GRACILIANO NOBRE DE ALMEIDA DEIBSON CLEI DE CAMPOS

CPF nº 004.364.171-70 CPF nº 000.733.161-48

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2022 - CREDENCIAMENTO 08/2022

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 085/2022, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que realizará em sua sede Administrativa o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS QUE TENHA INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE (ATÉ O LOCAL DE TRANSBORDO) DOS RESÍDUOS SÓLIDOS LIXOS DOMÉSTICOS, COMERCIAL E ENTULHOS EM GERAL NO DISTRITO DE BRIANORTE MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,** a ser regida pela Lei n.º 8666/93 e alterações.

Os interessados deverão apresentar os documentos exigidos para o Credenciamento a Comissão Permanente de Licitação entre os dia **20 de Setembro 2022 a 20 de Outubro de 2022,** em horário de atendimento desta prefeitura, das **07h00min às 11h00minh e das 13:00h às 17:00h.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, junto ao Presidente da CPL ou pelo site: www.novamaringa.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@novamaringa.mt.gov.br.

Nova Maringá – MT, 14 de Setembro de 2022.

EDI CARLOS RODRIGUES JULIO

PRESIDENTE DA CPL

Port. 85/2022

EDITAL CONVOCAÇÃO REUNIÃO CONSELHO FETHAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHO DO FETHAB

CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI, Presidente do conselho Municipal do Fethab, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros do Conselho Municipal do Fethab, nomeados pela decreto do executivo nº 020/2021 de 12/04/2021, para participar da reunião de prestação de contas do Fethab referente ao 2º quadrimestre de 2022, conforme prevê o art. 15 paragrafo 13 – II da Lei Estadual 10480/2016, a ser realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, no próximo dia 27 de Setembro de 2022, as 16:00 hs.

Nova Maringá, 14 de Setembro de 2022.

CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 282, DE 14 DE SETEMBRO 2022 SÚMULA: NOMEIA FISCAL ADMINISTRATIVO PARA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2022.

PORTARIA N.º 282, De 14 de setembro 2022

SÚMULA: Nomeia fiscal Administrativo para a Ata de Registro de Preços nº 48/2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS Prefeito Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativo da Ata de Registro de Preços nº 48/2022, referente a secretaria em que foi indicada, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e as empresas: **DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**; **FEMAP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**; **HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 4929/2022

OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS REMANESCENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 12 MESES.**

VALOR: R$ 16.802,45 (dezesseis mil, oitocentos e dois reais e quarenta e cinco centavos)

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FISCAL: LUANA AUREA ANDRADE BAIA

RG Nº: 21368328 SSP

CPF Nº: 034.252.441-08

CARGO: ODONTOLOGO

LOTAÇÃO: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MATRICULA: 3672

FISCAL: LARA CRISTINA FERREIRA DA SILVA

RG Nº: 11183187 SSP/MT

CPF Nº: 986.904.261-91

CARGO: ODONTÓLOGA SAÚDE

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

MATRICULA: 2206

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito de Nova Monte Verde / MT, 14 de setembro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscais a Ata de Registro de Preços Nº 48/2022 referente ao Processo Administrativo nº 4929/2022, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde / MT, 14 de setembro de 2022.

LUANA AUREA ANDRADE BAIA – SECRETARIA DE SAÚDE

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2022.

Nos termos do Artigo 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação nº. 003/2022 para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA ÁREA DE SEGURO VEICULAR PARA ASSEGURAR O VEÍCULO TIPO RENAULT/DUSTER ICO1.6 DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Valor global- R$ R$ 1.983,32 (Um mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Monte Verde-MT,14 de setembro de 2022.

Eder Fernandes da Silva

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2022.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 003/2022** Adjudicando o contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** pelo valor global de **R$ R$ 1.983,32 (Um mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos)** o objeto da presente dispensa de licitação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Nova Monte Verde-MT, 14 de setembro de 2022.

Eder Fernandes da Silva

Presidente

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 20/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 65/2022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **27/09/2022 às 08:30 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é *o* ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES E RODAS DE FERRO Á FIM DE ATENDER AO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT PELO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.***

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014, suas alterações e demais disposições aplicáveis a matéria e do Decreto Municipal nº. 52/2022.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br no seguinte caminho: **Publicações - Editais - Pasta 2022 - Campo Geral**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800 ou na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Nova Monte Verde-MT, 14 de Setembro de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 20/2022

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 010/2022/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 092/2022/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,através da CPL devidamente instituída pela portaria 190/2022, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS - Nº. 010/2022/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO GLOBAL ,** tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE AUDITÓRIO DE USO MULTIPLO EM ATENDIMENTO AS ATIVIDADES PEDAGOGICAS E EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA OLIMPIA – MT.** A Abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 30 de setembro de 2022**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida 259 S- Jardim Ouro Verde, no horário de 07:00 às 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 14 de setembro de 2022.

Givaldo Valerio Dos Santos Filho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORT.190/2022**AVISO DE LICITAÇÃO**

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000013/2022/PMNO, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.063, PAGINA 368.

ONDE SE LE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA RESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /MT.

LEIA-SE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 088, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Que altera Lei Complementar Municipal n° 086 de 14 de julho de 2022 "Que institui o código de vigilância em saúde".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, faço saber que a Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 299 da Lei Complementar n° 086 de 14 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 299 . .....

I - leves: aquelas em que sejam beneficiados por uma circunstância atenuante;

II – médias: aquelas que sejam beneficiadas por mais de uma circunstância atenuante;

III - graves: aquelas em que forem verificadas duas ou mais circunstâncias agravantes;

IV - gravíssimas: são aquelas que causam danos diretamente à saúde da população e/ou reincidentes.

Art. 2° O artigo 311 da Lei Complementar n° 086 de 14 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 311. .....

I - nas infrações leves, 50 a 100 UPFM – Unidade de Padrão Fiscal Municipal;

II – nas infrações médias, 101 a 200 UPFM – Unidade de Padrão Fiscal Municipal;

III - nas infrações graves, 201 a 600 UPFM – Unidade de Padrão Fiscal Municipal;

IV - nas infrações gravíssimas, 601 a 1.200 UPFM – Unidade de Padrão Fiscal Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de setembro de 2022.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000013/2022/PMNO, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.063, PAGINA 367.

ONDE SE LE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA RESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /MT.

LEIA-SE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12000013/2022/PMNO, DE 08 DE SETEMBRO DE 2022.

PUBLICADO NO SEGUINTE JORNAL:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO 4.063, PAGINA 366.

ONDE SE LE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA RESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /MT.

LEIA-SE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS COM RECAPAGEM, VULCANIZAÇAO E TROCA DE PNEUS DESTINADOS AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA /

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SETOR CONTABILIDADE
ATA RELATIVO À AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS PROJETOS DE LEI DA LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA E LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – 2023.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 16h30min, compareceram no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Finanças, para realização da Audiência Pública para Elaboração e Discussão dos Projetos de Lei da LDO- Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA- Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023. Iniciando a audiência, o Senhor Rodrigo Luiz Benassi da empresa Atual Consultoria e Assessoria Contábil agradeceu a presença de todos e abriu falando sobre a compatibilidade entre as peças orçamentárias, onde a LDO explicita as metas e prioridades para cada ano, definindo as Diretrizes e a LOA prevê recursos para sua execução, explicou o que é e qual o papel de cada uma. Dando sequência, apresentou o quadro das receitas previstas para 2023 e o comparativo a 2022, em seguida o anexo das metas e prioridades da LDO-2023. Ato continuo, apresentou o valor da receita prevista para LOA- 2023 em R$ 61.336.000,00, uma evolução de 59,00% comparado ao ano de 2022, já os valores das despesas por categoria econômica, sendo distribuído despesa com pessoal e encar-

gos R$ 18.903.000,00, outras despesas correntes R$ 17.899.650,00, para as despesas com investimento está previsto o valor de R$ R$ 23.962. 500,00 e por fim somando a reserva de contingência no valor de R$ 570. 850,00. Dando continuidade na apresentação trouxe uma sequência de slides por secretaria e seus respectivos elementos de despesas e valores de cada uma delas. Foi possível observar dentro de cada slide apresentado por secretaria, os valores correspondentes a previsão de despesa de Pessoal, Custeio e Investimentos.Para as considerações finais, o palestrante agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar deu-se por encerrada esta Audiência Pública e lavrada a presente ata que segue assinada por mim Jose Bento Alves Fonseca e demais relacionados na lista de presença que assim a quiseram.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO INDIVIDUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
LUCIENE PEREIRA QUEIROZ MARTINS ENFERMEIRA

Nova Santa Helena/MT. 14 de setembro de 2.022.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor,

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Senhor Paulinho Bortolini, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2. 001 e suas Leis posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 003/2021** de Provas e Provas e Títulos, para o provimento de cargos e cadastro reserva no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 12 de dezembro de 2.021, vem à presença de V. Senhor., nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **ENFERMEIRA** CONVOCÁ-LA a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra Processo Seletivo Simplificado 003/2021, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerada desistente**:

1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia legível;

2. CPF - 1 (uma) cópia legível;

3. Título eleitoral 1 (uma) cópia legível;

4. Carteira de Trabalho e Previdência Social 1 (uma) cópia legível;

5. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia legível (se candidato do sexo masculino);

6. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

7. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

8. Comprovante de endereço;

9. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia legível;

10. Certidão de nascimento ou casamento e CPF do cônjuge quando casado civilmente - 1 (uma) cópia legível;

11. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia legível;

12. CPF dos dependentes- 1 (uma) cópia legível;

13. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

14. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

15. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

16. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;

17. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

18. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

19. Certidão Negativa de Débito Fiscal junto ao Município;

20. 1 (uma) foto 3x4 recente;

21. Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial do município;

22. Comprovar a Qualificação Cadastral junto ao sistema e-social do Governo Federal.

23. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

24. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado (a).

Após a posse, o(a) candidato(a) será lotado(a) na unidade da Estrutura Administrativa, desde que seja compatível com o cargo concorrido, observado o interesse da Administração e a legislação vigente, exceto aos cargos previamente definidos.

Atenciosamente,

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

Ilustríssima Senhora

LUCIENE PEREIRA QUEIROZ MARTINS RG Nº 487027 SESDC/RO

Nova Santa Helena – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 070/2022.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratado: SANDRA LIMIRA DA FÉ.

O **CONTRATADO** prestará ao **CONTRATANTE:** serviços função de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais) acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 12 de setembro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/ 2022 e Lei Autorizativa n° 409/2010.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 069/2022.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratado: KETLYN BERNARDO GEHLEN.

O **CONTRATADO** prestará ao **CONTRATANTE:** serviços função de Agente Comunitário de Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais) acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subsequente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá início em 05 de setembro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2022 e Lei Autorizativa n° 409/2010.

SETOR CONTABILIDADE
ATA RELATIVO AS DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2022.

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 16h00min, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores de Nova Santa Helena, para a realização da audiência pública relativo a demonstrações e avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre do ano de 2022, conforme art. 9º § 4º da lei de responsabilidade fiscal. A Audiência Pública é uma das formas de participação e de controle popular na Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. É um instrumento que leva a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência dos atos praticados na Administração. Iniciando a apresentação da ordem do dia, o Sr. Rodrigo Luiz Benassi, assessor contábil deste município, se apresenta, cumprimenta a todos os presentes, agradece a presença e comenta sobre o que será explanado no decorrer da audiência. Rodrigo começa falando um pouco sobre os relatórios da LRF, que são o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, que deverão ser publicados semestralmente na portal transparência do município, em sites e jornais de circulação. Ato contínuo é demonstrado em slides a receita corrente liquida arrecadada até o segundo quadrimestre de 2022 que foi de R$ 25.631.428,24 (Vinte e cinco milhões, seiscentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte oito reais, e vinte e quatro centavos), houve uma evolução de receita com o valor de R$ 6.846.305,97, significando um aumento de 36,45% em relação ao segundo quadrimestre de 2021. Dando sequência foi apresentado os índices constitucionais, apurou-se o índice da saúde, onde pode constatar um gasto de R$ 3.497.079,56 (Três milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, setenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) o que representa um percentual aplicado de 18,27% e na educação despesa total de R$ 3.986.381,43 (Três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos) sendo o percentual aplicado de 20,82%, já a receita do FUNDEB foi de R$ 3.807.538,25 (Três milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) e a despesa de R$ 3.168.288,64 (Três milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) sendo aplicado um percentual de 83,21%. Já o dispêndio com pessoal/terceirização foi de R$ 9.814.365,46 (Nove milhões, oitocentos e quatorze mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) refletindo em 38,97% total gasto com pessoal sobre o total da receita corrente liquida arrecadada no segundo quadrimestre de 2022**.** Nada mais havendo a tratar, Sr. Rodrigo se coloca à disposição para dirimir quaisquer dúvidas, como não houve questionamentos, por fim o palestrante agradeceu a presença de todos. E não havendo nada mais a relatar, eu Jose Bento Alves Fonseca, secretariei a presente Ata na qual assino na presença dos demais.

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2022

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

CONTRATADA: **P.H. MENTZ E L. R. ZANELLA LTDA**

CNPJ N°: 15.654.968/0001-09

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT.**

VALOR: A importância de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

VIGÊNCIA: 09/09/2022 á 09/09/2023

O presente contrato é oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 09/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 046/2022

DATA: 14 de setembro de 2022

SÚMULA: Dispõe sobre os critérios e requisitos do Processo de Seleção para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Santa Helena/MT.

EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO o Art. 64 da Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996 - LDB que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial o Artigo 14 que complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º desta Lei;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 258 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Nova Santa Helena;

CONSIDERANDO os critérios para Municípios concorrerem à complementação-VAAR da União ao Fundeb;

D E C R E T A

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção por mérito/desempenho para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Santa Helena.

Art. 2º. A Administração da Unidade Escolar será exercida pelo Diretor Escolar selecionado por:

a) Etapa I - Inscrição;

b) Etapa II - Formação sobre Gestão aos candidatos;

c) Etapa III - Avaliação piscológica;

d) Etapa IV - Avaliação de títulos, currículos e documentação;

e) Etapa V - Prova objetiva;

f) Etapa VI - Elaboração, entrega e apresentação do Plano de trabalho;

g) Etapa VII - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar.

Parágrafo único: A prova Objetiva será elaborada de acordo com os critérios referentes ao cargo de diretor (a) escolar onde será exigido conhecimento, habilidades, competências e aptidão para liderança e questões referentes ao cenário atual da educação.

Art. 3º. O Processo de Seleção será destinado seguindo as opções abaixo:

I - À Professores efetivos lotado na Unidade Escolar com Licenciatura plena, que após o processo de seleção, será designado por portaria e atuará

em regime de Dedicação Exclusiva, de acordo com a Lei Municipal nº 258 de 18 de dezembro de 2007.

II - À Professores efetivos da Rede Municipal com Licenciatura plena, que após o processo de seleção, será designado por portaria e atuará em regime de Dedicação Exclusiva, de acordo com a Lei Municipal nº 258 de 18 de dezembro de 2007.

III - À Profissionais da Educação efetivos da Rede Municipal com Licenciatura plena, que após o processo de seleção, será designado por portaria e atuará em regime de Dedicação Exclusiva, de acordo com a Lei Municipal nº 258 de 18 de dezembro de 2007.

§ 1º - A classificação dos concorrentes acontecerá dentro das opções estabelecidas, ou seja, se não houver candidato inscrito e aprovados na 1ª opção, observa-se a segunda, não havendo observa-se a 3ª opção.

§ 2º - Todos os que se enquadrarem dentro das opções, poderão realizar o processo de seleção e a classificação acontecerá de acordo com o § 1º do Art. 3º.

Art. 4º. O provimento das vagas será realizado mediante aprovação em Processo de Seleção, conforme as Etapas dispostas no Art. 2º deste Decreto.

Art. 5º. O período de efetivo exercício da função de Diretor Escolar será de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Caso o Diretor Eleito cumprir seu mandato, este poderá participar de novo Processo de Seleção de forma ininterrupta, sendo vetado a participação de 3 processos de seleção ininterruptos.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA A FUNÇÃO

Art. 6º. Para o exercício da função de Diretor Escolar, o Professor deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser Professor da Rede Municipal de Nova Santa Helena;

II – ter formação em nível de Licenciatura plena;

III – ter formação e habilitação específicas nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, observado o Artigo 64.

IV – ser professor com experiência em docência de no mínimo dois anos.

V - não estar em processo de aposentadoria e/ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas;

Art. 7º. É vedada a participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos:

I - tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

II – que não atenderam a Legislação vigente nas prestações de contas junto ao Departamento de Prestação de Contas da SMECDL (participantes que já exerceram a função de Diretor Escolar);

III – esteja inadimplente junto ao Poder Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à Receita Federal;

VI - que não dispuser de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais nas Justiças Federal e Estadual.

V - ter sofrido sanções nos últimos 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Ainda que aprovado no Processo de Seleção, caso o participante tenha prestado informações inverídicas, não será designado para a função.

Art. 8°. Para comprovar os requisitos constantes neste Decreto e no Edital, o participante deve encaminhar no ato da inscrição, no dia e horário marcado, os seguintes documentos:

I - cópia da Carteira de Identidade - RG e CPF;

II - cópia do Título de Eleitor, com os respectivos comprovantes de votação da última eleição ou o certificado de quitação com a Justiça Eleitoral;

III- comprovante de endereço;

IV - cópia do diploma de graduação e pós - graduação;

V - cópia da ficha da última contagem de pontos para Atribuição de Aula assinada pela Comissão de Atribuição da Unidade Escolar;

VI - declaração de que não está respondendo Processo Administrativo Disciplinar;

VII - declaração de que não está em processo de aposentadoria e/ ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas;

VIII - declaração de disponibilidade para o cumprimento de carga horária, com Dedicação Exclusiva;

IX - declaração afirmando não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;

X - declaração afirmando que não possui outro vínculo Municipal, Estadual, Federal e Privado ou liberação para o exercício da Dedicação Exclusiva;

XI - declaração do participante que já foi Diretor Escolar informando que cumpriu com a Legislação vigente junto ao departamento de prestações de contas.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

Art. 9º. Compete ao Diretor da Unidade Escolar as seguintes atribuições:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar, em consonância com o CCE (conselho da comunidade escolar), a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento da Escola, observadas as Políticas Públicas da Secretaria Municipal de Educação e outros processos de planejamento;

III - coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI - submeter ao CCE para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar à comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico administrativas-financeiras desenvolvidas na escola;

IX - apresentar anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à comunidade escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de desenvolvimento da Escola, avaliação interna da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

X - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

CAPÍTULO IV

DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 10. As vagas serão preenchidas conforme resultado do Processo de Seleção para designação de professores para função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Nova Santa Helena.

§1º. O Conselho Escolar apresentará na Unidade Escolar aos Profissionais da Educação o Processo de Seleção para a função de Diretor Escolar, que consistirá em 7 (sete) etapas:

I - Inscrição: a inscrição será feita mediante o preenchimento de um formulário, estabelecido no Edital para este fim;

II - Formação sobre Gestão aos candidatos, o qual deverá participar dos ciclos de estudos a serem organizados pela Secretaria Municipal de Educação, sob orientação da Secretaria de Estado de Educação;

III - Avaliação psicológica;

IV - Avaliação de títulos, currículos e documentação: será de caráter eliminatório e consiste na avaliação de títulos, currículo e documentação;

V - Prova objetiva - A prova Objetiva será elaborada de acordo com os critérios referentes ao cargo de diretor (a) escolar onde será exigido conhecimento, habilidades, competências e aptidão para liderança e questões referentes ao cenário atual da educação, com 50% de acertos para aprovação.

VI - Elaboração e entrega do Plano de trabalho, necessariamente deverá ser concomitante com as políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e legislação vigente que deverá conter:

a) Objetivos, metas e estratégias para melhoria das ações administrativas e pedagógicas da Unidade Escolar, com foco nos resultados do processo de ensino aprendizagem;

b) Ações para ampliação da participação da comunidade da Unidade Escolar;

c) Ações para o cuidado e preservação do patrimônio público;

d) Ações para garantia de formação continuada aos profissionais sob a sua gestão.

VII - Designação do Diretor à sua Unidade Escolar, após o resultado do Processo de Seleção.

Parágrafo único. O participante que não comparecer no local, data e horário estipulado em Edital para cumprimento das Etapas, será automaticamente desclassificado do Processo de Seleção.

Art. 11. Após a posse, o Diretor apresentará o Plano de Trabalho em Assembleia Geral para a comunidade escolar, convocada pelo Conselho Escolar, em horário que possibilite o atendimento ao maior número possível de participantes para apreciação, contribuições e aprovação.

Art. 12. À(s) Unidade(s) Escolar(res) que não apresentar(rem) interessados para a função de Diretor escolar, será designado pela SMECDL podendo ser utilizado o quadro de reserva deste Processo de Seleção.

Parágrafo único. Os Diretores indicados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer para às Unidades Escolares que não tiveram participantes no Processo de Seleção, deverão atender o que diz o este Decreto no que se refere Plano de Trabalho, e submetendo-se a avaliação.

CAPÍTULO V

DA DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS ETAPAS

Art. 13. O Processo de Seleção de Diretor das Unidades Escolares para o mandato a partir de 2023, será regido por este Decreto e pelo Edital para este fim, publicados no Diário Oficial e divulgados pela Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer para dar ampla publicidade, devendo ser fixado nas Unidades Escolares em local de fácil acesso.

CAPÍTULO VI

DA ELABORAÇÃO

Art. 14. O Processo de Seleção para designação de Professores para o exercício da função de Diretor Escolar, será elaborado, coordenado e conduzido por Comissão composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação e dos colegiados das Unidades de Ensino, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos neste Decreto, bem como avaliar as etapas previstas no Art. 10.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 15. O Diretor Escolar assinará termo de compromisso na Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I - Pela aprendizagem dos estudantes;

II - Pelo cumprimento de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais para a escola em que for dirigir;

III - Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. O Plano de Trabalho do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar poderá servir como instrumento para compor os indicadores de monitoramento e avaliação e deverá ser apresentado à Comunidade Escolar no início de cada ano letivo.

Art. 17. Caso o Diretor designado não atinja os objetivos, metas, estratégias e ações estabelecidas no Plano de Trabalho, deverá apresentar à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, conforme pertinência do assunto, Plano de Providências para a Unidade Escolar com a participação do Conselho Escolar contendo novas ações e estratégias para alcançar metas a curto, médio e longo prazo conforme necessidade.

Parágrafo único. Caso o Diretor não cumpra com os objetivos e metas por ele elencado e ocorrendo a reprovação na avaliação do Plano de Trabalho, este será destituído do cargo.

CAPÍTULO VIII

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 18. A vacância da função de Diretor ocorrerá por reprovação na avaliação do Plano de Trabalho, dispensa mediante Processo Administrativo, renúncia, exoneração ou morte.

§1º. O afastamento do Diretor por período superior a 2 (dois) meses também implicará a vacância da função, excetuando-se os casos de licença para tratamento da própria saúde e licença gestante.

§2º. O preenchimento da vaga após vacância será feito pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer podendo, se pertinente, ser utilizado o Quadro de Reserva do Processo de Seleção.

CAPÍTULO IX

DA REMUNERAÇÃO

Art. 19. Ao Professor no exercício da função de Diretor de Unidade Escolar será atribuído o Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva, com impedimento de exercício de outra atividade remunerada, seja pública ou privada.

Art. 20. O professor designado para a função de Diretor Escolar fará jus ao recebimento conforme ANEXO I da Lei Municipal n.º 258/2007.

Art. 21. O Diretor do mandato antecessor, entregará ao novo Diretor, no ato da transição os seguintes documentos:

I - Balanço do acervo documental;

II - Informações referentes ao Processo de Renovação de Autorização e Recredenciamento da Unidade Escolar;

III - Inventário do patrimônio existente na Unidade Escolar;

IV - Ata da apresentação de prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do estabelecido no artigo anterior, competirá ao novo Diretor e ao Conselho Escolar, elaborar rela-

tório circunstanciado sobre todos os itens relacionados, juntar a documentação comprobatória e encaminhar via protocolo para Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da sua posse.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção constará em Edital específico para este fim.

Art. 23. Os casos omissos e descumprimento do disposto, serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paulinho Bortolini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 236/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) EDIANE SILVA MAZARO, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2418507-8-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 048.405.871.16, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, ENTRE RIOS, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 02 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

EDIANE SILVA MAZARO CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 235/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) OLIVIA VICENTINA LEITE, portador (a) da Cédula

de Identidade RG nº. 2116461-4-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 031.898.041-09, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 02/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 02 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

OLIVIA VICENTINA LEITE CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2022

EDITAL Nº 007/2022 CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2022

O Exmoº. **Sr. EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã referente a apresentação das **DEMONSTRAÇÕES E AVALIAÇÕES DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2022, CONFORME ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**, a realizar-se no dia **20 de Setembro de 2022**, a partir das **09:00h00min** no Plenário da Câmara Municipal de Nova Ubiratã-MT, e, sendo transmitida de forma online através do Facebook oficial do município através do link: https://www.facebook.com/prefeituradenovaubirata/

Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, 14 de setembro de 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 066/2022 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 066/2022

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

DATA: 14 de Setembro de 2022

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, Sr. **EDEGAR JOSE BERNARDI,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital nº 001/2019 de 26 de Março de 2019 que trata do Concurso Público Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público 001/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00, munidos dos **documentos pessoais** e **profissionais**, dos **exames médicos** obrigatórios conforme **Art. 2 e anexo VI**, **do referido edital**, para fins de nomeação, posse e exercício.

CARGO: 079 – ZELADORA

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0000001511	MARCIA REGINA DE SOUZA	11º CLASSIFICADO

CARGO: 029 – ENGENHEIRO FLORESTAL – SEDE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
000000742	JÚLIO HENRIQUE GERMANO DE SOUZA	3º CLASSIFICADO

ART. 2º - A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação.

ART. 3º - É vedada a posse mediante procuração.

ART. 4º - O não cumprimento por parte do candidato das exigências previstas no Edital nº 001/2019 e demais legislações vigentes implicará em desistência da vaga ao cargo ao qual foi aprovado ou classificado e convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não apresentação do candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação e renúncia ao cargo ao qual foi convocado.

ART. 5º - O exercício do cargo público para qual o candidato foi aprovado e convocado deverá acontecer imediatamente após o ato de passe, sob pena de exoneração daquele que não cumprir esta determinação.

ART. 6º - A não apresentação de qualquer documento previsto neste Edital e demais legislações vigentes impossibilitará o candidato a ser empossado e entrar em exercício do cago público.

ART. 7º - Relação de documentos exigidos, originais e cópias: **DUAS CÓPIAS DE CADA DOCUMENTO.**

ÿ Atestado de Saúde Ocupacional - ASO,(especialmente para fins de Trabalho).

ÿ Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura.

ÿ Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável.

ÿ Cédula de Identidade (RG);

ÿ Cadastro de Pessoa Física (CPF);

ÿ Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);

ÿ Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;

ÿ Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;

ÿ Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)

ÿ Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;

ÿ Título de Eleitor;

ÿ Comprovante de votação da última eleição

ÿ Documento Militar (Se homem);

ÿ *Documento Escolar, Antecedentes Criminais, 01 Foto 3x4, Telefone e E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

ÿ *Documento Profissional (Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*

NOVA UBIRATA 14 DE SETEMBRO DE 2022

EDEGAR JOSE BERNARDI

Prefeito Municipal

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2022.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2022.

_____

****

ELABORAÇÃO LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 2023

EDITAL Nº 008/2022 CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

RELATIVO A APRESENTAÇÃO DA LOA 2023

O Exmoº. **Sr. EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 44 da Lei 10.257/2001 e o Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da audiência pública da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã para **Elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2023**, a audiência será feita na sede do município na data de **20 de Setembro de 2022, a partir das 10:00h00min,** no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Ubiratã-MT, e, sendo transmitida de forma online através do Facebook oficial do município através do link:

https://www.facebook.com/prefeituradenovaubirata/

Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã, 14 de setembro de 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 050/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 168/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 050/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 168/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) RICARDO FELIPE LANG,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **141766201SESP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **022. 090.581.98,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **ENGE-**

NHEIRO CIVIL,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RICARDO FELIPE LANG

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 051/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 198/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 051/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 198/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) OLIVIA VICENTINA LEITE,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **12116461-4 SESP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **031. 898.041.09,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **PROFESSORA II – 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

OLIVIA VICENTINA LEITE

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 052/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 222/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 052/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 222/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) LUIZA MEDINA,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **2378590-0 SEJSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **045.325.161. 70,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **TE DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20 HR**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUIZA MEDINA

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 053/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 222/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 053/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 222/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) VANESSA ALVES DE MEIRA,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **2169474-5 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **035. 372.171.96,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **FISCAL DE MEIO AMBIENTE**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 01 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANESSA ALVES DE MEIRA

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 054/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 014/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 054/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 014/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) SIRENE CHISLER LEAL,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **95334199 SSP/PR** inscrito (a) no CPF sob o n° **072.909. 039.60,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde de **ZELADORA**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 05 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SIRENE CHISLER LEAL

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 055/2022 TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 146/2022

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 055/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 146/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) LISIANE FERREIRA DE SOUZA,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **19325797 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **023.457.951.07,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **PROFESSORA II – NIVEL LICENCIATURA PLENA**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 08 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LISIANE FERREIRA DE SOUZA

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 229/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) ADAIANE APARECIDA DA FONSECA BONFIM, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2165854-4- SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 035.761.571.90, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

ADAIANE APARECIDA DA FONSECA BONFIM CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 250/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) FRANCIELE VIEIRA DE ALMEIDA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 12.346.115-0-SESP/PR, inscrito (a) no CPF sob o n° 061.760.291.39, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, 0, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de MEIO AMBIENTE, durante o período de

12/09/2022 a 12/09/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1520,01 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS E UM CENTAVO), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

12.001.18.541.0002.2042.319004000000.0639

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 12 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

FRANCIELE VIEIRA DE ALMEIDA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 249/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa

jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) LISIANE FERREIRA DE SOUZA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 1932579-7-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 023.457.951-07, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 09/09/2022 a

16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 09 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

LISIANE FERREIRA DE SOUZA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 248/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) MARIA JOSE BARROS LEMOS, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 3524340-6-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 022.261.841-80, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de ZELADORA,

0, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de SAÚDE, durante o período de 06/09/2022 a 05/09/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1440,99 (HUM MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

07.001.10.122.0002.2028.319004000000.0353

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 06 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

MARIA JOSE BARROS LEMOS CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 247/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) MARIA ROSANA SOARES, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 1503905-6-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 016.852.721-93, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de ZELADORA,

0, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de SAÚDE, durante o período de 05/09/2022 a 04/09/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1440,99 (HUM MIL QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de des-

contar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

07.001.10.122.0002.2028.319004000000.0353

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 05 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

MARIA ROSANA SOARES CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 246/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) CAMILA ARAÚJO ROSA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 850198-SESDC/RO, inscrito (a) no CPF sob o n° 528.974.002-34, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, RSCOLA MUNICIPAL CACHOEIRA DO RONURO, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 05/09/2022 a

16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 05 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

CAMILA ARAÚJO ROSA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 230/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) NAIARA SOARES BELO, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 3613029-0-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 614.615.283.80, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1557,47 (HUM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

NAIARA SOARES BELO CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 245/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) PATRICIA FEITOZA RIOS, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 3041629-9-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 077.868.461-07, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 05/09/2022 a

16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 05 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

PATRICIA FEITOZA RIOS CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

CÂMARA / LEGISLATIVO
CONVOCAÇÃO Nº 008/2022 -LEI ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO DE 2023 DO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ – ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2022

ASSUNTO: AUDIÊNCIA PUBLICA

A Câmara Municipal de Nova Ubiratã através do Excelentíssimo Presidente Senhor HEDER SAIS MACHADO no uso de suas atribuições conforme artigo 16 Inciso XVII, e artigo 65 do Regimento Interno, vêm a Público, CONVOCAR a População de Nova Ubiratã para participar da “AUDIÊNCIA PÚBLICA” a realizar-se dia 10/10/2022, às 13:00 horas No Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, com a seguinte pauta:

? ANALISE E APRECIAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 053/2022 SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA DO EXERCÍCIO DE 2023 DO MUNÍCIPIO DE NOVA UBIRATÃ – ESTADO DE MATO GROSSO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. (Art. 44, da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade, e, Art. 48 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000).

Câmara Municipal de Nova Ubiratã – MT, em 10 de SETEMBRO de 2022.

_____

Heder Sais Machado

Presidente da Câmara Municipal

Nova Ubiratã -MT

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 244/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) RENATA COLOMBELLI DE BORBA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2873751-2-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 016.970.051-50, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 05/09/2022 a

16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo

de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 05 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

RENATA COLOMBELLI DE BORBA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 243/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) ELINETI MOREIRA BACELAR, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 1558748-7-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 002.611.621-95, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 05/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 05 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

ELINETI MOREIRA BACELAR CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 231/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) LUCIANE LOURENCO RODRIGUES, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2348252-4-SEJSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 005.968.731.23, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA , CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

LUCIANE LOURENCO RODRIGUES CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 242/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) BEATRIZ MARIA MANZONI RAZENTE, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 284678-2-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 071.532.901-41, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC ADM ED SECRETARIO ESCOLAR NIVEL MEDIO, CEMEI PEQUENO ANJO, com carga horária de

40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria

Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 2221,04 (DOIS MIL DUZENTOS E VINTE E UM REAIS E QUATRO CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

BEATRIZ MARIA MANZONI RAZENTE CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 241/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) TANIA OLIVEIRA MOITINHO MIRANDA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2295554-2-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 042.960.321.51, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a presta-

ção de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, TANCREDO NEVES, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

TANIA OLIVEIRA MOITINHO MIRANDA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 232/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) DAYANE ALVES NUNES DUTRA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2259077-3-SEJSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 039.221.871-29, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, ESCOLA MUNICIPAL ENTRE RIOS, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0006.2016.319004000000.0255

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

DAYANE ALVES NUNES DUTRA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 233/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) MARTA DOS SANTOS VIANA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 032931992007-3-SESP/MA, inscrito (a) no CPF sob o n° 601.949.643.02, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de ADE LIMPEZA NIVEL FUNDAMENTAL, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1557,47 (HUM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as

partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

MARTA DOS SANTOS VIANA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 240/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) JANAINA DOS SANTOS, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2316456-5-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 042.167.711-22, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

JANAINA DOS SANTOS CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 239/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) KEILA NOGUEIRA DA SILVA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 824189-9-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 537.329.441-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR II- 30 NIVEL LICENCIATURA PLENA, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 4417,06 (QUATRO MIL QUATROCENTOS E DEZESSETE REAIS E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

KEILA NOGUEIRA DA SILVA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 234/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) ROSELI ZEVARNICKI, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 1880186-2-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 025.114.631.64, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES E OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC , TANCREDO NEVES, com carga horária de

20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria

Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 22/08/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 22 DE AGOSTO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

ROSELI ZEVARNICKI CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 238/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) VANESSA GESSO, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 1854278-6-SSP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 025. 220.191-47, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20HR, CEMEI DOIS PINHEIROS, com carga horária de 20 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de 01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1212 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS), correspondentes a 20 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 20 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presen-

te prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.365.0006.2077.319004000000.0261

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

VANESSA GESSO CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 237/2022

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) VANESSA ALVES DE MEIRA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 2169474-5-SESP/MT, inscrito (a) no CPF sob o n° 035.372.171.96, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE, 0, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de MEIO AMBIENTE, durante o período de

01/09/2022 a 16/12/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1520,01 (HUM MIL QUINHENTOS E VINTE REAIS E UM CENTAVO), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

12.001.18.541.0002.2042.319004000000.0639

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o Foro da Comarca que Nova Ubiratã estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

VANESSA ALVES DE MEIRA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1482/2022

PORTARIA N.º 1482/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dia de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Zilvany Aparecida de Jesus**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4111, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/6/2020 a 1/6/2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 1/10/2022 a 30/10/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1481/2022

PORTARIA N.º 1481/2022

Dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dia de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria Aparecida dos Santos Xavier Lopes**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4125, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18/7/2021 a 17/7/2022.

Parágrafo único. As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 5/10/2022 a 19/10/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1490/2022

PORTARIA N.º 1490/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Monica Ferreira de Moura**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 927, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 11/9/2022 a 9/12/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1485/2022

PORTARIA N.º 1485/2022

Dispõe sobre a concessão de licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º Conceder *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* a(o) servidor(a) público(a) municipal **Nádia Silva Rosa**, Psicóloga, Matrícula Funcional 4857, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A *Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família* de trata o *caput* deste artigo, para acompanhamento médico de sua genitora, no período compreendido de 22/8/2022 a 5/9/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1495/2022

PORTARIA N.º 1495/2022

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o **Contrato 061/2022**, firmado entre o **Município de Nova Xavantina** e a empresa **IESF – Serviços Médicos Ambulatoriais e Hospitalares Ltda**que tem por objeto *credenciamento de pessoas jurídicas prestadores de serviços de saúde, plantões dos profissionais e, suas es-*

pecializadas, enfermeiro, biomédico, farmacêutico, fisioterapeuta, técnicos de enfermagem, técnico de laboratório, técnico de Raio-X, técnico de imobilização, técnico de saúde integrativa terapêutica, agente de higienização hospitalar, pedagogo (CAPS I), com vistas a complementação dos serviços públicos municipais de saúde – **Inexigibilidade 011/2022 – Credenciamento 001/2022***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) do **Contrato 061/2022**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – Afannazio Jazadji Ferreira Berto, Enfermeiro, Matrícula Funcional 4124;

II – Luciana Bavaresco, Enfermeira, Matrícula Funcional 3430;

III – Jailton Pereira de Abreu, Diretor Hospitalar Administrativo, Matrícula Funcional 4585;

IV – Marcos Paulo Martins Barros, Assistente Social, Matrícula Funcional 4628;

V – Katia Regina Batista, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 3616;

VI – Carolline Rezende Malvina, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4374.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, do* **Contrato 061/2022** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1492/2022

PORTARIA N.º 1492/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Erica Oliveira da Silva**, Gari, Matrícula Funcional 3936, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 4/9/2022 a 10/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1486/2022

PORTARIA N.º 1486/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marina Silva dos Santos**, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula Funcional 49, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 25/8/2022 a 1/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.790, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 4.790, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Revoga em todos os seus termos o Decreto n.º 4.767/2022, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; e demais legislação que trata da matéria;

Considerando *Manifestação Sigilosa* recebida junto ao MPMT, bem como o procedimento SIMP 001664-005/2022 instaurado junto à 1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Xavantina;

Considerando que após a tramitação do procedimento - SIMP nº 001664-005/2022 junto à 1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Xavantina, o MPMT conclui que "*...é possível constatar que o requerido fazia jus a aos adicionais, visto que preenchia todos os requisitos necessários e exigidos pela lei, conforme documentação apresentada. Deste modo, não sendo identificada a improbidade administrativa, não há justa causa para continuidade do feito, razão pela qual, promovo o* ***ARQUIVAMENTO*** *da presente notícia de fato*...";

Considerando manifestação da Procuradoria Geral que *in verbis "...Considerando o despacho de arquivamento da notícia de fato, teor expresso na Manifestação Sigilosa de n° 56979, registrada no SIMP nº 001664-005/2022 exarado pelo Ministério Público. Ante o exposto, frente as considerações retrotranscritas, esta Procuradoria opina pelo imediato restabelecimento do pagamento do 2º Adicional de Qualificação concedido ao senhor Adão*...": **Decreta**:

Art. 1º Revoga em todos os seus termos o Decreto n.º 4.767, de 23 de agosto de 2022 que "*A pedido de servidor público municipalsuspende o pagamento de Adicional de Qualificação, e dá outras providências".*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1488/2022

PORTARIA N.º 1488/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Delmeires Pereira Borges**, Técnico de Imobilização, Matrícula Funcional 4303, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 6/9/2022 a 20/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1489/2022

PORTARIA N.º 1489/2022

*Dispõe sobre a designação de **Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Júnior**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da moralidade e impessoalidade; **resolve**:

Art. 1º Designar, a partir de 14 de setembro de 2022, o servidor público municipal ***Celso Anselmo Bicudo Paula Souza Júnior*, brasileiro, inscrito na OAB 17474/0,** para representar o Município de Nova Xavantina (MT), na audiência de conciliação designada para o dia 19/9/2022, referente ao Processo 1000005-20.2022.8.11.0012 - CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania da Comarca de Nova Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1498/2022

PORTARIA N.º 1498/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 1426/2022 que dispõe sobre a transferência de servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 1426/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Transferir a partir de 5 de setembro de 2022, o(a) servidor(a) público(a) municipal efetivo(a) **Antônio Marcos Neto**, Auxiliar de Saúde Bucal, Matrícula Funcional 3691, da Unidade Básica de Saúde 01 para a Unidade Básica de Saúde 04, junto a Secretaria Municipal de Saúde."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1497/2022

PORTARIA N.º 1497/2022

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 1461/2022 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT* e suas alterações posteriores, e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 1461/2022 que "concede 30 (trinta) dia de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Maria de Lourdes Pereira Lima**, Técnica de Enfermagem, Matrícula Funcional 4114, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde" passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"referente ao período aquisitivo de 2/6/2020 a 1/6/2021."

Leia-se:

"referente ao período aquisitivo de 1/6/2020 a 31/5/2021."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1483/2022

PORTARIA N.º 1483/2022

*Dispõe sobre a nomeação de **Gesteselma Rodrigues Lopes**, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2017**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* e suas alterações posteriores, em conformidade com demais legislação que trata da matéria;

Considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público;

Considerando que o(a) candidato(a) foi aprovado(a) em Concurso Público Municipal, ficando **classificado(a) em 7º lugar** para o cargo de ***Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar***;

Por fim, considerando a viabilidade do pleito conforme o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro (artigo 16 da Lei Complementar 101/2000) – nº 68/2022***; **resolve**:

Art. 1º Nomear ***Gesteselma Rodrigues Lopes***, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de ***Apoio Administrativo Educacional – Alimentação Escolar***, fazendo jus ao vencimento inicial da função.

Parágrafo único. No termos do § 1º do art. 18 da Lei Municipal n.º 2.340/2021 e suas alterações posteriores, o(a) candidato(a) de que trata o *caput* deste artigo, terá 30 (trinta) dias para tomar posse, contados da publicação do ato de nomeação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1496/2022

PORTARIA N.º 1496/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 13 de setembro de 2022, pelo médico *Leandro Daniel Dionezio* – CRM-MT 9582, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Selma Maria Honostório**, Atendente, Matrícula Funcional 1184, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 7/9/2022 a 21/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1494/2022

PORTARIA N.º 1494/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Regiana Ribeiro dos Santos Lima**, Professora, Matrícula Funcional 4558, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 6/9/2022 a 27/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CONTRATO Nº 39/2021

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, o Município de Nova Xavantina, MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.024.045/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Machado Neto, inscrito no CPF 581.980.241-15, e a empresa Bruky Energy Brazil Eirelli**,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.936.272/0001-11, procederam ao recebimento definitivo da Instalação de Sistema Fotovoltaico na Escola Municipal Monteiro Lobato, conforme Dispensa de Licitação nº 012/2021 e Contrato nº. 39/2021. A instalação foi recebida no valor total de R$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais). Para firmeza e validade do que foi estabelecido, firmo este Termo Definitivo.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO CONTRATO Nº 39/2021

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, o Município de Nova Xavantina, MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.024.045/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Machado Neto, inscrito no CPF 581.980.241-15, e a empresa Bruky Energy Brazil Eirelli, inscrita no CNPJ sob o nº 05.936.272/0001-11, procederam ao recebimento definitivo da Instalação de Sistema Fotovoltaico na Escola Municipal Deus é Amor, conforme Dispensa de Licitação nº 012/2021 e Contrato nº. 39/2021. A instalação foi recebida no valor total de R$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais). Para firmeza e validade do que foi estabelecido, firmo este termo definitivo.

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 4.791, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 4.791, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Retifica dispositivos constantes no Decreto n.º 4.626/2022, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 4.495, de 14 de fevereiro de 2022, que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação*; e demais legislação que trata da matéria;

Considerando Requerimento protocolado junto ao município sob o n.º 1795, de 22/8/2022, do servidor Adão Carvalho Costa, informando "*erro material*" e solicitando a retificação/correção de termo constante do Decreto n.º 4.626/2022;

Considerando o disposto no Ofício 356/PGM/2022 da Procuradoria Geral que "...*sugere a correção do termo citado no artigo 1º do Decreto n.º 4.626 de 25/04/2022, fazendo constar o termo correto "retroativo a março/2022*.. .."; **Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 4.626, de 25 de abril de 2022 que "*Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências"* passa a vigorar com a seguinte retificação:

Onde se lê:

"retroativo a março/2021."

Leia-se:

"retroativo a março/2022."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS - ARP Nº 163/2.021

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, através do seu Prefeito Municipal senhor **JOÃO MACHADO NETO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação torna público o cancelamento do **item** 151 (metoclopramida, cloridrato - concentração/dosagem 4 mg/ml, forma farmacêutica solução oral, forma de apresentação frasco, via de administração oral), da empresa **C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 26.457.348/0001-04, da Ata de Registro de Preço 163/2.021. O presente cancelamento se da com fundamento na legislação pertinente e na manifestação jurídica datado em 14 de setembro de 2.022.

Nova Xavantina-MT, 14 de setembro de 2.022.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 004/2.022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, através da Presidente da CPL, torna público a suspensão da Tomada de Preços nº 004/2.022 - Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO CENTRO OESTE DESTE MUNICÍPIO, PADRÃO II, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL, **nova data e hora serão oportunamente determinadas para os procedimentos necessários, haja vista a necessidade de correção das planilhas. Os interessados em obter mais informações poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado, pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br e/ou pelo sitio** https://www.novaxavantina.mt.gov.br/Publicacoes/Licitacoes/Tomada-de-precos/.

Nova Xavantina – MT, 14 de setembro de 2.022

Marina Angélica Marca

Presidente da CPL

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1491/2022

PORTARIA N.º 1491/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Antônio Cirqueira Alves**, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 165, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 2/9/2022 a 11/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1484/2022

PORTARIA N.º 1484/2022

Torna sem efeitos a nomeação constante da ***Portaria n.º 1310/2022****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; de acordo com o resultado final do **Concurso Público Municipal n.º 001/2022**, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências, e suas alterações posteriores; e demais legislação que trata da matéria;

- considerando que o(a) candidato(a) **Rafaela Mesquita** convocado(a) **não compareceu para tomar posse no cargo público de Médico Generalista 40h; resolve:**

Art. 1º Por não comparecimento do candidato, tornar sem efeitos a nomeação de **Rafaela Mesquita**, para exercer em estágio probatório as funções do cargo de **Médico Generalista 40h**, constante da Portaria n.º 1310/2022, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, do dia 15 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1493/2022

PORTARIA N.º 1493/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e demais legislação que trata da matéria; **resolve**:

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 9 de setembro de 2022, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **João Henrique Silva Costa**, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção Infraestrutura, Matrícula Funcional 1682, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 31/8/2022 a 14/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1487/2022

PORTARIA N.º 1487/2022

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.340, de 21 de dezembro de 2021 – que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e demais legislação que trata da matéria; resolve:

Art. 1º De acordo com o Laudo de Inspeção de Saúde, lavrado em 8 de setembro de 2022, pelo médico Álvaro Rizzardi – CRM-MT 1703, deferir licença médica, a(o) servidor(a) público(a) municipal Marcilene Leite Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1/9/2022 a 18/9/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de setembro de 2022.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 031/2022
PROCESSO LICITATÓRIO 038/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de papel sulfite formato A4, conforme especificado no anexo I – termo de referência do edital**.**

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – Estado de Mato Grosso,** neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Silvano Pereira Neves** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa **C. Parra Vieira - EPP,** inscrita no **CNPJ sob nº 10.641.724/0001-78,** com proposta no valor total de **R$ 61.380,00 (sessenta e um mil, trezentos e oitenta reais)** para o **Item 01.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e **HOMOLOGO** a presente licitação nos termos do edital de licitação e seus anexos.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 14 de setembro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA REF. AO 2º QUADRIMESTRE E DISCUSSÕES DA LOA/2023

CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre/2022

e discussão do anteprojeto da LOA/2023.

O Senhor Antônio Mafini, Prefeito do Município de Novo Mundo, estado de Mato Grosso, convida a população em geral para participar da Audiência Pública de Prestação de Contas do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre/2022, e ainda, discussão do anteprojeto da LOA/2023.

A participação popular é muito importante para apresentar as prestações de contas e os relatórios de gestão fiscal referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2022 e para que possamos satisfatoriamente incluir eventuais ações em benefício da população Novomundense.

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Mundo

DATA: 22 de setembro de 2022

HORÁRIO: a partir das 16 horas

Atenciosamente,

Novo Mundo-MT, 12 de setembro de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2022

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	***PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA,*** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na Avenida Oriente Tenuta nº320ª , Bairro Consil, cidade de Cuiabá, CEP 78.048-450, inscrita no CNPJ n.°18.009.871/0001-31 neste ato representada pelo senhor **WALDEMAR GIL CORREA BARROS**, portador do RG n.° 23759518 SESP/MT e CPF n.° 001.400.891-28 têm entre si justo e acertado o que contém nas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade termo de referência e dispensa de Licitação nº042/2022 e dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RASTREAMENTO VEICULAR, COM TRANSMISSÃO DE DADOS NA TECNOLOGIA GSM/GRPS/GPS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO E SOFTWARE VIA WEB, INTEGRANDO LOGÍSTICA E GERENCIAMENTO DAS FROTAS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL.**

Item	Objeto	Quantidade	Valor uni	Valor Mensal	Valor total
01	Rastreamento, monitoramento e telemetria por GSM/GPRS/GPS(Secretaria de Saúde)	12	79,90	958,80	11.505,60
02	Rastreamento, monitoramento e telemetria por GSM/GPRS/GPS(Secretaria de Assistência social)	01	79,90	79,90	958,80
03	Instalação e configuração dos equipamentos de rastreamento(Secretaria de saúde)	12	90,00	90,00	1.080,00
04	Instalação e configuração dos equipamentos de rastreamento(Secretaria de Assistência Social)	01	90,00	90,00	90,00
Total dos serviços					13.634,40

Valor	O valor estimado da contratação do referido objeto, perfaz a ordem de **R$ 13.634,40(treze mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).**
Prazo de Vigência e	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados do dia da sua publicação prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
Dotação Orçamentaria	As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2022, na classificação abaixo: 0428-07.001.08.244.0011.2055-3390.39.00.00.00 0294.06.001.10.122.0021.2107- 3390.39.00.00.00
	Dispensa de Licitação nº042/2022

Novo Mundo/MT, 05 de setembro 2022.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 38 /2022

DECRETO Nº 38 /2022

12/09/2022

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE NOVO SÃO JOAQUIM / MT.

O prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. LEONARDO FARIAS ZAMPA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 646/2012 de 12 de dezembro de 2012, e considerando que o CMDCA é órgão colegiado de caráter deliberativo permanente e controlador das ações referente aos Direitos da Criança e do Adolescente, **DECRETA:**

Art. 1º - Substituir alguns membrosdo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o biênio 2021/2023, conforme abaixo relacionado:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

- Gercilene Sousa Martins Santos – Titular
- Viviane Leal Santos – Suplente
- Valdecy Aparecido de Aguiar – Titular
- Lucielly Rodrigues de Ávila – Suplente
- Betânia Marques Ferreira – Titular
- Nubia Ramos de Souza – Suplente
- Herica Aparecida Cruvinel Roque – Titular
- Ivani Teodoro de Jesus – Suplente
- Thiago de Macedo Figueira – Titular
- Nilza D'Arc Rosa – Suplente

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- Maria de Fatima Martins Rodrigues - Titular
- Cremilson Oliveira de Souza - Suplente
- Divina Augusta de Carvalho - Titular
- Celia Moreira e Silva - Suplente
- Nubia Rafaella da Silva – Titular
- Karielly de Avila Alves – Suplente
- Angelina Carvalho dos Santos Silva – Titular
- Ailton Barbosa Lima – Suplente
- Tania Elizabete Rocha de Souza – Titular
- Ivalda Gomes – Suplente

Parágrafo Único – A função de membro do Conselho é considerada de interesse público e não será remunerada.

Art. 2º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em 12 de setembro de 2022.

Leonardo Farias Zampa

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 12 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CONTRATO Nº 112/2022 - MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

CONTRATO Nº 112/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI **CNPJ:** 26.148.070/0001-85	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº 018/2022	**DATA: 06/09/2022**
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **Aquisição de Material de Expediente**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
VALOR: R$ 283.973,36 (Duzentos e oitenta e três mil novecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos).	
VIGÊNCIA: 06/09/2022 a 06/09/2023	
DOTAÇÃO: Red: 83 Órgão/Unidade: 05.001 Secretaria de Viação e Obras Função/Subfunção: 04.122 administração/administração geral Programa/Projeto Atividade: 2025 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS Dot. Orçamentária: **Red: 364**	

Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de Saúde
Função/Subfunção: 10.301
Programa/Projeto Atividade: 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE
Dot. Orçamentária: **Red: 365**
Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de Saúde
Função/Subfunção: 10.301 saúde/atenção básica
Programa/Projeto Atividade: 2058 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A ATENÇÃO BÁSICA
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 14600 - 01.46.000000 - Transferências de recursos serviço de saúde sem detalhamento
Dot. Orçamentária: **Red: 383**
Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de Saúde
Função/Subfunção: 10.302 saúde/assistência hospitalar e ambulatorial
Programa/Projeto Atividade: 2045 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO DA SAUDE
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE
Dot. Orçamentária: **Red: 402**
Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de Saúde
Função/Subfunção:10.302 saúde/assistência hospitalar e ambulatorial
Programa/Projeto Atividade: 2061 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 3 - RECURSOS DA SAUDE
Dot. Orçamentária: **Red: 403**
Órgão/Unidade: 11.001 Secretaria Municipal de Saúde
Função/Subfunção: 10.302 saúde/assistência hospitalar e ambulatorial
Programa/Projeto Atividade: 2061 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 14600 - 01.46.000000 - Transferências de recursos serviço de saude sem detalhamento.
Dot. Orçamentária: **Red: 215**
Órgão/Unidade:07.001 Secretaria de Educação
Função/Subfunção: 12.361 educação/ensino fundamental
Programa/Projeto Atividade: 2098 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO- FUNDEB 30% - FUNDAMENTAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 31 - Transferência do FUNDEB 30%
Dot. Orçamentária: **Red: 311**
Órgão/Unidade: 09.001 Secretaria de Cultura, esporte e lazer
Função/Subfunção:13.122 cultura/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, DESPORTO
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso:
Dot. Orçamentária: **Red: 318**
Órgão/Unidade: 09.001 Secretaria de Cultura, esporte e lazer
Função/Subfunção: 13.392 cultura/difusão cultural
Programa/Projeto Atividade: 2121 - PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS: FESTAS CULTURAIS, FESTIVAIS, AMOSTRAS E FEIRAS CULTURAIS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 256**
Órgão/Unidade: 08.001 Secretaria de Assistência Social
Função/Subfunção: 08.122 assistência social/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 265**
Órgão/Unidade: 08.001 Secretaria de Assistência Social
Função/Subfunção: 08.122 assistência social/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CONSELHO TUTELAR
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 288**
Órgão/Unidade: 08.001 Secretaria de Assistência Social
Função/Subfunção: 08.244 assistência social/assistência comunitária
Programa/Projeto Atividade: 2114 - MANUTENÇÃO DO FMAS - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 462**
Órgão/Unidade: 12.001 Secretaria de Agricultura
Função/Subfunção: 15.122 urbanismo/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2024 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 04**
Órgão/Unidade: 02.001 Secretaria de Administração
Função/Subfunção: 04.031 administração/ação legislativa
Programa/Projeto Atividade: 2006 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O GABINETE DO PREFEITO
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 17**
Órgão/Unidade: 02.001 Secretaria de Administração
Função/Subfunção: 04.122 administração/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2027 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA MUNICIPAL
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 36**
Órgão/Unidade: 02.001 Secretaria de Administração
Função/Subfunção: 04.122 administração/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E DEPARTAMENTOS
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 41**
Órgão/Unidade: 02.001 Secretaria de Administração
Função/Subfunção: 04.122 administração/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2010 - MANUTENÇÃO, ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E ALMOXARIFADO
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dot. Orçamentária: **Red: 51**
Órgão/Unidade: 02.001 Secretaria de Administração
Função/Subfunção: 04.122 administração/administração geral
Programa/Projeto Atividade: 2013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCON
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CONTRATO Nº 118/2022 - ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA 59343230168

CONTRATO Nº 118/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: ELZA PEREIRA DE OLIVEIRA 59343230168 **CNPJ:**26.223 147/0001-34	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2022	**DATA: 14/09/2022**
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **Contratação de empresa para limpeza e manutenção do mini estádio**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.	
VALOR: R$ 99.420,00 (Noventa e nove mil quatrocentos e vinte reais).	
VIGÊNCIA: 14/09/2022 a 14/09/2023	
DOTAÇÃO: **Dot. Orçamentária: Red: 312** **Órgão/Unidade: 09.001. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.** **Função/Subfunção: 13.122. Cultura/Administração Geral** **Programa/Projeto Atividade: 2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA, DESPORTO.** **Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** **Fonte Recurso: 1 - RECURSO ORDINÁRIO** **Dot. Orçamentária: Red: 322** **Órgão/Unidade: 09.001. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.** **Função/Subfunção: 13.392- Cultura/Difusão Cultural** **Programa/Projeto Atividade: 2123 - MANUTENÇÕES DO CENTRO ESPORTIVO, QUADRAS E CAMPOS** **Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA** **Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS**	

ATA DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

ATA DE JULGAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA.

No dia seis do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, ás oito horas, na Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, sito á Avenida Fernando Correa da Costa, nº 940, Centro, reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 448 de 01 de Setembro de 2022. Deu-se início ao julgamento dos documentos de habilitação da empresa **META PROJETOS E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA, CNPJ: 45.204.244/0001-24**. A empresa protocolou o envelope de documentação para participação no CREDENCIAMENTO N° 002/2022, indicando

o engenheiro MATHEUS BATISTA DA SILVA, CREA MT 53224, como profissional técnico a ser credenciado para a execução dos serviços conforme proposta enviada pela empresa, dos seguintes itens:

Ordem	Descrição do objeto	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Elaboração estudos e projeto de ARQUITETURA	M²	5.000	30,11	150.550,00
2	Elaboração estudos e projeto de Instalações Elétricas, CFTV e Cabeamento Estruturado.	M²	5.000	24,08	120.400,00
3	Elaboração estudos e projeto de Instalações Hidrossanitárias, Águas Pluviais e Drenagem de sistemas de Ar-Condicionado.	M²	5.000	4,81	24.050,00
4	Elaboração estudos e projeto de Instalações PCI - Prevenção e Combate à Incêndios	M²	5.000	7,45	37.250,00
5	Elaboração de Projetos de SPDA, para edificações novas e reformas, com detalhamentos, memoriais descritivos e de cálculo e quantitativos de materiais.	M²	5.000	4,77	23.850,00
7	Elaboração estudos e projetos de instalação de sistema de ar-condicionado tipo VRF, em edificações.	M²	3.000	16,21	48.630,00
9	Elaboração estudos e projetos de recuperação de infraestrutura viária existente	M²	100.000	0,90	90.000,00
10	Elaboração de estudos e projetos urbanização e paisagismo de áreas públicas, inclusive canteiro centrais.	M²	30.000	9,89	296.700,00
11	Elaboração de levantamentos topográficos planimétricos urbano, acompanhado de laudos e memoriais destinados à regularização fundiária.	M²	100.000	0,75	75.000,00
12	Elaboração estudos e projetos de drenagem urbana.	KM	20	1.587,50	31.750,00
13	Projeto arquitetônico e complementares de Centro Cultural Multiuso.	M²	10.000	64,57	645.700,00
14	Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de equipamentos urbanos destinados à prática desportiva, tais como: quadras poliesportivas, ginásios de esporte, pistas de atletismo, pista de skate, campos de futebol, minies-tádios e congêneres.	M²	15.000	23,26	348.900,00
15	Elaboração de Projeto de Pré Moldado Com Estrutura Metálica de Cobertura.	M²	10.000	8,94	89.400,00
16	Elaboração de projetos de ponte de madeira, para estradas vicinais.	M	150	370	55.500,00

A CPL analisou a documentação , constatando que a empresa não atendeu a todas exigências editalícias, sendo julgada INABILITADA, pois a documentação enviada não é capaz de demonstrar todas as exigências relacionada aos atestados de capacidade técnica. Segue em anexo parecer técnico do Setor de Engenharia. Não havendo mais nada a tratar, lavra-se a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 06 de Setembro de 2022.

Rithyene Gomes da Silva	
Presidente da CPL	
Maria Regina Quirino Alves	Vanessa Silva Rezende
Membro da CPL	Membro da CPL

ATA DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

ATA DE JULGAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA.

No dia oito do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, ás treze horas e trinta minutos, na Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, sito á Avenida Fernando Correa da Costa, nº 940, Centro, reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 448 de 01 de Setembro de 2022. Deu-se início ao julgamento dos documentos de habilitação da empresa **LIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 29.092.872/0001-09**. A empresa protocolou o envelope de documentação para participação no CREDENCIAMENTO N° 002/2022, indicando **MARCEL RAMOS DA SILVA, GILSON DE OLIVEIRA MOURA, LAÍS LIMA DOS SANTOS, THIAGO GIANELLI LOPES** como profissionais técnicos a serem credenciados para a execução dos serviços conforme proposta enviada pela empresa, dos seguintes itens:

Ordem	Descrição do objeto	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Elaboração estudos e projeto de ARQUITETURA	M²	5.000	30,11	150.550,00
2	Elaboração estudos e projeto de Instalações Elétricas, CFTV e Cabeamento Estruturado.	M²	5.000	24,08	120.400,00
3	Elaboração estudos e projeto de Instalações Hidrossanitárias, Águas Pluviais e Drenagem de sistemas de Ar-Condicionado.	M²	5.000	4,81	24.050,00
4	Elaboração estudos e projeto de Instalações PCI - Prevenção e Combate à Incêndios	M²	5.000	7,45	37.250,00
5	Elaboração de Projetos de SPDA, para edificações novas e reformas, com detalhamentos, memoriais descritivos e de cálculo e quantitativos de materiais.	M²	5.000	4,77	23.850,00
7	Elaboração estudos e projetos de instalação de sistema de ar-condicionado tipo VRF, em edificações.	M²	3.000	16,21	48.630,00
9	Elaboração estudos e projetos de recuperação de infraestrutura viária existente	M²	100.000	0,90	90.000,00
10	Elaboração de estudos e projetos urbanização e paisagismo de áreas públicas, inclusive canteiro centrais.	M²	30.000	9,89	296.700,00

11	Elaboração de levantamentos topográficos planimétricos urbano, acompanhado de laudos e memoriais destinados à regularização fundiária.	M²	100.000	0,75	75.000,00
12	Elaboração estudos e projetos de drenagem urbana.	KM	20	1.587,50	31.750,00
13	Projeto arquitetônico e complementares de Centro Cultural Multiuso.	M²	10.000	64,57	645.700,00
14	Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de equipamentos urbanos destinados à prática desportiva, tais como: quadras poliesportivas, ginásios de esporte, pistas de atletismo, pista de skate, campos de futebol, minies-tádios e congêneres.	M²	15.000	23,26	348.900,00
15	Elaboração de Projeto de Pré Moldado Com Estrutura Metálica de Cobertura.	M²	10.000	8,94	89.400,00
16	Elaboração de projetos de ponte de madeira, para estradas vicinais.	M	150	370	55.500,00

Segue em anexo análise realizada pelo departamento técnico (setor de engenharia), **onde a empresa comprovou e ficará habilitada apenas para os itens 1,2,3,4,5,6,7,8,10,11,12,15,16.** A CPL analisou a documentação , constatando que a empresa atendeu as exigências editalícias, sendo julgada HABILITADA apenas para os itens comprovados mediante documentação enviada. Não havendo mais nada a tratar, lavra-se a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 08 de Setembro de 2022.

Rithyene Gomes da Silva	
Presidente da CPL	
Maria Regina Quirino Alves	Vanessa Silva Rezende
Membro da CPL	Membro da CPL

PORTARIA INTERNA Nº 005/2022/SME MATRÍCULA, REMATRÍCULA E COMPOSIÇÃO DE TURMAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MODALIDADE CRECHE

Estabelece critérios, normas e procedimentos para, matrícula inicial, rematrícula e composição de turmas nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Educação, Modalidade Creche, para o ano letivo de 2023, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, e,

Considerando a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Considerando a Resolução nº 02/2015/CEE/MT que estabelece normas aplicáveis para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências;

Considerando a Resolução Nº 001/2012/CEE/MT que fixa normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

Considerando a Resolução Normativa nº 03/2013-CEE/MT que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer as Diretrizes Gerais para a efetivação da matrícula inicial e rematrícula de acordo com a composição de turmas compostas nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, Modalidade Creche para o ano letivo de 2023, em consonância com as disposições constantes nesta Portaria.

Art. 2º. O Processo de Rematrícula e a Matrícula Inicial nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino de Pedra Preta/MT, para o ano letivo de 2023 será efetivado respeitando-se os critérios e os procedimentos desta Portaria.

Art. 3º. A presente Portaria visa estabelecer os procedimentos de inscrição e as diretrizes para a Rematrícula e Matrícula Inicial nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal - modalidade Creche, bem como fixar os critérios para a distribuição das vagas disponíveis em cada etapa.

§ 1º - O atendimento às crianças nesta modalidade respeitará a faixa etária de **seis meses a três anos, onze meses e vinte e nove dias**, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases-LDB, Lei n.º 9.394/1996, Base Nacional Comum Curricular/BNCC e Resolução nº 02/2015/CEE/MT.

§ 2º - Os Centros Municipais de Educação Infantil, da Rede Pública Municipal, atenderão em Regime Parcial e/ou Integral, de acordo com a organização da composição de turmas estabelecida pela Unidade de Ensino, levando em consideração a Proposta Pedagógica da Instituição constante no PPP e Regimento Interno da Unidade de Ensino.

I. PERÍODO PARCIAL: o atendimento será de no mínimo 4 (quatro) horas ao dia para as crianças em educação infantil.

II. PERÍODO INTEGRAL: o período de, no mínimo, 7 (sete) horas e, no máximo, 10 (dez) horas ao dia, conforme indicação no Parecer 17/12 do Conselho Nacional de Educação-CNE.

Art. 4º. Os pais e/ou responsáveis legais no ato da matrícula deverão ser informados das normas e condições estabelecidas nessa Portaria, em relação às quais não poderão alegar qualquer desconhecimento.

Art. 5º. O atendimento nos Centros Municipais de Educação Infantil/ CMEIs, na Rede Pública Municipal de Ensino será priorizado para as famílias residentes no Município de Pedra Preta/MT.

Art. 6°. O processo de Rematrículas das crianças que permanecerão na mesma Unidade de Ensino em que já estão matriculadas antecederão as demais matrículas de ingresso e por transferência, sobre as quais terão prioridade e deverão ser formalizadas pelos pais ou responsáveis legais.

Art. 7º. Os processos de Rematrícula e de Matrícula Inicial das crianças serão realizados manualmente e posteriormente no Sistema Educacional Digital, sendo que as fichas deverão ser impressas e arquivadas em pastas individuais da criança.

Art. 8º. Para o ingresso na Educação Infantil levar-se-á em consideração a idade mínima de **seis meses de idade** e a realização da enturmação das crianças observando o critério etário.

Art.9º. O processo de Matrícula Inicial será efetivado na própria Unidade de Ensino, de acordo com as vagas previamente divulgadas.

Art.10. É expressamente proibida a reserva de vagas, nos termos da Constituição Federal, em respeito ao preceito constitucional da impessoalidade, moralidade e publicidade.

§1º. Os casos denunciados de irregularidades no processo serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, que deverão ser averiguados e corrigidos, caso sejam comprovados.

§2º. A criança que chegar após a data base de matrícula será incluída na Unidade de Ensino que houver a vaga, caso não haja vaga em nenhuma das unidades observando o número máximo por turma estabelecido nesta Portaria, a SME encaminhará criança a unidade que houver menor número de crianças na turma de sua faixa etária observando tanto os dados no sistema Educacional OMEGA quanto o endereço da criança.

Art. 11. O Cronograma de Processos de Rematrícula e Matrícula Inicial nos Centros Municipais de Educação Infantil seguirão as datas abaixo:

I. **3/10/2022 a 14/10/2022**- Rematrícula das crianças já atendidas nos Centros Municipais de Educação Infantil;

II. A partir do dia **18/10/2022** - Matrícula Inicial de crianças novatas na Unidade de Ensino até o preenchimento total das vagas;

III. A cada final de Processo as Unidades de Ensino deverão informar a SME a relação nominal de crianças/alunos por fase e período de atendimento.

Art. 12. Durante as matrículas na Educação Infantil ocorrerão análise dos cadastros, referendadas pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Unidade, seguindo as orientações dos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil – MEC, "[...] o acesso às vagas respeitará o critério de equidade social sempre que a demanda superar a oferta de matrículas nas Instituições Municipais de Educação Infantil".

Art. 13. Para a efetivação da matrícula em regime integral deverá seguir os critérios abaixo relacionados:

a) Criança com necessidade educativa especial;

b) Criança socialmente vulnerável;

c) Criança com Mãe ou responsável legal, comprovadamente, que tenham vínculo empregatício (caso o responsável legal não seja a mãe, deve-se comprovar a guarda);

d) Criança filho de mãe adolescente que tenha vida escolar ativa, por meio de Declaração de frequência escolar da Unidade de Ensino;

e) Filho de funcionário da referida Unidade de Ensino poderá ser matriculado na unidade do seu efetivo exercício;

f) Residência mais próxima a Unidade de Ensino.

Parágrafo Único. Consideram-se crianças socialmente vulneráveis:

a) Em situação de tutela, de guarda ou abrigo;

b) Família que participa de algum programa de assistência social;

c) Em situação de violência doméstica e familiar.

Parágrafo Único: Para efetivação de matrícula em regime parcial havendo a vaga a unidade deve garantir a matrícula.

Art. 14. A SME acompanhará todo o processo de Rematrícula e Matrícula das Unidades de Ensino em todas as suas fases.

Art. 15. Compete aos Diretores Escolares:

I. Apresentar as informações necessárias à SME, até o dia **19/9/2022**, impreterivelmente, para a composição do Quadro de Oferta de Vagas para o ano letivo de 2023;

II. Zelar pelo cumprimento da entrega dos documentos exigidos nesta Portaria bem como monitorar o preenchimento das informações fornecidas pelo responsável legal da criança;

III. Proceder à análise e verificação das informações e/ou documentos atrelados demandados, durante o processo de Matrícula e quaisquer de suas etapas, além de proferir as orientações necessárias.

IV. Averiguar se todos os pais e/ou responsáveis pelas crianças matriculadas na unidade de ensino foram informados com antecedência sobre o período de rematrícula.

Art.16. O processo de Rematrícula é obrigatório e deverá ser devidamente informada aos pais ou responsáveis legais das crianças com antecedência, objetivando atualizações cadastrais.

I.Os anúncios referentes ao período de rematrícula e Matrícula nos CMEIs deverão ser registrados e arquivados para comprovação das informações.

II. Os pais ou responsáveis legais, que não comparecerem no período estipulado para a Rematrícula deverão realizar o processo de Matrícula Inicial, se houver vagas.

Art.17. No processo de Rematrícula, o secretário escolar da Unidade de Ensino, deverá conferir e atualizar os dados cadastrais, com arquivamento dos documentos pertinentes nas pastas individuais das crianças, bem como sanar todas as pendências documentais.

Parágrafo Único - As informações prestadas serão de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança.

Art.18. A Matrícula Inicial estará aberta para todas as crianças com idade entre 6 (seis) meses completos a 3 (três) anos e 11 (onze) meses e vinte e nove dias até a data de corte etário, incluindo crianças com necessidades educativas especiais.

Art.19. Para Matrícula inicial tanto no início do ano **ou a qualquer tempo no decorrer do ano letivo** considerar a idade mínima prevista, a saber:

a) Berçário - 6 a 1 ano 11 meses e vinte e nove dias completos ou a completar até 31/3/2023;

b) Maternal - I- 2 anos a 2 anos 11 meses e vinte e nove dias completos ou a completar até 31/3/2023;

c) Maternal - II - 3 anos a 3 anos 11 meses e vinte e nove dias completos ou a completar até 31/3/2023.

§1º. No ato da Rematrícula e Matrícula Inicial em regime integral, os interessados deverão apresentar documentos que comprovem os critérios de prioridade para o atendimento, previstos no Art.12, que serão considerados no momento de enturmação da criança.

§ 2º. As crianças com irmãos nascidos na mesma data terão assegurados os mesmos direitos.

Art.20. No ato da efetivação da Matrícula Inicial, o responsável deverá comprovar, por meio da apresentação dos documentos pertinentes, conforme os critérios descritivos no Art.12, a saber:

I. Criança com necessidade educativa especial, por meio de laudo médico original e cópia ou declaração de acompanhamento/avaliação médica, se houver.

II. Mãe, trabalhadora, por meio da apresentação de documento original comprobatório e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - folhas de identificação (anverso e verso) e da folha com o registro do empregador - ou de, no caso de trabalho autônomo, Declaração original que comprove, no mínimo, 25 (vinte e cinco) horas semanais de trabalho para atendimento parcial.

III. Criança cuja mãe adolescente tenha vida escolar ativa, por meio de Declaração de frequência da Unidade Educacional.

IV. Criança socialmente vulnerável que assim fora definido através de renda familiar, cuja unidade familiar seja contemplada por algum Programa Social, via apresentação original e cópia do comprovante do Programa.

V. Criança socialmente vulnerável, e em situação de acolhimento institucional por meio da apresentação de documento expedido pelo Conselho Tutelar da Criança e do adolescente do município e Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Art. 21. Deverá ser assegurada a vaga, em caráter compulsório, para criança com deficiência transtornos global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação - Lei 7.853, de 24/10/89.

Art. 22. Caso não haja mais o interesse pela vaga, a Mãe ou Responsável Legal da criança deverá comparecer a Unidade Educacional, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para formalizar a desistência por meio do preenchimento da “declaração de recusa/desistência da vaga”.

Art. 23. O responsável legal pela criança/aluno deverá comparecer à Unidade de Ensino, para efetuar a Matrícula Inicial, munido dos documentos abaixo:

a) Foto 3x4;

b) Original e cópia da Certidão de Nascimento;

c) Original e cópia do CPF e do RG da criança;

d) Cópia do Cartão de Vacina atualizado - Lei nº 810/2014;

e) Cópia do comprovante de residência (recibo de água, luz ou outra correspondência oficial);

f) Original e cópia do CPF e RG do responsável legal;

g) Número de Identificação Social no Cartão Cidadão (NIS)

h) Cartão Nacional de Saúde (CNS - Cartão do SUS);

i) Mãe ou responsável legal, comprovadamente com vínculo empregatício, por meio da apresentação de original e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - folhas de identificação (anverso e verso) e da folha com o registro do empregador - ou de, no caso de trabalho autônomo, 2 (duas) Declarações originais que comprovem, no mínimo, 25 (vinte e cinco) horas semanais de trabalho para atendimento integral;

j) Exame de Grupo Sanguíneo e Fator RH do aluno, conforme a Lei Estadual 9905/2013;

k) Laudo médico ou declaração de acompanhamento/avaliação médica em nome do aluno, se houver, em se tratando de candidato com necessidade educativa especial;

l) Número de telefone fixo e/ou móvel;

Parágrafo Único - Caso, no ato da Matrícula Inicial, houver qualquer pendência documental, fica considerado efetivação da matrícula condicionada à entrega dos documentos pendentes no prazo até 30(trinta) dias.

Art. 24. As crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados em classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) na unidade de ensino, onde houver o atendimento, mais próxima a sua residência.

Art. 25. Os parâmetros para a organização das turmas deverão respeitar as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas especificidades:

§1º - As crianças com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculadas no ensino regular, considerando a quantidade mínima e máxima, com necessidades educacionais especiais de até 2 crianças por turma, conforme CEE/MT Resolução Nº 001/2012.

§ 2º - Crianças com deficiência física (Poliomielite, espinha bífida, e outras) deverão ser matriculadas sem redução de criança por turma podendo ter um monitor para atender suas necessidades especiais.

§ 3º - As etapas serão organizadas de acordo com o quadro abaixo:

Turmas	Faixa Etária
a) Berçário	6 meses a 1 ano, 11 meses e vinte e nove dias completos ou a completar até **31/3/2023.**
b) Maternal-I	2 anos a 2 anos, 11 meses e vinte e nove dias até **31/3/2023.**
c) Maternal-II	3 anos a 3 anos, 11 meses e vinte e nove dias até **31/3/2023.**

Paragrafo único: A data de corte deve ser observada também mediante as **matriculas extraordinárias** realizadas no decorrer do ano letivo.

Art. 26. As turmas serão organizadas levando-se em conta a proposta pedagógica, recomendando-se, no geral, a seguinte relação mínima professor/monitor/criança:

I. **Berçário - de 12 a 16 crianças;**

II. Maternal-I - de 18 a 20 crianças;

III. Maternal-II - de 23 a 25 crianças.

Art. 27. As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, observando a quantidade mínima e máxima estabelecida nesta Portaria.

Art. 28. A carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas serão consideradas no seu sentido cronológico, de 60 (sessenta) minutos, devendo a duração de aula ser prevista no PPP e Regimento Interno Escolar.

Art. 29. Na jornada escolar diária, o tempo destinado às refeições fazem parte da atividade educativa da criança.

Art. 30. Caberá a Secretaria Municipal de Educação acompanhar, orientar e organizar a composição das turmas durante o ano letivo, e fazer cumprir os dispositivos nesta Portaria.

Art. 31. Compete a Equipe gestora da Unidade de Ensino e Secretaria Municipal de Educação acompanhar e monitorar bimestralmente, a movimentação do número de crianças, conforme preceitua esta Portaria, e proceder os ajustes de turmas e quadro de pessoal da instituição.

Parágrafo único. Em havendo a necessidade de ajustes no número de crianças/turmas, a SME encaminhará a solicitação para unidade educacional.

Art. 32. Os casos omissos desta Portaria serão definidos, posteriormente, junto a SME de acordo com as leis vigentes e as resoluções em vigor no Conselho Estadual de Educação.

Art. 33. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 13 de setembro de 2022.

Vilmar Gregório Garcia

Secretário Municipal de Educação

ATA DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

ATA DE JULGAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA.

No dia seis do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, ás treze horas e trinta minutos, na Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, sito á Avenida Fernando Correa da Costa, nº 940, Centro, reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 448 de 01 de Setembro de 2022. Deu-se início ao julgamento dos documentos de habilitação da empresa **METTA SERVICE SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, CNPJ: 23.923.708/0001-10**. A empresa protocolou o envelope de documentação para participação no CREDENCIAMENTO N°

002/2022, indicando **THIAGO MOUSSALEM BARRETO** como profissional técnico a ser credenciado para a execução dos serviços conforme proposta enviada pela empresa, dos seguintes itens:

Ordem	Descrição do objeto	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Elaboração estudos e projeto de ARQUITETURA	M²	5.000	30,11	150.550,00
2	Elaboração estudos e projeto de Instalações Elétricas, CFTV e Cabeamento Estruturado.	M²	5.000	24,08	120.400,00
3	Elaboração estudos e projeto de Instalações Hidrossanitárias, Águas Pluviais e Drenagem de sistemas de Ar-Condicionado.	M²	5.000	4,81	24.050,00
4	Elaboração estudos e projeto de Instalações PCI - Prevenção e Combate à Incêndios	M²	5.000	7,45	37.250,00
5	Elaboração de Projetos de SPDA, para edificações novas e reformas, com detalhamentos, memoriais descritivos e de cálculo e quantitativos de materiais.	M²	5.000	4,77	23.850,00
6	Elaboração estudos e projeto de Instalações de Rede de Gases Medicinais	M²	3.000	2,98	8.940,00
7	Elaboração estudos e projetos de instalação de sistema de ar-condicionado tipo VRF, em edificações.	M²	3.000	16,21	48.630,00
8	Elaboração estudos e projetos de infraestrutura viária	KM	30	15.346,73	460.401,90

Segue em anexo análise realizada pelo departamento técnico (setor de engenharia), **onde a empresa comprovou e ficará habilitada apenas para os itens 1,2,3,6**. A CPL analisou a documentação , constatando que a empresa atendeu as exigências editalícias, sendo julgada HABILITADA apenas para os itens comprovados mediante documentação enviada. Não havendo mais nada a tratar, lavra-se a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 06 de Setembro de 2022.

Rithyene Gomes da Silva	
Presidente da CPL	
Maria Regina Quirino Alves	Vanessa Silva Rezende
Membro da CPL	Membro da CPL

PORTARIA INTERNA Nº 006/2022/SME – MATRÍCULA, REMATRÍCULA E COMPOSIÇÃO DE TURMAS NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT

Estabelece critérios, normas e procedimentos para matrícula inicial, rematrícula e composição de turmas na Educação Básica para o Ano Letivo de 2023, nas Escolas da Rede Pública Municipal de Pedra Preta/MT, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, e,

Considerando a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

Considerando a Resolução nº 02/2015/CEE/MT que estabelece normas aplicáveis para a Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências;

Considerando a Resolução Nº 001/2012/CEE/MT que fixa normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso.

Considerando a Resolução Normativa nº 03/2013-CEE/MT que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Art.1º. Estabelecer os critérios para a realização do processo de matrícula, rematrícula das crianças/alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Pedra Preta/MT para o ano letivo de 2023, que compreende as etapas de renovação da matrícula e matrícula de novos alunos.

Art.2º. Determinar que a Equipe Gestora e Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar de cada Unidade de Ensino organizem a composição de turmas para o Ano Letivo de 2023.

Art.3º. Definir que a Secretaria da Unidade de Ensino realize o cadastro de turmas, no Sistema Educacional OMEGA, observando as seguintes orientações:

I. Cadastrar as turmas no Sistema Educacional para possibilitar as matrículas das crianças/alunos;

II. As turmas deverão ser cadastradas no Sistema Educacional com data inicial de matrícula

Art.4°.Programação Cronológica de renovação e/ou matrículas na Rede Municipal de Ensino:

a) **3/10/2022 a 14/10/2022** - Renovação de matrículas dos alunos já atendidos nas Unidades de Ensino urbanas e Escolas do Campo.

b) A partir do dia **18/10/2022** - Matrículas dos novos alunos nas Unidades Escolares.

c) Caberá ao secretário(a) escolar, orientado(a) pelo diretor escolar ou coordenador pedagógico, no início do ano letivo e até o último dia ***do 1º bimestre***, realizar os processos de enturmação/classificação e reclassificação dos alunos seguindo os dispositivos da Resolução nº 02/2015/CEE/MT e Ata da SME.

d) A cada final de Processo as Unidades de Ensino deverão informar a SME a relação nominal de crianças/alunos por fase e período de atendimento.

e) Para as matrículas e funcionamento dos Centros Educação Infantil serão regulamentadas em Portaria específica.

Art. 5º. Compete aos Diretores das Unidades de Ensino:

I. Apresentar as informações necessárias à SME até o dia **19/9/2022**, impreterivelmente, para a composição do Quadro de Oferta de Turmas e Vagas para o ano letivo de 2023;

II. Zelar pelo cumprimento da entrega dos documentos exigidos nesta Portaria bem como monitorar o preenchimento das informações fornecidas pelo responsável legal da criança;

III. Proceder à análise e verificação das informações e/ou documentos atrelados demandados, durante o processo de Matrícula e quaisquer de suas etapas, além de proferir as orientações necessárias.

IV. Divulgar em tempo hábil para toda comunidade escolar o cronograma das ações referente ao processo de renovação das matrículas para os estudantes que permanecerão na Unidade de Ensino, bem como o início das matrículas novas para o Ano Letivo de 2023.

V. Averiguar se todos os pais e/ou responsáveis pelas crianças matriculadas na Unidade de Ensino foram informados com antecedência sobre o período de rematrícula.

Art. 6º. O processo de Rematrícula é obrigatório e deverá ser devidamente informada aos pais ou responsáveis legais das crianças/alunos com antecedência, objetivando atualizações cadastrais.

I. Os avisos referentes ao período de rematrícula e Matrícula inicial nas Unidades da Rede Pública Municipal deverão ser registrados e arquivados para comprovação das informações.

II. Os pais ou responsáveis legais, que não comparecerem na Unidade de Ensino no período estipulado para a Rematrícula deverão realizar o processo de Matrícula Inicial, se houver vagas na respectiva unidade.

Art. 7º. No processo de Rematrícula, o Secretário Escolar da Unidade de Ensino, deverá conferir e atualizar os dados cadastrais, com arquivamento dos documentos pertinentes nas pastas individuais das crianças/alunos, bem como sanar todas as pendências documentais.

Parágrafo Único - As informações prestadas serão de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança/aluno.

Art.8º. Da documentação exigida para efetivação de matrícula da Educação Infantil etapa Pré-escola (Pré I e Pré II), Ensino Fundamental/Anos Iniciais e Educação de jovens e Adultos/EJA - 1º segmento:

a. Foto 3x4 para alunos novatos;

b. Certidão de nascimento da criança, CPF ou RG para os novatos;

c. Cartão de vacinação atualizado - Lei Nº 810/2014 de 28 de outubro de 2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, no ato da matrícula e rematrícula, da Carteira de Vacinação, nas Creches e Escolas Municipais e outras providências;

d. Comprovante de residência atualizado;

e. RG e CPF da mãe, pai ou responsável;

f. Preenchimento da ficha de matrícula e termo de responsabilidade;

g. Cartão bolsa família contendo o número do NIS;

h. Cartão SUS;

j. Tipo sanguíneo para os alunos novos e para os já matriculados que ainda não apresentaram;

k. Laudo, Parecer Médico ou Pedagógico para criança/aluno PCD.

Parágrafo único: Caso, no ato da Matrícula Inicial, houver qualquer pendência documental, fica considerado efetivação da matrícula condicionada à entrega dos documentos pendentes no prazo de até 30(trinta) dias.

Art. 9º. A matrícula no Ensino Fundamental será destinada aos alunos que completarem 6 anos de idade até **31/3/2023**, conforme disposto na Resolução Normativa Nº 002/2015 do CEE-MT.

Art. 10. O aluno que ingressar no ensino fundamental com 7 anos de idade, mesmo sem experiência escolar, deverá ser matriculado no ano correspondente, aplica se o ano de corte, seguindo os dispositivos da Resolução Nº 002/2015-CEE-MT no Art. 68.

Matrícula extraordinária é aquela efetivada fora da época determinada pela escola e tem a finalidade de reintegrar os estudantes com idade escolar, que se encontram fora da escola, pela impossibilidade de terem sido matriculados na época determinada.

*Parágrafo Único – Caberá à unidade desenvolver um **PROJETO DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO** ao aluno que ingressar fora da idade regular de acordo com a Resolução Normativa 002/2015 do CEE-MT de 29 de abril de 2015.*

Art.11. A matrícula na Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1° Segmento, será destinada aos alunos a partir dos 15 anos completos, conforme o disposto no Art. 6º da Resolução 005/2011/CEE/MT.

Art.12. Os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados em classes comuns do Ensino Regular e no **Atendimento Educacional Especializado/AEE**, ofertado em salas de AEE da Rede Municipal.

Art.13. Os parâmetros para a organização das turmas deverão respeitar as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas especificidades:

§ 1º - quantificação mínima e máxima, dos alunos PCDs, por turma, do seguinte modo:

a) em classes comuns: até 2 (dois) alunos, no máximo, por turma;

b) em classes de AEE compostas por, no mínimo, de 8 (oito) alunos e máximo, por 15 (quinze) alunos.

c) alunos com deficiência física (Poliomielite, espinha bífida e outras) deverão ser matriculados em turmas sem redução de aluno por turma.

Art. 14. A matrícula na Pré-Escola deve ser efetivada para as crianças que completarem 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade até 31 de março do ano letivo em curso dessa matrícula, garantindo assim, o acesso, em idade própria, ao Ensino Fundamental;

Parágrafo Único – A quantidade mínima de crianças para abertura de turmas/classe de Pré I e Pré II será de 25 (vinte e cinco) exceto as escolas do campo de acordo com suas especificidades.

Art.15. Nas unidades escolares onde não houver espaço físico ou número de alunos suficientes para formação de turma o atendimento funcionará em regime de multiturmas.

Art.16. Os casos específicos como escola do campo e outras especificidades serão analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art.17. As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, observando a quantidade mínima e máxima estabelecida nesta Portaria.

Art.18. Para o agrupamento dos alunos no Ensino Fundamental de Ciclo de Formação Humana observará as seguintes idades:

I. 1º ano: 6 anos de idade até o dia 31 de março de 2023;

II. 2º ano: 7 anos de idade até o dia 31 de março de 2023;

III. 3º ano: 8 anos de idade até o dia 31 de março de 2023;

IV. 4º ano: 9 anos de idade até o dia 31 de março de 2023;

V. 5º ano: 10 anos de idade até o dia 31 de março de 2023;

VI. EJA: A partir dos 15 anos de idade.

Art.19. Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando o Ensino Fundamental deverão ser atendidos em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos/EJA ou em outras unidades de ensino como salas anexas a Escola Autorizada para ofertar a Modalidade em questão.

Art. 20**.** A composição das turmas para as **Unidades da Rede Pública Municipal** será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios:

I. Etapa/Ano/Quantidade.

ETAPA/ANO		Nº de alunos por turma em classe comum	Nº de alunos por turma em classe com PCD	Monitor
Educação Infantil/Pré Escola	Pré I	25	23	Sim
	Pré II	25	23	Sim
Ensino Fundamental Anos iniciais	1º ANO	25	23	Não
	2º ANO	25	23	Não
	3º ANO	25	23	Não
	4º ANO	25	23	Não
	5º ANO	25	23	Não
EJA	1º segmento	22	20	Não

II. Para as escolas da sede em que as turmas não atingirem o número de alunos determinados no inciso I, no caput deste artigo a Unidade de Ensino deverá informar a SME **até três dias antes da atribuição dos docentes** para adoção das medidas legais cabíveis.

III. Para as Escolas do Campo, caso não atinjam o número mínimo de alunos por turma estabelecido no inciso I no caput deste artigo, a SME junto à direção escolar deve avaliar e organizar uma nova composição.

IV. As Escolas do Campo com número igual ou inferior a 100 alunos, a composição de turmas poderá ser organizadas em Multifases de acordo com a necessidade observando o número de alunos matriculados com anuência da direção escolar das respectivas unidades juntamente com a SME.

V. **A criança/aluno que chegar após a data base de matrícula será incluída na unidade de ensino que houver a vaga**, caso não haja vaga em nenhuma das unidades observando o número máximo por turma estabelecido nesta Portaria, a SME encaminhará criança/aluno a unidade que houver menor número de crianças na turma de sua faixa etária observando tanto os dados no sistema Educacional OMEGA quanto o endereço da criança.

Art. 21. Somente será considerada a formação de turmas que obedecerem aos critérios de composição descritos nos incisos I, II, III e IV do Artigo 20 desta Portaria.

Art. 22. As turmas, que no decorrer do ano letivo vigente, não tiverem com o número mínimo de alunos estabelecidos nesta Portaria, serão colocadas sob análise da SME para remanejamento desde que haja oferta na Unidade ou em Unidades próximas considerando as especificidades quanto à localização e oferta.

Art. 23. Nas turmas da Educação Infantil (Pré I e Pré II) com matrículas inferiores a 25 alunos por turma não lotará o monitor;

Art. 24. A escola que oferta o 1º Segmento da EJA que não atingir o número de alunos por turma previsto no Inciso I, Art. 20, funcionará em regime multiturma;

Art. 25. As Unidades Municipais do Campo que não atingirem o número de alunos previstos no inciso II, Art. 20 desta Portaria, será organizada em turma multifase na educação infantil e/ou no Ensino Fundamental/Anos Iniciais (1º ao 5º ano) com atendimento em unidocência;

Art. 26. Os alunos com deficiência física em que a criança não se locomove sozinha (poliomielite, espinha bífica e outras) deverão ser matriculados em turmas sem redução de número de alunos por turma, uma vez que se tem a garantia do atendimento de um monitor.

Art.27. Os estudantes com necessidades educacionais especiais, definidos como estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na Educação Básica, terão garantidos os serviços de apoio pedagógico especializado específico para atender a suas necessidades educacionais, conforme legislação vigente.

Art.28. Caberá a Secretaria Municipal de Educação acompanhar, orientar e organizar a composição das turmas durante o ano letivo, organizar o quadro de pessoal e fazer cumprir os dispositivos desta Portaria.

Art.29. Compete a Equipe Gestora da Unidade de Ensino e Secretaria Municipal de Educação acompanhar e monitorar bimestralmente, a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta Portaria, e proceder os ajustes de turmas e quadro de pessoal da instituição.

Parágrafo único. Em havendo a necessidade de ajustes no número de alunos/turmas, a SME encaminhará a solicitação para Unidade Escolar.

Art. 30. Os casos omissos desta Portaria serão definidos, posteriormente, junto a SME de acordo com as leis vigentes e as resoluções em vigor no Conselho Estadual de Educação.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta, 13 de setembro de 2022.

Vilmar Gregório Garcia

Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 195/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DECRETO Nº 195, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ R$ 120.779,10 (cento e vinte mil setecentos e setenta e nove reais e dez centavos), no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação		
11.000.00.000.0000.0.000.		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**
11.001.00.000.0000.0.000.		**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**
11.001.10.302.0007.2.061.		**MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**
402 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO 120.000,00
11.001.10.305.0008.2.077.		**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA**
453 - 3.1.90.13.00.00	3	OBRIGAÇÕES PATRONAIS 799,10

Total Suplementação: 120.799,10

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento/Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

11.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

11.001.10.122.0005.2.047. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE

SAÚDE

331 - 3.3.90.39.00.00 **11.001.10.302.0005.1.022.**	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA CENTRAL DE REGULAÇÃO**	799,10
376 - 4.4.90.52.00.00	3	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
11.001.10.305.0008.2.073.		**REALIZAÇÃO DAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO**	
447 - 3.3.90.39.00.00 **11.001.10.305.0008.2.074.**	3	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA **AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE AO MOSQUITO AEDES**	30.000,00
		AEGYPTI E CARAMUJO AFRICANO	
448 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
11.001.10.305.0008.2.076.		**AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDOS DE DOENÇAS PREVINÍVEIS**	
450 - 3.3.90.30.00.00	3	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00

Total Redução: 120.799,10

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 14 de Setembro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

7º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2020 - GENILDA MARTINS ARRUDA

7º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 020/2020

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO:GENILDA MARTINS ARRUDA **CPF:** 352.605.801-68	
MODALIDADE: DISPENSA Nº 001/2020	**DATA: 05/09/2022**
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo a Prorrogação de Prazo: **O Prazo prorrogado para mais** 2 (dois) meses**, estendendo-se até o dia 12 de Novembro de 2022 e o valor mensal de** R$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais)	
Valor: 1.300,00 (Um mil e trezentos reais).	
PRAZO: 12/09/2022 a 12/11/2022	

CONTRATO Nº 117/2022 - DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CONTRATO Nº 117/2022

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
CONTRATADO: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA **CNPJ:**01.016.616/0001-13	
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2022	**DATA: 14/09/2022**
OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é: Aquisição de 01 (um) Veículo automotor tipo Pick Up para atender ao Termo de Convênio 1903-2022 da Secretaria de Estado de Assistência Social – SETASC com a Secretaria de Assistência Social do município, conforme especificações do termo de referência o qual integra este instrumento, independente de transcrição.	
VALOR: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).	
VIGÊNCIA: 14/09/2022 a 14/09/2023	
DOTAÇÃO: Dot. Orçamentária: Red: 259 Órgão/Unidade: 08.001 Secretaria de Assistência Social Função/Subfunção: 08.122 assistência social/ administração geral Programa/Projeto Atividade: 2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Fonte Recurso: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS Dot. Orçamentária: Red: 503 Órgão/Unidade: 08.001 Secretaria de Assistência Social Função/Subfunção: 08.122 assistência social/ administração geral Programa/Projeto Atividade: 2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Fonte Recurso: 176 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	

ATA DE JULGAMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

ATA DE JULGAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO DO TIPO CREDENCIAMENTO N° 002/2022

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E TOPOGRAFIA.

No dia seis do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, ás oito horas e trinta minutos, na Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, sito á Avenida Fernando Correa da Costa, nº 940, Centro, reuniu-se a comissão de licitação, constituída através de ato da Prefeita Municipal por meio da Portaria n° 448 de 01 de Setembro de 2022. Deu-se início ao julgamento dos documentos de habilitação da empresa **GEOQI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 24.604.722/0001-13**. A empresa protocolou o envelope de documentação para participação no CREDENCIAMENTO N° 002/2022, indicando **GUTTO MARTINS NEVES BOM DESPACHO, ANGÉLICA PEREIRA PINHEIRO E RENAN QUEIROZ NUNES** como profissional técnico a ser credenciado para a execução dos serviços conforme proposta enviada pela empresa, dos seguintes itens:

Ordem	Descrição do objeto	Und.	Qtd.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	Elaboração estudos e projeto de ARQUITETURA	M²	5.000	30,11	150.550,00
2	Elaboração estudos e projeto de Instalações Elétricas, CFTV e Cabeamento Estruturado.	M²	5.000	24,08	120.400,00
3	Elaboração estudos e projeto de Instalações Hidrossanitárias, Águas Pluviais e Drenagem de sistemas de Ar-Condicionado.	M²	5.000	4,81	24.050,00
4	Elaboração estudos e projeto de Instalações PCI - Prevenção e Combate à Incêndios	M²	5.000	7,45	37.250,00
5	Elaboração de Projetos de SPDA, para edificações novas e reformas, com detalhamentos, memoriais descritivos e de cálculo e quantitativos de materiais.	M²	5.000	4,77	23.850,00
6	Elaboração estudos e projeto de Instalações de Rede de Gases Medicinais	M²	3.000	2,98	8.940,00
7	Elaboração estudos e projetos de instalação de sistema de ar-condicionado tipo VRF, em edificações.	M²	3.000	16,21	48.630,00
8	Elaboração estudos e projetos de infraestrutura viária	KM	30	15.346,73	460.401,90
9	Elaboração estudos e projetos de recuperação de infraestrutura viária existente	M²	100.000	0,90	90.000,00
10	Elaboração de estudos e projetos urbanização e paisagismo de áreas públicas, inclusive canteiro centrais.	M²	30.000	9,89	296.700,00
11	Elaboração de levantamentos topográficos planimétricos urbano, acompanhado de laudos e memoriais destinados à regularização fundiária.	M²	100.000	0,75	75.000,00
12	Elaboração estudos e projetos de drenagem urbana.	KM	20	1.587,50	31.750,00
13	Projeto arquitetônico e complementares de Centro Cultural Multiuso.	M²	10.000	64,57	645.700,00
14	Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de equipamentos urbanos destinados à prática desportiva, tais como: quadras poliesportivas, ginásios de esporte, pistas de atletismo, pista de skate, campos de futebol, miniestádios e congêneres.	M²	15.000	23,26	348.900,00

15	Elaboração de Projeto de Pré Moldado Com Estrutura Metálica de Cobertura.	M²	10.000	8,94	89.400,00
16	Elaboração de projetos de ponte de madeira, para estradas vicinais.	M	150	370	55.500,00

A CPL analisou a documentação , constatando que a empresa não atendeu a todas exigências editalícias, sendo julgada INABILITADA, pois a documentação enviada não é capaz de demonstrar todas as exigências relacionada aos atestados de capacidade técnica. Segue em anexo parecer técnico do Setor de Engenharia. Não havendo mais nada a tratar, lavra-se a presente ata que segue assinada pelos presentes.

Pedra Preta - MT, 06 de Setembro de 2022.

Rithyene Gomes da Silva	
Presidente da CPL	
Maria Regina Quirino Alves	Vanessa Silva Rezende
Membro da CPL	Membro da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE ADESÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT. EXTRATO DE ADESÃO AO

PR PRESENCIAL Nº 009/2022. ATA DE RP Nº 003/2022 – SOB GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT.

OBJETO DA ATA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL QUALIFICADO A PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA NA GESTÃO DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, NA GESTÃO DE SAÚDE E ATENÇÃO ESPECIALIZADA (SERVIÇO DE APOIO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE). APOIO AOS SETORES DE PROGRAMAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO. CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, REGULAÇÃO, CONTROLE SOCIAL, SUPORTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES VOLTADAS PARA EQUIPES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PLANALTO DA SERRA-MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA. Data do aviso de intenção: **30/08/2022.** Data da autorização do gestor **13/09/2022**. Aceite da empresa **FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELI-ME**, **CNPJ 17.286.917/0001-05 em 02/09/2022. TOTAL GERAL ADERIDO**: R$ 38.500,00. **CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES – Pregoeira.**

PORTARIA N° 244/2022.

PORTARIA N° 244/2022.

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SERVIDORA ALCRENE SOARES CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de férias a servidora, **ALCRENE SOARES CAMPOS**, matricula 1378, lotada na Secretaria Municipal de Assistência social Gestão e Trabalho no cargo de Conselheira Tutelar no período de 06/09/2022 a 05/11/2022, referente aos **exercícios de 2020 e 2021**, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 06 de novembro de 2022.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 06 de setembro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N°246/2022

PORTARIA N°246/2022

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA EM TRATAMENTO DE SAÚDE, A SERVIDORA MONICA MIRANDADO CARMO"

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108 da Lei 398/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença de 90 (noventa) dias para acompanhamento de pessoa da família (filha) em tratamento de saúde, à servidora **MONICA MIRANDA DO CARMO**, matricula 300, servidora efetiva no cargo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e trabalho, com vencimentos integrais a partir de 06/09/2022 e termino 06/12/2022, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 07 de dezembro 2022.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 06 de setembro de 2022.

Natal Alves De Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

LEI Nº 610 DE 28 DE MAIO DE 2022.

"*Abre crédito adicional especial no orçamento-programa do Município de Planalto da Serra e dá outras providências*".

Natal Alves de Assis Sobrinho, Prefeito Municipal de Planalto da Serra/MT em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional especial no valor de R$ 1.000,00 (Mil Reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0011 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPAS

0001 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPAS

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0045 – APOIO À GESTÃO

1.802.0000000 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

2109 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM IMPAS

3.3.90.40.00.00 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.....R$ 1.000,00

TOTAL .....R$ 1.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta lei, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0011 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPAS

0001 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - IMPAS

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

1.802.0000000 - RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

9999 – RESERVA DE CONTINGENCIA DO IMPAS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 1.000,00

TOTAL .... R$ 1.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Planalto da Serra- MT, 14 de Setembro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 249/2022.

PORTARIA N° 249/2022.

"DISPÕE SOBRE AUXILIO DOENÇA À SERVIDORA OLIMPIA FERREIRA MACEDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando a Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019, Artigo 9º:c.c. Artigo 1º da Portaria 21.233/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de benefício de Auxilio Doença, a servidora **OLIMPIA FERREIRA MACEDO**, matricula 1456, efetiva no cargo de Auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 15/08/2022 e termino 14/11/2022, conforme Laudo médico pericial de auxilio doença, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 15 de novembro de 2022.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 14 de setembro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N°247/2022

PORTARIA N°247/2022

"DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA EM TRATAMENTO DE SAÚDE, A SERVIDORA MIRIAM EVANGELISTA DOS SANTOS"

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108 da Lei 398/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença de 90 (noventa) dias para acompanhamento de pessoa da família (cônjuge) em tratamento de saúde, à servidora **MIRIAN EVANGELISTA DOS SANTOS**, matricula 520, servidora efetiva no cargo de Agente de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação FUNDEB 70%, com vencimentos integrais a partir de 11/07/2022 e termino 10/10/2022, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 11 de outubro 2022.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, 01 de setembro de 2022.

Natal Alves De Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 245/2022.

PORTARIA N° 245/2022.

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SERVIDORA TEREZINHA APARECIDA ROSA DE SIQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias a servidora, **TEREZINHA APARECIDA ROSA DE SIQUEIRA**, matricula 31, lotada na Secretaria Municipal de Admiração, no cargo de Oficial Administrativo no período de 12/09/2022 a 21/09/2022, referente ao **exercício de 2020**, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 22 de setembro de 2022.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 12 de setembro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 248/2022

PORTARIA N° 248/2022.

"DISPÕE SOBRE AUXILIO DOENÇA DA SERVIDORA MARIA LINA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando a Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019, Artigo 9º:c.c. Artigo 1º da Portaria 21.233/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de benefício de Auxilio Doença a servidora, **MARIA LINA DA SILVA**, matricula 359, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação Fundeb 70%, no período de 03/09/2022 e termino 03/12/2022, conforme Laudo médico pericial de auxilio doença, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 02 de dezembro de 2022.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 03 de setembro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 033/2022

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2022- **JORNAL Nº 4051- DATA: 20/08/2022 – Página: 537**

LEIA-SE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2022

CONTRATO Nº 33/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, CNPJ/MF: 26.804.377/0001-97

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA, EM AMBIENTE WEB, INCLUINDO O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DESTINADO ÀS

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POCONÉ/MT.

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Municipal de Saúde	07.002.10.122.0009.2083.3.3.90.39.1.500.1002000 07.002.10.301.0010.2130.3.3.90.39.1.500.1002000
	07.002.10.302.0011.2089.3.3.90.39.1.500.1002000
Secretaria Municipal de Educação	06.001.12.122.0008.2057.3.3.90.39.1.500.1001000
Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Renda	05.001.08.122.0005.2020.3.3.90.39.1.500.0000000

Valor Global: R$ 201.355,00 (duzentos e um mil trezentos e cinquenta e cinco reais).

Período: 11 meses

Poconé, 03 de agosto de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2022

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 38/2022

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **JOÃO PAULO SEVERINO DA SILVA - ME**

CNPJ: 19.038.204/0001-40

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA FOR-NECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA-MT.

VALOR: R$ 778.506,87 (setecentos e setenta e oito mil quinhentos e seis reais e oitenta e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2022

VIGENCIA:15/09/2022 à 31/12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE SUPRESSÃO

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO

PROCESSO Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 07/2022, PREGÃO ELETRONICO nº 03/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2022

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2022, DE FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL DE UTILIZAÇÃO AUTOMOTIVA (GASOLINA COMUM), QUE ENTRE SI CELEBRAM MARCOS H. B. PINHEIRO E MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, POR INTERMÉDIO.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT.

EMPRESA: MARCOS H.B. PINHEIROS -EPP CNPJ: 05.156.937/0001-74

OBJETO:O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão do Diesel S10 6,57% (seis vírgula cinqüenta e sete por cento), Diesel comum 7,72 % (sete virgula setenta e dois por cento) e Gasolina Comum 12,91% (Doze virgula noventa e um por cento), do valor inicial atualizado do contrato firmado entre as partes, a partir de 14/09/2022, com fundamento no parágrafo primeiro ou inciso II, parágrafo segundo do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Com a presente supressão, o percentual total de supressão do valor inicial atualizado do contrato é de 27,20% (vinte sete virgula vinte por cento), percentual este que advém da soma da redução atual, indicada no item 1.1., com a(s) redução(ões) implementada(s) por meio do(s) Termo(s)

DO VALOR :Ante a queda do valor dos combustíveis, necessário se faz a supressão dos valores conforme segue abaixo:

Item	Und	Preço de Custo da Ultima Aquisição	Preço Registrado em Ata/ Última Atualização	Novo Valor de Aquisição	Preço Atualizado
Diesel S10	litro	R$ 7,05	R$ 7,91	R$ 6,59	R$ 7,39
Diesel Comum	litro	R$ 6,99	R$ 7,89	R$ 6,45	R$ 7,28
Gasolina Comum	litro	R$ 5,11	R$ 6,40	R$ 4,45	R$ 5,57

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições da Ata de RP.

Este Termo Aditivo só terá validade e eficácia na data da assinatura deste, depois de aprovado pelo Sr. DANIEL ROSA DO LAGO e publicado nos competentes meios de divulgação.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Porto Alegre do Norte-MT, 14 de setembro de 2022.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 26-2022

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2022

A prefeitura de Porto Esperidião-MT, torna público a **Abertura do Pregão Presencial 26/2022,** DO OBJETO: **SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MECÂNICA E ELÉTRICA PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS.**No seguinte local, data e horário: Local: sala de licitações-Data: 26/10/2022 – Horário: 09:00 horas-**Porto Esperidião-MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022 - RONEY BATISTA CARDOSO-PREGOEIRO.**

DECRETO Nº 50/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO Nº 50/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL; E PONTO FACULTATIVO NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando a consternação pelo falecimento de servidor do Município de Porto Esperidião, o médico **Dr. João Oswaldo Rau**, que atuava com muita seriedade e dedicação a população Portense;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial por três dias a partir desta data, em todo o território municipal, em decorrência do falecimento do médico **Dr. João Oswaldo Rau**.

Art. 2º. Fica decretado Ponto Facultativo o dia 13/09/2022, terça-feira, em todas as **Unidades da Secretaria Municipal de Saúde**.

Parágrafo único. Deve ser observada, pelo dirigente da respectiva repartição, a manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data.

Porto Esperidião/MT, em 12 de setembro de 2022.

Martins Dias de Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE EDITAL CONCURSO 01/2022

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA

CONCURSO N.º 001/2022

A PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIÃO/MT, torna público a abertura do CONCURSO de N.º 001/2022. **OBJETO:** Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – **(OSCIP). -** DATA: 31/10/2022 - HORÁRIO: 09:00 HORAS - LOCAL: Sala de Licitações da Pref. Mun. Porto Esperidião/MT. - END: Avenida 13 de Maio-555 Centro-Fone:(65) 3225-1139. licitacaoporto@gmail.com

Porto Esperidião/MT, 14 de Setembro de 2022–Roney Cardoso–Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ABERTURA INEX. 15-2022 CHAMADA PUBLICA 02/2022

PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

CHAMADA PUBLICA nº 02/2022

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, Torna público a **chamada pública** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNERÁRIA.** Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta no período de: **15 de setembro a 01 Outubro de 2022.**

até às 09:00 horas, na sala da sala de licitações Avenida treze de maio – 555- Centro, Porto Esperidi**ão-MT.**

Porto Esperidião-MT, 14 de Setembro de 2022. –Roney Cardoso – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 057/2022

Pregão Eletrônico nº 007/2022

Objeto: Registro de preços do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para realização propaganda volante em carro de som e som mecânico para atender e divulgar os programas e serviços da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº. 057/2022, na modalidade pregão eletrônico nº 007/2022 para registro de preços do tipo menor preço por item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para realização propaganda volante em carro de som e som mecânico para atender e divulgar os programas e serviços da prefeitura municipal de Porto Estrela MT, conforme especificações constantes no anexo i deste edital, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que tratam os autos, considerando o Parecer Jurídico emitido pela procuradoria do município e especialmente o resultado do julgamento proferido pelo pregoeiro e equipe de apoio e em conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02 e suas posteriores alterações;

DESTA FORMA RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, **adjudicando** seus objetos a empresa **VALDERIS DA SILVA BORGES ME**, portadora do CNPJ: Nº 10.667.291/0001-20, que sagrou-se vencedora dos itens 01 e 02 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ 292.210,00 (duzentos e noventa e dois mil duzentos e dez reais).

Porto Estrela/MT, 14 de setembro de 2022.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 018/2022.

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, através de seu pregoeiro oficial, com a autorização do Gestor Municipal, faz saber a todos os interessados que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa para aquisição de forma parcelada de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da Municipalidade, que **acontecerá no dia 28 de setembro de 2022, às 09:30h (horário de Brasília) na plataforma da ComprasBR**, o edital completo, suas alterações e demais informações poderão ser obtido por meio do endereço eletrônico: www.portoestrela.mt.gov.br, www.comprasbr.com ou através do Departamento de Licitações desta prefeitura, no horário de expediente.

Porto Estrela – MT, 14 de setembro de 2022.

Hiago Carlos da Silva

Pregoeiro Oficial

Portaria Nº 090/2022

SAD
DECRETO Nº 086, DE 01 DE SETEMBRO DE 2022. DISPÕE SOBRE A INDICAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA O CARGO DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 05 de novembro de 2019, que julgou, por meio da ADI 282-1, e declarou inconstitucional o Artigo 237, inciso IV da Constituição do Estado de Mato Grosso que versa sobre as eleições diretas (com a participação da comunidade escolar) para a escolha do cargo de Diretor Escolar;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;

CONSIDERANDO aLei nº 013, de 18 de março de 2008, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Municipal de Porto Estrela – MT";

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 106, de 23 de fevereiro de 2022, que "Dispõe sobre a "Revisão Geral Anual de Vencimentos dos Ocupantes de Cargos de Professor, Supervisor e Orientador de Porto Estrela- MT, e dá outras providências**"**;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que tange sobre o Plano Nacional de Educação (PNE);

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 746 de 25 de agosto de 2022, que estabelece normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios do Estado de Mato Grosso no produto de arrecadação do ICMS – IPM/ICMS e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 736, de 19 de julho de 2022, que tange sobre o Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Porto Estrela-MT;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

A**rt. 1º** A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar será realizada com a efetiva participação da comunidade escolar das unidades de ensino, por intermédio de consulta, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para nomeação.

§1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de pessoas que compõem os seguintes segmentos:

I – Pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade);

II – Alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos;

III – membros do magistério lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino;

§2º Caso a comunidade escolar não indique pelo menos um dos nomes inscritos, dentro dos critérios legais, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o nome para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, dentro do quadro do magistério.

§3º Nas novas Unidades Escolares que serão inauguradas, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o ocupante do cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, dentro do quadro do magistério, por um período de 01 (um) ano.

Art. 2º Os interessados a pleitear ao cargo de Diretor de Unidade Escolar, deverão procurar a Secretaria Municipal de Educação para preencher uma ficha de inscrição com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência das Assembleias.

Art. 3º Será dividido o peso das indicações na seguinte proporcionalidade:

I – 50% (cinquenta por cento) para os membros do magistério lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino e dos funcionários da unidade;

II – 50% (cinquenta por cento) para pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade) e alunos da unidade escolar, com idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos;

§1º Para aferição do resultado final não será considerado o total de indicações obtidas **§2º** Os candidatos indicados serão levados para o Chefe do Poder Executivo para apreciação e efetivar a nomeação do nome por ele escolhido

Art. 4º Poderá ocupar o cargo de Diretor de Unidade Escolar o servidor de carreira que preencha os seguintes requisitos:

I – Efetivo e estável que ocupe cargo de provimento municipal no quadro de profissionais da Educação;

II – Ser habilitado em Licenciatura Plena em Pedagogia ou normal superior;

III – Estar apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária;

IV – Comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação;

V – Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto no art. 5º deste Decreto;

VI – Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar (declaração emitida pelo setor de RH);

VII – A gestão do Diretor corresponde a um período de 2 (dois) anos, permitida uma nova nomeação caso o gestor tenha cumprido com todas as atribuições que lhes foram incumbidas nos artigos deste decreto.

Art. 5º São atribuições do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar:

a) representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

b) coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento vigentes;

c) coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando os resultados da unidade mediante o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

d) manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

e) dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas e adotadas pelos órgãos do sistema de ensino;

f) submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados as Unidades Executoras Próprias (UEX);

g) divulgar, com fidedignidade, a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

h) coordenar o processo de avaliação das ações administrativas, pedagógicas e técnico administrativo-financeiras desenvolvidas na escola em consonância com os objetivos e metas da unidade escolar;

i) apresentar, anualmente, à Secretaria de Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna institucional da escola definindo coletivamente as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

j) cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, em especial o estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 6º Os servidores indicados pela comunidade escolar, deverão ser aqueles que se encontram lotados nas unidades escolares.

Art. 7º Após escolha realizada pela Comunidade escolar, antes da apreciação e escolha por parte do Chefe do Poder Executivo, deverá (ão) o (s) indicado(s) apresentar(em) à Secretaria Municipal de Educação o Plano de Trabalho Pedagógico a ser desenvolvido nas unidades escolares.

Art. 8º A cada dois (02) anos, a Secretaria Municipal de Educação, promoverá a participação da comunidade escolar, para a indicação dos nomes ao cargo de diretor das respectivas escolas municipais.

Parágrafo Único. O não atingimento das metas estabelecidas pelo INEP em seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, bem como, a constatação de baixo índice de avaliação de alfabetização na pré-escola, poderá ensejar em novo processo de escolha na unidade, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Fica instituído que o coordenador pedagógico de cada unidade escolar será indicado pela Secretária Municipal de Educação, concomitantemente com o Diretor da Unidade Escolar.

Art. 10º O cargo de diretor de unidade escolar, trata-se de cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, conforme art. 9º, inciso 1º da Lei Complementar n.º 013/2008.

Art. 11º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Porto Estrela, 01 de setembro de 2022

EUGENIO PELACHIM

Prefeito Municipal

TÂNIA CANDIDA LEONEL PAPA

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2022 - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2022

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 'SRP' Nº. 007/2022.

Processo Administrativo nº 057/2022

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preços do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para realização propaganda volante em carro de som e som mecânico para atender e divulgar os programas e serviços da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT.

Assinatura: 14 de setembro de 2022.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preços Registrados para o seguinte item: 01 e 02.

Valor Total: R$ 292.210,00 (duzentos e noventa e dois mil duzentos e dez reais)

Empresa: VALDERIS DA SILVA BORGES ME
CNPJ: 10.667.291/0001-20
Endereço: Rua Tancredo de Almeida Neves, s/n, Centro, Porto Estrela - MT, CEP 78.398-000

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

SAD
PORTARIA MUNICIPAL Nº 164/2022 (DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO LEVANTAMENTO DE DIARIA E ADIANTAMENTO SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS EXERCICIOS DE 2021 E 2022).

EUGENIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituída Comissão Especial destinada ao levantamento de diárias e adiantementos sem a devida prestação de contas nos exercícios de 2020 e 2021

Artigo 2º - A Comissão terá a responsabilidade de realizar levantamentos das diárias e adiantamentos sem a devida pretação de contas, referentes aos exercícios de2020 e 2021, e instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, contra os servidores apontados nos levantamentos para proceder a devolução dos valores.

Paragrafo Único- Nos casos em que for apurado a não apresentação de prestação de contas e a não devolução dos valores, o respectivo processo administrativo devera ser encaminhado para o Secretario de Administração e Finanças para inscrição dos valores na divida ativa municipal e para Procurador Municipal para adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

Artigo 3º - A Comissão terá a seguinte composição:

Nome: SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS DE MELO

Nome: VALDINEI NATALINO CORREIA DE SOUZA

Nome: HIAGO CARLOS DA SILVA

Nome: ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO

Nome: BEATRIZ DA COSTA PAPA

Artigo 4º - Os trabalhos de referencia Comissão serão acompanhados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Interna do Municipio.

Artigo 5º - A comissão terá o prazo de 150 dias da publicação desse decreto para concluir os trabalhos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2022

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2022

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RETIFICAR:

ONDE SE LÊ: OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal para 27 linhas para uso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT.

VALOR: R$ 17.505,72 (dezessete mil quinhentos e cinco reais e setenta e dois centavos).

LEIA-SE: ONDE SE LÊ: OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal para 27 linhas para uso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT.

VALOR: R$ 4.376,43 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de setembro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo nº 059/2022

Pregão Eletrônico nº 017/2022

Objeto: Registro de preços, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual aquisição de forma parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel S10 e Diesel Comum), para toda frota do Município de Porto Estrela/MT.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº. 059/2022, na modalidade pregão eletrônico nº 017/2022 para Registro de preços, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual aquisição de forma parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel S10 e Diesel Comum), para toda frota do Município de Porto Estrela/MT, conforme especificações constantes no anexo i deste edital, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que tratam os autos, considerando o Parecer Jurídico emitido pela procuradoria do município e especialmente o resultado do julgamento proferido pelo pregoeiro e equipe de apoio e em conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02 e suas posteriores alterações;

DESTA FORMA RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, **adjudicando** seus objetos a empresa **FERRARI & FERRARI LTDA**, portadora do CNPJ: Nº 05.976.143/0001-57, que sagrou-se vencedora dos itens 01, 02, 03 e 04 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ 899.920,00 (oitocentos e noventa e nove mil novecentos e vinte reais).

Porto Estrela/MT, 14 de setembro de 2022.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA / DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA / DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RETIFICAR:

ONDE SE LÊ: O Prefeito Municipal, Sr. **Eugênio Pelachim**, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, sobre a presente contratação fulcrada no inc. II do art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa TELEFONICA BRASIL S.A.**,** CNPJ nº 02.558.157/0001-62, com o valor total de R$ 17.505,72 (dezessete mil quinhentos e cinco reais e setenta e dois centavos) para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal para 27 linhas para uso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT, resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. **LEIA-SE:** O Prefeito Municipal, Sr. **Eugênio Pelachim**, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, sobre a presente contratação fulcrada no inc. II do art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa TELEFONICA BRASIL S.A.**,** CNPJ nº 02.558.157/0001-62, com o valor total de R$ 4.376,43 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos) para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal para 27 linhas para uso dos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT, resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de setembro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2022 - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2022

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 'SRP' Nº. 017/2022.

Processo Administrativo nº 059/2022

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preços, do tipo menor preço por Item, com a finalidade de selecionar a melhor proposta, para futura e eventual aquisição de forma parcelada de combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel S10 e Diesel Comum), para toda frota do Município de Porto Estrela/MT.

Assinatura: 14 de setembro de 2022.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preços Registrados para o seguinte item: 01, 02, 03 e 04.

Valor Total: R$ 899.920,00 (oitocentos e noventa e nove mil novecentos e vinte reais)

Empresa: FERRARI & FERRARI LTDA
CNPJ: 05.976.143/0001-57
Endereço: Av. José Antônio de Faria, s/nº, Centro, Cep 78.398-000, Porto Estrela – MT

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2022

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RETIFICAR:

ONDE SE LÊ: HOMOLOGAR, a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2022, adjudicando seus objetos, a empresa TELEFONICA BRASIL S.A**,** CNPJ: sob nº 02.558.157/0001-62, com o valor total de R$ 17.505,72 (dezessete mil quinhentos e cinco reais e setenta e dois centavos). **LEIA-SE: HOMOLOGAR**, a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2022, adjudicando seus objetos, a empresa **TELEFONICA BRASIL S.A,** CNPJ: sob nº 02.558.157/0001-62, com o valor total de R$ 4.376,43 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos).

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de setembro de 2022.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, inscrita no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, torna público o REQUERIMENTO de LICENÇA AMBIENTAL para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura (SEMATUR), referente ao Projeto de substituição de pontes por bueiros, localizados no Município de Porto dos Gaúchos – MT.

Ramon Abraão de Paula

Engenheiro Civil – CREA/SP 5070772107

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

EXTRATO DO CONTRATO N° 216/2022 - INEXIGIBILIDADE N° 013/2022 - PROCESSO N° 088/2022.

Processo Licitatório 088/2022 – Inexigibilidade 013/2022

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 216/2022

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA: **SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOÃO BATISTA. CNPJ n° 03.128.118/0001-98**

OBJETO: LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO JOÃO BATISTA PARA O FUNCIONAMENTO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE POXORÉU/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

VIGENCIA: **12 (DOZE) meses de R$ 15.000,00 (quinze mil reais0>**

DATA: 04 de agosto de 2022

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°010/2022

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Edital Pregão Presencial Nº 010/2022, de 14 de setembro de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório do Pregão Presencial nº 010/2022, de 14 de Setembro de 2022, com o resultado em favor da empresa, **UDSON DANILO DO NASCIMENTO FERREIRA 03880160198,** inscrita no CNPJ n° 46.569.436/0001-05, no Valor global de 35. 600,00(trinta e cinco mil e seiscentos reais), e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

Poxoréu,14 de Setembro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

1° TERMO ADITIVO - REAJUSTE DE VALOR - ADESÃO N° 021/2021 - CONTRATO N° 002/2022.

1° TERMO DE ADITIVO Tipo de Operação: Valor – REAJUSTE DE VALOR.

1° Termo aditivo do contrato nº. 002/2022, decorrente da Adesão a Ata de Registro de Preço n° 021/2021 de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO.
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 03.408.911/0001-40, com endereço em AVENIDA BRASILIA, 809, JARDIM DAS AMERICAS, POXOREU-MT, 78800000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Antônio Paim, e a empresa **LUZ & CIA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº. 31.075.299/0001-77, com sede no endereço Rua UM (Lot JD. Alencastro), n° 4646B – Esquina Fernando C. Costa Lot JD. Alencastro, Bairro: Coxipó, CEP: 78.085-008, neste ato representada por **CARLOS ALBERTO MENDONÇA**, portador do CPF: 229.630.651-91 e RG: 921.0691-2 SSP/MT, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valor na importância de **R$ 123.000,00** (cento e vinte e três mil reais), CONSIDERANDO O PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS O QUAL SOLICITOU O ACRÉSCIMO NO SALDO **QUANTITATIVO DE 25%** (Vinte e cinco por cento) de um total de 1.000 (mil) luminárias, sendo assim o valor aditivo fica em R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais), com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8. 666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração. E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
POXOREU 14 de setembro de 2022.
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU LUZ & CIA EIRELI CNPJ:03.408.911/0001-40 CNPJ:31.075.299/0001-77
NELSON ANTÔNIO PAIM CARLOS ALBERTO MENDONÇA
PREFEITO MUNICIPAL RG nº 921.0691-2 SSP/MT
CPF: 229.630.651-91
REPRESENTANTE LEGAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público aos interessados que no Processo Licitatório n°059/2022, no tocante a Tomada de Preços n.º 006/2022 realizada na data de 15/08/2022, cujo o seu julgamento ocorreu às 7h:30min, na Prefeitura Mu-

nicipal de Poxoréu, e que devido a recurso na fase de Habilitação, o julgameno das propostas ocorreu no dia 08/09/2022 na Sala de Licitações, à Av. Brasília, n.º 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT. Portanto sagra-se vencedora do certame a Empresa: a empresa **L DANIELLY GOMES, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.543.150/000156,** com o valor global de **R$ 544.152,58** (quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Prefeitura de Poxoréu-MT, 08 de setembro de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

EXTRATO DO CONTRATO N° 215/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2022 - CONTRATO N° 215/2022.

Processo Licitatório 087/2022 – Pregão Presencial 010/2022 – Registro de Preço n° 050/2022.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 215/2022.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT**.

CONTRATADA: **UDSON DANILO DO NASCIMENTO FERREIRA 03880160198**, CNPJ n°: 46.569.439/0001-05

VALOR GLOBAL: **R$ 35.600,00** (trinta e cinco mil e seiscentos reais).

OBJETO: EXECUÇÃO DE MEIO FIO E SARJETAS NO BAIRRO JARDIM POPULAR.

VIGENCIA: 12 (DOZE) meses

DATA: 14 de setembro de 2022.

NELSON ANTONIO PAIM

PREFEITO DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 066/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 066/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR (SEDE)

Classificação	Nome	CPF
47º	JOSIMEIRE DE ALMEIDA CARDOSO	893.XXX.XXX-87

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 14 de setembro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 012/2022

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 012/2022

REGISTRO DE PREÇOS 057/2022

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 012/2022, Registro de Preço n° 057/2022**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECOMPOSIÇÃO DE PAVIEMNTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS DO BAIRRO-CENTRO COM UMA ÁREA DE 1.731,62 M²,** cuja abertura ocorreu as oito horas do dia 02 de setembro de 2022, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – UDSON DANILO DO NASCIMENTO FERREIRA 03880160198, inscrita no CNPJ n° 46.569.436.0001-05, no Valor global de 61.400,00;

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 14 de setembro de 2022.

ÂNGELA CRISTINA GOMES RABELO

PREGOEIRA OFICIAL

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE N° 013/2022 - PROCESSO N° 088/2022.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inexigibilidade Nº 013/2022, de 04 de agosto de 2022)

Homologo e Adjudico a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório de Inexigibilidade nº 013/2022, de 04 de agosto de 2022, com o resultado em favor da empresa, **1 – SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOÃO BATISTA,** inscrita no CNPJ n° 03.128.118/0001-98, no Valor global de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). E autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 04 de agosto de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

LICITAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2022 – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2022

Despacho de revogação de processo Licitatório em razão da necessidade de **alteração do projeto básico, cujo objeto não atende em sua totalidade as necessidades do evento, referente aos itens a serem contratados.**

O Sr. **JONAS CAMPOS VIEIRA**, **Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal-MT**, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO a necessidade de **alteração do projeto básico, cujo objeto não atende em sua totalidade as necessidades do evento, referente aos itens a serem contratados**, com vistas a orientação ofertado no parecer jurídico e buscando uma aquisição satisfatória e para melhor atender ao interesse da administração RESOLVE: REVOGAR em 14 de Setembro de 2022 todos os seus termos e, por interesse da administração, o processo licitatório sob. Nº. 062/2022, e consequentemente a licitação PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2022, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EVENTO ESTRUTURAL (PALCO, ILUMINAÇÃO, GERADOR, CAMARIM, PAINEL LED) PARA O 13º FEIARTE E FEST PRAIA 2022 DE RESERVA DO CABAÇAL-MT, QUE ACONTECERA NA DATA DO DIA 14, 15 E 16 DE OUTUBRO DE 2022.

Destaca-se a administração pública pode revogar seus atos a qualquer momento, conforme dispõe a Súmula do STF nº 473, *in verbis:*

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Destaca-se o fato de que o assessor jurídico municipal, em seu parecer jurídico, opinou pela revogação total do certame, deixando claro que a avaliação de conveniência e oportunidade é de competência do gestor, e que cabe somente a ele decidir quanto ao prosseguimento ou não do certame.

Sendo assim, considerando a orientação jurídica, e o embasamento jurisprudencial, lembrando que cabe somente ao gestor a decisão, esse decide por dá –se como revogado todo o PROCESSO licitatório Nº 062/2022 – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2022.

Reserva do Cabaçal- MT; 14 de Setembro de 2022.

JONAS CAMPOS VIEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - ESTADO DE MATO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2022

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, vem a público informar o resultado do Pregão Presencial n. 27/2022, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICAS VISANDO ATENDER TODAS AS SECRETARIAS, realizada dia 14 de Setembro de 2022 às 07h:30min, foi considerada deserta, face a ausência de interessados. Assim, reabre-se o prazo para realização de novo certame, devendo ocorrer a Sessão Pública do Pregão no dia 28 de Setembro de 2022 às 07h30min; Local: sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira MT na Av. Padre João Bosco, n. 2.067 - . Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital completo continuará à disposição dos interessados no Site: www.ribeiraocascalheira.mt.gov.br, Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (66) 3489- 1838

.

Ribeirão Cascalheira-MT, 14 de Setembro de 2022.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

LEI Nº 781, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a Gestão Democrática nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Ribeirãozinho - MT e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃOZINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhor ***RONIVON PARREIRA DAS NEVES,*** no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a toda população do município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Gestão Democrática tem por finalidade efetivar os processos de organização e gestão baseados em dinâmicas que promovam as decisões coletivas nas unidades escolares municipais.

Art. 2º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, em conformidade com o Art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96 será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

I. Corresponsabilidade entre Poder Público e sociedade na gestão da escola;

II. Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da comunidade escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor da escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares;

III. Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;

IV. Eficiência no uso dos recursos financeiros;

V. Liberdade de organizar segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas.

TÍTULO II

DA AUTONOMIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 3º A administração das unidades escolares públicas municipais e da rede que compõem a gestão única será exercida pelos seguintes segmentos:

I – Diretor:

II - Órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar.

Art. 4º A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 5º O Diretor Escolar responderá por todas as Unidades Escolares do Município de Ribeirãozinho – MT, independente do número de estudantes matriculados, será nomeado pelo Chefe do Executivo, após aprovação em processo de seleção dos candidatos a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Será nomeado um único Coordenador Pedagógico que atuará em conjunto com o Diretor Escolar em todas as Unidades Escolares.

Art. 6º Compete ao Diretor:

I. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II. Trabalhar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e, outros processos de planejamento;

III. Coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola assegurando a sua unidade, bem como o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos zelando em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação;

V. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI. Submeter ao conselho deliberativo da comunidade escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar e registrados em ata;

VII. Divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola;

IX. Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, bem como a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas;

X. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 7º As Unidades de Ensino deverão organizar e efetivar seu planejamento com princípio à Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.

Parágrafo Único: A Comunidade Escolar é constituída pelos profissionais da educação que atuam na unidade escolar, os alunos regularmente matriculados, os pais e responsáveis.

Art. 8° Para assumir a função de Diretor Escolar, o servidor candidato ao cargo deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I. Ser profissional da educação, ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério na Rede Pública Municipal, desde que possua curso superior na área da Educação.

II. Estar em exercício de atividade de no mínimo 02 (dois) anos em alguma unidade escolar;

III. Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais comprovado por meio de certidão cível e criminal (no âmbito estadual e federal);

IV. Apresentar proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social da comunidade escolar para a qual irá se inscrever;

V. Não ter recebido, no exercício de função pública, advertência escrita, nos últimos três anos;

VI. Não ter respondido, no exercício de função pública, processo administrativo disciplinar, nos últimos três anos.

VII. Ter sido aprovado nas etapas determinadas no art. 11 desta Lei e ter a maioria dos votos nas eleições para Diretor da Escola.

Parágrafo Único: Caso não haja professor efetivo com 2 (dois) anos de função na unidade escolar, poderá inscrever-se o professor que tenha 1 (um) ano de exercício em qualquer escola pública da Rede Municipal de Ensino, ou ainda professor que está atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º O Exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos, com possibilidade a uma única recondução por igual período após passar pelo processo de candidatura descrito nesta Lei novamente.

Art. 10º Após as etapas prevista no art. 11 desta Lei, tiver mais de um candidato classificado, haverá eleição por votação, onde o candidato deverá ter a maioria dos votos.

§1º Poderão exercer o direito de voto:

a) O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

b) Os pais dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

c) Os funcionários lotados nas unidades escolares.

§ 2º A Unidade Escolar que não tiver candidatos inscritos para participar no processo seletivo, caberá ao Secretaria Municipal de Educação a indicação do profissional que preencha os requisitos cumulativos previstos no artigo 8º, desta lei, para nomeação.

§ 3º - Caso o Diretor Escolar em exercício fique impossibilitado de cumprir suas funções poderá ser nomeado substituto indicado pela Secretaria Municipal de Educação do Município, que preencha os requisitos previstos no Artigo 8º desta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 11 Será publicado Edital de Chamamento Público, para a seleção dos profissionais, que cumprem os pré-requisitos, aptos a assumir a função de Diretor Escolar, mediante processo seletivo, no qual será aferida a competência técnico-pedagógica dos candidatos por meio das seguintes etapas:

I. Etapa 1: Avaliação Psicológica;

II. Etapa 2: Formação sobre Gestão aos candidatos;

III. Etapa 3: Entrega do Plano de Gestão Anual à Secretaria Municipal de Educação;

IV. Etapa 4: Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato;

V. Etapa 5: Prova escrita;

VI. Etapa 6: Apresentação de Títulos.

VII. Etapa 7: Processo de votação se houver um ou mais candidatos classificados nas etapas anteriores.

Art. 12 Será composta uma Comissão para conduzir o Processo de Seleção de candidatos à Diretor Escolar, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 8º, e bem como avaliar as etapas previstas no artigo 11, desta Lei.

Parágrafo único: A Comissão do Processo de Seleção será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13 O Diretor Escolar e sua gestão serão avaliados, anualmente, por uma comissão nomeada pela Secretária de Educação, conforme regulamentação pautada nas metas elencadas em seu plano de gestão e nos resultados aferidos pelos instrumentos de avaliação institucional municipal.

Art. 14 O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar poderá servir como instrumento para compor os indicadores de monitoramento e avaliação e deverá ser apresentado à Comunidade Escolar no início de cada ano letivo.

Art. 15 O Diretor Escolar assinará termo de compromisso na Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I. Pela aprendizagem dos estudantes;

II. Pelo cumprimento de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais para as escolas em tempo parcial e para as escolas de atendimento em tempo integral, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 1.400 (um mil e quatrocentas) horas anuais.

III. Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar por ato discricionário do chefe do executivo, caso demonstrar:

I. Baixo desempenho, constatado por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação;

II. Infração aos princípios do Administração Pública, ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública;

III. Descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

Art. 17 O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de diretores, professores e demais servidores ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18 O Diretor Escolar em exercício na data da entrada em vigor da presente Lei, permanece na função até que o processo seletivo seja concluído.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 19 A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 20 A autonomia da Gestão das unidades escolares será assegurada pela definição nas propostas pedagógicas específicas do Projeto Político Pedagógico, alinhada aos documentos orientadores nacionais e estaduais vigentes.

SEÇÃO II

DA ESCOLHA DE COORDENADOR PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 21 Considerando que a Coordenação Pedagógica deve ser exercida por profissional comprometido com o Projeto Político Pedagógico tendo como referência clara os campos de conhecimentos, liderança e assegurar a execução dos processos de ações pedagógicas desenvolvidos na escola, a escolha do coordenador pedagógico, far-se-á mediante indicação da Secretaria Municipal de Educação entre os professores efetivos da unidade escolar onde exercerá suas funções, obedecendo os seguintes critérios:

I. Ser professor efetivo ou estabilizado, habilitado em Pedagogia;

II. Na ausência de candidato habilitado em Pedagogia, poderá se candidatar ao exercício da função de Coordenador Pedagógico, professor efetivo ou estabilizado com habilitação em outra área;

III. Não havendo professor efetivo e/ou estável lotado na unidade escolar, caberá à Secretaria Municipal de Educação designar um professor efetivo e/ou estável de outra unidade escolar interessado, que deverá cumprir 40 horas semanais de modo que contemple os turnos de funcionamento.

IV. Não havendo um professor efetivo e/ou estável conforme itens II e III, a Secretária Municipal de Educação, poderá indicar um professor pedagogo contratado.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, podendo ser regulamentados por meio de Decreto Municipal.

Art. 23 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso aos treze dias do mês de Setembro de 2022.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA 013/2022

Processo Administrativo: 039/2022

Dispensa: 013/2022 **Objeto:** Contratação de empresa para **ELABORAÇÃO, CONFECÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS PEÇAS TÉCNICAS (MEMORIAL DESCRITIVO, LITERAIS) DE UM TOTAL DE 1.379 LOTES NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃOZINHO-MT.**

Base legal Art. 75, II DA LEI 14.133/2021. **Contratada**: ORIUM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 40.376.418/0001-12 Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Ribeirãozinho/MT, 14 de setembro de 2022.

Thiago Barbosa Viana

Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

DECRETO Nº DE 14, DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO – MT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS, Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Rio Branco, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e

metas;

b) apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;

c) deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;

d) homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

e) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

f) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

g) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se

reúna mensalmente ou quando necessário de forma presencial ou remota, para apreciar e decidir sobres as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal e na falta deste pelo coordenador do Comitê de Gestão Estratégica.

Art. 4º – Designar com membros do referido Comitê os servidores públicos descrito no anexo I, que terão como responsabilidade as competências descritas no art. 2º deste decreto.

ART. 5º – Designar como usuários no sistema de gerenciamento do Plano Estratégico (Sistema GPE), descritos no art.4º conforme o Anexo I.

Art. 6º – O calendário de atividades será definido por portaria após a publicação deste decreto.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNÍCIPAL DE RIO BRANCO, ESTADO DE MATO GROSSO. Em, 14 de agosto.de 2022.

Registra-se, publique-se e Cumpra-se

LUIZ CARLOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGO NO COMITÊ	NOME DO SERVIDOR	CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA
PRESIDENTE	LUIZ CARLOS	PREFEITO
COORDENADOR	Deyvison Barreto de Souza	Assessor Jurídico
MEMBROS	Keila Nunes de Moura Ribeiro	Secretária de Planejamento
	Marília Pereira	Secretária de Finanças
	Kelly Elenice Freres Coqueiro	Secretária de Adminitração
	Neuza Carlos Almeida	Secretária de Assistência Social
	Maria Aparecida dos Reis Defacio	Secretária de Educação
	Edilene Bezerra da Silva	Secretária de Saúde
	Ene Augusto de Assunção	Secretário de Obras
	Adnilson zanol	Secretário de Cultura Turismo e Meio Ambiente
	Joelso de Souza	Controle Interno
	Caíke Almeida Vilas Novas	Engenheiro Civil
	Monaliza Dos Santos Santana	Fiscal de Tributos
	Cleverson Dantas da Rocha	Enfermeiro
	Edinalva Elizete de Souza	Coordenadora do Cadastro Unico
	Jhessy Malone Da Conceição	Técnica Administrativa

PORTARIA N.º 243, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA N.º 243, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Dispõe sobre a Nomeação do Pregoeiro Substituto e da outras providências"

O Sr. LUIZ CARLOS, Prefeito Municipal, de **RIO BRANCO – MT**, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei, no uso das suas atribuições legais;

Considerando que, por motivos de força maior, a Pregoeira Oficial não poderá exercer a função pelos próximos dias.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o senhor REINALDO HEVERTON FERRAZ DE OLIVEIRA, para a função de Pregoeiro Substituto.

Art. 2° - O Pregoeiro Substituto, substituirá a Pregoeira Oficial, Senhora VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES, no período de 15 a 23 de setembro de 2022.

Art. 3° - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco – MT, 14 de setembro de 2022.

LUIZ CARLOS

Prefeito Municipal

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.023.997/0001-72, com sede na Avenida Cerejeiras, nº 90, Fidelândia, Rio Branco – MT, CEP 78.275-000, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS ABAXO RELACIONADOS**, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer:

Item	Quant	Und	Especificação	V. Unit.	V. Total
1	2	Und	AMIGUINHOS EM FORMATO DE BICHINHOS COM 50 PEÇAS		
2	8	Und	BIG CONSTRUTOR EM MADEIRA COM 50 PEÇAS		
3	2	Und	BLOCOS DE ENCAIXE EXPREÇÕES E EMOÇÕES COM 10 PEÇAS COLORIDAS		
4	12	Und	BLOCOS DE ENCAIXE MACRO BLOCOS PRIMEIRA INFANCIA COM 10 PEÇAS		
5	14	Und	BLOCOS LÓGICOS POLI IDEIAS COM 500 PEÇAS		
6	2	Und	BOLA DE BOBATH 70CM		
7	20	Und	BONECA MENINA BRANCA EM VINIL		
8	20	Und	BONECA MENINA NEGRA EM VINIL		
9	20	Und	BONECA MENINO BRANCO EM VINIL		
10	20	Und	BONECA MENINO NEGRO EM VINIL		
12	1	Und	CIRCUITO DE ATIVIDADES ESCADA, PUFF, RAMPA		
13	2	Und	CONEXÕES COM ENCAIXE-TUBES COM 300 PEÇAS COLORIDAS		
14	2	Und	CONJUNTO DE ENCAIXES MÁGICO COM 400 PEÇAS		
15	5	Und	CONJUNTO DE MAXI BLOCOS - SUPER BABY 25 PEÇAS SUPER GRANDES E COLORIDAS		
16	1	Und	ESCORREGADOR COM BALANÇO		
18	1	Und	KIT FANTOCHES VOM 5 ANIMAIS SILVESTRE		
19	1	Und	GANGORRA 2 LUGARES		
20	1	Und	GANGORRA 3 LUGARES		
21	1	Und	GIRA-GIRA 4 LUGARES		
22	6	Und	JIPE DIVERTIDO 16 PEÇAS COLORIDAS		
23	5	Und	KITS MULTIATIVIDADES COM 7 BRINQUEDOS 76 PEÇAS		
24	3	Und	KITS MULTIATIVIDADES COM 10 BRINQUEDOS 137 PEÇAS		
25	2	Und	MIL IDEIAS VOM 160 PEÇAS VAZADAS		
26	1	Und	PISCINA DE BOLINHAS 150cm (diâmetro) x 30cm (altura).		
27	1	Und	PLAYGROUND I DYNAMIC 143cm (largura) x 150cm (altura) x 250cm (comprimento).		
28	2	Und	POLIBOL COM 50 PEÇAS FORMATO ESTRELA DE 6 PONTAS		
29	2	Und	ROLO DE BOBATH 75X38 CM		
30	1	Und	TEATRO PARA FANTOCHES		
31	2	Und	TÚNEL LÚDICO CENTOPÉIA EM BAGUM COM 4 METROS		
32	2	Und	TÚNEL LÚDICO CENTOPÉIA EM TECIDO COM 3 METROS		

Considerando o exposto e a intenção de realização de dispensa de licitação para a aquisição direta do objeto acima especificado, a Prefeitura TORNA PÚBLICO o interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados pelo prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação. A manifestação de interesse e orçamentos deve ser enviada para o e-mail: licitacao@riobranco.mt.gov.br ou setordecomprasrb@hotmail.com, das 07h00min às 13h00min até o dia 20/09/2022.

Rio Branco – MT, 14 de setembro de 2022.

VANDERLÉIA RODRIGUES ALVES

Presidente da Comissão de Contratação

LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

" Dispõe sobre a alteração da lei municipal nº 592/2012, de 18 de setembro de 2012, para alterar o critério da Escolha para Diretores de Escola Pública Municipal, e dá outras providencias. "

LUIZ CARLOS, Prefeito Municipal de Rio Branco Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele promulgar a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 592 de 18 de setembro de 2012, para disciplinar o processo de escolha dos diretores da escola publica municipal, e dá outras providências.

Art. 2º. A Lei 592 de 18 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 53. O processo de escolha dos Gestores/Diretores Escolar das Escolas Municipais: Ensino Fundamental e Educação Infantil, ocorrerá mediante processo de avaliação por mérito e desempenho, a qual deverá ocorrer simultaneamente em todas as instituições de ensino deste município, para a gestão de 03 (três) anos, com regime de tempo organizado na forma desta Lei e/ou Instrução Normativa expedida pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.

§1º. O ocupante para a função de Gestor/Diretor Escolar da Escola de Ensino Fundamental e de Educação Infantil deverá exercer as suas atividades em forma de dedicação exclusiva.

Art. 54 – A. O calendário para realização do processo de escolha de Gestor/Diretor das Escolas Municipais será determinado em forma de Portarias e/ou Editais, expedidas pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, organizando o cronograma com as três fases do processo de escolha, sendo:

I – Fase I: Inscrição para Candidato a Gestor/Diretor Escolar;

II – Fase II: Avaliação Escrita;

III – Fase III: Análise de Títulos;

IV – Fase IV: Elaboração de Plano de Trabalho de Gestão Escolar;

§1º. A Fase I, será realizada mediante inscrição e homologação, em conformidade com Edital de Seleção para Escolha de Gestor/Diretor, que será estabelecida pela Secretaria de Educação, Desporto e Lazer;

§2º. A Fase II, avaliação escrita, de caráter obrigatório e eliminatório;

§3º. A Fase III, análise de títulos, será realizada de caráter classificatório;

§4º. A Fase IV, Análise do Plano de Gestão Escolar e Apresentação para a Comunidade Escolar;

CAPÍTULO II

FASE I – DAS INSCRIÇÕES

Art. 55. A Fase I – Poderá realizar inscrição para candidatar-se para a função de Gestor/Diretor Escolar, em uma única Escola da rede municipal de ensino, o professor (a) que:

I – Estiver lotado no mínimo a 06 (seis) meses em efetivo exercício, na Escola Municipal, na qual pleiteia a função, na data da posse;

II – For habilitado em curso de nível superior em pedagogia e/ou Pós Graduação em Gestão Escolar e/ou com formação em Licenciatura Plena, caso não haja candidatos com esses requisitos, poderá concorrer os técnicos administrativos educacional com formação em licenciatura plena, conforme prevê na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/1996;

III – Tiver estabilidade de três anos no serviço público municipal na data do processo de escolha;

IV – Os Gestores/Diretores que já atuam na função e desejem ser reconduzidos, deverão estar em dia com as prestações de contas da Escola, dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

V – Os Gestores/Diretores que já atuam na função e desejem ser reconduzidos deverão estar com o preenchimento e acompanhamento do PDDE Interativo dentro dos prazos previstos;

VI – Não tiver sido condenado administrativamente nos 05 (cinco) anos que antecedem o processo;

VII - O Gestor/Diretor que estiver concluindo a gestão deverá estar em dia com a entrega da documentação escolar, de acordo com os prazos estipulados pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.

VIII – Não estar na função de Gestor/Diretor Escolar, nas últimas duas gestões consecutivas;

IX – Apresentar Plano de Gestão Escolar que contemple os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros a ser implementado na Escola;

X - A apresentação do Plano de Trabalho de Gestão Escolar será critério obrigatório para deferimento e homologação das inscrições.

XI – Ter sido aprovado na Fase II - Avaliação Escrita, conforme Edital de Seleção;

Parágrafo Único - A conferência dos documentos da inscrição será realizada pelos membros da Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar para deferimento e homologação das inscrições.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO ESCRITA, ANÁLISE DE TITULOS E APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DE GESTÃO ESCOLAR

Art. 56. A Avaliação Escrita será realizada em caráter classificatório / eliminatório.

§1º. A Prova Escrita será de conhecimentos específicos inerentes a função de Gestor/Diretor Escolar;

§2º. Para ser aprovado na Avaliação Escrita o candidato necessita obter 60% no somatório da avaliação escrita.

Art. 57. A Análise de Títulos, será de caráter classificatório. Sendo adicionada na nota final obtida pelo candidato; a qual se dará somente aos candidatos Aprovados na Avaliação escrita.

Art. 58. A Apresentação do Plano de Trabalho de Gestão Escolar, deverá contemplar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros a ser implementado na Unidade Escolar na qual se pleiteia a função de Gestor/Diretor Escolar e apresentado a Comunidade Escolar, em data a ser definida em cronograma a ser publicado no Edital de Seleção;

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR ESCOLAR

SEÇÃO I

DAS COMISSÕES

Art. 59. A organização do Processo Seletivo, será por conta da Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer, e/ou designar uma empresa externa para a condução do processo seletivo, a qual deverá ser acompanhada por uma Comissão Central para a condução do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar.

SUBSEÇÃO I

DA COMISSÃO CENTRAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DO GESTOR/DIRETOR ESCOLAR

Art. 60. A Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar deverá ser formada pelos seguintes membros:

I – 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da SME – Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo (a) Secretário (a) Municipal de Educação, Desporto e Lazer;

II – 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente dos professores do Ensino Fundamental, escolhido entre seus pares;

III – 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente dos professores de Educação infantil, escolhido entre seus pares;

IV – 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente dos servidores da escola de Ensino Fundamental, escolhido entre seus pares;

V – 01 (um) representante e 01 (um) representante suplente dos servidores da Educação Infantil, escolhido entre seus pares;

VI – 01 (um) advogado do quadro de servidores do Município, indicado pelo Secretário Municipal de Educação, Desporto e Lazer;

VII – 01 (um) titular e 01 (um) suplente representante do Conselho Municipal de Educação;

§1º. Os representantes da Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar serão nomeados através de Portaria.

§2º. Após formada da Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar, os membros da Comissão escolherão um responsável pela presidência da Comissão, sendo este responsável pelos encaminhamentos administrativos da referida Comissão.

Art. 61. A Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar terá as seguintes atribuições:

I – Acompanhar a realização do processo das Fases: Fases I: Inscrição para Candidato a Direção Escolar; Fase II: Avaliação Escrita; Fase III: Análise de Títulos e Fase IV: Elaboração de Plano de Trabalho de Gestão Escolar;

II – Analisar e homologar os documentos dos inscritos no processo de escolha;

III – – Receber, analisar e emitir parecer sobre os recursos interpostos;

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62. Qualquer membro da comunidade escolar poderá, devidamente fundamentado e documentado, em sede de recurso, requerer a impugnação do processo de escolha referente à Instituição de Ensino, junto a Comissão Central do Processo de Escolha do Gestor/Diretor Escolar, após publicação do resultado final, conforme cronograma publicado no Edital de Seleção.

Art. 63. A gestão do Gestor/Diretor terá início no dia 01 de janeiro do ano seguinte ao que ocorreu o processo de escolha para o período completo de 03 (três) anos.

Art. 64. A vacância da função de Gestor/Diretor ocorrerá nos seguintes casos:

I – Pela renúncia;

II – Por condenação irrecorrível em Processo Administrativo Disciplinar ou em Ação Penal;

III – Exoneração;

IV – Licenças previstas na legislação municipal;

V – Falecimento;

VI – Aposentadoria;

VII – Por solicitação, mediante abaixo assinado, da destituição da função do Gestor/Diretor da Escola, por no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comunidade Escolar e após ser ouvido o Conselho Escolar, com manifestação favorável.

§1º. Nas hipóteses previstas no inciso II, o Gestor/Diretor poderá ser afastado de suas funções, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, desde o conhecimento da instauração do processo até o final do julgamento, por decisão fundamentada, para apuração dos fatos.

§2º. Com relação ao disposto no inciso II, primeira parte deste artigo, a função de Gestor/Diretor não será vacante se ao final do processo administrativo forem aplicadas as penas de advertência, repreensão e multa.

§3º. Ao término do lapso de tempo de afastamento e uma vez absolvido o Gestor/Diretor em julgamento, este reassumirá imediatamente suas funções para o restante da gestão ao qual foi escolhido.

§4º. Na hipótese de vacância da função por quaisquer dos motivos previstos nos incisos deste artigo, realizar-se-á a indicação do Poder Executivo para o restante do período da gestão.

Art. 65. Caso o Gestor/Diretor empossado, seja afastado por licença maternidade, licença para tratamento de saúde (acima de 30 dias) ou licença para concorrer a cargo eletivo, será indicado pelo Poder Executivo um Diretor Interino para cumprir as atribuições referentes ao cargo durante o período de afastamento do Gestor/Diretor titular.

Parágrafo único. O Gestor/Diretor escolhido que estiver afastado por licença maternidade ou licença para tratamento saúde não terá prejuízo na sua remuneração.

Art. 66. Caso não houver candidato inscrito para concorrer a vaga na função de Gestor / Diretor Escolar, esta função deverá ser indicada pelo Chefe do Executivo, obedecendo o quadro efetivo dos Profissionais da Educação da rede municipal de ensino deste município, e conforme prevê esta legislação no Capítulo II, Artigo 4, Item II.

Art. 67. As situações não previstas nesta Lei serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer e Comissão Central do Processo de Escolha, no âmbito de suas competências.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando os artigos 53 ao 88, passando a vigorar os artigos 53 a 67 com as alterações previstas nesta lei que altera o processo de Escolha para Diretores de Escola Pública Municipal da Lei Municipal.

Gabinete do prefeito, em 14 de setembro de 2022

Luiz Carlos

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO NO 166/GAB/PMR/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre os critérios e requisitos do Processo de Seleção para designação de Profissionais da Educação para a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Rondolândia/MT.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o Art. 37, da Constituição Federal que dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996 - LDB que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de Dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A, da Constituição Federal, em especial o Artigo 14, que complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III, do caput do art. 5º, desta Lei;

CONSIDERANDO, a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 282-1, do Supremo Tribunal Federal - STF, que declarou inconstitucional os incisos III e IV, do Art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído os critérios e requisitos do Processo de Seleção para selecionar os Profissionais da Educação para desempenhar a função de Diretor Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Rondolândia/MT, a realizar-se em três etapas:

I - Inscrição;

II - Análise de títulos, que terá caráter classificatório;

III - Entrevista dos candidatos que destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando pelo menos, os seguintes componentes:

a) Visão sistêmica;

b) Senso ético;

c) Liderança;

d) Flexibilidade;

e) Comunicação;

f) Comprometimento;

Art. 2º. A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar ocorrerá quando existirem 80 (oitenta) ou mais estudantes matriculados, vindo a formar uma lista tríplice após aprovação em processo de seleção de critérios de mérito e desempenho dos candidatos inscritos ao cargo que será realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1o Listados os candidatos considerados aptos em processo seletivo, a Secretaria Municipal de Educação deverá encaminhar a lista tríplice ao Chefe do Poder Executivo que fará a escolha e nomeação do candidato para os cargos existentes, em conformidade com o interesse da Administração.

§ 2o Para as Unidades Escolares Indígenas será nomeado um profissional, observando os mesmos critérios de mérito e desempenho previstos no Art.

3º, inciso I a IV, e Art. 4º desse decreto, que responderá como diretor escolar de todas as Unidades Indígenas.

Art. 3º. Poderá participar do processo para provimento do cargo em comissão de diretor, os profissionais da educação efetivos da rede pública municipal que comprovem ter:

I - No mínimo, dois anos de experiência em função de docência no Magistério;

II - Está em exercício na unidade escolar;

III - Ter licenciatura Plena na área da Educação;

IV - Pós-Graduação na área da Educação;

V - Curso de formação continuada em Gestão Escolar com carga horária mínima de 80h, ou pós-graduação em Gestão Escolar.

Art. 4º. Será vedada:

I - Participação no Processo de Seleção ao Profissional que nos últimos 05 (cinco) anos tenha sido exonerado, dispensado ou suspenso do exercício da função de Diretor/Coordenador em decorrência de processo administrativo disciplinar e/ou readaptação;

II - Esteja nomeado para o cargo de Diretor a mais de 4 (quatro) anos consecutivos;

III - Estar em processo de aposentadoria; IV - Possuir outro vínculo, municipal, estadual, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função;

Art. 5º. Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos elencados anteriormente a secretaria Municipal de Educação poderá nomear um diretor em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 1(um) ano.

Art. 6º. No ato da posse, o diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Parágrafo Único. Será de 02 (dois) anos o mandato dos Diretores a que se refere este Decreto, sendo permitida única recondução por igual período.

Art. 7º. A cada dois (02) anos, a Secretaria Municipal de Educação, fará a seleção dos candidatos aptos, para a indicação da lista tríplice com os nomes ao cargo de diretor das respectivas escolas municipais para o próximo biênio.

Art. 8º. São atribuições do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar:

I - representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento vigentes;

III - coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando os resultados da unidade mediante o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas e adotadas pelos órgãos do sistema de ensino;

VI - submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar, com fidedignidade, a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações administrativas, pedagógicas e técnico administrativo-financeiras desenvolvidas na escola em consonância com os objetivos e metas da unidade escolar;

IX - apresentar, anualmente, à Secretaria de Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, avaliação interna institucional da escola definindo coletivamente as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

X - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, em especial o estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 9º. Após escolha da lista tríplice pelo Chefe do Poder Executivo, o candidato nomeado deverá apresentar o Plano de Trabalho Pedagógico a ser desenvolvido na unidade escolar a Secretaria Municipal de Educação e a Comunidade Escolar (CDCE).

Art. 10. O CDCE deverá acompanhar, implementar e avaliar periodicamente o Plano de Trabalho Pedagógico juntamente com o diretor escolar.

Art. 11. A gestão escolar será acompanhada diretamente pela Assessoria Pedagógica e Conselho Escolar, e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

§1º Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são:

I - O cumprimento do plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

II - os indicadores de eficiência da escola;

III - Os resultados de aprendizagem dos alunos;

IV - A lisura na gestão financeira;

V- O relacionamento com a comunidade escolar.

§2º A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Secretário(a) Municipal de Educação, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supramencionados.

§3º Os procedimentos, prazos, cronograma de datas e demais informações sobre o Processo de Seleção irão constar em edital, a ser publicado nos diários oficiais e do Paço Municipal e da Câmara Municipal.

Art. 12. O não atingimento das metas estabelecidas pelo INEP em seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, bem como, a constatação de baixo índice de avaliação de alfabetização na pré-escola, poderá ensejar em novo processo de escolha na unidade, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13. Fica instituído a existência de cargo de coordenador pedagógico em cada unidade escolar, quando existirem 100 (cem) ou mais estudantes matriculados, e será indicado pela Secretária Municipal de Educação, concomitantemente com o Diretor da Unidade Escolar, observando os mesmos critérios de mérito e desempenho previstos no Art. 3º, inciso I a IV, e Art. 4º desse decreto.

Art. 14. O cargo de diretor de unidade escolar, trata-se de cargo comissionado de livre nomeação e exoneração, conforme art.37, inciso II da Constituição Federal.

Art. 15. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondolândia/MT, 14 de setembro de 2022.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 22/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 123/GAB/PMR de 14 de Janeiro de 2022, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 022/2022**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 583/2022, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do ***MENOR PREÇO POR ITEM***, objetivando o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO E COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS".**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 28/09/2022 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF);

Início da disputa: 28/09/2022, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 14 de Setembro de 2022.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 028- 2022- - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA A SERVIDORA JOELICE PEREIRA DE OLIVEIRA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2022/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 114/2014.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ***Joelice Pereira de Oliveira,*** ocupante do Cargo efetivo de ***ENFERMEIRA,*** Matricula ***nº 688.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) ***JOELICE PEREIRA DE OLIVEIRA***, ocupante do Cargo efetivo de *ENFERMEIRA*, Matricula nº 688, referente ao período de aquisição compreendido entre 11/07/2017 à 11/07/2022, gozados nos meses de SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO de 2022.

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 14 de setembro de 2022.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 029- 2022- - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO REMUNERADA A SERVIDORA MARIA ORDALIA DE SOUZA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2022/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 761/2010.

ASSUNTO: Concede Licença Prêmio para o(a) Servidor(a) ***MARIA ORDALIA DE SOUZA,*** ocupante do Cargo efetivo de ***MERENDEIRA,*** Matricula ***nº49.***

JOSÉ GUEDES DE SOUZA, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da L.O.M., e,

DECIDO.

1. Deferir a concessão da licença prêmio remunerada para o(a) servidor(a) ***MARIA ORDÁLIA DE SOUZA***, ocupante do Cargo efetivo de *MERENDEIRA*, Matricula nº 49, referente ao período de aquisição compreendido entre 01/04/2005 à 30/03/2020, gozados no período de: **17/08/2022 ATÉ 16/11/2022.**

2. Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias

Rondolândia-MT, 14 de setembro de 2022.

José Guedes de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 159/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, ratifica o processo de inexigibilidade de licitação n.º 159/2022, no lote 05 endocrinologia, com fulcro no parecer Jurídico n.º 281/2022, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: VIOLA ENDOCRINOLOGIA E NUTROLOGIA LTDA com endereço na Rua Elenita Castro Cardoso, 527 – Vila Aurora, Rondonópolis - MT, 78740-038, inscrito no CNPJ: 33.880.794/0001-84 . Objeto: C*onvocação*, para fins de *credenciamento* de *todos* os prestadores de serviços da área de saúde, cadastrados no Sistema Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES, vinculados ou não ao sistema único de saúde, pessoas jurídicas direito privado, filantrópicas sem fins lucrativos e pessoas físicas, interessados em participar, de forma complementar do sistema único de saúde, no credenciamento de empresas especializadas e/ou profissionais na prestação de serviços médicos especializados em angiologia/cirurgia vascular, cardiologia, cirurgião vascular, dermatologia, endocrinologia, ginecologia – alto risco ptgi, infecto pediatra, infectologia, mastologia, neurologia, neuro pediatra, ortopedia, pediatra neonatologista, pneumologia, proctogia, psiquiatria pediátrica, psiquiatria e reumatologia, conforme termo de referência anexo encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde. Valor da inexigibilidade: R$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais). Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Diário Oficial do Município – DIORONDON, jornal de circulação local e jornal Regional A GAZETA, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal de Rondonópolis

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 22/2022"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna públicos a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº 22/2022, tendo como objeto: "Pavimentação e recuperação de pavimento asfáltico, localizado no Distrito Industrial de Rondonópolis/MT (Distrito antigo), conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital", que após a análise detalhada da documentação e proposta apresentada pela empresa participante, foi considerada habilitada, classificada e vencedora deste procedimento licitatório, a empresa: CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA que apresentou o preço global de R$ 68.467.202,50 (sessenta e oito milhões quatrocentos e sessenta e sete mil duzentos e dois reais e cinquenta centavos).

Rondonópolis-MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – 144 à 149 e 151 à 157/2022

O Senhor José Carlos Junqueira de Araújo, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, ratifica o processo de inexigibilidade de licitação nos itens abaixo, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 197/2022, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor da Licitante:

Instrutor de Piano

Inexigibilidade – Profissional – CPF

144 – Rejane Matos – 289.XXX.XXX-49

145 – Marcimeire Araújo Simão – 691.XXX.XXX-68

146 – Elizeu Rodrigues da Silva – 424.XXX.XXX-53

Instrutor de Desenho e Pintura

147 – Marcimeire Araújo Simão – 691.XXX.XXX-68

148 – Higor de Souza Mendes – 054.XXX.XXX-98

149 – Lucineide Pinto da Silva Blass – 851.XXX.XXX-91

Instrutor de Capoeira

151 – Maxoel Inocencio – 748.XXX.XXX-72

152 – Jeferson Geraldo dos Snatos Silva – 120.XXX.XXX-03

153 – Oelane da Silva Moura – 042.XXX.XXX-39

Instrutor de Violão

154 – Euripedes dos Reis Pereira – 315.XXX.XXX-68.

Instrutor de Flauta

155 – Elisabeth Carneiro de Souza Rocha – 535.XXX.XXX-68

Instrutor de Bateria

156 – Paulo Henrique Lima Gabriel – 024.XXX.XXX-00

Instrutor de Ballet Clássico

157 – Igor Ferreira Rodrigues – 061.XXX.XXX-60

Objeto: Contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços referentes a profissionais capacitados para o desenvolvimento de oficinas artístico-culturais para atender a demanda do projeto arte na escola, vinculado a Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Educação.

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Diário Oficial da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Diário Oficial do Município – Diorondon e no jornal de circulação local A Tribuna e jornal A Gazeta, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 14 de setembro de 2022.

José Carlos Junqueira de Araújo

Prefeito Municipal de Rondonópolis

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 122/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 122/2022**, com fulcro no *Parecer Jurídico n.º 325/2022/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD*, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: **OTTOBONI COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA,** com endereço na Estrada dos três rios, nº 1943, Bairro Freguesia (Jacarepagua), CEP: 22. 745-004, Rio de Janeiro - RJ, **inscrito no CNPJ: 01.073.371/0001-66.**

SOLICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RONDONÓPOLIS - MT.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R$ 40.900,00 (quarenta mil e novecentos reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal A Gazeta,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 12 de setembro 2022.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°82-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **AQUISIÇÃO DE TABUAS ARTESANAIS PERSONALIZADAS ATENDENDO ASSIM A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 44/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **RADUAN DO AMARAL GUBERT 05866358158**, inscrita no CPF n° 24.091.471.0001-10;

DATA DA ASSINATURA: 08 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°80-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **AQUISIÇAO DE UM MICROSCOPIO BINOCULAR NIKON E200, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAUDE DE ROSARIO OESTE - MT.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 40/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **MEDSERV-MT SERVICOS E MANUTENÇÕES**, inscrita no CPF n° **42.383.212/0001-45** ;

DATA DA ASSINATURA: 06 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°81-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021- PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO– MT PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS, E BRINQUEDOS PEDAGOGICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDAES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE-MT**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRI DE CARONA N. 05/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **CYAN PAPELARIA E MATERIAL DE INFORMATICA**, inscrita no CPF n° **20.357366/0001-20**;

DATA DA ASSINATURA: 06 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO N° 110/2021

Texto:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, NA GESTÃO DA SAÚDE E ATENÇÃO ESPECIALIZADA (SERVIÇO DE APOIO A MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE). APOIO AOS SETORES DE PROGRAMAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, REGULAÇÃO, CONTROLE SOCIAL, SUPORTE NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA DE SAÚDE, QUALIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E CAPACITAÇÕES VOLTADAS PARA EQUIPES DA SMS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE– MT.**

CONTRATADA: **FACILITA GESTÃO PÚBLICA EIRELI - ME,** , inscrita no CNPJ N. 17.286.917/0001-05;

ASSINADA EM: 15 de julho de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°77-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **ADESÃO AO PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NO MUNICÍPIO DE NOBRES-MT-CARONA 04/2022**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE CARONA N. 04/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CPF n° 14.050.302/0001-89;

DATA DA ASSINATURA: 02 DE SETEMBRO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 114 - 2022

PORTARIA N.º 114/2022

de 14 de Setembro de 2.022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Compulsória ao servidor Sr. Honorato Rodrigues da Silva."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, **ALEX STEVES BERTO**, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Artigo 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 12, incisos II da Lei Municipal nº. 975/2004, que Instituiu o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rosário Oeste/MT com redação alterada pela Lei Municipal nº 1463/2016; Lei Municipal nº 1243/2011, que versa acerca do PCCS dos servidores da Educação da Municipalidade de Rosário Oeste; e ainda a Lei Municipal n° 1.645/2021, de 30 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a aplicação do RGA dos servidores públicos do quadro da Educação da administração pública.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria Compulsória**, ao **Sr. HONORATO RODRIGUES DA SILVA**, casado, portador do RG n.º 160. 775 SSP/MT e do CPF n.º 772.899.271-68, residente e domiciliado no Município de Rosário Oeste/MT, servidor efetivo, no cargo de Guarda Municipal de Patrimônio, Classe A, Nível 10, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o n.º 114, contando com **28 anos e 03 meses** de tempo de contribuição, **com proventos proporcionais,** conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, nº. **2022. 01.00004P,** até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, **tendo seus efeitos legais a partir de 23 de dezembro de 2021**, e efeitos financeiros a partir de 01.09.2022, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito em Rosário Oeste - MT, 14 de Setembro de 2022.

DOUGLAS BOTELHO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

ALEX STEVES BERTO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO N° 42/2022

Texto:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM FORNECIMENTO EM BOLOS E SALGADOS TÍPICOS, PARA ATENDER OS EVENTOS CULTURAIS E FESTIVOS DAS SECRETARIAS DE GOVERNO E AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT**

CONTRATADA: **JUCIMARA CRESTINE DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ N. 35.358.987/0001-03;

ASSINADA EM: 01 de agosto de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°76-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO ÉCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT E SUAS SECRETARIAS.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 42/2022, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **ALLEGRATUR AGENCIA DE VIAGENSE TURISMO LTDA**, inscrita no CPF n° 19.627.377/0001-01 ;

DATA DA ASSINATURA: 30 DE AGOSTO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° ADITIVO DO CONTRATO N° 96/2021

Texto:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS E FORNECIMENTO DE URNAS DE MORTUÁRIO, A FIM DE ATENDER AS FAMÍLIAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL DESTE MUNICÍPIO

CONTRATADA: **MARTINS MARQUES E MENDONÇA**, inscrita no CNPJ N. 08.015.965/0001-60;

ASSINADA EM: 01 de julho de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 13/2022

Texto:

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL, AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

CONTRATADA **COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELLI** , inscrita no CNPJ N. 09.315.996/0001-07;

ASSINADA EM: 01 de agosto de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº06/2022

Texto:

OBJETO: **REFERE-SE À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) AMBULANCIAS, TIPO SIMPLES REMOÇÃO, A FIM DEATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE DE ROSÁRIO OESTE/MT.**

CONTRATADA: **SANTA CATARINA COMERCIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ N. 29.016.738/0001-29;

ASSINADA EM: 18 de julho de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N°74-2022

OBJETO:

Objeto do presente instrumento é a. **SOLICITAÇÃO REFERENTE A MATERIAIS PARA LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE. ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.**

O PRESENTE CONTRATO FOI ATRAVÉS DO PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2021, NOS TERMOS DA LEI N° 8.666/93.

EMPRESA: **WN DIAGNOSTICA**, , inscrita no CPF n° 09.100.467/0001-88;

DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO 2022;

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° ADITIVO DE REEQUILÍBRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 59/2021

Texto:

OBJETO: **SOLICITAÇÃO REFERENTE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAUDE. ATENDENDO AS NECESSIDADES DESSA SECRETARIA DE SAUDE.FARMACIA BASICA**

CONTRATADA: **GOLDENPLUS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR LTDA,** , inscrita no CNPJ N. 17.472.278/0001-64;

ASSINADA EM: 01 de agosto de 2022.

ALEX STEVES BERTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

JURÍDICO
DECRETO N. 61, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Acrescenta os incisos XVII e XVIII ao art. 4º do Decreto n. 60, de 09 de setembro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que houve omissão na designação dos membros integrantes do Comitê de Gestão Estratégica do Município de Salto do Céu/MT, instituído pelo Decreto n. 60, de 09 de setembro de 2022, acerca de representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º. Ficam acrescentados os incisos XVII e XVIII ao art. 4º do Decreto n. 60, de 09 de setembro de 2022:

Art. 4º*. (...)*

XVII – AURIANE ALVES PRATA – Secretária Municipal de Saúde;

XVIII - KEILLA SOARES OLIVEIRA – Assessora Administrativa dos Programas de Saúde;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**,** revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu/MT, 14 de setembro de 2022.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 166/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

PORTARIA N.º 166/2022 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

REMOVE O SERVIDOR JOSIMAR SILVA DE OLIVEIRA, LOTADO NO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA PRESTAR SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 069/93, art.43.

RESOLVE:

Art. 1º. Remove a partir de 01 de Setembro de 2022 o servidor; **JOSIMAR SILVA DE OLIVEIRA**, Cargo: **GUARDA**, Órgão Unidade: Secretaria Municipal Assistência Social, para prestar os mesmos serviços na Secretaria Municipal De Obras.

Art. 2º. Ficam assegurados os direitos funcionais legalmente adquiridos pela Servidora de que trata esta Portaria.

Art. 3º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 12 de Setembro de 2022.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

PREFEIT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO

PREFEITURA DE SALTO DO CÉU - MT

AVISO DE ADESÃO Nº 008/2022

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2022 – PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO-ES

A Prefeitura de Salto do Céu – MT, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados a adesão a Ata de Registro de Preços Nº. 094/2022, proveniente do Pregão Eletrônico (SRP) Nº. 000019/2022, Processo Administrativo nº 266/2021", realizado pela Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo/ES, que teve como vencedora a empresa **ROTOCYCLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICO EIRELI CNPJ: 34.914.897/0001-80,** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de PLAYGROUNDS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, especificados no Termo de Referência, anexo ao Edital de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 0000019/2022.Sendo que a Prefeitura de Salto do Céu – MT, fará adesão ao ITEM 04 para aquisição de 01 PLAYGROUND do item aderido da Ata supramencionada.

Salto do Céu – MT 14 de Setembro de 2022.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
APOSTILAMENTO

SEXTOTERMO DE APOSTILAMENTO

Para fins de restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro inicial, bem como a relação entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante na Ata de Registro de Preços nº 036/2021 no item (02), proveniente do Pregão Presencial nº 052/2021, respectivamente a empresa **B. ROSA BISPO – EPP, CNPJ: 09.403.3015/0001-54** e a Prefeitura de Salto do Céu – MT, pactuaram para a justa remuneração do fornecimento do combustível (gasolina aditivada), destinado aos veículos da prefeitura, durante o exercício de 2021/2022, realiza-se através do presente termo, o apostilamento relativo ao REDUÇÃO/DEFLAÇÃO verificada no preço do combustível gasolina aditivada, conforme a seguir. Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c & 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.648 de 27/05/98 e cláusula oitava, parágrafos primeiro, segundo e terceiro - do Reajuste da Ata de Registro de Preços nº 036/2021.

Fica retificado os preços praticados no período de **12/08/2022 à 26/08/2022**, com o valor a ser praticado a partir desta data.

PERÍODO	VALOR POR LITRO DE GASOLINA R$
26/08/2022 à 12/09/2022	R$ 5,88
A partir de 13/09/2022 à 23/12/2022	R$ 5,78

Salto do Céu – MT, 13 de Setembro 2022**.**

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

- Prefeito -

B. ROSA BISPO – EPP

CNPJ: 09.403.315/0001-54

Bruna Rosa Bispo

Proprietária

CONTABILIDADE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF 2° QUADRIMESTRE DE 2022

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA RGF 2° QUADRIMETRE DE 2022

O Prefeito Municipal de Salto do Céu – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber a quem interessar que, fará realizar Audiência pública, no dia **22 de Setembro de 2022, ás 09:00 hs**, através de LIVE ON-LINE na página oficial de Facebook deste município, com o seguinte endereço eletrônico: https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipalDeSaltoDoCeu, para apresentação e discussão dos anexos integrantes do **RGF** – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, referente ao **2º QUADRIMESTRE DE 2022**.

Salto do Céu – MT, 13 de Setembro de 2022.

MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal

JURÍDICO
PORTARIA N. 004, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a adesão do Sistema Municipal de Educação de Salto do Céu/MT ao Referencial Curricular Estadual (Educação Infantil e Ensino Fundamental), alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), *e dá outras providências.*

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Portaria nº 067/2021 de janeiro de 2021, e

CONSIDERANDO o preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996) e nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é referência nacional para os Sistemas de Ensino construírem e revisarem seus currículos e propostas pedagógicas;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 1º da Resolução CNE/CP N. 02/2017, em que os Sistemas de Ensino, entre outros, deverão avançar na construção de formas de organização que julguem necessárias, à BNCC;

CONSIDERANDO que os Currículos Escolares de Educação Básica devem adotar a BNCC como referência e incluir parte diversificada, de forma integrada;

CONSIDERANDO que as instituições e redes de ensino devem alinhar seus currículos à BNCC;

CONSIDERANDO o PARECER N. 001/2018-CEE/MT, aprovado em 28/11/2018, em conjunto pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME e UNCME);

RESOLVE:

Art. 1º. O Sistema Municipal de Educação de Salto do Céu/MT faz adesão integral ao Referencial Curricular Estadual (Educação Infantil e Ensino Fundamental), alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com o PARECER N. 001/2018-CEE/MT, aprovado em 28/11/2018, em conjunto pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME e UNCME).

Art. 2º. O Sistema Municipal de Educação de Salto do Céu/MT já vinha adotando o Referencial Curricular Estadual (Educação Infantil e Ensino Fundamental), aprovado em 28/11/2018, em conjunto pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME e UNCME), desde o ano de 2019.

Art. 3º. O Referencial Curricular Estadual (Educação Infantil e Ensino Fundamental) deverá continuar sendo implementado ao Sistema Municipal de Educação de Salto do Céu/MT, de acordo com as orientações emanadas pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e pelo Conselho Municipal de Educação de Salto do Céu/MT, sempre alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 4º. O Referencial Curricular Estadual (Educação Infantil e Ensino Fundamental), alinhado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com o PARECER N. 001/2018-CEE/MT, aprovado em 28/11/2018, em conjunto pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME e UNCME), encontra-se anexo e faz parte integrante desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE – PUBLIQUE-SE – CUMPRA-SE.

Salto do Céu/MT, 13 de setembro de 2022.

Cléria Aparecida Costa Cardoso

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Port. Nº 067/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 008/2022

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

Resultado de Licitação Tomada de Preço n° 008/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO NO MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. A Comissão Permanente de Licitação vem á público divulgar o resultado da Tomada de Preço n° 008/2022. A sessão realizou-se às 09h00 minutos, do dia 14 de Setembro de 2022. Não havendo o comparecimento de interessados, e após cumprir os prazos legais, a Comissão declarou a licitação DESERTA, sendo encerrada a reunião às 09h30 minutos do mesmo dia. Santa Cruz do Xingu – MT, 14 de Setembro de 2022.

WANDERCIDES DIVINO PEREIRA RAMOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 086/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 086/2022, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"Regulamenta a gestão escolar, os critérios e requisitos de seleção ao provimento dos cargos/funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico das unidades educacionais da Rede Municipal de Educação do Município de Santa Rita do Trivelato – MT e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB;

Considerando a Lei Complementar nº 086, de 26 de junho de 2018, que "Dispõe sobre a Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT";

Considerando a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

Considerando a Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que tange sobre o Plano Nacional de Educação (PNE);

Considerando a Lei Complementar nº 746 de 25 de agosto de 2022, que estabelece normas relativas ao cálculo dos Índices de Participação dos Municípios do Estado de Mato Grosso no produto de arrecadação do ICMS – IPM/ICMS e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023;

Considerando a necessidade de seleção de diretores e coordenadores para gerir as unidades escolares da municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentados as normas e procedimentos sobre a gestão escolar, atribuições dos cargos/funções de gestão e critérios para seleção ao provimento dos cargos/funções de Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico das unidades educacionais da rede municipal de educação de Santa Rita do Trivelato - MT, os quais obedecerão ao disposto neste decreto.

CAPÍTULO I

DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 2º As unidades escolares terão assegurado, mediante compromisso coletivo, graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais do direito financeiro público.

Art. 3º A autonomia da gestão das unidades escolares será assegurada pela definição de propostas pedagógicas específicas contidas no Projeto Político Pedagógico-PPP, em consonância com as políticas educacionais.

Art. 4º A administração das unidades escolares será exercida pelo Diretor, em consonância com o Projeto Político Pedagógico-PPP e o Regimento Escolar de cada unidade e com as orientações da Secretaria Municipal de Educação – SME, respeitadas as disposições legais e demais planejamentos, com o apoio da Coordenação Pedagógica.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Competências do Diretor:

I - representar a escola responsabilizando-se pelo seu funcionamento;

II - coordenar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Escola, observadas as políticas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento;

III - coordenar a implementação do Projeto Político da Escola, assegurando a unidade e o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

IV - manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação;

V - dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino (Federal, Estadual e Municipal);

VI - submeter ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar para exame e emissão de parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

VII - divulgar a comunidade escolar a movimentação financeira da escola oriunda de repasses ou de promoções;

VIII - coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas e técnico-administrativo desenvolvidos na escola;

IX - apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Escola, Projeto Político Pedagógico e as propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino;

X - cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 6º Competências do Coordenador Pedagógico:

I - investir no processo de construção de conhecimento e desenvolvimento do educando;

II - criar estratégias de atendimento educacional complementar e integradas às atividades desenvolvidas nas turmas;

III - proporcionar diferentes vivências, visando o resgate da autoestima, a integração no ambiente escolar e a construção dos conhecimentos onde os alunos apresentam dificuldades;

IV - participar das reuniões pedagógicas, planejando junto com os demais professores, as intervenções necessárias a cada grupo de alunos, bem como as reuniões com pais e conselho de classe;

V - coordenar o planejamento e a execução das ações pedagógicas da Unidade Escolar;

VI - articular a elaboração participativa do Projeto Pedagógico da Unidade Escolar;

VII - coordenar, acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico na Unidade Escolar;

VIII - acompanhar o processo de implantação das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, relativas à avaliação da aprendizagem e ao currículo, orientando e intervindo junto aos professores e alunos quando solicitado e/ou necessário;

IX - coletar, analisar e divulgar os resultados de desempenho dos alunos, visando a correção e intervenção no Planejamento Pedagógico;

X - desenvolver e coordenar sessões de estudos nos horários de hora-atividade, viabilizando a atualização pedagógica em serviço;

XI - coordenar e acompanhar as atividades nos horários de hora-atividade na Unidade Escolar;

XII - analisar/avaliar junto aos professores as causas da evasão e repetência, propondo ações para superação;

XIII - propor e planejar ações de atualização e aperfeiçoamento de professores e técnicos, visando à melhoria de desempenho profissional;

XIV - divulgar e analisar junto à Comunidade Escolar, documentos e diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação, buscando implementá-los na Unidade Escolar, atendendo às peculiaridades regionais;

XV – coordenar a utilização plena dos recursos da TV Escola pelos professores;

XVI - propor e incentivar a realização de palestras, encontros e similares com grupos de alunos e professores sobre temas relevantes para a formação integral e desenvolvimento da cidadania;

XVII - propor, em articulação com a Direção, a implementação de medidas e ações que contribuam para promover a melhoria da qualidade de ensino e o sucesso escolar dos alunos;

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Art. 7º Os critérios para seleção de Diretores e Coordenadores Pedagógicos têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência, da liderança, do mérito e do desempenho, na perspectiva de assegurar melhorias na qualidade e equidade de ensino e um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 8º A seleção do profissional para provimento da função em comissão de Diretor e Coordenador Pedagógico de Unidade Escolar será realizada em três etapas:

I – Inscrição e atendimento dos pré-requisitos elencados no art. 9º.

II – Apresentação do Plano de Trabalho à Comissão Municipal de Seleção de Gestores Escolares.

III – Designação do Diretor e Coordenador a sua Unidade Escolar.

Art. 9º Os profissionais da Educação Básica com interesse em participar do processo de seleção para os cargos de Gestão Escolar, deverão se inscrever na Secretaria Municipal de Educação, em data pré-estabelecida por

meio de Edital, em veículos de comunicação oficial, devendo respeitar os pré-requisitos do cargo pretendido e, no caso de coordenador pedagógico, escolher a etapa a qual pretende atuar: “Educação Infantil” ou “Ensino Fundamental Anos Iniciais”.

§ 1º A função de Diretor deverá sempre recair em integrante do cargo de provimento efetivo da Carreira dos Profissionais da Educação Básica do Poder Executivo Municipal, Professor ou Técnico efetivo.

§ 2º Poderá ser selecionado para o cargo/função de Diretor da Unidade Escolar, Preferencialmente os Profissionais da Educação Básica que atenderem os seguintes pré-requisitos:

a) ser Professor/Técnico efetivo;

b) ser habilitado em nível de Licenciatura Plena ou Normal Superior;

c) comprovar experiência escolar de no mínimo de 03 (três) anos na educação básica;

d) estar atuando na Unidade Escolar que exercerá a função de Diretor, comprovando por meio de Declaração, atuando regular na docência ou gestão nos 06 (seis) meses que antecedem a seleção;

e) possuir pós-graduação em Gestão Escolar;

f) apresentar Certidão Negativa de antecedentes Criminais;

g) ter índice de absenteísmo inferior a 30 (trinta) dias nos últimos 06 (seis) meses (Declaração emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura);

h) comprovar quitação eleitoral;

i) não ter sido penalizado em Processo Administrativo Disciplinar em órgão integrante da Administração Pública Direta e Indireta, nos últimos 05 (cinco) anos que antecedem a seleção (Declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura);

j) os atuais Diretores Escolares para participarem do processo de seleção para ocupação da função de Diretor Escolar deverão entregar declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação de que o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar se encontra atualizado no ato da inscrição.

k) os atuais diretores escolares, para participarem do processo de seleção ao cargo/função de Diretor Escolar, deverão entregar declaração emitida pelo departamento competente, de que estão em dia com a prestação de contas de todos os repasses financeiros que a escola recebeu, sejam Federais, Estaduais ou Municipais;

l) entregar impresso o Plano de Trabalho que deverá contemplar os aspectos Pedagógicos, Administrativos e Financeiros;

m) não estar em Processo de aposentadoria e/ou usufruindo de licenças contínuas e sucessivas.

§ 3º Poderá ser escolhido para o cargo de Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar, PREFERENCIALMENTE o professor que atender os seguintes pré-requisitos:

a) ser professor efetivo;

b) comprovar experiência escolar, de no mínimo de 03 (três) anos em uma das etapas que pretende atuar como Coordenador Pedagógico;

c) estar atuando na Unidade Escolar que exercerá a função de Coordenador Pedagógico, comprovado por meio de Declaração, atuação regular na docência ou gestão nos 06 (seis) meses que antecedem a seleção;

d) possuir pós-graduação na área da educação;

e) apresentar Certidão Negativa de antecedentes Criminais;

f) ter índice de absenteísmo inferior a 30 (trinta) dias nos últimos 06 (seis) meses (declaração emitida pelo Recursos Humanos da Prefeitura);

g) comprovar quitação eleitoral;

h) não ter sido penalizado em Processo Administrativo Disciplinar em Órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta, nos últimos 05 (cinco) anos que antecedem a seleção;

i) os atuais Coordenadores Pedagógicos para participarem do processo de seleção deverão entregar declaração emitida pelo Departamento Pedagógico da SME de que o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar se encontra atualizado no ato da inscrição.

Art. 10. Os inscritos que atenderem aos pré-requisitos do artigo 9° passarão para a segunda etapa onde serão avaliados os aspectos Pedagógicos, Administrativos e Financeiros.

Art. 11. Não havendo profissionais efetivos que atendam aos pré-requisitos estabelecidos neste Decreto, novo prazo de inscrição será aberto para os contratados, desde que os mesmos atendam aos pré-requisitos especificados no Art. 9º, exceto o que consta nas alíneas “a” dos § 2º e § 3º deste Decreto.

CAPÍTULO IV

DA NOMEAÇÃO

Art. 12. Após cumpridas a primeira e a segunda etapas, encaminhar-se-á lista final ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que este possa nomear os cargos/funções de gestão escolar existentes nas Unidades Escolares.

Art. 13. A gestão do Diretor e Coordenador Pedagógico corresponde a um período de 2 (dois) anos, permitida uma nova nomeação caso o gestor tenha cumprido com todas as atribuições que lhes foram incumbidas nos artigos deste decreto.

Neste caso, o gestor deverá passar por todo o processo de seleção novamente, obedecendo aos critérios dispostos neste decreto.

CAPÍTULO V

DA VACÂNCIA

Art. 14. A vacância da função de Diretor e Coordenador Pedagógico ocorre a cada 02 anos, após findar o período de trabalho por tempo determinado, ou a qualquer momento, por renúncia, morte, aposentadoria, licença, destituição ou por não cumprir suas atribuições nos termos deste Decreto.

§ 1º O afastamento do Diretor por período superior a 02 (dois) meses, também implicará a vacância da função, excetuando-se os casos de licença para tratamento da própria saúde e licença gestante.

§ 2º O preenchimento da vaga após a vacância será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser utilizado o Quadro de Reserva do Processo de Seleção.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO MUNICIPAL DE SELEÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

Art. 15. A Comissão Municipal de Seleção de Gestores Escolares, a ser instituída por Portaria é responsável pela elaboração do Edital, coordenar e acompanhar o processo de inscrição, seleção, deferimento e indeferimento dos critérios elencados no artigo 9° e, após, encaminhamento dos nomes dos classificados ao Poder Executivo para nomeação.

Art. 16. A Comissão Municipal de Seleção de Gestores Escolares, será constituída por representantes dos seguintes segmentos:

I – 05 (cinco) representantes da Secretaria Municipal de Educação - SME;

II – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

III – 01 (um) representante do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB;

IV – 01 (um) representante dos Servidores Públicos Municipais de Santa Rita do Trivelato.

CAPÍTULO VII

DA POSSE

Art. 17. O professor/técnico efetivo nomeado para o respectivo cargo/função tomará posse em janeiro do ano subsequente à sua seleção, conforme convocação, tendo direito ao exercício das funções a partir da data estabelecida.

Art. 18. O Diretor em exercício, entregará ao sucessor, até o dia 03 de janeiro do ano subsequente os seguintes documentos:

I - balanço do acervo documental;

II - informações referentes ao Processo de Renovação de Autorização e recredenciamento da Unidade Escolar;

III - inventário físico-financeiro do patrimônio existente na Unidade Escolar;

IV - ata da apresentação de prestação de contas a comunidade escolar, com o parecer do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Todas as disposições relacionadas a data de inscrição, quadro de vagas, resultados e demais assuntos pertinentes, serão publicados por meio de edital, em veículos de comunicação oficial.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, 14 DE SETEMBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

COMPRAS E LICITAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 083/2012, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 083/2012,

DE 09 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO FARMACOTERAPÊUTICA - CFT DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EGON HOEPERS, Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO *a Lei Orgânica da Saúde regulamentada pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;*

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Medicamentos, regulamentada pela Portaria GM nº. 3.916, de 15/12/1998, que estabelece as diretrizes, prioridades e responsabilidades da Assistência Farmacêutica em cada esfera do Governo;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, conforme a RES/CNS nº 338 de 06/05/2004, que em seu artigo 2º dispõe que "a Política Nacional de Assistência Farmacêutica deve englobar os seguintes eixos estratégicos: [...] XIII - promoção do uso racional de medicamentos, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o consumo";

CONSIDERANDO o Decreto nº 074/2013, de 07 de novembro de 2013, que institui a Comissão Farmacoterapêutica – CFT do Município de Santa Rita do Trivelato;

CONSIDERANDO a Portaria nº 080/2016, que cria a Relação Municipal de Medicamentos – REMUME para o município de Santa Rita do Trivelato.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a COMISSÃO FARMACOTERAPÊUTICA – CFT do Município de Santa Rita do Trivelato, com duração de mandato de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação deste Decreto:

ü ELIEZEL LUIZ RAMOS URUGUAY – CPF/MF sob o nº ***.194.441.**;

ü LEONARDO CARVALHO FRANCISCO – CPF/MF sob o nº ***.252.838-**;

ü OTONIEL RODRIGUES DE SOUZA – CPF/MF sob o nº ***.974.028.**;

ü DIANNI ARAUJO BARROS – CPF/MF sob o nº ***.805.341.**;

ü LAISA LARISSAFERREIRA DE ALMEIDA – CPF/MF sob o nº ***.235.021**;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 076/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, 09 DE SETEMBRO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0387/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 0387/2022

DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO TERMO DE RATEIO - CIDESA Nº 001/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora ELAINE ALVARENGA VIANA, portadora do RG nº ******82 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº ***.331.841.**, como Fiscal do **CONTRATO TERMO DE RATEIO (CIDESA) Nº 001/2022** Constitui objeto do presente contrato a consecução das ações previstas na Lei Municipal nº 730/2022, de 22 de fevereiro de 2022, que ratifica o protocolo de intenções e autoriza a participação do CONSORCIADO no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires

Art. 2º. Esta portaria retroage seus efeitos a partir de 01/09/2022.

Art. 3º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE SETEMBRO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0388/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 0388/2022

DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2022 053/ 2022 054/2022 E 055/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados, para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 052/2022, 053/2022, 054/2022 e 055/ 2022 – cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUTA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI, conforme PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2022.

Ø **JOYCE SUAELY AFONSO BARBOSA**, inscrita no CPF nº 973.***. ***-91 (titular) e **FRANCIANE APARECIDA SCHECK SALES**, inscrita no CPF nº 045.***.***-42 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Administração;

Ø **LÉA FERREIRA DA SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 837.***.***-87 (titular) e **FABIO KUNZ DA SILVA**, inscrito no CPF nº 044.***.***-12 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Ø **MARIONEI ABRÃO NETO MARTINS, cargo em comissão de matricula nº 2604**(titular**) e CLEIDE ZAINI LEMOS DA SILVA RAMOS**, inscrita no CPF nº 736.***.***-04 e **MARCUS VINICIUS SALES,** inscrito no CPF n° 011.***.***-48como (suplente), representando a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

Ø **SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO**, inscrita no CPF nº 045.***.***-12 (titular) e **CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS,** inscrita no CPF/MF sob o nº 028.***.***-33 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

Ø **PATRICIA REGINA DA SILVA**, inscrita no CPF nº 021.***.***-04 (titular) e **ELAINE ALVARENGA VIANA**, inscrita no CPF nº 027.***.***-13 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente;

Ø **KAROLINE FATIMA CORREIA CARNELOCCI**, inscrita no CPF nº 017. ***.***-20 (titular) e **SALETE BARBOSA DOS SANTOS**, inscrita no CPF nº 053.***.***-44 (suplente), representando a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria retroage seus efeitos a partir de 01/09/2022.

Art. 3º. Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE SETEMBRO DE 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se Na data supra

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N°042/2022

MODALIDADE – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:**O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA INTERNA PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**,conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no dia **28 de SETEMBRO de 2022,** estará recebendo propostas, para abertura às **09h00min,** do Pregão Eletrônico, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 15 de Setembro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

COMPRAS E LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 045/2022

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 045/2022, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DOS VESTIÁRIOS E BANHEIROS E AMPLIAÇÃO DA PASSARELA DE ACESSO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL 3 DE NOVEMBRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E A EMPRESA SIM ENGENHARIA EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **DOMINGOS MENDES DE ALMEIDA - PRESTADORA DE SERVIÇO ALMEIDA, inscrita no CNPJ nº 12.102.005/0001-04**, sediada à Rua dos Estudantes s/n°, Bairro centro, Santa Rita do Trivelato/MT, neste ato representado por DOMINGOS MENDES DE ALMEIDA, inscrito no RG N°1456056-9 e CPF N° 965.384.811-91, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de valor ao Contrato 150/2021, que será regido pela Lei nº 8.666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 - O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DOS VESTIÁRIOS E BANHEIROS E AMPLIAÇÃO DA PASSARELA DE ACESSO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL 3 DE NOVEMBRO, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES (ESTRUTURAL, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E DRENAGEM FLUVIAL),** conforme Tomada de Preços nº 004/2022.

1.2 - Tem como finalidade o presente Termo Aditivo a inclusão de quantitativos de materiais e serviços, conforme contido nos novos documentos elaborados pelo Departamento de Engenharia do Município, em anexo e que fazem parte deste aditamento contratual.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

2.1 - O valor do acréscimo promovido pelo presente Termo Aditivo é R$ 62.705,77 (sessenta e dois mil setecentos e cinco reais e setenta e sete centavos).

2.2 - O valor global do contrato, considerando a respectiva adição, passa de R$ *269.946,82 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos)*, para R$ 332.652,59 (trezentos e trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)**.**

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO

3.1 – Fica prorrogado o prazo para execução dos serviços, referente ao **Contrato nº 045/2022 (Cláusula Sétima, Item 7.1**), **em mais 30 (trinta) dias.**

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, inc. I e § 1°, da Lei nº 8.666/93, e se faz necessário para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

5.1 - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2022:

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Mutum - MT, para dirimir as dúvidas que porventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de Setembro de 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

DOMINGOS MENDES DE ALMEIDA

PRESTADORA DE SERVIÇO ALMEIDA

CNPJ nº 12.102.005/0001-04

E**MPRESA CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

Pierre Francis Haubricht Maria Cilene Pereira

CPF: 014.981.911-00 CPF: 655.749.661- 15

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45 C/2022

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇO 45 C/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

FORNECEDOR: ZILDA OLIVEIRA BORGES

CNPJ: 33.157.037/0001-87

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRAS-SONOGRAFIA DE TIREOIDE	50 UNID	R$ 49,00	R$ 2. 450,00
11	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRAS-SONOGRAFIA ABDOMEN PEDIATRICO	80 UNID	R$ 100,00	R$ 8. 000,00
23	SERVICO DE EXAME- MAPA C/ LAUDO	50 UNID	R$ 90,00	R$ 4. 500,00
24	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ELETRO-ENCEFALOGRAMA	150 UNID	R$ 249,00	R$ 37. 350,00
25	SERVICO DE EXAME - MAMOGRAFIA	150 UNID	R$ 241,00	R$ 36. 150,00
26	EXAME HOLTER 24 HORAS-	50 UNID	R$ 80,00	R$ 4. 000,00

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

O valor global do referido Contrato é de **R$ 94.450,00 (NOVENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)**

Santa Terezinha – MT, 13 de setembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal- Contratante.

CONTRATADA: ZILDA OLIVEIRA BORGES

CNPJ: 33.157.037/0001-87

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO 34/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: IMED SAÚDEVIDA LTDA

CNPJ: sob o nº: 21.575.926-0001-85

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

Valor Total**: R$ R$ 142.663,20 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL SEISCENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS).**

Santa Terezinha – MT, 13 de setembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45 A/ 2022

EXTRATO DA ATA REGISTRO PREÇO 45 A/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: IMED SAÚDEVIDA LTDA.

CNPJ: 21.575.926/0001-85

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	80 UNID	R$ 56,50	R$ 4.520,000
3	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA	50 UNID	R$ 48,00	R$ 2.400,000
4	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEM TOTAL	150 UNID	R$ 54,00	R$ 8.100,000
5	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	80 UNID	R$ 50,00	R$ 4.000,00
6	ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINARIAS	150 UNID	R$ 49,95	R$ 7.492,50
07	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA	40 UNID	R$ 49,98	R$ 1.999,20
08	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA	100 UNID	R$ 49,85	R$ 4.985,00
09	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA TIREOIDE COM DOPPLER	120 UNID	R$ 119,80	R$ 14.376,00
10	ULTRASSONOGRAFIA PELVICA (GINICOLOGICA)	120 UNID	R$ 58,50	R$ 7.020,00
12	SERVICO DE EXAME - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN INFERIOR	80 UNID	R$ 49,95	R$ 3.996,00
13	SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA MORFOLOGICO 2 TRIMESTRE	50 UNID	R$ 330,00	R$ 16.500,00
14	SERVICO DE PROCEDIMENTO MEDICO - DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA COM DOPPLER	50 UNID	R$ 299,00	R$ 14.950,00
16	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA TIPO MAMAS E AXILAS	50 UNID	R$ 49,99	R$ 2.499,50
17	SERVICO DE EXAME - ULTRASSONOGRAFIA MORFOLOGICO 1 TRIMESTRE	50 UNID	R$ 350,00	R$ 17.500,00
18	SERVIÇO DE EXAME – DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DE REGIAO INGUINAL	120 UNID	R$ 50,00	R$ 6.000,00
19	SERVICO DE EXAME – DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA DA BOLSA ESCROTAL, COM DOPPLER.	50 UNID	R$ 140,00	R$ 7.000,00
20	SERVICO DE EXAME – DO TIPO ULTRASSONOGRAFIA OBSTETRICA 3D/4D	50 UNID	R$ 112,00	R$ 5.600,00
21	EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA DO TIPO BOLSA TESTICULAR	40 UNID	R$ 50,00	R$ 2.000,00
22	SERVICO DE EXAME - DO TIPO TESTE ERGOMETRICO, TESDE DE ESFORCO OU TESTE SOBRE ESTRESSE FISICO	50 UNID	R$ 294,50	R$ 14.725,00

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

O valor global do referido Contrato é de **R$ R$ 142.663,20 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL SEISCENTOS E SESSENTA E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS)**

Santa Terezinha – MT, 13 de setembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal-Contratante.

CONTRATADA: IMED SAÚDEVIDA LTDA.

CNPJ: 21.575.926/0001-85

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO 35/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: J. S. DE A. MARTINS LTDA

CNPJ: sob o nº: 40.950.698/0001-20

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

Valor Total**: R$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**

LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA DO PROCESSO Nº 62/2022- REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº 01/2022

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA DO PROCESSO Nº 62/2022- REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº 01/2022

PROCESSO Nº 62/2022

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº 01/2022

Interessada: Secretaria Municipal de Viação e Obras Publicas

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES DE CONCRETO ARMADO E BUEIROS TUBOLAR. Conforme plano de trabalho defesa civil Nº 59051.014223/2022-15.

OBS: Proposta da única empresa participante estava acima do valor definido em Plano de Trabalho.

Prefeitura de Santa Terezinha-MT, 14 de Setembro de 2022.

PATRÍCIA MARTINS DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Portaria nº 003/ GP/ 2022

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 1.605/2022

DECRETO Nº. 1.605/2022

DE 14 DE SETEMBRO DE 2.022

Dispõe sobre a indicação e nomeação para o cargo de Diretor de Unidade Escolar, e dá outras providências.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe conferidas

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal, de 05 de novembro de 2019, que julgou, por meio da ADI 282-1, e declarou inconstitucional o Artigo 237, inciso IV da Constituição do Estado de Mato Grosso que versa sobre as eleições diretas (com a participação da comunidade escolar) para a escolha do cargo de Diretor Escolar;

CONSIDERANDO as orientações gerais acerca das condicionalidades a serem cumpridas pelos entes subnacionais para habilitação ao recebimento do complemento VAAR/Fundeb, dispostas na NOTA Nº 2/2022/CONSELHOSFUNDEB/CGINF/GAB/SEB/SEB-MEC;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, para as redes públicas de ensino;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Art. 14, § 1º inciso I, em que trata do provimento do cargo ou função do gestor escolar, de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar, dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho;

CONSIDERANDO o Parecer nº 4 de 11 de maio de 2021, em que estabelece a Base Nacional Comum de Competências que todo Diretor Escolar deve desenvolver, para o seu pleno exercício profissional, como um líder eficaz e inspirador;

CONSIDERANDO a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 67, § 1º, em que estabelece a experiência docente como pré-requisito para o exer-

cício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

CONSIDERANDO a Lei 13.005 de 25 de julho de 2014 – PME, Meta 19, que estabelece critérios técnicos de mérito e desempenho para nomeação de diretor escolar, bem como a participação da comunidade escolar;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 527/2010, que dispõe sobre o processo de Gestão Democrática e Critério para escolha de diretores Escolares, ora regulamentado pelo Decreto Municipal 1.605/2022 de 14 de setembro de 2022, em conformidade a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Art. 14, § 1º inciso I.

DECRETA:

Art. 1º A escolha do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar será realizada com a efetiva participação da Comunidade Escolar e Profissionais da Educação de cada unidade de ensino, por intermédio de consulta, com vistas as indicações (dois ou três nomes) para o cargo, a qual será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que escolherá um dos indicados para nomeação.

§1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito deste Decreto, o conjunto de pessoas que compõem os seguintes segmentos:

I – Pais ou responsáveis de alunos (matriculados na unidade);

II – Membros do magistério lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino;

III – Funcionários da unidade, conforme já estabelecido no Parágrafo Único da Lei Municipal nº 527/2010

§2º Caso a comunidade escolar não indique no mínimo 02 (dois) e máximo 03 (três) nomes, dentro dos critérios legais, o Chefe do Poder Executivo escolherá, considerando o **Art. 3º** deste Decreto, o nome para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação.

§3º Nas novas Unidades Escolares que serão inauguradas, o Chefe do Poder Executivo escolherá, a seu critério, o ocupante do cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, independentemente de sua lotação, pelo período de até 1 (um) ano.

Art. 2º Os indicados, máximo 03 ou mínimo 02, serão levados à apreciação do Chefe do Poder Executivo, para a nomeação.

Art. 3º Poderá ocupar o cargo de Diretor de Unidade Escolar e participar da formação de lista de indicados, servidor que preencha os seguintes requisitos:

I – Servidor que ocupe cargo de provimento municipal no quadro de profissionais da Educação, com vinculo efetivo ou contratado;

II - Ser habilitado em Pedagogia ou área específica com pós-graduação em Gestão Escolar em Licenciatura Plena na área da educação;

III - Estar apto a exercer plenamente a movimentação financeira bancária;

IV - Comprometer-se a participar da formação continuada e permanente promovida pela Secretaria Municipal de Educação/Escola;

V - Comprometer-se a cumprir as atribuições do cargo, conforme disposto no Art. 6º deste Decreto;

VI - Não tenha sido penalizado, nos últimos cinco (05) anos, em sindicância ou processo administrativo disciplinar;

VII - Não esteja nomeado para o cargo de Diretor na mesma unidade a mais de quatro (04) anos consecutivos;

VIII - Não estar em processo de aposentadoria;

IX - Não possuir outro vínculo, municipal, federal ou privado ou qualquer outra situação que caracterize acúmulo de cargo/função;

Art. 4º Os servidores indicados pela comunidade escolar, deverão ser aqueles que se encontram lotados na unidade escolar, com no mínimo 1 (um) ano de efetivo exercício.

Art. 5º Após escolha pela Comunidade escolar, antes da apreciação e escolha por parte do Chefe do Poder Executivo, deverão os indicados apresentarem à Secretaria de Educação o Plano de Trabalho Pedagógico a ser desenvolvido na unidade escolar.

Art. 6º. São atribuições do cargo comissionado de Diretor de Unidade Escolar:

a) Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento; b) Coordenar, em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e outros processos de planejamento vigentes;

c) Atualizar e Coordenar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, assegurando os resultados da unidade mediante o cumprimento do currículo e do calendário escolar;

d) Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar, pela sua conservação;

e) Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas e adotadas pelos órgãos do sistema de ensino;

f) Manter o Conselho Deliberativo Escolar Ativo, para não prejudicar os repasses financeiros e prestação de contas da escola;

g) Planejar e executar junto ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar;

h) Divulgar, com fidedignidade, a comunidade escolar a movimentação financeira da escola;

i) Coordenar o processo de avaliação das ações administrativas, pedagógicas e técnico-administrativo-financeiras desenvolvidas na escola em consonância com os objetivos e metas da unidade escolar;

j) Apresentar, anualmente, à Secretaria de Municipal de Educação e à Comunidade Escolar, a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no PPP (Projeto Político Pedagógico), avaliação interna institucional da escola definindo coletivamente as propostas que visem à melhoria da qualidade do ensino e ao alcance das metas estabelecidas;

k) Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, em especial o estabelecido na Lei nº 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

l) Cuidar da documentação da escola junto ao Conselho Estadual de Educação, para que a autorização de funcionamento e Reconhecimento estejam sempre em dias, conforme já estabelecido no art. 5º da Lei Municipal nº 527/2010

Art. 7º A cada 02 (dois) anos, a Secretaria Municipal de Educação, Através de Portaria Interna, nomeará uma comissão para coordenar o processo de participação da comunidade escolar, para a indicação dos nomes ao cargo de diretor das respectivas escolas municipais.

Parágrafo Primeiro: O não cumprimento das atribuições acima mencionadas, acarretará em Processo Administrativo Disciplinar ao servidor, ficando o mesmo impedido de participar de novas indicações até o Parecer conclusivo dos fatos.

Art. 8º Fica instituído que o Coordenador Pedagógico de cada unidade escolar será indicado pela Secretaria Municipal de Educação, concomitantemente com o Diretor da Unidade Escolar.

Art. 9º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha-MT, 14 de setembro de 2.022

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal, de Santa Terezinha

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO 36/2022

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

CONTRATADA: ZILDA OLIVEIRA BORGES

CNPJ: sob o nº: 33.157.037/0001- 87

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

Valor Total**: R$ 94.450,00 (NOVENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS)**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2022 – GP

PORTARIA Nº 154/2022 – GP

DE 14 DE SETEMBRO DE 2.022

"Dispõe sobre Concessão de licença Prêmio"

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e;

Considerando o artigo 55 da Lei Municipal 551/2012;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, ao servidor público municipal RAIMUNDO ALVES DA COSTA, matricula nº 036, cargo de Professor, para o período de 01/08/2022 a 31/01/2023.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2022.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de setembro de 2.022.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito

LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 45 B/ 2022

EXTRATO DA ATA REGISTRO PREÇO 45 B/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CNPJ Nº 15.031.669/0001-18

FORNECEDOR: J.S DE A. MARTINS LTDA

CNPJ: 40.950.698/0001-20

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, VOLTADOS A ATENDER PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA– MT.

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
15	SERVICO DE EXAME - ULTRASSONO-GRAFIA TRANSFANTONELA	50 UNID	R$ 250,00	R$ 12. 500,000

VIGÊNCIA: 13/09/2022 a 13/09/2023

O valor global do referido Contrato é de **R$12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**

Santa Terezinha – MT, 13 de setembro de 2022.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal- Contratante.

CONTRATADA: J.S DE A. MARTINS LTDA

CNPJ: 40.950.698/0001-20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 153/2022-GP

PORTARIA N.º 153/2022-GP

DE 14 DE SETEMBRO DE 2.022

"Dispõe sobre Concessão de licença para Tratar de interesses particulares"

***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO*,** Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas em Lei;

Considerando o artigo 121 da lei Municipal nº 093/90;

***R E S O L V E*:**

Artigo 1º - **CONCEDER** licença para tratar de interesses particulares sem remuneração ao servidor público municipal ***EDIMILSON JOSÉ CARLOS JÚNIOR***, portador do CPF nº 004.496.151-03 e RG nº 001.602.871 SSP/MS Exp. 14/1272004, cargo de Vigia, matricula funcional nº 589, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º - A licença de que trata o artigo 1º será de 01 (um) ano, a contar de 15 da março de 2022, em conformidade com o artigo 121 da lei municipal nº 093/90.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2022.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de setembro de 2.022.

_____

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

EXTRATO DE CONTRATO 081/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE TOMADA DE PREÇO 006/2022

OBJETO CONTRATUAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO POSTO DE SAÚDE RURAL DA PECUAMA, NA AGROVILA DO ASSENTAMENTO RURAL DA PECUAMA NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT.

CONTRATADO: LC GUEDES LTDA

CNPJ: 36.314.983/0001-88

ASSINATURA: 12/09/2022

VENCIMENTO: 20/12/2022

VALOR TOTAL: R$ 398.275,80 (Trezentos e noventa e oito mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 080/2022

MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

CONTRATO DERIVADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2022

OBJETO CONTRATUAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA MÉDICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DA SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CIRÚRGICOS OFTALMOLÓGICOS CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 008/2022.

CONTRATADO: CMO- CENTRO DE MATOGROSSENSE DE OFTALMOLOGIA

CNPJ: 42.480.390/0001-94

ASSINATURA: 12/09/2022

VENCIMENTO: 12/12/2022

VALOR TOTAL: R$ 53.500,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS)

LUIS FERNANDO FERREIRA FALCÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189/GP/2022

PORTARIA Nº 189/GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger- MT, Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela alínea “C” do inciso II do artigo 82 da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que os Conselhos são instancias de exercício da cidadania, e abrem espaço para participação popular na gestão pública. Assim os Conselhos podem desempenhar funções de fiscalização, de deliberação ou de consultoria;

Considerando que a legislação brasileira prevê a existência de inúmeros Conselhos de Políticas Públicas; A instituição de Conselhos e o fornecimento de condições necessárias são condições obrigatórias para que os estados e municípios possam receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de uma série de ações;

Considerando a Lei N. 8.242 de 12 de Outubro de 1991 que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e dá outras providências.

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA tem suas competências estabelecidas em Lei Municipal Complementar 36/GP/2019, que revoga a Lei Municipal N. 1.154/2015 e dispõe sobre o estabelecimento e a Reorganização dos Direitos da Criança e do Adolescente, e do Conselho Tutelar, no Município de Santo Antônio de Leverger- MT e da outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Portaria nº 029/GP/2022, que constituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, para o biênio 2022/2024, de conformidade com representações efetuadas: Governamental e Não-Governamental, titulares e suplentes, abaixo elencados:

I-Representantes governamentais:

1-Secretaria Municipal de Saúde:

•Titular: Matheus Augusto Delgado Ribeiro

•Suplente: Angelika Capelao de Souza

2-Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

•Titular: Josiane da Costa Santos

•Suplente: Sandra Correa da Silva

3-Secretaria Municipal de Educação:

•Titular: Hozana Gonçalves de arruda e silva

•Suplente: Dina Ariadne de Souza Oliveira

4-Secretaria Municipal de Assistência Social:

•Titular: Leomar Augusto da Silva Miranda

•Suplente: Letícia Maria de Amorim

II- Representantes não governamentais:

1-Representação de Entidade Religiosa - Pastoral da Criança:

• Titular: Vanessa Cássia de Lima Queiroz

•Suplente: Janaina Cristina de Campos

2-Representação de Entidade Esportiva - Associação Boa Semente:

•Titular: Sebastião Geraldo Ribeiro

•Suplente: Guilherme Pedroso Teixeira

3-Representação de Entidade Cultural - Instituto Cultural Vitória Régia do Pantanal:

•Titular: Creuza da Costa Lopes Silva

•Suplente: Patrícia Monteiro Santos Lopes

4-Representação de Atividades de Organização Associativas Ligadas á Cultura e á Arte- IBRAMAS:

•Titular: Aline Wendpap Nunes de Siqueira

•Suplente: Jeannie Leite Moreira

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, a partir de 29/08/2022, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de agosto de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 187 /GP/2022

PORTARIA Nº 187 /GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, no uso de suas atribuições legais, conforme o que dispõe na Lei nº 8.842 de 04/01/1994, e Lei Complementar Municipal nº 31/GP/2017;

Considerando com objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a composição da Portaria nº 240/GP/2021, que constituiu o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI, para o biênio

2022-2024, de conformidade com representações efetuadas: Governamental e Não- Governamental, titulares e suplentes, abaixo elencados:

I-Representante Governamental

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

- Titular: Maria Carolina Mandú Vilela Xavier

- Suplente: Thaysa Ferreira Brandao

b) Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

-Titular: Eva Aparecida Rosa da Silva

-Suplente: Dina Ariadne Souza Oliveira Rufino

c) Secretaria Municipal de Saúde

- Titular: Jaqueline dos Reis Bateis de Souza

- Suplente: Elaine Regina dos Santos de Freitas

d) Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

- Titular: Claudete Ferreira de Castro Santos

- Suplente: Jose Roberto Dias da Cruz

II- Representante Não – Governamental

a) Grupo e Movimento da Pessoa Idosa

-Titular: Creuza da Costa Lopes Silva

-Suplente: Maria Auxiliadora de Souza

b) Sindicato e/ou Associação dos Aposentados

- Titular: Maria Conceição da Silva

- Suplente: Eliacir Pedrosa da Silva

c) Entidade Religiosa

- Titular: Eduardo Belmiro da Silva - Suplente: Luiza Pereira de Souza Araújo

d) 3ª Idade/ Representante de outras Entidades que Comprovem possuir Políticas Explícitas Permanentes de Atendimento e Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa

- Titular: Emílio Pinto da Silva

- Suplente: Maria José de Amorim

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor, a partir de 29 de agosto de 2022, revogando as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de agosto de 2022

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 188/GP/2022

PORTARIA Nº 188/GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRNCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela alínea “C” do inciso II do artigo 82 da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que os Conselhos são instancias de exercício da cidadania, e abrem espaço para participação popular na gestão pública. Assim os Conselhos podem desempenhar funções de fiscalização, deliberação ou de consultoria;

Considerando que a legislação brasileira prevê a existência de inúmeros Conselhos de Políticas Públicas; A instituição de Conselhos e o fornecimento de condições necessárias são condições obrigatórias para que os estados e municípios possam receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de uma série de ações;

Considerando que nos municípios, os Conselhos foram criados para auxiliar a Prefeitura na tarefa de administrar o dinheiro público, avaliar, acompanhar as ações desempenhadas pelas unidades sócio-assistenciais;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de acordo com as SUAS, competências estabelecidas em Lei Municipal Complementar N° 27/GP/2011;

Considerando que a necessidade de acompanhamento periódico dos serviços conforme LOAS/1993; PNAS/2004; NOB/2005. Tipificação/2009 que orienta os serviços sócio-assistenciais;

Considerando que as conferências são instancias deliberativas com atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Portaria nº 281/GP/2021, que constituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o biênio 2022/2023, de conformidade com representações efetuadas: Governamental e Não-Governamental, titulares e suplentes, abaixo elencados:

I-Representantes governamentais:

1-Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Elaine Regina dos Santos de Freitas Suplente: Angélica Capelão de Souza

2- Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:

Titular: Josiane da Costa Santos Suplente: Odilza Pinto 3-Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer: Titular: Hozana Goncalves de Arruda Silva Suplente: Eva Aparecida Rosa Silva 4-Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: Renato Augusto da Silva Barreto Suplente: Maria Carolina Mandú Vilela Xavier

II- Representantes não governamentais:

1-Pastoral da Criança:

Titular: Luzia Pereira de Souza Araújo Suplente: Leonir Eudes de Araújo

2-Associação Boa Semente Caminho de Luz:

Titular: Sebastião Geraldo Ribeiro Suplente: Ézio da Costa Filho

3-Representante de Associações dos Aposentados e Pensionistas:

Titular: Maria Conceição da Silva Suplente: Eracinda Maria Cunha Maciel

4-Representante de Associações dos Moradores:

Titular: Leandro Duarte de Oliveira Suplente: Elton Francisco da Silva de Pinho Art. 2º Esta portaria entra em vigor, a partir de 29 de agosto de 2022, revogando as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de agosto de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 186/GP/2022

PORTARIA Nº 186/GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger- MT, Sra. FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela alínea “C” do inciso II do artigo 82 da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que os Conselhos são instancias de exercício da cidadania, e abrem espaço para participação popular na gestão pública. Assim os Conselhos podem desempenhar funções de fiscalização, de deliberação ou de consultoria;

Considerando que a legislação brasileira prevê a existência de inúmeros Conselhos de Políticas Públicas; A instituição de Conselhos e o fornecimento de condições necessárias são condições obrigatórias para que os estados e municípios possam receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de uma série de ações;

Considerando a necessidade de se adotarem critérios uniformes para a distribuição dos imóveis do Programa de Habitação de Interesse Social.

Considerando a Lei Federal n. 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV -, e o Decreto Federal n. 7.499, de 16 de junho de 2011, que a regulamenta.

Considerando que o Conselho Municipal de Habitação do Município tem suas competências estabelecidas em Lei Municipal Complementar 1.069/GP/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Portaria nº 041/GP/2021, que constituiu o Conselho Municipal Habitação-CMH, para o biênio 2022/2024, de conformidade com representações efetuadas: Governamental e Não-Governamental, titulares e suplentes, abaixo elencados:

I-Representantes governamentais:

1-Secretaria Municipal de Saúde:

•Titular: Jaqueline dos Reis Bateis de Souza

•Suplente: Angélika Capelão de Souza

2- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

•Titular: Glaucia Helena da Costa Saraiva

•Suplente: Maria Auxiliadora da Conceição Padilha

3-Camara Municipal:

•Titular: Benedito Jorcy de Arruda Costa

•Suplente: Diego Felipe Souza de Sá

4-Secretaria Municipal de Assistência Social:

•Titular: Maria Carolina Mandu Vilela Xavier

•Suplente: Doraci Galdino Delgado

II- Representantes não governamentais:

1-Pastoral da Criança:

• Titular: Luzia Pereira de Souza Araújo

•Suplente: Thaiza Bom Despacho de Melo

2-Representacão Associação dos Aposentados e Pensionistas:

•Titular: Eliacir Pedrosa da Silva

•Suplente: Eracinda Maria Cunha Maciel

3-Representante de Entidade Cultural- Instituto Cultural Vitória Régia do Pantanal:

•Titular: Patricia Monteiro Santos Lopes

•Suplente: Creuza da Costa Lopes Silva

4-Representante de Entidade Esportiva – Boa Semente:

•Titular: Sebastião Geraldo Ribeiro

•Suplente: Ézio da Costa Filho

Art. 2º Esta portaria entra em vigor, a partir de 29 de agosto de 2022, revogando as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 29 de agosto de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
LEI Nº 908/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2022 e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2022.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no *“caput”* deste artigo, será de 5% (cinco por cento) do total previsto para o exercício financeiro de 2022.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE SETEMBRO DE 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 007/2022.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 007/2022.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, torna público para conhecimento dos interessados que **PRORROGOU** a licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS 007/2022, com o objetivo de **contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem profunda e sinalização viária na Avenida Fortaleza (trechos 01 e 02), coordenada inicial: 14º48’10.09”S; 53º36’54.01”O coordenada final: 14º48’25.91”S; 53º36’44.94”O, totalizando uma extensão de 8.612,66 m², no Município de Santo Antônio do Leste – MT. Conforme termo de convenio nº 1506-2022/Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SINFRA).** A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 23 de setembro de 2022***, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na rua Primavera, nº 292, Jardim Santa Inês, Município de Santo Antônio do Leste – MT.

MOTIVO: Devido à ausência de interessados, e diante da necessidade da contratação do objeto, o Presidente da CPL no uso de suas atribuições, determinou a **PRORROGAÇÃO** da licitação.

O Edital completo está à disposição pelo site https://www.santoantoniodoleste.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/. Maiores informações pelo telefone (66) 3488-1080 ou pelo email: licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br.

Santo Antônio do Leste-MT, 08 de setembro de 2022

_____

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

JURÍDICO
LEI Nº 909/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

Dispõe sobre autorização Legislativa para contratação temporária de servidores públicos municipais na área educacional por prazo determinado e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito

Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do Artigo 37, IX da Constituição Federal, autorizado a contratar temporariamente e em caráter excepcional, para preencherem as vagas existentes, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração e Estatuto dos Profissionais da Educação, conforme constante no anexo único deste Projeto de Lei.

Artigo 2º - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos constante no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Profissionais da Educação.

Artigo 3º - O prazo de duração das referidas contratações será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogados por mais 06 (seis) meses se houver necessidade.

Artigo 4º - As contratações que se referem essa Lei deverão ser realizadas por meio de contratos de servidores a serem aprovados em processo seletivo, ou de processos seletivos vigentes.

Artigo 5º - Os contratados por essa lei ficarão sujeitos ao Regime Estatutário dos Profissionais deste Município, instituído pela Lei Municipal nº 761/2020 de 02 de abril de 2.020, bem como pelo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Educação, instituído pela Lei Municipal nº 762/2020 de 02 de abril de 2.020.

Artigo 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária constante na Lei Orçamentária do Município.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO EM:

EM: 14 DE SETEMBRO DE 2022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 909/2022

ANEXO ÚNICO

ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANT
01	LICENCIATURA PLENA NÍVEL B – PEDAGOGIA	21

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

JURÍDICO
LEI N° 910/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

EMENTA: "Concessão de diárias por viagens a Serviço, participação em Cursos ou eventos de capacitação profissional aos servidores e Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal, e dá outras providências".

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica a Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste autorizada a conceder diárias aos servidores e Agentes Políticos que se deslocar de sua sede, eventualmente e por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional.

§ 1.º- Não serão concedidas diárias dentro do Município.

§ 2.º- Aos agentes Políticos, não serão concedidas as diárias para cobrir despesas advindas de viagens no Município e nas regiões limítrofes a Santo Antônio do Leste conforme dispõe Lei nº888 de 19 de abril de 2022.

Art. 2º- Faz jus à percepção de diária de viagem para fazer face às despesas com locomoção, alimentação e pernoite (pouso).

Art.3º- Para os efeitos desta Lei considera-se:

I- Sede: a localidade onde o servidor tem exercício; II- Despesas com locomoção: as despesas com os meios de transportes utilizados no percurso de ida e de volta entre o local em que se encontra instalada a sede e local da ocorrência do evento; III- Evento: ocorrência que motiva o deslocamento. IV- Pernoite: estada, ação de pernoitar, passar a noite em um local para dormir. **Art.4º-** Para fins de concessão de diárias será necessária solicitação prévia com no mínimo 24 horas (vinte e quatro horas) de antecedência da data prevista para o deslocamento, contendo: **I**– descrição do tipo do evento; II– programação do evento; III – local onde será realizado o evento com a indicação do território municipal e da unidade de federação; IV – tempo previsto para afastamento da sede da entidade, considerando o tempo gasto para o cumprimento da programação do evento mais o tempo gasto com a viagem (ida e de volta ao local do evento). **Parágrafo único –** As diárias serão concedidas considerando o tempo de afastamento da sede da entidade constante dos documentos elaborados e apresentados na forma do caput do art.4º e seus incisos, sendo que: I – O intervalo de tempo de 24h (vinte e quatro horas) corresponderá a 1 (uma) diária; II – Será considerada como meia diária quando não houver pernoite (meia-diária corresponderá a 50% do valor de uma diária segundo a tabela do anexo I). **Art.5º-** Na hipótese de ser autorizada a prorrogação do prazo de afastamento, serão concedidas diárias correspondentes ao período adicional, devendo a necessidade ou imprevisto ser posteriormente comprovada com prazo máximo de 05 (dias) após o retorno. **Art.6º-** serão considerados como comprovantes de despesas: I- Realização de despesas II- Certidão de órgãos públicos III- Notas Fiscais com CPF do beneficiário.

Art. 7º Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo I desta Lei, o qual prevê valores de acordo com a distância de afastamento da sede.

Parágrafo único. A Câmara Municipal fica autorizada a atualizar, anualmente, por Resolução, os valores das diárias de viagens constantes da Tabela do Anexo I.

Art. 8º- O Presidente da Câmara Municipal é competente para autorizar a concessão de Diária por meio de Portaria.

Art. 9º- O pagamento da Diária ocorrerá após a apresentação pelo proponente da solicitação de diária com as formalidades exigidas no artigo 4º e antes do horário de partida da sede.

Art. 10º - Haverá número máximo de diárias a ser concedida por mês será de diárias, podendo ser concedido a cada vereador ou servidor o limite de até 05 (cinco) diárias durante cada mês, exceto em condição de cursos

de aperfeiçoamento, desde que efetivamente comprovada a necessidade e inscrição dos mesmos.

§1º- Terão prioridades as solicitações de Diárias por ordem de protocolo na Contabilidade.

§ 2º -O limite de Diárias previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado em casos excepcionais e de extrema importância, mediante justificativa fundamentada e aprovada pelo Presidente da Mesa Diretora.

§ 3º- A viagem que ocorrer no sábado, domingo ou feriado tendo justificativa plausível e sendo esta indispensável, poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara.

Art. 11. Serão restituídas pelo beneficiário, em 05 (cinco) dias contados da data do retorno à sede de serviço, as diárias que: forem recebidas em excesso. As que por motivos alheios, não ocorrer o afastamento.

Art. 12. Caso as diárias recebidas em excesso não sejam restituídas no prazo estabelecido no caput, a Administração indeferirá a requisição de novas diárias enquanto não for realizada a restituição e adotará as providências cabíveis para o devido ressarcimento.

Art. 13. É vedado o pagamento de diárias por meio de cheque ou espécie, e o pagamento para terceiros.

Art. 14. Os valores das diárias de viagem são os constantes na Tabela do Anexo I desta Lei, o qual prevê valores de acordo com a distância de afastamento da sede.

Art. 15. Os valores das diárias constantes do anexo I desta Lei, serão majorados por decretos na época e no porcentual do reajuste concedidos aos servidores do Legislativo, observando-se os dispostos nos parágrafos seguintes:

§ 1º – havendo valores em que o reajuste concedido anualmente aos Servidores que dê valor igual ou inferior a R$ 5,00 (cinco reais), deverá ser reduzido o valor, retornando-o à dezena completa;

§ 2º – havendo valores em que o reajuste concedido anualmente aos Servidores que dê valor superior a R$ 5,00 (cinco reais), deverá ser acrescido o valor, a fim de complementar a dezena.

Art. 16- Fazem parte desta Lei seus anexos.

Art. 17-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE SETEMBRO DE 2022.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

OBS: As diárias e seus valores concedidos dentro dos Municípios limítrofes a Santo Antônio do Leste está regulamentada pela LEI N° 877/2021 DE: 28 DE DEZEMBRO DE 2.021.

ANEXO I

CARGO - FUNÇÃO DENTRO DO ESTADO FORA DO ESTADO

CONTROLADOR INTERNO	R$ 375,00	R$440,00
SECRETARIA GERAL	R$ 375,00	R$440,00
ASSESSOR CONTÁBIL	R$ 375,00	R$440,00
DIRETORIA	R$ 375,00	R$440,00
DEMAIS SERVIDORES	R$ 375,00	R$440,00
VEREADORES	----------	**R$625,00**

ANEXO II

(valores atualizados 2022, utilizado percentual de 25%)

ANO	PERCENTUAL ACUMULADO
2019	3,94%
2020	3,92%
2021	5,20%
2022	10,80%
TOTAL	23,86%

COMPARATIVO AO ANEXO I DA LEI 610/2016.

QUADRO DE DIÁRIAS DO LEGISLATIVO MUNIICPAL

CARGO - FUNÇÃO DENTRO DO ESTADO FORA DO ESTADO

CONTROLADOR INTERNO	300,00	350,00
SECRETARIA GERAL	300,00	350,00
ASSESSOR CONTÁBIL	300,00	350,00
DIRETORIA	300,00	350,00
DEMAIS SERVIDORES	300,00	350,00
VEREADORES	----------	500,00

JURÍDICO
LEI Nº 911/2022 DE 14 DE SETEMBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a Gestão Democrática nas unidades educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Antônio do Leste - MT e dá outras providências".

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei**:**

TÍTULO I

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Gestão Democrática tem por finalidade efetivar os processos de organização e gestão baseados em dinâmicas que promovam as decisões coletivas nas unidades escolares municipais.

Art. 2º A Gestão Democrática do Ensino Público Municipal, em conformidade com o Art. 206, inciso VI da Constituição Federal, e no Art. 14 da Lei Federal nº 9.394/96 será exercida na forma desta lei, obedecendo aos seguintes preceitos:

I. Corresponsabilidade entre Poder Público e sociedade na gestão da escola; II. Autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da comunidade escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor da escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares; III. Transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; IV. Eficiência no uso dos recursos financeiros; V. Liberdade de organizar segmentos da Comunidade Escolar, Associações, Grêmios ou outras formas. **TÍTULO II**

DA AUTONOMIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPOSIÇÃO

Art. 3º - A administração das unidades escolares públicas municipais e da rede que compõem a gestão única será exercida pelos seguintes segmentos:

I – Diretor:

II - Órgãos consultivos e deliberativos da unidade escolar.

Art. 4º - A administração das unidades escolares será exercida pelo diretor em consonância com as deliberações do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, respeitadas as disposições legais.

Art. 5º Haverá seleção de Diretor Escolar conforme critérios estabelecidos nesta lei, para as Unidades Escolares do Município de Santo Antônio do leste – MT, este será nomeado pelo Chefe do Executivo, após aprovação em processo de seleção dos candidatos a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo *Único:* Para cada 10 (dez) turmas em cada Unidade Escolar será nomeado um Coordenador Pedagógico que atuará em conjunto com o Diretor Escolar.

Art. 6º - Compete ao Diretor:

I. Representar a escola, responsabilizando-se pelo seu funcionamento; II. Trabalhar em consonância com o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Estratégico da escola, observadas as políticas públicas da Secretaria Municipal de Educação, e, outros processos de planejamento; III. Coordenar a implementação do Projeto Político Pedagógico da escola assegurando a sua unidade, bem como o cumprimento do currículo e do calendário escolar; IV. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos zelando em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar pela sua conservação; V. Dar conhecimento à comunidade escolar das diretrizes e normas emitidas pelos órgãos do sistema de ensino; VI. Submeter ao conselho deliberativo da comunidade escolar para exame e parecer, no prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à unidade escolar e registrados em ata; VII. Divulgar para a comunidade escolar a movimentação financeira da escola; VIII. Coordenar o processo de avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola; IX. Apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal de Educação e à comunidade escolar a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas, bem como a avaliação interna da escola e as propostas que visem a melhoria da qualidade do ensino e o alcance das metas estabelecidas; X. Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente.

Art. 7º As Unidades de Ensino deverão organizar e efetivar seu planejamento com princípio à Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisão conjunta quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.

Parágrafo Único: A Comunidade Escolar é constituída pelos profissionais da educação que atuam na unidade escolar, os alunos regularmente matriculados, os pais e responsáveis.

Art. 8° Para assumir a função de Diretor Escolar, o servidor candidato ao cargo deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I. Ser profissional da educação, ocupante de cargo de provimento efetivo do Magistério na Rede Pública Municipal, desde que possua habilitação em Pedagogia**;** II. Não havendo profissional de educação habilitado em pedagogia, estende-se para outras áreas da educação; III. Estar em exercício de atividade de no mínimo 02 (dois) anos em alguma unidade escolar; IV. Ser pessoa idônea, sem antecedentes criminais comprovado por meio de certidão cível e criminal (no âmbito estadual e federal); V. Apresentar proposta de trabalho motivada e comprometida, dentro da realidade social da comunidade escolar para a qual irá se inscrever; VI. Não ter recebido, no exercício de função pública, advertência escrita, nos últimos três anos; VII. Não ter respondido, no exercício de função pública, processo administrativo disciplinar, nos últimos três anos. VIII. Ter sido aprovado nas etapas determinadas no art. 11 desta Lei, e ter a maioria dos votos nas eleições para Diretor da Escola, em caso de processo de eleição previsto no inciso VII do mesmo artigo.

Parágrafo Único: Caso não haja professor efetivo com 2 (dois) anos de função na unidade escolar, poderá inscrever-se o professor que tenha 1 (um) ano de exercício em qualquer escola pública da Rede Municipal de Ensino, ou ainda professor que está atuando na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º O Exercício da função de Diretor Escolar será de 02 (dois) anos, com possibilidade a uma única recondução por igual período após passar pelo processo de candidatura descrito nesta Lei novamente.

Art. 10º Após as etapas prevista no art. 11 desta Lei, tiver mais de um candidato classificado, haverá eleição por votação, onde o candidato deverá ter a maioria dos votos.

§1º Poderão exercer o direito de voto:

a) O Conselho Deliberativo da Unidade Escolar;

b) Os pais/responsáveis dos alunos matriculados na Unidade Escolar;

c) Os funcionários lotados nas unidades escolares.

§ 2º A Unidade Escolar que não tiver candidatos inscritos para participar no processo seletivo, caberá a Secretaria Municipal de Educação a indicação do profissional que preencha os requisitos cumulativos previstos no artigo 8º, desta lei, para nomeação.

§ 3º - Caso o Diretor Escolar em exercício fique impossibilitado de cumprir suas funções poderá ser nomeado substituto indicado pela Secretaria Municipal de Educação do Município, que preencha os requisitos previstos no Artigo 8º desta Lei.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DOS CANDIDATOS

Art. 11 Será publicado Edital de Chamamento Público, para a seleção dos profissionais, que cumprem os pré-requisitos, aptos a assumir a função de Diretor Escolar, mediante processo seletivo, no qual será aferida a competência técnico-pedagógica dos candidatos por meio das seguintes etapas:

I. Etapa 1: Avaliação Psicológica; II. Etapa 2: Formação sobre Gestão aos candidatos; III. Etapa 3: Apresentação do Plano Anual à Comunidade Escolar pelo candidato; IV. Etapa 4: Entrega do Plano de Gestão Anual à Secretaria Municipal de Educação; V. Etapa 5: Prova escrita; VI. Etapa 6: Apresentação de Títulos.

Art. 12 Será composta uma Comissão para conduzir o Processo de Seleção de candidatos à Diretor Escolar, cabendo a esta Comissão analisar o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 8º, e bem como avaliar as etapas previstas no artigo 11, desta Lei.

Parágrafo único: A Comissão do Processo de Seleção será composta por representantes da Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

Art. 13 O Diretor Escolar e sua gestão serão avaliados, anualmente, por uma comissão nomeada pela Secretária de Educação, conforme regulamentação pautada nas metas elencadas em seu plano de gestão e nos resultados aferidos pelos instrumentos de avaliação institucional municipal.

Art. 14 O Plano de Gestão do servidor nomeado para a função de Diretor Escolar poderá servir como instrumento para compor os indicadores de monitoramento e avaliação e deverá ser apresentado à Comunidade Escolar no início de cada ano letivo.

Art. 15 O Diretor Escolar assinará termo de compromisso na Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a exercer, com zelo, as atribuições específicas da função e responsabilizando-se, principalmente:

I. Pela aprendizagem dos estudantes; II. Pelo cumprimento de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas anuais para as escolas em tempo parcial e para as escolas de atendimento em tempo integral, de no mínimo 200 (duzentos) dias letivos e 1.400 (um mil e quatrocentas) horas anuais. III. Pelo cumprimento das diretrizes emanadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16 O servidor poderá ser dispensado da função de Diretor Escolar por ato discricionário do chefe do executivo, caso demonstrar:

I. Baixo desempenho, constatado por meio da avaliação anual realizada pela Secretaria Municipal de Educação; II. Infração aos princípios do Administração Pública, ou quaisquer obrigações legais decorrentes do exercício de sua função pública; III. Descumprimento do termo de compromisso por ele assinado.

Art. 17 O Diretor Escolar em exercício deverá participar, assiduamente, dos cursos de formação de diretores, professores e demais servidores ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18 O Diretor Escolar em exercício na data da entrada em vigor da presente Lei, permanece na função até que o processo seletivo seja concluído.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DA AUTONOMIA DA GESTÃO PEDAGÓGICA

Art. 19 A autonomia da Gestão Pedagógica das unidades escolares objetiva a efetivação da intencionalidade da escola mediante um compromisso definido coletivamente.

Art. 20 A autonomia da Gestão das unidades escolares será assegurada pela definição nas propostas pedagógicas específicas do Projeto Político Pedagógico, alinhada aos documentos orientadores nacionais e estaduais vigentes.

SEÇÃO II

DA ESCOLHA DE COORDENADORES PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 21 Considerando que a Coordenação Pedagógica deve ser exercida por profissional comprometido com o Projeto Político Pedagógico tendo como referência clara os campos de conhecimentos, liderança e assegurar a execução dos processos de ações pedagógicas desenvolvidos na escola, a escolha do coordenador pedagógico, far-se-á mediante eleição entre os docentes efetivos da unidade escolar onde exercerá suas funções, obedecendo os seguintes critérios:

I. Ser professor efetivo ou estabilizado, habilitado em Pedagogia; II. Na ausência de candidato habilitado em Pedagogia, poderá se candidatar ao exercício da função de Coordenador Pedagógico, professor efetivo ou estabilizado com habilitação em outra área; III. Não havendo professor efetivo e/ou estável lotado na unidade escolar, caberá à Secretaria Municipal de Educação designar um professor efetivo e/ou estável de outra unidade escolar interessado, que deverá cumprir 40 horas semanais de modo que contemple os turnos de funcionamento**.** IV. **Não havendo** um professor efetivo e/ou estável conforme itens II e III, a Secretária Municipal de Educação, poderá indicar um professor pedagogo contratado.

SEÇÃO II

DA ATRIBUIÇÃO DE SALAS DE AULAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Art. 22 No momento de atribuição de sala de aulas aos professores no exercício letivo anual, será por contagem de pontos e títulos através de Portaria específica que será expedida pela Secretária de Educação.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação, podendo ser regulamentados por meio de Decreto Municipal.

Art. 24 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

14 DE SETEMBRO DE 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2022 - CONTRATO Nº 095/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

PROCESSO LICITATÓRIO

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022

CONTRATO Nº 095/2022

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2022

Tem por finalidade o presente expediente determinar a esse conceituado Sr.: **A S CONSTRUTORA LTDA ME, representante da empresa A S CONSTRUTORA LTDA ME,** o início do serviço do objeto da **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2022**, conforme o abaixo exposto.

OBJETO: - **Contratação de empresa para Reforma e construção de quadra poliesportiva na Escola Estadual Vanderlei Cecatto, localizada no município de Santo Antônio do Leste – MT, conforme termo de convenio nº. 1505-2021 por intermédio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC.**

Observando-se as especificações da proposta de preços em regime de MENOR PREÇO, conforme Ata de Abertura de Envelope de Proposta de Preços apresentada na tomada de preços nº 008/2022, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

Do Valor:

Pelo serviço a ser realizado pelo licitante será pago o valor de **2.075. 220,48 (dois milhões, setenta e cinco mil duzentos e vinte reais e quarenta e oito centavos).**

Do prazo de início da obra e sua conclusão:

O licitante terá **10 (dez)** dias úteis a partir do recebimento desta para início dos serviços.

O licitante terá o prazo de 120 **(cento e vinte) dias** corridos para a execução dos serviços.

Da Forma de Pagamento:

Será realizado **MENSALMENTE** de acordo com o cronograma apresentado pelo licitante, e mediante recibo,

ART de Execução de Obra:

Antes do início da obra, deverá ser apresentada a ART de Execução de Obra, pelo responsável técnico vinculado à licitante.

Diário de Obras:

O Contratado deverá manter no local da obra o diário de realização dos serviços, em três vias, conforme edital de licitação.

Da Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas

12.361.5007.1169.4.4.90.51 – Obras e Instalações

Atenciosamente,

Santo Antônio do Leste – MT, 14/09/2022.

GABRIEL SANCHES FERREIRA ROMÃO	**JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES**
ENGENHEIRO CIVIL	**PREFEITO MUNICIPAL**

Recebido pelo Sr. A S CONSTRUTORA LTDA ME em: _____/_____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº.354/2022.

PORTARIA Nº.354/2022.

DE: 14 DE SETEMBRO DE 2022.

NOMEIA a servidora **THIARA RUBIA DA SILVA CRUZ NOGUEIRA** para exercer o cargo de **ENCARREGADA DO SETOR DE MERENDA ESCOLAR** e dá outras providências.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - NOMEAR a servidora pública Srª **THIARA RUBIA DA SILVA CRUZ NOGUEIRA,** para responder pelo cargo de **ENCARREGADA DO SETOR DE MERENDA ESCOLAR** desta Prefeitura Municipal.

Art.2º- Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 13/09/2022.

Art.4º- Revogam–se as disposições emcontrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE SETEMBRO DE 2022.

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EXTRATO DO DISTRATO Nº 020/2022

EXTRATO DO DISTRATO Nº 020/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO DE

TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 035/2022.

CONTRATANTE – MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT

CONTRATADO (A) – ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA

VALOR DA RESCISÃO– R$ **3.462,26 (Três mil quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos). –** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ASSINAM – JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES - PREFEITO MUNICIPAL (CONTRATANTE) E **ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA** (CONTRATADO)

JURÍDICO
LEI Nº 907/2022 DE:14 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a Inspeção Industrial, Higiênico e Sanitária dos Produtos de Origem Animal no Município de Santo Antônio do Leste-MT e dá outras providências. "

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal – SIM., no Município de Santo Antônio do Leste – MT, dotado de estrutura mínima para o seu funcionamento.

Parágrafo único – Esta Lei regula a obrigatoriedade da Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal produzidos no Município de Santo Antônio do Leste - MT e destinados ao Comércio Municipal, nos termos da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

Art. 2º Cabe à Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal, dar cumprimento às normas estabelecidas e impor as penalidades previstas na presente Lei.

Parágrafo único – O SIM é de exclusiva responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, realizada por intermédio da Coordenadoria do serviço de inspeção municipal.

Art. 3º A Coordenação e execução das atividades inerentes ao SIM., será privativa de Médico Veterinário, concursado, conforme determina a Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto Lei nº 64.704/1969.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, através do Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M., incumbida da Inspeção e Fiscalização sanitária municipal de produtos de origem animal, deverá coibir o abate clandestino de animais e a respectiva industrialização dos seus produtos, separadamente ou em ações conjuntas, com os agentes fiscais sanitários da Vigilância Sanitária do Município, podendo para tanto, requisitar força policial.

§1 Cabe à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária, a fiscalização na área de comercialização de todos os alimentos, clandestinos ou não, em consonância com a legislação sanitária em vigor;

§2 A Vigilância Sanitária, na função de fiscalização no comércio de produtos e subprodutos de origem animal, comunicará o S.I.M., os resultados das ações e análises sanitárias que efetuarem nos referidos produtos, apreendidos ou inutilizados nas diligências que realizarem.

§3 O Médico veterinário será auxiliado pelo Agente de Inspeção e Fiscalização Sanitária Animal e/ou servidores lotados da Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente devidamente capacitados e treinados para execução das atividades, sendo este um cargo de nível médio;

§4 A Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente de Santo Antônio do Leste - MT poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte SUSAF-MT.

Parágrafo único – Para fins de implementação desta Lei, fica o Município autorizado a fazer adesão ao Sistema de Inspeção Regional consorciado a ser implantado pelo Consórcio Público Intermunicipal.

Art. 5º Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente e da Secretaria de Saúde, dos produtores/proprietários de estabelecimentos para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

§1 – O Coordenador do SIM poderá, quando houver necessidade, convidar outros representantes para participar do Conselho consultivo de que trata o *caput* deste artigo.

§2 – O Conselho consultivo reunir-se-á, mensalmente, na sede do SIM na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 6º Compete ao Conselho Consultivo de que trata o artigo anterior:

I – auxiliar o SIM na elaboração de normas e regulamentos necessários a plena execução das atividades de inspeção;

II – analisar e emitir parecer sobre os projetos de construção, reforma e aparelhamento dos estabelecimentos destinados à obtenção de matéria prima, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal;

III – analisar e emitir parecer sobre os processos de registro da embalagem e da rotulagem de produtos de origem animal;

IV – Colaborar com a coordenação do SIM, quando solicitado.

Art.7º Serão objetos de Inspeção e Fiscalização dos produtos, subprodutos e derivados comestíveis e não comestíveis, previstos nesta Lei:

§1 Dos produtos de origem animal:

I – dos animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;

II – do pescado e seus derivados;

III – do leite e seus derivados;

IV – dos ovos e seus derivados;

V – do mel de abelha, cera e seus derivados;

VI – demais produtos de origem animal.

§ 2 O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte de produtos de origem animal o qual será legalizado em lei específica.

Art. 8º A inspeção e fiscalização de que trata esta lei serão exercidas em caráter periódico ou permanente de forma sistemática de acordo com as necessidades do serviço.

Parágrafo único: O serviço de inspeção e fiscalização deverá, em observância ao poder de polícia, através de seus técnicos, agentes de fiscalização ou autoridade sanitária do município, ter livre acesso aos estabelecimentos sujeitos a essa fiscalização, podendo usar da força pública em caso de recusa do estabelecimento empresarial em submeter-se à fiscalização.

Art. 9ºA inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão realizadas nos estabelecimentos que, de modo geral, recebam, manipulam, armazenam ou acondicionam produtos de origem animal.

I – nos estabelecimentos industriais especializados, que se situem em áreas urbanas e ou rurais;

II – nas propriedades rurais com instalações adequadas às Normas Municipais, Estaduais e Federais para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo humano;

III – nos entrepostos de pescado e nos estabelecimentos que o processar e ou industrializar;

IV – nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados e nas propriedades rurais com instalação adequada para a manipulação, industrialização e o preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma, para o consumo;

V – nos entrepostos de ovos, fábrica de conserva e nos estabelecimentos de produtos derivados;

VI – nos entrepostos de mel, cera de abelha e nos estabelecimentos de produtos derivados.

§1 Os estabelecimentos ficam obrigados a manter Médico Veterinário como responsável técnico – R.T., devidamente registrado no CRMV/MT

§2 O responsável técnico será corresponsável, juntamente com o representante legal e ou proprietário do estabelecimento, pela qualidade dos produtos elaborados.

Art. 10 Os estabelecimentos industriais de produtos de origem animal, somente poderão funcionar no município após prévio registro no S.I.M., conforme regulamento e demais atos que venham a ser instituídos pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 11 A inspeção e fiscalização de que trata a presente Lei abrange os aspectos industriais e higiênico-sanitários dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não preparados, transformados, depositados ou em trânsito.

Art. 12 As análises referentes aos produtos de origem animal, de que trata esta Lei, serão executadas em Laboratório Oficial ou em outros Laboratórios credenciados.

Art. 13. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, baixar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da regulamentação desta Lei, tabela que será homologada pelo Prefeito Municipal, contendo os tipos de taxas a serem cobrados decorrentes do Serviço de Inspeção e Fiscalização, e que os valores cobrados destas taxas não poderão ultrapassar os valores praticados pelo estado.

Art. 14 As infrações às normas previstas nesta Lei serão penalizadas, isoladas ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I – advertência, quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má-fé;

II – multa de até 2000 (duas mil) UPF-MT (Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso), nos casos de reincidência, dolo ou má fé;.

III – apreensão e inutilização das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou foram adulterados;

IV – suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou caso de embaraço da ação fiscalizadora;

V – interdição total ou parcial do estabelecimento quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§1 Constitui agravante o uso de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

§2 A suspensão poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivarem a sanção.

§3 Se a suspensão não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorrido 12 (doze) meses, será cancelado o respectivo registro no S.I.M.

Art. 15 As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pela Coordenadoria de Inspeção após transcorrido o processo administrativo.

Parágrafo único – O Poder Executivo Municipal regulamentará por decreto o processo administrativo para apuração das infrações.

Art. 16 Compete ao Poder Executivo fixar e arrecadar as taxas de serviços relativos à Vigilância e Inspeção de produtos de origem animal.

Art. 17 Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal através de Decreto.

Art. 18 A execução das atividades referentes a presente Lei será implantada de acordo com a demanda existente no município.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE SETEMBRO DE 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITOMUNICIPAL

:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÕES - EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 277/2022

==========

A PUBLICAÇÃO ABAIXO TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.067 DE 14/09/2022, ANO XVII, PÁGINA 314.

HOUVE ALTERAÇÕES NA FUNÇÃO, LOTAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

==========

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 277/2022, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

CONTRATADA: SEBASTIANA MIRANDA SANTOS, Brasileira, Solteira, Serviços Gerais, inscrita no CPF sob o nº 020.875.031-25 e Identidade RG nº 1.911.290-4 - SSP-MT expedida em 23/08/2004, com residência e domicílio no seguinte endereço: Rua Dez, nº 38 - Frente à Horta do Raul - CEP 78670-000 - Bairro Parque Amazonas, em São Félix do Araguaia (MT), de agora em diante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 277/2022

DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO: 12/09/2022

VIGÊNCIA: De 12/09/2022 a 16/12/2022

PRAZO DE VIGÊNCIA: 3 meses e 4 dias

CARGA HORÁRIA: Carga Horária de 30 (trinta) horas semanais

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais)

FUNÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO ESCOLAR (LIMPEZA), em CARÁTER TEMPORÁRIO.

LOTAÇÃO: Secretaria de Educação e Cultura - Museu e Banda Municipais

DOTAÇÃO: 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura / 03 - Coordenadoria de Ensino Fundamental - FUNDEB / 2.046 - Educação Infantil - FUNDEB 30% / 3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado

==========

A PUBLICAÇÃO ACIMA TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO HAVIDA NESTE DIÁRIO OFICIAL, NA EDIÇÃO Nº 4.067 DE 14/09/2022, ANO XVII, PÁGINA 314.

HOUVE ALTERAÇÕES NA FUNÇÃO, LOTAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

==========

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA IPASFA Nº 5/2022, DE 12/09/2022 - CONCESSÃO DE APOSENTADORIA À SERVIDORA MARIA DILEUSA CARVALHO PARENTE DA SILVA.

PORTARIA Nº 5, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Maria Dileusa Carvalho Parente da Silva.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e, **considerando:**

I - o preenchimento dos pressupostos contidos no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c Art. 82-A, incisos I, II e III, da Lei Municipal nº 468/2004, de 1º de junho de 2004, com as alterações dadas pela Lei Municipal nº 557/2017, de 15 de janeiro de 2007, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Félix do Araguaia-MT;

II - a Lei Complementar nº 58/2008, de 8 de dezembro de 2008, que versa sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Educação; e

III - as Leis Complementares sancionadas após 22 de dezembro de 2014, que concederam Revisão Geral Anual (RGA) e/ou aumento real, sendo mais recente a Lei Complementar nº 135/2022, de 25 de fevereiro de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição** à **Senhora MARIA DILEUSA CARVALHO PARENTE DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 2385131 2ª Via - PC/GO e do CPF sob o nº 457.150.921-91, residente e domiciliada no Município de São Félix do Araguaia-MT, servidora efetiva no cargo de Professora de Ensino Fundamental, Classe "C", Nível "9-1,49", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculada sob o nº 196-1, contando com 30 Anos, 3 Meses e 12 Dias de tempo de contribuição, com **proventos integrais**, conforme Processo Administrativo do **IPASFA nº 2022.04.00003P**, a partir de **01/09/2022** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais à data de **1º de setembro de 2022.**

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

São Félix do Araguaia-MT, 12 de setembro de 2022.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PSS Nº 01/2021 - 53ª DE CANDIDATOS APROVADOS/ CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 65 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

Dispõe sobre a **53ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021 da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no

uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, **considerando:**

I - o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

II - o interesse público e a necessidade da Administração;

III - a divulgação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, via do Edital Complementar nº 10, de 10/01/2022;

IV - a publicação do Edital Complementar nº 10 no Diário Oficial Municipal em 11/01/2022, Edição 3.895 – ANO XVII – Páginas 507-616, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

V - o disposto no Decreto Municipal nº 4/2022, de 12/01/2022, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021; e

VI - a publicação do Decreto nº 4/2022 no Diário Oficial Municipal em 13/01/2022, Edição 3.897 – ANO XVII – Página 335, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 1/2021, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na Avenida Araguaia, nº 248 - Bairro Centro, na Sede do Município, **até o dia 20 de setembro de 2022 (20/09/2022)**, no horário oficial de Brasília, das 14h30min às 17h30min.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no item 11 do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, que estão transcritos no **Anexo II** deste Edital.

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 4/2022 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 e da legislação municipal aplicável.

Art.4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 14 de setembro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 65 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO/ FUNÇÃO PÚBLICA	LOCAL (LOTAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
TÂNIA MARIA BARBOSA DOS SANTOS	Professora com Pedagogia	Centro Educacional de Educação Básica Dona Elza e Dona Tunica	18ª
ARLENE OLIVEIRA BRAGA	Professora com Pedagogia	Centro Educacional de Educação Básica Dona Elza e Dona Tunica	19ª

==========

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 65 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2021

TRANSCRIÇÃO DO ITEM 11 DO EDITAL DE ABERTURA E DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. Por ocasião da contratação, serão **exigidos** do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

11.1.1. Cumprir todas as determinações do presente Edital;

11.1.2. Não ter sido aposentado por invalidez ou aposentado compulsoriamente com mais de 70 anos de idade;

11.1.3. Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

11.1.4. Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

11.1.5. Original de documento oficial de identificação com fotografia;

11.1.6. Original do Cadastro Pessoa Física (CPF);

11.1.7. Original de Título de Eleitor;

11.1.8. Original do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

11.1.9. Original do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

11.1.10. Original de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

11.1.11. Original do CPF, Identidade e Certidão de Nascimento dos **filhos**, ou no mínimo a Certidão de Nascimento, caso ainda não tenham Identidade e CPF;

11.1.12. Original do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/ Casamento do **cônjuge ou convivente**;

11.1.13. Original do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

11.1.14. Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou arquivo impresso da Carteira de Trabalho Digital;

11.1.15. Original da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) em vigor, na categoria "D", para a função de Agente Operacional (Motorista de Transporte Escolar), ou a categoria mínima para outros condutores, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

11.1.16. Original de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

11.1.17. Original do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

11.1.18. Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

11.1.18.1. Original da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

11.1.18.2. Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

11.1.19. Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

11.1.19.1. Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

11.1.19.2. Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

11.1.20. Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

11.1.21. Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

11.1.22. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

11.1.23. Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

11.1.24. Documento que comprove conta corrente ou poupança, sendo:

11.1.24.1. Necessariamente no Banco do Brasil (Conta Corrente), para contratos a serem pagos com recursos do FUNDEB; e

11.1.24.2. Preferencialmente no Banco do Brasil, para os demais casos.

11.1.25. Apresentar Certidões Negativas Criminais de 1º e 2º graus das justiças estadual e federal, mantendo essa condição até o término do contrato ou seus eventuais aditivos, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

11.1.26. Para TODAS as funções previstas neste Edital, será obrigatório apresentar, no ato da contratação, o **"Passaporte da Vacina",** indicando estar imunizado contra a COVID-19, sendo que a recusa em apresentar tal documento implica na perda da vaga, ressalvados os casos com expressa recomendação médica, documentalmente comprovada.

11.1.27. Para as funções de Motoristas de Ambulância, de Trator de Pneus, de Caminhão ou veículos menores, e ainda para Operadores de

Máquinas Pesadas, além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.27.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.27.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter eliminatório, que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.27.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28. Para as funções de **Motoristas que transportem escolares** ou que transportem o **público usuário da assistência social** (cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos), além da CNH com categoria correspondente, deverão, para assinar contrato:

11.1.28.1. Comprovar experiência mínima de 1 (um) ano, através de apresentação de contrato assinado com empresas privadas ou com órgãos públicos, ou ainda com registro próprio na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), não sendo aceitas simples declarações de terceiros; ou

11.1.28.2. Submeter-se a uma prova prática, de caráter **eliminatório,** que será regulamentada posteriormente, e aplicada por profissionais do próprio Município.

11.1.28.3. O Município, a seu critério, poderá submeter o profissional à prova prática, ainda que este comprove a experiência mínima exigida.

11.1.28.4. No caso do **Motorista de Transporte Escolar**, apresentar comprovante de Curso para Condutores de Transporte Escolar, dentro da validade.

11.1.28.5. Nas rotas de transporte escolar, no retorno dos alunos para suas residências, o veículo deverá permanecer no ponto final.

11.1.29. Para a função de **Apoio Administrativo Escolar (Nutrição),** deverão ser apresentados, previamente à contratação, os seguintes exames:

11.1.29.1. Exame de fezes (coprocultura e coproparasitológico), com Avaliação de Resultado **Negativo**;

11.1.29.2. Exame de sangue (hemograma e VDRL), com Avaliação de Resultado **Não Reagente**;

11.1.29.3. Carteira de Saúde emitida pela Vigilância Sanitária ou Atestado médico sobre as condições de saúde com Avaliação de Resultado **Apto**; e

11.1.29.4. Cópia da Carteira de Vacinação.

11.2. Entre 90 (noventa) e 180 (cento e oitenta) dias de transcurso do contrato decorrente deste Processo Seletivo Simplificado, o contratado será submetido à **Avaliação de Desempenho Funcional,** de forma análoga aos servidores efetivos, sendo que:

11.2.1. Haverá rescisão contratual antecipada imediata, por iniciativa da Administração, com pagamento das verbas rescisórias proporcionais ao tempo trabalhado, caso o contratado obtenha média inferior a 70% (setenta por cento) na referida avaliação; e

11.2.2. Todo o contratado estará sujeito à Avaliação de Desempenho Funcional, independente de ser ou não seu primeiro vínculo contratual com o Município.

11.3. A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2022.

ACHA-SE ABERTA LICITAÇÃO ABAIXO DESCRITA:

Pregão Eletrônico SRP nº. 034/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2022.

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato, através de sua Pregoeiro torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, através da plataforma eletrônica www.bnc.org.br, certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 034/2022, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE, Tendo por Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO LABORATORIAL, TIPO 02 MICROSCOPIO BIOLOGICO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, com abertura marcada para o dia **28 de SETEMBRO de 2022, às 08h30min**. O inicio de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08h30m do dia **16/09/2022** até as 08h30m do dia **28/09/2022.** Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br**, por intermédio da **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC)**. Informações poderão ser obtidas ainda pelo **e-mail: pregaosfa@outlook.comou através do site http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/ ou retirar na própria sede da prefeitura das 13h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel. (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Jean.**

São Felix do Araguaia – MT, em 14 de setembro de 2022.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro Oficial.

Portaria n.º 016/2021.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA (MT)-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO (UCI) - MARILEIKO APARECIDA MIYKE PORTARIA IPASFA Nº 4/2022, DE 12/09/2022 - AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da Senhora Maria Dileusa Carvalho Parente da Silva, servidora pública deste Município.

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º Averbar o tempo de contribuição não concomitante conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob nº 024335/2016 expedida pelo Mato Grosso Previdência (MTPREV).

Art. 2º Fica averbado o tempo de contribuição não concomitante equivalente a 1880 dias líquidos, correspondente a 5 (cinco) anos, 01 (um) mês e 25 (vinte e cinco) dias:

Período	Órgão	Dias Líquidos
20/02/1989 a 20/05/1989	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	3 Meses
31/07/1989 a 28/02/1992	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	2 Anos, 7 Meses e 3 Dias
09/03/1992 a 20/01/1993	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	10 Meses e 18 Dias
01/03/1993 a 09/01/1994	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	10 Meses e 15 Dias
21/02/1994 a 21/05/1994	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	3 Meses
15/07/1996 a 15/11/1996	SECRETARIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO – MTPREV	4 Meses e 4 Dias

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

São Félix do Araguaia-MT, 12 de setembro de 2022.

WEMES PEREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°117/2022

ADESÃO N°14/2022

CONTRATO (A) – CLIMAR LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ n. 14. 887.904/0001-95

OBJETO – Constitui objeto desse contrato a contratação de empresa para locação de material, do tipo Banheiro Standert (banheiro químico), portátil, com montagem manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translucido, dimensões mínimas de 1,16 m de frente x 1,22 m de fundo x 2,10 de altura, composto de caixa de dejeto, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, para uso do público em geral, junto a Prefeitura Municipal de são José do Povo-MT, tendo em vista o resultado do processo n°127/2022, adesão n°14/2022 e conforme Termo de Referência do Edital e tabela abaixo descritivo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Banheiros Standert Locação de Sanitário portátil (banheiro químico)	60 Unidades	300,00	18.000,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência é de 01 (um) mês, a contar a partir do dia 09 de setembro de 2022 a 09 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°118/2022

ADESÃO N°16/2022

CONTRATO (A) – GABRIEL DE OLIVEIRA ALVES JUNIOR-ME, cadastrada no CNPJ sob n.º 37.536.943/0001-43

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EQUIPE TÉCNICA DE PRODUÇÃO ESPECIFICAÇÕES: COORDENAÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO, ASSISTENTE DE PRODUÇÃO, PRODUTOR DE EVENTOS, DIREÇÃO DE PALCO, ASSISTENTE PALÁCIO(ROADIE), COORDENADOR DE LOGÍSTICA, ELETRICISTA DE EVENTOS, CARREGADORES, CATERING, LOCUTOR, DJ VJ, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT, TENDO EM VISTA O RESULTADO DO PROCESSO N°129/2022, ADESÃO N°16/2022 E CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais)**.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência é de 01 (um) mês, a contar a partir do dia **09 de setembro de 2022 a 09 de outubro de 2022**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO Nº 078/2022, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE CANDIDATO AO PROVIMENTO DE CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ESCOLAS DA REDE MUNICÍPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 77, IV, da Lei Orgânica do município,

Considerando que, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu no sentido de reconhecer a inconstitucionalidade de leis que tratam de eleições para cargos de direção dos estabelecimentos de ensino público, conforme ADI 282-1, ADI 2997, ADI 640, ADI 573, ADI 578, ADI 123, ADI 2.997/RJ, ARE 821611/RS, todos no mesmo sentido;

Considerando a Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022 do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da Complementação VAAR, às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023 e dá outras providências;

Considerando a condicionalidade posta no inciso I do § 1º da Lei Federal nº 14.133/2020.

DECRETA:

Art. 1º - A escolha de candidato para o provimento do cargo em comissão de Diretor de Escola Municipal dar-se-á por conhecimentos específicos e avaliação comportamental, com finalidade de aferir as habilidades gerenciais e atributos pessoais necessários ao exercício do cargo.

Parágrafo Único - O processo de que trata o caput deste artigo será realizado em quatro etapas, quais sejam:

I – Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a qual constará de prova escrita para avaliação de conhecimentos necessários à boa gestão de escola;

II – Segunda etapa, de caráter eliminatório, consistente de avaliação comportamental dos candidatos e destina-se à aferição de conhecimentos, habilidades e atitudes do candidato em função de um perfil pré-estabelecido pela Secretaria de Educação e Cultura, considerando, pelo menos, os seguintes componentes:

a) Visão sistêmica; b) Senso ético; c) Liderança d) Flexibilidade; e) Comunicação; f) **Comprometimento.**

III – Terceira etapa, de caráter eliminatório, consistente de apresentação do plano de trabalho para o biênio pleiteado e entrevista individual com os candidatos, onde serão checados os mesmos componentes do perfil mencionados no inciso anterior;

IV – Quarta e última etapa, de caráter classificatório, compreenderá a análise de títulos.

Art. 2º - Para desenvolver o processo de seleção de diretores, a Secretaria de Educação e Cultura contratará equipe ou instituição de competência e idoneidade comprovadas.

Art. 3º - Cada seleção será regida por edital, que especificará conteúdos e estratégias a serem utilizadas em cada etapa do processo.

Art. 4º - Poderá participar do processo de que trata a presente lei, os profissionais da educação que comprovem ter:

I – No mínimo, 02 (dois) anos de experiência em função de docência no Magistério;

II – Habilitação em nível superior.

Art. 5º - Não será permitida a participação de servidor que tenha exercido cargo de Diretor do qual tenha sido dispensado após conclusão de procedimento administrativo disciplinar.

Art. 6º - Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos mencionados no artigo 4º, ou, se não houver candidato aprovado de acordo com o disposto no artigo 5º, ambos desta Lei, para ocupar um cargo vacante, a Secretaria de Educação e Cultura poderá nomear um diretor, em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 1 ano.

Art. 7º - Uma vez listados os candidatos considerados aptos em processo seletivo, caberá ao Secretário Municipal de Educação e Cultura a nomeação dos selecionados para os cargos vacantes, em conformidade com o interesse da Administração.

Art. 8º - No ato da posse, o Diretor assinará o termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Art. 9º - A gestão escolar será acompanhada e avaliada diretamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

§ 1º - Os critérios de avaliação de desempenho do Diretor são:

I – Cumprimento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE);

II – Indicadores de eficiência da escola;

III – Resultados de aprendizagem dos alunos;

IV – Lisura na gestão financeira;

V – Relacionamento com a comunidade escolar.

§ 2º - A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Secretário de Educação e Cultura, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supra mencionados, devidamente comprovados por meio de procedimento administrativo, oportunizado o contraditório e ampla defesa.

Art. 10 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 13 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 587/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DO CONTRATO N.º 108/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **BALTAZAR PEREIRA DO AMARAL** como Fiscal Titular,e **EDUARDO APARECIDO ALCANFORADO** como Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização do Contrato descrito abaixo:

CONTRATO N.º	EMPRESA	CNPJ
108/2022	GRAMARCA VEÍCULOS LTDA	20.379.987/0001-04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 14 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001/2022/CME/SEDEC/SJRC/MT.

DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE NOVA AUTORIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei de Sistema 873/2011.Considerando a Instrução Normativa 001/2022

RESOLVE:

Art. 1º. Todas as Unidades Escolares em Processo de Organização das Pastas de Educação Infantil e Fundamental.

Art. 2º. A Estrutura do Processo de Nova Autorização das Unidades de Ensino da Rede Municipal será de acordo com a Instrução Normativa 001/2022/CME/SJRC.

Art. 3º. As Unidades Escolares deverão enviar seus processos ao Conselho Municipal de Educação até o dia 31/10/2022.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maria Beatriz Magalhães Morais

Presidente do CME/SJRC/MT.

HOMOLOGAÇÃO:

A Senhora Secretária Municipal de Educação e Cultura de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

Homologar na íntegra esta Portaria.

Juliana Ghedin Cappellesso

Gabinete da Secretária Municipal de Educação e Cultura,

São José do Rio Claro – MT, 12 de setembro de 2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 049/2022

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000 fone (65) 3386-1482 informa a todos os interessados que realizará Pregão Eletrônico **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES DO TIPO MARMITEX, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT. Data de Abertura: às 09h00min, do dia 28 de setembro de 2022, horário de Brasília, no endereço acima.** Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhadas e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, 07h às 11h, e das 13h ás 17h, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br e **www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**. São José do Rio Claro – MT, 14 de setembro de 2022. Tatiane Ilma Grolli Baggio– Pregoeira Oficial.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 586/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 197/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **ALBERTINO APARECIDO DA SILVA** como Fiscal Titular,e **SUNELY MOREIRA DOS SANTOS** como Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços descrita abaixo, relacionada ao Pregão Presencial N.º 8/2022:

ATA N.º	EMPRESA	CNPJ
197/2022	VETOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI	33.573.532/0001-77

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 14 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 585/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES, COMO FISCAL E SUPLENTE, RESPECTIVAMENTE, PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.ºs 177/2022, 180/2022 E 182/2022.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **LIONORA VÂNIA FERREIRA** como Fiscal Titular,e **ROBERTO BAYER** como Fiscal Suplente, respectivamente, para o exercício de acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços descritas abaixo, relacionadas ao Pregão Eletrônico N.º 44/2022:

ATA N.º	EMPRESA	CNPJ
177/2022	OLMIR IORIS E CIA LTDA	70.429.956/0001-99
180/2022	ULTRA LICITAÇÕES LTDA	36.524.917/0001-32
182/2022	SUPERAR COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	42.953.946/0001-12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 14 de setembro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 223-2022

PORTARIA Nº 223/2022

DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º E 2º, da Lei Complementar nº 005/2012, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica concedido Licença Premio a servidora CLAUDIA ALVES RIBEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Técnico de enfermagem, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 12/09/2022 a 20/10/2022, Conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 12 de setembro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

ATA DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2022

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022 Processo Administrativo Nº 044/2022 Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: TALITA TEIXEIRA FEITOSA

Data de Publicação: 23/08/2022 15:58:06

Item: 1 Unidade: UN

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 14/09/2022 16:11:26 GRADE ARADORA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: PUMA AGRÍCOLA Modelo: PGAICR 14X28

Descrição: GRADE ARADORA NOVA – 02 PNEUS; SISTEMA HIRÁULICO, 14 DISCOS DE 28"; ESPESSURA DOS DISCOS DE 7,5MM; DISTÂNCIA DE 270MM ENTRE OS DISCOS

Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 38.999,99 **Valor Total:** 38.999,99 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 PUMA COMERCIAL EIRELI	062	23.655.349/0001-67	62.000,00	38.999,99	Sim
2 VANDA ARANTES MOTA	020	02.189.771/0001-02	62.966,66	39.000,00	Não
3 KOHLER IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI	047	92.264.472/0001-70	62.000,00	39.900,00	Não
4 APROCAMPO MAQUINAS,MOTORES E PRODUTOS	017	03.362.799/0001-54	62.900,00	43.000,00	Sim
5 V. J. DA ROCHA EQUIPAMENTOS ME	049	10.900.832/0001-18	62.900,00	49.800,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

AUTORIDADE: SANDRO JOSE LUZ COSTA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 224-2022

PORTARIA Nº 224/2022

DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA SAÚDE PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Retorna da Licença Saúde o(a) servidor(a), FABIANA ALVES DA CONCEIÇÃO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, neste município de São Jose do Xingu – MT, com retorno a partir de 14 de setembro de 2022.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 14 de setembro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 – 04

EDITAL Nº. 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 -04

Divulgação da Homologação Definitiva das Inscrições do edital 001/2022

Kallinne Freire Soares, presidente da **Comissão Organizadora do Processo Seletivo público edital 001/2022** instituída por meio da **Portaria nº 184/2022 de 26 de JULHO de 2022** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO, A Relação Definitiva das Inscrições Deferidas para Concorrer ao Processo Seletivo Público 001/2022.** Conforme anexo I, como parte integrante deste edital complementar.

São José do Xingu/MT, em 22 de agosto de 2022.

Kallinne Freire Soares

Presidente da Comissão Organizadora

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA RURAL PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA

Nº INSC	CANDIDATO
1810	PEDRO EZIQUIEL DE SOUZA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA

Nº INSC	CANDIDATO
1710	ANA PAULA CARNEIRO LEITE
1699	CLAYSON WILLER OLIVEIRA DANTAS
1655	CLEIDIANE PEREIRA DA COSTA
1656	CRISTIANE DE SOUZA SILVA
1751	DANIELA GONCALVES SILVA
1706	DARLA NÚBIA DE SOUZA MARCONDES
1670	EDILAINE VIEIRA DA SILVA
1652	EMYLLYA GONCALVES EVANGELISTA
1766	HELQUIAS PEREIRA RODRIGUES
1712	JACKSIELE DE SOUSA SILVA
1797	JOSÉ FRANCINALDO DOS SANTOS
1667	KELI DE SOUZA LEITE
1796	LETÍCIA SILVA DOS SANTOS
1798	VANESSA ALVES MARTINS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS RURAL PERTENCENTE AO PSF DA SEDE DO MUNICIPIO

Nº INSC	CANDIDATO
1804	ADRIANE GERALDINA DUFFEK
1695	ANA CRISTINA CAMPOS
1666	ÁUREA MARTINS DE SOUZA
1733	CÉLIA RODRIGUES DA SILVA
1780	EVELYN VITÓRIA DA SILVA CARDOSO
1653	JAQUELINE ABREU DA SILVA
1685	LUCAS SILVA ABREU
1727	MARIA DE JESUS RIBEIRO DE SOUZA FEITOZA
1728	SIMONE SABINA EUFRASIO
1772	SINTIA RODRIGUES DE SOUZA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF SEDE DO MUNICIPIO

Nº INSC	CANDIDATO
1787	ALESSANDRA SIMIONI DEON
1689	ALINE ABREU DA SILVA
1742	AMANDA SILVA SOUSA
1784	ANA BEATRIZ MARÇAL MARQUES
1743	ANA MARIA SILVA SANTOS
1693	ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTOS
1681	ANNY VICTÓRIA DE SOUZA TORRES FEIJÓO
1703	ANTÔNIO FRANCISCO GUIMARAES SOARES
1755	BRUNA SOUZA MIRANDA
1778	CLAUDINEIDE RODRIGUES DE SOUSA
1758	CLAUDIVONE GONCALVES DO ROSARIO
1763	DENILZA APARECIDA PEREIRA GARCIA
1722	EMILY LUZ MOURA
1793	ENEYTATE RAMILA OLIVEIRA CAMARGO
1673	FABIANA PEREIRA DE PAULA
1760	FRANCIELY SAMARA MARQUES DOS SANTOS
1775	GLEYCIARA NASCIMENTO DE SOUSA
1746	JAIANE DE MOURA GONÇALVES
1718	JANAINA FONTANELI DA SILVA
1809	JAYANE DA SILVA BISPO
1654	JÉSSICA MICAELA RODRIGUES COSTA
1684	JOAQUIM FERREIRA DE FREITAS JUNIOR
1669	KAIRON FERNANDES BARBOSA DE OLIVEIRA
1785	KEILA SILVA RIBEIRO
1683	KETLEN ALVES TEIXEIRA
1786	KLENE RIBEIRO TAVARES FULLIN
1696	LAYNNE BERNARDES DE SOUSA
1716	LUCAS JUNIOR RIBEIRO DA SILVA
1774	LUIS VICENTE PEREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR
1764	LYVIA DIAS BARBOSA
1752	MARALI RODRIGUES DA SILVA
1677	MÁRCIA REGINA DE CARVALHO
1800	MARIA VIEIRA DO ROSARIO

1715	MICHELI FERNANDES SCHAFFER
1674	NÁGILLA RIBEIRO DARY
1717	NAIANE MOREIRA SILVA
1676	NATTALY VITORIA RODRIGUES MARQUES LUZ
1750	PAULA ANDRESSA RIBEIRO SILVA
1663	PHAULA REGYNA LUZ MEDEIROS SILVA
1773	RAIMUNDA SILVA TERESA
1811	RAIZA GONÇALVES DA SILVA
1788	RAYSA COSTA GUIDA MOURA
1768	REGI ELIANE LIMA LUZ
1680	RENATA ALVES DOS SANTOS
1779	ROBERTA PEREIRA GONZAGA
1675	ROSIANY JORGE DARY
1694	ROSILAINE SOUZA PESSOA
1659	SAMANTHA DE SOUZA MIRANDA
1757	TALITA RODRIGUES MARTINS
1799	VALÉRIA PRISCILLA LOURENÇO LEÃO DE BRITO
1803	VANESSA MORAIS PIAGEM
1657	VITORIA EMANUELA ROCHA SANTOS

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS SEDE DO MUNICÍPIO

Nº INSC	CANDIDATO
1709	ADRIANO SILVA MOREIRA FRAZAO
1721	ADYLON NATÃ MARQUES COSTA
1671	ALEXANDRA COSTA SILVA
1679	CARLOS DANIEL SANTOS SILVA
1783	CAUE ROSSI LIMA
1795	FABÍOLA MALTA COSTA
1736	FERNANDO RUBENS VIEIRA OLIVEIRA
1806	FRANCISCA SOARES RODRIGUES
1765	JEINIFAN RAMOS DE SOUZA
1665	JHENNIFER BÁRBARA PEREIRA CARDOSO
1690	JOÃO PAULO GOMES BARBOSA
1802	JOSIANE PEREIRA RODRIGUES
1702	JULIO ALVES DE ALMEIDA SA
1697	KATEMARE METUKTIRE
1771	LEIDIANE OLIVEIRA
1719	LETÍCIA AMANDA FERREIRA DOS SANTOS
1781	LUCIANA FERNANDES DE OLIVEIRA
1711	LUDIMILA FERREIRA FONSECA
1698	LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA LUZ
1737	MARÍA NEDI PEREIRA DA SILVA
1731	MARIANA MENDES SANTOS
1805	MARILENE OLIVEIRA DA SILVA
1672	MARISY FEITOZA LUZ
1767	MATEUS RODRIGUES DE SOUZA RAMOS
1754	MEIRIELY MARTINS CARDOSO
1812	RAILA GONÇALVES SILVA
1735	RIAN RODRIGUES MARTINS
1782	ROMARIO OLIVEIRA CAMPOS
1700	TALISSON PEREIRA SILVA
1692	VANESSA ABREU BARBOSA DA SILVA
1724	WALISON DA COSTA CARNEIRO

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - DISTRITO SANTO ANTONIO DO FONTOURA

Nº INSC	CANDIDATO
1734	AMANDDA ÁTILA ALVES DA SILVA SANTOS
1801	KATIA CILENE ALVES RIBEIRO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 – 03

EDITAL Nº. 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2022 -03

Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos edital 001/2022

Kallinne Freire Soares, presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo publico edital 001/2022 instituída por meio da **Portaria nº 184/2022 de 26 de JULHO de 2022** no uso de suas atribuições legais, faz saber aos interessados após avaliar criteriosamente todos os pedidos de recursos no processo seletivo público, conforme edital nº 01/2022, **TORNA PÚBLICO, A relação Definitiva de Recursos Deferidos Referente a Inscrições no Processo Seletivo Publico edital 001/2022**

São José do Xingu/MT, em 22 de agosto de 2022.

Kallinne Freire Soares

Presidente da Comissão Organizadora

Dados da solicitação	
INSCRIÇÃO	1652
VAGA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA
TIPO RECURSO	Recursos referentes a homologação das inscrições
DATA DE SOLICITAÇÃO	13/09/2022 16:04
DESCRIÇÃO FATOS	O meu comprovante de endereço não está anexado
FUNDAMENTAÇÃO	O motivo da minha justificativa é a seguinte quando fui confirmar a inscrição confirmou no mesmo momento se era obrigatório não deveria nem ter confirmado a minha inscrição por isso estou colocando aqui na parte de recurso que sirva como sugestão para alterações futuras no site para os próximos seletivos que seja obrigatório para nem conseguir confirmar a inscrição
PEDIDO	Deferimento de inscrição
ANEXO CANDIDATO	https://cdn-assepublica.selecao.site/recursos/14/1...
Dados da resposta	
RESPOSTA	PEDIDO DEFERIDO
Dados da solicitação	
INSCRIÇÃO	1710
VAGA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICROAREAS DA ZONA URBANA PERTENCENTE AO PSF DO DISTRITO FONTOURA
TIPO RECURSO	Recursos referentes a homologação das inscrições
PROVA	Não informado
QUESTÃO	Não informado
DATA DE SOLICITAÇÃO	13/09/2022 16:13
DESCRIÇÃO FATOS	Quando fiz minha inscrição e concluiu não dizia ser obrigatório anexar o comprovante de residência
FUNDAMENTAÇÃO	Por isso estou falando aqui pra que não aconteça novamente
PEDIDO	Numa próxima vez ou com outras pessoas
Dados da resposta	
RESPOSTA	PEDIDO DEFERIDO

TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 033/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 033/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, através do seu gestor, Sr. Sandro José Luz Costa, resolve **REVOGAR** o processo licitatório supracitado, que tem por objeto a "futura e eventual aquisição **NOTEBOOKS**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação", através do sistema de Registro de Preços.

Inicialmente, registra-se, a revogação da licitação encontra fundamentação legal no Art. 9º da Lei nº 10.520/2002, c/c Art. 49 da Lei nº 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473. é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho1, in verbis:

"A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (1 ...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior".

No que tange eventuais prejuízos causados aos licitantes do presente certame, verifica-se que a licitação se opera pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja definição "é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens,

para contratações futuras", conforme inciso I, Art. 1º, do Decreto n° 24. 052, de 27 de fevereiro de 2005. Desta forma, por se tratar de expectativa de contratação, não acarreta prejuízo direto aos licitantes interessados. Por outro lado, a necessidade da Administração persiste para prestação dos serviços objeto da licitação, assim, fica desde já comunicado aos interessados que em breve, será iniciado novo certame licitatório. Entende-se ser desnecessário oportunizar o direito ao exercício da ampla defesa e do contraditório aos licitantes, na forma do §3º do Art. 49º da Lei nº 8.666/93, consoante com o entendimento jurisprudencial, tendo em vista que o processo sequer chegou ao seu curso final, veja-se:

"Revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o cumprimento do parágrafo terceiro, do artigo 49, da Lei nº 8.666/93. (...) Só há aplicabilidade do parágrafo terceiro, do

artigo 49, da Lei nº 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame". (TJSP, Apelação Cível nº 175.932-5/4-00, Rel. Scarance Fernandes, j. em 16.03.2004).

Por fim, com fulcro no Art. 49 da Lei 8.666/93, c/c Art. 109, I, "C" da Lei 8. 666/93 e parecer jurídico, emitido pela Procuradoria Municipal, decido pela revogação da presente licitação.

São José do Xingu - MT, em 13 de Agosto de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de CONTINUO/AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS por motivo de APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora EUZELIA DOS SANTOS TERRADAS, nomeada através da PORTARIA – GP Nº 056 DE 14 DE MARÇO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE SETEMBRO DE 2022

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 94/2022"**, Objeto: **"AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA"** Em favor da empresa: **PROSPERAR ENGENHARIA, COMUNICACOES E REPRESENTACOES LTDA; CNPJ: 22.912.559/0001-20, no valor de R$ 30.937,20 (trinta mil e novecentos e trinta e sete reais e vinte centavos).**

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria publicada no Diário Oficial da AMM na quarta-feira dia 14/09/2022, na pág. 322;

Onde se lê:

Valor: R$ 356.680,00 (trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta reais)

Leia-se:

Valor: R$ R$ 363.850,00 (trezentos e sessenta e três mil e oitocentos e cinquenta reais)

PROCURADORIA
LEI Nº 1916, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI Nº 1916, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PESSOAL, POR TEMPO DETERMINADO, SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, Sr. **JAMIS SILVA BOLANDIN**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 005/2003, Lei nº 1.056/2005 e Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, APROVOU e ele, Prefeito, SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, através de Processo Seletivo Simplificado, sendo os contratados submetidos às regras estabelecidas na Lei Complementar 005/2003 e Lei nº 1.056/2005.

Parágrafo Único Os contratados serão segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social-RGPS, e recolherá contribuição para o INSS-Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º As contratações de que trata esta Lei destinam-se a atender as seguintes necessidades:

I - Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Gabinete;

II - Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

III – Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Fazenda;

IV – Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

V – Substituição de professores quando ocupantes de cargo de direção, chefia, supervisão, assessoramento e cooperação técnica ou contratação decorrente de não remanescentes em concurso público em vigência e saída de professores mediante férias, licença de concessão obrigatória, afastamento, aposentadoria, demissão voluntária, ou outra causa cuja ausência possa prejudicar a execução dos serviços, conforme disposto na Lei Municipal nº 755/1998, Lei Complementar nº 004/2003 e Lei Municipal nº 1.056/2005;

VI – Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio – SEFAICO;

VII – Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII – Atendimento da demanda funcional da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Parágrafo único: Os cargos e vagas a serem contratados, temporariamente, pelo Poder Executivo Municipal constam na tabela do Anexo - I.

Art. 3º A descrição sintética e analítica das atribuições, as condições de trabalho, carga horária e os requisitos dos cargos previstos no Anexo - I desta Lei, são as constantes na Lei Complementar nº 004/2003 e Lei nº 755/1998.

Art. 4º As contratações efetuadas nos termos desta Lei serão feitas observando-se os prazos constantes da Lei nº 1.056/2005 e suas alterações posteriores, e não geram expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

Parágrafo único: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Poder Executivo, em caso de nomeação e posse para o cargo, mediante concurso público.

Art. 5º A remuneração para as contratações efetuadas pela presente Lei, somente serão reajustadas se houver no período, reajuste salarial concedido aos demais servidores públicos municipais.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria, vigente no período de contratação.

Artigo 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, 14 de setembro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ANEXO II

FUNÇÕES, NÍVEL DE ENSINO, CARGA HORÁRIA, VAGAS E REMUNERAÇÃO

Cargos	Nível de Ensino	Carga Horária	Vagas	Salários
Professor II: Ciências	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	C.R.	R$ 3.669,00
Professor II: Educação Física	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	C.R	R$ 3.669,00
Professor II: Geografia	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	C.R	R$ 3.669,00
Professor II: História	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	C.R	R$ 3.669,00
Professor II: Língua Portuguesa	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	01 + C.R	R$ 3.669,00
Professor II: Matemática	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	01 + C.R	R$ 3.669,00
Professor II: Pedagogia	Superior na área	30 horas Semanais 20h em sala	10 + C.R	R$ 3.669,00
Nutricionista	Superior na área	40 horas semanais	01 +C.R	R$ 4.240,26
Psicólogo	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01 +CR	R$ 4.240,26
Motorista	Ensino Fundamental Completo + CNH Categoria mínima “D”	40 horas semanais	02 + C.R	R$ 1.986,49
Auxiliar de Serviços Internos	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas semanais	02 +C.R	R$ 1.243,00
Auxiliar de Serviços Externos	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas semanais	02 + CR	R$ 1.243,00
Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo	40 horas semanais	02 + CR	R$ 1.275,50
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto	40 horas semanais	04 + CR	R$ 1.243,00
Assistente Social	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 4.240,26
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	40 horas semanais	04 + C.R	R$ 1.639,64
Educador Físico	Superior na área	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 2.766,63
Instrutor de Esporte	Ensino Fundamental Completo	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 1.408,62
Médico	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01 +C.R	R$ 10. 557,27
Fonoaudiólogo	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01+ C.R	R$ 4.240,26
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Completo + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	02 +C.R	R$ 1.639,64
Agente Comunitário de Saúde	Ensino Fundamental Completo	40 horas semanais	02 + C.R	R$ 1.495.50
Educador Físico	Superior na área	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 2.766,63
Engenheiro Agrônomo	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01 + C. R.	R$ 4.240,26
Agente de Inspeção Sanitária	Ensino Médio Completo	40 horas semanais	01 +C.R	R$ 1.408,62

Operador de Máquinas II	Ensino Fundamental Incompleto + CNH Categoria mínima “D”	40 horas semanais	01+ C.R	R$ 1.408,62
Veterinário	Superior na área + Registro no Conselho da Classe	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 8.473,26
Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Completo + Curso Técnico na Área Agrícola+ Registro no Conselho	40 horas semanais	01 + C.R	R$ 1.639,64

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 95/2022"**, Objeto: **"AQUISIÇÃO DE BANDEJAS PARA BRINDE PARA AS MULHERES RURAIS"** Em favor de: **UNIÃO VARIEDADES E CONFECÇÕES EIRELI; CNPJ: 30.274.141/0001-63, no valor de R$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais).**

PROCURADORIA
LEI Nº 1915 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI Nº 1915 DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSPOR E REMANEJAR RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAMIS SILVA BOLANDIN, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares e especiais através de Decreto, até o valor de **R$ 18.212.630,56** (Dezoito milhões e duzentos e doze mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

Artigo 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso II – **Excesso de Arrecadação**, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei, nas seguintes fontes de recursos:

FONTE 2022	DESCRIÇAO DA FONTE	PROVAVEL EXESSO
500	Recursos Ordinários	8.576.683,06
540	Transferências do FUNDEB 60%	2.830.111,21
550	Transferência do Salário Educação	52.605,78
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	48.521,77
599	Outros recursos vinculados a educação	170.072,18
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	2.830.563,73
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	162.134,00
602	Ações de saúde para o enfrentamento	160.955,12
621	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.154,37
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de	73.826,83
661	Transferência de recursos do Estado para ações de	26.056,57
701	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	1.973.560,46
751	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	975.996,83
759	Recursos Vinculados a Fundos	181.388,65
	TOTAL	**18.212.630,56**

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José dos Quatro Marcos - MT, 14 de setembro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS

APURAÇÃO DO PROVÁVEL EXESSO DE ARRECADAÇÃO 2022

FONTE 2022	DESCRIÇAO DA FONTE	PREVISAO INICIAL	ARRECADADO -2022	ESTIMATIVA	PROVAVEL EXESSO
			JANEIRO A JULHO	AGOSTO A DEZEMBRO	
500	Recursos Ordinários	18.948.180,00	13.197.234,76	9.426.596,26	3.675.651,02
500	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos -	6.712.430,00	6.281.919,66	4.487.085,47	4.056.575,13
500	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos -	7.762.180,00	5.020.538,20	3.586.098,71	844.456,91
	sub total	33.422.790,00	24.499.692,62	17.499.780,44	8.576.683,06
540	Transferências do FUNDEB 70%	5.250.000,00	4.033.172,94	2.880.837,81	1.664.010,75
540	Transferências do FUNDEB 30%	1.750.000,00	1.701.058,60	1.215.041,86	1.166.100,46
	sub total	7.000.000,00	5.734.231,54	4.095.879,67	2.830.111,21
550	Transferência do Salário Educação	372.500,00	247.978,37	177.127,41	52.605,78
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	107.000,00	90.721,03	64.800,74	48.521,77
599	Outros recursos vinculados a educação	600.000,00	449.208,77	320.863,41	170.072,18
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	3.838.200,00	4.527.813,54	2.140.950,19	2.830.563,73
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	60.000,00	222.134,00	0,00	162.134,00

602		Ações de saúde para o enfrentamento	0,00	160.955,12	0,00	160.955,12
621		Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –	492.000,00	374.590,05	267.564,32	150.154,37
660		Transferência de Recursos do Fundo Nacional de	195.000,00	156.815,65	112.011,18	73.826,83
661		Transferência de recursos do Estado para ações de	43.000,00	40.283,00	28.773,57	26.056,57
701		Outras Transferências de Convênios ou Contratos de	3.114.710,00	4.088.270,46	1.000.000,00	1.973.560,46
751		Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	250.000,00	715.164,82	510.832,01	975.996,83
759		Recursos Vinculados a Fundos	1.000.000,00	689.143,38	492.245,27	181.388,65
		TOTAL	50.495.200,00	41.997.002,35	26.710.828,21	18.212.630,56

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2022

PREF MUN DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

Rua Dr Guilherme P Cardoso, 539, Centro. São José dos Quatro Marcos-MT
CNPJ: 15.024.029/0001-80

Mês/Ano
09/2022
Rescisão
Página 1 de 1

Demonstrativo de Liquidação de Direitos 14/09/2022

Trabalhador					Carteira de Trabalho (nº, série e UF)
14175.1 - EUZELIA DOS SANTOS TERRADAS					0000000/00000/
PIS/PASEP	Cargo			Data nascimento	Data admissão
17042424458	0039 - AUXILIAR DE SERVICOS INTERNOS - CE 01			13/06/1963	14/03/1996
Data afastamento	Causa Afastamento				
14/09/2022	Aposentadoria por Tempo de Serviço com Rescisão contratual				
RG	CPF	Salário	Banco	Agência	Conta
298972	808.661.231-72	1.864,50	001	02505-4	88300130-6
Unidade de custeio					
060202 - DEP. DE EDUCAÇÃO – FUNDAMENTAL – EFETIVO					

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PAGAS

PROVENTOS				DESCONTOS			
Cód.	Descrição	Qtd.	Valor	Cód.	Descrição	Qtd.	Valor
001	SALARIO BASE	14.00D	870,10	924	13o. SALÁRIO ADIANTADO	1.00	867,57
050	AUXILIO ALIMENTACAO	7/10	93,33	942	PREVIQUAM	14.00	182,72
080	ADICIONAL POR TEMPO DE	25.00	435,05				
907	FÉRIAS PROPORCIONAIS	6/12	1.498,38				
916	1/3 FERIAS - RESCISAO	33.333	499,46				
977	LICENCA-PRÊMIO (INDENIZADA)	60.00	5.593,50				

Total de Proventos	Total de Descontos	**Total Líquido**
R$ 8.989,82	R$ 1.050,29	**R$ 7.939,53**

São José dos Quatro Marcos - MT, 14 de setembro de 2022

Assinatura do empregado

Fiorilli S/C Software Ltda. [35/joao/RH-RH-RH.RH] {7.5.347.48.15837/R/15837}

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: ALMIR DE C. MENDONÇA

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PAINEL DE INAUGURAÇÃO COM IDENTIFICAÇÃO DA OBRA VILA DOS PALMITOS NO MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA – MT"

Prazo: 30 (trinta) dias.

VALOR: R$ 5.775,12 (cinco mil setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos)

ASSINATURA: 25 de Julho de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: J.N. PRADO - ME

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE EXECUÇÃO CORRETIVAS E MÃO DE OBRA PREDIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA"

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 339.872,00 (trezentos e trinta e nove mil oitocentos e setenta e dois reais)

ASSINATURA: 02 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: REGIANE MARIA ALVARENGA - ME

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO ESTUDOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS, AMPARADO NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR: PORTARIAS MTB 3214/78 E MTB 3067/88 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO; LEI 8213/91, 9032/92, 9528/97 E 10403/02; DECRETO 357/91, 611/92 E 3172/97; NORMAS REGULAMENTADORAS – LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO E ESOCIAL, PARA ATENDIMENTO AOS COLABORADORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA."

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 10.900,00 (Dez Mil e Novecentos Reais)

ASSINATURA: 15 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: RONALDO MARTINS DOS SANTOS 74470450120

Objeto: "Contratação de Empresa Especializada em Ministrar Aulas de Música e Canto, para crianças do Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Munícipio de São Pedro da Cipa – MT"

Prazo: 139 (cento e trinta e nove) dias.

VALOR: R$ 8.208,00 (Oito Mil, Duzentos e Oito Reais)

ASSINATURA: 12 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: EMERSON SILVA NASCIMENTO

Objeto: "Contratação de Empresa para Fornecimento de Cestas Básicas para atendimento ás famílias em estado de vulnerabilidade social do Município de São Pedro da Cipa-MT"

Prazo: 30 (trinta) dias.

VALOR: R$ 5.800,00 (Cinco Mil e Oitocentos Reais)

ASSINATURA: 03 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: ARMANDO MARTINS DE SOUZA FILHO - ME

Objeto: "Registro de preço para eventual Locação de veículos Tipo Van com capacidade mínima de 13 passageiros, ano de fabricação superior a 2018, com ar condicionador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento."

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

ASSINATURA: 11 de julho de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: PARREIRA CONSTRUTORA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PROFUNDA EM RUAS E AVENIDAS DESTE MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT"

Prazo: 06 (seis) meses.

VALOR: R$ 320.615,45 (Trezentos e Vinte Mil, Seiscentos e Quinze Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

ASSINATURA: 22 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: APARECIDA MARGARIDA DA SILVA - EPP

Objeto: "Contratações de Empresas para Execuções de dois lotes de Obras, sendo, Lote I – CONSTRUÇÃO DA SALA PARA OFICINAS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS e Lote II – REFORMA E READEQUAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, ambos no MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA."

Prazo: 06 (seis) meses.

VALOR: R$ 279.788,02 (Duzentos e Setenta e Nove Mil, Setecentos e Oitenta e Oito Reais e Dois Centavos), sendo Lote I, R$ R$ 51.241,09 (Cinquenta e Um Mil, Duzentos e Quarenta e Um Reais e Nove Centavos), e Lote II, R$ 228.546,93 (Duzentos e Vinte e Oito Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Noventa e Três Centavos)

ASSINATURA: 25 de Agosto de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: ANTONIO MARCOS RODRIGUES - ME

Objeto: "Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de Publicidades para Cobertura, Produção e Veiculação de comunicação para divulgação de ações da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT."

Prazo: 06 (seis) meses.

VALOR: R$ 32.010,00 (Trinta e dois mil e dez reais)

ASSINATURA: 01 de Setembro de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: CENITA MARIA OLIVEIRA

Objeto: "Contratação de Profissional Credenciado para Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município de São Pedro da Cipa/MT, em conformidade ao Oficio Circular 02/2022 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, datado em 07/06/2022"

Prazo: 60 (sessenta) dias.

VALOR: R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais)

ASSINATURA: 01 de Setembro de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: ELIANE FELIPE DA SILVA - SDW00157166619231082205 25

Objeto: "Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de São Pedro da Cipa, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)"

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 39.708,40 (Trinta e Nove Mil, Setecentos e Oito Reais e Quarenta Centavos)

ASSINATURA: 08 de Setembro de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: JOÃO BATISTA DE SOUZA – SDW05221633019125082211 47

Objeto: "Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para atender aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de São Pedro da Cipa, conforme as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)"

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 7.500,00 (Sete Mil Reais)

ASSINATURA: 08 de Setembro de 2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2022

Contratante: Município de São Pedro da Cipa-MT

Contratada: MARCOS ANTONIO ALVES TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO-ME

Objeto: "Registro de preço para eventual LOCAÇÃO DE VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA PARA 43 (quarenta e três) PASSAGEIROS PARA TRANSPORTE DE PESSOAS A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA."

Prazo: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 92.400,00 (Noventa e Dois Mil e Quatrocentos Reais)

ASSINATURA: 13 de Setembro de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2022

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2022

OBJETO DA LICITAÇÃO: É "Contratação por registro de preço de empresa especializada em fornecimento de kit de horticultura para agricultura familiar, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Serra Nova Dourada-MT, conforme especificações do Termo de Referência do Edital".

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT

FORNECEDORES: EMPRESA: ALANA AIRES AGUIAR 04472869195**, CNPJ:**41.798.932/0001-09, com o valor de **R$ 12.500,00** (doze mil e quinhentos reais).

Data da ata: 14/09/2022

Vigência: 12 meses

JEAN EVERSON PEREIRA NASCIMENTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 132/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 058/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2022

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 37.464.997/0001-40, com Sede Administrativa na Av. Comendador José Pedro Dias, nº. 979 N, Centro, CEP: 78.563-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria nº. 476/2022, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO USO DA MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E UTENSILIOS DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE TABAPORA NA GLEBA MERCEDES I E II,** conforme termo de referência ANEXO I do Edital**.**

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E A LEI FEDERAL Nº. 10.520/02.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: ---------- **30/09/2022**

Horário:---------- Das 07:30 horas às 08:00 horas (Horário Local/MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

DO JULGAMENTO

Data: ---------- **30/09/2022**

Horário: ---------- Às 08:00 horas (Horário Local/MT)

Local: ---------- Prédio da Prefeitura Municipal (endereço acima citado).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço eletrônico www.tabapora.mt.gov.br e (ou) via e-mail licitacao@tabapora.mt.gov.br acima citado, ou pelo telefone 66 3557-1505,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Tabaporã – MT, 14 de Setembro de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro Nomeado

Portaria nº. 476/2022

ADMINISTRAÇÃO/RH
ATA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 08:00 horas, no Paço Municipal – Sala do Previporã, sito à Av. Comendador José Pedro Dias, nº. 979 N, Sala 11 - Bairro Centro, nesta Cidade e Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, se reuniram: A Sr.ª. Alessandra Ferreira da Silva; Sr.ª. Hanna Paula Ludke; Sr.ª. Queila Frizzera, para deliberarem a pauta do dia: **Aplicação do Saldo em Conta Corrente do Fundo**; A Sra. Hanna Paula, Presidente do Comitê cumprimentou a todas, e na sequencia solicitou a técnica do Previporã, Sra. Fabiana Carvalho para conduzir a reunião; A Sra. Fabiana apresentou o relatório das Carteiras de Investimentos do mês de Agosto de 2022, para análise do Comitê, juntamente com o Parecer Econômico de recomendação dos Economistas da Agenda Assessoria de 01 de Setembro de 2022; após as deliberações e análise das carteiras do mês anterior, ficou acordado a aplicação do valor de **R$: 100.000,00** da Conta Corrente 10.900-2 no Fundo de Investimento BB PREV RENDA FIXA IRF-M1 sob o CNPJ nº.: 11.328.882/0001-35, e o valor de **R$: 125.478,14** da Conta Corrente 10.900-2 no fundo de Investimento BB PREV RENDA FIXA IMA-B 5 sob o CNPJ nº.: 03.543.447/0001-03 e o valor de **R$: 74.155,15** da conta 14.571-8 no Fundo de Investimento BB PREVID FLUXO RF – CNPJ: 13.077.415/0001-05 . Nada mais havendo a tratar, eu, Fabiana Carvalho Ferreira _____, a convite, lavrei a presente ata que após lida e aprovada por todos os presentes, vai por mim assinada e pelos presentes.

COMITÊ DE INVESTIMENTO

Hanna Paula Ludke

_____

Alessandra Ferreira da Silva

_____

Queila Frizzera

_____

LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 060/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2022

O Município de Tabaporã/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, 979, – MT, CEP – 78.560-000, fone (66) 3557-1505, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº. 476/2022 de 04 de Agosto 2022, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - EXCLUSIVO E REGIONALIZADO PARA ME – EPP – CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018, para REGISTRO DE PREÇOS do tipo Maior Desconto Por Item, cujo objeto consiste na FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS DE PRIMEIRA LINHA, PARA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I).

Modalidade de licitação: PREGÃO PRESENCIAL - SRP

Tipo de licitação: MAIOR DESCONTO POR ITEM

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06, LC 147/14 E A LEI MUNICIPAL N° 1.117/2018.

Forma de execução: INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data: 29/09/2022

Horário: Das 07h30minh ÀS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL/MT)

Local: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (Avenida Comendador José Pedro Dias, nº.979, Centro, CEP – 78.563-000).

DO JULGAMENTO

Data: 29/09/2022

Horário: AS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL/MT)

Local: PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (Avenida Comendador José Pedro Dias, nº.979, Centro, CEP – 78.563-000).

Observação 01: O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, no endereço acima citado, pelo telefone 66 3557 1505, pelo site http://www.tabaporatransparente.com.br/ ou pelo e-mail licitação@tabapora.mt.gov.br sem qualquer ônus, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).

Tabaporã – MT, 14 de Setembro de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro nomeado

Portaria n° 476/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2022

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022 da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, por meio da Portaria de nº 453/2022, publicada em 28 de Julho do corrente ano, no jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Jornal da AMM, usando de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO, nos termos do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2022:

Divulgação do Resultado dos recursos interpostos e Divulgação do Gabarito Oficial, conforme segue:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	QUESTÃO	RESULTADO
10	PAULO PACIENTE GUNTHER JUNIOR	ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO	13	DEFERIDO
39	LEVI DOS SANTOS CARVALHO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	14	INDEFERIDO
43	JOARI NOGUEIRA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	17	DEFERIDO
39	LEVI DOS SANTOS CARVALHO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	17	DEFERIDO
67	JADY ERICK DE OLIVEIRA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	17	DEFERIDO
28	ADRIANO MARANGONI DOS SANTOS	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	17	DEFERIDO
61	DENISE DE CARVALHO VIEIRA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	17	DEFERIDO
61	DENISE DE CARVALHO VIEIRA	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	10	DEFERIDO

GABARITO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

AUXILIAR DE SANEAMENTO GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D

01				X
02		X		
03				X
04				X
05	X			
06		X		
07			X	
08	X			
09	X			
10	X			
11				X
12				X
13			X	
14		X		
15			X	
16	X			
17			X	
18				X
19			X	
20	X			

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

EDUCADOR FÍSICO GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D
01				X
02		X		
03				X
04				X
05	X			
06		X		
07			X	
08	X			
09		X		
10	X			
11	X			
12		X		
13	X			
14				X
15	X			
16				X
17		X		
18	X			
19				X
20				X

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2022

ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO

GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D
01				X
02		X		
03				X
04				X
05	X			
06		X		
07			X	
08	X			
09	X			
10	X			
11	X			
12		X		
13	ANULADO			
14				X
15			X	
16			X	
17				X
18			X	
19	X			
20		X		

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2022 GARI GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D
01		X		
02				X
03				X
04				X
05	X			
06		X		
07			X	
08	X			
09	X			
10	X			
11			X	
12	X			
13				
14		X		
15				X
16		X		
17				X
18				X
19	X			
20				X

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Nº 003/2022

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

TRATORISTA

TRATORISTA DE ESTEIRA

GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D
01				X
02		X		
03				X
04				X
05	X			
06		X		
07			X	
08	X			
09	X			
10	X			
11			X	
12			X	
13		X		
14				X
15				X
16			X	
17				X
18	X			
19		X		
20			X	

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

N° 003/2022

MOTORISTA – ESCOLAR - AMBULÂNCIA

GABARITO DE PROVA

ALTERNATIVA				
QUESTÕES	A	B	C	D
01				X
02		X		
03				X
04				X
05	X			
06		X		

07			**X**	
08	**X**			
09	**X**			
10	**ANULADO**			
11			**X**	
12			**X**	
13		**X**		
14			**X**	
15				**X**
16			**X**	
17	**ANULADO**			
18	**X**			
19		**X**		
20			**X**	

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente Edital, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Prefeitura de Tabaporã, em 15 de setembro de 2022.

CRISTIANE BOBBO

Presidente da Comissão

Portaria nº 453 /2022

LUCINETT ADÉLIA

RODRIGUES DOS SANTOS TIAGO DOS SANTOS

Membro Titular Secretário

Portaria nº 453/2022 Portaria nº453/2022

VISTO:

***SIRINEU MOLETA* VICTOR HUGO BORK BARBOSA**

Prefeito MunicipalSecretário de Administração e *Planejamento*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO N.º 309 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 309 DE **12** DE **SETEMBRO** DE **2022.**

APROVA AS ALTERAÇÕES NO LOTEAMENTO DENOMINADO "JARDIM BELA VISTA", NESTA CIDADE DE TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as alterações no loteamento denominado **"Jardim Bela Vista",** objeto do protocolo **nº 1.232/2022**, datado de 08 de setembro de 2.022, originalmente aprovado e registrado no cartório de RGI desta comarca, matrícula nº 17.532, de propriedade deste Município (qualificação do município) com sede à Avenida Brasil, 2351 – N, Jardim Europa, 78.300-90, nesta cidade de Tangará da Serra-MT, promovida por meio do Instrumento de Reurb-S, com previsão na Lei Federal de nº 13.465/2017.

Art. 2º As alterações aprovadas são as seguintes:

Alteração da Área Institucional I de 334,75 m² para áreas de lotes da Quadra 01;

LOTE	ÁREA
01A	163,72 m²

Retificação da área do Lote 01 da Quadra 01 de 160,00 m² para 298,41 m²;

Retificação da área do Lote 03 da Quadra 01 de 160,00 m² para 161,13 m²;

Retificação da área do Lote 04 da Quadra 01 de 160,00 m² para 161,01 m²;

Retificação da área do Lote 05 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,94 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,96 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,98 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,99 m²;

Retificação da área do Lote 09 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,13 m²;

Retificação da área do Lote 10 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,50 m²;

Retificação da área do Lote 11 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,63 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,97 m²;

Retificação da área do Lote 13 da Quadra 01 de 160,00 m² para 161,42 m²;

Retificação da área do Lote 15 da Quadra 01 de 160,00 m² para 161,43 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,85 m²;

Retificação da área do Lote 18 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,65 m²;

Retificação da área do Lote 19 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,67 m²;

Retificação da área do Lote 22 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,72 m²;

Retificação da área do Lote 23 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,82 m²;

Retificação da área do Lote 24 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,92 m²;

Retificação da área do Lote 25 da Quadra 01 de 160,00 m² para 159,93 m²;

Retificação da área do Lote 26 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,16 m²;

Retificação da área do Lote 27 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,26 m²;

Retificação da área do Lote 28 da Quadra 01 de 160,00 m² para 158,23 m²;

Retificação da área do Lote 29 da Quadra 01 de 160,00 m² para 160,41 m²;

Retificação da área do Lote 30 da Quadra 01 de 160,00 m² para 155,71 m²;

Retificação da área do Lote 31 da Quadra 01 de 160,00 m² para 162,80 m²;

Retificação da área do Lote 01 da Quadra 02 de 160,00 m² para 160,96 m²;

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 02 de 160,00 m² para 162,43 m²;

Retificação da área do Lote 03 da Quadra 02 de 160,00 m² para 164,96 m²;

Retificação da área do Lote 05 da Quadra 02 de 160,00 m² para 163,08 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 02 de 160,00 m² para 163,11 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 02 de 160,00 m² para 163,10 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 02 de 160,00 m² para 163,59 m²;

Retificação da área do Lote 09 da Quadra 02 de 160,00 m² para 163,17 m²;

Retificação da área do Lote 10 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,95 m²;

Retificação da área do Lote 11 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,98 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 02 de 160,00 m² para 162,45 m²;

Retificação da área do Lote 13 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,72 m²;

Retificação da área do Lote 14 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,33 m²;

Retificação da área do Lote 15 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,26 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 02 de 160,00 m² para 165,77 m²;

Retificação da área do Lote 17 da Quadra 02 de 160,00 m² para 157,39 m²;

Retificação da área do Lote 18 da Quadra 02 de 160,00 m² para 161,41 m²;

Retificação da área do Lote 19 da Quadra 02 de 160,00 m² para 162,18 m²;

Retificação da área do Lote 20 da Quadra 02 de 160,00 m² para 160,98 m²;

Retificação da área do Lote 21 da Quadra 02 de 160,00 m² para 160,64 m²;

Retificação da área do Lote 23 da Quadra 02 de 160,00 m² para 157,01 m²;

Retificação da área do Lote 24 da Quadra 02 de 160,00 m² para 160,61 m²;

Retificação da área do Lote 01 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,01 m²;

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,99 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,16 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,85 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,04 m²;

Retificação da área do Lote 10 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,03 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,99 m²;

Retificação da área do Lote 13 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,02 m²;

Retificação da área do Lote 14 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,99 m²;

Retificação da área do Lote 15 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,02 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,99 m²;

Retificação da área do Lote 17 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,15 m²;;

Retificação da área do Lote 18 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,91 m²;

Retificação da área do Lote 24 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,06 m²;

Retificação da área do Lote 29 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,11 m²;

Retificação da área do Lote 30 da Quadra 03 de 160,00 m² para 159,96 m²;

Retificação da área do Lote 32 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,71 m²;

Retificação da área do Lote 33 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,22 m²;

Retificação da área do Lote 34 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,61 m²;

Retificação da área do Lote 35 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,29 m²;

Retificação da área do Lote 36 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,25 m²;

Retificação da área do Lote 37 da Quadra 03 de 160,00 m² para 160,36 m²;

Retificação da área do Lote 38 da Quadra 03 de 160,00 m² para 230,95 m²;

Retificação da área do Lote 15 da Quadra 04 de 160,00 m² para 163,52 m²;

Alteração do lote 16 da quadra 04 de 160,00 m² para lote 16A de 80,82 m² e lote 16B de 80,80 m²;

Retificação da área do Lote 30 da Quadra 04 de 160,00 m² para 158,51 m²;

Retificação da área do Lote 04 da Quadra 05 de 160,00 m² para 160,68 m²;

Retificação da área do Lote 05 da Quadra 05 de 160,00 m² para 161,48 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 05 de 160,00 m² para 160,90 m²;

Retificação da área do Lote 32 da Quadra 05 de 160,00 m² para 161,23 m²;

Retificação da área do Lote 34 da Quadra 05 de 160,00 m² para 216,24 m²;

Retificação da área do Lote 60 da Quadra 05 de 160,00 m² para 161,80 m²;

Retificação da área do Lote 61 da Quadra 05 de 160,00 m² para 158,69 m²;

Retificação da área do Lote 62 da Quadra 05 de 160,00 m² para 155,28 m²;

Retificação da área do Lote 63 da Quadra 05 de 160,00 m² para 162,89 m²;

Alteração parcial da Área Preservação Permanente de 26.351,42 m² para área de lotes anexada a quadra 05;

LOTE	ÁREA
34A	466,54 m²
34B	279,67 m²
35A	216,72 m²
35B	157,55 m²
35C	158,95 m²

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 06 de 160,00 m² para 190,96 m²;

Alteração do lote 51 da quadra 06 de 160,00 m² para lote 51A de 126,41 m² e lote 51B de 68,28 m²;

Alteração parcial da Área Preservação Permanente de 26.351,42 m² para lotes da quadra 08;

LOTE	ÁREA
24A	160,00 m²
24B	160,00 m²
24C	160,00 m²

Alteração parcial da Área Preservação Permanente de 26.351,42 m² para quadra 08A de 15 lotes;

LOTE	ÁREA
01	160,00 m²
02	160,00 m²
03	160,00 m²
04	160,00 m²
05	156,69 m²
06	157,22 m²
07	132,24 m²
08	171,51 m²
09	230,64 m²
10	143,90 m²
11	157,46 m²
12	157,82 m²
13	157,94 m²
14	158,97 m²
15	160,00 m²

Retificação da área do Lote 01 da Quadra 09 de 160,00 m² para 201,28 m²;

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,84 m²;

Retificação da área do Lote 03 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,64 m²;

Retificação da área do Lote 04 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,64 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,48 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 09 de 160,00 m² para 165,64 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,61 m²;

Retificação da área do Lote 09 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,13 m²;

Retificação da área do Lote 11 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,48 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,45 m²;

Retificação da área do Lote 13 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,97 m²;

Retificação da área do Lote 14 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,78 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,12 m²;

Retificação da área do Lote 17 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,86 m²;

Retificação da área do Lote 18 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,88 m²;

Retificação da área do Lote 19 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,41 m²;

Retificação da área do Lote 20 da Quadra 09 de 160,00 m² para 160,94 m²;

Retificação da área do Lote 21 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,35 m²;

Retificação da área do Lote 22 da Quadra 09 de 160,00 m² para 164,54 m²;

Retificação da área do Lote 23 da Quadra 09 de 160,00 m² para 159,09 m²;

Retificação da área do Lote 24 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,18 m²;

Retificação da área do Lote 25 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,09 m²;

Retificação da área do Lote 27 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,08 m²;

Retificação da área do Lote 28 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,70 m²;

Retificação da área do Lote 29 da Quadra 09 de 160,00 m² para 161,92 m²;

Retificação da área do Lote 30 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,26 m²;

Retificação da área do Lote 31 da Quadra 09 de 160,00 m² para 162,05 m²;

Retificação da área do Lote 32 da Quadra 09 de 160,00 m² para 163,34 m²;

Retificação da área do Lote 33 da Quadra 09 de 160,00 m² para 163,43 m²;

Retificação da área do Lote 34 da Quadra 09 de 160,00 m² para 184,44 m²;

Retificação da área do Lote 01 da Quadra 10 de 160,00 m² para 187,74 m²;

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 10 de 160,00 m² para 165,92 m²;

Retificação da área do Lote 03 da Quadra 10 de 160,00 m² para 163,86 m²;

Retificação da área do Lote 04 da Quadra 10 de 160,00 m² para 165,79 m²;

Retificação da área do Lote 05 da Quadra 10 de 160,00 m² para 165,84 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 10 de 160,00 m² para 164,73 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 10 de 160,00 m² para 167,36 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 10 de 160,00 m² para 164,02 m²;

Retificação da área do Lote 09 da Quadra 10 de 160,00 m² para 164,76 m²;

Retificação da área do Lote 11 da Quadra 10 de 160,00 m² para 166,51 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 10 de 160,00 m² para 162,17 m²;

Retificação da área do Lote 14 da Quadra 10 de 160,00 m² para 164,51 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 10 de 160,00 m² para 163,62 m²;

Retificação da área do Lote 17 da Quadra 10 de 160,00 m² para 165,16 m²;

Retificação da área do Lote 18 da Quadra 10 de 160,00 m² para 163,22 m²;

Retificação da área do Lote 19 da Quadra 10 de 160,00 m² para 164,02 m²;

Retificação da área do Lote 20 da Quadra 10 de 160,00 m² para 163,39 m²;

Retificação da área do Lote 21 da Quadra 10 de 160,00 m² para 162,20 m²;

Retificação da área do Lote 22 da Quadra 10 de 160,00 m² para 161,91 m²;

Retificação da área do Lote 23 da Quadra 10 de 160,00 m² para 161,40 m²;

Retificação da área do Lote 24 da Quadra 10 de 160,00 m² para 160,93 m²;

Retificação da área do Lote 25 da Quadra 10 de 160,00 m² para 160,27 m²;

Alteração do lote 01 da quadra 11 de 160,00 m² para lote 01A de 81,34 m² e lote 01B de 78,68 m²;

Retificação da área do Lote 02 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,07 m²;

Retificação da área do Lote 04 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,18 m²;

Retificação da área do Lote 05 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,25 m²;

Retificação da área do Lote 06 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,14 m²;

Retificação da área do Lote 07 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,18 m²;

Retificação da área do Lote 08 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,40 m²;

Retificação da área do Lote 09 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,42 m²;

Retificação da área do Lote 11 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,56 m²;

Retificação da área do Lote 12 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,55 m²;

Retificação da área do Lote 13 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,64 m²;

Retificação da área do Lote 14 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,74 m²;

Retificação da área do Lote 15 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,72 m²;

Retificação da área do Lote 16 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,87 m²;

Retificação da área do Lote 17 da Quadra 11 de 160,00 m² para 160,77 m²;

Retificação da área do Lote 19 da Quadra 11 de 160,00 m² para 161,40 m²;

Alteração parcial da Área Preservação Permanente de 26.351,42 m² e Área Institucional V de 319,20 m² para área anexada a lotes da Quadra 11;

LOTE	ÁREA
20	161,81 m²
21	161,28 m²
22	159,09 m²
23	161,75 m²
24	161,42 m²
25	160,82 m²
26	160,64 m²
27	152,21 m²
28	138,71 m²
29	165,57 m²

Retificação da Área Verde II de 6.752,21 m² para 8.869,61 m²;

Retificação da Área Verde I de 1.256,64 m² para 2.813,25 m²;

Retificação da Área Institucional II de 2.373,22 m² para 3.144,34 m²;

Retificação da Área Institucional III de 2.469,94 m² para 2.517,49 m²;

Art. 3º Por se tratar de núcleo urbano já consolidado em procedimento de Reurb, a infraestrutura existente bem como os apontamentos requeridos constam do processo administrativo de **nº 644/2022** nos termos exigidos no artigo de nº 35 e seguintes da Lei de Regularização Fundiária de nº 13. 465 de 11 de julho de 2017.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial Decreto nº 185 de 17 de junho de 2022.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Adão Leite Filho

Secretário Municipal de Coordenação e Planejamento

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI COMPLEMENTAR N.º 280, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI COMPLEMENTAR N.º 280, DE **12** DE **SETEMBRO**DE **2022.**

ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 022 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a Seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acresce o inciso V ao artigo 37 da Lei Complementar nº 022 de 18 de Dezembro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37 (…)

I - (...)

V – sobre o valor excedente a integralização de capital: 1,0%

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** aniversário de Emancipação Político Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.810, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

LEI ORDINÁRIA N.º 5.810, DE **12** DE **SETEMBRO DE 2022.**

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA META FINANCEIRA DA LEI Nº 5.530/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.632/2021 – PLANO PLURIANUAL E DA LEI Nº 5.549/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.634/2021 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, E ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 5.608/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.635/2021 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as metas financeiras dos Projetos/Atividades, constantes na tabela abaixo, na Lei nº 5.530/2021, alterada pela Lei nº 5.632/2021 – Plano Plurianual – PPA e Lei nº 5.549/2021, Alterada pela Lei nº 5.634/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, conforme planilhas abaixo:

De:

PROGRAMA: 0026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2907	Construção e Manutenção de Pavimentação, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais	R$ 27.775.284,51
2905	Aquisição e Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos da Sinfra	R$ 25.366.454,30

Para:

PROGRAMA: 0026 – DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL		
Cód.	**Descrição**	**Meta Financeira**
2907	Construção e Manutenção de Pavimentação, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais	R$ 30.775.284,51
2905	Aquisição e Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos da Sinfra	R$ 22.366.454,30

Art. 2º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito suplementar no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	**CÓD**	**ESPECIF. DA MODALIDADE**	**CÓD. DA MODALIDADE**	**VALOR**
Construção e Manutenção de Pavimentação, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais	**2907**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.7010000000	3.000.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**3.000.000,00**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide planilhas abaixo:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	**CÓD**	**ESPECIF. DA MODALIDADE**	**CÓD. DA MODALIDADE**	**VALOR**
Aquisição e Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos da Sinfra	**2905**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.7010000000	3.000.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**3.000.000,00**	

Art. 4º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 5º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa adequação orçamentária a fim de realização de Processo Licitatório, para execução de obras de conservação de vias urbanas com Microrrevestimento em vias do Setor S e vias do Setor W – Etapa I, conforme Termos de Convênio nº 1881-2022/SINFRA e 1722-2022/SINFRA, celebrado entre o Município de Tangará da Serra e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

ASSESSORIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2023

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – L.O.A

PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023

O Excelentíssimo Senhor **Vander Alberto Masson**, Prefeito Municipal, de Tangará da Serra-MT em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), vem convidar a população tangaraense para participarem da **Audiência Pública de apresentação da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercicio 2023,** a ser realizada nas dependências do Câmara Municipal de Tangará da Serra (Plenário), Rua Júlio Martinês Benevides (11), Nº 195-S - Centro, Tangará da Serra – MT, **no dia 22 de setembro do corrente ano, com início às 19:00 horas.**

A audiência pública de apresentação da LOA/2023 será realizada como determina a Lei Orgânica do Município, a fim de estimular a democracia e a participação da população na gestão dos recursos públicos**,** a participação também poderá ocorrer através do Facebook, no endereço: **<**https://www.facebook.com/prefeituratangaradaserra**>**. A apresentação ainda será disponibilizada posteriormente no site oficial da Prefeitura: **<**https://www.tangaradaserra.mt.gov.br**>**.

VANDER ALBERTO MASSON

Prefeito Municipal de Tangará da Serra

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 013-2022

AVISO DE RESULTADO CREDENCIAMENTO Nº 013-2022 – CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DE TERRENOS BALDIOS, REMOÇÃO DE ENTULHOS E RESÍDUOS, COM TRANSPORTE E DESTINAÇÃO AMBIENTAL CORRETA DO MATERIAL RECOLHIDO, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme especificações e condições constantes neste Edital, Termo de Referência e seus anexos, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, Lei Ordinária n° 5.713 de 02 de maio de 2022 e demais legislações aplicáveis. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Presidente da CPL nomeado pela Portaria nº 1.039/2022 de 18.07.2022, torna público o resultado e homologação do certame acima referido. EMPRESA: **FELL JARDINAGEM PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA,** CNPJ nº 38.201.849/0001-04,o qual também poderá ser acessado, através do link:http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao. Tangará da Serra-MT, 14 de Setembro de 2022. Tatiana Ávila Grigoletti - Presidente da CPL.

DECRETO N.º 304, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 304, DE **12** DE **SETEMBRO** DE **2022.**

HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE CUMPRIRAM OS REQUISITOS LEGAIS, APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 002/2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº. 008/2019, homologado via Decreto nº. 162 de 07/06/2019, publicado no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 12/06/2019, ano VIII edição nº. 1646, prorrogado mediante Decreto nº. 060 de 02/02/2021

CONSIDERANDO a Constituição Federal 1988, art. 41; Lei 8112/90 de 11/12/1990, art. 20; Lei 9527/97 de 10/12/1997; Emenda Constitucional 19 de 04/06/1998; Lei Complementar nº 163/2012 de 16/02/2012; e Lei Ordinária nº 3424/2010, Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011.

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados concluíram os 03 (três) anos de estágio probatório na data indicada na tabela, nos moldes da Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a estabilidade dos servidores efetivos aprovados no concurso público, no respectivo cargo de provimento efetivo, ingressados no ano de 2019, que completaram o estágio probatório e que cumpriu as 04 (quatro) avaliações, conforme anexo a este decreto.

Art. 2º Os servidores atenderam os requisitos no estágio probatório: assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade, capacidade de iniciativa e relacionamento, tornando-os estáveis no serviço público municipal, de acordo com os termos da Lei Ordinária nº 3424/2010, de 29 de setembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a data de conclusão do estágio probatório de cada um, conforme documento anexo.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** aniversário de emancipação político-administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

QTD. MATRÍCULA SERVIDORES CARGO DESCRIÇÃO DO RESULTADO DA MÉDIA FINAL 1 107533 ADRIANA JORGE DE MATOS 22/07/2019 15/08/2022 47,06 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 2 107606 ALAN BORBA DE OLIVEIRA 22/07/2019 20/08/2022 TÉCNICO DE APOIO INFANTIL 48,50 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 3 107664 ALICE FRANCISCA DA SILVA VECHI 23/07/2019 07/08/2022 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 30 HORAS 47,29 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 4 107667 ALINE FONSECA DE SOUZA REIS 23/07/2019 21/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 48,93 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 5 107649 ANA PAULA SANDIS DOS SANTOS 23/07/2019 03/08/2022

PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 48,82 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 6 107639 CASSIA ALINE DE CARVALHO NEVES 23/07/2019 10/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,99 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 7 107575 CATIELE MOREIRA DA SILVA 22/07/2019 14/08/2022 APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- APOIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 49,10 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 8 107633 CLEIDE REGINA PEREIRA MATIAS 23/07/2019 14/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,22 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 9 107496 DEBORA AMANDA XAVIER PELEGRINI 22/07/2019 18/08/2022 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL 49,79 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 10 107619 DENISE FERREIRA MARQUES GOMES 23/07/2019 22/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,99 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 11 107638 ELIANE PEREIRA BACHESK 23/07/2019 09/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 50,00 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 12 107708 ELISANGELA SANTOS COSTA ALABI 23/07/2019 08/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,85 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 13 107547 ENEIA ALVES LIFONSO PEREIRA 23/07/2019 18/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,90 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 14 107666 EUNICE ALVES PEREIRA TEIXEIRA 23/07/2019 06/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,92 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 15 107748 FRANCIELE GIRALDI DOS SANTOS 23/07/2019 26/07/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 50,00 EXCELENTE SERVIDOR 16 107480 FRANSINEY DEOCLIDES RIBEIRO DUARTE 22/07/2019 19/08/2022 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS 43,95 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 17 107726 GENI DE FATIMA BILINSKI 23/07/2019 20/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,50 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 18 107685 GLAUCIANY FERREIRA GOUVEIA 23/07/2019 28/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,06 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 19 107495 GRACIELE PONSONI 22/07/2019 11/08/2022 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL 49,89 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 20 107636 GREICIELLE GONCALVES DA CUNHA 23/07/2019 03/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,53 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 21 107548 ILZA VIEIRA SANTOS ALVES 22/07/2019 13/08/2022 APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- APOIO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 45,53 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 22 107520 ISAIAS PEREIRA SOARES 22/07/2019 10/08/2022 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - TÉCNICO EM GESTÃO EDUCACIONAL 43,38 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 23 107723 IZABELLA ROMAN FARIA COLONTONI 23/07/2019 19/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,64 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 24 107711 KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS 23/07/2019 13/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,28 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 25 107687 LUCIENE LOPES DE FREITAS LOUREIRO 23/07/2019 05/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,36 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 26 107634 LUZIA GONÇALVES RAMOS 23/07/2019 26/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 47,53 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 27 107626 MARCELO PEREIRA DIAS 23/07/2019 05/09/2022 PROFESSOR DOS ANOS FINAIS – MATEMÁTICA - 30 HORAS 48,50 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 28 107669 MARCIA RUFINO SILVA 23/07/2019 31/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,54 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 29 107712 MERIELE DA SILVA FRANCISCO 23/07/2019 16/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,43 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 30 107695 NILZA BATISTA PUGER 23/07/2019 11/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,58 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 31 107611 REGIANE SOARES GOMES 23/07/2019 08/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 47,71 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 32 107475 RENNAN DE FIGUEIREDO NEVES 22/07/2019 03/08/2022 TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS 48,92 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 33 107522 SILVANIA CAVALCANTE DE SOUZA 22/07/2019 19/08/2022 47,60 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 34 107672 SONIA APARECIDA DA CRUZ 23/07/2019 01/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 48,97 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 35 107607 STELLA AMANDA OLIVEIRA DE CARVALHO 22/07/2019 15/08/2022 TÉCNICO DE APOIO INFANTIL 49,18 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 36 107618 SUELEN DO SACRAMENTO SANTOS 23/07/2019 06/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,86 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 37 107643 SUELENE FIRMINO DE OLIVEIRA SILVA 23/07/2019 22/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,64 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 38 107525 TALITA CUENCA PINA MOREIRA RAMOS 23/07/2019 05/08/2022 PROFESSOR DE ED. INFANTIL E ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO-30H 49,99 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DECRETO N.º 305, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022.

DECRETO N.º 305, DE **12** DE **SETEMBRO** DE **2022.**

HOMOLOGA A CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES QUE CUMPRIRAM OS REQUISITOS LEGAIS, APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 002/2018.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município**.**

CONSIDERANDO o Concurso Público Municipal Edital nº. 002/2018 de 18/12/2018, conforme resultado final divulgado por meio do Edital Complementar nº. 008/2019, homologado via Decreto nº. 162 de 07/06/2019, publicado no Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 12/06/2019, ano VIII edição nº. 1646, prorrogado mediante Decreto nº. 060 de 02/02/2021

CONSIDERANDO a Constituição Federal 1988, art. 41; Lei 8112/90 de 11/12/1990, art. 20; Lei 9527/97 de 10/12/1997; Emenda Constitucional 19 de 04/06/1998; Lei Complementar nº 163/2012 de 16/02/2012; e Lei Ordinária nº 3424/2010, Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011.

CONSIDERANDO que os servidores abaixo relacionados concluíram os 03 (três) anos de estágio probatório na data indicada na tabela, nos moldes da Lei Municipal nº 3663/2011, Lei Municipal 3676/2011 e Decreto nº 362/2011.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a estabilidade dos servidores efetivos aprovados no concurso público, no respectivo cargo de provimento efetivo, ingressados no ano de 2019, que completaram o estágio probatório e que cumpriu as 04 (quatro) avaliações, conforme anexo a este decreto.

Art. 2º Os servidores atenderam os requisitos no estágio probatório: assiduidade, disciplina, responsabilidade, produtividade, capacidade de iniciativa e relacionamento, tornando-os estáveis no serviço público municipal, de acordo com os termos da Lei Ordinária nº 3424/2010, de 29 de setembro de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a data de conclusão do estágio probatório de cada um, conforme documento anexo.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** aniversário de emancipação político-administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

QTD. MATRÍCULA SERVIDORES CARGO DESCRIÇÃO DO RESULTADO DA MÉDIA FINAL 1 107439 ALEXANDRE FRANCISCO DE BARROS 22/07/2019 02/08/2022 OPERADOR DE MÁQUINAS 47,67 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 2 107812 ANA ALICE CARVALHO VIEIRA 05/09/2019 22/09/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 42,89 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 3 107377 ANA MARIA KERLE MENEZES PEREIRA 16/07/2019 04/08/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 43,53 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 4 107425 CINTYA PINHEIRO DE ANDRADE 16/07/2019 14/08/2022 ENFERMEIRO 49,11 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 5 107412 DAYANE FERNANDES FERREIRA BATISTA 16/07/2019 19/08/2022 PSICÓLOGO 49,12 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 6 107375 EDRIWEIZZER FURTADO DOS SANTOS 16/07/2019 21/08/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 43,74 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 7 107427 FABRICIO SANTOS QUEIROZ 16/07/2019 19/08/2022 ENFERMEIRO 49,63 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 8 107655 FRANCISCO OCELIO GOMES FURTADO 25/07/2019 14/08/2022 MECANICO 45,41 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 9 107374 JESSIKA SUELLEM DA SILVA 16/07/2019 02/09/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 49,49 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 10 107434 JONATHAN VIEIRA DE JESUS COIMBRA 16/07/2019 11/09/2022 ENFERMEIRO 49,42 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 11 107388 JOSELHO BARBOZA DE OLIVEIRA 16/07/2019 04/08/2022 AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS 44,35 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 12 107399 JOYCE BARBOSA DE FREITAS 16/07/2019 20/08/2022 FISIOTERAPEUTA - 30 HORAS 49,15 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 13 107394 KARINA ANDRIANI ARDENGHI 16/07/2019 05/08/2022 CIRURGIÃO DENTISTA 49,92 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 14 107485 KELLY OLIVEIRA DA SILVA 22/07/2019 09/08/2022 AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS 44,46 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 15 107381 KETLIN CRISTIANE MARION 16/07/2019 07/08/2022 AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS 48,15 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 16 107389 LARICY SEVERINO DA COSTA 16/07/2019 06/08/2022 AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS 49,42 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 17 107395 MICHEL KASSIO DE CARVALHO MILANEZI 16/07/2019 16/08/2022 MÉDICO CLÍNICO GERAL - 40 H 47,68 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 18 107415 PAMELLA OLIVEIRA RAMOS BERTHOLDI 16/07/2019 27/08/2022 PSICÓLOGO 49,99 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 19 107367 RAFAELA POSTERLLI DE SOUZA 16/07/2019 29/07/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 47,36 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 20 107756 RICARDO ISSAO YOSHITAKE 05/08/2019 29/08/2022 FISCAL MUNICIPAL II 49,23 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 21 107404 ROMILDO GODOIS FARIAS 16/07/2019 14/08/2022 OPERADOR DE MÁQUINAS 48,17 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 22 107369 VICTOR DOS SANTOS SOUZA 16/07/2019 10/08/2022 AGENTE ADMINISTRATIVO II 46,70 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 23 107421 WAGNER LILI SEBASTIÃO 16/07/2019 28/07/2022 BIBLIOTECONOMISTA 48,25 BOM SERVIDOR, TRATANDO-SE DE BOA AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DECRETO N.º 308 DE 12 DE SETEMBRO 2022.

DECRETO N.º 308 DE 12 DE SETEMBRO 2022.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS) NA ESTRUTURA DA LEI Nº 5.608/2021, ALTERADA PELA LEI Nº 5.635/2021 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, DESTINADO A CUSTEAR DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, especialmente pela **Lei n.º 5.810** de **12 de setembro de 2022.**

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no setor de Contabilidade desta Prefeitura Municipal, crédito suplementar no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), destinados a atender despesas não previstas na Lei Orçamentária vigente, conforme segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Construção e Manutenção de Pavimentação, Sinalização e Drenagem de Águas Pluviais	**2907**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.7010000000	3.000.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:			**3.000.000,00**	

Art. 2º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar, de que trata o artigo anterior, será subsidiado por anulação parcial de dotações orçamentárias, vide planilhas abaixo:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD	ESPECIF. DA MODALIDADE	CÓD. DA MODALIDADE	VALOR
Aquisição e Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos da Sinfra	**2905**			
		Aplicações Diretas	4.4.90.00.00.00.1.7010000000	3.000.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO:			**3.000.000,00**	

Art. 3º A presente Abertura de Crédito Adicional Suplementar ampara-se no inciso I do artigo 41 e artigo 42 da Lei 4.320/1964 e os recursos orçamentários utilizados são os previstos no artigo 43, § 1º, inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.

Art. 4º Em atendimento à Lei nº 3.462/2010 de 18 de novembro de 2010, o objeto desta abertura de Crédito Adicional Suplementar, visa adequação orçamentária a fim de realização de Processo Licitatório, para execução de obras de conservação de vias urbanas com Microrrevestimento em vias do Setor S e vias do Setor W – Etapa I, conforme Termos de Convênio nº 1881-2022/SINFRA e 1722-2022/SINFRA, celebrado entre o Município de Tangará da Serra e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **setembro** do ano de **dois mil e vinte e dois, 46º** Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Município de Terra Nova do Norte, em cumprimento as disposições da Lei Complementar 101/2000, o Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - MT, Senhor PASCOAL ALBERTON, em cumprimento ao disposto no Art. 48 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n.º 101/2000) convoca para audiência publica:

ASSUNTO: APRESENTAÇAO/DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DA LDO/2023 E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2022.

Local: Paço Municipal de Terra Nova do Norte.

Data: 16 de Setembro de 2022

Horário: 14:00 horas

Terra Nova do Norte MT, 13 de setembro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 055/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2022

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NA REVISÃO GERAL DE 20.000 KM DO CAMINHÃO BASCULANTE VW 26.280, COM PLACA RAW6E16, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (SEDENCO).**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos XVII da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: M DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

CNPJ: 07.811.058/0003-26

VALOR GLOBAL: R$ 3.325,15 (Três mil trezentos e vinte e cinco reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 14 de Setembro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 054/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2022

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: PAVAN E REINA LTDA

CNPJ: 23.836.459/0001-25

VALOR GLOBAL: R$ 8.505,00 (Oito mil quinhentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 14 de Setembro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

LEI Nº 633

LEI MUNICIPAL Nº 633, DE 09 DE MAIO DE 2022.

" DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento de 2022, Crédito Adicional Especial na importância de R$ 41.600,0 (Quarenta e um mil e Seiscentos reais), incluindo nas Leis nº 622/2021 – Lei Orçamentaria Anual para o Exercício de 2022, Lei nº 608/2021- Lei de Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 2022-LDO e Lei nº 623/2021 - Plano Plurianual-PPA, de acordo com o artigo 41, ,42 e 43, da lei Federal nº 4320/64, na dotação orçamentaria ao orçamentaria anual de 2022, com a seguinte Dotação Orçamentaria:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL
25 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.5020.2266 - Aquisição de Ar Condicionado Centro Mun. De Ens. Infantil Sagrado Coração de Jesus
44.90.52.00 – Equipamento e Material permanente R$ 41.600,00
Fonte de Recurso STN): 2.1.1571

Art. 2º – Para cobertura dos créditos referido no artigo anterior será utilizado da Secretaria de Estado de Educação, proveniente da emenda parlamentar n.º 075, e anulação total ou parcial dotação orçamentária de acordo com o disposto nos artigos 41, 42 e 43 da Lei federal n.º 4.320/1964, abaixo discriminado:

Ementa Parlamenta 075/2021 ..... R$ 40.000,00

ANULAÇÃO PARCIAL

02 – PREFEITURA MUNICIPAL
25 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.5020.1008 - Aquisição de Material Permanente
44.90.52.00 – Equipamento e Material permanente R$ 1.600,00
Fonte de Recurso STN): 2.599.0000

Art. 3º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a inserir no Anexo I da Lei n.º 623/2021, Plano Plurianual; Lei n.º 608/2021, Lei de diretrizes Orçamentária para o exercício de 2022, o projeto 2266 **Aquisição de Ar Condicionado Centro Mun. De Ens. Infantil Sagrado Coração de Jesus.**

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT, em 09 de maio de 2.022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 26 /2022

PORTARIA Nº 26 DE 30 DE JUNHO DE 2.022.

Dispõe sobre a Exoneração de ocupante de cargo em comissão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

O Prefeito Municipal de Tesouro/MT, JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 36, I, da Lei orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, Valdemilson Lopes Ferreira, portador do CPF (MF) nº 018.105.211-30, na data de 30 de junho de 2022, do cargo público de provimento em comissão de Motorista do Gabinete – CC – 21.111.

Art. 2º - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tesouro/MT, a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tesouro/MT, 30 de junho de 2.022.

_____

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 635

LEI MUNICIPAL Nº 635 DE 22 DE JULHO DE 2.022.

" DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento de 2022, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 6.810.244,28 (Seis Milhões, Oitocentos e dez Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Vinte e Oito Centavos), na Lei n.º 622/2021 de 09 de Dezembro de 2021, Lei Orçamentária Anual, de acordo com os artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal n.º 4.320/1964; que será utilizado para cobrir insuficiência orçamentaria para pagamento das despesas com pessoais, encargos e prestação de serviços para a manutenção das atividades essenciais para o funcionamento dos serviços Públicos em Administração, infraestrutura, Saúde, Educação, infraestrutura e Ação Social

Art. 2º – Para cobertura dos créditos referido no artigo anterior será utilizado recurso proveniente de excesso de arrecadação de impostos e transferência constitucionais no total mencionado no artigo primeiro desta Lei, de acordo com os artigos 41, 42 e 43 da Lei federal n.º 4.320/1964, conforme anexo I em anexo.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT, em 22 de julho de 2.022.

JOAO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28/2022.

PORTARIA Nº 28 DE 01 DE JULHO DE 2.022.

Dispõe sobre a nomeação de ocupante de cargo em comissão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

O Prefeito Municipal de Tesouro/MT, JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 36, I, da Lei orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, VALDEMILSON LOPES FERREIRA, portador do CPF (MF) nº 018.105.211-30, para exercer a partir de 01 de julho de 2022, o cargo público de provimento em comissão de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – CC – 10.000.

Art. 2º - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tesouro/MT, a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tesouro/MT, 01 de julho de 2022.

_____

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27/2022.

PORTARIA Nº 27 DE 30 DE JUNHO DE 2.022.

Dispõe sobre a Exoneração de ocupante de cargo em comissão, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

O Prefeito Municipal de Tesouro/MT, JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no artigo 36, I, da Lei orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, Wglhedson Luiz Pereira Silva, portador do CPF (MF) nº 926.330.721-00, na data de 30 de junho de 2022 do cargo de público de provimento em comissão de Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – CC – 10.000.

Art. 2º - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Tesouro/MT, a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registra-se. Publique-se. Cumpra-se.

Tesouro/MT, 30 de junho de 2022.

_____

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 634

LEI MUNICIPAL N° 634, DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder desconto nos itens da lista de serviços da Lei Nº 301 de 30 de dezembro de 2003 e Lei Complementar Nº 361 de 13 de novembro de 2007, e dá outras providências".

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder desconto de 1,5% (um e meio porcento) no ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) para os seguintes itens da Lei Nº 301 de 30 de dezembro de 2003 e Lei Nº 361 de 13 de novembro de 2007:

- **31**: Aerofotogrametria (inclusive interpretação), mapeamento e topografia;
- **36**: Florestamento e Reflorestamento;
- **56**: Armazenamento, depósito, carga, descarga, transbordo de grãos, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie (exceto depósitos feitos em instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central);
- **59**: Transporte, coleta, remessa ou entrega de bens ou valores, dentro do território do município;

Art. 2°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL TESOURO/MT

GESTÃO 2021-2024

DECRETO Nº 118/2022

DECRETO Nº 118/2022 DE 03 DE MAIO DE 2022.

"ESTABELECE O VALOR DA TERRA NUA POR HECTARE DO IMÒVEL RURAL NO MUNICIPIO DE TESOURO, PARA FINS DE COBRANÇA E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL ITR.".

O Prefeito Municipal de Tesouro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vigentes;

CONSIDERANDO, em atendimento ao artigo 4º da instrução Normativa RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, que o Município deverá informar os valores da Terra Nua por hectare (VTN/ha), para fins de apuração do imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR);

CONSIDERANDO o Convênio celebrado com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e o Município de Tesouro, para a delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – (ITR);

CONSIDERANDO, também, a necessidade de se estabelecer e atualizar os valores da terra nua.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o valor mínimo para a terra nua por hectare do imóvel rural, para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural – ITR, no Município de Tesouro, conforme as características da área rural, nos seguintes parâmetros:

TIPO DE TERRA	VALOR R$
LAVOURA APTIDÃO BOA	9.991,02
LAVOURA APTIDÃO REGULAR	7.460,12
LAVOURA APTIDÃO RESTRITA	4.973,30
PASTAGEM PLANTADA	4.144,47
SILVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	3.108,12
PRESERVAÇÃO DE FAUNA OU FLORA	1.783,16

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Terra Nua: o imóvel por natureza ou acessão natural, compreendendo o solo com sua superfície e a respectiva mata floresta e pastagem nativa ou qualquer outra forma de vegetação natural;

II – Aptidão agrícola: classificação que busca refletir as potencialidades e restrições para o uso da terra e as potencialidades de redução dessas limitações em razão de manejo e melhoramento técnico, de forma a garantir a melhor produtividade e a conservação dos recursos agroecológicos;

III - Lavoura - aptidão boa: terra que suporta manejo intensivo do solo, apta a cultura temporária ou permanente, mecanizada ou mecanizável, com boa declividade e solos de boa ou média profundidade, bem drenados, irrigada ou irrigável ou, ainda, com condições específicas que permitam a prática da atividade agrícola com produtividade alta ou média;

IV - Lavoura - aptidão regular: terra apta a cultura temporária ou permanente que possui limitações de uso, que não comporte manejo intensivo do solo, que não seja apta à mecanização, ou seja, com condições e restrições relacionadas a fatores que diminuam a produtividade, tais como erosão, drenagem, clima, solos rasos e relevo;

V - Lavoura - aptidão restrita: terras que apresentam limitações fortes para a produção sustentada de um determinado tipo de utilização, observando as condições do manejo considerado. Essas limitações reduzem a produti-

vidade ou os benefícios, ou aumentam os insumos necessários, de tal maneira que os custos só seriam justificados marginalmente;

VI - Pastagem plantada: terra para pastagem plantada ou melhorada, assim considerada a terra imprópria a exploração de lavouras temporárias ou permanentes por possuírem limitações fortes à produção vegetal sustentável, mas que podem ser utilizadas sob forma de pastagem mediante manejo e melhoramento;

VII - Silvicultura ou pastagem natural: terra para pastagem natural, silvicultura ou reflorestamento, assim considerada a terra cuja possibilidade de manejo e melhoramento resume-se a práticas com baixo nível tecnológico e reduzida aplicação de capital e que, por essa razão, não possibilitam o uso indicado nos incisos anteriores;

VIII - Preservação da fauna ou flora: terra inaproveitável ou com restrição ambiental, terras com restrições físicas, sociais, ambientais ou jurídicas que impossibilitam o uso sustentável e, por isso, são indicadas para a preservação da flora e da fauna ou para outros usos não agrários;

IX - Transações: negociações onerosas de bem no mercado imobiliário, como, por exemplo, compra e venda ou permuta;

X - Ofertas: colocação de bens para venda ou outra negociação onerosa no mercado imobiliário;

XI - Opiniões: informações de especialistas, intervenientes, agentes financeiros, técnicos, tabeliães, registradores, autoridades públicas, corretores imobiliários ou quaisquer pessoas que transacionem no mercado imobiliário.

Art. 3º - Os valores de avaliação do Valor da Terra Nua - VTN serão monetariamente atualizados anualmente, tendo por base o Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Art. 4º - O Município de Tesouro-MT informará à RFB, anualmente, até o último dia útil de julho de cada ano, o preço de mercado da terra nua, apurado em 1º de janeiro do ano a que se referem, refletindo um valor médio por aptidão agrícola do VTN por hectare, conforme metodologia apontada em levantamento de preços baseado em transações, ofertas ou opiniões.

Parágrafo único: As informações sobre VTN, fornecidas à RFB, serão publicadas no endereço eletrônico do Município na rede mundial de computadores (internet) ou, na sua ausência, no quadro de avisos do prédio central da Prefeitura franqueado ao público.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 03 de MAIO de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

Prefeito Municipal

LEI Nº 636

LEI MUNICIPAL Nº 636 DE 08 DE AGOSTO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NO USO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PÚBLICOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE TESOURO – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º Fica criado e regulamentado no âmbito do Município de Tesouro/MT, o Programa **"Porteira Adentro"** destinado a atender propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, sendo caracterizados como pequenos produtores, com serviços de infraestrutura básica e práticas de conservação do solo dentro de suas propriedades.

Art.2º Fica instituído que a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será a responsável por gerir o **"Programa Porteira Adentro"** com auxílio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

Art.3º Considera-se serviços de infraestrutura básica, aqueles referentes à construção e manutenção de açudes e bebedouros para animais, terraplanagem para construção de casas e currais, manutenção de estradas rurais, manutenção de pontos e pontilhões em estradas rurais.

Art.4º Considera-se serviços de conservação do solo, aqueles referentes à gradagem do solo, uso de implementos para nivelamento e construção de curvas de nível em áreas produtivas, transporte de fertilizantes e corretivos para o solo, transporte de sementes para produção, uso de qualquer implemento disponível para plantio e colheita de grãos e silagem.

Art.5º Para se beneficiar do referido Programa, o requerente deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Ser proprietário, posseiro ou arrendatário/parceiro de propriedade rural;

II – Ter na produção agropecuária, agrícola ou agroindustrial sua principal atividade econômica ou meio de subsistência;

III – Ser inscrito e encontrar-se com sua inscrição ativa como produtor rural e/ou ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP emitida.

Art.6º Os serviços previstos nos **Art. 3º e 4º** desta Lei serão executados com maquinários do Município de Tesouro, atendendo as disposições legais pertinentes, e/ou por maquinários e equipamentos de órgãos governamentais, mediante Convênio ou Consórcio Intermunicipal.

Art.7º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, periodicamente, fará avaliações do andamento do Programa visando seu aperfeiçoamento.

Art.8º A execução dos serviços constantes nos **Art. 3º e 4º** desta Lei deveram ser efetuadas mediante a visita técnica após a solicitação do produtor para mapeamento e diagnóstico da área com registro fotográfico e formulário específico para dar suporte ao cronograma e otimização dos recursos públicos obedecendo à disponibilidade de máquinas e equipamentos.

Art.9º Os serviços referidos nesta Lei serão custeados por dotação própria sendo divididos da seguinte forma:

I – Cada propriedade rural terá direito à 20 horas máquina no período de 12 (doze) meses, podendo ser divididos entre serviços de infraestrutura e/ou serviços de conservação do solo;

II – Cada propriedade terá direito ainda ao transporte de até 15 (quinze) m³ de fertilizantes e/ou corretivos no período de 12 (doze) meses.

Art.10º As despesas decorrentes da execução desta Lei ocorrerão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art.11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT, em 08 de agosto de 2.022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

Prefeito Municipal

LEI Nº 637

LEI MUNICIPAL Nº 637 DE 08 DE AGOSTO DE 2.022.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, EXERCÍCIO, REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TESOURO/MT, BEM COMO DISPÕEM SOBRE A EFETIVAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATES DE ENDEMIAS, CONFORME DISPOSIÇÕES NOS TERMOS DO §

5º DO ART. 198 DA CF; DO ART. 2º E PARÁGRAFO ÚNICO, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006; E DA LEI FEDERAL Nº 11.350, DE 05 DE OUTUBRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPITULO I

DA CRIAÇÃO, EXERCICIO E REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 1° Esta Lei fundamenta e regula as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias consoante disposto mediante Lei Federal n° 11.350, de 05 de outubro de 2006, Emenda Constitucional n° 051, de 14 de fevereiro de 2006, o exercício dos mesmos dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, cujas execuções serão de responsabilidade do Município de Tesouro -MT, via Secretaria Municipal de Saúde, Gestão/ SUS.

Art. 2° Fica criado o cargo de Agente Comunitário de Saúde, com abertura de 11 (onze) vagas, as atividades públicas a serem executadas no âmbito do Sistema Municipal de Saúde, os quais passarão a integrar o quadro de pessoal da administração direta do município com vínculo direto entre os referidos agentes e a Administração Municipal que passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 3° Fica criado o cargo de Agente de Combate as Endemias, com abertura de 2 (duas) vagas, as atividades públicas a serem executadas no âmbito do Sistema Municipal de Saúde, os quais passarão a integrar o quadro de pessoal da administração direta do município com vínculo direto entre os referidos agentes e a Administração Municipal que passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 4º O piso salarial Profissional Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, fica fixado no valor de R$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), equivalente à 2 (dois) salários mínimos, utilizando-se o indicador dado por meio da Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de maio de 2022 condicionado ao repasse da União.

§1º O valor recebido do incentivo financeiro mensal da União ao Município será destinado conforme legislação vigente para pagamento destes salários, verbas trabalhistas bem como custeio e outros incentivos previstos em lei.

Art. 5° O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade do Município.

Parágrafo único.É vedado aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias desenvolver atividades típicas do serviço interno das unidades básicas de saúde de sua referência, ou quaisquer outras atividades administrativas, bem como acompanhamento de pacientes para realização de procedimentos na rede de atenção fora do Município.

Art. 6° O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, através de critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Asatividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação: será de acordo com a Lei 11.350 e Portaria da Atenção Básica nº 2.488/2011.

I - Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;

II - Cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;

III - Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis e acesso (Garantia de encaminhamentos entre outros) bem como acompanhar após as contra referencias realizadas;

IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea e respectivo registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

V - Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês;

VI - Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população descrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade e o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

VII - Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à Dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco;

VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo Governo Federal, estadual e municipal de acordo com o planejamento da equipe e ações inter setoriais que visam qualidade de vida e Promoção da Saúde da População.

IX – A devida participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 7º O Município disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância, observada as diretrizes nacionais definidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 8° O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os requisitos de acordo com a Lei 11.350 e Portaria da Atenção Básica nº 2.488:

I- Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público.

II - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuidade;

III - Haver concluído o ensino médio.

§1° Não se aplica a exigência que se refere o inciso III do caput deste artigo aos que, na data de 09 de junho de 2006, quando ocorreu a publicação da Medida Provisória n° 297, que foi convertida na Lei n° 11.350/2006 estavam exercendo a atividade próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§2° Compete a Secretaria Municipal de Saúde a definição da área geográfica a que se refere o inciso 1 do *caput* deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde.

Art.9º Os Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias, admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para

sua atuação, estarão vinculados a Administração Pública Municipal pelo Regime Jurídico Estatutário do Município, analisado caso a caso, em conformidade com a certificação realizada pelo município.

Art.10º O Agente de Combate as Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS, e Lei 11.350/2006 e sob supervisão do gestor municipal.

Art.11º A admissão dos Agentes Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias, deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art.12º O Agente de Combate as Endemias deverão preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade conforme Lei 11.350/2006.

I - Haver concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial e continuada;

II - Haver concluído o ensino médio.

III – Executar todas as atividades vinculadas a Vigilância Ambiental bem como desenvolver ações inter setoriais, educação em Saúde Individual e coletiva.

Parágrafo único.Não se aplica a exigência que se refere o inciso II do *caput* deste artigo aos que, na data de 09 de junho de 2006, quando ocorreu a publicação daMedida Provisória n° 297, que foi convertida na Lei n° 11. 350/2006 estavam exercendo aatividade própria de Agente de Combate às Endemias.

Art.13º O Município poderá promover o desligamento unilateral do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com que dispõe o ferimento da Lei 11.350, Portaria 2.488/2011 e o Estatuto dos Servidores do Município de Tesouro, assegurando o direito da ampla defesa e do contraditório, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Prática de falta grave, elencadas no Estatuto dos Servidores do Município;

II - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei n°9.801, de 14 de junho de 1999, que regulamenta o art. 169, §§ 4° a 7° da Constituição Federal;

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, através de critério de desempenho de sua função que serão analisados pela supervisora dos ACS´s, representante do Conselho Municipal de Saúde e representante da gestão da Secretaria Municipal de Saúde. (Em caso dos ACE será feito pela supervisão dos Agentes de Combate a Endemias, representante da Câmara Municipal de Saúde, representante do Conselho Municipal de Saúde e gestão da Secretaria Municipal de Saúde), que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de trabalho, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

§1° O procedimento de avaliação do desempenho a que se refere o inciso IV deste artigo, com os padrões mínimos para exercício das atividades tratadas nesta Lei, será objeto de regulamento.

§2° É vedada aos profissionais, no exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, a nomeação ou designação, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

§3° Além das hipóteses previstas no *caput* deste artigo, ocorrerá a dispensa do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias:

I - A pedido do servidor;

II - Pela extinção ou conclusão do programa.

III - Ferimento ao critério de desenvolvimento do Trabalho conforme parágrafo 4º artigo 12.

Art.14º Somente poderão ser convalidados os atos de admissão procedida de Processo Seletivo Público que observou os princípios constitucionais, ou os que foram certificados por Comissão de Certificação que atestou a regularidade do respectivo provimento daqueles que se submeteram ao processo seletivo público de acordo com a Emenda Constitucional n° 051/2006.

Art.15º O ACS e o ACE será desligado do Trabalho caso ferir a Lei 11.350, Portaria 2.488/2011, três advertências verbal registrada em ata ou três advertências formalizadas e assinadas pelo ACS/ACE que em caso de recusa será assinado por testemunhas.

CAPITULO II

DA EFETIVAÇÃO

Art.16º A efetivação dos servidores constantes do anexo IA E IB, que estavam investidos nos cargos de Agente Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes Combates de Endemias no dia 14/02/2006 e aprovados em processo seletivo, que passam a integrarem o quadro de servidores efetivos do Município de Tesouro, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da publicação desta lei.

Art.17º Os Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias que foram aprovados em processo seletivo, e que passaram pela devida certificação conforme nomes que dispõem dos anexos IIA E IIB passarão a integrar o quadro de servidores efetivos do Município de Tesouro, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, a partir da publicação desta lei. Estarão no anexo III A e III B a Lei Federal 11.350/2006 e Portaria 2.488/ 2011.

Art.18º Está totalmente vinculada a Lei 11.350 e Portaria da Atenção Básica 2.488/2011 e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, tornando seus efeitos a partir da sua homologação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, em 08 de agosto de 2.022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

Prefeito Municipal

LEI Nº 632

LEI MUNICIPAL Nº 632 DE 27 DE ABRIL DE 2.022.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Fomento para a transferência de incentivo financeiro para a Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso"

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento para a transferência de incentivo financeiro para a Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, entidade de direito privado, na ordem de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), que será utilizado para custeio da realização da etapa da Liga Estadual de Motocross no Município de Tesouro/MT.

Art. 2°A Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, estará realizando o evento nos dias 28 e 29 do mês de maio de 2022, responsabilizando-se por toda organização, divulgação e concessão de premiação aos participantes.

Parágrafo único. Deverá ser garantida entrada franca a população.

Art. 3° Caso não seja atingido o fim a que se destina a presente Lei, a Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso, deverá restituir o valor aos cofres do município, devidamente corrigidos pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, sob pena de inscrição do débito de dívida ativa em seu desfavor perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 4º Os valores repassados poderão sofrer alterações de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Fomento.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tesouro/MT, 27 de abril de 2.022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO

PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO/MT

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

DECRETO Nº 086, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022 - RETIFICADO

DECRETO Nº 086, DE 09 DE SETEMBRO DE 2022.

"Define o processo de escolha dos Diretores Escolares do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, mediante sufrágio, e dá outras providências."

O **Prefeito Municipal de Torixoréu-MT,** Senhor **Thiago Timo Oliveira,** no uso de suas atribuições conferidas por lei, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e ainda com fundamentos nas demais fontes de direito:

R E S O L V E:

Art. 1º – Definir o processo de escolha de Diretoras Escolares do Ensino Fundamental e Educação Infantil da Rede Municipal de Educação, compreendida atualmente pelas seguintes instituições: Creche Municipal Mãe Ditinha, Escola Municipal São José e Escola Municipal Raquel Arbués. A nomeação, de competência do Poder Executivo, será efetivada mediante **consulta à comunidade escolar** do estabelecimento de ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se como Comunidade Escolar: os professores, a coordenação e assessoria pedagógica, os funcionários, os pais ou responsáveis legais por alunos menores de 16 anos e os alunos maiores de 16 anos, matriculados e frequentando o estabelecimento de ensino onde ocorre a nomeação.

Art. 2º A consulta será realizada a cada 2 (dois) anos, no mês de novembro/dezembro do calendário civil, através do voto em candidato, direto, secreto e facultativo, dos membros da Comunidade Escolar, aptos a votar, vedado o voto por representação. Cujo edital contendo o calendário/cronograma da consulta será divulgado em todos os meios (publicação em murais e sites oficiais) com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência das eleições, devendo o cronograma contemplar o período para inscrição/registro de candidatura, período de campanha, data da consulta, data de divulgação de resultados, período recursal e data para posse.

Parágrafo Único. O processo de consulta será supervisionado e coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e executado pelas comissões, onde deverá ocorrer a nomeação, com o apoio do estabelecimento de Ensino.

Art. 3º – Estão aptos a votar:

I – Professores do quadro próprio que estejam exercendo suas funções na Instituição de Ensino, incluindo os que estão usufruindo Licença Maternidade e/ou Licença prêmio;

II - Professores contratados através de Processo Seletivo Simplificado (PSS);

III – funcionários efetivos supridos na instituição de Ensino;

IV - pais e/ou responsáveis legais por alunos menores de 16 (dezesseis) anos;

V - alunos com idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos, até a data da consulta, matriculados no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º. Haverá, em cada estabelecimento, uma Comissão Eleitoral, composta por 3 (três) membros sendo: 2 (dois) representantes dos professores e/ou funcionários e 1 (um) representante dos pais e/ou responsáveis legais por alunos, eleitos por seus pares em assembleia convocada pela direção e/ou coordenação da Instituição, com registro em Livro Ata.

§ 1º Fica vedada a participação, na Comissão Eleitoral, de candidatos e parentes até 3º grau.

§ 2º Para o dia da consulta à comunidade a Comissão Eleitoral deverá organizar apoio técnico com demais profissionais e pais representantes legais dos alunos seguindo as mesmas orientações do §1º deste artigo.

Art. 5º. Compete à Comissão Eleitoral

I – conduzir e fiscalizar o processo de consulta;

II- registrar os candidatos, bem como verificar se preenchem os requisitos legais;

III – convocar assembleia geral para apresentação dos candidatos e suas propostas;

IV - divulgar a data da consulta;

V - elaborar a lista de pessoas aptas a votar;

VI– efetuar a apuração dos votos e declarar o eleito, lavrando-se a respectiva ata;

VII – encaminhar o resultado da eleição à Secretaria Municipal de Educação, até 24 horas subsequentes à realização do ato.

Art. 6º. O registro do candidato deverá ser entregue para a Comissão Eleitoral conforme calendário/cronograma eleitoral, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, mediante requerimento em que deverá constar o nome do candidato, o respectivo cargo e a sua autorização para concorrer ao pleito.

Parágrafo Único. Nos estabelecimentos de ensino em que não houver a apresentação de candidatos para a eleição, o Diretor será indicado pelo Prefeito Municipal, cujo mandato se estenderá até o próximo pleito.

Art. 7º. São requisitos para o registro:

I - pertencer ao quadro efetivo do magistério municipal e estar exercendo suas funções na Instituição de Ensino em que é candidato, até a data da publicação deste Decreto;

II - ter disponibilidade legal para assumir a função no Estabelecimento de Ensino com a demanda de no mínimo 30 (trinta) horas semanais;

III - não possuir antecedentes criminais ou condenação administrativa nos últimos 03 (três) anos, apresentando as certidões negativas Federal, Estadual e Municipal;

IV – apresentar currículo e atualizar a documentação junto ao RH do município;

V - apresentar Plano de Trabalho, de acordo com o Regimento Escolar, contendo justificativa, objetivo, ações, metas, estratégias, local, data e assinatura do candidato;

VI - comprometer-se a participar de cursos de Gestão Escolar obtendo certificado no prazo de 02 (dois) anos;

VII - ter, no mínimo, o nível de Graduação completa em Licenciatura Plena e pós-graduação na área de Educação Básica;

VIII - ao Professor é assegurado o direito de exercer a função de diretor de Escola ou instituição de ensino fundamental/infantil;

Art. 8º. A remuneração ao cargo será os vencimentos do candidato (conforme concurso) com acréscimo de gratificação, conforme estatuto do magistério, sendo que, não se pode, em hipótese alguma, acúmulo de acréscimos.

Art. 9º. Cada pessoa apta a votar terá direito a um voto, sendo que, no caso de aluno menor de 16 (dezesseis) anos caberá apenas um voto de um do(s) representante(s).

Art. 10º Será considerado(a) vencedor(a) o(a) candidato(a) que obtiver maior resultado apurado com a fórmula descrita no artigo 12 deste Decreto.

Art. 11. Serão considerados inválidos os votos brancos e nulos, exceto em caso de candidatura única, quando serão computados como válidos os votos em branco.

Art. 12. Os votos serão apurados pela seguinte fórmula:

TV = A. 50 + PF. 50

VVA VVP

Em que:

TV = Total de votos obtidos

A = Total de votos de pais, responsáveis e alunos para o candidato.

VVA = Total de votos válidos de pais, responsáveis e alunos que participaram do processo.

PF = Total de votos de professores e funcionários que participaram do processo.

VVP = Total de votos válidos de professores e funcionários que participaram do processo.

Art. 13. Em caso de empate será escolhido o candidato a Diretor que, sucessivamente, possua:

I - maior tempo de serviço no Estabelecimento de Ensino que pretende dirigir;

II – maior tempo de serviço no Magistério Municipal;

Art. 14. No prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da publicação do resultado no Diário Mural Oficial do Município, o candidato a Diretor(a) poderá interpor recurso do resultado da consulta perante a Comissão Eleitoral, que o encaminhará ao Prefeito Municipal para decidir, ouvida a Assessoria Jurídica.

Art. 15. A gestão do Diretor(a) Escolar será de 2 (dois) anos.

Art. 16. No caso de afastamento temporário do Diretor(a) Escolar será designado um substituto, pelo Poder Executivo, que exercerá o cargo durante a ausência do titular.

Art. 17. Em caso de vacância do cargo de Diretor(a) será indicado um substituto pelo Poder Executivo, pelo prazo restante do mandato.

Art. 18. Nos estabelecimentos de Ensino em que não houver quórum mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) do total de votantes aptos, será realizada nova consulta, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data da consulta realizada.

§1º. Após a segunda votação prevista neste artigo e não havendo candidato eleito ou ausência de candidato inscrito, aplica-se o disposto no parágrafo único do artigo 6º deste Decreto.

§2º. Não será considerado vencedor o candidato(a) que, em chapa única, não obtiver a maioria dos votos válidos

Art. 19. O resultado deverá ser publicado em até 10 (dez) dias da realização da consulta e a posse ocorrerá no último mês do ano da consulta, após o encerramento do período letivo, conforme cronograma disponibilizado anteriormente a consulta.

Art. 20. O Diretor(a) Escolar poderá ser destituído da função, a pedido e motivadamente pelo Prefeito Municipal, quando condenado por sentença criminal ou processo administrativo transitado em julgado, ou ainda a pedido da Comunidade Escolar, mediante votação em plebiscito, convocada especialmente para este fim.

§1º O plebiscito para destituição da função de Diretor(a) Escolar será convocado mediante requerimento contendo assinaturas da maioria dos eleitores hábeis a votar no Estabelecimento Escolar em que é exercido a cargo.

§2º Reunidas às assinaturas, o requerimento de convocação de plebiscito será encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, para seu deferimento e execução dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§3º A votação para destituição da função de Diretor(a) seguirá os mesmos trâmites previstos no Decreto.

Art. 21. O Diretor(a) Escolar deverá participar de programas de capacitação pedagógica e administrativa definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 22. Somente será permitida a propaganda dos Candidatos após a homologação da candidatura registrada, com início e término nas datas constantes no Anexo I deste Decreto.

Art. 23. Poderão ser realizadas até 02 (duas) Assembleias, uma por turno, para que os Candidatos apresentem as Propostas do Plano de Ação para a Escola/CMEI, de forma a atender os períodos de funcionamento da Instituição de Ensino, dentro do prazo previsto para a campanha constante no Anexo I, sob pena de exclusão do certame em caso de descumprimento.

Parágrafo Único. Faculta-se à Comissão Consultiva Local a realização de debate entre os Candidatos.

Art. 24. A propaganda não poderá exceder o tempo de 10 (dez) minutos em cada sala de aula e apenas uma vez por Candidato.

Art. 25. É proibida a propaganda durante todo o Processo de Consulta para a escolha de Diretores que:

I - implicar promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - perturbar o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

III - caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no Processo de Consulta;

IV - empregar meios destinados a criar, artificialmente, nos votantes, estados mentais, emocionais e passionais.

Art. 26. A propaganda irreal, insidiosa ou manifestadamente pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão Consultiva Local que, se a entender incluída nessas características, determinará sua imediata suspensão, alertando os Candidatos, com a devida comunicação ao Preposto aos procedimentos legais cabíveis.

Art. 27. Será vedado, durante todo o dia da Consulta, sob pena de impugnação do Candidato:

I - Dentro da instituição de ensino e suas imediações, num raio de 100 (cem) metros, a aglomeração de pessoas portando bandeiras, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos;

II - Aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de Candidato;

III - O uso de alto-falantes e amplificadores de som com a finalidade de promover o Candidato;

IV - Qualquer distribuição de material de propaganda;

V - A prática de aliciamento (inclusive corpo a corpo), coação ou manifestação, tendentes a influir na vontade do votante;

VI - Oferecer, prometer, ou entregar, ao votante, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza;

VII - O transporte de votantes por parte dos Candidatos ou seu representante;

VIII – As situações não especificadas neste Decreto serão analisadas pela Comissão Eleitoral;

Art. 28. Será permitida, no dia da Consulta, dentro da Instituição de Ensino, a manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por Candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário.

Art. 29. Os Fiscais das Chapas deverão estar identificados com o nome e/ou número do Candidato que representam nos trabalhos de votação.

Art. 30. A Secretária Municipal de Educação baixará as Resoluções e Portarias necessárias ao fiel cumprimento do presente Decreto.

Art. 31. Os casos omissos neste Decreto serão supridos pela Secretaria Municipal de Educação, bem como prestarão informações gerais sobre o certame, através da Comissão Eleitoral Geral, que será formada nos termos do art. 4º, a ser designada por Portaria.

Art. 32. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Torixoréu-MT, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias do mês de setembro de 2.022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2022

Objeto: SERVIÇO DE MANUNTENÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISÃO PROGRAMADA DE 40.000 KM MANUNTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEICULO UTILITARIO PARA VEICULO MOBI PLACA: RAZ1A01, CHASSI: 9BD341ACYNY789403 DA LINHA FIAT, CONFORME A LEI 8666/93 EM SEU ART. 24 E INCISO XVII - É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO: PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIOS A MANUNTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA, JUNTO AO FORNECEDOR ORIGINAL.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMTA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.002	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO PROGRAMADA DE 40.000 KM,COM MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA,EM VEICULO UTILITARIO$¶	SV	1,00	4.629,27	R$ 4.629,27

VALOR : R$ 4.629,27 (Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Sete Centavos).

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta Prefeitura DR. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

PUBLIQUE-SE ARQUIVE-SE

Vale de São Domingos, MT, 14 de Setembro de 2022.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
PORTARIA INTERNA Nº 13/2022

A Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos-MT, Srª **ROSEMEIRE DA SILVA BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - Fica, a partir desta data, nomeada a professora interina **KEITY ANNY TENORIO PAES** para responder como Coordenadora Pedagógica por 40 horas da EM. Padre Nazareno Lanciotti para o ano letivo de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ROSEMEIRE DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, em 14 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
PORTARIA Nº 12/2022

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, E APRESENTAÇÃODE PROPOSTA DE NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BASICA MUNICIPAL”.

CONSIDERANDO que há necessidade de revisão e alterações do Plano de Cargos, Carreia e Salários dos Profissionais da Educação Básica da Lei 275/2010.

CONSIDERANDO que a referida revisão se faz necessária, pois solucionará os conflitos ocasionados pela defasagem do referido Plano de Cargos, Carreira e Salários.

CONSIDERANDO que tanto a participação dos servidores, bem como a participação do órgão representativo da classe são essenciais para que os objetivos da revisão sejam alcançados.

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, já indicaram os nomes dos servidores que comporão a comissão responsá-

vel pela realização do trabalho de análise e apresentação de propostas de um novo Plano de Carreira, Cargos e Salários.

RESOLVE:

Art.1º - Fica constituída a Comissão Especial para análise, revisão e apresentação de proposta de um novo Plano de Cargos, Carreira e Salários do quadro Geral dos profissionais da educação básica, que assim será composta:

I - INDICAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO;

PROFESSOR - MONICA MARIA RAMOS;

TECNICO A. EDUCACIONAL – RENATA FONTES DE CARVALHO;

APOIO A. EDUCACIONAL – CLEIDE MARA SCATOLIM;

APOIO A. EDUCACIONAL – ALMIRO BATISTA DOS SANTOS;

APOIO A. EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANTONIO PEDRO VALERIO FILHO;

I I– CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

NAYANE CRISTINA PEREIRA;

SONIA RUBIO DA ROCHA;

HAMILTON DIAS DA SILVA;

ANDRESSA SILVA SOUZA;

MERSON RAIMUNDO COSTA SCATENA;

KARINA EVANGELISTA BITENCOURT;

ONILSA PEREIRA DE SOUZA;

MARIA DA GLORIA FERRAZ;

FABIANO APARECIDO DOMINGOS;

MARILIA C. DE SOUZA CASSIANO

Art. 2º – A Comissão ora constituída terá amplos poderes para visitar Setores e Departamentos da Prefeitura, bem como entrevistar servidores, coordenadores, Chefes de Departamento e Secretários Municipais, e ainda requisitar documentos e informações afetos a missão confiada.

Art. 3º – O prazo para conclusão dos trabalhos será de 01 (um) mês, podendo ser prorrogado conforme necessidade da comissão.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ROSEMEIRE DA SILVA BARBOSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vale de São Domingos - MT, 14 de setembro de 2022.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 08/2022

Objeto: SERVIÇO DE MANUNTENÇÃO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISÃO PROGRAMADA DE 40.000 KM MANUNTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA EM VEICULO UTILITARIO PARA VEICULO MOBI PLACA: RAZ1A01, CHASSI: 9BD341ACYNY789403 DA LINHA FIAT, CONFORME A LEI 8666/93 EM SEU ART. 24 E INCISO XVII - É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO: PARA AQUISIÇÃO DE COMPONENTES OU PEÇAS DE ORIGEM NACIONAL OU ESTRANGEIRA, NECESSARIOS A MANUNTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERIODO DE GARANTIA TÉCNICA, JUNTO AO FORNECEDOR ORIGINAL.

Fundamento legal: Artigo 24, Inciso XVII da Lei Federal 8.666/93 com posteriores alterações e na DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

FORNECEDOR: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA**

CNPJ: 01.016.616/0004-66

ITEM	COD SISTEMTA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	002.004.002	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO REVISAO PROGRAMADA DE 40.000 KM,COM MANUTENCAO CORRETIVA E PREVENTIVA,EM VEICULO UTILITARIO$¶	SV	1,00	4.629,27	R$ 4.629,27

VALOR : R$ 4.629,27 (Quatro Mil, Seiscentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Sete Centavos).

Homologo a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico desta

Prefeitura Dr. THUCYDIDES FRANCISCO CONCEIÇÃO ALVARES

PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

OAB – MT Nº 4.552

.

Vale de São Domingos, MT, 14 de Setembro de 2022

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito do Mun. De Vale de São Domingos/MT

LEI COMPLEMENTAR N° 692/2022

Altera a Lei nº 402, de 10 de novembro de 2014, que regulamenta a Gestão Democrática do Ensino Público Municipal.

O Prefeito Municipal, Geraldo Martins da Silva no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei n.º 402 de 10 de novembro de 2014 que implementa a lei de Gestão Democrática.

Art. 1.º - A Lei nº 402, de 10 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 39º. .....

.....

I - Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente em mais de uma unidade escolar."

"Art. 40º.....

.....

I – A primeira etapa – Constará de capacitação e ciclos de estudos: legislação escolar, administrativo e pedagógico sob a coordenação da SMEC.

Parágrafo – Único – Será considerado apto (a) na primeira etapa, o (a) candidato (a) com 100% de frequência no ciclo de estudos

II – A segunda etapa – será avaliação de mérito e desempenho. Os candidatos serão submetidos a prova de conhecimento composta de questões objetivas de múltiplas escolha sendo, obrigatório alcançar no mínimo sessenta por cento (60%) da pontuação máxima como requisito para participar da próxima etapas.

III. A terceira etapa – Constatará de seleção do/a candidato (a) pela comunidade escolar por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração a proposta de Trabalho do (a) candidato que deverá conter:

a) Objetivos e metas para melhoria da escola e do ensino;

b) Estratégias para preservação do patrimônio público;

c) Estratégias para participação da comunidade escolar no cotidiano da escola, na gestão dos recursos financeiros, e acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.

“Art. 42º .....
.....

I - .....
.....

II. - Ser habilitado em Pedagogia, ou cursos de Pós-graduação nas áreas de Gestão Escolar.”

III – Caso não haja candidatos (a) com pedagogia, ou cursos de Pós-graduação nas áreas de Gestão Escolar, candidatar-se-á o/a professor/a efetivo/a em outras licenciaturas.

“Art. 75º. .....
.....

Parágrafo único – Os eleitos, obrigatoriamente, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para os respectivos cargos nas unidades escolares.

“Art. 79º .....
.....

I – A primeira etapa – Constará de capacitação e ciclos de estudos: legislação escolar, administrativo e pedagógico sob a coordenação da SMEC.

Parágrafo – Único – Será considerado apto (a) na primeira etapa, o (a) candidato (a) com 100% de frequência no ciclo de estudos.

II – A segunda etapa - será avaliação de mérito e desempenho. Os candidatos serão submetidos a prova de conhecimento composta de questões objetivas de múltiplas escolha sendo, obrigatório alcançar no mínimo sessenta por cento (60%) da pontuação máxima como requisito para participar da próxima etapas.

III. A terceira etapa - Constatará de seleção do/a candidato (a) pelos pares na unidade escolar para qual foi feita a inscrição, levando-se em consideração a proposta de Trabalho do candidato (a):

“Art. 80º. Haverá cargo de Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar onde houver número acima de 150 alunos.”

“Art. 82.º

Parágrafo 1º – Os eleitos, obrigatoriamente, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para os respectivos cargos nas unidades escolares.

Parágrafo 2.º - Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente em mais de uma unidade escolar.

Paragrafo 3º - O mandato de coordenador Pedagógico será de 1 anos, permitida uma reeleição por igual período.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, 13 de setembro de 2022

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
DECRETO Nº. 70/2022 DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O EXCELENTICIMO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, Sr. **GERALDO MARTINS DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Artigo 1º - Designar as servidoras para exercerem a função de FISCAL DE CONTRATOS E ATA DE REGISTRO DE PREÇO a serem realizados, como segue:

SERVIDOR	CEDULA DE IDENTIDADE	FISCAL DE CONTRATOS
LAUDICEIA RAMOS SANTOS	RG nº 21764549 SSP/MT	ADMINISTRAÇAO,FAZENDA, SOCIAL, SAUDE, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRA ESTRUTURA, ESPORTE, MEIO AMBIENTE,

Artigo 2º - E de responsabilidade do fiscal de contratos atestar notas fiscais para todo e quais quer tipo de serviço contratado pelo município, o atestado de notas fiscais das demais despesas ficam a cargo do secretário da respectiva pasta.

Artigo 3º - ODesempenho dessas funções, não causaram ônus para os cofres públicos desta Municipalidade.

Artigo 4º Este decreto entrará em vigor a partir data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vale De São Domingos, Estado De Mato Grosso, em 13 de SETEMBRO de 2022.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal de Vale de São Domingos/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº387/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº144385/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Luziany Fernanda Ferreira de Oliveira matricula nº 95817 do cargo em Concurso de Profissional de Nível Superior do SUS -Fisioterapeuta,da Secretaria Municipal de Saúde com efeito retroativo,a partir de 02 de setembro de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13 de setembro de 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 078/2022

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho ao Sr. ***DEODATO LÚCIO DA FONSECA****.”*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2021.03.33047P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, I da Constituição Federal c/c art. 12, I, "a" e art. 88 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, dá outras providências, c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, com proventos proporcionais e direito a paridade ao Sr. **DEODATO LÚCIO DA FONSECA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.° 034.185 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 155.822.641-91, matrícula n.º 10405, efetivo no cargo de Professor V a VIII, Classe B, Nível 06, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS N. 26/2022 - MENOR PREÇO GLOBAL

Processo n° 832532/2022. Objeto:**Contratação de empresa especializada para a execução das obras de pavimentação e drenagem nos logradouros: Rua Dr. Domingos Monteiro de Campos, Rua Prof.ª Líbia Rondo da Costa, Rua Zacarias, Rua Carlos Gomes e Travessa das Flores, localizados no Bairro Gonçalo Botelho no Município de Várzea Grande/MT**. A realização está prevista para o dia**05 de outubro de 2022, às 08h30min (horário local),** endereço: **Sala de Licitações da Secretária Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, localizada na Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78. 125-700. – Várzea Grande/MT.**O Edital completo está à disposição dos interessados na Comissão de Licitação na Secretaria Municipal de Viação e Obras de Várzea Grande/MT, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital, ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos, ou gratuitamente no site:www.varzeagrande.mt.gov.brno campo Licitações. Várzea Grande – MT, 13 de setembro de 2022.**Luiz Celso Morais de Oliveira-** Secretário Municipal de Viação e Obras.

ATO Nº386/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº144384/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Izabella Paes Gonçalves de Paula matricula nº 147755 do cargo em Concurso de Médica,da Secretaria Municipal de Saúdecom efeito retroativo,a partir de 02de setembrode 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13desetembrode 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário	
Processo:	Gespro807907/22 – CMRF n° 108
Assunto:	Impugnação de Cobrança de IPTU
Recorrente:	Oscar AntonioLibardi
Relator:	Conselheiro Maxwel Silva Alves

EMENTA

IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS QUANTITATIVOS E ESPACIAL. ÁREA DE EXPANSÃO URBANA. TEMPESTIVIDADE PARCIAL DO PEDIDO.RECURSO VOLUNTÁRIO. MANUTENÇÃO INTEGRAL DOS LANÇAMENTOS.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário, fundamentado no art. 33 da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, em face da decisão de 1º grau exarada em 10/12/2021, fls. 196 a 200 do Processo Gespro n. 706960/21, na qual foi julgado improcedente o pedido de impugnação dos créditos de IPTU, dos imóveis situados no Loteamento Jardim Califórnia tendo como matrícula mãe n° 4925. Inscrições Imobiliárias reduzidas:97618, 97619, 97620, 97621, 97622, 97623, 97624, 97625, 97626, 97627, 97628, 97629, 97630, 97631, 97632, 97633, 97634, 97635, 97636, 97637, 97638, 97639, 97640, 97641, 97642, 97643, 97644 e 97645.

Adoto o relatório das contrarrazões do Órgão Lançador (fls. 112 a 114 - Gespro n. 706960/21) detalhando o pedido inicial por correto e transcrevo abaixo:

1) Da tempestividade da presente impugnação: Cita os artigos 5º, II da CF/88, bem como o art. 22-A do CTMVG (Lei 1.178/1991) e as súmulas 346 e 374 do STJ e STF, Lei 9.784/99, que regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Federal Direta e Indireta, especificamente o art. 53 da mesma lei, que serve para embasar a revisão do ato lançador pelo fisco;

2) Dos fatos – Da constituição do crédito tributário – Que os impugnantes são proprietários do Loteamento Jardim Califórnia em Várzea Grande, conforme matrícula 4925. Entendem que em função do empreendimento imobiliário advém a responsabilidade tributária pelos tributos incidente nos imóveis, citando o art. 10 do CTMVG como regra matriz de incidência e que segundo a tese da impugnação possui os seguintes critérios: espacial que compreende do Município de Várzea Grande, quantitativo – base de cálculo, sendo o valor venal do imóvel o percentual progressivo de 0,8 a 16%, segundo o artigo 16 CTMVG (Lei 1.178/1991);

3) Da ausência do critério quantitativo e espacial gerando lançamentos nulos, não incidência em área rural, bem como a ausência de métricas e não inclusão do loteamento no anexo XIX da Lei 3.948/2013, assim considerada pelo contribuinte como anomalias na base de cálculo dos tributos incidente nos imóveis da localidade, para fundamentar ainda mais a argumentação cita os artigos 10 e 11 do CTMVG (Lei 1.178/1991), que indicam a necessidade melhoramentos públicos no loteamento para a sua incidência;

4)Que além do loteamento não atender o disposto nos artigos 10 e 11 da citada lei, o mesmo não se encontra incluído junto aos outros loteamentos existentes no Município, no anexo XIX da Lei 3.948/2013, ainda segundo o impugnante a planta genérica de valores não reúne o mínimo de dados técnicos e legais para o arbitramento de valores de venda dos imóveis, para implementar a base de cálculo do IPTU, desnaturando assim o crité-

rio quantitativo da regra matriz de incidência tributária, citando o art. 15 do CTMVG (Lei 1.178/1991);

5)Que a base de cálculo dos tributos e seu valor venal, encontrado por meio de métricas, está sem critério algum, foram as instituidoras dos tributos incidentes nos imóveis do Loteamento Jardim Califórnia, notadamente os previstos em lei, assim sendo inobservado a previsão legal;

6)Adentra no tema citando o art. 8º §2º da planta genérica, que deverá para sua regulamentação, a emissão de Decreto Municipal, o que não existe e deram vigência em seu lugar a Lei Complementar de número 3.349/2009, que foi posteriormente revogada pela Lei 3.948/2013, acompanhada pelos anexos onde constam os loteamentos sujeito à incidência do IPTU do município, cujo Loteamento do Jardim Califórnia não está contido na norma, legitimando assim sujeição passiva à incidência do IPTU;

7)Informa que o loteamento é uma área urbanizável ou de expansão não possuindo nenhum dos melhoramentos para ter incidência do IPTU, ser localizada em área rural, mesmo considerada urbanizável, porém sem destinação nenhuma e nem atividades rurais, nem para abrigar uma comunidade. Destaca novamente que o anexo XIX da Lei 3.948/2013, substituiu a Lei 3.349/2009, não relacionando o Loteamento Jardim Califórnia no rol dos loteamentos passivos de incidência do IPTU;

8)Que as métricas usadas no cálculo do valor venal que formam as bases de cálculo do IPTU, foram instituídas sem observância das exigências do art. 8º do CTMVG, para ter validade e servir como base de cálculo do IPTU, pois não houve nenhuma comissão composta de elementos pertencentes aos órgãos competentes da Administração Municipal, tampouco a designação, pela Prefeitura de representantes de entidades ligadas ao mercado imobiliário de Várzea Grande;

9)Das execuções: Requer a desistência dos feitos com base no art. 26 da LEF (Lei de Execuções Fiscais), pois os impugnantes entendem que os lançamentos realizados nas CDA´s e posteriormente executados são nulos, respectivamente dos seguintes processos dos contribuintes Oscar Antônio Libardi e DalvaciGhisi: 25695-79.2014.811.0002, 16540-91.2010.811.0002, 27040-17.2013.811.0002, 1002925-36.2018.8.11.0002, 1003277-23.2020.8.11.0002, 1003861-90.2020.8.11.0002, 1003861-90.2020.8.11.0002, 17165-13.2019.811.0002, 1138-63.1193.811.0002, 26925-93.2013.811.0002, 11575-46.2005.811.0002 e 100270-53.2018.8.11.0002.

10)De forma a concluir a lide é requerida: a anulação dos créditos tributários descritos nos relatórios anexo aos autos fornecido pelo Ente municipal, considerando a não incidência do IPTU em áreas rurais, nas condições apresentadas, ainda pelo princípio da eventualidade, caso entendimento do fisco pela não incidência, que seja declarado nulo o lançamento pelas anomalias no entendimento dos impugnantes, quais sejam a ausência da base de cálculo e referência legal, num segundo momento requer a desistência das execuções abaixo nos moldes do art. 26 da Lei de Execução Fiscal, respectivamente os processos: 25695-79.2014.811.0002, 16540-91.2010.811.0002, 27040-17.2013.811.0002, 1002925-36.2018.8.11.0002, 1003277-23.2020.8.11.0002, 1003861-90.2020.8.11.0002, 1003861-90.2020.8.11.0002, 17165-13.2019.811.0002, 1138-63.1193.811.0002, 26925-93.2013.811.0002, 11575-46.2005.811.0002 e 100270-53.2018.8.11.0002.

Nas contrarrazões, o Órgão Lançador ratificou os lançamentos com os argumentos que passo a relatar resumidamente:

A incidência tributária do imposto IPTU, conforme definido pelo Art. 14 da Lei Municipal 1.178/1991 (CTMVG), fica evidenciada quando da análise dos autos, uma vez que em sua tese contestatória o contribuinte alega a ausência de critérios espacial e quantitativo. A respeito do critério espacial o Loteamento Jardim Califórnia e seus imóveis encontra-se em **zona de expansão urbana**, isto é possível pela análise do despacho do Coordenador de Terra e Parcelamento Urbano, nos autos de número 706960/2021, vem informando que o loteamento **foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande, no ano de 1982, estando dentro do perímetro urbano à época**, e que posteriormente foi excluído do mesmo, ficando na zona rural, mas ainda assim em local considerado com Zona de Expansão Urbana; Cita a Sumula n° 626 do STJ na qual afirma que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência de melhoramentos elencados no art. 32 §1º do CTN;

Em relação aos trechos de rua contidos no Loteamento Jardim Califórnia, a definição de suas métricas, seguiram a orientação dada no §2º do art. 2º da Lei 3.349/2009, que informa: **"§2º Os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX), terão os seus valores unitários fixado pela Secretária Municipal de Fazenda e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário**". Assim foram utilizados valores compatíveis com a realidade local, por se tratar de uma zona de expansão urbana, refuta-se assim, a despretensiosa discussão, de que apenas **UM** item da fórmula de cálculo está desprovida de fundamento legal, alegando serem nulos e ilegais os todos os lançamentos, com vistas a provocar a não incidência ou até mesmo a não aplicação da lei ao caso em questão, esta tese não merece fé e nem prosperar.

Aduz que os débitos ajuizados não foram objetos de análise, pois serão discutidos na justiça e afirma que de todo modo o pedido é intempestivo e conforme art. 9°, §2° da Lei 4.354/18 é vedado o prosseguimento de recursos intempestivos. Assim, os objetos de defesa foram apenas os lançamentos da competência 2021;

Conclui defendendo a manutenção dos lançamentos do exercício de 2021.

Em julgamento de primeira instância, a julgadora entendeu que o imóvel está dentro da expansão urbana e que a súmula 626 do STJ afasta a exigência do §1, do art. 32 do CTN. Assegurou também que, conforme art. 2° da Lei 3.349/2009, os logradouros que não tiverem valores de métricas estabelecidos na Tabela XIX terão seus valores fixados pela Secretaria de Gestão Fazendária. Conclui que os lançamentos ajuizados não foram objetos de apreciação e que os lançamentos de 2021 estão em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Ainda insatisfeito com a decisão, o impetrante recorreu ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais com as fundamentações que passo a relatar de forma sintética:

1. Os impugnantes são proprietários do loteamento Jardim Califórnia e por consequência são polo passivo da tributação;

2. O imóvel não está enquadrado na regra matriz de incidência tributária no quesito espaço, pois no que alude ao imóvel, a área mencionada na Escritura Pública além de não possuir os melhoramentos sobreditos, nenhum deles, não se encontra incluído junto aos outros loteamentos existentes no município, no anexo XIX da Lei 3.498/2013;

3. A planta genérica de valores mencionada no CTM-VG não reúne o mínimo de dados técnicos e legais para arbitrar valores de venda aos imóveis para implementar a base de cálculo do IPTU;

4. O loteamento, área urbanizável ou de expansão urbana, não possui nenhum dos melhoramentos comunitários para passar a sofrer incidência do IPTU. Localiza-se em área rural, mesmo considerada urbanizável, porém sem destinação nenhuma para abrigar a comunidade;

5. Alega-se que o Auditor Júlio Leite Junior (autor das contrarrazões) já proferiu decisão em outro processo administrativo, de conteúdo supostamente igual, conforme Despacho 193/2020, cancelando débitos de IPTU por não possuir métricas estabelecidas;

6. Os débitos tributários que estão em execução devem ser revistos, pois são nulos e simplesmente pelo fato de estarem em execução não há impedimento do cancelamento destes por parte do fisco;

7. Conclui solicitando que o recurso voluntário seja recebido, dando provimento anulando todos os débitos tributários do loteamento Jardim Califórnia.

Nas contrarrazões apresentadas em 2° instância pelo Órgão Lançador, afirma-se que o presente recurso voluntário apenas inovou no quesito aplicação do princípio da isonomia, os demais itens elencados já foram abordados nas contrarrazões de 1° instância no qual apenas ratificou o posicionamento.

Quanto ao princípio da isonomia, arguiu:"utilizar como paradigma suposto caso análogo no qual a decisão foi prolatada por outro julgador não compactua com a contradição elencada no CPC, tampouco é possível aferir se tratar de casos idênticos pois não foi anexado ao processo administrativo em sua integra nos autos".

É o relatório. Passo ao voto.

VOTO DO RELATOR

O direito de o contribuinte pleitear a impugnação do lançamento fundamenta-se no art. 27 da Lei Municipal n. 1.178/91 (Código Tributário Municipal), segue:

Art. 27 - O contribuinte que não concordar com o lançamento do imposto poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do edital de lançamento ou da comunicação pessoal.

A garantia do recurso voluntário tem fundamento no art. 33 da Lei Complementar Municipal n. 4.354/18, vejamos:

Art. 33 – Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá interposição de recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo do Recurso encaminhado ao Conselho Municipal de Recursos Fiscais, dentro de 10 (dez) dias seguintes à ciência da decisão, sendo, em caso excepcional e de forma fundamentada pelo relator, aplicado apenas o efeito devolutivo.

Verifica-se que o impetrante pleiteia a impugnação de todos os débitos tributários de IPTU dos imóveis contidos no Loteamento Jardim Califórnia, porém, conforme artigo 27 do CTM, a solicitação é tempestiva apenas em relação aos débitos de IPTU da competência 2021. Assim, julgo intempestivo os questionamentos quanto aos demais anos anteriores.

Com a finalidade de realizar o voto de forma mais didática, faço-o em tópicos analisando os pontos questionados na impugnação.

1 – Critério Espacial

O artigo 10 do CTM descreve que o fato gerador do IPTU é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado em zona urbana do município. O artigo 11 da mesma lei define o que é considerado zona urbana, vejamos:

*Art. 11 - Para os efeitos deste imposto, consideram-se zonas urbanas, as definidas e delimitadas em Lei Municipal específica, **as áreas urbanizáveis e/ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes**, mesmo que localizados em áreas rurais, desde que destinadas à habitação, indústria, comércio ou áreas de recreio, observados, pelo menos, dois dos seguintes melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público.*

Os autos foram enviados ao Órgão competente solicitando informações quanto ao Loteamento Jardim Califórnia, se este foi aprovado pelo município e consequentemente é considerado expansão urbana, vejamos a resposta:

Como pode-se observar, o Loteamento Jardim Califórnia foi aprovado pelo município e consequentemente é considerado área de expansão urbana, cumprindo os requisitos dos artigos 10 e 11 do CTM. Assim, a propriedade deste é fato gerador do IPTU.

Quanto ao questionamento de melhoramentos públicos, o STJ redigiu a súmula n° 626 que por sua importância reproduzo abaixo:

A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.

O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é que estando os imóveis situados em loteamentos aprovados e, portanto,regulares, a responsabilidade de implantação da infraestrutura é do **loteador**,estando a Municipalidade dispensada de atender aos requisitos previstos no art.32, § 1º do CTN, prevalecendo a hipótese contida no § 2º do mesmo dispositivolegal.

2 – Critério Quantitativo

Alega-se que o loteamento não está inserido no anexo XIX da Lei 3.948/2013 (anexo que discrimina os valores de métricas para os imóveis).

Não obstante estar ausente no anexo, o Órgão Lançador foi correto em afirmar que em relação aos trechos de rua contidos no Loteamento Jardim Califórnia, a definição de suas métricas, seguiram a orientação dada no §2º do art. 2º da Lei 3.349/2009, que informa: **"§2º Os logradouros ou trechos de logradouros que não constarem da Listagem de Valores (Tabela XIX), terão os seus valores unitários fixado pela Secretária Municipal de Fazenda e em conformidade com o comportamento do mercado imobiliário**".

Deste modo, o setor de cadastro definiu o valor de métrica para o loteamento cumprindo o ordenamento legal retro descrito.

3 - Da Planta Genérica

A PGV tem por objetivo definir o valor venal dos imóveis localizados na zona urbana do Município. Valor venal é o valor de mercado, ou seja, o preço que um vendedor está disposto a aceitar e um comprador a pagar, ambos perfeitamente bem informados e dentro de circunstâncias normais, objetivas e subjetivas para um determinado bem imóvel.

O parágrafo 2°, do artigo 8° da Lei 1.178/91 (CTM), descreve que a Planta Genérica de Valores será regulamentada através de Decreto.

Obedecendo o dispositivo legal, o município editou a Lei Complementar n° 3.349/2009, alterada pela Lei Complementar n° 3.948/2013, corrigidas pelas Portarias 01/2015; 06/2015; 08/2016; 55/2017 e 25/SEGEFAZ/2018, instituindo a Planta Genérica de valores de forma detalhada com fórmulas matemáticas, fatores, definições e tabelas. Não cabe ao fisco questionar atos normativos, até que uma decisão judicial invalide os dispositivos do CTM ou as Leis e Portarias aplicáveis ao lançamento, estes devem ter sua constitucionalidade afirmada, face ao Princípio da Presunção de Constitucionalidade das Leis e consequentemente aplicadas aos casos concretos.

4 –Da Aplicação do Princípio da Isonomia

Alega-se que o Órgão Lançador, mediante despacho n° 193/2020, exarado no processo n° 699000/2020, deferiu a impugnação em situação análoga a questão do presente processo.

Não é possível aferir se tratar de casos análogos, pois não constanos autos o processo em sua íntegra. Cada julgamento tributário tem a sua particularidade e o simples fato de um despacho solicitar a revisão de um lançamento através da comissão de métrica não necessariamente constitui direito ao outro requerente de obter a mesma resposta.

Vale destacar que o impugnante inovou em seu argumento no recurso voluntário, haja vista não ter mencionado este fato em primeira instância. As questões só poderiam ser apresentadas se cumprissem os motivos elencados nos incisos I, II e III, do §2°, do art. 33, da Lei Complementar n° 4.354/2018:

§2° As questões de fato, não alegadas em primeira instância, poderão ser suscitadas no Recurso Voluntário, se o recorrente provar que deixou de fazê-lo por algum dos seguintes motivos:

I – fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna por motivo de força maior devidamente compriovado;

II – refira-se a fato ou direito superviniente, e;

III – destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

5 – Do Voto de Vista

O conselheiro Dr. Jomas Fulgência de Lima Junior, após solicitar vista dos autos, acompanhou o voto do relator com os seguintes acréscimos que descrevo abaixo:

"Penso que assiste razão o voto apresentado pelo Conselheiro Presidente, o qual tomo liberdade para acompanhar na integra suas razões de decidir, com os seguintes acréscimos apenas no que tange a fundamentação da prescrição.

A prescrição, segundo ensinamentos de Maria Helena Diniz, é instituto que "foi criado como medida de ordem pública para proporcionar segurança às relações jurídicas, que seriam comprometidas diante da instabilidade oriunda diante do fato de se possibilitar o exercício de ação por prazo indeterminado".

Dessa forma, com a finalidade de obstar a perenização das situações de incerteza e instabilidade geradas pela violação ao direito, e fulcrado no princípio da segurança jurídica, o ordenamento jurídico estabeleceu um lapso, dentro do qual o titular do direito malferido pode invocar a prestação da tutela administrativa ou jurisdicional, sob pena de perecimento de sua pretensão, sendo tal disciplina amplamente aplicada às relações jurídico-tributárias, para o fim de garantir tanto ao indivíduo/contribuinte como à Fazenda Pública, a não submissão a uma situação de incerteza por tempo indeterminado.

Sob essa premissa, vislumbra-se que a relação jurídico-tributária, definitivamente constituída pelo procedimento administrativo vinculado do lançamento, está submetida aos efeitos do passar do tempo, sendo atingida, invariavelmente, pela consolidação do crédito tributário que materializa a respectiva obrigação que, a partir desse momento, torna-se insuscetível de impugnação.

Frisa-se que é justamente a existência, ou não, de lançamento tributário que define e existência ou não de prazo prescricional para o exercício de pretensão que tenha por objeto a obrigação tributária.

Neste sentido, faço recorte do que foi decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RESP 1936556/SP

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça há muito estabeleceu uma diferenciação entre ação meramente declaratória e ação anulatória, entendendo nesta última uma constitutiva negativa de direitos.

A partir dessa definição, somente se concebe uma ação como meramente declaratória se ainda não tiver ocorrido o lançamento tributário. E esses casos, em que antecipadamente se pretende a declaração da inexistência de uma relação jurídico-tributária que obrigue a parte ao recolhimento da exação, não estão sujeitos ao prazo prescricional.

Dito isso, o recurso apresentado é em verdade, uma pretensão anulatória, que claramente se submete aos efeitos da prescrição.

Com esses acréscimos de fundamentação, acompanho o voto do relator".

6 – Conclusão do Voto

Em face do exposto, voto:

a) Não conheço o recurso voluntário em relação aos créditos de IPTU anteriores a 2021 por motivo de intempestividade;

b) Conheço o recurso voluntário dos créditos de IPTU do ano 2021 e nego-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão de 1° grau pelos motivos:

I – o Loteamento está em área de expansão urbana devidamente aprovada pelo município;

II – não cabe a necessidade dos melhoramentos públicos nos casos de loteamentos aprovados pelo município, conforme Sumula 626 do STJ;

III – os lançamentos cumpriram com os requisitos espacial e quantitativo;

IV – a Planta Genérica de Valores foi regulamentada pela Lei Complementar n° 3.349/2009, alterada pela Lei Complementar n° 3.948/2013 e Portarias 01/2015; 06/2015; 08/2016; 55/2017 e 25/SEGEFAZ/2018 e encontra-se vigente cumprindo a determinação do CTM.

Várzea Grande/MT, 08 de junho de 2022.

MAXWEL SILVA ALVES

CONSELHEIRO RELATOR

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o Conselho Municipal de Recursos Fiscais proferiu a seguinte decisão:

Acordam os membros do colegiado, por maioria (5x4), negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão do voto do relator ratificando a manutenção do lançamento do crédito tributário de IPTU,da competência2021 e julgando intempestivo o pedido em relação aos anos anteriores, dos imóveis situados no Loteamento Jardim Califórnia tendo como matrícula mãe n° 4925 e Inscrições Imobiliárias reduzidas: 97618, 97619, 97620, 97621, 97622, 97623, 97624, 97625, 97626, 97627, 97628, 97629, 97630, 97631, 97632, 97633, 97634, 97635, 97636, 97637, 97638, 97639, 97640, 97641, 97642, 97643, 97644 e 97645.

Participaram da sessão de julgamento, os Conselheiros: Srs. Maxwel Silva Alves- Presidente, Adriana Schlitter – representante da Secretaria de Gestão Fazendária, Josivania Franca Santos – Vice-Presidente, Dr. JomasFulgêncio de Lima Junior-representante da Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande-MT, Benedito Odário Conceição e Silva - representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI, Rodrigo Yawata Chagas - representante do Conselho Regional de Administração-CRA, Dr. Pablo Gustavo Moraes Pereira - representante Poder Legislativo Municipal de Várzea Grande-MT-Camará Municipal e Vando Faustino de Araújo - representante do Conselho Regional de Contabilidade-CRC.

Várzea Grande-MT, 30 de agosto de 2022.

MAXWEL SILVA ALVES

Presidente

MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO

Conselheira

JOSIVANIA FRANCA SANTOS

Conselheira

ADRIANA SCHLITTER

Conselheira

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Conselheiro

BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA

Conselheiro

RODRIGO YAWATA CHAGAS

Conselheiro

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Conselheiro

VANDO FAUSTINO DE ARAÚJO

Conselheiro

ATO Nº385/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais

e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº145668/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Juliene Catarina de França matricula nº 87204do cargo em Concurso de Técnico de Desenvolvimento Educacional,da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazercom efeito retroativo,a partir de 12de setembrode 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13desetembrode 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 150/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. ***JUDITE DA SILVA MELO****."*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.02.33175P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 12, inciso III, alínea b, cumulado com o artigo 21, ambos da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, c/c Lei Complementar n.º 3. 797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/ 2014, c/c art. 1º Lei Complementar n.º 4.864/2021, que reajusta o salário dos profissionais da educação, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a **Sra. JUDITE DA SILVA MELO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0202241-9 SSP/MT e inscrita no CPF n.º 209.123.311-00, matriculada sob o n.º 25279, efetiva no cargo de Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, Classe B, Nível 05, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 31 de agosto de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 154/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***ISABEL CRISTINA PEREIRA BORGES****".*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2021.04.32979P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º e §13 do art. 12 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autorizou a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **ISABEL CRISTINA PEREIRA BORGES**,brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0603535-3 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.° 441.990. 901-34, servidora efetiva no cargo de Professoral a IV, Classe C, Nível 10, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 20023 – 2ª Cadeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

KalilSaratBaracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 087/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***TANIA DE SOUSA ANDRANDE****".*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022.04.33135P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que **Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências,** c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **TANIA DE SOUSA ANDRADE,** brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 1262964-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.° 237.997.302-49, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe C, Nível 07, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 44599 – **2ª cadeira**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 23 de agosto de 2022

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.119/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.**BENEDITA ENIL DA VEIGA"***

APresidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022.04.33157Pe;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçãoa**Sra**.**BENEDITA ENIL DA VEIGA**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º0067558-0 SESP/MTe inscrita no CPF n.°177. 231.751-91,matriculada sob o n.º5553,efetiva no cargo deSupervisor Escolar, Classe B, Nível 10, 50horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT,13 de setembrode 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

KalilSarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 46/2022

PROC. ADM. Nº 801636/2022

O Município de Várzea, por intermédio **Fundo Municipal de Saúde,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.364.895/0001-60 neste ato sendo representado pelo Secretário Interino **Gonçalo Aparecido de Barros**, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, para **REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA,** modo de disputa **"ABERTO"** com critério de julgamento **MENOR PREÇOPOR LOTE**, através de Pregoeiro Oficial designado pela Portaria nº. 25/2022, conforme descrição contida no **Edital Nº. 46/2022** e seus Anexos.O objeto da presente licitação é Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cessão de uso, não exclusivo, de software integrado (lotes) para a gestão em saúde pública, com licenças ilimitadas de usuários, que permitam a execução e controle das atividades operacionais de saúde pública, exercidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Incluindo na licença de uso dos mesmos, a prestação de serviços técnicos de implantação dos sistemas (com conversão de dados), treinamento de usuários, suporte técnico e manutenção, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.A realização está prevista para o **dia 30 de setembro de 2022**, às **10h00min** (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Saúde, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 13h às 17h, sito à Avenida da FEB, nº 2138, Bairro: Manga, Várzea Grande-MT, **Fone: (65) 3632-1500**, gratuitamente a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou em download nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande – MT, 14 de setembro de 2022.**Gonçalo Aparecido de Barros / Secretário Municipal de Saúde /SMSVG**

ADESÃO Nº 39/2022

Processo n.º831547/2022. Objeto:ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2022 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2021 DA CODER - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, para atender as unidades escolares pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande/MT, conforme condições e quantitativos previstos neste Termo de Referência 47/2022.Os itens pleiteados:(01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60,61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95,96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139), que totalizam o valor total **R$ 961.842.70** (novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), cuja empresa proponente é **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI,** inscrita no CNPJ n.º 29. 516.527/0001-55,o prazo de vigência vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT13 de setembro de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA N.º 122/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **TANIA DE SOUSA ANDRANDE**".*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022. 04.33094P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que **Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências,** c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **TANIA DE SOUSA ANDRADE**,brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 1262964-2 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.° 237.997.302-49, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe C, Nível 08, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 44600 – **1ª cadeira**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 23 de agosto de 2022

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 143/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a Sra. ***MARLENE DA SILVA DOS SANTOS****."*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.02.33153P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 12, inciso III, alínea b, cumulado com o artigo 21, ambos da Lei Complementar Municipal nº 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, c/c Lei Complementar n.º 4. 014/2014, que dispõe sobre a criação da carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social, c/c o art. 04 da Lei Complementar n.º 4.864/2021, que autorizou a recomposição salarial aprovou as tabelas salariais dos Profissionais do Desenvolvimento, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade a **Sra. MARLENE DA SILVA DOS SANTOS**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n.º 0305693-7 SESP/MT e inscrita no CPF n.º275.204. 471-20, matriculada sob o n.º 34721, efetiva no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Auxiliar de Serviços Gerais, Classe A, Nível 07, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 22 de agosto de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 38/2022

PROCESSO ADM. Nº 821189/2022. OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa capacitada para prestação de serviços ininterruptos de translado de pacientes em uti móvel para atendimento do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande - MT. O certame foi ADJUDICADO E HOMOLOGADO em 09/09/2022, sagrando vencedora a EMPRESA REGISTRADA: A. DELGADO SOLUÇOES LTDA, CNPJ 08.248.062/ 0001-29, vencedora do lote único com o total de R$ 1.509.990,00 (um milhão quinhentos e nove mil novecentos e noventa reais). O presente documento está disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 09 de setembro de 2022. Gonçalo Aparecido de Barros - Secretário Municipal de Saúde/SMSVG.

PORTARIA N.º 130/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.****CARLA REGINA SOARES CAMPOS****".*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33129P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º e §13 do art. 12 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra.**CARLA REGINA SOARES CAMPOS**,brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 04545320 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 513.396. 501-00, servidora efetiva no cargo de Professora V a VIII, Classe "B", Nível "10", 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 6654 – 1ª cadeira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 146/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.****AURISTELA SODRÉ****".*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2021.04.33067P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3ºdo art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que **Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências,** c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra.**AURISTELA SODRÉ**,brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0783657080 SSP/BAe inscrita no CPF sob o n.º 872.957.175-87, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe "C", Nível "07", 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 5186.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 25 de agosto de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168 PREGÃO ELETRÔNICO N°38/2022

PROC. ADMIN. N° 821189/2022

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa capacitada para **prestação de serviços ininterruptos de translado de pacientes em uti móvel** para atendimento do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande - MT.

Validade: 12(doze) meses.

ÓRGÃO REGISTRANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 11.364.895/0001-60, sito à Avenida FEB, nº 2.138, Bairro Ponte Nova- Município de Várzea Grande – MT.

EMPRESA REGISTRADA: A. DELGADO SOLUÇOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 08.248.062/0001-29, situada na Rua Batista das Neves, 558, Bairro Centro Norte, CEP 78005-190, Tangará da Serra – MT, Telefone (65) 3359-4352/ 3359-6342 /99978-5815, endereço eletrônico:comercial@taiamaemergenciasmedicas.com.br, sendo representada neste ato pelo(a) Senhor(a) ADRIANA DELGADO, inscrito no CPF 572. 068.991-53.

LOTE ÚNICO					
ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	**MARCA**	**UNID**	**QTD ANUAL**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
REMOÇÃO AVANÇADO EM AMBULÂNCIA (MÉDICO / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / CONDUTOR) – **IDA E VOLTA.**	PRÓPRIA	SV	600	R$ 896,89	R$ 538. 134,00
REMOÇÃO AVANÇADO EM AMBULÂNCIA (MÉDICO / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / CONDUTOR) – **IDA OU VOLTA.**	PRÓPRIA	SV	960	R$ 775,85	R$ 744. 816,00
REMOÇÃO AVANÇADO EM AMBULÂNCIA (MÉDICO / TÉCNICO DE ENFERMAGEM / CONDUTOR) – **IDA OU VOLTA. – INTERMUNICIPAL NO ESTADO DE MT**	PRÓPRIA	QR	24.000	R$ 9,46	R$ 227. 040,00
TOTAL: R$ 1.509.990,00 (UM MILHÃO QUINHENTOS E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS)					

Várzea Grande – MT,09 de setembro de 2022.

CONTRATANTE:

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

A. DELGADO SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 08.248.062/0001-29

PORTARIA Nº 976/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
134910	ALTAMIRO PEREIRA DE OLIVEIRA	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30. 09.2022 (30 dias)
146384	EMANUELLE NINA GOMES MOREIRA	COMISSÃO	**2021/2022**	30.08.2022 a 13. 09.2022 (15 dias)
143316	MAURICIO MAURO THOMMEN	COMISSÃO	**2021/2022**	15.09.2022 a 29. 09.2022 (15 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 983/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
12147	EDMILSON PINHEIRO SILVA	EFETIVO	**2018/2019**	09.09.2022 a 09. 09.2022 (09 dias)
143981	ELDER BORGES JACINTO	COMISSÃO	**2021/2022**	06.09.2022 a 05. 10.2022 (30 dias)
137385	MARCIEL GUELERE	EFETIVO	**2021/2022**	19.09.2022 a 23. 09.2022 (05 dias)
137385	MARCIEL GUELERE	EFETIVO	**2020/2021**	12.09.2022 a 16. 09.2022 (05 dias)
86892	RODRIGO DUARTE MONTEIRO	EFETIVO	**2018/2019**	06.09.2022 a 30. 09.2022 (25 dias)
43893	SOLANGE CHRISTINE ARRUDA FAVA	EFETIVO	**2013/2014**	21.11.2022 a 30. 11.2022 (10 dias)
43893	SOLANGE CHRISTINE ARRUDA FAVA	EFETIVO	**2017/2018**	03.10.2022 (01 dias)
43893	SOLANGE CHRISTINE ARRUDA FAVA	EFETIVO	**2018/2019**	04.10.2022 a 09. 10.2022 (06 dias)
43893	SOLANGE CHRISTINE ARRUDA FAVA	EFETIVO	**2019/2020**	19.12.2022 a 17. 01.2023 (30 dias)

43893	SOLANGE CHRISTINE ARRUDA FAVA	EFETIVO	**2020/2021**	01.09.2022 a 09.09.2022 (09 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário	
Processo:	CMRF/VG nº 102 sendo este composto por 5 volumes, Gespros nºs 713.363/21; 713.454/21; 772.007/21; 750.088/21; 746.782/21
Assunto:	Auto de infração e imposição de multa n° 2508/2021 - ISSQN
Recorrente:	Selprom Tecnologia Ltda
Relator:	Conselheiro designado Jomas Fulgêncio de Lima Junior

EMENTA

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN –SERVIÇO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO ONDE SE REALIZOU O SERVIÇO -CANCELAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO.

A Lei e a jurisprudência pátria se alinham ao entendimento de que o recolhimento de ISS deve ocorrer no local em que aconteceu a obra, para serviços de engenharia.

O serviço de manutenção, deve ser considerado, como corolário do serviço contratado, uma das etapas, dentre tantas da universalidade da obra.

Verifica-se que a prestação contratada ocorreu no parque semafórico e na central de controle de tráfego no Município de Cuiabá.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário interposto por Selprom Tecnologia Ltda, no qual a recorrente objetiva a anulação do auto de infração e imposição de multa nº. 2508/2021, no valor de R$ 1.209.791,95 (um milhão duzentos e nove mil setecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos).

Inicialmente foi proferido o voto pela Conselheira Relatora Josivania Franca Santos, nos seguintes termos:

Trata- se processo de Recurso Voluntário referente à Impugnação de Auto de Infração e Imposição de Multa em face da empresa Selpron Tecnologia LTDA, sediada no município de Várzea Grande/MT e que presta serviços a outras municipalidades. O fisco municipal expediu o Auto de Infração e Imposição de Multa nº 2.508/2021 em face a empresa Selpron Tecnologia visto que, há divergências na emissão de notas fiscais, as descrições dos serviços realizados não correspondem ao item da lista de serviço pelo ISSqn prevista na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. O período analisado foi de 01/01/2018 a 31/12/2020.

De acordo com o Auto de Infração nº 2.508/2021 o item da lista anexa a Lei Complementar 116/2003, informado pelo contribuinte, em todas as notas fiscais, foi o item 7.02, que refere-se, ***a obras de construção civil*** *e cujo ISSqn deve ser recolhido no município onde a obra esta localizada (art. 3º Lei 116/2003).*

Contudo as atividades descritas nos históricos das notas fiscais emitidas referem-se, ***a atividades de manutenção de equipamentos, implantação de sistema de gerenciamento e monitoramento de rede elétrica predial e equipamentos, assistência técnica, e outros.***

Atividades estas, que estão claramente previstas nos itens 14.01, 14.02 e 14.06 da lista de serviços tributados pelo ISSqn, e cujo tributo deve ser pago no município, onde a empresa esteja sediada, independentemente do local em que o serviço seja prestado, isto é, estas atividades não fazem parte das exceções previstas no art. 3º da LC 116/2003.

De acordo com o fisco de Várzea Grande, o contribuinte vinculou indevidamente atividades que não são de construção civil ao item 7.02 da lista de serviço.

A empresa Selpron foi devidamente notificada e aberto prazo para apresentar impugnação ao Auto de Infração. Em sua impugnação a empresa alega que “presta serviço para o município de Cuiabá e que possui uma unidade econômica (um estabelecimento da empresa) funcionando dentro das dependências da secretaria municipal de Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Cuiabá, por manter pessoal técnico habilitado no local da prestação do serviço, e assim o ISS referente a estas atividades seriam realmente devido ao município de Cuiabá”.

A empresa também alega que “dos serviços prestados à Secretaria de Mobilidade Urbana de Cuiabá/MT, através da subcontratação regida pelo Termo de Anuência 01/2018 que fazem parte do Contrato 258/2018 é claro tratar-se de obra de engenharia, que basta a analisar o objeto do contrato”.

A empresa Selpron Tecnologia juntou aos autos dois contratos de prestação de serviço com a Prefeitura de Cuiabá, onde consta como objeto dos contratos as seguintes informações:

Contrato 367/2018: Do Objeto- Contratação de empresa especializada para Implantação de Painel Contador Regressivo, Serviços de Suporte Técnico, Conectividade e Manutenção na Central de Controle de Tráfego, Sistema de Energia Reserva e Monitoramento para Controladores de Tráfego e Manutenção do Parque Semafórico no município de Cuiabá.

Contrato 258/2017: Do Objeto- O objeto do presente contrato é, contratação de empresa especializada para aquisição e implantação de sistema inteligente de temporização e controle remoto de priorização transporte público e tráfego para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

O órgão lançador do Auto de Infração se manifestou por manter os lançamentos após ter ciência da impugnação da autuada. Sendo remetido os autos para julgamento de 1ª instancia, que por sua vez converteu o julgamento em diligência para melhor formar seu convencimento quanto ao feito. Solicitou novas informações junto a empresa Selpron Tecnologia: Quais sejam;

a) Custo de mão de Obra Individualizada;

b) Contratos de trabalhos dos funcionários que atuam na SEMOB/CUIABÁ;

c) Informar o local da oficina exigida no contrato 367//2018;

d) Informar o supervisor técnico, exigência em contrato;

e) Informar o local do laboratório, exigência m contrato;

f) Relatório de chamadas das demandas;

g) Relatório de visita do engenheiro responsável na SEMOB;

h) Registro de Presença dos funcionários na SEMOB;

Após as informações prestadas pela autuada, o julgador de 1ª instância ainda solicita informações sobre uma possível visita in loco a SEMOB/CUIABÁ realizada por auditores fiscais desta municipalidade e remete os autos novamente para o órgão lançador, para ciência do mesmo, referente as indagações que foram feitas à empresa Selpron Tecnologia.

Que novamente se manifestou por manter o Auto de Infração, e alega que após a visita informal in loco na SEMOB/CUIABÁ só reforçou ainda mais o erro por parte da empresa na emissão das notas fiscais.

Após todo o cuidado do julgador de 1ª instância em buscar informações a cerca do caso, e analisar cuidadosamente a documentação que consta nos autos, notificação, contratos, fotos, ARTs, planilhas, impugnação, defesas e contraditórios, relatório de visita in loco. No dia 03 de novembro de 2020 o julgador de 1ª instância entendeu pela manutenção do Auto de Infração 2.508/2021 em sua integralidade.

É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

A impugnação do Auto de Infração se originou com base na divergência de qual seria o local correto para recolher o tributo de ISSqn, se no município de Cuiabá onde ocorre a prestação do serviço ou se em Várzea Grande onde se localiza a sede da empresa autuada.

A Lei Complementar 116/2003 regula onde será devido o tributo com base no tipo de serviço prestado. A empresa autuada alega que os serviços prestados ao município de Cuiabá, os quais foram notificados pelo fisco de Várzea Grande se enquadram no item 7.02 da lista anexa da referida lei - onde disciplina que:

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de ***obras de construção civil****, hidráulica ou* ***elétrica*** *e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*

Já o fisco de Várzea Grande entende que os serviços, hora prestados se enquadra nos itens: 14.01, 14.02, 14.03 e 14.06, da mesma lista anexa, onde dispõe que:

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, ***manutenção e conservação*** *de máquinas, veículos,* ***aparelhos, equipamentos****, motores, elevadores* ***ou de qualquer objeto*** *(exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).*

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.06 – ***Instalação e montagem de aparelhos****, máquinas* ***e equipamentos****, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.*

Nos autos se encontram dois pontos controvertidos para que se definam onde é o domicilio tributário correto do presente caso, quais sejam, as duas alegações que a empresa autuada apresenta como justificativa para que o tributo seja recolhido no município de Cuiabá.

1. Da alegação que os serviços prestados pela Selpron Tecnologia são obras de Construção Civil e Engenharia Elétrica.

Os contratos de prestação de serviço entre a empresa Selpron Tecnologia e o município de Cuiabá apresentam os serviços separados por itens, conforme demonstrado abaixo;

Na tabela acima retirada do contrato 367/2018 entre a empresa autuada e o município de Cuiabá, pode constatar-se que existem os serviços de: Implantação, Suporte Técnico, Sistema de Supervisão e Energia e Manutenção.

De fato existe o serviço de Implantação que poderia ser caracterizado como Serviço de Engenharia Elétrica. Todavia o valor total do contrato ultrapassa a casa dos R$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões) de reais, e o serviço de Implantação não chega nem ao valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil) reais, ou seja, estamos falando de um contrato que possui mais de 80% (oitenta por cento) do seu quantitativo destinado a Suporte Técnico, Sistema de Supervisão e Energia e Manutenção Integrada.

Desta forma não há o que se falar em contrato de Obras de Construção Civil ou Engenharia Elétrica, visto que não é o principal serviço do contrato, mas sim uma pequena parte dele.

Ressalta-se também que a implantação dos equipamentos de sinalização pública ocorre uma única vez até atingir o quantitativo contratado. No entanto, o contrato não finaliza após as instalações das sinalizações públicas (semáforos), mas sim da continuidade aos serviços de manutenções de forma contínua, a empresa emite nota mensal dos serviços prestados, e o contrato pode ser renovado aditivado e durar anos, com a preponderância de manutenção da sinalização.

Nesse sentido, o fisco de Várzea Grande esta correto em enquadrar a prestação de serviço da empresa Selpron Tecnologia nos itens 14.01, 14. 02, 14.03 e 14,06 da lista anexa à lei complementar nº 116/2003.

2. Da alegação que a empresa Selpron conta com uma unidade autônoma ou profissional, conforme art. 4º da Lei 116/2003.

A empresa Selpron alega também que, por contar com uma unidade autônoma na SEMOB/CUIABÁ é justificativa para que o ISSqn seja recolhido lá em Cuiabá. O fisco de Várzea Grande fez visita in loco, conforme relatório anexo nos autos, para verificar a suposta unidade autônoma de funcionamento.

Destaca que para a existência de estabelecimento prestador que figure como unidade econômica ou profissional é indicada pela conjunção, total ou parcial, dos elementos a seguir:

Manutenção de pessoal, material, máquinas, instrumentos e equipamentos próprios ou de terceiros necessários à execução dos serviços; Estrutura organizacional ou administrativa; Inscrição nos órgãos previdenciários; Indicação como domicílio fiscal para efeito de outros tributos; Permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de atividade de prestação de serviços, exteriorizada, inclusive, por meio da indicação do endereço em impressos, formulários, correspondências, site na internet, propaganda ou publicidade, contratos, contas de telefone, contas de fornecimento de energia elétrica, água ou gás, em nome do prestador, seu representante ou preposto. Além disso, para sua identificação pode-se levar em conta diversos fatores que, isolados ou conjugadamente, auxiliam a caracterizar a existência de um estabelecimento, tais como: Cartões de visita; O site na internet; As contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica e de água; A manutenção de pessoal e equipamento necessário à execução dos serviços; as eventuais inscrições em outros órgãos públicos; Os anúncios e propagandas, entre outros.

De acordo com o relatório apresentado foi detectado a presença de dois funcionários da autuada e computadores em uma sala dentro da SEMOB/CUIABÁ, o secretário da pasta que recebeu os auditores na visita, informou que a unidade da empresa Selpron no local se resume a cumprir cláusula contratual, que em suma resume-se em fornecer suporte técnico de equipamentos e serviços. Apresentou aos visitantes uma sala no interior de suas dependências identificada como CCTI (Central de Controle de Trafego Integrada), na qual estavam duas pessoas trabalhando no monitoramento das vias públicas através de imagens em tempo real.

Não foi constatada nenhuma estrutura organizacional ou administrativa e tampouco exploração econômica de atividade, o relatório informa que não foi localizado nada mais da empresa Selpron no local e nem nos arredores, como veículos da empresa ou algum equipamento.

Após a visita in loco a empresa autuada foi questionada pelo julgador de 1ª instancia, quanto a existência de registro da assiduidade dos funcionários no local e relatório de visita do Engenheiro Responsável, bem como oficina e laboratório próprio da empresa Selpron.

Em resposta, a empresa Selpron informou que ***não possui registro de ponto dos funcionários no local****, que trabalham por escala de sobreaviso e que* ***não possui relatório de visitas do Engenheiro responsável****, por não ser exigência da SEMOB e quanto* ***à oficina e laboratório, não possuem****, informou que os consertos e reparos são feitos no local onde necessitar o reparo, ou seja, nos cruzamentos onde estão as instalações das sinalizações públicas,* ***o relatório GFIP de registro dos funcionários, que foi apresentado é de Várzea Grande.***

Apesar de todas as indagações feitas para a empresa Selpron, a mesma não apresentou nem uma outra prova, que venha corroborar com a sua tese de que possui unidade autônoma. São diversos requisitos que podem configurar a unidade autônoma, como foi descrito a cima, todavia o que

a empresa Selpron apresentou foi, sua tese defesa, uma sala na SEMOB com dois funcionários que acompanhavam as imagens do trânsito em tempo real através de computadores.

Diante do relato da visita in loco, e das informações prestadas pela própria empresa, fica claro que a mesma não possui uma unidade autônoma de prestação de serviço, mas sim um apoio técnico por exigência contratual entre a empresa Selpron e o município de Cuiabá, ou seja, seus argumentos se tornam vazios, visto que não foi apresentada maiores provas do alegado.

Destaca que foi oportunizado a empresa a demonstrar por várias formas a efetiva unidade autônoma que a mesma alega, todavia as respostas foram negativas aos questionamentos feito pelo julgador de 1ª instância.

Diante da análise documental que consta nos autos, a par das disposições elencadas pela Lei Complementar nº 116/2003 e todas as informações muito bem detalhadas e debatidas é que CONHEÇO DO RECURSO MAS NEGO-LHE PROVIMENTO. Mantendo de forma integral a decisão de 1ª Instância.

VOTO DIVERGENTE VENCEDOR

Dada a similitude da natureza jurídica deste caso com os recursos CMRF 96 e 100, cujo voto divergente por mim apresentado foi seguido pela maioria deste Conselho, mantive o mesmo posicionamento, com as seguintes razões de decidir.

O caso em tela discute a incidência de ISS sobre o serviço de engenharia, mais precisamente quanto ao local de recolhimento do tributo. Se no local da sede da empresa ou se no local da prestação do serviço.

Tem-se que a empresa Recorrente Selprom firmou dois contratos com a Prefeitura de Cuiabá, onde consta como objeto as seguintes informações:

Contrato 367/2018: Do Objeto- Contratação de empresa especializada para Implantação de Painel Contador Regressivo, Serviços de Suporte Técnico, Conectividade e Manutenção na Central de Controle de Tráfego, Sistema de Energia Reserva e Monitoramento para Controladores de Tráfego e Manutenção do Parque Semafórico no município de Cuiabá.

Contrato 258/2017: Do Objeto- O objeto do presente contrato é, contratação de empresa especializada para aquisição e implantação de sistema inteligente de temporização e controle remoto de priorização transporte público e tráfego para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

Passa-se a análise de cada um dos contratos e respectivas notas fiscais emitidas, para melhor elucidação da questão.

DO CONTRATO 367/2018

Como descrito no mencionado contrato, tem-se como objeto a *"Contratação de empresa especializada para Implantação de Painel Contador Regressivo, Serviços de Suporte Técnico, Conectividade e Manutenção na Central de Controle de Tráfego, Sistema de Energia Reserva e Monitoramento para Controladores de Tráfego e Manutenção do Parque Semafórico no município de Cuiabá"*.

Em seguida, o instrumento contratual traz os quantitativos dos objetos licitados, quais sejam:

Objetivamente, o contrato cima possuem 02 (dois) lotes complementares.

Pois bem, como regra geral o recolhimento do ISS ocorre no local do estabelecimento do prestador de serviço. No entanto, a exceção aplica-se no caso da execução, acompanhamento e fiscalização de obra de engenharia, quando o município competente será o do local da prestação do serviço.

Nesse sentido, é o que aponta a exegese do artigo 3.º da Lei Complementar 116/2003, que traz a regra geral do local da incidência do ISS.

Segundo o referido artigo, deve-se enquadrar o serviço de engenharia como situação excepcional, por estar descrita no inciso III, enquadrando-se no subitem 7.02 da Lista Anexa à Lei Complementar.

Assim, o serviço de engenharia deve recolher o ISS para o município onde for prestado o serviço, que deve ser considerado o local da obra. Veja-se:

Art. 3º. **O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador** ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, **exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII,** quando o imposto será devido no local:

(...)

III. da **execução da obra**, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa:

(...)

7.02. Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.19. **Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.**

(...) (negritei).

Na mesma linha há entendimento pacificado pelo STJ no RESP nº 1.117.121/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, TEMA nº 198, de 29/10/2009, o qual dispõe que nos contratos de construção civil em que há contratação da execução integral da obra, mesmo que algumas etapas sejam realizadas fora da obra, ela deve ser considerada como uma universalidade, sendo competente para a cobrança o município do local da obra.

Colaciono a Ementa do julgado:

TRIBUTÁRIO ISS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONSTRUÇÃO CIVIL PROJETO, ASSESSORAMENTO NA LICITAÇÃO E GERENCIAMENTO DA OBRA CONTRATADA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO ONDE SE REALIZOU O SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CONTRATO ÚNICO SEM DIVISÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS 1. A competência para cobrança do ISS, sob a égide do DL 406/68 era o do local da prestação do serviço (art. 12), o que foi alterado pela LC 116/2003, quando passou a competência para o local da sede do prestador do serviço (art. 3º) 2. Em se tratando de construção civil, diferentemente, antes ou depois da lei complementar, o imposto é devido no local da construção (art.12, letra "b" do DL 406/68 e art.3º, da LC 116/2003) 3. Mesmo estabeleça o contrato diversas etapas da obra de construção, muitas das quais realizadas fora da obra e em município diverso, onde esteja a sede da prestadora, considera-se a obra como uma universalidade, sem divisão das etapas de execução para efeito de recolhimento do ISS 4. Discussão de honorários advocatícios prejudicada em razão da inversão dos ônus da sucumbência 5. Recurso Especial conhecido e provido 6. Recurso especial decidido sob o rito do art. 543-C do CPC. Adoção das providências previstas no § 7º do art. 543-C do CPC e nos arts. 5º, II e 6º da Resolução STJ nº 8/2008. (Recurso Especial nº 1.117.121/SP; Relª. Minª. Eliana Calmon; Órgão Julgador: S1 - PRIMEIRA SEÇÃO; Data do Julgamento: 14/10/2.009; Data da Publicação/Fonte: DJe 29/10/2009).

Por fim, sobre o critério de tributação do ISSQN, o jurista e doutrinador Alexandre Marques[1], explicita as dificuldades quanto a tributação pelos subitens 7 ou 14, da Lei Complementar nº. 116/2003, vejamos:

Ainda sobre a dificuldade da classificação, diante da omissão do legislador quanto aos critérios que permitem enquadrar a operação no subitem 7.02, para ajudar na compreensão, propomos o enquadramento da atividade co-

mo construção civil se alguns elementos estiverem presentes, quais sejam:

a) os bens a serem instalados devem se agregar ao solo, de forma que sua remoção comprometa a estrutura ou provoque danos a ela;

b) deve haver um projeto; e

c) a obra deve ser acompanhada por profissional legalmente habilitado.

Caso a operação possua estas características, entendemos que a instalação do equipamento deve estar enquadrada no subitem 7.02. No entanto, caso não se verifiquem estes requisitos, a operação deverá ser classificada no subitem 14.06, desde que o tomador tenha fornecido o material.

Para exemplificar, podemos usar duas situações similares, mas que terão orientações distintas se levarmos em consideração as diretrizes aqui propostas.

Primeiramente, vamos imaginar a instalação de um sistema central de ar condicionado. Para esta atividade, os equipamentos instalados se agregam ao solo, sendo difícil sua remoção. Além disso, é necessário que haja um projeto para avaliar a estrutura, a a parte elétrica e outros aspectos do prédio onde será instalado. Por fim, deverá haver a supervisão da obra por um profissional qualificado (engenheiro).

Diferentemente, a instalação de um aparelho de ar condicionado de janela não demanda um projeto ou acompanhamento da instalação. Além disso, a sua remoção não prejudica a estrutura, não ficando este bem agregado ao imóvel de tal maneira que sua retirada provoque danos. Por estes motivos, esta operação, se realizada com equipamento fornecido pelo tomador, estará sujeita à incidência do ISS pelo enquadramento no subitem 14.06. Na hipótese de o próprio contratado fornecer o material, a operação fica sujeita ao ICMS.

Na hipótese, a Recorrente apresenta, além do contrato, a descrição dos bens a serem instalados e quantitativos, os projetos, anotação de responsabilidade técnica indicando profissional responsável pela obra (fls. 52/65 – GESPRO 750088/21), que demonstram ser o serviço prestado, obra, acompanhamento e manutenção de engenharia elétrica.

Como se verifica das imagens constantes nas folhas 88/105, GESPRO 750088/21, os bens instalados se agregam ao solo, de tal modo que a sua remoção comprometeria a estrutura do bem e deixaria de ter qualquer funcionalidade ao sistema semafórico.

A partir das Notas Fiscais, contratos, relatórios fotográficos, relatório de ocorrências, juntados pela Recorrente ao processo, constantes nos volumes 02 e 04 (GESPRO 713454/2021 e 750088/2021) é possível constatar que houve a construção, implantação, manutenção, aferição, assistência técnica de todas as etapas da obra do "*Implantação de Painel Contador Regressivo, Serviços de Suporte Técnico, Conectividade e Manutenção na Central de Controle de Tráfego, Sistema de Energia Reserva e Monitoramento para Controladores de Tráfego e Manutenção do Parque Semafórico no município de Cuiabá*" realizadas pela empresa Recorrente.

Como sustentando no julgamento CMRF 96 e 100, o serviço de manutenção, constante do Lote 02, do contrato firmado entre a Recorrente e Prefeitura Municipal de Cuiabá, deve ser considerado como corolário do serviço contratado no Lote 01, pois é uma continuidade, é uma das etapas, dentre tantas da universalidade da obra. Dito de outro modo, a manutenção executada faz parte do escopo do contrato.

Assim, no contrato 367/2018, onde o serviço é tido como uma universalidade, entendo que as notas fiscais foram corretamente emitidas pela empresa Recorrente, enquadrando os serviços como aqueles descritos no subitem 07.02, da Lei Complementar 116/2013.

DO CONTRATO 258/2017

A condição da empresa Recorrente neste segundo contrato advém de uma subcontratação realizada pela empresa SEMEX S.A. DE C.V. em contrato que esta empresa havia firmado com a Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Ressalta-se que o fato de as notas fiscais em discussão terem origem na subcontratação, tal instrumento não altera em nada a natureza jurídica do serviço prestado, tampouco altera a condição de tributação.

Como descrito no mencionado contrato, tem-se como objeto a "*Contratação de empresa especializada para aquisição e implantação de sistema inteligente de temporização e controle remoto de priorização transporte público e tráfego para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana"*.

Em seguida, o instrumento contratual traz os quantitativos dos objetos licitados, quais sejam:

A descrição dos objetos e quantitativos do contrato deixam claro que a empresa Recorrente forneceu e instalou todos os equipamentos lá constantes.

Sobre este particular resta saber se o serviço acima, correspondente as notas fiscais emitidas a partir do contrato 258/2017, deve ser tributado pelo Município de Várzea Grande ou se pelo Município onde ocorreu o serviço.

Penso que assiste razão a Recorrente.

O auto de infração recorrido lança o tributo com fundamento no item 14.06, da Lei Complementar 116/2003, que tem a seguinte redação:

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, **exclusivamente com material por ele fornecido**. (destaquei)

Compulsando o contrato celebrado entre a Recorrente e a Prefeitura Municipal de Cuiabá, que embasou a emissão das notas fiscais, constata-se que a instalação e montagem não foi de material fornecido pelo usuário final.

Do contrário, o fornecimento e instalação das lâmpadas se deu pela Recorrente Serpron, o que atrai a incidência do item 07.02, do anexo da Lei Complementar 116/2003. Inclusive com a obrigação da Recorrente em recolher o ICMS ao Estado de MT, referente ao fornecimento dos produtos.

Logo, entendo por correta a tributação das referidas notas, tais como realizadas.

CONCLUSÃO

Assim, sem delongas e, por todo exposto, fica evidente que a Lei, a jurisprudência e a doutrina pátria se alinham ao entendimento de que o recolhimento de ISS deve ocorrer no local em que aconteceu a obra, para serviços de engenharia elétrica, bem como para instalação e montagem de produtos, quando fornecidos pelo prestador de serviço.

Pedindo vênia ao entendimento da Conselheira Relatora, entendo que o ISS, neste caso, foi recolhido de acordo com os ditames legais, opinando pelo conhecimento e provimento do recurso voluntario apresentado, declarando a nulidade do Auto de Infração n.º 00002508/2021 lavrado em 12.02.2021.

É como voto.

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR

Conselheiro

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, o Conselho Municipal de Recursos Fiscais proferiu a seguinte decisão:

Acordam os membros do colegiado, **por maioria**,**dar provimento ao recurso**interposto por Selprom Tecnologia Ltda EPP, declarando a nulidade do Auto de Infração n.º 00002508/2021 lavrado em 12.02.2021, extinguindo o crédito tributário no valor de R$ 1.209.791,95 (um milhão duzentos e nove mil setecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos)relativo ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, correção monetária, juros de mora e multa, **nos termos do voto divergente** do Conselheiro Jomas Fulgêncio de Lima Junior, acompanhado pelos Conse-

lheiros Rodrigo Yawata Chagas, Dr. Pablo Gustavo Moraes Pereira, Milva Alessandra Cavalheiro e Vando Faustino de Araújo. **Votaram pelo improvimento do recurso** os Conselheiros Srs. Maxwel Silva Alves - Presidente, Adriana Schlitter – representante da Secretaria de Gestão Fazendária, Josivania Franca Santos – Vice-Presidente e Benedito Odário Conceição e Silva - representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis-CRECI.

Várzea Grande-MT, 13 de setembrode 2022.

MAXWEL SILVA ALVES JOSIVANIA FRANCA SANTOS

Presidente Vice-Presidente

MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO ADRIANA SCHLITTER

Conselheira Conselheira

JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR RODRIGO YAWATA CHAGAS

Conselheiro Conselheiro

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA VANDO FAUSTINO DE ARAÚJO

Conselheiro Conselheiro

BENEDITO ODÁRIO CONCEIÇÃO E SILVA

Conselheiro

[1]https://focotributario.com.br/a-instalacao-de-equi... acesso em 13/07/2022.

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS

Aosdezessetedias do mês deagostodo ano de dois mil e vinte e dois, no Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, localizado no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 09hs16min, o Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, Senhor Maxwel Silva Alves, após conferir o quórum comunicou a ausência do **Conselheiro Benedito Odario Conceição e Silva** por motivos pessoais edeu início às atividades declarando aberta a 40ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais.Em seguida, foirealizada a leitura da Ata da 39ª Sessão Ordinária do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, a qual foi devidamente aprovada por todos os Conselheiros.A seguir, passou-se à apreciação da ordem do dia iniciando os julgamentos dos seguintes processos:**1 - Processo CMRF n° 102 - Selprom Tecnologia Ltda - Epp (gespro 772007/21) x Fisco Municipal – ISS – Conselheira Relatora Josivania Franca Santos;** continuando o julgamento da sessão anterior, o conselheiro Pablo Gustavo Moraes Pereira em conclusão ao seu pedido de vistas declarou voto ao parecer divergente relatado pelo conselheiro Dr. Jomas Fulgência de Lima Junior. Dando continuidade na votação, votaram a favor do voto divergente os representantes da OAB, CRC e CRA. Acompanharam o voto da relatora Josivania Franca Santos os representantes da SEGEFAZ e o presidente. O Sr. Presidente finalizou com a proclamação do resultado por 5x3 o voto divergente vencedor relatado pelo Conselheiro Dr. Jomas Fulgência de Lima Junior no sentido de anular o Auto de Infração.**2 – Processo CMRF n° 108 – Oscar AntonioLibardi (gespro 807907/22) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro Relator Maxwel Silva Alves;** o Presidente relembrou que na sessão anterior fora apresentado o voto do Relator Presidente Maxwel Silva Alves negando o recurso e o voto divergente relatado pelo conselheiro Vando Faustino de Araújo dando provimento integral ao recurso.Acompanharam o voto do Sr. Vando Faustino de Araujo os conselheiros representantes da OAB, Poder Legislativo, CRECI. Votaram pelo relatório do Conselheiro Maxwel Silva Alves os representantes do CRC, Vice-Presidente e Representante da SEGEFAZ, entretanto, o conselheiro Dr. Jomas Fulgência de Lima Junior solicitou vistas dos autos. Dito isso, passou-se a exposição do pedido de vistas do Sr. Conselheiro Dr. Jomas que votou acompanhando o relatório conselheiro Maxwel Silva Alves.O Sr. Presidente finalizou com a proclamação do resultado por 5x4 o voto vencedor relatado pelo conselheiro Maxwel no sentido de negar o recurso de forma integral.**3) Processo CMRF n° 107 - FSOT Empreendimentos Ltda (gespro 809011/22) x Fisco Municipal – ITBI – Conselheiro Relator Pablo Gustavo;**Sr. Conselheiro Relator procedeu a exposição do relatório e voto, dando conhecimento do recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito deu provimento parcial ao pedido.Em seguida passou-se a votação, acompanharam o voto os representantes da OAB, GESTÃO FAZENDARIA, CRA, entretanto a conselheira Adriana Schlitter solicitou vistas do processo.**4) - Processo CMRF n° 104 - Verdade Empreendimentos ImobiliariosLtda (gespro 801146/22) x Fisco Municipal – IPTU – Conselheiro Relator Vando Faustino de Araújo;**O Sr. Conselheiro Relator procedeu a exposição do relatório e voto, dando conhecimento do recurso interposto por preencher os pressupostos legais, e no mérito deu provimento integral ao pedido, entretanto a conselheira Milva Cavalheiro solicitou vistas do processo. Após a apreciação da ordem do dia, o Sr. Presidente mencionou que os acórdãos serão lavrados pelos Relatores ou, se vencido, pelo Conselheiro que proferiu o primeiro voto no sentido que prevaleceu até a próxima sessão de julgamento, para conferência e assinatura dos demais conselheiros, conforme cita o artigo 46 do Decreto 85/2018(Regimento Interno).Ato contínuo, o sr. Presidente informou a retirada de pauta do processo CMRF n° 105 e comunicou que será incluído na pauta da próxima sessão.Em seguida, procedeu a distribuição dos processospara a próxima sessão na seguinte ordem: **1 - Processo CMRF n° 68 - Ductievicz Incorporadora Ltda. x Fisco Municipal – IPTU – Conselheira Relatora Josivania Franca Santos;2 – Processo CMRF n° 80 – Abelha Táxi Aéreo e Manutenção Ltda. x Fisco Municipal – ISS – Conselheiro Relator Washington Luis Lopes Filho;**O sr. Presidente explicou que o processo CMRF n° 68 já fora julgado, porém faltou a análise de um loteamento que estava no grupo de imóveis objeto do recurso, deste modo deveria julgar os objetos que não foram analisados. Explicou também que em relação ao processo CMRF n° 80 dever-se-ia retroagir a etapa da análise dos embargos cancelando todos os atos subsequentes, pois foi constatado que o contribuinte não foi notificado da pauta de julgamento da sessão que votou os embargos. Após a aprovação do plenário, os processos de ns. 68 e 80 foram incluídos na pauta da próxima sessão.Ato contínuo, oSr. Presidente indagou acerca da existência de impedimento para o exercício da função de julgamento relacionado aos processos anteriormente distribuídos, não houve declaração de impedimento. Por último, foi designada para o dia 14/09/2022, às 9:00 horas, a 41ª sessão ordinária e facultada a palavra aos demais conselheiros. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 10h18min e, eu, Maxwel Silva Alves, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada pelo Pleno do Conselho Municipal de Recursos Fiscais será assinada por todos os presentes e publicada em Diário Oficial. Várzea Grande-MT, 18deagosto de 2022.

CONSELHEIRO	ASSINATURA
MAXWEL SILVA ALVES	
JOSIVANIA FRANCA SANTOS	
ADRIANA SCHLITTER	
MILVA ALESSANDRA CAVALHEIRO	
RODRIGO YAWATA CHAGAS	
JOMAS FULGÊNCIO DE LIMA JUNIOR	
THIAGO COELHO DA CUNHA	
VANDO FAUSTINO DE ARAÚJO	
PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA	

PAUTA DE JULGAMENTO DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 28/09/2022

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber que a 42ª Sessão Ordinária será realizada dia 28/09/2022, às 09h00min, na Secretaria de Gestão Fazendária, sala de reunião, com a seguinte pauta:

1 - Processo CMRF n° 68 – Ductievicz Incorporadora Ltdax Fisco Municipal – IPTU – Conselheira Relatora Josivania Franca Santos;

Nos termos da PORTARIA Nº 03/CMRF/2020:

a) o pedido de sustentação oral deverá ser encaminhado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento, o requerente e o número do seu telefone;

b) o envio de memorial poderá ser realizado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento e o requerente.

Várzea Grande; 14 de setembrode 2022.

MAXWEL SILVA ALVES

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N. 163/2022.

PARTES INTERESSADAS: **A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e de outro lado, e de outro lado, a Empresa A. L. BORBA – EPP (L P C LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 37.479.219/0001-25**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL encontra fundamentação legal no inciso XII, do artigo 78 e inciso II, do artigo 79, ambos da Lei Federal n. 8.666/93, e na Cláusula Décima Segunda – Da Rescisão Contratual n. 163/2022, originalmente celebrado, bem como nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 833162/2022. OBJETO: Considerando que a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, juntamente com a Empresa A. L. BORBA – EPP (L P C LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA), não tem interesse na continuidade do Contrato n. 163/2022, celebrado entre os partícipes, resolvem celebrar este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL ao Contrato, referente a contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais e de patologia clínica como também fornecimento de reagentes e insumos laboratoriais, vinculada á cessão gratuita de equipamentos durante vigência do contrato, estrutura física e mobiliária, rede de informática e sistema de gestão laboratorial, transporte e fornecimento de insumos para coleta de sangue nas unidades de saúde do município, isentando-se de mão de obra, atendendo as necessidades do laboratório de referência municipal de Várzea Grande e da rede Ambulatorial. DA RESCISÃO: Por força da presente RESCISÃO AMIGÁVEL, as partes dão por terminado o Termo de Contrato n. 163/2022, de que trata a Cláusula Segunda – Do Objeto, nada mais tendo que reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas, dando por encerrados os termos da avença a partir desta data. VALIDADE: Este TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL surtirá os efeitos legais, a partir do dia 02 de setembro de 2022, data de assinatura deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 02.09.2022.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

A. L. BORBA – EPP (L P C LABORATÓRIO DE PATOLOGIA CLÍNICA)

EXTRATO CONTRATO N. 265/2022

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03.507.548/0001-10, e de outro lado, Empresa STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 08.710.871/0001-00. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: *Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 21/2021, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n.132/2021, no Termo de Referência n. 17/2021 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 830217/2022. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL:* Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais). U*O: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação.FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, que designa neste ato, a servidora PAULINE FONSECA MAXIMINO, inscrita no CPF n. 812.040.001-15; e como suplente fiscal, a servidora MARYANE BEIJAMINA DA SILVA, inscrita no CPF n. 039.043.811-13. *DATA DE ASSINATURA: 26.08.2022*

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA

Secretaria De Administração

Contratante

STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI

Contratada

RATIFICAÇÃO DA ADESÃO Nº40/2022

Termo de Referência nº 37/2022 – Secretaria Municipal de Saúde - Processo nº 828174/2022

Assunto:ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 42/2022, oriunda do Pregão Presencial nº 09/2022, que tem por **objeto futura e eventual aquisição de material de consumo e produtos químicos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT**

1. Visto. **2.** Observou-se a necessidade apresentada pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande através da Secretaria de Saúde, a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 42/2022, oriunda do **Pregão Presencial** nº 09/2022, que tem por objeto**futura e eventual aquisição de material de consumo e produtos químicos.** 3. Considerando demonstrada que a contratação através da adesão à Ata de Registro de Preços nº 42/2022 do Pregão Presencial nº. 09/2022com a empresa**EDSON FURQIM ME**, inscrita no **CNPJ 17.908.249/0001-00**, constitui vantajosidade para Administração, tendo em vista, proposta registrada constar preços abaixo dos valores praticados no mercado, gerando economia para instituição, diante disto justifica-se a Adesão ao Registro de Preços do citado órgão. 4. Justificado tratar-se a adesão a Ata de Registro de Preços cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, fator que propicia segurança de que os produtos químicos adquirido atenderá a demanda da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, e um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre os preços registrados e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados, conforme Relatório de Preços. 5. Considerando se encontrar os autos do processo instruído com o fulcro na Lei 8.666/93, art. 15 e Decreto nº. 7.892/2013, art. 1º e 22, que regulamenta as adesões a Atas de Registro de Preços, nos termos e quantitativos legais registrados;

6. Considerando os item pleiteados, quais sejam **itens 01,02 e 03,** totalizando o **valor de R$9.025,00** (nove mil e vinte e cinco reais), cuja empresa proponente é **EDSON FURQUIM ME**, inscrita no **CNPJ 17.908.249/0001-00**, justificada a Adesão. **7.** Considerando a coleta de preços pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, e comprovada à vantajosidade e assim o cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a Ata de Registro de Preços encontra - se vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão, conforme fl. 62, e o Fornecedor também concordou com a pretendida adesão, conforme autorização fl. 60, portanto, atendendo os preceitos legais na Lei 8.666/93, art. 15, Decreto Federal n. 7892/2013. **8.** Considerando Parecer orçamentário, com provisão e indicação de dotação orçamentária, exarada pela Sec. Municipal de Planejamento, constante às fls. 120 dos autos. **9.** Considerando o Parecer Jurídico exarado pela douta Procuradoria Geral do Município de n. º 624/2022, às fls. 122/128 dos autos. 10. Desse modo **AUTORIZO** a **ADESÃO** a Ata de Registro de Preços nº 42**/2022**, oriunda do **Pregão Presencial** nº 09/2022, conforme condições e quantitativos previstos no Termo de Referência n. º 37/20221, com prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início no ato da assinatura do Termo de Contrato. 11. Publique-se e cumpra-se. 12. Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 14 de setembro de 2022.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde.

Várzea Grande/MT

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃON. 51/2022

Projeto Básico nº12/2022 – Secretaria Municipal de Saúde - Processo nº 820618/2022

.

1- **Tendo em vista a necessidade apresentada pela** Secretaria Municipal de Saúde**, na realização da**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA **LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO COMERCIAL**, DESTINADO ÚNICO E EXCLUSIVAMENTE PARA ALOJAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDEDO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE 2- Trata-se de procedimento administrativo de dispensa de licitação, para locação de imóvel comercial com área o terreno de 384 m² com 242,29 m² de área construída aproximadamente, localizado na Rua Manoel Vargas, nº27, Bairro Cristo Rei – Várzea Grande – MT**, em nome do Senhor JOSEFA BORGES HAZAMA onde funcionará o Conselho Municipal de Saúde.**

3- *O direito à saúde, como direito social, previsto nos art. 6º, 196 e 197 da Constituição da república de 1988, erigido como direito fundamental, requer a intervenção direta e positiva do Estado, mediante políticas públicas que assegurem o acesso da população aos serviços de saúde, como forma de promoção, proteção, recuperação e dignidade da pessoa humana. somado a isso, os arts. 196 e 197 do mesmo diploma legal dispõem.*

4- A locação do imóvel se fundamenta no art. 24, X, da lei 8.666/93, vejamos:*(...) X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha desde que o preço seja compatível com o valor de mercado segundo avaliação prévia (Redação dada pela Lei n° 8.883 de 1994)".* 5- Desta feita, resta comprovada através dos laudos imobiliários e avaliação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação a vantajosidade, tornando-se imprescindível a referida locação. 6- **Da Ratificação**: Havendo o parecer n°590/2022favorável por parte da Procuradoria Municipal às fls. 69/75e cumpridos os requisitos do art. 24, X da Lei Federal nº 8.666/1.993 e,**RATIFICO** o **Ato de Dispensa de Licitação nº 51/2022**, **emitido pela Secretaria Municipal de Saúde,** PARA **LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO COMERCIAL**, DESTINADO ÚNICO E EXCLUSIVAMENTE PARA ALOJAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDEDO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**,** supracitado, em nome de **JOSEFA BORGES HAZAMA**, portador do **CPF** sob o nº **453.713.001-63**, com o valor estimado a importância de **R$ 48.000,00** (quarenta e oito mil reais). 7- O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato. 8- Publique-se e cumpra-se. 9- Várzea Grande, 05 desetembro de 2022.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 039/2022 – SMVO/VG

"Dispõe sobre a nomeação de fiscal do contrato n° 161/2022, decorrente da Adesão na Ata de Registro de Preço nº 043/2021, do edital Pregão Presencial nº 43/2021 – da Prefeitura do Município de Brasnorte - MT, empresa PROCONSULT PROJETOS E CONSULTORIA LTDA"

O Secretário Municipal de Viação e Obras, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1° DESIGNAR os servidores, o Engenheiro Civil Srº **FELIPE AUGUSTO TEZOLIN** ea Engenheira Civil Srª **SUSAN KAREN BOTELHO MORAES,** como fiscais do contrato n° 161/2022 em conformidade com a cláusula oitava do controle e fiscalização de execução – Item 8.1 designação dos servidores.

Art. 2º A designação do fiscal terá efeito desde a assinatura do contrato.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de setembro de 2022.

Luiz Celso Morais de Oliveira
Secretário Municipal de Viação e Obras

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 127, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a relação nominal dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde em gozo regulamentar de férias."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares,de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde abaixo relacionados:

LOTAÇÃO: CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
142072	ISAC ABRÃO NASSARDEN	COMISSÃO	GERENTE – DNS 06	**2021/2022**	03/10/2022 À 01/11/2022

					(30 DIAS)
LOTAÇÃO: CENTRO ODONTOLÓGICO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
130220	ETIENNY DA SILVA ARRUDA	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2020/2021**	01/09/2022 À 20/09/2022 (20 DIAS)
31478	MARGARIDA MARIA SANTOS BARBOSA	EFETIVO	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	**2020/2021**	03/10/2022 À 17/10/2022 (15 DIAS)
25761	JUSSARA MACHADO PEREIRA	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2020/2021**	03/10/2022 À 01/11/2022 (30 DIAS)
133014	APARECIDA BENEDITA DA SILVA	EFETIVO	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	**2021/2022**	03/10/2022 À 01/11/2022 (30 DIAS)
87265	ADILZA DA SILVA CARVALHO	EFETIVO	TÉCNICA EM SAÚDE BUCAL	**2020/2021**	04/10/2022 À 02/11/2022 (30 DIAS)
132841	VÂNIA LUIZA OLIVEIRA DOURADO	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2020/2021**	06/10/2022 À 20/10/2022 (15 DIAS)
132847	HEVELIN CRISTINA FERRAZ BORGES ALVES	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2021/2022**	13/10/2022 À 22/10/2022 (10 DIAS)
28843	LUCILEIA PAZ GONÇALVES CUNHA	EFETIVO	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	**2021/2022**	14/10/2022 À 12/11/2022 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: CLÍNICA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA PARQUE DO LAGO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
26608	LAURA ELENA FIGUEIREDO GUIMARÃES	EFETIVO	NUTRICIONISTA	**2021/2022**	14/09/2022 À 13/10/2022 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: MATERNIDADE DR. FRANCISCO LUSTOSA DE FIGUEIREDO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
141150	JULIANA MARIA SILVA DE PAULA SANTOS	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	01/10/2022 À 30/10/2022 (30 DIAS)
132361	LETÍCIA NAYARA DA SILVA CAMPOS	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2021/2022**	14/10/2022 À 28/10/2022 (15 DIAS)
LOTAÇÃO: NÍVEL CENTRAL					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
134960	ERICKA WALLESKA SANTANA DA CRUZ	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2020/2021**	09/09/2022 À 09/09/2022 (01 DIA)
137482	PRISCILLA DE SOUZA SILVA	EFETIVO	GESTORA PÚBLICA	**2020/2021**	22/09/2022 À 23/09/2022 (02 DIAS)
137482	PRISCILLA DE SOUZA SILVA	EFETIVO	GESTORA PÚBLICA	**2020/2021**	03/10/2022 À 07/10/2022 (05 DIAS)
141177	LETÍCIA ROSA ANDRADE	EFETIVO	MÉDICA	**2021/2022**	11/09/2022 À 30/09/2022 (20 DIAS)
143109	MARIZA KALIX DE MIRANDA	COMISSÃO	COORDENADORA– DNS 04	**2021/2022**	12/09/2022 À 16/09/2022 (05 DIAS)
LOTAÇÃO: PRONTO SOCORRO					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
84365	JOSÉ DIAS RESENDE JÚNIOR	EFETIVO	MÉDICO	**2017/2018**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
96330	PAULO ROBERTO VIEIRA DE FIGUEIREDO	EFETIVO	MÉDICO	**2017/2018**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
92095	LUCILA ARES DA SILVA	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2018/2019**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
38033	OSVALDECIR DA SILVA PINTO	EFETIVO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	**2019/2020**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
137561	LUIZ FERNANDO GALESSO SEROR	EFETIVO	MÉDICO	**2019/2020**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
134995	ISMAEL CARVALHO WISNIESKI	EFETIVO	MÉDICO	**2019/2020**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
92097	MARIA EMILIA MATEUS DA SILVA	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2019/2020**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
130140	ADILSON RIBEIRO DA SILVA	EFETIVO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)

141130	DIEGO REYNALDO PADILLA GRAGEDA	EFETIVO	MÉDICO	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
137470	DOUGLAS DOLCE DOMINGUES	EFETIVO	MÉDICO	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
130133	ELAINE SOUZA MAGALHÃES	EFETIVO	TÉCNICA EM LABORATÓRIO	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
132952	IVONE SANTANA DA SILVA	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
31442	MARGARETH MENDONÇA CORDEIRO	EFETIVO	MÉDICA	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
82347	CRISTYANE APARECIDA COSTA BAEZ	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
132915	DJALMA VIEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR	EFETIVO	ENFERMEIRO	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
134948	ELIANE MARIA DE ARRUDA PINTO	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
141565	EMERSON MENDES MARTINS	EFETIVO	ENFERMEIRO	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
141548	GLAUCIA SIDNEIA MEDINA BELJAK	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
132975	ITALA CARVALHO FRAGA PINTO	EFETIVO	ENFERMEIRA	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
95149	VALDINEIA BARBOSA DE CARVALHO	EFETIVO	TÉCNICA EM ENFERMAGEM	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
141181	MICHELLE GLASER JAKOBI	EFETIVO	MÉDICO	**2020/2021**	14/09/2022 À 29/09/2022 (16 DIAS)
84995	LUCIANO COLOGNESE	EFETIVO	MÉDICO	**2018/2019**	15/09/2022 À 24/09/2022 (10 DIAS)
132919	RYULER VINICIUS DE SOUZA	EFETIVO	FISIOTERAPEUTA	**2020/2021**	01/10/2022 À 30/10/2022 (30 DIAS)
46566	VERA LÚCIA LEITE	EFETIVO	AGENTE ADMINISTRATIVA	**2021/2022**	02/10/2022 À 31/10/2022 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA ÁGUA VERMELHA					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
10721	DILMA RIZALDE	EFETIVO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**2021/2022**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
20760	IZANIL MARIA DE FREITAS	EFETIVO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	**2021/2022**	03/10/2022 À 01/11/2022 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UNIDADE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SÃO MATHEUS					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
101063	DEVANIR DE AGUIAR SILVA	EFETIVO	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE	**2020/2021**	01/09/2022 À 30/09/2022 (30 DIAS)
LOTAÇÃO: UPA IPASE					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
141049	RAFAEL CORREA DA COSTA	EFETIVO	MÉDICO	**2020/2021**	01/09/2022 À 15/09/2022 (15 DIAS)
141475	LARISSA CRISTHIANE OLIVEIRA RONDON	EFETIVO	MÉDICA	**2020/2021**	04/09/2022 À 18/09/2022 (15 DIAS)
35076	MAURA DA COSTA BARBOSA	EFETIVO	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	**2021/2022**	01/10/2022 À 30/10/2022 (30 DIAS)
44988	TEREZINHA BERTOLI RICCI BIANCHINI	EFETIVO	ODONTÓLOGA	**2019/2020**	17/10/2022 À 31/10/2022 (15 DIAS)
LOTAÇÃO: SAE/CTA					
MAT.	**NOME DO (A) SERVIDOR (A)**	**VÍNCULO**	**CARGO**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**PERÍODO DE GOZO**
16767	FRANCISCA APARECIDA DE AQUINO PEREIRA	EFETIVO	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	**2019/2020**	05/09/2022 À 04/10/2022 (30 DIAS)

Várzea Grande, 12 de setembro de 2022.

Gonçalo Aparecido de Barros

Secretário de Saúde SMS/VG

ATO Nº390/2022

KALIL SARAT BARACATDE ARRUDA, PrefeitoMunicipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº144056/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Sergio Mesquita de Ávila Neto matricula nº 130083do cargo em Concurso de Agente de Saúde Municipal,da Secretaria Municipal de Saúdecom efeito retroativo,a partir de 14de setembrode 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13desetembrode 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 155/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***SONIA MARIA SIMOES MONTEIRO****."*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33208P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", c/c Lei Complementar n.º3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c art. 2º da Lei 4.864/2021, que alterou as tabelas salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. **SONIA MARIA SIMOES MONTEIRO**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG n.º 226946 SSP/MT e inscrita no CPF n.º 206.387.441-72, efetiva no cargo de Profissional de Nível Superior do SUS- Perfil Assistente Social, Classe D, Nível 10, 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matriculada sob o n.º 44066.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT,13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 144/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição, especial por exposição a agentes nocivos à saúde, ao Sr. **Newton Flávio Fernandes Tafuri**."

A Presidente Interinado PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n° 2020.04.29861Pe;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §4º, inciso III da Constituição Federal, com redação pela Emenda 47/2005, c/c Súmula Vinculante nº 33, do Supremo Tribunal Federal, c/c art. 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os plano de benefÍcios da Previdência Social, c/c Lei Complementar nº 3.959/2013, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Médicos e Odontólogos do Município, com redação dada pela Lei Complementar nº 4.864/2021, que reajustou o salário dos médicos, resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, especial por exposição a agentes nocivos à saúde, ao Sr.**NEWTON FLÁVIO FERNANDES TAFURI,** brasileiro, casado, portador dodocumento de identidaden° M-5.424.665/SSP-MGe inscrito no CPF n°571. 720.726-34,matriculado sob o nº036819,efetivono cargo deMédico, Nível 07, Classe D, lotado na Secretaria Municipal deSaúde, com proventos integrais calculados pela média contributiva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT,22 de agosto de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil SaratBaracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 124/2022

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho ao Sr. ***FRANCISCO MONTEIRO NETO****, representado neste ato pela Curadora a Sra.* ***LILIANE RODRIGUES SILVA MONTEIRO****. "*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022.03.33097P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 40, §1º, I da Constituição Federal c/c art. 12, I, "a" e art. 88 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, dá outras providências, c/c Lei Complementar n. º 3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c art. 2º da Lei 4.864/2021, que alterou as tabelas salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com Termo de Curatela Provisória n.º 182/2022, nos autos do processo n. º 1014622-15.2022.8.11.0002.

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, com proventos proporcionais e direito a paridade,enquanto perdurar a condição de inválido do segurado o Sr. **FRANCISCO MONTEIRO NETO**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.° 453090 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 353.635.761-01, matrícula n.º 16997, efetivo no cargo de Fiscal Municipal – Perfil Fiscal Sanitário, Classe C, Nível 10, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado pela Curadora a Sra. **LILIANE RODRIGUES SILVA MONTEIRO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0777966-6 SSP/MT, inscrita no CPF n.º 651.442.951-34.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 108/2022

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.**GREISE REGINA SILVA**."*

APresidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33172P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 87, *caput* e parágrafo único, cumulado com art. 86 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que "Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências", c/c Lei Complementar n.º3.507/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, carreiras e vencimentos da Secretaria Municipal de Saúde e da fundação de Saúde de Várzea Grande, c/c art. 2º da Lei 4.864/2021, que alterou as tabelas salariais dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de ContribuiçãoaSra. **GREISE REGINA SILVA**, brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0769392-3 SSP/MTe inscrita no CPF n.º 537. 748.091-00, efetiva no cargo de Agente de Saúde Municipal – Perfil Auxiliar de Enfermagem, Classe B, Nível 10, 30horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matriculada sob o n.º 18767.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT,13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

ATO Nº 389/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e o que consta no Processo nº 144053/22;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Sergio Mesquita de Ávila Neto, do cargo em Comissão de Pregoeiro- DNS 3,daSecretaria Municipal de Administração,com efeito a partir de 14de setembrode 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13desetembrode 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 962/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de junho de 2021, pag. 502, objeto da Sindicância Investigativa nº 001/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 06de setembrode 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 032/2022

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. PREÂMBULO

1.1. O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO – DAE/VG**, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2022,** que tem como Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira Oficial com a utilização de sua chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Domínio/site:	www.licitacoes-e.com.br
Data da Realização do Pregão Eletrônico:	28 de setembro de 2022 às 10h00min (dez horas) – Horário de Brasília/DF.
As propostas de preços serão recebidas entre os dias:	19 de setembro a 28 de setembro de 2022.
Encerramento de Recebimento das Propostas	Até às 09h:45min (nove horas e quarenta e cinco minutos) do dia 28 de setembro de 2022 – Horário de Brasília/DF.
Abertura das Propostas	A partir das 10h:00min (dez horas) do dia 28 de setembro de 2022 – Horário de Brasília/DF.
A disputa de preços terá início	A partir das 10h:15min (dez horas e quinze minutos) do dia 28 de setembro de 2022 -Horário de Brasília/DF.

2.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de **Brasília/DF**, e dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. O Edital estará disponível gratuitamente na página **www.daevg.com.br** e no endereço eletrônico **licitacaodae@gmail.com**

2.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) integrante do quadro do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE,** denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**",

constante da página eletrônica do **Banco do Brasil S.A - www.licitacao-e.com.br** conforme descrito neste Edital e seus anexos.

Várzea Grande-MT, 14 de setembro de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA OFICIAL - DAE/VG

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE RRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

ATO Nº388/2022

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito Municipal do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso,no uso das atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e consta no Processos nº144382/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Iara do Nascimento Meira matricula nº 135234 do cargo em Concurso de Profissional de Nível Superior do SUS - Biomédica,da Secretaria Municipal de Saúde com efeito retroativo,a partir de 24de agosto de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 13desetembrode 2022.

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 979/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **12(doze) dias de Férias** regulamentares, referente ao período aquisitivo **2021/2022**, a vigorar no período de **12.09.2022 a 23.09.2022**, ao Servidor **CARLOS AUGUSTO FONSECA,** matrícula n°143323, exercendo o cargo de **ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE DO PREFEITO - DNS 01**, lotado no GABINETE DO PREFEITO.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA N.º 082/2022

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***MONICA BOAVENTURA CARVALHO****”.*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022.04.33093P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º e §13 do art. 12 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autorizou a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **MONICA BOAVENTURA CARVALHO**,brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 3506218-5 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.° 442.463. 741-72, servidora efetiva no cargo de Professora V a VIII, Classe B, Nível 08, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 35975.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 06 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 974/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
900	ADRIANE KATIA DE LIMA CAMPOS	EFETIVO	**2020/2021**	05.09.2022 a 09.09.2022 (05 dias)
100562	BRUNO DO AMARAL MOTA	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
9316	CRISTIANE LIMA PRADO	EFETIVO	**2018/2019**	05.09.2022 (01 dias)
100611	CRISTIANE LIMA PRADO	EFETIVO	**2020/2021**	08.09.2022 a 07.10.2022 (30 dias)
12065	EDIVAN APARECIDO DIAS DE AMORIM	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
16010	FABIO CUSTODIO CORREA CAMPOS	EFETIVO	**2020/2021**	05.09.2022 a 14.09.2022 (10 dias)
17748	GILMAR MARTINS JALES	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
100578	ILSON FRANCISCO DE PAULO SILVA	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
22352	JOAO EVANGELISTA GONCALVES DOS REIS	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
100553	MAURO DE OLIVEIRA ALVES	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dia)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 977/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **fevereiro/2021**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
138949	EDSON CARLOS FORTES	COMISSÃO	**2021/2022**	19.09.2022 a 23.09.2022 (05 dias)
27880	LINDALVA L. DA SILVA	EFETIVO	**2021/2022**	08.09.2022 a 09.09.2022 (02 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 975/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
38170	OZIEL CAMPOS DE OLIVEIRA	EFETIVO	**2020/2021**	05.09.2022 a 09.09.2022 (05 dias)
100569	PAULO CEZAR LEMES	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
100610	PLINIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)
40481	RONALDO ROSA COSTA DE ARRUDA	EFETIVO	**2021/2022**	01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD

PORTARIA Nº 961/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de junho de 2021, pag. 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 012/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 08 de setembro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 141/2022

*“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.**APARECIDA ALMEIDA SAMPAIO**”.*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 2022.04.33144P;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º e §13 do art. 12 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c art. 71, I, da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra.**APARECIDA ALMEIDA SAMPAIO**,brasileira, divorciada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0456712-9 SESP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 451.967. 701-78, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe “C”, Nível “10”, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 4526.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 23 de agosto de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 982 /2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
145912	KARLA CRISTINA F. DE ARRUDA E SILVA	COMISSÃO	**2021/2022**	05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dias)
143735	NATACHA GABRIELLE DIAS DE CARVALHO LIMA	COMISSÃO	**2021/2022**	05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dias)
132323	PEDRO ROSA RONDON	EFETIVO	**2020/2021**	16.11.2022 a 25.11.2022 (10 dias)

132320	ROBERTO DA COSTA MOREIRA	EFETIVO	**2020/2021**	24.10.2022 a 28.10.2022 (05 dias)
110414	TALITA REGINA DE BARROS C. MARQUES	EFETIVO	**2016/2017**	15.08.2022 a 16.08.2022 (02 dias)
110414	TALITA REGINA DE BARROS C. MARQUES	EFETIVO	**2020/2021**	24.08.2022 a 25.08.2022 (02 dia)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 960/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/ 2010;
RESOLVE:
Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios,em 11 de junho de 2021, pag. 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto doprocesso administrativo disciplinar nº 066/2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Várzea Grande, 06 de setembro de 2022.
Anderson Rodrigo do Nascimento Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 973/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
135519	*LUIS FILIPE DE ALMEIDA BASTOS*	***EFETIVO***	***2021/2022***	*05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dias)*
35793	MIRIAM HELENA CREPALDI DE BARROS	***EFETIVO***	***2018/2019***	*12.09.2022 a 13.09.2022 (02 dias)*
86421	*STEFANIA BORGES DA SILVA*	***EFETIVO***	***2014/2015***	*05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dia)*
86421	*STEFANIA BORGES DA SILVA*	***EFETIVO***	***2014/2015***	*12.09.2022 a 13.09.2022 (02 dias)*
86421	**STEFANIA BORGES DA SILVA**	***EFETIVO***	***2016/2017***	*26.10.2022 a 28.10.2022 (03 dias)*
86421	**STEFANIA BORGES DA SILVA**	***EFETIVO***	***2016/2017***	*10.11.2022 a 11.11.2022 (02 dias)*
86421	**STEFANIA BORGES DA SILVA**	***EFETIVO***	***2016/2017***	*14.11.2022 a 15.11.2022 (02 dia)*
135520	**THAIS BASSO SISTI**	***EFETIVO***	***2019/2020***	*19.09.2022 a 22.09.2022 (04 dias)*
135520	**THAIS BASSO SISTI**	***EFETIVO***	***2020/2021***	*23.09.2022 (01 dias)*
96323	**VANESSA A COSTA MONTES**	***EFETIVO***	***2017/2018***	*10.11.2022 a 11.11.2022 (02 dias)*
132639	**WANDERSON G. DE CARVALHO**	***COMISSÃO***	***2020/2021***	*01.09.2022 a 30.09.2022 (30 dias)*
86784	**MAXWEL SILVA ALVES**	***EFETIVO***	***2017/2018***	*20.10.2022 a 27.10.2022 (08 dias)*

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 981/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **20 (vinte)dias** de férias regulamentaresreferente ao período aquisitivo **2021/2022**, a vigorar no período de **13.09.2022 a 02.10.2022,** ao servidor **BERNARDETE DA SILVA SIQUEIRA,** matrícula n° 143367, exercendo o cargo em Comissãode assessor especial - DNS 03,lotadona Secretaria Municipal de Viação E Obras.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,13 de fevereiro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA N.º 089/2022

"*Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra.* ***ELIZABETH FÁTIMA SILVA DE ARRUDA****”.*

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2021.04.33080P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º, §4º e §13 do art. 12 da Lei Complementar Municipal n. º 4.649/2020, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências, c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autorizou a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **ELIZABETH FÁTIMA SILVA DE ARRUDA**,brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 255576-7 SEJUSP/MS e inscrita no CPF sob o n.° 207. 294.641-72, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe C, Nível 10, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 13951.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 103/2022

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Sra. ***MARISTELA SANTANA DA SILVA”.***

A Presidente Interina do PREVIVAG – Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.° 2022.04.33131P e;

Considerando o preenchimento dos requisitos nos termos do art. 84, cumulado com §3º do art. 12 da Lei Complementar Municipal n.º 4.649/2020, que **Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Várzea Grande/MT e, dá outras providências,** c/c art. 71 da Lei Complementar n.º 3.797/2012, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira dos Trabalhadores da Educação com redação dada pela Lei Complementar n.º 4.007/2014, c/c Lei Complementar n.º 4.877/2022, que autoriza a recomposição salarial dos Professores da Rede Pública Municipal, instituindo as tabelas constantes do anexo;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais e direito a paridade, a Sra. **MARISTELA SANTANA DA SILVA**,brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 3574359-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.° 318.343.451-20, servidora efetiva no cargo de Professora I a IV, Classe C, Nível 10, 25 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, devidamente matriculada sob o n.º 34555.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande - MT, 13 de setembro de 2022.

Paula Regina Gama Martins Oliveira

Presidente Interina

Homologo:

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 972/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 388/2020 de 08 de abril de 2020.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
86790	*ADRIANA SCHLITTER*	*EFETIVO*	*2019/2020*	*05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dias)*
147219	ANA PAULA TEIXEIRA LEAL	*COMISSÃO*	*2021/2022*	*01.09.2022 (01 dias)*
144448	*ALINE MICAELEN SILVA ALVES*	*COMISSÃO*	*2021/2022*	*04.10.2022 a 18.10.2022 (15 dia)*
86787	*DANIEL DA SILVA MARTINS NETO*	*EFETIVO*	*2019/2020*	*05.09.2022 a 06.09.2022 (02 dias)*
86787	*DANIEL DA SILVA MARTINS NETO*	*EFETIVO*	*2019/2020*	*08.09.2022 a 09.09.2022 (02 dias)*
12954	ELENI APARECIDA CAPORICE DE SOUZA	*EFETIVO*	*2021/2022*	*14.09.2022 a 23.09.2022 (10 dias)*
17120	FREIDE DA COSTA FIGUEIREDO	*EFETIVO*	*2014/2015*	*05.09.2022 a 04.10.2022 (30 dia)*
86775	HELLEN MAMEDES FERREIRA PAZIN	*EFETIVO*	*2015/2016*	*17.10.2022 a 22.10.2022 (06 dias)*
86775	HELLEN MAMEDES FERREIRA PAZIN	*EFETIVO*	*2016/2017*	*23.10.2022 a 27.10.2022 (05 dias)*
98149	JOSE CARLOS CALEGARI FILHO	*EFETIVO*	*2016/2017*	*08.09.2022 a 09.09.2022 (02 dias)*
86877	KARINE DA SILVA LEITE MORAES	*EFETIVO*	*2020/2021*	*05.09.2022 a 04.10.2022 (30 dias)*
141684	LUCAS MIGUEL DA S. MARTINS DA CUNHA	*COMISSÃO*	*2021/2022*	*16.09.2022 (01 dias)*

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 13 de setembro de 2022.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

DECRETO Nº. 074/2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Pr**efeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no art. 63, inciso XVIII, c/c art. 88, incisos I, alínea “i”, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Termo de Rescisão Unilateral com aplicação de penalidade de 17 de dezembro de 2021, publicado dia 22/02/2022, no Diário Oficial da União, devidamente observado os Princípios da Legalidade e Contraditório;

CONSIDERANDO a disciplina trazida pela Lei 8.666/93, em seu art. 87 e incisos, quanto à aplicação de penalidades inerentes às inexecuções totais e/ou parciais de licitações, atas e contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado à empresa **R. DE ALMEIDA PAIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.864.956/0001, com sede na cidade de Alto Garça-MT, à avenida Sete de Setembro, nº. 555, em razão da rescisão unilateral pela inexecução parcial do Contrato nº. 045/2021, as seguintes penalidades:

I – multa de R$ 42.733,17 (quarenta e dois mil setecentos e trinta e três reais e dezessete centavos), correspondente a 10% do valor do Contrato, conforme arbitrado no termo de rescisão unilateral;

II – impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, iniciando em 17/12/2021 e findando em 17/12/2023.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.362/2022

“REVOGA A PORTARIA Nº 343/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria de n. 343/2022, de 31 de agosto de 2022, a contar do dia 31 de agosto de 2022.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 31 de agosto de 2022, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS do mês de SETEMBRO DO ANO de dois mil E VINTE E dois.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

DECRETO Nº. 075/2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, P**refeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no art. 63, inciso XVIII, c/c art. 88, incisos I, alínea "i", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Termo de Rescisão Unilateral com aplicação de penalidade de 07 de fevereiro de 2022, publicado dia 22/02/2022, no Diário Oficial da AMM, devidamente observado os Princípios da Legalidade e Contraditório;

CONSIDERANDO a disciplina trazida pela Lei 8.666/93, em seu art. 87 e incisos, quanto à aplicação de penalidades inerentes às inexecuções totais e/ou parciais de licitações, atas e contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado à empresa **R. DE ALMEIDA PAIVA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 30.864.956/0001, com sede na cidade de Alto Garça-MT, à avenida Sete de Setembro, nº. 555, em razão da rescisão unilateral pela inexecução parcial do Contrato nº. 058/2021, as seguintes penalidades:

I – multa de R$ 30.480,72 (trinta mil quatrocentos e oitenta reais e setenta e dois centavos), correspondente a 10% do valor do Contrato, conforme arbitrado no termo de rescisão unilateral;

II – impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, iniciando em 07/02/2022 e findando em 07/02/2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

DECRETO N. 076/2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, P**refeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no art. 63, inciso XVIII, c/c art. 88, incisos I, alínea "i", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Termo de Rescisão Unilateral com aplicação de penalidade de 29 de agosto de 2022, publicado dia 08/09/2022, no Diário Oficial da União, devidamente observado os Princípios da Legalidade e Contraditório;

CONSIDERANDO a disciplina trazida pela Lei 8.666/93, em seu art. 87 e incisos, quanto à aplicação de penalidades inerentes às inexecuções totais e/ou parciais de licitações, atas e contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado à empresa **J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.277.059/0001-21**, com sede na cidade deAraputanga - MT, na rua Limiro Rosa Pereira, 1530, Bairro São Sebastião, em razão da rescisão unilateral pela inexecução parcial do Contrato nº. 018/2022, as seguintes penalidades:

I – Advertência pela má conduta;

II – Multa no valor R$ 49.985,63 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos), correspondente a 10% do valor da Contrato, conforme arbitrado no termo de rescisão unilateral.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

DECRETO Nº. 077/2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, P**refeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no art. 63, inciso XVIII, c/c art. 88, incisos I, alínea "i", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Termo de Rescisão Unilateral com aplicação de penalidade de 29 de março de 2022, publicado dia 09/02/2022, no Diário Oficial da AMM, devidamente observado os Princípios da Legalidade e Contraditório;

CONSIDERANDO a disciplina trazida pela Lei 8.666/93, em seu art. 87 e incisos, quanto à aplicação de penalidades inerentes às inexecuções totais e/ou parciais de licitações, atas e contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado à empresa **DISTRIBUIDORA SANTO ANTONIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.329.875/0001-41, com sede nesta cidade, à rua Tito Profeta da Cruz, nº. 839, em razão da rescisão unilateral pela inexecução parcial da Ata de Registro de Preço nº. 040/2021, as seguintes penalidades:

I – multa de R$ 6.350,18 (seis mil trezentos e cinquenta reais e dezoito centavos), correspondente a 01% do valor da ARP, conforme arbitrado no termo de rescisão unilateral;

II – impedimento de licitar e contratar com o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, iniciando em 29/03/2022 e findando em 29/03/2024.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PORTARIA N.368/2022

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO O(A) SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora **ALENIR CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA**,matrícula n.1597**,** lotada na Secretaria Municipal de "Educação", **Licença-Prêmio,** por um período de três meses Consecutivos, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992**.**

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **16/05/2015 a 15/05/2020.** Tendo início **01/09/2022** e término em **30/11/2022**.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

DECRETO N. 078/2022

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, P**refeito do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no art. 63, inciso XVIII, c/c art. 88, incisos I, alínea "i", da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Termo de Rescisão Unilateral com aplicação de penalidade de 07 de fevereiro de 2022, publicado dia 10/02/2022, no Diário Oficial da AMM, devidamente observado os Princípios da Legalidade e Contraditório;

CONSIDERANDO a disciplina trazida pela Lei 8.666/93, em seu art. 87 e incisos, quanto à aplicação de penalidades inerentes às inexecuções totais e/ou parciais de licitações, atas e contratos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado à empresa **PLENO CONFORTO EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº. 34.841.024/0001-95, situada na cidade de Pontes e Lacerda/MT, à Av. Municipal, em razão da rescisão unilateral pela inexecução parcial da Ata de Registro de Preço nº. 65/2021, as seguintes penalidades:

I – Advertência pela má conduta;

II – Multa no valor de R$ 2.513,93 (dois mil quinhentos e treze reais e noventa e três centavos), correspondente a 01% do valor da ARP, conforme arbitrado no termo de rescisão unilateral.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 13 DE SETEMBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
MARLLY LAYANNE DIAS FERREIRA	000.991.001-85	9897/00017/2022
MARLLY LAYANNE DIAS FERREIRA	000.991.001-85	9897/00018/2022

Data de afixação: Data de desafixação:

14/09/2022

29/09/2022

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 361/2022

De 14 de Setembro de 2022.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Prorrogação da licença para tratar de interesses particulares a servidora MARA ELI HEIMERDINGER LISBOA matricula nº 177 no cargo de AGTE DE LIMPEZA ESCOLAR no período de 11/09/2022 a 11/09/2024 em conformidade ao Art. 102 da lei n.º 747/08 de 22 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 11/09/2022.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal de Vila Rica-MT

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº	50/2022
Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Contratado	FRANCIELE GOMES DE AMARANTE
Objeto	Prestação de serviço como agente de serviços gerais na Sec. De Administração
Vencimento	R$ 1.212,00
Vigencia	09/09/2022 a 08/09/2023

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA LIMPEZA DE LOTES E TERRENOS BALDIOS NO MUNICÍPIO DE VILA RICA, INCLUINDO CONSTRUÇÕES E CASAS ABANDONADAS.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS – Lei nº 1.372/2016

OBJETO: Limpeza de terrenos baldios conforme estabelecido em Lei.

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – MT

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, o proprietário do imóvel conforme relacionado que no prazo de 10 (dias), contados da publicação deste, a proceder à limpeza, capina e à retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança não comprometendo a saúde e a higiene pública.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Caso o(a) Senhor(a) não seja mais proprietário/possuidor do imóvel, comprovar a solicitação de regularização cadastral, comunicando a situação por meio de documento legalmente constituído para providências de transferência de propriedade do referido imóvel urbano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O não cumprimento das exigências no prazo estipulado, a Prefeitura fará a limpeza e cobrará o valor de 4 (Quatro) UFVR's, por limpeza, 5 (cinco) UFVR's por não ter atendido a notificação. ficando estabelecido o mesmo valor por lixo ou entulhos, a quem lançalos em terrenos baldios, próprios e de terceiros, calçadas ou vias públicas deste município.

INTIMADOS para cumprimento do presente conforme relação abaixo.

Total: 1 *(imóveis)* do bairro Setor Leste

Contribuinte: Simone Souza Silva **Cont:13694 Cod. Imóvel:5058**
Endereço: Rua A Nº 466 Bairro Setor Leste (Vila Nova) **Quadra:** 06 **Lote:** 06
RG/CPF ou CNPJ: 019.101.691-88

Consideram-se comunicados os interessados através deste Edital Publicado no Mural da Prefeitura Municipal e demais veículos de comunicação cabíveis.

Vila Rica – MT, 14 de Setembro 2022.

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito

_____

Jéssica Santos Rocha

Secretária de Finanças

_____

Davi Ap. O. Moreira

Diretor de Tributação

Vila Rica – MT, 14 de Setembro de 2022.

Comprovação da entrega de Edital

Comprovação da Entrega e Publicação de Edital de Divulgação de nomes de Contribuintes para que proceda à limpeza, capina e à retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança e a não comprometer a saúde e a higiene pública.

Local de Postagem do Edital Protocolo de Entrega
Prefeitura Municipal Data_____/_____/_____. Recebido por _____
Pronto Atendimento Data_____/_____/_____. Recebido por _____
Sec. M. de Agricultura Data_____/_____/____. Recebido por _____
INDEA – MT Data_____/_____/_____. Recebido por _____
PSF (Rural) Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Forum C. Vila Rica Data_____/_____/_____. Recebido por_____
1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
2º Tabelionato de Notas e Registro Cíveis
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Associação Alvorada - Rádio Comunitária Eldorado
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Santana Produtos Agropecuários LTDA (PARASUL)
Data_____/_____/_____. Recebido por_____

SECRETARIA DE FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DE OBRA EM EXECUÇÃO SEM A DEVIDA LICENÇA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS – Lei nº 040/1987

OBJETO: Regularizar obra em execução conforme estabelecido em Lei.

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – MT

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, o proprietário do imóvel conforme relacionado que no prazo de 10 (dias), contados da publicação deste, a providenciar a regularização do Alvará de Construção desta obra, por meio da aprovação de projetos junto ao Setor de engenharia da Prefeitura e regularização da devida licença de construção para execução da Obra, conforme previsto no código e obras deste Município Lei nº 040/87.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Caso o(a) Senhor(a) não seja mais proprietário/possuidor do imóvel, comprovar a solicitação de regularização cadastral, comunicando a situação por meio de documento legalmente constituído para providências de transferência de propriedade do referido imóvel urbano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O não cumprimento da presente intimação configura-se-á (ao) infração (ões) ao(s) seguinte(s) dispositivo(s) legal(is): conforme disposto em Lei 040/87, a ser (em) infringindo(s), sujeitando-se o (a) infrator (a), a penalidades.

INTIMADOS para cumprimento do presente conforme relação abaixo.

Caixa de texto: Contribuinte: Simone Souza Silva Cont:13694 Cod. Imóvel:5058 Endereço: Rua A Nº 466 Bairro: Setor Leste (Vila Nova) Quadra: 06 Lote: 06 RG/CPF ou CNPJ: 019.101.691-88

Total: 1 *(imóvel)*

Consideram-se comunicados os interessados através deste Edital Publicado no Mural da Prefeitura Municipal e demais veículos de comunicação cabíveis.

Vila Rica – MT, 14 de Setembro 2022.

_____

Abmael Borges da Silveira

Prefeito

_____

Jéssica Santos Rocha

Secretária de Finanças

_____

Davi Ap. O. Moreira

Diretor de Tributação

Vila Rica – MT, 14 de Setembro de 2022.

Comprovação da entrega de Edital

Comprovação da Entrega e Publicação de Edital de Divulgação de nomes de Contribuintes para que proceda à limpeza, capina e à retirada de entulhos e do lixo, bem como a fazer, no seu terreno, o escoamento de águas estagnadas e outros serviços necessários ao asseio e à higiene, de forma a não molestar a vizinhança e a não comprometer a saúde e a higiene pública.

Local de Postagem do Edital Protocolo de Entrega
Prefeitura Municipal Data_____/_____/_____. Recebido por _____
Pronto Atendimento Data_____/_____/_____. Recebido por _____
Sec. M. de Agricultura Data_____/_____/____. Recebido por _____
INDEA – MT Data_____/_____/_____. Recebido por _____
PSF (Rural) Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Forum C. Vila Rica Data_____/_____/_____. Recebido por_____
1º Ofício Registro de Imóveis, Títulos e Documentos
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
2º Tabelionato de Notas e Registro Cíveis
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Associação Alvorada - Rádio Comunitária Eldorado
Data_____/_____/_____. Recebido por_____
Santana Produtos Agropecuários LTDA (PARASUL)
Data_____/_____/_____. Recebido por_____

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2022
Período: Janeiro à Agosto
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	8.508.176,63	8.508.176,63	7.608.039,24	-900.137,39
_ CONTRIBUIÇÕES	1.845.905,32	1.845.905,32	1.605.115,21	-240.790,11
___ CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.845.905,32	1.845.905,32	1.605.115,21	-240.790,11
_ RECEITA PATRIMONIAL	3.539.429,58	3.539.429,58	2.604.962,39	-934.467,19
___ VALORES MOBILIÁRIOS	3.539.429,58	3.539.429,58	2.604.962,39	-934.467,19
_ OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.000,00	35.000,00	3.773,82	-31.226,18
___ DEMAIS RECEITAS CORRENTES	35.000,00	35.000,00	3.773,82	-31.226,18
_ CONTRIBUIÇÕES - Intra OFSS	3.087.841,73	3.087.841,73	3.394.187,82	306.346,09
___ CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - Intra OFSS	3.087.841,73	3.087.841,73	3.394.187,82	306.346,09
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	8.508.176,63	8.508.176,63	7.608.039,24	-900.137,39
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.508.176,63	8.508.176,63	7.608.039,24	-900.137,39
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.508.176,63	8.508.176,63	7.608.039,24	-900.137,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	7.728.071,77	7.728.071,77	4.581.172,46	4.537.991,23	4.537.991,23	3.146.899,31
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.519.990,00	7.519.990,00	4.491.321,65	4.489.978,87	4.489.978,87	3.028.668,35
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTE	208.081,77	208.081,77	89.850,81	48.012,36	48.012,36	118.230,96
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
_ INVESTIMENTOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Reserva de Contingência (X)	770.104,86	770.104,86	0,00	0,00	0,00	770.104,86
	770.104,86	770.104,86	0,00	0,00	0,00	770.104,86
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	8.508.176,63	8.508.176,63	4.581.172,46	4.537.991,23	4.537.991,23	3.927.004,17
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2022
Período: Janeiro à Agosto

Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	8.508.176,63	8.508.176,63	4.581.172,46	4.537.991,23	4.537.991,23	3.927.004,17
Superávit (XIV)	_____ -_____	_____ -_____	3.026.866,78	-	-	-3.026.866,78
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	8.508.176,63	8.508.176,63	7.608.039,24	4.537.991,23	4.537.991,23	900.137,39
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	92.565,90	77.240,80	74.250,67	0,00	18.315,23
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	92.565,90	77.240,80	74.250,67	0,00	18.315,23
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	92.565,90	77.240,80	74.250,67	0,00	18.315,23

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.233,10	1.233,10	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.233,10	1.233,10	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.233,10	1.233,10	0,00	0,00

VILA RICA,_ 14/09/2022

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TP 002/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 179/2022

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº. 278/2022 em conformidade com a Lei N.º 8.666, de 21 de Junho de 1993 001/2022, que acontecerá dia **30 de Setembro de 2022 as 08:00hs** horário de Brasília, no setor de licitações e Contratos, localizado no Paço Municipal, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para executar 13,57 % da

obra ID 1009783 da obra e 5,32% da obra ID 1009784, cujo convenio n° 22552/2014 ambas projeto padrão FNDE, sendo 01 (uma) escola de um pavimento com 02 (duas) salas de aulas, com área total a de 207,70m² (cada) conforme projeto Padrão FNDE, sendo uma escola implantada no assentamento Santa Clara zona rural e uma escola implantada no projeto Paraiso do Rio Preto. As Escolas ficam localizadas aproximadamente 180km do Município de Vila Rica –MT.

As planilhas e projetos podem ser solicitados no email licitavilaricamt@yahoo.com.br, o mesmo encontra se disponível no site www.vilarica.mt.gov.br. Podendo solicitar no telefone 66 98110 0186 whatsapp.

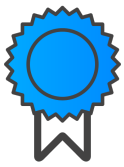
Vila Rica / MT, 14 de Setembro de 2022.

SAMIA SANTOS ARAUJO TABOSA

SUPLENTE DA CPL

Portaria 278/2022

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Sep 14 22:33:03 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)